

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 36, v. 13, n. 2 (jul./dez. 2021) – Belo Horizonte: Departamento de História,
FAFICH/UFMG, 2020

Quadrimestral a partir de 2013 / Semestral em 2021

Títulos e resumos em português e inglês

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.

31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: temporalidades@gmail.com *homepage:* www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2021.

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Departamento de História

Chefe: Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Prof. Dr. Rafael Scopacasa

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2021/2022

Arthur Marinho Silva Vargas

Bárbara Braga Penido Lima

Elizabeth Valeria Rouwe de Souza

Herbert Gler Mendes dos Anjos

João Marcos Veiga de Oliveira

Julia Amaral Amato Moreira

Maria do Rosário Gomes da Silva

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Arthur Marinho Silva Vargas

Bárbara Braga Penido Lima

Elizabeth Valeria Rouwe de Souza

Herbert Gler Mendes dos Anjos

João Marcos Veiga de Oliveira

Julia Amaral Amato Moreira

Maria do Rosário Gomes da Silva

Diagramação e montagem

Arthur Marinho Silva Vargas

Capa Julia Amaral Amato Moreira

Open Journal Systems/Banco de Dados

Elizabeth Valeria Rouwe de Souza

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adna Gomes de Oliveira (UNIVERSO)
Amanda Gabriela Rocha Oliveira (UFRGS)
Ana Cristina Moreira Pessoa (UFBA)
Anna Cristina Rodopiano de Carvalho Ribeiro (FSP-USP)
Ana Paula Poll (UFF)
André Bonsanto (UERN)
André Camargo Lopes (UNESP - Assis)
André M. Penna-Firme (PUC-Rio)
André Prock Ferreira (UFG)
Andrea Casanova Maia (UFRJ)
Arilson dos Santos Gomes (UNILAB)
Artur Nogueira Santos e Costa (UnB)
Barbara Barbosa dos Santos (FIOCRUZ)
Barbara Caramuru Teles (UFSC)
Bárbara De La Rosa Elia (UFMG)
Bruna Reis Afonso (UFMG)
Bruno Vinícius Leite de Moraes (UFMG)
Caio de Barros Martins Costa (UFF)
Carolina Tamayo Osorio (UFMG)
César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFT)
Charles Sidarta Machado Domingos (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Campus Charqueadas - IFSUL-Campus Charqueadas)
Clésio Barbosa Lemos Júnior (IFMG)
Cristiane de Paula Ribeiro (UNICAMP)
Dalton Sanches (UFOP)
Danilo Celso Pereira (USP)

David Anderson Zanoni (Universidade de Passo Fundo - UPF)
David Silva Bet (UFSCAR)
Denilson de Cássio Silva (CEFET-MG)
Diego Barbosa (UNIRIO)
Douglas Josiel Voks (UDESC)
Durval Muniz de Albuquerque Jr (UFRN)
Eduardo Finger (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS)
Eduardo José Neves Santos (USP)
Eduardo Roberto Jordão (Universidade Federal de Pelotas - UFPel)
Érico Silva Alves Muniz (UFPA)
Evandro Cardoso do Nascimento (UFPR)
Fábio Candido dos Santos (Faculdades Integradas Hélio Alonso)
Felipe Tavares Araújo (UFRN)
Francine Marcondes Castro Oliveira (UEM)
Gabriel José Pochapski (UNICAMP)
Geraldo Barbosa Neto (PUC-SP)
Guilherme Dias (UFMS)
Guilherme Diehl de Azevedo (Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI)
Gustavo Durão (PUC-RIO)
Gutiele Gonçalves dos Santos (COC-FIOCRUZ)
Huener Silva Gonçalves (CEFET-MG)
Igor Maciel da Silva (UFMG)
Igor Pasquini Pomini (USP)

- Ingrid Pereira de Assis (UFT)
Isabela Gomes Parucker (UnB)
Isadora de Mélo Escarrone Costa (UERJ)
Israel Aquino (UFRGS)
João Paulo Rossatti (UFMT)
João Rafael Chió Serra Carvalho (UFMG)
José Adil Blanco de Lima (USP)
Josiane de Paula Nunes (USP)
Jucelio Kulmann de Medeiros (IFSC)
Júlia Boor Nequete (PUCRS)
Juliana Teixeira Souza (UFRN)
Juliano Bernardino de Godoy (Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP)
Kelly Caroline Appelt (UFMG)
Lais Viena de Souza (IFBA)
Laise Lutz Condé de Castro (UFJF)
Laurinda Rosa Maciel (Fiocruz)
Letícia Gonzaga Chacon (UFG)
Lídia Maria de Abreu Generoso (UFOP)
Loque Arcanjo Junior (UEMG)
Luanna Fernanda da Cruz Bach (UFPR)
Luciana Francisco (UNESP)
Luciana Leite da Silva (UFPI)
Luiza Lima Dias (UFMG)
Maira Eveline Schmitz (UFMS)
Marcel Pereira da Silva (UNIFAL-MG)
Marcelina das Graças de Almeida (UFMG)
Márcia Maria de Melo Araújo (UEG)
Márcia Regina Barros da Silva (USP)
Márcio dos Santos Rodrigues (UFPA)
Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)
Marluce Dias Fagundes (UFRGS)
Mariana Pastana (UFRJ)
Mariana Rabelo de Farias (UFMG)
Marina Helena Meira Carvalho (UFMG)
Martinho Guedes dos Santos Neto (UFPB)
Mauro Dillmann Tavares (UFPEL)
Monique Palma (U. PORTO)
Mylena Porto da Gama (UFRJ)
Natália de Noronha Santucci (PUCRS)
Orson Soares (UFRGS)
Paulo Christian Martins Marques da Cruz (UNIFESP)
Paulo Ricardo Moura da Silva (UNESP)
Rafael Haddad (UFF)
- Rafael Sandrin da Cruz (UNESP)
Raick de Jesus Souza (Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia - UESB)
Raphael Coelho Neto (UFMG)
Raphael Rajão Ribeiro (FGV)
Regina Maria Macedo Costa Dantas (UFRJ)
Robert Madeiro Dias (UFPA)
Roberto Biluczy (Universidade de Passo Fundo - UPF)
Rodrigo Gomes da Costa (UFOP)
Rodrigo José Fernandes de Barros (Faculdade de Enfermagem e de Medicina Nova Esperança-FACENE-RN)
Rosânia do Nascimento (UnB)
Sebastião Pimentel Franco (UFES)
Sérgio Marcelino da Motta Lopes (Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF)
Tania Regina De Luca (USP)
Thiago Gil de Oliveira Virava (USP)
Verônica Calsoni Lima (USP)
Vinícius Reis Furini (UFRGS)
Viviane Gomes de Ceballos (UFCG)
Viviane Machado Caminha (Escola Superior de Defesa - ESD)
Willibaldo Ruppenthal Neto (UFPR)

SUMÁRIO

Editorial – História e Filosofia da Ciência: produção científica e circulação de repertórios.....12-22

Elizabeth Rouwe

Homenagem – Homenagem póstuma à Ana Tereza Landolfi Toledo.....24-28

Adriana Romeiro

Dossiê

História e Filosofia da Ciência: produção científica e circulação de repertórios

Apresentação – História e Filosofia da Ciência: produção científica e circulação de repertórios..... 29-31

Bárbara Penido; Elizabeth Rouwe

Produção do conhecimento sobre ações afirmativas na universidade do estado de Santa Catarina (UDESC): um estado da arte/ Knowledge production on affirmative action at the University of the State of Santa Catarina (UDESC): a state of the art.....32-56

Janine Soares de Moraes; Ana Júlia Pacheco; Karla Leandro Rascke; Vera Márcia Marques Santos

Em defesa da sociedade: uma análise biopolítica nas capas-reportagens da revista *Veja* da década de 1980/ In defense of the company: a biopolitical analysis in the covers-reports of the *Veja* magazine from the 1980's.....57-75

André Luís A. Silva

Considerações de Rudolf Steiner sobre o conhecimento histórico: responsabilidade científica e narrativa poética/ Rudolf Steiner's considerations on historical knowledge: scientific responsibility and poetic narrative.....76-105

Henrique Costa Garcia; Jonas Bach Junior

A ordem da natureza e o doutor Silva Maia no combate aos miasmas mórbidos da cidade do Rio de Janeiro (1835-1858)/ The order of nature and doctor Silva Maia in the fight against morbid miasmas in the city of Rio de Janeiro (1835-1858).....106-137

Diego Regio Giacomassi

“Nos llaman de noche los enfermos”: saberes mestiços sobre tumores (Província Jesuítica do Paraguai, Séc. XVIII)/ “Nos llaman de noche los enfermos”: mestizo knowledge about tumours (Jesuit Province of Paraguay, XVIII century).....138-161

Bernardo Ternus de Abreu

O comércio de gado e uma gravíssima epidemia na vila da Parnaíba: as relações entre o comércio e doenças no Piauí, 1772-1786/ The cattle trade and a very serious epidemic in the village of Parnaíba: the relationship between trade and diseases in Piauí, 1772-1786.....162-181

Gutiele Gonçalves dos Santos

Artigos Livres

Identidade nacional e cultural brasileira no modernismo de Mário de Andrade: uma análise da obra *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (1928)/ Brazilian National and cultural identity in modernism by Mário de Andrade: an analysis of the work *Macunaíma, the hero without any character* (1920).....182-201

Matheus de Souza Guedes

Diálogos entre História, poder e política: Uma reflexão através do estudo A aprovação da lei do divórcio no Brasil (1977): os debates e as polêmicas através da revista *Manchete* (1975-1977)/ Dialogues between History, power and politics: A reflection through study The approval of the divorce law in Brazil (1977): debates and polemics through the magazine *Manchete* in 1975.....202-219

Lauren Cavichioli Quissini

A categoria *Amefricanidade* como relação de estudo da identidade, memória e espaços de fronteira/ The *Amefricanity* category as a relationship for the study of identity, memory and border spaces220- 236

Bárbara Galli de Oliveira

A instrumentalização da tortura pela ditadura militar brasileira e suas nuances na contemporaneidade/ The instrumentalization of torture by the brazilian military dictatorship and its nuances in contemporary times237-264

Stéphanie de Oliveira Moreira

“A Alemanha Acima de Tudo”: O Nacionalismo como Ferramenta do Imperialismo Alemão - 1890-1914/ “Germany Above All”: Nationalism as a Tool for German Imperialism - 1890-1914265-294

Bruno Pimenta Starling

A intertextualidade do gênero de terror em *Midsommar* (2019), de Ari Aster/ The intertextuality of the horror genre in Ari Aster's *Midsommar* (2019).....295-323

Átila Fernandes dos Santos

Materialidade e conexões em Cajazeiras: o inventário de Francisco Beserra de Sousa (séc. XIX)/ Material Culture and social networks in Cajazeiras: the inventory of Francisco Beserra de Sousa (19th Century).....324-346

Viviane Gomes Ceballos; Ayrle Alves de Figueiredo

Censura e violência do Governo Provisório: A cobertura da imprensa fluminense sobre empastelamento do *Diário Carioca*/ Censorship and violence during the Provisional Government: The coverage of Rio de Janeiro's press on the jamming of the *Diário Carioca*.....347-369

Leandro Tonete

História e literatura em discussão: África enquanto “Continente Sombrio” pelas “Minas do Rei Salomão” (1885)/ History and Literature under discussion: Africa as a “Dark Continent” through “King Solomon's Mines” (1885).....370-397

Gabriel Moreira Medeiros Laureano; Jorlandro Augusto Louzada

A formação e a atuação do segundo gabinete parlamentarista republicano, na visão de *Manchete* (1962)/The formation and performance of the second republican parliamentary office, according to *Manchete* magazine (1962).....398-430

Roberto Biluczyk

Rosália Sandoval: a poetisa do Norte sob a égide do “espírito feminino” (Maceió-AL, 1888-1953)/ Rosália Sandoval: the poetess of the North under the aegis of the “feminine spirit” (Maceió-AL, 1888-1953).....431-454

Roberta Sodó

A estátua de JK: um monumento comemorativo no centro de Diamantina/ The statue of JK: a commemorative monument in the center of Diamantina.....455-482

Raphael Martins Cima

Desfazendo o olhar colonial: fotografia, enquadramento e o “significado” das imagens/ Undoing the colonial gaze: photography, framework and the “significance” of the images.....483-505

João Felipe Rufatto Ferreira

Fragmentação de riqueza da elite rural mineira entre a crise da escravidão e o pós-abolição: o caso da família Pinto (distrito da Lage, 1871 – 1912)/ Fragmentation of the wealth of the rural elite in Minas Gerais between the slavery crisis and the post-abolition period: the case of the Pinto family (Lage district, 1871 - 1912).....506-534

João Carlos Resende

Patriarcado e sexismo na formação econômica do Brasil: uma análise da inserção feminina nas políticas desenvolvimentistas da Era Vargas/ Patriarchy and sexism in the economic formation of Brazil: an analysis of the female insertion in the developmental policies of the Vargas' Era.....535-557

Ilda Renata Andreatta Sesquim

A Estrada Real e a relação entre patrimônio cultural e a maior rota turística do Brasil/ The Estrada Real (Royal Road) and the relation between historical heritage and the biggest tourist route in Brazil.....558-583

Gabriela Scheffel

A revolução africana: uma teoria do Imperialismo em Frantz Fanon/ The African Revolution: A Theory of Imperialism in Frantz Fanon.....584-606

Cristian de Paula Sales Moreira Junior

Porvir, atualidade e ter sido no horizonte temporal da verdade do ser no âmbito da interpretação judicial/ Future, current and having been in the temporal horizon of the truth of being within the scope of judicial interpretation.....607-638

Antônio Lucio Túlio de Oliveira Barbosa

A internacionalização das notícias e o periódico *O Correio Paulistano* na cobertura da Revolução Russa/ The internationalization of news and the periodical *O Correio Paulistano* covering the Russian Revolution639-669

Iamara Andrade Sampaio

“Women weare the breeches”: disputas de gênero na literatura de rua inglesa (Século XVII)/ “Women weare the breeches”: gender disputes in English street literature (17th century).....670-687

Gabrielle Pacheco Noacco

Educação histórica, pensamento decolonial e teoria pós-colonial: consonâncias, novos olhares e perspectivas/ Historical education, decolonial thought and post-colonial theory: consonances, new propositions and perspectives.....688-704

Kelvin Oliveira do Prado

O feminismo pós-estruturalista e a teoria *queer* na *Teologia Indecente* de Marcella Althaus-Reid/ The post-structuralist feminism and queer theory in Marcella Althaus-Reid's *Indecent Theology*.....705-723

Luanna Fernanda da Cruz Bach

O catolicismo popular brasileiro: notas em torno da sua invenção historiográfica/ Brazilian popular Catholicism: comments on its historiographic invention.....724-745

Emerson José Ferreira de Sousa

A humanidade inglesa possuía paradoxos? Edward Long e a vindicação de império (1778)/
Did English humanity possess paradoxes? Edward Long and the vindication of empire
(1778).....746-765

Gino de Castro Pinori

Um olhar sobre a confissão moderna: Confissão pessoal, corrigir e não castigar/ A look at
modern confession: Personal confession, correct and not punish.....766-789

Bruno Ribeiro da Silva

Os coretos contam histórias sobre Belo Horizonte/ The bandstands tell stories about Belo
Horizonte.....790-815

Savilly Buttros

Resenhas

Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro.....816-820

Mariana Cunha Fontes

Memórias de professores nordestinos de História: docência no contexto da pandemia de
Covid-19.....821-826

Vyctor José da Silva Nogueira

Entrevistas

Entrevista com Ronei Clécio Mocellin: “Os repertórios da
Ciência”.....827-831

Entrevista com Andrea Mara Ribeiro da Silva Vieira: “Os desafios da Educação
Científica”.....832-852

Entrevista com Thiago Costa: “A imagem da Ciência”.....853-866

Entrevista com Bráulio Silva Chaves: “A divulgação da Ciência”.....867-876

Editorial

História e Filosofia da Ciência: Produção Científica e Circulação de Repertórios

A edição 36 da Revista *Temporalidades*, entre outros pontos a serem abordados, homenageia Ana Tereza Landolfi Toledo (Tetê) e, por isso, o nosso sincero agradecimento à professora Adriana Romeiro, que gentilmente redigiu texto em memória de nossa colega e aluna do programa, falecida em 2021. O dossiê, com o tema *História e Filosofia da Ciência: Produção Científica e Circulação de Repertórios* apresenta uma abordagem transdisciplinar que conjuga as epistemologias científicas com o processo de produção, divulgação e circulação do trabalho científico, sobretudo para a sociedade em geral. Assim, entendemos a importância de buscar reflexões sobre tais eixos temáticos (ciência, história, epistemologia e divulgação científica), haja vista o entendimento de que, historicamente, a produção científica está associada a um projeto de divulgação do desenvolvimento tecnológico e técnico, assim como da ampliação dos saberes científicos.

História Filosofia da Ciência não compreendem apenas um trabalho de descrição sobre a cronicidade do progresso científico e sobre as matrizes epistemológicas pertencentes à produção científica, especialmente os trabalhos atrelados ao estudo dos fenômenos naturais. Este campo do saber realiza investigações que visam, para além dos aspectos epistemológicos, compreender os impactos sociais das descobertas científicas sobre os fenômenos naturais, considerados também como um produto cultural. Logo, se o objeto de análise é a ciência a partir de suas matrizes epistemológicas, práticas científicas, institucionais e sociais, pretendemos compreender também o papel da cultura neste processo de construção do conhecimento científico.

Embora o objeto da ciência (natural) seja um fenômeno natural, ela não escapa de ser um produto cultural. Isto coloca em xeque a questão da neutralidade científica, preconizada pelos

positivistas. Não obstante, torna-se impossível ignorar as especificidades próprias das formas de conceber e produzir saberes científicos. De acordo com Ludwik Fleck, citado por Mauro Lúcio Condé,

Todo conhecimento é uma atividade social, não apenas quando ele requer cooperação, mas porque ele é baseado em conhecimento deve ser considerado com uma função de três componentes: é a relação entre sujeito e o sujeito individual, certo objeto e um determinado coletivo de pensamento no interior do qual o sujeito atua... (2012, p. 90).

Um outro aspecto a salientar é que, neste processo, podemos perceber a importância da linguagem na produção deste conhecimento e na sua divulgação; uma vez que a linguagem de cada pesquisador se encontra protegida pela especificidade de seus próprios códigos. Sobretudo, interrogar o uso e a finalidade dessa linguagem em seu desdobramento político e social torna-se imprescindível para perscrutar os sentidos do trabalho do pesquisador e de sua produção, assim como entender o alcance da contribuição desta atividade para a sociedade. Nesse caso, é preciso repensar a linguagem e a mobilização de repertórios do discurso científico articulado por meio de uma linguagem hermética e específica, a qual cria dificuldades de interpretação até mesmo para os seus principais interlocutores (membros da comunidade científica)..

Se entre os ditos pares tal linguagem torna-se uma dificuldade para a promoção de um determinado conhecimento, ressalta analisar os efeitos desse discurso na população em geral, que é suscetível a cenários de negacionismo e divulgação de falsas informações. Com efeito, faz parte desta edição tentar compreender, na perspectiva da Filosofia, da Historicidade e da Linguagem, como essas dificuldades de comunicação e divulgação científicas poderiam ser superadas. Qual o lugar do conhecimento científico na sociedade? Ser algo hermético, inacessível ao cidadão comum para além do uso acrítico deste conhecimento? Como conviver com a própria natureza da ciência em seu inexorável caminho da especificidade, que gera abismos profundos na comunicação entre comunidades científicas e na comunicação e o público em geral?

Não se pode olvidar de que o conhecimento produzido sobre os fundamentos de uma sociedade de elevada desigualdade econômica e dividida em classes, que se antagonizam por interesses diversos, também se localiza distribuído de modo assimétrico e excludente. Por conseguinte, os reconhecidos avanços na produção científica e tecnológica contrastam com um cenário de analfabetismo e pobreza. Desse modo, não podemos nos eximir deste debate. Ao contrário, nosso intuito é fomentar movimentos reflexivos sobre a questão da linguagem científica e os seus usos sociais. Apesar de haver ainda quem defenda o rigor da trama discursiva restrita apenas ao entendimento de seus pares, há aqueles que buscam uma democratização permanente do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, percebido como um patrimônio universal da cultura. Também é de interesse realizar o debate sobre a questão da invasão cultural e do respeito a outras formas de produção de saberes, confrontando o multiculturalismo a uma possível uniformização da cultura pela ciência e pela tecnologia.

É a partir destas questões e reflexões que propomos o dossiê *História e Filosofia da Ciência: Produção Científica e Circulação de Repertórios* apresentando as perspectivas históricas da produção do conhecimento científico e suas epistemologias face à questão da divulgação desse saber para a sociedade e seus desdobramentos na esfera pública, tomando em especial a questão do negacionismo científico (vigente hoje assim como no passado). A ideia é procurar pensar para quem e o porquê da produção do conhecimento científico discutindo os critérios da racionalidade científica em sua ambivalência, considerando o estudo dos fenômenos naturais e como os mesmos são interpretados pelas comunidades científicas localizadas na especificidade do tempo e do espaço social. Assim, buscamos colocar em diálogo as diversas faces da produção e da divulgação do trabalho científico, considerando seus aspectos filosóficos, sociais e culturais. Não obstante, importa observar que estes diálogos se inscrevem segundo uma gramática (Wittgenstein), estilos de pensamento (Fleck) e os léxicos (Kuhn) que funcionam como aportes teóricos e metodológicos, além de servirem como aparatos culturais para a interpretação dos fatos e fenômenos da natureza. A afirmativa destas

perspectivas de interpretação dos fatos se impõe posto que a cultura não é apartada do fato, e sem o fato o homem se distancia da cultura.

Nosso agradecimento ao professor Mauro Condé que nos orientou na organização deste dossiê. Aos professores Thiago Costa, Andreia Mara Ribeiro da Silveira, Braúlio Silva Chaves e Ronei Clécio Mocellin, que nos concederam entrevistas respondendo a perguntas sobre a função da ciência na sociedade considerando o contexto político atual.

Igualmente, agradecemos aos autores que contribuíram com o dossiê temático desta edição, cujos trabalhos aqui elencamos. Henrique Costa Garcia, no artigo *considerações de Rudolf Steirner sobre o conhecimento histórico: responsabilidade científica e narrativa poética*, trata das considerações de Rudolf Steiner sobre a História e como estão imbuídas de uma perspectiva de responsabilidade científica e uma linguagem poética. Dessa forma, Costa Garcia busca compreender as considerações sobre a História de Steiner em dois momentos específicos de sua vida que possibilita pensar a relação do (a) pesquisador (a) com o conhecimento histórico.

No artigo “*Nos llaman de noche los enfermos*”: *Jesuítas, Indígenas, as Artes de Curar e saberes mestiços sobre tumores (Província Jesuítica do Paraguai, Séc. XVIII)*, Bernardo Ternus de Abreu discute a atuação da Companhia de Jesus nas Artes de Curar através da assistência realizada pelos missionários da Província Jesuítica do Paraguai.

Em defesa da sociedade: uma análise biopolítica nas capas-reportagens da revista Veja da década de 1980, André Luís A. Silva problematiza tal publicação como um dispositivo da biopolítica, no qual se cruzam inúmeras relações de saber-poder que buscam produzir subjetividades. Isto é, a relação da mídia com o exercício do poder, presente em todas as esferas do pensamento social contemporâneo.

Em *A ordem da natureza e o doutor Silva Maia no combate aos miasmas mórbidos da cidade do Rio de Janeiro (1835-1858)*, Diego Regio Giacomassi procura entender a concepção da natureza presente na obra do médico e naturalista romântico Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859), buscando relacionar seu trabalho científico e seu conhecimento sobre o mundo natural com o contexto histórico e político do Regresso Conservador no qual suas obras foram elaboradas. O principal

trabalho analisado pelo autor é o discurso médico de Silva Maia, que combatia as doenças que atingiam a Corte nos anos 30 do século XIX, relacionando o corte de matas próximo dos lugares úmidos como a principal causa das febres. A crítica ambiental do autor e a forma com que compreendia a circulação dos elementos orgânicos e a interdependência entre os seres e seus ambientes de acordo com a teoria da economia da natureza também foram questões abordadas no presente artigo.

Produção do conhecimento sobre ações afirmativas na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC): um estado da arte, Janine Soares de Moraes apresenta como a produção do conhecimento científico vai sendo construído através de Ações Afirmativas em tal instituição. O texto tem como objetivo central realizar um balanço do conhecimento produzido, acerca do processo de formulação e implementação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) na referida universidade.

Por fim, a relação do comércio de carnes e couros do gado vacum e cavalariço com as epidemias que atingiram a população da Vila de São João da Parnaíba, localizada na Capitania do Piauí no período de 1772 a 1786 é a proposta de Gutiele Gonçalves dos Santos, no artigo, *O comércio de gado e uma gravíssima epidemia na vila da Parnaíba: as relações entre o comércio e doenças no Piauí, 1772-1786*.

Partindo para os artigos livres, agradecemos as contribuições dos seguintes autores, apresentados com seus respectivos trabalhos:

A internacionalização das notícias e o periódico O Correio Paulistano na cobertura da Revolução Russa, artigo escrito por Iamara Andrade que apresenta como a imprensa empresarial brasileira divulgou os principais acontecimentos da Revolução Russa entre setembro e outubro de 1917, marcados pela ascensão dos bolcheviques.

Bruno Pimenta Starling em “*A Alemanha Acima de Tudo*”: O Nacionalismo como Ferramenta do Imperialismo Alemão – 1890-1914 discute como a Alemanha utilizou do nacionalismo como um instrumento para viabilizar a sua política externa. O empenho para identificar os interesses do Estado como interesses da nação foi realizado com a finalidade de extrair recursos sociais, políticos e econômicos para a execução da *Weltpolitik*. Esta foi uma ideia imposta do Estado para a sociedade, de tal maneira que houvesse a impressão de unidade e coesão nacional entre a população e o governo alemão.

Bakhtin e seus estudos sobre a teoria da linguagem são debatidos no artigo *A intertextualidade do gênero de terror em Midsommar (2019)*, de Ari Aster. O interesse do autor, Átila Fernandes dos Santos, centra-se em debater tal filme do cineasta através dos seguintes pontos: a história do conceito do cinema de terror, a relação de contaminação e diálogo de *Midsommar* com as obras de horror voltadas para o grande público, as polêmicas envolvidas dentro do gênero de terror, e os caminhos enunciativos da direção de Aster ao desenvolver em *Midsommar* uma metalinguagem que reflete a história do cinema de gênero de terror.

Já João Felipe Ferreira, em seu artigo *Desfazendo o olhar colonial: fotografia, enquadramento e o “significado” das imagens*, trata de retratos fotográficos de sujeitos negros produzidos no interior de estúdios nas últimas décadas do século XIX no Brasil, visando desestabilizar concepções que abordam as imagens fotográficas sujeitando-as a uma realidade dada *a priori*.

A formação e a atuação do segundo gabinete parlamentarista republicano, na visão de Manchete (1962) é uma importante análise feita por Roberto Biluczyk através da cobertura da Revista *Manchete* sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, que resultou em uma crise institucional em que tivemos uma curta mudança de sistema de governo, do presidencialismo para o parlamentarismo, limitando os poderes do novo presidente João Goulart. Através de matérias veiculadas pela *Manchete*, busca-se examinar nuances acerca da formação e da atuação da equipe governamental, em meio a esse diferenciado momento da política brasileira, algumas vezes ignorado pela historiografia.

Qual caminho orienta nosso projeto de sociedade? Essa pergunta faz parte do artigo de Bárbara Galli de Oliveira. *A categoria Amefricanidade como relação de estudo da identidade, memória e espaços de fronteira* analisa a categoria político-cultural da “Amefricanidade”, apresentada por Lélia Gonzalez, e seu potencial epistemológico para reorientar a criação de uma nova compreensão da experiência vivida por negros (as) nas Américas e, além disso, contribuir para edificação de um campo crítico e inovado.

A vida e a obra da poetisa maceioense Rita Souza de Abreu, ou Rosália Sandoval, como ficou conhecida entre o seu público leitor de jornais, teve uma participação expressiva na imprensa feminina entre os séculos XIX e XX em Maceió-Recife. Roberta Sodó, no artigo *A poetisa do Norte sob a égide do “espírito feminino*, mostra a ação feminina e feminista no campo das letras e do jornalismo e sua importância junto ao público leitor de jornais.

A região do distrito da Lage teve o maior índice de população cativa de toda a Comarca do Rio das Mortes nos séculos XVIII e XIX, com um acúmulo de riqueza devido à produção para o abastecimento do mercado interno. Neste artigo, *Fragmentação de riqueza da elite rural mineira entre a crise da escravidão e o pós-abolição: o caso da família Pinto (distrito da Lage, 1871 – 1912)*, João Carlos Resende analisa a transformação da riqueza dos inventariados deste distrito entre os anos de 1871-1912.

Já as reflexões sobre a decisão judicial no âmbito contemporâneo do Estado Democrático estão na proposta do artigo *Porvir, atualidade e ter sido no horizonte temporal da verdade do ser no âmbito da interpretação judicial*. Antônio Lúcio Barbosa discute a decisão judicial através da descrição fenomenológico-existencial de Martin Heidegger e também os fundamentos constantes na hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer.

O Patrimônio Histórico das cidades que pertencem à Estrada Real é o assunto do artigo *A Estrada Real e a relação entre Patrimônio Histórico e a maior rota turística do Brasil*. A autora, Gabriela Scheffel, analisa o contexto desde a sua criação até a atualidade, com destaque às ações de preservação patrimonial, com vistas a sua valorização como produto turístico e cultural.

Em *A revolução africana: uma teoria do Imperialismo em Frantz Fanon*, Cristiano Junior busca compreender, mediante obras deste psiquiatra, político e filósofo, a perspectiva decolonial, sua teoria do imperialismo vinculada à ideia de uma revolução africana. Sua perspectiva intelectual revolucionária, inédita frente às correntes que mais se manifestavam até então tanto em Argélia quanto em França, conseguiu colocar em pauta a questão da exploração e do colonizado com uma resolução: libertação total do território nacional a partir da luta imediata pela morte absoluta (não verbal, mas concreta) do colonialismo.

A difusão da prensa, durante o período moderno, suscitou na Inglaterra diversos impressos de fácil circulação e acesso que, entre inúmeros temas, abordavam as disputas em torno da questão do gênero. Esta é proposta do artigo, “*Women wear the breeches*”: *disputas de gênero na literatura de rua inglesa (Século XVII)*, de Gabrielle Pacheco Noacco. Fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica, que buscou catalogar as representações literárias sobre mulheres “desreguladas”, percebe-se que esses impressos foram importantes elementos simbólicos na atribuição de papéis femininos e masculinos

A hierarquia de raças humanas e a competição imperial entre França e Inglaterra são aspectos que serão discutidos no artigo *A humanidade inglesa possuía paradoxos? Edward Long e a vindicação de império (1778)*, de Gino de Castro Pinori, tendo como base o panfleto *English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages*, escrito por Long e publicado por Thomas Lawndes no ano de 1778. Já Ilda Renata Andreata Sesquim, em seu artigo *Patriarcado e sexismo na formação econômica do Brasil: uma análise da inserção feminina nas políticas desenvolvimentistas da Era Vargas*, analisa a inserção feminina nas políticas desenvolvimentistas de Vargas, a partir de uma breve contextualização de sua política para compreender suas dimensões políticas e econômicas e entender como foi tratada a questão feminina que determinou papéis sociais associados à mulher.

No início do século XIX, boa parte do continente africano ainda era inexplorado. O interesse de muitos que o viam como um lugar exótico, místico e de possibilidades de obter fortunas acentuou algumas obras literárias a esta visão e ao colonialismo. Gabriel Moreira Medeiros Laureano e

Jorlandro Augusto Louzada apresentam o artigo *História e literatura em discussão: África enquanto “Continente Sombrio” pelas “Minas do Rei Salomão” (1885)*, que tem por objetivo analisar a obra do escritor inglês do século XIX Henry Rider Haggard, “As Minas do Rei Salomão”, a fim de identificar nela os elementos que aludem às práticas coloniais naquele momento.

A utilização da cultura material na pesquisa histórica tem permitido um espaço de ricas discussões para compreensão do século XIX no Brasil. Dessa forma, o artigo *Materialidade e conexões em Cajazeiras: o inventário de Francisco Beserra de Sousa (séc. XIX)*, de Viviane Gomes de Ceballos, mostra, em pesquisa em andamento, como o uso dos inventários *post mortem* possibilitam compreender as redes de sociabilidade na cidade paraibana em tal período.

Bruno Ribeiro da Silva, em seu artigo *Um olhar sobre a confissão moderna: Confissão pessoal, corrigir e não castigar*, analisa a obra *Manual de confessores e penitentes*, de Martín de Azpilcueta Navarro (1556), para compreender em que medida podemos pensar a confissão auricular moderna a partir de dois conceitos filosóficos: *Pessoa*, presente na obra do filósofo espanhol Julián Marías, e a *Parrhesia*, que significa “a palavra que transforma”. O conceito foi abordado e estudado por Michel Foucault no curso “Hermenêutica do Sujeito”.

A história dos coretos de Belo Horizonte instalados em praças e parques de maior visibilidade da cidade como uma forma de apropriação urbana pela sociedade é o assunto do artigo *Os coretos contam histórias sobre Belo Horizonte*, escrito por Savilly Buttros. Já o artigo *A estátua de JK: um monumento comemorativo no centro de Diamantina*, de Raphael Martins Cima, mostra como a obra foi construída por seus correligionários no ano de 1958 em homenagem à posse do Presidente da República. O objetivo do texto é problematizar este monumento público mediante uma abordagem que ressalta as questões políticas em torno da sua construção, como também a autoria e a estética da obra.

Por seu turno, *Diálogos entre História, poder e política: Uma reflexão através do estudo A aprovação da lei do divórcio do Brasil (1977): os debates e as polêmicas através das revistas Manchete e Veja (1975-1977)*, de Lauren Cavichioli Quissini, realiza um diálogo sobre a aprovação da lei do divórcio no Brasil e a sua

repercussão na sociedade brasileira, a partir da análise textos veiculados por revistas brasileiras do período.

Observar as possibilidades de fomentar as perspectivas do diálogo entre o pensamento/perspectiva decolonial e da teoria pós-colonial com o campo da Educação Histórica, em ampliações e abordagens, é o objetivo central do artigo *Educação histórica, pensamento decolonial e teoria pós-colonial: consonâncias, novos olhares e perspectivas*, de autoria de Kelvin Oliveira do Prado.

A interação entre o Estado e a mídia durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e a aproximação dos periódicos com figuras políticas do governo será discutido no artigo *Um oásis no deserto de ideias e homens: a cobertura da imprensa fluminense sobre empastelamento do Diário Carioca*, de Leandro Tonete.

Matheus de Souza Guedes propõe em seu artigo *Identidade nacional e cultural brasileira no modernismo de Mário de Andrade: uma análise da obra Macunaíma, o herói sem nenhum caráter (1928)* pensar a identidade brasileira a partir da obra de Mário de Andrade, *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Por fim a instrumentalização da tortura como política de Estado na ditadura militar (1964-1985) e como prática recorrente nos dias atuais é discutida e analisada em artigo de Stéphanie de Oliveira Moreira, *A instrumentalização da tortura pela ditadura militar brasileira e suas nuances na contemporaneidade*.

Luanna Fernanda da Cruz Bach faz uma reflexão teórica em seu artigo *O feminismo pós-estruturalista e a teoria queer na teologia indecente de marcella althaus-reid*, apontando as aproximações e influências do feminismo pós-estruturalista e da teoria *queer* na obra de Marcella Althaus-Reid, teóloga argentina que se propõe a fazer uma “teologia indecente”. Vinculada à Teologia da Libertação e à Teologia Feminista.

Por sua vez, *Notas em torno da invenção historiográfica de um catolicismo popular no Brasil* é o artigo de Emerson José Ferreira de Sousa que propõe uma discussão sobre o catolicismo denominado de popular no país que tem se constituído enquanto invenção da vasta literatura histórica, sociológica e antropológica.

Quanto às resenhas, a revista *Temporalidades* tem o prazer de trazer as contribuições dos seguintes autores:

Vyctor Nogueira, que apresenta uma resenha de livro dos professores Joaquim Tavares da Conceição e Paulo Heimar Souto, *Memórias de professores nordestinos de História: docência no contexto da pandemia de Covid-19*, uma compilação de textos acadêmicos resultados de trabalhos finais da disciplina “Tópico Especial em Ensino de História. História, memória, identidade e a aprendizagem histórica”, ministrada no Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. Seus capítulos, em forma de artigos, são redigidos pelos mestrandos do programa, sobre orientação dos referidos professores. A obra é estruturada em cinco capítulos que debatem as dificuldades e desafios enfrentados pelos professores de História durante o período de isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19.

Outra contribuição é da autora Mariana Cunha Fontes, resenhando o livro *Do fake ao fato: Des(atualizando) Bolsonaro*, pensado e organizado pelos professores Valdei Lopes de Araujo, Mateus Henrique de Faria Pereira, ambos professores da Universidade Federal de Ouro Preto, e Bruna Stutz Klem, mestra em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. A obra nasceu em meio ao cenário das eleições de 2018 com o choque causado pela vitória de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. “Como foi possível Bolsonaro ganhar as eleições? Seu projeto destrutivo será duradouro? Quais as alianças e bases sociais do Bolsonarismo? O Bolsonarismo é produto de qual experiência sócio-histórico-temporal?”, como a própria resenha já aborda, são algumas das questões que percorrem os textos, em uma tentativa de esclarecer algumas das particularidades deste fenômeno, como, por exemplo, a ascensão da extrema-direita, o surgimento do movimento de pós-verdade e a recorrente utilização dos discursos de ódio.

Voltando ao tema do dossiê, como a ideia da presente edição é pensar para quem e o porquê da produção do conhecimento científico discutindo os critérios da racionalidade científica em sua ambivalência, considerando o estudo dos fenômenos naturais e como os mesmos são interpretados pelas comunidades científicas localizadas na especificidade do tempo e do espaço social, as

entrevistas se pautam por essa problemática. Dessa forma, apresentamos as entrevistas realizadas com os professores Thiago Costa, Andrea, Mara Ribeiro da Silveira, Ronei Clécio Mocellin e Braúlio Silva Chaves, em que se discute a ciência e a sua linguagem específica de cada repertório.

Ao final, a Revista *Temporalidades* agradece a todos pareceristas *ad hoc* e aos editores e responsáveis por este periódico. E como não poderia deixar de mencionar o seu repúdio a campanha antivacina do governo federal que resultou em mais de 600 mil mortes no Brasil até o momento.

Elizabeth Rouve

Referência

CONDÉ, Mauro Lúcio. Ciência e Linguagem: Ludwik Fleck e Ludwig Wittgenstein. In: CONDÉ, Mauro Lúcio (org.). **Ludwik Fleck**: Estilos de pensamento da ciência. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

Homenagem

Homenagem póstuma à Ana Tereza Landolfi Toledo

Conheci a Tetê em setembro de 2014. A imagem da garota alegre, de olhos brilhantes, e cheia de vitalidade, carregando nos braços uma pilha de livros gravou-se em minha memória com tanta força que é assim que eu sempre me lembro dela, apesar dos sete anos que partilhamos depois desse encontro. Ela acabava de chegar de Pitangui, onde ministrava aulas de história no ensino fundamental. Empolgada com o plano de cursar mestrado na UFMG, vinha me falar do seu projeto de pesquisa, um desdobramento do *master* que havia defendido em 2012 na Universidade de Salamanca, sob a orientação do competente José Manuel Santos. Expliquei-lhe, na ocasião, que não via necessidade de um novo mestrado, mas ela argumentou que pretendia aprofundar o seu objeto de pesquisa, consultar novas fontes, refinar a fundamentação teórica, testar novas hipóteses... Esse perfeccionismo, como eu viria a descobrir depois, era um dos traços da sua personalidade, o alto grau de exigência que se impunha como pesquisadora e historiadora.

Em Salamanca, ela havia estudado a participação das elites mineiras no processo de independência, um tema especialmente difícil em razão da quase inexistência de pesquisas nessa área. Ao contrário do século XVIII, um campo bastante consolidado, com uma produção acadêmica vasta e expressiva, as primeiras duas décadas do século XIX permaneciam relegadas a um relativo esquecimento por parte dos estudiosos da história política. Tetê não se intimidou com as dificuldades, e, ao longo de dois anos, deslindou os projetos políticos concebidos pelas elites mineiras às vésperas da Independência, combinando as novas abordagens teóricas sobre o processo de emancipação política com os estudos então recentes sobre a persistência do Antigo Regime no século XIX.

Para o mestrado na UFMG, ela planejava elucidar o papel central do então governador da capitania, D. Manoel de Portugal e Castro na articulação desses projetos, e também na condução do

debate sobre o posicionamento político da capitania de Minas Gerais. Interessava-lhe examinar o jogo das disputas, alianças e negociações entre os grupos políticos às voltas com um contexto político de grandes mudanças. Este era, aliás, o eixo central do projeto: como os homens reagem à novidade de uma época que subvertia os valores do passado, que jogava por terra o mundo em que eles haviam se formado, para dar lugar a uma nova ordem, criando um novo tempo... Essas décadas tumultuadas e vertiginosas, entre o final do século XVIII e início do XIX, funcionavam como um laboratório em que se podia assistir à destruição da velha ordem e ao advento das sociedades liberais — e a trajetória do governador da capitania de Minas Gerais proporcionaria o fio condutor para se examinar essas questões a partir de um contexto muito específico. Em vez de uma biografia, a proposta de Ana Tereza buscava entender uma época e seus dilemas a partir do olhar e da ação de um homem — empreendimento metodológico tão sofisticado quanto desafiador.

Enquanto me falava sobre todas essas coisas, os olhos de Tetê brilhavam! Sentada diante de mim, gesticulava, argumentava, sorria... De pronto, aceitei orientar o projeto e tornamo-nos parceiras acadêmicas desde então. Fiz uma série de sugestões, e, nos meses seguintes, ela se empenhou em ajustar o projeto de pesquisa, lapidando-o incansavelmente para submetê-lo ao processo de seleção do programa de pós-graduação. Hoje, observando a sua trajetória acadêmica nos últimos sete anos, percebo claramente que ali já estavam os brilhantes *insights*, as escolhas teóricas acertadas, a abordagem arguta...

Ela ingressou no mestrado em 2015 e a nossa parceria extravasou os estreitos muros da Universidade. Ficamos amigas — grandes amigas que passavam horas ao telefone proseando sobre as coisas da vida, desde a última série da Netflix até o conceito de Antigo Regime em Tocqueville. Ainda hoje posso ouvir a sua risada gostosa, os latidos da Lola, sua cachorra, e sentir a satisfação verdadeira que essas longas conversas nos proporcionavam. Estar com ela era ver o mundo com os seus olhos, partilhar da sua força interior, do seu humor fino e inteligente. E como eu apreciava a sua companhia! Quando chegava na Fafich, ia encontrá-la em meu gabinete, onde passava os dias estudando, ou na cantina, onde tomávamos um café rápido. Nas disciplinas, a sua presença conferia um ritmo dinâmico às aulas: gostava de comentar os textos, debater com os colegas, expor as

próprias ideias. Dava gosto ver a paixão que nutria por esses momentos privilegiados da vida acadêmica.

No final de 2015, ela passou mal em sala de aula e veio então a notícia ruim. Ali começaria o doloroso processo de internações, cirurgias, procedimentos médicos, sessões de quimioterapia e imunoterapia, que se arrastaria por longos seis anos. A partir daí, a doença se instalaria entre nós como uma sombra sinistra e inquietante, e, como para afugentar essa ameaça, nossos vínculos se estreitaram ainda mais. Conversamos tantas e tantas vezes sobre o seu estado de saúde, e jamais ouvi dela uma palavra de revolta contra a peça que o destino lhe havia pregado tão cruelmente. Desde o início, Tetê optou pela vida, como se fizesse um pacto consigo mesma para jamais esmorecer, por mais dura que fosse a luta. E, mesmo quando tudo parecia irremediavelmente perdido, continuou apostando na vida.

Tetê compartilhou comigo todos os seus medos e angústias: falou-me da forma desumana com que alguns a acusaram de “explorar” a doença; a insensibilidade de outros que negavam a gravidade de sua condição ... Muitos, porém, estenderam-lhe a mão e a acolheram amorosamente. E assim se mantiveram, amigos e solidários, até o final, como o Henrique Sobral e a Júlia Cassão, que me ensinaram, em meio a tanta dor e sofrimento, o significado da expressão “ninguém solta a mão de ninguém”.

Eu sabia que Tetê travava uma luta pela vida — a mais difícil de todas as lutas, a que nos obriga a relativizar o nosso mundo e as nossas prioridades, que vira tudo de ponta cabeça. Mas ela simplesmente se recusou a aceitar que fosse assim, por mais que eu tentasse convencê-la de que deveria dar um tempo na pós-graduação para se dedicar integralmente à própria saúde. Afinal, uma dissertação de mestrado nada mais é que apenas uma dissertação de mestrado. Argumentava que a doença não passava de um obstáculo momentâneo em sua jornada, e que todas as suas energias deveriam se concentrar em superá-lo. Demorou para que eu entendesse que, ao se agarrar com tanta força ao mestrado, ela se recusava a abrir mão da própria individualidade, como uma forma de resistência a esse poder avassalador e brutal que nos converte em corpos doentes e nos aprisiona na condição de paciente. E foi assim que ela atravessou esses anos duros e sofridos: jamais aceitou

abdicar de si mesma, negando-se a encarnar o papel da “vítima” impotente. Continuou a ser a mesma Tetê alegre, cheia de vida que conheci naquela tarde quente em meu gabinete. Porque nada poderia abater a sua imensa vontade de viver, a sua força interior, a sua paixão pelo estudo... Mesmo padecendo os efeitos colaterais dos tratamentos médicos, continuava a me falar sobre o papel de D. Manoel no processo de emancipação em Minas Gerais, a discutir os últimos livros publicados sobre o iminente bicentenário de 1822, ou a planejar os capítulos da dissertação. Lembro-me de que, depois de lhe sugerir a consulta da correspondência assinada pelo governador D. Manuel, ela passou todo um verão no Arquivo Público Mineiro, transcrevendo cuidadosamente fólhos e fólhos de manuscritos! Ou quando lhe recomendava que abordasse, em sua dissertação, um ou outro tópico, eu ia encontrá-la, dias depois, em meu gabinete, cercada por uma pilha de livros sobre o assunto. Orientar a Tetê resumia-se a refrear o seu perfeccionismo extremo, a sua vontade de esgotar todos os aspectos do seu objeto de investigação. “Menos, Tetê, menos!” — quantas vezes eu não lhe disse isso, depois de ver os livros espalhados pela sua mesa de trabalho, presumindo até onde ela pretendia avançar! Quando se debruçava sobre um livro, não se contentava em transcrever apenas as passagens necessárias à sua investigação, e acabava por fichá-lo integralmente, enchendo cadernos e cadernos de anotações manuscritas.

Tetê continuou, ainda que em ritmo mais lento, a avançar com a sua dissertação, qualificando-se com êxito em 2018, diante de uma banca que escolhera a dedo: Luiz Carlos Villalta e Lúcia Bastos. Apesar de tudo, a cada dia, a tão sonhada defesa parecia mais próxima e tangível. Àquela altura, ela já transitava com desenvoltura nos círculos de historiadores especialistas no tema da independência brasileira, estabelecendo com eles uma interlocução que se revelaria decisiva para sedimentar o formato principal da dissertação. Com um gosto pelas questões teóricas, ela encontrou na história conceitual de Koselleck o aporte necessário para formular o problema da experiência e da expectativa, à luz do ocaso do Antigo Regime. Finalmente, a figura de D. Manoel emergia das sombras, sob um robusto aparato documental, duramente arrancado aos arquivos.

Ao mesmo tempo, Tetê mergulhou no burburinho acadêmico da Fafich, e, como boa faficheira, envolveu-se em eventos e em grupos de estudo e pesquisa. Em 2019, ajudou-me a

organizar ao menos duas conferências importantes; além disso, estivemos juntas em congressos fora da UFMG e planejávamos participar de outros. Ela amava frequentar os espaços da Universidade: sentia-se em seu ambiente, integrada ao mundo que tanto admirava, e, sobretudo, conectada com as pessoas.... Porque esse era, sem dúvida, o centro de gravidade de sua existência: uma afeição espontânea pelas pessoas, uma espécie de humanismo muito profundo, que se traduzia tanto em seu posicionamento político, quanto no jeito doce e delicado com que se relacionava com todos. O magnetismo de Tetê consistia nessa capacidade tão rara de se interessar pelo outro, de se importar com o mais banal da existência humana, de nos envolver com a intensidade de seu afeto cálido e gratuito.

Na última vez que nos encontramos, em fevereiro de 2020, mal podíamos imaginar que seria a nossa derradeira despedida. A Tetê, um pouco mais abatida e fragilizada, ainda encontrava forças para ser a amiga divertida e carinhosa de sempre. Quando a pandemia chegou, continuamos a nos falar por telefone, e nada parecia anunciar a proximidade de sua partida. No dia 12 de outubro de 2021, porém, ela nos deixou. E, de repente, o mundo perdeu as suas cores, e uma dor imensa tomou conta de todos que a amamos.

A tristeza, porém, não combinava com a Tetê. Os versos de Cartola de que tanto gostava — “A sorrir, eu pretendo levar a vida” — expressam bem o seu amor incondicional pela vida, a intensidade com que viveu cada minuto — fosse nas festas do Ephis, nos carnavais de rua, fosse no silêncio dos arquivos e bibliotecas. É assim que ela ficará em minha memória: a menina movida pela paixão que, numa tarde quente de setembro, veio iluminar a minha vida com a dádiva de sua amizade verdadeira. Tetê, sempre presente!

Adriana Romeiro

Dossiê Temático

História e filosofia da ciência: Produção científica e circulação de repertórios

Elizabeth Rouwe

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
rouweelizabeth@gmail.com

Bárbara Penido

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
bragapenido@gmail.com

A Revista *Temporalidades*, edição número 36 contempla o dossiê, "História e Filosofia da Ciência: Produção Científica e Circulação de Repertórios" e apresenta uma abordagem transdisciplinar conjugando as epistemologias científicas com o processo de produção, divulgação e circulação do trabalho científico, sobretudo para a sociedade em geral. Assim, entendemos a importância de buscar reflexões sobre tais eixos temáticos (ciência, história, epistemologia e divulgação científica), haja vista o entendimento de que, historicamente, a produção científica está associada a um projeto de divulgação do desenvolvimento tecnológico e técnico assim como da ampliação dos saberes científicos.

É neste processo, que percebemos a importância da linguagem na produção deste conhecimento e na sua divulgação, uma vez que a linguagem de cada pesquisador se encontra protegida pela especificidade de seus próprios códigos. Sobretudo, interrogar o uso e a finalidade dessa linguagem em seu desdobramento político e social torna-se imprescindível para perscrutar os sentidos do trabalho do pesquisador e de sua produção, assim como entender o alcance da contribuição desta atividade para a sociedade. Nesse caso, é preciso repensar a linguagem e a

mobilização de repertórios do discurso científico articulado por meio de uma linguagem hermética e específica, a qual cria dificuldades de interpretação até mesmo para os seus principais interlocutores (membros da comunidade científica).

Se entre os ditos pares tal linguagem torna-se uma dificuldade para a promoção de um determinado conhecimento, ressalta analisar os efeitos desse discurso na população em geral, que é suscetível à cenários de negacionismo e divulgação de falsas informações. Com efeito, faz parte desta edição tentar compreender sobre a perspectiva da Filosofia, da Historicidade e da Linguagem como essas dificuldades de comunicação e divulgação científicas poderiam ser superadas. Qual o lugar do conhecimento científico na sociedade? Ser algo hermético, inacessível ao cidadão comum para além do uso acrítico deste conhecimento? Como conviver com a própria natureza da ciência em seu inexorável caminho da especificidade, que gera abismos profundos na comunicação entre comunidades científicas e na comunicação e o público em geral?

Não se pode olvidar de que o conhecimento produzido sobre os fundamentos de uma sociedade de elevada desigualdade econômica e dividida em classes, que se antagonizam por interesses diversos, também se localiza distribuído de modo assimétrico e excludente. Por conseguinte, os reconhecidos avanços na produção científica e tecnológica contrastaram com um cenário de analfabetismo e pobreza. Desse modo, não podemos nos eximir deste debate. Ao contrário, nosso intento é fomentar movimentos reflexivos sobre a questão da linguagem científica e os seus usos sociais. Apesar de haver ainda quem defenda o rigor da trama discursiva restrita apenas ao entendimento de seus pares, há aqueles que buscam uma democratização permanente do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, percebido como um patrimônio universal da cultura. Também é de interesse realizar o debate sobre a questão da invasão cultural e do respeito a outras formas de produção de saberes, confrontando o multiculturalismo a uma possível uniformização da cultura pela ciência e pela tecnologia.

Buscamos colocar em análise as perspectivas históricas da produção do conhecimento científico e suas epistemologias face a questão da divulgação desse saber para a sociedade e seus

desdobramentos na esfera pública, tomando em especial a questão do negacionismo científico (vigente hoje assim como no passado). A ideia é procurar pensar para quem e o porquê da produção do conhecimento científico discutindo os critérios da racionalidade científica em sua ambivalência, considerando o estudo dos fenômenos naturais e como os mesmos são interpretados pelas comunidades científicas localizadas na especificidade do tempo e do espaço social.

Para tanto, nesta edição da *Revista Temporalidades* buscamos dialogar com as diversas faces da produção e da divulgação do trabalho científico, considerando seus aspectos filosóficos, sociais e culturais. Não obstante, importa observar que estes diálogos se inscrevem segundo uma gramática (Wittgenstein), estilos de pensamento (Fleck) e os léxicos (Kuhn) que funcionam como aportes teóricos e metodológicos, além de servirem como aparatos culturais para a interpretação dos fatos e fenômenos da natureza. A afirmativa destas perspectivas de interpretação dos fatos se impõe posto que a cultura não é apartada do fato, e sem o fato o homem se distancia da cultura.

Boa Leitura !!!!

Referências Bibliográficas:

- FLECK, Ludwik. **Gênese de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora Ltda, 2010.
- KUHN, Thomas. **As estruturas das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

Produção do conhecimento sobre ações afirmativas na universidade do estado de Santa Catarina (UDESC): um estado da arte

Knowledge production on affirmative action at the University of the State of Santa Catarina (UDESC): a state of the art

Janine Soares de Moraes

Graduanda em História
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
janinesoaresrm@gmail.com

Ana Júlia Pacheco

Doutoranda no Programa de Pós-graduação de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
anajulia.hp@gmail.com

Karla Leandro Rascke

Doutora em História Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
karla.rascke@unifesspa.edu.br

Vera Márcia Marques Santos

Doutora em Educação
Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos)
vera.santos@udesc.br

Recebido em: 28/09/2021

Aprovado em: 20/11/2021

Resumo: Na tentativa de compreender como a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) constrói historicamente suas políticas de inclusão e ações afirmativas (AA), realizamos um mapeamento da produção do conhecimento sobre o tema/objeto AA na UDESC. Nosso objetivo com este estudo é construir um estado da arte, identificando e sistematizando os conhecimentos efetuados em torno das ações afirmativas na instituição e o seu lugar no monitoramento, manutenção e aprimoramento da política na instituição. Almejamos discutir balanços, recomendações e considerações levantadas por autores e autoras, destacar escolhas temáticas recorrentes, concepções das políticas de cotas e abordagens teóricas e metodológicas privilegiadas nestes trabalhos. Para este estudo realizamos uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados, organizando um

levantamento qualitativo e quantitativo de 51 materiais, com recorte temporal entre 1990 e 2019. Encontramos indicativos importantes como a necessidade de investimento em monitoramento e avaliação da política de AA.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; UDESC; Universidade.

Resumen/Abstract: In an attempt to understand how the University of the State of Santa Catarina (UDESC) historically constructs its inclusion and affirmative action (AA) policies, we carried out a mapping of the production of knowledge on the subject/object AA at UDESC. Our objective with this study is to build a state of the art by identifying and systematizing the knowledge made around affirmative actions at UDESC and their place in the monitoring, maintenance and improvement of policy in the institution. We aim to discuss the balances, recommendations, and considerations raised by their authors and authors, the recurring thematic choices, the conceptions of quota policies, the theoretical and methodological approaches privileged in these works. For this study, we carried out a literature search in the main databases, organizing a qualitative and quantitative survey of 51 materials, with a time frame between 1990 and 2019. We found important indicators such as the need to invest in monitoring and evaluating the AA policy.

Palabras clave/Keywords: Affirmative Actions; UDESC; University.

Introdução

O presente trabalho realiza um balanço do conhecimento produzido acerca do processo de formulação e implementação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) na *Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)*, aprovado no Conselho Universitário (CONSUNI) em 2009 e executado a partir de 2011. Fruto de diferentes lutas sociais, as ações afirmativas (AA) fazem parte de um conjunto mais amplo de políticas compensatórias, para findar as desvantagens vivenciadas por grupos historicamente discriminados, que tiveram dificuldade de acesso aos seus direitos.

No Brasil, a partir do final do século XX, as AA integram principalmente as discussões sobre relações raciais suscitadas pelos movimentos antirracistas atuantes desde a década 1970, e adentram a agenda nacional com a criação de ações e mecanismos para o combate à desigualdade racial. Neste percurso, que promoveu o acesso de estudantes de escola pública - de baixa renda, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência -, aos cursos universitários, também se somam diferentes

estudos e investigações promovidos por pesquisadores e pesquisadoras ligados a grupos de pesquisas, núcleos e centros de estudos. Estas produções têm avaliado dados e indicadores, elaborando balanços e reflexões que propiciam uma compreensão mais ampla e qualificada dos impactos políticos, econômicos, sociais e educacionais dos programas de ações afirmativas nas mais diversas instituições e regiões do Brasil¹.

Nestes mais de dez anos da presença do PAA na UDESC, verificamos esse mesmo movimento, com algumas iniciativas pontuais de pesquisa e de debate em torno das experiências de acesso neste espaço universitário. A partir de um estudo desenvolvido no âmbito do *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC)*, realizamos uma investigação com o objetivo de mapear o que havia sido produzido em torno das AA na UDESC.

A produção do presente artigo inicia-se com questões e reflexões suscitadas desde 2018, a partir da proposição de uma mobilidade estudantil² entre a *Universidade do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa* e a UDESC, com uma ação voltada para desenvolver um estudo comparado sobre as

¹ Sobre trabalhos que analisam diferentes produções, indicamos: CARVALHO, Emanuel Manguiera de. **Ações afirmativas no ensino superior:** a produção acadêmica nas Universidades Estaduais Paulistas de 1990 a 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2014. CARVALHO, Emanuel Manguiera de. **A produção do conhecimento sobre ações afirmativas nos programas de pós-graduação no Brasil:** balanços e perspectivas. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP, 2019. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de Borba. Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 151-191, maio/jun. 2018. POLETO, Daniela Basso; EFROM, Cora; RODRIGUES, Maria Beatriz. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare** (Educare Electronic Journal) Vol. 24(1) enero-abril, 2020. FAEDO, Juliane Yukie Yamamoto Faedo; Yamamoto, Viviane Suemi; LOPES, José Carlos de Jesus. Ações Afirmativas no Brasil: Uma Pesquisa Bibliométrica. **Desafio Online**, Campo Grande, v.5, n.3, Set./Dez. 2017. THIJM, Franklin Eduard Auad, **O que dizem teses e dissertações sobre relações raciais em educação (2004-2013)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014. SANTANA, Leila Lima de Souza; MACIEL, Carina Elisabeth. “Estado do Conhecimento” sobre acesso e permanência na Educação Superior e o Programa Incluir. In: **XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-oeste:** Reunião Científica Regional da ANPED, Goiânia-GO 2014. KIM, Richard Pae. TOMMASIELO, Flávia Carneiro. A produção acadêmica jurídica sobre as Ações Afirmativas no Brasil (2013 a 2016): teses e dissertações sob a ótica dos direitos humanos e fundamentais. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, SP v. 19, Jan./Abr, 2018.

² Quem propõe a mobilidade é Janine Soares da de Moraes, em 2019 bolsista de extensão do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC, uma ação planejada para o 1º semestre de 2020 e interrompida pela pandemia do COVID-19.

ações afirmativas entre as duas instituições. Assim nasceu o Projeto de Pesquisa Estudo Comparado³: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA (2009-2019). Gestado no NEAB/UDESC⁴, ele é fruto de um termo de cooperação técnico-científico entre as duas universidades e objetiva auxiliar na criação de uma proposta de processo seletivo específico e políticas de acompanhamento, permanência e apoio estudantil que possam ser apresentados à UDESC, visando ampliar as políticas de ação afirmativa já existentes na instituição.

Para realizar este estudo pesquisamos nas principais bases de dados, quais sejam: BDTD⁵, Catálogo de Teses e Dissertações⁶ e SciELO⁷. A fim de nos certificarmos que trabalhos específicos não ficariam de fora, buscamos no sistema *Pergamum* da UDESC e da UFSC⁸ e também no *Google Acadêmico*⁹, onde encontramos trabalhos diversos como: documentos institucionais, eventos e diferentes produções de acadêmicos/as para disciplinas em cursos de graduação, conduzindo a mais um local de busca, o *YouTube*¹⁰, no qual encontramos vídeos importantes sobre nosso tema. Com a utilização de palavras-chaves e termos combinados, como “Ações Afirmativas”, “Cotas”, “Cotistas”, “Inclusão” e “UDESC”, efetuamos um levantamento qualitativo e quantitativo de 51 materiais¹¹, com recorte temporal entre 1990 e 2019.

³ Coordenado pela Professora Doutora Vera Marcia Marques Santos da UDESC e pela Professora Doutora Karla Leandro Rascke da UNIFESSPA.

⁴ Coordenadora pela Professora Mestre Maria Helena Tomaz.

⁵ BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES, 2021. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

⁶ CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES, 2021. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

⁷ SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE – SCIELO, 2021. Disponível em: <https://scielo.org/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

⁸ BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2021. Disponível em: <https://pergamum.ufsc.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

⁹ GOOGLE ACADÊMICO, 2021. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 02 mar. 2021.

¹⁰ YOUTUBE BRASIL, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 03 mar. 2021.

¹¹ Tipos e quantidades de materiais encontrados: 2 livros, 2 teses, 13 dissertações, 2 TCCs, 19 artigos, 1 resumo, 2 eventos e 10 vídeos.

Tomando essa produção de saberes como objeto de estudo, nosso objetivo é construir um estado da arte identificando e sistematizando os conhecimentos efetuados em torno das ações afirmativas na *UDESC* e o seu lugar no monitoramento, manutenção e aprimoramento da política na instituição. Almejamos discutir balanços, recomendações e considerações levantadas por autores e autoras, bem como as escolhas temáticas recorrentes, as concepções das políticas de cotas e as abordagens teóricas e metodológicas privilegiadas nestes trabalhos. Seguimos um protocolo de leitura e escrita que consiste primeiro em realizar um resumo linear acompanhando a lógica do texto e, na sequência, fazer uma segunda leitura para compreensão estrutural do material (GIL, 2002) e analisar as informações e os aspectos principais das leituras (BARROS, 2005).

Consideramos imprescindível o exercício da reflexão e da crítica sobre os processos de construção e produção de conhecimento. Além de oferecer uma visão geral do que vem sendo problematizado no campo das ações afirmativas em educação, especialmente no Ensino Superior, os estudos efetuados produzem resultados a médio prazo, explicitam diferentes diagnósticos acerca das desigualdades educacionais, apontam problemas e introduzem questionamentos à política, contribuindo com as universidades no desafio de democratização do acesso e da permanência na graduação, bem como avaliação e reelaboração de seus programas, mecanismos e procedimentos.

Neste sentido, o artigo está dividido em três partes. Num primeiro momento, abordamos a trajetória de formulação e implementação da política de ações afirmativas no Brasil. Na seção seguinte voltamos-nos para o Programa de AA na *UDESC*. Na última parte analisamos os trabalhos que se debruçaram sobre as experiências e os dados das ações na *UDESC*, construindo um Estado da Arte, e finalizando, em seguida, com nossas considerações gerais.

Ações Afirmativas no Brasil

A definição de ações afirmativas foi amplamente explorada no Brasil e no mundo. Para este trabalho apresentamos a definição de dois autores que vem produzindo discussões sobre AA em educação, aplicada ao Ensino Superior. Segundo Feres, (2018, p. 14) todo programa, “seja público ou

privado, que tenha o objetivo de garantir acesso a recursos e direitos para grupos da sociedade que tenham sido desfavorecidos, visando o bem coletivo podem ser considerados ação afirmativa”. Santos (2020, p. 71) destaca que “Ação afirmativa é uma terminologia utilizada para definir as iniciativas públicas ou privadas que têm como objetivo alterar realidades sociais estruturalmente marcadas por desigualdades.”

Partindo deste entendimento, voltamos nosso olhar investigativo para a trajetória de implementação no Brasil. Falar de ações afirmativas no Brasil é também falar da história de lutas dos Movimentos Negros. Neste contexto destaca-se Abdias do Nascimento, importante artista, intelectual, ativista pelos direitos civis da população afro-brasileira, deputado federal entre 1983 a 1987 e senador da República de 1997 a 1999. Em seu projeto de lei 1.332 de 1983, propôs ações compensatórias que visavam implementar o princípio da isonomia social do negro. Por sua vez o período de democratização do Brasil, com o protagonismo dos movimentos negros, indígenas, mulheres e demais grupos historicamente alijados, garante um importante avanço destas iniciativas públicas em busca da igualdade.

Ainda com o olhar na questão brasileira, temos dois importantes marcos que impulsionam a formulação e implementação de políticas de ações afirmativas. O primeiro marco importante aconteceu em 2001 no ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

A Conferência Durban, gerou debates e o documento de compromisso com a Carta das Nações Unidas e com Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece a importância fundamental que os Estados têm no combate ao racismo e à discriminação. A partir desta data inicia-se de forma tímida a discussão sobre ações afirmativas no Brasil, conforme artigo publicado em 2001 pelo jurista Dr. Joaquim Barbosa, ao afirmar à época, que o tema era pouco conhecido em sua concepção e em suas múltiplas formas de implementação. No referido estudo, Gomes apresenta uma definição de Ação Afirmativa:

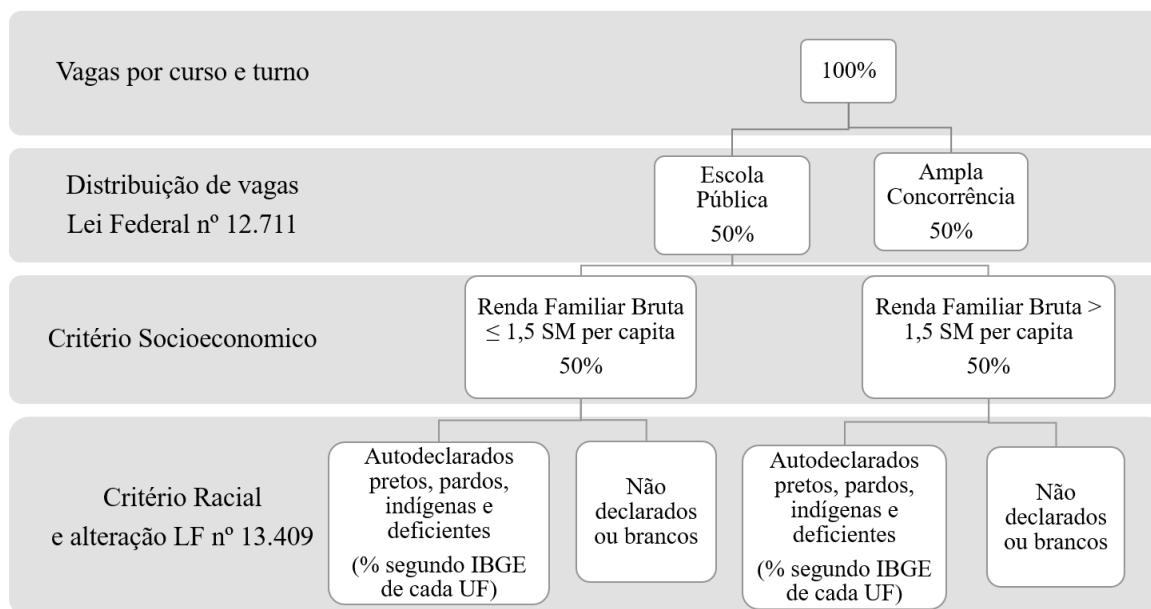
As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. (GOMES, 2001, p. 132)

Neste contexto de lutas por direitos, democratização e ampliação do debate sobre ações afirmativas, adentramos o novo milênio com a promulgação de importantes leis com o objetivo de mitigar as desigualdades no país, tendo grande impacto para as AA no âmbito da educação, especialmente no acesso ao Ensino Superior. Algumas delas são: Lei Federal nº 10.558 de 13 de novembro de 2002, que cria o Programa de Diversidade na Universidade; Lei Federal nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI; e o segundo marco importante, a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas. Esta última dispõe sobre o ingresso nas universidades federais, garantindo

[...] em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

Apresentando a configuração abaixo (Figura 1), a primeira condição para ingresso nas universidades federais é ser egresso de escola pública; o segundo critério é o socioeconômico, separando os estudantes de escola pública em dois grupos a partir de sua renda; e o terceiro critério, subordinado aos dois primeiros, é o racial, respeitando a autodeclaração de cada candidato/a e com especial atenção às diferenças populacionais de cada localidade. Em 2016 a referida lei foi alterada pela Lei Federal nº 13.409 para incluir pessoas com deficiência.

Figura 1. Estrutura da LF N° 12.711/2012



Fonte: Estudo Comparado: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA (2009-2019).

Para as universidades estaduais, a formulação e a implementação de ações afirmativas dependem das discussões em cada Unidade Federativa - UF. Entretanto, desde 2002 as Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais procuram implantar políticas de ação afirmativa, como é o caso da UEMS – *Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul*, que instituiu acréscimo de vagas a partir da Lei Estadual nº 2.589 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas. No Rio de Janeiro temos a Lei Estadual nº 4.151 de 05 de setembro de 2003, que dispõe sobre sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais (PAIVA, 2010).

O Programa de Ações Afirmativas na UDESC

A *Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)* foi criada em 1965, na época chamada Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em um período da história brasileira contextualizado pelo regime Civil Militar (1964-1985). Em seus mais de 55 anos, vem oferecendo cursos gratuitos, nos 12 *campi* espalhados pelo estado.

Uma de suas primeiras ações afirmativas com recorte racial, que conseguimos mapear com a pesquisa bibliográfica, aconteceu em 2002, quando quarenta mulheres negras da Grande Florianópolis iniciaram na primeira turma de uma ação afirmativa do Curso de Pedagogia a distância do *Centro de Educação a Distância (CEAD/UDESC)*. Elas ingressaram na universidade a partir do desenvolvimento do Projeto “Formando Educadoras Negras”, proposto pela Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB)¹².

Em 2003, a *UDESC* criou formalmente o *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)*¹³ com a finalidade de auxiliar na produção e disseminação do conhecimento por meio de ensino, pesquisa e extensão, no desenvolvimento de políticas de diversidade étnico-racial, promoção de igualdade e valorização das populações de origem africana e indígena (CARDOSO, 2014). Com uma equipe multidisciplinar e interétnica formada por estudantes de graduação e pós-graduação, professores/as, técnicos/as, pesquisadoras/es associadas/os, movimentos sociais e comunidade, o núcleo acompanhou a criação, participou da implementação e incentivou diferentes políticas de AA na *UDESC*.

¹² Sob a coordenação das professoras Neli Góes Ribeiro e Altair Lucio, elas compuseram o projeto “Antonietas” (CARDOSO, 2014).

¹³ PORTARIA 577/03. Cria o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC. Data Publicação: 12/08/2003, Diário Oficial n. 17.214.

As discussões sobre uma política de ações afirmativas na UDESC iniciam em 2006, quando o Projeto de Lei nº 0353.2/2001 da *Assembleia Legislativa de Santa Catarina-ALESC*¹⁴ foi “deliberado ao Conselho Universitário (Consuni) da Udesc pelo parecer do Deputado Paulo Eccel” (BRETERNITZ, 2017, p. 17) e, após as considerações do CONSUNI, constitui-se Comissão Especial¹⁵ para, em nome da autonomia universitária, formular e implementar sua política de AA.

Entre 2009 e 2014 tivemos a criação, a revogação e algumas alterações de resoluções no CONSUNI: Resolução nº 015/2009, que cria e regulamenta o Comitê de Articulação das Ações de Inclusão na UDESC/COMINC; Resolução nº 017/2009, que cria e regulamenta a Política de Inclusão na UDESC; Resolução nº 043/2009, que aprova o Programa de Ações Afirmativas-PAA da UDESC, revogada no ano seguinte pela Resolução nº 033-2010, que também retira as vagas suplementares destinadas a pessoas com deficiência e indígenas. Esta última passou ainda por alteração no ano seguinte (Resolução nº 017/2011), sendo esta a resolução vigente até o momento de escrita deste artigo.

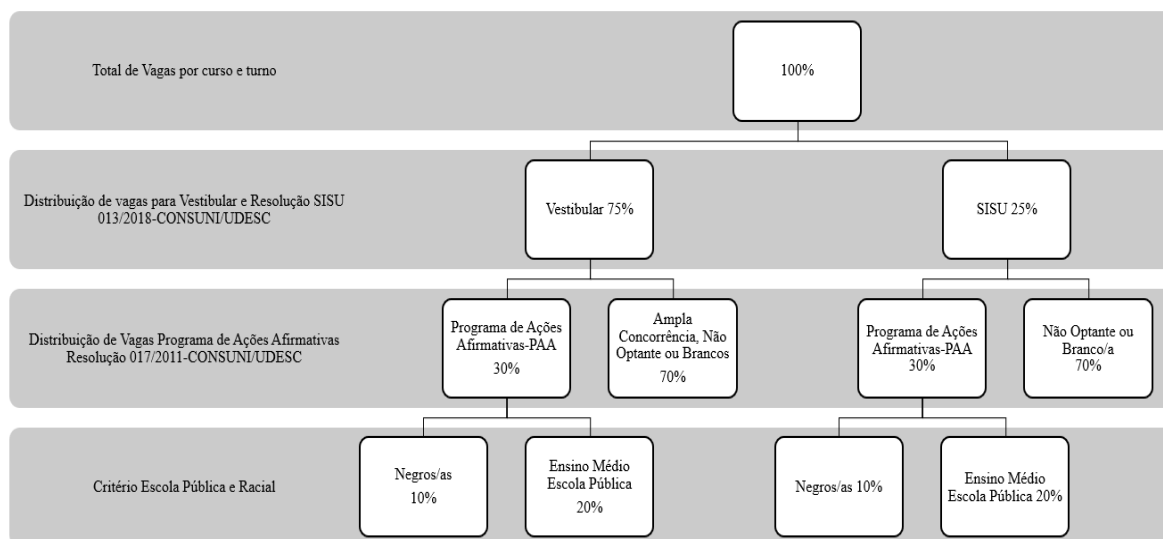
É importante dizer que, dois anos depois, uma nova alteração no Programa de Ações Afirmativas aconteceu com a Resolução nº 067/2013, sendo retirada do texto a Comissão de Verificação. A partir de então as comissões só se realizam mediante denúncia. No ano seguinte, com a Resolução nº 044/2014, temos nova redação referente às cotas para escola pública, sendo exigido somente cursar Ensino Médio em instituições públicas e não mais Ensino Fundamental e Médio.

¹⁴ PROJETO DE LEI nº 0353.2/2001. Estabelece reserva de vagas na UDESC para alunos egressos da rede pública de ensino, e adota outras providências. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia?palavra-chave=0353.2&subfiltro_autor=215&pagina=1. Acesso em: 20 out. 2020.

¹⁵ PORTARIA nº 925/07. Designa Comissão Especial. Data Publicação: 06/11/2007, Diário Oficial n. 18.242. “Art. 1º Fica instituída Comissão Especial para promover estudos das sugestões já encaminhadas pelos Centros e apresentar proposta de resolução para ser submetida ao CONSUNI sobre o ‘estabelecimento de um sistema de vantagens na forma de pontos adicionais no vestibular aos candidatos que cursaram o ensino fundamental e médio em escola da rede pública, ou que se declararem negros, pardos ou indígenas de acordo com a definição do IBGE”.

Para compreender como estão dispostas as vagas e os percentuais no PAA da UDESC, apresentamos o quadro a seguir (Figura 2). Das vagas disponibilizadas no vestibular, que correspondem a 75% do total, 30% são destinadas ao Programa de Ações Afirmativas-PAA¹⁶, sendo 20% para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas e 10% para candidatos autodeclarados negros, “entendidos como pessoas que possuem fenótipos que os caracterizam na sociedade como pertencentes ao grupo racial negro” (UDESC, 2011). Há ainda o preenchimento de 25% por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com as notas dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

Figura 2. RESOLUÇÃO N° 017/2011 + N° 013/2018 – CONSUNI



Fonte: Estudo Comparado: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA (2009-2019).

Produções sobre Ações Afirmativas na UDESC: análises, perspectivas e desafios

A partir da pesquisa coletamos e identificamos 51 trabalhos que abordaram a temática, categorizando-os em dois blocos: produções que tem como tema e objeto de estudo as ações afirmativas na UDESC, contendo treze (13) materiais (Quadro 1); e as produções que citam as ações

¹⁶ RESOLUÇÃO n° 017/2011 – CONSUNI. Altera o Programa de Ações Afirmativas da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, aprovado pela Resolução n° 33/2010 – CONSUNI.

afirmativas na *UDESC*, somando trinta e oito (38) materiais. Este artigo se debruça somente no primeiro bloco¹⁷, analisando os trabalhos descritos no Quadro 1.

O título dos trabalhos, apontam para uma análise e reflexão de diferentes aspectos da Política de Inclusão e Programa de Ações Afirmativas-PAA da *UDESC*. Chama atenção os espaços em que as produções são apresentadas e/ou discutidas, 8 ou 61% estão presentes em anais ou *e-books* de eventos nacionais e internacionais. Em relação aos/as autores/as percebemos um dado expressivo: 11 materiais (85%) são produções, ou tem a participação, de integrantes do *NEAB/UDESC*.

¹⁷ Devido ao limite de laudas deste trabalho, o segundo bloco de materiais será abordado em outra produção pelas autoras. Importa apresentar que os trinta e oito materiais que citam as ações afirmativas na *UDESC* - 13 artigos, 13 dissertações, 8 vídeos, 2 teses e 2 livros -, mostram o tempo e os espaços de debate em que os/as pesquisadores/as estão inseridos/as, indicando a visibilidade das ações afirmativas da *UDESC* com alcance regional, nacional e internacional. Geralmente, os trabalhos enfatizam o compromisso da instituição na implementação de AA, pois antes da Lei de cotas, a *UDESC* já havia implementado seu PAA em 2011.

Quadro 1. Trabalhos com objeto temático ações afirmativas na UDESC

Cod.	Título	Apresentado em	Tipo	Autoras/es	Base de dados ou Local Consulta	Ano
1	Justificativas para a Implantação de uma Política de Ação Afirmativa na UDESC	CONSUNI UDESC	Artigo	Comissão Especial Portaria 92507-UDESC	Google Acadêmico	2009
2	Educação e Cidadania de 03.10.2009 - 2º Bloco	Educação e Cidadania News	Vídeo	Educação e Cidadania-TVBV	YOUTUBE	2009
3	Espaço de Referência Ações Afirmativas (ERAA): Projeto de suporte aos alunos cotistas da Universidade do Estado de Santa Catarina	GEALA	Artigo	Paulino J. F. Cardoso, Saete T. Pompermaie, Franciéle C. G. Silva, Carol L. Carvalho, Ticiane C. Abreu - UDESC	Google Acadêmico	2015
4	Por que Cotas? Políticas de ações afirmativas nas universidades	disciplina Prática Curricular: Imagem e Som II, Graduação História	Vídeo	Kelly C. Noll da Silva - UDESC	YOUTUBE	2016
5	I Simpósio de Ações Afirmativas da UDESC: Experiências de Alunos/as Afrodescendentes e Indígenas na Graduação	FAED/UDESC	Evento	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-NEAB/UDESC	Google Acadêmico	2016
6	Análise do Programa de Ações Afirmativas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - 2007-2017	ADM Pública/ESAG	TCC	Lourdes Daiana Ferriol Breternitz-UDESC	Pergamumweb.udesc.br	2017
7	Muito além do vestibular: a política de acolhimento de estudantes cotistas na UDESC	GEALA	Artigo	Paulino J. F. Cardoso, Maria Eduarda Quirino de Oliveira, Mariana Vitória S. Penha, João V. J. Doneda - UDESC	Google Acadêmico	2017
8	Ações Afirmativas no Acesso ao Ensino Superior Público: a Experiência da UDESC (2011 – 2016)	VI Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça - SERNEGRA	Resumo	Paulino J. F. Cardoso, Daniela Rieg, João V. J. Doneda - UDESC	Google Acadêmico	2017
9	Mesa-Redonda: Ações afirmativas: balanços e projeções	IIICOPENESUL	Evento	Paulino J. Cardoso (UDESC), Dora Lúcia Bertúlio (UFPR) e Georgina Helena Lima (UFPEL)	Google Acadêmico	2017
10	Memorial Antonieta de Barros: A Experiência de Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial Por Meio de Projetos de Extensão Universitária	35º SEURS - UNILA	Artigo	Paulino J. F. Cardoso, Mariana Probst, Moroni N. Fernandes - UDESC	Google Acadêmico	2017
11	As ações afirmativas e os desafios da luta pela igualdade na conjuntura atual	Revista Pedagógica-PPGE UNOCHAPECÓ	Artigo	Paulino J. F. Cardoso - UDESC	Google Acadêmico	2017
12	Entre o racismo e o sexismo: Mulheres afrodescendentes e as ações afirmativas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina, Brasil	IV Colóquio Internacional Esial	Artigo	Graziela S. Lima, Cristiane Mare da Silva, Franciéle C. Garcês da Silva, Ana Júlia Pacheco e Carol Carvalho - UDESC	Google Acadêmico	2018
13	As Ações de Apoio Estudantil da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC	XIX Col. Internacional Gestão Universitária	Artigo	Ana Elise Cardoso Inácio - UDESC	Google Acadêmico	2019

Fonte: Estudo Comparado: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA (2009-2019).

Pela própria característica das produções, a maioria foi encontrada na plataforma do *Google Acadêmico*. O ano de 2017 tem o maior número de produções, principalmente pela criação e atuação do Projeto Espaço de Referência de Ações Afirmativas-ERAA/UDESC, existente desde 2014, designado pelas Portarias nº 088, de 31/01/2014 e nº 0051¹⁸, de 30/01/2015, que definia seus membros e período de atuação. Estas produções ocupam um lugar na formulação, implementação, monitoramento, manutenção e aprimoramento da política na instituição. Para melhor explicitar usaremos os códigos (Cod.) apresentados no Quadro 1.

Dentre os materiais produzidos em 2009, temos um intitulado “Justificativas para a Implantação de uma Política de Ação Afirmativa na UDESC” (Cod. 1 e 2), que expõe o processo de formulação, o contexto da UDESC à época, os objetivos e as metas do PAA. O texto produzido pela Comissão Especial¹⁹ introduz informações importantes para servir de base às deliberações do CONSUNI, evidenciando as justificativas para a implantação de uma política de ação afirmativa na UDESC, expressa em uma proposta de resolução.

Os trabalhos apresentados a partir de 2015 trazem aspectos da implementação e indicam a necessidade de instrumentos de monitoramento e avaliação do PAA. No texto produzido sobre o ERAA²⁰ (Cod. 3), temos um projeto de suporte aos estudantes cotistas na UDESC, objetivando:

Prestar suporte aos acadêmicos oriundos de ações afirmativas (cotistas étnicos e de escola pública) e em situação de vulnerabilidade econômica e social, além de alunos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), propondo ações

¹⁸ O Reitor da UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVI, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE: Designar, de 01/01/2015 a 31/12/2016, Paulino De Jesus Francisco Cardoso como Coordenador do Espaço de Referência e Fátima Costa De Lima, Maria Aparecida Clemencio, Thayna Duarte, Maria Gerlane, Mariah Amanda Da Silva, Thuanny Bruno Rodrigues Paes e Vera Márcia Marques Santos como membros.

¹⁹ PORTARIA nº 925 de 31/10/2007. Em 03 de abril de 2008, pela Portaria nº 242/08, o prazo para entrega dos trabalhos é prorrogado até 15 de maio de 2008. Em setembro de 2008 é designada a Comissão Especial de Ações Afirmativas no processo seletivo da UDESC. O referido texto é resultado dos trabalhos destas comissões especiais, disponibilizado pela Secretaria dos Conselhos Superiores-SECON como um dos documentos importantes apresentado em reunião ordinária do Conselho Universitário – CONSUNI, realizada no dia 09 de julho de 2009.

²⁰ O referido texto foi disponibilizado no E-Book da Quarta Jornada do Grupo de Estudos Afrolatinoamericanos-GEALA de 2015. O GEALA é um espaço de encontro e discussão interdisciplinar de estudos sobre escravidão e afrodescendentes na Argentina e América Latina, com o objetivo de propor um intercâmbio de ideias, metodologias e conhecimentos. O/as autor/as do referido texto são integrantes do NEAB/UDESC.

específicas que auxiliem no desempenho acadêmico e social dos/as graduandos/as envolvidos (CARDOSO, 2015, p. 4).

Trabalhando nas três dimensões da universidade - ensino, pesquisa e extensão -, o/as autor/as mobilizam dados para mostrar que o projeto realizou uma série de ações²¹ para auxiliar no desempenho acadêmico e social dos/as graduandos/as cotistas. Os dados indicados pelo ERAA e a vivência nas ações com os/as cotistas promovem um mapeamento e a identificação das dificuldades e dos limites do PAA da UDESC. As perguntas que o/as pesquisador/as colocam a partir dessas problemáticas são: “O que causa a desistência destes estudantes optantes por ações afirmativas? Quais ações precisam ser implementadas no projeto ERAA para auxiliar na permanência destes estudantes?” (CARDOSO, 2015, p. 491).

Doravante estas experiências acumuladas do projeto, podemos perceber em 2016 a organização do I Simpósio de Ações Afirmativas da UDESC: Experiências de Alunos/as Afrodescendentes e Indígenas na Graduação²² (Cod. 5). O evento evidenciou não apenas o protagonismo de estudantes negros/as mas também o quanto a universidade se altera com a presença destes. Corroborando com este debate o registro em vídeo (Cod. 4) produzido no âmbito da disciplina Prática Curricular: Imagem e Som II, do curso de graduação em História²³, que trouxe depoimentos importantes de integrantes da Comissão Especial, cotistas e bolsistas do NEAB/UDESC.

²¹ São algumas delas: a comunicação via redes sociais; programas de rádio; grupos de estudo e palestras com as temáticas “Ações Afirmativas”, “Relações étnico-raciais” e “Sexualidade”; recepção aos/as calouros/as; levantamento de dados via questionários socioeconômicos; apresentação do projeto em eventos; sistematização dos dados sobre permanência e desistência de estudantes cotistas na UDESC.

²² “O objetivo era constituir um espaço de divulgação, discussão, apresentação, avaliação e debate sobre ações e propostas em prol das experiências com pesquisa, ensino, extensão de alunos/as afrodescendentes e indígenas de graduação. O intuito era possibilitar que o evento colocasse em discussão os desafios e as novas perspectivas para se pesquisar e produzir conhecimento em Ciências Sociais e Humanas, no campo da História e da Educação, referente às ações afirmativas, educação das relações étnico-raciais, história de África, quilombolas e indígenas. Para isso, foram realizadas conferências e sessões de comunicações orais coordenadas a partir de eixos temáticos.” Informações disponíveis em: <http://1simposioacoesafir.wix.com/isimpacoesafirmudesc>. Acesso em: 16 nov. 2020.

²³ Curso oferecido pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação-FAED da UDESC.

A produção mais robusta sobre o tema concentra-se no ano de 2017, com destaque para o trabalho de conclusão de curso em Administração Pública²⁴ (Cod. 6). O ponto fundamental que gostaríamos de destacar em relação a este conjunto de estudos produzidos em 2017 é seu lugar na avaliação e na melhoria do PAA.

As ações afirmativas são definidas enquanto um conjunto de medidas de reparação das desigualdades, visão que qualifica o debate na medida em que não restringe as ações afirmativas às chamadas cotas nas universidades. O entendimento neste sentido é mais amplo, pois as AA são vistas como uma política pública que se apresenta em três aspectos: formulação, implementação e avaliação. Sobre a formulação da política, Santos (2020, p. 58) apresenta que “ao se adotar a decisão central da política, está sendo determinado o caminho para a solução do problema que a originou [...]”. Já a implementação, é o planejamento e a organização de todos os recursos que possam concatenar o que se idealizou com as ações operacionais do dia a dia. E os momentos de avaliação e/ou acompanhamento garantem não só a aplicação correta da política, mas também a possibilidade de melhorias e ajustes necessários para que alcance seu objetivo (BRETERNITZ, 2017; SANTOS, 2020).

O acompanhamento e a permanência são pilares da política institucional da *UDESC*, pois estes têm a força de garantir o sucesso do PAA. Através do suporte financeiro e pedagógico os/as estudantes conseguem permanecer na universidade. Especialmente no que diz respeito ao suporte pedagógico, o NEAB/*UDESC* mostra-se importante, pois, com o projeto de extensão ERAA, que hoje se apresenta como Observatório de Políticas de Ações Afirmativas-OPAAS, foi possível prestar esse atendimento, especialmente aos estudantes cotistas.

O texto sobre o Programa Memorial Antonieta de Barros (Cod. 10) também se atenta ao impacto das ações do NEAB, que contribuiu para o cumprimento das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, visando o “combate ao racismo por meio de iniciativas que promovem a diversidade

²⁴ Curso oferecido pelo Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas-ESAG da *UDESC*.

étnico-racial tanto nos currículos escolares como no ambiente universitário/escolar” (CARDOSO, 2017d), sendo o próprio programa de extensão uma ação afirmativa da *UDESC*.

Outro aspecto importante presente nos demais textos é em relação a uma parte indispensável da política pública, referente ao processo de avaliação. Breternitz (2017) discute que a resolução que estabelece o PAA indica a necessidade de avaliação após os primeiros cinco anos, o que não havia sido feito até a produção de seu trabalho de conclusão de curso. A mesma resolução propõe a criação de um banco de dados com as informações de ingresso e aproveitamento acadêmico de estudantes cotistas para subsidiar a ampliação e melhoria do PAA. Ainda, há nela a indicação “de uma Comissão Institucional para acompanhar e avaliar o programa” (BRETERNITZ, 2017, p. 28) que, segundo a autora, “suas atividades não foram encontradas nas documentações analisadas” (BRETERNITZ, 2017, p. 28). Os documentos analisados pela autora também apontam para a inexistência de atividades de acompanhamento e monitoramento:

[...] deste modo às ações que envolvem o programa foram diluídas para órgãos da instituição que possuem seus objetivos operacionais mais próximos de tais ações, e o que nenhum órgão conseguiu absorver fica sobre responsabilidade operacional da Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) composta por uma equipe enxuta demais para a demanda de trabalho que somente este programa demanda. Deste modo um órgão que deveria estar construindo estratégias para aprimorar o programa da instituição está assoberbado operacionalizando ações do mesmo. Esta é talvez seja a barreira mais intensa encontrada para o desenvolvimento do programa. (BRETERNITZ, 2017, p. 29).

O Trabalho de Conclusão de Curso de Breternitz possibilitou analisar como a Política de Inclusão e o PAA da *UDESC* foram operacionalizados e acompanhados. Suas considerações sinalizam que as ações afirmativas na *UDESC* se efetuam enquanto uma política pública, mas não são executadas e mantidas como tal, trazendo uma característica de “ação puramente administrativa” que deve ser executada, considerando, as resoluções existentes. A *UDESC* não mobiliza a política e o PAA “como uma ação que deve ser monitorada” (BRETERNITZ, 2017), avaliada e ampliada. Segundo as premissas trazidas pela própria comissão especial, o PAA seria uma forma significativa de

“trazer para a universidade a diversidade que existe na sociedade, ampliando a oportunidade de acesso à universidade para egressos do ensino público, negros e indígenas” (UDESC, 2009).

A análise de Breternitz oportuniza compreender que a *UDESC* avança em suas ações afirmativas à medida que garante a oportunidade de acesso aos estudantes oriundos de instituições públicas e das populações negras, entretanto, o acompanhamento e o monitoramento, que permitem um processo de melhoria e ampliação da política, não são realizados ou seus registros são inexistentes. Essa dimensão conduz à concordância em relação à problematização sobre os esforços da instituição “em torno destas ações e de tantas outras que não viabilizam a inexistência do PAA e inviabilizam o cumprimento de objetivos do programa” (BRETERNITZ, 2017, p. 29).

Nos textos (Cod. 7 e 11) podemos perceber que os desafios são maiores do que a questão das cotas e se expressam em dificuldades conjunturais, especialmente após o golpe de 2016. O ataque à democracia obstaculiza a criação de estratégias para ampliação e avaliação das AA nas IES. Por este motivo os trabalhos analisados são tão enfáticos ao apontar que a *UDESC* precisa cumprir sua função social e indicar para seus pares que tipo de sociedade ela quer refletir. Segundo Cardoso (2017e, p. 33), a branquitude torna-se um obstáculo aos avanços democráticos, em especial para as políticas de igualdade. Quatro anos depois da publicação de Cardoso podemos confirmar o que o autor afirma, observando a crise humanitária, sanitária e política em que vivemos em tempos de pandemia.

Com o olhar atento para estas dificuldades, desafios e limitações, os/as pesquisadores/as envolvidos nas obras analisadas propõem projetos de pesquisa (Cod. 8)²⁵ e participam de eventos (Cod. 9)²⁶ nos quais é possível fortalecer e ampliar as políticas de AA para o acesso, a permanência e

²⁵ Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo grupo Multiculturalismo: Estudos Africanos e da Diáspora, um desdobramento do projeto de extensão Observatório de Políticas de Ações Afirmativas, do NEAB/UDESC, objetivando uma análise da implementação do PAA e contribuindo para o aprimoramento e o aprofundamento da política na UDESC. Evento VI SERNEGRA ocorre em 2017, anais publicados em 2019.

²⁶ O III Congresso de Pesquisadores Negros/as da Região Sul objetivou promover a divulgação da produção científica, tecnológica e cultural sobre desenvolvimento, patrimônio e cultura afro-brasileira, incentivando a inovação e a geração de conhecimentos e a troca entre pesquisadores(as) e estudantes de ensino médio, graduação, pós-graduação e movimentos

o bom desempenho de estudantes negros (SILVA, 2018). A adoção das políticas de AA não esteve articulada com a criação de estruturas e gestão administrativa para garantir o sucesso do PAA da UDESC (Cod. 12)²⁷.

Registramos ainda, um último trabalho de 2019 (Cod. 13), que objetiva refletir sobre as ações de assistência estudantil da UDESC. Nele, a autora observa que a instituição “vêm aumentando e aperfeiçoando suas ações com relação à assistência estudantil” (INÁCIO, 2019, p. 1), reconhecendo como principal entrave a questão de recursos. Inácio destaca a criação e a importância do CAE-Coordenadoria de Assuntos Estudantis, em 2016, “pois concentrou em um único local, atendimento aos estudantes com relação a acesso, permanência estudantil, desempenho acadêmico, cultura, saúde e também desporto” (INÁCIO, 2019, p. 9). Atualmente a instituição possui o Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica - PRAFE.²⁸ O texto ainda aponta para o planejamento futuro da UDESC, pois segundo a autora, em 2019 ocorreram discussões com a comunidade acadêmica para elaboração e normatização das Políticas de Assuntos Estudantis-PAE.

A política de assuntos estudantis que vem sendo construída e que será composta por um conjunto de programas que envolvem pagamentos de auxílios, bolsas acadêmicas, ações e serviços acadêmicos das diferentes áreas da assistência estudantil, mostra uma indicação da universidade a tornar-se mais eficiente com relação não só a aplicação de recursos, como também trabalhar em áreas que permitirão dar subsídios aos acadêmicos para não só acessarem, mas também finalizarem seus estudos. (INÁCIO, 2019, p. 11)

Após apresentar os aspectos principais dos materiais analisados, conforme Quadro 1, passamos para as escolhas temáticas recorrentes nestes trabalhos. De modo geral, eles problematizam o mérito, o histórico das ações afirmativas no Brasil, o mito da democracia racial, a mestiçagem, as

antirracistas do Brasil e do Cone Sul. Consultar: https://www.sympla.com.br/iii-copene-sul_120785. Acesso em: 20 abr. 2021.

²⁷ Trabalho apresentado no IV Colóquio Internacional Esial, em especial a mesa Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes: Perspectivas de gênero, em que estudantes e gestores universitários puderam compartilhar experiências, avaliar ações e refletir sobre os desafios a enfrentar.

²⁸ O Programa possui auxílios como: alimentação, moradia, transporte, emergencial e subsídio refeição.

desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais. Chama atenção para as implicações ou relações entre mérito, escola pública, desigualdade e acesso ao Ensino Superior, indicando que existem contrapontos no entendimento das ações afirmativas que precisam ser superadas.

Em relação ao histórico da implantação das ações afirmativas, os trabalhos se conectam ao debate efetuado em nível transnacional, apontando as experiências de luta dos movimentos negros, de mulheres, indígenas e demais grupos historicamente discriminados e/ou marginalizados socialmente. É frisado que as desigualdades raciais, e mesmo as socioeconômicas, são resultado de um processo histórico e sociocultural, no sentido de que a colonização baseada em uma economia escravista criou as condições de desigualdades que vivemos, e, portanto, impactam negativamente as populações não brancas. Os estudos indicam também as outras formas de discriminação que geram desigualdades, como gênero, orientação sexual, compleição física e origem.

Ao discutirem a desigualdade socioeconômica no Brasil apontam, através de estudos, os altos índices de pobreza no país e a concentração de renda. “O Brasil, por sua vez, é o país com o maior grau de desigualdade com a renda média dos 10% mais ricos representando 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres” (UDESC, 2009, p. 7). Neste aspecto, temos informações importantes para discutir como o Brasil tem atuado para garantir justiça distributiva.

Os materiais também refletem sobre a desigualdade étnico-racial no Brasil, narrando que após a abolição da escravatura não houve no país qualquer medida que pudesse erradicar os efeitos da escravidão: “embora no país não houvesse leis de segregação racial, os negros não tiveram iguais oportunidades de acesso à educação, saúde, trabalho, enfim, cidadania” (UDESC, 2009, p. 7). Com isto, temos hoje na sociedade brasileira diversos mecanismos de exclusão social, o que torna a desigualdade étnico-racial ainda mais intensa do que a socioeconômica. Além disso, as relações raciais no Brasil são construídas a partir de uma ideia de mestiçagem e democracia racial, cujo impacto mostra-se em nossa dificuldade para entender e discutir sobre preconceito, discriminação e racismo (CARDOSO, 2017a; UDESC, 2009).

As concepções das políticas de AA nos trabalhos analisados demonstram que os/as pesquisadores/as compreendem que as cotas são uma modalidade de ações afirmativas direcionadas ao Ensino Superior, devendo ser implementadas junto a outras ações afirmativas no âmbito do estado, mas que a universidade cumprirá com seu papel na redução da desigualdade socioeconômica e étnico-racial (UDESC, 2009). A comissão especial compreende que,

As ações afirmativas constituem-se num conjunto de políticas públicas que visam a possibilitar igualdade de oportunidades no acesso de grupos discriminados por raça, cor, sexo, classe social e origem nacional à educação, ao mercado de trabalho e a um conjunto de oportunidades sociais, conforme a representação desses segmentos na sociedade. Nesse sentido, as ações afirmativas são medidas compensatórias, propostas por um período determinado de tempo até que o objetivo de igualdade de oportunidades seja atingido. [...] os objetivos das ações afirmativas são promover a igualdade de tratamento e de oportunidades contribuindo de maneira efetiva para a eliminação do preconceito racial, sexual entre outros. (UDESC, 2009, p. 1)

Podemos perceber no texto que a definição da comissão tem como base as ideias propostas pelo professor Valter Silvério e o jurista Joaquim Barbosa²⁹. Estes definem ações afirmativas como um conjunto de ações direcionadas a grupos discriminados e constituem políticas públicas para concretizar a igualdade material e mitigar efeitos discriminatórios.

Considerações Finais

As reflexões apresentadas neste estudo são introdutórias e oriundas de um movimento de coletivos que desejam contribuir para discussões e proposições de políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras. Nosso desafio de pesquisa ficou amplo e impossibilitado de abranger sua totalidade nestas vinte páginas de artigo, sendo aqui um recorte desse debate e das análises.

Ao produzirmos um Estado da Arte não pretendemos esgotar o tema, mas dar um passo inicial na sistematização e na publicização do que vem sendo investigado e debatido no acerca das ações afirmativas na UDESC. Igualmente, ao analisar o conjunto dos diferentes materiais, por serem de diferentes formatos, não nos atentamos a indicar lacunas pontuais presentes nestas produções de

²⁹ Esta referência aos autores aparece no documento intitulado “Justificativas para a implantação de uma política de ação afirmativa na UDESC”, produzido pela Comissão Especial da UDESC.

conhecimento, no entanto, salta aos olhos, poucos trabalhos a nível de graduação (TCCs) e a ausência de produção a nível de pós-graduação (dissertações e teses) com tema ou objeto específico AA na UDESC.

Optando por abordagens teóricas e metodológicas que privilegiam uma apresentação descritiva, explicativa, qualitativa e quantitativa, os balanços apontados têm um recorte temporal entre 2008 e 2019, nos quais os/as autores/as de evidenciam que a universidade catarinense poderia ter avançado em alguns aspectos, visto que quando a Lei Federal 12.711/2012 foi promulgada, a UDESC já havia implementado seu sistema de cotas. Na data de publicação deste artigo, contudo, alguns aspectos ainda não avançaram, como a discussão sobre políticas afirmativas para quilombolas e indígenas, ou processos seletivos específicos a esses grupos historicamente excluídos.

Como constatado em suas considerações, esses autores e autoras indicam a necessidade de ampliação do acesso e da permanência, sendo um dos caminhos para alcançar este objetivo o investimento em monitoramento e avaliação da política de AA. Para isso o PAA precisa de financiamento e pessoal para “sistematizar dados sobre retenção, abandono e índices de aproveitamento de estudantes optantes e não optantes” (CARDOSO, 2017a, p. 198). Logo, é fundamental a disponibilização destes dados para a comunidade acadêmica e a mensuração dos mesmos em trabalhos que possam colaborar com a administração central, no diagnóstico da eficácia ou não das ações empregadas. Estas medidas sinalizam para uma melhoria contínua que, por sua vez, garantirá que a universidade cumpra seu papel (BRETERNITZ, 2017).

Seguimos atentas a dificuldades e desafios do caminho, dando continuidade com a pesquisa, sem pausa diante deste momento tão difícil e delicado que estamos vivendo, procurando promover mais discussões e encaminhamentos a partir dos dados coletados e analisados.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRETERNITZ, Lourdes Daiana Ferriol. **Análise do Programa de Ações Afirmativas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - 2007 A 2017**. 2017. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso Administração Pública. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2017.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; LIMA, Graziela dos Santos; PACHECO, Ana Júlia. O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UDESC): 10 anos de história. In: SANTANA, Moisés; COELHO, Wilma de Nazaré Baía; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco (Orgs.). **O enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil: a experiência dos NEABs**. Itajaí (SC): Casa Aberta, 2014.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. **Educação e Cidadania** de 03.10.2009 - 2º Bloco. YOUTUBE. Canal: Educação e Cidadania News. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lgsvOaVvPsY>. Acesso em: 06 maio 2020.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. et al. Espaço de referência ações afirmativas (ERAA): projeto de suporte aos alunos cotistas da Universidade do Estado de Santa Catarina. In: Cuartas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA, 2015, Buenos Aires. **Estudios Afrolatinoamericanos 2 Actas de las Cuartas Jornadas del GEALA**. Buenos Aires: Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorin, 2015. v. 02. p. 483-493.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. et al. Muito além do vestibular: a política de acolhimento de estudantes cotistas na UDESC. **Estudios Afrolatinoamericanos**. Actas de las Quintas Jornadas del GEALA. 2017a. Disponível em: <https://geala.files.wordpress.com/2017/10/actas-v-jornadas-geala.pdf> Acesso em: 15 maio 2020.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RIEG, Daniela; DONEDA, João Victor Jung. **AÇÕES AFIRMATIVAS NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA DA UDESC (2011 - 2016)**. 2017b. In: Anais da **VI Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça - SERNEGRA**. Anais...Gaspar(SC) IFSC, 2019. Disponível em: <[https://www.even3.com.br/anais/sernegra2017/69679-ACOES-AFIRMATIVAS-NO-ACESSO-A-O-ENSINO-SUPERIOR-PUBLICO--A-EXPERIENCIA-DA-UDESC-\(2011---2016\)>](https://www.even3.com.br/anais/sernegra2017/69679-ACOES-AFIRMATIVAS-NO-ACESSO-A-O-ENSINO-SUPERIOR-PUBLICO--A-EXPERIENCIA-DA-UDESC-(2011---2016)>). Acesso em: 22 mar. 2021.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. et al. Mesa-Redonda: **Ações afirmativas: balanços e projeções**. IICOPENESUL. 2017c. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/memorias-copenes> Acesso em: 22 janeiro 2021

CARDOSO, Paulino de Jesus F. et al. Memorial Antonieta de Barros: **A Experiência de Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial Por Meio de Projetos de Extensão Universitária**. 35º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul-SEURS. 2017d. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/2018/03/06/anais-do-35-seurs/> Acesso em: 08 jun. 2020.

CARDOSO, P. J. F. As ações afirmativas e os desafios da luta pela igualdade na conjuntura atual. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 19, n. 40, p. 33-42, jan./abr. 2017e. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v19i40.3740> Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3740> Acesso em: 30 julho 2020.

CARVALHO, Emanuel Manguiera de. **Ações afirmativas no ensino superior: a produção acadêmica nas Universidades Estaduais Paulistas de 1990 a 2012**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2014.

_____. **A produção do conhecimento sobre ações afirmativas nos programas de pós-graduação no Brasil: balanços e perspectivas**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP, 2019.

DAFLON, Verônica Toste; FERES Júnior, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 43, p. 302-327, 2013.

FAEDO, Juliane Yukie Yamamoto Faedo; Yamamoto, Viviane Suemi; LOPES-JESUS, José Carlos de. Ações Afirmativas no Brasil: uma pesquisa bibliométrica. **Desafio Online**, Campo Grande, v.5, n.3, Set./Dez. 2017.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento social de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

INÁCIO, Ana Elise Cardoso. As Ações de Apoio Estudantil da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC. **XIX Col. Internacional Gestão Universitária**. Florianópolis/SC. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201764> Acesso em: 20 jan. 2021.

KIM, Richard Pae. TOMMASIELO, Flávia Carneiro. A produção acadêmica jurídica sobre as Ações Afirmativas no Brasil (2013 a 2016): teses e dissertações sob a ótica dos direitos humanos e fundamentais. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, SP v. 19, Jan./Abr, 2018.

PAIVA, Angela Randolpho. **Entre dados e fatos: Ação Afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed., 2010.

POLETO, Daniela Basso; EFROM, Cora; RODRIGUES, Maria Beatriz. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare** (Educare Electronic Journal) Vol. 24(1) enero-abril, 2020.

SANTANA, Leila Lima de Souza; MACIEL, Carina Elisabeth. 'Estado do Conhecimento' sobre acesso e permanência na Educação Superior e o Programa Incluir. In: **XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-oeste**: Reunião Científica Regional da ANPED, Goiânia-GO, 2014.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Gestão Universitária e a Lei de Cotas**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Cristiane Mare. et al. Entre o racismo e o sexismo: Mulheres afrodescendentes e as ações afirmativas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina, Brasil. In.: MATO, Daniel (Org). **Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333224100_Educacion_Superior_y_Pueblos_Indigenas_y_Afrodescendientes_en_America_Latina_Tendencias_tensiones_y_desafios_propuestas_para_continuar_avanzando Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de Borba. Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 151-191, maio/jun. 2018.

THIJM, Franklin Eduard Auad, **O que dizem teses e dissertações sobre relações raciais em educação (2004-2013)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Resolução nº 017, 21 de março de 2011**. Altera o Programa de Ações Afirmativas da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, aprovado pela Resolução nº 33/2010 – CONSUNI. Disponível em: <http://secon.udesc.br/consuni/resol-html/2009/017-2009-cni.htm>. Acesso em: 28 out. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **I Simpósio de Ações Afirmativas da UDESC: Experiências de Alunos/as Afrodescendentes e Indígenas na Graduação**. 2016. Disponível em: <https://1simposioacoesafir.wixsite.com/isimpacoesafirmudesc> Acesso em: 10 out. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Justificativas Para A Implantação De Uma Política De Ação Afirmativa Na Udesc**. 2009. Disponível em: <http://secon.udesc.br/consuni/pautas/plenario/2009/09-07-2009/propostas/Acoes%20afirmativas%20da%20UDESC.pdf> Acesso em: 02 abr. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Por que Cotas? Políticas de ações afirmativas nas universidades**. 2016. YOUTUBE. Canal: Kelly C. Noll da Silva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jw2zld2PZ0Q> Acesso em: 05 jan. 2021.

Em defesa da sociedade: uma análise biopolítica nas capas-reportagens da revista *Veja* da década de 1980

In defense of the company: a biopolitical analysis in the covers-reports of the *Veja* magazine from the 1980's

André Luís A. Silva

Doutorando em História

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

the.andreluis@hotmail.com

Recebido em: 17/07/2021

Aprovado em: 22/10/2021

Resumo: Este artigo problematiza a revista *Veja* como um dispositivo da biopolítica, no qual se cruzam inúmeras relações de saber-poder que buscam produzir subjetividades. A investigação consiste em examinar capas-reportagens publicadas na década de 1980, que tratam da biopolítica, ou seja: (1) em gerenciar e defender a população de possíveis ameaças e perigos, (2) promover seu bem-estar e propiciar melhor qualidade de vida e, (3) estabelecer o que são hábitos normais e anormais na sociedade. Desse modo, o artigo parte da perspectiva de que a temática mencionada está ligada a um jornalismo pedagógico e performativo, isto é, enunciados jornalísticos que buscam disciplinar condutas e produzir comportamentos conformes em seus leitores-população. A promoção da biopolítica realizada por *Veja* será analisada sob a ótica do conceito do filósofo francês Michel Foucault, assim como, sua noção de dispositivo. Ambas as categorias nos possibilitam problematizar a revista *Veja* como uma rede de enunciados que procuram manter, prolongar e administrar a vida da população.

Palavras-chave: Revista *Veja*; Biopolítica; Dispositivo.

Abstract: This article discusses *Veja* magazine as a device of biopolitics, in which knowledge-power relations that seek to produce subjectivities intersect. The investigation consists of examining covers-reports published in the 1980s that deal with biopolitics, that is: (1) in managing and defending the population from possible threats and dangers, (2) promoting their well-being and providing a better quality of life and, (3) establish what are normal and abnormal habits in society.

Thus, the article starts from the perspective that the mentioned theme is linked to a pedagogical and performative journalism, that is, journalistic statements that seek to discipline behavior and produce compliant behavior in its readers-population. The promotion of biopolitics carried out by *Veja* will be analyzed from the perspective of the concept of the French philosopher Michel Foucault, as well as his notion of device. Both categories allow us to problematize *Veja* magazine as a network of statements that seek to maintain, prolong and manage the life of the population.

Keywords: *Veja* magazine; Biopolitics; Device.

Introdução

As discussões em torno da relação entre mídia e o exercício do poder estão presentes em todas as esferas do pensamento social contemporâneo. No aspecto geral, podemos entender a mídia como uma ferramenta que permite a troca de comunicação e informação, ou seja, como uma ponte que liga o enunciador ao enunciatário. É justamente esse processo que os cientistas sociais têm problematizado nas últimas décadas, sob diferentes olhares, referenciais teóricos e objetos de estudo. Assim, os resultados destas discussões repercutem em artigos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e livros. A unanimidade entre os pesquisadores é de que o poder da mídia é notável no que diz respeito à formação de consciência, na condução de condutas dos sujeitos através do prisma da produção de subjetividades. Com efeito, a prática jornalística na contemporaneidade não se limita a apenas informar a sociedade por meio de seus noticiários, também é evidente o jogo de interesse dos veículos de comunicação, como por exemplo, em moldar sujeitos-populações, estabelecendo modos de ver, sentir e agir, dentro de uma esfera individual ou coletiva. Ao informar e veicular notícias na sociedade, o jornalismo oferece, simultaneamente, modos de ler o mundo e se posicionar nele.

Segundo Pereira (2010), o jornalismo na contemporaneidade se legitima na sociedade como uma prática produtora e difusora de cultura, assim, construiu-se ao longo dos anos uma imagem de credibilidade ancorada em conceitos e premissas de objetividade, isenção, neutralidade e imparcialidade. Isso faz do jornalismo um discurso autorizado, o estatuto de dizer o que funciona como verdadeiro numa determinada época. De fato, ao passar dos séculos, o jornalismo perdeu e

também adquiriu novas características, outros veículos de comunicação surgiram e passaram a disputar a audiência e a atenção do/com o público. Exemplo disso são as redes sociais que, nas últimas décadas, vêm disputando com o jornalismo a função de produzir e circular noticiários, estabelecer memórias e narrativas.

Marcondes Filho (2000) caracteriza o jornalismo contemporâneo como uma fase iniciada na passagem dos anos 1970 e 1980, na qual, configura-se como um dispositivo que convoca os leitores a participarem do mundo, tomarem posição e a vivenciarem uma vida de sucesso. Portanto, não basta somente noticiar, trata-se de transformar e moldar os sujeitos-leitores, criar pacotes identitários, mapear caminhos, apresentar-se para os indivíduos como um manual de autoajuda, um guia político, econômico e cultural, que emite receituários e saberes.

As características que Marcondes Filho destaca da fase atual do jornalismo são perceptíveis, principalmente, no segmento das revistas, visto que elas sofreram grandes transformações nas últimas décadas em busca de nichos específicos, tornando-se cada vez mais especializadas em assuntos intrínsecos, propondo normas de condutas, auxiliando na educação da sociedade e se posicionando entre os livros e o modelo tradicional de jornais que conhecemos. De fato, os conteúdos das revistas não são complexos e profundos como nos livros, assim como, também não são brevemente simples e rasos como os dos jornais convencionais produzidos no calor da hora. De acordo com Scalzo (2011), o conteúdo das revistas preenche a lacuna deixada pelos livros (objetos sacralizados) e jornais (noticiários ligeiros), pois seu conteúdo descodifica a complexidade dos livros e aprofunda as notícias veiculadas anteriormente pelos jornais. Para a autora, o leitor de revistas não está preocupado com o imediatismo e/ou a complexidade de tal assunto, o que ele procura é por instruções, complementos, caminhos alternativos, textos de qualidade ao ponto de serem analíticos e menos factuais.

Em virtude do que foi mencionado, apropriamo-nos das publicações da revista *Veja* da década de 1980, como nosso objeto de estudo. A década referenciada é importante quando olhamos para conjuntura do Brasil, pois, trata-se de um período de transição política, econômica, social e

cultural. O contexto externo é composto pelas disputas da Guerra Fria e pela chegada do neoliberalismo nos EUA, Alemanha, França e Reino Unido, assim como, a abertura econômica da China. Com efeito, não devemos esquecer que o jornalismo de revista interfere ativamente nas mudanças, rupturas e transformações de uma sociedade, isto é, trazendo as atualidades, as tendências, os novos modos de se pensar, sentir, viver e se comportar. A década de 1980, também é o ápice de tiragem da revista *Veja* até aquele momento, em um levantamento feito pelo *Instituto Verificador de Comunicação (IVC)*¹, revela que a tiragem média semanal de *Veja* chegou a ser de 800 mil exemplares na década de 1980. Segundo uma matéria do jornal *O Globo*, em 22 de dezembro de 2018, a *Veja* se tornou a revista mais vendida do país e a terceira mais vendida do mundo no final dos anos 1980, com circulação acima de um milhão de exemplares, mantendo-se até a atualidade como a líder do mercado brasileiro de revistas². Com efeito, todos estes motivos somados justificam o porquê de nosso interesse em *Veja*.

Para que seja possível a realização deste trabalho, somente as capas-reportagens da revista serão analisadas, ou seja, a manchete da capa e, posteriormente, sua reportagem completa, encontrada no miolo da revista. Como em qualquer periódico, as capas se caracterizam como os principais espaços e, por conta disso, possuem melhor acabamento ilustrativo. A manchete e a chamada da capa buscam causar impacto, têm por finalidade reforçar e legitimar o conteúdo visual, ao mesmo tempo em que convocam o público à leitura. As capas de *Veja* têm por objetivo principal chamar a atenção de seus leitores para determinado fato e/ou reportagem que a própria revista classifica como mais importante e, por isso, merece maior destaque. Nas páginas que concentram a reportagem principal da revista, existe uma tentativa de sanar todas as dúvidas dos leitores, alertá-los e convencê-los. Criam-se através de crônicas de transformações os mapas e as modalizações de comportamentos.

¹<www.ivcbrasil.org.br/>.

²Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/apos-ser-vendida-editora-abril-passara-negociar-com-credores-23322666>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

Assim, nossa inquietação neste artigo é discutir a revista *Veja* como um dispositivo da biopolítica, ou seja, como uma rede de enunciados que interpretam o presente, estabelecem sentidos aos fatos e projetam um futuro, tendo em vista a defesa da população, o bem-estar, a qualidade de vida, e a garantia de que os sujeitos vivam dentro da normalidade e da margem. Examinar *Veja* como um dispositivo da biopolítica significa analisar seus enunciados jornalísticos dentro de uma ampla malha discursiva que se apresenta como responsável em gerenciar e administrar a população. É preciso entender suas publicações além do que é noticiado, isto é, investigar quais são as condições de possibilidade que permitem a emergência do saber jornalístico e as estratégias do exercício de poder entre *Veja* e seus leitores.

Revista *Veja*: um dispositivo da biopolítica

Por que as pessoas leem revistas? A resposta é ampla, talvez em um primeiro momento para se informar, mas, também, os leitores buscam por saberes, por narrativas que apresentem e expliquem o mundo, que os ajudem a construir críticas, reflexões, localizar-se e interagir diante dos fenômenos sociais. Sabendo dessa demanda, as revistas convocam os sujeitos e investem cada vez mais em receituários, mapas e guias que mostram o caminho para seus leitores seguirem. É nesse momento que se implicam modalizações e subjetivações, modos de ser, de fazer, de sentir e de poder. Assim, o ato de comunicação entre enunciador e enunciatário se constrói em torno de um domínio de saber. Deste modo, é comum vermos nas capas das revistas as seguintes expressões em suas manchetes: venha saber, descubra conosco, saiba das novidades, compreenda o essencial, etc. No mundo cada vez mais globalizado, o jornalismo de revista parte do princípio de que é preciso ensinar seus leitores a como proceder para colher os frutos do sucesso no futuro. Por este motivo que tantas revistas atuam em diversos segmentos, como por exemplo: economia, moda, beleza, política, automobilismo, esportes, ciência, saúde, culinária, entre outros.

Segundo Prado (2013), na década de 1980, a televisão se popularizou no Brasil e ocupou o lugar dos periódicos, principalmente o do jornalismo de revista que, por consequência, teve que se

reinventar, adotando práticas ainda mais pedagógicas, instrutivas e interpretativas, no qual a utilização e o entrelaçamento de imagens, infográficos, fotografias e discursos são os principais ingredientes para a formulação de mapas cognitivos que convocam o leitor a participar e interagir no meio social. Embasado em leituras do filósofo Michel Foucault, o autor acredita que as revistas passaram a desempenhar uma função biopolítica, ou seja, seu editorial é pensado para alertar o leitor-população sobre possíveis riscos que podem afetar sua segurança, em investirem na vida para que obtenham o máximo de eficácia, performatividade, longevidade e prazer. Também, pautas jornalísticas direcionadas para normalizar e regularizar comportamentos, assim como, resgatar aqueles indivíduos que fogem da normalidade, pois, a finalidade desta tecnologia de poder é gerenciar a população, buscar e manter o equilíbrio, a regularidade, a média. De fato, esses são os três principais pilares que sustentam o que Foucault (1999, p. 288-289) conceituou como biopolítica.

Durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica de poder não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está em outra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes.

A biopolítica para Foucault é uma nova técnica de poder, diferente do poder disciplinar que o autor havia conceituado em *Vigiar e Punir* (1975) e no primeiro volume de *História da Sexualidade* (1976). Naquela ocasião, Foucault definiu que o poder disciplinar tinha como alvo o corpo do sujeito, numa tentativa de adestrá-lo, torná-lo útil, dócil e produtivo. Para o autor, essa técnica de poder se perpetuou no ocidente entre os séculos XVII e final do XVIII, principalmente dentro de fábricas, escolas, hospitais e exércitos, sendo aplicado para cada um dos indivíduos, tendo como suporte a disciplina e a vigilância de seus corpos.

Já a biopolítica teria emergido no ocidente no final do século XVIII, e designa a maneira pela qual o poder se encaminha para a transformação, ela não exclui a técnica disciplinar, mas amplia seu horizonte. Portanto, a biopolítica deve ser entendida como um exercício de poder sobre um novo

corpo político: a população. De acordo com Foucault (2018), é a biopolítica que norteará a governamentalidade dos povos, é ela que vai tratar de racionalizar e resolver problemas próprios de uma população, como por exemplo: o contingente, as questões de saúde, higiene, natalidade, longevidade, qualidade de vida, urbanização, bem como, emitir alertas de possíveis perigos que possam colocar a espécie humana em risco. Nessa perspectiva, é conveniente pensarmos junto com Prado (2013), quando o autor define o jornalismo de revista como um dispositivo, tendo como referência o conceito de Michel Foucault (2017, p. 364-365):

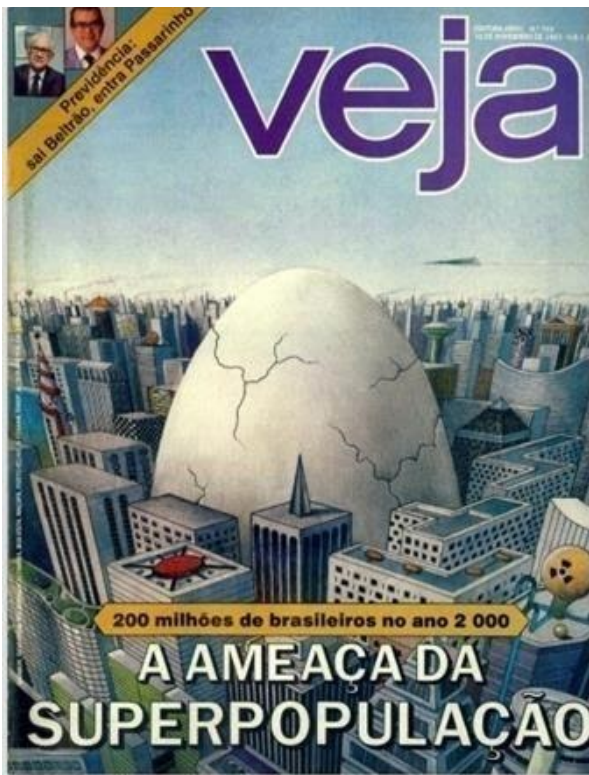
[...] engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. [...] entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. [...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

Para Foucault, a noção de dispositivo está vinculada a uma relação de poder e a uma configuração de saber. Sua formação, é devido a um determinado momento histórico, e sua função é responder por uma urgência. Trata-se de uma estratégia de relações de força sustentada por algum tipo de saber. É por meio dos dispositivos que o poder circula. Todavia, pensarmos a revista *Veja* como um dispositivo da biopolítica significa caracterizá-la como uma rede de elementos discursivos que interpretam o presente, estabelecem sentido aos fatos, propõe modos de pensar, agir e sentir. Também, enunciados jornalísticos que orientam seus leitores-população a seguirem determinadas condutas, a tomarem posição em busca do bem-estar, da segurança, da qualidade de vida e ao sucesso.

Ao debruçarmos sobre as edições da revista *Veja*, percebemos que durante a década de 1980, emergem capas-reportagens no periódico que passam a adotar um caráter pedagógico e, portanto, decidimos investigá-lo pelos próximos anos que compõem a década mencionada. Em um primeiro

momento, as capas-reportagens foram selecionadas por discutirem temáticas relacionadas à segurança da população.

Imagem 1 – Capa da revista *Veja*



Fonte: *Veja*, edição 793, 16/11/1983, capa.

Imagem 2 – Capa da revista *Veja*



Fonte: *Veja*, edição 907, 22/01/1986, capa.

As edições veiculadas por *Veja* destacam-se por emitir alertas de segurança, pois, de acordo com a revista, a superpopulação e a seca no planeta emergem como futuras ameaças que poderiam impactar diretamente na vida da população. Portanto, *Veja* assume um caráter biopolítico: é necessário gerenciar, prever possíveis riscos, proteger e fazer viver.

Em ambas as capas da revista, *Veja* utiliza simultaneamente discursos verbais e imagéticos, para construir uma narrativa alarmística para seus leitores. Segundo Scalzo (2011), é uma característica dessa unidade comunicativa a utilização de um arsenal de recursos visando impactar e chamar a atenção do leitor, como por exemplo, o entrelaçamento de manchetes, chamadas e imagens empregadas em produzir narrativas, introduzir valores e símbolos que influenciem na percepção do leitor no âmbito social. Ao mesmo tempo em que as capas buscam proporcionar interações com os leitores, espera-se representá-los e convencê-los a mobilizar-se, tomar decisões.

Ainda sobre as capas, vale ressaltar que ambas ilustram a representação de uma cidade, o que nos faz pensar que, para a revista, o grande problema da superpopulação e da seca está localizado nos grandes centros urbanos. Talvez isso seja explicável ao lembrarmos de que o público alvo de *Veja* está nas cidades, principalmente nas mais populosas. Por conta disso, a revista escreve e direciona suas matérias para os leitores da zona urbana, como se fosse um problema que eles, com a ajuda da revista, têm a missão de procurar soluções.

Quando analisamos as reportagens no interior da revista, percebemos que a biopolítica também se faz presente,

[...] o Brasil amarga uma taxa de crescimento demográfico de 2,49% ao ano. Nessa marcha, o país chegará ao ano 2000 com cerca de 200 milhões de habitantes. Então, sofrerá os efeitos do sensível agravamento do fenômeno da multiplicação da pobreza e da queda da qualidade de vida. [...] Para que lamentações desse gênero não sejam reprisadas no fim do século, é preciso não perder tempo. É urgente implantarmos o planejamento familiar para reduzir o ritmo do crescimento e, principalmente, melhorar a qualidade de vida da população brasileira (*Veja*, edição 793, 16/11/1983, p. 74-75).

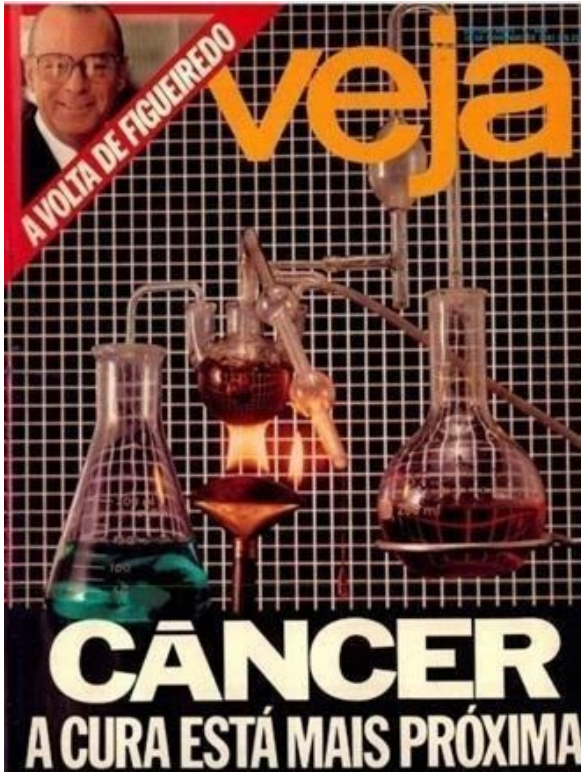
O ônus desse desastre, estimado em cerca de 6 bilhões de dólares distribuídos entre o que o país precisará importar, deixará de exportar e perderá diretamente com a

quebra das lavouras, incidirá sobre todos os brasileiros sob a forma de alimentos mais caros e, em consequência, mais inflação – que devora, numa espiral sem fim, o poder aquisitivo dos salários (*Veja*, edição 907, 22/01/1986, p. 44).

Os trechos recortados das reportagens seguem o mesmo caminho traçado pelas capas. Trata-se de um discurso jornalístico que denuncia o risco de vida para a população. De acordo com a revista, a superpopulação e a grande seca podem acarretar na multiplicação da pobreza, na queda da qualidade de vida, falta de alimentos e mais inflação, essa última que assolava a vida dos brasileiros mais pobres durante a década de 1980. Com efeito, a revista assume o papel de quem deve, primeiramente, alertar seus leitores-população sobre possíveis riscos que possam afetar sua segurança, bem como, posteriormente, apontar os possíveis e os melhores caminhos para prevenção e/ou resolução dos problemas por ela mesma apresentados, como por exemplo, implantar um planejamento familiar para diminuir a taxa de crescimento populacional no país, assim como, a preservação da água e do meio ambiente a fim de evitar grandes secas que causam descontroles econômicos. As temáticas trazidas pelo periódico estão imbricadas, tratam do gerenciamento da população, mostrando que na biopolítica o que está em jogo é a defesa da vida, “é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver” (FOUCAULT, 1999, p. 295).

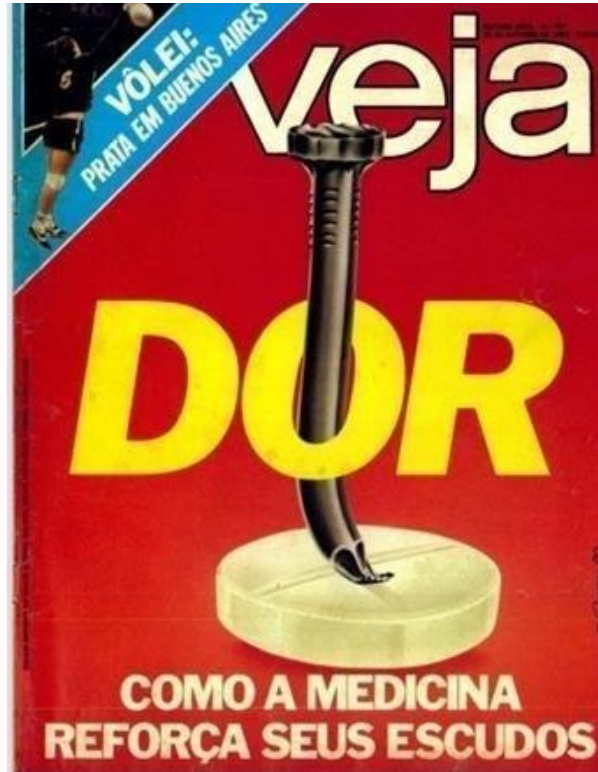
Correia (2012) ressalta que vivemos em uma sociedade de risco, alguns impostos pela natureza, outros produzidos pela própria ação humana. Por conta do fator de risco, o autor acredita que a biopolítica foi responsável por fazer nascerem sistemas de seguridade social, de previdências, de poupança. De fato, como vimos através das capas-reportagens de *Veja*, para a biopolítica é essencial a defesa da população, mas, também é necessário o investimento na própria existência humana, isso significa fazer a população alcançar uma vida equilibrada, saudável e sem dores. É preciso prolongá-la, maximizá-la. Portanto, nosso próximo ponto de análise são as capas-reportagens que tratam do investimento na vida, como por exemplo, a prevenção, o tratamento e a cura de doenças através da ciência, atrelados ao consumo de medicamentos.

Imagem 3 – Capa da revista *Veja*



Fonte: *Veja*, edição 689, 18/11/1981, capa.

Imagem 4 – Capa da revista *Veja*



Fonte: *Veja*, edição 737, 20/10/1982, capa.

As capas mencionadas estabelecem diálogo com a ciência da medicina. É por meio delas que *Veja* coloca ênfase nos últimos estudos científicos desenvolvidos, ao mesmo tempo que elege a medicina por ser a principal responsável em prolongar a vida da população, para que ela possa desfrutar de uma vida mais longa, saudável e evitar/amenizar sofrimentos. De acordo com Conrad (2007), pós década de 1970, inaugurou-se uma nova fase da medicalização. Segundo o autor, a medicina e o poder médico perderam o controle social, do qual eram capazes de definir e redefinir os aspectos da vida cotidiana como uma questão médica, o principal motivo dessa transformação é pelo fato da grande influência das empresas farmacêuticas no meio social. Conrad chama atenção para duas questões pertinentes: (1) as ações da profissão médica tem funcionado cada vez mais de acordo

com os interesses do capitalismo e, (2) a indústria farmacêutica passou a veicular anúncios publicitários nas mídias sociais, o que incentiva os sujeitos a consumirem cada vez mais remédios e pedirem para seus médicos a prescrição dos medicamentos vistos em publicidades. Com efeito, essas questões conduziram Conrad a alegar que a medicalização, em tempos de biopolítica, tornou a indústria farmacêutica o principal ator social, a saúde uma mercadoria e o corpo humano um lugar de experimentos, reformas, aprimoramento e desempenho.

Outra questão importante a ser mencionada é que ao examinarmos as capas de *Veja*, é necessário lembrarmos que elas se caracterizam por serem pré-construções, ou seja, é a equipe editorial de *Veja* que define o que é importante veicular, como nós leitores devemos ver, ler e pensar sobre a temática exibida na capa. De fato, é o processo editorial que conduz os leitores em relação ao modo como devem consumir e interpretar aqueles signos, neste caso, em entender que a medicina é essencial para a população gozar de uma vida longa, e que esta ciência trabalha para resolver os problemas relacionados à saúde humana. Quando examinamos as reportagens no interior das edições mencionadas, é possível observar como o discurso jornalístico em defesa do investimento na vida é uma potente ferramenta que atua no processo de constituição/construção dos sujeitos e na condução dos comportamentos da população. Trata-se de um jornalismo que molda, que produz subjetividades, é desta forma que *Veja* exerce poder sobre a vida de seu leitor-população.

Apoiadas num investimento de centenas de milhões de dólares, aplicados nos últimos dois anos, as companhias farmacêuticas americanas começam a produzir Interferon quimicamente puro. Há poucas semanas foram revelados pelo Dr. Jordan Gutterman, em Houston, nos Estados Unidos, os primeiros resultados de testes efetuados com Interferon obtido pela Engenharia Genética. A droga conseguiu bloquear o crescimento de tumores em dezesseis pacientes que já se encontravam em estágio avançado. [...] Os progressos são evidentes, mas os especialistas evitam render-se a triunfalismos. Pouco a pouco, as peças do gigantesco quebra-cabeça vão encontrando seu lugar (*Veja*, edição 689, 18/11/1981, p. 62).

Nos últimos oitenta anos a aspirina se tornou o remédio mais consumido em todo o mundo – e tem virtudes para isso. Além de seguro, testado por geração após geração, serve para curar tanta coisa que os cientistas, à medida em que mergulham em estudos sobre ele, mas frequentes sobretudo nos últimos anos, espantam-se

crescentemente com sua versatilidade. Como anunciam os fabricantes, a aspirina alivia a dor, reduz a febre, combate as inflamações, ajuda a curar o resfriado (*Veja*, edição 737, 20/10/1982, p. 71).

Os trechos recortados nos mostram a ênfase que *Veja* designa para a indústria farmacêutica e seus benefícios adquiridos por meio de investimentos tecnológicos e científicos. O destaque é por conta de suas conquistas, como por exemplo, as drogas que obtiveram bons resultados contra o câncer e o consumo exacerbado da aspirina, exaltada como uma fórmula mágica que, além de segura, é um medicamento simples para aliviar inúmeras dores.

De fato, o ato de comunicação de *Veja* para com seus leitores é um exercício de poder que se constrói em torno de um domínio de saber, neste caso, o saber científico, medicinal. E, assim, vale lembrar que na biopolítica o alvo do poder é a população, e a forma de se governar é por meio de saberes, deste modo, nota-se que as capas-reportagens de *Veja* se apresentam como uma prática jornalística responsável pela mediação, produção e circulação de textos, imagens, conceitos e inúmeros saberes que possuem a finalidade de gerenciar a população. De acordo com Silva (2019), o jornalismo de revista, assim como os demais veículos de comunicação, ocupa um lugar privilegiado de fala, que se efetiva como uma vontade de verdade para seus receptores, como um discurso dotado de credibilidade e autorizado a falar sobre todo e qualquer saber. Com efeito, o que a revista *Veja* veicula em suas capas-reportagens não podem ser entendido como mera informação, mas como disseminações de saberes que prometem ao leitor-população qualidade de vida, prazer, saúde, equilíbrio, assim como, os possíveis caminhos abertos pela ciência para aliviar as dores e o sofrimento quando for necessário.

Para a biopolítica, é importante que nenhum indivíduo saia fora da margem, do controle e da normalidade. Não faz parte da governamentalidade biopolítica os indivíduos-população que se desviam, aqueles que mostram comportamentos opostos do que se espera. A biopolítica se preocupa em manter a média, ela não aceita condutas díspares que possam colocar em risco o equilíbrio e a estabilidade social. Mas, caso isso venha a acontecer, a própria biopolítica se encarrega em buscar e trazer aqueles sujeitos novamente para dentro da margem/normalidade. Neste caso, chegamos ao

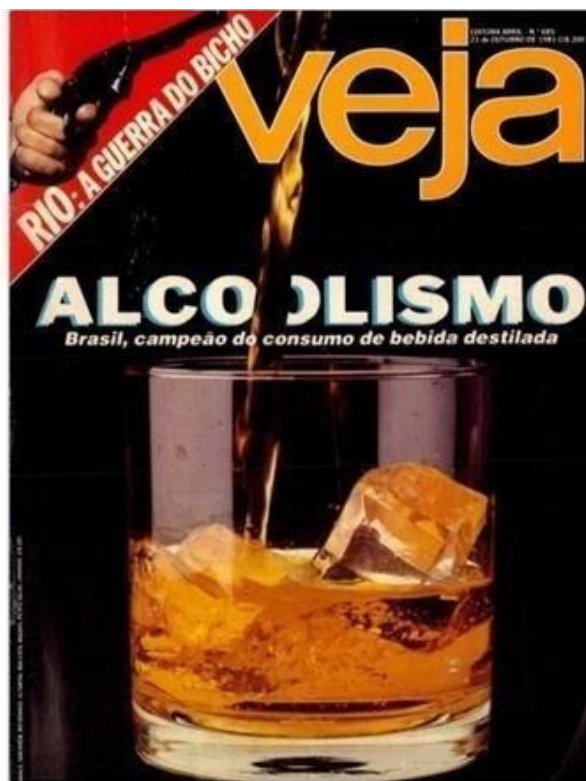
terceiro pilar da biopolítica, a questão da norma, também presente nas capas-reportagens da revista *Veja*.

Imagem 5 – Capa da revista *Veja*



Fonte: *Veja*, edição 606, 16/04/1980, capa.

Imagem 6 – Capa da revista *Veja*



Fonte: *Veja*, edição 685, 21/09/1981, capa.

As edições citadas de *Veja* estabelecem para seus leitores o que é o anormal na sociedade. O anormal é o indivíduo viciado em cigarros e bebidas, ou seja, aquele sujeito que é dependente de algum tipo de uso de drogas. Segundo a revista, esse indivíduo está se desviando da normalidade. Foucault (2018) ressalta que a normalização é um dos grandes instrumentos da biopolítica, pois, consiste em homogeneizar as multiplicidades. Uma sociedade normalizada é o efeito dos poderes

centrados sobre a vida da população, técnicas que são disseminadas no corpo social, como a criação, classificação e o controle, principalmente de anormalidades.

As narrativas das capas de *Veja* buscam criar através de crônicas de transformação os mapas e as modalizações de comportamentos. A revista coloca o leitor na posição de quem necessita de conselhos e ajuda, mostrando os malefícios trazidos pelo vício em drogas, mesmo elas sendo lícitas, como o exemplo de cigarros e bebidas alcoólicas. As reportagens no interior do periódico apontam para o mesmo caminho, citam o aumento de pessoas viciadas e destacam suas consequências ao longo prazo.

[...] desde 1964, quando o Departamento de Saúde dos Estados Unidos divulgou seu primeiro e estrondoso relatório sobre o fumo, o cigarro transformou-se aos poucos, num degrau para o câncer, os distúrbios circulatórios e úlceras. Hoje, calcula-se que um fumante deve esperar viver de oito a nove anos menos que um não-fumante. [...] O fumo está na origem do câncer do pulmão, das cordas vocais ou da laringe, da boca, da língua, do lábio, da gengiva, do esôfago, da bexiga, do rim e do pâncreas (*Veja*, edição 606, 16/04/1980, p. 77-82).

Segundo a Dra. Jandira Mansur, 41 anos, chefe do Departamento de Psicobiologia da Faculdade Paulista de Medicina e uma das mais respeitadas especialistas no assunto, o alcoolismo é responsável por metade das internações registradas em hospitais psiquiátricos e por 90% dos atendimentos psiquiátricos de urgência. Em 1978, segundo estatísticas oficiais, registraram-se 1 551 501 acidentes de trabalho causados por embriaguez. Pesquisas conduzidas pelo médico Ajax Walter Silveira, chefe do Ambulatório de Recuperação de Alcoólatras da Prefeitura de São Paulo, constataram que 70% dos menores abandonados que perambulam pela capital paulista – uma multidão estimada em 600 000 pequenos brasileiros – são filhos de pais alcoólatras. Suspeita-se, também, de que goles irresponsáveis provocam anualmente alguns milhares de acidentes de trânsito [...] (*Veja*, edição 685, 21/09/1981, p. 89).

Ambas as reportagens realçam as complicações que o sujeito-população pode adquirir caso prolongue por anos algum dos vícios mencionados. No exemplo do cigarro, *Veja* destaca que o fumo pode causar distúrbios e pode se tornar a porta de entrada para levar o indivíduo a desenvolver doenças mais graves, como o câncer. Na reportagem sobre o vício em bebidas alcoólicas, a narrativa consiste nos alertas sobre seus efeitos no trabalho, no trânsito e na família. Ambas as

capas-reportagens de *Veja* mostram preocupação com o uso exacerbado das drogas mencionadas, ainda que legalizadas, sua utilização sem precedentes pode resultar em vários indivíduos se desviando da normalidade, o que acarretaria em possíveis malefícios no futuro para a população, riscos de grande proporção e que poderiam ameaçar a estabilidade e o controle da governamentalidade biopolítica. Portanto, podemos considerar que as capas-reportagens investem em duas frentes, (1) elas conduzem o leitor-população a interpretação de que os vícios, sejam eles em cigarros e bebidas, trazem malefícios e os levam para a anormalidade e, (2) o discurso jornalístico funciona como um mecanismo para resgatar aqueles que já estão fora da margem, ou seja, os viciados. Assim, é necessário alertá-los e trazê-los para a normalidade novamente. Desse modo, o investimento da biopolítica sobre a vida se faz por meio do exercício do poder normalizador, é ele quem vai adequar, controlar, administrar e regularizar a população, é ele o responsável por estabelecer o que é normal e anormal em uma sociedade. Essa relação de poder é desempenhada por *Veja*, o que torna o periódico um dispositivo da biopolítica.

De acordo com Prado (2013), os veículos comunicacionais, em especial as revistas semanais, convocam o enunciário para viver uma vida segmentada, que valha a pena ser vivida, construída e modalizada por meio dos critérios biopolíticos. Segundo o autor a convocação é realizada por meio da garantia de uma vida de satisfações, sejam elas emocionais ou materiais. Com efeito, nota-se que a essência das capas-reportagens de *Veja* é investir cada vez mais em receituários, alertas, mapas e guias que, primeiramente convocam seus leitores e, posteriormente, mostram os caminhos para seguirem. É nesse momento que se implicam as modalizações, os modos de ser, de fazer e sentir, seguindo uma estratégia que busca comportamentos conformes dentro da população.

Quando abrimos o horizonte de análise, percebemos que, ao longo do recorte temporal estabelecido para realizar nosso exame, cada uma das capas-reportagens de *Veja* traz consigo um discernimento singular, mas sua interação social é intensificada no longo prazo, com a publicação de outras capas-reportagens que, quando são alinhadas, produzem sentido, mobilizam os leitores-população, seus comportamentos, seus valores, o modo de pensar e compreender o tempo e

o espaço. *Veja* trata seus leitores-população como pacientes que dependem de seus cuidados, que necessitem da leitura semanal do periódico para compreenderem o Brasil, para distinguirem o certo do errado, o normal do anormal, o bem-estar do mal-estar. Nesse sentido, no momento que *Veja* assume seu caráter biopolítico ela passa a ser, ao mesmo tempo, um potente mecanismo de controle social e uma construtora de subjetividades. Talvez, esse tenha sido o principal motivo do fascínio dos pesquisadores sobre os veículos de comunicação, em especial os periódicos.

Considerações finais

O presente estudo mostrou-nos como o jornalismo praticado por *Veja* atua na formação do nosso modo de vida, da nossa perspectiva e consciência histórica. De fato, percebemos que o jornalismo praticado por *Veja* é um dispositivo biopolítico capaz de influenciar a vida cotidiana dos indivíduos-população. Pensarmos *Veja* como um dispositivo nos permitiu compreender a elaboração e a circulação do saber jornalístico, assim como o exercício do poder e seus efeitos: a produção de subjetividades. Portanto, é possível dizer que a influência deste dispositivo na sociedade colabora para o deslocamento do modo com os sujeitos-populações se constituem e se transformam em um determinado momento histórico.

Dialogar com o conceito de dispositivo neste artigo, também nos permitiu compreender as práticas discursivas de *Veja* e como elas funcionam dentro de um jogo de saber-poder. Deste modo, a principal função deste dispositivo midiático foi buscar modalizar os leitores-população, oferecendo-lhes pacotes biopolíticos, isto é, receitas que deveriam ser seguidas para evitar possíveis ameaças, problemas e perigos que a própria sociedade cria e, por conta disso, é preciso defendê-la. Com efeito, a partir da investigação realizada por meio do conceito da biopolítica, as capas-reportagens examinadas mostraram ser, ao mesmo tempo, um objeto de saber e um veículo de poder.

Fontes e bibliografia

1. Fontes periódicas

Veja, São Paulo (16/04/1980; 21/09/1981; 18/11/1981; 20/10/1982; 16/11/1983; 22/01/1986).

2. Referências bibliográficas

CONRAD, Peter. **The medicalization of society**: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.

CORREIA, Luis Adonis. **Riscos do capital humano**: talentos, processos e crenças. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

_____. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978 – 1979). Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2018.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. São Paulo: Hacker, 2000.

PEREIRA, Ariane Carla. **Rota 66 em revista**: as resistências no discurso do livro- reportagem. Guarapuava: Editora Unicentro, 2010.

PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: Educ, 2013.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, André Luís A. **Quando História e Jornalismo se encontram:** os enunciados jornalísticos de *Veja* como dispositivos de poder (2011 – 2016). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, 2019

Considerações de Rudolf Steiner sobre o conhecimento histórico: responsabilidade científica e narrativa poética

Rudolf Steiner's considerations on historical knowledge: scientific responsibility and poetic narrative

Henrique Costa Garcia

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
hcgarcia54@gmail.com

Jonas Bach Junior

Pós-Doutor - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
jonas.bach@uftm.edu.br

Recebido em: 30/09/2021

Aprovado em: 14/12/2021

Resumo: Este texto analisa as considerações de Rudolf Steiner sobre a construção do conhecimento histórico entre o século XIX e o XX. Apresentamos os fundamentos científicos de Johann W. von Goethe, desenvolvidos no âmbito das ciências naturais numa perspectiva qualitativa, que foram estudados por Rudolf Steiner e inspiraram este pensador a transpor para o âmbito da consciência humana o modo de fazer ciência de Goethe. Foi a partir desse deslocamento do pensamento científico ocidental hegemônico que se deu a forma de Steiner se posicionar sobre o conhecimento histórico. Assim, analisamos as considerações de Steiner sobre a História quando esteve inserido no ambiente acadêmico, em 1886, e o desenvolvimento destas considerações em 1917, após a construção da sua teoria do conhecimento e de sua antroposofia. Para compreender esse posicionamento de Steiner vamos estabelecer um diálogo complementar com o pluralismo epistemológico de Paul Feyerabend. Como síntese argumentativa, destacamos a responsabilidade do(a) pesquisador(a) no seu envolvimento com a história e uma narrativa simbólica para representar elementos complexos da história.

Palavras-chave: Filosofia da ciência; Rudolf Steiner; Conhecimento histórico.

Abstract: This paper analyses Rudolf Steiner's considerations on the construction of historical knowledge between the 19th and 20th centuries. We present the scientific foundations of Johann W. von Goethe, developed in the field of natural sciences from a qualitative perspective, which were studied by Rudolf Steiner and inspired this thinker to transpose into the realm of human consciousness Goethe's way of doing science. It was from this displacement of the hegemonic Western scientific thought that Steiner took the form to position himself on historical knowledge. Thus, we analyzed Steiner's considerations on History when he was inserted in the academic environment in 1886, and the development of these considerations in 1917, after the construction of his theory of knowledge and of his Anthroposophy. To understand this position of Steiner we will establish a complementary dialogue with the epistemological pluralism of Paul Feyerabend. As an argumentative synthesis, we highlight the responsibility of the researcher(a) in his involvement with the story and a symbolic narrative to represent complex elements of the story.

Keywords: Philosophy of science; Rudolf Steiner; Historical knowledge.

Introdução

Este trabalho ocupa-se em compreender as considerações sobre a História¹ de Rudolf Steiner (1861-1925), em dois momentos específicos de sua vida, para pensar a relação do(a) pesquisador(a) com o conhecimento histórico. Nosso objetivo é observar como a teoria do conhecimento desenvolvida por ele lhe permitiu verificar em seu tempo o que seriam para ele mal-entendidos na observação histórica. Ao mesmo tempo é importante ressaltar que não é nosso objetivo situá-lo como historiador, embora tenha se ocupado em diversos momentos biográficos em refletir sobre o conhecimento histórico. Entendemos que este artigo possar intensificar a compreensão dos meandros do diálogo entre a fenomenologia e a teoria da história, mesmo não cabendo a nós apontar uma suposta atualidade do pensamento do autor aqui tratado.

¹ Ao longo deste trabalho utilizaremos “história” para nos referirmos à realidade vivida e, para reflexão sobre essa realidade vivida no âmbito da produção de conhecimentos, utilizaremos “História”. Para mais detalhes a respeito dessa diferenciação, ver Barros (2014, pp. 44-45).

O pluralismo científico-social de Paul Feyerabend (1924-1994), que se desviou da perspectiva de uma ciência padronizada e defendeu a diversidade científica, será abordado como suporte nas discussões sobre o pensamento steineriano. Como Steiner, Feyerabend (2010) compreende que o racionalismo excluiu a possibilidade de outros modos humanos de produção do conhecimento científico. Imbuído disso, entre as dimensões objetivas e subjetivas do conhecimento, a narrativa histórica recriaria o mundo no presente para além de uma linguagem morta e ressecada, que poderiam ecoar nos leitores/ouvintes convidando outras dimensões do seu ser que não apenas a consciência desperta. No entanto, valorizaremos a perspectiva steineriana de responsabilidade do(a) pesquisador(a) com seu trabalho científico, pois sua perspectiva indica uma contribuição para a diversidade das propostas científicas, dentro da perspectiva de responsabilidade daquele que produz ciência.

Considerações iniciais sobre o caminho científico de Rudolf Steiner

Steiner foi um filósofo austríaco que teve uma atuação muito intensa no âmbito filosófico e educacional, desenvolvendo um legado em diversas esferas do saber. No campo filosófico, o contato de Steiner com a teoria do conhecimento começou quando ele ainda estudava no colégio de Wiener-Neustadt e, com apenas quinze anos, adquiriu seu primeiro livro de teoria do conhecimento, a obra “Crítica da Razão Pura” de Immanuel Kant (1724-1804). Durante nossos estudos das obras de Steiner é incessante o diálogo dele com Kant e outros pensadores dessa tradição, assim como com o materialismo dialético que estava se constituindo naquele momento e com a tradição positivista.

No entanto, aquele que mais inspirou Steiner no seu caminho biográfico foi Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). Foi Goethe que Steiner tomou como ponto de partida para formular uma teoria do conhecimento própria que lhe serviu de base epistemológica para sua fundação da Antroposofia em 1913 e da Pedagogia Waldorf em 1919. Podemos considerar que nem Steiner e nem mesmo os trabalhos científicos de Goethe são óbvios na esfera acadêmica brasileira, principalmente

dentro da área de História, pela ausência de trabalhos acadêmicos sobre Steiner nesse viés. No âmbito acadêmico em geral, no entanto, Goethe é mais considerado por sua produção literária e Steiner por seu legado na área da educação por meio de sua proposta pedagógica, a Pedagogia Waldorf.

Goethe foi reconhecido internacionalmente por sua contribuição no campo artístico, como principal expoente do romantismo alemão, mas ele também desenvolveu trabalhos científicos práticos com suas pesquisas sobre a botânica e a ótica, principalmente. O historiador Peter Burke (2020), num estudo no viés da história do conhecimento sobre a polimatia² ao longo da história, aponta Goethe como um polímata, devido ao seu interesse por conhecimento de muitos tipos. Segundo ele, Goethe se via como estudioso e cientista, teria estudado vários idiomas com entusiasmo (latim, grego, francês, italiano, inglês, hebraico e árabe), seu interesse pela literatura teria se estendido para poesia persa e aos romances chineses, interessou-se por filosofia, estudou Kant mas teria discordado dele, teria feito descobertas e apresentado ideais originais no campo das ciências naturais e teria sido central no seu pensamento o termo *Bildung*.

Nas ciências naturais, Goethe fez descobertas e apresentou ideias originais. Contribuiu para a anatomia (descoberta do osso intermaxilar na mandíbula humana), a botânica (crítica ao sistema de classificação elaborado por Lineu) e a mineralogia (foi diretor de uma mina de prata). Criticou a óptica de Newton e desenvolveu sua própria teoria da cor (*Farbenlehre*, 1810). Também era fascinado pelo que chamou de “morfologia”, o estudo do desenvolvimento e transformação de formas naturais, um avanço da ideia de *Hauptform* de Herder. (BURKE, 2020, p. 170-171)

Rudolf Steiner teve contato com o pensamento de Goethe quando estava na Universidade de Viena e com o passar do tempo esse contato foi se intensificando. Ele foi responsável, aos vinte e um anos de idade, por compilar as obras científicas de Goethe para a Biblioteca Nacional de Kürschner.

² Segundo Burke (2020, p. 19-31), polímata é aquele que se interessa e aprende sobre muitas coisas, ele especificamente concentrou-se no conhecimento acadêmico, portanto aquele(a) estudioso(a) que percorreu por muitas disciplinas. Segundo Burke, a grande contribuição dos polímatas para história do conhecimento é enxergar as conexões de campos do saber que foram separados e observar o que os especialistas das disciplinas não conseguiram ver, embora alguns polímatas geralmente tenham sido criticados ao longo da história por saber demais em superficialidade e sobre nada em profundidade.

Interessante nesse sentido é que Steiner, diante dessa polimatia de Goethe, compreendeu nele um profundo método científico, que tornou compreensível no seu trabalho *O método cognitivo de Goethe* de 1886, quando tinha apenas 24 anos de idade. E a partir de 1890 passou a organizar as obras científicas de Goethe no arquivo Goethe-Schiller em Weimar.

Steiner compreendia que todo trabalho de Goethe, seja ele artístico ou sobre a ótica e a botânica, possuía um sentido científico ligado ao seu modo de observação (STEINER, 2004). Em sua época, Goethe não foi compreendido e teve pouco sucesso com seus trabalhos científicos, porque seu método científico qualitativo divergia da perspectiva científica materialista dos seus contemporâneos, ligados sobretudo ao racionalismo e ao empirismo moderno.

Assim, Steiner elaborou uma sistematização do modo de fazer ciência de Goethe, pois os pensadores de seu tempo não souberam fazer jus ao pensamento de Goethe por apenas citarem a importância dos seus pensamentos a título de comparação e não como ponto de partida, ao continuarem seguindo a linha kantiana dentro da ciência filosófica (STEINER, 2004). E ao longo da sua biografia ampliou esse legado em conexão com as experiências humanas contemporâneas a ele, desenvolvendo uma fenomenologia da consciência humana. Steiner teve nesta fenomenologia da consciência humana o eixo para pensar as diversas áreas cognitivas, para as quais ampliou a fenomenologia goethiana. Portanto, a proposta de Steiner ao longo de seus trabalhos foi de ampliação e aplicação desse modo de fazer ciência natural qualitativo de Goethe, desenvolvendo a fenomenologia no campo das ciências humanas³, mas com a peculiaridade de não transpor o método de se fazer ciência natural para as ciências humanas, pois Steiner manteve a “prerrogativa de Goethe que o método seja adequado e afim ao objeto” (BACH JUNIOR, 2019, p. 140).

É neste sentido que constituiu as características do pensamento de Steiner sobre a História em diferentes momentos de sua vida, num caminho que dentro de sua perspectiva exige uma transformação no modo de compreender a ciência e de compreender o ser humano. Observamos

³ Faz referência às *Geisteswissenschaften*, termo usado também correntemente nas universidades do âmbito linguístico germânico para designar as ciências humanas.

que essas questões estão relacionadas quando analisamos as principais categorias do pensamento de Steiner sobre a História.

Portanto, destacamos neste momento inicial, que para nós essa relação com a ciência de Goethe teria propiciado a Steiner uma atenção maior para a qualidade da experiência histórica no próprio campo mental do(a) pesquisador(a). Como veremos, a partir da sua crítica sobre mal-entendidos na maneira de observar a história e de considerar a presença dos indivíduos no devir histórico, Steiner propôs continuamente uma perspectiva educacional para intensificar o conhecimento no campo da História.

Ampliação do método científico de Goethe: a história no início da biografia de Rudolf Steiner

Importa-nos, primeiramente, compreender o lugar e a qualidade científica de Goethe, para compreendermos a conexão da continuidade do seu legado em Steiner, presente nas suas considerações sobre a História.

Ao valorizar a experiência na construção do conhecimento qualificando-a como “empíria delicada”, numa qualidade singular de relação com a natureza, Goethe compreendia que a experiência nos fornecia acesso ao seu conhecimento quando considerada em sua particularidade, diversidade e complexidade, ao ser abordada pelo diálogo e por uma contínua observação sobre o seu aparecimento dentro do seu contexto. Ao serem “metódica e intencionalmente repetidas, as experiências tornam-se experimento, ascendem à categoria de fenômeno científico e superam as noções oriundas do senso comum. Uma das peculiaridades da fenomenologia goethiana é o não isolamento dos experimentos” [...] “O papel do experimento é realizar a mediação entre o fenômeno e o pesquisador”. (BACH JUNIOR, 2019, p. 34). Assim, Goethe não condenava a percepção como fonte de ilusão como no viés racionalista, mas ao mesmo tempo mudava a qualidade de relacionamento com ela sem cair no empirismo baconiano.

Ao contrário da lógica indutiva do empirismo, a intenção de Goethe foi “justamente a pesquisa dentro do contexto, pois enquanto o empirismo já pressupunha uma pergunta pela causa do fenômeno, mantinha implícito na necessidade causal uma correlação mecanicista” (BACH JUNIOR, 2019, p. 34). Dessa forma, não se tratava de ir com uma hipótese sobre a experiência e verificá-la nos experimentos isolados, mas de permitir e abordar sua complexidade a partir da sua própria apresentação holística, para compreender sua unidade interior. Rompendo, dessa forma, tanto com a compreensão de experiência do empirismo intervencionista que emudece a natureza como também do abstracionismo cartesiano que se isola dela ao se constituir numa relação de poder que exclui as particularidades da multiplicidade presente na natureza.

Por outro lado, Goethe não desconsiderava a experiência da subjetividade humana no processo cognitivo, mas considerava a importância de ser bem conduzida, “Goethe realizava este exercício autocrítico no encontro com o fenômeno, estava consciente das possibilidades de erro inerentes à forma como nós seres humanos somos organizados, por isso, sua recusa em abordar os fenômenos através da abstração” (BACH JUNIOR, 2019, p. 37). O problema maior neste sentido, se daria pela possibilidade de se constituírem juízos arbitrários sem sintonia com a experiência, característico do distanciamento da natureza presente no pensamento abstrato. Nessa linha de compreensão o experimento deveria possibilitar que o fenômeno fosse abordado a partir dos critérios internos à sua própria manifestação. O que impediria os juízos arbitrários sobre a experiência seria justamente considerá-los no viés da empiria delicada, cuja “diversidade e complexidade dos fenômenos exigem a multiplicidade dos experimentos. A variação dos experimentos engloba os aspectos multifatoriais do mundo-da-vida. Empiria delicada é proceder com esta abertura que possibilita o reconhecimento do critério da própria natureza” (BACH JUNIOR, 2019, p. 35).

A questão é que, enquanto o racionalismo e o empirismo pautavam-se no dualismo, a fenomenologia goethiana se constituía pela conexão entre o pensar e a percepção, de tal forma que a “empiria delicada exige, antes de tudo, um aperfeiçoamento das capacidades cognitivas e perceptivas

do próprio pesquisador. [...] O experimento fenomenológico é uma percepção intensificada pela atividade consciente e disciplinada do sujeito” (BACH JUNIOR, 2019 p. 36). Desse modo, há responsabilidade e cuidado por parte do sujeito na sua aproximação com o fenômeno, para que consiga intensificar sua cognição sobre ele. A verdade não seria absoluta e sólida, ela seria inacabada e estaria ligada a níveis de aprofundamento da experiência por uma atividade consciente e autêntica em busca do seu fenômeno primordial. Goethe, ao inverter a dúvida para os julgamentos humanos sobre a percepção e evitar a abstração, se aproximava da historicidade dos fenômenos.

A pesquisa fenomenológica, ao evitar a abstração, é contextualizada, ela está interessada no espaço e no tempo do fenômeno e opera com a ativação da atenção sobre os sentidos para o aprimoramento das percepções. Por isso, interessa a Goethe a ciência também como história porque fenomenologicamente não há nada que se manifeste a-historicamente. (BACH JUNIOR, 2019, p. 37)

Goethe não está interessado na causalidade dos fenômenos, em procurar algo que estivesse por detrás dos fenômenos ou noutra mundo, mas está interessado com suas condições de surgimento e manifestação, em sua complexa teia de conexões. Foi pelas pesquisas qualitativas de observação holística da natureza, pelo viés fenomenológico caracterizado acima, acompanhando as transformações das plantas Goethe que teria chegado à ideia de metamorfose. Essa ideia é central na fenomenologia de Goethe e depois Steiner a explorou no âmbito da consciência humana.

Rudolf Steiner parte desse modo do pensar científico de Goethe, aqui brevemente analisado, para pensar as ciências humanas. Podemos localizar essa ampliação já no início da formação acadêmica e biográfica de Steiner, quando ele sintetizou a teoria do conhecimento de Goethe na sua obra “O método cognitivo de Goethe” de 1886 (STEINER, 2004). Neste trabalho, Steiner discute a teoria do conhecimento de Goethe em diálogo com as perspectivas científicas do seu tempo, contestando a herança kantiana nas teorias filosóficas da época e, algo que não é peculiar neste período, diferenciando a maneira de se compreender cada campo da realidade através da teoria do conhecimento de Goethe, ou seja, deu indicações metodológicas correspondentes ao campo inorgânico e ao orgânico na cognição da natureza e às ciências humanas, pautadas no respeito

goethiano pela natureza de cada experiência – do inorgânico, do orgânico ou do humano. Ele considerou que as ciências humanas exigiriam “um comportamento da mente humana, em relação ao objeto, essencialmente diferente do que o das Ciências Naturais” (STEINER, 2004, p. 99).

Na obra citada acima, ao tratar das ciências humanas e, com isso, da História, Steiner não se dedica a discutir e elaborar uma extensa filosofia da história, mas devido a densidade do seu texto podemos colher características que indicariam o desenvolvimento inicial do seu modo científico de abordar a História.

Steiner indica, neste momento biográfico, que as atuações humanas carregariam uma força ideativa ao se realizar no mundo e esta, por sua vez, seguiria ecoando enquanto impulso ideativo, de tal forma que “o efetante se realiza imediatamente no efeito e o efetuado se regula a si mesmo” (STEINER, 2004, p. 100). Steiner, ao caracterizar a especificidade das ciências humanas, defende que é a ideia de personalidade que deveria ser fixada enquanto parâmetro, considerada a partir da sua atuação (na qual estaria implícito uma força), no sentido em que para participar no mundo propõe a “si mesmo o objetivo, a meta de sua existência, de sua atividade” (STEINER, 2004, p. 100).

Steiner afirma que o “espírito ocupa na totalidade, no todo do Universo, apenas aquele lugar que, como indivíduo, ele atribui a si. [...] O que importa não é a idéia tal como se manifesta na generalidade (tipo), mas sim como se apresenta no ser singular (indivíduo)” (STEINER, 2004, p. 101), assim, conforme explica Steiner, a humanidade em geral estaria condicionada pelo particular, pela personalidade, ao contrário das ciências orgânicas. Steiner indica aqui que na História não caberia generalizações, pois estas são em si contrárias às experiências humanas que se fundamentam na ideia de liberdade. Por isso, não caberia aplicar à humanidade leis gerais, uma vez que os indivíduos não as obedeceriam de forma determinística, o geral somente seria relevante neste âmbito do conhecimento se fosse considerado a partir de como os indivíduos condicionaram o contexto geral a partir de si. O ponto de partida da História e das ciências humanas, conforme afirma Steiner, é sempre o particular, que no seu viés de análise poderíamos entender como a liberdade enquanto impulso para atuar no mundo.

Vemos como, aqui, Steiner possivelmente estaria fazendo uma crítica às filosofias da história do seu tempo, que criavam esquemas conceituais gerais para compreender o desenvolvimento histórico, pois “seria também diretamente mortal para o espírito se, por exemplo, se quisesse enquadrar a história grega num esquema conceitual geral” (STEINER, 2004, p. 101-102). A História, afirma Steiner, tem por objeto científico o indivíduo, fundamentado na ideia de liberdade humana. Steiner fundamenta a História no estudo do indivíduo e considera o indivíduo pela ideia de liberdade, algo que ele desenvolveria cientificamente mais tarde durante sua biografia e está exposta na sua obra “Filosofia da Liberdade” (STEINER, 2000). Disso resulta um modo científico cujo pesquisador deveria se disciplinar para não fundamentar a observação da história por conceitos que não a dizem respeito. E, ao mesmo tempo, estando atento à natureza humana, que também fundamentaria a História.

Toda construção apriorística de planos que deveriam fundamentar a História é contra o *método histórico* resultante da essência da História. Esta tem por meta perceber com quem os homens contribuíram para o progresso de sua espécie; descobrir que objetivos esta ou aquela personalidade se propôs, que rumo deu à sua época. A História deve ser completamente fundamentada na natureza humana. Deve captar *seu* querer, *suas* tendências. (STEINER, 2004, p. 108-109)

Steiner aqui, segue Goethe e o valor da experiência do fenômeno ou objeto científico para caracterizar o modo de conhecê-la, e disso decorre o seguinte: uma vez que a História estuda o indivíduo no tempo, primeiro deveríamos compreender o que o caracteriza enquanto tal, senão poderíamos correr o risco de perder em valor científico. Steiner afirma que devido a essa premissa o método científico na História não poderia ser guiado por nada de forma *a priori*, pois é própria da natureza humana decidir por si, a partir do seu querer e de suas tendências.

Steiner criticou também a aplicação da ideia abstrata de causa e efeito nos trabalhos de História do seu tempo. Ele explica que ficar preso na ideia de causa e efeito é se manter na superficialidade, uma vez que o objeto de estudo da História é o indivíduo e este é fundamentado na ideia de liberdade, as leis e determinações somente se realizariam nos acontecimentos humanos,

segundo Steiner, se as personalidades outorgassem a si tais leis e determinações exteriores (STEINER, 2004, p. 100).

É nessa perspectiva científica que Steiner considerava errôneo a aplicabilidade do mecanismo de causa e efeito para se compreender o acontecimento histórico, ou seja, aquilo que se efetuou a partir da atuação humana, pois o “fato histórico é, como algo ideal determinado por um fator ideal. Aí só se pode falar de causa e efeito ficando bem na superficialidade” (STEINER, 2004, p. 109). O que protagonizaria a constituição de um fato histórico não seriam as condições físicas do lugar onde ele ocorreu, nem as ideias existentes no contexto da sua época e nem um plano externo ou lei que não tenha sido outorgada a si pelos indivíduos que participaram desse fato histórico. Essas questões ultrapassam a História, conforme afirma Steiner, pois ela é uma ciência ideativa, “sua realidade já são ideias. Por isso, a dedicação ao objeto é o único método correto. Tudo o que o ultrapasse deixa de ser histórico.” (STEINER, 2004, p. 109). Ao tentar aplicar a ideia de causa e efeito na História estaríamos perdendo o essencial, a liberdade do indivíduo em manejar sua participação ideativa no âmbito do vivido. Steiner ao desenvolver a ideia de sintomatologia histórica posteriormente em sua vida, manteve sua crítica à explicação do desenvolvimento histórico pelo viés linear de causa e efeito. Esta problematização de uma lógica que precisava ficar atrelada a causa e efeito, que é pertinente às ciências naturais, também foi questionada posteriormente pela filosofia da ciência de Paul Feyerabend (OLIVEIRA, 2019).

Feyerabend (1962), no seu exercício da filosofia da ciência, evidencia a importância da diversidade de linguagens científicas para abordar o real e nesse sentido é crítico em relação à redução do conhecimento científico numa linguagem técnica tida como única possível de representação da realidade. Feyerabend (1962, p.29), ao analisar princípios teóricos de explicação e redução no contexto da ciência, explica que “introduzir uma nova teoria envolve mudanças de perspectiva tanto em relação aos recursos observáveis do mundo quanto aos inobserváveis, e as mudanças correspondentes nos significados até dos termos mais ‘fundamentais’ da linguagem empregada”.

Atentando à essa dimensão da linguagem apontada por Feyerabend, entendemos que a crítica de Steiner sobre a redução científica à ideia mecânica de causa e efeito, no âmbito de perspectivas de observação da história de seu tempo, apontaria para uma necessidade de superação dessa redução e de uma compreensão mais ampla do ser humano.

Quando a História se constituía enquanto ciência, Steiner teceu considerações que o distanciava de determinadas formas de se compreender a História. Por não compartilhar da mesma compreensão de ciência da maioria dos seus contemporâneos, que estavam ligados aos impulsos da ciência moderna empirista e racionalista, Steiner apontou divergências com as abordagens da História que desconsideravam a interferência do seu modo de pensar sobre o conteúdo historiográfico e a importância de levar em conta as características da natureza humana.

Embora as correntes historiográficas do XIX tenham sua heterogeneidade de abordagens históricas (BARROS, 2014) e Steiner não tenha feito um trabalho minucioso de analisar cada uma delas, entendemos que ele está se distanciando, sobretudo, de uma visão materialista que desconsidera a característica ideativa presente na história. Assim, vamos caracterizar o essencial de sua teoria do conhecimento, que ele mesmo entendia que o deslocava do materialismo⁴ do seu período e tenha levado-lhe a intensificar suas considerações sobre a História noutra momento de sua vida.

Conexões entre a teoria do conhecimento de Steiner e sua abordagem da história em 1917

Como apontamos anteriormente, o pensar científico de Rudolf Steiner (1861-1925) fundamenta-se na fenomenologia de Johann W. Goethe, mas Steiner ampliou esse legado ao longo da sua vida. Nos termos de sua própria inspiração, poderíamos considerar que ele foi metamorfoseando

⁴ Visão materialista ou materialismo no viés steineriano não se refere apenas ao materialismo dialético, mas sim a mundividências que negam a participação integral do ser humano no mundo, em corpo, alma e espírito e nas suas dimensões psíquicas do pensar, sentir e querer.

esse legado de Goethe para outras áreas, tendo em vista outros objetivos. E ao longo de sua vida, Steiner criou uma teoria do conhecimento própria cuja principal referência para compreendê-la é a obra *Filosofia da Liberdade* de 1894 (STEINER, 2000). É muito complexa sua gnosiologia, no entanto, entendemos ser necessária a caracterização do seu aspecto essencial, que se constituiria no monismo conceitual, conforme depreende-se das advertências de Steiner no final da obra supracitada (STEINER, 2000, p. 183). Pois veremos que ao longo de sua relação com a História em 1917, principalmente quando ele tratou novamente de seu caráter científico, sua base é sua teoria do conhecimento, cujos aspectos principais sintetizaremos a seguir, sem a pretensão de esgotá-los.

Steiner afirma que o método cognitivo de Goethe se fundamenta na própria experiência, dentro do viés sublime que podemos compreender este conceito, afastando da especulação teórica e sustentando-se numa cosmovisão que tem por base o diálogo com a inteligência interna às experiências, à natureza dos fenômenos ou objetos observados (STEINER, 2004, p. 47). Segundo ele, a cosmovisão de Goethe é multifacetada, ilimitada e unitária. Multifacetada e ilimitada pois a cognição se constrói numa relação de reciprocidade com a natureza daquilo que é observado enquanto fenômeno, que na experiência é multifacetada e ilimitada. E unitária pois a realidade, nesse viés, é uma complementaridade entre o pensar e a percepção da manifestação do fenômeno em si. Nesse sentido, Steiner explica que a gnosiologia goethiana rompe com o realismo ingênuo e com o idealismo crítico, duas correntes com as quais ele dialoga nos seus livros “*A Filosofia da Liberdade*” (STEINER, 2000) e “*O método cognitivo de Goethe*” (STEINER, 2004), e constitui-se no monismo, na visão unitária do mundo, pela complementaridade entre a experiência os princípios e conexões necessárias para explicá-la constituídas pelo pensar (STEINER, 2000, p. 169).

Segundo Steiner, o ser humano possui em si um descontentamento que gera o impulso fundamental para a ciência – o impulso cognitivo. Da dualidade “eu” e “mundo” ele explica que surge um descontentamento voltado para explicação dos fenômenos percebidos, estabelecendo uma complementaridade entre o eu e o mundo, produzindo conceitos e ideias que melhor representem a observação. Esta conexão se faz através dos dois aspectos que compõem o processo cognitivo, a

percepção e o pensar. A percepção está em relação com os fenômenos desconexos e de forma equivalente no espaço e no tempo no âmbito da experiência; ela tem um grau de subjetividade, relacionado ao lugar específico de observação do sujeito. Por isso existe a possibilidade de uma variedade de percepções de um mesmo fenômeno, devido às posições dos sujeitos com relação ao mundo da percepção. A percepção ativa a atividade do pensar do indivíduo com ânsia de superação da fragmentação da percepção, para criar o nexos entre os elementos da percepção, surgindo aí o conceito ou ideia que melhor represente a percepção. É nesse sentido que Steiner afirmou que o desenvolvimento cultural da humanidade poderia ser compreendido na superação desse descontentamento, na busca pela unidade entre o eu e o mundo (STEINER, 2000, p. 25).

A vivência intuitiva do pensar é um nível de consciência humana que conecta o sujeito com a totalidade, com a unidade, pois na perspectiva steineriana o pensar é universal: o “pensar destrói a ilusão da separação e reintegra o nosso ser na *totalidade do universo*” (STEINER, 2000, p. 169). O pensar supera a aparente separação do mundo com as representações mentais (conceitos ou ideias). Existe para Steiner, nesse sentido, uma dimensão objetiva do pensar e não somente a subjetiva como compreendia os contemporâneos de Steiner que acreditavam ser o mundo uma dualidade, sem conexões entre “eu” e “mundo”. Perspectiva dualista esta que teria por decorrência uma filosofia sem base na experiência, centrada no mundo do sujeito, constituindo-se num mundo de representações por representações, como entendiam Schopenhauer e Kant segundo Steiner (STEINER, 2000).

Steiner explica que o pensar é universal e sua manifestação é individual, portanto, está na unidade e na multiplicidade. O pensar se conjuga com a percepção no processo cognitivo, numa relação dinâmica entre subjetividade e objetividade, de tal maneira que o mundo se completa nessa relação e daí desprende-se sua ideia de realidade e verdade.

Somente ao considerarmos a ordem lógica que permeia as percepções, em sua forma abstraída do conceito, estaremos de fato lidando com algo meramente subjetivo. O conteúdo do conceito que o pensar acrescenta à percepção não é, no entanto, subjetivo. Esse conteúdo é tirado da realidade e não do sujeito. É a parte da realidade que o perceber não alcança. Ele é experiência, mas não uma

experiência dada à percepção. Quem não consegue admitir que o conceito é algo real, somente vê a sua manifestação isolada em sua própria mente. Nesse isolamento, tanto o conceito como a percepção existem de fato apenas em virtude da nossa organização. Tampouco a árvore que vemos, existe separada das outras coisas. Ela é um membro dentro da grande engrenagem da natureza e somente existe como um membro inserido nela. Um conceito abstrato não real, visto isoladamente, existe tão pouco como a percepção. A percepção é a parte da realidade que é dada objetivamente; o conceito, a parte que é dada subjetivamente, por meio da intuição. Nossa organização mental divide esses dois aspectos da realidade em duas partes. Uma parte é a percepção, outra o conceito. *A realidade total consiste na integração das percepções na ordem do universo por meio do pensar.* (STEINER 2000, p. 170).

O pensar integra, na mundivivência steineriana, o conteúdo objetivo e subjetivo do processo cognitivo. Existe um conteúdo ideativo objetivo da percepção que é acrescentado pelo pensar ao ordená-la, enquanto o conteúdo da personalidade é subjetivo. A observação e o pensar são experiências que superam a visão parcial da realidade, conectando o conteúdo da percepção com o conteúdo conceitual que lhe é correspondente, portanto, o pensar de forma objetiva acrescenta às percepções suas ideias correspondentes assim como a percepção fornece o despertar para o ordenamento do pensar. É nesse viés que, dialogando com as correntes filosóficas para as quais tudo é representação ou com o empirismo ingênuo, Steiner explica que o pensar é objetivo e universal. Ele possui no seu eixo uma organização ordenadora conectada com o mundo espiritual universal, mas que se manifesta na singularidade da experiência percebida – o triângulo ao mesmo tempo que é triângulo, possui características peculiares a sua manifestação (STEINER, 2004, p. 53-58). Segundo Steiner, não se trata de explicar os fenômenos da vida por meros conceitos do mundo de representações dos sujeitos, destituídos de experiências – conceito, no monismo steineriano, somente faz sentido com a percepção (STEINER, 2000, 171).

Trata-se de um monismo segundo o qual o espírito é matéria e a matéria é espírito. Assim o indivíduo sente pertencer à realidade e não precisa sair desta para conhecê-la. Não se trata, pois, de negar a matéria (espiritualismo), uma vez que nossa relação com o mundo material se dá necessariamente pela percepção dos sentidos, também não se trata de negar o espírito (materialismo),

ao considerar que o pensamento surge da matéria negando a atividade do pensar no espírito (STEINER, 2000, p. 26-27).

Nesse monismo, Steiner explica que o pensar dá ao indivíduo a força de testemunhar a realidade. O pensar é o que nos conecta com a unidade da natureza. Aqui faz-se importante citar um excerto de Steiner sobre a objetividade do pensar. Para o monismo steineriano,

o conteúdo conceitual do mundo é o mesmo para todos os indivíduos. Segundo a convicção do monismo, um homem considera o outro seu semelhante, porque é o mesmo conteúdo ideal que se expressa nele. Não existem no mundo das idéias tantos conceitos do leão quanto indivíduos pensantes, mas sim apenas um único. O conceito que A acrescenta à percepção é o mesmo de B, com a única diferença de ser captado por um outro sujeito de percepção (vide cap. V). O pensar conduz todos os sujeitos da percepção à unidade ideativa da variedade dos sentidos. O mundo ideativo unitário se expressa na multiplicidade dos indivíduos. (STEINER, 2000, p. 171-172).

Todos os indivíduos através do pensar, que compõem a nossa formação e unidade enquanto espécie, acessam o conteúdo ideativo que permeia todos nós e a tudo, este diferencia-se em sua manifestação porque os indivíduos singularizam seu conteúdo ideativo unitário. Importante diferenciarmos, neste momento, o pensar da representação mental, pois na filosofia da liberdade de Steiner o pensar é uma categoria mais profunda. A representação mental é uma imagem mental que se realiza pela atividade do pensar em interação com a percepção ou se reproduz pelo automatismo mental. De tal forma que o pensar vivenciado na mundividência de Steiner é decisiva: “A vida plena de pensamentos é a vida na realidade” (STEINER, 2000, p. 172). Uma especulação feita por conceitos abstratos, no viés do pensar vivenciado steineriano, seria uma hipótese vazia, da mesma forma que uma descrição da percepção sem o complemento conceitual do pensar seria insatisfatória.

Essa apresentação da teoria do conhecimento de Steiner, num esforço de síntese interpretativa de algo que é mais complexo, é importante para compreender o conteúdo das suas considerações sobre a História a partir de então. Não se trata para Steiner de uma mera teorização do

conhecimento, mas de um ponto de partida para compreender a conexão das pessoas com o mundo através da atividade cognitiva.

Por conseguinte, analisaremos as considerações de Steiner sobre a História em duas palestras de 1917, ano em que Steiner já havia elaborado sua antroposofia. Verifica-se, na forma de abordar a História por Steiner neste momento, uma preocupação pela maneira de pensar dos pesquisadores do âmbito da História, acentuando sua crítica à abordagem materialista da história. Como veremos, parece que Steiner estaria considerando que a maneira de pensar dos historiadores de seu tempo deixava escapar o que seria essencial para a História, que seria uma abordagem mais complexa sobre a natureza humana.

Crítica ao materialismo e a maneira de pensar do(a) pesquisador(a)

No ofício do(a) historiador(a) sabemos que a relação com as ações humanas no tempo se dá pelo estudo crítico dos vestígios históricos, selecionadas pelo(a) historiador(a). Os debates contemporâneos discutem os problemas em torno disso, apontando limites e possibilidades das historiadoras e historiadores na relação com o modo de construir História a partir desses documentos. Steiner deixa vestígios de estar ciente da importância dos documentos na pesquisa histórica, embora seus interesses pela história neste momento não tenham enveredado por este campo da crítica documental. Seus interesses, pelo que rastreamos da sua relação com a História em 1917, apontam mais para forma pela qual os pesquisadores deveriam relacionar o seu pensar para estudar a história.

Numa palestra de setembro de 1917 em Berlim, sobre o materialismo, pensando na escrita da história sobre os acontecimentos dos anos de 1914 a 1917 referentes à guerra mundial, Steiner diz:

Alguém escreverá sobre as causas dessa terrível guerra mundial, revisitará cada página dos documentos que se encontram em todos os arquivos possíveis e tentará

escrever, a partir desses documentos, uma história plausível, talvez de 1914, referente aos eventos europeus (STEINER, 1982, p. 306, tradução nossa)⁵.

Interessante o uso do termo de “história plausível” por Steiner, o que indicaria ao nosso ver um viés de aproximação dos acontecimentos vividos pela escrita do(as) historiador(a), mas não uma verdade absoluta sobre o ocorrido neles. Pois, como vimos, uma característica da teoria do conhecimento de Steiner é seu inacabamento, devido as múltiplas pontes possíveis dos sujeitos compreenderem os fenômenos sem desrespeitar sua objetividade. Mas, ao mesmo tempo, adverte sobre a impossibilidade dos documentos por si só serem suficientes para esclarecerem sobre esse evento mundial, indicando que quem futuramente fosse escrever a história dessa guerra, teria que examinar o estado de consciência dos seus agentes, por onde se expressam as forças ideativas (STEINER, 1982). A visão materialista das ações humanas, conforme depreende-se da palestra supracitada, estaria desconsiderando a constituição dos fenômenos pela ponte entre a maneira de pensar (estados de consciência) e a aparência dos fenômenos, cujos vestígios nos chegam como documentos históricos.

Assim, Steiner (1982) aprofunda suas considerações sobre o tema e ao nosso ver estaria indicando a importância da história no sentido do diagnóstico dos sintomas que expressam os conteúdos ideativos presentes nas relações humanas, para que os indivíduos possam ter compreensão da situação em que vivem, mantendo uma sintonia do seu comportamento na vida exterior com o que lhes compete. O seguinte raciocínio de Steiner esclarece melhor o que estamos apontando aqui, ao refletir sobre um livro de Max Dessoir (1867-1947), professor universitário em Berlim, que ganhou um prêmio da Academia de Ciências de Berlim por um livro sobre a história da Psicologia que posteriormente foi retirado de circulação e destruído pelo próprio autor – mas Steiner teve acesso a um exemplar da obra antes disso e pode avaliá-la.

Que tipo de pessoa são esses indivíduos? São aqueles que atraem a geração jovem, que atraem aqueles que então se tornam as personalidades dirigentes da

⁵ Man wird über die Ursachen dieses furchtbaren Weltkrieges schreiben, man wird nach allen Seiten die Dokumente durchstöbern, die sich in allen möglichen Archiven finden, und wird versuchen, aus diesen Dokumenten heraus eine plausible Geschichte, vielleicht des Jahres 1914, in bezug auf die europäischen Ereignisse zu schreiben. (STEINER 1982, p. 306)

humanidade; são os que atraem a classe que conseguiu levar o mundo ao estado em que ele se encontra hoje! Já é necessário ver as coisas em seu contexto, é necessário ver como os sintomas falam por aquilo que pode levar unicamente à compreensão daquilo em que vivemos (STEINER, 1982, p. 309, tradução nossa)⁶.

Steiner, neste momento da palestra, passa a considerar o estado de consciência dos pesquisadores, sua maneira de pensar, que como aponta no excerto acima teria papel de relevância na constituição e reprodução de ideias que impulsionam fatos históricos. Como vimos no esforço de síntese da teoria do conhecimento de Steiner, seu método cognitivo é participativo. Assim, o pensar que é o olho do espírito requer uma intensificação da consciência humana para potencializar sua interação com o objeto de estudo (BACH JUNIOR, 2019, p.138-146). Analisando o excerto acima, percebemos que Steiner estaria indicando um árduo trabalho de pesquisa em que o olho do espírito do pesquisador buscaria compreender o espírito no tempo, a partir dos vestígios históricos. Essa potencialização da consciência humana atinge níveis mais elevados do que a razão, correspondendo a um aprofundamento da capacidade de apreensão das manifestações que nos são dadas aos sentidos. E ela começa pela observação da própria consciência, pois o método fenomenológico steineriano não inicia pesquisando a consciência alheia, pelo contrário, o sujeito pesquisa igualmente a si mesmo em interação com objeto. A crítica de Steiner à ciência de seu tempo dirigia-se à separação entre sujeito e objeto, a pesquisa fenomenológica da consciência parte de inseparabilidade sujeito-objeto. Feyerabend (2005, p.264) também aborda o problema do surgimento da separação entre sujeito e objeto e de suas consequências: a abstração, o afastamento da realidade, o artificialismo.

Portanto, entendemos que haveria nas explicações de Steiner (1982), na palestra supracitada, uma proposta de despertar a responsabilidade dos indivíduos para com suas maneiras de pensar e se inserir nas forças históricas que os envolviam, a partir de uma potencialização de sua maneira de pensar que considerasse as conexões e implicações espirituais que envolvem as relações humanas.

⁶ Was sind solche Individuen für Menschen? Es sind die, welche die junge Generation heranziehen, welche diejenigen heranziehen, die dann die leitenden Persönlichkeiten der Menschheit werden; es sind die, welche dasjenige Geschlecht heranziehen, das es bis zu dem gegenwärtigen Zustande der Welt gebracht hat! Es ist schon notwendig, die Dinge in ihrem Zusammenhange zu sehen, es ist notwendig, schon zu sehen, wie die Symptome für das sprechen, was einzig und allein zum Verständnis desjenigen führen kann, in dem wir leben. (STEINER 1982b, p. 309)

Superando, dessa forma, a visão materialista presa na superfície daquilo que se manifesta, pois “seria necessário ter em mente o que hoje aflora espiritualmente não apenas segundo seu conteúdo literal, mas segundo o modo de pensar e todo o direcionamento” (STEINER, 1982, p. 315, tradução nossa). Sua proposta passaria, neste sentido, pela observação dos sintomas históricos, pois “de modo que as almas estejam na vida exterior como corresponde ao mundo exterior, e sejam atingidas pela concretude do mundo e não apenas pela ciência espiritual. Devemos saber julgar corretamente a partir de sintomas” (STEINER, 1982, p. 308, tradução nossa).

Apontaremos a seguir o que para nós é uma intensificação de Steiner sobre suas indicações anteriores a respeito do método histórico quando havia ampliado o método cognitivo de Goethe para as ciências humanas.

O ponto de partida para um método científico da História

O estudo das obras de Rudolf Steiner nos apresenta muitos desafios e algumas dificuldades, como: (i) uma linguagem prolixa que ele apresenta nas obras iniciais, por ter por referência uma base de cunho epistemológico, sendo ele uma pessoa que se interessava pela teoria do conhecimento; (ii) Steiner mergulhou na teoria do conhecimento do século XIX para, num deslocamento, apontar premissas problemáticas da corrente epistemológica dominante no ocidente, se constituindo num *outsider*, num *außenseiter* – uma pessoa que estava por fora desta linha epistemológica principal (contracorrente); (iii) neste sentido, a postura epistemológica de Steiner insere-se num paradigma que pressupõe um envolvimento e abertura de quem o estuda para o deslocamento citado, a ser vivenciada; (iv) a obra dele é muito vasta e, no caso específico da História, não encontramos seus estudos reunidos em obras específicas sobre o tema, mas a maioria são por transcrições de palestras que ele proferiu no início do século XX; (v) ao longa da sua vida ele trabalhou com diferentes públicos – tendo de início convivido com o ambiente acadêmico e posteriormente com empresários, políticos, socialistas, teósofos, antropósofos e possivelmente outros que desconhecemos – utilizando diferentes linguagens para se comunicar com o ambiente cultural e social desses públicos, numa

espécie de “camaleão linguístico” sem desvalidar o conteúdo central que o guiava (e que ele construiu/aprimorou no decorrer da sua vida); e (vi) para se compreender sua visão sobre a História, tivemos que acompanhar o desenvolvimento da sua visão sobre a História transitando entre esses diferentes ambientes e linguagens, a partir dos materiais que conseguimos ter acesso.

Porém, conforme fomos explorando esse terreno teórico do legado de Steiner, conseguimos compreender os aspectos que seriam centrais do pensamento de Steiner sobre a História, conectados com sua teoria do conhecimento. A primeira percepção que temos, que perpassaria sua compreensão da História, seria o entendimento antropológico da qualidade histórica do indivíduo como ponto de partida para compreensão das ações históricas dos indivíduos no tempo. Tanto pela maneira que as forças e impulsos históricos atuam nos indivíduos, como pela forma que estes indivíduos (co)participam no espaço e tempo – tanto do pesquisador(a) como do seu objeto de estudo.

Em novembro de 1917 na cidade de Zurique, Steiner (1987) realizou uma conferência ao público ali reunido intitulada “Antroposofia e Ciência da História” (*Anthroposophie und Geschichtswissenschaft*). Ele considerou que o objetivo dessa palestra seria mencionar aquilo que poderia se tornar a base para uma consideração da história (STEINER, 1987, p. 68).

E nosso objetivo agora é observar como Steiner singularizou o método histórico a partir da sua compreensão antropológica do ser humano, tanto ao considerar os indivíduos no tempo histórico, como também pela autoeducação do(a) pesquisador(a) – sugerida para intensificar o processo de pesquisa. Acreditamos que possivelmente na palestra supracitada de 1917 Steiner estaria (conscientemente ou não) aprimorando seus apontamentos iniciais sobre o método histórico presente no livro *O método científico de Goethe* (STEINER, 2004).

Após algumas considerações iniciais sobre o problema de se trazer para a História os métodos das ciências naturais devido a imprevisibilidade das ações humanas no tempo, Steiner considerou a problemática que a História enfrentava para se firmar enquanto uma ciência. Steiner (1987) não trata o status de ciência à História como algo já resolvido. Entendia ele que a qualidade

científica da História não estava bem fundamentada ao ser compreendida pelo viés das ciências naturais. A importação dos métodos das ciências naturais, para Steiner, ao invés de torná-la científica estaria a distanciando de ser científica. Steiner procurou jogar luz a essa questão pelo viés da Antroposofia. Assim se colocou a questão – que para ele era fundamental neste debate – sobre o que estaríamos lidando ao abordar o ser humano no devir histórico, sobre o que funcionaria nas pessoas ao serem tecidas pelo devir histórico. E, neste sentido, afirmou que para responder essa pergunta deveríamos partir de alguns insights científicos sobre a essência do ser humano (STEINER, 1987, p. 68).

Steiner parte, assim, da compreensão antroposófica do desenvolvimento do ser humano, abordando a História numa perspectiva interdisciplinar, dialogando com a antropologia, filosofia, psicologia e educação, algo que seria mais frequente somente no decorrer do século XX. O viés antroposófico nasceu desse diálogo interdisciplinar (antropologia filosófica) para ampliar a consideração do ser humano para além da ciência naturalista do período que o considerava apenas como corpo físico, apontando para outras dimensões humanas que também poderiam ser percebidas. Segundo Francine Oliveira (2019, p. 58),

O pressuposto mais básico da sabedoria sobre o ser humano elaborada nos moldes steinerianos é a coexistência matéria/espírito. Dessa forma, as explicações de Steiner a respeito dos fenômenos observáveis passavam sempre por encadeamentos com fenômenos de existência oculta, que ele afirmava estarem acessíveis apenas por meio de habilidades suprassensíveis. Em qualquer coisa viva, seria possível, conforme o autor, encontrar estas duas formas de existência interligadas e influenciando-se mutuamente. Interferências no âmbito espiritual teriam impactos na existência dos indivíduos, assim como o inverso.

Analisando o excerto acima, vemos a permanência do monismo steineriano na sua observação do ser humano enquanto ser integral em unidade com o cosmo através da atividade cognitiva. A unidade com o cosmo é no primeiro momento enquanto ser espiritual, pois ao estar num corpo físico passaria a viver a dualidade “eu” e “mundo”, que seria o impulso inicial para o ser humano ativar sua cognição, assim, conectando-se novamente com o cosmo.

Foge ao escopo deste trabalho apresentar toda a perspectiva do que é o ser humano (*antropos*) sob o nível de qualidade do conhecimento da sabedoria (*sofia*) para Steiner. No entanto, tendo em vista os apontamentos de Steiner (1987) sobre a complexidade da forma pela qual as pessoas estão tecidas pelo devir histórico, nos interessa a compreensão dele da interação interna da individualidade com as faculdades anímicas do sentir, pensar e querer⁷, que corresponde a formas de consciência, o estado vígil, o onírico e o sono inconsciente, respectivamente.

O corpo humano pode ser dividido em cabeça, tronco e membros, biologicamente estruturados pelos sistemas nervoso, circulatório e metabólico-motor, que correspondem, respectivamente, ao desenvolvimento cognitivo (pensamento), ao desenvolvimento psicológico (sentimento) e ao desenvolvimento volitivo (querer). De acordo com Steiner, no pensamento, nosso nível de consciência é o de vigília, fenômeno que se sucede quando estamos acordados; no sentimento, a consciência onírica predomina, estamos no estado de sonho e na vontade, ou querer, onde vigem os impulsos, estamos inconscientes. O desenvolvimento humano, pela Antroposofia, é visto sob o ponto de vista destes três âmbitos, cognitivo, psicológico e volitivo, ou pelos níveis de consciência de vigília, onírico e inconsciente (acordado, sonho e sono). (BACH JUNIOR, 2007, p. 80-81).

Estes estados de consciência, para Steiner, são formas de consciência na interrelação do indivíduo com o mundo, que correspondem: (i) à consciência de sono, que acontece na pessoa de forma direta pelo seu querer, sem sua mediação, como impulso, de forma inconsciente; (ii) à consciência de sonho, que atua pelo âmbito do sentimento, num estado próximo ao inconsciente; e (iii) à consciência vígil, daquilo que a pessoa acessa por representações das quais está consciente no seu cotidiano, para as quais está “acordado”.

Essas considerações da psicologia antroposófica são importantes pois Steiner considerou que para obter um ponto de partida para consideração da história, deveria considerar como a vida da alma humana emergiria ritmicamente da interação do estado de consciência vígil, de sonho e sono (STEINER, 1987, p. 68). Assim, vemos como Steiner estaria procurando entender como a vida

⁷ Segundo Oliveira (2019, p. 62), essa compreensão de Steiner da trimembração das atividades da alma tem relação com a psicologia intencional de Franz Brentano, que foi professor dele em Viena (1879) e foi também professor de Edmund Husserl e Sigmund Freud.

humana se apresenta temporalmente, tendo por ponto de partida no ritmo da vida psicológica dos indivíduos. Segundo Steiner, convive com a consciência em vigília conteúdos subconscientes, de tal maneira que estaríamos sonhando acordados, sem ter consciência disso. De tal forma que a consciência seria sempre tripla no estado de vigília: na superfície, a consciência de vigília e abaixo, no subconsciente, uma corrente subterrânea de sonho contínuo e um sono ainda mais profundo (STEINER, 1987, p. 73).

Steiner considera que o que vive na alma enquanto ela sonha não tem apenas relação com o nosso presente/passado recente, mas também com aquilo que a alma levaria consigo de outras vivências, trazendo consigo imagens oníricas e impulsos de outros tempos que se fixaram (memória) na sua individualidade⁸. Esses ecos do mundo vivido pela individualidade teriam também uma ligação com seu futuro, pois naquilo que sonha estaria também a disposição viva para o seu futuro (STEINER, 1987, p. 71).

Trata-se, portanto, de uma ideia de atuação humana em que as individualidades fariam frente aos desafios de seu tempo a partir de uma memória acumulada presente nessas diferentes formas de consciência. Assim, Steiner (1987) nos apresenta diferentes qualidades da consciência humana (vigília, onírica e inconsciência), como contrários complementares e atuantes, não ficando restrito apenas à consciência desperta. Mas deixa o ensejo da individualidade despertar a consciência vígil para a qualidade dessas outras formas de consciência, que carregariam uma herança histórica, e adquirir habilidades novas.

Suas considerações sobre o ponto de partida da História entram, também, na forma pela qual os pesquisadores se dirigem à história. Considerava ele que os historiadores não estavam atentos ao que realmente interessaria na história, àquilo que teceria o ser humano no devir histórico, dirigindo

⁸ Por outras vivências Steiner (1987) tem uma perspectiva mais ampla, daquilo que sobreviveu entre a morte e o nascimento anterior do indivíduo e estaria com ele a partir do último nascimento, pela reencarnação. Sua perspectiva de abordagem desta ideia, ao que se indica, trata-se do fato de que o “eu” que encarna num corpo físico seria oriundo de experiências acumuladas que se tornaram habilidades nele para se articular com força de consciência em sua vida atual. Foge aos objetivos deste trabalho desenvolver considerações sobre isso, a partir do legado de Steiner. Apenas mencionamos a ideia para que o leitor se familiarize com o caráter da ideia de Steiner sobre “outras vivências”.

seus pensamentos apenas para as manifestações exteriores dos acontecimentos históricos. Dessa forma, abriu a possibilidade de uma educação da maneira de pensar a história, por formas de consciência humana que iriam além da racionalidade. Ele compreendia que aquilo que experienciamos internamente, como os pensamentos, sentimentos e vontade (nos seus respectivos estados psíquicos) seriam como uma semente de uma planta com possibilidade de se exteriorizar e de se metamorfosearem em formas futuras de consciência.

Esse momento de abordagem sobre as formas futuras da consciência humana, estranho ao indivíduo moderno acostumado com a razão como limite e ápice do conhecimento, sustenta-se na ideia de metamorfose. Essa proposta de Steiner acentua mais o seu deslocamento com relação ao pensamento hegemônico da modernidade, pois ele diz que para abordagem da história seriam necessárias formas futuras de consciência, que não estão prontas na individualidade, mas poderiam ser conquistadas pela intensificação da razão numa metamorfose da cognição humana. Essas formas futuras de consciência corresponderiam a faculdades cognitivas – consciência imaginativa, inspirativa e intuitiva – que poderiam serem desenvolvidos a partir da relação metamorfoseada entre o pensar, o sentir e o querer que compõem o ser humano (STEINER, 2019).

Os termos imaginação, inspiração e intuição não correspondem à maneira pela qual são compreendidas no senso comum, mas sim a futuros estados da consciência – que são vivenciados de forma independente do corpo físico a serem alcançados por uma disciplina de exercícios internos que visam transformar profundamente a alma. Para atingir essas formas futuras de consciência Steiner teria orientado o exercício meditativo, de experiência do próprio pensar da individualidade para compreender seu funcionamento e, assim, almejar outros níveis de cognição. O ponto de partida de Steiner (1987) para abordar a História é a possibilidade abordá-la por meio de uma consciência ampliada, a partir da cognição imaginativa, inspirativa e intuitiva.

Steiner (1987, pp. 74-75) aponta um encontro no desenvolvimento das suas considerações sobre a História. Além de dirigir nossa atenção para outros ambientes de manifestação das forças históricas, para além da qualidade vígil da consciência, ao apontar o estado de sonho e sono como

lugares no indivíduo onde a história se manifestaria e ao mesmo tempo impulsionaria o curso da história, ele afirma que essas diferentes qualidades da consciência humana que dirigiriam as ações humanas no fluxo da história seriam mais bem compreendidas pelas diferentes qualidades cognitivas do ser humano. Assim, o ponto de partida para consideração tanto daquele(a) que atua no tempo e espaço como participante histórico, como daquele(a) que pesquisa essa atuação em seu ofício – historiador(a), que possui historicidade –, se daria por sua compreensão antropológica do ser humano: das diferentes qualidades humanas de participar do “vir a ser” – sono, sonho e vigo – e das qualidades humanas de conhecer para além do estágio racional – cognição imaginativa, intuitiva e inspirativa.

Nessa perspectiva, os impulsos e forças históricas que nos atingem poderiam ser percebidos no nível de estado de consciência do sonho (sentimento) e do sono (impulsos do querer) e não somente no estado vigo (consciência desperta). E o pensar, por sua vez, Steiner estaria convidando a metamorfoseá-lo aos níveis da cognição imaginativa, inspirativa e intuitiva, pois não se poderia explorar a história como realmente é apenas por seus dados externos. Assim, a intensificação do trabalho de compreender as ações humanas no tempo e espaço passaria, no viés steineriano, por um trabalho de autoeducação em que o pesquisador se autodisciplina de forma voluntária para alcançar níveis cognitivos possíveis no âmbito humano, em que a polaridade entre prática e teoria é muito importante para intensificar o desenvolvimento do ser do pesquisador e de sua autoformação de forma integral.

A autoeducação é vista como caminho para criar oportunidades de potencialização da manifestação do âmbito humano. A experiência da evidência do cerne do âmbito humano se efetiva quando o pensar se metamorfoseia em intuição [*Anschauung*]. As novas habilidades cognitivas são aquisições concretizadas mediante o disciplinamento consciente. (BACH JUNIOR, 2019, p. 184).

Por fim, outro ponto central em suas considerações é de que seria mais adequado utilizar uma linguagem correspondente a esses níveis de consciência para representar a história. Na sua perspectiva de se desvencilhar dos paradigmas científicos das ciências naturais para abordar a história,

Steiner também apelou para uma linguagem simbólica que corresponda à vivacidade e complexidade da história e criticou a aplicação de conceitos que emergiram de um determinado contexto para explicar um outro diferente. Assim é que ele, ao responder uma questão no final da palestra sobre a abordagem histórica do marxismo, o materialismo histórico dialético, envereda por esse viés da linguagem (STEINER, 1987, p. 98). Sua abordagem estaria alinhada a um posicionamento de Feyerabend (1977) no livro *Contra o Método* diante da atividade científica, onde é questionado a ideia de que seria desejável assumir princípios rígidos nos processos de produção do saber científico.

Steiner afirma que a história deveria ser observada por ângulos diferentes, considerando que a linguagem não conseguiria representar exhaustivamente a realidade histórica, mas apenas aspectos desta, o que apontaria para certo cuidado com os alcances da escrita da história. E, por outro lado, sugeriu que se tivesse a relação mais viva possível com a vida conceitual, sem absolutizar os conceitos e aplicá-los na explicação histórica, pois os conceitos seriam vivenciados para se “experimentar” aquilo que se busca representar da forma mais viva possível, devendo sempre pensar no contexto da época. De tal forma que, com relação ao marxismo, ele conclui que sua contribuição forneceu apenas o conhecimento de um aspecto da realidade histórica que deveria ser complementada com outros lados, assim como pelo fato de se absolutizar um conceito fruto de uma observação específica como princípio geral de explicação (STEINER, 1987, p. 104). A realidade possui muitos aspectos e dimensões, por isso, requer uma multifacetada abordagem linguística, pois uma linguagem especializada exclui qualidades da diversidade da realidade. Feyerabend (1999) também aponta o problema da linguagem especializada, técnica e desumanizada das ciências que produzem dentro de um estilo voltado para outro especialista de sua área, que distancia o relato de pesquisa do que foi vivido durante a pesquisa. Embora ele valorize a dimensão humana da pesquisa em outros aspectos diferentes dos de Steiner, entendemos a importância de despertar para a participação humana na pesquisa e no seu relato para potencializar o desenvolvimento da narrativa histórica com responsabilidade à objetividade dos vestígios históricos.

Dessa forma, um relato de pesquisa que valorize a dimensão poética fruto de uma consciência ampliada, de envolvimento mais profundo com os vestígios da história, possivelmente convidariam as emoções, *insights*, a aproximação ou repulsa, e outras frentes de envolvimento do leitor/ouvinte com sua produção científica.

Síntese

A partir de um filósofo da ciência desconhecido do público em geral até então, mas nem por isso um pensador que não tenha sido estudado – não foi nosso foco aqui fazer um levantamento bibliográfico sobre Steiner –, compreendemos que dentro da sua perspectiva epistemológica abre-se esse espaço de oportunidades para abordar a história e narrar sobre ela com responsabilidade. Uma narrativa histórica poética em que o(a) cientista esteja atento e explore seu campo mental em relação com seus sentimentos e vontades.

Não se trata de pensar a narrativa histórica poética como única linguagem possível para representar a história, mas de inseri-la dentro de um contexto plural de contribuições teóricas para o ofício do historiador(a). Entendemos que a linguagem simbólica abre espaço para um envolvimento mais amplo do(a) leitor(a) no momento de recepção das pesquisas históricas, podendo representar dimensões mais complexas do vívido que não seriam alcançadas apenas por uma linguagem técnica. Este seria um dos convites das considerações steinerianas sobre o conhecimento histórico inspiradas pelo pluralismo teórico de Feyerabend, que apontou a importância de múltiplas formas de envolvimento possíveis com a realidade dentro de uma pluralidade teórica e da utilização de uma linguagem científica humanizada e, por isso, criativa. Assim, entendemos que a narrativa histórica possa se abrir para uma linguagem poética que não desrespeite o que foi vivido e ao mesmo tempo explore o que está (poderia ser) sendo vivido na consciência do indivíduo pesquisador.

Portanto, desse estudo sobre as abordagens não hegemônicas de Steiner sobre o conhecimento histórico, inspirado pelos estudos científicos de Feyerabend, nos parece que o

primeiro passo seria os(as) pesquisadores(as) se familiarizarem com sua maneira de pensar – com o âmbito qualitativo da pesquisa (FEYERABEND, 2010). Podemos observar pelas considerações acima que Steiner estaria indicando uma educação da experiência do pensamento dos(as) historiadores(as) para olhar para os fatores relevantes da história, tendo em vista sua sabedoria sobre o ser humano. Assim, apontando para um conhecimento histórico cuja linguagem fosse o mais viva possível para representar as conexões da vida humana que não estiveram presentes na exteriorização dos acontecimentos históricos, considerando estes como sintomas daqueles.

Referências bibliográficas:

BACH JUNIOR Jonas. **Fenomenologia de Goethe e educação: a filosofia da educação de Steiner.** Curitiba: Lohengrin, 2019.

_____. **A educação ecológica por meio da estética na Pedagogia Waldorf.** Dissertação. Universidade Federal do Paraná, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História II.** Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BURKE, Peter. **O polímata: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag.** São Paulo: Editora Unesp, 2020.

FEYERABEND, Paul. **Adeus à razão.** Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **A conquista da abundância: uma história da abstração versus a riqueza do ser.** São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2005.

_____. Experts in a free society. In: **Knowledge, science and relativism.** New York: Cambridge University Press, 1999. p. 112-126. (Philosophical Papers, 3)

_____. **Contra o método.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

_____. Explanation, reduction and empiricism. In: FEIGL, H.; MAXWELL, G. (Orgs.). **Scientific explanation, space, and time.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1962. p. 28-96

OLIVEIRA, Francine M. C. **Anarquismo epistemológico em ação: a ciência de Rudolf Steiner na perspectiva do pluralismo global de Paul Feyerabend.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2019.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio F. da. **Nova história em perspectiva.** Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

STEINER, Rudolf. **A filosofia da liberdade:** fundamentos para uma filosofia moderna: resultados com base na observação pensante, segundo método das ciências naturais. São Paulo: Antroposófica, 2000.

_____. **Die Ergänzung heutiger Wissenschaften durch Anthroposophie.** Anthroposophie und Geschichtswissenschaft. Dornach (Suíça): Rudolf Steiner Verlag, 1987.

_____. **O método cognitivo de Goethe:** linhas básicas para uma gnosiologia da cosmovisão goethiana. São Paulo: Antroposófica, 2004.

_____. **Menschliche und menschheitliche Entwicklungswahrheiten.** Das Karma des Materialismus. Dornach (Suíça): Rudolf Steiner Verlag, 1982.

_____. **Três passos da Antroposofia:** filosofia, cosmologia e religião. Tradução de Jonas Bach Junior. Curitiba: Lohengrin, 2019.

A ordem da natureza e o doutor Silva Maia no combate aos miasmas mórbidos da cidade do Rio de Janeiro (1835-1858)

The order of nature and doctor Silva Maia in the fight against morbid miasmas in the city of Rio de Janeiro (1835-1858)

Diego Regio Giacomassi

Mestre em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

diegogiacomassi@gmail.com

Recebido em: 06/10/2021

Aprovado em: 21/11/2021

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender a concepção de natureza presente na obra do médico e naturalista romântico Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859). Além disso, buscou-se relacionar seus trabalhos científicos e a sua noção sobre o mundo natural com o contexto histórico e político do Regresso Conservador em que as suas obras foram elaboradas. Tendo como principal trabalho analisado por nós o discurso médico de Silva Maia que buscava combater as doenças que atingiam a Corte nos anos 30 do século XIX, associando ao corte de matas próximo dos lugares úmidos como a principal causa das febres, a crítica ambiental do autor e a maneira dele compreender a circulação dos elementos orgânicos e a interdependência entre os seres e seus ambientes de acordo com a teoria da economia da natureza também foram questões abordadas no presente artigo.

Palavras-Chave: Natureza; Crítica Ambiental; Economia da Natureza.

Abstract: This present article aims to understand the conception of nature in the work of the romantic doctor Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859). In addition, we sought to relate his scientific works and his notion of the natural world with the historical and political context in which his works were developed. Having as main work analyzed by us the medical discourse that sought to

combat the diseases that affected the Court in the 30s of the 19th century, associating the cutting of forests near humid places as the main cause of fevers, Silva Maia's environmental criticism and his way of understanding the circulation of organic elements and the interdependence between beings and their environments according to the theory of nature's economy were also issues addressed in this article.

Keywords: Nature; Environmental criticism; Nature's economy.

Introdução

Nascido na Bahia em 1808, filho do negociante português Joaquim José Da Silva Maia e D. Joaquina Rosa da Costa, Emílio Joaquim da Silva Maia viveu até seus dezesseis anos em sua terra natal, quando em 1823 foi estudar na Europa. Em 1834, após formar-se em Filosofia por Coimbra (1828) e graduar-se em Ciências Físicas e Medicina pela Faculdade de Paris (1830-1833), voltou definitivamente para o Brasil tornando-se fundador e membro efetivo de muitas instituições científicas localizadas no Rio de Janeiro, onde viveu mais da metade de sua vida (GARCIA, 2007, p. 72-74; KURY, 1998, p. irreg.).

Sua produção intelectual, elaborada entre 1834 e 1859, ano de sua morte, é bastante abrangente, inclui materiais sobre Medicina, Ciências Naturais, estudos históricos e literatura. Integrante assíduo e fundador de muitas organizações de saberes do Brasil oitocentista, Silva Maia fez parte de uma elite ilustrada de indivíduos que ocupavam os recém-formados centros de saber brasileiros. Dentre os locais mais importantes ocupados por ele, destacamos a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, transformada em Academia Imperial no ano de 1835, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Colégio Imperial Pedro II e o Museu Nacional (GARCIA, 2007, p.72-74).

Representante da intelectualidade presente na Corte, apesar de sua proximidade com a elite política, Silva Maia ficou conhecido, nas palavras do amigo Joaquim Manoel de Macedo (1876, p. 441), por ter “voltado as costas ao mundo político”, não deixando se “arrebatar pelos sonhos de grandeza”, preferindo as sociedades literárias e o estudo das ciências naturais. Dono de um perfil

mais intelectual do que político, ele pertence às primeiras gerações de intelectuais do pós-independência brasileiro. Grupo que, segundo Silva Dias (1968), apresenta semelhanças e continuidades com a mentalidade ilustrada setecentista, principalmente no que diz respeito ao pragmatismo utilitário dos saberes modernos em relação ao mundo natural e seu desenvolvimento econômico.

Tido como “médico romântico de formação francesa” nas palavras de Ferreira (2004, p. 103) e “herdeiro do Iluminismo” como afirma Kury (1998, p. irreg.), Silva Maia lega em seus escritos um discurso científico articulado ao contexto socioeconômico, político e cultural de seu tempo. Considerando a importância do lugar social do autor para análise de seus trabalhos, compreendemos seus discursos médicos, científicos e históricos como elementos em que se articulam saber e poder. Ou seja, como Foucault (2018, p. 33-40), entendemos que todo procedimento ou efeito de conhecimento é condicionado a um determinado momento e domínio. Sendo fator indissociável de diversas relações que interagem e induzem comportamentos e discursos, todo saber é produto e também produtor de relações de poder no campo social em que se insere. Nas palavras do próprio autor sobre essas duas categorias:

nada pode figurar como elemento de saber se, por um lado, ele não está conforme um conjunto de regras e de coações características, por exemplo, de tal tipo de discurso científico numa dada época, e se, por outro lado, ele não é dotado de efeitos de coerção ou simplesmente de incitação próprios disso que é válido como científico ou simplesmente racional ou simplesmente recebido de maneira comum etc. Inversamente, nada pode funcionar como mecanismo de poder se ele não se desenvolve segundo procedimentos, instrumentos, meios, objetivos que possam ser validados dentro de sistemas mais ou menos coerentes de saber (FOUCAULT, 2018, p. 34).

Integrante de instituições dependentes do patrocínio imperial, dono de um discurso que amplamente tratou de diferentes aspectos da natureza brasileira, buscamos compreender neste artigo a concepção de natureza na obra de Silva Maia apontando as afinidades de sua contribuição intelectual em relação ao processo de construção do Estado e fortalecimento da Ordem Monárquica. Ordem esta fundada na legitimidade dinástica, a qual dotava de forte senso de estabilidade em

consonância com os padrões europeus, e tinha para si a ideia de ser uma força civilizatória benéfica para o território em crescente ocupação (PÁDUA, 2009, p. 337).

Possuindo as fontes consultadas diferentes momentos de origem, produzidas de 1835 a 1858, procuramos levar em consideração o contexto do Regresso Conservador (1836-1852) em que elas foram elaboradas. Momento este que após os levantes e revoltas da Regência, com a hegemonia dos Saquaremas no governo do Estado, foi caracterizado pela centralização do poder e pela consolidação monárquica juntamente com a conservação das distinções e hierarquias adquiridas da sociedade colonial escravista. Isso a partir da direção política, moral e intelectual da hegemonia dos conservadores, empenhada na construção do Estado e consolidação de uma Ordem sobre as forças da Casa (classe senhorial), do mundo do Trabalho (escravizados) e da Desordem (homens livres sem privilégios e acesso ao mundo do governo) (MATOS, 1987, p. 150-158).

Continuador do projeto romântico iniciado pela Revista Niterói (1836), Silva Maia envolveu-se nas publicações que sucederam a revista, colaborando para o movimento artístico e literário, que através da difusão das “scencias e letras” buscava civilizar e reformar os costumes brasileiros, além de forjar uma identidade nacional para o país. Diretor econômico e colaborador da seção “Scencias Physicas, Physico-Mathematicas e Naturaes” da Minerva Brasiliense (1843-1845), o autor também participou da seção “Bibliotheca Guanabarensis” presente no Periódico romântico O Guanabara (1850-1856), o qual publicava os trabalhos sobre história natural produzidos pelos membros da Sociedade Velosiana (1850-1856) estabelecida nas dependências do Museu Nacional (CANDIDO, 2017, p. 329; RICUPERO, 2004, p. 92).

Inserido nos principais quadros da elite intelectual presente na Corte, Silva Maia, como um típico representante da “ilha de letrados num mar de analfabetos” acumulou em vida cargos no Estado Imperial (CARVALHO, 2003, p. 65). Professor de zoologia e botânica do Colégio Pedro II desde 1838, além de diretor da seção de zoologia e anatomia comparada do Museu Nacional (1842-1859), é tendo ele como parte da elite intelectual atrelada ao Estado, interessada na preservação das hierarquias e distinções que a Ordem Monárquica conseguira preservar, que

analisamos suas obras; principalmente o *Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil, o corte de matas, e sobre os meios de os remediar*. Nesse texto, o autor esboça as principais ideias sobre sua concepção harmônica e hierárquica de natureza, além de tecer uma crítica ambiental em favor da conservação e replantio dos bosques para solucionar as pestes que assolavam a capital do Império.

A ordem da natureza e a hegemonia Saquarema

Empossado no dia 12 de julho de 1834, no mesmo ano que retornou ao Brasil após sua segunda estadia na Europa, o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia passou a integrar a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Inspirada no modelo da Academia de Medicina de Paris, a Sociedade de Medicina, formada em 1829 por dezessete sócios, tinha como objetivos “ocupar-se de todos os objetos que pudessem contribuir para o desenvolvimento da arte de curar, além de elaborar pareceres sobre a higiene pública e assistir às autoridades em relação ao saneamento e à saúde pública da população” (GARCIA, 2007, p.89).

Convertida em 1835 em Academia Imperial de Medicina, oficialmente financiada pelo Estado, a entidade tornou-se símbolo do começo da institucionalização da medicina no Brasil, dedicando-se a traduzir e fazer circular saberes da higiene do período, tendo em vista uma suposta especificidade da salubridade brasileira. Instituição de prestígio e de sociabilidade para os médicos que a compunham, de explícita vontade em exercer não só influência no processo de regulamentação do exercício da medicina no Brasil, mas também de participar e dividir com o governo as questões públicas de saúde no país, a Academia Imperial de Medicina teve Silva Maia como editor de pelo menos duas de suas revistas. A Revista Médica Fluminense (1835-1841) e a Revista Médica Brasileira (1841-1843), no contexto de institucionalização da medicina após a Independência, tiveram segundo Ferreira (2004, p. 94), relativa importância para a comunidade médica na tentativa de forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde no Brasil (COELHO, 1999, p. 120, 121; FERREIRA, 2004, p. 94-105; 2013, p.76).

Membro ativo da Sociedade, Silva Maia engajou-se nos assuntos de saúde pública através de pronunciamentos junto aos seus pares nas reuniões da instituição. Uma dessas falas foi o *Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil, o corte das matas, e sobre os meios de os remediar*, lido na sessão pública do dia 30 de junho de 1835, e publicado, como muitos de seus pronunciamentos, nas páginas dos jornais médicos da instituição.¹

Claramente com intenções de orientar as questões de saúde pública da capital imperial, explorando preceitos da higiene médica, o discurso sobre o corte de matas, segundo Silva Maia (1835a, p. 1), pretendia examinar “as calamidades, que nos tem trazido, ou que nos trará a falta de algumas de nossas florestas, e vejamos de que maneira as poderemos remediar o mais promptamente possível”. Antes de vermos de que maneira o autor entendia as causas das endemias que assolavam a Corte, e o seu entendimento para combatê-las, prestaremos atenção na forma como ele se refere ao mundo natural. Já no início de seu discurso, o médico ilustrado faz reflexões sobre a natureza, exaltando seus mistérios e beleza. Segundo ele, a harmonia do mundo natural, percebida quando se estuda as ciências da natureza, faz notar que o “Autor do Universo, foi mui providente na sua criação” (MAIA, 1835a, p.1). Afirmando que a natureza desperta sentimentos que deixam a “alma estupefacta”, e a sua harmonia reveladora de um “Deos Autor do Universo”, Silva Maia compactua com ideia cara aos românticos franceses de que o divino poderia ser revelado pelos sentimentos e as coisas (CANDIDO, 2017, p. 305).

No entanto, essa não é a única concepção romântica reproduzida em seu discurso. Semelhante aos literatos brasileiros de sua época, suas palavras revelam a melancolia de sua visão de mundo. Pois, para ele, apesar dos esforços de quem se dedica ao estudo da natureza, em sua condição de infortúnio, o homem sempre insuficiente só conhece parte do todo. Desse modo, acessando

¹ O “*Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil, o corte das matas, e sobre os meios de os remediar*” está presente integralmente na **Revista Médica Fluminense** de número seis do mês de setembro de 1835. Entretanto, a edição que utilizamos é o impresso feito pela Typographia Fluminense do mesmo ano. Havendo outras participações e menções de Silva Maia em diversos números do jornal médico, estes podem ser acessados em: **Revista Médica Fluminense**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Fluminense de Brito, 1835-1841. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-medica-fluminense/341622>. Acesso em: 2 mai. de 2021.

apenas as consequências do mundo natural e não as causas primárias, mistérios da Providência, assim lamenta o nosso médico e naturalista: “oh desgraça humana, por mais que trabalhemos, não podemos conhecer da natureza senão consequências e harmonias; por toda a parte as causas primárias nos escapão!” (MAIA, 1835a, p. 1).

Não obstante o pesar sobre as limitações da condição humana em conhecer o mundo natural, para Silva Maia (1835a, p. 2), dois fatos observados sobre a natureza despertariam a admiração dos homens pela sabedoria do “Creador”. O primeiro mencionado no discurso em questão seria a distribuição divina dos seres no mundo, em que “cada vegetal tem sua temperatura, cada animal a sua pátria, e cada homem seu império” (MAIA, 1835a, p. 2). Tal Lei, que seria a causa da exata nutrição das plantas e dos animais em seus locais de origem, além de despertar o amor dos homens à terra natal, também causava a saudade nele, que há pouco estivera longe de seu país, e da Europa se recordava “com saudade das soberbas Palmeiras, das uteis Bananeiras, dos arborescentes fetos, e de todo este luxo, que a natureza desenvolve na sua abençoada Pátria” (MAIA, 1835a, p.2).

Assim, apesar das recordações sentimentais sobre a terra natal e a exaltação da natureza tropical brasileira, expostas para a reduzida comunidade leitora das elites, outro fator de admiração da sabedoria divina seria a harmonia entre os seres vivos presente na natureza. Nas palavras do Dr. Silva Maia (1835a, p. 2), esse aspecto estaria relacionado com a interdependência percebida entre os seres e as suas partes, cada elemento possuindo uma utilidade entre si e sendo regido por um “espírito portentoso”. A existência de um enorme equilíbrio no mundo natural seria constatada para ele a partir da percepção dessa relação de interdependência dos entes vivos entre si e em relação às condições geográficas e climáticas, pois, cada ser ou elemento físico possuiria funções e finalidades determinadas por Deus, gerando assim uma “grande harmonia” na natureza, verificada pelo “estudo reflectido” da mesma (MAIA, 1835a, p. 3).

Outro facto da criação, que também muito concorre para admirarmos a sabedoria do Creador, he a grande harmonia, que existe entre todos os seres, e entre todas as partes de hum mesmo ser, de tal sorte, que todos os corpos criados se achão na maior dependência huns dos outros, e que tudo neste mundo he dirigido por hum espirito portentoso de concordância e utilidade:

assim o inseto mais insignificante, a menor planta, tem hum motivo necessário na criação; os rios correm onde devião correr, as montanhas receberão as distincções, formas, e alturas necessárias á cada latitude, e em fim os bosques tendo a maior relação com os terrenos, onde se achão, são de absoluta necessidade onde existem (MAIA, 1835a, p. 2, grifo nosso).

Assemelhando-se à ideia “humboldtiana” de que tudo estaria em interação e reciprocidade, possuindo cada organismo e suas partes uma função e importância diante de um Todo, as noções de Silva Maia parecem derivar das concepções setecentistas relacionadas à teoria da economia da natureza. A qual, tendo Carl von Linné (1707-1778) como um dos primeiros e principais expoentes no século XVIII, era entendida pelo naturalista sueco como a sábia disposição dos seres instituída pelo Criador, segundo a qual os seres vivos se orientariam para fins comuns e teriam funções recíprocas (DROUIN, 1993, p. 34; WULF, 2019, p. 96).

Servindo para compreendermos a maneira como o Dr. Silva Maia diz conceber o ambiente natural, a noção sobre a economia da natureza, influenciada pelas ideias fisiocráticas² e pelo avanço dos saberes empíricos em conjunto de uma teologia natural, baseia-se numa concepção de ordem que pressupõe a noção de conjunto de sistemas entre os seres vivos e os ambientes, sem, no entanto, eliminar a noção religiosa da Criação.

Como vemos em Jean-Marc Drouin:

[...] No século XVIII expande-se uma teologia natural que, reunindo todos esses elementos e apoiando-se no desenvolvimento das ciências da natureza, faz do homem o expectador da criação e da sua ordenação, a prova essencial da existência de Deus. O Espetáculo da Natureza do abade Pluche, cuja primeira edição foi

² Doutrina econômica dos setecentos, a Fisiocracia, difundida por Richard Cantillon, François Quesnay e outros, compreendia que toda riqueza provinha da terra. Utilizando a metáfora das sociedades humanas como árvores, Cantillon concebia a agricultura como a raiz, a população como o tronco e as artes e o próprio comércio como as folhas. Sendo a prática agrícola a base de tudo, as outras atividades seriam perenes e frágeis como as folhas, não sendo tão importantes para a economia dos reinos. Compreendendo a economia da mesma maneira como entendia-se a natureza, através do conjunto de sistemas ordenados que formariam um todo, como vemos em José Augusto Pádua (2009, p. 317): “Quesnay, médico de formação, descreveu a paisagem econômica utilizando a metáfora do corpo humano, principalmente a interação funcional dos órgãos e a circulação sanguínea. Ambas as metáforas buscavam uma evidente aproximação entre o funcionamento da economia e o que então se entendia como sendo a ordem da natureza. A corrente fisiocrata atribuiu mais atenção à produção primária orgânica, em detrimento da mineração, estimulando politicamente a busca de conhecimentos mais sólidos dos recursos florestais e agrícolas existentes nas várias regiões do território brasileiro”.

publicada em 1732 com um êxito de livraria considerável, mostra que a França não é alheia a esta corrente. No entanto, a teologia natural foi sobretudo difundida nos países protestantes. Em Inglaterra, país onde ela se apoia na autoridade do próprio Newton e do naturalista John Ray, foi desenvolvida por William Derham. Este autor publicou em 1713 uma recolha de conferências intitulada *Psycho-theology*, traduzida em sueco em 1736. Ao citar esta obra, Linné testemunha deste modo o seu conhecimento de um pensamento que, aliás, ele retoma e reinventa em grande medida a partir das próprias fontes gregas e bíblicas. Por isso, é como que o encontro de uma longa tradição metafísica com um jovem saber científico que se devem ler estas linhas que ele escreveu em 1760 assinadas com o nome de um dos seus alunos: “De acordo com o que nós sabemos, podemos julgar a importância que assume cada uma das Disposições da natureza ao ponto de, se uma só minhoca (= uma única espécie de Minhoca) faltasse, a água estagnada alteraria o solo e o bolor apodreceria tudo. Se uma única função importante falta-se no mundo animal, seria de reear o maior desastre no universo (...) se nas nossas terras morressem todos os pardais, as plantações seriam presa fácil dos grilos e de outros insectos. A América, privada de porcos seria infestada de serpentes, e também na nossa pátria os ratos fariam das suas nas casas e bens se a família dos gatos desaparecesse de repente” (DROUIN, 1993, p. 33, 34).

Desse modo, tal razão da economia da natureza, de modo geral, concebia o universo regido por uma Ordem natural, constituída por leis que se estendiam à inteligência humana, também ordenada e coextensiva a elas. A despeito de interpretações sobre o Iluminismo ter sido homogêneo e estritamente deísta, é preciso considerar a forte presença por toda a Europa de contribuições científicas do período associadas à um cristianismo ilustrado e diverso. Assim, diferentes maneiras de conciliar empirismo científico com elementos religiosos, constituíram um racionalismo que atribuía um ordenamento sobre o mundo, tendo suas leis como resultado de uma Providência divina ou naturalizada (CANDIDO, 2017, p. 58; KURY, 2004, p. 110; ROSENBLAT, 2008, p. 283-291).

Dessa maneira, a ideia de uma Ordem natural subjacente ao mundo físico, que boa parte da Ilustração chegou com suas teorias, exemplifica-se quando percebemos que essa noção passou a ser um dos principais significados do termo natureza para o período. Como veremos, dentre a multiplicidade semântica do termo natureza na Enciclopédia de Diderot e D’Alembert, Calafate observa o seguinte:

Natureza, diz D'Alembert, pode referir-se, em primeiro lugar, ao 'sistema mundo', à máquina do Universo'; pode, de igual modo, referir-se ao 'conjunto de todas as coisas criadas ou não criadas', sejam elas corporais ou espirituais; a tais empregos se deveria associar outros, como a referência à 'essência' ou 'quididade' de uma coisa; à ordem ou curso natural das coisas, ou seja, à série de 'causas segundas', ou às leis do movimento, estabelecidas por Deus; a uma 'espécie de arte divina', comunicada aos seres criados, para os trazer ao fim para o qual foram destinados; à reunião das potências ou faculdades da alma e do corpo, à 'ação da Providência', ou seja, à potência espiritual que age e opera sobre todos os corpos, para lhes dar certas propriedades e produzir certos efeitos e, finalmente, à ação recíproca dos corpos entre si, de acordo com a legalidade 'natural' (CALAFATE, 1994, p. 8).

Assim sendo, segundo Calafate (1994, p. 20), no século XVIII “a natureza não se confunde, neste contexto teórico, com a matéria, entendendo-se antes como princípio de ordem que a regula”, pois, a matéria, também podendo ser chamada de natureza, mas como modo de existência, seria incapaz de “dar razão da ordem e finalidade que o rege”. Nesse sentido, atualizada pelos paradigmas matemáticos e geométricos que vinham se desenvolvendo, a verificação de estruturas ordenadas subjacentes aos seres naturais deu roupagem nova e reforçou uma ideia muito mais antiga, cunhada desde pelo menos Tomás de Aquino (1225-1274), sobre a ordem e finalidade do universo.

Sendo assim, a noção de um mundo ordenado e harmônico, em que tudo possuiria uma finalidade em si, cunhou para Calafate (1994) uma “física teológica” resultante da conciliação entre as ciências naturais e a teologia racional do momento. Ainda para o filósofo português (1994, p. 21), o Universo que as ciências físicas progressivamente descobriram e traduziram “em ‘número, peso e medida’”, no século XVIII passou a ser religado a Deus, “num processo que traduz a abertura do finito ao infinito, como exigência fundamental do espírito”.

Isto posto, essa concepção de Ordem da economia da natureza, relativa ao que Drouin (1993, p. 33) chama de uma teologia natural em conjunto dos progressos empíricos, concebeu a natureza como sistema e a História Natural como reveladora das leis divinas da Criação. Ideia essa que repercutiu no século XIX dividindo-se em especialidades preocupadas em compreender a circulação dos elementos, a distribuição dos seres na Terra e as relações de interdependência dos seres vivos nos ambientes em que vivem. Como vemos abaixo, apesar da preponderância do projeto de

sistematização e organização do mundo natural entre os naturalistas do século XVIII, Drouin (1993) ressalta:

[...] Deveremos então relegar para o armazém das ideias feitas a ideia de que os naturalistas do fim do século XVIII se consagravam sobretudo a fazer o inventário do mundo vivo? Seria um desperdício. Poder-se-ia dizer a propósito que o tema da economia da natureza, tal como o ocaso do século XVIII o transmite ao século XIX, se partiu em três partes cuja unidade não foi entendida pela maioria dos autores. Trata-se de: 1) a interdependência das espécies; 2) a circulação dos elementos; 3) a localização das espécies (DROUIN, 1993, p. 38, 39).

Apesar de Silva Maia ocupar-se também com a questão da distribuição dos seres na Terra e as leis naturais que influiriam nas transformações dos animais ao longo do tempo, neste artigo abordaremos apenas a relação de interdependência entre os seres e a circulação dos elementos segundo a herança da economia natural presente em seus trabalhos. Assim, no que tange ao equilíbrio e interdependência entre os animais, fenômenos da harmonia presente na natureza, essa seria compreendida pelo autor a partir da percepção da cadeia cíclica da predação.³

Dessa maneira, como forma de combater os desequilíbrios causados pela ação humana sobre os ambientes, tal noção surge como argumento de Silva Maia tanto para diagnosticar as causas das pragas das formigas na província do Rio de Janeiro, quanto para solucionar o problema das regiões fluminenses. Em seus *Quadros Synopticos do reino animal*, o “flagelo” das formigas saúvas seria para ele (1858, p. X) causado pelas “bárbaras queimadas e as irrefletidas e não menos cruéis caçadas”, que dariam fim aos predadores naturais dos insetos, rompendo com o equilíbrio do mundo natural, designado como “bello acordo” e “perfeita harmonia” (MAIA, 1858, p. X). Deste modo, para o autor (1858, p. X), “as reciprocas dependências” do mundo animal consistiriam em que “huns nutrem-se dos outros, estes servem de maior obstáculo ao maior desenvolvimento dos segundos”.

Sendo esse um argumento em prol da promoção da zoologia no Brasil, que além de contribuir para a expansão e diversificação da indústria brasileira, também servia para o combate às pragas, Silva Maia toma parte em orientar o Estado para solucionar a questão das saúvas nas fazendas

³ Sobre a distribuição dos seres na Terra e a concepção evolutiva transformista de Silva Maia ver: Kury (1998).

fluminenses. Deveria o poder público, segundo ele (1858, p. X), proibir a matança de tamanduás e das aves insetívoras; além disso, ele sugere prêmios em dinheiro para aqueles que introduzissem nas regiões afetadas os predadores naturais das formigas, incluindo os próprios tamanduás e as aves caçadas (MAIA, 1858, p. X). Porém, se exemplos não faltam nos trabalhos médicos e de História Natural de Silva Maia que revelam suas noções sobre equilíbrio e ordem cíclica presentes no mundo natural, antes de tratarmos sobre mais um problema causado pela ação humana, o da intensa liberação dos miasmas mórbidos causada pelo corte de matas, buscaremos relacionar alguns aspectos políticos de sua concepção sobre natureza.

Fazendo parte do quadro dos vinte e sete sócios que fundaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, Silva Maia inclui-se no grupo de intelectuais que Sérgio Campos Gonçalves (2013) concebe como moderado e partidário da monarquia constitucional, o qual buscara impor um projeto político centralizador às demais regiões do país. Avessos ao republicanismo da Regência, esses homens, não afeitos também ao absolutismo, tiveram a monarquia constitucional como solução para assegurar as bases sociais do Brasil do século XIX.

[...] o Instituto originou-se “da afirmação de uma elite política ideologicamente moderada (no sentido dos anos 30 do século XIX)”. A recusa desta elite ao republicanismo – “sinônimo, para o grupo, de anarquia e fragmentação” – e ao absolutismo – resquício do “partido português” – para Wehling, “encaminha-a para a solução monárquico-constitucional, desde a escoimada das concessões liberais e regionais do Ato Adicional”. A elite letrada fluminense fez da monarquia constitucional uma solução centralizadora, pois, além de significar o controle político provincial, também garantia a conservação de seus próprios fundamentos: “grande propriedade, escravidão, sufrágio censitário, padroado” (GONÇALVES, 2013, p. 46).

Para Ilmar Mattos (1987), o Regresso Conservador (1836-1852), apoiado em grande parte pela elite política e intelectual fluminense após os distúrbios da Regência, preservou as distinções sociais herdadas da sociedade colonial escravista com sua concepção sobre liberdade subordinada à Ordem. Naturalizando e reforçando as hierarquias e distinções que reservavam o Mundo do Governo para aqueles que detinham liberdade, propriedade e condição de exercer poder sobre

outros, no processo de avanço e consolidação do Estado monárquico promovido pelos Saquaremas, a direção intelectual, política e moral sobre a “boa sociedade” fora pressuposto para a consolidação monárquica, garantidora dos privilégios de classe, da soberania e unidade do nosso território.

Diante de uma sociedade comandada por uma elite de “profundo sentimento aristocrático”, em que as condições sociais e matizes raciais ditavam as hierarquias e funções de cada um dentro do tecido social, aos brancos detentores de liberdade e propriedade que ascenderam ao Estado coube impor a noção de Ordem; tanto aos que não tinham cidadania por não terem liberdade e propriedade, quanto para a elite senhorial que exercia o governo da Casa e tendia a encarar o Estado e as leis como ameaças à sua liberdade (MATTOS, 1987, p. 120-157).

Assim, sendo fundamental a direção da boa sociedade pelos diversos aparelhos apoiados pelo Estado Imperial, a fim de conter as sublevações e constituir uma identidade entre os grupos dominantes em torno da coroa, compreendemos as noções de Silva Maia sobre a interdependência entre os seres, o equilíbrio e a ordem presentes na natureza, como compatíveis com as preposições Regressistas, avessas às noções de igualdade entre os homens na sociedade e no Mundo do Governo. Afinal, segundo nosso autor, as leis naturais apresentariam equivalentes nas sociedades humanas, e a História Natural estaria em completa “harmonia com a história civil” (MAIA, 1864, p. 1, 2).

[...]Observai o vegetal como bem germina collocado em apropriado terreno, e fica robusto e viçoso quando [causas perturbadoras] o não affastam da natural e progressiva marcha: vede o animal como apresenta risonho [aspecto], e com singularidade segue as multiplices phases da existência, uma vez que habitando adequada região zoológica pôde escapar a seus numerosos inimigos e deparar conveniente sustento; notai ainda, como um país possuindo a ventura de ser bem dirigido, visivelmente progride, sem tropeços se desenvolve, e subindo de grão em grão, chega à elevada posição. **Neste ponto a história natural está em completa harmonia com a história civil; a suprema lei indispensável á conservação e desenvolvimento dos corpos, objecto do estudo de ambos, vêm a ser lhes comum, pois que uns e outros vivem, engrandecem-se, reproduzem-se, e afinal morrem.** Desde alta antiguidade a observação diária pôe fora de duvida que todos elles, constituídos por complicadas teias orgânicas em continuo movimento, necessitam tomar alimentos idoneos para extrahirem em abundancia princípios

reparadores de suas forças gastas; sem o que não lhes he permitido a continuação da existência (MAIA, 1864, p. 1, 2, grifo nosso).⁴

Existindo para o autor uma correlação entre as leis naturais e supostas determinantes no mundo social, as nações, de maneira cíclica, assim como os seres vivos, nascem, amadurecem e morrem (MAIA, 1864, p. 1). Tendo visto que Silva Maia (1864, p. 10) refere-se ao momento da Conciliação (1853-1857) como o período de “árdua lide de desenvolver em larga escala os colossais órgãos do jovem Gigante” Brasil, compreendendo as sociedades como organismos, constituídas também elas “por complicadas teias orgânicas em contínuo movimento” (1864, p. 2), ele pressupõe em suas analogias entre natureza e sociedade uma concepção hierárquica de organização. Dessa forma, da mesma maneira que ocorreria no mundo natural, onde cada ser vivo em seu local próprio faria parte de um Todo, a ponto dele constatar que “o inseto mais insignificante, a menor planta, tem um motivo necessário na criação” (MAIA, 1835a, p. 2), sobre as organizações humanas, além delas se transformarem ao longo do tempo, seus componentes dependeriam entre si para compor um todo ordenado pela Providência. Como vemos abaixo, lembrando o pensamento hierárquico de Tomás de Aquino sobre o mundo natural e político, para o autor, essa ordem divina de organização e interdependência, a qual faria parte da unidade da pátria e do mundo natural, representaria a harmonia dos dois mundos e deveria ser respeitada também no âmbito social para trazer “de novo sobre a terra o verdadeiro Éden” (MAIA, 1864, p. 3).

[...] A unidade, cuja existência no organismo he demonstrada pela rigorosa observação dos modernos foi reconhecida desde remoto tempo como o principio mais util para o bom andamento da administração publica. Quanto não teria ganho o homem, que importante papel já não representaria, se os deveres preenchidos pela providente natureza com tanta regularidade e constancia, fossem no enganador mundo civil com a mesma lealdade executados! [...] Então a civilização já teria subido ao ápice do aperfeiçoamento, a verdade não seria chiméra, e o animal privilegiado pela inteligencia conscienciosa e

⁴ O texto em questão é a introdução da coleção de dezoito escritos dos *Estudos Históricos sobre Portugal e Brasil* de Silva Maia. Os quais são tidos como de possível autoria sua, já que os manuscritos que se encontram nos acervos do IHGB do Rio de Janeiro são cópias feitas por Pinto Bueno em 1864 (GARCIA, 2007, p. 107). Sabemos a data da introdução desses estudos como fruto do ano de 1855, porque em determinado momento da obra, ao buscar justificativa para o atraso civilizacional brasileiro em relação ao progresso dos Estados Unidos, Silva Maia (1864, p. 9) menciona a então recém independência brasileira, ocorrida há “somente 33 anos”.

dom da palavra, gozaria em plenitude das maravilhosas faculdades, que completamente o separam de todos os outros. A razão e a justiça triunfantes, trariam de novo sobre a terra o verdadeiro Éden (MAIA, 1864, p. 2, 3, grifo nosso).

Sobre essa transposição da ordem hierárquica natural para o mundo social, nosso autor na abertura das *Notícias das sciencias accessorias*, presente no primeiro número da Revista Médica Fluminense do ano de 1835, revela de maneira bastante sucinta a natural estratificação social da pátria. Dessa forma, além da máxima comumente defendida por ele em outros textos, de que todo o homem deve amar seu local de origem, o Estado, tendo diversas necessidades, exigiria de seus componentes interdependentes diferentes funções e utilidades, não podendo todos terem a mesma tarefa e lugar no corpo social.

Todo o homem nascendo, contrahe o dever de amar sua patria, e nutrindo-se nella ractifica o ajuste de a servir em tudo que puder. Este principio sancionado por todos os publicistas, he a cauza primaria da grandeza das nações, e o germen das acções mais heroicas praticadas pelo homem. No entretanto **hum estado tendo diversas necessidades, não requer de seus habitantes os mesmos serviços para lhe poder ser útil; assim em quanto huns servem a patria, derramando o seu sangue nos combates; outros lavrando os campos, preparão os elementos para o seu sustento; outros velando na execução das leis, ou fazendo-as, conservão entre os cidadãos os direitos d’equidade e de justiça; e outros em fim tendo por missão o estudo da natureza, allivião seus concidadãos nas suas enfermidades, e mostrão-lhes as riquezas de que a providencia os dotou**, para que elles as utilizem do melhor modo possível (MAIA, 1835b, p. 20, 21, grifo nosso).

Detentor de uma perspectiva científica “humboldtiana”, a qual além de conceber a harmonia da natureza a partir da interdependência dos seres nos ambientes, também relacionava de maneira orgânica o mundo natural com as nações, independente de qual fator de sua geração e trajetória intelectual mais contribuiu para a sua concepção hierárquica e ordenadora sobre os mundos natural e social, o que mais importa para nós, além das afinidades que essas ideias possuíam com a ordem política do Regresso, é a maneira como as noções harmônicas e ordenadoras sobre a natureza servem como argumento de Silva Maia para a reforma dos “maos costumes” brasileiros em seu texto médico sobre os males causados pelo corte de matas (KURY, 1998, p. irreg.; MAIA, 1835a, p. 6; 1864, p. 11).

Isto posto, atentaremos a seguir para a argumentação do autor em sua tentativa de solucionar as enfermidades que assolavam a cidade do Rio de Janeiro na década de 1830, associadas para ele ao corte excessivo das matas ao redor dos lugares úmidos.

A circulação dos elementos no ambiente, conservação e replantio de árvores como maneira de combater os miasmas na capital imperial

Pautado nas noções de equilíbrio e ordem presentes no mundo natural, Silva Maia, em seu *Discurso sobre o corte de matas*, aponta as causas e estabelece as soluções para as enfermidades que afetavam a cidade do Rio de Janeiro em meados da década de 1830. Enfático sobre a existência da harmonia e interdependência dos seres, no sentido que era defendido pela economia da natureza, ele reafirma esses preceitos com base no raciocínio de Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814). Referência para Silva Maia que justificava a afirmação de que a Providência seria a responsável pelos seres particulares e condições de cada continente, além de ligar a natureza aos impérios e ao amor pátrio (MAIA, 1835a, p. 2).

Reflectindo sobre o que nos he possível observar, **hum dos primeiros factos, que nos apparece, he a regular distribuição dos seres criados sobre toda a superfície da terra, de tal modo, que todos os pontos do globo tem attractivos e encantos particulares, e que, como diz Bernardino de São Pedro, cada vegetal tem sua temperatura, cada animal a sua pátria, e cada homem seu império.** Este he, Senhores, o principal germen deste Sagrado amor da pátria, que obrigando o homem á amar seu paiz natal, como a melhor habitação do globo, o tem feito praticar as mais heroicas acções; (MAIA, 1835a, p. 1, 2, grifo nosso).

Segundo Drouin (1993, p. 39, 40), o escritor francês que se propôs a estudar a natureza, apesar de reconhecer a interdependência entre os seres, esteve à margem do pensamento científico por possuir um raciocínio mais retórico do que demonstrativo sobre a ordem do mundo natural. Assumindo uma postura destoante até mesmo para os padrões científicos dos setecentos, ainda bastante influenciados pela tradição religiosa, Saint-Pierre ficara marcado não por afirmar que todos

os elementos da natureza teriam utilidade entre si, ideia essa comumente corroborada pela ilustração, “mas por relacionar sempre e diretamente essa utilidade com o homem”, além de exagerar sobre o papel da Providência na lógica de interdependência dos seres na natureza (DROUIN, 1993, p. 39). Ao assumir uma postura demasiado teológica para o período, contrário à adesão avassaladora em sua época dos preceitos newtonianos, e deixar de estabelecer uma lógica funcional, empírica e racional em relação ao todo sobre o formato das frutas, por exemplo, Jacques-Henri Bernardin de Saint-Pierre demonstra conceber o homem como o centro do universo e a natureza como feita exclusivamente para sua felicidade e proveito (BIRRELL, 2019, p. irreg; DROUIN, 1993, p. 39, 40). Como vemos em seu raciocínio:

Não há menor utilidade nas formas e tamanhos dos frutos. Muitos deles são talhados para a boca do homem, como as cerejas e as ameixas, outros para a sua mão, como as peras e as maçãs; outros maiores, como os melões, são divididos em talhadas e parecem destinados a ser comidos em família; e existem alguns nas Índias, como a jaca, e entre nós a abóbora, que poderíamos partilhar com os vizinhos (SAINT-PIERRE, 1788, apud DROUIN, 1993. p. 47).

Entretanto, apesar de não se enquadrar totalmente no desenvolvimento científico que em conjunto da teologia natural constituiu a noção de economia da natureza, Drouin (1993, p. 40) ressalta que a concepção de harmonia presente no mundo natural para Saint-Pierre “não deixa de ser um avatar da teologia natural, um avatar dominado pela ideia de uma harmonia perfeita na qual o mínimo elemento tem a sua importância”. Nas palavras do próprio Saint-Pierre:

A harmonia deste globo seria em parte destruída, talvez inteiramente, se se suprimisse nem que fosse só o mais pequeno gênero de plantas; porque a sua destruição deixaria sem verdura um certo espaço de terreno e sem comida a espécie de insecto que aí encontra a sua vida: a sua destruição arrastaria a perda da espécie de ave que com ele alimenta os seus filhotes; e assim até o infinito (SAINT-PIERRE, 1773, p. 620 apud DROUIN, 1993, p. 40).

Compreendendo que na natureza haveria o maior equilíbrio e harmonia entre os seres, afinal, originalmente tudo teria sido disposto pela Providência, e cada elemento possuiria uma função nos sistemas de interdependência entre os seres e os ambientes, para Silva Maia, os bosques e arvoredos próximos dos lugares úmidos seriam essenciais para a salubridade atmosférica. Pois, em seu

raciocínio, eles absorveriam as partículas orgânicas e principalmente impediriam que a luz solar desencadeasse a liberação dos miasmas mórbidos que contaminavam o ar, emanados esses dos lugares pantanosos que concentravam matéria orgânica decomposta. Além disso, não sendo a matéria putrefata dos charcos o único elemento de infecção da atmosfera, incluindo nesse processo também a respiração dos animais, para o autor (MAIA, 1835a, p. 4), com as árvores dizimadas não seria possível a purificação do ar, já que durante o dia os bosques e arvoredos seriam responsáveis pela retenção do “ácido carbônico” e a liberação do oxigênio (MAIA, 1835a, p. 3-10).

No Brasil encontra-se também muitos pântanos, que ainda não causarão damno algum, por se acharem ainda como sahirão das mão da natureza, isto he, cobertos de arvores. Assim por toda a parte, onde as lagôas são cobertas, nenhum mal produzem; e isto, que nos mostra a observação, a theoria verifica; pois sabe-se hoje, que he necessário a insolação, para que se possão decompor as matérias animaes e vegetaes, que se achão nos pântanos, sem o que não haverá miasmas mórbidos. Mas, Srs., as arvores não só são o melhor preservativo contra as doenças, que causão os miasmas paludosos pelas rasões acima expostas; mas tambem o melhor remédio para afugentar a peste e mesmo a cholera (MAIA, 1835a, p. 9, 10).

Sendo a obra de Silva Maia repleta de referências de diferentes tradições ligadas à economia natural, ao tratar sobre a importância das árvores para a purificação do ar, ele baseia seu raciocínio com nomes da fisiologia que trataram sobre outro aspecto derivado das teorias da economia da natureza. Dessa maneira, além da distribuição dos seres no planeta e da interdependência das espécies, o autor também demonstra conceber em seus trabalhos a circulação dos elementos químicos e orgânicos no mundo natural (DROUIN, 1993, p. 33-39; MAIA, 1835a, p. 3-5). Citando nomes como Rauch, Priestley (1733-1804) e Benjamin Franklin (1706-1790), e entendendo o processo das reações químicas das plantas de maneira parecida como concebemos hoje a fotossíntese, tendo os vegetais para ele, a capacidade de absorver “o ácido carbônico, e exalando o Oxigênio, purificação o ar, e o tornão apto á ser respirado pelos animaes” (MAIA, 1835a, p. 3), Silva Maia, ao citar os miasmas, partículas que saem dos corpos podres, e que entrando no corpo animal causam doenças, demonstra compreender o papel dos vegetais como parte do processo cíclico de

transferência dos elementos orgânicos retirados do solo e da atmosfera para os reinos vegetal e animal como vemos em Lavoisier (MORAES SILVA, 1831, p. 312):

Os vegetais colhem no ar que os rodeia, na água e, em geral, no reino mineral os materiais necessários à sua organização. Os animais alimentam-se ou dos vegetais ou de outros animais que se alimentaram eles próprios de vegetais, de maneira que as matérias que os formam são sempre, em última análise, extraídas do ar e do reino mineral. Enfim, a fermentação, a putrefação e a combustão devolvem continuamente ao ar da atmosfera e ao reino mineral os elementos que os vegetais e os animais lhe tomaram (LAVOISIER, 1893, p. 33 apud DROUIN, 1993, p. 42).

Fazendo referências a estudiosos responsáveis pelos avanços da fisiologia vegetal e principalmente da química, com a descoberta das alterações gasosas concernentes à nutrição das plantas, putrefação e respiração dos animais, a noção do autor sobre o paludismo maligno dos charcos, relacionados para ele aos efeitos catastróficos causados pelo corte das árvores, pressupõe a noção de que os elementos livres da matéria estariam em excesso na atmosfera por não serem mais absorvidos e combinados pelos vegetais.⁵

Posto isto, para os elementos da matéria retornarem ao modo harmônico e equilibrado de sua circulação, a fim de não causarem mais pestes, Silva Maia sugere o replantio e conservação dos bosques, adotando juntamente com seus interlocutores uma postura conservacionista e pré-ecológica, distinta de outras posições que propunham a eliminação dos pântanos e charcos, e que não dimensionavam os impactos negativos que a alteração profunda do ambiente poderia gerar (DROUIN, 1993, p. 42).

⁵ A química nos finais do século XVIII teve consideráveis progressos na análise dos gases e de suas alterações. No que concerne à nutrição das plantas e a respiração animal, como vemos em Drouin (1993, p. 41), em 1771, o religioso inglês Joseph Priestley, “tendo colocado um pé de hortelã oito ou nove dias na atmosfera confinada de um frasco onde um rato acabava de morrer por asfixia, verifica que é possível fazer com que um rato ali volte a viver. Ele supõe então que a experiência permite ver-se como, *mutatis mutandis*, a vegetação terrestre consegue ‘regenerar’ ‘o ar viciado’ pela respiração dos animais ou pela putrefação da matéria vegetal e animal. O seu amigo Benjamin Franklin, a quem dá parte desta descoberta, vê logo nela um argumento para que se plantem árvores na proximidade das habitações”. Também segundo Drouin (1993, p. 42, 43), Cuvier compreendia a agronomia de sua época como a arte de fazer com que num determinado espaço se pudesse ter a maior relação de elementos livres combinados simultaneamente em substâncias vivas. Assim, a matéria dos seres vivos, composta para ciência daquela época de carbono, azote e hidrogênio, combinados em diferentes proporções com oxigênio e terra, era para a química do período questão a ser gerida para ser útil aos homens, tanto para a alimentação, quanto para evitar as doenças que infectavam o ar.

De mais, Srs., sendo hoje bem demonstrado pela observação, que a acção do sol he de absoluta necessidade, para que os pântanos desenvolvão os miasmas mórbidos; fica evidente que possuimos só dois meios para livrar a terra destas chagas infectas: ou fazer secar estas lagoas, ou cobril-as de arvoredos propios. O primeiro meio, o mais ordinariamente empregado, he o mais difficil e o mais dispendioso. Para elle se requer grandes operações e habeis Engenheiros, para o que he necessário muito dinheiro e muito tempo, e tal he a dificuldade de taes obras, que as lagoas Pontinas, apesar de se trabalhar nellas á muitos séculos, ainda não estão de todo secas. (...). O contrario nos acontecerá com o segundo meio, o qual não requer senão alguns annos, e poucas despesas para pôr as lagoas em estado de não fazerem mal. **Sigamos pois este segundo meio, para livrar a terra destas chagas immundas, cubramos os pântanos de arvoredos, que os impeção de ser nocivos,** seguindo o sábio conselho de Cicero – *Serit arbores que alteri se culo prosint:* então o homem, á imitação do Criador, fará sahir a vida do mesmo seio da morte (MAIA, 1835, p. 10, 11, grifo nosso).

Como vemos em Andrea Wulf (2019, p. 98-102), nos séculos XVIII e XIX predominaram ideias que concebiam a natureza primitiva como caos que precisava ser modificado e ordenado pelo homem. Georges-Louis Leclerc (1707-1788), o conde de Buffon, tinha as florestas e os charcos como lugares horrendos e atulhados de perigos, compreendendo o mundo das florestas tropicais como deformado, rústico e incivilizado. Assim, por influência de Buffon e Montesquieu, a ideia de que somente a natureza alterada pelo homem seria bela e positiva ressoou por anos, a ponto de pensadores norte-americanos como Hugh Williamson (1735-1819) acreditarem que a derrubada de uma floresta virgem seria benéfica para o progresso e para o ar de qualquer região, já que o desmatamento das florestas aumentaria o fluxo dos ventos, que por sua vez renovariam a atmosfera mais facilmente.

Tais ideias, não compactuadas por aqueles que viam no mundo natural um perfeito equilíbrio e ordem diante de suas interdependências, destoam das posições de Silva Maia e dos seus referenciais mais caros herdeiros da economia natural. Dessa maneira, semelhantemente a Humboldt, que em 1800 na Venezuela observara a situação de seca e empobrecimento das margens do lago Valência, o naturalista prussiano, afirmando que os fenômenos da diminuição das águas e da esterilidade do solo estariam relacionados com os cortes e queimadas da vegetação, concebia que as matas tinham o

papel de regular as chuvas e o clima, assim como exerciam a função de filtragem da água das torrentes que lavavam o solo (WULF, 2019, p. 95-99).

Desse modo, Silva Maia, partilhando de posições parecidas, defende que além da salubridade do ar, as florestas também seriam responsáveis pelo equilíbrio do clima, pela fertilidade da terra e regulação das chuvas e secas. Como veremos abaixo, as secas em diversos lugares do mundo, e inclusive no Brasil, teriam sido causadas segundo ele principalmente pelo corte excessivo das florestas nativas.

[...]Á vista do que fica expendido, não he de admirar, que os vegetaes, e mui principalmente os bosques tenham huma immensa influencia sobre os climas, sobre as estações, sobre a fertilidade, e salubridade da terra. He por estas razões, que os bosques prestão mil benefícios ao homem, além dos precisos productos de que o enriquece. São elles, que postos no cume das montanhas, atrahem á si a neve na estação fria, para no rigor do Estio dar agoa, que pouco cahe então da atmosfera. São elles, que trazendo á si as nuvens procelosas, diminuem a intensidade das borrascas. São elles em fim, que absorvendo o acido carbônico, e exalando o Oxygenio, purificação o ar, e o tornão apto á ser respirado pelos animaes. (...) Em muitos paizes da Europa, segundo atesta Rauch, as estações tem-se inteiramente mudado; pois ellas são muito mais rigorosas depois do corte de suas matas. No Brasil, consultando alguns dos nossos antigos, vemos tambem, que em algumas Provincias tem havido grandes alterações no clima, coincidindo com a destruição das matas. (MAIA, 1835a, p. 4, 5, grifo nosso).

[...] As secas, que, há hum século para cá, tem devastado por diversas vezes as bellas Provincias do Seará, Pernambuco, e Bahia; a que há 2 annos, tantos estragos produzio na rica Provincia de Minas, não tiveram outra origem provavelmente para serem tão assoladoras, senão o corte que tem havido em nossas matas virgens, pelo prejuízo, em que estão os nossos Agricultores de as hir derrubando pela menor causa (MAIA, 1835a, p. 6, 7, grifo nosso).

Ademais, sendo o pensamento médico de Silva Maia caracterizado por diversas ponderações ambientais, torna-se necessário ressaltar a sua vinculação e dos membros da Academia Imperial de Medicina com as noções neo-hipocráticas da higiene de seu período. “Concepção ambientalista da medicina baseada na hipótese da relação intrínseca entre saúde e doença, ambiente e sociedade”, como afirma Ferreira (2009, p. 17), os diagnósticos médicos dos membros da Academia Imperial, até

as primeiras décadas da segunda metade do século XIX, baseavam-se principalmente segundo os paradigmas epistemológicos da Climatologia Médica (EDLER, 2013, p. 156).

Assim, para a formação de um quadro nosológico era necessário traçar diversos registros meteorológicos, telúricos e topográficos para construir uma interpretação sobre os padrões climáticos de determinada região e suas doenças. Partindo de circunstâncias gerais até as mais particulares, os médicos formavam seus diagnósticos considerando primeiramente a meteorologia, hidrologia e o clima das regiões, para só depois analisar “os *ingesta* (alimentos e bebidas), os *excreta* (excreções e banhos), os *applicata* (vestimentas e cosméticos), os *percepta* (costumes, sexualidade, higiene pessoal) e, por fim, os *gesta* (movimentos habituais, atividades profissionais)” (EDLER, 2013, p.156, 157). Dessa forma, entendendo por clima uma relação complexa de variações ambientais, a higiene médica do Brasil oitocentista atribuía à umidade um papel preponderante nas questões atmosféricas que interfeririam na saúde das pessoas. A insalubridade do ar, assim como a existência das ricas e variadas fauna e flora brasileiras, era tida como consequência da umidade das regiões tropicais (FERREIRA, 2013, p. 83).

Assim sendo, o diagnóstico de Silva Maia, sobre a contaminação do ar pelas regiões úmidas e pantanosas da cidade do Rio de Janeiro, vai ao encontro da opinião de outro médico, higienista que morou na capital imperial e ajudou a fundar a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, o famoso Dr. José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856). Este, ao tratar da umidade brasileira, dizia que esta acelerava o processo de decomposição da matéria orgânica, fator que como se vê em Ferreira (2013, p. 82), constituiria um “ambiente palustre, isto é, um estado de permanente contaminação atmosférica causadas pelas emanções (miasmas) resultantes da decomposição orgânica”, o que para o médico francês, se manifestaria em diversos tipos de febres.

Dessa maneira, ao se referir aos ambientes úmidos como “foços de miasmas, que levão a desolação e a morte por todo a parte” (MAIA, 1835a, p. 8), Silva Maia revela apropriar-se dos saberes médicos que constituíram a medicina social urbana, a qual estabeleceu relações fundamentais com o desenvolvimento da química, principalmente por conta da análise do ar, compreendido por ambas

como fator patógeno diante da velha crença setecentista de que ele possuiria influência direta sobre o organismo (FOUCAULT, 2016, p. 159).

Desse modo, a história natural e a química do período, ocupadas com a circulação dos elementos, como a água, ar e materiais decompostos, contribuíram para o desenvolvimento do conceito de salubridade para a medicina. Entendida como “o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível” (FOUCAULT, 2016, p. 163), a noção de salubridade fora instrumentalizada pelos Estados e é correlativa ao saber médico da higiene pública, que juntamente das estatísticas sobre a população, propunha intervenções urbanas em nome da melhor circulação dos elementos do meio (FOUCAULT, 2016, p. 158-163; MANTOVANI; MARQUES, 2020, p. 348-351).

1) Por intermédio da medicina social urbana, a prática médica se põe diretamente em contato com ciências extra-médicas, fundamentalmente a química. [...] foi precisamente pela análise do ar, da corrente de ar, das condições de vida e de respiração que a medicina e a química entraram em contato. Fourcroy e Lavoisier se interessaram pelo problema do organismo por intermédio do controle do ar urbano. A inserção da prática médica em um *corpus* de ciência físico-química se fez por intermédio da urbanização. [...] 2) A medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência. Essa medicina das coisas já delinea, sem empregar ainda a palavra, a noção de meio que os naturalistas do final do século XVIII, como Cuvier, desenvolverão. A relação entre organismo e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina, por intermédio da medicina urbana. Não se passou da análise do organismo á análise do meio ambiente. A medicina passou da análise do meio á dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo. A organização da medicina foi importante para a constituição da medicina científica. 3) Com ela aparece, pouco antes da Revolução Francesa, uma noção que terá uma importância considerável para a medicina social: a noção de salubridade. [...] E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública (FOUCAULT, 2016, p. 162, 163).

Compreendendo que as teorias miasmáticas serviram para legitimar soluções técnicas de engenharia urbana, sob o pretexto de assegurar condições materiais e sociais para a melhor saúde da população de acordo com a circulação dos elementos nos ambientes, a constituição dos saberes da

higiene pública permitiu aos Estados Modernos um controle cada vez mais preciso de suas populações. Isso num momento em que a economia política passou a ser a principal arte de governo, quando percebeu-se que governar significava gerir e dispor os recursos físicos e humanos de acordo com os interesses das organizações produtivas dentro de Estados soberanos (FOUCAULT, 2016, 418-428; MANTOVANI; MARQUES, 2020, p. 350, 351).

Sendo assim, através das estatísticas sobre a população e os saberes que tinham como objetos de conhecimento as relações dos organismos com os elementos do ambiente, ocorreu entre os séculos XVIII e XIX um processo de governamentalização dos saberes na Europa, ou seja, a gestão estatal da vida dos homens e mulheres, força de trabalho que deveria ser estendida ao máximo, passou a ser realizada através de uma gama de conhecimentos, incluindo as concepções médicas de higiene.

A necessidade de governar surgia relacionada à percepção de que mais relevante do que o entesouramento passaria a ser o trabalho. A arte de governar passaria a ter outro saber orientador: a ciência econômica. A preocupação com a atividade econômica previa outros tipos de estudos e atividades por parte do rei. Não mais tratados a respeito de meios e fins para manter e /ou conquistar domínios, mas verificar e caso possível, impulsionar a atividade produtiva. Os tratados jurídicos a respeito do direito ao comando e a arte militar continuariam tendo importância para o Estado, mas o quadro dos saberes foi complementado pela estatística; afinal, um novo objeto de estudo entrava em cena: a população. (...). A partir desse momento, a economia política tinha como eixo principal o estudo da potencialidade produtiva do conjunto de homens que faziam parte do Estado: potencialidade que poderia ser mensurada pelo número de súditos, pela saúde deles e pelos índices de morbidade e mortalidade. (...). Esse novo conjunto de saberes, preocupações e intervenções, Foucault chamou de “governamentalização”, ou seja, a gestão da população, como espécie biológica, por parte do Estado. Em outras palavras, foi quando os agentes e teóricos de Estado desenvolveram a biopolítica e assumiram a “higiene” como conhecimento a ser gerido socialmente: ou seja, passaram a entender como fundamental a elaboração de uma “higiene social” (MANTOVANI; MARQUES, 2020, p. 344).

Tendo os saberes da medicina urbana na Europa relações estratégicas de dominação com os interesses dos Estados Nacionais e da nova ordem burguesa capitalista, o discurso médico de Silva Maia no Brasil, por outro lado, esteve inserido num contexto político, econômico e social bastante

distinto daquele do hemisfério Norte. Como veremos, em seu *Discurso sobre os males do corte das matas*, diante de uma realidade agrária e escravista, a compreensão de nosso ilustrado sobre as doenças que assolavam a Corte legou uma crítica ambiental relacionada aos interesses políticos das elites brasileiras na consolidação e construção do Estado nação.

A crítica ambiental do Dr. Silva Maia

Apesar das pretensões da Sociedade de Medicina em partilhar com o Estado o poder sobre as questões de Saúde Pública no Brasil, e a despeito da clara postura de Silva Maia de querer intervir no problema das doenças que atingiam a Corte, sendo bastante incipiente uma polícia médica no país até os finais do século XIX (COELHO, 1999, p. 142-150), analisamos assim o trabalho do autor em relação aos seus próprios interesses, e às necessidades de direção da sociedade na reforma dos seus costumes em conjunto da promoção do Estado como regulador e promotor da ordem social. Ordem essa, ameaçada naquele momento por conta das orientações políticas descentralizadoras do período Regencial (1831-1840), revistas pelo Regresso conservador através da direção política, moral e intelectual feita pelos diferentes aparelhos de Estado principalmente sobre a “boa sociedade” (MATTOS, 1987, p. 148-168).

Desta forma, ao considerar como responsabilidade dos homens que compunham o Estado a reforma dos hábitos predatórios sobre o mundo natural, notamos no discurso de Silva Maia uma postura de promoção do Estado e de autolegitimação da intelectualidade cortesã, a qual por meio de seus espaços de sociabilidade, no caso a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, se sentia na incumbência de reformar junto ao governo do qual dependia materialmente, o “bárbaro e deshumano costume de cortar e queimar os nossos preciosos bosques, á torto e a direito” (MAIA, 1835a, p. 6). Como veremos abaixo, após expor em seu discurso todos os benefícios que as florestas traziam para o Brasil, desde o fornecimento de lenha, regulação do clima e prevenção das doenças e secas, em seu aviso às autoridades em relação aos prejuízos causados pelo desmatamento, em tom de

lamento pela inatividade do poder público em inibir as práticas predatórias sobre o mundo natural, o autor associa timidamente a danosa prática do excessivo corte de matas às lavouras escravistas.

[...] Si taes são os benefícios, que os bosques prestão á humanidade, si em todos os paizes cultos, isto tem merecido a atenção de grandes escriptores; quanto he de lastimar, Srs., que entre nós ainda continue com todo o seu furor o bárbaro e deshumano costume de cortar e queimar os nossos preciosos bosques, á torto e á direito; e que não tenha até o dia de hoje, apparecido entre nós hum homem de estado, assás forte, para se oppôr á este prejuízo, que traz após de si tantos males e calamidades!!. Que pena não he, Srs., vêr hum tao bello paiz como o Brasil, dotado pela natureza de bosques, que produzem bálsamos divinos, fructos delicados, especiarias finas, por hum obstinado desmazelo de seus filhos, tornar-se hum paiz estéril, e insalubre! Esta he a sorte que nos espera, se quanto antes o nosso Governo não tomar providencias á este respeito. [...] **As secas, que, há hum século para cá, tem devastado por diversas vezes as bellas Provincias do Seará, Pernambuco e Bahia; a que há 2 annos, tantos estragos produzio na rica Provincia de Minas, não tiveram outra origem provavelmente para serem tão assoladoras, senão o corte que tem havido em nossas matas virgens, pelo prejuízo, em que estão os nossos Agricultores de as hir derrubando pela menor causa** (MAIA, 1835a, p. 6, grifo nosso).

Ao utilizar o termo genérico como “Agricultores”, que para a época, englobava os grandes latifundiários proprietários de escravos, além de homens livres e pequenos posseiros, sendo o principal modo de produção de nossa economia a *plantation* escravista, seria natural associá-la como a principal causa da destruição e desaparecimento da fauna e flora de nossas regiões. Afinal, as grandes lavouras, utilizando técnicas rústicas, esgotavam a terra com apenas um tipo de cultivo, e logo que a extensa região estava para ser abandonada, por causa do empobrecimento do solo, “a ferro e fogo” abria-se nas matas através de queimadas e machados grandes áreas para um novo plantio. No entanto, apesar de serem grandes responsáveis pelos rastros de destruição nas florestas, Silva Maia não lega uma crítica aberta e enfática sobre a exploração predatória das grandes lavouras escravistas, mesmo tendo feito parte na década de 1850 da Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Civilização dos Indígenas (1850-1858) (KODAMA, 2008, p. 416).

Assim, o que observamos nos seus textos é certa cautela em criticar enfaticamente a grande atividade agroescravista, possivelmente por conta do fato de que as receitas do tráfico e da

exportação de produtos agrícolas, como o café e açúcar, representavam uma enorme parte do total de impostos arrecadados no Brasil através de suas alfândegas, havendo dessa forma, como vemos em José Murilo de Carvalho (2012), uma grande dependência da administração pública em relação a produção das grandes propriedades.

Durante a década de 1830, quando o país corria o risco de se fragmentar, o café transformou-se no principal produto de exportação e o porto do Rio de Janeiro tornou-se o mais importante do país. Essa expansão exigiu grande incremento na importação de escravos, a despeito da forte pressão inglesa contra o tráfico. De 1808 a 1850, quando este foi extinto, entrou no país quase 1,5 milhão de escravos, a maioria dirigida para a província do Rio de Janeiro e para as suas vizinhas, Minas Gerais e São Paulo, para onde os benefícios da economia já se difundiam, sobretudo no incremento da produção e do comércio de gêneros para o abastecimento da corte. (...) No entanto, politicamente, o setor exportador era mais importante por causa dos impostos que gerava. À época da Maioridade, os impostos sobre o comércio externo, de importação e exportação, respondiam por cerca de 80% das receitas do governo central. As rendas desse setor da administração, por sua vez, representavam também 80% do total dos impostos arrecadados no país, incluindo os do governo central, das províncias e dos municípios. Isso quer dizer que a máquina administrativa do governo dependia para seu funcionamento dos impostos sobre o comércio externo (CARVALHO, 2012, p. 22, 23).

Contudo, apesar de seu tom ameno para com os impactos ambientais causados pela exploração do trabalho escravo sobre as florestas, dentro dos quadros da instituição que meses depois tornara-se Academia Imperial de Medicina, Silva Maia legou em seu *Discurso sobre os males do corte das matas* uma crítica ambiental sobre o mau uso dos recursos naturais no Brasil. Dessa maneira, ele configura entre os poucos homens de nossa reduzida elite intelectual que manifestou preocupações em relação ao uso correto de nossa natureza, atribuindo a ela sentidos que iam além das necessidades de modernização das técnicas produtivas para explorá-la.

Como afirma José Augusto Pádua (2002, p. 11-17), em sua pesquisa que levantou mais de cinquenta autores e cerca de 150 textos produzidos de 1786 a 1888, Silva Maia encontra-se entre aqueles ilustrados que demonstraram alguma preocupação intelectual com a degradação do meio ambiente brasileiro. Isso numa época marcada por posturas que na maioria das vezes consideravam o

mundo natural adversário do progresso, ou que a destruição da natureza seria um preço necessário a se pagar para atingir determinado nível de civilização.

Embora Pádua (2002, p. 13) ressalte que entre esses ilustrados geralmente não se defendia “o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentimento estético, ético ou espiritual, mas sim devido à sua importância para a construção nacional,” alguns críticos ambientais analisados por ele, como o caso de Silva Maia, atribuíam valores simbólicos, sentimentais e espirituais à natureza, ao mesmo tempo em que não ignoravam e não aceitavam a destruição dos ambientes, pois a aniquilação dos recursos era considerada unanimemente como atraso e ignorância, e o progresso almejado por esses homens supunha conservação e uso correto dos meios. Assim, para o autor de *Um Sopro de Destruição*, a necessidade de conservar os meios e fazer o melhor uso deles, não ignorando a sua destruição acelerada e nociva para o progresso do país, formou essa quinta noção sobre o mundo natural em um contexto que na cultura dominante havia quatro outras visões:

1) a visão que desvalorizava o meio natural e não se importava com a sua destruição, seja pela indiferença ou pela desqualificação ativa (como nos casos em que se considerava a natureza tropical como inferior à temperada); 2) a visão que reconhecia a grandeza do meio natural, mas considerava que sua exuberância excessiva impedia o desenvolvimento da sociedade humana (uma tese exposta, por exemplo, por Henry Buckle em sua *História da Civilização na Inglaterra*); 3) a visão que louvava a pujança do meio natural, mas considerava a sua destruição um preço a pagar pelo progresso; 4) a visão que louvava intensamente o meio natural em termos abstratos e retóricos, ao mesmo tempo em que ignorava o seu desaparecimento concreto (como no caso de grande parte dos artistas românticos) (PÁDUA, 2002, p. 27, 28).

Compreendendo com Bernardin de Saint-Pierre, que pelos desígnios da Providência, a natureza faria os homens amarem a sua pátria e por ela realizarem grandes ações (MAIA, 1835a, p. 2), podendo as sociedades também tirarem do mundo natural exemplos “de sociabilidade, trabalho, previdência, asseio e coragem” (MAIA, 1858, p. VIII), a despeito das questões simbólicas que o mundo natural representava para Silva Maia, predominaram sobre a importância da natureza para a identidade cósmica em relação à nação os aspectos pragmáticos e utilitários acerca do meio ambiente.

Assim, em sua visão “cosmo-política” sobre o mundo natural, a qual apresentava vinculações divinas de ordem sentimental e nacional entre as sociedades e seus locais de origem, o que prevaleceu na crítica ambiental de Silva Maia foram os aspectos positivos que os ambientes em equilíbrio poderiam fornecer aos homens. Desse modo, a preservação dos bosques e florestas era importante para evitar as febres, as secas, as alterações climáticas e a infertilidade do solo (PÁDUA, 2002, p. 182, 183).

Continuador do pensamento da geração intelectual anterior à sua, a concepção pragmática e utilitária de Silva Maia sobre a natureza também associava a necessidade de se conservar as florestas para o estímulo de diferentes indústrias. Dessa forma, de maneira bastante utilitária e pragmática, ele demonstra seu interesse em fomentar a exploração econômica sobre o mundo natural, fator essencial para o progresso da nação: “Conservemos pois os bosques; eles fornecerão nossos Arsenaes e Estaleiros, de madeiras, lenhas, carvão, alcatrão e brêo; nossas Boticas de Resinas, Gommas, Lenhas, e Raises; elles purificarão a atmospherá, e tornarão férteis e sadias, terras doentias e insalubres” (MAIA, 1835a, p. 11).

Considerações finais

A intenção de reformar os costumes brasileiros, confessada pelo próprio autor em seu discurso médico, demonstra para nós a importância civilizatória que Silva Maia creditava à ciência. Saberes, que, como vimos, promoviam o Estado junto de seus homens de “sciencias e letras” como responsáveis por reformar os bárbaros costumes vigentes no Brasil (MAIA, 1835a, p.6). Compreendendo como Michel Foucault (2018, p. 33) que saber refere-se a “todos os procedimentos e a todos os efeitos de conhecimentos que são aceitáveis num dado momento e num domínio definido”, e que os discursos para serem aceitos por uma elite dirigente possuem certa positividade em relação às forças hegemônicas sobre as quais eles foram constituídos, compreendendo a natureza como ordem hierárquica, a partir da percepção da interdependência dos seres entre si e com os ambientes, onde tudo teria seu papel determinado pela Providência, ao conceber que esses princípios ordenadores teriam leis equivalentes que deveriam ser respeitadas no âmbito social, percebemos certa

afinidade entre a concepção de natureza de Silva Maia e a Ordem Monárquica de seu tempo. A qual, baseada na legitimidade dinástica, implementada pelo Regresso, reforçou as hierarquias dentro do governo, preservando também as distinções de classe e raça que definiam os Mundos do Governo, do Trabalho e da Desordem (MATTOS, 1987, p. 148-152).

Fontes e bibliografia

1. Fontes

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Discurso sobre os males que tem produzido o corte das matas e sobre os meios de os remediar; lido na sessão pública da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de junho de 1835.** Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense de Brito e Cia. 1835a.

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Noticias das Sciencias Accessorias.** Revista Médica Fluminense, n. 1. abr. 1835b.

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Quadros synopticos do reino animal, onde se adopta o methodo natural de Cuvier com as precisas modificações conforme o estado atual da sciencia, organizados para facilitar o estudo da zoologia no internato e externato do Collegio de Pedro II.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.

Emílio Joaquim da Silva Maia. **Estudos Históricos sobre Portugal e Brasil. Estudo Primeiro (servindo de introdução).** S. L. S.D. 1864. Arquivo particular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2. Referências Bibliográficas

BIRRELL, Augustin. Preface. In: BARINE, Arvède. **The Great French Writers:** Bernardin de St. Pierre. Gutenberg Org. USA. 2019.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880.** 16. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: **A construção nacional: 1830-1889**, v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 83-129.

CALAFATE, Pedro. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800).** Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822 – 1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DROUIN, Jean-Marc. **Reinventar a Natureza**. A ecologia e sua história. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

EDLER, Flavio Coelho. Pesquisas em parasitologia médica e circulação do conhecimento no contexto da medicina colonial. In: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (Orgs.). **A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciência Sociais, 2013.

FERREIRA, L. O. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol 11 (suplemento 1): 93-107, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000400005> . Acesso em: 13/07/2021.

FERREIRA, L. O. Introdução. In: SIGAUD, J. F. X. **Do Clima e das Doenças do Brasil ou estatística médica deste império**. / J. F. X. Sigaud; Tradução de Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FERREIRA, L. O. O viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil Oitocentista (1830-1844). In: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (Orgs.). **A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciência Sociais, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?** - conferência proferida por Michel Foucault na Sociedade Francesa de Filosofia em 27 de maio de 1978. Tradução: Tradutores independentes. Rio de Janeiro: LUG editora, 2018.

GARCIA, Lúcia. Emílio Joaquim da Silva Maia. Um intelectual no Império do Brasil. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 168(437): 67-153, out./dez. 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B52TfDyGHoA1VjhPR1NobzRBMFE/view?resourcekey=0-ccV-VnIRrpy6aMO18jPHr4A> . Acesso em: 29/09/2021.

GONÇALVES, Sérgio Campos. A Figura do Intelectual e a Razão Universal na Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. v. 2, n. 1, p. 37-69, mar. 2013. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/7885> . Acesso em 29/09/2021

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849- 1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n 56, p. 407- 430, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882008000200007> . Acesso em: 14/07/2021.

KURY, Lorelai. Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 2, p. 267-91/ jul – out. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000200001> . Acesso em: 17/07/2021.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. v. 11 (suplemento 1): 109-29, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000400006> . Acesso em: 14/07/2021.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anuário biográfico brasileiro**. III volume. Rio de Janeiro, Typographia e Lithografia Imperial do Instituto Artístico. 1876.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MANTOVANI, Rafael; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Higiene como prática individual e como instrumento de Estado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, abr.jun. 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/yMLRbdcvgNYtQFP5Mr57gYC/?lang=pt> . Acesso em: 29/08/2021.

MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da Lingua Portugueza II tomo**. 4. ed. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786 - 1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. III, p. 313 - 365.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830 – 1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSENBLATT, Helena. The Christian enlightenment. In: BROWN, Stewart J. e TACKETT, Timothy (Ed.). **The Cambridge History of Christianity**. Cambridge: Cambridge U. P., 2008.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. Aspectos da ilustração no Brasil. R. IHGB, Rio de Janeiro. n. 278: 105-169, jan/mar. 1968. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107971-revista-ihgb-volume-278.html> Acesso em: 29/09/2021.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza**: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

“Nos llaman de noche los enfermos”: saberes mestiços sobre tumores (Província Jesuítica do Paraguai, Séc. XVIII)

“Nos llaman de noche los enfermos”: mestizo knowledge about tumours (Jesuit Province of Paraguay, XVIII century)

Bernardo Ternus de Abreu

Mestre em História

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

bernardoternus@gmail.com

Recebido em: 09/09/2021

Aprovado em: 19/11/2021

Resumo: No presente artigo, discutimos a ideia de uma espécie de medicina híbrida ou mestiça decorrente de trocas culturais que se forjaram no interior e nas proximidades de espaços reducionais da Província Jesuítica do Paraguai. O apontamento é decorrente de uma análise de textos medicinais escritos por missionários da região, cruzados com estudos de referência, com uma ênfase nas inflamações, tumores e cânceres, enfermidades estas que foram analisadas com um olhar mais detido. Consideramos que a produção científica sobre tumores é decorrente de uma multiplicidade de agentes.

Palavras-chave: jesuítas; indígenas; tumores.

Abstract: In this article, we discuss the idea of a kind of hybrid or mestizo medicine resulting from cultural exchanges that were forged in the interior and close to reduction spaces of the Jesuit Province of Paraguay. The appointment results from an analysis of medicinal texts written by missionaries from the region, crossed with reference studies, with an emphasis on inflammation, tumors and cancers, diseases that were analyzed with a closer look. We believe that scientific production on tumors is the result of a multiplicity of agents.

Keywords: jesuits; indigenous; tumors.

Introdução

A atuação dos jesuítas na América platina remonta às primeiras décadas do século XVII, quando os missionários passaram a construir reduções e a efetuar um projeto que duraria quase dois séculos, e que envolveria diversos grupos étnicos, dentre eles, os Guaranis em maior número (NEUMANN, 2015). Orientados para a conversão das populações locais, os jesuítas instalaram colégios¹ nos quais prepararam os mais novos religiosos, bem como instruíram algumas pessoas da elite local, alfabetizando indígenas. Dentre as normas para a instrução dos jesuítas, se destacou a *Ratio studiorum*², que definia como deveriam funcionar as instituições educacionais jesuíticas, e quais seriam as divisões disciplinares de natureza aristotélica, quais as práticas e quais fins teriam, a exemplo da “ética e da política, das ciências teóricas e da astronomia” (FELDHAY, 2000, p. 116). Pouco a pouco, a educação ofertada pelos missionários foi englobando mais e mais aspectos da experiência (ASÚA, 2011), nos quais se inseriram conhecimentos científicos, ampliando os estudos que eram muito importantes para os mais novos. A importância dos estudos científicos e também culturais em geral também foi atestada no texto das Constituições, posto que “aquele que sabia e compartilhava poderia contribuir para a ajuda do próximo, para o amor de Deus e para a salvação da alma” (FANTIN, 2010, p. 37)³.

Com o passar dos anos, a experiência prática dos noviços em hospitais, onde lidavam com conhecimentos de medicina, cirurgia e farmácia, passou a ser cada vez mais valorizada, e os colégios

¹Os colégios eram centros administrativos da organização jesuítica, aos quais estavam subordinadas as casas e as reduções (FLECK, POLETTTO, 2019, p. 3). Atuavam, ainda, como centros de formação intelectual e de irradiação da cultura, e era neles que se dava a formação dos quadros da Ordem. Internamente, eles mantinham as suas próprias boticas, que serviam para abastecer a ordem e também a população local. Muitas delas se tornaram referência em ervas, unguentos, triacas, bálsamos e outros compostos vendidos nas proximidades e, posteriormente, para outras regiões americanas e, também, para a Europa.

²*Ratio* significa “plano” ou “ordem” ou “regra”, “razão”, podendo ser traduzida por Ordem e Maneira dos Estudos. O texto da *Ratio*, que foi publicado em 1599, deve ser compreendido como um conjunto de normas responsáveis por definir saberes que poderiam ser ensinados e condutas a serem assumidas, bem como um conjunto de práticas que permitiam a transmissão dos saberes e a incorporação de comportamentos, normas e práticas (FANTIN, 2010, p. 38).

³A orientação para o estudo estava presente nas Constituições, texto com a função de regular as atividades realizadas pelos missionários. Nelas, se valorizava o estudo e o conhecimento, a formação científica, moral, literária, filosófica e teológica (FANTIN, 2010, p. 37; ARNAUT, 2002, p. 108).

da Companhia passaram a contar com espaços como boticas e enfermarias. Ali, aprendiam na prática, e, os mais destacados eram escolhidos para aprender um ofício e nele se especializarem (FLECK, 2021), tais como cirurgia, botica ou enfermagem⁴.

Contudo, também os que atuavam em outras funções seriam indispensáveis para a atuação da Companhia: aqueles que detinham talento para ensinar – seja em nível elementar (*ad docendum*), tanto no âmbito superior (*ad legendas facultates*); aqueles com talento para a administração, que são ou de governo (*ad gubernandum*), ou de conselho (*ad consultandum*); aqueles que faziam as tarefas espirituais; a pregação (*ad condicionandum*); a confissão (*ad audiendas confessiones*); os talentos ligados à gestão dos bens e à organização da vida material da província (*ad negotia curanda, ad officia domestica*)” (CASTELNAU L’ESTOILE, 2006, p. 211). No caso dos irmãos que se dedicavam ao cuidado dos enfermos, cabia trazer-lhes alimentos, dar conselhos espirituais e administrar medicinas, proporcionando-lhes algum conforto, quando estivessem nas dependências dos colégios ou fora delas⁵.

A rotina dos missionários dedicados à assistência dos enfermos era, certamente, bastante dinâmica, e envolvia tanto os atendimentos nas enfermarias, boticas, colégios e dependências das missões quanto junto aos interiores, nas casas dos índios e em meio ao campo. Em 1720, o padre Francisco Retz ressaltou o papel de assistência dos enfermos:

Nos llaman con frecuencia de noche los enfermos. Pero no esperan los Nuestros siempre, hasta que se les llame, sino espontáneamente ofrecen sus servicios. Por lo general, se aprecia mucho esta asistencia a los moribundos por los hijos de la Compañía como ministerio predilecto, y casi todos llaman a un jesuita al morir, hasta los que en vida les eran contrarios (CA 1720-1730, 1994, p. 23).

⁴A partir de 1576, o papa Gregório XIII permitiu que os jesuítas atuassem em territórios onde não houvesse médicos (FLECK, 2021, p. 2), possibilitando um envolvimento maior no atendimento de doentes e a elaboração de receituários e matérias médicas. Dentre eles, estavam: Agustin de Almedina, Antonio Ruiz de Montoya, Antonio Sepp, Blás Gutiérrez, Esteban Font, Florián Paucke, Gaspar Suárez, Heinrich Peschke, Jaime Izart, José Jenig, José Sánchez Labrador, dentre outros. É importante considerar que as funções a serem desempenhadas pelos jesuítas tanto na Europa, quanto nas terras de missão decorria de uma espécie de política de talentos definida pela Companhia, que levava em consideração as principais habilidades de cada religioso. Da distribuição de funções dos missionários, os detentores da função *ad agendum cum proximis* - aqueles que cuidavam dos outros – eram os que atuavam nas artes de curar.

⁵Como aqueles envolvidos na gestão de bens e insumos eram responsáveis por garantir as provisões de alimentos, e aqueles que atuavam dedicadamente na conversão e confissão poderiam também ir até os enfermos, então é possível visualizar o envolvimento de cada um para o sucesso do todo, e, por conseguinte, para as artes de curar.

Ressaltando a importância dos missionários no atendimento dos enfermos, Retz também deixa à mostra o papel dos religiosos na salvação das almas daqueles que estavam adoecidos. Mas nesta dupla situação, de atender a doença instalada no corpo de um indígena e assegurar a salvação de sua alma, o que pensava o jesuíta? Qual seria a sua compreensão de saúde? Para eles, uma vida distante de pecados e pautada por um comportamento virtuoso assegurava uma vida saudável. O adoecimento, sob esta perspectiva, decorria de uma conduta inadequada, que demandava punição, ou, então, da vontade divina. Por esta razão, quando assistiam os enfermos, os jesuítas procuravam tratar não somente os achaques e feridas, as dores do corpo, mas, também, das doenças da alma. Os membros da Companhia se dedicavam com afinco aos enfermos, pois a salvação espiritual era a sua vocação primeira, de modo que olhavam para “la salud de las almas con tanto fervor como si se tratara de salvar su propia alma” (FLECK, 2013, p. 363).

Vale lembrar que a cura através da invocação dos santos, da intervenção divina e, sobretudo, através de relíquias era algo corrente no Velho Mundo, tendo sido trazida para o Novo Mundo com as ordens religiosas encarregadas da evangelização e parcialmente incorporada através de complexas transformações. Mais do que restrita às ordens religiosas, o imaginário da magia era parte integrante de uma mentalidade mágico religiosa presente em distintas camadas das sociedades da Época Moderna, da qual diversas representações borbulhavam e eram compartilhadas, não estando necessariamente associadas à realidade (BETHENCOURT, 2004). Nos hospitais, as imagens de santos e do próprio Cristo eram afixadas nas paredes nos séculos XVI e XVII, sendo empregadas para curar as feridas do corpo como, igualmente, as da alma. Segundo Vigarello, haviam relicários do sangue sagrado que eram vendidos na Europa, e utilizados para tratar doenças (VIGARELLO, 2005, p.45).

Dentre os missionários jesuítas que se dedicaram às artes de curar na Província Jesuítica do Paraguai no início do século XVII, está Pedro Montenegro, que registrou sua experiência como

boticário no livro *Materia Médica Misionera*⁶, de 1710, no qual confidenciou ter se transformado em autor de botica pelo fato de que não havia boticários nas terras platinas. Movendo-se pela caridade e pelo Evangelho, tratou de escrever sobre as receitas com plantas que pudessem aliviar sintomas e tratar os enfermos (GESTEIRA, TEIXEIRA, 2009, p. 120). A descrição de plantas, com ênfase nas suas virtudes medicinais, foi o foco de sua narrativa, que descreveu o uso de medicamentos simples, feitos de uma só substância e, de preferência, com produtos americanos, como se pode observar na referência à planta Tayao⁷:

“esta planta crece en los lugares húmedos de Egipto, de India, y de Alexandria. Esta descripción conviene más propriamente a la Tayao Caraibo, que a la quarta especie; y así no es el Aro, aunque se le parece; ni tiene las malas qualidades del Tayao Caustico: es si el Aro egypciaco, el Melumb de Zeylan, y el Tayao comestible del Brasil, y Paraguay” (MONTENEGRO, 1710, p. 167).

Mas não só Montenegro dedicou-se ao cuidado dos enfermos ou ao preparo de medicamentos, desempenhando funções em enfermarias e boticas, como se pode constatar nas menções feitas nas *Ânuas* (1714-1765) ao uso de plantas medicinais juntamente com orações e santinhos, terços, água benta e relíquias, que evidenciam a percepção de doença e de cura dos missionários encarregados de converter os nativos. O registro extraído da Carta *Ânuas* de 1714-1720 deixa isto bem evidente: “Después puede comenzar la enseñanza religiosa, y seguir la administración de los sacramentos. Hay que cuidar a los enfermos, no sólo espiritualmente, sino también corporalmente, proporcionándoles medicinas, sangrándolos y hasta hacer operaciones cirúrgicas” (CA 1714-1720, 1994, p. 39)⁸.

O emprego de relíquias e a realização de orações antecipavam, neste caso, a sangria, que evidencia a apropriação dos pressupostos do humoralismo vigentes na época por parte dos

⁶FLECK, E. **Entre a caridade e a ciência:** a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII). – São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2014.

⁷Tayao, de nome taxonômico *Echinodorus grandiflorus*, é uma planta presente na costa sul do Brasil e em algumas regiões do Paraguai. (PEREIRA, NOELLI, CAMPOS, SANTOS, ZOCCHÉ, 2017).

⁸Quando atendiam um doente, os jesuítas conciliavam práticas que eram, ao mesmo tempo, médicas, isto é, recorriam ao uso de remédios, de cirurgias e sangrias; mas, também, espirituais, como o uso de relíquias, água benta e cruzeiros, por exemplo. (FLECK, 2014; VIOTTI, 2013).

encarregados de atender os doentes nas reduções. De acordo com a teoria hipocrático-galênica, a saúde estava associada ao equilíbrio de quatro humores que regiam os temperamentos, isto é, sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra, e as sangrias e purgas eram procedimentos terapêuticos empregados para equilibrar internamente o fluxo de humores nos indivíduos (BYNUM, 2013). A tradição humoralista-galenista levou boa parte dos médicos da época à uma reprodução das diretrizes propostas nos textos clássicos, da aplicação de sangrias e purgas, da cura através dos contrários, segundo a qual uma enfermidade quente era tratada com uma receita fria, e uma enfermidade fria com uma receita quente⁹, bem como uma enfermidade seca com uma medicina úmida, e uma enfermidade úmida com uma receita seca. Segundo Ivone Reis, o humoralismo previa a cura através dos contrários: existiram três tipos de temperamentos quentes: um no qual persistiam os contrários: o contrário de quente e úmido seria frio e seco (e vice-versa), o contrário de quente e seco seria frio e úmido (e vice-versa).

A ascendente prática do experimentalismo, distinta do humoralismo clássico, já vinha ganhando força no Velho Mundo, em decorrência dos trabalhos de novos empíricos como Rabelais, Garcia de Orta e Paracelso, “que promoveram mudanças na medicina, que convivia, no século XVI, com todo tipo de saber herbário e com os pregões de drogas oferecidas nos mercados” (CARNEIRO, 1994, p. 65). Para além dos saberes populares e da diversidade de plantas e drogas provenientes dos impérios coloniais, surgiram novos pressupostos, como, por exemplo, da iatroquímica, que propunha a cura através dos semelhantes, opondo-se, conseqüentemente, à cura através dos contrários. No Setecentos, observa-se a gradativa transposição do experimentalismo com plantas e animais para textos de Matéria Médica e de Medicina erudita, a despeito da continuidade do uso de remédios mágicos, como podemos encontrar nos tratamentos descritos nas Cartas Ânua (1714-1765)¹⁰.

⁹ Para saber mais, ler o artigo da autora que possui uma imagem representativa (Cf. REIS, 2013).

¹⁰ Para conhecer mais sobre esta transformação da medicina realizada no Paraguai, ver: (Cf. FLECK, 2006).

A formação jesuítica possuía uma certa abertura intelectual para as ciências¹¹ e, por isso, se entende alguns dos experimentalismos e investimentos feitos nas artes de curar. Ao longo do Seiscentos e da primeira metade do Setecentos, a necessidade de formar membros preparados espiritual e academicamente para a obra missional levou os missionários a centrarem-se no ensino, o que rapidamente se tornou uma das prioridades para os jesuítas, pois não bastava somente realizar a obra espiritual entre os nativos: era preciso formar, preparar, o que implicava treinamento e instrução. Poucas ordens religiosas “depositaram tão grande investimento nestas atividades formativas” (IMBRUGLIA, 2017, p. 6). Dos estudos experimentais realizados pelos jesuítas tanto na Europa, quanto nos territórios de missão dos impérios ibéricos, derivou-se um interesse cada vez maior pela natureza e uma consequente mudança na forma como os mesmos a viam, isto é, de algo formoso e maravilhoso para “uma natureza possível de ser entendida através de investigações” (KRIZOVA, 2019, p. 37)¹².

No século XVII, coube, especialmente, aos irmãos coadjutores o conhecimento da fauna e da flora existente no entorno das reduções da Província Jesuítica do Paraguai (KRIZOVA, 2019, p. 43), mediante uma rigorosa observação e também do contato¹³ com os nativos. Os textos científicos e etnográficos que resultaram destas experiências de contato intercultural acabaram por colocar os jesuítas como aqueles que detinham um controle e a posse intelectual das regiões em que viviam (HUFFINE, 2005)¹⁴. A produção de obras relacionadas com as artes de curar pelos jesuítas se

¹¹Esta afirmação se justifica no fato de que um grupo de jesuíta dentre aqueles que atuaram na Província Jesuítica do Paraguai dedicou parte do seu tempo para a realização de observações e experimentações de cunho científico. A relação de alguns nomes e as áreas contempladas pelas investigações podem ser encontradas na obra *Science in Vanished Arcadia* (ASÚA, 2014).

¹²Este fenômeno insere-se em um longo processo forjado por uma noção renascentista de que o aprendizado não se dava somente pela memorização dos dogmas da Igreja, mas através da aprendizagem pela própria natureza. (FLECK, 2014).

¹³O conceito de contato é pensado a partir da noção de Mary Pratt, para quem o contato traz para o centro da discussão as fronteiras, enquanto que os centros homogêneos são deslocados para as margens. A partir desta perspectiva, o Ocidente passou a ser visto como algo construído de fora para dentro, e não de dentro para fora, a partir de trocas e contatos com os mundos asiáticos, africanos e americanos, que deixaram de ser secundários para se pensar a identidade ocidental. Desde os anos 70, o movimento do Orientalismo proposto por Edward Said batalhou por formas de entendimento político da Europa não como algo diferenciado e autêntico, mas construído a partir de contatos com outras partes do mundo (PRATT, 1999, p. 15).

¹⁴Dentre os autores jesuítas que se dedicaram a este tipo de descrição, podemos destacar Pedro Lozano, que nasceu em Madri, em 1697, e ingressou na Companhia de Jesus em 1711. Ele chegou à América em 1714 e, no ano seguinte, passou

inseriu, portanto, em um lento processo, auxiliando tanto na conversão, quanto colocando os jesuítas na condição daqueles que possuíam legitimidade para falar acerca do mundo natural local.

Empenhados em conhecer a natureza, os jesuítas se dedicaram a identificar as plantas, colher suas sementes e frutos, aprender a cultivá-las, estudar o seu cozimento e preparo, além de criar um sistema de classificação dos espécimes. Através de livros como a *Materia Médica Misionera* (1710), de Pedro Montenegro, e *Paraguay Natural Ilustrado* (1771-1776), de José Sánchez Labrador¹⁵, tomamos contato com o sistema de classificação que os jesuítas adotaram, tanto no período pré, quanto pós-divulgação daquela que foi proposta por Lineu. Após serem identificadas e classificadas, quer por indígenas, quer por padres, as plantas podiam ser utilizadas em aplicações médicas, considerando suas virtudes. Os historiadores Maria Silvia Di Liscia e Aníbal Prina (2002) apontam que os jesuítas reconheceram o grande arcabouço de conhecimentos botânicos dos indígenas, dedicando a eles uma escuta muito apurada e aberta, para “interrogar, averiguar, requerir a los especialistas, es decir, aquellos que durante siglos habitaron un sitio concreto, se alimentaron de sus plantas y animales y curaron con diversos medios sus enfermedades” (DI LISCIA, PRINA, 2002, p. 302).

E para que os receituários e tratados de botânica médica chegassem a outras reduções e colégios da Companhia, fez-se necessário o treinamento de índios copistas. Mas além de dedicarem-se às funções de cópia, reprodução de livros, imagens e gravuras com grande perfeição, alguns indivíduos foram alfabetizados e também compuseram obras com alta qualidade de escrita e ortografia (NEUMANN, 2005)¹⁶. A já citada *Materia Médica* (1710), do irmão Montenegro, por exemplo, circulou em versões manuscritas ao longo do século XVIII, “tendo sido impressa somente

a atuar como professor de Filosofia e Teologia em Córdoba, função que exerceu até 1724. Atuou como historiador da Província a partir de 1730, ocupação que exerceu até sua morte em 1752, na cidade argentina de Humahuaca. Deteve-se na descrição da natureza e das populações indígenas da Província Jesuítica do Paraguai, tendo mencionado, inclusive, a *Materia Médica Misionera*, e apresentado Montenegro como “um distinto e respeitável médico” (MOURA, 2019, p. 209). Além de Lozano, outros missionários jesuítas se dedicaram à descrição da flora e da fauna americana, como Florián Paucke (1719-1780), Thomas Falkner (1702-1784), Martin Dobrizhoffer (1718-1791) e José Jolís (1728-1790).

¹⁵Sánchez Labrador foi um missionário jesuíta que atuou na América platina do século XVIII e que possuía interesses por muitos campos, desde a geologia, a botânica, zoologia e o clima. Adotou uma visão científica no sentido moderno da palavra, e descreveu a natureza como um objeto útil e classificável através da investigação (FLECK, 2020, p. 69).

¹⁶Sobre as práticas de escrita guaranis, ver: (Cf. NEUMANN, 2009).

em 1888, por Ricardo Trelles, na Revista Patriótica Del Pasado Argentino” (FLECK; BIEHL, 2020, p. 2).

Bibliotecas e acervos envolvendo medicina mantidos pelos jesuítas

Em espaços como as bibliotecas da Universidade de Córdoba, do Colégio de Nossa Senhora de Montserrat e do Colégio de Santo Ignácio, em Buenos Aires, livros estavam à disposição dos religiosos tanto para seu entretenimento, quanto para sua instrução¹⁷. Havia, com certeza, alguns em línguas vernáculas, mas, em sua maioria, eram livros em latim, o idioma da ciência no período (MOYA, p. 779-780). Sabe-se que alguns jesuítas recebiam, inclusive, provisões para comprarem livros e montarem bibliotecas particulares, sendo que dentre eles se encontravam livros de ciências, entre os quais havia livros de medicina, física e matemática (MOYA, 2012, p. 777-797).

A Companhia de Jesus foi vista, desde sua origem, como uma ordem de leitores e autores virtuosos (DE TEZANOS, 2014). A preocupação com uma boa provisão de livros levou o Padre Geral da Companhia de Jesus, R. P. Tirso González, a escrever ao Provincial no Paraguay, Ignacio Frías, no ano de 1699, solicitando que orientasse os Procuradores da Companhia a levarem consigo livros “que deveriam ser distribuídos aos estudantes, a fim de provê-los com leituras” (FURLONG, 1925, p. 469). Em 1716, por outro lado, o Provincial de Assunção escreveu ao padre Miguel Ángel informando que viu crescer de forma substancial “el numero de libros en nuestra biblioteca” (CA 1714-1720, 1994, p. 11).

As primeiras bibliotecas mantidas pelos jesuítas na América platina foram instaladas ainda no Seiscentos, a partir do pedido feito pelo bispo de Assunção ao Rei de Espanha, no qual ele manifestava sua insatisfação com o fato de que não havia livros em latim, de Arte e Teologia para o estudo dos noviços (FURLONG, 1933, p. 122). O ano era 1617 e o Padre Viana era um dos

¹⁷Este aspecto pode ser observado na passagem em que Francisco Retz, referindo-se à trajetória do padre Francisco Burgés, em Córdoba, informa que: “allí completó sus estudios de humanidades y ciencias sagradas” (CA 1714-1720, 1994, p. 6).

responsáveis por viabilizar a compra de livros, que eram um tanto quanto caros para os inicianos à época. Com a passagem dos anos, os acervos foram sendo abastecidos, como o da Biblioteca do Colégio de Córdoba, que, em 1730, “recebeu mais 700 novos livros comprados pelo Procurador Antonio Machoni através de fundos levantados junto a devotos” (C.A.1730-1735 In: PAGE, 2004, p. 309).

Por ser um colégio de referência, Córdoba possuía mais livros do que outros, mas havia a possibilidade de empréstimo de um colégio para outro. O Colégio de Santa Fé, por sua vez, contou com mais de seis mil livros no momento da expulsão, e o Colégio Grande de Santo Ignacio tinha dez mil volumes, “enquanto que as reduções e missões, trezentos a quatrocentos livros” (FURLONG, 1933, p. 124). Mas as bibliotecas não eram apenas espaços de acomodação de livros, pois nelas também podiam ser encontrados, em menor número, é verdade, tratados e receituários manuscritos que circulavam entre os colégios da Companhia e permitiam que os missionários tomassem contato com o que estava acontecendo nas outras terras de missão das áreas coloniais do Império espanhol.

Os inventários das bibliotecas dos colégios, realizados após a expulsão da Companhia em 1767, fornecem valiosas informações sobre o que se comprava, o que se lia e o que era utilizado na formação dos quadros da Ordem e o que, por exemplo, era ou podia ser consultado quando se tratava das artes de curar. Na biblioteca do Colégio de Córdoba havia oitenta obras ligadas diretamente às artes de curar, o que se alterava significativamente quando pensamos nas bibliotecas das reduções, como a de Apóstoles, cuja biblioteca contava com apenas um livro de medicina, a *Obra Medico Quirurgica* de Madame Fouquet (POLETTTO, 2014), citada, inclusive, no manuscrito *Libro de Cirugia*, que será analisado posteriormente. Este texto de seiscentas páginas, escrito na Província Jesuítica do Paraguai para circular entre as reduções e auxiliar na assistência médica como um guia (FLECK, 2020) é uma baliza acerca de algumas obras que foram consultadas e que os jesuítas

dispunham em seus acervos, posto que menciona em seu interior obras de autores europeus do período¹⁸.

Figura 1 – Quatro obras utilizadas no manuscrito platino

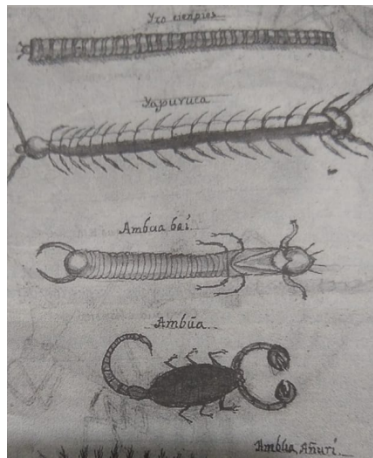


Fonte: Gallica, Google Books (2021). Adaptado pelo autor.

¹⁸Um exemplar da obra de Fouquet pode ser encontrada na Biblioteca Dr. Mamerto Esquiú, cujo acervo conta com outros tratados médicos que referem tratamentos para tumores, dentre os quais destacamos: *Medicina y Cirugía Racional y Espargirica*, do licenciado Juan de Vidos y Miro (1699); *Compendio Cirurgico util y provechoso a sus profesores*, de Diego Robledo (1694); *Breve Curso de Nueva Cirurgia Dedicado Al Serenissimo Señor Infante D. Antonio* por D. Antonio de Monrava y Roca, de 1728; *Curso Chimico*, de Nicolás Lemery (1721); *Exercitaciones anatomicas* de Don Blas Beaumont (1728); *Medicina Domestica ou Tratado Completo do Método de Precaver e Curar as Enfermidades com o Regime e as Medicinas Simples*, do médico Guillermo Buchan; *Tratado de las enfermedades más frecuentes de las gentes del campo*, por Mr. Tissot, doctor y catedrático de Medicina de la Sociedad Real de Londres, Imprenta de Pedro Marin, Madrid (1790). Também a obra *Opera Medico-Practica*, de Joh. Jacobi Waldschmidt; o *Tratado en el cual se explica la essencia y naturaleza de la enfermedad (que llaman landres)*, de Francisco Peres, publicado em Sevilha, em 1617. Cabe ressaltar que, no *Libro de Cirugía*, obra que nos deteremos mais detidamente nos próximos capítulos, são mencionados os autores Robledo, Fouquet e Vidos. A obra (1) *Compendio Cirurgico util y provechoso a sus profesores*, de Diego de Robledo tem sua primeira edição em 1694, e a edição disponível no acervo de obras raras da Biblioteca Dr. Mamerto Esquiú data de 1735. Nele, encontramos um capítulo específico sobre tumores. Outro texto utilizado foi a obra (2) de Juan de Vidos y Miro, de 1709, que pode ter sido trazida para a Província Jesuítica do Paraguai por algum dos padres destinados a um dos colégios ou às reduções da região ou, então, adquirida pelo Procurador, personagem fundamental para o abastecimento tanto das bibliotecas, quanto das boticas. Vidos foi um licenciado em Filosofia, que atuou na Igreja Paroquial do Senhor São Pablo de Zaragoza, e que, apesar de não ter se formado em medicina, obteve uma licença para exercê-la. Recebeu críticas por condenar o uso excessivo de sangrias e mencionou algumas vezes os tumores em seu tratado. O frontispício da obra está no centro da imagem abaixo. Um terceiro texto citado no manuscrito foi a obra (3) *Curso Chimico*, de Nicolás Lemery, que não possui um capítulo específico sobre tumores, mas que menciona “tumores venéreos”, que são descritos como “cheios de humores ácidos” (LEMERY, 1721, p. 125). Ainda, um quarto texto utilizado no manuscrito foi (4) *Obras medico-chirurgicas* de Madame Fouquet, de 1685.

Muitas vezes, os jesuítas adaptavam receitas que prescreviam o uso de plantas europeias, como se pode constatar nesta passagem em que Montenegro observa que havia localizado outras duas espécies aquáticas da planta llanten silvestre, sendo que: “no desdican en nada de la estampa de Mathiolo, y Dios Corides, los cuales constam de las virtudes que ellos dicen” (POLETTTO, 2014, p. 165). O interesse na descrição de animais e plantas por parte dos jesuítas se justificava não só pelo valor de conhecê-los, mas, também, pelos usos medicinais que cada um poderia ter. No *Libro de Cirugía* (1725), os insetos são usados para diferentes receitas, sendo que o “espírito de formigas” é empregado em emplastos¹⁹, utilizados em casos de tumores. Já no *Paraguay Natural Ilustrado*, de José Sánchez Labrador (1771-1776) chama a atenção o fato de ter apresentado os insetos nas denominações que recebiam dos indígenas, ressaltando sua indicação e preparo para o tratamento de certas doenças.

Figura 2 – Insetos retratados na obra *Paraguay Natural Ilustrado*



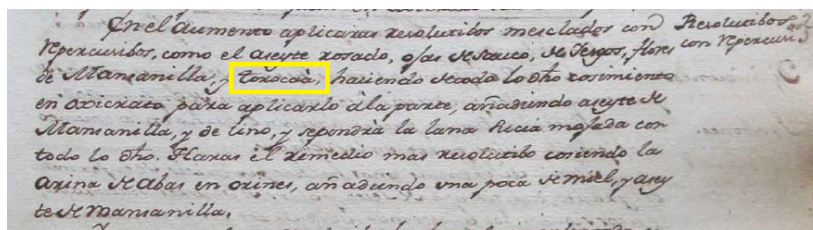
Fonte: FLECK, 2015 apud LABRADOR, 1776, t. IV, l. III, p. 193.

¹⁹ “Emplastro consta rotura de pelo conforta la parte el aseyte de lagartijas, como el de orrnigas, ò qualiera de ellos principalmente el de lagartijas, muchos lo tubieron on tado la rotura dotos los días” (LIBRO, 1725, p. 403).

Plantas, insetos e outros animais nomeados em guarani nas três obras citadas são um indicativo das experiências de contato e de trocas vivenciadas por padres e irmãos na América platina e, sobretudo, da preocupação de que fossem reconhecidos por copistas e enfermeiros nativos encarregados de certas funções nas boticas e enfermarias. No capítulo sobre tumores do *Libro de Cirugía*, o autor-compiler refere a planta nativa torocaa, informando que podia ser usada, junto a outros medicamentos, para dissipar os tumores (resolutivos) quando houvesse crescimento da inflamação:

En el aumento aplicarás resolutivos mezclados con repercusivos, como el aseyte rosado, ojas de sauco, de Yesgos, flores con repercursivos] de Mansanilla, y torocaa, hasiendo de todo lo otro cosimiento en oxicato para aplicarlo a la parte, añadiendo aseyte de Mansanilla, y de lino (LIBRO, 1725, p. 366).

Figura 3 – Menção à planta nativa no *Libro de Cirugía* (1725)

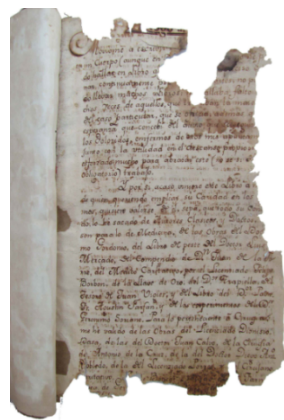


Fonte: ANÔNIMO, 1725, 366.

Estas três obras escritas ao longo do século XVIII atestam a produção de conhecimento médico, farmacológico e cirúrgico na América platina do Setecentos, o que nos possibilita refletir sobre a circulação e apropriação de saberes e práticas, tanto daqueles que constavam nos livros que compunham o acervo das bibliotecas dos colégios da ordem, quanto daqueles que foram assimilados a partir da observação da natureza e do contato com as populações nativas. No próximo tópico, ressaltamos a importância das bibliotecas que os jesuítas formaram no âmbito da Província Jesuítica

do Paraguai, destacando as obras de cirurgia e de medicina que estiveram à disposição dos missionários para consulta, sobretudo, daqueles que estavam encarregados das artes de curar. Destinamos, ainda, especial atenção ao *Libro de Cirugía*, manuscrito redigido na América platina, e que refere, em seu Prólogo, um bom número de obras que integravam o acervo de bibliotecas mantidas pela ordem jesuíta²⁰.

Figura 4 – Frontispício do *Libro de Cirugía*



Fonte: ANÔNIMO, 2015.

De acordo o autor-compilador, o *Libro* deveria reunir conhecimentos teóricos e práticos em uma só obra, a fim de facilitar o acesso e o manuseio por parte dos encarregados das artes de curar (FLECK, BIEHL, 2020). A divisão dos capítulos do manuscrito observou as partes do corpo

²⁰ Considerando, especificamente, o *Libro de Cirugía*, no seu Prólogo encontramos a informação de que seu autor e compilador consultou as obras de Andrés Fernández Laguna; Pedro Andrés Mathiolo Senense; Plínio; Cláudio Galeno; Felipe Borbon; Domingo Trapiella y Montemayor; Pedro Francisco Castellón; Jerónimo Soriano; Dioscórides; Diego Antonio de Robledo; Hipócrates; Manuel de Porres; Augustin Farfán e Bernardo de Gordônio (FLECK, BIEHL, 2020, p. 18). Das obras acima mencionadas, localizamos apenas quatro delas na Biblioteca da ordem franciscana em que foi localizado o manuscrito – tendo sido elas descritas anteriormente – o que, efetivamente, não significa que outras não tenham sido acessadas pelo autor-compilador anos antes do decreto de expulsão da Companhia de Jesus, que não somente inventariou, como também dispersou os acervos das bibliotecas.

humano, precedidas por um capítulo introdutório de preparação de químicos e receitas que se aplicavam em todas as demais partes. Os capítulos apresentam delimitações, a exemplo do capítulo das “Enfermedades de la cavidad abdominal”, que compreende o estômago, o pâncreas e outras partes do corpo. Há uma tabela dos horários do nascer e do pôr do Sol nas reduções, de acordo com o mês do ano. São citadas vinte e duas reduções jesuítico-guaranis da região, com seus respectivos graus de latitude. No “Dispensatorio Medicinal”, encontramos a apresentação de diferentes tipos de emplastos, tais como os brancos, metálicos, emplastos de *albayalde*, de litargirio, unturas, bem como de infusões e o modo de utilizá-las, além do uso de cataplasmas, que devem ser pressionados sobre a área a ser curada para que seu efeito seja mais profundo e duradouro.

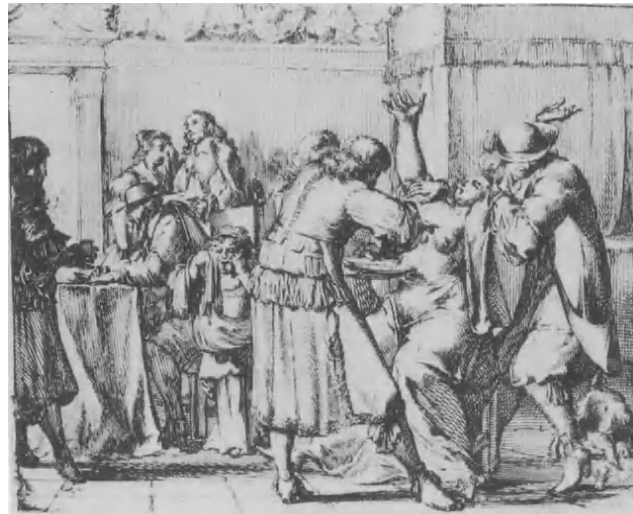
Tratando de uma anatomia mais de superfície, o autor-compiler dedicou algumas partes a cavidades e órgãos internos, mencionando tanto a anatomia muscular quanto a esquelética. Porres se detém nos tratamentos de paralisias e derrames cerebrais, indicando o uso de vomitivos, purgas e remédios que pudessem incitar espirros no enfermo (LIBRO, 1725, p. 185). O autor-compiler do manuscrito indicou a *ysica* do Paraguai para tratar dos nervos, bem como vomitivos, mercúrio, extrato da planta *junipero* e formigas para a preparação de uma bebida. No capítulo “Enfermedades de la cabeza”, foram mencionadas diversas plantas nativas, tais como *yacare*, *caapitã guasu*, *caanambi*, *caabera ricue*, *ybopermiri*, *yacare* e *caayci* (LIBRO, 1725, p. 215-217). A menção às plantas em guarani aponta para a troca de saberes com os indígenas locais, sendo que este conhecimento “es apresado por los misioneros, puesto en forma escrita y luego en circulación en otros ámbitos, llegando a lectores insospechados” (DI LISCIA, 2002, p. 314).²¹

²¹ As asma, pleurises e demais acometimentos do trato respiratório foram abordadas no capítulo “De las Enfermedades del Pecho”. Nele, encontramos que o azufre com vinho branco era indicado para a asma, enquanto que, para as inflamações nas pleuras, eram utilizados remédios eméticos ou vomitivos (LIBRO, 1725, p. 225). Para o tratamento das dores de estômago, há a indicação de medicamentos à base de cravo, canela, noz-moscada e anis, bálsamos e caldo de marmelo, empregados com o objetivo de reequilibrar o trato estomacal (LIBRO, 1725, p. 239). Cólicas podiam ser tratadas com cascas de laranja, cravo e vinho branco, enquanto que pedras na bexiga podiam ser administradas com folhas de salsa, folhas de parietaria, agrião e regaliz (Ibid, p. 289).

Práticas mestiças no tratamento de tumores

O manuscrito platino *Libro de Cirugía*, cuja autoria é desconhecida, traz informações sobre tumores e cânceres²² em seu capítulo anexo, *Libro 2º de cirugía de los tumores en general*. Ao longo de sua extensão, apresenta sangrias, purgas, emplastos e preparados medicinais, de influência hipocrático-galênica, iatroquímica e também atravessados por influências nativas, misturadas ao longo das experiências de contato vivenciadas pelos missionários no contexto do Novo Mundo. No Setecentos, os cânceres eram inflamações, massas duras decorrentes de pancadas, feridas e más-disposições, ulcerações e conseqüências de más punções, chagas que podiam levar a escorrimentos de sangues (MUKHERJEE, 2011).

Figura 5 – Gravura do pintor holandês Romeyn de Hooghe retratando uma mastectomia realizada em 1667



²² Provavelmente, uma das palavras mais associadas a tumores e cânceres ao longo da historiografia médica foi o termo “escirro”. Definidos por Galeno como resultado do acúmulo de humor denso e lento, causados por congestão de bile negra ou melancolia. Quando fosse de natureza aguda, podiam ocorrer ulcerações no escirro, isto é, rupturas da pele, feridas (DE MOULIN, 1980, p. 7). O diagnóstico implicava na avaliação da dureza e aspecto disforme ou estranho, e se ulcerados, a existência de maior dor. O tratamento era feito com medicações resolutivas, compostas por unguentos diversos, aplicadas para amolecê-lo. As purgas eram recomendadas em escirros. Para purgar, era recomendado o uso de uma bebida feita a partir do cozimento de polipódio.

Fonte: MOULIN, 1980, p. 28.

Conforme o *Libro de Cirugía*, para estancar sangramentos nasais ou genitais, recomendava-se uma receita que utilizava a planta *ybira caabeza* ou sangue drago, em espanhol (LIBRO, 1725, p. 408). Para utilizá-la, era preciso espremer até ela virar um suco, ao qual deveria ser adicionado vinagre, ou também podia ser aplicada em forma de bálsamo sobre o local. É plausível supor que esta planta pudesse ser também utilizada nos escorrimentos de sangue em casos associados a tumores, cânceres e ulcerações. A planta *ybira caabeza* foi ilustrada pelo irmão jesuíta Pedro Montenegro, conforme a figura abaixo:

Figura 6 – Planta Sangue de Drago (*Ybira caabeza*)



Fonte: MONTENEGRO, 1711.

No manuscrito, o autor-compilador indica que o prognóstico deveria ser feito através da avaliação das possibilidades de ação sobre um tumor, bem como de seu estado atual, o que envolvia ver a sua extensão e profundidade, examinando o membro e superfície: se ele fosse grande e profundo, teria um “prognostico peligroso, por que gran enfermedad” (LIBRO, 1725, p. 364). Após o prognóstico, o médico ou cirurgião deveria conversar com o paciente, bem como observava o seu comportamento, visando identificar se havia algo correlacionado ao tumor: febres, suores, vômitos e outros processos que pudessem intervir na sua constituição. O tratamento dos tumores envolvia, pois, a atenção também a outros sintomas mencionados pelo paciente. Se ele(a) estivesse acometido de um tumor e estivesse febril, recomendava-se tratar o tumor com um cataplasma sobre o local, com cirurgia ou sangria, mas, ao mesmo tempo, enquanto que a febre deveria ser tratada com a ingestão de uma bebida feita a partir de folhas trituradas de pimenta (LIBRO, 1725, p. 302), chamada de *molange* pelos guaranis.

Em um trecho referente ao tratamento de um tumor, erisipelas, o autor-compilador do manuscrito utilizou para consulta a obra de Felipe Borbon. Pra obter informações mais precisas sobre como proceder na preparação de cataplasmas, receitas muitíssimo eficientes, o autor recomendou: “cataplasma hecho con seuollas cosidas debaxo de las brasas e incorporadas con manteca de puerco, y leadura vieja. El med. Car. Pag. 218.” (LIBRO, 1725, p. 367). Como havia referência à página, de número 218, da obra *El Médico Caritativo*, foi possível verificar que, no subcapítulo “De los tumores impuros”, Borbon descreveu sua receita de forma bastante similar. Ali, os bubões e parótidas eram tratados com medicamentos atrativos, como os cataplasmas, “hechos con seuollas...”. Mais uma evidência de apropriação pelo autor-compilador do manuscrito.

No tópico que se refere ao tratamento de erisipelas, encontramos novamente mencionada a obra de Felipe Borbon, que recomenda o uso das sangrias: “En la erisipela dice el Med. Car. Pag. 223 La sangria en el principio, y aumento, es nesessaria, y tambien la dieta refrigerante, y umectante, como son los caldos, y el oxicrato y el suero claro” (LIBRO, 1725, p. 368). Curiosamente, houve uma modificação em relação ao texto original da obra de Borbon, embora sem alteração de sentido: “En

la erisipela, la sangria en el principio, y aumento es necesaria, y tambien la dieta refrigerante, y humectante, como son los caldos, y el oxicato, y la leche clara”. A mudança revela uma prática de preparação medicinal que se modifica no contexto cultural platino, no contato de diferentes agentes, indígenas, jesuítas, viajantes, comerciantes.

A Província Jesuítica do Paraguai, assim como outros espaços no Novo Mundo e no Oriente, eram centros de produção de conhecimentos, produzidos a partir de trocas culturais e viabilizados através de redes mercantis de trânsito de mercadorias, pessoas, objetos e saberes. As trocas culturais implicavam modificações em ambos os sentidos, e no caso platino, diversos agentes foram participantes em circuitos que envolveram as artes de curar, a farmácia, a botânica, a cirurgia e a medicina. Sendo assim, cada local tem condição de ser centro em uma rede de conexões, nas quais as relações são fluidas e há importância das relações para a construção de conhecimentos científicos (SIVASUNDARAM, 2010).

As práticas medicinais e científicas sempre existem em um ambiente local, o que nos leva a questionar as noções de centro e periferia nas ciências (KETTLE, MIRANDA, 2015). Ao mostrarmos, a seguir, alguns indicativos de que a medicina realizada na Província possui dinâmicas locais, e abarcando também tradições científicas que não a europeia, percebemos misturas, culturas híbridas, embora o tratado de cirurgia esteja amparado em bases hipocrático-galênicas. No caso dos tratamentos de tumores com mel, isso pode ser particularmente percebido quando a Diego de Robledo é mencionado no *Libro de Cirugía*: o oximiél foi descrito como uma mistura responsável por tornar sutis as matérias e por expurgá-las do corpo: “por topicos aplicarás, quando ellas estan producidas, resolutorios compuestos de raiz de dragonica menor, y de brionia, herviran en oximiél, hasta consistencia de puches, y a una libra destas raizes, passadas por tamiz, mezclaràs una onça de azufre vivo en polvo” (ROBLEDO, 1687, p. 228). O oximiél foi usado no *Libro*, com uma parte de mel e outra de vinagre. Guillermo Furlong, que estudou os jesuítas, mencionou que eles aprenderam a cultivar o mel com os indígenas para fins de consumo e medicinal, de modo que a parte do vinagre da preparação de oximiél poderia ser obtida com os barris de vinho trazidos pelos Procuradores nas embarcações, tramitando por diferentes agentes. A circulação, contudo, não implica mobilidade de

objetos, mas trocas duais operadas em fronteiras, espaços de contato, de fortificação de relações – pois distantes das metrópoles, onde a cor local tende a aparecer, sobretudo na atividade científica.

Segundo Cíntia Rosso, os indígenas tobas utilizavam o mel sobre inflamações nas gengivas e dentição, sendo esta uma prática tradicionalmente empregada (ROSSO; CELESTE, 2010). Considerando o trânsito e as relações estabelecidas entre grupos indígenas distintos, bem como com os missionários e hispanocriollos, não é possível saber se o uso medicinal do mel por parte dos jesuítas relatado no tratado médico-cirúrgico é decorrente de um saber já empregado no Velho Mundo, ou se sua origem é ameríndia. Especula-se, contudo, que tenha sido um saber mestiço, produzido entre uma série de agentes²³. Nas multiplicidades de encontros²⁴, culturas com noções “brutalmente distintas de corpo, com cosmovisões heterogêneas, podem ter se misturado, bem como com influências asiáticas e africanas” (CUETO, PALMER, 2016, p. 44).

Sobre as trocas de saberes, a cirurgia foi uma prática realizada no interior das missões e que contou com a atuação de indígenas, que tocavam nos corpos com uma maior recorrência do que os jesuítas. Nestas convivências entre jesuítas e indígenas reduzidos, ocorreram trocas de saberes e

²³Sobre as diferentes funções realizadas por diferentes agentes das artes de curar, haviam aquelas que cabiam a um cirurgião, uma vez que nosso maior interesse residia em identificar e discutir evidências de que os jesuítas se dedicaram à cirurgia. Considerando a hierarquia dos ofícios das artes de curar, existia o médico ou físico, responsável por diagnosticar e receitar medicamentos, e que não tinha tanto contato com o sangue e com a carne; o cirurgião, que intervinha no corpo enfermo, assim como o barbeiro sangrador; e, por fim, o boticário, responsável por preparar medicamentos (FIGUEIREDO, 1999, p. 2). A medicina era uma das artes liberais, detentoras de prestígio social, enquanto que, abaixo delas, estavam as artes mecânicas, nas quais se inseriam cirurgiões, barbeiros e boticários (LE GOFF, 2004, p. 298). Os cirurgiões realizavam punções e sangrias, utilizavam ventosas, dominavam um instrumental de trabalho composto por navalhas e lâminas, cortantes e afiadas, indicavam remédios e vendiam talismãs. Na prática, a delimitação quanto a onde terminava o trabalho de um e onde começava o trabalho do outro não era muito clara, pois havia um trânsito muito grande entre as práticas exercidas pelos profissionais que se dedicavam às artes de curar.

²⁴A participação dos Procuradores da Companhia de Jesus como atores na produção de conhecimentos, decorrente de processos de comunicação e de reformulação de noções, bem como de trocas mercantis e de estabelecimento de conexões, pode ser encontrada nos artigos de: GRAMATKE (2019), GAUNE, RIQUELME (2020) e TERNUS-ABREU (2020). Eles teriam sido sujeitos de fronteira, sobretudo por serem encarregados de ir à Europa a fim de realizar as compras para a Província Jesuítica do Paraguai iam à Sevilha, onde tinham contato com o procurador local das Índias, que estava familiarizado com a burocracia, recebiam e repassavam algumas quantias, viabilizavam o embarque dos novos missionários e liberavam navios de carga para que eles viessem ao Novo Mundo. Muitas vezes, os procuradores contatavam agentes coloniais funcionários da Casa de Contratación. Este órgão, com sede em Sevilha, foi uma instituição envolvida no trânsito de produtos para a América. Atuando como uma espécie de câmara de comércio responsável pelos assuntos no exterior, ela foi fundada em 1503, para regular o comércio com as colônias da Espanha, controlar o tráfego de passageiros, selecionar novos navegantes, testá-los e inspecionar embarcações (GRAMATKE, 2019, p. 164).

mestiçagens. No caso do corpo feminino enfermo, quem tocava eram mulheres indígenas, em maior recorrência do que padres jesuítas, orientados para evitarem, ao máximo, a proximidade com o feminino²⁵.

Considerações finais

Neste artigo, para além de meramente discutir as atividades desempenhadas pela Companhia nas artes de curar, propusemos a ideia de uma medicina mestiça realizada em uma zona de contato²⁶, atentando para o caráter local das ciências desenvolvida em contextos amplos, tal como no Velho Mundo, no Oriente e no Novo Mundo. A existência de tratamentos para inflamações que envolviam recursos terapêuticos similares por parte de um grupo nativo e por parte de missionários, expressa um tipo de espelhamento medicamentoso que pode denotar trocas impossíveis de serem descritas em seu ponto de origem, decorrente de experiências de convívio que parecem indicar que os jesuítas aprenderam a tratar tumores com os indígenas e não somente através dos protocolos europeus e a formação empírica em colégios e hospitais. Nesta zona de contato, diversos atores foram responsáveis por produzirem conhecimentos, decorrentes de agências múltiplas: indígenas, missionários, hispanocriollos, parteiras, mas, nos casos do mel e de outros recursos, não é tão fácil de mapear todos os participantes. Contudo, como J. Secord aponta, as práticas científicas envolvem práticas de comunicação, de popularização de modos de fazer, o que parece estruturar bem diversas receitas com plantas, mel, emplastos e outros recursos que deram sustento a terapêuticas de tumores que envolveram diferentes sujeitos, em distintos espaços platinos.

²⁵ As anciãs indígenas dispunham de saberes mágico-curativos, realizavam os partos e transmitiam oralmente diversos tratamentos para enfermidades. Em obra do jesuíta Dobrizhoffer, ele mencionou que os jesuítas aprendiam com as indígenas sobretudo na região do Chaco. Os mesmos as viam de forma bastante pejorativa devido ao hábito de andarem com os corpos descobertos, ato que deveria ser “corrigido” com o uso de vestimentas segundo a “mentalidade” dos missionários (VITAR, 2015, p. 3).

²⁶ As zonas de contato são espaços sociais nos quais culturas diferentes se encontram, se colidem e modificam umas às outras, muitas vezes em relações assimétricas de dominação e subordinação, tais como o colonialismo. Nestes espaços, ocorrem transculturações, inclusive no campo das práticas médicas que se forjam e consolidam. Em outros termos, a zona de contato pode ser vista como pontos de intersecção onde sujeitos são vistos como linhas que se cruzam e se afetam (PRATI, 2008).

Fontes e bibliografia

1. Fontes impressas e manuscritas

CARTAS ÂNUAS DE LA PROVINCIA DEL PARAGUAY – 1714-1762. Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, Versão Digitada, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, [1927], 1994. p. 23.

FLECK, E. **As artes de curar em um manuscrito jesuítico inédito do Setecentos: um estudo do Paraguai Natural Ilustrado do padre José Sánchez Labrador (1771-1776).** São Leopoldo, RS: Oikos Editora, 2015. 590p.

Libro de Cirugía, 1725. (2014 [1725]). Colección Manuscritos. Archivo Histórico de la Provincia Franciscana de la Santísima Virgen del Río de la Plata. Buenos Aires: Ediciones Castañeda.

Listas de remessas de navios. Archivo General de Índias (AGI). In: GRAMATKE, C. 2019. **La portátil Europa.** Der Beitrag der Jesuiten zum materiellen Kulturtransfer. In: EMMERLING, E. GRAMATKE, C: Die polychromen Holzskulpturen der jesuitischen Reduktionen in Paracuaría (1609–1767), 2019.

MONTENEGRO, Pedro. **Libro primero de la propiedad y virtudes de los árboles y plantas de las misiones y provincia del Tucumán, con algunas del Brasil y del Oriente** [Manuscrito], compuesto por el hermano Pedro de Montenegro, de la Compañía de Jesús, año de 1711, en las Misiones del Paraguay. Portal da Biblioteca Digital Hispânica. Disponível em: <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000042551&page=1>>.

_____. **Materia Médica Misionera.** Buenos Aires: Imprenta de la Biblioteca Nacional, 1945.

ROBLEDO, Diego de. **Compendio Cirurgico util y provechoso a sus profesores.** Navarra, 1735. p.64-133.

2. Referências bibliográficas

ASÚA, M. **Science in Vanished Arcadia: Knowledge of Nature in the Jesuit Missions of Paraguay and Rio de la Plata.** Editorial Brill: Holanda, 2014.

BETHENCOURT, F. **O imaginário da Magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI.** São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

BOUMEDIENE, S. Jesuit recipes, Jesuit receipts: the Society of Jesus and the introduction of exotic materia medica into Europe. **University of London Press: Institute of Latin American Studies,** 2020.

- CAMINHA, V. **Boticas jesuítas e o saber médico farmacológico: circulação, conhecimento, rede e poder na época moderna.** São Paulo: Dialética, 2021.
- DE MOULIN, D. **A short history of breast cancer.** Dordrecht: Springer Netherlands, 1989.
- DI LISCIA, M. S. Saberes, **Terapias y Prácticas médicas en Argentina (1750-1910).** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002.
- FECHNER, F. Las tierras incógnitas de la administración jesuita: toma de decisiones, gremios consultivos y evolución de normas. **Historica**, XXXVIII.2, 2014: 11-42. p. 32.
- FLECK, E. **Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII).** São Leopoldo, RS: Editora Oikos, 2014. v. 300.
- FURLONG, G. **Los jesuitas y la cultura rioplatense.** Buenos Aires, 1994.
- HADDAD, T. Filósofos naturais do demônio: astronomia, alteridade e missionação no sul da Índia, século XVII. **Revista de História da Unisinos**, v. 18, p. 3-14, 2014.
- LONDOÑO, F. Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n.43, 2002.
- MARTÍNEZ-SERNA, **Procurators and the Making of the Jesuits Atlantic Network.** In: BAILYN, B.; DENAULT, P. Soundings in Atlantic history: latent structures and intellectual currents, 1500-1830. Harvard University Press, 2009.
- MARTÍNEZ-SERNA, **Procurators and the Making of the Jesuits Atlantic Network.** In: BAILYN, B.; DENAULT, P. Soundings in Atlantic history: latent structures and intellectual currents, 1500-1830. Harvard University Press, 2009.
- MOYA, B. Ideas, lecturas y circulación de saberes. Bibliotecas del Tucumán del siglo XVIII. **Miradas desde la historia social y la historia intelectual**, 2012.
- MUKHERJEE, S. **O Imperador de Todos os Males: uma biografia do câncer.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- OBERMEIER, F. **Bibliografia rioplatense colonial 1554-1580.** 2019.
- PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
- RAJ, K. Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. **Cultura Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 24, 2007.
- RIQUELME, J.; GAUNE, R. La bitácora de um procurador jesuita. La construcción documental de un viaje atlántico (Santiago-Madrid, 1694-1709). **INTUS-LEGERE HISTORIA**, 2020, Vol. 14, N° 2, pp. 194-232.

SIVASUNDARAM, S. *Sciences and the Global: On Methods, Questions, and Theory*. 2010. **Isis**: University of Chicago Press.

VIGARELLO, Georges. **História do Corpo: da Renascença às Luzes**. Volume 3. Editora Vozes, Petrópolis. 2005.

O comércio de gado e uma gravíssima epidemia na vila da Parnaíba: as relações entre o comércio e doenças no Piauí, 1772-1786

The cattle trade and a very serious epidemic in the village of Parnaíba: the relationship between trade and diseases in Piauí, 1772-1786

Gutiele Gonçalves dos Santos
Mestranda em História
COC/FIOCRUZ
gutielegoncalves12@gmail.com

Recebido em: 08/04/2021

Aprovado em: 07/10/2021

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a relação do comércio de carnes e couros do gado vacum e cavalar com as epidemias que atingiram a população da Vila de São João da Parnaíba, localizada na Capitania do Piauí no período de 1772 a 1786. As “oficinas de matança” – local onde acontecia o abate dos animais – ao mesmo tempo que eram espaços em potencial para os negociantes daquela região, também foram apontados como ambientes insalubres que provocavam epidemias anuais. Dessa forma, a partir do diálogo com a historiografia da saúde e da escravidão, o presente estudo analisa os discursos das autoridades coloniais, os embates de opiniões sobre as oficinas de gado e a relação entre epidemias, comércio e escravidão.

Palavras-Chave: Comércio; Escravidão; Epidemias.

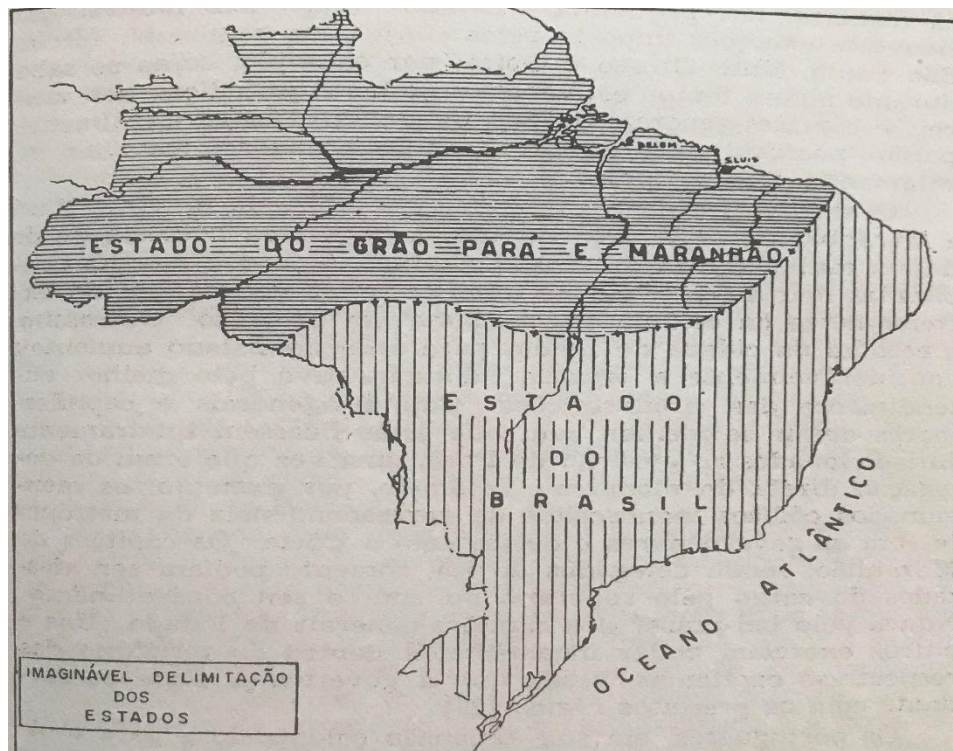
Abstract: This article aims to analyze the relationship between the trade in meat and hides of cattle and horses with the epidemics that hit the population of Vila de São João da Parnaíba, located in the Captaincy of Piauí. The “killing workshops” – the place where the animals were slaughtered – while being a potential space for business in that region, was also pointed out as an unhealthy environment that caused annual epidemics. Thus, based on the dialogue with the historiography of health and

slavery, this study will analyze the discourses of colonial authorities, the clashes of opinions on cattle workshops and the relationship between epidemics, trade and slavery in the period from 1772 to 1786.

Keywords: Commerce; Slavery; Epidemics.

Introdução

Imagem 1: O Brasil dividido em duas grandes regiões



Em 1621, o Brasil foi dividido em duas grandes regiões: o Estado do Maranhão (norte) e o Estado do Brasil (sul). Fonte: DIAS, Nunes Manuel. **A companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)**. Volume 1. Coleção Amazônica. Série: José Veríssimo. Belém: UFPA, 1970, p. 121

Para compreendermos a dinâmica comercial e as doenças que atingiram a população da Vila da Parnaíba, na Capitania do Piauí, é necessário fazer uma breve contextualização dessa região no século XVIII. O território no qual compreendemos hoje por Brasil passou por inúmeras

configurações territoriais. Em 1621, o que denominamos de Brasil foi dividido em duas grandes regiões: o Estado do Maranhão (norte), compreendido por duas capitanias gerais, a saber: Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís, e o Estado do Brasil (sul) que abrangia as capitanias desde o Rio Grande até São Vicente, com sede em Salvador – cedendo lugar posteriormente ao Rio de Janeiro. Nas palavras do Padre José Xavier da Fonseca Pinto “Ambas estavam sujeitas à Coroa portuguesa, mas sob diferentes administrações. O Estado do Maranhão era menos rico em população, mas superior ao Estado do Brasil em território e riquezas naturais” (PINTO, 1860:3).

Quando falamos do Estado do Maranhão, estamos nos referindo a uma enorme região em termos territoriais, portanto, “uma área que corresponderia mais ou menos aos atuais Estados ‘brasileiros’ de Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Tocantins, Piauí, Maranhão e Mato Grosso” (CARDOSO, 2011, p. 320). O controle da Coroa sob essas terras não foi algo fácil, sobretudo pelas constantes investidas de ocupação pelos franceses, ibéricos e holandeses, o que resultou em inúmeras disputas. Em consequência, a Coroa portuguesa se interessou em melhor definir seus limites territoriais de modo a facilitar a administração e evitar eventuais problemas de fronteiras com outras potências europeias (HESPANHA, 2010, p. 51).

No século XVIII foi incorporado ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, a capitania do Piauí (1758) e a capitania do Rio Negro (1755). Em 1751, acontece outra reconfiguração territorial e, o até então Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luiz, passa a ser chamado Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, composto pelas capitanias do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí.

Essa divisão permanece até 1772, ano em que ocorre a separação dessas unidades administrativas e ficam independentes entre si, formando de um lado o Estado de Grão-Pará e Rio Negro e do outro o Estado do Maranhão e Piauí. Dessa forma, 1772 marca o início do recorte temporal deste artigo, já que essas reconfigurações afetaram a capitania do Piauí de inúmeras maneiras, principalmente em questões administrativas e religiosas. Ora pertenceu à administração da Bahia, ora a Pernambuco e ficou sob a jurisdição do Maranhão durante praticamente todo o século

XVIII e permaneceu assim até 1811 com a elevação do Piauí a capitania independente, quando de fato ocorreu a separação entre essas unidades administrativas.

O recorte temporal deste artigo se encerra em 1786, momento em que o Governador José Teles tenta interferir na mudança de local da “Oficina de matança” de gado na Vila da Parnaíba, no Piauí, por motivo das epidemias que assolavam aquela região em virtude do comércio de carne e couro do gado *vacum* e cavalariço.

As doenças que acometiam os povos indígenas e a população negra, bem como as práticas de cura que eram utilizadas na tentativa de restabelecer a saúde em corpos adoecidos, conseguem nos apresentar diversas características de uma sociedade. A partir da década de 1990, no Brasil, começam a surgir pesquisas que se dedicam a compreender os aspectos de uma sociedade escravista e da vida cotidiana dos sujeitos escravizados, através de uma perspectiva da história da saúde em diálogo com a história da escravidão. Duas pioneiras sobre estudos que se propõem a desenvolver essa análise são Mary Karasch e Ângela Porto.

Os saberes e as práticas de cura exercidas tanto pelos povos indígenas, quanto de africanos foram importantes para contornar momentos de crise. Vale ressaltar que a constituição da ciência e medicina nos moldes europeus teve forte influência dos saberes de povos indígenas e africanos. Ambos conviveram e compartilharam os mesmos espaços, foram agentes ativos e importantes no processo de colonização. (RIBEIRO, 1997)

Apesar dos estudos nessa área de pesquisa terem início na década de 1990, é somente em 2010 que há uma concentração maior acerca dessa produção historiográfica. Mas em muitas regiões – como é o caso do recorte temporal deste artigo – praticamente não há estudos sobre essa temática. É importante situar que a experiência social a respeito da saúde, doenças e práticas de cura é particular de cada sociedade, pois possuem significados próprios a depender do período, do contexto histórico e dos espaços analisados. De acordo com Charles Rosenberg e Janet Goldem, a doença é um “amalgama que envolve tanto a sua natureza biológica como os sentidos que lhe são atribuídos

pela sociedade” (ROSENBERG; GOLDEM, 1997, p. 23). Ou seja, as doenças podem ser ao mesmo tempo um fenômeno social e biológico.

Essa perspectiva nos permite compreender como a doença estava permeada na sociedade de múltiplas formas, e que as análises históricas sobre as doenças não devem se limitar apenas aos adoecimentos dos corpos, mas também perceber como atingiram estruturas sociais. Para o historiador Jacques Le Goff a “doença pertence não só a história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades” (LE GOFF, 1995, p. 8). Dessa maneira, o debate estabelecido neste artigo, tem como foco compreender não somente as epidemias relacionadas a “matança do gado”, mas também seus impactos sociais, econômicos e políticos.

As discussões que focalizam a escravidão fora dos limites urbanos e dos considerados grandes centros ainda são escassas. O diferencial da presente proposta de análise é fazer um estudo sobre uma localidade que é pouco estudada na historiografia no contexto da escravidão no século XVIII, abordando questões relacionadas às doenças. Ao pesquisar essa temática pretendo ampliar as possibilidades de debates e compreender a história do Piauí a partir de um complexo conjunto de interconexões entre escravidão, comércio e epidemias, analisando uma região específica do Piauí na segunda metade dos setecentos: a vila de São João da Parnaíba.

Essa região se localizava em um ponto estratégico e excelente para o comércio do gado, já que poderiam estabelecer comércio tanto por vias marítimas, quanto por vias terrestres, isso porque se localizava no litoral, mas também estava próximo dos sertões. Assim, os primeiros currais de gado foram instalados nos afluentes do Rio Parnaíba, região que daria início a formação do território piauiense (ALVES, 2003). Esse cenário das conexões configura uma economia rural nos sertões marcada ao mesmo tempo pelo movimento de sujeitos, motivado sobretudo, pelo comércio e pela interferência do ser humano na natureza (LINHARES, 1996). Alterando uma paisagem natural a partir dos caminhos do gado e provocando novas doenças.

O estudo, portanto, baseia-se em documentos manuscritos coloniais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e alguns documentos impressos que estão disponíveis no formato digital. Apresento as ideias do artigo em dois momentos, no primeiro busco compreender o universo da escravidão, da sua intrincada relação com o mundo econômico e social da capitania. No segundo momento, busco compreender a interseção entre escravidão, vida econômica e circulação de doenças. A conclusão do artigo tem como finalidade apresentar e contextualizar que o território formado pela Capitania do Piauí não estava isolado, mas sim conectado a uma dinâmica social e econômica ampla através do comércio, intensificado principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, assim como as doenças.

Comércio e escravidão no Piauí Colonial

Devido às grandes extensões de terra disponíveis para além da faixa litorânea e que adentravam aos espaços territoriais fronteiriços entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, as fazendas de gado vacum e cavalari se constituíam como verdadeiros empreendimentos comerciais de sertanistas. Os enormes campos nos sertões localizados próximos aos rios e riachos se tornaram palcos excelentes de disputas entre sesmeiros pela conquista, ocupação e criação de gado vacum e cavalari.

Compreendemos que o gado vacum e cavalari foram agentes importantes no processo de colonização do Piauí no século XVIII, essenciais na manutenção e pujança econômica daquela sociedade. Utilizados no transporte de pessoas e de mercadorias, na produção de carnes secas, couros, na abertura de novos caminhos que interligavam um espaço a outro, além de serem excelentes para arar a terra, preparando o solo para o plantio, entre tantas outras utilidades, a criação de gado vacum e cavalari se situam entre os mais bem-sucedidos empreendimentos coloniais de ocupação dos sertões (CABRAL, 2008).

É, portanto, impossível falar da história do Piauí sem falar da pecuária. O gado *vacum* e cavalariagem movimentava não só a economia local pelos “sertões de dentro” (ABREU, 1969), mas, sobretudo, funcionava como conector de espaços e lugares distintos, tanto no Brasil, como com praças e agentes comerciais do Atlântico. De acordo com o Governador do Piauí, no ano 1786, José Teles: “anualmente se matam mil cabeças de gado, saem daquela vila quinze, dezesseis sumacas carregadas de carnes secas e couro para diferentes portos do sul este último ramo do comércio começa a estender-se já para Lisboa”.

O pesquisador Esdras Arraes faz uma excelente discussão sobre o gado e a paisagem cultural e natural no nordeste. O autor afirma que “o gado foi um elemento integrador nos sertões” já que foi esse animal que motivou inúmeros fazendeiros a saírem do Pernambuco, Bahia, Maranhão e tantos outros lugares para instalarem fazendas de gado no Piauí (ARRAES, 2012). No relatório feito pelo bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor do Maranhão, em 1751, relatou que o Piauí “contém as povoações e fazendas que vem dos confins da capitania do Ceará e Pernambuco até o rio Parnaíba” e do Maranhão “compreende as que medeiam entre o dito rio Parnaíba e o Pinaré” (PINHEIRO, 1751, p. 344)

É importante perceber que o trânsito do gado pelos sertões seguia os fluxos dos rios e riachos tanto por uma questão de localização geográfica, como pela necessidade de sobrevivência das pessoas e dos animais. Os rios se configuravam como verdadeiras redes de conexões entre os espaços e facilitavam a circulação das pessoas. Esse recurso natural tinha em abundância no Piauí. Ainda de acordo com relatório de Pinheiro, ele constata ter “em todo o Estado [do Maranhão] 57 rios navegáveis fora infinitos riachos de menor conta dos quais correm seis pela capitania do Piauí: Igaruçu, Piauhy, Canidé, Gorugeia, Poty e Soroby, e um que é o Parnaíba em que todos entram pelo Sul”.

A partir desses movimentos que perpassavam os sertões do Piauí, é perceptível o quanto aquele espaço territorial estava conectado, tanto com outras regiões do Brasil, como com a Europa, consumidora da carne seca, do couro, entre outros produtos. Na mesma lógica do trânsito de

mercadorias no atlântico, o comércio das carnes e dos couros, estava conectado com as praças e circuitos comerciais de África, alimentando as redes do tráfico de escravos, servindo de trocas e de subsídio alimentar nos empreendimentos marítimos (RODRIGUES, 2005).

Mas nem sempre o Piauí foi analisado a partir dessa perspectiva das conexões. A historiadora Tânia Brandão no seu livro *A elite Colonial Piauiense* descreve o Piauí como um local isolado, como é possível perceber na citação abaixo:

O Piauí é um estado Nordestino, mas pertence a outro Nordeste, aquele cuja economia, durante a fase colonial, baseou-se na pecuária, voltada para o abastecimento interno da colônia, além da lavoura de subsistência. Sua população, oriunda, na maioria, de outras capitanias, distribuía-se pelas fazendas, sem manter contatos mais estreitos e contínuos com grandes centros [...] A sociedade se acha instalada no interior da colônia, sem vínculos mais estreitos com o mercado externo (BRANDÃO, 1995, p. 28).

Podemos argumentar contra essa afirmação, pois a produção de gado nas capitanias da região norte para além de abastecer o mercado interno eram responsáveis por suprir a demanda de inúmeras outras regiões. Já em 1711, André João Antonil em *cultura e opulência do Brasil por suas minas e drogas* e, na segunda metade do século XVIII, o manuscrito *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*, de autoria desconhecida, são apenas alguns exemplos de documentos que mencionam a capitania de São José do Piauí como um local em potencial para sustentar o comércio com outras regiões como: Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, Minas, além das embarcações que saíam do litoral do Piauí, tendo como destino portos da Europa.

Durante algum tempo, os trabalhos pioneiros sobre a historiografia do Piauí argumentavam que para ocupar os sertões não necessitava de mão de obra escrava abundante e que os escravizados não tinham um trabalho muito pesado comparado a outras atividades econômicas como a mineração e os engenhos de açúcar, tendo em vista que a pecuária dependia mais dos recursos naturais do que da intervenção humana (CHAVES, 1998).

Atualmente, já podemos contestar essa visão pelo alto número de escravizados de grupos étnicos africanos que serviam como mão de obra nos sertões do Piauí. Se havia a presença de

escravizados de Angola, Jejes, Moçambiques, Rebolo, Umbaca e Guiné é porque havia uma alta demanda de trabalho nas fazendas de gado. Isso nos apresenta como a escravidão era um sistema complexo e que o tráfico não se encerrava com a chegada dos africanos aos portos, apontando para uma complexidade em torno das redes de agenciadores e atravessadores responsáveis por viabilizar esse trânsito de pessoas e de mercadorias por caminhos terrestres e fluviais nos sertões do Brasil.

A documentação que mostra a presença significativa de escravizados africanos são os registros de batismo e de casamentos e podem ser encontradas no NUPEDOCH – Núcleo de Pesquisa e Documentação em História da Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. O NUPEDOCH disponibiliza um espaço para realização de atividades e pesquisas possibilitando o acesso a documentos eclesiásticos do século XVIII ao século XX referentes às igrejas e paróquias do Piauí. Os documentos foram digitalizados e catalogados pelo núcleo e essas fontes vem contribuindo e incentivando a pesquisa em diversas áreas do campo historiográfico.

A natureza da ocupação dos sertões, do Estado do Brasil ao Estado do Maranhão nos mostra o quanto a instituição escrava se ramificou nas mais diversas atividades econômicas, evidenciando, desta maneira, que a jornada em torno do tráfico de escravos no atlântico não iniciava apenas nas regiões do litoral. Nesse processo de ocupação das chamadas “terras devolutas”, a criação do gado era considerada algo fácil devido ao baixo custo com o sustento desses animais e ao alto índice de reprodução. Porém, para o gado procriar era necessário um pasto adequado, já que quando se alimentavam de pastos com baixa qualidade a reprodução caía pela metade.

O clima era outro fator importante que incidia diretamente nessa atividade econômica, já que em tempos de seca morriam centenas de animais, afetando o comércio e as matanças que só podiam ser realizadas em animais que já não tinham mais condições de reproduzir. Essa atividade econômica não podia ser desenvolvida em larga escala em qualquer região, para isso era necessário ter os fatores naturais mínimos para garantir o sucesso do empreendimento, como o clima e a vegetação.

Apesar de o Piauí ser uma região propícia para a pecuária as alterações climáticas era um problema frequente. Para Solimar Lima (2015) “O trabalho humano aparecia como uma força

imperfeita frente as forças naturais e era requerido sempre que a própria natureza, em desajuste climático, por cheias ou secas, impedisse a reprodução do rebanho”. E a interferência humana na natureza causava danos ainda mais sérios, como o exemplo das oficinas/matadouros que se tornaram um ambiente propício para proliferação de doenças.

Introduzir esses animais em um ecossistema diferente, além de alterar a vida e reprodução dos animais, poderia causar uma exaustão do solo, levando facilmente o empreendimento à falência. Por mais que houvesse o desejo dos sesmeiros em ampliar o número de fazendas de gado, questões naturais interferiam diretamente no processo de colonização. Além disso, para lidar com o gado e a terra, exigia-se conhecimento especializado por parte daqueles que eram responsáveis pelo manejo do gado e da terra, ou seja, os escravizados e indígenas. A soma entre necessidade de ocupação, exploração da mão de obra indígena e intensificação do processo de incorporação das fazendas de gado *vacum* e cavalar na dinâmica Atlântica do comércio de escravos fazia com que agentes externos circulassem com mais intensidade nesses espaços. Nesse ambiente, as epidemias ganhavam um destacado papel.

“As epidemias que quase todos os anos se experimenta”

O Subtítulo acima citado, faz parte do ofício enviado pelo Governador e Capitão-General do Maranhão e Piauí, José Teles, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, com o intuito de chamar a atenção para importância que o governo deveria dar a Vila da Parnaíba “tanto pelo comércio que nela se faz quanto pelos estragos que padece todos os anos originados da epidemia que ali reina no tempo da matança dos gados cujas carnes suas constituem o principal objeto de comércio aos seus habitantes”. (TELES, 1786)

Para abastecer o mercado interno e externo a partir do comércio de carnes e de couro foram necessários a ampliação de espaços propícios para facilitar a criação e transporte próximos às áreas de exportação. Esses locais eram conhecidos como matadouros ou oficinas e a forma como

sacrificavam esses animais eram chamadas “vulgarmente de carneirada” ou “matança”. Em 1772, o Ouvidor Durão escreve a *Descrição da Capitania do Piauí* e quando se refere à Vila da Parnaíba, destaca as oficinas e o comércio de carnes naquela região, mas o que realmente lhe chama a atenção são as epidemias que ali reinava todos os anos advindas daquela atividade comercial

Como o principal negócio que nela se faz consiste nos gados que se matam nas feitorias e estas ficam arrimadas à Vila, é natural padeçam **as epidemias que quase todos os anos se experimenta**, porque o fétido que causa o sangue espalhado e mais miúdos de tantos milhares de reses que se matam no pequeno espaço de um até dois meses, corrompe o ar com muita facilidade e produz o dano apontado. As moscas e outras savandijas são tão inumeráveis que causam inexplicáveis moléstias aos habitantes e isto mesmo há de suportar precisamente toda a pessoa que vai de fora porque só no tempo de verão se pode caminhar por aquele distrito, pois de inverno por ser baixo, e alagadiço, se cobre de lagoas e faz absolutamente impraticáveis os caminhos de sorte que o povo se tem visto na consternação de padecer algumas fomes por aquela causa, no referido tempo e assim é o da matança da referida vila. (DURÃO, 1772) [Grifo meu]

Atribuir a contaminação de doenças ao “ar corrupto” era algo comum no século XVIII. Os miasmas eram emanações invisíveis e que atacavam fortemente o corpo humano, geralmente atribuída a odores fétidos, resíduos em decomposição, dejetos etc. (CORBIN, 1987). No *Dicionário de Medicina Popular* escrito pelo médico Napoleão Chernoviz no final do século XIX, define miasmas como o “ar insalubre e mortífero que d’elles esteja infectado cujas fontes são felizmente conhecidas e que podemos evitar ou destruir” (CHERNOVIZ, 1890).

Foi nesse sentido de tentar evitar ou destruir o foco causador dos ares contaminados, que o Governador José Teles intervém em forma de ofício para informar ao Secretário da Marinha e Ultramar sobre as constantes epidemias que tinham alta taxa de mortalidade na Vila da Parnaíba. O pedido era que as oficinas de matança fossem transferidas para um local mais afastado e não que fossem extintas, pois o governador entendia a importância daquele comércio e que acabar com os matadouros seria “remediar um mal e fazer outro”. Portanto, o argumento era que se os matadouros

fossem para longe, o ar não seria corrompido com as doenças relacionadas a matança do gado, ao sangue fétido, às larvas e insetos que surgiam.

Apesar daqueles locais serem um espaço de trabalho, comercialização e fonte de sobrevivência de muitos moradores daquela vila, a carneirada era um foco de disseminação de doenças e muitas epidemias. De acordo com Teles,

a maior parte dos que morrem no tempo das matanças são de febres podres, tão violentas que dentro de três dias vão a sepultura, cuja natureza de febres justamente se devem atribuir a infecção do ar maligno que respiram aqueles desgraçados habitantes. E como também consta que pela situação em que se acham na dita Vila as oficinas de Matança de gados que nelas se fazem jus de todos os anos o haver uma gravíssima epidemia entre os seus moradores em grave prejuízo do aumento da mesma (TELES, 1786.)

José Teles é enfático ao alertar sobre a gravidade das doenças e relata uma grande quantidade de pessoas mortas em pouco tempo, afirmando ter morrido nos últimos dias “trezentas e quatrocentas pessoas e que não deixa chegar aos que ali nascem a mais de sete e oitos anos de sua idade”. O governador atribui essa alta mortalidade aos matadouros, que eram responsáveis pela “corrupção do ar infeccionado do sangue e entranhas de tantos milhares de animais que os matadores abandonam nos campos”, e conseqüentemente, se tornavam “a causa destrutiva da população, pois enquanto não remover esta coisa [a oficina] não há de cessar aquele funesto efeito”

Apesar de todos esses problemas, nem todas as pessoas da vila concordaram com o seu posicionamento. Joaquim Miranda Rebelo contestou o ofício de José Teles, escrevendo outro documento relatando que as epidemias não eram, de forma alguma, fruto do comércio de gado. E rebate as acusações afirmando que a principal causa da epidemia “era ocasionada pela água que ficavam estagnadas pelas anuais inundações dos referidos rios Parnaíba e Iguaraçu” (REBELO, 1786).

Não conseguimos encontrar mais informações sobre esse sujeito, mas possivelmente, era alguém que se beneficiava com a atividade exercida nas oficinas de matança, considerando a forma que intervém na solicitação de mudança de local do matadouro. Podemos chegar a essa conclusão,

porque já era um argumento utilizado pelo próprio governador José Teles, em suas palavras: “Eu, contudo, me atrevo assegurar a V. Ex. que esse modo de pensar deles é mais por seu interesse particular que pelo do bem público pois que é da maior evidencia e observado pela experiênciã, que maior parte dos que morrem no tempo das matanças são de febres podres”.

Apesar do posicionamento de Rebelo, que as doenças estavam relacionadas as inundações dos rios, ser contrário a solicitação de José Teles, era um argumento bastante válido. Os rios eram considerados um aliado muito útil, tanto para sobrevivência, como para facilitar os deslocamentos das pessoas, mas poderiam de fato se tornar um ambiente propício para as doenças, pois quando ocorriam as enchentes a terra ficava úmida e, com o clima quente típico da região, facilitava a propagação de doenças. Além disso, a população tinha o rio Parnaíba como fonte principal para suprir a necessidade de água, mas as inundações frequentes contribuía para a sua contaminação com as “partículas imundas e capazes de causar os danos ponderados”. (TELES, 1786)

Os rios faziam parte da paisagem natural do Estado do Maranhão e Piauí. Através da extensa rede hidrográfica foi possível não só a manutenção das vidas dos povos indígenas, africanos, descendentes e dos colonizadores, mas também a manutenção do comércio, da expansão e do domínio das terras. Os movimentos e circulações de pessoas eram realizados junto ao fluxo dos rios, em consequência, as doenças também acompanhavam esse mesmo fluxo, disseminando-se rapidamente. A antropóloga Dominique Buchillet (2018) faz discussões bastante interessantes sobre a natureza das doenças que acometeram os povos indígenas na Região do alto Rio Negro. Em seu artigo ela conta que os viajantes (SPIX E MARTIUS, 1831, p. 262) relataram uma alta taxa de mortalidade de indígenas no Rio Negro e sobre o despovoamento das localidades próximas aos rios, devido as “virulentas febres intermitentes”.

Outro argumento de Rebelo contra a transferência da oficina consistia em dizer que as pessoas, “principalmente as mais miseráveis” acabariam se aglomerando aos arredores do novo local, caso houvesse a transferência do matadouro, já que os restos das carnes era parte da alimentação desses “miseráveis” que comiam “as entranhas das reses e dos ossos que ficam mal encarnados, dos

restos das reses mortais em um chão corrupto de sangue e matérias pútridas não havendo absolutamente polícia que se ocupe em aliviar esses danos nem nas justiças, nem nos administradores, senhores das ditas oficinas”.

A má alimentação de sujeitos pobres era um problema recorrente e que é bastante abordado, sobretudo na historiografia da escravidão, tendo em vista que os cativos eram os mais afetados. Porém, vale ressaltar que em períodos de crise ou até mesmo em momentos de alta na exportação de carne a Vila da Parnaíba, os açougues ficavam completamente vazios o que afetada a dinâmica alimentar de toda população, contribuindo ainda mais para o surgimento ou reaparecimento de doenças.

Nesse contexto, os escravizados e indígenas foram os sujeitos que mais sofreram com as enfermidades, principalmente porque eram os responsáveis por lidar diretamente com o trato e manejo do gado, ou seja, quando não trabalhavam nos matadouros – locais insalubres – percorriam longas distâncias para transportar o gado de um lugar para outro. Na historiografia da escravidão e da saúde, é comum os trabalhos apontarem, tendo como base as fontes históricas, que os escravizados e povos indígenas eram os principais alvos das doenças (GOMES; PIMENTA, 2016).

Apesar das doenças não atingirem apenas um determinado grupo, aqueles que tinham piores condições de vida eram os mais afetados com as bexigas/varíola, febres, diarreia, estupor etc. Além de não terem sua saúde priorizada, era o lucro que vinha em primeiro lugar e havia quem lucrasse muito com as oficinas de matança, apesar do flagelo das epidemias.

Ser um comerciante era uma atividade altamente lucrativa. Podemos citar como exemplo, o negociante da Vila da Parnaíba, João Paulo Diniz conhecido por ter aberto

um novo caminho para a extração dos referidos gados; levantando oficinas nas margens do dito rio Parnaíba oitenta legoas acima da sua foz; onde os reduz a carnes secas que carrega em barcas pelo mesmo rio até a dita vila para daí serem reexportadas à Bahia, Rio de Janeiro e Pará (ANÔNIMO, 1751).

Diniz permanece nesse negócio por bastante tempo, já que seis anos mais tarde é citado em outro documento pelo governador Teles como um exemplo de negociante abastado daquela região. Os negociantes muitas vezes não atuavam em um único ramo do comércio, mesmo porque o tráfico de escravizados era realizado concomitante a outras atividades comerciais. Em 1785, o governador José Teles escreve novamente para o Secretário da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, para falar sobre os prejuízos causados pela navegação das sumacas que vinham com escravos do Pernambuco e da Bahia para o porto do Maranhão.

O mesmo governador Teles reclama que essas capitanias têm enviado para o Maranhão apenas os escravizados que não conseguem vender. Os sujeitos que mandavam eram

Ou infeccionados de doenças e epidemias de bexigas mal cruel e mortífero ou ladrões e malfeitores que vem cometer os seus vícios e crimes, [...] e que produz um grande dano ao bem público pelo aumento dos malfeitores. É gravíssimo o prejuízo aos compradores porque ou morrem das moléstias de que vem infeccionados ou fogem e são presos pelos malefícios que cometem vindo do que a ressaltar que a lavoura não tem aumento e os lavradores a perda certa do desembolso difundiu o que poderiam aproveitar melhor aplicando seu dinheiro para comprar melhores Escravos e mais são que lhes não fossem estes (TELES, 1785).

A dinâmica econômica e política daquela região, assim como as outras sociedades coloniais, era atravessada pelos contatos e movimentação constante de pessoas para realizar o comércio, seja com o tráfico de escravos ou pela venda, compra e troca de mercadorias, logo isso se tornou um grande problema, frente as constantes epidemias que enfrentavam, as doenças atingiam principalmente corpos negros e indígenas, pois além de serem a maioria da população, tinham condições precárias de trabalho, moradia, higiene e alimentação o que compunha um cenário ideal para o desenvolvimento da doença (BARBOSA, 2008, p. 4).

Africanos, indígenas e seus descendentes eram os principais responsáveis pelo sustento e desenvolvimento da economia. Vale salientar a importância da mão de obra indígena no Piauí porque “até mesmo após a presença de escravos africanos, muitos índios continuaram coercitivamente a trabalhar em áreas produtoras de gado, nas plantações de algodão e nas lavouras de arroz” (SILVA, 2016. p. 127).

Os africanos, povos indígenas e seus descendentes são agentes históricos importantíssimos para o sucesso do empreendimento colonial português, mas paradoxalmente, são os que menos aparecem nas fontes e na historiografia. Na maioria dos casos, principalmente nos documentos históricos, quando são mencionados, são descritos como pessoas inferiores e submissas. Por esse motivo, ressaltamos a importância de uma discussão historiográfica que entende os sujeitos escravizados como agentes históricos ativos e essenciais para a manutenção e desenvolvimento da economia, dos saberes e que resistiram de diversas e diferentes formas.

Considerações Finais

Pensar tem todas as configurações geográficas, comerciais, demográficas, sociais, econômicas e políticas que surgiram devido a produção do gado vacum e cavalariças nas fazendas do Piauí nos possibilita compreender como funcionava aquela sociedade. É importante pensar na complexidade dessas relações porque é a partir delas que se constitui os processos de ocupação dos sertões.

O gado vacum e cavalariças modificou a paisagem natural daquela região, ao mesmo tempo em que esses animais eram fonte de alimentação e sustento da população, também foi motivo de epidemias perversas que tirou a vida de inúmeras pessoas. O problema das epidemias anuais causadas pela matança do gado afetou a dinâmica social, econômica e sanitária de suas regiões produtoras, sobretudo das vilas coloniais. Caso as oficinas de matança permanecessem próximos aos portos de exportação, facilitaria o comércio, contudo, essa facilidade potencializava o contágio e propagação das doenças, o que resultaria em mortes da população.

Esse problema levou a um debate que se estendeu durante meses entre as autoridades coloniais. Por mais que fosse perceptível que as matanças do gado era um sério problema sanitário, a proposta do Governador José Teles de transferir a oficina para outro local encontrou obstáculos. Se foi transferida ou não, infelizmente não temos conhecimento de documentos que nos mostre o desfecho dessa história.

Na tentativa de compreender as múltiplas dinâmicas desses espaços territoriais, ainda pouco explorados pela historiografia nacional sobre a história da saúde no contexto da escravidão na capitania do Piauí no século XVIII, pretendemos problematizar o quanto a instituição escrava vigorou nas mais distantes e diferentes partes do Império ultramarino português, não só redefinindo hierarquias e relações de poderes, mas também remodelando os próprios projetos das autoridades coloniais portuguesas prejudicados pelos infortúnios das doenças.

Sendo assim, este artigo teve como objetivo geral perceber como as doenças causadas pelas carneiradas ou oficinas de matança se constituíram em problemas que afetaram não apenas a saúde dos indivíduos, levando a maioria das pessoas a óbito, mas também alteraram questões sociais, econômicas e políticas. Concluímos afirmando que no Brasil do século XVIII, o processo da colonização, com sua estrutura comercial, escravista e de circulação de pessoas estão diretamente relacionadas ao surgimento e intensificação das doenças que passavam a fazer parte do cotidiano dessas populações.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

CHERNOVIZ, Napoleão. **Dicionário de medicina popular**. [s.l.]: 1890.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma descrição do comércio de carnes e peles praticado na vila de São João da Parnaíba e sua extensão a Lisboa; a necessidade de uma alfândega no porto da Parnaíba; e as epidemias que fustigam a população, em virtude da secagem das carnes. (**Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí**) ACL_CU_016 cx. 13, doc 34. 13 fev. 1786.

OFÍCIO do ouvidor do Piauí, António José de Moraes Durão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o envio de uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades, sexo e idade. (**Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí**) Oeiras do Piauí. AHU – PIAUÍ, Cx. 10, doc. 17/AHU_ACL_CU_016, Cx.12, doc. 864. 15 de jun.1772

PINTO, José Xavier de Moraes da Fonseca. **Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão** cujo territorio comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e

Amazonas, Senado Federal, 1860. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182849>

“RELATÓRIO do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751. Notícia do que contém o Estado do Maranhão em comum, e em particular sucintamente dentro no seu distrito”.IN_ AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999,p. 346.

“ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí”. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXII. Vol. 99. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900. p. 60 – 161.

SPIX E MARTIUS. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. 3ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, Volume II, 1976.

2. Referências bibliográficas

ABREU, J. Capristano de. **Capítulos de História Colonial (1500- 1800)**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **As bases históricas da formação territorial piauiense**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

BARBOSA, Keith. **Saúde e escravidão: aspectos da experiência negra entre Brasil e Angola na primeira metade dos dezenove**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH, XIII, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212975485_ARQUIVO_Artigo_ANP_HU_RIO_KeithBarbosa.pdf. Acesso em: 20/11/2020.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina, Editora da UFPI, 1999.

BUCHILLET, Dominique. Colonization and Epidemic Diseases in the Upper Rio Negro Region, Brazilian Amazon (Eighteenth-Nineteenth Centuries). **Boletín de Antropología Universidad de Antioquia** [en línea]. 2018, 33(55), 102-122

CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. **Revista Brasileira de História**, v. 31, nº 61, 2011, PP. 317-338.

CABRAL, C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2 Ed. São Paulo: EDUFMA, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, J. Monsenhor. **A escravidão no Piauí.** Obra completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

DOMANSKA, Ewa. **Para Além do Antropocentrismo nos Estudos Históricos.** Trad. Eduardo Vasconcelos. Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 4, n. 1, p. 1-8. 2013.

GOMES, Flávio; PIMENTA, Tânia (org). **Escravidão, Doenças e Práticas de Cura no Brasil.** Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

HESPANHA, António Manuel. “Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português”. In FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010. pp. 45-93.

LE GOFF, Jacques (org). **As doenças têm história.** Lisboa: Terramar, 1985

LIMA, Solimar Oliveira. A MÃO DE DEUS E A MÃO DO HOMEM: Natureza e trabalho na formação social do Piauí escravista (Brasil, sec. XVII-sec. XIX). **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho.** Ano I, nº 01. Julho-Dezembro de 2015. Parnaíba-PI

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Revista Tempo,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf. Acesso em: 30/08/2021

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade.** 2a Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.

PORTO, Ângela. “Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX”. **Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental.** v.11, n. 4, p.726-734, dez. 2008.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro ao Rio de Janeiro (1780-1860).** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROSENBERG, Charles E. e GOLDEM, Janet. **Framing disease: studies in Cultural History.** New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII.** São Paulo: Hucitec. 1997.

SILVA, Mairton Celestino. **Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1811.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Identidade nacional e cultural brasileira no modernismo de Mário de Andrade: uma análise da obra *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (1928)¹

Brazilian National and cultural identity in modernism by Mário de Andrade: an analysis of the work *Macunaíma, the hero without any character* (1920)

Matheus de Souza Guedes

Graduado em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro-PR

matheusrsguedes1@gmail.com

Recebido em: 20/04/2021

Aprovado em: 12/07/2021

Resumo: A partir do diálogo entre História e Literatura, o objetivo desse artigo é analisar a obra *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, escrito por Mário de Andrade em 1928, procurando compreender como o intelectual faz uso do seu projeto literário de homogeneização da cultura para pensar a identidade brasileira. O interesse principal é perceber como a literatura ajuda a compreender os discursos existentes na sociedade da década de 1920 em torno da construção da identidade nacional, uma vez que, ao discutir sobre o caráter nacional brasileiro em *Macunaíma*, Mário de Andrade recorreu tanto ao debate racial e mitos em torno da miscigenação e da natureza tropical, temáticas recorrentes nesse período, quanto à análise da cultura e da psicologia brasileira.

Palavras-chave: Identidade; Modernismo; Mário de Andrade.

Abstract: Based on the dialogue between History and Literature, the objective of this article is to analyze the work *Macunaíma, the hero without any character*, written by Mário de Andrade in 1928, trying to understand how the intellectual makes use of his literary project of homogenization of culture to think about the Brazilian identity. The main interest is to perceive how literature helps to understand the discourses existing in society in the 1920's around the construction of national

¹ Esse artigo é resultado de uma pesquisa realizada para o Programa Institucional de Iniciação Científica (PROIC) entre agosto de 2019 e julho de 2020.

identity, since, when discussing the Brazilian national character in *Macunaíma*, Mário de Andrade resorted as much to racial debate and myths around miscegenation and tropical nature, themes that are quite recurrent in this period, as to the analysis of Brazilian culture and psychology.

Key words: Identity; Modernism; Mário de Andrade.

Introdução

Neste artigo analiso a discussão sobre identidade nacional presente na obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* (1928), escrito por Mário de Andrade, um dos escritores mais emblemáticos da tradição modernista brasileira. Procuo compreender como o autor se utiliza desse tema para pensar a (des)regionalização da cultura brasileira e o modo como as representações do chamado caráter nacional brasileiro aparecem nas páginas do seu *Macunaíma*. Em outras palavras, o interesse é compreender como o intelectual fez uso do seu projeto literário de homogeneização da cultura para pensar a identidade brasileira. Ao mesmo tempo, interessa também saber se esse projeto de “síntese nacional” está ligado à visão de Mário de Andrade sobre a indeterminação do caráter brasileiro, conforme aparece logo no prefácio de *Macunaíma*. Nossa hipótese é de que a “desgeografização” da cultura brasileira fez parte do argumento de Mário de Andrade segundo o qual o brasileiro é, por essência, sem caráter.

Longe de querer analisar toda a trajetória do intelectual e todo o contexto social e cultural do modernismo, a obra *Macunaíma* é de suma importância para a compreensão parcial das relações sociais e o contexto cultural, político e literário do modernismo brasileiro nos anos de 1920. Além disso, a análise dessa obra nos ajuda a pensar como a literatura contribui para o estudo da sociedade brasileira em diferentes contextos. Para Robert Darnton, por exemplo, uma boa obra literária é aquela que fornece sentido aos materiais de uma determinada época, que fala de assuntos essenciais de determinados contextos e dialoga ou discorda de obras contemporâneas do autor que a escreveu (1990, p. 273).

Ao escolhermos Mário de Andrade como objeto de análise, compreendemos que o nome do autor já está consagrado entre os estudiosos do “movimento modernista” brasileiro, e que, longe de ser o mais importante autor do movimento, Mário de Andrade foi antes definido, ressaltado e estudado por uma série de pesquisadores, que contribuíram para canonizar o autor como um dos mais celebrados escritores brasileiros. Nomes renomados no campo acadêmico literário, como Antonio Candido (2006) e Gilda de Mello e Souza (2003), contribuíram para essa canonização. Estudos mais recentes, como os de Eduardo Jardim (1988), Monica Pimenta Velloso (2015), André Botelho (2012), Daniel Barbosa de Faria (2004), Ana Paula Simioni (2013) e Lorena Ribeiro Zem El-Dine (2017) entre outros, apresentam novos sentidos ao estudo do modernismo brasileiro, contestando interpretações consagradas e mostrando outros olhares sobre um mesmo tema. Apesar disso, reconhecemos também que Mário de Andrade é um autor fundamental para a compreensão do sentido social do movimento, já que o autor foi um dos poucos que, subjetivamente, sentiu o modernismo e pensou-o de forma compromissada, ora elogiando seus pares, ora criticando-os por não levar o movimento a sério (BOTELHO, 2012).

O(s) movimento(s) modernista(s): um panorama

O então consagrado “movimento modernista”², que teve início em meados de 1917 com a Exposição de Pintura Moderna realizada por Anita Malfatti (1899-1964), é talvez um dos movimentos artísticos e culturais mais estudados na história da literatura no Brasil. Para o período, além de representar uma ruptura com o padrão parnasiano e romântico na arte e na literatura, “o movimento modernista” significou, segundo Vilhena, a busca de uma nova estética baseada nas manifestações de arte popular e do folclore, interpretadas como elementos unificadores do país, capazes de inserir o Brasil no chamado “concerto das nações” (VILHENA apud FORTE, 2009, p.

² A definição do conceito de “modernismo” que utilizamos nessa pesquisa está em diálogo com a compreensão formulada por Daniel Barbosa Andrade de Faria (2004, p. 16-17), que contesta o caráter efetivamente moderno do movimento. Longe de afirmar a premissa de que o “modernismo” foi um movimento efetivamente inovador, Faria problematiza o conceito e tenta demonstrar como ele carregou, por um longo período, características que se assemelham ao romantismo e ao parnasianismo.

28). Com fortes características estéticas europeias, o movimento representou ainda a valorização da plena liberdade de criação, em contraposição aos “velhos” paradigmas acadêmicos e as tradições estéticas do parnasianismo e do romantismo (FORTE, 2009, p. 28).

Em seu artigo *Modernismo revisitado*, Eduardo Jardim separa o “movimento modernista” em dois tempos distintos. Segundo ele, o primeiro tempo modernista, que vai de 1917 e termina em meados de 1922, está marcado pelo esforço em contrapor-se ao passadismo dos movimentos anteriores, entendidos como inatuais, e pela produção de uma nova linguagem adequada ao tempo e à vida presentes. Nesse período, os modernistas se baseiam nas tendências inovadoras europeias para forjar os instrumentos que lhes permitiriam efetuar a atualização da produção nacional. Do mesmo modo, na instabilidade de sua busca de rumos, o modernismo do primeiro tempo adota, mesmo reconhecendo seu “atraso” no cenário mundial e na modernidade, uma característica mais marcadamente imediatista (1988, p. 227). É só a partir do segundo tempo modernista, que se inicia nos anos de 1924 até a década de 1940, que o modernismo passa a se preocupar com o caminho da brasilidade. Segundo Jardim, o modernismo brasileiro nesse período, vivendo um momento que se poderia chamar de “crise de participação”, passa a se interessar pelos “problemas que dizem respeito à sua identidade e à determinação da entidade nacional” (IDEM, p. 229). É nesse período que o movimento se fragmenta em três vertentes distintas, antagônicas entre si, mas que se preocupam na busca do que é próprio da nação brasileira, do que a singulariza e a distingue no chamado “concerto internacional”.

A vertente antropofágica do modernismo, adotada por Oswald de Andrade (1890-1954), propunha o reconhecimento universal da arte brasileira. Disposto a superar o dito “atraso cultural”, essa vertente incorporava a tradição popular filtrada pelo olhar moderno, assimilada através de “elementos nacionais úteis”. Em outras palavras, a antropofagia cultural defendida pelo poeta propunha a assimilação de elementos ditos “úteis” de outras culturas para a ressignificação na cultura brasileira. Neste caso, o atraso cultural só seria superado se a cultura exterior fosse devorada em uma digestão seletiva, assimilada e ressignificada na cultura nacional (FORTE, 2009, p. 29). É dessa

proposta que Oswald de Andrade escreve sua emblemática frase: “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago”, e que faz a pintora modernista Tarsila do Amaral (1886-1973) pintar o seu famoso quadro Abaporu, que em Tupi significa “o homem que come” (ANDRADE, apud OLIVEIRA, 2012, p. 86 e 88).

Já a vertente verde-amarelista, levada a cabo pelos autores Plínio Salgado (1895-1975), Menotti Del Picchia (1892-1988) e Cassiano Ricardo (1895-1974), criticava o nacionalismo baseado nos moldes europeus feito pelos antropofágicos e repudiava qualquer influência externa para pensar a identidade nacional. Essencialmente ensaísta, esse grupo acreditava defender um projeto moderno, harmônico e conduzido pelas elites europeizadas. Além disso, em constante disputa pelo direito ao discurso do conhecimento com o campo científico da época, os verde-amarelistas acreditavam que somente eles seriam os responsáveis por diagnosticar e solucionar os “problemas nacionais”, fortemente influenciados pelo argumento das três raças formadoras (EL-DINE, 2019, p. 454-464). É dessa concepção que Plínio Salgado afirmará em 1929, pelo Manifesto Nhengaçu, que o brasileiro teria herdado do índio a predisposição para o contato harmonioso com os outros povos, sintetizando aí a valorização da passividade e do catolicismo do indígena que os verde-amarelistas defendiam (FORTE, 2009, p. 30).

Diferente da proposta feita pelos antropofágicos e pelos verde-amarelistas, que valorizavam a intuição como melhor forma para a compreensão da brasilidade, a vertente de Mário de Andrade privilegiava a pesquisa cuidadosa e sistemática das tradições populares para a compreensão dos brasileiros e de sua cultura (EL-DINE, 2019, p. 455). O intelectual se propôs a estudar o folclore, a língua e os costumes nacionais como símbolos para pensar a brasilidade, insistindo, como afirma Arnaldo Contier, na “criação de um som nacional como retrato sonoro do Brasil” (CONTIER apud FORTE, 2009, p. 33). Longe de ser um ufanista, Mário de Andrade acreditava que a expressão do nacionalismo era fruto do processo de autoconhecimento pelo Brasil. Foi a partir desse entendimento que Andrade desenvolveu, em meados de 1924, um projeto que visava a valorização da cultura nacional, tendo como interesse a construção de uma linguagem literária baseada na fala

brasileira. Com tendências de sobreposição, o poeta pensou seu nacionalismo sempre a partir da comparação entre o Brasil e o estrangeiro (FACCHIN, 2012, p. 53). É dessa comparação que, em relato de 18 de maio de 1927, ele escreverá em seu diário de viagem: “Devíamos pensar, sentir como indianos, chins, gente de Benin, de Java... Talvez então pudéssemos criar cultura e civilização próprias. Pelo menos seríamos mais nós, tenho certeza” (ANDRADE, 1983, p. 61).

A marca da brasilidade, segundo Mário de Andrade, era tanto a capacidade que o Brasil teria de sintetizar opostos, quanto a sua indefinição identitária, assumidamente miscigenada (FORTE, 2009, p. 31). É a partir dessa interpretação que toda a obra mário-andradina é criada, visando sempre ressaltar e reconhecer as características próprias da cultura nacional. Dessa forma, o intelectual brasileiro expressa em suas obras as pesquisas feitas do folclore e das manifestações da cultura popular e erudita, como a dança, a música e as esculturas de Aleijadinho (1738-1814), ditas por ele como expressão máxima da brasilidade (SCHNEIDER, 2014, p. 361). Além disso, incentivando o uso inadequado da forma culta, Andrade se propôs a estudar e pensar uma gramática que se aproximasse da linguagem oral brasileira como diferenciação dos padrões importados (CANDIDO apud OLIVEIRA, 2012, p. 91).

A expressão máxima desse projeto talvez seja a obra publicada em 1928, intitulada *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. A rapsódia, escrita em seis dias, é uma combinação de elementos da cultura popular brasileira, reunidas por Mário de Andrade ao longo de toda sua carreira intelectual. É recorrente na obra o uso de gírias brasileiras, lendas indígenas e do folclore nacional, trechos de músicas retiradas exclusivamente do popular, como, por exemplo, o Boi-bumbá, nomes e lugares que remetem a todo território brasileiro, e, ainda, costumes próprios do norte do país, coletados pelo poeta na viagem que fez a esse lugar em 1927 e que dá origem à sua obra póstuma *O Turista Aprendiz* (1976).

Essa viagem, aliás, representou um de seus principais projetos intelectuais, já que possibilitou ao autor a coleta de informações sobre a cultura popular, necessárias na sua intenção de categorizar a “essência da brasilidade” (FARIA, 2006, p. 267). Foi nessa expedição que Mário de Andrade teve

contato com as lendas de Makunaíma de Theodor Koch-Grünberg (1872-1924), das quais se baseou completamente para construir o enredo de sua rapsódia (FARIA, 2004, p. 134).

Em *Macunaíma* (1928), Mário de Andrade não deixou de transpassar suas intenções modernistas de estabelecer uma unidade cultural, e, portanto, a rapsódia contém inúmeros projetos estéticos de “desgeografização” dos espaços e da cultura. Era a intenção do intelectual, segundo Moraes, ao justapor os diferentes elementos culturais presentes no Brasil, definir um elemento comum que categorizasse todos e tudo aquilo que pertencesse ao mesmo patrimônio cultural (MORAES apud FACCHIN, 2012, p. 47). Dessa forma, homogeneizava os espaços, anulava os limites regionais e concebia as diferentes práticas culturais de variadas regiões como sendo expressões de uma única cultura brasileira, combinando elementos mágicos com elementos mecânicos (FARIA, 2004, p. 136).

Aproximações e análises de Macunaíma: o herói incharacterístico

“Do fundo do mato virgem, nasceu Macunaíma, herói da nossa gente”. Assim começa a rapsódia de Mário de Andrade, escrito ao longo de seis dias no sítio de seu tio, em Araraquara, interior de São Paulo. Essa frase, por mais simples que pareça, revela discussões primordiais para pensarmos o processo de formação da obra, bem como as ambições e discursos que a atravessam. A frase, além de revelar a origem do personagem, revela também a origem dos próprios enredos contidos na obra, já que, para elaborá-los e recriá-los, Mário de Andrade teve que recorrer a lendas do folclore norte brasileiro, a partir, como dito anteriormente, das lendas descritas e relatadas por Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) em seu livro *Vom Roraima zum Orinoco* (1924), coletadas por Mário de Andrade em sua viagem ao norte do país em 1926. É do fundo do “mato virgem”, portanto, que Mário de Andrade retira o seu herói e o ressignifica através de combinações com elementos nacionais.

Ao evocar o conceito de “mato virgem”, Mário de Andrade revela uma leitura própria do seu contexto, primordial para compreendermos o seu pensamento: a oposição entre natureza e história. Nos anos de 1920, não era raro entre os intelectuais roteiros de viagens que tinham como alvo a natureza, compreendida por eles como um “espaço do maravilhoso”, em contraposição ao “caos da civilização”. Assim, vários intelectuais da época, principalmente aqueles ligados ao “movimento modernista”, se inspiraram em suas próprias viagens para fazer uma leitura do “Brasil profundo”, em um processo de interpretação do nacional. No caso de Mário de Andrade, sua viagem ao norte do país revela um dos seus principais projetos intelectuais, por meio do qual o autor se comprometia com uma suposta busca pela essência da brasilidade (FARIA, 2006, p. 2-5).

Diferenciando o mundo “primitivo” e o mundo “civilizado”, o intelectual argumentará, em nota ao seu diário de viagem do dia 18 de maio de 1927, que a busca pela essência da brasilidade só estaria realizada quando o mimetismo em relação a Europa terminasse, dando lugar assim a criação de um mundo próprio, oculto, segundo seu diário, na natureza. Dessa forma, o autor configurava uma verdadeira proposta civilizacional baseada nas concepções de “mentalidade primitiva”, herdadas do antropólogo evolucionista Edward Tylor (1832-1917), e passava a valorizar a inatividade física e a preguiça como fatores capazes de dar materialidade a funções intelectuais (IDEM, p. 7, 8).

É essa concepção de “mentalidade primitiva” que permitirá à Mário de Andrade configurar o espaço narrativo de *Macunaíma*. Na obra, o herói encontra com vários seres da mitologia indígena e do folclore brasileiro, como o Curupira, o Negrinho do Pastoreio, o Pai do Mutum, a Uiara, Capei, a lua, Ci, mãe do mato, que lhe entregaria a Muiraquitã sagrada, entre outros seres mágicos que indicam uma vida primitiva e originária (IBIDEM, p. 8).

É, inclusive, através da busca da Muiraquitã perdida que a trama principal da rapsódia se estrutura. Em resumo, a obra conta a história de um herói que, após a morte de sua mãe, decide ir embora do Uracicoera junto com seus dois irmãos, tornando-se o imperador do Mato Virgem junto com Ci, Mãe do mato, sua amada. Após se cansar desse mundo, Ci deixa uma Muiraquitã sagrada para o herói e decide virar uma estrela. Acontece então que, após ser perseguido por Capei, a lua, o

herói perde sua Muiraquitã e parte rumo a São Paulo para reavê-la, logo após saber que o talismã havia sido roubado por um colecionador de pedras peruano chamado Venceslau Pietro Pietra. O fim da trama se dá quando o herói, após ter derrotado o gigante Venceslau e reavido a sua preciosa Muiraquitã, retorna ao Uracicoera, se cansa desse mundo e decide virar a estrela Ursa Maior.

Um dos episódios que merece destaque na obra, é quando Macunaíma e seus irmãos estão viajando rumo a São Paulo e se deparam com uma lagoa encantada, onde decidem tomar banho. Ao se banharem na água, os três manos se transformam em três raças distintas, em uma alusão ao discurso das “três raças formadoras”. Nas palavras do autor:

Então Macunaíma enxergou numa lapa bem no meio do rio uma cova cheia d'água. E a cova era que nem a marca dum pé gigante. Abicaram. O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco loiro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas [...]. Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão de Sumé. Porém a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água pra todos os lados só conseguiu ficar da cor do bronze novo [...]. Maanape então é que foi se lavar, mas Jiguê esborrifara toda a água encantada pra fora da cova. Tinha só um bocado lá no fundo e Maanape conseguiu molhar só a palma dos pés e das mãos. Por isso ficou negro bem filho da tribo dos Tupanhumas. Só que as palmas das mãos e dos pés dele são vermelhas por terem se limpado na água santa [...]. E estava lindíssimo na Sol da lapa os três manos um loiro um vermelho outro negro, de pé bem erguidos e nus (ANDRADE, 2016 [1928], p. 65).

Nessa passagem, podemos perceber a influência que Mário de Andrade herdou, mesmo que indeclaradamente, de Silvio Romero (1851-1914) e as suas concepções sobre as três raças formadoras do Brasil. Para Silvio Romero, intelectual e folclorista que também se dispôs a pensar o Brasil, a mestiçagem era um fator fundamental para a compreensão da formação da nacionalidade brasileira e a sua cultura popular. Para o autor, a cultura popular era vista como espécie de depósito da essência nacional, e caberia aos intelectuais, com conotações missionárias, o engajamento para a sua interpretação. Embora a distância temporal seja evidente, não se pode negar que, assim como Silvio

Romero, Mário de Andrade também se comprometeu em “descobrir” um Brasil autêntico, popular e profundo, fazendo-o de forma militante e apaixonada, embora ainda com preconceitos próprios do seu tempo (SCHNEIDER, 2014, p. 363-371).

O discurso das “três raças formadoras” pode ser definido enquanto uma teoria racista que por muito tempo – e até hoje – foi utilizado tanto pelo campo erudito quanto pelo campo popular e é fruto de uma dificuldade, por parte dos intelectuais, de pensar socialmente o Brasil. Segundo DaMatta, a teoria das três raças no caso brasileiro se define como recurso ideológico na construção da própria identidade social do Brasil, que penetra a maioria dos domínios explicativos da cultura, individualizando-a e integrando-a, simultaneamente (1987, p. 58, 62-3 e 69). Segundo o antropólogo, essa “fábula” só veio a se consolidar como uma categoria explicativa no pós-independência, uma vez que se buscou um sentido para justificar, racionalizar e legitimar diferenças internas que permitiram a conciliação de uma série de impulsos contraditórios na sociedade brasileira, sem, no entanto, criar um plano para a sua transformação profunda (IDEM, p. 68).

A alusão ao discurso das “três raças formadoras” em *Macunaíma*, portanto, pode ser pensada através das influências que o autor modernista recebeu de Silvio Romero, tendo em vista que ambos, além de pesquisarem o folclore, se interessaram em representar a brasilidade como portadora de uma cultura mestiça e, por consequência, única e original. Além disso, a alusão a esse discurso pode ser pensado a partir do projeto mário-andradiano de “escrever brasileiro”, desenvolvido nos anos de 1920, que tinha por objetivo fundar uma nova gramática a partir da aproximação com a língua brasileira falada. Essa aproximação teria que ser capaz de abarcar, ao mesmo tempo, termos indígenas, africanos, lusitanos, arcaicos e regionais, em uma única língua: a brasileira (SCHNEIDER, 2014, p. 377).

Em *Macunaíma*, esse projeto aparece ao longo de toda a narrativa, já que o autor não poupou esforços para usar termos, nomes, gírias e conceitos exclusivos de determinadas regiões do país, e que não existiam no vocabulário gramatical brasileiro do período. Não à toa, a rapsódia é propositalmente escrita de forma coloquial, contando com a presença de frases concordantes com a

fala brasileira e que mostram a erudição e pesquisa do linguajar brasileiro por parte de Mário de Andrade. Além disso, a obra possui críticas ao academicismo, que podem ser percebidas ao longo do capítulo nono, intitulado “Carta pras icamiabas”. Na narrativa, quando Macunaíma está em São Paulo, decide escrever uma carta para o seu povo de Uracicoera contando como está sendo sua estadia na “grande cidade”. Ironicamente, Macunaíma, escrevendo em português lusitano, decide contar uma curiosidade “original” sobre o povo paulista. Eis um trecho:

Mas cair-nos-íam as faces, se ocultármos no silêncio, uma curiosidade original deste povo. Ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra [...]. Nas conversas utilizam-se os paulitanos dum linguajar bárbaro e multifário, crasso de feição e impuro na vernaculidade, mas que não deixa de ter o seu sabor e força nas apóstrofes, e também nas vozes do brincar [...]. Mas se de tal desprezível língua se utilizam na conversação os naturais desta terra, logo que tomam pena, se despojam de tanta asperidade, e surge o Homem Latino, de Líneu, exprimindo-se numa outra linguagem, mui próxima da vergiliana, no dizer dum panegirista, meigo idioma, que, com emperécível galhardia, se intitula: língua de Camões! De tal originalidade e riqueza voz há-de ser grato ter sciência, e mais ainda vos espantareis com saberdes, que á grande e quase total maioria, nem essas duas línguas bastam, senão que se enriquecem do mais lídimo italiano, por mais musical e gracioso, e que por todos os recantos da urbs é versado (ANDRADE, 2016 [1928], p. 111).

Nessa passagem, é nítida a referência que Mário de Andrade faz ao seu projeto de abasileiramento da língua portuguesa. Nesse projeto, o escritor viu na língua brasileira falada uma das características que distinguem o Brasil dos demais países europeus, daí a crítica que faz ao academicismo e às culturas ditas eruditas que, na visão de Mário, apenas reproduzem o espírito colonial (ANDRADE, 1942).

Outro elemento que diferenciava o Brasil dos demais países, em Mário de Andrade, era a música, que teria como nenhuma outra manifestação artística incorporado elementos profundamente identificados com a cultura popular (SCHNEIDER, 2014, p. 476). Fruto de grandes estudos quando ainda era jovem, a música, além de estar no centro de seus interesses e atividades modernistas, era vista por Mário de Andrade como um dos instrumentos essenciais para a interpretação do Brasil e da brasilidade. Foi a partir dessa concepção que o intelectual se interessou pelo estudo da dança do

Boi-Bumbá, interpretada por ele como prova única da originalidade da música brasileira. Segundo o autor, num país onde não existia, apesar da extensão, uma unidade territorial estabelecida, a dança do boi funcionava como um poderoso elemento unificador dos indivíduos, capaz de dar sentido ao conceito de nacionalidade (BOTELHO, 2012, p. 52-63; SOUZA, 2003, p. 17). Foi o estudo da dança do boi, inclusive, um dos motivos que levou Mário de Andrade a realizar sua famosa viagem ao norte e nordeste do país, reconhecido por lá como o “dotô de São Paulo que veio studá Boi” (ANDRADE, 1983, p. 267).

Em *Macunaíma*, a música aparece enquanto elemento de composição, já que o autor difundiu seus estudos sobre teoria musical na própria construção narrativa da rapsódia. Segundo Gilda de Mello e Souza, Mário de Andrade utilizou em *Macunaíma* dois processos musicais próprios na sua formação, a saber a “Suíte” e “Variação”. Essas duas categorias dizem respeito ao que Mário de Andrade considera normas de compor universais, presentes, segundo ele, em quase toda composição musical, seja ela erudita ou popular. Dessa forma, em *Macunaíma*, as frases musicais populares são dissolvidas no próprio tecido da sua prosa, cadenciando frases através do ritmo e constâncias sintáticas. É assim que o capítulo XVI intitulado “Uracicoera” é quase todo ele composto por músicas retiradas da tradição do boi-bumbá, numa clara transparência de seus relatos de viagem contidos no livro *O Turista Aprendiz* (1983) (SOUZA, 2003 p. 13, 25, 26).

Outro capítulo que parece ser retirado inteiramente dos registros de viagens que Mário de Andrade fazia é o capítulo VII, intitulado “Macumba”. Nele, a trama narrativa ocorre porque Macunaíma queria derrotar o peruano Venceslau Pietro Pietra, que teria roubado sua preciosa pedra. Como o herói carecia de força para lutar com o gigante, decide pedir ajuda para Exu em um terreiro de macumba no Rio de Janeiro, onde pede para o santo dar uma surra no peruano. O capítulo é uma mistura de elementos etnográficos que Mário de Andrade retirou diretamente de relatos previamente obtidos, com a sua alteração em profundidade, adicionando humor e criatividade literária (ANDRADE, 2016, p. 84-92).

O interesse pela macumba aparece posteriormente nos relatos da sua viagem etnográfica de 1928 e 1929, publicados em *O Turista Aprendiz* (1983), na qual Mário de Andrade registra a sua participação em um ritual de feitiçaria. Em um dos registros, o autor diz que a “feitiçaria brasileira” não pode ser interpretada enquanto uniforme, uma vez que até os nomes dessas manifestações mudam de um lugar para outro. Além disso, afirma que os elementos raciais presentes nas manifestações variavam dependendo da região. Nas palavras do autor:

A feitiçaria brasileira não é uniforme não. Até o nome das manifestações dela muda bem dum lugar pra outro. Do rio de Janeiro pra Bahia impera a designação “macumba” [...]. Já no norte as sessões são “pajelanças” e é frequentíssima a palavra “pajé” designando o pai-de-terreiro, assim como o santo invocado [...]. Se vê logo as zonas onde atuaram as influências dominantes dos africanos e ameríndios. Do Rio até a Bahia, negros; no norte os ameríndios. Os deuses, os santos das macumbas são todos quase de proveniência africana. No Pará quase todos saídos da religiosidade ameríndia [...]. O nordeste, de Pernambuco ao Rio Grande do norte pelo menos, é a zona em que essas influências raciais misturam (ANDRADE, 1983 [1928], p. 242).

A influência da cultura europeia nas manifestações de “feitiçaria” se daria através da mistura com o catolicismo, denunciado também pelo intelectual em um dos seus relatos. Aqui, podemos ver novamente a alusão às três raças formadoras. E é aqui que podemos fazer algumas considerações sobre a sua interpretação da identidade nacional.

Será que Mário de Andrade, ao ter contato com o discurso das três raças formadoras, não viu na miscigenação entre os elementos africanos, ameríndios e europeus, uma chave para pensar a identidade nacional? Será que não é exatamente o que leva o autor a acreditar que essa mistura foi responsável por solidificar, na entidade psíquica, um “tipo” de indivíduo incaracterizável e composto por várias culturas? Afinal, será que a afirmação de Mário de Andrade de que o brasileiro seria por essência sem caráter, conforme aparece logo no prefácio de *Macunaíma*, não é fruto da interpretação que vê na cultura popular o substrato e a prova de que seríamos formados por três raças, e por consequência, incaracterizáveis? Não é justamente daí que parte seu interesse e preocupação em descrever a cultura nacional e suas tradições?

Em *Macunaíma*, essa preocupação aparece quando vemos que a obra é também fruto de um projeto em que o intelectual se compromete em dotar o Brasil de uma “alma” capaz de superar os regionalismos e interligar culturalmente o imenso corpo geográfico do país (SCHNEIDER, 2014, p. 383). Esse projeto aparece nitidamente nas obras *Losango cáqui* (1926), *Clã do Jabuti* (1927) e em *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (1928). Não à toa, o espaço narrativo de *Macunaíma* é construído sob um viés homogêneo dos locais, já que na trama o herói viaja de sul a norte em poucos parágrafos. Na narrativa, Mário também utiliza da chamada “enumeração” para anular as especificações regionais:

Porém entrando nas terras do igarapé Tietê adonde o burbom vogava e a moeda tradicional não era mais cacau, em vez, chamava arame contos contecos mi-réis borós tostão duzentorréis quinhentorréis, cinquenta paus, noventa bagarotes, e pelegas cobres xenxéns caraminguás celos bicos-de-coruja massuni bolada calcário gimbra siridó bicha e pataracos, assim, adonde até liga pra meia ninguém comprava nem por vinte mil cacaus. Macunaíma ficou muito contrariado (ANDRADE, 2016 [1928], p. 66).

Essas enumerações mostram ainda o trabalho de pesquisa que o autor realizou sobre a linguagem nacional, já que misturam elementos de várias regiões do país em um único trecho e sem o uso de vírgulas, o que contribui para a criação do ritmo na rapsódia, em consonância com o seu projeto de “desgeografização” da cultura.

A chamada “desgeografização”, portanto, na pena de Mário de Andrade, segundo Carvalho, é personalíssimo e pode ser definido como anulação dos limites geográficos em favor da síntese representativa de diferentes brasis, na tentativa de simbolizar um brasileiro intemporal firmado através da miscigenação e do contato com várias culturas (CARVALHO, 2014, p. 327, 329). Além disso, a desgeografização representa, em *Macunaíma*, um anseio estético-político do autor, uma vez que a brasilidade, aqui representada pelo herói, ganha dimensão delimitadora das fronteiras do país e garante a sua unidade (FARIA, 2006, p. 9).

A alusão ao primitivismo em *Macunaíma* também constitui uma chave para a interpretação do pensamento de Mário de Andrade sobre a questão da identidade nacional. Na trama, o herói sai do

mato virgem rumo a cidade, da qual surge enquanto um enigma a ser decifrado pelo herói. Chegando lá, Macunaíma fica dividido entre o mundo mágico do qual saíra e do mundo mecânico do qual estava entrando, entre a soberania do mato virgem e o anonimato urbano, entre o primitivo e o civilizado (FARIA, 2004, p. 136). Dessa divisão, o autor reforça a indefinição de caráter do herói, hora fazendo “coisas de sarapantar”, hora fluente da “nobre língua de Camões”. Dessa divisão, Mário de Andrade classificou também o povo brasileiro, que, nas palavras do autor, não tem caráter devido a sua “falta de tradição própria” e pela sua “falta de consciência tradicional” (ANDRADE, 2016, p. 216).

Para o intelectual, portanto, o povo brasileiro era “primitivo”, apesar de viver impregnado da psicologia europeia, e era justamente isso que o tornava incarcaterizável. Pela alusão ao caráter “primitivo” da brasilidade, Mário de Andrade não deixou de carregar as concepções da super-ideologia racista e eurocêntrica em que separa o mundo entre “civilização” e “barbárie” e argumentar que o Brasil era um país em que não poderia, ou “não poderia ainda” ser considerado um país de caráter, justamente por estar dilacerado entre várias culturas, sejam elas ameríndias, europeias ou africanas, e pela falta de tradição. Daí a sua missão de tradicionalizar e dar uma “alma” ao país (FARIA, 2004, p. 144).

É justamente através da missão de dar uma alma para o Brasil que a sua utopia de “desgeograficar” o Brasil deve ser interpretada, já que esse projeto diz respeito a aproximar não somente o espaço geográfico, mas o espaço social, as práticas culturais, a língua, o erudito do popular, a música, etc. Esses elementos, na visão do autor, se mostram imprescindíveis para a sociedade brasileira enfrentar o desafio de se reconstruir modernamente enquanto um Estado-nação, que contribuirá para a definição de um caráter (BOTELHO, 2012, p. 106).

É curioso pensar que, no mesmo momento em que Mário de Andrade inicia seu projeto de “desgeograficar” a cultura brasileira, com *Losango cáqui* (1926), sua obra se volta não somente para a categoria estética e psicológica da arte, mas para o enfoque sociológico, uma vez que em carta a Manuel Bandeira (1886-1968) em 1925, Mário de Andrade faz uma autocrítica sobre seu

individualismo e como isso deveria ser desfeito a fim do autor cumprir sua função social (LAFETÁ, 2000, p. 178). Neste sentido, por essa época o intelectual demonstra possuir uma visão mais abrangente da arte, uma vez que passa a se preocupar tanto com a estética da arte, sua psicologia e sua função social. Não à toa, na década de 1930 essas três categorias já estariam bem definidas em seu pensamento, e é através delas que Mário de Andrade se baseará para estruturar toda a sua atividade crítica (IDEM, p. 157).

Essa mesma época ficou marcada, segundo Forte, como a etapa mais burocrática da cultura, insistindo na construção de uma nova ordem institucional que servisse para repensar o papel da sociedade e do Estado na construção de elementos identitários para a nação através da arte (2009, p. 34 e 35). Vários dos modernistas tomaram posição política, seja a favor do governo, como é o caso da vertente de Plínio Salgado (1895-1975), Cassiano Ricardo (1895-1974) e Menotti Del Picchia (1892-1988), ou contra ele, como é o caso da vertente de Mário de Andrade e de Oswald de Andrade.

A partir da década de 1930, segundo Telê Porto Ancona Lopez (2000), Mário de Andrade passa a aproximar seu estudo da cultura popular e do folclore ao marxismo, sem, no entanto, filiar-se ou ser militante do Partido Comunista. Seu interesse pela política, do ponto de vista da ação, foi sempre manobrado cuidadosamente. A partir dos anos de 1927 a 1931, pode-se perceber por outro lado um Mário de Andrade mais interessado nas indagações e conflitos que culminam com a mistura da problemática social à problemática individual do escritor (LOPEZ apud LAFETÁ, 2000, p. 188). É interessante pensar como *Macunaíma* representa uma chave para essa transição, uma vez que muitas das perspectivas culturais contidas nela serão fundamentais para o seu cargo enquanto chefe da Divisão de Expansão Cultural e diretor do Departamento de Cultura da Municipalidade, na qual o intelectual buscará cada vez mais democratizar a cultura e aproximar a arte da política (BOTELHO, 2012, p. 65-67).

Considerações finais

Tornar o Brasil mais familiar aos brasileiros. É assim que André Botelho definiu a obra de Mário de Andrade. Autor de uma vasta produção literária, o intelectual modernista esteve sempre disposto a pensar e recriar o Brasil a sua própria maneira, ora elogiando a cultura, que se queria antielitista, ora criticando o caráter apenas intelectual de seus pares, que Mário de Andrade dizia não sentirem o Brasil na sua “emotividade histórica” (BOTELHO, 2012, p.106-112). A definição de Botelho ajuda a entender a razão dos projetos que Mário de Andrade fez ao longo de sua trajetória. Na tentativa de tornar o Brasil mais familiar aos brasileiros, o intelectual estudou, coletou, descreveu e elogiou a cultura popular, entendida por ele como expressão máxima da “essência brasileira”. Estudando a língua falada do povo brasileiro e a formação da música popular e do folclore, Mário de Andrade buscou na cultura popular os entreamas para tentar fornecer as bases da definição de uma identidade nacional.

Macunaíma, o herói sem nenhum caráter (1928) é, talvez, sua obra mais emblemática, já que o intelectual transpôs na obra seus principais projetos que servem para definir a sua trajetória. Não à toa, a rapsódia é resultado do cruzamento entre as pesquisas da criação popular e projeto de uma literatura nacionalista de um lado, e a reciclagem de fontes documentais eruditas sobre lendas indígenas, cerimônias africanas e canções ibéricas de outro (MICELI, 2009, p. 170). A referência ao discurso das três raças, fruto de uma leitura não assumida de Silvio Romero, é fundamental para entendermos sua própria trajetória, já que esse discurso foi uma das lentes usadas por Mário de Andrade na própria interpretação que fez do Brasil na década de 1920 (SCHNEIDER, 2014, p. 382).

Colocamos em questão o fato de que seu projeto de “desgeografização” da cultura brasileira, na língua e no espaço geográfico-social, se assemelha em muito com o discurso de que a identidade brasileira é construída por três raças distintas, responsável por formar um país mestiço e incharacterizável. Argumentamos que é justamente a visão da falta de caráter, fruto de um dilaceramento identitário, um dos motivos que levou o intelectual Mário de Andrade a tradicionalizar e dar uma “alma” para o país, em uma espécie de missão messiânica.

O discurso das três raças formadoras está presente não somente em *Macunaíma*, mas também em seu diário de viagem, escrito quando o intelectual viajou para o norte e nordeste do país em 1927 e 1929, já que nele Mário de Andrade se preocupa em descrever as diferentes culturas presentes no Brasil, especialmente a indígena e africana. Essa visão, porém, parece ter ecoado em uma obra mais anterior, em *Pauliceia Desvairada* (1922), quando em um verso emblemático Mário de Andrade diz ser, enquanto um modernista incluído na lógica europeia, um “tupi” (indígena), “tangendo um alaúde” (instrumento de origem africana) (ANDRADE apud SOUZA, 2003, p. 7).

A década de 1930 é considerada o período em que o Estado interfere diretamente na cultura. Vários dos modernistas ocupam cargos administrativos na política pública a fim de promover a dita renovação cultural. Esse período é marcado pela oficialização do movimento, já que uma série de políticas culturais foram implementadas a fim de promover a integração nacional por meio de símbolos. A preocupação aqui era identificar a marca da “brasilidade”. Não à toa, o governo Vargas, sob a batuta do ministro Gustavo Capanema (1900-1985), decidiu fazer da área da cultura um “negócio de estado” (SIMIONI, 2013, p. 5-7). Assim, os modernistas, entre eles Mário de Andrade, alcançariam uma proeminência notável. Contemplado nacionalmente, esse movimento passa a ser exportado como “imagem do país”, uma nação miscigenada, culturalmente diversa e com uma natureza rica e exuberante. Talvez esteja aí uma das razões para a canonização e a consagração em torno do nome de Mário de Andrade (IDEM, p. 7-8), que tão bem soube expressar, nos termos literários e históricos do período, os antagonismos da formação cultural e antropológica brasileira.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mário de. **O movimento modernista**. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. **O Turista Aprendiz**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

_____. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

- BOTELHO, André. **De olho em Mário de Andrade:** uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, Fábio Almeida de. Mário de Andrade: Macunaíma e interpretação do Brasil. In: EUGÊNIO, João Kennedy; CARVALHO, F. A (orgs.). **Interpretações do Brasil.** Rio de Janeiro: E-papers, 2014, p. 321–329.
- DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rocco: Rio de Janeiro, 1987.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FACCHIN, Michelle. Mário de Andrade e o modernismo: percursos de um nacionalismo consciente. **Revista de Literatura, História e Memória**, v. 8, n. 11, p. 45-55, 2012.
- FARIA, Daniel. Barbosa Andrade de. Makunaima e Macunaíma. Entre a natureza e a história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 1-17, junho, 2006.
- _____. **O Mito Modernista.** Doutorado em História: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004, 297f.
- FORTE, Graziela Naclério. O projeto nacional dos modernistas. **Ponta de lança**, São Cristóvão, v. 2, n. 4, p. 27-38, abr./out. 2009.
- JARDIM, Eduardo. Modernismo Revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.
- LAFETÁ, João Luiz. **1930:** a crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- MICELI, Sergio. Mário de Andrade: a invenção do moderno intelectual brasileiro. IN: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil:** 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 160-173.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia Martins. Breve panorama do modernismo no Brasil - revisitando Mário e Oswald de Andrade. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 8, n. 11, p. 82-95, 2012.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. Mário de Andrade, leitor de Sívio Romero. In: EUGÊNIO, João Kennedy; CARVALHO, F. A (orgs.). **Interpretações do Brasil.** Rio de Janeiro: E-papers. 2014, p. 359-384.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação. **Perspective**, p. 1-17, 2013.
- SOUZA, Gilda de Mello e. **O tupi e o alaúde:** uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro:** Turunas e quixotes. Petrópolis: KBR, 2015.

ZEM EL-DINE, Lorena Ribeiro. **A alma e a forma do brasil:** O modernismo paulista em verde-amarelo (anos 1920). Doutorado em História das Ciências: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2017, 226f.

_____. Ensaio e interpretação do Brasil no modernismo verde-amarelo (1926-1929). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 450-468, mai./ago. 2019.

Diálogos entre História, poder e política: Uma reflexão através do estudo *A aprovação da lei do divórcio no Brasil (1977): os debates e as polêmicas através da revista *Manchete* (1975-1977)*

Dialogues between History, power and politics: A reflection through study *The approval of the divorce law in Brazil (1977): debates and polemics through the magazine *Manchete* in 1975*

Lauren Cavichioli Quissini

Mestranda em História

Universidade de Passo Fundo, UPF

lauren.quiss@gmail.com

Recebido em: 25/05/2021

Aprovado em: 12/07/2021

Resumo: Este artigo traz como objetivo central realizar um diálogo entre o estudo *A aprovação da lei do divórcio no Brasil (1977): os debates e as polêmicas através da revista Manchete (1975-1977)*, a partir das orientações de Ferreira (1992), Julliard (1988), Rémond (1996), Sirinelli (1993), Falcon (1997), Barros (2009), Bourdieu (2012) e Coutrot (1996). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem bibliográfica qualitativa, utilizando-se de 4 edições, respectivamente, dos meses de março, abril e maio de 1975, onde buscou-se analisar os discursos presentes nas reportagens sob a ótica das teorias dos autores citados. Os resultados indicam que através de críticas iniciadas desde 1929 pela Escola dos *Annales* e intensificadas na década de 1970, que a concepção de “político” começou a mudar, tornando-se motor das mudanças sociais, bem como o “poder” deixou de ser visto como sinônimo de Estado e passou a ser percebido nas relações mais íntimas do ser humano.

Palavras-chave: Divórcio; Política; Religião.

Abstract: This article's central objective is to conduct a dialogue between the study *The approval of the divorce law in Brazil (1977): debates and controversies through the magazine Manchete (1975-1977)*, based on the guidelines of Ferreira (1992), Julliard (1988), Rémond (1996), Sirinelli (1993), Falcon (1997), Barros

(2009), Bourdieu (2012) and Coutrot (1996). Methodologically, this is a research with a qualitative bibliographic approach, using 4, respectively, from March, April and May 1975, which sought to analyze the discourses present in the reports from the perspective of the authors' theories cited. The results indicate that through criticism initiated in 1929 by the Annales School and intensified in the 1970s, the concept of “politician” began to change, becoming an engine of social changes, as well as “power” ceased to be seen as synonymous with the State and came to be perceived in the most intimate relationships of human beings.

Keywords: Divorce; Policy; Religion.

Introdução

Desde seus primórdios em 1952, a revista *Manchete* (1952-2000) ficou conhecida pelo seu enfoque dado às fotografias (ABREU; BAPTISTA, 2010). Destinada ao grande público urbano, a revista se fez presente em ambientes como salas de espera de consultórios médicos e odontológicos. Assim, além de trazer temas que versavam sobre curiosidades da cultura brasileira, também foi responsável por registrar e comentar grandes acontecimentos nacionais e internacionais. No recorte temporal analisado, a revista contava com uma extensa equipe de profissionais, tendo ressaltado para a presença de Roberto Muggiati, que liderou as atividades entre 1975 e 1999 exercendo o cargo de diretor-editor. No setor de política, Murilo Mello Filho recebia destaque, sobretudo, na seção “Posto de Escuta”.

A delimitação temporal da pesquisa, situada entre os anos de 1975 a 1977, justifica-se por estar associada à efervescência nos debates encontrados na revista. A seleção das 4 edições insere-se num curto espaço de tempo em que houve a primeira votação em busca da aprovação do divórcio no Brasil e que, de imediato, já puderam ser observadas muitas das recomendações teóricas dos autores selecionados. Para além disso, a questão divorcista também ganhou enfoque, pois o ano de 1975 havia sido intitulado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher e o divórcio era um dos temas discutidos na pauta por todo o mundo. O ano de 1976 é identificado na pesquisa como um período em que os debates sobre o divórcio não ocorrem e o tema parece cair em esquecimento. Poucas vezes há menções sobre a questão. Geralmente, ele se apresenta em

abordagens feministas. Diferente disso, 1977 é o ano em que a aprovação do divórcio será realizada, portanto, os debates voltam a ocorrer nas páginas da revista.

Nesse sentido, conforme o historiador Eric Hobsbawm (1995), o século XX foi um período caracterizado por rápidas transformações, evidenciado pelas guerras mundiais, crises políticas-econômicas e também culturais. Em seu capítulo a “Era de Ouro”, em que aborda a “Revolução Cultural” ocorrida no período delimitado pelos anos de 1947 e 1973, o autor salienta que se fizeram presentes aceleradas e profundas transformações tecnológicas, sociais e culturais, principalmente no mundo ocidental. Sobretudo, esse cenário respingou em modificações intensas nas relações entre os sexos e gerações que passaram a rejeitar padrões sociais de regulação das decisões individuais da sociedade civil. Nesse sentido, Hobsbawm aponta para o fato de que a partir da segunda metade do século XX, a “Revolução Cultural” será sentida, principalmente, na organização familiar e no ambiente doméstico, logo porque, há um aumento no número de divórcios nos países de economia desenvolvida e que posteriormente seriam disseminadas para todo o resto o globo.

Observando esses dados, o historiador constatou que as décadas de 1960 e 1970, viriam a indicar uma “crise da família”, onde mudanças de paradigmas começavam a acontecer. As novas estruturas familiares passavam a ser constituídas por mães solteiras, filhos ilegítimos, meios-irmãos, casais homossexuais (estes impossibilitados de oficializaram-se), entre outros. Nesse contexto também se insere o Brasil, que segundo Mary Del Priore (2020, p. 185), vivenciava a presença de mulheres no trabalho das fábricas, lojas e escritórios, coincidindo com a ampliação, sobretudo, para as populações urbanas, de “possibilidades de acesso à informação, lazer e consumo”.¹ Aliado a esse movimento no trabalho, as mulheres veriam chegar à pílula, que possibilitou a elas “considerar sua sexualidade como fonte de deleite” (IDEM, p. 192). Diante dessas transformações, o movimento

¹ O presidente Costa e Silva, contudo, reagiu. Foi um dos primeiros a apoiar a encíclica na qual o papa Paulo VI condenava o controle governamental sobre a natalidade e só aceitava a abstinência sexual como método contraceptivo. O assunto não era unanimidade no seio do governo militar. Por um lado, “antinatalistas” reivindicavam um modelo de desenvolvimento que tinha na redução da natalidade um paradigma de país desenvolvido. Por outro, os “anticolonialistas” pregavam a “ocupação dos espaços vazios” e a importância de multiplicar brasileiros em todas as áreas do país. DEL PRIORE, Mary. Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020, p. 183.

feminista e os protestos *hippies* no Ocidente, por exemplo, abriam espaço para a contestação das ditas “verdades absolutas” e a criação de uma consciência pelos direitos sociais e políticos.

Em contrapartida às transformações sinalizadas no Brasil, posicionamentos conservadores aparecem no Congresso Nacional. Um desses exemplos é com relação a adoção da pílula anticoncepcional que em 1974, “não faltou deputado para argumentar que a pílula era a morte genética do homem” (IBIDEM, p. 195). No meio católico, vários documentos associando a pílula ao pecado seguiam bombardeando os fiéis. Enquanto a defesa à grande família era propagada, o aborto era condenado e a população pobre era a mais prejudicada, pois não tinha acesso às informações sobre planejamento familiar. Nesse contexto de emancipação feminina, as relações familiares foram sendo alteradas e assim “a modernidade parecia dispensar o casamento e a família de sua função histórica: garantir a sobrevivência da espécie” (IBIDEM, p. 200).

As explanações feitas acima fornecem o aporte para a compreensão do cenário em que se sucederam os debates em torno da questão divorcista. Em dezembro de 1977, a lei do divórcio foi aprovada, depois de quase 100 anos de luta, por meio do precursor da lei Nelson Carneiro² e por uma lista de senadores e deputados “divorcistas”. Entre os defensores da causa, haviam homens e mulheres que há anos esperavam por regulamentar a situação de um casamento que não havia dado certo. Sobretudo, adeptas(os) de movimentos sociais, tais como o feminismo, aparecem em alguns textos de reportagens, sempre evidenciando a igualdade de gênero e a importância do protagonismo feminino na tomada de decisões.

Todavia, na outra extremidade situava-se a Igreja Católica, sempre muito enfática em seus argumentos, lutando pela indissolubilidade do matrimônio e pela não destruição da família. Era assim

² Nelson de Souza Carneiro (1910-1996) foi eleito suplente de deputado pela Bahia na Assembleia Nacional Constituinte em 1945. Posteriormente, quando promulgada a Constituição no ano de 1947, assumiu uma cadeira. Ao ser eleito deputado federal em 1951 pelo estado baiano, começa a defender as ideias divorcistas. Mesmo não obtendo êxito nas eleições de 1954, é eleito pela Frente Popular, deputado federal pela Guanabara em 1958, 1962 e 1966, e senador pelo mesmo Estado, em 1970, e pelo Rio de Janeiro em 1978 e 1986, sempre filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Após, presidiu o Senado e o Congresso Nacional de 1989 a 1990. No dia 06 de fevereiro de 1996, faleceu no Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2010, p. 12).

que ela entendia os reflexos do divórcio. A revista *Manchete*, em matéria do dia 24 de maio de 1975, deu visibilidade aos ânimos antídorcionistas e divorcistas, entre eles, a força da Igreja Católica foi considerada significativa no que tange a influência que exerceu por meio de sermões pronunciados em todas as igrejas do país, juntamente com a parceria estabelecida entre muitos bispos e prefeitos na assinatura de cartas aos congressistas, dizendo que “todos os seus eleitores esperam que vote contra o divórcio” (MANCHETE, 24/05/1975, p. 15).

Em síntese, para que se compreenda acerca da temática pesquisada, será necessário o estabelecimento de algumas noções de proximidade entre política, poder(es) e religião. A teorização dessas relações será dividida num primeiro momento, por meio de uma explanação sobre as críticas levantadas à História Política, ligada ao Estado, a elite, ao indivíduo e aos poderes que emanavam deste cenário. Concomitante a isso, serão apresentados os pressupostos teóricos que guiaram essa História Política, dita factual e elitista, à uma renovação dos métodos e das perspectivas de estudo deste campo, vinculando-os às mais diversas formas de poderes. Em segundo momento, tendo como base os pressupostos teóricos anteriores, se buscará estabelecer reflexões entre o estudo intitulado *A aprovação da lei do divórcio no Brasil (1977): os debates e as polémicas através da revista Manchete (1975-1977)*³, concomitante às orientações de Bourdieu (2012) e Coutrot (1996).

História Política: Do Tradicional À Renovação

Durante todo o século XIX, a história política desfrutou de um grande prestígio. No entanto, as primeiras críticas a essa História partiram da França, sobretudo com a revista dos *Annales*, fundada em 1929 e com a criação da VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*, impulsionadas por Lucien Febvre e Marc Bloch. Conforme Ferreira, as primeiras críticas dos *Annales*⁴ vieram, em termos gerais,

³ Este artigo é resultado das pesquisas iniciadas para a dissertação em desenvolvimento, intitulada: *A aprovação da lei do divórcio no Brasil (1977): os debates e as polémicas através das revistas Manchete e Veja (1975-1977)*.

⁴ A partir de 1945, a história política tradicional foi o alvo predileto de diversas correntes teórico- metodológicas: *Annales*, marxismo (s), estruturalismo (s), quantitativismo (s) etc. (FALCON, 1997, p. 73). Para saber mais acerca das contribuições dessas correntes à História, consultar a obra: FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro

à caracterização dessa história, a qual guiava-se na direção de que “[...] era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante – que uma nova geração de historiadores desejava liquidar. Era chegada a hora de passar de uma “história dos tronos e das dominações para aquela dos povos e das sociedades” (FERREIRA, 1992, p. 266).

Dentro desse contexto de condenação da História Política, a partir da década de 1970, a concepção de “político” começou a mudar, deixando de ser visto como um simples reflexo do econômico e passou a ser analisado não só como uma instância autônoma em face a outras instâncias da sociedade, mas como um dos motores da mudança social. Nesse cenário, Jacques Julliard exerceu importância, pois fez parte de uma geração de historiadores franceses defensores da renovação da História Política, assim como René Rémond.

Ao encontro de Ferreira (1992), Julliard condenou os métodos utilizados para fazer esse tipo de história política tradicional, atentando para o fato de que esta “pereceu, vítima de suas más amizades” (JULLIARD, 1988, p. 181), embora carecesse de inovações para persistir. Por mais que em seu ponto de vista essa História escrita por muito tempo “[...] é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos e ignora o longo prazo [...]” (IDEM, p. 181), apesar de ter gerado trabalhos superficiais, nunca deixou de ser produzida.

Diante dessa situação e com o espírito de renovação do campo político, o historiador guia-nos a compreender as insuficiências dos métodos que estão sendo aplicados e a sua inviabilidade, manifestando-se no sentido de considerar-se que:

Ou bem existe, com efeito, uma natureza própria dos fenômenos políticos, que os limita à categoria dos fatos- simples espuma das coisas, espuma que se pode deixar de lado sem prejuízo -; ou bem, ao contrário, o político, como o econômico, o social, o cultural, o religioso, acomoda-se aos métodos os mais diversos, inclusive os mais modernos, e, nesse caso, é tempo de aplicá-los ao político (IBIDEM, p. 181-182).

Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-91.

Por esse ângulo de modificações dos métodos, Julliard enfatiza a importância do olhar historiográfico para a ciência política. Essa, ainda jovem para a época, estava desenvolvendo pesquisas de fôlego, o que possibilitava o uso de seus instrumentos e análises de pesquisas para a aplicabilidade no estudo do político. Pensando numa “história total” defendida pelos *Annales*, o historiador considera que deve haver uma relação de fragmentos de explicações para que resulte em uma interpretação total. Para tanto, indica-se uma pesquisa em prazo, isto é, “desenvolver a atualidade em profundidade” (IBIDEM, p. 186). Em sua defesa no estudo da política, aponta que a única maneira de se atingir a compreensão entre as relações coletivas, é a temporalidade de longo prazo, a fim de reconhecer não apenas as permanências, mas as mudanças em curso.

René Rémond, em direção aos argumentos de Julliard, esmiúça seus pressupostos com relação ao espaço do campo político, destacando que “nada seria mais contrário a compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios” (RÉMOND, 1996, p. 444). A partir da argumentação do autor, é possível inferir a relação condenada, no momento, entre poder e política. O político seria quase o sinônimo de Estado, e estaria reduzido a isto. Entretanto, ao refutar essa associação, Rémond deixa claro que este “se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata, ora encolhe o campo do político” (IDEM p. 444).

Dentro dessa mesma teorização sobre as definições de campo político, insere-se Francisco Falcon. Para ele, “História e poder são como irmãos siameses – separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível” (FALCON, 1997, p. 61). Essa relação estreita definida entre História e Poder, adveio da terceira geração dos *Annales*. Em prol de uma renovação do estudo do político, buscou-se bases de sustentação teórica fora das linhas historiográficas⁵. Diante

⁵ Tocqueville, Arendt, Weber, sobretudo, diretamente ou via Aron, foram esses os esteios. Na mesma linha de preocupações, insere-se o fenômeno da redescoberta, relativamente recente, das obras de Norbert Elias, um weberiano que permanecera ignorado por várias décadas e que veio a merecer estudos e citações copiosas de Roger Chartier e de Jacques Revel (FALCON, 1997, p. 81). Para além dessas influências, o autor destaca a importância das novas correntes marxistas. Menciona-se o uso de alguns conceitos gramscianos, como - hegemonia, bloco histórico, dominação versus direção, intelectuais tradicionais e orgânicos – e althusserianos – autonomia relativa, sobredeterminação, determinação em última instância, aparelhos ideológicos de Estado. Já, na área antropológica, os trabalhos de Geertz (1973), Sahlins (1985),

disso, a Nova História abriu-se para “concepções novas e variadas a respeito de temas pouco frequentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não-políticas, as práticas discursivas” (IDEM, p. 81-82).

Para Barros, essa nova ótica que foi se impondo gradualmente em torno da noção de “poder”, passou a representar “aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante” (BARROS, 2009, p. 149). Desse modo, a partir daí surgem novos sentidos para se entender a História Política. Se antes ela estava ligada ao poder estatal e aos grupos dominantes, agora os objetos dessa História passam a ser atravessados pelos desdobramentos do “poder”, encontrados em nível micro, e evidenciadas, sobretudo, pela História do Discurso e do Imaginário.

O trabalho com o “discurso”, entendido por Barros como o estudo das próprias fontes que emanam seus discursos, exige do historiador um olhar atento e detalhista na definição de métodos que possam auxiliá-lo na decifração dos textos. A necessidade disso explica-se pelo fato de os discursos estarem presentes “nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados” (IDEM, p. 155). Considera-se, nesse sentido, a complexidade das relações humanas, as quais constituem-se como sinônimos de poder/discursos.

De modo semelhante ao citado anteriormente, a História do Imaginário tem a função de construir relações/ligações através de imagens, símbolos, mitos e rituais existentes, a fim de compreender os universos da “vida social, econômica, política, cultural e religiosa” (IBIDEM, 2009, p. 158). Esses “imaginários”, estão vinculados aos “imaginários políticos”, nos quais visualizam-se os poderes imbricados nas próprias relações sociais, objetos de investigação histórica.

Contudo, dentro dessa lógica faz-se necessário salientar ainda, as conexões existentes entre a História Política e a História Cultural. Essa interdisciplinaridade entre os dois campos, traz à tona um novo quadro conceitual identificado como “Cultura Política”. Assim, a ampliação dos leques de

L. Dumont (1966 e 1977), Balandier (1980), Clastres (1974), etc, ofereceram novas possibilidades teóricas para os historiadores do poder e da política (FALCON, 1997, p. 82-83).

pesquisa do historiador deve atentar-se para a definição do próprio conceito, o qual “estabelece uma ponte entre os sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, suas práticas, seus discursos, suas representações políticas” (IBIDEM, p. 153).

Entendido o conceito de “Cultura Política”, faz-se necessário analisá-lo na perspectiva da história do tempo presente, evidenciado pela renovação do político. Conforme define Sirinelli (1993, p. 27), “*el estudio de la historia proxima era practicado desde hacia bastante tiempo, incluso antes de su reconocimiento institucional y del de la profesión, por algunos historiadores, especialmente em el ámbito de la historia politica*”. O autor, deixa claro em sua referência que a história do tempo presente não é novidade entre os historiadores. No entanto, o que se quer questionar ao trazer essa informação é: como se pode, em termos metodológicos, tratar um acontecimento histórico ou mesmo analisar as culturas políticas, sem um espaço de tempo significativo? Nas palavras do autor, esse recorte de tempo curto entre o analista e o contexto a ser analisado pode acarretar em “*conclusiones opuestas*” e, conseqüentemente “*prejuicio científico*” (IDEM, p. 31). Esses prejuízos advêm, em boa parte, não só pelas memórias do historiador, mas de toda a coletividade que o rodeia. Todavia, para que a história do tempo presente não seja associada a um simples fragmento no curso da História, é essencial que o historiador delimite um espaço de tempo suficiente para analisar as representações sociais, as quais sugerem uma base profunda de pesquisas, para resultarem em respostas satisfatórias/coerentes às problemáticas do tempo presente.

Poder, Política E Religião: Os Discursos Antecedentes Ao Divórcio Nas Páginas De *Manchete*

Em busca de relacionar o estudo *A aprovação da lei do divórcio no Brasil (1977): os debates e as polémicas através da revista Manchete (1975-1977)*, com a renovação da História Política, utilizar-se-á das teorizações dos autores indicados acima, concomitante às recomendações de Bourdieu (2012) e Coutrot (1996). O primeiro autor, fornecerá os aportes teóricos para o pensar nas relações de poder simbólico encontradas na pesquisa. Já o seguinte, abarcará acerca da vinculação existente entre

política e religião, levantamento sumamente importante para o entendimento dos debates em torno da Igreja e do Estado, delimitado de 1975 a 1977.

A imprensa como fonte para o conhecimento histórico, nem sempre foi bem aceita. Ainda na década de 1970, eram poucos os trabalhos realizados por meio dela. Essa situação proveio, segundo Tânia Regina De Luca (2005, p. 112), devido a relutância que se teve durante o século XIX e XX do ideal de busca da verdade dos fatos. O historiador deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Diante disso, esses pressupostos giravam em torno dos métodos empregados pelos historiadores, onde apelavam para o fato de que “o historiador precisava de uma distância no tempo para poder analisar ‘objetivamente’, sem paixões, o seu objeto de estudo” (ABREU, 2008, p. 7-8). As fontes utilizadas por estes pesquisadores eram os arquivos escritos, portanto, as únicas reconhecidas como legítimas.

Apesar da importância atingida pela escola dos *Annales* em 1929, esta “não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa” (DE LUCA, 2005, p. 112). Portanto, esse cenário fora modificado, sobretudo, com as contribuições de outras áreas do conhecimento, a citar, a Sociologia, Psicanálise, Antropologia, Linguística e Semiótica, concomitante a revolução temática, o fortalecimento da História Cultural além de uma renovação teórica das correntes de pensamento como o marxismo, que respaldaram em reflexões sobre as práticas metodológicas realizadas até então e alteraram, por conseguinte, a prática historiográfica (IDEM, p. 112).

Atualmente, nota-se uma significativa popularização da imprensa como fonte de conhecimento histórico em trabalhos acadêmicos, sejam eles trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. A utilização desse tipo de fonte fornece ampla gama de possibilidades interpretativas, pois pode-se realizar tanto uma análise diária das publicações, como semanais ou mensais. Nesse sentido, metodologias específicas para cada caso oferecem legitimidade ao estudo, permitindo-se atentar para os discursos implícitos nas formas de escrever, na priorização ou ausências de tais assuntos, enfoques e contextos em que estão inseridas as publicações. No caso da

fonte *Manchete* escolhida para a dissertação em desenvolvimento, notou-se que o assunto “divórcio”, levando em consideração o contexto de discussões em torno do assunto, foi motivo de grandes debates nas fontes. Nesse sentido, a pesquisa requer atenção, crítica e, principalmente, a compreensão dos discursos presentes nos conteúdos veiculados, para que se possa fornecer uma interpretação contextualizada (as publicações e os debates encontram-se em cenário de ditadura militar) e de qualidade científica.

A delimitação temporal da pesquisa (1975- 1977) enquadra-se na perspectiva da história do tempo presente, bem explicitada por Sirinelli (1993). O autor atenta para o cuidado em busca de não se fazer uma história fragmentada/descontextualizada (fato pelo fato), abarcando um tempo curto. Desse modo, os apontamos de Julliard (1988, p. 186) “desenvolver a atualidade em profundidade”, isto é, trabalhar seu objeto de pesquisa em longo prazo, considerando que a compreensão do político e de sua natureza não são isolados, “[...] não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios” (RÉMOND, 1996, p. 444), fornecem uma teorização ampla e concisa para o pensar no momento da escrita.

Como campo próximo da história política, a história do tempo presente, exige do historiador um certo distanciamento de seu tempo, pois não se poderá misturar a história com a memória. Todavia, para que esta última não se faça presente, uma leitura crítica e abundante é necessária. Já, no que concerne ao distanciamento, ele é imprescindível à compreensão de fatos que ainda não foram consolidados. Sobretudo, a história do tempo presente deve ser executada através de um rigor metodológico (discursivo, conteudista e etc.), o qual facilitará uma interpretação de credibilidade e legitimará uma interpretação científica profunda/contextualizada do conhecimento histórico.

Por meio da renovação da pesquisa historiográfica iniciada em 1929 e seguida na década de 1970 com a mudança na concepção de “político”, o qual deixou de ser visto como um simples reflexo do econômico e passou a ser visto como um dos motores da mudança social, ocorreu aos historiadores o repensar nos temas de suas pesquisas. Dito isso, a temática *A aprovação da lei do divórcio no Brasil (1977): os debates e as polêmicas através da revista Manchete (1975-1977)*, pode ser citada como

exemplo dessas renovações historiográficas. Para uma compreensão maior do estudo, em primeiro lugar, será necessário folhear as páginas da revista *Manchete* e, pesquisar profundamente sobre seus donos e vinculações, posições políticas e antagonismos. Posto isso, será preciso entender o contexto em que estava inserida a lei do divórcio, elevando esses estudos a um período anterior à aprovação da lei (1975-1976).

A partir daí, compreendendo-se acerca dos posicionamentos existentes entre parlamento e Igreja Católica nesse período, as repercussões na sociedade civil serão os respaldos das discussões acirradas entre estes dois poderes, oferecidos em forma de revista para que todos possam ler/entender (guardados as condutas manipuladoras de cada fonte de informação) o que estava ocorrendo. Assim sendo, em primeiro lugar, observa-se a já citada renovação nas fontes de pesquisa. Em segundo plano, pode-se citar a relação entre Igreja/Política/sociedade civil, como uma nova ótica que foi se impondo gradualmente em torno da noção de “poder”, passando a representar “aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante” (BARROS, 2009, p. 149).

Dentro dessa nova noção de “poder”, destacam-se nas fontes de imprensa analisadas os posicionamentos de mulheres escritoras que militaram em suas matérias em prol da luta pelos direitos femininos, buscando chamar a atenção das mulheres para que se despertassem para agir em grupo. Nesse sentido, os discursos presentes nas matérias evidenciam uma relação estreita entre direitos femininos, política e poder. Como bem explicita Falcon (1997) sobre a abertura ofertada pela nova história, em que se pode recorrer às práticas discursivas, elas podem ser percebidas através de um diálogo de Nelson Carneiro, o precursor da lei do divórcio:

No começo a mulher era adversária do divórcio. Hoje ninguém o reivindica mais exaltadamente do que ela, pois o caráter mutilador do desquite, a independência financeira feminina, e o conhecimento psicológico de que os motivos emocionais que levam à união podem mudar tão radicalmente que a tornem destruidora e insuportável (MANCHETE, 01/03/1975, p. 20).

Nesta explanação, como bem se vê, há um estreitamento entre a crença no poder feminino que, sobretudo, poderá, através de suas reivindicações, vir a mudar a situação do desquite causadora de defasagens pessoais e familiares, levando-as a lutar pela causa divorcista. Outrossim, as relações familiares tornam-se conhecidas dos historiadores, e no caso desta pesquisa, campo frutífero para se entender, a partir das caracterizações familiares do período em estudo, as próprias reivindicações no plano político. Consideravelmente, o interesse das mulheres pela causa fora impulsionado por Nelson Carneiro, pois desde o início de sua trajetória, trouxe à tona os problemas familiares que chegavam na prática advocatícia, dando enfoque aos prejuízos em que as mulheres estavam expostas. “Este que fora deputado federal a partir de 1947 (senador em 1971, cadeira que ocupou até 1985), em 1952, apresentou uma proposta para retirar a expressão ‘vínculo indissolúvel’ da Constituição, que foi rejeitada” (DE FÁVERI, 2007, p. 340). A partir daí, não foram poucas as discussões que se traçaram acerca de emendas e projetos que antagonizavam-se entre aqueles que defendiam ser direito do Estado trabalhar em prol das leis e aqueles que lutavam pela presença da religião na burocracia. Depois de ser eleito em 1971 senador da República, Carneiro retoma com mais força o projeto da emenda divorcista, resultando em 1977 na sua aprovação.

A visualização das novas noções de “poder”, trazem à tona as relações íntimas entre religião e política, perceptíveis durante as pesquisas nas fontes de imprensa. Entretanto, Coutrot (1996) salienta que, durante muito tempo, essas ligações foram desprezadas pela história do político, pois esta se interessava pelas relações entre Igreja e Estado e pelos períodos de crise. A mudança nessas concepções proveio, em primeiro lugar, pelo notável desenvolvimento da história religiosa e num segundo momento, pelo desenvolvimento da sociologia religiosa. Passou-se a partir daí a entender-se que a história da religião não tinha somente vínculos com o meio eclesiástico, mas estendia-se a todos os domínios da vida religiosa, presentes nas expressões culturais e sociais em transformação.

Convergindo com a argumentação da autora que tem afirmado que a vida da igreja e das crenças cristãs “difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem, mas pregam uma moral individual e coletiva a ser aplicada, o que torna um dever de

consciência para os fiéis se submeter a eles” (COUTROT, 1996, p. 334), podem ser observadas na matéria do dia 5 de abril de 1975, entrevista com o deputado relator da Comissão Mista, Cid Furtado (contrário ao divórcio), acerca do divórcio, legitimando sua justificativa, assim:

[...] as consequências do divórcio, em termos de dissolução da família, infelicidade dos cônjuges que se divorciam, angústias e traumatismos dos filhos e todo um cortejo de males têm sido apontados em todo o mundo, exaustiva e abundantemente, por sociólogos, psicólogos, magistrados, pensadores, historiadores e religiosos (MANCHETE, 05/04/1975, p. 16).

O embasamento de seu posicionamento situou-se nos ensinamentos da crença cristã que implicitamente trazia consigo a ideia da indissolubilidade do casamento, identificando a força da moral religiosa na sua própria consciência. Outro exemplo que segue as prerrogativas apresentadas acima pela autora foram as discussões levantadas uma semana antes da votação da primeira emenda do divórcio, pelos antidivorcistas, que sugeriram uma votação para decidir se o voto deveria ser nominal ou secreto. A matéria descreve que segundo a posição de observadores se o voto fosse secreto, a emenda alcançaria sem dificuldades o quórum necessário. Entretanto, caso fosse nominal o quórum também seria alcançado, mas com um pouco mais de dificuldade. Finaliza-se a matéria com a descrição de Nelson Carneiro, onde percebe-se tranquilo na sua explanação: “O voto secreto resguardaria os parlamentares de pressões excessivas ou intoleráveis, mas com o voto secreto ou o voto nominal, espero que a emenda seja aprovada” (MANCHETE, 17/05/1975, p. 20).

As “pressões” referidas por Carneiro estavam vinculadas à Igreja Católica, pois esta esteve presente no parlamento exercendo seu poderio sobre seus adeptos, os quais tinham certa relutância em ir de encontro à moral religiosa, caso o voto não fosse secreto. O movimento frequente de influências, exercidos por meio de sermões pronunciados em todas as igrejas do país, juntamente com a parceria estabelecida entre muitos bispos e prefeitos na assinatura de cartas aos congressistas, dizendo que “todos os seus eleitores esperam que vote contra o divórcio”(MANCHETE, 24/05/1975, p. 15), deixa-nos em evidência a compreensão de que nas palavras de Coutrot (1996, p.

336) “os cristãos adquirem um sistema de valores muito profundamente interiorizado que subentende suas atitudes políticas”.

As relações estabelecidas entre a Igreja e a política, podem ser caracterizadas, segundo a perspectiva de Bourdieu (2012, p. 9), como “sistemas simbólicos”, isto é, “instrumentos de conhecimento e de comunicação, que só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. Nesse sentido, esses “poderes” estando na própria estrutura social, apesar de não serem materializados e visíveis aos olhos, se constroem a partir da integração social, respaldando na integração moral.

Imbricados na vida cotidiana e perceptíveis a olhares atentos, os poderes simbólicos estavam presentes, como se viu nos posicionamentos antidivorcistas em 1975. A atitude de temor ao posicionamento da Igreja e sentirem-se confortáveis e “livres” com a possibilidade de o voto ser secreto, possibilita-se dar um indicativo de que havia um poder transparente, porém existente que buscava “cumprir a sua função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) [...] (IDEM, p. 11).

Em síntese, as relações simbólicas de poder, podem ser evidenciadas no decorrer da dissertação de modos diversos e constantes. Para citar ainda, as lutas femininas por seus direitos nesse período, a defesa enfática de Nelson Carneiro à causa divorcista; as relações/discussões presentes entre os membros de cada partido no período (ARENA e MDB); os discursos mantidos entre o clero católico; as manifestações religiosas antidivorcistas; os posicionamentos em prol do divórcio, etc, constituem somente uma pequena parcela de relações sociais onde uma ampla gama de poderes está latente com a mesma eficácia do capital simbólico objetificado (cetro, espadas, trajes, etc.).

Considerações Finais

Buscou-se aqui, por meio de historiadores/teóricos importantes, teorizar o tema da pesquisa dissertativa em desenvolvimento, estabelecendo algumas reflexões acerca das próprias fontes selecionadas para tal estudo, através de uma pesquisa de abordagem bibliográfica qualitativa.

Desse modo, constatou-se que fora a partir do processo de condenação da História Política, que novos temas e formas de se fazer pesquisa modificaram-se. Esse processo de crítica, iniciado em 1929 com a Escola dos *Annales* e depois contínuo na década de 1970, em que a concepção de “político” começou a mudar deixando de ser visto como um simples reflexo do econômico e passando a ser analisado não só como uma instância autônoma em face a outras instâncias da sociedade, mas como um dos motores da mudança social, foram os responsáveis por trazer à tona novos aportes metodológicos ao historiador.

As novas metodologias/concepções teóricas possibilitaram ao pesquisador identificar em seus estudos do político não só o poder estatal, mas um multifacetado campo de poderes fragmentados e imbricados na vida cotidiana nas relações de uns com os outros. Os desdobramentos do poder, permitiram que as análises históricas fossem repensadas em profundidade, estudando as relações humanas como sinônimos de poder, as quais emanam discursos que possibilitam compreender os universos da vida social, econômica, política, cultural e religiosa.

Dentro desse processo, no estudo das discussões acerca de *A aprovação da lei do divórcio no Brasil (1977): os debates e as polêmicas através da revista Manchete (1975-1977)*, fizeram-se presentes todos os apontamentos teorizados na primeira parte do artigo. Esses pressupostos, sobretudo, proporcionaram a ampliação dos enfoques interpretativos no que concerne às relações políticas de poder entre parlamento/Igreja/sociedade civil, evidenciadas nas fontes, os quais servirão para guiar teoricamente as análises das próximas fontes a serem analisadas. Considerou-se, finalmente, que ao se estudar o campo político, é preciso atentar-se para as relações humanas discursivas ali presentes, as

quais inseridas em “sistemas simbólicos”, fazem parte da estrutura da sociedade e o estudo dessas integrações são os objetos essenciais do conhecimento histórico.

A partir desse ponto, constatou-se que a revista *Manchete* buscou dar visibilidade tanto aos argumentos pró-divórcio, quanto aos posicionamentos contrários à lei até o momento das análises concluídas. Houve o enfoque nos discursos de defesa de Nelson Carneiro, com matérias extensas, apresentando as justificativas na defesa do divórcio, principalmente, salientando os preconceitos a que muitas mulheres e filhos sofriam pelo desquite. Em contrapartida, a Igreja também ganhou espaço e diante disso, explanava seus preceitos religiosos em defesa da família. Por fim, cabe dizer que através do cruzamento das reportagens e da fundamentação teórica, foi possível observar nitidamente os contornos dos campos da política e da religião, elementos de importância significativa para a compreensão do fenômeno do divórcio no Brasil.

Fontes e bibliografia

1. Fontes periódicas

Manchete, Rio de Janeiro (01/03/1975; 05/04/1975; 17/05/1975; 24/05/1975).

2. Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. **A imprensa em transição**. O jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ABREU, Karen Cristina Kraemer; BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. **Revista Científica Plural**. Tubarão, n. 4, jul, p. 1-23, 2010.

A GUERRA do divórcio. **Manchete**, nº 1204, 17 maio. 1975, p. 20-21.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. **Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

ALMEIDA, Narceu de. O dia em que o congresso disse não ao divórcio. **Manchete**, nº 1205, 24 maio. 1975, p. 12-15.

ATENÉIA, Feijó; PACHECO, Tânia; GOUVEIA, Carlos Augusto. Divórcio: sim ou não? **Manchete**, nº 1193, 1 mar. 1975, p. 20-21.

BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso, e do imaginário político. **Revista de Educação**. Cascavel, v. 4, n. 7, jan/jun, p. 147-162, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 7-16.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 331-364.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**. Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-69.

FÁVERI, Marlene De. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa (2007). **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 1, jan/jul, p. 335-357, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FILHO, Manoel Pompeu; OLIVEIRA, Adão; GALEAZZI, Marlene. O divórcio não passará. **Manchete**, nº 1198 de 5 abr. 1975, p. 14-17.

HOBBSAWM, Eric. **Era Dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**. Novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 441-454.

SIRINELLI, Jean-François. El retorno de lo político. **História Contemporânea**. Bilbao: Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibertsitatea, v. 9, n. 9, p. 25-36, 1993.

A categoria *Amefricanidade* como relação de estudo da identidade, memória e espaços de fronteira

The *Amefricanity* category as a relationship for the study of identity, memory and border spaces

Bárbara Galli de Oliveira

Mestranda em História

Universidade de Passo Fundo (UPF)

barbaragallideoliveira@gmail.com

Recebido em: 11/10/2021

Aprovado em: 16/11/2021

Resumo: O estudo sobre o processo histórico, cultural e simbólico dos indivíduos e seus grupos nos remete para uma grande questão: qual caminho orienta nosso projeto de sociedade? Essa pergunta inscreve um duplo movimento para esse artigo. Primeiro, analisar a categoria político-cultural da *Amefricanidade*, delineada por Lélia Gonzalez, e seu potencial epistemológico para reorientar a criação de uma nova compreensão da experiência vivida por negros(as) nas Américas e, à vista disso, contribuir para edificação de um campo crítico e inovador. Esse trabalho foi, metodologicamente, realizado a partir de uma revisão bibliográfica da obra “A categoria político-cultural de *Amefricanidade*” em conjunto ao campo teórico de análise das identidades, memória e espaços de fronteira considerando os conceitos de recíproca, alteridade e reciprocidade. Como resultado, ao investigar os pensamentos de Lélia Gonzalez, é clara a sua importância e atualidade como intérprete do Brasil.

Palavras-chave: *Amefricanidade*; Identidade; Memória; Espaços de Fronteira.

Resumen/Abstract: The study of the historical, cultural and symbolic process of individuals and their groups leads us to a big question: which path guides our project of society? This question inscribes a double movement for this article. First, to analyze the political-cultural category of Africanity, outlined by Lélia Gonzalez, and its epistemological potential to reorient the creation of a new understanding of the experience lived by black people in the Americas and, in view of this, contribute to the building of a field critical and innovative. This work was methodologically carried out from a bibliographical review of the work “The political-cultural category of Amefricanity”

together with the theoretical field of analysis of identities, memory and border spaces considering the concepts of reciprocal, alterity and reciprocity. As a result, when investigating Lélia Gonzalez's thoughts, her importance and relevance as an interpreter in Brazil is clear.

Palabras clave/Keywords: Africanity; Identity; Memory; Frontier Spaces.

Introdução

A produção e interpretação de análises sobre o cenário social latino-americano perpassa por situações de exclusão e discriminação racial e de gênero a que estava submetida a diáspora africana. Lélia Gonzalez, com a categoria político-cultural de *Amefricanidade*, realiza uma articulação para desmascarar as estruturas de dominação a partir do questionamento do mito da democracia racial e do pensamento eurocêntrico.

Portanto, tomando por base essa categoria, o presente artigo tem como objetivo analisá-la e afirmá-la como potência epistemológica para reorientar os estudos sobre o pensamento social brasileiro, ampliando os saberes científicos a fim de compreender os impactos sociais destas descobertas, bem como apresentar possibilidades de associação da categoria *Amefricanidade* com diversos campos de estudo, como as leituras aqui realizadas sobre identidade, memória e espaços de fronteira.

Um estudo sobre *Amefricanidade*

Lélia Gonzalez, feminista e militante antirracista, é uma intelectual muito expressiva na história política do Brasil e que logrou êxito em interpretar o país a partir de uma perspectiva anticolonial e de crítica ao viés eurocêntrico levando em consideração as complexidades de um país composto por bases raciais, patriarcais, com um capitalismo dependente e, conseqüentemente, com diversos graus de desigualdade.

Com efeito, toda a obra de Lélia Gonzalez será uma tentativa de compreender o Brasil a partir de uma perspectiva de mulher negra que se debruçou sobre análises

da formação do capitalismo brasileiro com recorte racial, denunciou e desconstruiu o mito da democracia racial, questionou o feminismo branco eurocêntrico e reivindicou os feminismos negros, se vinculou a uma visão afrocentrada da realidade brasileira e da diáspora africana nas Américas. (SANTOS, 2020, p. 53).

Conforme nos demonstra Angela Figueiredo (2020, p. 14), atualmente, a experiência pessoal/vivida/compartilhada surge como base fundamental da epistemologia feminista negra. O que nos remete ao conceito de protagonismo feminino negro e a categoria de empoderamento com a utilização de “contribuições femininas e feministas negras, como Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, dentre outras”:

Como pensar na existência de um conhecimento que não esteja voltado para a compreensão de dinâmicas sociais que perpetuam as desigualdades e asseguram privilégios para uma minoria? Como aceitar e, de certo modo, reproduzir conceitos e teorias que em nada nos ajudam em termos de construir uma ciência comprometida com a transformação social. Então, foi exatamente a partir desses desafios, resultantes de uma realidade que se impõe e desafia a estagnação dos conceitos e teorias que essa geração de feministas negras tem reagido, criado um constante diálogo dentro e fora da academia (IDEM, p. 10-11).

Nessa lógica de comunhão entre teoria e política útil, encaixa-se o conceito de interseccionalidade que propõe uma dupla ruptura epistemológica, transformando o senso comum e a ciência para criação de um conhecimento que seja prático e esclarecido. De modo que passa a reconhecer as conexões entre discursos e identidade como o capitalismo, o racismo, o colonialismo, os gêneros, a sexualidade e etc., resultando na atual epistemologia insubmissa feminista negra que rompe com as desigualdades naturalizadas por esse senso comum e busca recuperar os discursos dos movimentos sociais (IBIDEM, p. 12-17).

Posto que a produção intelectual de Gonzalez tem íntimo paralelo com a teoria psicanalítica, sendo uma importante característica de suas críticas ao poder colonial. A peculiaridade do diálogo com a psicanálise exerce influência em sua forma de operar a direção do pensamento com o ativismo, fazendo com que suas influências em Frantz Fanon, Freud e Lacan lhe auxiliassem para

desvendar os danos psicológicos causados pelo racismo, a colonização e a alienação dos subalternizados (GONZALEZ, 1984, p. 224-225).

A autora percebe a necessidade de aproximar a desigualdade racial e social brasileira, que ela observa serem exclusivamente brancas e europeias, operando uma denegação das nossas origens indígenas, latinas e africanas. É assim que ela identifica que voltar-se contra negros é denegar, no sentido freudiano, nossa *Amefricanidade*.

Essas críticas aguçadas, que são marcas de seu trabalho, buscavam demonstrar o racismo como um princípio organizador da sociedade a partir da lógica de que o colonizador ocidental seria hierarquicamente superior e, por conseguinte, inferiorizando tudo o que lhe era diferente (SANTOS, 2020, p. 54).

A autora parte da estratégia dos países europeus sob suas colônias para verificar a internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados, concluindo que essa opressão se manifesta sob duas faces: o racismo aberto e o racismo disfarçado (GONZALEZ, 1988, p. 72).

O primeiro, racismo aberto, característico da colonização anglo-saxônica, detinha como inadmissível a miscigenação, uma vez que a articulação reafirmava a “pureza” e “superioridade” do grupo branco, o que culmina na institucionalização de uma segregação racial explícita estabelecida por essa racionalidade racista de supremacia branca, tendo como maiores exemplos a África do Sul e os Estados Unidos da América. Segundo a autora, os efeitos do racismo sofrido reforçaram a identidade racial, “é justamente a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado ‘inferior’” (IDEM, p. 72-74).

De outro lado, no racismo por denegação, advindo mais de origens de colonização ibérica, prevaleceram “teorias” da miscigenação, assimilação e “democracia racial”, como é o caso identificável na América Latina. Lélia Gonzalez sustenta que é pelo modo operacional desse tipo específico de racismo que se constitui uma forma mais eficaz de alienação dos discriminados. Tal se

daria justamente pela formação das sociedades ibéricas, herdeiras históricas das ideologias e técnicas jurídico-administrativas de segregação racial e de gênero (IBIDEM, p. 72-73).

Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei, assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue", como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (IBIDEM, p. 73).

A partir dessas formulações, torna-se central o conceito de colonialidade do poder retomado por Anibal Quijano, o qual retrata as formulações acima demonstrando que “a raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo” onde “a diferença entre conquistadores e conquistados foi codificada a partir da ideia de raça. Esse padrão de poder não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento.” (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 17).

Percebe-se, pois, um jogo de inversões do qual depende a opressão colonial, denominado de eurocentrismo: para afirmar-se no poder, os colonizadores precisam dominar não apenas os corpos, mas sobretudo o imaginário de cada povo dominado, atribuindo valor simbólico ao europeu branco, naturalizado como quem tem o direito de ocupar o lugar de dominação, e destituindo de valor simbólico todo não branco que fica destinado à subalternidade. Assim se constitui um duplo mecanismo, a afirmação da superioridade do colonizador e a alienação do colonizado.

Diante disso, Lélia Gonzalez passou a refletir sobre uma categoria de pertencimento que abrangesse a realidade histórica e cultural dos negros nas Américas mesmo antes da invasão colonial, bem como a postura político-ideológica imperialista dos Estados Unidos da América na região.

É a partir dessas duas inquietações que a autora desenvolve o artigo *A categoria político-cultural de Amefricanidade* publicado na Revista Tempo Brasileiro no ano de 1988, onde elabora uma perspectiva da história dos(as) africanos(as) da diáspora propondo o termo *Amefricanos* para designá-los:

As implicações políticas e culturais da categoria de *Amefricanidade* ("*Amefricanity*") são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, lingüístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em conseqüência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de *Amefricanidade* está intimamente relacionada àquelas de *Panafricanismo*, "*Négritude*", "*Afrocentricity*" e etc. (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Portanto, a *Amefricanidade* estaria geograficamente referenciada em todo continente americano e suas ilhas, importando na criação de uma nova dinâmica cultural afrocentrada de constante adaptação, reinterpretação e resistência, ultrapassando uma possível visão idealizada da África, uma vez que a categoria se propõe a realizar um processo histórico de reconstrução da identidade americana de raiz africana. Como resultado, contribuindo para a criação de uma linguagem de entendimento da realidade e afirmação de um novo sujeito (IDEM, p. 76-78).

Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a *Améfrica*, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. (IBIDEM, p. 77).

Nada obstante, tantas identificações entre os *amefricanos* de toda a América, o racismo, como vivência coletiva e pessoal foi um fator de unidade que atravessa os(as) negros(as) da diáspora. Nas palavras de Lélia Gonzalez (1988, p.77):

Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o *racismo*, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades.

Como efeito do desenvolvimento da categoria, a autora propõe que sejam abandonadas as reproduções do imperialismo, sem que se perca a consciência das dívidas e dos fortes laços com a África, passando-se a reafirmar as particularidades da experiência na América e tornando-se *amefricanos*.

Essa perspectiva da *Amefricanidade* instaura uma nova reflexão sobre a construção dos sujeitos e do próprio conhecimento, configurando novos conceitos sobre o mundo e, conseqüentemente, sobre o seu potencial epistemológico.

Conforme Patrícia Hill Collins expõe, muitas relações de poder condicionam a epistemologia:

A epistemologia investiga os padrões usados para avaliar o conhecimento ou o motivo pelo qual acreditamos que aquilo em que acreditamos é verdade. Longe de ser um estudo apolítico da verdade, a epistemologia indica como as relações de poder determinam em que se acredita e por quê. (COLLINS, 2019, p. 402).

Assim, aquele modelo hegemônico composto pelo sujeito de origem europeia, do gênero masculino, branco, cristão, heteronormativo e proprietário que gera hierarquização dos seres humanos é questionado a partir da epistemologia *Amefricana*, mediante uma nova abordagem sobre a condição do sujeito na produção do conhecimento, considerando que “a história, a geografia, a cultura e a linguagem da diáspora nas Américas poderiam ser a senha para instituição de uma ontologia e uma episteme do(a) negro(a) na diáspora. Em uma palavra, uma abordagem que tivesse o condão de formar um novo *ethos*” (SANTOS, 2020, p. 58).

Lélia Gonzalez, então, explica a importância da cultura como um dispositivo de luta contra o racismo e a colonialidade, uma vez que essa era a negação da história do povo e vem a renascer como a afirmação.

Com *Amefricanidade* Lélia Gonzalez vai a um só tempo, por um lado, afirmar o processo histórico e cultural da diáspora africana nas Américas negado pelo colonialismo como fator de dominação e reinstatui-lo como fator de unidade, resistência e emancipação e, por outro lado, inscrever ontologicamente o(a) sujeito(a) diaspórico(a) como sujeito(a) não da modernidade/colonialidade, mas um(a) sujeito(a) anticolonial, autorreferenciado(a) em seu coletivo, emancipado(a) a partir das bordas. (...) Nesse sentido, *Amefricanidade*, na nossa avaliação, pode ser compreendida como uma epistemologia afrocentrada que afirma o processo histórico e cultural da diáspora africana nas Américas pré e pós colonial e inscreve o(a) sujeito(a) diaspórico(a) como agente de sua própria história, centrado(a) em sua própria ontologia, referenciado em uma experiência de organização social e de luta coletiva. (IDEM, p. 58-59).

Essa reação que a *Amefricanidade* busca promover está intimamente ligada a um conceito atual denominado de decolonialidade, que consiste em uma oposição aos desígnios imperiais. Esse projeto político-acadêmico propõe uma transmodernidade para enfrentar o eurocentrismo através de múltiplas respostas críticas decoloniais, dando voz aqueles povos, culturas e lugares epistêmicos que foram subalternizados, “oferecendo a possibilidade de constituir uma rede planetária em favor da justiça, da igualdade e da diversidade epistêmica.” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 21).

Decolonialidade “é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder. A dominação colonial seria, portanto, o conector entre diversos lugares epistêmicos.” Estabelece um diálogo intercultural e moderno:

[...] restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos que até então foram vistos como destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos. Rer ler autores que foram silenciados pela academia não significa somente se deparar com testemunhos sobre os efeitos da dominação colonial, significa deparar-se com o registro de múltiplas vozes, ações, sonhos que lutam contra a marginalidade, a discriminação, a desigualdade e buscam a

transformação social. (MORAÑA; DUSSEL; JÁUREGUI, 2009, p. 10 apud BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 20-21).

Posto isso, a *Amefricanidade* se traduz como uma potência de luta contemporânea e confere vazão metodológica para pesquisas de múltiplos processos histórico-culturais contra a colonialidade e o racismo, os quais ainda estão muito presentes para os *Amefricanos(as)*.

***Amefricanidade* como epistemologia: identidade, memória e espaços de fronteira**

Nesta segunda parte, a partir da literatura apresentada, buscar-se-á responder o seguinte questionamento: como a categoria *Amefricanidade* poderá se relacionar com os estudos sobre identidade, memória e espaços de fronteira?

Portanto, inicialmente, é importante compreender a identidade como um conceito central, pois essa reivindica uma história envolvida por diversos processos de representação e sistemas simbólicos que produzem o sujeito.

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2009, p. 10).

Assim, essa preocupação como a identificação é justificada na medida em que ela envolve relações de poder, marcando “as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora... a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação” (RUTHERFORD, 1990, p. 19-20 apud WOODWARD, 2009, p. 11).

Inicia-se, pois, a jornada de construção da identidade dos grupos seja pela formalização étnico-cultural ou mesmo por tipos específicos de segregação social. Lélia Gonzalez sustenta que a identidade brasileira é negra e tem como base o Quilombo dos Palmares, onde brancos, negros e índios eram considerados iguais a partir da sua humanidade.

Os militantes procuram ver o conceito de quilombo como um elemento aglutinador, capaz de expressar, de nortear aquelas pautas consideradas cruciais à mudança, de dar sustentação à afirmação da identidade negra ainda fragmentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil após a abolição da escravatura. (LEITE, 2000, p. 340).

A identidade quilombola está assim relacionada a relação desses grupos com o território; relação direta com a ancestralidade, a cultura e as tradições; o uso comum da terra, tendo a unidade familiar como elemento essencial, como afirmação étnica e política. (ALMEIDA, 2002 apud MATOS; EUGENIO, 2018, p. 2).

Vivemos nossa subjetividade em um contexto social que dá significados a experiência que temos de nós mesmos e na qual adotamos uma identidade, ou seja, significados que nos recrutam como sujeitos. Díspar a essa lógica, foram os efeitos de fragmentação da identidade racial sustentados pelo racismo latino-americano que é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas (GONZALEZ, 1988, p. 73).

A ideologia do branqueamento sustentada pelo mito da superioridade branca produziu uma das formas mais insidiosas e eficazes do racismo que foi a denegação, ou seja, o desejo do embranquecimento e negação da própria raça, da própria cultura, fragmentando a identidade racial. (SANTOS, 2020, p. 54).

Essa principal estratégia do véu ideológico do embranquecimento é recalcada por classificações eurocêntricas, criando uma “naturalidade” para a violência etnocida que se fez abater sobre esses povos. Portanto, “Europa significa não um termo geográfico propriamente, mas uma ideia, uma palavra que expressa – ou potencialmente pode expressar – um senso de identidade de grupo, uma forma de consciência coletiva” (BURKE, p. 21 apud ARMANI, 2010, p. 48).

Nos anos de 1970, quando o movimento negro contemporâneo surgiu, existia uma convicção compartilhada de que no Brasil não havia racismo. Uma vez que a identidade nacional baseava-se na crença do encontro harmônico das três raças (negra, indígena e branca) que fundaram o Brasil. É importante destacar que, inclusive para os militares, no comando do país de forma ditatorial, o Brasil era mestiço, harmonioso desde os tempos coloniais. A democracia racial era a ideologia oficial do Estado. Neste período, estava proibido qualquer debate público a respeito do racismo e qualquer reivindicação de identidade negra, considerada estrangeirismo e subversão. A Lei de Segurança Nacional, decretada em 29 de

setembro de 1969, criminalizava a questão racial, isto é, o debate sobre o tema, entendendo que esta poderia incitar à guerra, à subversão, à divisão. (BARRETO, 2018, p. 20).

Em contraponto, a categoria da *Amefricanidade* construída por Lélia Gonzalez advém como um termo de autoidentificação e realiza uma reconstrução da identidade americana de raiz africana, opondo-se aos mecanismos de assujeitamento do(a) negro(a) nas Américas, realizado através do colonialismo, eurocentrismo, racismo e sexismo. Em consequência, nos encaminha para a construção de uma identidade étnica de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas), referenciada em modelos africanos.

Posto isso, como elemento constituinte de qualquer leitura legitimadora que se faça a respeito das identidades, busca-se também um reforço para substancializar as memórias pois “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 423).

Certos aspectos do estudo da memória podem evocar, traços e problemas da memória histórica e da memória social. Portanto, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.” (IDEM, 1990, p. 426).

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p.2).

Através da valorização das memórias, assim como do seu legado histórico, contribui-se para o estabelecimento do sujeito no processo de construção e crítica do conhecimento da História. Então, a memória faz parte de um conjunto composto pelos indivíduos e pelo meio onde estes estão inseridos, fazendo com que a memória individual enriqueça a identidade do indivíduo, enquanto que a memória coletiva dá visão do contexto social.

Dessa forma, a *Amefricanidade* advém para contribuir na edificação de um campo crítico e inovador da memória e da realidade dos negros nas Américas:

As duas categorias centrais para um entendimento dessa lógica de dominador – dominado, são as noções de consciência e de memória articuladas às concepções marxistas, entendendo a consciência e a memória numa relação dialética. Consciência seria o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. Memória entendida enquanto um não-saber que conhece, um lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. A dialética ocorre à medida em que a consciência exclui o que a memória inclui. (OLIVEIRA, 2020, p. 96).

Se voltarmos um olhar atento a determinados aspectos da cultura brasileira, se percebe que em muitas de suas manifestações, mais ou menos conscientes, ela oculta as marcas da africanidade que a constituem. Dessa maneira, o objetivo desse viés se fundamenta na busca pela compreensão desse movimento dialético entre a consciência e a memória do sujeito da diáspora na sociedade brasileira que se estrutura nos termos do mito da democracia racial. O que ocorre no âmbito das relações sociais se nega através do discurso.

O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - elementar, secundário, universitário - o elenco das matérias ensinadas (...) constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência, é memória e futuro, quando e onde está a memória africana parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinados nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. (NASCIMENTO, 1978, p. 95 apud GONZALEZ, 2018, p. 70).

Ocorre que em consequência desse sistema de opressão racial e de classificação social econômica, nega-se, a partir do esquecimento, a memória cultural e ancestral feita de resistências e lutas das mulheres e homens negros desse país contra uma classe dominante branca. A *Amefricanidade* vem como afirmação dessa resistência.

Nessa mesma lógica de estudo, as identidades históricas e a memória cultural e simbólica são passíveis de serem construídas nos espaços de fronteira considerando os conceitos de recíproca, alteridade e reciprocidade.

Conforme Tau Golin (2019, p. 251-253), “como categoria, a recíproca dá aos indivíduos a consciência do seu local de origem”, enquanto que a alteridade “precisa considerar mutuamente a relação, perceber as suas identidades históricas, culturais e simbólicas, estabelecer involucramentos humanos e sociais.”

Por sua vez, a reciprocidade é composta por três planos: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações), “permitiria (aliás permite) reatualizar o problema da conciliação entre liberdade individual e justiça social.” (SABOURIN, 2011, p. 31-33).

Com *Amefricanidade*, a autora Lélia Gonzalez nos deu a chave para abrir vários portais de conhecimento que podem ser trilhados para a construção de uma racionalidade que pode também envolver os três conceitos dos espaços de fronteira acima representados, na seguinte lógica:

- 1) Nos adverte sobre a valorização do local de origem do indivíduo (recíproca) a partir de um processo histórico e cultural da diáspora africana nas Américas, negado pelo colonialismo como fator de dominação e reinstalou-lo como fator de unidade, resistência e emancipação;
- 2) Sustenta uma identidade comum que é histórica, cultural e simbólica (alteridade) composta por um(a) sujeito(a) anticolonial, autorreferenciado(a) em seu coletivo e emancipado(a);

3) Carrega em si um signo (reciprocidade), um peso imaginário, mas também real, pois para ela era impossível que os negros atingissem uma autoconsciência enquanto descendentes de africanos se continuassem presos a uma linguagem racista. Por isso, “politicamente era muito mais democrático, culturalmente muito mais realista e logicamente muito mais coerente identificar-nos a partir da categoria de *Amefricanidade* para designar a todos nós e nos autodesignarmos em nossas variantes nacionais amefricanos: de Cuba, do Haiti, do Brasil [...]” (GONZALEZ, 2018, p. 332).

Portanto, os sujeitos que estão nas fronteiras físicas e imaginárias marcadas pelas diferenças coloniais não são seres passivos, pois, justamente, por estarem na fronteira o seu pensamento se integra a modernidade a partir de uma perspectiva subalterna, atuando como resposta epistêmica ao projeto eurocêntrico.

Importantes considerações são levantadas por Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016, p. 19), em que passam a explicar que as teorias pós-coloniais tematizam a fronteira fixando essências pré-estabelecidas e fixas, enquanto que, na perspectiva decolonial as “fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento.”

[...] é preciso distinguir o lugar epistêmico e o lugar social. O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo moderno/colonial reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensarem epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. Em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico (GROSFOGUEL, 2009 apud BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 20-21).

Portanto, a partir da trajetória individual e coletiva dos sujeitos envoltos pela subalternidade, é possível elaborar um pensamento de fronteira que vai na contramão dos paradigmas eurocentristas,

indo muito além da localização geográfica, passando a considerar uma perspectiva maior marcada por hierarquias de raça, de classe, gênero, sexuais, etc.

Conclusão

Estudar Lélia Gonzalez é adquirir um acúmulo de reflexões sobre o que é ser negro(a) na América e se municiar de argumentações que venham definir uma posição em um território de identidade. Com as contribuições de Lélia Gonzalez encontram-se subsídios para inúmeros temas que ainda hoje geram inquietações.

Conclui-se, pois, que Lélia Gonzalez foi uma intérprete do Brasil, que elegeu a cultura como um espaço privilegiado de observação e análise do conhecimento científico e do caráter *Amefricano* da identidade brasileira:

Mas afinal, o que é um intérprete? No Brasil, na tradição consolidada em áreas como a Sociologia, Antropologia, História, Literatura, os interpretes são pensadores que se debruçam acerca de questões como: O que é o Brasil? Como se define a identidade nacional? O que nos singulariza como nação? (BARRETO, 2018, p.14).

Por fim, ao ampliar mais ainda a pesquisa trazendo ligações com outros conceitos, o objetivo foi construir a história através da valorização e da apropriação das narrativas sociais, enfatizando as memórias, assim como o legado histórico que a *Amefricanidade* representa, fazendo uma analogia entre o seu passado e o tempo presente, tendo em vista possíveis contribuições na construção da identidade latino-americana apresentada por Lélia Gonzalez.

Referências bibliográficas:

ARMANI, Carlos Henrique. **Discursos da nação. Historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX.** Porto Alegre: Edipucrs, 2010. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/1452>. Acesso em: 01/08/2021.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOQUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 15-24, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29/10/2021.

BARRETO, Raquel. Introdução. Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 12-27.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: pensamento, consciência e a política de empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 29/10/2021.

GOLIN, Tau. As ilhas no contexto de fronteira. In: COLVERO, Ronaldo Bernardino; JOVINO, Danilo Pedro; CEOLIN, Lisianne Sabedra (Org.). **Relações de fronteira e interdisciplinaridades 3**. São Borja: Unipampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 12-27.

_____. A categoria político-cultural de *Amefricanidade*. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanid ade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 17/07/2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS. São Paulo. 1984. p. 223-244. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semu/downloads/racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira-artigo/>. Acesso em: 24/10/2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. **Etnográfica**. Vol. IV (2). 2000. p. 333-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 01/08/2021.

MATOS, Wesley Santos de; EUGENIO, Benedito Gonçalves. Comunidades quilombolas: elementos conceituais para sua compreensão. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 11, n. 2, p. 141-153, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/3880>. Acesso em: 31/07/2021.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Interritórios - Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, Caruaru, BRASIL. v.6, n.10. 2020. p. 84-104. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/244895>. Acesso em: 01/08/2021.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 21/08/2021.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/kzJLCFjv7QjXs9dGpJGdjsx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18/07/2021.

SANTOS, M. C. R. C. F. Lélia Gonzalez: a *Amefricanidade* como contributo para a construção de uma nova epistemologia. In: **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** (Online), v. 225, 2020, p. 50-62. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53969>. Acesso em: 02/08/2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3º ed. Editora Vozes, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4284077/mod_resource/content/1/cap%C3%ADtulo%20I%20-%20Woodward%20-%20IDENTIDADE-E-DIFERENCA-UMA-INTRODUCAO-TEORICA-E-CONCEITUAL.pdf. Acesso em: 30/07/2021.

A instrumentalização da tortura pela ditadura militar brasileira e suas nuances na contemporaneidade

The instrumentalization of torture by the brazilian military dictatorship and its nuances in contemporary times

Stéphanie de Oliveira Moreira

Especialista em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

stephanie.do.moreira@gmail.com

Recebido em: 12/04/21

Aprovado em: 15/07/21

Resumo: O presente artigo tem como principal objeto de análise a instrumentalização da tortura como política de Estado na ditadura militar (1964-1985), e como prática recorrente nos dias atuais. Para a construção do objeto de estudo, o texto parte, inicialmente, da investigação acerca da estrutura repressiva implementada pelo período ditatorial. Em um segundo momento é abordada a psicologia da tortura e as consequências psicológicas provocadas por esse mecanismo. E na terceira parte utilizam-se argumentos, baseados nas raízes do autoritarismo brasileiro, que apontam uma explicação para a permanência da tortura e suas características na contemporaneidade.

Palavras-chave: Tortura; Ditadura Militar; Brasil contemporâneo.

Abstract: The present article has as its main object of analysis an instrumentalization of torture as a State policy, in the military dictatorship (1964-1985), and as a recurring practice today. For the construction of the object of study, the text starts, initially, from the investigation on the repressive structure implemented by the dictatorial period. In a second step, the psychology of torture and the psychological consequences caused by this mechanism are addressed. Moreover, in the third part there are arguments, based on the roots of brazilian authoritarianism, which point to an explanation for the permanence of torture and its characteristics in contemporary times.

Keywords: Torture; Military Dictatorship; contemporary Brazil.

Introdução

A temática retratada no presente artigo está envolta por uma série de aspectos políticos, sociais, econômicos e históricos e, mediante a seriedade do objeto de estudo, busca-se tratá-lo com muita cautela e empenho, em respeito às vítimas da tortura e à memória. O objeto central de investigação está em compreender como a tortura foi instrumentalizada pela ditadura militar, e em demonstrar a continuidade da prática em suas especificidades e interseções com o período ditatorial, utilizando-se das raízes do autoritarismo brasileiro para corporificar a análise e elucidar a influência histórica do elemento autoritário em condutas violentas.

A tortura como um ato degradante nos parece distante e inadmissível nos dias atuais, todavia, ainda é uma ferida exposta na sociedade brasileira, tanto pela sua utilização em casos recentes, como pelas marcas deixadas nos porões da ditadura. Desde a adoção, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, essa problemática apresenta-se como um paradoxo e nos revela a ineficiência do Estado brasileiro em combater a prática.

O Brasil não conheceu a tortura com a ditadura militar. A sociedade escravocrata, do período colonial e imperial, usufruiu de forma sistemática de castigos e maus-tratos contra indígenas e africanos escravizados, trazidos de forma compulsória à América Portuguesa. Na Primeira República essas ações se repetiram, a exemplo dos motivos que levaram marinheiros como João Cândido a encabeçar um levante, no Rio de Janeiro, contra as punições desumanas sofridas por marinheiros, conhecido como a Revolta da Chibata. Na ditadura do Estado Novo de Vargas, a tortura foi mecanismo útil durante o contexto de arbitrariedades do governo varguista, no entanto, a truculência do regime autoritário de 1964 o levou ao status de um dos períodos mais atroz da história brasileira. A “máquina de matar gente” não poupou esforços ao perseguir todos aqueles considerados “subversivos”, estreando uma verdadeira “caça às bruxas”. Nesse viés, o período

compreendido entre 1964 e 1985 foi escolhido para ser analisado, em consonância com a atualidade, por ter se configurado como um dos episódios mais implacáveis da História do Brasil e por nos revelar a complexidade da arquitetura de um sistema repressivo voltado exclusivamente para ceifar corpos e mentes.

O autoritarismo é peça essencial dessa engrenagem, pois ele compõe as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais do Brasil desde a sua formação enquanto colônia. Nessa perspectiva, serviu sistematicamente às primeiras décadas da República, com o voto de cabresto, com a política oligárquica e com a manutenção dos privilégios das elites em detrimento das necessidades da população. O estabelecimento da República no Brasil, portanto, esteve cercado de contradições, mediante o conceito de “*res publica*” ou “coisa pública”, pois, de fato, não se submeteu ao bem comum, mas manteve estruturas desiguais. Ao enunciar o autoritarismo como elemento chave na política brasileira e peça importante para o entendimento acerca das práticas repressivas, é importante se valer de análises historiográficas comprometidas a explorar o seu surgimento e as bases de sua perpetuação ao longo dos anos. Essa discussão será desenvolvida em páginas posteriores, à medida em que o objeto de estudo é destrinchado.

Além de demonstrar as nuances e a permanência das violações, é fundamental entender que, as atrocidades perpetradas por períodos anteriores são constantemente reconstituídas e ressignificadas quando punições físicas e psicológicas atuam em diferentes circunstâncias da atualidade. Procura-se compreender a quais objetivos a tortura procurou atender durante a ditadura militar, estabelecida através de um golpe, em 1964, com o apoio de setores da sociedade civil. E sob quais finalidades ainda se faz presente na contemporaneidade, buscando traçar interseções entre os períodos analisados.

O resgate da memória, embora carregado de subjetividade, é um importante mecanismo de compreensão dessa abordagem tão cara às vítimas e à sociedade. A despeito da importância humana do relato, o conflito entre ‘contar’ ou ‘esquecer’ é intenso e doloroso” (NETO, 2015, p. 10). É

indispensável, também, esmiuçar como a tortura age no campo psicológico de torturadores e torturados, fazendo dela um poderoso instrumento de poder, controle e repressão. Portanto o estudo dos depoimentos dos torturados na ditadura militar é importante nesta investigação, bem como a análise de fontes jornalísticas recentes e bibliografias mergulhadas nesta angustiante esfera.

Do serviço de inteligência aos porões da ditadura

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a geopolítica mundial se deparou com a polarização entre o comunismo e o capitalismo, e o inevitável alinhamento das nações a uma das esferas e, por consequência, o combate ao outro extremo. Segundo Joffily (2014, p. 161), além da independência das ex-colônias europeias, a Guerra Fria foi um dos aspectos que influenciou, em certa medida, o enrijecimento e a montagem da estrutura repressiva da ditadura militar. O Brasil, por sua vez, aparelhou-se ao capitalismo estadunidense, passando a contar com o auxílio dos EUA para difundir uma base sólida para os princípios capitalistas. O presidente Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1946, inaugurou a incipiente democracia fortalecendo os interesses dos EUA no território brasileiro e rompendo relações diplomáticas com a URSS. A tensão político-ideológica proporcionada pela Guerra Fria ganhou contornos ainda mais expressivos na América Latina com a crescente consolidação do Partido Comunista no cenário nacional, dando corpo a disputas políticas e ideológicas que revelariam a antessala do golpe de 64, e com os efeitos da Revolução Cubana (1959), episódio marcado pela ascensão do comunismo no continente americano. Esse cenário incitou a oposição norte-americana a engendrar uma doutrina capaz de “obrigar os norte-americanos a promover uma aliança interamericana de defesa contra a subversão inimiga” (BORGES, 2012, p. 24) dentro das fronteiras nacionais, e a imposição do conceito de guerra total.

A guerra interna é, pois, uma guerra total e permanente, o que vai atribuir um forte papel, na sociedade civil, aos aparelhos de segurança e informações que agem, preferencialmente, pela violência, com suas táticas de guerra e métodos desumanos (tortura física). Dentro desse contexto de guerra total, as ações não são somente militares, pois a guerra interna se converte em outro tipo de guerra, a psicológica,

em que o subsistema psicossocial da Doutrina de Segurança Nacional estabelece a forma de agir. (BORGES, 2012, p. 28).

A Doutrina de Segurança Nacional, efetivada no Brasil com o auxílio financeiro, técnico e ideológico dos EUA, e recebida pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 para “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.” (LEI FEDERAL Nº 785), permitiu que o estabelecimento de órgãos especializados em informações, como o SNI (Serviço Nacional de Informação), e na repressão funcionassem com base nos objetivos da doutrina. Os Centros de Informação, subordinados às Forças Armadas do Brasil, os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e os DOI-Codis também integravam essa estrutura. A partir da conjugação dessas esferas e da unificação do aparelho repressivo em órgãos especializados, foi possível o aperfeiçoamento de uma trama autoritária e violenta, capaz de se valer de inúmeras atrocidades em nome da “segurança nacional”.

A estrutura e a sistematização da repressão passaram por fases de gradação que culminaram na criação de novos órgãos e no aperfeiçoamento de práticas já executadas no período anterior à ditadura militar. Esse aprimoramento vai ao encontro da necessidade de recrudescimento do controle político diante da expansão do comunismo. Para compreender os aspectos mais escusos da tortura é imprescindível elucidar os pilares que tornaram a prática tão recorrente e concreta no período ditatorial a ponto de irradiar-se para a contemporaneidade e lapidar aspectos já existentes na cultura política brasileira.

Houve uma preocupação governamental a respeito da implementação de um sistema nacional de informações a partir do final da década de 1920. Pensado para servir às demandas da conjuntura do período, foi criado, em 1927, o Conselho de Defesa Nacional (CDN), responsável por coordenar diversas informações de interesse da nação. A expansão do comunismo estimulou o desenvolvimento de uma estrutura mais consolidada, e na década de 1940, como explicitado anteriormente, o

presidente Eurico Gaspar Dutra, com a finalidade de fortalecer a primazia capitalista, entre outras decisões, criou o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI). O órgão foi considerado o primeiro serviço de inteligência do Brasil, e tornou-se o embrião de uma lógica muito mais complexa ao ser substituído pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964.

A lei 4.341 de 13 de junho de 1964 oficializou a criação do SNI sob planejamento do general Golbery do Couto e Silva. De acordo com o texto original da lei, ele foi criado para coordenar as atividades de informação e contrainformação em todo o território nacional, principalmente àquelas ligadas à segurança nacional. Dentre outras incumbências, o SNI deveria assessorar o Presidente da República e ter uma chefia da confiança do dirigente do Executivo, estabelecendo a centralização das informações e o controle dos dados nas mãos do presidente. O órgão era composto pelas agências regionais e pela Agência Central, localizada no Distrito Federal, e responsável por implementar os planos de informações e contrainformações, treinar pessoal, e arquivar documentos para consultas.

Para além das funções supracitadas, o SNI contava, desde 1972, com a Escola Nacional de Informações (Esni) e com as Divisões de Segurança e Informações (DSI), criadas em 1967 para assistir diretamente aos ministérios civis. Na Esni, os agentes de informações eram profissionalizados, capacitados e treinados. Ela foi desenvolvida com o auxílio dos EUA, inclusive para treinamento de pessoal na CIA e no FBI. Era necessário obter conhecimento prático e teórico para validar e legitimar as ações do SNI.

Articulado ao SNI, havia o Centro de Informações do Exterior (Ciex), encarregado de investigar brasileiros no exterior, e os Centros de Informações subordinados ao Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), representados pelo Centro de Informações do Exército (CIE), Centro Nacional de Informações da Marinha (Cenimar) e pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). O CIE, criado em 1967, coordenava e supervisionava as atividades de segurança interna, o Cenimar, o mais antigo deles, centralizava as informações dentro da Marinha e o CISA, criado em 1970, controlava, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, atividades de interesse da

segurança nacional. Todavia esses órgãos não se limitaram apenas a serviços ligados à informação e à contrainformação, pois desempenharam um importante papel na repressão a grupos de esquerda, praticando torturas, execuções, ocultação de cadáveres e o desaparecimento forçado. As ações repressivas voltadas aos indivíduos sob o poder das Forças Armadas eram realizadas em centros clandestinos, a exemplo das práticas do CIE na Casa da Morte, em Petrópolis.

O CIE manteve também centros clandestinos de tortura e execução de presos políticos, como a chamada Casa da Morte, de Petrópolis. Nesse centro, o CIE atuava em coordenação com os DOI-CODI, retirando presos de suas dependências, alguns de outros estados, e levando para Petrópolis. Os destinos de vários desaparecidos políticos estão ligados a esse centro clandestino do CIE. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, cap. 4, p. 157).

Para além dos órgãos de inteligência, a máquina ditatorial também era composta pelos órgãos da repressão, cuja análise é imprescindível para elucidar as consequências, os tipos e o real objetivo da utilização da tortura enquanto prática institucionalizada. Em 1969, foi criada a Operação Bandeirantes (Oban) em São Paulo. Sob a tutela dos comandantes do II Exército, com sede em São Paulo, seu objetivo era coordenar a localização e a captura dos integrantes de grupos acusados de subversão e, dessa forma, realizar o desmonte das organizações.

As informações coletadas pela Oban serviam de base para os interrogatórios bem como para as práticas de tortura, e sua atuação foi propagada pelo território nacional através da criação, em 1970, dos Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Instalados nas principais capitais do país, os Destacamentos congregavam as cinco regiões brasileiras em torno da esfera repressiva, e tinham por finalidade combater os grupos de esquerda por meio de prisões, interrogatórios e ações, as quais se destinavam ao degradante universo da tortura.

Para sepultar a subversão, os agentes responsáveis pelo órgão poderiam se valer de atos de qualquer natureza, mesmo que isso implicasse em transgressões físicas, psicológicas ou morais nos indivíduos capturados. A manutenção do *status quo* e dos interesses políticos, ideológicos e

econômicos do regime estavam acima da moralidade, da ética e da própria humanidade, desvalida não somente nos torturados, mas também nos torturadores.

Dulce Pandolfi, torturada no período e umas das depoentes da *Comissão Nacional da Verdade* descreveu brevemente alguns elementos que compunham a estrutura do DOI-CODI no Rio de Janeiro, inclusive, denunciando a existência da tortura no local.

“No térreo [do DOI-CODI] tinha a sala de tortura com as paredes pintadas de roxo e devidamente equipada. Tinha outras salas de interrogatório com material de escritório, essas às vezes usadas também para torturar, e algumas celas mínimas, chamada de solitárias, imundas. Onde não havia nem colchão. Aliás, vários aqui presentes passavam por essas celas e essa sala. Nos intervalos das sessões de tortura os presos eram jogados ali. No segundo andar do prédio havia algumas celas pequenas e duas bem maiores, essas com banheiro e diversas camas-beliches. Foi numa dessas celas que passei a maior parte do tempo”.

Ainda de acordo com relatório produzido pela *Comissão Nacional da Verdade*, diferentes estratégias eram utilizadas pelos agentes para alcançar os suspeitos. Os membros do DOI se disfarçavam de prestadores de serviços, como garis ou bombeiros, vigiavam e coletavam o máximo de informações, as quais serviam de fundamento para os interrogatórios. Persuadiam porteiros e síndicos dos edifícios onde estavam instaladas as organizações de esquerda e utilizavam indivíduos, já presos, como iscas para indicar os pontos de encontro dos militantes, e assim dismantelar as organizações.

Associado ao DOI-CODI, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) também desempenhou papel incontestado na sistematização de informações e nas atividades repressivas, além de formalizar os inquéritos dos presos políticos. Criada em 1924, a Delegacia Estadual de Ordem Política e Social surgiu em meio à difusão do comunismo internacional pela Revolução Russa de 1917, acontecimento que marcou a primeira metade do século XX e semeou o mundo polarizado da Guerra Fria. Atuando como polícia política nos estados brasileiros, a Delegacia Estadual de Ordem

Política e Social elevaria seu status a Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) em 1946.

A articulação e a organização do sistema em torno da inteligência e da repressão acarretaram a tortura, a morte e o desaparecimento de várias pessoas. A partir desse momento é necessário destrinchar como a máquina autoritária funcionava na prática, suas engrenagens e formas de neutralizar o inimigo interno. O relatório da *Comissão Nacional da Verdade* contabilizou 243 desaparecidos entre os anos de vigência da ditadura. Outro ponto crucial é a aplicação indiscriminada da perseguição e da violência a qualquer cidadão, independentemente de seu envolvimento, ou não, com a militância.

“Deixar meus filhos na mão daqueles animais, daqueles bichos. Ah, nem bicho faz aquilo. Aquilo são uns monstros. Jogaram meus filhos naquele Juizado de Menor. [...] As próprias empregadas, que cuidavam lá do, daquele Juizado de Menor, falavam que meus filhos eram filhos de terrorista. E eles, coitados, humilhavam, molhavam o colchão para os meninos não deitarem. Não, era uma coisa. Esse daqui [Adilson] foi levado não sei quantas vezes pela polícia, surravam ele, socavam meu filho, com nove anos. A polícia! A polícia de Atibaia surrava meu filho. O menino não tem nada a ver com isso [...]”.

O depoimento acima é de Damaris Lucena que, ao ser presa em 1970, perdeu a tutela dos três filhos para o Estado, e teve em um dos filhos o cumprimento das ameaças sofridas por várias crianças e adolescentes, notadamente prejudicadas pela truculência do período. Os relatos dispostos na *Comissão Nacional da Verdade* nos mostram o uso da maternidade como instrumento de alcance de objetivos e tradução do terror psicológico, perante a impotência das mães em não conseguirem proteger seus filhos.

O projeto *Brasil: nunca mais*, através das informações coletadas nos depoimentos de 1.843 vítimas do período ditatorial, conseguiu codificar diferentes tipologias associadas à tortura, divididas em: coações morais e psicológicas, coações físicas e torturas atípicas. Na tipologia “coação física” existe uma infinidade de maus-tratos, ligados à violência sexual, torturas com instrumentos cortantes

ou queimantes, torturas com aparelhos mecânicos ou elétricos, contra os sinais vitais, e torturas complementares a torturas. Ainda de acordo com o levantamento feito pelo projeto, algumas tipologias eram preferencialmente executadas, como os choques elétricos em lugares sensíveis do corpo, coações, ameaças de diferentes naturezas, espancamentos, e o uso de instrumentos mecânicos, como o pau de arara.

Para o pleno funcionamento da máquina repressiva costumava-se realizar, simultaneamente, vários tipos de tortura. A vítima era atingida com água para potencializar os choques elétricos, espancamentos feitos com o sujeito encapuzado, afogamento com o indivíduo preso ao pau de arara, introdução de animais em órgãos genitais. Afonso Celso Nogueira Monteiro foi detido em São Paulo em 1º de outubro de 1975 no que acreditava ser um sequestro. No relatório de sua prisão constam as torturas aplicadas. Com a vítima sempre nua e vendada, ele experimentou sessões de asfixia, socos no estômago e nos rins, ao ser pendurado pelos pés, fome, sede, entre outras sevícias:

Imediatamente o desnudam-se, descalçam-no, amarram-lhe as mãos, seguram-no e lhe aplicam choques elétricos, iniciando o processo de tortura, (ileg.), continuam suspendendo-o no “pau de arara”, aplicando simultaneamente choques elétricos em todo o corpo e pancadas nas partes musculares expostas, nádegas, dorso, coxas, espáduas. [...] igualmente lhe são dirigidas impropérios, injúrias, acusações e ameaças, visando, por certo, abater-lhe o moral [...].

A violência sexual era tipologia integrante do conjunto de sevícias executadas, e atingia homens e mulheres de diversas formas. Sem nos aprofundar às questões de gênero ligadas a essa prática, a tortura sexual estava atrelada, em parte, à cultura machista e patriarcal reproduzida pela sociedade brasileira desde o período colonial. Conforme relatos enunciados na *Comissão Nacional da Verdade*, as violações direcionadas às mulheres eram acompanhadas por xingamentos e acusações a respeito de condutas consideradas imorais, ou seja, a submissão e a inferiorização do feminino, historicamente e culturalmente construídas ao longo do tempo, foram usadas em consonância com as imposições sociais fortemente arraigadas. Os homens, por sua vez, também eram vitimados pelo machismo ao sofrerem diretamente as torturas sexuais ou quando eram obrigados a presenciar suas

esposas sendo molestadas, com a finalidade de abalar a masculinidade do indivíduo e todos os elementos envolvidos nessa construção sociocultural. José Carlos Zanetti, preso em maio de 1971, na Bahia,

“Torturas terríveis mesmo, principalmente o choque elétrico, que é a pior coisa que existe. Tudo era mais suportável, mas o choque elétrico... E vou falar uma coisa que me ocorreu muitos anos depois, que é o sadismo dos torturadores. [...] eles pegavam as partes mais sensíveis do corpo, que são as partes mais erógenas, mais sensíveis às relações amorosas, mais nervosas [...]. Como é que as partes mais sensíveis, pessoais, íntimas, são também as partes que os algozes, os torturadores... Não sei como esses caras conseguem viver e dormir”.

E Izabel Fávero, grávida e vítima de aborto aos dois meses de gestação,

“E o meu marido dizia, ‘por favor não façam nada com ela, pode me torturar, mas ela está grávida’, e eles riam, debochavam, ‘isso é história, ela é suja, mas não tem nada a ver’, enfim. Em nenhum momento isso foi algum tipo de preocupação, em relação [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha muita, muita, muita dor no pescoço, quando a gente sofreu choque, a gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais onde doía, o que doía em todo lado, mas enfim. Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda”.

A esfera psicológica era constantemente acionada para atingir a totalidade do indivíduo e obter as informações necessárias. Em muitos depoimentos, as vítimas eram obrigadas a confessar atos ou crimes que não cometeram, e, quando cometidos, eram delatados pela “alienação total do próprio corpo” (PELLEGRINO, 1987, p. 98), consequência psíquica da tortura.

“As marcas da tortura sou eu”: a psicologia da tortura

A psique humana é um campo sensível e complexo, pois abarca processos mentais intimamente conectados aos nossos comportamentos, emoções e sentimentos perante o mundo e a

nós mesmos. Esse campo diz muito sobre como lidamos com os aspectos ligados as nossas relações sociais, e como nos portamos diante de acontecimentos externos e internos, deixando transparecer, muitas vezes, nossa força, mas também nossas falhas e pontos fracos. É, portanto, um terreno propício para o oportunismo daqueles que desejam alcançar algo, ceifando gradativamente o alvo a ser atingido.

Dentre outros mecanismos, como os Atos Institucionais, foi através da guerra psicológica que a ditadura militar procurou aniquilar moralmente e fisicamente o inimigo e instalar o terror pela ameaça e pela concretização das torturas físicas e psicológicas. A realização dessa política do medo promoveu a manipulação e o controle da sociedade, moldando comportamentos e instituindo valores em prol da harmonia nacional e contra a subversão.

O uso sistemático da guerra psicológica nem sempre deixava seus vestígios visíveis nas pessoas, a ausência de marcas no corpo não minimiza as feridas abertas na memória dos sujeitos violados, e carregá-las pode ser ainda mais insuportável. Neste campo polarizador existe a outra ponta do fio, o malfeitor. Para Pellegrino (1987, p.101), é um equívoco conceber o torturador apenas como um psicopata. A tortura reside, também, na dimensão política, e seu executor tende a garantir a manutenção desse mecanismo em defesa de algum propósito. A irracionalidade da prática é guiada por uma senda de racionalidade. O planejamento, a sistematização, a organização e a execução são traços importantes da complexidade do pensamento racional. “Todos temos, potencialmente, a capacidade da crueldade, e, se racionalizamos isso através de uma ideologia pseudoconvicente, podemos chegar ao horror da tortura” (PELLEGRINO, 1987, p. 100).

Em *Batismo de Sangue* (1982), o caminho percorrido por Frei Tito, desde a sua prisão, em 1969, até a sua morte, em 1974, é permeado por uma atmosfera dramática e ao mesmo tempo reveladora dos bastidores do terror psicológico.

Choques, pontapés nos órgãos genitais e no estômago, palmatória, ponta de cigarro aceso em meu corpo. Durante cinco horas apanhei como um cachorro. No fim, fizeram-me passar pelo “corredor polonês”. Avisaram que aquilo era a estréia do

que iria ocorrer com os outros dominicanos. Quiseram deixar-me dependurado toda a noite no pau-de-arara. Mas o capitão Albernaz objetou: "Não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar, será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia.

Através de uma leitura minuciosa e sensível do relato de Frei Tito, é possível pressupor como a tortura poderia incidir no plano mental e comportamental do indivíduo. O capitão Albernaz, o delegado Fleury, o Coronel Ustra, dentre outros torturadores sabiam com veemência o impacto psicológico gerado pelos castigos. Após suas vivências na ditadura militar, na década de 1970, Frei Tito exilou-se em Paris, e conforme narra Frei Betto,

Durante os primeiros seis meses, sente-se bem, relacionando-se sem dificuldades com as pessoas. Aos poucos, entretanto, ressurgem os sinais das torturas que sofrerá, estigmas psíquicos de uma subjetividade conflitada, a introjeção depressiva alternando-se aos momentos de euforia. (BETTO, 1987, p. 203).

Frei Tito não conseguiu se recuperar dos traumas psíquicos e físicos da repressão brasileira, mesmo com tratamentos especializados e um oceano que o distanciava da sua dura experiência. Ele se sentia perseguido por seus algozes e, até a sua morte, foi obrigado a conviver com um horizonte sombrio dentro de si mesmo. Em 10 de agosto de 1974 foi encontrado morto, pendurado em uma árvore.

A *Comissão Nacional da Verdade* apurou, por meio de depoimentos de pessoas torturadas e seus familiares, as marcas deixadas pela instrumentalização da tortura em seus corpos e mentes. A partir dos relatos é possível abranger e explicitar a amplitude das consequências negativas geradas, não somente no torturado, mas em seus entes. Carlos Eduardo Pires Fleury, morto em 1971, escreveu uma carta contando sua experiência nos porões em 1969, seguida de uma tentativa de suicídio.

Não vou enumerar exatamente o que sofri momento a momento que lá estive, vou dar alguns exemplos dos “métodos” de interrogatórios que sofri: o pau de arara, telefone, choques na cabeça, nos órgãos sexuais e no resto do corpo todo como o mostram as cicatrizes que tenho até hoje. Os choques que levei no segundo dia de tortura foram de 220 volts e durante mais de cinco horas seguidas pendurado no pau de arara, o que me causou uma parada cardíaca. [...] Esta sessão de cinco horas

de 220 volts foi precedida por uma tarde inteira de agressões e choques na cadeira do dragão, além de ter ficado na noite anterior das 22h30 até 6h30 da manhã deste dia no pau de arara, levando choques[...] após a noite em que quase perdi a vida fui violentamente ameaçado de que me torturariam meses a fio caso não falasse o que os meus carrascos pretendiam. E como percebi que isto era verdade [...] levei-os a um ponto de uma rua em que pretendia jogar-me embaixo de um ônibus [...] abreviando a história, consegui uma tesoura numa butique [...] e enfiei esta tesoura no peito, por felicidade ou infelicidade, ainda não sei à esta altura, a lâmina penetrou um pouco acima do coração[...].

A tentativa de suicídio é um dos produtos ocasionados pelas inúmeras sevícias. Depressão, ansiedade, paranoia e estresse pós-traumático são as outras respostas dadas pela psique após longos períodos de humilhação, vulnerabilidade e dor. Outro fator comportamental produzido é o desconhecimento perante a si mesmo e ao mundo. Ginzburg (2010, p. 140) enuncia esse fato, estudado por psicanalistas, como “a quebra da relação harmônica entre linguagem, memória e corpo”. Para o autor, o passado se torna eminentemente atual, e, dessa forma, o sujeito “rompe com sua identidade” (2010, p.140), tornando-se prisioneiro de seus próprios pensamentos e aflições. Concomitantemente ao estabelecimento de experiências do passado na vida cotidiana existe um desejo de esquecer o que foi vivenciado, tecendo uma trama solitária e silenciosa.

A tortura também foi instrumento doloroso para aqueles que não vivenciaram diretamente as agressões. Muitos familiares carregam o peso da dor de seus entes torturados, e se sentem impotentes diante de uma situação incontrollável. A tortura atinge uma longa cadeia de sentimentos, acarretando uma série de conflitos existenciais nos envolvidos. Maria de Jesus Sousa Santos relatou em 2013 à CNV a experiência vivida pela família com as torturas sofridas por Antônio Rodrigues Alves,

“[...] ele chorou, eu chorei porque cada vez que toca no assunto é uma dor para a gente. Nós aprendemos a conviver, mas nós não esquecemos porque é uma situação muito triste. O que eu procuro, assim, uma falha no meu pai. Nunca encontrei. Então, aquilo ali foi uma injustiça muito grande. Ele sofreu sem poder pedir socorro, sem poder declarar o que estava acontecendo. E nós fomos

prisioneiros dessa história de saber e não poder contar para ninguém. Não poder desabafar.”

No relato acima, o homem torturado não fazia parte da militância, todavia, era amigo de Epaminondas Gomes de Oliveira, militante do Partido Comunista Brasileiro, desconstruindo, portanto, a equivocada ideia de que a ditadura perseguia apenas os chamados “subversivos”. Nesse período, para ser reprimido, bastava apenas ser.

Conforme Amarílio Ferreira Júnior (2000, p. 9), a tortura era uma prática desconhecida pela maioria das pessoas, devido à censura à imprensa, e à negação da prática pelo alto escalão do governo. Um paradoxo, escancarado nos porões, mas se comportando como um espectro na sociedade.

Depois de 21 anos perpetrando a violência estatal, a ditadura militar teve seus capítulos finalizados em 1985 com o período de redemocratização, entretanto, deixou seus rastros no presente. Em 28 de agosto de 1979, a Lei de Anistia, projeto de lei enviado pelo presidente João Figueiredo ao Congresso diante de grande mobilização social, foi aprovada. Ela concedeu o perdão àqueles que haviam cometido crimes políticos durante a ditadura, com exceção dos condenados por terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Contudo a lei acabou se estendendo aos chamados crimes convexos, beneficiando os militares e gerando impunidade.

Passado e presente: a tortura contemporânea

Em setembro de 1988, a sociedade presenciou a promulgação da nova constituição brasileira, denominada Constituição Cidadã por abarcar e garantir direitos civis, sociais e políticos de forma mais ampla, se comparada a constituições anteriores. A nova carta magna foi fruto de intensas mobilizações sociais que marcaram os anos finais da repressão política, e inaugurou novos ares à redemocratização brasileira. A prática da tortura ganhou um novo capítulo no termo XLIII do artigo 5º, pois passou a ser considerada crime inafiançável, agindo em concordância com tratados

internacionais sobre os direitos humanos. Todavia a soberania da Constituição não foi capaz de intimidar a continuidade de costumes repressivos. A exemplo da manutenção do protagonismo concedido às polícias militares no período ditatorial. “As polícias continuaram constitucionalmente, mesmo em menor grau, a defender mais o Estado que o cidadão” (ZAVERUCHA, 2010, p 55). Isto é, os dispositivos legais não foram adaptados à narrativa democrática em desenvolvimento no país, e a abertura política negociada esteve a serviço do abrandamento das ações executadas pelos militares, favorecendo a permanência de estruturas enrijecidas.

Na ditadura militar, como explicitado anteriormente, o sistema responsável pelo serviço de inteligência e repressão atuavam de maneira meticulosa, garantindo com êxito o cenário característico de um período opressor. As Forças Armadas, o Governo Federal, os estados e as capitais estavam bem aparelhados, aliados ao suporte dado pela sociedade civil e pelos EUA. A durabilidade do contexto diz muito sobre a organização estrutural pela qual o período se pautou para atingir objetivos e interesses. Contudo, para compreendemos a permanência dos elementos autoritários em nossa sociedade contemporânea, bem como a naturalização da tortura, é preciso expandir as reflexões para além do legado ditatorial cientes das contribuições do período para o fortalecimento do autoritarismo contemporâneo e para os vestígios de sua estrutura repressiva complexa, principalmente no que concerne à atuação truculenta das polícias, ao aprimoramento das táticas de tortura como forma de violação física e psicológica e à conivência do Estado.

O autoritarismo da ditadura militar e da atualidade possuem um passado cujas raízes estão fixadas de maneira contundente. Em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), Lília Schwarcz constrói uma ponte entre passado e presente, não como se o passado tudo nos explicasse, mas nos ajudasse a reconhecer de forma crítica as continuidades e as transformações pelas quais as sociedades estão propensas. Nessa perspectiva, Schwarcz defende que sempre fomos um país autoritário, no entanto, estamos recriando formas autoritárias com base em hierarquias de mando nascidas no sistema

colonial escravista e ressignificadas pelos governos, principalmente àqueles de caráter opressor. Inferindo o motivo pelo qual a tortura ainda insiste em permanecer em nosso cotidiano.

O senhor de engenho representava o máximo da autoridade local, e incidia seu poder sobre os cativos, a população livre e pobre e a vizinhança através da riqueza e do domínio político que exercia. As sevícias sofridas pelos escravizados eram um mecanismo crucial para manter o controle e a ordem em uma sociedade onde a população negra era considerada mercadoria e força de trabalho. Como diria Jessé de Souza (2017, P. 153) em *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*, “ser ‘gente’, ser considerado ‘ser humano’”, não é um dado natural, mas sim, uma construção social. A elite cafeeicultora e o coronelismo dão sequência à opressão no século XIX e por toda a Primeira República com o voto de cabresto, centralizando poderes políticos e econômicos que desprezavam e marginalizavam negros, mulheres e indígenas. A ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) compõe essa trama do uso corriqueiro de torturas e censuras destinadas aos opositores de Vargas e seu governo.

O mandonismo, o patrimonialismo, utilização da esfera pública para obter vantagens privadas, e a corrupção, enunciados por Schwarcz, também se vinculam intimamente ao autoritarismo.

O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira. (SCHWARCZ, 2019, p. 224).

Esses elementos, muito complementares, engendram uma política e uma sociedade permeadas pela manutenção das hierarquias sociais e privilégios, pela inferiorização das classes populares e desprezo pelos seus direitos, pela desigualdade social, que promove a falta de oportunidades, principalmente entre os indivíduos negros. Materializa-se um crescente abismo socioeconômico entre as classes através do racismo, da violência estatal, transfigurada em suas

polícias mal preparadas, e da corrupção arraigada, responsável pelo desvio de recursos imprescindíveis a diversas áreas do país para os bolsos de uma elite que, sedenta por roer o osso, nunca deseja largá-lo, endereçando suas migalhas aos excluídos do jogo político.

Ao analisar as raízes de nossas práticas políticas a partir do conceito de cultura política, Rodrigo Patto Sá Motta parte da ótica culturalista sem, no entanto, impor determinismos a essa problematização, ao contrário, pretende explanar a influência da cultura nas ações e decisões do campo político brasileiro. Entende-se por cultura política:

O conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2018, p. 114).

Esse conjunto de valores, tradições e práticas arraigado em nossa sociedade oferece referência a novos contextos e projetos políticos, pois por meio dele é possível estabelecer um caminho e prever suas implicações. Nesse viés, o autoritarismo faz parte da tradição política brasileira e, de fato, não desaparece com a ascensão de novos projetos, mas toma uma roupagem capaz de estar a serviço de determinada conjuntura.

A insistente presença de práticas arbitrárias está muito atrelada a comportamentos e valores que, conforme Motta, também fazem parte da cultura política brasileira, como a desconfiança da sociedade em relação às instituições democráticas, o personalismo, entendido como a valorização de laços pessoais em detrimento de pautas coletivas e universais, e o apoio a lideranças autoritárias em momentos de crise. Esses aspectos legitimam e purificam os ares autoritários de maneira a reproduzi-los confortavelmente, dando margem à disseminação de condutas violentas que, como veremos a seguir, reincidem em nosso cotidiano, principalmente para embasar projetos políticos intencionados a fazer o uso dessas lacunas históricas para se consagrar e manipular opiniões. O Brasil experimentou muitos quadros de instabilidade política ao longo de sua história, gerando ainda mais descredito as suas instituições e uma democracia construída em bases fragilizadas.

No período ditatorial, a tortura foi aplicada aos considerados inimigos internos da nação, caracterizados pelo Estado como os indivíduos defensores do comunismo e praticantes de atos subversivos. Hoje, a tortura está camuflada por discursos moralistas e democráticos, e a sua execução pauta-se por uma nova configuração, pois é direcionada a pessoas em privação de liberdade, em sua maioria pobres e negros, como demonstram estudos, dados e notícias recentes.

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) divulgou dados do Sisdepen referentes ao número atualizado de presos no 1º semestre de 2020. A população carcerária brasileira é de 759.018, abrangendo o total de presos e o total de monitorados eletronicamente. Esse dado mantém o Brasil na 3ª posição do ranking mundial sobre população carcerária, atrás somente dos EUA e da China. Nas entrelinhas, esses números transparecem a seriedade a qual devemos tratar o encarceramento no Brasil, e como a violência reproduzida dentro das detenções contribui para um cenário degradante e conflitivo de atrocidades reverberadas para além dos muros das penitenciárias, se levarmos em consideração a ineficácia do processo de ressocialização dos presos.

Em 2017, o governo brasileiro divulgou um relatório feito em 2015 pelo Subcomitê de Prevenção à Tortura (SPT). Em visita ao Brasil entre os dias 19 e 30 de setembro de 2015, o Subcomitê esteve nas cidades do Rio de Janeiro, Manaus, Recife e Brasília, onde analisou as condições de diversos locais de detenção, bem como investigou as medidas implementadas pelo Estado, desde a última visitação do SPT em 2011. No relatório, constam várias observações do Subcomitê vinculadas às condições materiais, à autogovernança dentro das carcerárias, à superlotação, a recomendações e à análise das medidas tomadas pelo governo para as melhorias nesse setor. Associada a todos esses pontos, evidenciou-se, também, a existência de práticas de tortura e maus-tratos nos locais investigados. Dentre as alegações dos detentos estão a utilização de espancamentos, socos, tapas, ameaças, sacos plásticos, armas de eletrochoque, e relatos preocupantes que representam uma problemática social e racial muito conhecida por nós, o número desproporcional de negros mortos por policiais em serviço. Com medo de represálias, muitos

detentos são desencorajados a denunciar os casos de tortura. A existência da prática em si é utilizada como mecanismo de ameaça a quem ousa se queixar, escancarando seu caráter multifuncional dentro das detenções, e propagando sistematicamente ações violentas e impunidade.

As violações ganham contornos ainda mais expressivos e se consolida diariamente com as atuações dos IMLs e dos próprios presos. Segundo o documento, os exames feitos nos IMLs, na população carcerária, se mostram muito superficiais e ineficientes, enfraquecendo as provas de tortura dentro dos presídios e viabilizando a continuidade da prática. Hipoteticamente, o relatório aponta que esse fato pode estar ligado à subordinação do órgão à polícia ou às secretarias de segurança pública e, portanto, ao interesse em ocultar atos ilegais. Outro fator preponderante para a permanência das arbitrariedades é a chamada autogovernança, poderes concedidos ilegalmente pelas autoridades públicas a alguns detentos, responsável por acirrar os conflitos e as disputas entre os encarcerados.

Ainda de acordo com o documento, as condições materiais são bastante precárias, devido à superlotação, à insalubridade nas celas, e a ausência de itens básicos, como papel higiênico, pasta de dente e sabonete, além das estruturas de assistência médica insatisfatórias. Esses aspectos, entrelaçados à tortura, trazem à tona uma realidade alarmante e multifacetada, cujo cenário pauta-se pela degradação humana, pela convivência de um Estado débil e omissor e pelo silêncio ensurdecedor da sociedade.

Outro documento que colabora para as análises acerca da continuidade da tortura no Brasil contemporâneo foi produzido em 2018 pela Pastoral Carcerária, e expõe 175 casos de tortura denunciados pela Pastoral entre junho de 2014 e agosto de 2018. Conforme o relatório, existe uma tendência de nacionalização dos casos, um dado preocupante ao corroborar a existência de graves violações em quase todo o Brasil, apesar das inúmeras omissões verificadas.

Entre os casos denunciados, estima-se que 58% associam-se à agressão física relacionada à tortura. Essa estimativa nos atualiza a respeito do uso constante do corpo como instrumento de

punição e repressão. Os responsáveis por essas ações são, em sua maioria, agentes penitenciários, seguidos de policiais e outros agentes públicos, tornada explícita a atuação indireta do Estado nessas práticas, bem como a sua ineficiência para criar políticas incisivas voltadas à diminuição dessa problemática.

As novas dinâmicas da tortura, no atual contexto de encarceramento em massa, conjugam múltiplas ações e omissões estatais, visando à inflição de sofrimento agudo contra as populações encarceradas. Nesse contexto, a própria vivência prisional torna-se uma experiência torturante. (PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL, 2018, p. 30).

Em 2018, os negros representavam 64% da população carcerária, como apontou o relatório da Pastoral. Essa porcentagem nos traduz a cor da tortura e das prisões brasileiras, e reflete as desigualdades sociais e raciais advindas de um passado escravocrata e de um processo abolicionista que marginalizou e estigmatizou a população negra, dificultando seu acesso à educação de qualidade, ao emprego, ao salário justo e às oportunidades de ser e estar no mundo.

A tortura destinada, principalmente ao jovem negro, se encaixa na lógica do racismo estrutural, e da manutenção do abismo social entre as classes. Segundo Silvio Almeida (2019, n.p), “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares”. O Estado materializa o racismo em ações abusivas e autoritárias, recolocando constantemente o negro em posição de submissão e inferioridade.

A produção do racismo pelo Estado ou por outras instituições é denominada racismo institucional, e “se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro tipo” (ALMEIDA, 2019, n.p). O “primeiro tipo” faz referência ao racismo individual, mais rechaçado, pois se trata de uma esfera mais visível e pontual. O racismo e a inferiorização de certos segmentos sociais servem, também, aos interesses econômicos e políticos das elites que tendem a concentrar cada vez mais renda e garantir a

manutenção de seus privilégios, discursando a favor da meritocracia e do enaltecimento do trabalho a todo custo.

Em 2018, um caso de tortura ocorreu durante intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a matéria do *Portal G1*, sete jovens foram presos na Zona Norte da cidade, e só foram levados à Justiça depois de dois dias, apresentando ferimentos. Na época, ficou constatado que as lesões e as alterações psicológicas dos presos apontavam para a tortura. Os jovens provavelmente foram detidos pela polícia sob a suspeita de algum crime, entretanto, esse cenário escancara o abuso de autoridade e a violência policial que, a serviço do Estado, direciona suas ações para as zonas periféricas dos grandes centros urbanos, onde a maioria dos moradores são negros e pobres.

Em agosto de 2019, treze penitenciárias do estado do Pará passaram a contar com a intervenção do Governo Federal por meio da autorização do Ministério da Justiça, na época, comandado por Sérgio Moro, devido ao confronto entre facções criminosas que culminou na morte de dezenas de presos no mês de julho. A ação, com o objetivo de garantir a custódia dos presos, acabou em denúncia do Ministério Público Federal sobre casos de tortura envolvendo os agentes federais e os presos. Conforme matéria veiculada pela *BBC Brasil*, em outubro de 2019, o MPF colheu informações de presos, seus parentes e agentes penitenciários, constatando a prática de tortura e maus-tratos perpetrados pelos agentes federais. Segundo as denúncias, os agentes quebravam cabos de vassoura nas costas dos detentos, jogavam spray de pimenta e batiam no pé de alguns deles com pregos fixados a uma tábua. Além dos abusos, foram evidenciadas as condições precárias encontradas nas celas dos presídios e a negação de assistência e tratamento médico aos enfermos.

Um levantamento do jornal *EL PAÍS*, publicado no dia 30 de junho de 2020, evidenciou o crescimento dos excessos cometidos pelas polícias estaduais em todo o país. A pesquisa revelou a ocorrência da violência policial em pelo menos um caso por estado e mostrou ainda que a maioria

das abordagens são dirigidas, novamente, a indivíduos negros e moradores de periferia. A reportagem também denuncia como a impunidade produz a repetição da truculência, pois encontra terreno fértil para fomentar uma prática culturalmente e historicamente enraizada.

Em uma sociedade como a nossa, marcada muito mais pela hierarquia entre os cidadãos do que pelos valores da igualdade entre eles, há uma indisfarçável tolerância da parte de muitos grupos sociais (elites e classe média) com relação à tortura, uma vez que ela atinge pobres, moradores de áreas urbanas degradadas, negros, criminosos – afeta, enfim, os que não chegam a ser vistos por aqueles grupos como cidadãos portadores de direitos. O desdobramento dessa tolerância é uma acomodação política. Os partidos e as plataformas de governo, em sua maioria, repudiam oficialmente a tortura e os maus-tratos, mas não concentram de fato muitos esforços para reverter a situação, especialmente os governos estaduais, responsáveis diretos pela manutenção das polícias e do sistema prisional. (PIOVESAN; SALLA, 2001, p. 32).

As ações repressivas necessitavam encontrar um ambiente propício para se reproduzirem, entretanto, a construção do contexto democrático poderia dificultar suas imposições. Infelizmente, a ressignificação do autoritarismo, a disseminação dos discursos de ódio, da intolerância, do racismo estrutural e individual, do latente conservadorismo e da manutenção das desigualdades sociais são elementos que compactuam com um cenário opressor e violento, perpassam pela influência da ditadura e recaem sobre o nosso passado mais distante. São legitimados pela sociedade e, paradoxalmente, pelo poder público, peça chave na garantia dos direitos coletivos e individuais.

Considerações finais

Para compreender os aspectos envolvidos na formação de políticas repressivas, foi fundamental estabelecer relações temporais entre passado e presente, em relevância às permanências e às rupturas que fazem a História seguir o seu curso enquanto área do conhecimento científico, nos revelando a importância da problematização do homem no tempo.

O presente é de certa forma o “corpo do passado”, a sua presença concreta em vestígios, documentos, comportamentos, linguagens, valores, rituais. O passado é

visível no presente como se fosse seu solo e pode oprimi-lo ou ser a base de seu lançamento para a liberdade. (REIS, 2012, p 22).

Essa ligação nos permite enxergar determinados trajetos percorridos pelas sociedades na construção de suas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais, promovendo conexões com práticas que acabam se ressignificando e se tornando atemporais.

A instrumentalização da tortura é fruto de escolhas. Nos dois períodos estudados, a utilização da tortura carrega em si uma bagagem secular de ações arbitrárias difundidas ao longo de diferentes contextos da história brasileira, encontrando suas raízes em tradições políticas capazes de moldar comportamentos. Contraditoriamente, a prática é legitimada mesmo com a significativa presença de discursos democráticos voltados para a defesa dos direitos humanos e a própria vigência da democracia. Contudo, como enuncia Schwarcz (2019, p.220), “qualquer processo democrático, por definição, é incompleto, inconcluso, e pede sempre aperfeiçoamento”. Nessa perspectiva, é necessário ouvir sujeitos silenciados e contemplar a importância das memórias constituídas ao longo do tempo, uma vez que o processo de redemocratização no Brasil esteve cercado de esquecimentos.

Parafraseando Halbwachs (1990), nossas percepções, sobre nossas vivências individuais, também são memórias da coletividade. Portanto cada experiência solitária, vivida durante a ditadura militar ou no tempo presente, traduz os estigmas de uma memória coletiva, e essa, por sua vez, dá força à construção de uma narrativa contundente e necessária para se estabelecer a justiça, romper com a impunidade e traçar gradativamente novos caminhos e alternativas sem que o passado nos oprima. Somando-se a isso,

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 1990, p. 476).

Buscar uma identidade é conceber um entendimento sobre o outro e sobre nós mesmos, um exercício indispensável de alteridade e empatia. A identidade, enquanto elemento mutável, contribui para a formação social, mas, também, para o aperfeiçoamento de cada indivíduo. Sem a valorização

da memória e sem a percepção sobre nós mesmos estamos à deriva, remando incansavelmente em direção a um destino obscuro e imprevisível. É cair no esquecimento e na ignorância, ao reproduzir as mesmas práticas do passado e ao desprezar parte daquilo que nos torna humanos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** – 1ª ed. - São Paulo: Polen livros, 2019.
- ARNS, D. Paulo Evaristo. **Projeto “Brasil: Nunca Mais”**. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985.
- BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. – 9ª ed. - Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1987.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (ORGS). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. - 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). JUNIOR, José Cretella (Coord.) **Constituição da República Federativa do Brasil**. - 2ª ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 23ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASSOL, Gissele. **Tortura na ditadura militar brasileira (1964-1985)**. 2005.
- EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (ORGS). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX** - 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. *In*: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson, (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 140.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. – 2ª ed.- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. *In*: FILHO, Daniel Aarão Reis; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- JÚNIOR, Amarílio Ferreira. **Tortura no contexto do regime militar.** Revista Olhar - ANO 02 - N. 4 - Dezembro de 2000.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARTINS, Paulo Henrique. **Cultura autoritária no Brasil.** 1999.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico.** *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Universidade, ditadura e cultura política.** *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 16n. 1, p. 69-89, jun. 2014.
- NETO, Paulo Bungart. **As memórias dos torturados pela ditadura militar brasileira: o testemunho dos sobreviventes.** 2015.
- PELLEGRINO, Hélio, Um regime que destrói. *In*: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais.** Depoimentos e debates. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- PIOVESAN, Flávia; SALLA, Fernando. **Tortura no Brasil: pesadelo sem fim?** *In*: *Ciência Hoje* – SBPC 176, p. São Paulo, 2001.
- REIS, José Carlos. **Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro.** – 1ª ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia.** — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARCZ, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. *In*: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

Sites consultados

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Último acesso em: 16 de jun. de 2020.

LEI FEDERAL Nº 785, de 20 de agosto de 1949. **Cria a Escola Superior de Guerra.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1785.htm> Último acesso em : 05 de abr. de 2021.

LEI FEDERAL Nº 4.341, de 13 de junho de 1964. **Cria o Serviço Nacional de Informações.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14341.htm> Último acesso em: 2 de abr. de 2021.

Novos laudos reforçam denúncia de tortura durante intervenção no Rio. Portal G1, 01 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/12/01/exclusivo-novos-laudos-reforcaram-denuncia-de-tortura-durante-intervencao-militar-no-rio.ghtml>> Último acesso em: 9 de jul. de 2020.

PIRES, Breiller. Entre a vida e a morte sob tortura, violência policial se estende por todo o Brasil, blindada pela impunidade. El PAÍS, São Paulo, 30 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-30/entre-a-vida-e-a-morte-sob-tortura-violencia-policial-s-e-estende-por-todo-o-brasil-blindada-pela-impunidade.html>> Último acesso em: 9 de jul. de 2020.

Prego no pé, spray de pimenta e beijo forçado: as torturas em prisões do Pará segundo o Ministério Público. BBC BRASIL, 9 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49992057>> Último acesso em: 9 de jul. de 2020.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (SISDEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/sisdepen>> Último acesso em: 31 de mar. De 2021.

Relatórios

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos.** – Cap. 4 – Brasília, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>> Último acesso em: 19 de mar. de 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas.** - Caps. 7, 9, 10 - Brasília, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>> Último acesso em: 10 de jul. de 2020.

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL-CNBB. **Tortura em tempos de encarceramento em massa.** FILHO, Paulo César Malvezzi; VALETE, Rodolfo de Almeida (orgs.) - São Paulo, 2018.

SUBCOMITÊ DE PREVENÇÃO DA TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES. **Visita ao Brasil realizada de 19 a 30 de outubro: observações e recomendações ao Estado Parte.** 2017.

“A Alemanha Acima de Tudo”: O Nacionalismo como Ferramenta do Imperialismo Alemão - 1890-1914

“Germany Above All”: Nationalism as a Tool for German Imperialism - 1890-1914

Bruno Pimenta Starling

Mestrado em Relações Internacionais

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

starlingbp@gmail.com

Recebido em: 13/10/2021

Aprovado em: 20/10/2021

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar como a Alemanha, entre 1890 e 1914, utilizou o nacionalismo como forma de viabilizar sua política externa. O esforço para identificar os interesses do Estado como interesses da nação foi realizado com o intuito de extrair recursos sociais, políticos e econômicos para a execução da *Weltpolitik*. Esta foi uma ideia imposta do Estado para a sociedade, de tal maneira que houvesse a sensação de unidade e coesão nacional entre a população e o governo alemães. Apoiamos nos conceitos de nação e nacionalismo conforme propostos por Benedict Anderson e Eric J. Hobsbawm, bem como na teoria realista neoclássica das Relações Internacionais, que nos fornecem os instrumentos necessários para a nossa pesquisa. Como fontes, nos debruçamos em discursos políticos, testemunhos e documentos oficiais do período, como, por exemplo, a Constituição do Império Alemão.

Palavras-chave: Alemanha, nacionalismo, imperialismo.

Abstract: The objective of this paper is to show how Germany, between 1890 and 1914, used nationalism as a way to make its foreign policy viable. The effort to identify the State's interests as the interests of the nation was carried out in order to raise social, political and economic resources for the execution of the *Weltpolitik*. This was a top down idea, imposed from State to society, in such a way that there was a sense of unity and national cohesion between the German population and the government. We rely on the concepts of nation and nationalism as proposed by Benedict Anderson and Eric J. Hobsbawm, as well as on the International Relations neoclassical realist theory, which provide us with the necessary instruments for our research. As sources, we look into political

speeches, testimonies and official documents of the period, such as the Constitution of the German Empire.

Keywords: Germany, nationalism, imperialism.

Introdução

Parece não haver momento mais propício para retomar a discussão sobre o nacionalismo anterior à Primeira Guerra Mundial do que agora, no início do século XXI. Situações como o fechamento de fronteiras nacionais – seja devido à crise dos refugiados, seja com o intuito de conter a disseminação do novo coronavírus, agente causador da COVID-19 – e a ascensão de governos nacionalistas autoritários em diversas partes do mundo surgem como catalisadores de comparações entre o período pré-1914 e a atual conjuntura global. Essa onda nacionalista autoritária tomou de assalto alguns países europeus, como a Turquia e a Hungria, e também alcançou outras partes do mundo, como os Estados Unidos o Brasil e a Índia, dentre outros. No século XXI, o nacionalismo autoritário ganha ares populistas, e seus representantes visam a reafirmar a primazia da nação sobre o internacional, a identidade nacional e a estabilidade econômica em detrimento da diversidade e pluralidade propostas pela globalização (EATWELL & GODWIN, 2020).

Outros fatores também foram mencionados por pesquisadores como Oliver Stuenkel (2018), por exemplo, que vê numa eventual ascensão nacionalista na China o principal motivo de preocupação rumo a um conflito entre grandes potências. Por sua vez, Aaron Friedberg (2012), de certa forma retomando criticamente o trabalho de Norman Angell (2002) publicado no início do século passado, considera que, a exemplo da virada do século XIX para o XX, as consequências pacificadoras do comércio internacional não devem ser levadas a sério. Pelo contrário, o comércio seria um potencial veículo de atrito.

Desta forma, assim como aconteceu em 1914 com o equilíbrio de poder na Europa e o despertar do conflito mundial, a ordem global contemporânea dominada pelo Ocidente parece entrar

em colapso, já que vê seus valores contestados por movimentos sociopolíticos de amplo espectro, como o pensamento decolonial, e pela ascensão de potências emergentes, como a China – por vezes comparada à Alemanha Guilhermina (STUENKEL, 2018). Nesse sentido, o recrudescimento de um nacionalismo exaltado e xenofóbico, num movimento de reação às contestações supramencionadas, e a disputa pelo mercado global intensificada por uma crise econômica de larga escala que parece não encontrar seu fim, são motivos suficientes para despertar nossa atenção para alguns elementos da conjuntura anterior à eclosão da Primeira Guerra Mundial (CHESNEY, 2020).

À luz desses acontecimentos recentes, o estudo do nacionalismo adquire nova relevância nos estudos históricos. Neste contexto, o interesse pelo nacionalismo alemão da virada do século XIX para o XX é uma vez mais mobilizado, desta feita devido a preocupações e abordagens despertadas por questões contemporâneas, vinculadas ao tempo presente, como não poderia deixar de ser numa abordagem historiográfica.

É a partir do último quartel do século XIX, e especialmente na virada para o século XX, que Eric J. Hobsbawm (2011) assinala uma mudança radical na ideia de nacionalismo em toda Europa, que passa a destacar o elemento linguístico e ganha contornos raciais e xenofóbicos sob influência de teorias eugenistas e pseudocientíficas, como o darwinismo social. Assume, também, amparado por uma maior democratização da política, um caráter mais popular, de mobilização de massas, que alcança especialmente os estratos médios e baixos da população. O papel do Estado-nação, fenômeno sociopolítico do século XIX e transformador do Estado em uma estrutura administrativa moderna, mobilizadora e influenciadora de cidadãos, ajuda a explicar a disseminação do nacionalismo pelas “camadas populares”.

Trata-se, também, de um período em que países como França e Grã-Bretanha, principalmente, passam a almejar um expansionismo imperialista e comercial, de forma a aumentar o seu poder e estender sua influência, disputando mercados e territórios nos quatro cantos do globo. A mobilidade se torna subjacente e ondas migratórias envolvem todos os continentes. A

industrialização se propaga por um maior número de Estados-nação que, por sua vez, intensificam o controle de suas fronteiras em termos práticos e ideológicos. Um período em que, podemos afirmar, o mundo conheceu sua primeira globalização do tipo moderno (CONRAD, 2010-I). Trata-se, de acordo com famosa formulação de Eric J. Hobsbawm (2016), da *Era dos Impérios*.

A Alemanha de Guilherme¹ II não foi apenas mero integrante, mas parte crucial do desenrolar deste processo. Recém-estabelecida como nação e recém-promovida ao status de potência europeia, os alemães, sob Otto von Bismarck², chanceler³ entre 1871 e 1890, alcançam um grau de coesão interna suficiente e se consideram preparados para alçar voos mais altos. Tendo partido atrasado na “corrida imperialista”, nas palavras de Bernhard von Bulow, chanceler alemão entre 1900 e 1909, o Império alemão almeja alcançar seu “lugar ao sol”.

Nesse sentido, o propósito deste trabalho é demonstrar como o Estado Imperial alemão, no período guilhermino (1890-1914), utilizou o nacionalismo como ferramenta de mobilização popular para alcançar objetivos imperialistas desenvolvidos por uma política externa expansionista e ambiciosa, denominada *Weltpolitik* (em tradução livre: política mundial), que visava ampliar as ações da Alemanha para além do continente europeu. As fontes utilizadas em nossa pesquisa são principalmente os documentos oficiais do Estado Imperial Alemão, como sua Constituição, discursos proferidos pelos líderes da *Weltpolitik*, como o do chanceler Bernhard von Bulow, e testemunho de diplomatas estrangeiros na Alemanha, como o memorando Crowe.

¹ Guilherme II (1859-1941) foi imperador da Alemanha de 1888 até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Dotado de um caráter belicoso, percebia a Alemanha como uma potência “adormecida”, cujo potencial ainda não havia sido de todo aproveitado. Liderou a Alemanha rumo a uma política internacional belicista, abandonando a política de *détente* utilizada por Bismarck.

² Otto von Bismarck (1815-1898) foi o grande arquiteto da unificação alemã sob a liderança da Prússia, concluída em 1871, após a vitória sobre a França de Napoleão III. Grande diplomata e articulador político, foi primeiro-ministro da Prússia antes da unificação, tornando-se, com a criação do Império Alemão, o 1º chanceler da Alemanha. Esta posição lhe deu poderes suficientes para a construção de uma política nacional com vistas ao estabelecimento de uma nação alemã internamente forte e coesa.

³ Na Alemanha Imperial, o termo chanceler designava o chefe de governo. Outra denominação para o cargo era a de ministro-presidente, muito similar ao que hoje conhecemos como primeiro-ministro.

Assim sendo, por meio da mobilização das fontes e dos conceitos de nacionalismo e imperialismo, e apoiados na teoria realista neoclássica das Relações Internacionais sobre mobilização e extração de recursos sociais, trataremos de responder as seguintes perguntas: (1) Quais foram as estratégias utilizadas pelo Império alemão para desenvolver sua política externa expansionista? (2) Como o Estado conseguiu angariar poder e influência necessários para implementação desta política? (3) Finalmente, como o Estado alemão conseguiu instrumentalizar o nacionalismo de tal maneira que o transformasse em uma ferramenta de uma política externa imperialista?

Extração e Mobilização de Recursos Sociais: instrumentalizando o nacionalismo

Nossa problematização do nacionalismo perpassa os trabalhos, já clássicos, de Eric J. Hobsbawm (2011) e Benedict Anderson (2008). Contudo, não deixamos de nos apoiar em obras que tratam mais especificamente da Alemanha e do nacionalismo alemão, como, por exemplo, os trabalhos de Sebastian Conrad (2010-I; 2010-II) e Roger Chickering (2010) dentre outros. Conrad, assim como Osvaldo Coggiola (2009), também nos auxiliará na compreensão do imperialismo moderno.

De acordo com Hobsbawm (2011), nação e nacionalismo, no sentido moderno dos termos, são fenômenos relativamente recentes, originados na virada do século XVIII para o XIX. O nacionalismo é um princípio que agrega valores como dever cívico e político para com a nação acima de qualquer outro compromisso ideológico ou obrigação pública. Um sentimento de pertencimento a uma entidade nacional (o Estado), que sustente, de forma congruente, certa identidade e unidade política. Por sua vez, a nação seria uma entidade específica de determinado período histórico que adquire significado apenas quando relacionada ao Estado-nação. É um fenômeno dual, construído de cima para baixo, que, contudo, carece de explicação a partir de baixo, dado que seu caráter se torna paulatinamente mais popular. Para Hobsbawm (2011), nações não geram Estados ou nacionalismos, mas sim o oposto.

Já Benedict Anderson (2008) considera a nação uma “comunidade imaginada”. Inspiradas em “mitos de origem” previamente selecionados, nacionalidades são construídas num longo processo de mitificação e construção de uma memória coletiva e afetiva. Nesse sentido, o sentimento nacional estaria mais próximo ao conceito de “parentesco” ou “religião” do que de ideologias como o socialismo ou liberalismo. Assim sendo, a ideia de “comunidade imaginada” é que dá origem ao caráter fraterno e afetivo presente no nacionalismo. A nação seria uma comunidade simbólica, pensada de cima para baixo, e construída pelo nacionalismo por meio do desenvolvimento de uma educação linguística nacional e de instrumentos técnicos de persuasão, especialmente a imprensa (livros, romances, jornais e revistas). Daí advém seu caráter inicialmente elitista. Também recorreremos à concepção de “nacionalismo oficial”, originário de uma reação aristocrática por parte dos Estados dinásticos contra “os movimentos nacionais populares que proliferavam na Europa desde os anos 1820” (ANDERSON, 2008, p. 131).

Oswaldo Coggiola (2009) identifica a emergência do imperialismo de meados do século XIX com a busca de mercados para o escoamento de produtos europeus, estacionados em uma Europa saturada e que atravessava grave crise econômica vinculada à superprodução. Sebastian Conrad (2010-I) entende, contudo, que o processo colonial deste período não se resumia apenas a questões econômicas. Isso porque houve mudanças de objetivo e na compreensão europeia do processo de exploração colonial. Os europeus haviam “descoberto” o mercado e a população locais e visavam alcançá-los e “modernizá-los” por meio de “missões civilizatórias”. Nesse sentido, a expansão colonial do período não se detinha na dominação militar e exploração econômica do território, tratava-se, também, de um projeto de dominação cultural, no qual o imaginário colonial representava importante papel.

Oswaldo Coggiola (2009) considera que o período entre 1890 e 1914 foi de redefinição e redistribuição do poder mundial, com a perda de vantagem comparativa por parte da Grã-Bretanha e a emergência de novos e importantes atores, principalmente Estados Unidos e Alemanha. Três

fatores são cruciais para explicar este período: (1) a Unificação Alemã, seu crescimento populacional e, conseqüentemente, de seu mercado interno; (2) a emigração em massa da Europa para os Estados Unidos; e (3) a perda de competitividade relativa da indústria inglesa.

Diante deste contexto, para entendermos como a Alemanha se organizou para participar do processo de expansão imperialista, nos apoiaremos em alguns conceitos da escola realista neoclássica das Relações Internacionais. Ela define o poder relativo do Estado como a capacidade e a habilidade estrutural de um governo em angariar os recursos de uma sociedade para utilizá-los de acordo com seus propósitos. Segundo Rose (1998):

[...] os líderes nacionais podem não ter fácil acesso aos recursos de poder totais de um país. Uma vez levantada, a noção de que análises de poder internacional devem levar em consideração a habilidade dos governos em extrair e direcionar os recursos de suas sociedades parece quase óbvia, e, na verdade, ela simplesmente envolve a incorporação de variáveis que são rotina em outros campos da ciência política nas teorias de Relações Internacionais. (ROSE, 1998, pp. 161, tradução nossa⁴).

Conseqüentemente, o que realmente importa é o poder que o Estado possui e não necessariamente o poder nacional. O poder do Estado é a porção do poder nacional que determinado governo consegue extrair e direcionar para a realização de seus objetivos. Nesse sentido, os Estados buscam realocar recursos sociais, que porventura seriam gastos em consumo, para a segurança nacional e para o desenvolvimento de seu poder bélico. A política externa, portanto, é guiada não pela nação, mas pelo governo, que depende da sua capacidade em instrumentalizar os supracitados recursos sociais em benefício de suas pretensões (RATHBUN, 2008.)

Assim, como o Estado pode instrumentalizar o nacionalismo, compreendido como um recurso social, de forma a transformá-lo numa ferramenta em prol do desenvolvimento de uma política externa? A ideia reside, essencialmente, em identificar os objetivos do Estado com os anseios

⁴ Texto original: “[...] national leaders may not have easy access to a country’s total material power resources. Once raised, the notion that international power analysis must take into account the ability of governments to extract and direct the resources of their societies seem almost obvious, and in fact it simply involves incorporating into international relations theory variables that are routine in other subfields of political science”.

da população, transformando-os no que o Estado promoveria como “interesse nacional”. Essa harmonização entre objetivos estatais e populares permite ao Estado ampla margem de manobra, uma vez que justifica suas ações em nome do bem comum e da glória da nação. Contudo, bem entendido, trata-se na verdade do próprio interesse do Estado e de sua classe governante.

Na formação do seu modelo de extração e mobilização de recursos, Jeffrey Taliaferro (2009) enfatiza a influência do nacionalismo na composição do poder do Estado. O nacionalismo patrocinado pelo Estado tende a facilitar a extração e mobilização de poder, uma vez que ele proporciona maior coesão entre os líderes e a sociedade, aproximando os objetivos do Estado aos objetivos da sociedade enquanto nação. Para que o nacionalismo seja realmente um facilitador da capacidade do Estado em extrair e mobilizar recursos, ele não pode ser um nacionalismo de caráter separatista, como aquele manifestado por alguns movimentos nacionalistas do Império Austro-Húngaro, em fins do século XIX e princípio do XX, ou como o atual movimento pela independência da Catalunha. Ele deve ter o intuito de fortalecer a coesão interna em face dos adversários externos. Por isso, enfatiza a expressão “nacionalismo patrocinado pelo Estado” (TALIAFERRO, 2009, s.p., tradução nossa⁵) como o tipo de nacionalismo que realmente permite o fácil acesso aos recursos necessários para aumentar o poder estatal. Trata-se de uma ideia que dialoga, em algumas experiências, com a concepção de Anderson (2008) sobre o “nacionalismo oficial”.

Hobsbawm (2011, p. 21) salienta que “as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles”. Contudo, o Estado, ao instrumentalizar e coordenar o sentimento nacionalista, reveste-se da legitimidade proposta pelo “interesse nacional”, transformando o interesse do Estado no interesse do cidadão. Trata-se da coesão nacional almejada por Bismarck, tão necessária para o desenvolvimento da política externa do período guilhermino (ZAHREDINNE; STARLING, 2020). O ponto é que o nacionalismo deve exercer tal preponderância sobre a lealdade dos indivíduos de

⁵ Texto original: “state-sponsored nationalism”.

forma que outras identidades de grupo, como partidos políticos, ideologias ou regionalismos, não consigam superar o sentimento nacional.

É assim que o Estado consegue justificar a nacionalização de bancos e indústrias-chave, o apoio a empresas nacionais e empréstimos a nações estrangeiras para realização de obras no exterior, o desenvolvimento de políticas de caráter expansionista e bélico-militaristas, a intervenção direta na economia e a intensificação da cobrança de impostos, taxas e expropriações com vistas à transformação direta de recursos sociais em poder militar e econômico do Estado.

Vale ressaltar que tal coesão nacional não significa unanimidade política, mas simplesmente um sentimento de pertencimento a um determinado país, uma identificação sociocultural proporcionada pela língua, pela educação, pela cultura e pelo Estado, responsável por desenvolver a força-motriz necessária para que a população ultrapasse obstáculos e diferenças regionais, políticas, étnicas e/ou econômicas de forma a se mobilizar em prol de um objetivo mais amplo e de cunho nacional. Quer dizer que a população está disposta a fazer sacrifícios que ultrapassem essas diferenças, na medida em que a maioria dos indivíduos e dos grupos sociais enxerga a legitimidade das instituições estatais.

Em geral, nacionalismos patrocinados pelo Estado tendem a aumentar a coesão social e a propensão dos indivíduos a se identificarem com o Estado, o que, em troca, facilita os esforços dos líderes em extrair e mobilizar recursos da sociedade, tendo em vista os objetivos de segurança nacional. (TALIAFERRO, 2009, p. 219, tradução nossa⁶).

Portanto, a teoria realista neoclássica das Relações Internacionais pondera que a construção de uma identidade nacional é crucial para a formação de uma nação coesa. Por sua vez, tal coesão mostra-se extremamente importante para a implementação da política externa do Estado, uma vez que possibilita a identificação dos interesses da população com os do Estado, entendidos como “interesse nacional”. Assim sendo, tendo em vista o alcance de seus objetivos de política externa, é

⁶ Texto original: “In general, state-sponsored nationalism tends to increase social cohesion and the propensity of individuals to identify with the state, which in turn facilitates leaders’s efforts to extract and mobilize resources from society for national security goals”.

interessante para o Estado estimular o nacionalismo de forma a aumentar suas possibilidades de sucesso e alcançar uma harmonia entre os objetivos do Estado e os anseios populares (TALIAFERRO, 2009). O nacionalismo patrocinado pelo Estado é, portanto, fundamental para as ações externas de um país, uma vez que lhe proporciona a segurança e a sintonia internas necessárias para empreender internacionalmente e permite que a população identifique os objetivos do “interesse nacional” como seus próprios. Dada a coesão por ela proporcionada, tal identidade é que fornece, segundo Taliaferro (2009), os elementos que facilitam a extração e a mobilização de recursos sociais.

Militarismo e educação na transformação do nacionalismo alemão

Benedict Anderson (2008) demonstra que a construção de uma nação perpassa pelas ideias de uma elite letrada, cuja influência é transmitida por meio de jornais, revistas e livros. O nacionalismo, desta forma, é inicialmente elitista, e procura em mitos de origem dar significado à ideia de nação. Por sua vez, Hobsbawm (2011), em certa consonância com Anderson, salienta que a linguagem não é indispensável para a construção do nacionalismo. Contudo, é inquestionável que ela foi a âncora de alguns deles. Diante da inexistência de um Estado alemão forte e independente, o nacionalismo alemão da primeira metade do século XIX amparou-se na influência da elite letrada de língua alemã: “a língua era o único indicador adequado da nacionalidade, um argumento ajustado ao nacionalismo alemão desde que os germânicos estavam amplamente distribuídos na Europa central e oriental” (HOBSBAWM, 2011, p. 32).

Após a Unificação de 1871, Otto von Bismarck, como chanceler do Império Alemão, assume para si a tarefa de construção da nação baseada no Estado e no nacionalismo semeado pela elite de língua alemã no período imediatamente anterior. Visava à coesão nacional, que proporcionaria os meios adequados à formação da nação alemã e sua posterior afirmação. Por meio da educação pública e de outros mecanismos burocrático-administrativos, um dos procedimentos utilizados por Bismarck foi a implementação de um nacionalismo de Estado – ou nacionalismo oficial na definição

de Benedict Anderson (2008) – construído com base no ataque às minorias nacionais presentes no território do recém-fundado Império, como franceses, dinamarqueses, mas, especialmente, poloneses.

Já no período de Guilherme II, o nacionalismo alcança camadas mais populares e não mais se restringindo às elites responsáveis pela sua construção. O resultado, que já poderia ser sentido no final da década de 1880, foi a formação de uma identidade baseada na diferenciação do outro e na superioridade da civilização alemã (CONRAD, 2010).

Como vimos, uma nação coesa, em que impera uma forte identidade nacional, é terreno propício para a extração e mobilização de recursos sociais. A educação e o militarismo foram instrumentos de suma importância para a afirmação de uma coesão nacional no período de Bismarck. Sob Guilherme II, as instituições nacionais – especialmente as militares e as escolas – atuavam como protagonistas na criação de uma base popular nacionalista, tais como a imprensa e uma enxurrada de associações nacionais (CONRAD 2010-I). No período guilhermino, educação e militarismo seriam mobilizados como apoio à implementação e à legitimação da *Weltpolitik*.

O militarismo nacionalista “[...] agiu como uma ponte ideológica para as ideias imperialistas que começavam a se espalhar entre a burguesia nacionalista liberal” (BERGHAIN, 2005, p. 205, tradução nossa⁷). Roger Chickering (2010, p. 201) chega a mencionar uma “cultura militarizada do patriotismo”, graças especialmente ao desenvolvimento e crescimento da influência de grupos de pressão, organizados a partir da década de 1890. Eram muito ligados a ideologias nacionalistas, racistas, xenofóbicas, colonialistas e de exaltação do germanismo.

O Estado foi o principal responsável pela militarização da cultura alemã. Segundo Chickering (2010), promoveu uma militarização sistêmica dos símbolos do Império: o dia nacional da Alemanha era comemorado no dia dois de setembro, data da vitória da Prússia sobre a França, em Sedan, no contexto da Guerra Franco-Prussiana, cujo desfecho selou a concretização do Império Alemão; a canção *Deutschland über Alles* (a Alemanha acima de todos) foi utilizada como hino de exaltação

⁷ Texto original: “[...] acted as an ideological bridge to imperialist ideas that began to spread among nationalist-liberal bourgeoisie”.

nacionalista (HOBSBAWM, 2016). Essa conexão dos valores militares às questões públicas e de Estado fortaleceram o Poder Executivo e burocrático na Alemanha (CHICKERING, 2010).

Na Alemanha, o setor militar exerceu forte influência nas tomadas de decisão e na formação da opinião pública, representando a maior fonte de orgulho da nação alemã (CHICKERING, 2010). Esse orgulho pelas forças armadas tem relação direta com o poder do Estado, já que na Alemanha os militares respondiam diretamente ao *kaiser*, também responsável pelas relações internacionais do Império, pela declaração de guerra e acordos de paz, de acordo com o previsto na Constituição do Reich.

A preeminência do militar na sociedade tem a ver com o fato de que grande parte dos alemães, graças à política de coesão nacional promovida por Bismarck, acompanhava o Estado em sua leitura do sistema internacional e o papel protagonista a ser alcançado pela Alemanha no que tange às ambições imperialistas. Os valores e virtudes conectados ao serviço militar, como disciplina, obediência, submissão, serviriam como guia para a glória máxima da nação alemã. Esses valores foram externados por Diederich Hessling, personagem principal de *O Súdito*, romance de Heinrich Mann, que divaga a respeito do *kaiser* e do Estado alemão:

Lá, sobre o cavalo, cavalgava o Poder [...] O Poder que passa sobre nós e cujos cascos nós beijamos! Que passa por cima da fome, da teimosia e do escárnio! Contra o qual nada podemos, pois nós todos o amamos! Que temos no sangue, porque nele corre nossa submissão (MANN, 2014, p. 79).

Essa cultura patriota era desde cedo estimulada pelo Estado. Embora o sistema educacional tenha permanecido nas mãos dos estados federados após a unificação, o Império interferia diretamente no ensino público e particular. Considerava-se dever especial de professores e funcionários do governo a promoção da consciência nacional (BERGHAHN, 2005). Currículos foram atualizados e colocados de acordo com a nova realidade alemã, a de exaltação nacional em que os campos de batalha das guerras de unificação se tornaram o ápice do ensino de história. Nas escolas públicas, por exemplo, eram realizadas celebrações patrióticas em datas comemorativas, como no dia de Sedan. De acordo com as palavras de um oficial prussiano, o objetivo era “[...] cultivar nas

crianças ‘o poderoso estímulo de imitar seus pais’, os veteranos da guerra de 1870-1871, que tinham ‘arriscado tudo para assegurar as maiores bênçãos terrestres para seus descendentes’” (CHICKERING, 2010, p. 200, tradução nossa⁸).

O Estado e a idolatria da dinastia Hohenzollern eram exaltados as escolas de toda a Alemanha. Como atesta o depoimento, feito de forma retrospectiva, de um antigo estudante da escola secundária:

Tenho receio de que a maioria das escolas em pequenas cidades, particularmente aquelas nas provinciais mais orientais, fosse mais ou menos como a nossa. O nacionalismo florescia ali. A casa dos Hohenzollerns, o *kaiser* Guilherme, os príncipes e generais prussianos eram admirados, suas figuras, idealizadas. A falta de cultura intelectual deles [dos professores], seu desdém pelos valores culturais eram quase um programa oficial (FISCHER, [1913?], s.p., tradução nossa⁹).

O próprio *kaiser* Guilherme II se interessava pessoalmente pela educação e com os currículos escolares, preocupando-se especialmente com o ensino de História, que deveria valorizar mais a nação alemã e seus feitos militares. Em uma ordem direta dirigida ao Ministro de Estado Prussiano, em 1889, afirma que a grade curricular deveria dar mais relevância a acontecimentos mais recentes e contemporâneos, em uma clara referência à valorização das guerras de unificação (CLARK, 2009). Durante a década de 1890, o *kaiser* fez intervenções pessoais nas políticas escolares. Em um discurso público, declarou que o sistema escolar alemão deveria valorizar “[...] a higiene, a educação física, a redução da carga de estudos e a necessidade de uma base nacional para o currículo” (CLARK, 2009, p. 83, tradução nossa¹⁰). O objetivo era a formação de pessoas vigorosas e inteligentes, imbuídas da

⁸ Texto original: “[...] was to cultivate in children a ‘powerful stimulus to emulate their fathers’, the veterans of the war of 1870-71, who had ‘risksed everything to ensure the highest earthly blessings for their descendents.’”

⁹ Texto original: “I am afraid that the majority of the schools in small towns, particularly those in the eastern provinces, were more or less like ours.

Nationalism was flourishing here. The house of the Hohenzollerns, Kaiser Wilhelm, the Prussian princes and generals were the admired, idealized figures. Their lack of intellectual education, their disdain for cultural values was almost an official program”.

¹⁰ Texto original: hygiene, physical education, reduction of the study burden and the need for a ‘national foundation’ to the curriculum”.

identidade de nação transformadora dos estudantes em futuros funcionários públicos e soldados nacionalistas, cujo único desejo seria o de servir à pátria-mãe.

O Nacionalismo como Ferramenta do Imperialismo Alemão

Como vimos, o nacionalismo, quando patrocinado pelo Estado, torna-se um facilitador para a implementação das políticas, internas ou externas, desejadas pelo corpo dirigente. Assim sendo, como a Alemanha de Guilherme II utilizou o nacionalismo alemão de forma a melhor conduzir a execução da *Weltpolitik*?

Ao final do século XIX, a condição de potência estava firmemente relacionada à posse de colônias, independente de seu valor econômico e geopolítico. Entretanto, a Alemanha se mostrava, em tempos de Guilherme II, profundamente incomodada pelo fato de uma potência como ela, tão poderosa e dinâmica, possuir apenas um pequeno percentual de territórios coloniais quando comparados a britânicos e franceses, por exemplo. A *Weltpolitik* de Guilherme II visava a sanar essa “deficiência” na história da Alemanha e seu sucesso significaria o triunfo civilizacional da nação alemã.

Sebastian Conrad (2010-I) entende que a dinâmica do nacionalismo não pode ser compreendida senão considerando a interação entre as sociedades. Desenvolve a teoria de que o nacionalismo alemão, na virada do século XIX para o XX, foi construído num contexto de globalização, no qual os alemães não apenas teriam exercido influência no estrangeiro, mas também ficado suscetíveis à influência externa, num processo de intercâmbio de ideias e mentalidade típico de uma conjuntura global. Assim sendo, o nacionalismo alemão foi pensado em função do outro e nas suas próprias particularidades que o diferenciavam dos estrangeiros e faziam do alemão uma raça imbuída de uma missão civilizatória.

Certamente, trata-se de um mundo em que o Estado-nação configura-se como ator preponderante no sistema internacional. Mas, é precisamente porque o mundo se tornava cada vez

mais internacional e globalizado que os Estados e seus cidadãos sentiam a necessidade de definirem uma mentalidade e identidade nacionais que os fizessem sentir como pertencentes a um grupo que compartilhasse valores culturais, linguísticos e identitários. São sentimentos, não ideologias, como quer Benedict Anderson (2008), criados, portanto, em função da diferenciação do outro, que forjam a identidade nacional.

De acordo com Osvaldo Coggiola (2009, p. 127), “a ‘nação’ imperialista pavimentava o caminho do Estado racista” e, como vimos, a ideia de nação sofreu importante transformação no final do século XIX, passando a ser compreendida de acordo com critérios de diferenciação étnicos e raciais, assumindo, desta forma, uma forte conotação xenofóbica e racista. A Alemanha de Guilherme II seguiu este padrão.

Os principais expoentes da *Weltpolitik*, o chanceler Bernhard von Bulow e o Almirante Alfred von Tirpitz, encontravam apoio às suas propostas expansionistas nas diversas associações nacionalistas. Elas eram compostas por diversos grupos da burguesia educada formada por intelectuais que acreditavam no benefício étnico de uma expansão alemã, formando um grupo coeso defensor do darwinismo social, e também entre industriais e empresários, para os quais o acesso ao mercado mundial prometido pela “política mundial” era extremamente atraente (CONRAD, 2010-II).

Na tabela I, podemos observar a evolução do número de membros de algumas das principais associações nacionalistas, algumas fundadas no período bismarckiano, mas que aumentaram sua intensidade participativa no reinado de Guilherme II. É interessante observar o importante crescimento dessas associações a partir de 1900, quando a *Weltpolitik* já começara a ser implementada como uma política de governo, especialmente a assombrosa multiplicação dos membros da Liga da Marinha Alemã, fundada exatamente no ano de aprovação da primeira Lei da Marinha, em 1898.

Tabela 1 – Membros das Associações Nacionalistas, 1881-1914

Ano	Liga Pangermânica	Liga da Marinha	Sociedade Colonial
1887			14838
1891	21000		17709
1893	5000		17154
1894	5742		16264
1895	7715		16474
1896	9443		17901
1897	12974		21252
1898	17364	14252	26501
1899	20488	93991	31601
1900	21735	216749	34768
1901	21924	238767	33541
1903	19068	233173	31482
1904	19111	249241	31985
1906	18445	315420	32787
1910	x	290964	39025
1912	c.17000	320174	41163
1914	x	331493	42018

Fonte: BERGHAHN, Volker. **Imperial Germany: economy, society, culture and politics – 1871-1914.** New York: Berghahn Books, 2005.

O poder desses grupos de pressão está no fato de que grande parte de seus integrantes tinham formação universitária e estavam maciçamente presentes nos órgãos públicos. Segundo dados de Roger Chickering (2010), 76% dos líderes da Sociedade Colonial Alemã, 72% dos da Liga Naval e 54% dos da Liga Pangermânica eram servidores públicos em órgãos nacionais de alto nível e/ou professores na escola secundária.

De maneira geral, a estrutura interna formada pelos grupos de pressão, que embora pudessem causar sérios transtornos para o Estado alemão graças ao seu radicalismo, auxiliou o governo a aprovar diversas medidas e legislações que eram de seu interesse e fundamentais para a

implementação da *Weltpolitik*. Seus integrantes acreditavam que “[...] o povo era uma entidade orgânica cuja saúde requeria expansão imperial e a eliminação forçada das impurezas estrangeiras, como os judeus” (CHICKERING, 2010).

Foi, assim, um instrumento que na maioria das vezes facilitou a extração e mobilização de recursos sociais e possibilitou sua transformação em recursos materiais militares que possibilitariam a execução da política externa mundial. Sem o apoio da Liga da Marinha¹¹, por exemplo, inquestionavelmente a organização nacionalista mais poderosa e influente, o Estado dificilmente conseguiria implementar a marca registrada da *Weltpolitik*: o aumento de sua marinha de guerra e de sua capacidade militar de forma a fazer frente à Grã-Bretanha, principal e mais forte potência naval do período. As leis navais de 1898 e suas seguidas reformas foram aprovadas em sequência pelo *Reichstag* nos anos de 1900, 1906, 1908 e 1912 (CLARK, 2009). Para Volker Berghahn (2005, p. 216, tradução nossa),¹²

O que é incontestável é que as associações nacionalistas aceleraram a mobilização da população em todos os níveis. [...] Suas associações foram originalmente criadas para promover um senso de orgulho e tradição local, desenvolvimento econômico regional e turismo.

Portanto, o Estado via com bons olhos o crescimento do sentimento nacional na Alemanha, promovendo a identidade necessária para fazer a conexão dos interesses da sociedade aos “interesses nacionais”. Neste aspecto, os alemães visavam se posicionar ao lado das outras potências imperiais, cujo objetivo, meramente demagógico, era levar a civilização às sociedades “atrasadas” do mundo, em uma interpretação sociológica de caráter eugenista das teorias do biólogo Charles Darwin. A bem da verdade, o interesse dessas potências era a exploração econômica e a manutenção e/ou conquista do seu status de potência imperial.

¹¹ A Liga da Marinha contava com o apoio de influentes personagens da indústria alemã. Um dos apoiadores mais entusiásticos do programa naval e membros da Liga da Marinha, eram os magnatas da indústria de armamentos, Friedrich Krupp, e seu sucessor Gustav, que contribuíram com vultosas somas para seu desenvolvimento (CHICKERING, 2010).

¹² Texto original: “What is beyond dispute is that nationalist associations accelerated the mobilization of the population at all levels. [...] Its associations had originally been created to promote a sense of local pride and tradition, regional economic development, and tourism.”

Em 1899, Bulow, à época Secretário de Relações Exteriores, profere um inflamado discurso de alto teor nacionalista no qual relaciona a necessidade de obtenção de colônias a uma questão de segurança nacional e ainda insinua breve crítica a Bismarck, que teria se contentado a resolver disputas domésticas e não ter tido ambição suficiente que atendesse a grandeza alemã. Deixa claro a posição da Alemanha, primeira entre iguais, a respeito do direito de estar ao lado das outras potências na corrida imperial:

É hora, já é tempo [...] de considerarmos a posição que devemos adotar nos processos que estão se desdobrando em torno de nós. Processos que sustentam as futuras relações de poder, talvez por muito tempo. Permaneceremos imóveis e à margem, como fizemos com tanta frequência no passado, seja de um modesto consanguíneo ou porque fomos inteiramente absorvidos por nossas próprias disputas internas, ou mesmo por causa do doutrinairismo - sonhar ao ar livre enquanto outros tomam uma fatia da torta - isso não podemos e não permitiremos.

Está fora de questão pelo simples motivo de termos agora interesses em todas as partes do mundo. [...] O rápido crescimento de nossa população, a expansão sem precedentes da nossa indústria, a industriiosidade de nossos comerciantes, em suma, a vitalidade fenomenal do povo alemão nos integraram à economia mundial e nos atraíram para a política internacional. Se os britânicos falam da Grã-Bretanha, se os franceses falam da Nova França, se os russos se mudam para a Ásia, nós também temos direito a uma Grande Alemanha. Não no sentido de conquistas militares, mas, na verdade, no sentido de uma expansão pacífica do nosso comércio e suas bases. [...] Não podemos nem toleramos um retorno ao status quo às custas do povo alemão (VON BULOW, 1899, s.p., tradução nossa¹³).

¹³ Texto original: “It’s time, it’s high time for us (...) to consider the position we must adopt on the processes that are unfolding all around us, processes that bear the seeds of future power relations, perhaps for a long time to come. To remain immobile on the sidelines, as we have done so often in the past, either from an inbred modesty or because we have been entirely absorbed by our own inner disputes, or even because of doctrinairism – to daydream on the sidelines while others take a slice of the pie – this we cannot and will not permit.

It is out of the question for the simple reason that we now have interests in all parts of the world. [...] The rapid growth of our population, the unprecedented expansion of our industry, the industriousness of our merchants, in short, the phenomenal vitality of the German people have integrated us into the world economy and drawn us into international politics. If the British speak of Greater Britain, if the French speak of Nouvelle France, if the Russians move into Asia, we too have the right to a Greater Germany. Not in the sense of military conquests, but, indeed, in the sense of a peaceful expansion of our commerce and its bases. (...) We cannot and will not tolerate a return to the status quo at the expense of the German people”.

Havia realmente uma preocupação com a criação de uma “Nova Alemanha”. Contudo, a ideia era derivada de uma inquietação com a emigração de alemães para países onde seriam absorvidos pela cultura local, o que levaria a uma perda de “poder nacional” e da “germanidade” (*Germanness*) desses colonos. Desta forma, desenvolveu-se uma política de regulamentação de emigração e de estabelecimento de colônias. A condução do fluxo emigratório tornou-se um dos argumentos mais poderosos para defesa da Alemanha como potência imperialista. Pensava-se que, redirecionando o fluxo para locais onde a cultura alemã poderia florescer, se evitaria a “perda de poder nacional” e se reteriam os produtos originários do trabalho de alemães. O conceito de disseminação da cultura alemã ganhou popularidade com a ideia de missão civilizatória, na qual os alemães seriam responsáveis por levar a modernidade e a civilização alemãs para outras partes do mundo (CONRAD, 2010-I).

Apoiado pelas ligas nacionalistas, o Estado alemão, chegado tardiamente na corrida colonial, enfatiza, política e ideologicamente, a superioridade nacional de seu povo, cujo destino era a condução de uma missão civilizatória de terceira via entre a proposta ocidental representada pelo colonialismo franco-britânico e o “barbarismo” oriental (CONRAD, 2008). Não que esse “fardo do homem branco” fosse exclusividade dos alemães. Servia como justificativa para quase toda nação de origem europeia (aí incluídos os Estados Unidos) em seus empreendimentos colonialistas. Carregada por teorias eugenistas e pseudocientíficas como o darwinismo social, cuja ideologia carregava uma ideia de supremacia europeia perante outras sociedades, havia na Europa certa noção de que a dominação colonial era um empreendimento justo e até benéfico à humanidade, uma vez que trazia a civilização a povos vistos como “atrasados” (COGGIOLA, 2009).

De certa maneira, Guilherme II dá continuidade à ideia de Bismarck de promoção de um nacionalismo patrocinado pelo Estado, ou nacionalismo oficial. No período bismarckiano (1871-1890), a intenção era alcançar a coesão interna em torno do nacionalismo, de forma que este superasse outros níveis identitários. Já no período guilhermino, tanto o Imperador quanto seus principais conselheiros e boa parte da classe dirigente, composta por industriais, militares e *Junkers*

(aristocracia prussiana composta principalmente por proprietários de terras) consideravam que essa coesão interna já era forte o suficiente para que a Alemanha desse o passo seguinte rumo à disputa pelo poder global. É no período guilhermino que as instituições nacionais assumem maior protagonismo quando comparadas às instituições políticas das unidades federativas, dominadas por servidores públicos de origem prussiana.

A importância dos ministérios federais aumentou a ponto de, no final do século [XIX], as pessoas se referirem a uma “administração do Reich” (*Reichleitung*) e a um “governo imperial” (*Reichsregierung*) quando Bethmann Hollweg era chanceler. Houve um declínio correspondente na influência do *Bundesrat*, que fora o epicentro do sistema de Bismarck. O governo federal às vezes deixava de consultar os estados, apresentando projetos de lei diretamente ao *Reichstag* (KITCHEN, 2013, p. 233).

Com o Estado forte e coeso, potencialmente mais centralizado, o *kaiser* e seus chanceleres (especialmente Bernhard von Bulow, talvez o grande arquiteto da *Weltpolitik*) conseguem aprovar leis tarifárias cujas arrecadações eram rapidamente transformadas especialmente em investimentos militares e navais. Esses investimentos saíam mesmo que para isso Guilherme, a exemplo de Bismarck, dissolvesse o *Reichstag*, como no caso da aprovação da lei do exército, de 1893 (CLARK, 2009). De acordo com o pensamento dos tomadores de decisão, estes eram os principais elementos que proporcionariam a execução da política mundial expansionista alemã.

A internacionalização cada vez maior do comércio e da política entre os países era considerada, por muitos alemães do período, um processo natural de desenvolvimento civilizacional, uma vez superado o processo de criação e organização do Estado-nação. Na Alemanha guilhermina, aliás, o nacionalismo começa a penetrar estratos médios e baixos da sociedade, alcançando certa popularização (CONRAD, 2008). Ademais, como lembra Hobsbawm (2016), os políticos do período estavam conscientes dos potenciais benefícios e atrativos do imperialismo. Nada mais atraente, para uma mente europeia, do que uma “aventura colonial” a um país exótico na África, Ásia ou América do Sul. Assim, o imperialismo foi também uma forma encontrada pelos líderes de Estado de encorajar as massas a unirem-se em torno de um bem comum, de alinharem o interesse da população

aos “interesses nacionais” determinados por eles e conferindo legitimidade ao sistema social e político representado pelo Estado.

Numa palavra, a Alemanha já se considerava internamente forte o suficiente para entrar na “corrida imperialista” e as forças do Estado se voltariam não mais para o fortalecimento da identidade interna, mas para a condução de uma política externa expansionista reforçada pela noção nacional da “raça alemã” e sua missão civilizatória.

O testemunho de Eyre Crowe, funcionário do Departamento de Assuntos Estrangeiros da Grã-Bretanha, datado de 1907, é revelador do estado de espírito que dominava o governo alemão e boa parte de sua população, ao menos no que diz respeito àqueles diretamente interessados no sucesso da *Weltpolitik*.

Com os acontecimentos de 1871, o espírito da Prússia passou para a nova Alemanha. Em nenhum outro país existe uma convicção tão profundamente enraizada no próprio corpo e alma de todas as classes da população de que a preservação dos direitos nacionais e a realização dos ideais nacionais repousam absolutamente na prontidão de cada cidadão, como último recurso, e seu Estado em sua afirmação e reivindicação. Com "sangue e ferro", a Prússia havia forjado sua posição nos conselhos das grandes potências da Europa. No devido tempo, aconteceu que, com o ímpeto dado a cada ramo da atividade nacional pela recém-conquistada unidade e, mais especialmente, pelo crescente desenvolvimento do comércio exterior que flui em volume cada vez maior através dos novos portos imperiais das independentes porém politicamente insignificante, cidades hanseáticas, o jovem império encontrou aberta à sua energia um mundo inteiro fora da Europa, do qual antes mal havia tido a oportunidade de se tornar mais do que vagamente consciente. [...] O efeito dessa descoberta na mente alemã foi curioso e instrutivo. Ali estava uma vasta província de atividade humana, para a qual o mero título e posição de uma Grande Potência Europeia não era em si um passaporte suficiente. Aqui, em um campo de magnitude portentosa, superando por completo as proporções dos países europeus, outros, que talvez tenham sido menosprezados como pessoas comparativamente menores, estavam em casa e comandados, enquanto a Alemanha era, na melhor das hipóteses, recebida, mas como hóspede de honra. Aqui havia uma desigualdade distinta, com um forte viés em favor dos poderes marítimos e colonizadores.

Tal estado de coisas não era bem-vindo ao orgulho patriótico alemão. A Alemanha conquistou seu lugar como uma das líderes, senão de fato a principal potência do continente europeu. Contudo, acima das grandes potências europeias parecia haver

as "Potências Mundiais". Ficou claro que a Alemanha deveria se tornar uma "Potência Mundial".

Enquanto isso, o sonho de um Império Colonial havia se apoderado da imaginação alemã. Imperador, estadistas, jornalistas, geógrafos, economistas, casas comerciais e marítimas e toda a massa de opinião pública educada e sem instrução continuam com uma voz a declarar: devemos ter verdadeiras colônias onde os emigrantes alemães podem se estabelecer e difundir os ideais nacionais da pátria mãe e devemos ter uma frota e estações de carvão para manter juntas as colônias que estamos obrigados a adquirir (CROWE, 1907, s.p., tradução nossa¹⁴).

O movimento imperialista aparecia como evolução natural e de direito da moderna e desenvolvida nação germânica. O impressionante crescimento econômico alemão no último quartel do século XIX evidenciava, para os líderes alemães, que uma política mundial expansionista era algo lógico e natural dentro do processo desenvolvimentista e civilizacional do império. Nas palavras de Bernhard von Bulow: “[...] nós não mergulhamos na política mundial, nós crescemos, por assim dizer, na nossa tarefa dentro desta esfera, e nós não trocamos a velha política europeia da Prússia e

¹⁴ Texto original: “With the events of 1871 the spirit of Prussia passed into the new Germany. In no other country is there a conviction so deeply rooted in the very body and soul of all classes of the population that the preservation of national rights and the realization of national ideals rest absolutely on the readiness of every citizen in the last resort to stake himself and his State on their assertion and vindication. With "blood and iron" Prussia had forged her position in the councils of the Great Powers of Europe. In due course it came to pass that, with the impetus given to every branch of national activity by the newly-won unity, and more especially by the growing development of oversea trade flowing in ever-increasing volume through the now Imperial ports of the formerly "independent" but politically insignificant Hanse Towns, the young empire found opened to its energy a whole world outside Europe, of which it had previously hardly had the opportunity to become more than dimly conscious. [...] The effect of this discovery upon the German mind was curious and instructive. Here was a vast province of human activity to which the mere title and rank of a European Great Power were not in themselves a sufficient passport. Here in a field of portentous magnitude, dwarfing altogether the proportions of European countries, others, who had been perhaps rather looked down upon as comparatively smaller folk, were at home and commanded, whilst Germany was at best received but as an honoured guest. Here was distinct inequality, with a heavy bias in favour of the maritime and colonizing Powers. Such a state of things was not welcome to German patriotic pride. Germany had won her place as one of the leading, if not, in fact, the foremost Power on the European continent. But over and beyond the European Great Powers there seemed to stand the 'World Powers'. It was at once clear that Germany must become a 'World Power'. [...] Meanwhile the dream of a Colonial Empire had taken deep hold on the German imagination. Emperor, statesmen, journalists, geographers, economists, commercial and shipping houses, and the whole mass of educated and uneducated public opinion continue with one voice to declare: We *must* have real Colonies, where German emigrants can settle and spread the national ideals of the Fatherland, and we *must* have a fleet and coaling stations to keep together the Colonies which we are bound to acquire”.

da Alemanha pela nova política mundial” (HEWITSON, 2010, p. 52).¹⁵ Fica claro, desta forma, que os alemães não percebiam a *Weltpolitik* necessariamente como algo novo, mas a encaravam como uma expansão natural de sua política para a Europa. Além disso, o Reich estimula investimentos para além de sua fronteira, que alcançam certa popularidade especialmente entre os bancos e os barões da ferrovia, o que também deve ser visto em conectividade com a demanda pela expansão imperialista (BERGHAHN, 2005)

Neste aspecto, o caso da ferrovia Berlim-Bagdá é emblemático. Concebida no início da década de 1900, seus objetivos estavam vinculados à construção de uma nova via de transporte de passageiros, mas visavam principalmente facilitar o acesso alemão ao petróleo do Oriente Médio e às suas colônias africanas. Seu desígnio vinculava-se ao ganho de prestígio da nação e da cultura alemã, um projeto que levava a civilização à “barbárie” oriental, representada, neste caso, pelos turco-otomanos. Com apoio do *kaiser*, financiamento (especialmente do *Deutsche Bank*) e presença de engenheiros e demais trabalhadores alemães no projeto, a construção da ferrovia foi iniciada, embora tenha sido abortada pouco antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial (JOLL; MARTELL 2007; MULLIGAN 2010). Entretanto, um dos objetivos alemães foi obtido, já que a influência do Reich fez-se sentir mais tarde, quando o Império Otomano se aliou à Alemanha ainda no início de 1915, já no decorrer do conflito.

Outra maneira de se extrair e mobilizar recursos, segundo Taliaferro (2009), seria através da intervenção indireta na economia nacional, ao aplicar cobranças de novas taxas e com a criação de novos impostos de modo a financiar o crescimento do poder econômico e militar. Mark Hewitson (2010) lembra que houve importante aumento de tarifas e impostos na era guilhermina. Seu objetivo era cobrir os gastos da política administrativa e de seguridade social, mas também, e não menos relevante, de financiar o desenvolvimento das forças armadas. A lei da marinha, de 1898, e suas seguidas reformas, são exemplos de como a Alemanha de Guilherme atuou neste segmento,

¹⁵ Texto original: “We did not plunge into world politics, we grew, so to speak, into our task in that sphere, and we did not exchange the old European policy of Prussia and Germany for the new world policy”.

transformando impostos e tarifas e materializando-os em recursos bélicos com o evidente objetivo de sustentar a política externa imperialista.

A tabela II, abaixo, demonstra a evolução da receita ordinária do Reich entre 1901 e 1914. Chama a atenção a diversidade da arrecadação, que vai dos impostos diretos (imposto sobre o selo e taxas sobre consumo) às tarifas e taxas bancárias.

Tabela 2 – Receita Ordinária do Reich, 1901-1914 (em milhões de marcos)

Fonte	1901	1906	1909	1913	1914
Imposto sobre selo	84.0	138.6	171.4	258.6	183.1
Tarifas	478.9	557.7	660.2	679.3	560.8
Taxas sobre consumo	333.2	378.4	485.7	659.7	775.8
Banco do Reich	12.8	29.2	16.4	34.7	X
Outros (renda de fundo e taxas administrativas)	94.4	93.3	196.6	229.9	118.3

Fonte: BERGHAHN, Volker. **Imperial Germany: economy, society, culture and politics – 1871-1914.** New York: Berghahn Books, 2005.

Já a tabela III demonstra o aumento dos gastos do Reich. O percentual dedicado aos armamentos se mostra estável na era guilhermina, ostentando a incrível média de 89,2% no período entre 1890 e 1914.

Tabela 3 – Aumento dos gastos do Reich, 1872-1913 (em milhões de marcos)

Ano	Armamentos		Administração		Subsídio de Segurança Social	
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%
1872-75	822.1	98.3	14.0	1.7		
Ano	Armamentos		Administração		Subsídio de Segurança Social	
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%
1876-80	583.1	94.4	34.2	5.6		
1881-85	460.8	95.0	24.0	5.0		
1886-90	818.1	95.3	32.8	3.8	7.5	0.9
1891-95	882.9	93.9	40.1	4.3	17.3	1.8
1896-00	841.1	90.8	62.4	6.7	22.8	2.5
1901	1162.9	90.4	94.8	7.4	28.1	2.4
1902	1122.8	88.7	112.2	8.8	30.4	2.5
1903	1105.7	85.6	109.1	8.4	33.7	2.6
1904	1152.2	87.9	117.6	9.0	40.6	3.1
1905	1233.5	88.4	116.9	8.4	42.0	3.2
1906	1358.2	88.4	131.6	8.5	45.8	3.1
1907	1631.1	88.4	121.7	6.6	90.7	5.0
1908	1463.7	89.2	122.1	7.5	54.1	3.3
1909	1593.6	89.2	134.6	7.6	58.2	3.2
1910	1771.3	89.5	146.8	7.4	61.9	3.1
1911	1707.5	88.6	152.4	7.9	66.8	3.5
1912	1781.3	89.4	146.2	7.3	65.2	3.3
1913	2406.4	90.1	176.0	6.6	87.9	3.3

Fonte: BERGHAHN, Volker. **Imperial Germany: economy, society, culture and politics – 1871-1914.** New York: Berghahn Books, 2005.

O estudo comparativo das tabelas II e III nos dá indícios de como o Reich conseguiu arrecadar dinheiro para investir pesadamente em armamentos, a partir de 1900. A aprovação de leis tarifárias aumenta a arrecadação em taxas sobre consumo e tarifas (tabela 2) ao passo que o aumento dos gastos com o setor militar aumenta ano a ano, especialmente a partir de 1904 (tabela 3). A

aprovação da primeira lei de desenvolvimento de uma grande marinha de guerra, no final da década de 1890, é um dos motores que impulsionaram o aumento desses gastos. Na tabela 3 percebemos que, a partir de 1896, há uma estabilização no percentual de gastos do Estado em armamentos em algo em torno de 90%. Entretanto, o investimento bruto aumentou, o que pode comprovar a eficácia das leis tarifárias de Guilherme II em aumentar a arrecadação do Reich.

Conclusão

James Retallack (2010) afirma que a divisão feita pelos historiadores do II Reich entre a era bismarckiana e a era guilhermina pode trazer certos problemas ao desconsiderar as continuidades existentes durante o processo histórico do Império Alemão e enfatizar demasiadamente uma suposta ruptura após a queda de Bismarck, em 1890. Segundo ele, as visões contrastantes entre as duas “eras” são verdadeiramente plausíveis, porém, corre-se o risco de se avaliar a Alemanha de Bismarck como retrógrada e conservadora, ao passo que o período sob Guilherme II se destacaria pela afirmação da modernidade no país. É necessário dizer, portanto, que diversos avanços da “modernidade” da era guilhermina se iniciaram, frutificaram ou tiveram lançadas suas raízes no período anterior. Inclusive a entrada da Alemanha na competição por colônias¹⁶, que, como vimos, era à época visto como o próximo passo necessário rumo ao desenvolvimento civilizacional. Outros fatores também podem ser citados, como, por exemplo, as legislações sociais implementadas por Bismarck, o crescimento e o desenvolvimento do sistema partidário alemão, o sufrágio universal masculino, dentre outros.

É neste sentido que encaramos a formação da *Weltpolitik*, como uma continuidade dentro do processo histórico de desenvolvimento do Estado alemão. A elaboração de uma política externa mais ambiciosa só foi possível graças à coesão nacional alcançada pela Alemanha, já em fins da década de 1880. Desta forma, a *Weltpolitik* se torna um desenvolvimento quase que natural da *Realpolitik* de Bismarck, caracterizada pela proeminência de uma posição de *détente*. Opera-se, portanto, uma

¹⁶ O marco deste processo é o Congresso de Berlim, de 1885, que ficou conhecido na história como “a partilha da África”.

mudança de rumo, é certo, que rompe com as diretrizes bismarckianas, mas configura-se como uma política que foi possibilitada graças ao que fora anteriormente estabelecido e proporcionado pelas próprias políticas de Bismarck.

A *Weltpolitik* faz parte de um contexto mais amplo de políticas expansionistas implementadas pelos Estados, na medida em que as nações estavam concentradas na chamada corrida imperialista, cuja busca pela expansão de mercados e zonas de influência dominava as ações de política internacional global do período. A chegada de novos atores (países com padrão de potência) a esta corrida – especialmente Estados Unidos e Japão ao lado da Alemanha, mas também Itália, Bélgica e outros países de menor relevância – era regra, não exceção (HOBSBAWM, 2016).

Por meio de estratégias voltadas para o controle do nacionalismo e sua implementação como uma política de Estado, a Alemanha se apoia no esforço de identificar os interesses do Estado como interesses do povo, transmutando-os em “interesses nacionais” a fim de obter apoio popular e recursos sociais, políticos, militares e econômicos para execução da *Weltpolitik*. Essa era uma ideia imposta de cima para baixo, do Estado para a sociedade, por meio da instrumentalização de diversos recursos e atividades, como a educação, o apoio a grupos econômicos e a exaltação do militarismo, de tal maneira que houvesse a sensação de sintonia de interesses, unidade e coesão nacional entre os alemães.

A implementação de tal política, agressiva e ambiciosa, não teria sido possível se não houvesse a coesão interna necessária que possibilita a identificação dos objetivos da sociedade com os “interesses nacionais” assim definidos pelo Estado. A coesão nacional já era evidente ao fim do período bismarckiano, mas Guilherme II busca intensificá-la. Promove mudanças no currículo das escolas públicas de forma a exaltar a história da Alemanha e o destino da raça germânica; força e influencia na aprovação de leis no parlamento que favorecem os grupos que apoiam sua política externa; realiza pesados investimentos estatais na indústria bélica; promove o apoio e o financiamento, através de bancos nacionais, de empreendimentos aventureiros de empresas alemãs na periferia mundial; reforça a necessidade de desenvolvimento tecnológico; consegue utilizar, em um

primeiro momento, a força das associações nacionalistas e coloniais de forma a divulgar a sua nova política externa, relacionando-a, inclusive, com uma questão de segurança nacional e a uma questão de direito do povo alemão. Desta maneira, embora nunca sem conflitos, a extração e mobilização de recursos sociais e sua transmutação em apoio às ações da *Weltpolitik* se dá de maneira mais simples e espontânea.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes:

ALEMANHA. Constituição do Império Alemão de 1871. His Majesty the King of Prussia in the name of the North German Federation, His Majesty the King of Bavaria, His Majesty the King of Württemberg, His Royal Highness the Grand Duke of Baden and His Royal Highness the Grand Duke of Hesse and by Rhine... **Reichsgesetzblatt**, Berlim, 16 de abr. 1871. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=1826>. Acesso em: 03 abr. de 2018.

BULOW, Bernhard von. **Uma Política Externa Dinâmica**. Discurso, 11 dez. 1899. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=779>. Acesso em: 03 abr. 2018.

CROWE, Eyre. **Percepções sobre a política externa alemã na Inglaterra**. Memorando, 1º de jan. de 1907. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=784>. Acesso em: 22 de abr. 2018.

FISCHER, Gottfried Berman. **A Escola Secundária para Garotos: Memórias de um estudante do Ensino Médio na cidade de Glewitz às vésperas da Primeira Guerra Mundial**. [Alemanha]. Memórias [1913?]. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=742>. Acesso em: 26 abr. 2018.

2. Referências Bibliográficas:

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BERGHahn, Volker. **Imperial Germany: economy, society, culture and politics – 1871-1914**. New York: Berghahn Books, 2005.

CHESNEY, Marc. 2020. **A crise permanente: o poder crescente da oligarquia financeira e o fracasso da democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

- CHICKERING, Roger. Militarism and Radical Nationalism. In: RETALLACK, James. (Org.). **Imperial Germany: 1871 – 1918**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CLARK, Christopher. **Kaiser Wilhelm II: a life in power**. Londres: Penguin Books, 2009.
- COGGIOLA, Osvaldo. **As Grandes Depressões (1837-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009.
- CONRAD, Sebastian. Globalization effects: mobility and nation in Imperial Germany, 1889-1914. **Journal of Global History**, v. 3, n. 1, p. 43-66, 2008.
- _____. **Globalisation and the Nation in Imperial Germany**. New York: Cambridge University Press, 2010-I.
- _____. Transnational Germany. In: RETALLACK, James. (Org.). **Imperial Germany: 1871 – 1918**. Oxford: Oxford University Press, 2010-II.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Mathew. **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal**. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- FRIEDBERG, Aaron. **A Contest for Supremacy: China, America, and the struggle for mastery in Asia**. New York and London: W. W. Norton & Company, 2012.
- HEWITSON, Mark. Wilhelmine Germany. In: RETALLACK, James. (Org.). **Imperial Germany: 1871 – 1918**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- _____. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- JOLL, James & MARTELL, Gordon. **The Origins of the First World War**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.
- KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje**. São Paulo: Cultrix, 2013.
- MANN, Thomas. **O Súdito**. São Paulo: Editora Madalena, 2014.
- MULLIGAN, William. **The Origins of the First World War**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- RATHBUN, Brian. A rose by any other name: Neoclassical realism as the logical and necessary extension of structural realism. **Security Studies**, v. 17, n. 2, p. 294-321, 2008.
- RETALLACK, James, org., **Imperial Germany: 1871 – 1918**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010.
- ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.
- STUENKEL, Oliver. **O Mundo Pós-Ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- TALIAFERRO, Jeffrey W. Neoclassical realism and resource extraction. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. (Eds.). **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ZAHREDINNE, Danny; STARLING, Bruno. Por um Lugar ao Sol: a política externa alemã de Otto von Bismarck a Guilherme II (1871 – 1914). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 7, n. 1, p. 213-239, jan/jun 2020.

A intertextualidade do gênero de terror em *Midsommar* (2019), de Ari Aster

The intertextuality of the horror genre in Ari Aster's *Midsommar* (2019)

Átila Fernandes dos Santos

Doutorando em História
Universidade Federal de Goiás (UFG)
atilasantos@discente.ufg.br

Recebido em: 03/09/2021

Aprovado em: 23/08/2021

Resumo: A partir de Bakhtin e de seus estudos sobre a teoria da linguagem, discutimos o cinema de Ari Aster em *Midsommar: O mal não espera a noite* (2019). Nossa proposta passa por quatro pontos principais; a história do conceito do cinema de terror, através de suas transformações no tempo e no espaço de produção da linguagem; a relação de contaminação e diálogo de *Midsommar* com as obras de horror voltadas para o grande público; as polêmicas envolvidas dentro do gênero de terror e o suposto novo sub-gênero “pós-horror”. Por fim, os caminhos enunciativos da direção de Aster ao desenvolver em *Midsommar* uma metalinguagem que reflete a história do cinema de gênero de terror.

Palavras-chave: Linguagem cinematográfica; Enunciados; Terror/Horror.

Abstract: Based on Bakhtin and his studies on the theory of language, we intend to discuss Ari Aster's cinema in *Midsommar: Evil does not wait for the night* (2019). Our proposal goes through four main points; the history of the concept of horror cinema, through its transformations in the time and space of language production; *Midsommar*'s relationship of contamination and dialogue with horror works aimed at the general public; the controversies involved within the horror genre and the supposed new 'post-horror' sub-genre. Finally, the enunciative paths of Aster's direction when constructing in *Midsommar* a metalanguage that reflects the history of horror genre cinema.

Keywords: Film language; Statements; Horror/Horror.

Introdução

O cinema de terror é um gênero sempre em discussão e sua significação permite trazer novas oportunidades para compreender o cinema e suas inovações. Nesse aspecto, destacamos a obra *Midsommar: O mal não espera noite* (2019), segundo trabalho do jovem diretor, Ari Aster. Neste trabalho, pretendemos discutir historicamente a categoria do gênero de terror, questionando seus limites e suas possibilidades através dos intertextos de *Midsommar*. Por intertextualidade, nos referimos a miríade de textos e gêneros dos quais uma obra faz referência.¹ Conectando a partir da linguagem cinematográfica outras obras para ressignificar e renovar o fôlego do cinema de gênero. Também usaremos o termo horror/terror como sinônimos.²

Primeiro, temos que considerar que, a partir de Mikhail Bakhtin, ao invés de pensar uma categoria taxionômica que classifica e ordena uma lógica estruturada e estável, para nós, o gênero organiza em fluxo uma intertextualidade de elementos que se comunicam e se significam dentro de uma rede de enunciados. Assim, os elementos que se dialogam na linguagem cinematográfica constituindo a categoria *terror/horror*, permite levantar a discussão do cinema de gênero contemporâneo e o que ele enuncia sobre o fazer cinema e sobre a história do cinema.

O Gênero de Terror e seus intertextos

O terror como ficção tem seus precedentes na literatura, apresentando monstros, fantasmas e seres sobrenaturais. Seus grandes precursores seriam Mary Shelley em *Frankenstein*, Robert Louis Stevenson em *O médico e o monstro*, depois Bram Stoker com *Drácula*. Outros grandes autores como H. G. Wells, Mark Twain, Arthur Conan Doyle, Allan Poe e H. P. Lovecraft vão consagrar as histórias de terror ao grande público.

¹ Robert Stam em *Do texto ao intertexto* no seu livro *Introdução à teoria do cinema*, aborda as variedades dos enunciados na linguagem fílmica a partir do teórico Gérard Genette.

² Mesmo que tenham significações distintas diante de alguns filósofos da arte, como Noël Carroll. Nossa proposta visa pensar o gênero não se preocupando com algumas taxonomias classificadoras, que limitam a discussão do gênero na contemporaneidade (Carroll se foca na categoria de horror que provoca sentimentos de medo nas pessoas).

A pesquisadora Caroline Santana Tavares (2011), em seu artigo *Cinema de horror: o medo é a alma do negócio*, colocou em cena George Miliès como o primeiro a usar a máquina dos irmãos Lumière para fazer cinema. As histórias de ficção com monstros e criaturas mágicas sempre aparecem nas películas de Miliès. Em *Le Manoir Du Diable* (1896) (O Castelo do diabo), as figuras icônicas da linguagem do terror são apresentadas, como: um morcego que vira um homem, um castelo medieval, bruxas, fantasmas e demônios. No entanto, as primeiras adaptações dos clássicos do horror apareceram no início do século XX, com *O Médico e o Monstro*, de 1908, *Frankenstein*, de 1910 e *Notre-Dame de Paris*, de 1911 (*O Corcunda de Notre-Dame*). Segundo Tavares (2011), o filme de horror nasceu, de fato, com o expressionismo alemão, na década de 1920. Obras consagradas como *O gabinete do doutor Caligari*, de Robert Wiene (1920), *Nosferatu*, de Friedrich Wilhelm Murnau (1921), deram origem ao gênero de horror psicológico.

Na tese de doutorado, de Laura Loguercio Cánepa, *Medo de quê? - uma história do horror nos filmes brasileiros*, encontramos outra perspectiva, a qual o horror se concretizou com o cinema falado:

Apesar dos investimentos da Universal, até o final da década de 1920, o horror permanecia como um “tema” mais ou menos recorrente em alguns filmes americanos e europeus, mas não poderia ser considerado propriamente um gênero da indústria. Tudo começaria a mudar com a chegada do cinema falado. A introdução dos talkies confirmaria a hegemonia hollywoodiana, possibilitaria o desenvolvimento de novos gêneros narrativos (como o musical e a comédia romântica) e daria aos estúdios de Hollywood uma liderança tal nos mercados doméstico e mundial que lhes permitiria sobreviver até mesmo à Grande Depressão (1929-1939). Um dos gêneros que surgiu com força nesse período foi o horror. Inicialmente sob as vestes negras do chamado “gothic horror” da Universal, ele nunca mais desapareceria do cinema norte-americano: mesmo sofrendo mutações ao longo de décadas, mantém-se vivo (e extremamente popular) até os dias de hoje. (CÁNEPA, 2008, p.56)

O chamado “cinema B” foi constituído por produções de baixo custo e altamente rentáveis, essas produções se distribuíam segundo uma hierarquização das salas de cinemas americanas. Esses lugares eram divididos em áreas nobres que tinham preferências dos grandes estúdios para o

lançamento de seus filmes, enquanto nas áreas periféricas, esses filmes chegavam atrasados abrindo espaço para as produções de baixo orçamento.

Nos anos de 1930, em áreas suburbanas, os cinemas B se difundiram em estúdios como Universal, Republic, Monogram, Majestic e R.K.O, especializando-se nas produções de baixo custo, que passaram de forma seriada, uma atrás da outra nos cinemas. Segundo Cánepa (2008), essas produções permitiam os estúdios se manterem sempre ocupados com baixos orçamentos e altos lucros, favorecendo o crescimento de um cinema laboratorial, com oportunidade para jovens diretores, roteiristas e atores.

O *Boom* do cinema B aconteceu a partir de 1931, com *Drácula* estrelado por Bela Lugosi, ainda no mesmo ano foi produzido, *Frankenstein*, abrindo portas para o cinema de horror baseado nos monstros clássicos da literatura do século XIX. *A múmia* (1932), *O homem Invisível* (1933) e *King Kong* da RKO (1933), são exemplos da exploração desse tema nos cinemas. Na década de 1940, os eventos da Segunda Guerra Mundial, dos campos de concentração e da bomba atômica inspiraram a imaginação dos cineastas que uniram o horror com a ficção científica. Cánepa (2008), relaciona alguns filmes: *Guerra dos mundos* (1953), de Byron Haskin, *Invasores de Corpos* (1956), de Don Siegel (1912-1991), *Day The World Ended*, 1955 de Roger Corman, *O monstro da Lagoa Negra* (1954) e *Tarantula* (1955) do diretor, Jack Arnold.

A pesquisadora Cánepa (2008) ao entrelaçar essas obras buscou sintetizar algo de específico sem engessar o gênero, considerando que o contexto, isto é, o tempo e o espaço são variáveis definidoras para as construções enunciativas dessas produções:

Em todos esses filmes, notava-se, de um lado, uma postura política militarista e anti-comunista, mas também uma crítica aos valores tradicionais masculinos, com mostras de emoção, intuição e espontaneidade como possibilidades de oposição à racionalização. Tal ambiguidade daria a esses filmes um caráter relativamente transgressor que os transformaria em objetos de culto até os dias de hoje, influenciando enormemente a ficção do século XXI, tanto em seus aspectos autoritários quanto nos potencialmente revolucionários. (CÁNEPA, 2008, p.60)

O cinema B permitiu diálogos com temas de sua época chamando a atenção para a formação do gênero de terror. Essa seara de filmes atentou-se a temas subjetivos, subvertendo convenções da sociedade, trabalhando as emoções de um telespectador, entre elas: o medo, a tensão e a reflexão. Nesse sentido, podemos dizer que o filme de gênero se desenvolveu espontaneamente a partir de rupturas, subversões e transformações.

Nos anos de 1960, surgiram obras que destacam dialeticamente novas formas de construir as tramas narrativas. Segundo Steve Neale, o mestre do suspense, Hitchcock, sintetizou em *Psicose* (1960) a construção do cinema moderno:

...o advento de *Psicose* é geralmente lembrado como um ponto de virada, como o começo de algo novo: o filme que relacionou o horror com a psique moderna, o mundo moderno, os relacionamentos modernos, e a família (disfuncional) moderna; como a obra que marcou uma definitiva reaproximação com o filme de horror e o thriller psicológico, e ajudou a inspirar os filmes de slasher, stalker e serial-killer dos anos 70, 80, e 90; e como o filme que marcou o fim da Hollywood “clássica”, e com isso a certeza e segurança da narrativa clássica e das convenções genéricas. (NEALE apud CÁNEPA, 2008, p. 61)

A reviravolta em *Psicose* e o estudo da psiquê de um assassino, favoreceu o desenvolvimento e aprofundamento de vários outros subgêneros. Ainda na década de 1960, tínhamos *O que terá acontecido a Baby Jane?* (1962), dirigido por Robert Aldrich, estrelado por Joan Crawford e Bette Davis, dois grandes nomes que tinham seu antagonismo fora das telas, sendo representado no cinema. A rivalidade das duas atrizes chamou a atenção do público. O filme foi um sucesso de bilheteria e crítica, rendendo cinco indicações ao Oscar.³

³ O sucesso de Crawford e Davis, favoreceu o desenvolvimento de um subgênero que durou mais de 10 anos, o *bagsplotation* (Hag termo pejorativo em inglês para chamar mulheres de meia idade, velhas e feias + splotation = exploração). Esse subgênero dava protagonismo para mulheres que Hollywood havia esquecido. As características básicas do *bagsplotation* eram mulheres de meia idade, insanas, obsessivas pelo passado em confronto com outras mulheres da mesma idade. Esse subgênero refratava a antítese de como os homens de Hollywood tratava essas mulheres que perdendo a “beleza” da juventude para representar mocinhas, ficavam sem emprego. A tragédia no terror do *bagsplotation* não era apenas encenada na ficção, mas na exploração da imagem dessas grandes estrelas mais velhas que eram esquecidas na indústria. Waldir Machado e Bárbara Chaves, pesquisadores de arte e cultura no artigo, *Humores e ironias de uma diva em depressão: a sensibilidade pós-feminista e a constituição do capital eletrônico*, vai de encontro com nossa argumentação. Ao traçar que tanto no plano da vida artística de Hollywood, como na encenação do filme de *Baby Jane*, a vida cotidiana e seus desafios (como o envelhecimento) são condutores da tragédia do filme. O problema social que pressiona mulheres

No final da década de 60, *Bebê de Rosemary* (1968), de Roman Polansky, surpreendeu com uma obra densa de terror psicológico envolvendo bruxaria e ocultismo. George Romero com, *A Noite dos mortos Vivos* (1968), transformou a figura do zumbi, de um doente moribundo para um ser irracional, sem vida. Romero atraiu toda uma geração, que a partir dele, repetiu a sua fórmula narrativa.⁴ Os filmes de Polanski e Romero, permitem compreender o surgimento de um novo caminho narrativo para o terror, para além dos monstros e das ameaças ocultas nas trevas, surgiu o medo de nós mesmos. Cánepa (2008), citando Andrew Tudor destaca:

A proposta estabelecida pelos filmes de horror pós-1960 pode ser vista como expressando uma profunda insegurança sobre nós mesmos, e consequentemente os monstros do período são crescentemente representados como parte de uma paisagem cotidiana contemporânea. É por isso que, de todas as criaturas de filmes de horror, o psicótico é o preeminente. (TUDOR apud CÁNEPA, 2008, p.64)

O filósofo da Arte, Noël Carroll em *The philosophy of horror or the paradoxes of heart* (1990), considerou que existe uma separação entre as categorias de horror e terror, definindo o conceito de *art-horror*. Carroll analisou que determinadas narrativas que apresentam monstros que fogem da natureza que conhecemos, despertam sentimentos de medo. Para o filósofo, é importante que tais monstros sejam aterradores, assustadores e ameaçadores. Assumindo a influência de Tzvetan Todorov, com algumas ressalvas, usa as categorias que fogem da realidade, sendo elas; O Maravilhoso, o Estranho e o Fantástico. Para Carroll, não é possível caracterizar o horror no Maravilhoso, isto é, onde o sobrenatural e os monstros são encarados com naturalidade. Apenas no fantástico, lugar onde o mistério e o desconhecido (mistério-estranho) é estendido ao longo da narrativa que o *art-horror* (horror artístico) desperta o sobrenatural, desafiando a natureza.⁵

talentosas entre a vida privada e a vida pública, a pressão da indústria de entretenimento e seu padrão estético, precarizam o trabalho levam essas estrelas à depressão. O envelhecimento e o esquecimento da mídia causam problemas na condição social, econômica e psicológica dessas atrizes. (MACHADO, CHAVES, 2014, p.149)

⁴ George Romero foi influenciado pelo cinema de Mario Bava, que apresenta “Zumbis” em sua trama como amaldiçoados, doentes que sugam sangue. Alguns dos filmes que repetem sua abordagem são: *Zumbi 2: A volta dos Mortos* (1979), *Zombie Holocaust* (1980), *Os predadores da Noite* (1980), *Despertar dos Mortos* (1978), *Pavor na Cidade dos Zumbis* (1980), *A Noite do terror* (1981), *Night of the Zombies* (1981) e outros.

⁵ Correlacionando horror com a presença de monstros nos dá uma maneira clara de distingui-lo do terror, especialmente do tipo enraizado em contos de psicologias anormais. Da mesma forma, usando monstros ou outras entidades

A contribuição de Carroll à teoria do cinema e a história conceitual do horror, teve uma recepção mista. Enquanto alguns autores utilizam para pensar os monstros no cinema e na literatura, como o caso do pesquisador brasileiro Júlio França (2011), que analisou as peculiaridades do medo na cultura literária brasileira. Outros autores como Cánepa (2008), avaliam a caracterização do seu conceito sobre o horror/terror como limitado. Segundo Cánepa (2008), Carroll estabeleceu uma taxonomia do conceito, conectando conhecimentos e saberes sobre os monstros e os classificou como tenebrosos e potencialmente causadores de medo. Por meio dessa leitura, Carroll teria deixado de lado o fenômeno do “cinema moderno”, onde os humanos ganham traços de monstrosidade e de irracionalidade.

O conceito de Carroll compreendeu o horror através de monstros clássicos como; o monstro de Frankenstein, O Drácula, A Múmia, porém, apresenta dificuldades para questionar uma personalidade como a de Jack Torrance de *O Iluminado* (1980), de Stanley Kubrick. O caseiro do amaldiçoado Hotel Overlock, envolto em uma fantasmagórica mística de cemitério indígena, (preconceito explorado na literatura de Stephen King e aproveitado em suas adaptações para o cinema principalmente em *Pet Semitery* (1989) (2019)), explorava as dimensões da loucura humana. Entretanto, não se limitou a essa narrativa, *O Iluminado* também é um filme sobre um pai alcoólatra que batia no filho e na mulher. As ambiguidades atribuídas aos personagens do horror psicológico extrapolam os limites do terror clássico de monstros.

Não podemos esquecer que nos filmes de gênero, mais precisamente, o cinema de terror sempre buscou inovar, não permanecendo imóvel e engessado. A partir disso, podemos destacar os inúmeros subgêneros no celeiro do terror; *romance gótico, filme de monstro, filme de fantasma, filme de vampiros, catástrofes naturais, slashers, gore, psicopatas, possessão demoníaca, casas mal-assombradas, giallos italianos*, entre outros. Além disso, a convenção de filme de terror sendo caracterizada como um filme que

sobrenaturais (ou ficção científica) como critério de horror, pode-se separar histórias de horror de exercícios góticos (CARROLL, 1990, p.15).

“causa susto” é falsa, pois, isso abarcaria somente uma parcela das produções de horror. A história do horror no cinema abrange um universo mais amplo de constelações promissoras.

Exploramos nos dois tópicos seguintes o filme, *Midsommar*, de Ari Aster, diante de um conflito: por um lado, a repetição narrativa dos filmes de gênero no cenário comercial, a divulgação e distribuição de *Midsommar* a partir do marketing; por outro lado, contrapomos essas ideias por meio da direção que evidência suas escolhas criativas ao dialogar com a história do cinema.

Sob um olhar Bakhtiniano, *Midsommar* foi além da objetividade dos gêneros sólidos, se apoiando em uma relação polissêmica. Por meio de um entrecruzamento de vozes e sons, encontramos no filme uma série de diálogos com a linguagem cinematográfica. Aster tem conhecimento dos filmes consagrados pelo terror, sua identificação com a fluidez dessa nomenclatura o auxiliou a se orientar na direção da obra.⁶

Variações no gênero de horror: o Pós-horror e o horror comercial

Midsommar (2019), pode representar um expoente da forma como a crítica lida com a linguagem do cinema. Gérard Genette, estudioso da literatura, partiu de Bakhtin para compreender a dialogicidade nos termos do texto literário e suas intertextualidades. Em *Palimpsestes* (1982), Genette ampliando o conceito de intertextualidade, chamou transtextualidade “tudo aquilo que coloca um texto em relação, manifesta ou secreta, com outros textos” (apud STAM, 2013, p.230). Nesse caso devemos destacar a transtextualidade de *Midsommar* diante de uma polifonia de enunciados que circulam o termo de gênero. A transtextualidade das narrativas em *Midsommar* se tornam claras nesse jogo de aparências e diferenças, discordâncias e renúncias ao confrontarmos certos textos da crítica que supõem determinados conceitos a respeito do próprio gênero de terror.

⁶SALEM, Ricardo. Tradições perturbadoras milenares dão o tom para falso horror 'Midsommar'. *Folha de São Paulo*. Acessado em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/tradicoes-perturbadorasmilenares-dao-o-tom-para-falso-horror-midso-mm.html>. Acessado em: 14-01-2019.

Nesse sentido, podemos destacar primeiro a noção de filme de "sustos", o *jump scare*. Esse recurso cinematográfico utilizado de forma genérica imitando filmes anteriores se tornando clichê, vem contaminando e difundindo tanto na crítica, tanto no público uma noção sobre o cinema do terror que se tornou predominante. O filme de susto que busca entreter assustando seus telespectadores com a música tensa, ambiente escuro, câmera trêmula e rápidas aparições de seres assustadores, sejam sobrenaturais, sejam naturais. Esse modelo narrativo constitui um vício de uma série de filmes considerados "de terror". O pesquisador Marcelo de Melo, em sua tese, sistematizou uma série de enunciados narrativos de horror:

Alguns dos elementos dramáticos mais habituais para a concretização do medo no filme de terror são: o susto por surpresa; o susto com suspense, o assassinato, a tortura e a deformidade que se relaciona aos personagens e ao ambiente em que agem. Esta deformidade pode ser uma doença mental da personagem que se converte em ameaça, como também pode ser a esquizofrenia, a psicose, o delírio, a alucinação, o sadismo, a necrofilia, a condição de não-morto (vampiro, morto-vivo) ou a transformação em monstro. [...] "O fato mais simples da ficção de horror, não importando a mídia que você escolher... o fundamento da ficção de horror, pode-se dizer, é este: você tem que apavorar a platéia" (MELO, 2010, p.39)

Ao considerar o gênero terror como uma categoria, a exploração de elementos dramáticos para gerar medo acabou contaminando a interpretação de outros filmes que também são cunhados como cinema de gênero. Para pensarmos uma convencionalização do terror de susto, temos que examinar o lugar de produção dessas películas. Segundo Jean-Claude Bernadette, o cinema comercial controla boa parte da indústria cinematográfica e esse cinema tem uma estrutura repetitiva:

A permanência do gênero é fácil de entender ao nível comercial: se existe uma fórmula que está fazendo sucesso, não há como senão explorá-la; qualquer *Emmanuelle* ou *Guerra nas Estrelas* necessariamente terá filhotes. Este sistema realimenta-se constantemente: os produtores, ao repetir as fórmulas de sucesso, consolidam os gostos do público, com público, ao gostar dos filmes, leva os produtores a repetir as fórmulas. (BERNADETTE, 1996, p.40)

O cinema comercial nos ajuda a compreender as produções no gênero. Os filmes de *slashers*, *serialkillers*, monstros, seres sobrenaturais, demônios, mistérios, ocultismo, além dos suspenses que analisam a natureza humana, são modelos narrativos reutilizados para diferentes produções de terror.

Não cabe aqui analisar diretamente essas produções, mas contabilizar que existe uma crítica e um público que entende a existência dessas produções ganhando espaço nos últimos anos.⁷ Douglas Kellner, em *A Cultura da mídia*, pensou o cinema Hollywoodiano:

Deve-se notar, porém, que o cinema de Hollywood enfrenta severas limitações no grau que pode preconizar posições críticas e radicais em relação a sociedade. Trata-se de um empreendimento comercial que não deseja ofender as tendências dominantes com visões radicais, tentando, portanto, conter suas representações de classe, sexo, raça e sociedade dentro de fronteiras preestabelecidas. (KELLNER, 1988, p.135)

A partir do argumento de Kellner e Bernadette, podemos esclarecer que existe um cinema comercial que se utiliza de uma narrativa considerada “clichê”, por conservar argumentos, narrativas, estruturas e técnicas que foram inúmeras vezes repetidas. E no terror isso não é exceção. Nesse aspecto, o artigo de Lima, Gomes e Mendes (2015) que analisou a fórmula do cinema de terror *slashers*, favorece nossa tese sobre o modelo de repetição:

A experiência de sentir medo atraiu às pessoas, como se vendo o filme fossem aprender como se defender, as sensações apresentadas por esse sentimento fizeram com que elas evoluíssem, assim, os filmes de terror tem seus espectadores tão fiéis, o público sempre vai querer saber mais. Além deles se basearem em fatos que transformam o gênero em algo mais próximo do espectador, assim vão se identificar com o que está sendo retratado na tela. Sabendo disso, o cinema deixou de ser arte e virou uma indústria cinematográfica, basta um filme fazer sucesso para os estúdios se aproveitarem e fazerem remakes, spin-off, reboot e milhares de sequências. Como a fórmula funcionou, eles utilizam desses recursos e começam a repetir exaustivamente; já que não querem correr o risco de investir em obras que ainda não foram testadas. Um exemplo claro disso é o filme Sexta-Feira 13 (1980) que teve 11 filmes; em (2009) lançou um remake baseado nos quatro primeiros filmes, e recentemente a Paramount Pictures anunciou o lançamento do 13º filme

⁷ Obviamente devemos considerar que esse tipo de obra não é novidade, o filme que tem por objetivo provocar sustos e sentimentos de medo é um atributo básico do filme de gênero, haja vista os próprios filmes B da Hammer, Universal e outros estúdios que se dedicavam a esse tipo de obra.

da franquia, pretendendo recomeçar a história. (LIMA, GOMES, MENDES, 2015, p.3)

Filmes como *O campo do medo* (2019), - aproveitando uma receptividade às obras de Stephen King no atual contexto (*It a coisa* (2017), *1922* (2018), *Torre Negra* (2018), *Jogo perigoso* (2018), *Doctor Sleep* (2019), *Semiterary* (2019)) – vem repetindo um modelo de produção de horror. *O campo do Medo*, de Vincenzo Natali, se utilizou de uma boa fotografia e uma boa ambientação para deslanchar em sustos aleatórios, não agradando à crítica com seus desfechos⁸. Muitas dessas apostas, mesmo não alcançando o sucesso e altos rendimentos, conseguem algum lucro por serem produções de baixo custo, o que torna atraente para os estúdios investirem em produções duvidosas.

It – A coisa em 2017, de Andy Muschietti, se tornou o filme de terror mais rentável, em 2019; *Annabelle* (2014), spin-off do sucesso de *Invocação do Mal* (2013), tendo um investimento de 6,5 milhões conseguiu fazer nos cinemas 256,8 milhões de dólares.⁹ *A freira*, outro spin-off do mesmo universo, conquistou 365 milhões de dólares, essa recepção positiva às obras de terror tornou o gênero mais popular e mais aceito, por meio da consagração das bilheterias, reforçando a reprodução do modelo de repetição¹⁰.

Sabendo que existe um cinema de terror reconhecido no mercado, coube se perguntar, em que dimensão o terror comercial afeta ou dialoga com *Midsommar*? Em entrevista para o blog do

⁸ SABBAGA, Julia. Campo do Medo. *Omelete*. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/criticas/campo-do-medo-critica>: Acessado em: 14-01-2019. Diz: “ele [Campo do Medo] rapidamente se torna repetitivo e arrastado, mostrando um desequilíbrio narrativo cansativo”.

⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. Maior bilheteria de terror filme It. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1921753-maior-bilheteria-de-terror-filme-it---a-coisa-tera-sequencia-em-2019.shtml>. Acessado em: 14-01-2019.

¹⁰ Entretanto, não devemos nos focar nesse aspecto mais formalista (histórias de sustos) e rígido do cinema de terror, pois queremos discutir os diálogos das diferenças e das semelhanças que *Midsommar* (2019) provoca. Isto é, o cinema de gênero busca fazer intervenções, rupturas e nesse sentido, os filmes de terror sempre tiveram destaque. Considerando filmes de terror psicológico como *Rebecca* (1940), de Alfred Hitchcock, que foi vencedor da categoria de melhor filme no Oscar e *O Silêncio dos Inocentes* (1991), que conseguiu conquistar as cinco principais estatuetas no mesmo festival (Melhor Filme, Melhor Diretor, Melhor Ator, Melhor Atriz e melhor roteiro adaptado).

jornalista Roberto Sadowski, Ari Áster comentou sobre sua liberdade criativa adquirida na produtora A24 em contraposição ao cinema comercial, realizado por outras produtoras. Áster disse:

“É meu segundo filme pela (produtora) A24, estou escrevendo o terceiro para eles, e tive muita sorte”, aponta. “Nunca tive ideais podadas, nunca me pediram para fazer terror com sustos fáceis.” Ele pausa, respira e completa: “ Eu gosto do cinema atual, mas muita coisa é fruto de decisões corporativas, e não artísticas. No fim, são produtos, e não filmes”. (SADOVSKI, 2019, p.1)

Para Áster o cinema artístico se opõe ao cinema comercial, ou seja, aquilo que ele entendeu por direção e por linguagem cinematográfica seria uma antítese do produto do cinema de “susto”. Em entrevista para Roberto Salem, jornalista da *Folha*, Áster falou sobre o seu movimento e estilo de filmagem em *Midsommar*:

"Eu filmei um conto de fadas", conta Áster, por telefone, com voz pausada, preciso em cada colocação. "Não é exatamente um filme de terror, mas uma história que usa elementos do gênero para ser desenvolvida." (SALEM, 2019, p.1)

Ainda à *Folha de São Paulo*, Áster ressaltou que seu filme falava sobre relacionamentos, mais precisamente sobre términos complicados:

Uma produtora sueca me procurou depois de ‘Hereditário’ [...] Tinha acabado um longo relacionamento conta o cineasta à Folha. “Voltei para casa e percebi que deveria escrever algo, porque estava num péssimo estado. Foi quando encontrei uma maneira de misturar a trama sobre separação que gostaria de fazer com o projeto de um falso horror na Suécia. É algo bem pessoal. (SALEM, 2019, p.1)

As três citações acima, evidenciam a trajetória do diretor e o próprio cenário atual sobre o cinema de gênero de terror. Primeiro, Áster renunciou a alcunha de fazer um filme de terror, depois afirmou fazer um *falso terror*, considerando cotejar um cinema de *contos de fadas*, recorrendo a alguns elementos do horror.

O distanciamento de Áster parece nos confundir, pois, nada na sua trama (com fundo autobiográfico), fez o diretor se afastar de um filme de terror, pelo contrário, seus temas e suas

referências o aproximam deste gênero. Ele mesmo afirmou para Sadovski ter como referência o filme *The Wicker man*:

Quando menciono que a primeira referência que veio à mente foi O Homem de Palha, clássico do cinema inglês dirigido em 1973 por Robin Hardy, Aster se empolga. "Que bom que você percebeu isso, porque o cinema europeu moldou minha paixão", revela. (SADOVSKI, 2019, p.1)

Filme estrelado por Christopher Lee, astro do gênero de terror, como Drácula, em *O Vampiro da Meia noite* (1958), *The Wicker man* (ou *O Homem de Palha* (1973)) foi um filme assumido de gênero de terror, mais precisamente um *folk horror*. Os filmes enquadrados como *Folk horror*, são histórias que acontecem no campo, envolvendo um mistério, o sobrenatural, religiões, ocultismo, seitas, além de explorar o mal demoníaco que corrompe as pessoas comuns. Mas também, o *Folk horror* explorou a maldade humana, forjando um horror que é feito por pessoas comuns. *The Wicker Man* é um exemplo claro das referências de Aster. E nesse sentido, podemos perguntar, o que fez Aster se recusar a nomenclatura de *terror*? O próprio diretor de *Midsommar* responde:

"Nunca tive ideias podadas, nunca me pediram para fazer terror com sustos fáceis." Ele pausa, respira e completa: " Eu gosto do cinema atual, mas muita coisa é fruto de decisões corporativas, e não artísticas. No fim, são produtos, e não filmes" (SADOVSKI, 2019, p.1)

Ao apontar que no estúdio A24 nunca teve suas ideias podadas, Aster confirmou que o cinema comercial de terror está entregue a uma linguagem fácil, simplificada. Obviamente, não está condenando todos os filmes da cena comercial, contudo, a falta de liberdade criativa teria sido algo que o impediria de construir suas narrativas como bem entende.

Historicamente, ao longo do artigo, demonstramos que os filmes de terror/horror avaliam e experimentam variações narrativas da linguagem cinematográfica, desse modo, esses filmes inovam no cinema. Aster, em momento algum, se afastou da história do gênero. Seu discurso não confirma um distanciamento com a história do cinema de terror, porém, nos traz indícios que, ao afirmar fazer um "falso terror", se contrapõem as produções hollywoodianas de "sustos fáceis".

Nesse sentido, Lima, Gomes e Mendes (2015) afirmam que a indústria atual que se ocupou do gênero de terror vem asfixiando sua criatividade, buscando aproveitar de sucessos antigos para maximizar os lucros em narrativas já conhecidas pelo telespectador:

Annabelle (2014) é um spin-off do filme a *Invocação do mal* (2013). A boneca fez tanto sucesso no primeiro filme que os produtores decidiram fazer um, somente com a boneca. *O Massacre da Serra Elétrica* (2003), *A casa de cera* (2005), *Carrie, a Estranha* (2013) são todos remakes, e uma série de outros filmes desse gênero seguem os mesmos passos. (LIMA, GOMES, MENDES, 2015, p.3)

A reação de Ari Aster, sobre essas diferenças criativas do cinema de gênero, não é uma particularidade do diretor. Outros críticos de cinema apontam a mesma questão, Nicolas Barber da *BBC Culture*, em seu texto *Por que os críticos não respeitam os filmes de terror?* (2018), ressaltou outros diretores que também buscam se afastar da categoria *terror*:

John Krasinski, roteirista e diretor de *Um Lugar Silencioso* (2018), afirmou em uma entrevista que sua obra não foi inspirada em filmes comuns de terror, mas em "filmes extraordinários de terror sofisticado" - uma referência à recente onda de produções cinematográficas que foram mais aclamadas pela crítica do que as fórmulas tradicionais de monstros e susto fácil. (BARBER, 2018, On-line)

Barber pontou que os críticos de cinema, os jornalistas e cineastas, como John Krasinski, vêm se afastando da categoria, imaginando novos termos:

Mais reflexivas e experimentais que os filmes convencionais do gênero, essas produções levaram os jornalistas a rotulá-las não apenas como "terror sofisticado", mas também como "pós-terror", "terror inteligente", "terror sério"... - tudo, menos "terror". (BARBER, 2018, On-line)

O embate dialógico no gênero vem criando confusões e novos "subgêneros" dentro da mesma categoria de terror. O que está sendo chamado de "pós-horror" é uma dessas consequências.

Para nós a naturalização conceitual dos filmes de terror provocou o esquecimento, não apenas da história de filmes que exploram narrativas de terror, mas também promoveu um esquecimento da história do próprio cinema. O jornalista do "The Guardian", Steve Rose, em seu texto *How post-horror movies are taking over cinema*, defendeu que o *pós-terror* ou *pós-horror* seria um

subgênero que nasceu se distinguindo do terror. Essa “nova categoria” estaria preocupada com a narrativa e seus subtextos explorando seus personagens, seu caráter psicológico e seus dramas:

Não é de admirar que alguns cineastas estejam começando a questionar o que acontece quando você desliga a lanterna. O que acontece quando você se afasta além dessas convenções de ferro fundido e sai pela escuridão? Você pode encontrar algo ainda mais assustador. Você pode encontrar algo que não é nada assustador. O que poderia estar surgindo aqui é um novo subgênero. Vamos chamá-lo de "pós-horror". (ROSE, 2017, On-line)

Esse texto teve uma grande difusão nos EUA, e no mundo como um todo, muitos críticos, cineastas e até mesmo o estúdio A24, se pronunciou pelo Twitter:

#AGhostStory não é um filme de terror. Não é um filme 'pós-horror'. É uma história de amor cósmica sobre o TEMPO e a enormidade de nossa existência. - A24 (@A24) 6 de julho de 2017 (TWITTER, 2017, On-line)

O termo “pós-horror” desconsiderou a historicidade do cinema de terror, no entanto, nos permite investigar a recepção desses leitores que defendem esse olhar, ou seja, nos torna possível relacionar os desvios, rupturas, conflitos e diálogos.

Voltemos ao texto de Rose, ao se referir a repercussão nas mídias dos filmes de terror:

'NÃO VEJA *IT COMES AT NIGHT*, NÃO VALE A PENA DE ASSISTIR, O PIOR FILME DE TODOS OS MOMENTOS'. O Twitter ficou cheio de inúmeras postagens após o lançamento americano de *It Comes at Night* no mês passado. Os principais espectadores esperavam um horror direto; eles ficaram inseguros sobre o que tinham visto e não gostaram. Os críticos e uma certa seção de espectadores adoraram o filme, mas sua classificação no Cinemascore - determinada pelas reações da noite de estreia dos espectadores - é um D. (ROSE, 2017, On-line)

Rose considerou que o público está acostumado com um terror convencional que está sendo dominado por uma série de repetições, spin-offs e remakes. No entanto, esses filmes chamados “pós-terror, terror inteligente, terror sofisticado” usam elementos muito distintos dessa estética repetitiva do terror convencional. Se aproximando de romances góticos, dramas psicológicos, thrillers sombrios, suspenses existenciais e outros.

Considerando esse cenário que permitiu o aparecimento de um novo termo (o pós-horror), concordamos que existe um afastamento do modelo de repetição, todavia, discordamos de Rose. Essas produções somente estão dialogando e compreendendo os enunciados do horror, misturando subgêneros conhecidos e trazendo novas discussões. A historicidade dos filmes de terror demonstrou essas dinâmicas, muito antes da nomenclatura do “pós-horror” surgir.

E *It Comes at Night* (2017) ou no Brasil, *Ao Cair da Noite*, de Trey Edward Shults, narra a história de uma família em um cenário pós-apocalíptico, isolada na floresta. Contudo, o repentino aparecimento de pessoas estranhas pedindo ajuda dão início a uma reviravolta que acaba em tragédia. *Ao Cair da Noite* não explora o susto, mas a tensão e a insegurança das relações atuais da sociedade contemporânea, como: a relação dos Estados Unidos com a imigração e os estrangeiros. Tal filme foi muito mal recebido nas bilheteria, tendo uma aceitação pela audiência de 44% se contrastando com a recepção positiva da crítica que chegou aos 87% no Rotten Tomatoes.

Além de testar novas variações no gênero, o cinema de terror sempre conseguiu ampliar seu horizonte de referências e dar novo fôlego para narrativas conhecidas. Produções que inovaram no gênero como o *Bebê de Rosemary* (1968), se tornaram uma referência para *Hereditário* (2017) – primeiro filme de Ari Aster. Polanski desenvolveu uma trama tensa e angustiante entre uma noiva radiante e um ator promissor. Essa história de relacionamento escondia um pacto diabólico e um ritual ocultista. Em *Hereditário*, temos um drama entre os familiares que vai se revelando um ritual ocultista, cheio de sacrifícios, para invocar Paimon, a própria encarnação do demônio. *Hereditário* refletiu elementos narrativos de *Bebê de Rosemary*, explorando a bruxaria ocultista para narrar sobre o horror nos dramas humanos.

Para Isabel Boscov, o último filme de Aster é uma antítese de *Hereditário*. Diferente de *Hereditário*, seus principais arcos acontecem sob a claridade do solstício da primavera, expondo os rituais para celebrar a colheita. Considerando a difusão de *Midsommar*, o filme foi vendido como um terror horripilante sendo divulgado em diversos festivais.¹¹ A decisão do estúdio de vender

¹¹ Gotham Independent Film Award, National Society of Film Critics Award, Prêmio Independent Spirit.

Midsommar como terror assustador, foi elaborada pensando nos fãs do filme anterior, que angariou uma repercussão positiva.

Como Sadovski salientou em seu blog, “O material promocional de *Midsommar* pode enganar, com seu trailer que sugere uma seita maligna atraindo jovens incautos para o sacrifício.”. Os trailers de divulgação ressaltam frases de críticos conhecidos, como: “absolutamente insano...” de Matt Shiverdecker da *American Statesman*; “Visceral, perturbador, brutal”, de Mirasa Mirabel da *Crítica de Cinema*; “Uma espiral de pesadelos”, de Jacob Hall do *SlashFilm*. O trailer alternando entre frases de críticos e cenas bem decupadas de maneira rápida para ambientar um filme assustador, com música agonizante – que não é usada no filme – têm uma linguagem semelhantes aos filmes de horror comercial. Entretanto, além de ressaltarmos que o trailer pode enganar, por recortar, selecionar e re-costurar essas partes em um vídeo curto de dois minutos. O trailer foi um material de divulgação, com interesse de alcançar o maior número de pessoas. Mesmo que Ari Aster tenha compartilhado sua visão do filme após a estreia, advertindo não ser um filme de sustos como os filmes de terror comercial, o estúdio ignorou as contradições e divulgou um material que ressaltava *Midsommar* como um filme “assustador”.

Midsommar é uma obra que acompanha Dani, sua protagonista que viaja com seu namorado e os amigos para Hälsingland, para o festival de solstício. Trata-se de uma trama que não pega seu telespectador desprevenido com sustos rápidos, mas prepara uma narrativa de 2 horas e 18 minutos que se desenvolve lentamente um ambiente de culto folclórico, de religiosidade, estranhamento e incômodo que no final alcança seu clímax. Essa contradição, entre a proposta do diretor e a divulgação do trailer, revela o interesse financeiro do estúdio em lucrar com o filme, ao chamar a atenção da massiva audiência conquistada pelos filmes comerciais de susto.

A antítese solar de Ari Aster

Embora Aster tenha discordado ter feito um filme de terror, ele está constantemente discutindo a metalinguagem desse gênero. O jovem diretor estava dialogando com produções anteriores, citando, fazendo referências e construindo novos experimentos. E nesse sentido, vamos analisar *Midsommar* através do dialogismo, ressaltando as múltiplas vozes de outros filmes predecessores: *The Wicker man* e *A montanha mágica*, essas obras são abordadas na narrativa de Aster.¹²

A antítese solar de Aster, não é sobre um filme de terror que simplesmente “acontece à luz do dia”, defendemos que *Midsommar* nos autoriza a refletir sobre o atual momento da crítica e da linguagem do cinema de horror. Chamando a atenção para a qualidade desse gênero, recusando os preconceitos e vícios dos filmes recheados de clichês.

Ao dialogar com a tradição do gênero, Aster ressaltou suas qualidades subversivas na forma e no conteúdo do cinema de horror, conseguindo se reinventar e trazer novos debates. Rejeitando as concepções formalistas e simplificadas sobre o filme de horror. Citando um autor mais sistemático a respeito dessa conceitualização formalista, Jesus Ramos ressaltou que no gênero de terror:

O espectador somente sente medo se sabe que deve senti-lo. Geralmente costuma se dar a preparação de uma série de elementos consistentes em definir um personagem geralmente atraente, cuja expressão mais caricata é a de uma jovem indefesa; se costuma criar a existência de um perigo (um monstro, um assassino), recriar o ambiente (a noite, a escuridão), somar a ameaça sonora (sons de origem desconhecida, música que manipula a emoção) mais a iluminação (muitas vezes de baixo, recortada) e a partir daí se pode disparar o susto. (RAMOS, 2002, p.564)

¹² *A montanha sagrada* é um filme que aborda uma estética de gênero ousada e particular, contudo é limitado classificá-lo como filme de terror, pois suas principais preocupações em alcançar seu público a partir da fotografia, maquiagem, roteiro, ambientação e personagens é propor uma crítica política. O vilarejo ensolarado de Hälsingland, consegue causar incômodo pela maneira como é decupada, usando assim, recursos que vemos em outros filmes como aqui já citados; *O homem de Palha*. Aster, sabe usar as características do estranho que encontramos até mesmo em *A colheita Maldita* (1984), que acompanha garotos estranhos que vivem em uma cidade fantasma, com um grande milharal, onde sacrificam os turistas que se perdem nas regiões. E *O caçador de Bruxas* (1968), filme que aborda o vilão de Vincent Price (Matthew Hopkins), um sanguinário perseguidor que se aproveita do imaginário dos cidadãos para aplicar golpes e lucrar em cima da ignorância e medo dos religiosos.

Colocando essas condições, o filme de Aster não poderia parecer mais alienígena para o gênero de terror, pois todas essas ordenações enunciativas, que Ramos salientou, são questionadas ou negadas em *Midsommar*. Entretanto, isso não quer dizer que Ramos esteja incorreto, muitos filmes do gênero distribuídos no cinema e no streaming (*A Maldição de Chorona*, *O Campo do Medo*, *Eli* todos tendo estreia em 2019) exploram esses recursos cinematográficos.

Aster colocou luz sobre a própria estrutura enunciativa da qual o cinema de horror se comunica e conecta obras diferentes, conhecendo, articulando filmes distintos, tratando temas diferentes no horror psicológico, no *folk horror* e no “*horror de crítica metafísica*” estabelecendo uma dialética sob a fluidez polifônica que o terror permite.

O diretor de *Midsommar* soube percorrer o gênero e abordar inovações, primeiro podemos apontar a trilha sonora e a mixagem de som. Em *Psicose*, de 1960, temos a poderosa e ameaçadora agressividade da trilha de Bernard Hermann. Em *Suspíria*, de Dário Argento, somos apresentados a uma tenebrosa trilha com vozes distorcidas, criada pela banda de metal progressivo *Goblin*. Comparando *Midsommar*, a trilha sonora e sua mixagem de som aproveitou a ambientação da cidade fictícia de Hälsingland, com instrumentos de sopro e cânticos que recuperam uma tradição folclórica europeia medieval. Aster evitou os planos claustrofóbicos, recorrentes nos filmes de gênero, e experimentou os grandes planos gerais para enquadrar nos campos verdes, os homens e mulheres, velhos e jovens, todos lado-lado cantando, brincando e tocando instrumentos.

O contraste provocado pela música que ecoa de forma leve aos ouvidos dos telespectadores se choca com as cenas de tensão, que intensificam a barbárie das situações apresentadas. Na cena que Dani conquista a coroa de Rainha de Março, a personagem fica confusa e não entende exatamente o que está acontecendo, a música que acompanhava a cena, em um movimento súbito, ganha volume e, os músicos que tocavam escondidos da câmera invadem o enquadramento com os seus violinos, violoncelos, tambores e flautas para a tirar uma foto com Dani. Outra cena é o desfecho do filme, com o sacrifício de nove pessoas sendo queimadas para o ritual da boa colheita. A música leve e

suave, com notas sutis vai ganhando volume e vai crescendo acompanhando as cenas de catarse daqueles que presenciam o ato final com: dança, choro, raiva, felicidade, festejo e cânticos.

Embora Aster tenha optando em não usar uma música tensa e “tenebrosa”, a direção elegeu uma alternativa que aparenta mais suave e sutil, todavia, consegue despertar sentimentos de seu telespectador. Os autores do projeto *Cinema Mundo*, formado por professores e pós-graduandos em cinema da UFSC, comentam a habilidade de Ari Aster, em fazer uso desse recurso. Renata Santos, uma das locutoras do projeto, se surpreende com o uso da música final; “as pessoas estão gritando e morrendo e a música é de final de filme romântico” (MARKENDORF; SANTOS; LEITE, 2019, 13,22). A trilha sonora potencializa os aspectos sensoriais de estranhamento e incômodo nos rituais grotescos de Hälsingland.

Retomando sua principal referência, o filme, *The Wicker Man* (1973), podemos notar que a trilha sonora que dita a narrativa é o Folk, música que se manifesta na cultura de campo, do camponês. Outras referências nos arranjos são as músicas celtas que se referem as formas de religiosidade medieval consideradas pagãs, relacionando a natureza e os elementos da terra. Reunindo esses elementos, a convergência dialógica é explícita, *The Wicker Man* já explorava músicas não convencionais no gênero de terror e *Midsommar* recuperou isso na sua narrativa.

A comunicação entre o filme de Robin Hardy e Ari Aster não acaba aí. O filme conhecido no Brasil como *O homem de Palha* conta a história de um policial, Sargento Howie (Eduard Woodward), que investiga um chamado anônimo, a respeito do desaparecimento de uma mulher em uma ilha. Ao chegar no local, além de não encontrar a mulher, ele é confrontado por uma seita praticante de cultos que envolvem sexo, cantos, danças e rituais que exaltam a liberdade do corpo, exatamente opostas às ideias do protagonista cristão.

O final de *O homem de Palha* é trágico, o protagonista é sacrificado em um ritual à luz do dia, dentro de uma fogueira em forma de homem. Entre as semelhanças, com os dois filmes, temos o estranhamento com a cultura da alteridade, a música, os atos principais tendo desfecho no dia e o

ritual de purgação com um grande sacrifício humano. Ao contrapormos os dois, vemos fortes diálogos, contudo, *Midsommar* não se limitou a passear pela narrativa de Robin.

Aster a partir de sua criatividade também possibilita pensar o filme como um fim de relacionamento, pois, a narrativa gira em torno de uma relação amorosa em crise, prestes a acabar. Com a chegada do grupo de amigos à Hälsingland, o plano da câmera faz um movimento de 180° colocando tudo de cabeça para baixo, expondo seus conflitos, inaugura-se para todos um universo diferente daquele que estavam habituados.

O diretor explorou essa imagem sensorial por meio dos desentendimentos expondo os conflitos entre os colegas de Dani. Quando o grupo estava no campo usando drogas se chamavam de “família” (ASTER, 2019, 30,45), entretanto, com o passar dos dias em Hälsingland, esse novo mundo coloca os personagens de cabeça para baixo, as confusões e os estranhamentos são potencializados pelos alucinógenos e pela ambientação que oscila entre a cordialidade e a intimidação.

No encadeamento da trama que vai se aprofundando, o diretor cada vez mais escolhe planos amplos, apresentando olhares de amistosidade disfarçada da comunidade para os visitantes despercebidos, que ingenuamente não se dão conta dos rituais que estão acompanhando. Por outro lado, Dani que se sente cada vez mais afastada do seu grupo (amigos e namorado), mais se conecta com a natureza, com os rituais e com o vilarejo de Hälsingland. A separação e a destruição dos laços de amizade e amor fazem parte do processo para o acolhimento de Dani pela comunidade de Hälsingland.

Aster capturou pela sua câmera a luz do dia que encobre as reais intenções dos habitantes da vila de *Midsommar*. Nas histórias contadas pelo cinema de terror também temos o uso do ambiente e das luzes para construir um cenário de mistérios, contudo, como vimos, a retratação da luz não é tão comum quanto a da noite. O universo sombrio e escuro do terror é uma constelação de lugares conhecidos na cinematografia. As trevas da noite que escondem o mal fazem parte do enredo

clássico do cinema de terror, como em *Drácula* (1931), *Frankenstein* (1931), *O Exorcista* (1973), *A Morte do Demônio* (1981), *Suspíria* (1977), até terrores mais contemporâneos como *A invocação do Mal*, *A bruxa*, *Ao cair da Noite*. Todos esses filmes reconstróem ambientes permeados de brumas terríveis que ameaçam aquele que anda pela noite. Nesses filmes a maldade se esconde no dia e se fortalece no crepúsculo. Os elementos enunciativos que forjam a construção do horror nas trevas podem ser aprofundados pela perspectiva bakhtiniana.

Robert Stam ao pensar a argumentação de Bakhtin na linguagem cinematográfica, percebe na perspectiva dialógica uma forma de historicizar a linguagem cinematográfica:

Com propósitos ilustrativos, podem-se imaginar filmes pertencentes a categorias como as do “cronotopo entre quatro paredes”, ou seja, os filmes que restringem sua ação a um único espaço (por exemplo, *Janela indiscreta* e *Festim diabólico*, de Hitchcock, *Tudo bem*, de Jaborm *As lágrimas amargas de Petra von Kant*, de Fassbinder); do cronotopo doo filme mediado pela TV” (como *Adieu Pjilippine*, *Dias de fogo*, *Síndrome da China*), no qual o ambiente televisivo importa na presença de uma infinidade de monitores de TV [...] (STAM, 2013, p. 229-230)

A noite faz parte do enredo construtivo de milhares de filmes do gênero do horror. A ambientação da noite e da escuridão é muitas vezes recriada para desenvolver o mistério, o medo, a tensão. Sendo a hora perfeita para os vampiros e os mortos-vivos saírem de seus esconderijos; ou o momento ideal que captura a insegurança dos ambientes escuros; ou a ocasião que a luz do luar condena os homens a se transformarem em lobisomens, como em *Um lobisomem americano em Londres* (1981). A noite é, até mesmo, a hora perfeita para fazer o mal, como representada no cinema de horror brasileiro, com *A meia-noite levarei sua alma* (1964), do coveiro Zé do Caixão (José Mojica Marins).¹³ A característica muitas vezes indissociável da noite nos filmes de terror, é tocada por Ari Aster, para repensar a construção do espaço e tempo da linguagem do terror. O clima solar oposto à noite amplia a estranheza e as “esquisitices” apresentadas em Hålsingland por refratar dialeticamente a escuridão das películas do horror. Em outras palavras, quanto mais Aster afirmava que seu filme

¹³ E para citar um último, o conto de *Wurdalak* no filme *Black Sabbath* (1963), de Mario Bava, narra a história de uma noite no leste europeu envolta de brumas e castelos ameaçadas pelo assombro de uma doença que transforma os vivos em vampiros-cadáveres.

era um conto de fadas, quanto mais percebemos quais são suas fontes audiovisuais e sua identificação com a estética do terror.

Outro aspecto que a direção pensa é o mistério no filme de terror. Em sua película, toda história já é anunciada até o final na primeira parte do filme, o telespectador tem sua atenção presa ao tentar saber o significado dessas imagens para trama. Acompanhando o movimento da câmera que nos apresenta símbolos e cenas que nos entregam acontecimentos que ainda irão ocorrer, como o urso na jaula e o varal com “a história de amor”, (ASTER, 2018, 45,00), o suicídio dos anciãos, a disputa da coroa da Rainha de Maio e o ritual de sacrifício (ASTER, 2018, 46,34). Cada coisa que aparece faz sentido para o enredo, os símbolos rúnicos, os desenhos nas paredes, todos eles contam os acontecimentos que irão ocorrer na história. Dessa maneira, o diretor constrói um caminho narrativo desvirtuando o mistério do desfecho.

Tal proposta, propõe uma inversão do mistério clássico no cinema de terror, pois, se na estrutura clássica somos apresentados ao mistério ou perturbação, da qual vai tomando conta da narrativa até o desfecho e confronto final. Em *Midsommar*, somos apresentados aos elementos do desfecho, sem sabermos quando irão acontecer e nem como irá se desenrolar. Desse modo, aumentando a atmosfera de tensão envolvida em cada cena. Nesse sentido, rompe com *O homem de Palha*, pois torcemos pela salvação do protagonista, o único personagem da qual compreendemos as angústias, entretanto, na última parte do filme, descobrimos que será sacrificado em um ritual pagão.

O mistério do terror guarda os acontecimentos principais dos arcos, esconde na escuridão os monstros, as ameaças, os problemas que serão encarados pelo protagonista. A luz projetada por Aster atingiu todos os lugares, seu propósito é mostrar o que irá acontecer nos próximos atos, revelar quais serão os desafios e testar a ansiedade do público. Invertendo a tensão, Aster fez o público ficar ansioso pela forma como ele dirige e não pelos mistérios que irão se revelar na trama.

O diretor conhece e inverte os enunciados do cinema de horror comercial que busca as reviravoltas, as quebras de expectativas, os sustos bem elaborados, as músicas tenebrosas e as cenas

de violência explícita. Seguindo Dani com sua câmera, Ari Aster contestou a estrutura do modelo de repetição do terror comercial contemporâneo. Através de sua direção, recusou-se a fazer mistério sobre o que vai acontecer, mas sim, como irá acontecer.

A pesquisa sobre culturas, religiões pagãs europeias, a construção de uma cidade fictícia permitiu que tudo fosse crível e que embarcássemos na história. Portanto, importava como a cena foi elaborada, como o roteiro tornou possível tais acontecimentos e como a câmera capturou cada cena. Embora, estejamos preocupados em pensar historicamente como o cinema contemporâneo se relaciona com a história do cinema de terror, podemos encontrar referências diretas e indiretas à cultura nórdica antiga e medieval. Esses elementos não são adereços e adornos para narrar a história, pelo contrário, ao se apropriar do passado histórico, o diretor criou sua própria maneira de contar como a ação se desenvolveu em *Midsommar*.

A partir de conversas com uma produtora sueca, Ari Aster teve a ideia de fazer um filme que bebia na medievalidade da Escandinávia. O diretor começou a estudar rituais, costumes e as runas antigas para desenvolver o vilarejo de Hälsingland. A região norte que se encontrava a Suécia, entre os séculos XI e XIV, passou por transformações culturais com a chegada da Igreja.

As runas foram uma forma de escrita da Escandinávia antiga, as inscrições eram entalhadas em madeiras, pedras, ossos, chifres e metais. Os povos da região usavam o alfabeto para atividades cotidianas, como também para práticas religiosas. No filme, as inscrições rúnicas surgiram nas paredes dos alojamentos, nos varais carregados de lençóis, contando histórias sobre costumes, a colheita e sacrifícios (TSUGAMI, 2019). A expressão “Midsommar” representa um período do verão em que a luz solar incide com maior tempo e intensidade. No mundo germânico, era um período mágico marcado por festividades. No filme essa é a única festividade e sua celebração durava nove dias. A simbologia do número nove é apresentada na mitologia nórdica. Segundo os medievalistas, a partir das documentações podemos encontrar referências a existência de nove mundos e o deus, Odin, realizou por nove dias um sacrifício para obter o conhecimento rúnico. O

número nove também está presente no filme, são nove dias de Midsommar, nove estrangeiros convidados e nove sacrifícios (TSUGAMI, 2019).

A religiosidade na região do norte e do centro da Europa era algo complexo, constituindo-se por meio de mosaicos de pequenos grupos de culto local e comunidades religiosas maiores cobrindo uma diversidade de regiões. Neste contexto, as expressões de culto monoteístas, henoteístas e politeístas, por vezes em conflito, coexistiam. O *Paganus* é um termo que foi frequentemente usado pela cristandade para associar as sociedades antigas ao culto politeísta. No período que recobre a idade média, o paganismo era uma heresia, sendo aplicado a qualquer crença que a Igreja considerava falsa. Em 1484, com a resistência dos germânicos ao cristianismo, o paganismo tornou-se uma ameaça que pressionou a Igreja a reprimir essas práticas. O Papa Inocente VIII promulgou a Bula Papal que foi posteriormente integrada ao livro de caças às bruxas, *Malleus Maleficarum*. Os bispos cristãos procuraram reprimir as crenças locais requisitando apoio dos senhores feudais, de maneira que, eliminassem o politeísmo praticado pelos camponeses. No entanto, os cultos locais e tradicionais persistiram como reminiscências do folclore local, como: as tradições populares, as crenças mágicas e as festividades pagãs (TORRES, 2021).

Um exemplo estimulante está nos varais da história de amor, por meio dela, acompanhamos imagens que narram uma história, sem símbolos rúnicos e outros alfabetos, referência direta à cultura artística e pictórica do período medieval (ASTER, 2018, 45,00). Ao pesquisar os livros de especialistas sobre as poções medievais, Torres encontrou a relações entre essas imagens e os costumes medievais:

Se quiseres que Simão, filho de Fra Silvestro, a quem amas, te ame e não tenha a possibilidade de amar outra mulher e de se casar contigo, tens que fazer os seguintes encantamentos e feitiços: alimenta-o com o teu sangue menstrual, pondo-no numa torta; tira-te uns pelos púbicos, queimá-lo, moê-lo em pó e pô-lo na comida” (DEAN Apud TORRES, 2021, On-line).

Em outro momento, no filme, Maja, uma jovem do vilarejo prepara o feitiço para Christian, colocando o sangue menstrual em uma bebida e os pelos pubianos dentro de uma torta. A partir da

linguagem cinematográfica, Aster construiu símbolos que remetem ao paganismo escandinavo e a mitologia nórdica. O diretor conseguiu reunir uma diversidade de elementos que expressam essas tradições populares em toda a sua obra.

Ari Aster passeia pela Montanha Sagrada

A respeito de um horror metafísico, *A Montanha Sagrada* (1973), de Jodorowsky, é uma crítica à sociedade de consumo, ao capitalismo dominante e à hegemonia eurocêntrica sob os países latinos. É uma distopia que narra sobre o real pela irracionalidade das relações humanas e pelos absurdos da modernidade. Dentro de um universo onírico e fictício, Jodorowsky criou uma arquitetura própria baseada no surrealismo e na psicanálise para construir imagens sobre o inconsciente.

Os prédios exagerados, o figurino exótico, as diferentes culturas apresentadas, as situações absurdas expressam uma realidade irracional. O surrealismo de Jodorowsky é um registro sobre a barbárie cometida pela humanidade. Para o diretor, a sociedade precisava se redimir e devia se superar para fazer o caminho da montanha sagrada. O diretor recorreu a referências esotéricas, místicas, religiosas sobre a natureza e a existência. Segundo Luis Garcia (2014), Jodorowsky têm suas referências em Breton, que escreveu o *Primeiro Manifesto Realista* (1924), fundamentando as bases do surrealismo:

O surrealismo, então, parte do princípio de confronto contra a “ordem” estabelecida que impede o ser humano de mostrar sua verdadeira natureza, proclamando contra as normas vigentes – sejam elas políticas, artísticas, filosóficas, etc. – a superioridade dos sonhos e do inconsciente sobre o real, percebendo o quanto estão interligados o potencial da libertação do indivíduo na condição revolucionária social, ou, como diz Breton no desfecho da palestra-manifesto *Posição Política do Surrealismo*, de 1935: “‘Transformar o mundo’, disse Marx, ‘Mudar a vida’, disse Rimbaud: estas duas palavras de ordem são, para nós, uma só” (GARCIA, 2014, p.38)

Para esses surrealistas a aliança entre a arte, a psicanálise e o marxismo permitiram compreender a sociedade burguesa como castradora dos seus instintos e seus desejos, sendo assim, a

sociedade moderna impedia a descoberta da verdadeira forma do homem. Esse pensamento revolucionário se fez presente nas obras de Jodorowsky, seu filme foi um projeto político que propunha uma crítica para desconstruir as formas repressivas de uma sociedade burguesa de consumo.

A estética de Jodorowsky apareceu na fotografia de Aster, em sua arquitetura exótica e nos simbolismos apresentados com fundo místico e religioso. Aster usou a distopia política, de Jodorowsky, para pensar não apenas o estranhamento com as culturas do outro, ou até mesmo apresentar o universo solar onírico de Hälsingland, mas para dimensionar o assombro da irracionalidade a partir da sua película.

Quando o filme de Jodorowsky foi lançado não causou apenas polêmica pelas imagens grotescas apresentadas, mas também pela arquitetura, pela maquiagem, em suma, por sua concepção de um universo estranho que se chocava com a realidade. A partir do absurdo e do mundo onírico, o diretor criou uma estética do despertar do inconsciente para um universo de experiências vívidas e reais e, ao mesmo tempo, assustadoras. O jovem Aster articulou esse potencial arquitetando o absurdo em seus cenários do festival solar. Em *Midsommar*, a fotografia recorreu a cores vibrantes para revelar aquilo que está escondido, ou seja, o mal nos relacionamentos que se fragmentam e se quebram. Aster colocou sob à luz as sutilezas das relações para desconfigurar os medos, as inseguranças, as traições e os ódios presentes nos elos das famílias (Hereditário) e dos relacionamentos de amizade e amor (*Midsommar*).

Através de Bakhtin, Robert Stam analisou o cinema e pensou a intertextualidade dos filmes por meio dos cruzamentos dos enunciados. *Midsommar* não é um terror do gênero convencional, isto é, com características do terror bem delineadas e simples. A partir de um olhar Bakhtiniano, podemos constatar que Ari Aster fez uma obra que difunde raios de diálogos com outros gêneros. As características dos filmes de sustos reduzem as possibilidades que o terror tangência. E *Midsommar* se apresenta como um expoente, uma crítica, um passeio sobre as miríades discursivas do horror.

Referências Bibliográficas

- ASTER, Ari. **MIDSOMMAR**: o Mal não espera a noite. Direção de Ari Aster. Estados Unidos/Suécia: A24, 2019. 147 min.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora F. Bernardini. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BARBER, Nicholas. Por que os críticos não respeitam os filmes de terror. **BBC Culture**. Visualizado em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-45088429>. Acessado dia 20, de Janeiro de 2020.
- BOSCOV, Isabel. 'Midsommar' reforça a tendência do terror antropológico. **Veja**. Visualizado em: <https://veja.abril.com.br/blog/isabela-boscov/midsommar-terrorantropo-logico/>. Acessado dia 20, de Janeiro de 2020.
- CÁNEPA, Laura Loguercio. **Medo de quê?** - uma história do horror nos filmes brasileiros. / Laura Loguercio Cánepa – Campinas, SP: [s.n.], 2008.
- CARROLL, Noël. **The philosophy of horror or paradoxes of the heart**. London: Routledge, 1990.
- FERREIRA, Andressa, Furlan. Sangue menstrual e magia amatória: concepções e práticas históricas. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 514-531, Dez. 2017.
- GARCIA, Luis, E. V. Características surrealistas no filme a Montanha Sagrada, de Alejandro Jodorowsky. **Revista Arredia**, Dourados, MS, Editora UFGD, v.3, n.5: 35-46 ago./dez. 2014
- LOPES, Wesley Batista; MORAES, Rozania Maria Alves de; GONÇALVES, João Batista Costa. O conceito bakhtiniano de cronotopo nas análises de discursos em situação de autoconfrontação. **Entrepalavras**, **Fortaleza**, v. 8, p. 71-92, jan./abr. 2018.
- MACHADO, Wladimir, Silva; CHAVES, Bárbara, Lyra. Humores e ironias de uma diva em depressão: a sensibilidade pós- feminista e a constituição do capital eletrônico. CHAUD, E e SANT'ANNA, T. F. (Orgs.). **Anais do VII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual**. Goiânia-GO: UFG, FAV, 2014.
- MARKENDORF, Marcio; SANTOS, Renata; LEITE, Leonardo Ripoll Tavares. **Comentários do filme no programa Cinema Mundo**: Midsommar - O Mal Não Espera a Noite , Dez. 2019: Disponível em :<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129834>. Acessado dia 20, de Jan. 2019.
- MELO, Marcelo, B. M. **Zé do Caixão**: Personagem de Horror. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, 2010.
- TORRES, Laura Carvalho. Midsommar de Ari Aster: analogia com os cultos pagãos, na Suécia, entre a Idade Média e o mundo contemporâneo: o terror vem do Norte. **O Cipreste**. Disponível em: [https://www.academia.edu/45000368/Midsommar_de_Ari_Aster_Analogia_com_os_cultos_pag%](https://www.academia.edu/45000368/Midsommar_de_Ari_Aster_Analogia_com_os_cultos_pag%C3%A3os)

C3%A3os_na_Su%C3%A9cia_entre_a_Idade_M%C3%A9dia_e_o_mundo_contempor%C3%A2ne
o_O_terror_vem_do_Norte. Acessado em: 15-09-2021.

TSUGAMI, Susan. Runas, sacrifício e tradição. **Scandia: journal of medieval norse studies**.n.2, 2019.

ROSE, Steve. How post-horror movies are taking over cinema. **The Guardian**. Visualizado em:
[https://www.theguardian.com/film/2017/jul/06/post-horror-films-scary-movies-ghost-story-it-com
es-at-night](https://www.theguardian.com/film/2017/jul/06/post-horror-films-scary-movies-ghost-story-it-com
es-at-night). Acessado em: 20-01-2019.

SADOVSKI, Roberto. Ari Aster, diretor de Midsommar: "Nem todo terror tem sua
origem no mal". **Blog do Uol**. Visualizado em: [https://robertosadovski.blogosfera.
uol.com.br/2019/09/18/ari-aster-diretor-de-midsommar-nem-todo-terror-tem-sua-orige
m-no-mal/](https://robertosadovski.blogosfera.
uol.com.br/2019/09/18/ari-aster-diretor-de-midsommar-nem-todo-terror-tem-sua-orige
m-no-mal/). Acessado em: 20-01-2019.

SALEM, Rodrigo. Tradições perturbadoras milenares dão o tom para
falso horror 'Midsommar'. **Folha de São Paulo**. Visualizado em:
[https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018
/06/angustiante-hereditario-resgata-o-verdadeiro-filme-de-terror.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018
/06/angustiante-hereditario-resgata-o-verdadeiro-filme-de-terror.shtml). Acessado em: 20-01-2019.

SQUIRES, John. A24 Wants You to Know That 'A Ghost Story' Isn't Horror or "Post-Horror".
Bloody-disgusting. Visualizado em: [https://bloody-disgusting.com/news/34
45690/a24-wants-know-ghost-story-isnt-horror-post-horror/](https://bloody-disgusting.com/news/34
45690/a24-wants-know-ghost-story-isnt-horror-post-horror/). Acessado em: 20-01-2019.

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. São Paulo/Campinas: Papirus, 2013.

STANCKI, Rodolfo. A polêmica do pós-horror. **Escotilha**. Visualizado em:
<http://www.aescotilha.com.br/cinema-tv/espanto/a-polemica-do-pos-horror/>. Acessado em:
20-01-2019.

TAVARES, Caroline, Santana. Cinema de horror: o medo é a alma do negócio. **Revista Temática**.
Ano VII, n. 05 – Maio/2011.

VILLAÇA, Pablo. Midsommar: O Mal Não Espera a Noite. **Carta Capital**. Visualizado em:
[http://cinemaemcena.cartacapital.com.br/login?retorno=/critica/filme
/8493/midsommar-o-mal-nao-espera-a-noite](http://cinemaemcena.cartacapital.com.br/login?retorno=/critica/filme
/8493/midsommar-o-mal-nao-espera-a-noite). Acessado dia 20, de Janeiro de 2020.

Materialidade e conexões em Cajazeiras: o inventário de Francisco Beserra de Sousa (séc. XIX)¹

Material Culture and social networks in Cajazeiras: the inventory of Francisco Beserra de Sousa (19th Century)

Viviane Gomes Ceballos

Pós-doutorado em História

Programa Dual Degree Unicamp- Rice University

viviane.gomes@professor.ufcg.edu.br

Ayrle Alves de Figueiredo

Graduanda em História

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

alvesayrle@gmail.com

Recebido em: 12/08/2021

Aprovado em: 11/11/2021

Resumo: A utilização da cultura material na pesquisa histórica tem permitido um espaço de ricas discussões para compreensão do século XIX no Brasil. O objetivo deste texto, cuja pesquisa está em andamento, é pensar como a materialidade, através do uso dos inventários post mortem, possibilita entender como se estabeleciam redes de sociabilidade na cidade de Cajazeiras, Paraíba no final do mesmo século, tendo como foco o estudo do inventário de Francisco Beserra de Sousa, considerando a importância do seu cabedal. Fonte rica em informação, esta documentação nos auxilia a conhecer o passado e suas personagens a partir do arrolamento e avaliação dos bens materiais de um sujeito no contexto de morte, ou seja, o patrimônio deixado como herança, possibilitando enxergar a vida material e o cotidiano, além de evidenciar as tramas sociais e o jogo político que contribuem para compreender o contexto do período estudado.

Palavras-chave: Cultura material; inventários; patrimônio.

¹ As análises feitas aqui partem dos estudos feitos pelo grupo que compõe o projeto PIBIC/CNPq-UFCG intitulado Cidades(s) Fragmentada(s): vida material e conexões sociais em Cajazeiras (1890-1910).

Abstract: The aim of this paper is to think about material culture as a perspective for the Brazilian 19th Century studies. The post mortem inventories are the primary source of this research, and allow us to understand how social networks were improved and contributed to the development of Cajazeiras, Paraíba State, Brazil. This research is still in progress and in this paper the analysis is related to the inventory of Francisco Beserra de Sousa, in 1884, a wealthy man whose patrimony gives us tracks to know more about its past and the people who were important to the City at that moment. The description of his assets, as the relation established with others, citizens or foreigners, are a challenging issue for the historians. The family heritage gives us a privileged perspective of the material culture, the material life and the meanings of it to that city and its social and political life.

Keywords: Material culture; inventories; patrimony.

Resumen: La utilización de la cultura material en la investigación histórica permite ricas discusiones para la comprensión del siglo 19 en Brasil. Nuestro objetivo es pensar cómo la materialidad expresada en el inventario *post-mortem* posibilita comprender cómo las redes de sociabilidad se establecen en la ciudad de Cajazeiras, Paraíba, en fines del siglo 19, sobre todo a partir del inventario de Francisco Beserra de Sousa. Material rico en información, estos documentos nos ayudan a conocer el pasado y los personajes a partir del inventario y de la evaluación de los bienes materiales de un individuo en el contexto de muerte. Así, el patrimonio heredado evidencia las tramas sociales y el juego político del contexto estudiado, nos permite conocer la cultura material y el cotidiano de los involucrados en el proceso. Esta pesquisa todavía está inconclusa.

Palavras-chave: Cultura material; inventários; patrimônio.

Introdução

O estudo da cultura material no Brasil até o final do século XIX estava ligado geralmente à discussão da “[...] história da família, do espaço doméstico, da organização e do sistema da moradia” (MARTINEZ, 2006). Estes documentos de caráter judicial, indicam a descrição e avaliação de uma pessoa (inventariado), em seu contexto de morte, assim visualizamos aquilo que foi deixado como herança. Desta forma, entendemos que o trabalho com os inventários post-mortem é relativamente recente na historiografia, e que aparece até pelo menos o início do século XX como meio de recuperação da história dos grandes nomes (TEIXEIRA, 2012).

Para além de uma análise econômica, estes registros nos mostram a cultura material de uma cidade ou região, suas casas e pertences indicando o meio social em que viviam e as relações sociais

estabelecidas. As tramas da cidade de Cajazeiras, seus causos e práticas são vivenciadas e transformadas pelas personagens que aparecem nas páginas dos inventários. Contudo, é preciso destacar que apenas uma parte da população tinha condições de deixar bens suficientes para serem inventariados, visto que este processo exigia despesas para pagamentos de uma série de documentos necessários e das pessoas que executavam funções em cargos públicos.

Esta cidade inventariada, localizada no extremo ocidental do estado da Paraíba, distante quase 500 km da capital João Pessoa, é lembrada por sua contribuição na educação paraibana desde a fundação do Colégio Padre Rolim no século XIX. Enaltecida pela historiografia local como “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”, é considerada polo educacional para sertanejos paraibanos e cearenses. Mas não é somente no campo educacional que se destaca. Torna-se importante área comercial para a região do Alto Piranhas, tendo sido emancipada politicamente em 1876 (Lei Provincial nº 616 de 10 de julho de 1876). Marcada historicamente pela ligação política, social, econômica e religiosa, a história da cidade é contada muitas vezes pelos seus filhos ilustres que retratam o lugar e seus costumes de forma memorialística e saudosista às glórias do passado (ROLIM, 2016).

Neste texto analisamos os inventários para além de seu caráter serial, como uma fonte plural em significados que viabiliza uma análise social mais ampla da sociedade através do cabedal como um todo. Consideramos, por exemplo, as relações incorporadas na trama social e o status que representa a posse de determinados bens e funções exercidas na cidade. Reconhecemos que não seja possível, neste momento, mapear a trajetória de como obtiveram e desfizeram-se desses bens se não a partir do cruzamento de dados com outras fontes como certidões de compra e venda - o que é uma pretensão para o futuro².

O processo constitutivo de um inventário obedece a uma ordem específica e quase inalterada ao longo dos anos, possuindo “[...] a abertura, documentos comprobatórios, avaliação dos bens

² A pesquisa não desconsidera o cruzamento dessas fontes para ampliar as discussões sobre a cultura material da cidade, embora no momento esteja focada nos inventários e em alguns processos complementares encontrados na documentação digitalizada que possam nos dar novos indícios sobre o estudo.

(móveis, imóveis e/ou semoventes³), documentos comprobatórios com avaliação das dívidas e partilha dos bens” (TEIXEIRA, 2012, p. 65). Os processos de inventários eram regidos pelas Ordenações Filipinas. Era esse conjunto legislativo que normatizava os encaminhamentos necessários e como se devia proceder a partilha e outros trâmites do processo, o que só sofrerá alteração com a promulgação do Código Civil Brasileiro no ano de 1916.

Os inventários permitem o acesso às formas como as conexões sociais, políticas e familiares desenrolaram-se na cidade durante a passagem do século XIX para o XX, na medida em que se definiam os participantes do processo de inventário, herdeiros e funcionários públicos envolvidos como juízes, escrivães, procuradores, entre outros. Os dados coletados nos possibilitam conhecer não só a cultura material, como também observar a vida privada das(os) inventariadas(os), assim como seu modo de viver.

Entrar em contato com essa documentação tem permitido problematizar o espaço da cidade de Cajazeiras e refletir sobre a imagem e significados construídos para a mesma assim como das personagens que contribuíram para o desenvolvimento de suas fronteiras físicas e comerciais. Todas as fontes utilizadas para este texto estão disponíveis para pesquisadores em formato digital na 2ª vara do Fórum Ferreira Júnior da cidade de Cajazeiras, Paraíba.⁴

Para além da dimensão física, as conexões sociais através dos inventários *post-mortem*

A prática de inventariar bens tornava público o patrimônio da pessoa falecida, assim como os destinos de cada um com a partilha. Em processos que possuem testamento, a partilha ocorria obedecendo aos desejos do(a) inventariado(a); nos casos em que não havia testamento, a partilha era

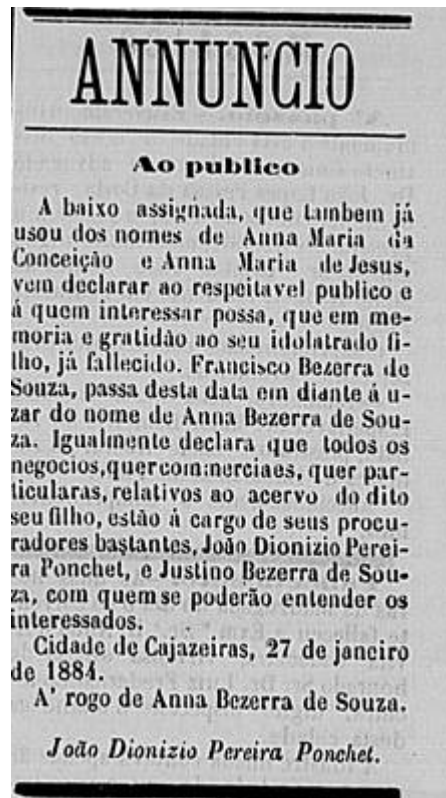
³ Considera-se como bens semoventes aqueles capazes de mover-se ou seja, animais e no período em questão também pessoas escravizadas.

⁴ Os processos da 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Júnior, entre os anos de 1876 e 1930, foram digitalizados pela equipe de pesquisa e gravados em CDs disponibilizados para o Fórum. Assim, todos esses documentos encontram-se disponíveis para pesquisa sem necessidade de trato direto com a documentação.

realizada a partir da justa divisão, reservando-se a metade dos bens para o(a) cônjuge, e o restante dos bens divididos igualmente entre os demais herdeiros. Em inventários de homens, ao receber a meação dos bens a mulher poderia assumir como cabeça de casal, ou seja, ela assume a administração dos bens e o lugar de responsável pela casa.

Os bens do(a) falecido(a) poderiam passar ao seu ascendente em grau mais próximo se não se apresentassem descendentes, como é o caso de Francisco Beserra de Sousa, que solteiro e sem filhos, faleceu em 1884 deixando sua mãe, Dona Anna Beserra de Sousa, como “universal herdeira de seus bens pela lei da sucessão [sic]”. Dona Anna reserva para si a terça parte da herança, um montante de 63:932\$668 (sessenta e três contos, novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito réis), repartindo as demais partes entre os irmãos e sobrinhos do falecido, cada um ficando com 9:835\$795 (nove contos, oitocentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco réis). Um anúncio no jornal Liberal Parahybano, de 9 de maio de 1884, declarava que os procuradores de Dona Anna Beserra, seu filho Justino Bezerra de Sousa e João Dionizio Pereira Panchet, eram os responsáveis por tratarem dos negócios comerciais e particulares de seu falecido filho Francisco Beserra de Sousa.

Imagem 1 - Anúncio ao público sobre Anna Beserra de Sousa.



Fonte: Acervo de Microfilmes do CCHLA/UFPB. Disponível em:
<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/oliberalparahybano1884.html>

Diferente de outros documentos lidos do período, esse inventário traz o arrolamento de bens com descrições pormenorizadas e com detalhes que influenciam diretamente sobre o preço final dado pelos avaliadores (louvados). O Juiz de Órfãos nomeava dois louvados que, em seu ofício, podiam supervalorizar ou subavaliar os bens de acordo com os interesses envolvidos, assim como o interesse de pessoas próximas. Não podemos esquecer que essas pessoas estavam imersas em relações políticas, sociais e econômicas em um lugar em que “não existia, à época dos inventários do século XIX, qualquer tipo de instrumento que guiasse as avaliações, a não ser a prática cotidiana e a boa fé dos avaliadores, responsáveis por determinar os preços dos bens.” (COSTA, 2013, p. 8) Dessa forma, fica clara a importância de entender as relações que esses agentes do Estado estabeleciam

com membros da comunidade cajazeirense. Ocupar esses espaços tornava-os personagens importantes na trama social daquele momento.

Ao analisarmos os inventários, adentramos então as casas e os espaços vividos pelos inventariados e suas famílias na medida em que vemos os inventários como câmeras que “[...] capturam uma espécie de instantâneo da vida familiar a desvelar seu microcosmo de bens, desejos e conflitos”, (MACÊDO, 2007, p. 84) fazendo-nos enxergar a riqueza do cabedal.

É preciso salientar que a ideia de riqueza presente no inventário extrapola o valor monetário, ao compreender também o valor simbólico dos bens inventariados. Partindo dessa reflexão, são as relações entre inventariado e objeto, e as conexões sociais promovidas através da cultura material que nos interessa e possibilita conhecer um pouco da história da cidade. O inventário de Francisco Beserra de Sousa permite visualizar possibilidades de inserção na Cajazeiras recém emancipada, seja a partir das várias edificações e partes de terra inventariadas; das tramas da sociabilidade que formalmente se faziam nos contratos de compra e venda; da comercialização das fazendas (tecidos); e dos empréstimos.

A questão do endividamento presente nesse processo caracteriza parte do que entendemos como essas redes de sociabilidade, afinal, através do arrolamento de dívidas ativas uma série de outras pessoas aparecem exibindo essa relação e a forma como Francisco Beserra está presente na cidade com laços de parentesco e amizade que evidenciam um sistema de parentela como trabalha Linda Lewin (1993) ao analisar a política oligárquica na Paraíba durante a República Velha. Vemos, por exemplo, animais e móveis emprestados ou “em poder” de parentes e pessoas de cargos públicos como “uma comoda pequena que se acha em poder do Doutor Feliciano” [sic] ou a “meza grande de jantar em poder de Capitão Cula” [sic]. Dentre os inventários pesquisados até o momento, este é o que apresenta as informações de forma mais detalhada e que nos permite vislumbrar a importância do comércio para esta cidade.

O rol da fortuna: bens de Francisco Beserra de Sousa

Nos inventários, antes de ocorrer a partilha e transmissão dos bens aos herdeiros, estes são arrolados (subdivididos em categorias) e avaliados. As subdivisões que formam o espólio da pessoa falecida e que pudemos identificar nos processos analisados são: mobiliário; pertences e utensílios domésticos; bens semoventes, ou seja, animais e pessoas escravizadas; bens de raiz; joias; instrumentos profissionais; mercadorias; e dívidas ativas e passivas. A análise dessas categorias permite observar as atividades econômicas desenvolvidas, as relações estabelecidas e a dinâmica da concentração de bens e investimentos, demonstrando assim a complexidade das relações em que estavam inseridos.

Na análise do inventário de Francisco Beserra, a composição de seu patrimônio concentrava-se, sobretudo, em dívidas ativas, mercadorias e bens semoventes. O grande número de mercadorias presentes no inventário e de dívidas ativas nos permite inferir que Francisco Beserra, apesar de muito novo, era importante comerciante na cidade de Cajazeiras. Seu inventário é o único processo lido, até o momento, com enorme quantidade de bens e detalhamento minucioso no seu arrolamento. O processo contém 450 páginas, e apresenta um monte-mor⁵ que chega à soma de 193:798\$005 (cento e noventa e três contos, setecentos e noventa e oito mil, e cinco réis), uma fortuna impactante, principalmente ao considerar que o mesmo faleceu aos 42 anos e solteiro. Segundo Deusdedit Leitão (2005), Francisco Beserra de Sousa foi um homem público e de muitas posses, e "alcançou destacada posição em sua cidade como comerciante e político. Foi, em seu município, um dos fundadores do Partido Liberal que representou como vereador. [...]. Foi um dos maiores proprietários do sertão paraibano." (LEITÃO, 2005, p. 28) O montante do seu patrimônio e sua atuação pública, nos intriga e nos instiga a querer conhecer um pouco mais sobre este personagem e as relações que estabeleceu com tantos outros.

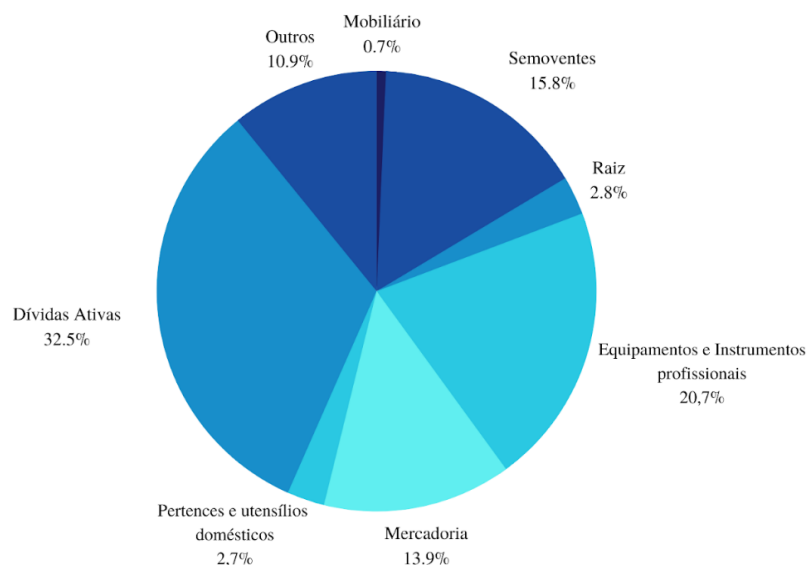
⁵ O monte mor é a soma de todos os bens que constam no inventário, já o monte líquido é a quantia dividida entre os herdeiros após o pagamento das custas do processo.

A escolha em trabalhar com esse documento em particular não se justifica pela posição social ocupada pelo inventariado e sim por ser este um processo que aciona diversos outros nomes que nos ajudam a conhecer a estrutura dos laços sociais e econômicos da cidade. Ainda assim, o monte-mor do inventário indica a posição de prestígio e distinção ocupada por Francisco Beserra, e diferente do que possamos imaginar, nem sempre sua família ocupou posição de prestígio social. O que nos indica esse fato, é o conteúdo de uma petição de justificação de herança movida por Pedro de Lavôr Paes Barrêto (ex-marido de sua sobrinha e herdeira):

Só depois do filis successo de seu filho Francisco Biserra de Sousa no comercio desta cidade que Manoel Biserra comprou o sitio alagoinha onde morava a favor do tenente Joaquim de Sousa Rolim tendo morado antes no sitio Catolé de cima a favor do Capitão Serafim Gomes de Albuquerque e de sua familia e sempre pobrememente, [...] accresce ainda que Francisco Biserra pagara em o estabelecimento commercial do tenente Sabino de Sousa Coêlho dusetos a tresentos mil reis que seu pai ficara a dever-lhe. [sic] (Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884.)

A compra do sítio aparece no inventário não sendo informado o ano da passagem da escritura, e Francisco Beserra constrói ali uma casa de vivenda de tijolo e taipa. Apesar de não haver especificação do ano em que o mesmo passa a lidar com o comércio, entendemos que as aquisições de terras, casas e semoventes ocorreram após esse momento, assim como o fato de até agora, segundo os dados obtidos com a leitura da documentação ele ser caracterizado como o maior credor da cidade. Podemos ver como seu patrimônio estava disposto em 1884 no gráfico seguinte:

Gráfico 1 – Porcentagem dos bens de Francisco Beserra de Sousa, 1884



Fonte: Elaborado por Ayrle Alves de Figueiredo (2021)

Como já dito, Francisco Beserra foi um homem do comércio, e a maior parte do seu patrimônio é composto de dívidas ativas (32,5%), seguido de equipamentos e instrumentos profissionais (20,7%), bens semoventes (15,8%) e mercadorias (13,9%). É necessário pontuar que os equipamentos e instrumentos profissionais em grande parte poderiam ser também mercadoria, já que são apresentados em grande quantidade, o que seria desproporcional ao uso doméstico. Por exemplo, 400 enxadas grandes no valor unitário de \$620 réis; assim como são declarados na categoria “Outros” (10,9%) itens como meias, chapéus, resmas de diferentes papéis, caixas de botões, fechaduras e outros bens em grande quantidade, e que importaram a quantia de 1:258\$085 (um conto, duzentos e cinquenta e oito mil e oitenta e cinco réis).

De acordo com o que vimos no gráfico acima, as dívidas ativas constituem a maior parte do patrimônio de Francisco Beserra; pela profissão de comerciante, o inventariante é credor de um total de 1.354 dívidas que somam a quantia de 96:168\$985 (noventa e seus contos, cento e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco réis), registros que equivalem a 32,5% do cabedal. Aqui não

consideramos o valor monetário das dívidas, mas a natureza delas, que configuram relações entre credores e devedores na cidade. Cláudia Martinez, em diálogo com a economista Zélia Cardoso de Mello, afirma que “[...] as dívidas relacionavam-se diretamente ao sistema creditício e financeiro da sociedade oitocentista. A ausência e/ou a ineficiência das instituições bancárias transformava alguns indivíduos em emprestadores particulares, possibilitando a circulação de dinheiro.” (MELLO, 1985, p. 92 *apud* MARTINEZ, 2004, p.9)

Ainda que a origem de cada dívida no inventário de Francisco Beserra não seja conhecida, ao cruzar fontes é possível ver a natureza de algumas delas. No inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus há uma dívida no valor de 120\$000 (cento e vinte mil réis) “provenientes de fazendas delle comprada e dinheiro de empréstimo”, indicando a compra em uma de suas casas de comércio. Infere-se que a natureza das demais dívidas ativas, devido o volume de mercadoria 12:935\$950 (doze contos, novecentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta réis), é proveniente também do comércio de fazendas (tecidos), a conclusão é feita baseada ainda na presença de quatro propriedades na Rua do Comércio da cidade, que indica a característica principal de sua atividade econômica, além de apresentar itens importados como peças de cambraia e casimira. Por outro lado, nota-se uma diversificação dos itens comercializados pelo mesmo devido à descrição de uma dívida no inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus, pela compra de pratos, lenços e vinhos ao Francisco Beserra.

Chama-se atenção ainda ao fato de entre as dívidas arroladas estarem como devedores pessoas escravizadas e forras, como “Luis escravo que foi dos Cartaxos”; “O escravo Felippin do Doutor Hardman” que exerce a função de juiz de direito; “José escravo de Manoel Cesario”; e “Chico escravo de Capueira”. Nenhuma dessas dívidas tem valor superior a 70\$000 (setenta mil réis). Não há registro no inventário de Francisco Beserra de escravizados dentre os bens semoventes arrolados. Isso deve-se ao fato de que ele determinou que fossem libertados os escravizados de sua posse, segundo informa sua mãe no processo de inventário: “por desejo do filho falecido, dar-se liberdade aos seguintes escravos do espólio: Luiz, Manoel, José, Lisbão e Collecta e seu filho

Antonio”. Todas as dívidas ativas são, assim como os demais bens, repartidas entre a mãe, 12 irmãos e irmãs, e 1 sobrinha.

Francisco Beserra de Sousa foi também possuidor de uma grande quantidade de casas, sendo um total de 83 propriedades divididas em vinte e uma ruas da cidade. Em 11 delas o mesmo possuía três ou mais casas. Para entender o contexto de tamanho investimento, é preciso enfatizar que na passagem do século XIX para o século XX há um momento de melhorias na cidade com o desenvolvimento econômico possibilitado em grande parte pela produção algodoeira e o crescimento urbano (ROLIM, 2010). Eliane Rolim afirma que este desenvolvimento, unido ao avanço do consumo e do crescimento industrial, gera acúmulo de capital suficiente para que haja investimento em bens patrimoniais como as edificações (ROLIM, 2010, p. 45). A proximidade com o Rio Piranhas, no alto sertão paraibano, fazia de Cajazeiras local propício ao cultivo do algodão, como afirma Linda Lewin que por ser uma

Região de elevações menores, o alto sertão recebia mais chuva do que o cariri. Uma umidade moderada e um solo arenoso e retentor de água ao longo das margens dos rios proporcionavam condições naturais ótimas para o cultivo do algodão arbóreo, fazendo do alto sertão o maior produtor de algodão de fibras longas durante a República Velha. (LEWIN, 1993, p. 42)

O cultivo e o comércio do algodão acabam sendo fator importante no processo de desenvolvimento da área urbana da cidade, como afirma Silva Filho (1999). Nota-se que a cultura do algodão é então fator para tratar do desenvolvimento da cidade e do enriquecimento local. No inventário aqui analisado há três máquinas para descaroçamento do algodão, uma na Fazenda de criação chamada Arara, outra no Sítio Mellão em Lavras na província do Ceará e uma no Sítio Monte na Alagôa de São Francisco. Este último possui ainda em sua descrição uma casa de vivenda em grande parte de tijolo, casa de engenho, um alambique de cobre e diversas outras benfeitorias e mobília, sendo avaliado em 3:200\$000 (três contos e duzentos mil réis).

A técnica construtiva utilizada tanto nas casas de vivenda (morada), como nas casas de comércio, indica o estilo presente na cultura material do século XIX no sertão. A maior parte das

casas era feita de taipa, mas percebe-se uma alteração nos modelos e nas técnicas construtivas ao longo do tempo. De acordo com Tadeu Pereira da Silva, “o uso da taipa como material de construção das moradias em fins do século XVIII não implica dizer que seus donos fizessem parte do extrato pobre da população” (2017, p. 38), contudo, por serem mais caros, o uso de tijolos de barro na construção provavelmente era reservado à elite local em um primeiro momento, enquanto a utilização do item se deu de maneira gradativa também pela falta de lugares de produção dos mesmos.

O detalhamento desse inventário nos permite conhecer outras características que eram consideradas importantes para o reconhecimento do status do seu proprietário, como a quantidade de cômodos e especificidades das casas. A grande maioria possui ao menos uma porta, sendo mais comum possuir duas portas, uma de frente e uma de fundo, com destaque para o elevado número de janelas, cozinha, normalmente duas salas, quartos, e em menor número apresentam muro, sótão [sic], alpendre ou telheiro e oitão.

A presença de sótãos em três casas do inventário nos deixa perceber também mudanças no sistema construtivo adotado no século XIX em relação às técnicas usadas anteriormente, em que,

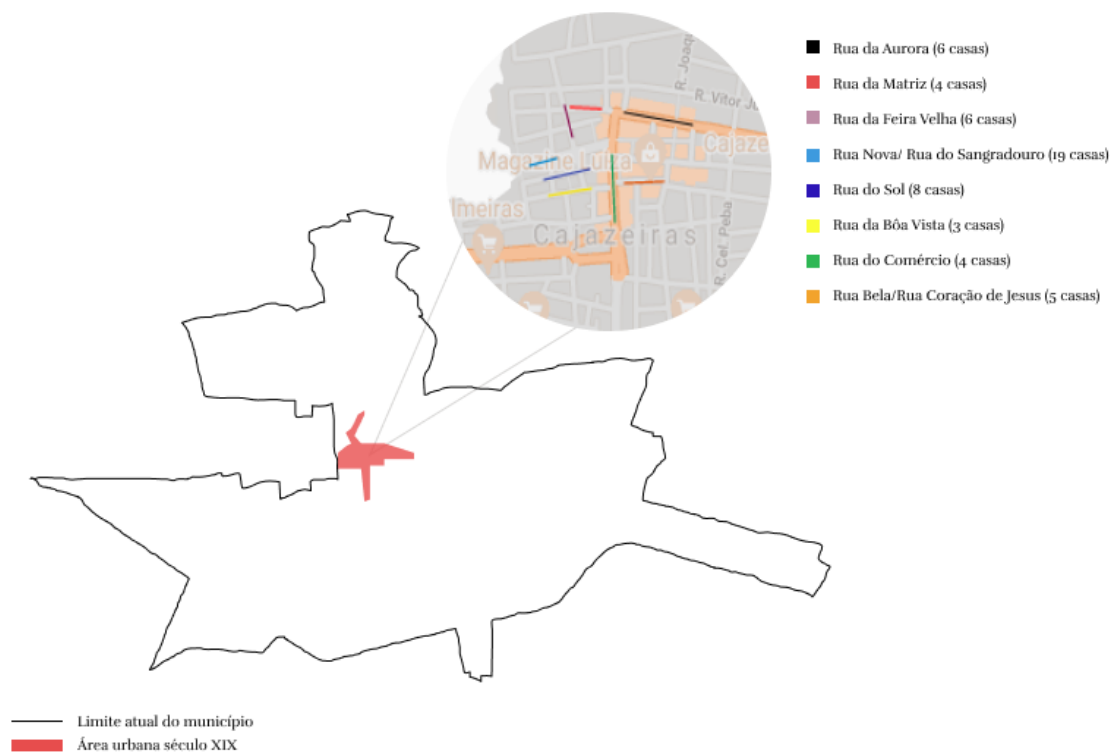
[...] mesmo quando construídas em taipa, essas casas pertenciam a segmentos abastados da sociedade sertaneja e que o advento da alvenaria no século XIX permitiria que as residências sertanejas passassem a ter novos espaços, como sótão e paióis assim como a presença de um mobiliário limitado eram supridos por soluções práticas que utilizavam a própria estrutura dessas casas. (SILVA, 2017, p. 111)

Em algumas descrições dessas casas se encontram as medidas de frente e de fundo, e informações que nos ajudam no processo de georreferenciamento destas propriedades. É o caso das casas da Rua Formosa, que indica que uma está “em um terreno de quatro braças de frente de Nascente á Poente e quatorze de fundo de Sul á Norte” (fl. 22); e outra “em um terreno de trez braças de frente de Nascente á Poente e quatorze de fundo de Sul á Norte” [sic] (fl. 22)⁶. Estes dados

⁶ Cada braça de terra corresponde a 2,2 metros. Fonte: https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINATARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas_Conversoes.pdf.

têm nos permitido localizar grande parte das residências através do cruzamento de dados com o livro Ruas de Cajazeiras de Deusdedit Leitão, em que ele identifica o número de casas que existiam em cada rua e indica quantas eram residenciais e quantas eram comerciais. Leitão usa os registros de impostos prediais recolhidos no ano de 1890 como base para esse levantamento. Estes dados nos permitem elaborar alguns mapas e visualizar em parte os limites urbanos da cidade, percebendo a alteração dos contornos da cidade ao longo dos anos.

Imagem 2 - Mapa indicando parte das casas de Francisco Beserra de Sousa



Fonte: Elaborado por Ayrle Alves de Figueiredo (2021)

O inventariado teria edificado um total de 13 casas além de ter reedificado 2 das quais obteve por compra. Comprou 59 propriedades (fl. 11 a 24) na zona urbana da cidade de Cajazeiras e nas cidades de Missão Velha, Brejo dos Santos e Milagres, no estado do Ceará (fl. 23 e 24) e ainda tinha

nos bens 4 casas adjudicadas, ou seja, dadas como pagamentos de dívidas - sendo uma no inventário de Josefa Candida Bezerra e três no inventário de Luis Ambrozio Pereira Panchet.

As descrições das casas localizadas na Rua da Aurora, com o nome atual de Rua Padre Rolim, uma das principais vias da área urbana da cidade, avaliadas em 2:700\$000 (dois contos e setecentos mil réis), indicam a organização do espaço doméstico, os móveis utilizados em ambientes para receber as visitas:

Uma casa de tijollo, com duas frentes, em branco por dentro, tendo em uma das frentes cinco janellas e na outra duas portas e cinco janellas, em portas e em gradil, repartida em duas sallas, sete quartos, cozinha, saguão e muro com frente para a rua Formosa ocupando um terreno de seis braças e meia de frente e vinte e trez de fundo, pertencente ao Patrimonio da Padroeira, comprehendendo-se nella uma mobilia com os seguintes moveis: seis cadeiras pequenas, duas de balanço, trez de braço, um sofá, empalhados, uma comoda, uma mezinha redonda, duas banquinhas, uma meza de jantar, uma caixão para deposito, um relógio de parede, um espelho mediano, um jougo de bahus, trez lanternas com castiçais, um candieiro á gaz e outros moveis, sendo dita casa edificada por Francisco Bezerra de Souza. [sic] (Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884)

Na mesma rua possui ainda “uma casa com trez braças de frente e vinte e cinco de fundo, uma porta e duas janellas de frente e uma janella de fundo, duas sallas, trez quartos, cozinha e muro, em branco, em torno do Patrimonio da Padroeira” [sic], avaliada pelos louvados no valor de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis). Dentre os documentos lidos esses imóveis estão entre os mais valorizados devido a presença de alguns componentes, como é o caso da quantidade de portas e janelas além da mobília, o que poderia agregar maior valor à casa sendo os mesmos enfatizados nas descrições (MACÊDO, 2007, p. 149), neste exemplo a localização em questão faz com que esse imóvel atinja um preço mais elevado que os demais, sendo esse já um ponto central e valorizado da urbe.

As pesquisas sobre as casas construídas nesse período, “[...] não só refletem os costumes e os aspectos da sociedade dessa época, como também o processo evolutivo ao longo dos séculos precedentes que possibilitaram que elas apresentassem os aspectos que agora conheceremos.” (SILVA, 2017, p. 42), através delas é possível entender seus usos e detalhes das práticas de

sociabilidade, ou seja, entender o modo de morar e viver no sertão paraibano. Partindo dessa ótica, pensar o espaço físico através da documentação possibilita encontrar a comunidade local ali inserida e seus laços; são frequentes as referências de delimitações de casas e terras à outras pessoas nas tentativas de obter maior prestígio ou status e também referências à elementos do espaço geográfico (rios, riachos), qualidade e uso da terra no caso de sítios e partes de terra. (MARTINEZ, 2006)

As terras de Francisco Beserra assumem lugar de destaque não só pelo seu valor, mas por se configurarem como terras para criação de gado. No arrolamento dos bens, o gado é classificado e separado por espécie e por fazenda, por exemplo, é descrito primeiro o gado vacum das fazendas Montes, Morros, Arara, Bico d'Arara, Catolé, Riachão, Serrote, Taboleiro Grande, Guaribas e Valle Verde, logo após o gado cavalari e muar, para entender a dimensão dos valores em bens semoventes, a tabela abaixo demonstra a forma como os animais vêm distribuídos no inventário e representa a importância dos mesmos no seu cabedal.

Tabela 1 – Bens semoventes de Francisco Beserra de Sousa, 1884

G	Fazenda	Espécie	Quantidade	Valor Total
a d o V a c u m (f l . 0 6)	Fazenda dos Montes	Vacas (paridas e solteiras)	78	3:685\$000
		Novilhotes (as)	35	995\$000
		Garrotes (as)	41	756\$000
		Bois	16	1:170\$000
		Novilho	01	50\$000
	Fazenda Morros	Vacas (paridas e solteira)	23	1:300\$000
		Novilhotes (as)	09	260\$000
		Garrotes (as)	09	153\$000
		Bois	02	80\$000
		Novilho	01	50\$000
	Arara	Vacas (paridas e solteiras)	39	1:875\$000
		Novilhotes (as)	27	735\$000
		Garrotes (as)	20	360\$000
		Novilho	01	50\$000
	Bico d'Arara	Vacas (paridas e solteiras)	29	1:400\$000
		Novilhotes (as)	12	315\$000
		Garrotes (as)	12	216\$000
		Novilho	01	50\$000
	Catolé	Vacas (paridas e solteiras)	22	1:060\$000
		Novilhotes (as)	13	390\$000
		Garrotes (as)	10	188\$000
		Bois	01	50\$000
		Novilho	01	50\$000
	Riachão	Vacas (paridas e solteiras)	06	185\$000
		Novilhotes (as)	04	105\$000
		Garrotes (as)	03	75\$000
		Bois	02	80\$000
	Serrote	Vacas (paridas e solteiras)	16	300\$000
		Novilhotes (as)	02	50\$000
		Garrotes (as)	04	80\$000
	Taboleiro Grande	Vacas (paridas e solteiras)	04	190\$000
		Novilhotes (as)	01	25\$000
	Guaribas	Vacas (paridas e solteiras)	16	755\$000
Novilhotes (as)		03	75\$000	
Garrotes (as)		07	124\$000	
Valle Verde	Vacas (paridas e solteiras)	02	235\$000	
	Novilhotes (as)	04	110\$000	
	Garrotes (as)	06	120\$000	

G a d o C a v a l l a r e M u a r (fl · 0 7)		Bois	02	90\$000
	Montes	Bestas (paridas e solteiras)	20	1:040\$000
		Cavallos	16	1:010\$000
		Poldros	05	200\$000
		Burras	11	1:180\$000
		Jumento	01	150\$000
	Bico d' Arara	Bestas (paridas e solteiras)	21	1:270\$000
		Cavallos	10	765\$000
		Poldros	12	480\$000
		Burras	04	420\$000
		Jumento	01	100\$000
	Morros	Bestas (paridas e solteiras)	12	770\$000
		Poldros	05	200\$000
		Cavallos	14	920\$000
		Jumentos (as)	8	510\$000
Cavallos do Arara	Cavalos	17	1:315\$000	

Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1884. Elaborada pela autora (2020).

Tamanho patrimônio em gado impressiona, assim como o fato de estarem divididos por terras. Janice Correa Silva analisando os patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas nos diz que “evidentemente, as terras apresentavam-se como um importante elemento dentro do quadro de riquezas no sertão do Rio Piranhas, visto que eram extremamente necessárias para criação de gado” (2013, p. 49), assim, vemos que possuir esses bens conferia determinada fonte de riqueza e distinção social em status e poder.

A respeito das propriedades rurais observamos um total de trinta e cinco, estando entre elas partes de terras, sítios, fazenda de crear [sic], frente de terras e as diversas benfeitorias e utensílios que acompanhavam todos os tipos de propriedades descritas, sendo obtidas quatro delas por pagamento

de dívidas, uma construída pelo próprio e trinta através de compras tanto em Cajazeiras como na província vizinha, Ceará.

Apesar de nove propriedades rurais, o que representa 26% do total das terras, não terem sido registradas no inventário com data de escritura (pública ou particular) passada ao comprador, o gráfico 1 (ver acima) nos permite acessar outras informações relevantes, como a compra de 10 propriedades entre 1883 e 1884, últimos anos de vida do inventariado, o que demonstra um crescente investimento em terras nesse período. Estas terras somadas, foram avaliadas pelos louvados em 12:995\$000 (doze contos, novecentos e noventa e cinco mil réis).

Chama-se ainda atenção para a riqueza de detalhes das propriedades descritas. É comum apresentar o nome dos envolvidos nessas compras, as extensões da terra – algumas com precisão – também os limites de fronteiras com os confrontantes (ALENCAR, 2014).

Um sitio denominado Montes sito na data da Alagôa de São Francisco deste termo com setenta e duas braças e mais dois mil reis de terras no valor antigo na data de sobra anexa á aquella limitando-se dito sitio pelo lado do Nascente com o sitio de Duarte Antonio Cardoso, pelo lado do Poente com as Fasendas Casa Nova e Baixa Grande, pelo lado do Sul com o sitio de Ignacio de Souza e pelo lado do Norte com o sitio de João de Souza Rolim, fazendo partes componentes de dito sitio, quatro açudes, uma casa grande de vivenda em sua môr parte de alvenaria, uma casa de engenho com seos utencilios technicos e na qual existe um alambique de cobre com seos utencilios e mais um pote de outro alambique, os utencilios proprios de fabricar farinha, uma casa de bulandeira com machina para descaroçar algodão e suas pertenças, seis casas de taipa pequenas, cercados, currais, mobilia e moveis rusticos, trastes e mais pertenças e [?] moveis e imoveis comprado como se vê das escripturas publicas passadas pelos Tabeliões Estolano Alves dos Santos e Manoel Cassiano Ferreira Dantas em datas: a primeira de oito de março de mil oitocentos e setenta e oito e a segunda em data de vinte oito de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e quatro á Joaquim Ferreira Dom Quixote e sua mulher por Francisco Beserra de Souza e sua sucessora. [sic](Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884, Fl. 29)

Sobre as escrituras de bens de raiz, Ana Cecília Farias de Alencar assinala que “as de compra e venda sobre bens rurais tratavam dos contratos realizados entre o outorgante, que era aquele que vendia a terra; e o outorgado, o que comprava” (ALENCAR, 2014, p. 85), essas figuras descritas nas escrituras demonstram perceber a atuação das mesmas nas redes de sociabilidade e nas articulações

de contratos entre famílias distintas. Os limites e fronteiras descritos poderiam conferir uma valorização do bem, principalmente se considerarmos, no caso acima, os limites ao norte com um integrante de uma das famílias mais notáveis da cidade.

Algumas dessas propriedades foram vendidas com construções e benfeitorias, como casas de vivenda, açudes de terra, casas deterioradas, engenhos de pão ou de moer cannas [sic], cercados e currais, além da presença de mobília, “móveis rústicos”, e diversos utensílios. A presença dessas construções descritas valorizavam o bem e conseqüentemente o seu valor monetário, o que observa-se com frequência nos bens de raiz arrolados no inventário estudado. Também é possível ver que nas casas em que determinados ambientes são descritos como “em preto”, ou “ainda em preto”, o que significa que estes não possuíam reboco (DE QUEIROZ, 2013), são atribuídos valores inferiores, não ultrapassando 300\$000 (trezentos mil réis), reservando à exceção duas casas edificadas pelo próprio inventariado, em preto por dentro, ambas na Rua da Aurora nos valores de 600\$000 (seiscentos mil réis) e 700\$000 (setecentos mil réis) e uma casa na Rua da Bôa Vista no valor de 1:000\$000 (um conto de réis).

São nos detalhes de cada descrição, dos espaços das casas e suas características, que se desenham as especificidades dos ambientes e seus usos, assim como daqueles que os utilizavam, sejam as salas destinadas a receber visitas, as cozinhas que funcionavam com suas demandas ou o uso das prateleiras das lojas de comércio de fazendas ou miudezas. Em meio a relação entre o bem, o possuidor e para quem se destina, se compõem os complexos laços sociais que mesmo não dando conta da definição do que era Cajazeiras, fazem parte da construção da recém emancipada cidade.

Considerações finais

A pesquisa continua em andamento e até o momento as leituras dos processos de inventário nos levaram à incorporação de novas fontes, como declarações de compra e venda ou pequenos contratos encontrados com surpresa em meio à documentação, que permitem acessar e explorar a

cidade de Cajazeiras e as teias que se formam entre o social e o urbano no final do século XIX. Características reveladoras de um cabedal de tamanha fortuna como o de Francisco Beserra de Sousa indicam a crescente importância da cidade no cenário do alto sertão da Paraíba, principalmente com as atividades econômicas proporcionadas pela feira e a cultura e comercialização do algodão. Embora essa riqueza monetária salte aos olhos, a quantidade de relações que ganham visibilidade nesse processo nos instiga a concentrar os esforços em saber mais sobre estes personagens, que também participam das transformações na cidade e que não são tão conhecidos como os homens públicos constantemente referenciados nos seus textos memorialísticos e históricos.

Os investimentos em animais e terras observados no processo representam símbolos de riqueza e poder social vistos no período estudado e que nos foi possível entender a partir do diálogo entre a documentação e a bibliografia trabalhada. Devido ao número de propriedades adquiridas por Francisco Beserra, tanto rurais quanto urbanas, ampliamos o conhecimento sobre os limites da crescente cidade de Cajazeiras. O trabalho de Deusdedit Leitão (2005) torna possível acessar determinadas mudanças nos contornos de sua malha urbana pela indicação da quantidade de imóveis residenciais e de uso comercial, ao passo em que mapeamos a cidade que se consolidava.

Trabalhar com inventários *post mortem* é uma dentre as inúmeras formas de ver e perceber a cidade e suas personagens; um diálogo entre o urbano e a cultura material que se faz desde as tensões e transformações do espaço às nossas inquietações quando lemos e exploramos a fonte, leitura essa que se propõe a romper com os olhares solidificados sobre a cidade. Cada vez mais essa pesquisa tem nos possibilitado conhecer personagens que, até então, são invisibilizados pelos escritos sobre a cidade e que merecem ter o seu protagonismo reconhecido no processo de sua consolidação.

Fontes e bibliografia

1. Fontes:

1. Inventário de Francisco Beserra de Sousa – Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior,

Cajazeiras, PB (1884_processo).

2. Auto de petição de justificação de herança – Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior,

Cajazeiras, PB (1895_35 processo(CaixaAmarla_1864.1865).

3. Anúncio ao público sobre Anna Beserra de Sousa – Acervo de Microfilmes do

CCHLA/UFPB

(<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/oliberalparahybano1884.html>).

2. Referências bibliográficas:

ALENCAR, A. C. F. **DECLARO QUE SOU “DONA”, VIÚVA E CABEÇA DE CASAL: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822)**; 2014; Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará.

COSTA, Manuela Pinto da. Glossário de termos têxteis e afins. **Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÔNIO** Porto, 2004 I Série vol. III, pp. 137-161. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>> . Acesso em: 19/09/2020.

COSTA, Fernando Alves da. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários post-mortem do século XIX. **Histórica**, São Paulo, ano 9, n. 60, p. 06-17, dez. 2013.

DE QUEIROZ, Pedro Fernandes. O DESVENDAMENTO DA PROPALADA LIBERDADE DO VAQUEIRO: AS BASES DE PODER NO SERTÃO SERIDOENSE. **Revista Sertões**, v. 3, n. 2, p. 03-19, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/sertoos/article/view/1228/678>>. Acesso em: 18/06/2021.

LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. **Ruas de Cajazeiras**. Gráfica Ideal - Cajazeiras-PB, 2005.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACÊDO, M. K. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. **Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no vale do Paraobeba/MG (1840/1914)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

_____. Família, Riqueza e Organização da Estrutura Doméstica: Vale do Paraopeba/MG, 1850 a 1914. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 20-24 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1340/1304>>. Acesso em: 20/09/2020.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. Dissertação de Mestrado em História. UFPB, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6038/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 21/09/2020.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Guerra ao fanatismo: a diocese de Cajazeiras no cerco ao Padre Cícero**. – Olinda: Livro Rápido, 2016.

SILVA, Janice Correa da. **Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder no sertão do rio Piranhas, Capitania da Parahyba Norte (segunda metade do séc. XVIII)**. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba). João Pessoa, 2013.

SILVA, Tadeu Pereira da. **Arquitetura e história no sertão da Paraíba: um estudo das moradas rurais na Cidade de Paulista (1820 a 1935)**. Monografia (UFCG-CFP). Cajazeiras, 2017.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno**. 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano V, n. 8, Barbacena – janeiro-junho/2012, pp. 63-83.

Censura e violência do Governo Provisório: A cobertura da imprensa fluminense sobre empastelamento do *Diário Carioca*

Censorship and violence during the Provisional Government: The coverage of Rio de Janeiro's press on the jamming of the *Diário Carioca*

Leandro Tonete
Mestre em História
Universidade de Brasília (UnB)
lrtonete@gmail.com

Recebido em: 11/05/2021

Aprovado em: 28/0721

Resumo: O ambiente político do Governo Provisório (1930-1934) revela aspectos históricos da interação entre o Estado e a mídia. Por conseguinte, destaca-se a proximidade dos periódicos do Rio de Janeiro com figuras políticas, o que possibilita observá-los como termômetros da repressão sofrida pelos jornais no período. Nesse aspecto, a destruição do *Diário Carioca* em 1932 ilustra o cenário de repressão ao trabalho da mídia, além das consequências políticas já extensamente relatadas na historiografia. Logo, o presente levantamento sobre o empastelamento do *Diário Carioca* contribui para a construção do mosaico político do Governo Provisório e demonstra a perspectiva da imprensa fluminense sobre o acontecimento tendo em vista a importância dos meios de comunicação para a liberdade de pensamento e de cidadania.

Palavras-chave: Diário Carioca; Governo Provisório; Imprensa Fluminense.

Abstract: The political situation of the Provisional Government (1930-1934) reveals details about the interaction between the State and the media. The closeness with political figures of the government made Rio de Janeiro's publications thermometers of the repression perpetrated on newspapers. The destruction of *Diário Carioca* in 1932 not only had political consequences, which is widely portrayed in historiography, but also illustrates the scenario of journalistic newsrooms and the continuity in the repression of the work of the media. The present survey on the jamming of the

Diário Carioca contributes to a construction of the political mosaic of the Provisional Government and demonstrates the perspective of Fluminense press considering the importance of media freedom of thought and citizenship.

Keywords: Diário Carioca; Provisional Government; Fluminense Press.

Introdução

O estudo sobre a democracia representativa moderna aponta para um crescente protagonismo da imprensa como ferramenta de interferência no coletivo – seja de criação ou distorção de realidades – e de compreensão social através de observações dos “imensos gânglios de comunicação que ligam, influenciam e dão forma social, política e econômica.” (O’MAHONY, 1974, p. 47, 48). Observar a década de 1930 contribui para essa percepção, uma vez que há pesquisas que pontuam a fragilidade das democracias e da supressão de mídias de notícias em todo o mundo, principalmente na Europa onde instituições “[...] não tardaram em colapsar e dar lugar a regimes autoritários de direita, geralmente instaurados por meio de um golpe militar.” (BERSTEIN; MILZA, 1996, p. 201).

O cenário político brasileiro dos 1920 e 1930 apresenta elementos correspondentes que caracterizaram uma crescente intervenção do estado sobre veículos de imprensa. O abrupto encerramento da Primeira República com a tomada de poder pelo então presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e seus aliados não encerrou a prática da censura e da violência contra jornais. Antes, houve uma escalada de práticas voltadas para a supressão de periódicos de oposição. Posto isso, o estudo dos eventos e da dinâmica política do Governo Provisório (1930 – 1934) abre caminho para a representação do mosaico de ideias que compõem esse período de crescente autoritarismo contra jornais.

Nesse recorte, é certo o protagonismo da figura de Getúlio Vargas. A administração burocratizada instalada pelo Governo Provisório, os estudos sobre as convicções ideológicas delineadas pelos biógrafos de atores políticos e o modelo de gestão pendular são elementos que

favorecem pesquisas historiográficas centradas no chefe do executivo (PANDOLFI, 2007, p. 20, 21). Tendo em vista a força dessa personalidade, é relevante observar que o plano de ação paulatinamente instalado no Estado brasileiro da década de 1930 não esteve limitado a um projeto individual. Antes, “[...] o governo instituído a partir do desenvolvimento da Revolução de 1930 ancorou-se sobre as propostas de uma tradição de pensamento político autoritário, cujos principais representantes são Alberto Torres e Oliveira Vianna” assim como nas “[...] críticas de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand.” (MATOS, 2009, p. 217). Alguns estudos apontam, ainda, para os atos do Governo Provisório e do Estado Novo como sendo a concretização de propostas política do Movimento Modernista de 1922, principalmente as que tangiam o papel antiliberal do Estado o qual passa a marcar “[...] a sua presença em todos os domínios da vida social [...]” (VELLOSO, 1987, p.14).

Ao mesmo tempo, as principais leis e medidas adotadas, bem como os atos não oficiais, foram construídas com o auxílio de aliados políticos que, anteriormente, haviam cooperado na formação da Aliança Liberal, ou seja, um “[...] verdadeiro estuário para onde convergiram todas as mais candentes insatisfações da sociedade fatigada daquela falácia, maculando as instituições da Primeira República.” (ALCYR, 2008, p. 77). O complexo arranjo político, baseado na conciliação do Governo Provisório com atores destoantes oriundos do palco político liberal ou do grupo que ansiava por transformações radicais nas áreas sociais e econômicas, convergiu em um Estado mais frágil em suas bases no que se refere à tomada de decisão.

Para contribuir com a construção dessa malha de interpretação, é interessante evidenciar relações entre os atos Governo Provisório e demais setores sociais que aprofundem o entendimento do cenário em análise. Um desses elos é com os veículos de mídia, interação especialmente relevante durante a década de 1930, momento em que a relação do Estado com os meios de comunicação começa a se tornar mais intensa por meio da censura engendrada, primeiro, pelo Ministério da Educação e Política até 1934, em seguida pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural,

órgão submetido ao Ministério da Justiça, e, por fim, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, já durante o Estado Novo (BARBOSA, 2006, p. 219).

Existe grande relevância dos veículos impressos para a constatação de um arcabouço de ideias, em especial durante os anos 1930 quando os jornais predominavam como ferramenta de comunicação e propagavam uma miríade de opiniões e visões do ambiente político. Embora a circulação de papéis impressos tivesse como limitação à baixa taxa de alfabetizados, cerca de 25% quando do censo de 1925, ao longo das décadas anteriores, as redações haviam se estabelecido como “imprensa-empresa”, as quais disputavam “a preferência de um círculo diminuto de leitores, fonte não apenas de recursos, afinal parte da receita advinha das vendas que, por sua vez, atraíam ou afastavam os anunciantes, mas também de prestígio e legitimidade para as ideias defendidas nas suas páginas” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 2684-2686).

Nessa estrutura, desenvolviam-se as linhas editoriais que permeavam reportagens e colunas, algo característico da imprensa como um todo. Dentro desse recorte, os jornais buscavam deixar em evidência a posição de seus editores e detentores sobre os acontecimentos noticiados, não só em razão da já mencionada busca por prestígio, mas também para atender anseios políticos imediatos, tal como, apoiar uma dada situação política ou opor-se a ela. Para observar a cultura de pensamentos transmitida por meio dos textos e imagens publicados, faz-se imperativo observar os periódicos em suas particularidades sociais e temporais. “Pensar a ação dos meios de comunicação na sociedade pressupõe reconstruir, interpretar e dar um sentido presumido a essas questões numa dimensão espaço-temporal” (BARBOSA, 2006, p. 218).

Uma vez empregado o devido tratamento às fontes bibliográficas, o levantamento de informações apresentado encaixa-se no que ficou conhecido como “História Política” não por conta dos personagens ou da documentação que está sendo trabalhada, mas por encaixar-se na proposta de estudo do que se chamou de “Cultura Política” como conceituado por Serge Berstein:

[...] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a

uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico (BERSTEIN, 1998, p. 350-351).

Essa “[...] grelha de leitura do político pela cultura [...]” permite fugir de interpretações rigorosamente internalistas, “[...] como se elas se situassem fora do tempo [...]” (REVEL, 2009, p.133). Por isso, buscar entender como a mídia respondia aos ataques contra a liberdade editorial não se trata apenas de uma história factual, mas de uma pesquisa do político. Nessa perspectiva, este texto propõe-se a contemplar a cobertura do empastelamento do jornal *Diário Carioca* pelos periódicos do Rio de Janeiro o que permite uma visita a conceitos de liberdade da imprensa, da noção de imprensa como patrimônio coletivo e do ambiente das redações bem como sua relação com o governo no início da década de 1930.

A destruição da sede do *Diário Carioca* possui grande relevância, realizada logo após a publicação do Código Eleitoral e das sucessivas críticas por parte do periódico ao Governo Provisório, porque evidenciou a proximidade do Executivo com a ala militar identificada com o Clube 03 de Outubro, “[...] organização nacional do movimento tenentista [...] criado em fevereiro de 1931 e que funcionou até 1935” (PANDOLFI, 2007, p.21). Desde meados de dezembro de 1930 o jornal iniciou críticas sistemáticas ao Governo Provisório. Os comentários alcançariam a pessoa de Vargas no ano seguinte. Com a iminente publicação do Código Eleitoral em 1932 e do início de um processo que desembocaria na Constituição de 1934, as críticas a integrantes mais radicais do Catete, marcadamente contra Góis Monteiro, incomodaram militares dos quartéis do exército, o quais perpetraram o ataque na noite do dia 25 de fevereiro de 1932.

A violência contra jornais durante os primeiros anos do Governo Provisório teve apoio de atores políticos que atuavam dentro na tomada de decisão do governo, todavia, sem o característico verniz de legalidade utilizado pelo Estado Novo. Dentro dos limites institucionais, houve a criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP) no dia 2 de julho e “vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores [...] Suas atribuições limitavam-se ao fornecimento de informações

oficiais à imprensa” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 2913). Posto isso, o episódio retrata bem o *modus operandi* adotado até aquele momento e deve ser contemplado nesse contexto para que, então, seja possível compreender as manifestações da imprensa em torno do empastelamento.

O acontecimento mobilizou os jornais de todo o Brasil, mas um recorte que torne o trabalho viável é delimitar a cobertura aos periódicos cariocas. A principal razão para isso é que “A complexidade das relações políticas, que se inicia com a coalizão de forças que assume o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo na Capital da República” (BARBOSA, 2006, p. 220). Ademais, o crescimento urbano da cidade e sua dinâmica social é relevante na medida em que, como aponta Ostos (2014, p. 27), “[...] as mudanças político-institucionais e o processo de expansão de um estilo de vida moderno [...] acelerava o ritmo das transformações sociais”. Uma vez apreciada essa opção, foram consultados, segundo Martins e Luca (2012, p. 2844), “alguns dos títulos mais importantes do país”, quais sejam: o *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *A Noite*, o *Correio da Manhã*, *O Globo* e o próprio *Diário Carioca*. Para todos os fins, o foco foi mantido no dia posterior ao ataque e nos editoriais que trataram do tema.

A permanência do autoritarismo no Governo Provisório de Vargas

Em meio às incertezas da virada de 1920 para 1930, o fim da Primeira República descortinou a violência de instituições corroídas por corrupção, choques econômicos e um crescente autoritarismo por parte do Executivo. Intervenções federais para a derrubada de inimigos e a degola de opositores eleitos foram a regra no jogo político especialmente após a presidência de Campos Sales, quem participou da formulação das Comissões Verificadoras de Poderes, verdadeiras armas para sufocar oponentes. Outro exemplo foram as administrações de Hermes da Fonseca e Bernardes, caracterizadas por intervenções em estados governados por opositores. Deste modo, para conseguir um lugar junto ao governo federal restava o caminho da aliança e do compromisso. De acordo com Viscardi (2012, p. 202, 203), “[...] o discurso militar que justificava as intervenções e atraía as

oligarquias para uma aliança era o da defesa de uma distribuição de poder mais equitativa entre as unidades federadas brasileiras.”

Não só havia um ambiente de intimidação no cotidiano institucional, mas também na esfera social e cultural. A luta pela liberdade negra alcançara, já no apagar das luzes do Império, o fim da escravidão legal no Brasil. Entretanto, no arcabouço de ideais da República estava o racismo do darwinismo social:

Tal configuração social, que levou à exclusão de boa parte da população das principais instituições brasileiras, produziu ainda um apagamento dos poucos intelectuais negros que haviam logrado se distinguir na época colonial e especialmente durante o Império. Também ocultou a formação de uma série de sociedades, associações e jornais comunitários negros, idealizados na Primeira República, que procuravam, na base da coletividade, lutar pela necessária inclusão social. Conforme define o sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva, essa seria uma “dupla morte” das pessoas negras; mata-se o indivíduo, mas também sua memória. (SCHWARCZ, 2019, p. 330-334).

Em centros urbanos e no campo, a repressão e a violência contra populações fizeram vítimas. Em Canudos, no movimento de Contestado e em Juazeiro, a agressividade do governo frente ao que era caricaturado pelo Estado brasileiro como “degenerações” e “fanatismos religiosos” deu a tônica da repressão aos movimentos (SCHWARCZ, 2012, p. 56). Já os operários e os praças militares que sofriam com a falta de cobertura social realizaram levantes como luta por direitos básicos de trabalho, as quais eram respondidas com prisões e deportações. Isso ilustra “como as classes dominantes e os governantes brasileiros estavam acostumados a lidar com as classes subalternas” (BATALHA, 2006, p. 185).

A repressão ganhou lugar no conjunto legal brasileiro através das “Leis Adolfo Gordo”. O conjunto de parâmetros previa a expulsão de estrangeiros que perturbassem a “tranquilidade pública” (BRASIL, 1907). Na prática, o texto era uma ameaça a imigrantes que aderissem aos sindicatos ou às manifestações que ganhavam força na década de 1920. Em 1922, o senador Adolfo Gordo dá sequência a tentativa de regular movimentos populares com uma lei voltada para a imprensa. O texto previa multas e prisão aos responsáveis por notícias que ofendessem a moral e os bons costumes ou

mesmo a imagem do “Presidente da República no exercício de sua função ou fora dele” (BRASIL, 1923).

O projeto de lei esteve diretamente relacionado com os ataques e ofensas feitas às Forças Armadas em cartas falsificadas atribuídas a Bernardes e que contribuíram para a instabilidade dos quartéis durante seu governo. Mas o resultado direto do ato aprovado foi

o cerceamento legal dos direitos de trabalhadores à ação organizada e à livre expressão de suas ideias e opiniões por meio da imprensa, permitindo à ação policial fechar associações, sindicatos, redações e oficinas impressoras mantidos por trabalhadores, além da repressão e prisões contra redatores e gráficos de vários jornais operários (MACIEL, 2016, p. 424).

O ambiente hostil não coibiu que, com o início da campanha presidencial para 1930, parte considerável dos periódicos se alinhasse com a oposição ao presidente Washington Luís e ao seu candidato, o então presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Jornais como *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* e os *Diários Associados* apoiaram a chapa de oposição Vargas-Pessoa. O acirrado pleito, marcado por irregularidades, chancelou a derrota da candidatura de oposição. Enquanto apoiadores da chapa, como Borges de Medeiros, reconheciam a derrota, a ala mais jovem e menos simpática ao jogo de alianças, talvez mais bem representada por Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, movimentava os bastidores para um movimento armado. O estopim artificial foi elaborado a partir do assassinato de João Pessoa e a ofensiva foi iniciada em outubro de 1930. Em simultâneo, a mídia de oposição ao governo de Luís abriu frente nas publicações. Imediatamente o Executivo respondeu seus opositores com uma sequência de prisões arbitrárias, nas quais

[...] foram particularmente visados jornalistas: redatores e operários de *A Batalha*, *A Esquerda*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e o *Diário da Noite* foram detidos. Os secretários e diretores de todos os jornais, convidados a comparecerem ao gabinete do chefe de polícia, receberam instruções quanto ao noticiário permitido. Alguns jornais deixaram de circular (SODRE, 2007, p.374).

A desorganização do exército e o apoio urbano favoreceu a vitória militar dos revoltosos em novembro de 1930. A tomada de poder, no entanto, não encerrou os ataques aos jornais. O alvo

passou a ser veículos e jornalistas que haviam apoiado o presidente deposto. Grupos armados com tochas, pedras e pedaços de pau depredaram, destruíram e atearam fogo em redações de jornais. Foram atacados por “multidões” os periódicos “*O País, Gazeta de Notícias, A Noite* e o *Jornal do Brasil* e, em São Paulo [...] o *Correio Paulistano, A Gazeta* e as *Folhas da Manhã e da Noite*.” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 2845-2847).

O Governo Provisório instalou-se com jornais de oposição silenciados. O grau de destruição sobre algumas redações foi tão agressivo que periódicos como *O Correio Paulistano* e *O País* deixaram de existir. Maquinários e materiais não destruídos foram apropriados pela Imprensa Nacional. Outros veículos, como *O Jornal do Brasil*, passaram por mudanças editoriais e jornalistas mais afinados com a plataforma do Governo Provisório realizavam autocensura para amenizar possíveis críticas (SODRE, 2007, p. 376-377).

O Diário Carioca e sua trajetória: de aliado a perseguido

A falta de vozes na mídia impressa de oposição ao Governo Provisório duraria pouco. Com a formação do novo governo, ficou evidente a fragilidade das alianças que impulsionaram o golpe sobre a Primeira República. Em São Paulo, o pouco apoio prestado a Vargas e seus correligionários foi corroído pelas sucessivas indicações de militares como interventores e o descaso do novo chefe do executivo nacional para com os quadros do Partido Democrático (PD), agremiação aliada do gaúcho em outubro de 1930. No processo, *O Estado de São Paulo*, principal veículo difusor do PD, *A Gazeta* e o recém-criado *Correio de São Paulo* migraram para a oposição. Seguindo o mesmo caminho, o jornal de José Eduardo Macedo Soares, o *Diário Carioca*, rompia com o Governo Provisório menos de dois meses após a tomada do Catete (SODRE, 2007, p. 377).

É necessário esclarecer que o *Diário Carioca* era um veículo de opinião e seu proprietário jamais escondeu o desejo de utilizá-lo como meio de propagar seus ideais e interferir na política, tal qual havia sido seu primeiro jornal, *O Imparcial*, um dos periódicos usados como plataforma para a campanha de Nilo Peçanha. Macedo Soares era irmão de José Carlos Macedo Soares, empresário e

político com ligação com o PD paulista e forte envolvimento com a oposição ao PRP (Partido Republicano Paulista). Seu irmão havia apoiado Vargas, mas não conseguiu estabelecer boas relações com o interventor nomeado em São Paulo, João Alberto. Há evidências nas colunas citadas que o tom crítico adotado por Macedo Soares em seu jornal esteve relacionado com a presença militar em São Paulo e o desfavorecimento do PD como opção de aliança. Nos momentos em que o Governo Provisório toma o lado de setores radicais pouco favoráveis a democracia, como o Clube 03 de Outubro, Macedo Soares apresentava críticas que se encaixam nos contornos ideológicos dos filiados ao PD paulista, apresentados por Prado (1984, p. 75) como um grupo de “[...] ideário democrático-burguês — ainda que não fosse um discurso inovador [...]” que “[...] ressurgia como bandeira reformista e moralizadora. Esses cidadãos acreditavam que a única resposta aos problemas do Brasil era a democracia, ideal demiúrgico, que tudo redimiria e tudo faria florescer”.

O fim do apoio ao Governo Provisório veio através de crescentes críticas aos setores militares escolhidos para compor a nova gestão do Estado por meio de editoriais com autoria homogênea, em outras palavras, todos assinados por Macedo Soares e apresentados em primeira página. Longe de ser um detalhe estilístico,

cada revista se distingue pela forma como se expressa materialmente através de suas decisões editoriais, as quais envolvem uma série de fatores como a definição de uma hierarquia para a distribuição dos conteúdos e o lugar dos colaboradores em suas páginas a criação, organização e manutenção de colunas pessoais; o tipo, o estilo e a distribuição das ilustrações (CRESPO; MAÍZ; FONSECA, 2021, p.1,2).

Em 18 de dezembro de 1930, Macedo Soares lança sua primeira coluna editorial contendo acusações a elementos da nova administração. O jornalista e empresário acusa o governo de estar servindo a interesses pessoais e aponta que há uma maré no “oceano da revolução” de

“vanguardeiros” que ainda não acertaram se marcharão para a extrema esquerda com o comunismo, ou para a extrema direita com o fascismo. A fórmula que pouco importa. Do que cuidam é de entreter a perturbação revolucionária, porque sentem que nada exprimem fora de um ambiente de desordem (SOARES, 1930, p. 1).

No decorrer dos anos de 1930 e 1931 a posição de militares no Governo Provisório é cristalizada através de indicação à cargos chave na administração pública e de novos parâmetros legais que ampliavam a presença do Executivo em áreas chave da economia, como a criação dos Institutos do Açúcar e do Alcool e do Departamento Nacional do Café. As críticas no *Diário Carioca* contra essa guinada do Governo Provisório tornam-se intensas, no entanto, não atingem Vargas, quem ainda é elogiado pelo jornal como sendo um líder de “espírito perfeitamente equilibrado” (SOARES, 1930, p. 1). O mesmo não ocorre com seus aliados mais próximos. Góis Monteiro é acusado de ser um “agitador desocupado” e Oswaldo Aranha é cobrado por reformas atrasadas (SOARES, 1930, p. 2). As primeiras rugas com Vargas aparecem quando o jornal critica a política fiscal do Governo Provisório:

Como é público e notório a revolução se faz para dois ou três felizardos com a ‘febre de governar’ contra toda a nação, que é a cobaia dos ensaios desses revolucionários puro-sangue. Neste momento histórico nós começamos a pagar em dinheiro a singularíssima política do sr. Getúlio Vargas; dentro em breve, nós prosseguiremos pagando-a com a liberdade e, finalmente, com nossas vidas. (SOARES, 1930, p.1).

A partir do fim de 1930, o *Diário Carioca* não cessou os ataques ao governo e seus integrantes mesmo

[...] quando o editorial “Balaio de caranguejos” chegou a causar a suspensão, pelo governo provisório, da distribuição da folha carioca a seus leitores. Mesmo assim o famoso editorial foi impresso, clandestinamente, na gráfica do jornal, tendo chegado às mãos de vários brasileiros. (COSTA, 2011, p. 101).

Sua transição para a oposição abriu caminho para um dos episódios de violência contra a imprensa de maior repercussão do período em que Vargas liderou o executivo. O ataque evidenciou a perseguição contra a veículos de comunicação e expôs a radicalização de elementos próximos ao Catete.

A repercussão dos periódicos: a liberdade de expressão em jogo

O assalto ao prédio da redação do *Diário Carioca* ocorreu no dia 25 de fevereiro de 1932 após uma sequência de críticas de Macedo Soares ao radicalismo que tomava conta do Governo Provisório e ao Clube 03 de Outubro, organização militar que nasceu com grande influência no governo a partir de seu primeiro presidente, Góis Monteiro, e seu sucessor, o interventor do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto.

O então coronel Góis Monteiro enxergava nas críticas uma ação sistemática contra os militares e em telegrama afirmou: “[...] jornalistas estão empenhados, em combinação, numa campanha de descrédito dos oficiais revolucionários” (Silêncio é Ouro, 1930, p.1). A tensão entre o jornal e o governo aumenta com o editorial do dia 24 de fevereiro de 1932, momento em que Macedo Soares acusou o Clube 03 de Outubro de “sustentar, pela violência, um regime de poderes discricionários, que o sr. Getúlio Vargas, evidentemente, planejou prolongar no país” (SOARES, 1932, p. 1). Na noite do dia seguinte, militares liderados por Odilon Batista, filho de Pedro Ernesto, atacaram a sede do *Diário Carioca* deixando funcionários feridos e a oficina destruída (COSTA, 2011, p. 108).

O ataque foi retratado com destaque na sexta-feira, dia 26 de fevereiro. O caderno vespertino *Diário da Noite* trouxe-o em matéria de capa e defendendo a “vida de um jornal”, a qual é:

sagrada em qualquer país culto. Tanto menos limitada é a ação da imprensa, tanto mais se pode medir a grandeza de uma nação e do direito que tem aos altos níveis do progresso e da cultura humanas. Um jornal não é patrimônio de ninguém [...] é antes, patrimônio da coletividade e qualquer atentado contra um jornal passa a ser um atentado contra essa própria coletividade. (As Ocorrências de Ontem, 1932, p.1.)

Em seguida o periódico relata o horror que tomou conta do local durante o ataque, quando tiros e gritos ecoaram na Praça Tiradentes, a qual “ficou transformada por momentos num campo de batalha”. Em seu editorial, o periódico reforça que “por sobre as ruínas do *Diário Carioca* pairará ainda a liberdade de pensamento” (As Ocorrências de Ontem, 1932, p.1).

O jornal *A Noite* fora alvo de depredações quando o Governo Provisório se instalou. O periódico que figurou durante a década de 1920 como aliado de Arthur Bernardes e Washington Luís, precisou passar por alterações editoriais para permanecer circulando. O jornal fez um relato mais factual e deu destaque à presença de Maurício Cardoso e Batista Luzardo – então chefe da polícia do Rio de Janeiro – nas dependências do *Diário Carioca*. Horas mais tarde, Cardoso voltaria ao prédio acompanhado do interventor no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha. Em sua reportagem, o jornal reproduziu o relato de testemunhas que viram “três caminhões do exército repletos de soldados”, algo corroborado por um ofício do então Ministro da Guerra, general Leite de Castro, em que o envolvimento de militares no ataque já era conhecido: “Chegando ao meu conhecimento que oficiais do Exército e da Armada, acompanhados de praças de suas corporações, empastelaram o ‘Diário Carioca’, na noite passada, determino que se proceda a inquérito, a fim de que sejam apurados os fatos” (O Diário Carioca foi empastelado, 1932, p.3).

A desorganização do exército tornaria esse processo de apuração impraticável. As forças militares passavam por uma reorganização forçada de seus quadros. Pouco após assumir o executivo, o Governo Provisório pôs na reserva militares não alinhados com o Catete. De 24 generais-de-brigada, apenas sete escaparam da degola e mais quarenta coronéis foram reformados. Aos afastados coube celebrar o aumento no soldo, enquanto o exército passava por uma crise de liderança (MCCANN, 2009, p. 357). A instabilidade das Forças Armadas, já manifesta pelo triunfo das tropas lideradas por Monteiro em 1930, alcançava seu pico quando do ataque ao *Diário Carioca*. A cobertura do *A Noite* buscou desvincular o Catete da ação dos militares apresentando um texto que separa a ação de terror contra o *Diário Carioca* da busca por solucionar o caso dos integrantes do governo, passando por civis, como Maurício Cardoso, até militares de alta patente, caso do general Leite de Castro.

O *Globo* de Irineu Marinho, quem também fundara *A Noite*, abre a reportagem com um editorial descrevendo a longa trajetória do jornal a favor das forças militares envolvidas nas revoltas de 1922 e 1924 e sua luta contra “[...] os ódios, as perseguições, as injustiças e as misérias da

politicagem [...]” da Primeira República. Demonstrada a posição do periódico, o editorial questiona “Como é que poderíamos agora permanecer mudos, diante da intolerância levada aos paroxismos dos atentados? Somos naturalmente [...]” atesta os editores, “[...] conduzidos a reprimir pela crítica as demasias da força.” (As gravíssimas ocorrências de ontem, 1932, p.7). A crítica ao ataque, porém, não acerta no Governo Provisório, instância que, ainda de acordo com o texto, “[...] tudo fará não só para que se esclareçam a origem do ataque e destruição do Diário Carioca, mas principalmente para que fatos análogos não exponham a cidade a alarmas e perspectivas fratricidas”. Por fim, *O Globo* espera que “[...] os próprios oficiais, hoje interessados nas normas políticas do país [...]” possam

aconselhar seus colegas mais afoitos. Os fatos como os de ontem diminuem imenso o conceito de cultura e elevação dos países onde ocorrem, se vozes mais calmas e prudentes não intervirem, no empenho de salvar a soma de conquistas morais adquiridas. Gostaríamos que nossa intervenção fosse interpretada como superioridade moral por quantos procuram caracterizar as conquistas revolucionárias como um patrimônio generoso e liberal. (As gravíssimas ocorrências de ontem, 1932).

O *Correio da Manhã*, dirigido por Paulo Bittencourt, foi publicado com editorial em linha mais incisiva que a dos demais veículos impressos da capital. Após um relato factual, o texto questiona o compromisso do Governo Provisório, como um todo, com as liberdades ofendidas pelos militares responsáveis pelo empastelamento:

Um dos postulados mais invocados durante a campanha eleitoral, que precedeu à organização da vitória da Revolução, era justamente o da liberdade de pensamento escrito ou falado. O sr. Getúlio Vargas assumiu compromissos muito sérios a esse respeito, quer em virtude da plataforma de lançamento de sua candidatura, quer por força de seu programa de ação, lido no célebre comício da esplanada do antigo morro do Castelo. Infelizmente, sob seu governo, tem acontecido o que durante a administração do sr. Washington Luís, que tinha mentalidade de cacique, jamais ocorreu. Agora, continuando o arrocho de uma lei odiosa conta a imprensa, nem a vida, nem a propriedade dos jornalistas se acham suficientemente garantidas (Os fatos de ontem na Praça Tiradentes, 1932).

O *Jornal*, parte dos Diários Associados de Assis de Chateaubriand, cobriu o acontecimento contextualizando-o através de um artigo que apresenta a “liberdade do pensamento” e “da imprensa”

como o “mais nobre melindre dos povos civilizados”. O editorial, então, relaciona tais características como sendo parte da tradição brasileira, a qual é

inflexível no julgamento dos episódios em que as paixões se voltaram contra a liberdade da imprensa, que não é um direito individual, porém um patrimônio inviolável da coletividade. Quando um prélo se cala, violentado pela força ilegal, não são os jornalistas nem os operários que mourejam pela noite para ganhar o pão de cada dia as vítimas das agressões, mas o povo brasileiro e mais do que ele a consciência humana [...] pelo conhecimento e pela defesa dos seus direitos (Diário Carioca, 1932, p.5).

Em contraste, o tradicional e conservador *Jornal do Comércio* traz repercussão comedida, apenas relatando o ataque e apontando o nome e função dos cinco feridos empregados do Diário feridos durante o ataque. O periódico afirma que as autoridades policiais “[...] acudiram com prontidão já não puderam deter os assaltantes que se tinham retirado com a mesma presteza com que haviam chegado e realizado seus desígnios” (Assalto ao Diário Carioca, 1932, p. 5). Além da inexpressividade do texto de alguns poucos parágrafos na quinta página, o jornal omite nomes, menções ao governo ou qualquer tipo de editorial. A cobertura faz parecer que o empastelamento foi algum tipo de acidente com feridos.

Todos os demais textos consultados traziam os nomes dos feridos durante o ataque principalmente os cinco funcionários que necessitaram de atendimento médico, sem que houvesse mortes. A violência contra os operários da oficina do *Diário Carioca* levou a uma paralização de vinte e quatro horas organizada pela União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro. Vários outros jornais interromperam sua circulação em Belém, Belo Horizonte e São Paulo. A organização defendeu a medida como “[...] um grito de protesto contra o atentado de que foram vítimas os companheiros que trabalham no *Diário Carioca* [...]” (A Situação. *Jornal do Comércio*, 1932, p.5). A corporação também preparou uma manifestação em frente ao Catete.

Nos dias que sucederam a greve (27/02/1932), os jornais retomaram uma forte campanha em favor da “liberdade da imprensa”. O *Jornal* trouxe foto do grupo de gráficos recebido no Catete em razão da manifestação promovida. Trazia em sua edição, ainda, uma reflexão sobre o papel dos

jornais independentes na vitória da “revolução”. Por fim, o texto afirma que não apenas “[...] o chefe do Governo Provisório e aos seus ministros, como a todos que compartilham as responsabilidades do advento do novo regime, o dever de meditar muito seriamente sobre o episódio tão lastimável”. Estavam em jogo “[...] o prestígio político do novo regime [...]”, bem “[...] como a própria honra do Governo Provisório.” (O protesto da imprensa brasileira contra o empastelamento do Diário Carioca, 1932, p.1).

O jornal *O Globo*, em sua distribuição vespertina, traz editorial de primeira página atacando a discricionariedade do governo e de seus interventores, os quais atuavam como “donatários de capitâneas”. O jornal aponta o coronel Manoel Rabelo como modelo de interventor (São Paulo) por sua postura em garantir uma liberdade a imprensa. Ainda em tom de crítica, o jornal volta sua atenção para os acontecimentos no Diário Carioca, pontuando que

Os fatos aqui ocorridos [...] vieram mostrar que, depois de quarenta anos de regime republicano, o Brasil ainda está sujeito a surpresas na vida de suas liberdades [...]. Como é fácil de avaliar, todos esses fatos mostram a necessidade imperiosa do reestabelecimento da ordem legal e da disciplina. Sem a força das leis, os próprios governos podem ser envolvidos no vórtice da anarquia. Atravessamos um período da existência coletiva em que toda a gente reclama direitos quando o melhor é que todos também compreendam deveres. Pena é que nem todos os interventores, nem todos os chefes revolucionários, procedem como o coronel Manoel Rabelo, que prefere entregar os problemas políticos aos alvitreiros do chefe do Governo Provisório. (A lei contra a violência, 1932 p.1).

O editorial coloca em destaque Vargas como centro de equilíbrio das forças que tocaram o projeto de tomada de poder em 1930. Porém, o chefe do executivo, adotando uma política pendular, entendera que a aprovação do Código Eleitoral em 25 de fevereiro, véspera do ataque ao Diário Carioca, deveria ser balanceada em favor dos militares do Clube 03 de Outubro. Uma manifestação a favor do retorno à constitucionalidade marcada para o dia seguinte à greve dos trabalhadores da imprensa foi impedida de ocorrer e uma possível punição aos responsáveis pelo ataque ficava cada vez mais distantes. (NETO, 2013, p. 18,19).

A cúpula militar encenava um inquérito fadado ao fracasso. O general Leite de Castro, em contato com Vargas, admitira que “se fosse uns vinte anos a menos” teria feito o mesmo. Em entrevista ao periódico *A Noite*, o interventor em São Paulo, coronel Manoel Rabelo, resumiu o sentimento dos militares em relação ao atentado: “Reputo o momento delicadíssimo. Os jornais deviam conter-se em sua linguagem [...] tomei todas as providências para assegurar a imprensa a sua liberdade, não me esqueci, por outro lado, de pedir-lhes aquele comedimento” (Interessante palestra com o interventor paulista, 1932, p. 1). Para trabalhar sua imagem, o Clube 03 de Outubro visitou gráficos do *Diário Carioca* hospitalizados e preparou uma viagem à Petrópolis para o dia três de março em apoio à Vargas.

Os textos aqui reunidos e citados revelam a consciência de classe entre os veículos de comunicação da capital. Com exceção do *Jornal do Comércio*, os demais veículos trataram a situação com seriedade e todos aderiram à paralisação convocada pela União dos Trabalhadores Gráficos. O motivo pelo qual esse ataque ganhou notoriedade num contexto em que a violência contra o jornalismo não era novidade recaí sobre sua ligação com a pessoa de Vargas e o envolvimento de militares. A imprensa que lutara contra a Primeira República por seus abusos contra a liberdade de pensamento, principalmente durante a década de 1920 – *O Globo*; *Diário Carioca*; *Correio da Manhã* – deparava-se com o fato de que o Governo Provisório não apenas protegeria sua ala mais radical, como lhe daria espaço para perpetrar o silenciamento de críticas, fosse através da violência direta ou de um aparelhamento legal repressivo.

Considerações Finais

O *Diário Carioca* retomou sua circulação no dia cinco de abril de 1932, pouco mais de um mês após os ataques, e trazia “[...] preciosos subsídios para a reconstituição histórica [...]” com a publicação das cartas contendo os pedidos de demissão de Batista Luzardo, Lindolfo Color, Maurício Cardoso e João Neves da Fontoura, quatro políticos ativamente envolvidos no golpe de 1930 e antigos aliados de Vargas. O jornal publica, também, uma entrevista com o próprio Luzardo em que

o ex-chefe de polícia do Distrito Federal deixa claro que o Clube 03 de Outubro arquitetou o ataque sob comando de “oficiais do gabinete do gabinete do sr. ministro da guerra e da prefeitura, do sr. Pedro Ernesto.” (Recapitulação de quarenta dias de dissídios e entendimentos, 1932, p. 1).

O evento aproximou o Catete de um setor radical e se concentrou, nesse momento, nos militares, grupo sobre o qual Vargas se alicerçava para manter-se no Executivo. Em contrapartida, houve a perda de aliados políticos de longa data e de interlocutores importantes na esfera do cotidiano político. Isso tornaria futuras negociações com Flores da Cunha e com as demais forças do Rio Grande especialmente difíceis para o Catete.

A destruição do *Diário Carioca* possui lugar nas principais pesquisas historiográficas sobre o período, em parte, por ser uma janela para compreender o desgaste que o Executivo nacional sofria com a fragilidade das alianças que levaram ao fim da Primeira República. Nesse sentido, é importante observar o evento como um ataque às liberdades e aos direitos individuais e coletivos durante um governo que tomara o poder sustentado pelo jornalismo urbano.

Não existe uma continuidade teleológica que ligue o Estado Novo ao golpe de 1930, entretanto, ofensas às liberdades da imprensa foram perpetradas desde logo por Vargas e seus aliados, o que feriu a cidadania e os direitos da população. Tomando por empréstimo o conceito de “identidade social politizada” de Botelho e Schwartz (2012, p. 77-79) temos que “cidadania envolve modos de identificação intersubjetiva entre as pessoas e sentimentos de pertencimento criados coletivamente em inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas”.

A consequência da política pendular de Vargas colaborou para a eclosão da uma guerra civil contra São Paulo, a denominada Revolução Constitucionalista. A defesa da “ordem legal” por parte dos combatentes de São Paulo servira apenas como catalizador. O objetivo era levantar uma bandeira que possibilitasse arrecadar recursos e mobilizar homens não apenas em São Paulo, mas em qualquer outro local.

Desde o princípio do ano de 1932, os jornais paulistas faziam grande campanha em prol de uma causa que fosse capaz de congregiar todos os grupos sociais, que unisse todos os paulistas em torno de um objetivo comum: o fim do regime discricionário instaurado após a Revolução de 1930. (MARTINO, 2013, p. 245).

A estratégia dos paulistas não se confirmou. A falta de suporte de outros estados impossibilitou qualquer chance de equilíbrio no teatro de operações e não demorou para que o exército provasse sua superioridade demonstrando que a reforma na instituição e a aposta do chefe do Executivo a setores radicais dos quartéis havia dado o retorno esperado, pelo menos por hora. O legado do conflito, portanto, foi “mais do que em qualquer outra época, [...] deixar o Exército mais próximo de possuir o monopólio da força no Brasil”. (MCCANN, p. 357).

Em paralelo ao conflito, o processo de retorno à normalidade constitucional foi tomando rumo e evidenciando a preponderância de direitos sociais e de garantias aos trabalhadores em detrimento de liberdades individuais e manifestações de pensamento nos discursos e propostas para a formulação da nova carta. Movimento semelhante se desenvolveu em âmbito internacional, como é possível observar na Europa da década de 1920/30 ou mesmo na América Latina, como as cartas desenvolvidas no Uruguai e no México. (MAGALHÃES, 2013, p. 453-454).

Em resumo, as diferenças entre os veículos impressos da capital e suas possíveis posições políticas ficaram prejudicadas em razão da violência realizada por grupos de militares com o aval do Catete. Além de reprovar o ataque, os periódicos encaravam o fato de que o Executivo adotaria uma linha repressiva contra seus opositores. Em seu retorno, o *Diário Carioca* trouxe em sua capa:

Eis aí onde chegamos depois de dezesseis meses de travessia nesse deserto de homens e ideias. Mas na desolação da incompetência e da mediocridade, repontam as verduras de um oásis. A esperança renasce. As vozes do minuano tornam a encher a vastidão da pátria com as promessas de paz e liberdade. (SOARES, 1932, p.1).

As manifestações de solidariedade e os editoriais publicados servem como vestígio para a compreensão da defesa de liberdade da imprensa quando do empastelamento do *Diário Carioca*. A esperança anunciada prenunciada pareceu concretizar-se através da Constituição de 1934 e do

retorno à normalidade legal. Entretanto, a censura e a violência contra a mídia voltaram a se intensificar após 1935. Permaneceu, assim, exposta a cicatriz no direito de pensamento tão denunciada pelos periódicos aqui contemplados.

Referências Bibliográficas

A lei contra a violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2373, p. 1, 29 de fev. de 1932. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-aoacervo/?navegacaoPorData=193019320229C&edicao=Vespertina>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

A Situação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 105, n. 49, p. 5, 28 de fev. de 1932. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&Pesq=%22Di%0c3%a1rio%20Carioca%22&pagfis=14841. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

ALCYR, Geraldo L. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. **A Defesa Nacional**, v.94, (812). Recuperado de <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6197> p. 67-77.

As gravíssimas ocorrências de ontem. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2376, 24 de fev. 1932, disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=193019320226>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

As Ocorrências de Ontem. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 638, p.1, 24 de fev. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&Pesq=%22Di%0c3%a1rio%20Carioca%22&pagfis=92. Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

Assalto ao Diário Carioca. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 105, n. 45, p.5, 26 de fev. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&pesq=%22Di%0c3%a1rio%20Carioca%22&pagfis=ano%20193&pagfis=14819. Acesso em: 1 de fevereiro de 2021.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n. 2, pp. 215-234, junh/dez, 2006.

BATALHA, Cláudia H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierr; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **Histoire du XX siècle: la fin du monde européen, 1900-1945**. Paris: Ed. Hatier, 1996, p. 201.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian Moritz. Cidadania e direitos: aproximações e relações In:_____. **Cidadania, um projeto em construção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, e-book, pp. 1884.

Brasil. **Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907**. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Rio de Janeiro, Congresso Nacional, 2021, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html> Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

Brasil. **Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923**. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providencias. Rio de Janeiro, Congresso Nacional, 2021, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html#:~:text=Art.,Os%20crimes%20previstos%20nos%20arts.&text=126%20do%20Codigo%20Penal%20%2D%20metade,cuja%20pratica%20se%20tiver%20provocado>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

CRESPO, Regina; MAÍZ, Claudio; FONSECA, Claudia Lorena. Apresentação - Revistas Culturais latino-americanas dos séculos XX-XXI: teoria, circulação e suportes. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 39, pp. 1-18, jan/abr, 2021.

COSTA, Cecília. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

Diário Carioca. **O Jornal**. Rio de Janeiro, ano 14, n. 4084, p. 5, 26 de fev. de 1932, disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&Pesq=%22Di%3%a1rio%20Carioca%22&pagfis=12557. Acesso em: 13 de fevereiro de 2021

FRANCO, Virgílio de Mello. **1930: Outubro**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela de Castro; As marcas do período In:_____. **História do Brasil nação, olhando para dentro 1930-1964**. São Paulo: ed. Objetiva, v. 4, 2013.

Interessante palestra com o interventor paulista. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 7277, 29 de fev. de 1932, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&Pesq=%22Di%3%a1rio%20Carioca%22&pagfis=7568. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro(1880-1920). **Revista História**, São Paulo, n. 175, 2016, p. 415-448, jul.dez. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.109940>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

- MAGALHÃES, Pedro C. Explaining the Constitutionalization of Social Rights: Portuguese Hypotheses and a Crossnational Test. In: GALLIGAN, Denis J.; VERSTEEG, Mila. **Social and Political Foundations of Constitutions**. Nova York: Cambridge University Press, 2013, 432-460.
- MARTINO, João Paulo. **1932 – São Paulo em armas**. Atibaia, São Paulo: Editora Excalibur, 2013, ebook, p. 678.
- MARTINS, Ana Luísa; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012, e-book pp. 5271.
- MATOS Júlia. Os Intelectuais, a Aliança Liberal e as críticas ao personalismo: heranças da tradição do pensamento político brasileiro. In: **Revista Biblos**, Porto Alegre, v.23, n.2, jun./dez 2009, p.207-222
- MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 357.
- NETO, Lira. **Getúlio: 1930-1945, do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- O Diário Carioca foi empastelado. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 7275, p. 3, 24 de fev. de 1932. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&Pesq=%22Di%20Carioca%22&pagfis=7548. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021
- O protesto da imprensa brasileira contra o empastelamento do Diário Carioca. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 4085, p. 5, 28 de fev. de 1932, disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&Pesq=%22Di%20Carioca%22&pagfis=12573. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021
- O'MAHONY, T.P. The Press and Democracy. **Studies: An Irish Quarterly Review**, Dublin, V. 63, n. 249, pp. 47-58, junh/dez, 1974.
- Os fatos de ontem na Praça Tiradentes. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 31, n. 11413, 26 de fev. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Di%20Carioca%22&pagfis=10643. Acesso em: 26 de fevereiro de 2021.
- OSTOS, Natascha S. C. **Sociabilidade Parlamentar em cena: atores políticos, cotidiano e imprensa na cidade do Rio de Janeiro (1902-1930)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014, p. 223.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Recapitulação de quarenta dias de dissídios e entendimentos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1126, p. 2, 5 de abr. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Desocupado&pagfis=7297. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926-1934). **Revista de História**. São Paulo, v. 15, n.117, pp. 71-81, jan/junh, 1984.

REVEL, Jacques. “Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica”. In:_____. **Proposições. Ensaaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, p. 133.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade In:_____. **História do Brasil nação: A abertura para o mundo, 1889-1930**. São Paulo, Editora Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, e-book pp. 3790.

Silêncio é Ouro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 759, p.1, 18 de dez. de 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Monteiro&pagfis=3469. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021

SOARES, Macedo. A Exploração Extremista. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 759, p.1, 18 de dez. de 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Mesquinha&pagfis=3469. Acesso em 04 de abril de 2021

SOARES, Macedo. Diário Carioca. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1126, p. 1, 5 de abr. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Desocupado&pagfis=7296. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021

SOARES, Macedo. Torre de Babel. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1124, p.1, 24 de fev. de 1932. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&Pesq=Desocupado&pagfis=7280. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Maud. 4ª edição, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987. P14

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

História e literatura em discussão: África enquanto “Continente Sombrio” pelas “Minas do Rei Salomão” (1885)

History and Literature under discussion: Africa as a “Dark Continent” through “King Solomon's Mines” (1885)

Gabriel Moreira Medeiros Laureano

Doutorando em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
gmmlaureano@gmail.com

Jorlandro Augusto Louzada

Doutorando em Ciências Sociais
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
asimov.jo@gmail.com

Recebido em: 02/08/2021

Aprovado em: 28/09/2021

Resumo: A África do início do século XIX, em grande parte inexplorada, despertava o interesse de muitos que a viam sob a lente do misticismo, exotismo e possibilidade de obter fortunas. Com o processo de colonização, e exploração do território, este fascínio pelo “continente sombrio” se acentuou e diversas obras literárias surgiram em reforço a esta visão e ao colonialismo. O presente artigo tem por objetivo analisar a obra do escritor inglês do século XIX, Henry Rider Haggard, “As Minas do Rei Salomão”, a fim de identificar nela os elementos que aludem às práticas coloniais naquele momento. Tal temática se faz relevante dada a ligação histórica entre colonização portuguesa nas Américas e África e conseqüentemente carência de certos estudos em língua portuguesa relacionados ao tema até recentemente. Esperamos poder contribuir com estudos futuros e chamar atenção para as potencialidades do tema que mescla literatura juvenil com historiografia sobre África.

Palavras-chave: Literatura, Colonialismo, Imperialismo.

Abstract: Africa at the beginning of the 19th century, largely unexplored, aroused the interest of many who saw it through the lens of mysticism, exoticism and the possibility of making fortunes.

With the process of colonization and exploration of the territory, this fascination for the “dark continent” was accentuated and several literary works emerged to reinforce this vision and colonialism. This article aims to analyze the work of the 19th century English writer, Henry Rider Haggard, “The Mines of King Salomon”, in order to identify in it the elements that allude to colonial practices at that time. This theme becomes relevant given the historical link between Portuguese colonization in the Americas and Africa and consequently the lack of certain studies in Portuguese related to the theme until recently. We hope to be able to contribute to future studies and draw attention to the potential of the theme that mixes youth literature with historiography about Africa.

Keywords: Literature, Colonialism, Imperialism.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar elementos da obra do escritor inglês Henry Rider Haggard (1856-1925) intitulada: *As Minas do Rei Salomão* que se relacionam às práticas do Imperialismo e à concepção recorrente a respeito do continente Africano. Este ainda era parcamente explorado, afinal, como aponta Albert Boahen: “até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas [...]”(BOAHEN, 2011, p. 3). Para tanto, consideramos as obras literárias como uma fonte que nos possibilita um privilegiado ângulo de análise, não só dos anseios do autor, bem como da época em que foram elaboradas. Nicolau Sevcenko vê a literatura como “o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se, mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida e da perplexidade”. (SEVCENKO, 2003, p. 20).

A literatura apresenta este dinamismo que envolve, em um primeiro momento, os autores que estruturam suas obras dotando-as de sentido e significados, mas também passam pelos leitores, que lhes atribuirão outros significados e serão os indicadores de sua receptividade. Como diz Roger Chartier: “elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos

dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos [...]” (CHARTIER, 1994, p. 9).

Naturalmente, tais obras se inscrevem e se situam em seu próprio tempo e apresentam relação com a sociedade, cujas esferas (política, cultural, econômica) servem de base e as influenciam diretamente, assim esta é uma: “dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável decifrável” (CHARTIER, 1994, p. 9).

Henry Haggard adequa-se muito bem a esta dinâmica apresentada pela literatura, como postulado por Sevckenko, pois a partir de *As Minas do Rei Salomão* é possível observar o discurso imperialista e suas práticas com grande consistência, seja pelo enredo ou pelas características das personagens. Imerso plenamente no sistema colonial da Grã-Bretanha, tendo exercido os cargos de assistente do Governador da Província de Natal e comissário especial em Transvaal na década de 1870, foi um agente histórico neste momento de apogeu do colonialismo na África e sua experiência pessoal certamente muito influenciou sua obra.

Haggard nasceu em 22 de junho de 1856, em Norfolk, na Inglaterra, foi oitavo de dez filhos. Seus pais, William Beybohm Ridder Haggard (1817-1893) e Ella Doventon (? - 1889), tinham certo envolvimento com a empresa colonial, haja vista que Ella era filha de um mercador da Companhia das Índias Orientais. Assim, Haggard teve parte de sua formação em casa, até os dezenove anos, quando os pais perceberam que o filho estava tendo dificuldades nos estudos e o ofereceram como secretário do governador de Natal, no Sul da África, Sir. Henry Bulwer, em 1875. Em 1880 Haggard casou-se com Mariana Louisa Margitson, e tiveram apenas um filho, Jack, que morreu repentinamente em uma das viagens de Haggard pelo mundo, precisamente quando visitava o México em 1891 (COHEN, 1960).

Suas principais obras foram: *Dawn* (1884); *The Witch's Head* (1885); *She* (1887); *Eric Brighteyes* (1891); *A Farmer's Year* (1899); *Rural Denmark and its Lessons* (1911); *Morning Star* (1910), dedicado um amigo que trabalhava no British Museum, Dr. Wallis Budge; *Finished* (1917), dedicado ao Presidente

dos Estados Unidos da América, Theodore Roosevelt; e em 1919 escreveu seu último livro, dedicado ao Diretor do Museu do Cairo, Sir Gaston Maspero, cujo título é *Moon of Israel (1918)*, abordando o antigo Egito. Haggard morreu em Londres, em 14 de maio de 1925. No ano seguinte foram publicados os dois volumes de sua autobiografia, contendo cartas pessoais muito elucidativas, sobretudo quando da sua estadia na África do Sul.

A obra de Haggard provavelmente ia ao encontro das expectativas e anseios de muitos que observavam o continente Africano como uma verdadeira fábula viva, digamos assim: além do mediterrâneo, lugar exótico, do inimaginável. Pois constituíam um público: “ávido de aventuras, curioso do desconhecido, faminto do exotismo, o público deixava-se arrebatado por esses romances e novelas que falavam de terras longínquas” (M'BOKOLO, 2011, p. 449). Além disso, fatores oriundos do próprio etnocentrismo também eram responsáveis por este interesse, afinal: “os europeus tinham uma ideia estereotipada dos negros [...] o negro (o preto, como se dizia na época) era um ser inferior, primitivo, fetichista [...]” (M'BOKOLO, 2011, p. 450). Achille Mbembe aponta que: “[...] ninguém – nem aqueles que inventaram nem os que foram englobados neste nome – desejaria ser um negro ou, na prática, ser tratado como tal” (MBEMBE, 2014: 11).

Distintos autores decolonialistas como Aimé Cesáire, Anta Diop, Fanon e o próprio Mbembe ponderam que a “ideia de África” nasce marcada por uma construção colonial que afirma o destino do negro e da África definidos externamente (pelo agente colonizador), mobiliza um acervo colonial de princípios hierárquicos de diferentes tempos relacionados aos povos de pele escura e cria um contexto de alucinações folclorizando e tratando tudo que se relaciona à África como exótico e monstruoso. Estas posições como veremos mais a frente são presentes na obra de Haggard.

O presente trabalho está dividido em algumas partes: em um momento inicial apresentaremos um breve debate historiográfico em torno da relação entre História e Literatura, a partir dos desdobramentos da História Cultural. Em seguida apresentaremos o contexto social e político em que o autor esteve inserido na África, uma vez que são eventos pouco conhecidos pelo grande público. Por fim, apresentaremos uma análise propriamente dita do romance *As Minas do Rei*

Salomão, buscando identificar no enredo e nos personagens indicativos do Imperialismo e considerando a obra como, indiretamente, parte de uma literatura de apoio às violências coloniais naquele dado momento.

Os usos da Literatura

Para melhor embasarmos nossa discussão em torno da obra de Haggard, é imperativo tratar da habilitação, ou reabilitação, da Literatura enquanto uma fonte histórica privilegiada, tendência que se desenvolveu no seio da nascente História Cultural, nos meados da segunda metade do século XX. Até este período, a Historiografia foi marcada pelo paradigma Positivista, considerando apenas como fonte passível de análise os documentos oficiais de cunho administrativo/diplomático, a fim de produzir obras, essencialmente narrativa, sobre os grandes homens. Foi o momento de predomínio da História Política, que atualmente vem ganhando muito espaço e visibilidade entre os historiadores, com um aparato teórico renovado e com o objetivo de distanciar-se das propostas antigas (RÉMOND, 1996; ROSANVALLON, 2010). É importante ressaltar que, com o declínio desta corrente, se deu a ascensão do Social na História, que deixou de lado os grandes nomes e passou a voltar sua atenção às massas, aos movimentos populares, a estrutura das sociedades. Sem sombra de dúvidas, a escola dos *Annales* foi o grande expoente deste momento da historiografia. Peter Burke resume muito bem as principais contribuições:

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (BURKE, 1992, p. 90).

Logo, de acordo com o autor no que se refere às fontes e áreas de estudo, foi o estopim para que pouco a pouco, dentro do próprio movimento dos *Annales*, de influência marxista, alguns estudos se orientassem a partir de uma abordagem cultural. A obra de Edward P. Thompson exemplifica muito bem este sutil “desvio” do social, pois o historiador passou a considerar a influência da cultura popular e das tradições em suas relações econômicas (os preços, os períodos e locais de venda eram norteados também pelos costumes locais que, quando desrespeitados, orientando a produção para outros territórios, por exemplo, convulsionavam o povo em descontentamento), trata-se do famoso conceito de “economia moral”.

Desse modo, a predominante História Econômica foi cedendo lugar, paulatinamente, a uma História Intelectual, com fins de desvendar a consciência social de um determinado povo, intrinsecamente relacionada com suas práticas; foi chamado pelos franceses de *mentalités*, termo marcado na tradição francesa. Tal abordagem foi amplamente questionada por sua amplitude demasiada, refletindo em uma vã fragmentação entre diversos temas de pesquisa, sem coesão alguma. O que despertou as críticas dos representantes: “Chartier e Revel não propuseram simplesmente um novo conjunto de temas para investigação; foram além das *mentalités*, com o objetivo de questionar os métodos e objetivos da história em geral [...]” (HUNT, 1992, p. 13).

E concomitantemente a este cenário de questionamento e renovação dos métodos da nascente História Cultural, a disciplina de maior influência deixa de ser a Sociologia, que cede lugar à Antropologia. Os métodos antropológicos não se preocupam em abarcar todos os elementos de uma sociedade. Seu foco está nas práticas dos diversos grupos e hábitos ligados à tradição. É uma abordagem voltada para a busca de significados (em um sentido mais amplo do termo, evitando assim rotulações de uma abordagem por demais simplista). Daí, a influência também da Teoria Literária neste momento, propondo desvendar a linguagem presente nas práticas dos grupos, possibilitando uma interpretação da sociedade de maneira crítica, quase como um espelho revelador de toda a realidade, mas levando em conta as intenções dos indivíduos e influências por eles sofridas,

suas relações em toda sua complexidade. Robert Darnton, em sua obra homônima *O grande massacre dos gatos*, da década de 1980, sintetiza com clareza este método etnográfico na História:

O método antropológico da História tem um rigor próprio, mesmo quando possa parecer, a um cientista social tarimbado, suspeitosamente próximo da literatura. Começa com a premissa de que a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura. Ao historiador, portanto, deveria ser possível descobrir a dimensão social do pensamento a extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho (DARTON, 1988, p. 27).

O enfoque metodológico descrito acima, influenciado pela Antropologia e com ênfase na expressão individual, permite muitas possibilidades de análise e sua transposição à literatura, analisando as obras enquanto fruto das intenções, anseios e de toda vivência do autor, que, por sua vez, também é influenciado por seu tempo. Lynn Hunt afirma que: “a ênfase na história cultural incide sobre o exame minucioso – de textos, imagens e ações – e sobre a abertura de espírito diante daquilo que será revelado por esses exames [...]” (HUNT, 1992, p. 29). É exatamente esta abordagem que empregaremos em nossa análise de *As minas do rei Salomão*. Porém, antes de iniciá-la, encerraremos este tópico (dedicado ao aparato teórico-metodológico) e apresentaremos brevemente as discussões em torno da Teoria Literária.

Como observamos até o presente momento, as novas formas de abordagem tem orientado, em partes, exatamente à Literatura (retomando ênfase às questões como a da narrativa, essencial, por exemplo, na abordagem micro-histórica). De acordo com o livro organizado por Hunt Lynn, no artigo de Lloyd S. Kramer, dois grandes nomes desta nova empreitada foram Hayden White e Dominick LaCapra, cujos trabalhos são de extrema relevância para a temática e vamos apresentá-los brevemente.

Circunscritos na História Intelectual, estes historiadores visam questionar as supostas fronteiras entre a História e a Literatura, chamando atenção para o importante papel da linguagem (que discutimos de antemão). A própria subárea da História Intelectual já é, por si só, um símbolo

desta crítica, pois suas temáticas podem ser postas aos olhos de estudiosos de outras áreas, como que em segundo plano. Estes apresentam críticas ferrenhas à narrativa, sobretudo a narrativa de ficção, que seria totalmente distinta do fato, e, portanto impossível de estabelecer qualquer relação. White e também LaCapra questionam estas rígidas delimitações disciplinares, bem como uma suposta unidade no passado e nos processos históricos.

Embora essa ênfase “dialógica” constitua o modelo de história intelectual de LaCapra, torna-se relevante para todas as formas de estudos históricos, pois os “campos” que os historiadores buscam “dominar” sempre ultrapassam as estruturas explicativas que os definem; mesmo o “estudo definitivo” deixa de fora muito mais do que diz. Toda época, todo texto importante e toda personalidade histórica encerra tendências que desafiam e contradizem os rótulos dos quais depende a historiografia (KRAMER, 1992, p. 139).

Assim, além da defesa de uma interdisciplinaridade, os autores criticam as posturas que visam delimitar rigidamente, seja a historiografia ou o próprio passado, numa vã tentativa de apreendê-lo totalmente, e aqui entra também a crítica ao modo de escrita da História, tendo como principal alvo a História Social mais tradicional. White chama esta corrente-dominante por algumas décadas, até os anos 1970 e 1980 – de perspectiva irônica, pois o historiador se definiria capaz de apresentar a realidade/verdade em suas análises. Tal perspectiva deve ser combatida a partir de uma leitura dos textos e dos contextos que seja capaz de identificar toda sua complexidade, e também leve o próprio historiador a repensar seu estilo de escrita (que está associado diretamente ao aparato teórico-metodológico que está munido). É importante esta perspectiva de desconstrução do texto (clara influência de Jacques Derrida), analisando-o em relação ao seu momento e identificando seus objetivos e influências.

Roger Chartier em *Texto, impressão e leituras*, o autor inicia com um exemplo capaz de demonstrar as dificuldades e as potencialidades do trabalho com a literatura (inclusive, apresenta possibilidades que vão muito além das que propomos para esta análise, pois considera um exame de todas as edições de uma dada obra, seus prefácios, notas etc. Enfim, algo mais ligado à recepção pelos leitores e seu impacto). Este exemplo é em torno da obra chamada “Celestina” de 1507, e

Chartier apresenta as indagações do autor em torno de sua recepção, que gerou três leituras diferentes: uma narrativa de viagem; um conjunto de ditos populares; e uma terceira leitura, mais adequada, por considerar o texto de forma mais ampla, alcançando sua essência, o que a obra realmente quer transmitir. Preocupado com a História da Leitura, o autor define as contradições nestas leituras como o cerne desta abordagem: analisar a obra ou o leitor? Esta se impõe ao segundo? E muitos outros questionamentos. Entretanto, a História, segundo Chartier, auxilia na compreensão dessas questões, partindo do pressuposto de que um texto não se impõe igualmente a todos:

A história oferece duas abordagens que são necessariamente ligadas: reconstruir a diversidade de leituras mais antigas a partir de seus vestígios múltiplos e esparsos, e identificar as estratégias através das quais autoridades e editores tentaram impor uma ortodoxia ou uma leitura autorizada do texto. Dentre essas estratégias, algumas são explícitas e se fundamentam no discurso (em prefácios, prólogos, comentários e notas), e outras são implícitas, transformando o texto num mecanismo que deve, necessariamente impor uma compreensão considerada legítima (CHARTIER, 1992, p. 215).

A primeira abordagem trata-se de uma análise mais minuciosa, traçando toda a trajetória de uma obra no mercado editorial; a segunda menciona a identificação de estratégias, explícitas, ligadas a estrutura do livro em si e seus elementos textuais, e outras implícitas, que tornam o texto legítimo. Acreditamos que estas estratégias se encontram na sociedade, e podem ir ao encontro das expectativas e mentalidades de alguns leitores.

As minas do rei Salomão foi popular em seu tempo, e certamente não foi ao acaso, mas porque tal obra atendia diretamente uma vasta gama da população: seja o colonizador da metrópole; o administrador da colônia e seus pares, ou até mesmo aquele simples indivíduo que via as terras além do mediterrâneo como um lugar fantástico e exótico, repleto de riquezas, um novo *El Dorado* em potencial.

A crítica literária de White e LaCapra, bem como as colocações em torno da História da Leitura de Chartier, e todo o panorama traçado até aqui, apontam a grande potencialidade da

Literatura enquanto fonte que nos fornece um ângulo muito privilegiado. Ainda nos permite perscrutar, mesmo que indiretamente, os anseios e expectativas dos indivíduos.

Bôeres, Zulus e Ingleses

A presença de brancos no Cabo da Boa Esperança se deu pela instalação de um forte holandês pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1652. A partir deste ponto estratégico, iniciaram a ocupação rumo ao interior do território com a vinda de colonos (holandeses e alemães). A força de trabalho utilizada (tendo em vista que os nativos recusaram-se a se submeterem ao trabalho forçado) era constituída de escravos importados de diversas regiões, como da Angola, e até mesmo escravos muçulmanos. Esta questão é importante de ser considerada, pois estes grupos que aí se estabeleceram, são os mesmos que foram chamados bôeres, grupo ligado, sobretudo, a pecuária. Tal atividade lhes acentuou o caráter expansivo, ocasionando o crescimento da Colônia do Cabo, bem como os altos impostos cobrados pela Companhia das Índias, o que os levou a adotarem uma postura nômade. Estes dois fatores ligados à expansão gerou diversos conflitos com grupos nativos.

Os caçadores sans, habituados a roubar gado aos vizinhos, entraram abertamente em conflito com os colonos no final do século XVIII: de cerca de 1770 até 1810, tornou-se hábito os comandos de trekboers trucidarem sistematicamente os sans, que, por únicas armas, tinham arcos e flechas envenenadas; os sobreviventes emigraram para o noroeste, cujas terras áridas e semidesérticas não interessavam aos colonos. Para leste, estes entraram em confronto com os criadores de gado bantus logo desde início do século XVIII. Solidamente organizados e hábeis na guerra, os chosas eram adversários mais temíveis do que os khoi-sans (khoikhois e sans). Em 1778, o governador do Cabo fixou a fronteira da colônia no Great Fish River, na esperança de pôr cobro aos ataques seguidos de represálias praticados por ambos os lados. Tal não impediu conflitos importantes, em especial em 1779, 1789, e 1799 (M'BOKOLO, 2011, p. 297).

A consolidação da colônia se deu em meio a muitos conflitos, como foi possível observar. Bokolo afirma que foi uma sociedade essencialmente militar, cujo alistamento era obrigatório devido à necessidade de proteção constante das fronteiras. E ainda, embasados no Calvinismo, tinham

cimentadas as concepções de que os negros possuíam a vocação ao trabalho servil, o que reforçou o sentimento do grupo branco de constituírem uma raça superior (M'BOKOLO, 2011, p. 298).

Foi assim que a Inglaterra de Haggard encontrou o Cabo em 1795, e esta situação de instabilidade (tanto na África, quanto na Europa, abalada pela Revolução Francesa influente também nas Américas com as Revoluções Haitiana e Estadunidense) foi a brecha ideal para o assentamento inglês. A administração britânica pesou, digamos assim, sobre os boêres, que estavam acostumados com uma administração à distância. Tudo isso – aliado às diferenças religiosas e à baixa indenização devido ao fim da escravidão – foi o estopim da revolta. Bokolo ressalta que estes choques (culturais, políticos, econômicos etc.) entre os britânicos e os colonos holandeses levaram a uma cristalização da cultura dos segundos. Os holandeses deixaram o nome bôer (a partir daquele momento carregado de conotações negativas) e adotaram o termo africâner, delimitando e consolidando aquela etnia em face ao inimigo britânico (M'BOKOLO, 2011, p. 300).

O fortalecimento dos bôeres/afrikaners, fez com que se movimentassem deixando algumas terras e ocupando outras, e neste novo processo de ocupação, chocaram-se novamente com outros grupos étnicos nativos, dentre eles, os Zulus. Inicialmente houve um acordo entre os colonos e os Zulus, sendo que os segundos aceitaram acolher os primeiros, em troca do auxílio à sustentação do novo governo Zulu, do rei Dingaan. Entretanto, os números de colonos foram gradativamente aumentando, até que, por volta de 1838, passaram a ocupar terras por uso da força, iniciando o conflito que ceifou milhares de vidas. Os Zulus só foram derrotados a muito custo, em 1879, quando os brancos invadiram sua capital a incendiaram e capturaram Dingaan (KNIGHT, 2003, p. 74). A esta época fazia três anos que Haggard havia chegado a Natal, com a função de secretário. Entretanto, ele também esteve ativamente envolvido nos processos administrativos e diplomáticos que envolveram tanto a Guerra dos Zulus (acima brevemente apresentada) quanto à anexação dos territórios de Transvaal, evento que prolongaria os conflitos contra os bôeres. Em sua autobiografia, Haggard recorda o evento:

The great day came at length. On April 12, 1877, at some time in the forenoon--I think it was about eleven o'clock--we, the members of the staff, marched down to

the Market Square, where a crowd was assembled, Sir Theophilus remaining at the building which afterwards became Government House. I do not remember that our little escort of twenty - five Mounted Police were with us. They may have been, but I think it probable that they were left near the person of the Special Commissioner. That there was a possibility of trouble we all knew, for many threats had been made, but in that event twenty-five policemen would not have helped us much. Everything being arranged decently and in order, Osborn stepped forward and read the Proclamation, which was received with cheers by the crowd, that of course was largely composed of English folk or of those who were not unsympathetic (HAGGARD, 1926)¹.

Haggard recorda, inclusive, a sua preocupação com a segurança do grupo devido à instabilidade da situação envolvendo os três grupos (ingleses, bôeres e zulus). Aponta a boa recepção da plateia, mas ressalta que só foi assim porque a maioria era composta pelo povo inglês. Entretanto, mais adiante, Haggard ressalta uma dificuldade que teve ao chegar ao seu local de trabalho, pois ele havia sido encarregado de entregar cópias da proclamação aos demais membros da administração.

I recall that after everything was over it became my duty to deliver copies of the Proclamation, and of another document under which Sir Theophilus assumed the office of Administrator of the new Government, at the various public offices. In front of one of these offices—I remember its situation but not which one of them it was--was gathered a crowd of sullen-looking Boers who showed no disposition to let me pass upon my business. I looked at them and they looked at me. I advanced, purposing to thrust my way between two of them, and as still they would not let me pass I trod upon the foot of one of them, half expecting to be shot as I did so, whereon the man drew back and let me go about my duty (HAGGARD, 1926)².

¹ O grande dia chegou afinal. Em 12 de abril de 1877, às vezes pela manhã – eu penso que foi por volta de onze horas – nós, os membros do staff, fomos até a Market Square, onde uma multidão estava reunida, Sir. Theophilus permanecendo no prédio que depois tornou-se o Palácio do Governador. Eu não me lembro se nossa pequena escolta de vinte e cinco policiais montados estavam conosco. Eles talvez estivessem, mas eu penso que é provável que eles permaneceram próximos a pessoa do Comissário Especial. Que ali havia possibilidade de confusão, todos nós sabíamos, pois muitas ameaças foram feitas, mas naquele evento os vinte e cinco policiais não teriam nos ajudado muito. Tudo estava sendo arranjado decentemente e em ordem, Osborn caminhou a frente e leu a Proclamação, que foi recebida com alegria pela multidão, que, é claro, era largamente composta por ingleses ou por aqueles que não eram contrários a nós (Tradução Livre).

² Eu me lembro que após tudo ter terminado foi meu dever entregar cópias da Proclamação (e de outro documento pelo qual Sir Theophilus assumiu o escritório do Administrador do novo Governo) para os vários escritórios públicos. Em frente a um destes escritórios – eu me lembro de situação, mas não de qual escritório exatamente – estava reunida uma grande multidão de bôeres de aparência taciturna que não mostraram nenhum intuito de me deixar passar em minha tarefa. Eu olhei para eles e olharam para mim. Eu avancei, querendo abrir meu

Para conseguir passar, teve que pisar no pé de um daqueles que bloqueavam seu caminho, embora temesse um tiro como resposta. Entretanto, esta intimidação surtiu efeito uma vez que deixaram que ele passasse. Mais adiante, Haggard refletindo sobre sua atitude, se de fato agiu bem, chega à conclusão que sim, e escreveu o motivo: “[...] I was the representative of England [...]” (HAGGARD, 1926)³. É, portanto o Haggard administrador, representante da Inglaterra, que colocava o êxito de seu serviço em primeiro lugar; um Haggard que certamente influenciou o Haggard escritor, cuja obra não só reflete sua admiração pelo sistema britânico de governo e a vida na colônia, como também teve o personagem principal, Alan Quartermain, inspirado em Frederick Courteney Selous, um famoso caçador e explorador que esteve na África do Sul no mesmo momento em que Haggard (MANDIRINGANA, 1998).

A Guerra dos boêres, propriamente dita, se iniciou em 1899 em resposta à anexação de 1877, e terminou apenas em 1902. Foi uma guerra extremamente violenta: ficou constatado que 450,000 ingleses morreram para derrotar uma força que não passava de 60,000 homens afrikaners/boêres, o que se deu, dentre outros fatores, devido ao equipamento de qualidade e ao bom treinamento realizado pelas tropas (BARNES-FREMONT, 2003; MCQUILTON, 2016; KINGHT e RUGERRI, 2004). Haggard acompanhou de sua casa em Norfolk, pois nestes anos não estava mais no tumultuado sul da África.

Tendo apresentado este momento de Haggard enquanto parte ativa do corpo administrativo da colônia, é clara sua admiração pela cultura dos povos do continente, especialmente os Zulus, mas é igualmente evidente sua visão racista e paternalista enquanto representante da Inglaterra, que deveria ensinar a esses “pobres selvagens” os caminhos para a civilização.

Importante salientar que à época de Haggard, sobretudo nas Américas, existiam escritores importantes da literatura mundial que denunciavam o sistema colonial da Europa em geral sobre o continente Africano. No entanto, estes escritores eram, ainda que uns poucos, pessoas relacionadas

caminho entre dois deles, a como eles não me deixavam passar eu pisei no pé de um deles, esperando ser baleado ao fazer isso, mas o homem recuou e me deixou cumprir meu dever (Tradução Livre).

³ Eu era o representante da Inglaterra (Tradução Livre).

ao movimento abolicionista no continente americano (onde alguns eram, sobretudo, negros nascidos na diáspora africana e outros liberais influenciados pelo dinamismo econômico do fim da escravidão). Talvez o escritor de romances mais crítico ao colonialismo europeu em África tenha sido o estadunidense Mark Twain (Missouri, 1835 – Connecticut, 1910) que escreveu em 1905 o famoso “*Solilóquio do Rei Leopoldo da Bélgica*”, onde critica abertamente a administração colonial desumana sobre a África e os africanos.

Violência Colonial, Violência Imperial nas “Minas do Rei Salomão”

Wendy R. Katz, em sua obra *Rider Haggard and the Fiction of Empire*, ao analisar as obras de Haggard chama a atenção para a grande influência do autor entre os mais diversos grupos.

It is easy to find supporting evidence for the view that Haggard helped create an image of Empire for the young men of his day and even led some of them into imperial service. Harvey Darron, in his classic *Children's Books in England* (1932), asserted, for example, that Haggard gave English boys a better idea of the potential wonders of Empire than could be had from any school task (KATZ, 2010, p. 1)⁴.

Sua obra também é marcadamente racista e por mais que apresentasse grande admiração pelo modo de vida da África do Sul, clima, cultura, culinária etc., conservava uma visão muito paternalista, tipicamente colonial. Logo que Haggard chegou à África em 1875, enviou uma carta a seu pai, no dia 18 de agosto, contendo as suas primeiras impressões daquilo que o aguardava:

I am getting on all right, though my position is not an easy one. I find myself responsible for everything, and everybody comes and bothers me. However it all comes in the day's work. I don't know yet if I am private secretary, but I suppose I am as nobody else has appeared. I make a good many blunders, but still I think I get on very well on the whole. I expect I shall have a tremendous lot of work at Natal as the Chief told me that he was going to entertain a good deal, and all that will fall on my shoulders in addition to business. We are very good friends and shall, I think, continue to be so, as he is not a captious or changeable man. Beaumont,

⁴ É fácil encontrar e sustentar evidências para a concepção de que Haggard ajudou a criar uma imagem de Império para os jovens de seu tempo e ainda liderou alguns deles ao serviço imperial. Harvey Darron, em seu clássico “*Livros infantis na Inglaterra*” (1932), afirmou, por exemplo, que Haggard deu às crianças inglesas uma melhor ideia das potenciais maravilhas do Império do que qualquer tarefa na escola (Tradução livre).

who was secretary to Pine (the late Governor of Natal), puts me up to a lot of things; he is an excessively nice fellow and we are great allies (HAGGARD, 1926)⁵.

No trecho da carta citada, Haggard confia a seu pai, talvez com certo entusiasmo, de que sua posição (mesmo que ainda não lhe esteja claro se será o secretário privado do governador) certamente lhe exigirá considerável trabalho, pois muitos já foram até ele. Podemos até mesmo supor que se Haggard não teve contato, ao menos teve conhecimento com as populações nativas de sua nova área de trabalho. Sobre esta relação, Katz afirma que:

From the very first essays that he wrote in the Transvaal, to his history of the Zulu War, Cetywayo, and on through his fiction, speeches, and private diaries, Haggard's political views remained consistently racist. The early essays from the Transvaal show him as paternalistic at best. In "The Transvaal" (1877), Haggard characterizes the British as uniquely able to rule black Africans with a measure of justice: "We alone of all the nations in the world know how to control coloured races without the exercises of cruelty" (KATZ, 2010, p. 139)⁶.

Encontramos de diferentes maneiras todo o racismo e o colonialismo sobre África nesta obra. Podemos resumir a história de maneira muito grosseira a colonizadores brancos que buscam minas lendárias na África – que nesta história trata-se um continente colonizado que convive “pacificamente” com nações africanas autônomas, alternando o mito do negro dócil com sua incivilização e selvageria. Aparecem na história, homens brancos (entre eles o herói Allan Quatermain) que ajudam um negro criado entre brancos a retornar ao seu povo e assumir o trono

⁵ Eu estou indo bem, apesar de minha função não ser nada fácil. Eu me encontro responsável por tudo, e todo mundo vem e me incomoda. Entretanto, isso tudo ocorre nos dias de trabalho. Eu não sei ainda se eu sou o secretário particular, mas eu suponho que eu seja, pois ninguém ainda apareceu. Eu cometo muitos erros graves, mas eu ainda assim eu penso que esteja indo muito bem no geral. Eu imagino que terei uma grande quantidade de trabalho em Natal, como o Chefe me contou que ela estava indo fechar um grande acordo, e tudo isso irá cair em meus ombros, somando aos negócios. Nós somos bons amigos, e deveremos, eu penso, continuar a sê-los, afinal ele não é um homem capcioso e mutável. Beaumont, o que era secretário de Pine (o último governador de Natal), colocou-me a par de muitas coisas, ele é um excelente companheiro e somos grandes aliados (Tradução Livre).

⁶ Desde os primeiros ensaios que ele escreveu em Transval, para a história da Guerra Zulu, Cetywayo, continuando por meio de sua ficção, discursos, e diários privados, a visão política de Haggard permaneceu conscientemente racista. Os últimos ensaios produzidos em Transvaal mostram-no como um paternalista ao extremo. Em "The Transvaal" (1877), Haggard caracteriza o Britânico como o único capaz de governar os africanos pretos com uma medida de justiça. "Exclusivamente nós, dentre todas as nações no mundo, sabemos como controlar raças de cor sem práticas de crueldade" (Tradução livre).

que lhe pertence e foi usurpado por um parente ditatorial com o auxílio de uma feiticeira. Entre ajudar este “negro” e seu povo, o objetivo principal da empreitada é o espólio de pedras preciosas e riquezas pertencentes à tribo em questão.

A história mostra que África nada mais é na visão de um inglês (e do resto do mundo branco) que um local de selvageria e riquezas convivendo, sem que uma perceba a outra, necessitando de um braço europeu (carregado de pólvora) para trazer a “civilização” aos perdidos. Esta civilização, no entanto não quer ser igualitária no tratamento entre seres humanos, como mostra a passagem de um diálogo entre o herói e um negro africano Jim: “Calei-me, porque não convinha à minha dignidade de patrão e de branco revelar curiosidade diante de um bechuana (negro).” (HAGGARD, 2011, p. 31.). Em outra passagem, outro diálogo, o mesmo Quatermain diz:

Havia uma altivez nas maneiras deste homem, e especialmente no seu emprego da expressão “ho brancos” em lugar de “ho inkolsis” (chefes), que me surpreendeu grandemente. – Estás esquecendo a quem falas!, repliquei. As palavras saem-te demasiadas e imprudentes. (HAGGARD, 2011, p. 45.).

Katz toma como parâmetro a obra onde Haggard critica o sistema colonial britânico na África da Sul, e outros locais onde apresentou um posicionamento elogioso com relação a colônia, mas afirma que, a despeito de tudo isso, seu pensamento permaneceu racista, paternalista e tipicamente imperialista. Haggard afirma que a Inglaterra era a única nação digna de governar bem os homens negros, sem crueldade, mas de forma justa. Esta visão tem sua origem no modelo de colonização britânico que foi diferente dos países ibéricos sobre a África e as Américas. Abdias Nascimento coloca que:

Nos países de colonização e escravidão anglo-saxões, onde os homens emigravam com suas famílias, havia um certo equilíbrio entre o número de mulheres e de homens, enquanto na colonização e escravidão espanhola e portuguesa, onde aventureiros e criminosos emigravam sem famílias, havia menos mulheres brancas que homens. (NASCIMENTO, 2019, p. 19)

Eis aí o ideal civilizador do imperialismo. Mais adiante, no mesmo parágrafo, Katz prossegue discorrendo a respeito de outra obra publicada pouco tempo depois de *The Transvaal*: “he does not pretend to believe, however, that British rule will lead to the development [...] he concedes the

chance of theres being insufficient potential in blacks to advance to the level of their rulers”(KATZ, 2010, p. 139)⁷.

É possível constatar que a obra de Haggard é vasta e está relacionada aos principais eventos transcorridos ao longo da vida do autor: passando pelas guerras no império colonial britânico até a Primeira Guerra Mundial. É importante destacar que, ligado à elite da metrópole, Haggard possuía a perspectiva/ótica dos dominantes. Para a presente discussão foi escolhido o livro *As Minas do Rei Salomão*, a justificativa se encontra no fato de que é uma de suas mais célebres obras e o enredo vai diretamente ao encontro das relações entre colonizador e colonizado na África do século XIX, dando conta assim de tratar toda a violência inerente àquele sistema. O livro em questão foi escrito em primeira pessoa, como se o protagonista, Alan Quatermain, quem contasse a nós suas aventuras. Os personagens e o enredo oferecem recursos para vislumbrar os costumes, os hábitos e os conceitos da sociedade colonial em que Haggard viveu, principalmente sobre a ótica metropolitana.

Divido em dezessete capítulos, o livro foi escrito em primeira pessoa, como se o protagonista, Alan Quatermain, quem contasse a nós suas aventuras. O início da história se dá quando este se encontra com Sir Henry Curtis e o Capitão John Good em uma embarcação, chamada Dunkeld, rumo a Natal, depois que Quatermain havia encerrado uma malfadada expedição em busca de marfim. O encontro se deu no refeitório da embarcação, e os dois ingleses, coincidentemente procuravam por ele e o chamaram até sua cabine. Sir Henry procurava por um homem chamado Neville, que na verdade era George, seu irmão mais novo. Os dois haviam se desentendido quando da morte do pai, por conta da herança, que foi destinada inteiramente a Henry. Estando George sem nenhum bem, partiu para a África em busca de fortuna.

⁷ [...] ele não tem a intenção de acreditar, entretanto, que o domínio britânico vai levar ao desenvolvimento [...] ele concede a chance daqueles seres pretos de potencial insuficiente avancem ao nível de seus governantes (Tradução livre).

Anos depois, Henry se arrependeu de seu egoísmo e resolveu buscar pelo irmão, recorrendo a alguém que conhecia a região, o Sr. Alan Quatermain, que inclusive revela ter visto “Nevile” em sua última expedição. Interrogando Quatermain sobre mais informações a respeito do destino de seu irmão, Henry tomou conhecimento de que ele havia partido em busca das lendárias Minas do Rei Salomão. Tais Minas chegaram ao conhecimento de Quatermain em uma de suas muitas caçadas a elefantes. Neste episódio conheceu outro caçador, Evans, que lhe apontou os dois picos, no horizonte, além de um árido deserto, que indicavam a entrada para as minas. Em outro momento, teve contato com um português, que para muito além do simples relato, lhe entregou um mapa que guiava até as Minas, com indicações precisas escritas por um compatriota do século XVI, José da Silvestra.

Depois de muita insistência por parte de Henry e Good, Quatermain aceitou acompanhá-los em troca de uma vantajosa recompensa de diamantes e pedras preciosas que poderiam encontrar. Juntaram então uma companhia de criados, alguns zulus, e dentre eles Umbopa, chefe de um grupo de nativos aliados aos ingleses e que teve contato com Quatermain na Guerra dos Zulus. A travessia pelo deserto foi terrível (antes, mataram oito elefantes e enterraram seu marfim). Entretanto, chegando às montanhas pelas indicações do mapa de Silvestra, encontraram o corpo deste mesmo português conservado, em parte pela baixa temperatura do topo das montanhas chamadas de Seio de Sabá. Passando pelas montanhas, se depararam com uma belíssima terra, verde, com rios, animais e excelente clima. Absortos com aquelas maravilhas foram pegos por um grupo de nativos que se identificaram como sendo Kakuanas.

Eles só não mataram os forasteiros porque o Capitão Good os impressionou muito com o movimento de sua prótese dentária, a ponto de o tomarem como deuses. Por este grupo, foram conduzidos ao rei que recebeu a todos com certo receio e hostilidade. Os ingleses se viram inseridos em um conflito pelo trono, pois o misterioso Umbopa era na verdade o verdadeiro rei, que fora exilado pelo irmão. Por fim, Umbopa é colocado no trono pelo auxílio de seus companheiros de

viagens, e estes, por muito pouco, não acabam perdendo suas vidas nas Minas do Rei Salomão devido aos ardis da feiticeira do antigo rei.

Tendo apresentado um resumo da trama, vamos aos personagens. Primeiramente, Quatermain, que já mencionamos anteriormente, inspirado em um explorador do sul da África, é o estereótipo mais que perfeito do colono (ou seja, aquele europeu que vivia na colônia) que fora bem-sucedido, aos termos da época, alcançando prestígio e fazendo fortuna, sobretudo por meio de trabalhos como a caça de elefantes para a obtenção de marfim e a ajuda em guerras. Quando Quatermain conhece Umbopa (um chefe nativo aliado aos ingleses), o descreve de modo muito interessante, para depois nos revelar sua ligação com ele, vejamos:

Surgiu então um homem alto, forte, de feições nobres, pele mais clara que a dos zulus, aparentando uns 30 anos. Saudou-me com um gesto de mão e sentou-se, cruzando os pés, num canto da sala. Seu rosto pareceu-me familiar [...] Então me recobrei. Eu tinha sido guia dos ingleses durante a guerra contra os zulus pela ocupação daquela região. Tive a sorte de deixar o acampamento britânico um dia antes do confronto fatal, pois fora encarregado de conduzir um comboio de carga para uma localidade próxima. Enquanto os bois eram atrelados às carroças, conversei com aquele homem, que era uma espécie de comandante dos nativos aliados a nós. Ele expressou suas dúvidas quanto à segurança do acampamento. Retruquei-lhe que se calasse e deixasse esses assuntos a cargo de pessoas mais sábias. Os fatos, entretanto, comprovaram que ele tinha razão (HAGGARD, 1998, p. 14).

Chama atenção para a descrição de Umbopa: sua pele clara se torna sinônimo de sua altivez, elemento que não se encontra no texto por acaso, mas é fruto de um longo processo que, além de considerar a cor de pele branca como sinônimo de distinção e superioridade, teve intuito de tentar, de qualquer forma, encontrar alguma antecedente que tornasse esta ou aquela etnia como diferente dos povos subsaarianos, como foi feito com o Egito (e ainda é). Tal caracterização se repete na descrição do grupo dos Kakuanas:

A 20 passos de onde estava, vi um grupo de homens. Um rapaz talvez de 17 anos ainda mantinha o braço esticado: não havia dúvidas que fora ele a lançar o dardo. Um senhor mais idosos dirigiu-lhe algumas palavras que não entendi, mas

desconfiei serem de repreensão. Eram todos altos, mais altos que a grande maioria de nativos da África, e tinham a pele cor de cobre (HAGGARD, 1998, p. 14).

A pele clara, cor de cobre, é retomada por Aime Césaire, em seu famoso livro *Discurso sobre o colonialismo*, traz estas tentativas no âmbito acadêmico como exemplo da tentativa do europeu de ignorar a existência de qualquer tipo de cultura em solo africano: é a tão falada hipocrisia do colonizador (CÉSAIRE, 1978).

Um segundo aspecto interessante é o papel de Quatermain como conhecedor experiente do território, servindo de guia aos britânicos. E por fim, sem dúvida, a fala mais chocante, é a represália de Quatermain a Umbopa, dizendo que deixasse a segurança do acampamento a cargo de pessoas mais sábias do que ele. Adiante, o escritor acrescenta que Quatermain mais tarde daria razão a Umbopa. É a contradição do autor, presente em sua trajetória: de um lado sua admiração e do outro toda a carga cultural do seu tempo.

Tal contradição se revela, sobretudo, na figura do próprio Umbopa. Herdeiro real do trono, ele lida com os ingleses de igual para igual, e a maneira como o autor desenvolveu esse personagem, um nativo criado pelos zulus, nos leva a refletir sobre complexidade da trajetória humana, de fato descontínua, impossível de se alcançar uma plena compreensão. O velho Haggard, de 1926, talvez tivesse repensado sua trajetória e de fato acreditado em uma igualdade. Entretanto, tal contradição pode até ser questionada, ao enfatizarmos que a sua admiração, por volta de 1885, enquanto estava e plena atividade na África, não passava de uma admiração pelo exótico, pelo diferente, enfim, por aquele que lhe era inferior.

Sir Henry e Capitão Good revelam a imagem dos colonizadores administradores. Vindos da metrópole, ainda não se adaptaram bem ao estilo de vida “selvagem” da África. Haggard, por exemplo, ao longo da obra, descreve várias vezes o ímpeto, quase doentio, de Capitão Good, em manter-se limpo e bem-vestido.

O Capitão Good repetiu o ritual de todas as noites: lavou os dentes com bochecos de água fresca, despiu as calças e a camisa, dobrando-as cuidadosamente, e ajeitou-se no seu leito como se estivesse na mais elegante mansão inglesa. Conseguia

manter-se sempre limpo, barbeado, os trajes impecáveis; nem parecia estar metido numa aventura no coração da África, rodeado de feras, sob um calor escaldante (HAGGARD, 1998, pp. 16-17).

Mesmo distante dos confortos ingleses, não negaram a possibilidade de uma caça de elefantes e obtenção de marfim, um bem muito precioso. Haggard menciona diversas vezes esta prática, mas de maneira muito mais enfática no quarto capítulo.

Cansados, resolvemos parar a matança. Oito elefantes numa tarde já é uma boa caçada. Esquartejamos apenas dois deles, retirando seus corações, que nos serviriam de jantar. No dia seguinte mandaríamos até ali os carregadores para extrair o marfim (...) Foram necessários dois dias para serrar o marfim dos nove elefantes mortos e enterrá-los ao pé de uma grande árvore. Se conseguíssemos retornar, esse seria um sinal de fácil identificação. E valeria a pena recuperar aquele tesouro, cada uma das presas pesava mais de 20 quilos; as do grande elefante passavam de 80 (HAGGARD, 1998, pp. 17-19).

O comércio de marfim era um mercado muito frutuoso, e um dos elementos que chamavam os europeus para as riquezas da África. Vincent Kaphoya apresenta três grandes razões que levaram os europeus a se instalarem e explorarem o continente africano. O primeiro trata-se do desejo de conseguir mais conhecimentos acerca da África, o continente sombrio, repleta de mistérios, desde a vegetação até aos animais, e especialmente a cultura dos nativos. Muitos cientistas, em um primeiro momento, se dedicaram a realizar expedições exploratórias pelo continente e iniciaram um processo de acumulação de conhecimento.

O segundo elemento, diz-nos o autor, tratou-se do forte sentimento etnocêntrico cultivado pelos europeus, com desejo de expandir a fé, importante mecanismo no processo de dominação, e os valores de sua civilização. A terceira razão estava relacionada ao imperialismo, sentimento nacionalista que objetiva a expansão da nação a outros territórios, conferindo-lhe glória e prestígio. O mais interessante, porém, é que Kaphoya aponta para a dinâmica entre as três razões, que se relacionam. Primeiro se buscava conhecer o território, avaliar a potencialidade econômica de seus recursos; depois enviavam expedições a fim de coletar tais recursos, é a figura do explorador, o Quatermain que não pode perder a oportunidade de matar os elefantes que cruzam seu caminho.

Mesmo que não possa carregar o marfim, reserva-o para outra ocasião futura. “Frequentemente os próprios exploradores não podiam resistir à tentação da ganância e da acumulação de grandes quantidades de riqueza ou cargas preciosas” (KHAPOYA, 2015, p. 145).

Após as explorações é que se instaurava uma administração, propriamente dita, sustentada pelo auxílio dos missionários, que por meio do ensino da fé Cristã, inculcavam nos nativos o desejado sentimento de submissão e aceitação: os sofrimentos que viviam no cotidiano duro dos trabalhos forçados, das humilhações, das violências físicas e morais, eram necessários para a salvação e deviam ser suportados com firmeza e brandura. Frantz Fanon em *Os condenados da terra* vai além ao afirmar que inclusive a cultura dos nativos, seus ritos envolvendo ancestrais e forças da natureza eram também um meio eficaz de mantê-los submissos. Logo, se havia uma desgraça, fome, por exemplo, era atribuída não a destruição da agricultura de subsistência pelo colonizador, mas sim aos zumbis (simbolismo específico dos povos yorubás Daomé, que se relacionou mais às regiões de colonização francesa e portuguesa), ou a ação de feiticeiras (FANON, 2006).

Entretanto, a força da administração colonial não estava centrada somente na fé, mas cada nação possuía um sistema de governo, de acordo com suas características, o modelo inglês era bastante rígido e acentuava, ou ainda, delimitava muito bem a fronteira entre brancos e negros, colonizadores e colonizados, vejamos. Os ingleses, na obra de Haggard, não estão interessados apenas nas riquezas, mas estão sempre dispostos a ajudarem os nativos a derrubarem os seus tiranos, e, com sua ajuda, estabelecerem um novo governo, mais justo e estável, em troca, é claro, de algumas condições.

– Diga-lhe que ainda não conhece os ingleses – respondeu Sir Henry. – Sem dúvida, a riqueza sempre é bem-vinda, mas ainda assim não se pode comprar a lealdade de um inglês com ela. Lutarei, sim, a seu lado – porque ele foi fiel a nós, porque gosto dele e porque me agrada a ideia de acabar com esse monstro que é Tuala (HAGGARD, 1998, p. 33).

Acreditamos ser este uma das mais claras referências ao governo indireto empregado pela Inglaterra e como Haggard o tinha em alta conta, como símbolo de um governo justo, pacífico e

eficaz. Vimos em uma de suas cartas, que segundo ele somente a Inglaterra seria capaz de governar os povos, pois estes por si só não tinham nenhuma capacidade. Por meio do chamado *Indirect Rule*, estruturado por Lord Frederick Lugard, desempenhariam esta missão.

Tal forma de governo indireto se organizava de uma maneira sutil e ao mesmo tempo muito pragmática: não podendo governar diretamente todo o território, os ingleses identificavam as estruturas de poder locais e interferiam, de modo a coagir os governantes, a fim de que se aliassem aos seus interesses. Se não houvesse uma hierarquia estruturada, os ingleses a criavam a fim de manter seu estilo de governo em funcionamento. Defendiam que este tipo de governo visava apenas a preservação e proteção da cultura dos povos nativos, mas sabemos que não eram exatamente estes os objetivos.

Uma consequência política importante do governo indireto era que ele consolidava a separação das identidades étnicas e restringia o desenvolvimento de uma consciência nacional ou colonial. Na verdade, o estilo servia muito bem aos interesses dos coloniais britânicos, permitindo a estes colocar os grupos étnicos uns contra os outros (KHAPOYA, 2015, p. 167).

Incentivar o conflito entre os grupos étnicos, ou até no interior de um mesmo grupo étnico, inflando as crises dinásticas, eram as ferramentas amplamente utilizadas pelos ingleses. E esta estratégia Haggard utiliza em sua história, exatamente no trecho do romance citado anteriormente, quando o grupo se comprometeu em ajudar Umbopa a recuperar seu trono, e, Sir Henry, entusiasmado, quis externar o sempre presente desejo de “auxiliar”, cultivado pelos ingleses. Depois de derrotado, Taula, o rei tirano e monstruoso, Umbopa, amigo dos ingleses, assume o governo dos Kakuanas, e suas primeiras medidas são de favorecimento ao grupo e cumprimento de tudo o que havia prometido, como por exemplo, o acesso às pedras preciosas das Minas do Rei Salomão.

Os principais interesses dos colonizadores, que são sistematizados por Kaphoya em uma atualização (a Teoria Econômica do Imperialismo), reforçam muito bem que o interesse dos ingleses, por exemplo, na fictícia terra dos Kakuanas era apenas alcançar os diamantes e estruturar um novo governo que lhes fosse favorável, mas não há nenhuma menção aos subsídios para que os Kakuanas

se desenvolvessem por eles mesmos. Parece uma tola comparação, mas traz à tona toda a desumanização do processo colonial (mais uma vez recorrendo a Cesaire) que se orientou unicamente para a exploração dos diversos recursos. Dentre os sete pontos estabelecidos por Kaphoya, destacam-se dois: a transferência da riqueza mineral da África para a Europa (empreitada realizada por meio da construção de linhas férreas e sistemas portuários exclusivamente para este fim) e a ausência de industrialização (toda a estrutura foi desenvolvida para facilitar a exploração e não em benefício dos nativos, e à época da saída do colonizador, era preciso recomeçar).

Estes dois elementos transparecem no trecho citado, já no fim do romance de Haggard, quando os ingleses depois de instaurado o novo governo e carregados de diamantes, retornam a Inglaterra. Ainda em *As Minas do Rei Salomão*, também observa-se a exploração do trabalho: o grupo utiliza-se de diversos criados, todos nativos, ao longo de sua jornada, e os tratam de maneira extremamente autoritária, com violência e ameaças, sendo que alguns até morrem no caminho para o objetivo final.

Enfim, a obra de Haggard e seus personagens única obra utilizada para esta análise, refletem grandes preconceitos do autor e do colonialismo britânico. E a simpatia e admiração que nutria pelos zulus, só revelam o olhar paternalista e exótico com que se fitava o povo nativo. O sucesso da obra, seu aceitação pela sociedade, nos aponta para os anseios de uma mentalidade imperialista, que se deleitava com a aventura dos exploradores, o marfim dos elefantes, o enriquecimento e a submissão dos povos em nome da civilização.

A colonização construiu uma visão sobre África em prol do cativo, espólio, estupro, sequestro e morte. É comum encontrarmos o continente africano representado como um local instável, cheia de recursos naturais e riquezas que não devem estar nas mãos africanas. Esta mesma ideia se deslocou para a colonização nas Américas de forma geral, sobretudo após a Revolução Haitiana de 1791 (C. L. R. James, 2000), e se fez presente na literatura infanto-juvenil em locais como o Brasil por exemplo, onde se reproduz o teor racista originado no colonialismo europeu sobre

África. A exemplo temos a literatura infanto-juvenil utilizados nos bancos escolares diz com todas as letras o seguinte:

Afinal as duas velhas apareceram – Dona Benta no vestido de gorgorão, e Nastácia num que Dona Benta lhe havia emprestado. Narizinho achou conveniente fazer a apresentação de ambas por haver ali muita gente que as desconhecia. Trepou em uma cadeira e disse: - Respeitável público, tenho a honra de apresentar vovó, Dona Benta de Oliveira, sobrinha do famoso Cônego Agapito Encerrabodes de Oliveira, que já morreu. Também apresento a Princesa Anastácia. Não reparem por ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. Foi uma fada que um dia a pretejou, condenando-a a ficar assim até que encontre um certo anel na barriga de um certo peixe. Então o encanto se quebrará e ela virará uma linda princesa loura (LOBATO, 1959, p. 36).

Assim como os negros “dóceis” em África precisam de uma mão branca dirigindo e auxiliando no que for “necessário” como aponta o livro de Haggard, na escrita de Lobato também é evidente este cenário de aventura e submissão mesclado em um romantismo que esconde o teor mais profundo dos preconceitos presentes nas obras.

Considerações finais

O interesse pela análise da obra de Haggard ao constatar a visão do europeu daquele tempo, o século XIX, para com o continente africano, que podemos apontar como repleta de misticismo e exotismo. Ao longo da leitura de *As Minas do Rei Salomão* foi possível observar nitidamente tais elementos, e não só estes, mas também alusões ao colonialismo britânico e suas principais características. Nosso objetivo foi justamente este: identificar na obra do escrito inglês do século XIX, também ele envolvido na dinâmica colonial, as práticas de violência do imperialismo. Acreditamos que tal objetivo tenha sido por nós alcançado e o presente artigo pode contribuir para os estudos da obra de Henry Haggard e chamar atenção para as grandes potencialidades da relação entre Literatura e História.

Ao longo de nossa pesquisa para este artigo possível constatar a riqueza de fontes: existem diversos livros de sua autoria que abordam o mesmo tema de *As minas do rei Salomão*; também foi

possível observar a riqueza de sua robusta autobiografia, que contém diversas cartas passivas e ativas, um material que se constitui uma verdadeira mina. Esperamos assim ter despertado o interesse para a temática e apontado alguns caminhos de pesquisa, mas especialmente com relação às fontes.

Fontes e bibliografia

1. Fontes impressas

HAGGARD, Henry Rider. **As minas do Rei Salomão**. Trad. Werner Zotz. Scipione: Rio de Janeiro, 1998.

HAGGARD, Rider. *As minas de Salomão*. L&PM. Porto Alegre, 2011.

HAGGARD, Henry Rider. **The Days of my life volume I (1926)**. Project Gutenberg Australia. Disponível em: <http://gutenberg.net.au/ebooks03/0300131.txt>.

2. Referências bibliográficas

BOAHEN, Albert Adu. **A África diante do desafio colonial**. In: **História Geral da África –África sob dominação colonial (1880-1935) – Volume VII**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Unesp, 1992.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BARNES-FREMONT, Gregory. **The Boer War 1899-1902**. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

COHEN, Morton. **Rider Haggard: His Life and Works**. London: Hutchison, 1960.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994.

CHARTIER, Roger. “Texto, impressões, leituras”. In HUNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KATZ, Wendy Roberta. **Rider Haggard and the Fiction of Empire: A Critical Study of British Imperial Fiction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- JAMES, C. R. L. **Os jacobinos negros**. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo. Boitempo, 2000.
- KHAPOYA, Vincent. **A experiência africana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015
- KNIGHT, Ian; RUGERRI, Raffaele. **Boer Commando 1876-1902**. Oxford: Osprey Publishing, 2004.
- KNIGHT, Ian. **The Zulu War 1879**. Oxford: Osprey Publishing, 2003.
- LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. 1959.
- M'BOKOLO, Elikia. Cap. V. Idade de Ouro ou crepúsculo da colonização 1910-1940. In: **África Negra – História e Civilizações, Tomo II (do século XIX aos nossos dias)**. Salvador: EDUFBA, São Paulo: casa das Áfricas, 2011.
- MANDIRINGANA, E.; STAPLETON, T. J. The Literary Legacy of Frederick Courteney Selous. **History in Africa**. 25: 199–218. 1998.
- MBEMBE, Achille, **Crítica da Razão Negra**. Antígona, Portugal, 2014.
- MCQUILTON, John. **Australia's communities and the Boer War**. New South Wales: Palgrave Macmillan, 2016.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Documentos de uma militância pan africanista. São Paulo. Perspectiva, 2019
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/ UFRJ, 1996.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TWAIN, Mark. **Solilóquio do Rei Leopoldo II, da Bélgica: Uma Defesa de seu Reinado no Congo**. Quetzal Editores, 2018.

A formação e a atuação do segundo gabinete parlamentarista republicano, na visão de *Manchete* (1962)

The formation and performance of the second republican parliamentary office, according to *Manchete* magazine (1962)

Roberto Biluczyk

Mestre em História

Universidade de Passo Fundo (UPF)

rb.biluczyk@gmail.com

Resumo: A renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, culminou em uma crise institucional, resolvida através de uma precipitada mudança de sistema de governo. A substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo impôs uma severa redução de poderes ao novo presidente, João Goulart, que coexistiu com três primeiros-ministros, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963. Rechaçado pelo povo em um referendo, o modelo parlamentarista aplicado naquele período ganhou espaço na historiografia como um fracasso incontestável. Entretanto, ainda são poucos os estudos a aprofundar nuances desse contexto. Este artigo visa analisar como se deu a cobertura da revista *Manchete*, da Bloch Editores, diante do processo de substituição do primeiro gabinete, bem como da instalação, operação e queda do segundo gabinete, liderado por Francisco de Paula Brochado da Rocha, político e jurista sul-rio-grandense, aliado de Jango. Com auxílio de matérias veiculadas por *Manchete*, busca-se examinar nuances acerca da formação e da atuação da equipe governamental, em meio a esse diferenciado momento da política brasileira, algumas vezes ignorado pela historiografia.

Palavras-chave: *Manchete*; parlamentarismo; política brasileira.

Abstract: The resignation of President Jânio Quadros, on August 1961, culminated in an institutional crisis, resolved through a precipitous change in the system of government. The replacement of presidentialism by parliamentarism imposed a reduction of powers on the new president, João Goulart, who coexisted with three prime ministers between September 1961 and January 1963. Rejected by the people in a referendum, the parliamentary system applied in that period gained space in historiography as an indisputable failure. However, there are still few studies to deepen aspects of this context. This article aims to analyze how Bloch Editores' magazine *Manchete* was covered in the process of replacing the first office, as well as the installation, operation and fall of the second office, led by Francisco de Paula Brochado da Rocha, politician and jurist from Rio

Grande do Sul, an ally of Jango. With the help of articles published by *Manchete*, we seek to examine nuances about the formation and performance of the government team, in the midst of this different moment in Brazilian politics, sometimes ignored by historiography.

Keywords: *Manchete* magazine, parliamentarism, Brazilian politics.

Considerações Iniciais

Primeiro presidente a tomar posse em Brasília (a nova capital federal construída durante o governo de Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático - PSD), Jânio Quadros, então filiado ao Partido Trabalhista Nacional (PTN) e apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), foi eleito em outubro de 1960, sustentando-se em um discurso moralista, reforçado pela excentricidade de seu comportamento, confundido com carisma (BENEVIDES, 1982, p. 8). Na mesma ocasião, João Goulart, o Jango, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi reeleito como vice-presidente da República. Jânio e Jango representavam projetos diferentes, porém, durante a experiência democrática brasileira (1946-1964), os presidentes e os vice-presidentes eram eleitos separadamente, o que facultava essa discrepância (FICO, 2016, p. 41).

No poder, Jânio Quadros exacerbou sua faceta autoritária, desprezando as instituições, causando descontentamentos em aliados e opositores. Perdendo paulatinamente sua sustentação política, o presidente renunciou ao seu mandato em 25 de agosto de 1961 (BENEVIDES, 1982, p. 76). O deputado federal Ranieri Mazzilli (PSD-SP), como presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a presidência da República, uma vez que João Goulart, o sucessor natural, estava em missão internacional à China (FICO, 2016, p. 42). O retorno e a posse de Jango não estavam plenamente garantidos, encontrando resistências entre os ministros militares, que desconfiavam de Goulart e o identificavam a questões que lhes causavam espécie, como o sindicalismo, a esquerda e o comunismo (BATISTELLA, 2016, p. 230).

Diante da crise, movimentos populares começaram a agir em prol de João Goulart, visto como capaz de executar sensíveis reformas econômicas e sociais no Brasil. Um dos atos mais

marcantes aconteceu no Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola (PTB) encampou a Rádio Guaíba e instalou no Palácio Piratini, sede do governo estadual, a Cadeia Radiofônica da Legalidade, que gerou conteúdo para emissoras de todo o Brasil, em defesa da democracia. Rapidamente, a campanha ganhou adesão entre a população, ajudando a inibir os desejos golpistas dos militares. “Entretanto, isso não foi o suficiente para que Goulart assumisse a presidência aos moldes da Constituição e como exigiam Brizola e os legalistas” (PEREIRA, 2019, p. 308). Outros projetos direcionados à resolução dos impasses tramitavam no Congresso Nacional, como o que pretendia substituir o sistema de governo presidencialista pelo parlamentarista.

No parlamentarismo o presidente da República tomaria posse, mas perderia boa parte de suas competências para o presidente do Conselho de Ministros – nome oficial do primeiro-ministro¹. A fórmula foi apresentada a João Goulart por Tancredo Neves (PSD-MG) – outrora deputado federal e ministro do governo de Getúlio Vargas – em Montevideú, último dos locais onde o petebista aguardou a conclusão da crise. A ideia de mudar o sistema não era nova, tendo sido submetida inúmeras vezes à Câmara pelo deputado federal sul-rio-grandense Raul Pilla, do Partido Libertador (PL), sendo rechaçada em distintas oportunidades (ESTEVES, 1984, p. 22). Em setembro de 1961, a reintrodução do ideário parlamentarista objetivava a superação dos conflitos (FERREIRA, 2003, p. 348).

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961 – conhecida como Ato Adicional –, o Brasil passou a ser uma República parlamentarista. O cargo de vice-presidente foi extinto, assim como a eleição direta presidencial. Destarte, o povo não poderia mais escolher o presidente da República, o chefe de Estado, que seria apontado indiretamente pelo Congresso Nacional para um mandato de cinco anos. Com poderes bastante limitados, o presidente da República mantinha a prerrogativa de indicar o primeiro-ministro, mas sua opção deveria ser

¹ O presidente do Conselho de Ministros, chefe de governo no sistema parlamentarista configurado no Brasil, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, costuma ser chamado de primeiro-ministro, premiê ou *premier*. Essa última expressão, de origem estrangeira, era de uso corriqueiro em *Manchete*.

validada pela Câmara. No que lhes tangia, o premiê e o Conselho de Ministros estavam sujeitos a moções de confiança e de desconfiança (ou de censura)² (BRASIL, 1961).

Ao ser empossado como presidente, em 7 de setembro seguinte, João Goulart escolheu Tancredo Neves para a presidência do Conselho de Ministros. O pessedista foi aprovado com vantagem na Câmara, permanecendo à frente do governo até junho de 1962. Sua substituição não se constituiu em uma tarefa fácil. Este artigo visa analisar o conteúdo publicado pela revista *Manchete*, no panorama político inerente ao encerramento das atividades do primeiro gabinete parlamentarista republicano e à instalação do segundo gabinete, liderado pelo primeiro-ministro Francisco de Paula Brochado da Rocha entre julho e setembro de 1962, enfatizando-se o conturbado processo de ascensão do político e jurista ao poder e sua breve presença na administração nacional – assuntos que passam algumas vezes despercebidos na historiografia e nos livros didáticos.

Em um contexto renovador, em meados do século XX, os historiadores adotaram novas metodologias e critérios que viabilizaram o uso de fontes inéditas, como a imprensa, em suas pesquisas, despertando, outrossim, a necessidade de reflexões sobre o tema. Maria Helena Capelato (1988, p. 13) pontua que “a imprensa registra, comenta e participa da história”, tornando-se um “manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado”. A historiadora salienta que a imprensa, “desde seus primórdios”, “se impôs como uma força política”, ao mesmo tempo utilizada e temida pelos detentores do poder. Capelato (1988, p. 21) ressalta ainda que os produtos de comunicação se materializam como instrumentos de “manipulação de interesses e intervenção na vida social”, sendo desenvolvidos por “sujeitos dotados de consciência determinada na prática social”.

² As moções são meios de avaliação e/ou destituição do gabinete parlamentarista, que se diferenciam em suas origens e se fundamentam nos votos dos deputados federais. A moção de censura (ou de desconfiança) parte de parlamentares opositores contra o primeiro-ministro ou um membro de sua equipe. Já a moção (ou voto) de confiança se origina no próprio governo, com o intuito de verificar quantitativamente sua base de apoio. *Grosso modo*, em caso de vitória do governo (ou do ministro), conserva-se o *status quo*. Se derrotado, ocorre a substituição do gabinete (ou do ministro específico).

Em busca de consolidação mercadológica, os periódicos precisam, não apenas atrair a um público-alvo, como manter suas atenções voltadas à lógica do lucro e ao interesse político, pois geralmente se originam no setor privado (CAPELATO, 1988, p. 18). Esse e outros fatores fazem com que o historiador necessite realizar uma leitura aprofundada de suas fontes. Tânia Regina de Luca (2008, p. 142) lista uma série de imperativos ao pesquisador que se prontifica a analisar a imprensa em suas investigações, sinalizando o dever de serem distinguidos os procedimentos internos adotados pela fonte, identificando-se os colaboradores e os responsáveis por sua publicação, evidenciando-se as opções estéticas, as apresentações materiais e o emprego de imagens.

A metodologia eleita para o desenvolvimento deste trabalho, a Análise de Conteúdo, contribui para a elucidação dos elementos requeridos, acima elencados. A leitura e a classificação do que está contido nas fontes se tornam o primeiro ato analítico, em passo anterior à descrição e à interpretação das informações, que se colocam como a etapa final (MORAES, 1999, p. 4). Tudo isso a fim de se desvendar sentidos ocultos em discursos simbólicos com múltiplos significados (BARDIN, 2000, p. 13-14). A necessidade de se conhecer quem fala, de que maneira e com que fins embasa o primeiro subtítulo deste artigo, que se detém em uma breve contextualização histórica da revista *Manchete*, de sua fundação ao recorte proposto.

A crise política e a posterior implementação do sistema parlamentarista, como foram exploradas por *Manchete*, serão ponderadas através de uma leitura panorâmica de conteúdos presentes em 43 edições do semanário. A queda do primeiro gabinete e as movimentações em prol da instalação do segundo gabinete, bem como seus atos administrativos, contarão com uma leitura intensificada de 16 volumes da revista carioca, sopesados sob os critérios detalhados. Sempre que necessário, essas informações serão comparadas com outras referências bibliográficas e fontes julgadas pertinentes, para uma melhor exposição e aproveitamento dos dados expressos pelo periódico.

***Manchete*: brevíssimo histórico contextual**

Em 1951, legislações favoráveis à importação de equipamentos e insumos gráficos – a serem empregados pela imprensa – foram sancionadas pelo presidente Getúlio Vargas, que almejava a modernização do país. No Rio de Janeiro, a família Bloch aproveitou o bom momento, aprimorando o maquinário de sua gráfica (NASCIMENTO, 2015, p. 28). Como consequência disso, a empresa ingressou em um novo filão, concebendo uma revista semanal ilustrada – formato mercadologicamente exitoso, à época. Assim, *Manchete* – publicada pela primeira vez com data de 26 de abril de 1952, um sábado³ – deu início à sua trajetória.

Adolpho Bloch liderou a fundação de *Manchete*, juntamente com sua primeira esposa, Lucy Mendes Bloch, o primo Pedro Bloch e o jornalista Henrique Pongetti (NASCIMENTO, 2015, p. 28). O periódico se destacou pela qualidade das imagens que publicava, aliada à redação concisa e a presença de cronistas renomados entre seus colaboradores. A construção de Brasília, pouco explorada por *O Cruzeiro*, sua concorrente, ganhou ampla atenção nas páginas do semanário, que não poupou esforços para notabilizar essa e outras ações do governo de Juscelino Kubitschek, amigo pessoal de Adolpho Bloch (MUGGIATI, 2008, p. 83).

O direcionamento do semanário compreendia o predomínio das pautas de variedades e entretenimento, em atendimento às demandas do mercado, postura que manteve apesar das transformações ocorridas na imprensa, que ampliou seu potencial informativo. Salienta-se, porém, que notícias e análises sobre política sempre garantiram seus lugares no hebdomadário, principalmente em reportagens e na seção “Posto de Escuta”, criada em 1957. Outra característica

³ Embora informasse o sábado como data-referência em sua capa – desde o primeiro número e durante os 48 anos seguintes –, a revista fechava sua edição na segunda-feira imediatamente anterior, sendo impressa às terças-feiras, chegando às bancas do Rio de Janeiro e de São Paulo às quartas-feiras. Tal agilidade não era válida para municípios mais distantes, uma vez que a Bloch Editores priorizava a distribuição de suas revistas por via rodoviária, o que frequentemente ocasionava atrasos na entrega dos exemplares (GONÇALVES; MUGGIATI, 2008, p. 26, 42-43). Esse fator pode ter interferido na falta de celeridade da revista em apresentar desdobramentos políticos de rápida repercussão e conclusão.

notável de *Manchete* era sua inclinação ao “otimismo”. Carlos Heitor Cony (2008, p. 64), que trabalhou mais de 30 anos na editora, afirmava que a revista “não falava mal de ninguém, não acusava ninguém, era otimista ao desvario, procurava ver o lado bom de tudo, o lado bonito e positivo”.

Do ponto de vista jornalístico, esse comportamento foi analisado e reprovado por pesquisadores, como Gesner Duarte Pádua (2013, p. 213), que cunhou o termo “cortesã do poder” para ressaltar a maleabilidade da linha editorial da revista, em favor do governo e da política vigente. Esse é um tema bastante complexo, que requer intensas reflexões. Pontua-se, contudo, que *Manchete* não estava desprovida de juízos de valor, que surgiam especialmente nas entrelinhas ou na escolha dos assuntos e dos personagens abordados, no compasso dos acontecimentos.

Em seus primeiros anos, *Manchete* foi comandada por diversos profissionais, em curtos períodos. Em 1959, a revista semanal consolidou definitivamente seu estilo ao contratar Justino Martins, então correspondente da Bloch Editores em Paris, como diretor. Na mesma época, Adolpho Bloch se tornou o principal proprietário da editora, diante do falecimento de seu pai e de dois de seus irmãos. “A *Manchete*, na verdade, foi o fruto do casamento tempestuoso do empresário [Adolpho Bloch] com o jornalista [Justino Martins]”, avaliou Roberto Muggiati (2008, p. 83), a quem coube, no futuro, substituir Martins no comando editorial do periódico.

Em 1962, o semanário comemorou dez anos de existência⁴. Em sua redação, no Rio de Janeiro, estado da Guanabara (GB), além do diretor Justino Martins, atuava o chefe de reportagem Arnaldo Niskier. Jornalistas, como Fernando Pinto, Raimundo Magalhães Júnior e Zevi Ghivelder, também compunham seus quadros. O setor de fotografia era gerenciado por Nicolau Drei e contava com fotojornalistas, como Gervásio Baptista e Jankiel Gonczarowska. Uma página ilustrada com charges, voltada ao humor e à crítica, estava à cargo de Claudius. A empresa possuía sucursais em Brasília – com Murilo Melo Filho e Jader Neves – e São Paulo e correspondentes em dez estados –

⁴ A Bloch Editores teve sua falência decretada em 1º de agosto de 2000. A última veiculação de *Manchete* sob a marca de sua editora original foi a edição nº 2519, de 29 de julho de 2000. Uma cooperativa de ex-funcionários ganhou na Justiça o direito de continuar editando algumas das revistas Bloch, sem a mesma periodicidade, até 2002, quando os títulos foram arrematados pelo empresário Marcos Dvoskin, que por anos publicou edições especiais de *Manchete*. Mais tarde, Dvoskin manteve nas bancas unicamente a revista mensal *Pais & Filhos*.

no Rio Grande do Sul, Carlos Camargo – e oito metrópoles internacionais (EXPEDIENTE, 1962, p. 9).

Da instalação à substituição do primeiro gabinete

Perante um delicado cenário, *Manchete* observou com cautela os desdobramentos que culminaram na instalação do sistema parlamentarista. O desfecho da crise foi, desde o início, contestado com base em pensamentos de políticos, como Juscelino Kubitschek, que se colocou contrário ao fim da eleição direta presidencial (MELO FILHO; PINTO, 1961, p. 32-34). O jornalista Raimundo Magalhães Júnior (1961, p. 38) efetuou análises acerca do aumento das responsabilidades do Congresso e recuperou nuances da precária execução do modelo administrativo durante o período imperial. O sistema parlamentar de governo era visto por ele como incapaz de solucionar os “principais problemas” enfrentados pelo Brasil.

O parlamentarismo não era um conceito completamente absorvido pelos partidos políticos. Enquanto o PL, sigla de menor expressão nacional, sustentava a implementação do sistema entre suas bandeiras desde seus primórdios, a UDN adotou o ideário somente em 1957, sem unanimidade (SILVA, 1989, p. 21). Em “Posto de Escuta” (1961, p. 83), uma fala do deputado Passos Porto (UDN-SE) demonstrava isso. “No dia seguinte ao da aprovação da emenda parlamentarista, eu passarei a ser o Raul Pilla do presidencialismo”, prometia o político, planejando seu engajamento, antes de se consumar a modificação. A mesma seção repercutiu posicionamentos de parlamentares, como Nelson Carneiro (PSD-GB), tido como um dos “artífices” do novo sistema.

O semanário carioca publicou várias outras ideias em oposição, ou ao parlamentarismo, ou à maneira como a mudança se deu, oriundas de personalidades da política, muitas das quais antagonistas entre si, como Leonel Brizola, aliado de Jango, e Magalhães Pinto (UDN), governador de Minas Gerais e rival de Tancredo Neves. Já o deputado Ruy Ramos (PTB-RS) se destacou como uma das lideranças de um movimento que articulava “a reforma da reforma”, voltado a eliminar da

Emenda Constitucional nº 4, “tudo o que é inadequado às tendências e às tradições do Brasil”, sem necessariamente resgatar o presidencialismo (RAMOS, 1961, p. 28).

O jornalista Murilo Melo Filho (1961a, p. 26-29), ao avaliar a conclusão da crise, questionou o futuro e o sucesso do modelo administrativo. Para ele, só o tempo diria se o parlamentarismo seria aperfeiçoado ou suprimido. “Pois não há dúvida de que forças importantes, a começar pela da opinião pública, lutarão para devolver a Nação ao seu tradicional caminho presidencialista”, antevia o repórter, recordando que o povo decidiria em uma consulta eleitoral – programada na letra da lei para nove meses antes do fim do mandato de Jango (BRASIL, 1961) –, o destino da mudança estabelecida pelos congressistas.

O cartunista Claudius (1961, p. 106) resumiu, em uma ilustração, publicada em 23 de setembro de 1961, suas impressões sobre a situação em que João Goulart se encontrava. Cercado por pessoas que, em fileiras cerradas, representavam o Conselho de Ministros, a Câmara e o Senado, Jango não podia se mover para lado algum. O povo, por sua vez, permanecia afastado de todo esse processo, observando tudo à distância – e tentando entender as razões para a alteração nas regras do jogo político. Mesmo deixando transparecer suas reservas contra o parlamentarismo, *Manchete* deu um tratamento respeitoso a Tancredo Neves e a seu gabinete, apresentando breves biografias da equipe ministerial (13 À MESA, 1961, p. 24-25).

O primeiro Conselho de Ministros ficaria conhecido como o “gabinete de conciliação nacional”, pela tentativa de absorver as principais forças políticas, para que as demandas latentes, em especial na área econômica, fossem superadas, sem entrechoques (FERREIRA, 2003, p. 348-349). Em público, João Goulart propagava suas ideias reformistas, mesmo sem poder executá-las diretamente. Em *Manchete*, Tancredo garantia que realizaria as requeridas reformas – e que o parlamentarismo não era um empecilho para isso, desde que o gabinete contasse com o apoio do Congresso e da “opinião pública” (MELO FILHO, 1961b, p. 10-13).

A complexidade da política brasileira durante o período parlamentarista republicano dificulta a elaboração de uma síntese factual, a englobar a maioria das movimentações no jogo do poder. Nos

bastidores, segundo o historiador Jorge Ferreira (2003, p. 349-352), opositores persistiam na busca de artifícios antidemocráticos para destituir João Goulart. Os subterfúgios, contudo, não saíram do campo das ideias – pelo menos, naquele momento. No meio rural, as lutas se acirraram e o clamor pela reforma agrária recrudesciu. As reformas de base, que abarcariam mudanças em muitos aspectos da sociedade, continuavam na agenda de grupos de esquerda, interessados nas transformações que sobreviriam.

A cada semana, os jornalistas de *Manchete* se deparavam com novidades conexas ao novo sistema, principalmente no que tangia sua operação. Para Murilo Melo Filho (1961c, p. 6-9), dois meses depois da crise institucional de 1961, as “refletidas e demoradas” decisões do governo, intrínsecas ao parlamentarismo, não acompanhavam “o ritmo apressado dos problemas”, descontentando a “opinião pública”, pouco acostumada com a “lentidão”. Simultaneamente, os deputados federais e os senadores ainda não tinham tomado “consciência” da “parcela muito maior de responsabilidades” que agora lhes cabia, seguindo pouco presentes no Congresso Nacional, o que tendia a piorar com a proximidade das eleições de outubro de 1962, em que muitos buscariam novos mandatos.

Desde sua posse, João Goulart recebeu relevantes atenções da revista, não apenas por suas atividades no cargo presidencial, como também em sua vida pessoal e familiar, conservando-se como um protagonista da política. O exacerbado interesse do semanário por Jango pode ser interpretado como um reconhecimento à figura do presidente da República, que, mesmo com poucos poderes, mantinha seu estatuto de autoridade, herdado do recente passado presidencialista. O presidente do Conselho de Ministros, como um personagem oriundo do parlamentarismo, tornou-se um coadjuvante, acionado editorialmente em momentos pontuais.

A aproximação das eleições de outubro de 1962 impôs ao noticiário a emergência de uma nova pauta: a desincompatibilização do gabinete. Caso quisessem concorrer, os ministros deveriam pedir demissão do governo. A aproximação da data-limite para a ação, 7 de julho de 1962, gerava especulações sobre o futuro do ministério. Conforme Murilo Melo Filho (1962a, p. 18-19), a maioria

dos ministros não hesitaria em abandonar suas funções, em troca da segurança oferecida por um mandato eletivo, que melhor lhes asseguraria a “sobrevivência política”. O jornalista descartava que a saída da equipe se daria “por imposição de quem quer que fosse” (MELO FILHO, 1962b, p. 26).

Segundo historiadores, como Alessandro Batistella (2016, p. 240) e Jorge Ferreira (2003, p. 357), a desincompatibilização do gabinete com vistas ao pleito de outubro não passou de um pretexto adotado pela equipe ministerial para deixar o governo. Muitos ministros não compactuavam com os ideais reformistas de Goulart, cada vez mais perto das esquerdas e dos nacionalistas. Em *Manchete*, Melo Filho (1962b, p. 27) contemplava o panorama político, avaliando que, apesar dos desgastes do gabinete, sobretudo com a “opinião pública”, sua substituição não seria algo muito simples de se concretizar.

Para o jornalista, seria difícil para Jango “achar um líder político de alto gabarito, de grande capacidade política, de trânsito livre nos partidos, de aceitação garantida na Câmara, que não seja candidato às eleições de outubro e que não lhe crie atritos e dificuldades”. Por essa razão, na visão do repórter, Goulart e os ministros militares gostariam que Tancredo permanecesse no gabinete (MELO FILHO, 1962b, p. 26-27). Entretanto, o premiê e todos os ministros se demitiram no dia 26 de junho de 1962 (FERREIRA, 2003, p. 357). Pouco antes, João Goulart deu a conhecer sua primeira opção para a presidência do Conselho de Ministros: Francisco Clementino de San Tiago Dantas, petebista frequentemente elogiado por *Manchete* por sua atuação como ministro das Relações Exteriores, no gabinete Tancredo Neves.

San Tiago Dantas era um político moderado, da confiança de João Goulart, que compartilhava ideários com o presidente, como as reformas de base (BATISTELLA, 2016, p. 240). A indicação do novo premiê por Jango, anteriormente prevista em “Posto de Escuta” (1962a, p. 93), foi abordada em duas matérias. Na primeira delas, Murilo Melo Filho (1962c, p. 103) ressaltou que o presidente não estava disposto a recuar em sua escolha, que teria sido influenciada por uma conclusão: o novo gabinete não poderia ser “mediocre e bisonho”, devendo incorporar a “vontade popular”. Uma escolha desalinhada com os anseios do povo poderia significar, em seu parecer, um

“risco extremamente perigoso”, no “exato instante em que a situação nacional exige pulso forte e firme”, em virtude do agravamento da crise econômica.

O renome de San Tiago Dantas e seu enfrentamento às hostilidades de conservadores, que reprovavam a Política Externa Independente, ajudariam, segundo o jornalista, a credenciar o petebista para a dianteira ministerial. Não obstante, o repórter arrolou uma série de “obstáculos e dificuldades” a serem transpostos por Dantas para o êxito de sua indicação. “Esses entraves começam nos campos conservadores, ampliam-se nas áreas eclesiásticas e militares para acentuarem-se nos setores políticos”, enumerava. No que tocava a essa última esfera, Melo Filho (1962c, p. 103) julgava que o postulante teria grande aceitação no Congresso, comparando a situação porvindoura com a superação de uma moção de desconfiança contra o ministro, derrotada com facilidade na Câmara dos Deputados há poucas semanas.

Pesava contra o chanceler, no entanto, o fato de o PTB ser apenas a terceira maior bancada na Câmara, o que, a rigor, não proporcionaria a ele “condições numéricas” para garantir “um mínimo de estabilidade” ao gabinete, problema que um indicado do PSD não enfrentaria. Perante o que se observava, o repórter esperava que os impasses fossem prontamente resolvidos, de modo a evitar “um hiato perigoso e prejudicial ao funcionamento da máquina administrativa”, em um momento em que a população encarava “dramáticas dificuldades” interligadas à crise econômica, aos “sinais de inquietação e rebeldia em vários setores militares” e às insatisfações de conservadores. “Ou esse novo gabinete restaura a confiança popular no regime (sic)⁵, ou o parlamentarismo terá de ser urgentemente substituído. E o que virá depois, ninguém sabe”, asseverou o repórter (MELO FILHO, 1962c, p. 103).

⁵ Invariavelmente, os jornalistas de *Manchete* utilizavam a palavra “regime” como sinônimo de sistema de governo. Consideramos o emprego da expressão um equívoco, pois “regime político” se direciona a outras configurações – a autocracia e a democracia, de acordo com Argelina e Marcus Figueiredo (1993, p. 15-16). Percebemos, no entanto, que esse é um mal-entendido comum, deliberadamente praticado em sociedade. Durante a redação deste artigo, de modo padrão, adotamos “sistema de governo” ao nos referirmos a parlamentarismo e presidencialismo – exceto quando se tratar de uma citação direta.

Na semana seguinte, Raimundo Magalhães Júnior (1962a, p. 6-9) recuperou muitos dos argumentos de Melo Filho (1962c, p. 102-103), salientando que Dantas se mostrava aberto ao diálogo e à “união nacional”. De acordo com o jornalista, a UDN e seu principal expoente, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, reagiram contra San Tiago Dantas. Lacerda tornou públicos seus ataques em uma transmissão televisiva, mesma mídia utilizada pelo petebista para declarar seu respeito ao governo, aos partidos, às instituições e às reivindicações das classes populares e das classes produtoras – acentuadas em seus antagonismos. Conforme o repórter, cúpulas de agremiações partidárias, como o PSD e o PL, também se posicionaram contrárias a Dantas, em notas divulgadas à imprensa.

Magalhães Júnior (1962a, p. 9) ponderava que, a seu ver, os partidos aparentavam enfraquecimento, devido à formação de frentes parlamentares que pareciam sobrepujar as siglas em suas mais básicas ações. Em meio a isso, o jornalista compreendia que somente votariam contra Dantas, políticos que tivessem “vocação oposicionista” e que estivessem preparados para conceber uma “resistência frontal ao governo” em suas campanhas de reelei o. Para ele, o apontamento monocrático do nome do chanceler pelo presidente resultaria em um “ousado e perigoso teste” para Jango, que, se vitorioso, poderia “liderar o país sem hesita es, decidida e firmemente”, através de San Tiago.

Isso, contudo, não aconteceu. San Tiago Dantas foi derrotado por um placar de 174 votos contrários a 110 a favor de sua designa o, na madrugada de 28 de junho de 1962. Para *Manchete*, a demissão do primeiro gabinete e a recusa congressual ao nome de Dantas provocaram a “primeira crise da Quinta República”. Essa nomenclatura temporal, inusual na historiografia⁶, foi aplicada pelo semanário para demarcar a organiza o da forma de governo republicana sob o parlamentarismo, a fim de distingui-la das fei es da Quarta República, isto  , do estatuto político brasileiro anterior, inaugurado, em sua visão, com a promulga o da Constitui o de 1946 e encerrado com a crise de 1961 (SOUSA; PINTO, 1962, p. 9).

⁶ Posteriormente, o termo “Quinta República” foi ressignificado para designar a ditadura militar, instalada em 1964.

Em seu editorial, Justino Martins (1962a, p. 7) refletiu que o problema político incitado pela renúncia de Jânio Quadros somente encontraria “uma solução inteiramente válida” em 7 de outubro, quando o cidadão votaria em seus candidatos “já consciente da importância capital atribuída ao Congresso pelo atual sistema parlamentarista”. Antes disso, as expectativas se voltavam ao desempenho do novo primeiro-ministro, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade (PSD-SP), segundo nome indicado por Jango.

O senador paulista não foi apoiado pelo PTB e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo rejeitado pela maioria dos parlamentares dessas duas siglas. Mesmo assim, foi escolhido com um placar de 222 votos a favor e 51 contra, na madrugada de 3 de julho. Em declarações para *Manchete*, o novo presidente do Conselho de Ministros afirmou que o povo precisava “aprender a odiar” a “inflação”, o “empreguismo”, os “especuladores”, os “golpistas” e os “algozes”, assegurando que defenderia a democracia e viabilizaria reformas administrativas (SOUSA; PINTO, 1962, p. 12).

Segundo Artur de Sousa e Fernando Pinto (1962, p. 8-13), a nova escolha de Jango era um reflexo de sua “grande habilidade política” e “capacidade estratégica”. Englobando múltiplos interesses, o senador trazia em si, a representatividade do PSD e da bancada paulista e um bom trânsito de articulação na maioria das legendas integrantes do Parlamento brasileiro. Sobre San Tiago Dantas, os jornalistas interpretavam que a indicação, mesmo frustrada, serviu ao propósito de Goulart, impulsionando o PTB e o próprio ex-chanceler como opções eleitorais para outubro. “O parlamentarismo se desacreditará se não resolver os problemas do povo”, advertiam, expondo que as áreas econômica e social encontravam questões prementes em suas agendas.

As fotografias que ilustraram a matéria sobre Auro de Moura Andrade, creditadas a Jader Neves e Jankiel, colocavam o político ao lado de João Goulart, de líderes políticos pessedistas e udenistas – seus grandes apoiadores –, de sua esposa, Beatriz, e dos filhos do casal (SOUSA; PINTO, 1962, p. 8-13). Na mesma edição, Claudius (1962, p. 106) explorou a sucessão com uma série de charges, onde tornou a perceber o afastamento do povo nas decisões que envolviam a formação do novo governo. Do mesmo modo, ironizou os conflitos inerentes, comparados por ele a uma luta de

gladiadores, e perguntou: “E agora? É o segundo primeiro-ministro ou o primeiro segundo-ministro?”.

Também naquele exemplar, foi publicada uma entrevista de Tancredo Neves para Fernando Pinto, efetuada no momento em que o político aproveitava “seus últimos dias na Granja do Ipê”, residência oficial do presidente do Conselho de Ministros. Neves ofereceu ao leitor um saldo de sua experiência como primeiro-ministro, refletindo sobre suas dificuldades e aprendizados na implementação do parlamentarismo. Indagado acerca da eficiência dos sistemas de governo, Tancredo tergiversou, constatando que a “máquina administrativa obsoleta, emperrada e insuficiente para atender aos objetivos nacionais” era o que realmente não funcionava no país (NEVES, 1962, p. 15).

Elogioso a João Goulart, Tancredo Neves (1962, p. 15) lamentava que a emenda que instaurou o sistema de gabinete no Brasil não houvesse recebido, em meio à crise de 1961, “maior meditação que lhe proporcionasse a harmonia e melhor sistemática doutrinária”. Em virtude da “pressão de acontecimentos políticos e militares”, o texto continha, de acordo com ele, “contradições, incongruências e anomalias” que impediam “o normal e mais eficiente funcionamento do regime (sic)”. Em sua perspectiva, as “arcaicas estruturas jurídicas e sociais” precisavam ser substituídas em “curto prazo”, a fim de se evitar uma guerra civil.

Apesar da facilidade encontrada por Auro de Moura Andrade em sua aprovação no Congresso, o novo primeiro-ministro foi rechaçado por movimentos sindicais, que deflagraram uma greve geral, consolidando uma manobra de João Goulart, que visava despertar a oposição das esquerdas contra o pessedista e desgastar o sistema parlamentarista (FERREIRA, 2003, p. 358). Sem condições de governar, Andrade rapidamente desistiu do cargo. A terceira indicação de Jango favoreceria, enfim, a emergência de um novo personagem: Francisco de Paula Brochado da Rocha, como se observará a seguir.

“O terceiro homem”: Francisco de Paula Brochado da Rocha e seu gabinete

A instabilidade da política brasileira em 1962 transformou a substituição do Conselho de Ministros em uma grande comoção. A insatisfação popular, emergente nos primeiros dias de julho de 1962, produziu uma agitação de vultosas proporções, impulsionada por uma greve geral e por protestos em todo o Brasil (BATISTELLA, 2016, p. 240). Em *Manchete*, Justino Martins (1962b, p. 9) asseverou que, ao externar suas demandas, a “opinião pública” exigiu “uma solução, mesmo que temporária”, para a “crise de governo” “que já durava três semanas”, fazendo-se ouvir “da maneira tradicional pela qual se manifesta quando o caos político e a inércia administrativa dominam um país”.

No parecer de Martins (1962b, p. 9), os atos reivindicatórios deveriam ser vistos como uma “advertência” do povo às “cúpulas partidárias”, “enredadas pelo parlamentarismo, em Brasília”. Sua “Conversa com o Leitor” da edição nº 535, de 21 de julho de 1962, foi ilustrada com uma fotografia do terceiro indicado por João Goulart em menos de um mês: o jurista, professor e político Francisco de Paula Brochado da Rocha, retratado enquanto falava ao telefone. O novo premiê foi aclamado vencedor na madrugada de 10 de julho de 1962, ao obter 215 votos a favor e 58 contra sua indicação (ALMEIDA, 1995, p. 135).

Francisco Brochado da Rocha era porto-alegrense, integrante de uma tradicional família de políticos. O pai dele, Otávio Rocha, foi deputado estadual, deputado federal e intendente da capital sul-rio-grandense. Muitos de seus irmãos participavam ativamente da vida pública, assim como o próprio Francisco, que, à época de sua indicação, era secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, na gestão de Leonel Brizola, tendo ocupado anteriormente outras pastas em governos estaduais. Prestigiado professor universitário, Brochado da Rocha foi deputado estadual constituinte pelo PSD e atuou no breve governo do presidente Nereu Ramos (PSD) como consultor-geral da República (ANGELI; ALVES, 2019, p. 20).

De antemão, Fernando Pinto (1962a, p. 10) captou uma das principais implicações resultantes da aceitação de Francisco Brochado da Rocha como primeiro-ministro. Doravante haveria “dois

gaúchos no poder”, o presidente da República e o premiê. Para o repórter, a condição obedecia a uma “lógica incontestável”, uma vez que, depois da recusa a um representante de Minas Gerais e da desistência de um parlamentar paulista, o chefe de governo deveria se originar de outro dos mais importantes estados – no caso, o Rio Grande do Sul (PINTO, 1962b, p. 16). Conforme Pinto (1962a, p. 10), o político ocupou quarenta minutos na leitura de um discurso de vinte laudas datilografadas, onde elencou “pontos essenciais” ao governo que almejava construir e comandar.

O primeiro deles era a necessidade da pronta realização do “plebiscito”, em que o eleitor definiria o sistema de governo. A consulta eleitoral introduzida pela Emenda Constitucional n° 4 era tratada pelos políticos, pela imprensa e pela sociedade como um “plebiscito”, nomenclatura que perdurou na historiografia. A votação, na verdade, seria um referendo, pois versaria sobre um estatuto já estabelecido, o parlamentarismo (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 97). Para Brochado da Rocha, o Congresso, “na sua soberania”, era quem deveria decidir sobre o referendo e sua oportunidade de efetivação (PINTO, 1962a, p. 10).

A mesma edição informou que o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, havia entrado com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o intuito de que o órgão jurídico marcasse com “urgência” a data da votação. Em entrevista para Artur de Sousa, o udenista confessou seu descontentamento com a prática do sistema, cuja principal barreira, a seu ver, era o “despreparo político nacional”. O mandatário estadual, que afirmava ter subscrito, enquanto deputado, no passado, todas as emendas parlamentaristas de Raul Pilla, sustentava que o modelo administrativo, por si, não era o culpado por suas falhas operacionais (MAGALHÃES PINTO, 1962, p. 18-19).

Para Magalhães Pinto (1962, p. 18-19), o sistema de gabinete brasileiro era uma vítima das “condições anormais da época em que foi implantado” e da “forma jurídica que lhe deu vida”, fatores que lhe tiraram a “autenticidade”. Esse pensamento convergiu com o de Auro de Moura Andrade (1962, p. 19), entrevistado por Fernando Pinto, que também avaliou a falta de “autenticidade” do modelo. Para o senador, o povo estava descontente com o parlamentarismo por

não ter sido consultado e nem ter ratificado a mudança de sistema, desenvolvida como um mero artifício para “adiar a crise decorrente da renúncia do Sr. Jânio Quadros”.

De volta à observação da sessão da Câmara, *Manchete* ressaltou que Francisco Brochado da Rocha mencionou em seu discurso que, de posse do cargo, solicitaria aos parlamentares uma “delegação de poderes para fins específicos”. Disposto a garantir as eleições de outubro “dentro do império da lei”, o político requeria apoio para a aprovação de uma emenda que visava dar poderes constituintes ao próximo Parlamento. A delegação de poderes e a nova Constituinte eram interpretadas como recursos imperativos para “acelerar as reformas estruturais necessárias” e dar andamento a algumas das “medidas mais urgentes que o país reclama” (PINTO, 1962a, p. 10)

Ao fim de sua fala, Brochado da Rocha reiterou sua “posição de professor de Direito, de homem obediente à lei e às normas da Justiça”, comprometendo-se a ser “um delegado da Câmara e um servidor da Constituição” (PINTO, 1962a, p. 10). Em alusão à situação política e ao título de um filme britânico de 1949, Fernando Pinto (1962b, p. 16) e Raimundo Magalhães Júnior (1962b, p. 12) cognominaram o novo presidente do Conselho de Ministros como “o terceiro homem”, cujas falas foram recebidas de distintas maneiras pelos integrantes da Câmara dos Deputados.

O deputado Martins Rodrigues (PSD-CE), por exemplo, discordava da antecipação do referendo para o dia das eleições de outubro, mas afirmava que votaria em Brochado, rememorando que ele já havia composto os quadros pessedistas (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 12). O premiê pertenceu à ala autonomista do PSD sul-rio-grandense (PSDA), constituída no início da década de 1950. Em linhas gerais, essa dissidência preservava as diretrizes nacionais da agremiação, mantendo proximidade com o PTB – que, futuramente, absorveria muitos de seus membros. O diretório local do PSD, porém, destoava de tais entendimentos, opondo-se ao trabalhismo, distanciando-se das ideias e da imagem de Getúlio Vargas (KIEFFER; ASTURIAN, 2018, p. 49-50).

Para *Manchete*, Brochado da Rocha era “um homem situado acima das facções” por não possuir “qualquer compromisso partidário” (PINTO, 1962b, p. 16). Sua participação na Campanha da Legalidade e no governo de Leonel Brizola ajudam a comprovar a distância entre o político e o

PSD, no período. Ao mesmo tempo, ele não era associado pelos conservadores do Congresso à militância petebista (ALMEIDA, 1995, p. 136). A exemplo de Tancredo Neves, o jurista não estava exercendo cargos legislativos em 1962, acentuando a premissa do parlamentarismo de 1961, que permitia a promoção ao poder de políticos alheios à composição do Congresso Nacional.

Na sessão, o deputado Almino Affonso (PTB-AM), representando a sigla do presidente, expôs sua concordância com a indicação de Brochado da Rocha, endossando a necessidade da delegação de poderes para o enfrentamento dos “problemas populares”, pontuando que o recurso seria útil à Câmara dos Deputados, que logo se esvaziaria diante das eleições que se aproximavam. Entre lideranças de outras legendas, como o Partido Social Progressista (PSP), o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e o Partido Democrata Cristão (PDC), a exposição do postulante motivou homenagens e adesões (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 12).

O deputado Aurélio Viana (PSB-AL) elogiou Brochado da Rocha “por não prometer milagres” e criticou a implantação do sistema parlamentarista na crise de 1961. Essa posição não foi compartilhada por Pedro Aleixo (UDN-MG), que defendeu o sistema de gabinete, e por Raul Pilla (PL-RS), que acusava Jango de ter “violado as regras” do parlamentarismo, ao indicar San Tiago Dantas sem consultar os partidos e agenciar a aprovação de Auro de Moura Andrade sem lhe dar condições de governabilidade. O líder do PL negou os votos dos componentes de sua sigla ao contrarrazão, o que não interferiu no placar (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 12).

Segundo o periódico, naquele momento, o Congresso estava dividido em três correntes: os “transigentes”, “para os quais qualquer nome” a ser indicado por Jango para a presidência do Conselho de Ministros “serviria”, desde que os impasses fossem rapidamente resolvidos; os “radicais”, “que queriam a liquidação plena e total do parlamentarismo” através de uma nova emenda ou pelo referendo, cuja data deveria ser “antecipada por quaisquer meios e modos”; e os “parlamentaristas intransigentes”, grupo minoritário que queria “preservar o atual sistema”, sem que houvesse qualquer delegação de poderes ou fortalecimento de João Goulart (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 14).

As Forças Armadas, entendidas pela revista como as grandes responsáveis pela alteração administrativa, um ano após a crise que elas mesmas incitaram, pareciam, de acordo com Raimundo Magalhães Júnior (1962b, p. 14), estarem convencidas da “impraticabilidade do parlamentarismo, na forma em que ele fora promulgado”. De acordo com o jornalista, os militares viram “o país paralisado, enquanto os antagonismos políticos se exacerbavam, as agitações cresciam, os problemas se tornavam mais agudos” e as dificuldades do povo “ameaçavam levá-lo ao desespero”. Além disso, havia forte preocupação quanto à “preservação do princípio da autoridade”.

A queda do primeiro Conselho de Ministros implicou, outrossim, na vacância dos ministérios militares. Antes da demissão geral, contudo, Tancredo Neves nomeou subsecretários para responderem pelos expedientes das pastas (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962a, p. 8). Destarte, enquanto o novo governo não se instalasse, as instâncias não ficariam desassistidas, na letra prevista pela Emenda Constitucional nº 4. Segundo o semanário carioca, a presença dos subsecretários nos ministérios militares não foi bem recebida pelos oficiais-generais, que resistiam à autoridade dos encarregados ou não a reconheciam (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 14).

Manchete avaliava que, assim como acontecia com os parlamentares, as Forças Armadas se dividiam em três correntes. A primeira, considerada “avançada”, era a favor das reformas de base. Já a segunda, “moderada”, admitia “certas reformas”, desde que não fosse afrontado o “direito adquirido” e não se admitisse “a dissolução do vínculo conjugal” no capítulo constitucional que versava sobre a organização da família. A terceira era definida como “conservadora ou tímida”, ao pouco ou nada convir com as reformas, “acreditando que não há outros problemas além dos de disciplina e trabalho” no país. Todas, porém, se alinhavam na percepção de que era necessário antecipar o referendo sobre os sistemas de governo (MAGALHÃES JÚNIOR, 1962b, p. 14).

Deixando temporariamente as tensões de lado, *Manchete* focou na ascensão de Francisco Brochado da Rocha, celebrando-o por sua biografia. Fernando Pinto (1962b, p. 16) fundamentou sua reportagem em elogios de pessoas não identificadas pelo nome, as quais exaltavam a imagem do político. As opiniões de um “velho escrevente do foro”, de uma professora e de um parlamentar do

Rio Grande do Sul imprimiram tons de confiança e admiração ao premiê, lembrado por suas atividades laborais e públicas. O jornalista, desse modo, construiu um estilo de texto que flertava com o literário, posto que esses pareceres não podem ser comprovados jornalisticamente por terceiros, em razão do anonimato dos testemunhos.

Os predicados listados por esses elementos indiretos e anônimos credenciavam o político, em sua vida pública, como um “notável administrador”, comparável ao governador de São Paulo, Carvalho Pinto (PDC)⁷. A matéria, igualmente, expressou simpatia à “senhora Brochado da Rocha”, retratada ao lado do marido por Jankiel, em foto que ocupou uma página inteira. A esposa do presidente do Conselho de Ministros, que não teve seu nome citado na matéria, “viajou com o marido para Brasília e acompanhou, passo a passo, sua vitoriosa batalha parlamentar” (PINTO, 1962b, p. 16-17). Três semanas mais tarde, Jurema Caruso da Rocha, a “senhora Brochado da Rocha”, concedeu uma entrevista para Murilo Melo Filho.

O jornalista, que não assinou reportagens durante a nova crise, demonstrou em suas perguntas empenho em conhecer aspectos da vida pessoal e profissional do premiê e de sua família, utilizando Jurema como fonte. “A nova dama do Ipê”, como foi chamada pelo repórter, posou para uma fotografia junto a duas crianças⁸, lendo um exemplar de *Manchete* (ROCHA, 1962, p. 66-67) – mais precisamente o nº 535, nas páginas 16 e 17, onde ela aparecia ao lado do esposo, no dia da apresentação dele aos deputados (PINTO, 1962b, p. 16-17). Na entrevista, Jurema Caruso da Rocha relatou que a indicação de Francisco Brochado da Rocha por João Goulart foi inesperada e causou uma “surpresa agradável” ao casal (ROCHA, 1962, p. 66).

⁷ Até com certa insistência, *Manchete* se mostrou interessada na corrida eleitoral do estado de São Paulo, disputada entre três fortes candidatos: Ademar de Barros (PSP), Jânio Quadros (PTN) e José Bonifácio Coutinho Nogueira (UDN). O hebdomadário deu grande atenção a esse último, representante da situação. Ao mesmo tempo, foram publicadas extensas reportagens que exaltavam os feitos de Carvalho Pinto no governo.

⁸ Na imagem, Jurema Caruso da Rocha estava acompanhada de um menino e uma menina, que não tiveram suas identidades informadas na matéria, mas foram distinguidas como “filhos” do casal. Na verdade, Francisco e Jurema eram pais de um único filho, Otávio Francisco Caruso da Rocha (KORNIS, 2009), que apareceu em uma foto menor, em companhia da mãe. Descrito como “o filho mais velho” do casal, Otávio tinha 28 anos e, assim como pai, era formado em Direito. Outras informações a respeito do tema carecem de maiores investigações.

A esposa do premiê observava com naturalidade o ritmo de trabalho dele, cuja rotina já era bastante intensa em Porto Alegre, “guardadas as devidas proporções”. Desde que assumiu sua nova função, conforme ela, o primeiro-ministro se levantava às seis da manhã e seguia acordado, trabalhando, até frequentemente duas horas da manhã. Ela ressaltava, no entanto, que ele tinha boa saúde e se recuperava bem após poucas horas de repouso, adaptando-se com sucesso ao clima de Brasília, cuja construção foi por ela elogiada. “É um homem encantador, boníssimo, tranquilo, afável, de grande coração e bondade”, garantia a entrevistada sobre o esposo, revelando, outrossim, a fé católica do político, devoto de Nossa Senhora de Fátima (ROCHA, 1962, p. 66).

Em 28 de julho de 1962, *Manchete* publicou uma matéria sobre a nova equipe ministerial. Repetindo seu procedimento ante a instalação do gabinete Tancredo Neves, o semanário elaborou pequenas biografias dos ministros, frisando que alguns deles já haviam sido empossados e estavam trabalhando (MELO FILHO, 1962d, p. 68-69). De acordo com Murilo Melo Filho (1962d, p. 67), a constituição do gabinete “ensejou uma trégua” nos conflitos, com a abertura de um “crédito de confiança” ao premiê. Jango e Brochado da Rocha estavam em “completo entrosamento” – algo corroborado pela principal fotografia da reportagem, a evidenciar os “primeiros abraços do segundo gabinete” –, fator entendido como benéfico à gestão.

Conforme o jornalista, o governo de Brochado da Rocha teria a favor de si uma pretensa “liberdade de agir”, influenciada pela prioridade dada pelos congressistas às eleições. Em contrapartida, ele julgava que o novo Conselho de Ministros era um “gabinete provisório”, “com curto prazo de vida”, podendo “sobreviver” até, “no máximo”, 15 de março de 1963, quando os parlamentares eleitos em outubro de 1962 tomariam posse e constituiriam o “gabinete definitivo”. Para o repórter, uma virtual vitória do presidencialismo no referendo, ainda sem data para acontecer, transformaria o parlamentarismo, os gabinetes e a Emenda Constitucional nº 4 em meras “recordações de um ano e meio de pesadelos” (MELO FILHO, 1962d, p. 67).

Da lista veiculada, dois ministros não chegaram a tomar posse. José Ermírio de Moraes, apontado para o Ministério da Indústria e Comércio, optou por concorrer ao Senado, pelo estado de

Pernambuco (PANTOJA, 2009). Já o médico Marcolino Candau não assumiu o Ministério da Saúde, permanecendo à frente da Organização Mundial da Saúde (OMS) como diretor-geral (POSTO DE ESCUTA, 1962b, p. 23). As pastas seguiram aos cuidados de seus subsecretários. Há ainda, na historiografia, muitas informações desconhecidas sobre a composição do governo de Brochado da Rocha, principalmente com relação a esses ministérios.

Outros dois ministros tiveram suas adesões ao governo notabilizadas em entrevistas concedidas a Murilo Melo Filho. Na primeira delas, o jornalista conversou com o chanceler Afonso Arinos, que retornava ao posto que ocupou na gestão de Jânio Quadros, assegurando que a política externa brasileira seguia os rumos corretos (ARINOS, 1962, p. 28). Senador licenciado pela Guanabara e filiado à UDN, Arinos era um exímio defensor do parlamentarismo (SILVA, 1989, p. 21). Essas facetas, contudo, não foram exploradas pelo repórter, que preferiu dar atenção ao planejamento do trabalho do ministro, considerando fatos recentes a envolverem países, como o Peru, que havia sofrido um golpe de Estado há poucos dias.

Com o intuito de eliminar polêmicas a respeito da Política Externa Independente, que seguia enfrentando relutâncias nos setores conservadores, o ministro evitava classificar as práticas da chancelaria por sua “independência” ou “neutralismo”, embasando seus planos em um “trinômio”: a busca pela “personalidade nacional”; a contribuição do Brasil com a “paz mundial”, com oposição “a todo tipo de ensaios nucleares”; e a luta pelo “progresso social”, que, a seu ver, ganharia novo vigor com a realização do Concílio Ecumênico da Igreja Católica, que retiraria “a reforma social da área revolucionária, insuflando confiança e tranquilidade a centenas de milhões de homens” (ARINOS, 1962, p. 26-29).

Em 1962, o Ministério das Relações Exteriores permanecia no município do Rio de Janeiro. Afonso Arinos não via problema nisso, sustentando-se em um pensamento de Francisco Brochado da Rocha, que percebia que, “estando as embaixadas no Rio, seria conveniente que o Itamaraty não se transferisse agora, completamente, para Brasília”. Ademais, a nova sede ministerial se encontrava em estágio bastante inicial de construção. Segundo o ministro, uma linha direta de telex seria

instalada entre seu escritório e o gabinete do primeiro-ministro, dinamizando o contato entre o premiê e o chanceler (ARINOS, 1962, p. 29)

Mais tarde, o jornalista apresentou o novo ministro da Educação e Cultura, Roberto Lyra, com extensa trajetória acadêmica no campo do Direito. Para Melo Filho, Lyra era “uma das figuras mais discutidas do atual governo”, por sua disposição em dar sequência à transferência da sede do Ministério para Brasília, em atendimento à lei. Na entrevista, o ministro externou admiração pelo socialismo e afeição pelo Rio de Janeiro, procurando diminuir desconfianças contra suas ações na administração, listando os órgãos ligados à pasta que se manteriam na antiga capital e os que se mudariam para a nova (LYRA, 1962, p. 32-33).

Segundo a versão on-line do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, em verbete não-creditado, Roberto Lyra negociou com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a suspensão de uma greve nacional de universitários, deflagrada durante os protestos de 1962 (ROBERTO..., 2009). O ministro revelou para *Manchete* que visava introduzir os estudantes nos Conselhos Universitários, ofertando-lhes “representação com voz e voto”. Preocupado com o analfabetismo, comprometia-se com programas já preparados, dizendo que “não estaria sendo sincero se traçasse planos de longo curso” (LYRA, 1962, p. 33), confirmando nas entrelinhas, a percepção que os próprios ministros tinham sobre a efemeridade da gestão.

Em 18 de agosto de 1962, o semanário carioca publicou ao longo de uma página, duas fotografias e um breve texto, onde se registrou o momento em que Francisco Brochado da Rocha e sua esposa, Jurema, desembarcavam em Porto Alegre, visitando o município pela primeira vez desde que ele assumiu o cargo. Recepcionado por uma multidão, pelo casal Brizola, por integrantes da administração estadual, da Assembleia Legislativa e da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS, atual UFRGS), onde lecionava previamente, o premiê reafirmou que “a delegação de poderes pelo Congresso” era “indispensável à execução de suas tarefas” como chefe de governo (CAMARGO, 1962, p. 18).

Conforme *Manchete*, o governo agia cada vez mais firmemente em prol de sua agenda, em um cenário de incertezas. O TSE delegou definitivamente ao Congresso, a marcação de uma data para o referendo, derrotando a tentativa de Magalhães Pinto (MELO FILHO, 1962e, p. 16-17). De acordo com “Posto de Escuta” (1962b, p. 23), o governador de Minas Gerais e o presidente da República, que não eram aliados políticos, não desistiram de buscar em conjunto, soluções sobre esse tema, reunindo-se por uma nova estratégia. Para Melo Filho (1962f, p. 12-13), tudo dependeria, na realidade, da “cooperação” e da atitude a ser adotada pelos congressistas sobre o assunto.

Os deputados, focados em suas campanhas e distantes de Brasília, dificultavam a formação de quórum para quaisquer deliberações. Suas atividades ficaram restritas ao chamado esforço concentrado, onde vários projetos eram votados em determinado espaço de tempo (MELO FILHO, 1962g, p. 14-15), algo que, naturalmente, enfraquecia o parlamentarismo, altamente dependente das casas legislativas. Mesmo assim, a busca pela delegação de poderes encontrava resistências, sendo afetada pela recepção negativa a um projeto de Lei de Interpretação, oriundo do gabinete, que pedia esclarecimentos sobre a redação do Ato Adicional, imprecisa sobre a data do referendo (ALMEIDA, 1995, p. 137).

O cientista político Alberto Carlos Almeida (1995, p. 136) enfatiza que “as divergências entre gabinete e Parlamento poderiam ter sido contornadas”, mas foram amplificadas pela postura de combate de João Goulart contra o parlamentarismo. Para Murilo Melo Filho (1962g, p. 14-15), todavia, Jango vinha se configurando como uma peça-chave para a harmonização das relações entre as partes, atuando nos bastidores em diálogos com parlamentares, governadores e lideranças partidárias, “salvando a democracia”. As edições de *Manchete*, publicadas durante a vigência do segundo gabinete, continuavam celebrando os atos de Goulart como um líder, alçando-o a um patamar diferenciado, relegando ao primeiro-ministro, um papel secundário (MELO FILHO, 1962g, p. 14-15).

Maria Victoria Benevides (1993) salienta que Brochado da Rocha declarava que se via “impossibilitado de governar” em um sistema de governo “legal”, mas não “legítimo”,

posicionamento igualmente repercutido por *Manchete*, que via coerência no discurso e nas ações do presidente do Conselho de Ministros (MELO FILHO, 1962f, p. 13). Em uma corrida contra o tempo, as relações entre o governo e o Parlamento seguiram cada vez menos amistosas. Líderes sindicais, políticos e militares nacionalistas pressionavam o gabinete no sentido de que continuasse a solicitar a delegação de poderes, propondo a data de 7 de outubro para o referendo, que deveria, portanto, acontecer juntamente com as eleições (KORNIS, 2009).

Em um novo esforço concentrado, iniciado em 10 de setembro de 1962, os deputados “voaram para Brasília”, “abandonando suas campanhas eleitorais” por uma semana para discutirem tópicos de interesse à administração (MELO FILHO, 1962h, p. 16-17). O caráter procrastinatório das disposições dos parlamentares quanto à efetivação dos pedidos de Brochado da Rocha gerou, de acordo com Melo Filho (1962h, p. 18), um “estado de cansaço geral nos partidos, na imprensa, na opinião pública, no governo e no Congresso”, alcançando o máximo do limite aceitável. Os deputados ganhavam, agora, uma chance para concluir esse debate, eliminando-se “rumores de golpe, boatos de subversão, notícias de pânico, perspectivas de caos”.

“Os dias da decisão” culminaram com a queda do gabinete de Brochado da Rocha, em 14 de setembro de 1962. Sem conseguir aprovar suas requisições, o premiê deixou o posto, rumando imediatamente para Porto Alegre (KORNIS, 2009). Uma nova greve geral foi deflagrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que também articulou os atos de julho (FERREIRA, 2003, p. 359). No dia seguinte, o Congresso, sob pressão, autorizou a antecipação do referendo para 6 de janeiro de 1963, encarregando João Goulart de organizar um gabinete interino a vigorar até a data. Hermes Lima (PTB), então ministro do Trabalho, tornou-se o primeiro-ministro, acumulando o cargo de chanceler (KORNIS, 2009).

Uma fotografia da equipe demissionária deixando o Congresso marcou o fim da cobertura a respeito do governo de Brochado da Rocha, com pouco aprofundamento de detalhes. O desfecho dessa nova crise, segundo Melo Filho (1962i, p. 8-13), deixou “limpo”, “o caminho para as reformas”, uma vez que “Jango pode organizar à vontade o novo gabinete, o que já correspondeu a

um ato típico do regime (sic) presidencialista”. Para Justino Martins (1962c, p. 7), o sistema parlamentarista “estava predestinado, no Brasil, à inoperância”. Assim, o modelo administrativo consolidou seu descrédito nas páginas do semanário. O retorno ao antigo sistema de governo já era dado como certo.

Considerações Finais

Ao nos depararmos com a necessidade de melhor entender o período parlamentarista republicano (1961-1963), em virtude de outras pesquisas desenvolvidas, as quais demandavam tais conhecimentos, constatamos duas carências na historiografia relativa a esse espaço temporal. A primeira remete ao desprezo pela experiência administrativa, que, possivelmente por seu fracasso, passa despercebida em alguns trabalhos a abordarem a História do Brasil. O segundo ponto de discórdia se evidencia em um desencontro de dados a respeito de seus partícipes, de maneira especial no que toca aos chefes de governo e às equipes ministeriais.

Como forma de sanar tais discrepâncias, pesquisamos as características do sistema parlamentarista de 1961 em bibliografias e em veículos de comunicação social. Por fim, elegemos a revista *Manchete* como fonte, por já trabalharmos com ela em outros contextos, muitos dos quais similares ou convergentes aos nossos anseios acadêmicos. O uso de uma única fonte, obstáculo imposto pelo volume de informações obtidas e pelo limite de tamanho do artigo elaborado, não impõe demérito aos nossos resultados – muito pelo contrário.

Dessa experiência, concluímos que a apresentação de variadas personalidades da política em tintas positivas combinava perfeitamente com o estilo do hebdomadário da Bloch Editores, que preferia celebrar o alvo de suas atenções. A operação da imprensa no contexto se desenvolvia de modo mais saliente, com menor influência da camuflagem da fictícia “objetividade” ou “imparcialidade”, que se interpôs nos veículos de comunicação social nos anos porvindouros. Os

dados e os posicionamentos de *Manchete* acerca dos temas aqui pormenorizados contribuem, outrossim, para o direcionamento de novas pesquisas afins.

Ao mesmo tempo em que políticos eram enaltecidos como pessoas, fossem quem fossem, algumas de suas ideias, entendidas como controversas, encontravam pontuais oposições no discurso da revista, com críticas sutis. Era o que acontecia com o sistema de governo parlamentarista. Combatido por personagens, como Juscelino Kubitschek, pessedista, presidencialista e detentor de uma indisfarçada amizade com Adolpho Bloch, o sistema de gabinete teve dificuldades em ser absorvido pela linha editorial do semanário.

Quanto às esferas de poder, *Manchete* difundia sem rodeios a liderança de João Goulart, pouco afinado com sua orientação política, mas empenhado na restauração do presidencialismo. Na visão do semanário, se o parlamentarismo não era um sistema ruim, ele estava, ao menos, deslocado na organização política e administrativa brasileira, assumindo o papel de culpado pelas crises e pela insatisfação popular. A revista, ao velar pela moderação e pela transigência, discordava das atitudes, mas não insultava a pessoa por trás delas.

Nos conteúdos de *Manchete*, percebe-se também que suas datas de fechamento e de capa tornavam algumas de suas análises defasadas jornalisticamente. Acontecimentos de rápida conclusão perdiam suas feições de novidades, ante a ausência de celeridade na apresentação de seu produto. Tal fator – observado, por exemplo, nos desfechos da crise institucional de 1961 e na rejeição ao nome de San Tiago Dantas pela Câmara – não afeta, contudo, a pesquisa histórica, tendo provavelmente se tornado um inconveniente maior para os donos das bancas que vendiam exemplares da revista e para o grupo que a editava e a imprimia.

Detecta-se, igualmente, uma vultosa preocupação dos jornalistas do semanário com a “opinião pública”. Se, por um lado, diziam captar os pensamentos do povo, por outro, tentavam interferir e formar o mesmo através de uma seleção de prioridades, em um exercício manipulativo típico da imprensa. Apesar da efervescência de temas conexos ao entretenimento, a editoria de

política se manteve atenta às configurações advindas da troca do Conselho de Ministros e das ações do novo gabinete, conservando seu espaço.

O parlamentarismo proporcionou a ascensão ao poder de Francisco Brochado da Rocha, que não fazia parte do catálogo de notáveis, tão variado como exótico, de *Manchete*. Para a revista, a coerência do premiê se nutria na insistência com que solicitava a conclusão de suas demandas. A delegação de poderes e a antecipação do referendo ganharam objeções tardias dos deputados, em um cenário marcado pelo descrédito popular sobre a classe política e pela tutela militar, indesejáveis permanências no panorama brasileiro. Tão efêmera quanto a existência do segundo gabinete foi a presença do político sul-rio-grandense nas páginas da revista e na vida pública nacional.

O segundo premiê republicano faleceu em 26 de setembro de 1962, apenas doze dias após deixar a presidência do Conselho de Ministros. A repentina morte de Francisco Brochado da Rocha, aos 52 anos, recebeu uma cobertura fotográfica que expressa, mais em imagens do que em palavras, o sentimento de seus conterrâneos, reunidos em multidão no cortejo fúnebre do político (AVELINO, 1962, p. 118-119). A tristeza de sua família também se notabilizou na seleção das fotografias – sem polêmicas, sem prejuízo a terceiros. *Manchete* ajuda a entender nuances do período parlamentarista de 1961-1963, assunto de peculiar complexidade que merece ser ainda mais explorado pela pesquisa histórica.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

13 À MESA. **Manchete**, nº 492, 23 set. 1961, p. 24-25.

ANDRADE, Auro de Moura. Por que renunciei – Entrevista concedida a Fernando Pinto. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962, p. 18-19.

ARINOS, Afonso. O Itamaraty está certo – Entrevista concedida a Murilo Melo Filho. **Manchete**, nº 537, 4 ago. 1962, p. 26-29.

AVELINO, José. Brochado: Último ato. **Manchete**, nº 547, 13 out. 1962, p. 118-119.

- CAMARGO, Carlos. O Rio Grande recebeu com entusiasmo o novo *premier*. **Manchete**, nº 539, 18 ago. 1962, p. 18.
- CLAUDIUS. Claudius e o novo gabinete. **Manchete**, nº 534, 14 jul. 1962, p. 106.
- CLAUDIUS. Parlamentarismo. **Manchete**, nº 492, 23 set. 1961, p. 106.
- EXPEDIENTE. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962, p. 9.
- LYRA, Roberto. Um programa em três letras: ABC – Entrevista concedida a Murilo Melo Filho. **Manchete**, nº 539, 18 ago. 1962, p. 32-33.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. O novo gabinete será forte e terá delegação de poderes, conferida pela Câmara dos Deputados, para fins específicos. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962b, p. 12-15.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. San Thiago: Teste de Jango. **Manchete**, nº 533, 7 jul. 1962a, p. 6-9.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Um salto sobre o abismo: Brasil, República parlamentarista. **Manchete**, nº 491, 16 set. 1961, p. 36-39.
- MAGALHÃES PINTO, José de. Urgência para o plebiscito – Entrevista concedida a Artur de Sousa. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962, p. 18-19.
- MARTINS, Justino. Conversa com o leitor. **Manchete**, nº 534, 14 jul. 1962a, p. 7.
- MARTINS, Justino. Conversa com o leitor. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962b, p. 9.
- MARTINS, Justino. Conversa com o leitor. **Manchete**, nº 545, 29 set. 1962c, p. 7.
- MELO FILHO, Murilo. Agosto: mês dramático. **Manchete**, nº 539, 18 ago. 1962e, p. 16-17.
- MELO FILHO, Murilo. História secreta da crise. **Manchete**, nº 492, 23 set. 1961, p. 26-29.
- MELO FILHO, Murilo. Jango quer San Thiago. **Manchete**, nº 532, 30 jun. 1962c, p. 102-103.
- MELO FILHO, Murilo. Jango salvou a democracia. **Manchete**, nº 541, 1 set. 1962g, p. 14-15.
- MELO FILHO, Murilo. Jango: “Agora vamos arregaçar as mangas”. **Manchete**, nº 545, 29 set. 1962i, p. 8-13.
- MELO FILHO, Murilo. O dia D do gabinete. **Manchete**, nº 527, 26 maio 1962a, p. 18-19.
- MELO FILHO, Murilo. O gabinete não cairá, sairá. **Manchete**, nº 529, 16 jun. 1962b, p. 26-27.
- MELO FILHO, Murilo. Os dias da decisão. **Manchete**, nº 544, 22 set. 1962h, p. 16-18.
- MELO FILHO, Murilo. Plebiscito ou caos. **Manchete**, nº 538, 11 ago. 1962f, p. 12-13.
- MELO FILHO, Murilo. Primeiros abraços do segundo gabinete. **Manchete**, nº 536, 28 jul. 1962d, p. 66-69.

MELO FILHO, Murilo; PINTO, Fernando. A hora da decisão. **Manchete**, nº 491, 16 set. 1961, p. 30-35.

NEVES, Tancredo. O novo regime fará as reformas – Entrevista concedida a Murilo Melo Filho. **Manchete**, nº 495, 14 out. 1961, p. 10-13.

NEVES, Tancredo. Reforma ou guerra civil – Entrevista concedida a Fernando Pinto. **Manchete**, nº 534, 14 jul. 1962, p. 14-15.

PINTO, Fernando. Dois gaúchos no poder. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962a, p. 10-11.

PINTO, Fernando. O terceiro homem. **Manchete**, nº 535, 21 jul. 1962b, p. 16-17.

POSTO DE ESCUTA. **Manchete**, nº 531, 23 jun. 1962a, p. 92-93.

POSTO DE ESCUTA. **Manchete**, nº 538, 11 ago. 1962b, p. 22-23.

RAMOS, Ruy. A reforma da reforma – Entrevista concedida a Raimundo Magalhães Júnior. **Manchete**, nº 494, 7 out. 1961, p. 28-30.

ROCHA, Jurema Caruso da. A nova dama do Ipê – Entrevista concedida a Murilo Melo Filho. **Manchete**, nº 538, 11 ago. 1962, p. 66-67.

SOUSA, Artur de; PINTO, Fernando. Novo governo, novas esperanças. **Manchete**, nº 534, 14 jul. 1962, p. 8-13.

2. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alberto Carlos. O período parlamentarista republicano: instituições híbridas e oposição ao sistema de governo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 4/5, p. 131-148, 1995.

ANGELI, Douglas Souza; ALVES, Samuel da Silva. **Imagens da política na experiência democrática: o acervo de fotografias de Francisco Brochado da Rocha (1945-1962)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)**. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENEVIDES, Maria Victória. O Plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963. **Lua nova, revista de cultura e política**. Estado reforma e desenvolvimento. n. 28/29, p. 75-83, 1993.

BILUCZYK, Roberto. **Da Constituinte ao Plebiscito**: discussões e representações sobre formas e sistemas de governo nas revistas *Manchete* e *Vêja* (1987-1993). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021. 269f.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961. Institui o Sistema Parlamentar de Governo. Disponível em: Acesso em: 1 out. 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CONY, Carlos Heitor. A linha da revista. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (orgs.). **Aconteceu na Manchete**: as Histórias que Ninguém Contou. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 57-76.

ESTEVES, Eunice Maria de Souza. **O Pensamento Parlamentar e o Parlamentarismo no Brasil (1946-1961)**. Brasília: Fundação Pró-Memória, 1984.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-417.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**: da Morte de Vargas aos Dias Atuais. São Paulo: Contexto, 2016.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus. **O plebiscito e as formas de governo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GONÇALVES, José Esmeraldo; MUGGIATI, Roberto. A Janela do Russell. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (Orgs.). **Aconteceu na Manchete**: as Histórias que Ninguém Contou. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 21-53.

KIEFFER, Tiago de Moraes; ASTURIAN, Marcos Jovino. O Partido Social Democrático Autonomista (PSDA): apontamentos preliminares de pesquisa. **Aedos**, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 35-53, dez. 2018.

KORNIS, Mônica. Francisco de Paula Brochado da Rocha. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUGGIATI, Roberto. A torre de papel. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (Orgs.). **Aconteceu na Manchete**: as Histórias que Ninguém Contou. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 77-100.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **“Aconteceu: Virou Manchete”**: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 146f.

PÁDUA, Gesner Duarte. Manchete: a cortesã do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 2, p. 213-222, 2013.

PANTOJA, Sílvia. José Ermírio de Moraes. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

PEREIRA, Andre de Souza. Passo Fundo na Campanha da Legalidade: a mobilização popular através da imprensa. In: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinicius. **Passo Fundo: Estudos Históricos**. Passo Fundo: Acervus, 2019, v. 1, p. 303-330.

ROBERTO Tavares de Lyra. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

SILVA, José Afonso da. Presidencialismo e Parlamentarismo no Brasil. **Revista de Ciência Política**, v. 33, n. 1, p. 9-32. nov./jan. 1989/1990.

Rosália Sandoval: a poetisa do Norte sob a égide do “espírito feminino” (Maceió-AL, 1888-1953)

Rosália Sandoval: the poetess of the North under the aegis of the
“feminine spirit” (Maceió-AL, 1888-1953)

Roberta Sodó

Graduanda em História
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
robertasodo7@gmail.com

Recebido em: 07/10/2021

Aprovado em: 15/11/2021

Resumo: Este texto concentra-se em alguns aspectos da vida e da obra da poetisa maceioense Rita Souza de Abreu, ou Rosália Sandoval, como era conhecida do público leitor de jornais entre os séculos XIX e XX. Tal direcionamento é tomado, sobretudo, porque Rosália Sandoval teve participação significativa na imprensa feminina de Maceió-AL, tema sobre o qual tenho me debruçado nos últimos anos. Conforme desejei fazer, as escritoras e produtoras de jornais são um tema específico da pesquisa, que busca tecer uma história da ação feminina e feminista no campo das letras e do jornalismo de Maceió, na segunda metade do século XIX. Trata-se, portanto, das primeiras investigações e ideias desenvolvidas pela análise dos rastros deixados nos jornais, os quais constroem a imagem de uma grande poetisa do Norte do Brasil. Quanto aos aspectos teóricos, a condução da pesquisa é afinada com as abordagens feministas da história, também aos estudos de *gênero* numa perspectiva *interseccional* (SCOTT, 1995; NICHOLSON, 2000; CRENSHAW, 2002; RUBIN, 2003).

Palavras-chave: Rosália Sandoval; Imprensa feminina; Feminismo.

Resumen/Abstract: The text focuses on some aspects of the life and work of maceioense poet Rita Souza de Abreu, or Rosália Sandoval, as she was known by newspaper readers between the 19th and 20th centuries. I choose this path above all, because Rosalia Sandoval participated in the production of women's newspapers in Maceió-AL, the type of press that I have been focused in recent years. As I wanted to make in this way, the Newspaper's writerses and producers are a specific theme of this research that has a story about the female and feminist action on the Maceió's in a second half of the 19th century. We will, therefore, deal with the first investigations and ideas developed from the analysis of the traces left in newspapers, which builds the image of a great poetess from Northern

Brazil. As for the theoretical aspects, my approach is in line with feminist studies of history, as well as gender studies in an intersectional perspective (SCOTT, 1995; NICHOLSON, 2000; CRENSHAW, 2002; RUBIN, 2003).

Palabras clave/Keywords: Rosália Sandoval; Women's press; Feminism.

Introdução

Nos últimos anos me deparei com um significativo número de impressos produzidos na segunda metade do século XIX, voltados ao público feminino de Alagoas¹. Apesar de algumas mulheres envolvidas com esta imprensa serem conhecidas, ou melhor, não serem completamente ignoradas em produções acadêmicas, todo o movimento em torno dos periódicos femininos do estado esteve longe de ser objeto de estudo historiográfico até agora. Despertada a curiosidade e o sentimento que a ação de mulheres no passado de Alagoas tem relevância para o tempo presente, iniciei o mapeamento e leitura da imprensa feminina das cidades de Penedo e Maceió, as únicas até o momento onde foi demonstrado existir tais periódicos. O modo como estas fontes serão abordadas se deve, em muitos aspectos, à participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o GEPHGS, coordenado pelo professor Dr. Elias Ferreira Veras. Com o apoio do grupo e os resultados de minhas pesquisas, considerei escrever individualmente a respeito de cada uma das mulheres que se destacaram por sua escrita e pela produção de jornais femininos em Alagoas. Desse modo, este artigo discorre sobre Rosália Sandoval, criadora e redatora do jornal *O Rosal* (1903).

O levantamento de fontes sobre a poetisa foi possível graças ao mecanismo de busca por *palavras-chave* nos conteúdos dos periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). Apesar dos limites encontrados, visto que muitos impressos foram perdidos ou não se encontram digitalizados, o tipo de pesquisa permitiu com significativo êxito produzir esta narrativa histórica.

¹ A imprensa feminina surgiu na Inglaterra ao fim do século XVII, período em que a imprensa periódica encontrava rápida expansão no Velho Mundo (BUIIONI, 1981). Ela consiste, a grosso modo, em impressos criados para mulheres. No Brasil, os primeiros periódicos dessa linha foram criados no início do século XIX, enquanto em Alagoas, apenas na segunda metade deste mesmo século (DUARTE, 2016).

Foram mapeados uma variedade de jornais que possuem mais de 120 (*cento e vinte*) menções à poetisa do Norte. Eles registram o período dos seus primeiros versos aos seus últimos anos de vida, entre 1888 e 1953. Entre eles se destacam os jornais do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, com metade dessas aparições de Rosália Sandoval. Outro elemento importante foram as referências bibliográficas sobre a escritora, que tornaram acessíveis outros dados e visões sobre sua vida e obras literárias. São poucos textos, publicados em forma de artigo, monografia ou dissertação, mas que auxiliaram de forma significativa, sobretudo, pela indicação de outras fontes que em meio a pandemia do Covid-19 não foram possíveis de acessar (OLIVEIRA, 1997, 2000; MADEIRA, 2015).

Em linhas gerais, a pesquisa revelou que o “reconhecimento” de Rosália Sandoval na imprensa esteve sempre condicionado ao seu “enquadramento” ao feminino.² Sob a proteção do “espírito feminino”³, ela pôde ser reconhecida como educadora e poetisa. Entretanto, não devemos reduzi-la à reprodução fiel das normas de gênero⁴ e aceitar que estas são forças inescapáveis. Dito de outro modo e com a ajuda de Michel Foucault (2013, p. 105): “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Rosália Sandoval, assim como várias outras mulheres que se arriscaram no campo das letras e do jornalismo no século XIX, encontraram maneiras de sobreviver ao mesmo tempo que iam conquistando novos espaços e experimentando liberdades. Ainda que essas ações sejam diferenciais,

² Segundo a lógica da divisão sexual, apenas duas identidades sexuais são possíveis de serem vividas: macho/fêmea; homem/mulher. Para justificar esta ideia se recorre à diferença biológica dos corpos (cromossomos, hormônios, fenótipo, etc.). Também é comum à via religiosa. O catolicismo, religião oficial do Estado até a primeira Constituição Republicana em 1891, coloca na origem da vida humana a criação divina de Adão e Eva. A essência produzida por estes discursos, (re)alimenta a produção hegemônica de comportamentos generificados. Elas supõem “que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma” (LOURO, 2000, p. 8). O feminino e o masculino estão “enquadrados” por estes “regimes epistemológicos”, que determinam quem poderá ser reconhecido como homem ou mulher, estas condições são históricas e sujeitas às disputas de poder (BUTLER, 2015).

³ O “espírito feminino” neste trabalho, demarca a existência de discursos essencializadores da identidade feminina (estão presentes no regime jurídico, religioso, médico), que além de centrados na diferença biológica, atribuem uma natureza dócil, recatada, amorosa e maternal às mulheres. Esses significados são antes um desejo, um vir a ser, do que um dado intrínseco aos corpos (NICHOLSON, 2000).

⁴ Tomada como “o normal”, a diferença sexual é interiorizada pelas sujeitas que são, desde o nascimento, ensinadas quais os comportamentos e desejos corretos ao seu sexo, também àqueles que serão passíveis de punição (FOUCAULT, 2014). Fazer este tipo de relação é possível através do uso do gênero como ferramenta de análise histórica, à medida que desnaturaliza os lugares sociais pautados na diferença sexual (SCOTT, 1995).

pelas condições diversas em que se encontravam na estrutura patriarcal, racista, classista e sexista do Brasil, construíram uma rede de contestação da desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo no que diz respeito ao acesso à educação.

A posição de Rosália Sandoval nas estruturas mencionadas não lhe concedeu quantificáveis privilégios: pessoa negra, de origem humilde, recorreu à docência para viver por sua própria conta. Não passou ilesa às dificuldades e aos limites colocados ao seu corpo lido como feminino. O desconforto surge, inclusive, pelo questionamento de sua “honra” através de fuxicos. A cidade de Maceió, como sua terra natal e lugar onde passou a maior parte de sua juventude, se mostrou vigilante aos comportamentos, evidenciando a existência de um “dispositivo”⁵ de gênero e sexualidade que visava manter as relações hierárquicas entre os sexos.

A primeira parte deste artigo apresenta Rosália Sandoval e faz alguns apontamentos sobre a sua relação com a cidade de Maceió, capital alagoana acusada em jornais do Sul de ter costumes provinciais incompatíveis com os avanços da intelectualidade e das artes. Também interessa compreender a expressão de Rosália Sandoval no campo literário, suas reivindicações e desejos, assim como as conexões que buscou com poetisas e poetas latino-americanas/os. Para finalizar, farei uma breve descrição da participação de Rosália Sandoval na imprensa, como colaboradora de jornais femininos e criadora de *O Rosal* (1903), uma pequena revista literária consagrada à mulher alagoana. O foco será demonstrar como a modalidade de impressos para o público feminino e a escrita de mulheres serviram para dar vazão a desejos e lamentos, através de diferentes textos que à primeira vista pareciam despretensiosos, mas que, na verdade, de forma subentendida (nem sempre), questionavam os costumes e valores de uma sociedade patriarcal e cisheterossexista⁶. Essa “vontade de dizer” atravessa as fronteiras do local e do regional — no caso de Rosália Sandoval também as fronteiras nacionais — abrindo possibilidades de novas construções do feminino (CARVALHO,

⁵ “Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode manter entre esses elementos” (FOUCAULT, 1993, p. 244).

⁶ União das opressões que atinge mulheres, pessoas trans*, gays, lésbicas, não-binárias, assexuais, bissexuais, intersexo, etc. Em contrapartida, reforçam o lugar privilegiado do homem cisheterossexual.

A poetisa e a “cidade provinciana”

Tendo em vista o grande número de pessoas que não conhecem Rosália Sandoval, é justo fazer as apresentações. Obviamente, só é possível fazê-lo na medida do que permitem as fontes históricas. O conjunto documental levantado tem alcance limitado ao que está disponível em formato digital, e algumas imprecisões pairam também sob a bibliografia consultada. Rita de Souza Abreu, talvez tenha nascido num dia de abril (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/04/1920, p. 3), mas certamente antes de 1883, ano de nascimento de seu irmão mais novo, Sebastião de Abreu. Pela proximidade que tinha com este irmão, é possível que suas idades fossem próximas. Reforça esta ideia um relato da própria poetisa, que diz não ter memórias sobre sua mãe, Epifânia de Pontes Abreu, falecida pouco tempo depois do nascimento de Sebastião. Seu pai foi o major do exército Felipe Sant'Iago de Abreu, condecorado como herói da Guerra do Paraguai, da qual participou como voluntário.

É provável que esta memória de herói do seu pai lhe tenha concedido de algum modo uma abertura na imprensa republicana para publicar suas composições. Por ser órfã desde muito cedo, sem família que a acolhesse e protegesse, mulher solteira, sem patrimônio para sustentá-la, Sandoval tornou-se vulnerável à calúnia dos valores patriarcais, pelos quais a mulher era objeto de constante desconfiança, tanto moral quanto intelectual (MADEIRA, 2015, p. 335) [tradução livre]⁷.

Assim como Epifânia de Pontes Abreu, o pai de Rosália Sandoval faleceu sem ver a maturidade da filha, restando os laços familiares com seus irmãos Emygdio José de Abreu, Rosalvo de Abreu e Sebastião de Abreu, deste último foi especialmente mais próxima. Na verdade, falar da poetisa do Norte em um texto histórico sem citar seu irmão mais novo é tarefa quase impossível.

⁷ “Es probable que esta memoria de héroe de su padre le haya concedido de algún modo una abertura en la prensa republicana para publicar sus composiciones. Entretanto, el hecho de ser huérfana muy temprano, sin familia que la acogiese y resguardase, mujer soltera, sin un patrimonio que la sustentase, Sandoval se volvió vulnerable a las maledicencias de los valores patriarcales, para los cuales la mujer era algo de constante de desconfianza tanto moral cuanto intelectual” [original].

Não porque desejamos repetir o controle patriarcal sobre os corpos das mulheres, visto na forma que elas são nomeadas nos jornais, sempre associadas ao nome do pai, primos, irmãos, marido ou cunhados. Antes, porque a morte precoce de Sebastião de Abreu, causada por uma pneumonia em 1909, foi repetidas vezes usada como justificativa para a reclusão e tristeza da poetisa. Da morte de Sebastião de Abreu em diante, Rosália Sandoval deixou os convívios da cidade de Maceió, realizando apenas os trabalhos como docente e poetisa. Além do amor que nutria pelo irmão, pois demonstrou isso em vários momentos de sua escrita, ou pela tristeza que sua morte lhe causou, é evidente a inconveniência de aparecer desacompanhada nos círculos sociais da cidade, o que poderia ocasionar, como aponta a pedagoga Maria das Graças Madeira (2015), a desconfiança sobre sua honra e, de um modo geral, o falatório da cidade.

É interessante perceber que em outros lugares, sobretudo no Rio de Janeiro e Pernambuco, Rosália Sandoval é exaltada pela imprensa, mas em Maceió, o mesmo não acontece. Não tinha marido e por isso não constituiu família nos moldes conservadores, situação que parece incomodar crescentemente, à medida em que ela envelhece sem tornar-se mãe e esposa. Para Joana Maria Pedro (1994), que analisou os papéis sociais femininos em Desterro/Florianópolis, no final do século XIX e início do XX,

A honra das famílias, e, no interior delas, a das mulheres, tornou-se um dos alvos visados pelos jornais. Para as mulheres dessas famílias, envolvidas nas disputas políticas, a “honestidade” teria que ser inquestionável. Qualquer “mau passo”, qualquer “deslize” que as tornasse “faladas”, poderia eliminar sua família da arena política. Foi possivelmente por isso, que, neste momento, nas páginas interiores dos jornais, as imagens femininas foram tão abundantes: as mulheres eram um dos pontos-chave no processo de exclusão dos grupos que disputavam o poder local (PEDRO, 1994, p. 55).

Para o caso de Maceió, isto é verdade não somente para as mulheres da elite política e econômica da cidade, mas para qualquer uma que desejasse exercer atividade remunerada e “honesta”, dentro ou fora de casa, e que necessitasse da opinião pública favorável. Para as professoras, por exemplo, a questão é fundamental, pois, é esperado delas uma reputação imaculada. Se a ideia de “espírito feminino” é utilizada para defender a vocação das mulheres para o ensino

público enquanto uma extensão da maternidade, não significa, necessariamente, que estivessem livres para dispensar o matrimônio e a gestação.

Formada pela Escola Normal de Maceió, ao longo de sua vida Rosália Sandoval trabalhou como professora particular e também pública, chegando a dirigir a *Escola Anta de Souza* em 1912, segundo a *Revista Comercial das Alagoas* (31/08/1912, p. 8). Para mais detalhes de sua atuação como docente, podemos contar com a ajuda de Madeira (2015), a qual teve acesso aos registros escolares do Arquivo Público de Alagoas (APA).

No que se refere ao magistério, tornou-se professora primária nomeada pelo Governo do Estado de Alagoas em 1905 para as cidades de Porto de Pedras e União dos Palmares. Em 1905 assumiu o cargo de instrutora primária em Maceió e no ano seguinte foi transferida para Piquete, hoje Ibateguara. Não se sabe por quanto tempo permaneceu professora pública, tendo-se noticiado a seu respeito na direção de escolas particulares, juntamente com Cecília Silva. Um deles foi para o Partenon Alagoano, escola diurna para meninas e jovens de Maceió, que oferecia ensino infantil, fundamental e médio, incluindo piano, música, prendas domésticas e francês, com o método Berlitz. [...] Por volta de 1917 assumiu o cargo de professora, no recém-inaugurado colégio Pritaneu Alagoano, de propriedade de Esmeralda Roza e Silva. Lá ensinou letras e artes junto com Anna Sampaio Duarte, filha de María Lucia, outra escritora e professora alagoana do Brasil-Império (MADEIRA, 2015, p. 336) [tradução livre].⁸

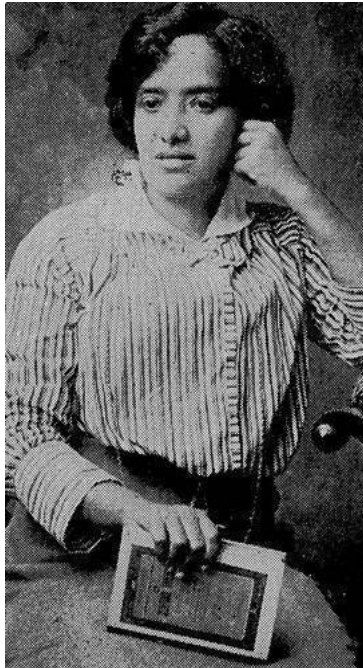
Como a pesquisadora ressalta, Rosália Sandoval nunca permaneceu por muito tempo nas instituições de ensino em que trabalhou, transitabilidade para a qual podem haver muitas razões, até o momento difíceis de definir. Contudo, a educação para meninas e a docência por parte de mulheres era uma reivindicação ressaltada pela imprensa feminina de Alagoas. Longe de ser algo consolidado, escolas para meninas abriam e fechavam com frequência, por escassez de investimentos, professoras

⁸ “En lo que se refiere a la docencia, se convirtió en profesora primaria nombrada por el Gobierno del Estado de Alagoas en 1905 para las ciudades de Porto de Pedras y União dos Palmares. En 1905 asumió un cargo de instrucción primaria en Maceió, y en el año siguiente fue transferida para Piquete, actualmente conocida como Ibateguara. No se sabe por cuánto tiempo ella permaneció profesora pública, dadas las noticias con relación a ella en la dirección de los colegios particulares, juntamente con Cecília Silva. Una de ellas fue al Partenon Alagoano, externado para niñas y jóvenes de Maceió, ofertando el curso infantil, primario y secundario, incluyendo las enseñanzas de piano, música, aprendizaje doméstico y de la lengua francesa, con el método Berlitz. [...] Alrededor de 1917 asumió el cargo de profesora en el recién-inaugurado colegio Pritaneu Alagoano, de propiedad de Esmeralda Roza e Silva. Allí enseñaba letras y artes juntamente con Anna Sampaio Duarte, hija de María Lucia, otra escritora y profesora alagoana de Brasil-Imperio” [original].

ou alunas. Havia ainda muita desconfiança e questionamento da necessidade de educar meninas, ainda mais quando o currículo oferecido pela escola fugia ao que elas “realmente deveriam saber”: como se comportar, cuidados domésticos, costura, bordado e música, sendo o piano o mais admirado pelas elites.

Outro elemento importante diz diretamente sobre a moral de Rosália Sandoval, questionada por suas/seus conterrâneas/os, como a revista *Heliópolis* (1915), da cidade do Recife-PE, permite saber. O texto publicado pela revista consiste numa pequena biografia assinada por Mario Linhares, que sem receios sai em defesa de Rosália Sandoval, porque, “Apesar do cuidadoso recolhimento em que há vivido, não tem faltado à poetisa as increpações malevolentes do despeito insensato” (HELIÓPOLIS, 01/07/1915, p. 14-16). Esta defesa diz mais sobre os olhares da cidade do que sobre as "vergonhas" que Rosália Sandoval poderia ter praticado. Mostra também a preocupação de manter-se longe dos falatórios, que poderiam levar seus escritos e suas atividades como professora ao descrédito. Deveria antes corresponder ao “enquadramento” do feminino que ganhava espaço nos meios intelectuais e literários, de mulher delicada, pura, recatada e maternal, indispensável para a criação dos futuros cidadãos que conduzirão o país. A revista *Heliópolis* traz também uma fotografia de Rosália Sandoval, que pode ser vista abaixo.

Imagem 1: Rosália Sandoval.



Fonte: *Heliópolis: Revista de Artes e Letras*. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216968&pesq=&pagfis=588> Acessado em:
20/08/2021.

Por outro lado, não seria estranho que alguma ação, por mais discreta que fosse, pudesse causar problemas. Ainda mais se estiver relacionada à afirmação levantada pela pedagoga feminista Schuma Schumacher (2004, p. 54), que diz diretamente sobre a sexualidade de Rosália Sandoval. Schumacher, que publicou o livro *Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas*, aponta a existência de “alguns traços do amor entre mulheres” na poesia *Conceito*, de Rosália Sandoval, poesia feita especialmente para o segundo número do *Almanack Litterario Alagoano das Senhoras* (1888-1889). Entretanto, a poesia não diz tanto quanto Schumacher parece querer ver, pois, caso Rosália Sandoval tenha se relacionado amorosamente com mulheres, e até mesmo com homens, o fez silenciosamente, sem que isso ficasse evidente em sua escrita, onde por vezes o eu-lírico expressa sentimentos amorosos por imagens femininas e masculinas. Apesar disso, Rosália Sandoval deveria saber que suas ações dificilmente escapariam à curiosidade e condenação dos maceioenses.

Em *Ninbo de Cobras*, obra do escritor alagoano Lêdo Ivo (1980, p. 32), é insistente a lembrança de que em “Alagoas só os tesouros escondidos pelos holandeses não eram descobertos. Do resto, sabia-se, fosse o nome de um ganhador da loteria ou um incesto”.

Interessante observar que o fuxico em Maceió não é dissonante aos valores hegemônicos das normas de gênero. Em muitas oportunidades, mapeadas, mas extensas demais para caber neste texto, os jornais apontam o fuxico como uma das características do povo alagoano. Este teria predileção pelos assuntos considerados da ordem do pessoal e do privado, em prejuízo daqueles de valor público e político. Por mais que esta seja uma generalidade e a divisão das esferas de ação entre público e privado devam ser entendidas como invenção da modernidade, ela é reforçada no interessante exemplo encontrado no *Semanário Novidade*, de 1931. O texto sem assinatura faz referência ao episódio da exoneração do médico Hermilo de Freitas Melro (1880-1957), primeiro interventor federal em Alagoas depois do golpe de 1930, quando nem mesmo a “própria índole” da população alagoana, em sua predileção pelo fuxico, teria servido para dar atenção ao caso.

Os jornais brasileiros, especialmente os do Rio e Pernambuco, falaram vários dias do «caso político de Alagoas»: a exoneração do doutor Freitas Melro e a consequente substituição à Interventoria Federal.

Lá fora o assunto interessou bastante, como sempre interessam as quedas e ascensões da Segunda República.

Entretanto, em Alagoas pouco se tratou a respeito do caso. As classes mantiveram-se impassíveis, o povo continuou indiferente e, contra a nossa própria índole, nem os fuxicos apareceram.

Apenas nos bares os comentadores habituais se entre conversando arriscam:

— Então, o novo interventor de Alagoas, já se sabe?

— Dizem que será etc.

E o assunto foge. Exatamente como se se tratasse da sucessão presidencial de um clube de futebol.

Se corresse, no entanto, que a mulher de fulano tinha sido vista em companhia de um sicrano, tudo mudava. Os comentários inundariam as ruas, o assunto ficaria sufocado pelo fuxico unânime da cidade durante duas semanas, a sociedade coraria, faria greve.

Mas um caso político é, para nós, um «simples» caso político. Para um povo doméstico somente tem importância às questões domésticas (NOVIDADE, 1931, p. 7).

Este texto, consonante com a posição política regionalista defendida pela revista *Novidade*, é uma crítica ao comportamento das/os alagoanas/os frente às mudanças políticas que ocorrem no estado, resultante de decisões externas. Ele, conjuntamente, deixa entrever o interesse “unânime” em outros assuntos, a saber a fiscalização da moral pública e privada, empreendida pelos olheiros de plantão, onde nem mesmo o isolamento é suficiente para manter um “bom nome”.

Para além dessas questões, de Norte a Sul, não era fácil sobreviver unicamente das letras. Todavia, em Maceió as/os escritoras/es enfrentavam as maiores dificuldades para sobreviver unicamente de sua produção literária. Pesa-se também, os maiores desafios enfrentados por pessoas pobres, negras e/ou consideradas desviantes das normas de gênero e sexualidade. O caso de Sebastião de Abreu, poeta, cronista e irmão de Rosália Sandoval, pode ajudar a compreender como se dá esta dificuldade em Maceió. Devoto à sua produção literária, durante curto período foi funcionário dos Correios, não demorou para ser afastado de suas funções, por não as cumprir. Em sua defesa, Rosália Sandoval disse que lhe faltava a “vocaçãõ” para este tipo de serviço, considerado por ele monótono e sem brilho. Mais tarde, em 1951, ela reuniria os escritos do irmão no livro *Angelus*. Levando em conta que faleceu ainda jovem, Sebastião de Abreu teve considerável produção. O fato é que ser poeta não era considerado um trabalho ao qual é atribuído um salário. Mesmo que a leitura tenha encontrado espaço entre as classes ricas do estado, numa tentativa de copiar a civilidade e as luzes europeias, não é daí que retiraram suas fortunas, antes da exploração de pessoas e de recursos naturais.

Em Alagoas, a economia esteve até o século XIX quase exclusivamente voltada à produção de açúcar. Os antigos engenhos definiram tanto a ocupação humana quanto as características político-econômicas, domínio que não se esgota ao fim da escravidão ou do Império (BRANDÃO, 1909). Sebastião de Abreu, que é hoje patrono da 25ª cadeira da Academia Alagoana de Letras (AAL)⁹, como muitas/os outras/os, teve de arranjar-se em trabalhos indesejados para sobreviver. Será este o mesmo cenário de sua irmã, considerando os limites impostos pelo sexismo, que, por muito tempo,

⁹ E Rosália Sandoval, tem lugar na AAL? Dentre os 40 patronos da entidade nenhuma cadeira é ocupada por mulheres, marcando a invisibilidade delas nas letras alagoanas.

definiu e continua regulando o acesso e permanência de mulheres em determinadas profissões? Este fato não passou despercebido por Rosália Sandoval, vejamos o que diz:

Toda essa gente que trabalha, na minha terra, vive aí para um canto, como gente que para nada servisse.

Sozinhos, dentro da sua produção artística, eu os comparo às flores do sertão que vivem para ornar e perfumar as solidões.

Cruéis antithesis da vida!...

Enquanto uns sobem, muitas vezes, sem utilidade, as altas escadarias da vida, os que se esforçam, os que vivem pela arte e para o belos ideais, não encontram nunca, uma escada, para subir, e vão toda a vida palmilhando, entre sonhos e sirtes, a estrada luminosa de seu ideal.

É assim que vivem na minha terra e em todo o Norte, deste imenso Brasil, os talentos que não tiveram a dita de nascer à sombra protetora dos cifrões (DIÁRIO CARIOCA, 14/03/1931, p. 6).

Estas duas ideias, sobre o fuxico e o trabalho intelectual em Maceió, revelam especialmente as condições de vida de Rosália Sandoval nesta cidade. Sobre um caso ela registrou suas ideias, ainda que timidamente, como visto acima, do outro, talvez não tenha podido. O mesmo não pode ser dito de outros escritores contemporâneos à ela que deixaram o estado, como o jornalista e político Povina Cavalcante, natural de União dos Palmares-AL. Em texto publicado em 1922 pelo semanário *Fon Fon* (07/09/1922, p. 53), ele acusa que, ao menos para as letras, o advento da União Federativa não foi sentido em Alagoas. Também na revista *Careta* (28/01/1911, p. 15), em edição de 1911, um artigo sem assinatura discorre sobre as dificuldades que as escritoras encontravam para ganhar projeção, uma vez que “vivendo no meio estreito da província, não conseguem passar da obscuridade”. Tendo isto em vista, Rosália Sandoval se estabelece no Rio de Janeiro, onde encontraria mais espaços constituídos para o ensino, a produção artística e intelectual.

Triste, pacífica e transnacional

Depois de pequena estadia no Rio, Rosalia que viera em comissão do governo alagoano, tinha que voltar à terra patricia. Saudosa das amizades reconfortantes que achara no meio carioca, a consagrada escritora tinha que regressar. Regressou (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/04/1915, p. 2).

A notícia acima, registrada por Carlos Rubens no jornal *Gazeta de Notícias*, se refere àquela que parece ter sido a primeira visita de Rosália Sandoval ao Rio de Janeiro. O texto repleto de elogios à poetisa é acompanhado de uma fotografia que a torna conhecida no Rio não somente pelas palavras do jornalista. Nesta cidade ela é abraçada por alguns residentes que, igualmente, deixaram o Norte em busca de melhores condições no campo intelectual. Quando me refiro ao Norte, ao invés de Nordeste, o faço em consonância com as próprias ideias e nomenclaturas da época. Lembremos do historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011), em sua obra *A invenção do nordeste e outras artes*, segundo a qual, o Nordeste é uma invenção das primeiras décadas do século XX.

É importante perceber as alianças que foram sendo construídas a partir das migrações, o que sem dúvidas facilitou a mudança e fixação de Rosália Sandoval no Rio de Janeiro. Esses deslocamentos, portanto, salvo no caso das mulheres, não correspondem necessariamente a uma excepcionalidade. Contudo, não foi uma mudança imediata, ao longo da década de 1920 a poetisa viajou entre Maceió e o Rio com alguma frequência. Segundo Madeira (2015), no início desta década, ela já ensinava português e francês em terras cariocas. A mudança foi concretizada apenas entre 1929 e 1930. Em 1929, é noticiado pelo *Correio da Manhã* e também pelo *Diário Carioca* mais uma visita da poetisa. Na oportunidade, um grupo de intelectuais, entre eles(as) dois já citados neste artigo, Mario Linhares e Povina Cavalcanti, ofereceram um almoço "à poetisa alagoana d. Rosália Sandoval, ora a passeio no Rio" (CORREIO DA MANHÃ, 15/06/1929, p. 6). Outra visita, já em 1930, é noticiada pelo *O Jornal* (07/03/1930, p. 12), que diz que Rosália Sandoval chegava ao Rio acompanhada de Nephtalina Fernandes Lima, acompanhante da qual não foi possível achar informações.

Em 1930, muitos jornais trarão o nome da escritora, com publicações que a parabenizam pelo lançamento de seu mais novo livro, *Versos Albeios* (1930). Deste ano em diante as aparições da poetisa na imprensa começam a minguar. Uma lista publicada no *Annuario Brasileiro de Literatura* (1938, p. 12) é talvez a mais reveladora quanto às condições em que se encontra a poetisa vivendo no Rio. Ela informa, nada menos, que o endereço de Rosália Sandoval, situado na rua Maxwell, número

169, casa 3, em Vila Isabel. A casa ainda está de pé, nela parece ter funcionado o aluguel de pequenos quartos. Quem desejar conhecê-la sem viajar ao Rio, basta usar como ferramenta o *Google Maps*¹⁰.

Uma característica indiscutível nos trabalhos de Rosália Sandoval é a tristeza expressada, a solidão e a desesperança. Tudo com uma leveza de quem aceita a própria sorte, o fardo pesado para que os versos sejam verdadeiros. *Violetas*, livro de versos publicado em 1922, expressa toda essa melancolia, que não passa despercebida aos jornais da época.

Com os dias que foram vindo a alma tombou num ermo e numa desolação sem remédio. Ficou-se no isolamento da província, erradia voluntária, soltando as suas endechas, como uma ave num recesso de gruta. Cada dia a vida lhe dá, na sua realidade, mais um motivo de ceticismo e de desesperação. O mundo faz-se para a cantora dos “Trevos” uma noite em tenebras, na qual anseia o rosicler de uma aurora — uma outra vida onde as criaturas sejam menos cruéis e as penas mais sofríveis. E enquanto a vida nova não chega, Rosália Sandoval vai cantando no lirismo dos seus versos, as suas mágoas comoventes. Toda a poética de Rosália Sandoval vive dessa tristeza, bóia na melancolia que se não sabe se vem de um sonho que se diluiu em saudades, ou é ainda um sorriso melancólico. Página a página, verso a verso, a alma da poetisa só desabrocha em prantos, em desesperanças, em desejos de morte. Mas nem por isso “Violetas” é um livro de desespero. A tristeza que há nele é uma tristeza boa, porque é uma tristeza humana que se sente nas horas de descanso e de perda ilusão (O DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/05/1922, p. 1).

A obra de Rosália Sandoval pode ser dividida em quatro períodos. O primeiro corresponde aos seus primeiros escritos para imprensa e a produção do livro *Alvoradas* (1904), que a tornou conhecida pelo país. Um segundo marcado pelas produções voltadas ao ensino, como *Através da Infância* de 1918 e o *Curso Elementar de Português*, de 1922. O terceiro, se dedica ao alcance de escritoras/es latino-americanas/os traduzidas/os para a língua portuguesa, do qual é resultado o livro *Versos Albeios*, de 1930. Por último, temos uma obra capaz de reunir sua experiência de vida numa verdadeira desesperança, um clamor de melhorias pela via religiosa, como é *Preces à Humanidade*, publicada em 1954. Luciana Oliveira (2000), traz em sua dissertação de mestrado, uma reunião

¹⁰

Disponível

em:

<https://www.google.com.br/maps/@-22.9192254,-43.2418469,3a,75y,152.01h,91.05t/data=!3m6!1e1!3m4!1s9ymWZt0Q4kKA9oPHkoYLSw!2e0!7i16384!8i8192>. Acesso em: [25 ago. 2021].

bastante completa de alguns desses trabalhos de Rosália Sandoval, alguns pouquíssimos conhecidos e que só puderam ser encontrados em arquivos de Alagoas, Pernambuco e do Rio de Janeiro.

Os aspectos religiosos, lendários e a profusão de histórias por ela narradas são marcas que mostram o caráter inerente à postura ideológica absorvida pela formação que teve, de acordo com os valores do fim do século XIX. Ao reproduzir um discurso patriarcal, Rosália se caracteriza em uma projeção de conflitos que revelam desejos e expectativas diante de temas aparentemente sem importância (OLIVEIRA, 2000, p. 3).

Os jornais, ao mesmo tempo que exaltaram Rosália Sandoval, a confinavam junto à sua poética. O enquadramento no ideal, no “espírito feminino”, permitiu que a escritora circulasse entre o público leitor, migrasse para outra cidade, fosse professora e dispusesse da companhia de outras/os poetisas e poetas, sem, no entanto, poder dizer o que realmente gostaria, daí talvez viesse parte de sua angústia. Outro evento que pode ter contribuído para o desdobramento de seus trabalhos tem a ver com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a ascensão do nazismo na década de 1930. “O presente era traduzido em luto da alma e em tempo de ausência. O tempo de outrora era feliz, mas perdido. Nesta condição nostálgica, imperava o desengano [tradução livre]¹¹ (MADEIRA, 2015, p. 341). Rosália Sandoval aponta para uma existência pacífica e de integração entre os povos. É crítica, portanto, da guerra e do assassinato em massa, onde opera um tipo de inversão de valores que resulta na exaltação daqueles que “destroem vidas, [...] chamam-se heróis; são condecorados e seus nomes ficam gloriosos na História”. Já aqueles que se esforçam para salvá-las passam “incógnitos pela vida, sem condecorações, sem os aplausos da multidão indiferente” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 08/08/1937, p. 10). A obra *Versos Alheios* de 1930, vai na contramão da beligerância entre as nações. Nos anúncios dos jornais da época, o descrevem como uma

[...] coletânea de versos vertidos do castelhano, um ramallete lírico em que se reuniu a fina flor da intelectualidade sul-americana, representante dos três principais países — Argentina, Chile e Uruguai. É um livro de confraternização, com uma finalidade de intercâmbio muito significativa e simpática (O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17/10/1930, p. 14).

¹¹ “El presente era traducido en luto del alma o en un tiempo de ausencia. El tiempo de otrora era feliz, mas perdido. En esta condición nostálgica, imperaba el desengaño”[original].

Desse modo, destaca-se o trabalho de Rosália Sandoval como tradutora. Além das traduções reunidas em *Versos Alheios*, houveram outras publicadas em jornais do Rio, como as poesias *Cansaço* da uruguaia Luisa Luisi e *Nevrose* de Irê Itaubi, cuja nacionalidade é desconhecida. A poetisa do Norte não só foi tradutora, como teve sua obra traduzida pelo catalão Avelino Serra. Todavia, até mesmo esses trabalhos são atribuídos ao seu sexo, de outro modo, não poderiam ser tão “graciosos”. É o que se observa no texto abaixo, publicado na revista *Beira-Mar* em 1930, ainda sobre a obra *Versos Alheios*.

Com aquele sentimento inato de bom gosto que as mulheres cultas possuem, a poetisa não cometeu a deselegância de tratar por ordem de países, ou de sexo, dos autores traduzidos, mas, ao contrário, misturou-os todos, ao acaso, dando ao conjunto do livro o aspecto de uma linda jarra cheia de flores, na formosa desordem que só as mãos femininas sabem dar... (BEIRA-MAR, 26/10/1930, p. 32).

Portanto, é perceptível que as obras não eram julgadas apenas por elas mesmas, é questão de destaque o sexo de suas produtoras, podendo lhe conceder uma visibilidade comedida pelos valores patriarcais. A escrita de mulheres neste período é crescente, também as oportunidades de frequentar e criar escolas, tema que será mais debatido em análise futura da trajetória e das composições jornalísticas da alagoana Maria Lúcia Romariz Duarte (1863-1917), fundadora do Colégio Atheneu Alagoano para o sexo feminino. O espaço ocupado pela escrita feminina já era suficiente para levantar questionamentos que ficavam no ar, como é visto na provocativa revista *Fon Fon* (12/09/1936, p. 40). A revista lança o questionamento se já não é hora de mulheres ocuparem lugar, quem sabe, na Academia Brasileira de Letras (ABL). Sem dar resposta a questão, a revista apenas lista o nome das candidatas, entre elas, Rosália Sandoval.

Aposta na escrita e nos impressos femininos

Se tua vida se expande na alegria
de um sorriso mais doce, na expressão
dum olhar que te enche de ternura,
duma voz que te prende o coração...
Se é tua vida a vida desse amor,

O encanto dessa Flor,
a graça desse olhar,
é que o destino do poeta
foi e sempre será:
—amar.

Se essa mulher que adoras,
um dia te esquecer,
é teu dever
em versos transformar
a dor de padecer,
a dor de amar
porque
é, também, destino do poeta
—sofrer e cantar (A VIOLETA, 31/10/1939, p. 10).

A poesia acima, não é a única produção de Rosália Sandoval a ser publicada pelo jornal feminino *A Violeta* (1918-1950), de Cuiabá-MT. Houveram outros escritos como *Violeta*, *A Maior Esmola*, *A Pérola* e *Súplica*, todos reproduzidos no ano de 1939. Também não foi o único jornal para o público feminino que buscou na expressão literária da poetisa, afirmação e apoio à escrita das mulheres. Este tipo de impresso do qual falamos “se define pelo sexo de suas consumidoras” (DUARTE, 2016, p. 14). Seu conteúdo, entretanto, não deve ser analisado da mesma forma, tendo em vista que alguns foram criados e redigidos pelas próprias mulheres. Logo, pelo nome de alguns jornais, almanaques e revistas, é possível compreender que sua razão de existir é a “mulher” (BUITONI, 1981). Vejamos alguns exemplos: *O Sexo Feminino* (1873-1874), da cidade de Campanha-MG; *A Mulher* (1875), de Recife-PE; o *Bello Sexo* (1868), do Rio de Janeiro-RJ; o *Espelho das Bellas* (1860-1861), de Maragogipe-BA; a *Revista Feminina* (1914-1926), de São Paulo-SP; *O Jardim das Maranhenses* (1861-1862), de São Luís-MA; e *O Despertador das Brasileiras* (1830-1831), de Salvador-BA. Outros títulos, especificam melhor que “mulher” é essa: *A Mãe de Família* (1879-1888), do Rio de Janeiro-RJ; o *Almanach Litterario Alagoano das Senhoras* (1888-1889), de Maceió-AL; *A Mocinha* (1888), de Curitiba-PR; o *Jornal das Damas* (1890), de São Paulo-SP; e *A Senhorita* (1920), de Curitiba-PR. Já *O Anjo do Lar* (1898), de Belém-PA, ou *O Mensageiro do Lar* (1909-1942), de São Paulo-SP, dão pistas de onde encontrá-la. Por fim, no título da imensa maioria, é utilizada a

linguagem metonímica para criar referências à ideia de “mulher”, geralmente associada às flores¹², pequenos animais¹³ ou pedras preciosas¹⁴.

Não é por acaso que “mulher” se encontra em destaque, no singular e entre aspas. A intenção é mostrar que estes impressos, nascidos no Brasil na primeira metade do século XIX, (re)produzem epistemologias específicas quanto a classificação das/dos sujeitas/os na sociedade, pela atribuição de um ou outro sexo (feminino ou masculino), que guiam as construções subjetivas. Se, ao contrário, fosse usado o plural “mulheres”, poderia dar a ideia de que esses jornais levavam em conta uma pluralidade de ser “mulher”, mas não é o caso. Deveria, quase a me contradizer, alertar para os perigos das generalizações, pois, não tendo analisado todos os jornais, poderia encontrar visadas diferentes sobre ser “mulher”, algo que surpreenderia.

O essencialismo sexual é incorporado no saber popular das sociedades ocidentais, as quais consideram o sexo como eternamente imutável, a-social e transhistórico. Dominado por mais de um século pela medicina, psiquiatria e psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo. Estes campos classificam o sexo como propriedade dos indivíduos. Talvez seja inerente aos hormônios ou a psique. Talvez seja construído como fisiológico ou psicológico. Mas dentre essas categorias etnocientíficas, a sexualidade não tem história e tampouco tem determinantes sociais significativos (RUBIN, 2003, p. 10).

O uso da categoria “mulher” nos impressos e na escrita de Rosália Sandoval é um fenômeno político provisório (NICHOLSON, 2000). Ainda que seja adotado por algumas mulheres na atualidade, o essencialismo tem sido evitado baseado na crítica dos feminismos negros, indígenas, lésbicos, trans* e de mulheres do Sul Global. A teoria *queer* tem sido outra corrente de pensamento

¹² *A Rosa* (1907-1908/Cidade de Goiás-GO; 1883/Rio de Janeiro-RJ; 1890-1893/Recife-PE); *O Lyrio* ou *Lirio* (1898/Cataguases-MG; 1902-190/Recife-PE; 1875/Fortaleza-CE; 1960/São Paulo-SP); *A Bonina* (1891/Oliveira-MG; 1854/Recife-PE); *A Camélia* (1890/São Paulo-SP; 1854/Recife-PE; 1898/Mar de Espanha-MG); *A Madressilva* (1869-1870/Recife-PE); *A Violeta ou Violeto* (1887/São Paulo-SP; 1849/São Paulo-SP; 1878-1879/Rio Grande-RS; 1900/Rio de Janeiro-RJ; 1918-1950/Cuiabá-MT); *O Jasmim* (1857/Curitiba-PR; 1850/Recife-PE); *A Primavera* (1861/Rio de Janeiro-RJ; 1875/Açu-RN); *A Flor* (1909/Penedo-AL; 1921-1933/Feira de Santana-BA); *A Tulipa* (1879-1880/Estância-SE); *Magnolia* (1905/Laguna-SC).

¹³ *A Borboleta* (1902/Sabará-MG; 1888/Teresina-PI; 1859/Aracaju-SE; 1860/João Pessoa-PB; 1857/Rio de Janeiro-RJ); *O Beija-Flor* (1897/Viçosa-MG; 1850/Belém-PA; 1883/Recife-PE; 1880/Recife-PE; 1869-1870/Maceió-AL; 1881/Salvador-BA); *Phalena* (1877/Recife-PE); *O Colibri* (1870/Rio de Janeiro-RJ; 1888/Manaus-AM).

¹⁴ *A Perola* (1899/São Paulo-SP; 1895-1896/Oliveira-MG); *A Esmeralda* (1850/Recife-PE).

que estabelece que nossos corpos não são parte de um evento “pré-discursivo”. O corpo e os seus gestos são tomados aqui como atos “performativos”, em outras palavras, as feminilidades e as masculinidades são apreendidos e (re)formuladas na própria ação das/os sujeitas/os (BUTLER, 2003). Mais recentemente, a teoria *queer* e o transfeminismo se aliaram aos demais feminismos, para juntos fazerem crítica e resistência ao patriarcado, ao machismo e ao sexismo. Levando em conta as contribuições da transfeminista e pedagoga Letícia Nascimento (2021), as diversas formas de pensar os feminismos podem ser conectadas, dos antigos aos contemporâneos, dando a ideia de continuidade, necessária para o fortalecimento da luta em seu caráter histórico.

O empreendimento em um discurso feminista, ou melhor, discursos feministas, é percebido em diferentes intensidades nos jornais femininos e na escrita de Rosália Sandoval. Contribuíram para a difusão no Brasil, por todas as partes do Império e posteriormente da República, da tônica da “condição feminina”. Ainda que, neste cenário, não possam ser dissociadas das visões essencializadas da divisão sexual, foram formas incipientes de contestar o sistema de pensamento moderno ocidental, sobretudo o patriarcado e o sexismo. A crítica feminista parece está presente mesmo imbuída em formatos mais conservadores, dispersas, foram incorporadas à “normalidade” e ao “sem história”, de modo que se nega ou se esquece das profundas transformações que operou na sociedade.

Essas constatações têm levado a se tentar entender por que à entrada maciça das mulheres na esfera pública, sobretudo nos últimos 30 anos, à decorrente “feminização da cultura”, isto é, à incorporação crescente de valores, idéias, formas, concepções especificamente femininos pelo mundo masculino, não correspondeu uma crescente valorização do feminismo, tanto quanto uma incisiva adesão a ele, seja se for considerado um conjunto de idéias que reivindicam os direitos da mulher, seja como referência às práticas e lutas que eclodiram e têm eclodido na sociedade (RAGO, 2001, p. 60).

Na escrita de Rosália Sandoval, em sua atuação ativa na imprensa feminina e na forma que organizou suas obras, percebe-se as particularidades de suas idéias sobre a relação entre homens e mulheres. Apelando aos sentimentos cristãos e ensinamentos de Jesus Cristo, defendeu que “a boa nova” trazida por ele, “visava a transformação moral da humanidade” (CORREIO DA MANHÃ, 21/04/1935, p. 5). Segundo ela, a igualdade de mulheres e homens pelo evangelho é algo premente.

Outro movimento realizado nos seus escritos, em torno de personagens femininas, fazem contraponto aos textos sexistas veiculados pelos jornais, geralmente em tom de piada ou acusação. Sogra, solteironas, mulheres desinibidas ou que “falam demais”, até mesmo as chamadas bandoleiras, ganham em seus escritos uma posição favorável.

Quanto ao jornal feminino por ela redigido em 1903, por hora, se sabe pouco a respeito da composição de suas páginas. No entanto, pela análise mais geral de suas obras, da imprensa feminina de Maceió e do que foi dito em outros jornais, o *O Rosal*¹⁵ cumpriu o papel de difundir a escrita de mulheres. Em certo sentido, ele dá continuidade ao que foi realizado por Maria Lúcia Romariz Duarte e Rita de Mendonça, que publicaram juntas, em 1887, a *Revista Alagoana*, periódico científico e literário de propaganda da educação da mulher. Também o antecede a iniciativa de Maria Anette, no carnaval de 1889, quando distribuiu o primeiro número do jornal *O Feminista*, reivindicador da emancipação da mulher (SCHUMAHER, 2004). Todos eles não tiveram muito mais que um ano de existência, no entanto, são porta-vozes do empreendimento emancipatório das mulheres maceioenses.

Considerações finais

Os discursos feministas, ao longo do tempo, tiveram que incorporar como preocupação o apagamento de outras identidades femininas que não correspondem ao "ser mulher" que encontramos nos impressos mencionados acima, ou na escrita de Rosália Sandoval. O enquadramento da “mulher” nos periódicos nos diz sobre a expansão das epistemologias eurocêntricas em nosso continente e do epistemicídio das culturas indígenas e africanas¹⁶. A própria ideia de “mulher” parece estranha a outras civilizações, seja de povos indígenas, ocupantes originais

¹⁵ ROSAL, O. Em 10 de agosto de 1903 sai o primeiro número, em Maceió, desta pequena revista literária consagrada à mulher alagoana. Era redigida por Rosália Sandoval e Rita Souza, e dirigida por Torquato Cabral. Bimensal. O primeiro número foi impresso na Tipografia Fonseca, do segundo em diante na Tipografia Comercial de M. J Ramalho. Bibl. Nac. microf. n. 2 de 31/08/1903. In. **ABC DAS ALAGOAS**, volume 2, p. 502.

¹⁶ Sobre epistemicídio ver a tese doutoral de Sueli Carneiro, *A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser*. São Paulo: FUESP, 2005.

do território, seja por povos africanos, aqui trazidos pela máquina colonial (LUGONES, 2014). Rosália Sandoval, numa leitura interseccional (CRENSHAW, 2002), é atravessada por questões raciais até então difíceis de dimensionar. Pela análise das fontes, outros marcadores são mais presentes, como a questão de gênero, classe, sexualidade, geração e regionalidade, aspectos que foram trabalhados neste texto. Desse modo, o uso destas categorias na pesquisa histórica se mostrou importante para o diálogo com as fontes, não como determinantes.

Talvez a escrita feminina do século XIX não seja muito referenciada e tampouco conhecida pelas novas gerações, ao menos nos círculos feministas, a relegando ao arcaico e até a apontando como inevitavelmente excludente. É verdade que a ação de mulheres neste período encontra limites das mais diversas ordens, inclusive raciais, de classe e gênero. Acredito que devemos exercer mais sororidade com nossas antecessoras. Como foi dito por uma amiga, "parece que todas as transformações culturais aconteceram na década de 1960", apesar da importância desta década, ela não inaugura todas as reivindicações das mulheres. Como estudantes e produtoras/es de história, sabemos que nenhuma mudança se opera da noite para o dia, devemos, pois, assumir nossa antecedência e lhe prestar os méritos e críticas necessárias para um mundo cada vez mais plural, que junte as reivindicações do passado com as do presente.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

A BOA Nova. **CORREIO DA MANHÃ**, Rio de Janeiro, p. 5, 21 abr. 1935. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ALAGOAS Intelectual. **FON FON**, Rio de Janeiro, p. 53, 7 set. 1922. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ALAGOAS nas Belas Artes e nas Belas Letras. **DIÁRIO CARIOCA**, Rio de Janeiro, p. 6, 14 mar. 1931. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ALMOÇO. **CORREIO DA MANHÃ**, Rio de Janeiro, p. 6, 15 jun. 1929. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

- A MULHER na academia. **FON FON**, Rio de Janeiro, p. 40, 12 set. 1936. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- ENDEREÇO de escritores no Rio. **ANUARIO BRASILEIRO DE LITERATURA**, Rio de Janeiro, p. 12, 1938. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- ESCOLA Auta de Souza. **REVISTA COMERCIAL DE ALAGOAS**, Maceió-AL, p. 8, 31 ago. 1912. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- HÓSPEDES e viajantes. **O JORNAL**, Rio de Janeiro, p. 12, 7 mar. 1930. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- INTERCÂMBIO Intelectual Latino-americano. **BEIRA-MAR**, Rio de Janeiro, p. 32, 26 out. 1930. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- LIVROS Novos, de S. L., In. **O DIÁRIO DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, p. 14, 17 out. 1930. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- MARIANNA Hygina. **CARETA**, Rio de Janeiro, p. 15, 28 jan. 1911. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- NÓS, os descendentes de Deodoro e Floriano... **NOVIDADE**, Maceió-AL, p. 7, 1931. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- O "DIÁRIO" em Alagoas. **O DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, Recife-PE, p. 3, 06 abr. 1920. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- O "DIÁRIO" em Alagoas. **O DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, Recife-PE, p. 1, 19 mai. 1922. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- POETA. **A VIOLETA**, Cuiabá-MT, p. 10, 31 out. 1939. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- ROSALIA SANDOVAL. **HELIOPOLIS**, Recife-PE, p. 14-16, 01 jul. 1915. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ROSÁLIA SANDOVAL e os XIV alexandrinos. **GAZETA DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, p. 2, 18 abr. 1915. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- VOLTAS do Destino. **GAZETA DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, p. 10, 08 ago. 1937. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

2. Referências bibliográficas:

- ABC DAS ALAGOAS. **Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas**. Edições do Senado Brasileiro, Vol. 1 e 2. Brasília: Edições do Senado, 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. — 5. ed. — São Paulo: Cortez, 2011.
- BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo: Artes Graphicas Typ. e Pautação de J. Amorim, 1909.
- BUTTONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel**. A representação da Mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARVALHO, Maria Leônia Garcia Costa. **A construção de uma discursividade feminina: a revista Renovação na década de 1930**. 2008. 172 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística: Linguística) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10 (1). Florianópolis, p. 171-188, 2002.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. Século XIX - Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. — 23. ed. — Rio de Janeiro: Graal, 2013.
- _____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**; 42 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.
- IVO, Lêdo. **Ninho de cobras: uma história mal contada**. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da Sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**,

Florianópolis, 22(3): Set/Dez, p. 935-952, 2014.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. La escritura literaria de la educadora brasileña Rosália Sandoval (1900-1940). **Actas del XVIII Coloquio de Historia de la Educación**. Vol. 2. Sección 4, p. 333-344, 2015.

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo** (feminismos plurais). São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Vol. 8, No. 2, pp. 9-41, 2000.

OLIVEIRA, Luciana Fonseca. Rosália Sandoval, o tempo não te esquece e nós te resgatamos. In: **VII Seminário Nacional Mulher e Literatura**, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Rosália Sandoval: história de um resgate**. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

PEDRO, Maria Joana. **Mulheres honestas e mulheres faladas: Uma questão de Classe**. Florianópolis: Editora Da UFSC, 1994.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**, vol.15, n.3, pp. 58-66, 2001.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SCHUMAHER, Schuma. **Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas**. Rio de Janeiro: REDEH, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez., p. 71-99, 1995,

A estátua de JK: um monumento comemorativo no centro de Diamantina

The statue of JK: a commemorative monument in the center of Diamantina

Raphael Martins Cima

Bacharel em História

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

raphaelufvjm@gmail.com

Recebido em: 15/07/2021

Aprovado em: 31/10/2021

Resumo: O presente artigo realiza uma análise do monumento comemorativo ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira instalado no centro da cidade de Diamantina (MG), construído por seus correligionários no ano de 1958 em homenagem à sua posse como Presidente da República. O objetivo é problematizar este monumento público através de uma abordagem que ressalta as questões políticas em torno da sua construção, como também a autoria e a estética da obra.

Palavras-chave: Escultura pública; Juscelinismo; José Pedrosa.

Abstract: This article analyzes the commemorative monument to President Juscelino Kubitschek de Oliveira installed in the center of the city of Diamantina (MG), built by his supporters in 1958 in honor of his inauguration as President of the Republic. The objective is to problematize this public monument through an approach that highlights the political issues surrounding its construction, as well as the authorship and aesthetics of the work.

Keywords: Public sculpture; Juscelinism; José Pedrosa.

Introdução

A arte, o poder e a memória se unem, muitas das vezes, quando são projetadas em um monumento comemorativo, sobretudo, quando se trata de obras que representam figuras políticas. Inerente a uma estratégia, em sua maioria, a construção desses monumentos está vinculada a determinados grupos, em seus contextos históricos. A homenagem ao presidente JK não foi diferente. Edificado por seus correligionários em 1958, o monumento comemorativo foi fruto da força juscelinista, que desde a década de 1930 passou a controlar a política em Diamantina (MG).

A chegada de JK à presidência da república seria merecedora para sua facção local de uma homenagem na sua terra natal. O monumento foi instalado na praça Dr. Juscelino Kubitschek (sítio tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1938¹) que havia recebido este nome ainda na década de 1930, quando Juscelino irradiava seus primeiros feitos na política nacional.

A Praça JK e, conseqüentemente, o monumento comemorativo se tornaram um dos principais pontos turísticos do município. No ano de 2017 este espaço foi entregue à população revitalizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mas a escultura em si não teve a necessidade de restauro, pois se encontrava praticamente intacta. Com isso, atualmente, a estátua de JK se constitui como um dos principais bens culturais protegidos pelo poder público na cidade. Porém, pouco ou quase nada se sabe sobre a gênese deste monumento e os fins políticos que motivaram sua criação. Por isso, cabe aqui elencar alguns questionamentos. Quais as intenções por trás da construção do monumento comemorativo ao presidente JK em Diamantina? Como este monumento público serviu de instrumento político para a efetivação da hegemonia juscelinista local no período de sua inauguração? Quem foi o escultor da obra? Qual o papel da estética impregnada na escultura para confecção da hegemonia juscelinista na política local?

¹ O então prefeito de Diamantina, Joubert Guerra, promulgou o Decreto nº 51, de 21 de outubro de 1938, para estabelecer a “zona histórica” da sede do município para efetivação do tombamento nacional, da qual a Praça Dr. Juscelino Kubitschek foi incluída.

Este estudo pretende encontrar respostas para estas questões supracitadas, esboçando uma crítica a esse bem cultural patrimonializado na cidade de Diamantina. O texto a seguir está dividido em duas partes. A primeira, utilizando principalmente da ideia de lugares de memória, atravessa a problemática em torno da construção e da inauguração deste monumento, como também aborda outros lugares de memória que surgiram nesta época em Diamantina relacionados ao presidente. A segunda, envolve o escultor José Pedrosa, autor da obra escultórica em discussão, apresentando dados biográficos do artista, assim como a relação do seu trabalho com o político JK. Nesse momento, busca-se ainda acentuar um debate acerca da estética dessa estátua a partir das noções de escultura desenvolvidas por Ariano Suassuna (2012) e pelo historiador da arte Flavio Conti (1987).

Além do diálogo com a referência bibliográfica, todos os fatos apresentados neste estudo são fundamentados em fontes históricas. Concentrou-se principalmente no acervo documental do Museu Tipografia Pão de Santo Antônio. Nele, foi examinado o jornal *Voz de Diamantina*, que circulou entre os anos de 1954 a 1965, atentando-se para as notícias relacionadas à inauguração do monumento comemorativo; ao quadro político local e aos resultados das eleições municipais. Outro acervo documental utilizado foi o da Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital), onde foram consultados os periódicos da revista *Manchete (RJ)* e do jornal *Última Hora (RJ)*, considerando as informações relacionadas ao escultor José Pedrosa que circularam entre os anos de 1955 a 1961.

A inauguração do monumento comemorativo ao presidente

Decerto, o jovem Juscelino Kubitschek quando iniciou seus estudos no Seminário Arquidiocesano de Diamantina no início do século passado, em 1914, por volta dos 12 anos de idade, não poderia imaginar que num momento pósteros, que a cerca de quatro décadas mais tarde, ergueria-se uma estátua em sua homenagem no centro urbano da sua cidade natal. Inaugurada no

ano de 1958, fixada sobre um pedestal a cerca de dois metros de altura, a escultura foi construída enquanto um monumento comemorativo² e instalada em um sítio tombado pelo patrimônio.

Dessa forma, a homenagem ao presidente se tornou um bem patrimonial. De acordo com Sandra Pelegrini (2018, p. 92-93) os membros do conselho de patrimônio aos quais é incumbido o poder de decisão para consagrar um bem patrimonial, não são livres do jogo político, atendendo frequentemente às demandas das elites locais. A autora destaca ainda que o processo de patrimonialização é permeado “por tensões motivadas por especificidades locais, rivalidades entre lideranças comunitárias, grupos étnicos e políticos.” (PELEGRINI, 2018, p. 93). Engendrada pelos correligionários do presidente, a estátua de JK foi fruto da força juscelinista local que desde a década de 1930 passou a controlar a política na cidade de Diamantina, utilizando para isso, em grande medida, da vulnerabilidade de todos os usos e manipulações da memória de seu líder político.

Segundo Pierre Nora (1993, p. 9) a memória pode ser enraizada nos lugares. Esses podem ser materiais ou imateriais. Neles a memória se cristaliza. Geralmente essa aplicação não é natural, pelo contrário, muitas das vezes intencional. Por isso, a memória é um objeto de estudo suspeito para o historiador, pois é sempre carregada por grupos vivos, e está em permanente evolução, vulnerável a todos os usos e manipulações. Os lugares de memória emergem da necessidade de manter viva a memória sobre algo, nesse sentido, a sociedade moderna cria museus, arquivos, mantém datas comemorativas, ritos de celebração e fúnebres (NORA, 1993, p. 13). A partir dessas noções, entende-se o monumento comemorativo ao presidente como um lugar de memória, debate que será aprofundado mais a frente.

Jacques Le Goff (1990, p. 535-536) lembra que desde a antiguidade, os monumentos (obras de arquitetura ou escultura) tendem a ter dois focos, um comemorativo e outro funerário, cuja característica principal é acoplar-se ao poder da imortalização. Por monumento, entende-se todo “artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.” (CHOAY, 2014, p. 17). No

² O monumento (estátua e pedestal) tem cerca de 4 metros de altura.

caso do monumento a JK, a ideia era exaltar um acontecimento em específico, a chegada de um diamantinense à presidência da república. Esse acontecimento foi suficiente para sua facção em Diamantina eternizar o seu semblante através de uma escultura pública. Mas, este seria o único fim da instalação deste monumento em um sítio patrimonializado? Simplesmente um ato comemorativo de um acontecimento louvável? Esta é a discussão que abordaremos a seguir, porém, antes de adentrar a este debate, cabe apresentar um pequeno relato sobre o cotidiano da inauguração do monumento comemorativo ao presidente em sua terra natal.

A idealização da homenagem ao presidente se deu a partir da iniciativa de Joubert Guerra,³ que contou logo com a adesão de vários diamantinenses e amigos de Juscelino. No início do mês de março de 1958 foi organizada em Diamantina uma comissão encarregada do processo de execução dos trabalhos. Entre as 8 providências da comissão, destaca-se o intuito de acionar os amigos íntimos do presidente que desejassem oferecer sua contribuição para construção da obra. A inauguração do monumento foi marcada para sexta-feira, às 20h00, do dia 11 de abril e seria instalada na praça que também recebia o nome do homenageado (VOZ DE DIAMANTINA, 02/03/1958).

No final do mês de março o então prefeito de Diamantina, Mário Guerra Paixão, do Partido Social Democrático (PSD), relatou à imprensa local que tinha ido há poucos dias no Rio de Janeiro e havia feito um convite ao presidente para que ele visitasse sua terra natal de forma oficial, o que de acordo com o prefeito contribuiria para o maior acontecimento da história da cidade. O prefeito afirmou que o presidente iria a Diamantina no dia 12 de abril, aceitando com entusiasmo o convite. Paixão relatou também que conversou com ele sobre formas de impulsionar o desenvolvimento na região através do Programa de Realizações, que contava com uma parceria entre a câmara municipal, o deputado estadual Carlos Murilo e o governo federal (VOZ DE DIAMANTINA, 30/03/1958). Dessa forma, a visita oficial do presidente à cidade ficou marcada para o dia seguinte à inauguração do monumento.

³ O diamantinense Joubert Guerra em 1958 era diretor comercial da Fábrica Nacional de Motores. Antes disso, foi prefeito de Diamantina (1937-1940) e chefe do gabinete de governo de JK quando este era prefeito de Belo Horizonte (1940-1945). Guerra também se elegeu deputado estadual pela legenda do PSD (1947-1951).

Na noite do dia 11 de abril, a estátua foi descoberta com a retirada do pano que a encobria e todos ali puderam ver a imagem do presidente em uma escultura de bronze, em “tamanho real”, erguida pelo alicerce revestido em granito. No pedestal da obra foi colocada uma inscrição elaborada pelo próprio JK, onde se lê: *“A Juscelino que honrou e elevou sua pátria e sua cidade natal, MCMLVII.”* O evento contou com um grande público e foi presidido pelo então governador do estado de Minas Gerais, Bias Fortes (PSD), a partir das 20h00. Discursaram também, o Arcebispo Metropolitano, Dom José Newton de Almeida Batista, e o prefeito, além de quinze representantes dos distritos do município (VOZ DE DIAMANTINA, 13/04/1958).

A notícia que circulava sobre a ida oficial do presidente causou entusiasmo na população, sendo a primeira vez que um chefe do executivo federal, de forma oficial, visitaria Diamantina. Neste evento em que JK foi à cidade, a comemoração feita pela população local teria sido maior do que quando ele foi eleito Presidente da República, em 1955 (ANTUNES, 2009, p. 51).

Chegado o dia 12, às 10h30, desembarcaram no aeroporto JK e sua comitiva, onde foram primeiramente recebidos pelo governador de Minas Gerais, pelo arcebispo da Arquidiocese de Diamantina e pelo bispo de Caetité, Bahia, além de autoridades locais. Cerca de 20 pessoas faziam parte da sua comitiva, com destaque para o general Lott. Em seguida, eles foram para frente da prefeitura no centro da cidade, onde grande parte da população os esperavam para as solenidades que se iniciaram às 11h30. O presidente, sua comitiva e autoridades locais, como o prefeito, desfilaram entre a Banda dos Fuzileiros Navais descendo a Rua Direita até chegar à frente da prefeitura (SILVA, 2014, p. 33). Os alunos das instituições de ensino foram liberados e recomendados pelas direções de irem ao encontro do presidente, onde se encontravam diversas parcelas da sociedade. O Tiro de Guerra 73 fez suas honrarias. O deputado Carlos Murilo (PSD) iniciou os discursos no palanque, em seguida a professora Helena Lopes. O encerramento se deu com a fala do presidente (VOZ DE DIAMANTINA, 20/04/1958).

Entre os compromissos realizados neste dia e no dia posterior, destaca-se que na noite do dia 12, JK, junto a sua comitiva, compareceu ao Clube Acayaca às 22h00, na Rua da Quitanda, onde se

celebrou o 18º aniversário da agremiação. Na manhã do dia 13 foi mais uma vez homenageado com uma missa festiva na Catedral Metropolitana (VOZ DE DIAMANTINA, 13/04/1958). Às 15h00 ele compareceu à inauguração - depois da reforma - do novo Estádio JK, para uma tarde esportiva. Na ocasião jogaram o então campeão carioca Botafogo versus Tijuco (time local), com público presente de 8 mil pessoas, contando mais uma vez com a Banda dos Fuzileiros Navais, que deu início a cerimônia (SILVA, 2014, p. 35).

Nesse mesmo dia o jornal *Voç de Diamantina*, um dos principais periódicos que circulavam na cidade na época, publicou a cobertura do primeiro dia de visita do presidente à sua terra natal, destacando a inauguração do monumento no dia anterior, do qual se referiu como magnífico. Nesse ínterim que se passou com a visita oficial do presidente com sua comitiva à cidade, foram inauguradas obras públicas e lançadas pedras fundamentais. Através do decreto 284, o prefeito Mário Guerra Paixão considerou feriado municipal aquele 12 de abril de 1958 pelo fato da visita oficial do Presidente da República a Diamantina, justificando que tal visita era uma honra insigne, representando uma das mais belas páginas da história do município (VOZ DE DIAMANTINA, 27/04/1958).

Feitas essas breves considerações sobre a inauguração do monumento comemorativo e a visita oficial do presidente, podemos agora ressaltar os fins políticos por trás desta grande cerimônia. Inicialmente, destaca-se que quando foi instalada a escultura em Diamantina, o governo Kubitschek estava terminando de construir a Praça dos Três Poderes em Brasília, ao mesmo tempo em que tentava mobilizar a opinião pública sobre o trabalho realizado com êxito. Para isso, utilizou de métodos e de mecanismos de propaganda política como a rádio, a imprensa e o cinejornal, como também de concursos e prêmios (RODRIGUES, 1990, p. 110-111). O próprio governo publicou 11 livros – a *Coleção Brasília* – e produziu cerca de 25 milhões de selos comemorativos da inauguração da nova capital federal, que foram enviados para as instituições federais dos departamentos de correios e telégrafos de todo o país (ÚLTIMA HORA, 19/04/1960).

Segundo Georgete Medleg Rodrigues (1990), no plano ideológico do governo, Brasília representava a síntese de todas as metas do programa de desenvolvimento, um símbolo de um “ritual de passagem”, de um país atrasado, para um país desenvolvido. A edificação da cidade chegou a ser relacionada a uma ideia de continuação e da completude da saga dos descobridores, dos bandeirantes e da marcha para o oeste. No entanto, o que se diferenciava desta vez é que a obra da nova capital federal era resultado da razão, do planejamento e da técnica. Ao lado desse discurso ideológico, passava-se a imagem de Juscelino Kubitschek como um político audacioso à frente da construção da nova capital federal (RODRIGUES, 1990, p. 26-27). A revista *Manchete* (RJ), da grande imprensa, fez a cobertura completa da edificação de Brasília. Através de suas fotorreportagens ela disseminava “um mito político: um homem de força, de caráter, de ação, um realizador, o construtor do Brasil.” (AMORIM, 2008, p. 24).

De acordo com Raoul Girardet (1987, p. 13), “o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real,” uma versão romanceada dos fatos, como também uma narrativa legendária que fornece uma função explicativa, “apresentando certo número de chaves para a compreensão do presente.” O papel explicativo da narrativa mitológica se insere num plano de mobilização, através de um discurso profético. A construção do mito JK pode ser encontrada na propaganda ideológica do governo Kubitschek e na imprensa governista, discussão que ganhou maior espaço e profundidade nos estudos de Rodrigues (1990) e Amorim (2008).

Diante da construção mitológica sobre JK, relacionada a fundação de Brasília, através de uma narrativa legendária, os correligionários do presidente em sua terra natal decidiram então materializar em um monumento comemorativo a sua imagem. A ideia era alavancar a mitologia política em torno de seu chefe político e, conseqüentemente, arraigar a manutenção da hegemonia juscelinista na cidade. Logo, a visita oficial do presidente a Diamantina, após a inauguração do monumento, transformou a agenda do governo naqueles dias num grande ritual, marcando aquela geração de diamantinenses, principalmente os mais afinados com “o mito”.

No dia 11, quando foi inaugurado o monumento comemorativo, este se tornou o grande símbolo litúrgico da noite. No dia seguinte, quando o presidente junto a sua comitiva e autoridades políticas locais desfilaram em meio aos fuzileiros navais, que faziam um cordão de segurança, descendo a Rua Direita até a frente da prefeitura onde estava armado o palanque, ocorreu novamente uma grande cerimônia. O principal símbolo litúrgico neste momento foi o próprio Presidente da República que realizou o último discurso naquele fim de manhã de sábado. A presença da Banda de Fuzileiros Navais, vestida a caráter, do General Lott, trajando o uniforme das forças armadas, assim como a presença da população e demais entidades presentes, somavam-se simbolicamente em diferentes perspectivas dentro do rito.

Quando o presidente chegou ao Estádio JK, naquela tarde de domingo, houve mais uma solene homenagem iniciada com a Banda de Fuzileiros Navais antes do amistoso. Os mais de 100 fuzileiros espalhados pelo gramado construíram com seus próprios corpos a palavra “Salve, Peixe Vivo” e depois “JK”, formando um grande mosaico, acompanhados das saudações entoadas na arquibancada.

De acordo com Wellington Teodoro da Silva (2008, p. 77) o rito só se manifesta como tal se ele estiver inserido “num ambiente cultural que lhe oferece o substrato simbólico que o constitui.” Diante do aumento da popularidade do presidente na cidade desde a década de 1930, Diamantina se tornou um ambiente culturalmente propício para um grande ritual juscelinista. Estas celebrações supramencionadas só fizeram garantir a manutenção da força juscelinista local ao produzir sentido e valor compreendido por parcelas da sociedade diamantinense como legítimo e necessário. Nesse sentido, as cerimônias realizadas entres os dias 11, 12 e 13 de abril se tornaram exitosas na medida em que elas conseguiram dizer algo segundo uma lógica simbólica eficiente em um ambiente cultural propício.

No ano de 1958, Diamantina era um terreno político disputado. O fato de um conterrâneo na posição de Presidente da República fomentava ainda mais os debates políticos. Segundo Silva (2008, p. 80), “o terreno do político não é um palco onde se encena a harmonização de interesses. É o

campo onde são travadas batalhas entre interesses divergentes. É espaço de luta, de tensão.” O Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) protagonizaram a disputa eleitoral, buscando eleger seus candidatos para o executivo e para o legislativo da Câmara Municipal. Embora os udenistas apresentassem uma forte atuação com um partido consolidado, os juscelinistas eram quem pertenciam ao partido situacionista, o PSD, também pudera, eram apoiados pelo então Presidente da República e antes governador do estado de Minas Gerais.

De acordo com Marcos Lobato Martins (2018, p. 132), JK foi o chefe político dos pessedistas em Diamantina desde a criação do partido após o Estado Novo até o golpe civil-militar de 1964, quando iniciou uma mudança significativa no quadro político nacional.⁴ Durante todo este período seus correligionários se consolidavam cada dia mais na política em Diamantina de acordo com suas conquistas no cenário estadual e nacional. Quando foi inaugurado o monumento ao presidente, o prefeito da cidade era Mário Guerra Paixão (PSD), contando com uma bancada de 12 vereadores de sua legenda partidária e apenas 3 na oposição. Na eleição que o elegeu, em 1954, Paixão recebeu 5.301 votos, contra 1.624 do candidato da oposição, Vicente de Paula Fonseca, da UDN (VOZ DE DIAMANTINA, 24/10/1954). Muito próximo, ocorreu nas eleições municipais de 3 de outubro de 1958, seis meses depois da inauguração do monumento ao presidente, quando foi eleito prefeito Sílvio Felício dos Santos (PSD), vice-prefeito Daniel Nascimento e 11 vereadores do PSD (VOZ DE DIAMANTINA, 19/10/1958).

Maria Victória Benevides (1979) salienta que o poder local do PSD em âmbito nacional foi um dos motivos que contribuíram para a estabilidade do governo Kubitschek (1955-1961) e para sua própria eleição. O diretório do partido era enorme em termos nacionais e tinha muita força, principalmente, no meio rural. O PSD tinha uma imensa rede de células locais e de diretórios municipais. A oposição principal estava ligada à UDN, segundo maior partido nacional, que

⁴ Sobre o tema, conferir: MARTINS, Marcos Lobato. **“Quem é rei nunca perde a majestade”? JK na política de Diamantina no período de 1934-1970.** Mneme - Revista de Humanidades, v. 18, n. 41, p. 130-162, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/9456/10602>. Acesso em 19 de set. 2021.

disputava as eleições em quase todos os municípios do país contra o PSD (BENEVIDES, 1979, p. 111).

De acordo com Martins (2018), a construção da hegemonia juscelinista em Diamantina iniciou na primeira metade da década de 1930 quando ele foi nomeado chefe da casa civil do interventor federal Benedito Valadares, e, em seguida, eleito deputado federal. Desde então, JK passou a influenciar na vida política diamantinense. Com sua ascensão na política nacional, seu prestígio automaticamente se ampliava na cidade. Na última edição do jornal *Voç de Diamantina* antes da eleição presidencial de 1955, em 2 de outubro, lia-se a seguinte notícia com sua foto estampada na primeira página: “SALVE! Heroico e querido filho de Diamantina, nossa esperança para a salvação do Brasil. Compareçamos às urnas e todos votem no diamante sem jaça, que produziu as nossas minas. Todos os nossos votos a ele, conterrâneos e amigos.” (VOZ DE DIAMANTINA, 02/10/1955). Para esta eleição foi criado o Centro Diamantinense Pró Candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, que se reunia semanalmente a fim efetivar meios para aumentar o eleitorado do presidenciável na cidade (VOZ DE DIAMANTINA, 05/06/1955).

Depois do resultado das eleições, o jornal publicou mais uma vez na primeira página com grande entusiasmo a vitória do seu candidato. Além disso, trazia a notícia da eleição de outro pessedista, Bias Fortes, para governar o estado de Minas Gerais, com os dizeres finais: “Minas está de parabéns.” (VOZ DE DIAMANTINA, 16/10/1955). Nesse sentido, percebe-se uma posição política bastante favorável do jornal em relação a Juscelino e ao PSD, sob a direção de José Augusto Neves.

Apesar da hegemonia política dos juscelinistas, os udenistas eram uma forte oposição, tendo bons momentos de ascensão política local, quando, por exemplo, os candidatos do seu partido ganharam as eleições para o governo estadual em finais da década de 1940 e início da década de 1960. Eles sempre conseguiam eleger parte dos vereadores nas eleições legislativas do município e sempre apresentavam um candidato a prefeito e vice-prefeito. De acordo com Otávio Soares Dulci (1986, p. 174), a oposição ao governo de JK tinha sua principal crítica à inflação. A construção de

Brasília atrelada a um plano de desenvolvimento econômico, cujo financiamento advinha de uma política deliberadamente inflacionária, custosa para o povo, era o alvo dos ataques da oposição.

O jornal *Tribuna da Imprensa*, uma das principais mídias contrárias ao governo Kubitschek, no período que era dirigido pelo udenista Carlos Lacerda, teve boa aceitação em Diamantina. Esse periódico “desenvolveu um estilo argumentativo devastador, no qual combinava veementes críticas de conteúdo com os mais assombrosos insultos.” (FERREIRA, p. 2015, p. 1). O “escândalo do pinho”, envolvendo o vice-presidente João Goulart, ainda no primeiro ano do mandato, foi alimentado por uma insistente campanha no jornal (DULCI, 1986, p. 145). O periódico também foi responsável por uma série de críticas à transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, buscando não apenas atacar o projeto do governo, mas desestabilizá-lo (LOPES, 2009).

As divergências da UDN contra o governo JK também se davam pela sua relação partidária com Getúlio Vargas, pois este foi quem montou o PSD, usando os interventores. Segundo Benevides (1979, p. 135) “a UDN vinha desde sempre como oposição ferrenha do getulismo e de tudo aquilo que ele representava.” Entre outras circunstâncias, o apoio dos comunistas à candidatura de Juscelino e Goulart, nas eleições de 1955, foi também motivo de críticas da oposição.

Diante deste quadro político disputado, tanto local quanto nacional, a construção do monumento comemorativo ao presidente no centro de Diamantina, assim como sua visita oficial, foi a “cereja do bolo” para consolidação da hegemonia juscelinista na cidade. Vitoriosos em todas as eleições para prefeito entre 1945 a 1964, os candidatos pessedistas escolhidos pelo próprio JK, algumas vezes em companhia do então deputado Carlos Murilo, revezavam-se no poder executivo e legislativo da câmara municipal (MARTINS, 2018, p. 141-142).

Os lugares de memória em torno de JK em Diamantina ganharam força, sobretudo, desde que ele ocupou o executivo da prefeitura de Belo Horizonte, quando ficou conhecido popularmente como “prefeito-furacão”. Quando era governador de Minas Gerais (1951-1955), ele foi algumas vezes à cidade, tanto para articular a política local, mas também, como ressalta Claudia Elizabeth Baracho (2016, p. 79), para acompanhar o curso das novas obras arquitetônicas que estavam sendo

realizadas pelo governo estadual. Delas se destacam o Hotel Tijuco, a Faculdade Federal de Odontologia, o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek e a sede do Clube Social da Praça de Esportes.

Algumas vezes quando chegava com anúncio prévio feito pela imprensa era recebido por parcelas da população que o carregava no ombro.⁵ Em entrevista cedida a Américo Antunes (2009), o ex-prefeito de Diamantina, João Antunes de Oliveira, relatou que naquele tempo JK andava em Diamantina de “peito aberto para todo lado e cumprimentava todo mundo. Dava a mão aqui, abraçava ali e até lembrava do nome das pessoas.” (ANTUNES, 2009, p. 46).

Um ditado popular era corrente no município: “enquanto JK dá comida aos pobres, Lacerda joga os pobres no mar.”⁶ Isso devido a uma polêmica que girou em torno de Carlos Lacerda quando o udenista era governador do estado da Guanabara, na primeira metade da década de 1960, e foi acusado de instrumentalizar as forças de segurança pública para raptar moradores de rua e jogá-los em alto-mar.

Devido o aumento da popularidade do presidente através da disseminação de um mito político, os lugares de memória que remetiam a ele em Diamantina iam se avolumando em diferentes suportes, provocando uma explosão do espírito comemorativo relacionado a sua pessoa. No início da década de 1960, o caminhante que passeava pela cidade, poderia seguir da Praça Brasília ao centro, onde se deparava com um Monumento Comemorativo, na praça Dr. Juscelino. Ali próximo, subindo a Rua da Glória com o Beco das Craveiras, encontrava-se, por exemplo, o escritório da Usina Juscelino Kubitschek. O Bairro Presidente havia sido inaugurado há pouco tempo, local onde foi construído o Estádio JK. Parte das crianças do primário estudavam no Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, inaugurado em 1954. Os universitários iam ao novo edifício/sede da Faculdade de Odontologia, inaugurada em 1955, onde na entrada principal foi instalado um busto, uma grande fotografia e uma placa homenageando o então governador do estado de Minas Gerais.

⁵ Antônio Edgar ROCHA - Entrevista ao autor, Diamantina, 15/04/2018.

⁶ Antônio Edgar ROCHA, entrevista citada.

Tanto no âmbito público como no privado de Diamantina a imagem do presidente poderia ser encontrada, algumas pessoas tinham fotos ou pinturas dele em suas residências. Em alguns casos os filhos eram batizados pelos pais com o nome de Juscelino, ou com alguma referência indireta a ele. O historiador Jacques Le Goff (2019) destaca que a multiplicação das memórias que remetem às comemorações, e dos suportes que as carregam aumentaram de forma substancial a partir do século XIX. Neste século, vivenciou-se uma explosão do espírito comemorativo na ordem dos sentimentos. Desde então, com a laicização das festas e do calendário, facilitou a multiplicação das memórias que remetem às comemorações, e dos suportes que as carregam como moedas, selos, medalhas, datas etc (LE GOFF, 2019, p. 464).

A literatura também foi um suporte onde os sentidos sobre JK iam se edificando. Alguns escritores e poetas da cidade tratavam do tema sobre o presidente em suas produções, como pode ser visto no soneto de Jêsus Almeida Rocha: *A Brasília* (VOZ DE DIAMANTINA, 22/05/1960). Publicado na coluna *Para o seu Álbum*, do jornal *Voz de Diamantina*, a cerca de um mês depois da inauguração da nova capital federal, o poema *A Brasília* fazia uma exaltação do feito político da mudança da capital federal atribuída a JK, enquanto uma continuação de uma obra divina. A relação do estadista com a seresta, estilo de música comum da época e reproduzida na cidade, também fez com que parcelas da sociedade diamantinense se identificassem com aquela figura representada em uma escultura pública.

Todo este mosaico de lugares de memória edificados em Diamantina em torno de JK tinham três pontos em comum: o material, o simbólico e o funcional agindo simultaneamente, apenas em níveis diferentes. Este último, realça justamente a ideia de que os lugares de memória são desenvolvidos e executados para serem eficazes, variando o seu fim de acordo com cada intenção. O simbólico está permeado pelos significados e o material se refere ao suporte em que a memória é cristalizada.

De acordo com Pierre Nora (1993, p. 21-22), tratando-se de um lugar de memória, estes três pontos devem coexistir sempre.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21-22).

O lugar de memória pode ser simples e ambíguo, natural e artificial. A sua razão fundamental é parar o tempo, congelar a memória, livrando-a do esquecimento, fixando um estado de coisas. Sua característica por natureza é imortalizar a morte, materializar o imaterial, prendendo o máximo de sentidos num mínimo de sinais (NORA, 1993, p. 21-22).

O conceito desenvolvido pelo historiador francês nos permite analisar os diferentes usos e manipulações da memória do presidente na cidade de Diamantina, possibilitando compreender alguns dos fatores que levaram à hegemonia juscelinista na cidade, diante de um quadro político disputado. Os apontamentos citados ao longo desta primeira parte deste estudo indicam que na década de 1950 e início da década de 1960 ocorreu uma ascensão do espírito comemorativo relacionado a JK em Diamantina, que prosperava e se enraizava cada vez mais em diferentes suportes. Assim como previam os juscelinistas, a construção do monumento, sua inauguração, bem como a visita oficial do presidente a cidade em 1958, só fez aumentar a popularidade de JK e efetivar a hegemonia de seus pares que já dominavam a política no município há duas décadas.

Por fim, é importante salientar que a aproximação de JK desde muito cedo com a Igreja foi fundamental para que os símbolos em torno do presidente fossem bem aceitos pela comunidade diamantinense que em sua grande maioria era católica. A boa relação de JK com os eclesiásticos se deu principalmente com os arcebispos Dom Serafim Gomes Jardim (1934-1953) e Dom José Newton de Almeida Baptista (1954-1960), esse último nomeado primeiro arcebispo de Brasília por sua influência, em 1960. Em 2002, ano do centenário de nascimento do presidente, a Arquidiocese de Diamantina realizou uma homenagem póstuma a JK com a instalação de um monumento comemorativo bem em frente ao prédio do Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus. Trata-se de uma escultura em bronze, uma estátua em tamanho real representando o jovem JK por volta dos 12 anos de idade, em referência ao período em que ele estudou na instituição.

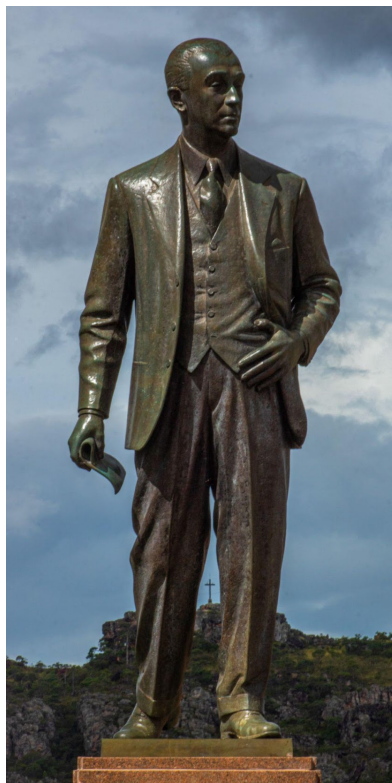
José Pedrosa

“Assim é o Zépé, silencioso, olhando de lado, paciente e apaixonado pelo seu trabalho”
(R.B. Manchete - RJ, 12 de março de 1955)

Diante da discussão anterior e do próprio objeto de estudo proposto, um debate sobre o artista criador do monumento ao presidente, assim como uma análise desta sua obra se tornam indispensáveis.

As esculturas públicas são objetos artísticos que exercem algumas funções, tais como: melhorar a paisagem, comemorar um momento histórico, criar identidade, entre outras, homenagear uma personalidade (OLIVEIRA, 2015, p. 55). A estátua que representa o presidente em Diamantina (Imagem 1) é de autoria do escultor e desenhista mineiro José Alves Pedrosa (1915 – 2002). Essa foi a primeira escultura feita por um artista renomado a representar a imagem de JK no tempo em que ele era Presidente da República. A pedido da prefeitura de Diamantina, Pedrosa recebeu a encomenda de construir o monumento para ser instalado naquela praça no centro da cidade. No início do ano de 1957, ele foi ao gabinete presidencial no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, para fazer os desenhos como primeira etapa do projeto escultórico. Atarefado, Juscelino posava em seu local de trabalho, assim como noticiado pela imprensa (MANCHETE, 02/02/1957). Estima-se que o tempo de confecção desta escultura, do processo inicial ao final, durou cerca de um ano.

Imagem 1: Estátua de JK



Fonte: Arquivo Pessoal. Foto: Kleber Lopes

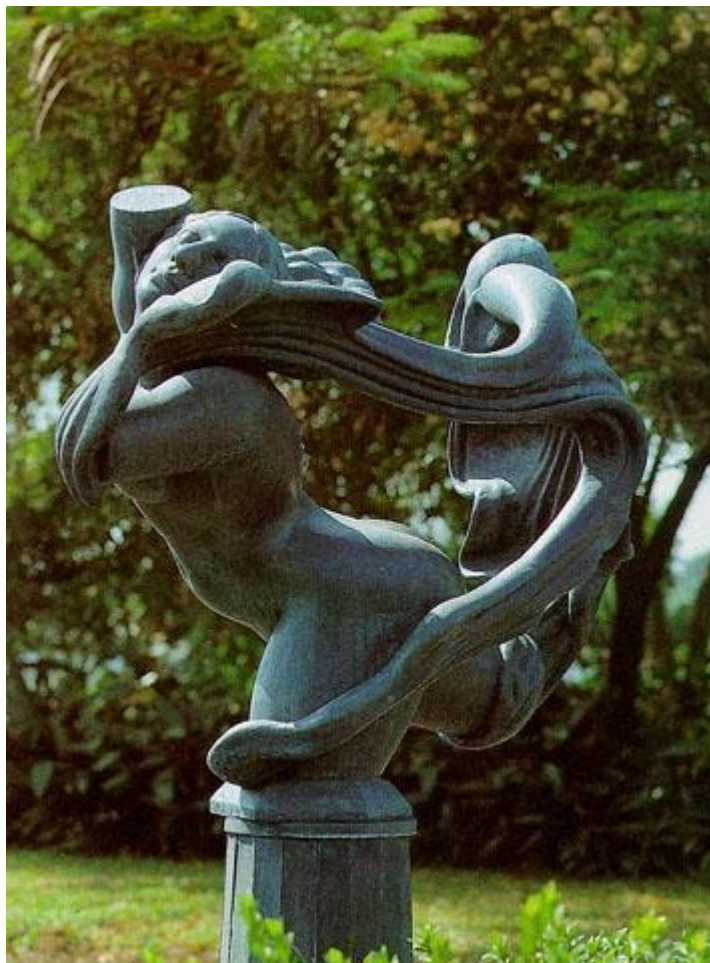
A segunda tiragem desta estátua foi instalada no jardim em frente ao Catetinho, em Brasília, em 1960, no pedestal dela foi colocada a inscrição: “O fundador: Juscelino Kubitschek, 10 de novembro de 1956.” (MANCHETE, 13/11/1971). Dessa forma, existem duas tiragens desta escultura em bronze, uma em Brasília e a outra na cidade natal do presidente. O Catetinho (Palácio de Tábuas) foi o primeiro prédio construído em Brasília, funcionando inicialmente como sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), que gerenciava e coordenava as construções na cidade. Planejado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e construído em 10 dias, apesar de ter sido sede da companhia, o Catetinho recebeu este nome e ficou conhecido como a primeira residência oficial do Presidente da República em Brasília, até a inauguração do Palácio da Alvorada. No ano de 1960, com a promoção do Catetinho a monumento histórico nacional, uma pequena

equipe chefiada pelo próprio escultor José Pedrosa ficou responsável pelos preparativos da entrega do prédio ao patrimônio (ÚLTIMA HORA, 19/04/1960).

Da nova geração da escultura modernista brasileira, Pedrosa foi no período do governo Kubitschek (1956-1961) o principal artista a esculpir a sua imagem, realizando não apenas essas estátuas, como também outro trabalho importante no Museu Histórico de Brasília, inaugurado em 1960, na Praça dos Três Poderes. Na face externa do museu foi inserido um enorme busto do presidente, feito em pedra-sabão pelo escultor, que entre outras obras no espaço foram construídas entre 1959 e 1960. Com fotografias feitas por Nicolau Drei, em 1963, na semana do aniversário de três anos da inauguração de Brasília, a revista *Manchete* (RJ) publicou uma edição comemorativa que exaltava a construção da nova capital federal enquanto um novo e revolucionário conceito de cidade. Para confecção da capa desta edição Juscelino foi fotografado ao lado deste busto (MANCHETE 27/04/1963).

Por volta dos 27 anos de idade, a convite de Oscar Niemeyer e a serviço da prefeitura de Belo Horizonte, na primeira metade da década de 1940, Pedrosa esculpiu um torso, *Figura Alada* (Imagem 2), cujo destino inicial era a Casa do Baile no Conjunto Arquitetônico da Pampulha (PESSOA, 2017, p. 95-96).

Imagem 2: Figura Alada



Fonte: Enciclopédia/Itaú Cultura. Disponível em:
<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra15095/figura-alada>. Acesso em: 11 de fev. 2021.

Desde adolescente Pedrosa era reconhecido pela facilidade com que desenhava e modelava, adquirindo uma maior afinidade com o fazer artístico no final do ginásio, quando começou a ler livros de arte em uma biblioteca local, na Rua Bahia, em Belo Horizonte. Nascido em Rio Acima, no interior do estado de Minas Gerais, sua família se mudou quando ele ainda era criança para um sítio em Cachoeirinha, região próxima à capital mineira. Em Belo Horizonte, Pedrosa frequentou o grupo escolar e o Colégio Arnaldo. Em 1936, por volta dos 20 anos, com o dinheiro da venda de um pequeno lote de terra, em que faturou a quantia de três contos, conseguiu ir para o Rio de Janeiro

onde estudou na Escola Nacional de Belas Artes. Nessa instituição, ele teve uma passagem rápida, marcante e conflituosa. Por defender a arte moderna foi pejorativamente chamado pelos antagonistas de futurista e comunista, sendo convidado a se retirar da instituição depois de uma discussão calorosa. Depois disso, conheceu Oscar Niemeyer, que lhe convidou para criar uma escultura para ser instalada no Conjunto Arquitetônico da Pampulha. Ainda no início da década de 1940, trabalhou um período na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e ampliou seus trabalhos na capital mineira. Por indicação de Cândido Portinari e Lélío Landucci ao adido cultural francês, Pedrosa foi estudar dois anos na Europa, em Paris, entre 1946 e 1948, recebendo para isso uma modesta bolsa do governo francês e uma pequena ajuda do Itamaraty. Nesse ínterim, realizou um curso de talhe de pedra com Nicolussi, esculpia várias cabeças e as vendia, ia a museus e conhecia artistas, viajando frequentemente à Itália. Entre suas referências, podemos citar os artistas Aristide Maillol, Charles Despiau, Jean-Paul Laurens, Jacques Lipchitz, Constantin Brâncuși e Hans Arp (MANCHETE, 12/03/1955).

Desde que voltou ao Brasil, Pedrosa realizava encomendas e apresentações em exposições de arte. Definido como um artista seguro e pesquisador dos mais trabalhadores, em março de 1956, ele relatou à imprensa que passava a maior parte do tempo em seu ateliê, onde fazia suas pesquisas e seus projetos, e que não procurava ninguém, pois o que lhe interessava era seu trabalho, a que se entregava de coração (ÚLTIMA HORA, 06/03/1956). Uma das frases mais conhecidas do escultor José Pedrosa fazia referência ao período da Grécia Clássica, ele costumava dizer: “os gregos não eram assim tão gregos quanto dizem por aí.” (MANCHETE, 02/04/1955).

Apesar de suas ligações com o movimento modernista, o monumento ao presidente foi elaborado a partir de uma representação mais clássica. Concebida sob o estilo deambulatório, percebe-se na escultura de JK um movimento, e não uma rigidez. O calcanhar direito está levemente levantado e o joelho iniciando uma dobradura, enquanto o peso do corpo descansa sobre a outra perna, dando ritmo entre um e outro passo. Tem-se a sensação de um movimento natural e ao mesmo tempo um relaxamento. Essa forma de representar o homem em obras escultóricas surgiu na

Grécia Antiga, no período Clássico (500-323 a.C), quando a cidade-estado de Atenas despontava como a capital cultural do mundo grego. Um dos trabalhos pioneiros mais conhecidos deste estilo é atribuído ao escultor Policleto de Argos (trabalhou entre aprox. 460-420 a.C) (SAVELLE, 1968, p. 184-185).

Da obra de Policleto só se conhece cópias, sendo a mais famosa a de *Doríforo*, o portador da lança. Ele concebia suas esculturas através de um método/regra chamado de *cânon*, que se resumia a cálculos matemáticos, elaborados através de um sistema de proporções entre as partes e o todo. Ele estabeleceu em seu *cânon* que a altura total do corpo deve corresponder à medida de sete cabeças empilhadas. Os pés, três vezes maior do que o comprimento da palma da mão. A perna, do pé até o joelho, seis palmos, e a mesma medida do joelho até o centro do abdome. O corpo, em equilíbrio, repousa sobre uma perna, enquanto o outro almeja um passo à frente, dando ritmo entre um passo e o outro. A cabeça levemente direcionada para o lado, soma-se a algumas das características do método desenvolvido pelo escultor grego. Toda exatidão da sua escultura pode ser contemplada na obra *Doríforo*. Pelo seu trabalho, Policleto recebeu de seus contemporâneos o título de “o grande”. (CONTI, 1987, p. 43). O método desenvolvido a partir de um sistema de proporção, no estilo deambulatório, seria apropriado por outras culturas, sobretudo, no mundo ocidental, com destaque para a arte greco-romana e a renascentista, mas também em outros períodos históricos e em diferentes localidades como a estátua de JK em Diamantina.

Além do tema sobre o estilo deambulatório do objeto artístico, cabe também fazer outras considerações sobre o campo estético que o envolve. De acordo com Ariano Suassuna (2012), em sua obra *Iniciação à estética*, especialmente no capítulo 28 (A escultura), destaca-se que as esculturas podem seguir duas linhagens dicotômicas: apolínea (racional, bela, serena, tranquila, idealizada) e dionisíaca (paixões humanas, angústia, sofrimento, vício). A primeira pode ser identificada na escultura do período grego clássico, onde os seres eram representados:

[...] como que retirados ao universo psicológico, imunes ao sofrimento e à ideia ou presença de morte. Os modelos preferidos dos escultores gregos eram os seres jovens, no esplendor

da idade, de corpos perfeitos, imóveis, serenos, harmoniosos, tranquilos, idealizados.” (SUASSUNA, 2012, p. 150).

Segundo Flávio Conti (1987, p. 34-35) as estátuas gregas clássicas, assim como os edifícios, foram erigidas para venerar os deuses. Como os deuses gregos eram a imagem e semelhança do homem, a estátua deveria ter um aspecto completamente humano e sem defeitos. Dessa forma, buscava-se a representação do homem perfeito, idealizado. Com essa nova proposta, houve a necessidade de um desenvolvimento técnico por parte dos escultores que fosse capaz de representar o ser com maior riqueza de detalhes no material a ser esculpido. Conti (1987, p. 36) salienta que a história da escultura grega clássica se resume à busca pela realização deste tipo de obra e a luta do artista para conseguir imprimir no material tal proposta representativa.

A linhagem dionisíaca pode ser observada no trabalho dos artistas renascentistas e modernistas que acrescentaram um “valor dolorosamente humano à qualidade plástica da escultura.” (SUASSUNA, 2012, p. 150). Estes artistas buscavam outras formas de representar o ser, voltadas para o conflito existencial, movidos pelos questionamentos subjetivos e pelas adversidades da vida, que se afloram através da dúvida, da angústia ou do sofrimento. Tem-se como exemplo a escultura *O pensador* (1887) de Auguste Rodin. Segundo Suassuna (2012, p. 151), Rodin foi atraído pelo trabalho de Michelangelo, e por isso inclinou-se “para uma escultura ligada à representação do sofrimento, do impulso humano para o alto e da angústia disso resultante, sendo essa tensão interior e espiritual a verdadeira modeladora do volume em suas esculturas.” Nas obras de Rodin, existe uma extrema tensão física, “a fim de exprimir estados espirituais, e vivificar e dramatizar a forma.” (LYNTON, 1979, p. 67). Porém, assim como salienta Suassuna (2012, p. 251), apesar de parte do trabalho deste escultor ser direcionado para uma corrente dionisíaca, isso não quer dizer que Rodin não tenha se deixado levar pelo ideal apolíneo do período grego clássico.

A estátua de JK tem uma linhagem do tipo apolínea, cuja representatividade tem uma áurea serena, racional e bela, imune ao sofrimento ou sem a presença e a ideia da morte. A escultura representa a imagem do presidente enquanto símbolo de poder político, protagonista da construção

da nova capital federal. Um estadista, trazendo no rosto uma expressão séria, usando terno, colete, gravata, calça e sapato social, segurando um documento em uma das mãos, e a outra na cintura.

Outro aspecto da escultura é sobre sua natureza, que pode ser intimista ou épica. A escultura intimista se difere da épica, que é unida a uma arquitetura, numa espécie de ornamentação. As esculturas intimistas são obras isoladas, construídas para serem olhadas isoladamente, sem relação com qualquer edifício ou oposta a ele (SUASSUNA, 2012, p. 149). A estátua de JK é do tipo intimista, projetada para ficar no centro de uma praça.

A escultura feita por Pedrosa foi instalada em Diamantina num ponto estratégico, em um largo aberto, cujo encontro de ruas no local dá origem a um movimento de pessoas transitando vindas de diferentes lugares. De um lado do monumento, tem-se a Igreja São Francisco, do outro, um antigo casarão, ambos os edifícios erigidos no século XVIII. Atrás, destaca-se a Serra dos Cristais. A sensação é que a serra faz parte da obra, integrando um conjunto harmônico entre os opostos. A estátua estaria no primeiro plano e a serra no segundo, marcando a profundidade. A impressão é de uma escultura isolada oposta, cuja arquitetura é a Serra dos Cristais, assim como Suassuna (2012, p. 149) se referiu aos doze profetas de Aleijadinho, eles não estão integrados à igreja, mas opostas a ela, no sentido de estarem situadas à frente.

Cabe lembrar que o monumento ao presidente foi erigido em harmonia com o Cruzeiro Luminoso no mirante da Serra dos Cristais que pode ser visto na lacuna entre as pernas da estátua. Isso indica que a escolha do local e a elevação do objeto artístico a dois metros por um pedestal foi realizada com precisão. Este horizonte ainda é valorizado comumente com o nascer da lua. Para reforçar os elementos simbólicos do local foram plantadas anos mais tarde, palmeiras imperiais enfileiradas que atravessam todo o perímetro da praça, passando por trás do monumento.

Considerações Finais

Como vimos, os usos e manipulações da memória do presidente foram em grande medida um dos aspectos que alavancaram a hegemonia juscelinista em Diamantina no final da década de 1950. Nesse sentido, destaca-se a construção do monumento comemorativo pelos correligionários do presidente, instalado no ano de 1958, em um sítio patrimonializado no centro dessa cidade.

Como um lugar de memória, este monumento simbolicamente prendia o máximo de sentidos em um único sinal: em um objeto artístico. Isso se deve principalmente a escolha da estética aplicada na escultura, reproduzindo o semblante do homenageado de forma idealizada, sustentando a configuração de um mito político. Quando foi inaugurada a estátua, JK terminava junto a sua equipe de construir os principais prédios e monumentos em Brasília, na Praça dos Três Poderes, sob uma pressão enorme da oposição. Ao lado disso, era impulsionada a disseminação da figura do presidente através de uma perspectiva mitológica, realizada, sobretudo, através da propaganda do governo e pela mídia governista, como também a partir de seus correligionários.

Quando JK foi a Diamantina para o evento que se iniciou com a inauguração do monumento comemorativo e demais atividades públicas, estava seguro de seu mandato de Presidente da República, pois o maior objetivo do seu governo estava sendo realizado com êxito, na nova capital federal. Diante desta conjuntura política, “naturalmente” os lugares de memória em torno dele foram surgindo, muitos construídos pelos seus partidários, mas também por pessoas comuns da sociedade. Dessa forma, no período do seu mandato de presidente ocorreu uma explosão do espírito comemorativo sobre sua memória, suscitando a manutenção da ordem política vigente do PSD em sua terra natal.

Fontes e bibliografia

1. Fontes

1.1. Fontes periódicas

Voz de Diamantina, ano 52, n. 30, 24 de outubro de 1954, p. 3.

Voz de Diamantina, ano 54, n. 9, 05 de junho de 1955, p. 1.

Voz de Diamantina, ano 54, n. 24, 02 de outubro de 1955, p. 1.

Voz de Diamantina, ano 54, n. 26, 16 de outubro de 1955, p. 1.

Voz de Diamantina, ano 52, n. 20, 02 de março de 1958, p. 3.

Voz de Diamantina, ano 52, n. 24, 30 de março de 1958, p. 1.

Voz de Diamantina, ano 52, n. 26, 13 de abril de 1958, p. 1.

Voz de Diamantina, ano 52, n. 28, 27 de abril de 1958, p. 1.

Voz de Diamantina, ano 53, n. 3, 19 de outubro de 1958, p. 1.

Voz de Diamantina, ano 54, n. 32, 22 maio de 1960, p. 4.

Manchete (RJ), ano 1955/Edição 0151, 12 de março de 1955, p. 52-53.

Manchete (RJ), ano 1955/Edição 0154, 2 de abril de 1955, p. 26.

Manchete (RJ), ano 1957/Edição 0250, 2 de fevereiro de 1957, p. 6.

Manchete (RJ), ano 1963/Edição 0575, 27 de abril de 1963, p. 53.

Manchete (RJ), ano 1971/Edição 1021, 13 de novembro de 1971, p. 134.

Última Hora (RJ), ano 1956/Edição 01445, 6 de março de 1956, p. 17.

Última Hora (RJ), ano 1960/Edição 00335, 19 de abril de 1960, p. 6.

1.2. Sites consultados

Diamantinenses recebem Praça JK após obra de requalificação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 18 de mai. 2021.

Carlos Lacerda foi acusado de raptar mendigos no Rio. Disponível em: <https://180graus.com>. Acesso em: 14 de mai. 2021.

Inaugurado com a capital, Museu Histórico guarda a memória de Brasília. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br>. Acesso em: 05 de mai. 2021.

The sculpture of August Rodin at the legion of honor. Disponível em: <https://artsandculture.google.com>. Acesso em: 08 mar. 2021.

2. Referências Bibliográficas

AMORIM, Rose May Guerra. **O Governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados**. Dissertação (mestrado em Bens culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

ANTUNES, Américo. ANTUNES, Carolina (orgs.). **João Antunes: vozes e visões**. Diamantina: Terrazul, 2009.

ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA. **Fé, história e missão: Arquidiocese de Diamantina Polianteia**. 100/150 anos. Gráfica Santuário, 2017/2018.

BARACHO, C. E. **Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961**. Dissertação (Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFVJM, Diamantina, 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CONTI, Flávio. *Como reconhecer a arte grega*. Edições 70, Lisboa, Portugal, 1987.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Editora Fino Traço, Belo Horizonte, 2011.

_____. **Alegoria do patrimônio**. EDIÇÕES 70, Lda, 2014.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FERREIRA, Rodrigo Otavio Seixas. **A imprensa como “arma de guerra”: a trajetória da revista Maquis (1956-1962)**. XXVIII Simpósio nacional de história: lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

- GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural.** *Historiae*, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012.
- JARDIM, Serafim. **Juscelino Kubitschek: onde está a verdade?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. **Meu caminho para Brasília.** Vol, 1. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LOPES, Cristiano Aguiar. **A loucura de Brasília: o antimudancismo nas páginas do jornal Tribuna da Imprensa (1956-1960).** VII Encontro Nacional de História da Mídia: mídia alternativa e alternativas midiáticas – Fortaleza, 2009.
- LYNTON, Norbert. **O mundo da arte: enciclopédia das artes plásticas em todos os tempos. Arte Moderna.** Editora expressão e cultura - 7º ed. Rio de Janeiro, 1979.
- MARTINS, Marcos Lobato. **“Quem é rei nunca perde a majestade”? JK na política de Diamantina no período de 1934-1970.** *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 18, n. 41, p. 130-162, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/9456/10602>. Acesso em 19 de set. 2021.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Tradução: Yara Aun Khoury. Prof, História. São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, Mônica. **Qual o papel da escultura pública para a educação do cidadão?** *European Review of Artistic Studies*. Vol. 6, n. 2, pp. 54-67, 2015.
- PELEGRINI, Sandra. **Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado.** *Anos 90, Porto Alegre*, v. 25, n. 48, p. 87-115, dez. 2018.
- PESSOA, Gisele Guedes Tomaz de Aquino. **Opacidade e transparência. Percurso por obras tridimensionais em Belo Horizonte: de adolescentes (1937) a espaço nº 9 (1967).** Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, 2017.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília.** 1990. xvii, 257 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1990.
- SAVELLE, Max (org). **LISA - História da civilização mundial (Vol 1): as primeiras culturas humanas.** Belo Horizonte: Editôra Itatiaia limitada, 1968.

SILVA, Luis Carlos Morais da. **Clube de futebol Tijuco: (re) contando sua história e (re) conhecendo um personagem.** Monografia, Departamento de Educação Física, UFVJM, Diamantina, 2014.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Ritual e política: excerto.** Revista de Estudos da Religião, março de 2008.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética.** Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

https://facbel.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/ARIANO_SUASSUNA_iniciacao_a_estetica_12a.pdf. Acesso em: 28 de mai. de 2021.

Desfazendo o olhar colonial: fotografia, enquadramento e o “significado” das imagens

Undoing the colonial gaze: photography, framework and the “significance” of the images

João Felipe Rufatto Ferreira
Graduando em Comunicação
Universidade Estadual de Campinas
joaofeliperf@gmail.com

Recebido em: 23/09/2021

Aprovado em: 06/12/2021

Resumo: Partindo de um mal-estar diante de concepções ontologizantes e tecnicistas da fotografia (SONTAG, 1981 e BARTHES, 1984), este artigo volta-se para retratos fotográficos de sujeitos negros produzidos no interior de estúdios nas últimas décadas do século XIX no Brasil, visando desestabilizar concepções que abordam as imagens fotográficas sujeitando-as a uma realidade dada *a priori*. Depois de empreender uma incursão histórica nas tradições visuais que fundamentam a produção desses retratos, propomos a análise de uma releitura contemporânea de uma destas fotografias, com o objetivo de desestabilizar o enquadramento (BUTLER, 2019, p. 22-29) que impõem determinada *orientação do olhar* sobre estas imagens e sobre estes sujeitos.

Palavras-chave: Fotografia; História do Brasil; Escravidão.

Abstract: Departing from a malaise generated by ontologizing and technicist conceptions of photography (SONTAG and BARTHES), this paper analyzes photographic portraits of black subjects produced inside studios in the last decades of the 19th century in Brazil, aiming to destabilize conceptions that approach the photographic images submitting them to a reality *a priori*. After an historical incursion into the visual traditions that ground the production of these portraits, we propose the analysis of a contemporary reinterpretation of one of these photographs, thus aiming to destabilize the frame (BUTLER) that imposes a certain orientation of the eye before these images and these subjects.

Keywords: Photography; Brazilian History; Slavery.

A fotografia e a realidade: verdades em disputa

Uma pintura falsa (aquela cuja autoria é falsa) falsifica a história da arte. Uma fotografia falsa (aquela que foi retocada ou adulterada, ou cujo título é falso) falsifica a realidade.

Susan Sontag¹

A dupla oposição construída por Sontag (1981, p. 84) nesta passagem é reveladora de uma concepção que, tradicionalmente, tenta afirmar a natureza das imagens fotográfica e pictórica naquilo que as diferencia. Enquanto uma pintura falsa seria aquela que falsifica o estilo de um determinado artista, tentando passar por uma imagem que ela *não é*; uma fotografia falsa seria aquela que, ao lançar mão de uma série de procedimentos – que, na verdade, são recorrentes no processo de produção da imagem fotográfica (como os retoques) - dissimula a verdade que a imagem estaria destinada a revelar, tentando passar por uma realidade que *não foi*.

Esta concepção da fotografia como um dispositivo cuja vocação seria revelar a realidade tal como ela *foi* é constitutiva de um discurso que, até os dias de hoje, ainda encontra bastante ressonância e cuja obra mais conhecida talvez seja *Câmera Clara*, de Roland Barthes (BARTHES, 1984). Buscando a essência da fotografia em suas qualidades técnicas, autores como Sontag e Barthes acabaram por negligenciar como questões formais, culturais e de estilo intervêm na mediação que as imagens fotográficas fazem do mundo. É verdade, e isso precisa ser reconhecido, que Sontag se afasta da tese da fotografia como uma mera “janela” da realidade dada, afinal, segundo a autora “em vez de simplesmente registrar a realidade, a fotografia tornou-se a forma como as coisas nos parecem, transformando assim a própria noção de realidade e realismo.” (SONTAG, 1981, p. 85). No entanto, a insistência na distinção pintura-fotografia permanece:

Por isso é que as qualidades formais do estilo - ponto crucial da pintura - são, no máximo, de importância secundária na fotografia, ao passo que o significado de uma fotografia - o que ela representa - é sempre de importância primordial. A suposição implícita em qualquer das formas em que se utiliza uma fotografia, ou seja, de que cada fotografia é um pedaço do mundo, significa que não sabemos reagir a uma fotografia (se a imagem é visualmente ambígua: quer dizer, vista de perto ou de longe demais), até que saibamos que pedaço do mundo ela representa (SONTAG, 1981, p. 90).

¹ SONTAG, 1981, p. 84.

A redução da fotografia a um “pedaço de mundo”, a importância atribuída àquilo que ela representa como seu “significado” (termo bastante questionável de ser utilizado neste contexto) submete toda a análise a partir daí a uma realidade dada a priori, a qual a imagem não poderia, ou, pelo menos, não deveria poder jamais dissimular se se quisesse efetivamente fotográfica. Esta posição ontologizante é questionada por André Rouillé como substrato de uma tradição que acompanha a fotografia desde sua origem em meados dos anos 1830, à qual o autor dará o nome de regime da fotografia-documento (ROUILLÉ, 2009, p. 97-135). A preeminência da realidade em relação à imagem e das qualidades indiciais em detrimento das potencialidades simbólicas e expressivas envolvidas em todo o processo fotográfico, desde a produção até a circulação e eventual destruição das imagens, devem ser, então, questionadas. Nossa hipótese é de que a realidade registrada, não estando diretamente acessível através da imagem fotográfica, mas apenas como o produto de determinada mediação, não pode ser considerada apartada dos elementos formais, de estilo e, principalmente, das tradições e convenções visuais e culturais que impactam nos processos de produção e circulação dessas imagens. Isto significa que a reação a uma fotografia não procede, em primeiro lugar, da identificação unilateral dos “pedaços de mundo” que reconhecemos na imagem para só depois nos determos sobre as “qualidades formais do estilo”. Não existe uma ordem de precedência da imagem, a indicialidade pungente daquilo que foi é inseparável da experiência estética da imagem que é.

Imagem 1: Retrato de mulher negra “vendedora de bananas”. Fotografia atribuída à Rodolpho Lindemann, Salvador, década de 1880.



Fonte: KOUTSOUKOS, Sandra S. M. **No estúdio do fotógrafo: representação e auto-representação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX.** 2006. Tese (doutorado) - UNICAMP, IA, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285033>

Quando nos deparamos com a fotografia de Rodolpho Lindemann (1852-19??), por exemplo, parece evidente que a indexicalidade da imagem se sobressai. Aquilo que a imagem apresenta, uma mulher negra “vendedora de bananas”, é evidenciado, inclusive, pela legenda inscrita no papel. Uma mulher negra sentada diante da câmera, o corpo posicionado quase lateralmente, com o rosto voltado para frente numa posição que parece desconfortável, seus olhos, perdidos além do quadro, transparecem uma espécie de cansaço e indiferença. Acompanhada de uma criança de olhar assustado amarrada às suas costas, ela traz, sobre a cabeça, o suporte para a cesta de bananas presente no canto inferior esquerdo do quadro. Mas, seria esta breve descrição suficiente para esgotar tudo o que vemos? Nada nos garante que esta mulher é efetivamente uma “vendedora de bananas”, no entanto a identificação de certo *papel social* na imagem é dada quase como uma evidência pela legenda. Não parece haver espaço para dúvidas. Contudo, a pergunta persiste: Seria a identificação do “significado” da fotografia, tal qual proposto por Sontag, suficiente como ponto de partida para determinada orientação diante da imagem fotográfica? O que vemos, afinal, que “pedaço do mundo” a fotografia nos apresenta não cessa de se confundir na corrente de sentidos possíveis que atravessam a imagem e escapam à mera sujeição de tal representação ao real.

Ao fazer cortes, ao traçar planos de referência, não se fotografa *o* real, nem mesmo *no* real, porém *com* o real. A extensão do real excede às coisas e aos corpos, que jamais se inserem na imagem sem estarem ligados aos incorporais (problemas, fluxos, afetos, sensações, intensidades, etc.). (ROUILLÉ, 2006, p. 202).

Fotografar com o real significa tomar a realidade não com o outro ausente da imagem, mas compreendê-lo como parte constitutiva em seu processo de produção e circulação, no que diz respeito aos limites materiais e imateriais que este real impõe à prática fotográfica e na potência que as próprias imagens têm de redefinir determinadas concepções da realidade. Deste modo, a análise aqui pretendida da fotografia de Rodolpho Lindemann deverá se dar mediante uma incursão prévia em duas tradições visuais bastante proeminentes no século XIX: a tradição daqueles que se convencionou chamar “artistas viajantes”, em relação a noção de pitoresco, e a do retrato pictórico e fotográfico em seu longo desenvolvimento enquanto gênero. Ao fim desta incursão histórica, empreenderemos a análise de uma obra de arte contemporânea, onde

encontraremos o extremo oposto deste processo de produção de visualidades, ou seja, o reinvestimento artístico que tenta desconstruir determinado modo de ver e que, através da reapropriação crítica de uma dessas fotografias-*souvenir*, revela como mesmo essas imagens que se propõe documentais já trazem inscritas em si determinada orientação visual diante do real.

A produção de um enquadramento: de Debret a Lindemann, o retrato “histórico e pitoresco” dos negros no Brasil oitocentista

No livro *Portraiture*, Shearer West vai posicionar o gênero do retrato num *continuum* entre “a especificidade da semelhança e a generalidade do tipo” (WEST, 2004, p. 21), mas vai afirmar também, algumas páginas antes, que “retratos não são apenas semelhança, mas obras de arte que se engajam com as maneiras pelas quais ideias de identidade são percebidas, representadas e entendidas em diferentes momentos e lugares”² (WEST, 2004, p. 11). Além disso, West vai enumerar uma série de funcionalidades dos retratos ao longo da história ocidental que vão desde seu funcionamento biográfico, até seu possível uso como ferramenta política (WEST, 2004, p. 43-69), o que indica que qualquer definição de retrato precisa levar em conta as relações estabelecidas entre artista, retratado e financiador (WEST, 2004, p. 37), nas quais o objetivo do retratista é, majoritariamente, a busca por exprimir traços da subjetividade do indivíduo retratado.

Quando analisado à luz destas considerações, o retrato produzido por Rodolpho Lindemann de uma “vendedora de bananas” (Figura 1) gera um incômodo. Qual o nível de comprometimento do fotógrafo com a representação da identidade da mulher retratada? A prerrogativa da documentação do exótico exime o fotógrafo deste compromisso? Por quê? Quais as relações que se estabeleceram entre o fotógrafo e esta mulher? Quais eram as funções desta imagem na sociedade brasileira oitocentista? De que maneira ela circulava? Em relação às duas últimas, podemos buscar uma resposta nos escritos de Sandra Koutsoukos:

Em se tratando de fotos de possíveis escravos produzidas no interior de estúdios, o que mais se fez aqui [Brasil] foram fotos de tipos e costumes. Uma parte dessas fotos foi explorada na chave do exótico, e vendida na forma de

² Tradução livre de: “Portraits are not just likenesses but works of art that engage with ideas of identity as they are perceived, represented, and understood in different times and places.”

cartões postais como souvenir aos estrangeiros, colecionadores e/ou curiosos, atendendo, sobretudo, à demanda do mercado europeu no período (KOUTSOUKOS, 2006, p. 103)

O desejo europeu por conhecer o “exótico” fomentava a produção de fotografias que exploravam os corpos e o imaginário acerca do negro no Brasil. De certa forma, o “olhar” do fotógrafo pode ser compreendido não apenas como expressivo de sua visão ou intenção estética, mas parte de uma tradição colonial na qual a fotografia desempenhou um papel de exploração e expansionismo (ROUILLÉ, 2006, p. 48-50). No entanto, encontramos traços deste regime de visualidades desde antes da invenção e popularização da fotografia em território nacional. Já no início do século XIX, com artistas como Jean Baptiste Debret³ (1768-1848) e Johann Moritz Rugendas⁴ (1802-1858), o olhar estrangeiro se voltava para o Brasil com interesse por suas “belezas naturais” e pelos sujeitos não brancos que populavam o território, o que pode ser interpretado na chave do *pitoresco*, conceito que centraliza o interesse estético dos artistas viajantes pela exotividade de territórios distantes do grande centro europeu.⁵

Contudo, apesar de reveladora, a perspectiva do “olhar europeu” não pode ser limitante em relação a análise dessas imagens. Mattos (2007, p. 412) vai argumentar que o determinismo que o conceito de “artista viajante” assumiu na história da arte impediu, muitas vezes, os historiadores de se atentarem à forma como essas imagens também são parte constitutiva do imaginário nacional e possuidoras de especificidades que podem revelar as relações de poder para além da afirmação simplificadora de um olhar “exterior”.

³ Jean Baptiste Debret nasceu na França, primo e aluno de Jacques-Louis David (1748 - 1825), importante figura do neoclassicismo francês, Debret chegou ao Brasil em 1816 como integrante da Missão Artística Francesa. Em território nacional, atuou como professor de pintura histórica na Academia Imperial de Belas Artes entre 1826 e 1831 e produziu as imagens que integram umas das mais importantes obras sobre o Brasil do século XIX, o livro *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, editado em três volumes entre 1834 e 1839.

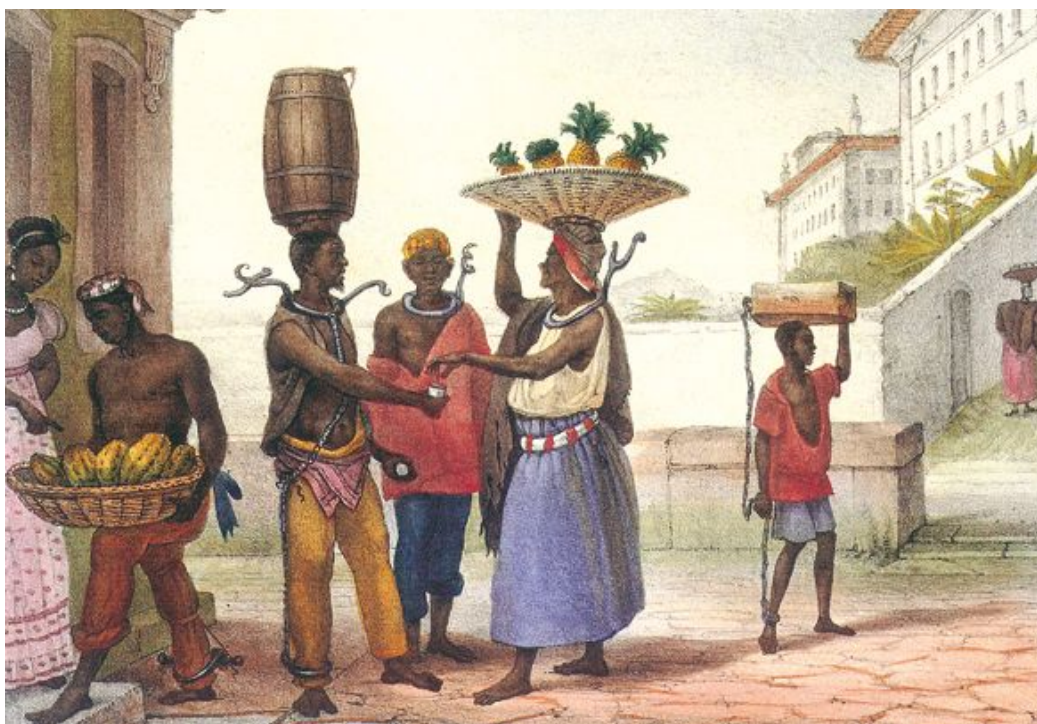
⁴ Johann M. Rugendas nasceu em Augsburg, Alemanha, em 1802. Tendo participado de inúmeras expedições para documentar o continente americano, Rugendas chegou ao Rio de Janeiro em 1822, quando se aproximou dos artistas da Missão Artística Francesa. Ele produziu inúmeras ilustrações que representam paisagens e costumes brasileiros no século XIX.

⁵ Em seu *On Picturesque Travel*, William Gilpin afirma: “A principal fonte de entretenimento do viajante pitoresco é a perseguição de seu objetivo – a expectativa de novas cenas se abrindo e revelando-se à sua visão. Pressupomos que a região seja inexplorada. Sob tais circunstâncias, a mente é mantida num estado constante de agradável suspense. O amor pela novidade é o fundamento desse prazer. Todo horizonte distante promete algo de novo, e com essa agradável expectativa nós seguimos a natureza através e todas as suas andanças. A seguimos dos morros aos vales, e caçamos aquelas belezas variadas que abundam nela em toda parte.” (GILPIN, 1794, p. 47 *apud* MATTOS, 2007, p. 410).

Posto nas fronteiras da história da arte, o conceito de “artista viajante” mostrou-se de fato inoperante. Associado ao conceito de pitoresco, ele tende a reduzir o não europeu a um “outro” genérico, impossibilitando a análise das condições efetivas da construção de determinadas imagens e de seus usos nas relações de poder (MATTOS, 2007, p. 412).

Neste sentido, podemos traçar paralelos entre a fotografia de Lindemann e a obra de Jean Baptiste Debret que ultrapassem a insígnia do “olhar europeu”, inspecionando os elementos formais e as opções de composição, reveladores de um enquadramento que estereotipa e simplifica a imagem do corpo negro, escravizado ou não, na influência mútua que esses elementos estéticos engendram com os processos materiais de produção e circulação das imagens.

Imagem 2: “Coleira de Ferro”, aquarela sobre papel, J.B. Debret, Rio de Janeiro, c.1816-1831.



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Paris: Firmin Didot Frères, 1835, 2v. Disponível em <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3802>>

A aquarela “Coleira de Ferro”, integra a prancha 42 do segundo tomo do livro *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (DEBRET, 1835), coletânea de imagens e textos produzidos por Debret sobre os anos em que residiu no Brasil. Como o nome já denuncia, a imagem retrata um castigo imposto aos escravizados que tentavam fugir, a “coleira de ferro”. Essa obra integra o conjunto de imagens nas quais o autor retratou, com indignação, as violências infligidas aos sujeitos escravizados em território brasileiro. No entanto, aqui, essa punição é tratada com duvidosa naturalidade pelo artista. A presença da “coleira de ferro” não impede - e a imagem não se ocupa nem mesmo de retratar como o objeto atrapalha - as atividades de venda realizadas. Na verdade, não parece absurdo afirmar que o foco se coloca mais sobre esses processos do que sobre a violência em si. A “coleira de ferro” divide o espaço da imagem com o barril, a bandeja e as cestas de frutas, sendo, essas últimas, elementos recorrentes nas ilustrações de Debret, que caracterizam o trabalho de venda de produtos nas cidades, atividade atribuída aos negros-de-ganho. A coabitação “harmoniosa” da tortura explícita com a obrigação do trabalho imposta aos escravos impele-nos a refletir sobre como esse trabalho forçado de venda de produtos, que pode não despertar tanta indignação quanto a tortura, se revela, também, como uma forma de violência que constitui, junto das punições diretas impostas aos corpos, um dos braços do sistema escravista. Isso fica claro quando tomamos a afirmação de Koutsoukos:

Escravos que trabalhavam carregando fardos pesados, apoiados sobre a cabeça equilibrados em rodilhas de pano, ficavam com falhas de cabelos específicas e para sempre. Outros podiam possuir deformidades nas pernas, na coluna, ou nos dedos das mãos, causadas por determinados tipos de trabalhos repetidos” (KOUTSOUKOS, 2006, p. 78).

A mesma cesta de frutas que compõem a aquarela de Debret integra a composição da fotografia de Rodolpho Lindemann. Na foto, a mulher não interage diretamente com a cesta, esta funciona mais como um elemento cenográfico; podemos dizer que ela carrega um valor simbólico próprio que, no entanto, não irá se desvencilhar do corpo da mulher diante da câmera. O fato de os panos que servem como sustentação sobre a cabeça serem mantidos é o principal indício deste não desvencilhamento entre o objeto de trabalho e o corpo. Por mais que o cesto assuma um papel de elemento decorativo, não é permitido ao corpo negro se separar completamente do signo do trabalho, afinal, é esta simbologia e os esteriótipos que ela

fundamenta, que vão interessar o colecionador europeu e despertar seu interesse em adquirir a fotografia de Lindemann.

No entanto, apesar da repetição desses elementos, existe uma distinção fundamental entre a composição de Debret e a de Lindemann que vale a pena reafirmar. Enquanto Debret empreende a articulação de inúmeros elementos em suas ilustrações, compondo quase que uma narrativa que apresenta os corpos na sua relação entre si e com o ambiente, Lindemann produz uma fotografia de estúdio - O que sugere maior possibilidade de controle sobre o retratado -, com um fundo neutro, separando os corpos representados de qualquer relação com um possível espaço de trabalho. Podemos afirmar que o discurso de Debret se quer *histórico*, enquanto o de Lindemann assume uma perspectiva *simbólica*⁶. Quando pensamos na formação acadêmica de Debret enquanto pintor de história (LIMA, 2007, p. 264-267) e em sua proximidade com a monarquia brasileira esse elemento histórico que marca sua obra fica evidente:

(...) não parece descabido que Debret escolha um discurso histórico de caráter progressivo como eixo narrativo de seu livro de viagem. Mais do que contar a história pela pintura, a Viagem pitoresca e histórica ao Brasil combina palavra e representação visual para gerar uma narrativa histórica que dê conta da exemplaridade da história brasileira (PICCOLI, 2005, p. 493).

A intenção de Debret não era apenas apresentar o Brasil na chave do pitoresco, ele visava, também, contribuir para a construção da história desta nação que dava seus primeiros passos. No *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, o artista vai articular imagens e textos, empreendendo a construção de uma narrativa explicativa que tenta captar (não sem interpretar, evidentemente) as tensões entre índios, negros e brancos na sociedade brasileira da época. Os textos contribuem para a “amarração” do sentido das imagens e são, talvez mais do que elas, diretos sobre o papel da população negra na construção da nação através do trabalho:

Tudo assenta, pois, neste país, no escravo negro; na roça, ele rega com seu suor as plantações do agricultor; na cidade, o comerciante fá-lo carregar pesados fardos; se pertence ao capitalista, e como operário ou na qualidade de moco de

⁶ O trabalho simbólico na composição está ligado ao maior controle do fotógrafo sobre a imagem nas cenas representadas dentro de estúdios: “[...] nas cenas de estúdio, trataram os fotógrafos de colocar a referida ordem nas composições, nas quais deixaram de fora o “burburinho” das cidades, do comércio, da movimentação das ruas, e nas quais escolhiam com cuidado o que iam registrar, fazendo uso de signos, muitos dos quais podiam ser decodificados pelos que vissem os cartões.” (KOUTSOUKOS, 2006, p. 108).

recados que aumenta a renda do senhor. Mas sempre mediocrementemente alimentado e maltratado [...] (DEBRET, 1835, *apud* COSTA, 2009, p. 224).

É essa analogia construída entre corpo e trabalho⁷ que vai fundamentar a produção, mais de cinco décadas depois, de fotógrafos que, como Lindemann, transportam escravizados e ex-escravizados para dentro de um ambiente controlado e, através da articulação de elementos iconográficos e escolhas de *mis-en-scène*, vão reproduzir e reforçar esse discurso com o objetivo de comercializar estes “olhares coloniais”. Isso significa que o sucesso que essas fotografias alcançam enquanto *souvenirs* no mercado europeu, não deve ser analisado apenas na chave de um interesse em conhecer a realidade distante dos trópicos, mas também graças ao desejo colonizador de “consumir seu próprio olhar”, isso é, consumir um *enquadramento* específico, que atribui lugares definitivos aos corpos e sujeitos, acionando estereótipos e tipologias produzidas ao longo de anos de história da arte *no e sobre* o Brasil. No entanto, a análise desta fotografia não deve ser empreendida apenas através da noção de *pitoresco*. É importante ressaltar, também, os elementos que a composição de Lindemann herda da tradição do retrato fotográfico e pictórico.

No primeiro capítulo do livro *Identidade Virtuais*, Annateresa Fabris vai esclarecer como já os primeiros retratos fotográficos derivam da pintura, algumas modalidades de representação, como a pose em meio perfil e a iluminação difusa (FABRIS, 2004, p. 25), além da utilização de elementos decorativos para caracterizar a identidade do indivíduo (FABRIS, 2004, p. 26). Essa identidade, contudo, está menos vinculada à ideia de uma “identidade psicológica” do que ao desejo por ostentar o “sucesso alcançado graças à iniciativa individual” (FABRIS, 2004, p. 29). Com o barateamento da imagem fotográfica pelo *carte-de-visite*, patenteado por Antoine Disdéri em 1854, a resposta ao desejo de representação da alta-burguesia é estendida a classes menos abastadas da sociedade, como a baixa-burguesia e o proletariado (FABRIS, 2004, p. 29). Esse barateamento envolve não apenas uma automatização de um processamento antes artesanal, mas, também, a configuração de um dispositivo que envolve o agenciamento de um conjunto de poses e elementos cenográficos pré-definidos que homogenizam o retrato fotográfico, reproduzindo

⁷ Koutsoukos (2006, p. 109.) vai afirmar que “o tema do trabalho era outro indício de escravidão (ou de pobreza) e foi a maior constante nesse tipo de foto, pois fazia parte do dia-a-dia da própria escravidão, mostrava o lugar da pessoa; porém, a encenação do trabalho, da ocupação, ao mesmo tempo em que mostrava o lugar da pessoa na sociedade, indicava o grau de civilidade daquele indivíduo e exaltava a sua dignidade”.

uma “série de estereótipos sociais que se sobrepõem ao indivíduo, destacando o personagem em detrimento da pessoa” (FABRIS, 2004, p. 29). No caso brasileiro, isso vai ao encontro da maneira pela qual os escravizados forros e libertos visitavam os estúdios dos fotógrafos na busca por afirmar sua proximidade com a burguesia e “se esquivar dos estigmas da escravidão” (KOUTSOUKOS, 2006, p. 80). Um exemplo é o retrato de Glicéria da Conceição Ferreira:

Imagem 3: Frente e verso do retrato de Glicéria da Conceição Ferreira. Cartão-de-visita do estúdio Carneiro & Gaspar, Rio de Janeiro [1870-1872].



Fonte: Brasiliana Fotográfica. Disponível em:

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5154>

Quando colocamos lado a lado as duas fotografias (Figura 1 e 3), é provável que percebamos, primeiro, aquilo que as diferencia. O retrato de Glicéria da Conceição Ferreira comporta mais elementos cenográficos que conotam “uma boa situação social, que podia ser real ou não, representada pela sua roupa, joias, leque, rica caixa (de joias, de pequenos objetos de tocador, ou, quem sabe, de uma coleção de fotos), penteadeira e banquinho de apoio para os pés” (KOUTSOUKOS, 2006, p. 89). No entanto, um olhar um pouco mais atento vai perceber que

essas fotografias têm algumas características em comum: a iluminação lateral, o fato de ambas as mulheres estarem sobre um assento que é completamente coberto pela saia do vestido, o volume da saia e, em certa medida, mesmo a pose. Ambas as mulheres, sentadas, descansam as mãos sobre o colo (apesar de Glicéria apoiar uma das mãos sobre a mesinha lateral), contudo, enquanto a Glicéria *pode* apresentar-se frontalmente⁸, a “vendedora de bananas” deve permanecer de lado para exibir a criança que carrega amarrada às costas. Novamente, a fotografia, apesar de produzida em estúdio, remete ao imaginário vinculado à presença do corpo negro nas cidades coloniais. Por que a mulher não segura a criança nos braços? Não seria essa composição mais adequada, e até mesmo mais confortável, para a apresentação desses sujeitos neste contexto? No entanto, isto não acontece. O olhar europeu exige da fotografia a imagem de um colonialismo pitoresco, de um corpo que, apesar de deslocado do espaço urbano, continua sujeitado ao simbolismo do trabalho, como o *souvenir* da exotividade dos trópicos. Novamente, encontramos o imaginário articulado desde Debret:

Imagem 4: Detalhe de “Mercado de tabaco”, aquarela sobre papel, J.B. Debret, Rio de Janeiro, c.1816-1831.



⁸ Esta possibilidade se articula como fato de Glicéria ter contratado, e pagar, os serviços do fotógrafo que produz seu retrato. A relação comercial estabelecida entre os dois submete as escolhas do retratista ao possível desejo da retratada de apropriar-se de elementos do retrato burguês visando distanciar-se dos estigmas de uma cultura que submete o corpo negro ao imaginário da escravidão.

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Paris : Firmin Didot Frères, 1835, 2v.. Disponível em <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3802>>

De certa forma, a articulação dos elementos iconográficos que remetem ao imaginário construído por Debret com alguns elementos formais e convenções dos retratos fotográficos da época parece caminhar no sentido de fornecer ao “olhar europeu” uma imagem colonial conciliadora, que, ao mesmo tempo que apresenta os corpos negros e a escravidão na perspectiva do exótico, visa transparecer certa harmonia, amenizando a violência imposta a esses corpos pela sociedade escravista, como nos lembra Ana Maria Mauad (2000, p. 96-97): “A fotografia, pautada nos cânones do retrato que, como vimos, coordenava beleza e harmonia, produz uma representação das relações sociais que valoriza a convivência pacífica ao invés da conflituosa”.

Desfazendo o enquadramento: imagens que comentam imagens

As imagens contam, sim; elas não são meros emblemas, e não por serem os protótipos de algo longe, acima, abaixo; elas contam porque permitem que se passe para outra imagem, precisamente tão frágil e modesta quanto a anterior – mas diferente.

Bruno Latour⁹

Como vimos, o interesse pela “exoticidade” dos trópicos instituiu um fluxo intenso de envio de imagens das ex-colônias à Europa no séc XIX. No Brasil, este “mercado de imagens” bastante específico deu as bases para o trabalho de inúmeros fotógrafos, dos quais podemos citar, além do próprio Rodolpho Lindemann: “Christiano Júnior ([1832-1902,] RJ), Marc Ferrez ([1843-1923,] RJ), Alberto Henschel ([1827-1882,] PE, RJ e SP), João Goston ([18??-?,] BA), Revert H. Klumb ([c. 1826 - c. 1886,] RJ), Georges Leuzinger ([1813-1892,] RJ), Felipe Augusto Fidanza ([c. 1847 - 1903,] PA) e Augusto Stahl ([1828-1877,] PE e RJ)”(KOUTSOUKOS, 2006, p. 106-107). As imagens produzidas por esses profissionais compartilham entre si inúmeras características formais, desde o tipo de iluminação, até a pose dos modelos, os objetos cenográficos e outras escolhas de *mise-en-scène*, e reproduzem, na maioria das vezes, determinados “tipos” já presente no imaginário daqueles que as compram como *souvenirs*.

⁹ LATOUR, 2008, p. 137-138.

As semelhanças nas composições dessas fotografias engendram uma reflexão acerca das estruturas que possibilitam e sustentam estes *enquadramentos* específicos. Segundo Judith Butler (2009, p. 110), “o enquadramento funciona não apenas como uma fronteira para a imagem, mas também estrutura a imagem em si”, isto significa que a identificação do *enquadramento* não se esgota no quadro, no recorte que o fotógrafo *intencionalmente* faz do mundo que o cerca, mas precede de uma investigação das possibilidades materiais e das condições históricas que dão lugar ao ato de fotografar.

Antes dos acontecimentos e das ações representados dentro do enquadramento, há uma delimitação ativa, ainda que não marcada, do próprio campo, e, assim, de um conjunto de conteúdos e perspectivas que nunca são mostrados, que não é permitido mostrar. Isso constitui o contexto não tematizado do que é representado e, portanto, um dos seus traços organizadores ausentes. [...] Essa delimitação faz parte de uma operação do poder que não aparece como uma figura de opressão. [...] Trata-se antes precisamente de uma operação de poder não representável e, em certa medida, não intencional, cujo objetivo é delimitar o âmbito da própria representabilidade. (BUTLER, 2009, p. 113)

O “âmbito da própria representabilidade” institui-se, deste modo, a partir de uma delimitação mais ou menos ativa do poder acerca daquilo que é ou não representável, daquilo que pode ou não integrar a representação de determinado acontecimento ou tema. No entanto, o sentido do conceito de *enquadramento* não esgota-se *no que se mostra*, mas prolonga-se para o *como* da representação. “O ‘como’ não apenas organiza a imagem, mas também atua no sentido de organizar nossa percepção e nosso pensamento” (BUTLER, 2009, p.110). A potência do argumento de Butler está exatamente no deslocamento que ela opera de uma hermenêutica da imagem, para a análise das condições históricas que possibilitam sua produção e as possíveis interpretações que se fazem delas, interpretações que, segundo a pensadora, “não surge[m] como um ato espontâneo de uma mente isolada, mas como uma consequência de certo campo de inteligibilidade que ajuda a formar e a enquadrar nossa reação ao mundo invasivo” (BUTLER, 2009, p.110).

Revelar o enquadramento de uma imagem significa, então, revelar as condições materiais e imateriais que proporcionam sua produção, sua circulação e as interpretações que se fazem dela. A incursão nas tradições e convenções visuais dos “artistas viajantes” e do retrato fotográfico visaram, neste sentido, a contextualização histórica do *enquadramento* produzido por Lindemann.

Agora faz-se necessário uma outra reflexão, voltada ao tempo presente. Como nós olhamos estas imagens? Quais são as nossas interpretações, mais de um século depois de sua produção, diante destas obras? Para buscar essas respostas, tomemos outra fotografia:

Imagem 5: Fotografia atribuída a Marc Ferrez. Salvador, Bahia, 1884.



Fonte: Acervo digital do Instituto Moreira Salles. Disponível em:
<<https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/87253>>

A fotografia de Marc Ferrez¹⁰ (1843 - 1923) apresenta a mesma mulher e criança retratadas por Lindemann, ela traça as mesmas vestimentas, o cesto de bananas encontra-se,

¹⁰ Reconhecido como um dos mais importantes fotógrafos da história do Brasil, Ferrez é usualmente lembrado por suas paisagens e panoramas do Rio de Janeiro. No entanto sua produção é muito mais vasta, produziu imagens de negros livres e escravizados, tipos sociais e do espaço urbano, além de ter influenciado largamente a chegada do cinema no país, como distribuidor e exibidor de filmes no seu Cine Pathé. Para saber mais, consultar: <https://ims.com.br/titular-colecao/marc-ferrez/>

agora, sobre sua cabeça e ela está de pé.¹¹ A mulher posiciona os braços na frente do dorso, seu gesto é contido e muito pouco expressivo, provavelmente ela foi orientada a posicionar as mãos desta forma, o olhar desconfiado mira alguma coisa além da câmera, por outro lado, a criança, que pende de suas costas amarrada pelo mesmo pano listrado, olha diretamente para a objetiva com uma certa indiferença. A composição do retrato é muito menos complexa do que a daquele analisado anteriormente e assume completamente a lateralidade que remete ainda mais às aquarelas de Debret. Não há profundidade de campo, apenas superfície. A mulher negra, como um entalhe na pedra, é a cristalização perfeita de um “tipo” específico, a “vendedora de bananas”, a única possível. O enquadramento pesa sobre o corpo e não deixa espaço para outras interpretações. No entanto, algo parece escapar, algo perturba o equilíbrio e dá à imagem uma espécie de movimento, é o olhar da criança que nos acusa, capta nossa atenção e desfaz minimamente a estrutura petrificada do quadro, o *punctum* barthesiano (BARTHES, 1984, p. 46) nos lembrando que, para além dos sentidos que se tecem sobre a imagem, para além do imaginário acionado, há um corpo, um instante e uma ação. Somos obrigados a refletir sobre o que se passou ali, quem são estas pessoas, por que esta imagem chegou até nós.

Duas entradas para a mesma imagem, duas possibilidades de interpretação, o achatamento do “tipo” e a profundidade olhar, se chocam e produzem um incômodo que engendra a questão: Como nos lembraremos desta imagem, desta mulher e desta criança? Pois, se como retoma Candau, ao citar Nora, (1984, p. VIII) “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele” (apud CANDAU, 2019, p. 9), é necessário pensar naquilo que faremos, e naquilo que fazemos, com estas imagens, como elas chegam até nós, quais interpretações nos são legadas. Como documentos de um passado adormecidos no arquivo, como essas imagens serão analisadas, manuseadas e “explicadas”? Como garantir que não serão achatadas por um olhar que venha investigá-las com intenções unicamente

¹¹ A repetição destes inúmeros elementos parece reforçar ainda mais a tese da produção histórico-social do enquadramento que só se efetiva na imagem a partir do contexto e das disponibilidades, sejam elas materiais ou culturais, dos elementos e corpos que compõem a cena. Além disso, a semelhança entre as duas fotografias pode suscitar uma revisão na própria autoria dessas imagens, no entanto, esta questão extrapola os limites de nossa argumentação e, por isso, não será tratada aqui.

comprobatórias, como meras provas de um passado que “não é mais”? Como preservar na consciência histórica os jogos de poder, as disputas e relações de força que engendram a produção e salvaguarda destas fotografias, ou seja, o caráter monumental de todo documento?¹²

Há uma saída para isso nas próprias imagens, na sua potência decisiva para a batalha dos sentidos, da memória e da história. Imagens que comentam imagens, que dissimulam, distorcem, retorcem e destroem imagens, uma verdadeira “cascata de imagens” que encontra na intertextualidade característica da arte moderna e contemporânea sua vazão:

“Intertextualidade” é um dos modos pelos quais a cascata de imagens é discernível no domínio artístico – a firme e intrincada conexão que cada imagem tem com todas as outras que foram produzidas, a complexa relação de seqüestro, alusão, destruição, distância, citação, paródia e disputa. (LATOURET, 2008, p. 141)

Vejam então uma outra imagem, uma das aquarelas da série “Magia Negra” do artista mineiro Tiago Gualberto¹³. Trata-se de uma releitura da fotografia de Marc Ferrez, a mesma cena - a mulher com criança amarrada às costas - é apresentada, desta vez, em aquarela azul. Se, por um lado, o monocromatismo da representação remete à fotografia, por outro a técnica escolhida pelo artista remonta à tradição de Debret, contribuindo para a confluência, no papel (ou na tela), destes dois momentos históricos, destas duas tradições que se assentam sobre o corpo e a história da população negra no Brasil. A aquarela dá à imagem uma certa instabilidade, uma espécie de maleabilidade em oposição à dureza fotográfica. A imagem pode se desfazer a qualquer momento, objeto instável, devemos captar seu sentido apenas ao ponto de destituí-lo de qualquer significação, compreender para desaprender, visualizar para esquecer em seguida, metáfora da própria memória, instável e fugidia. O enquadramento se dissolve diante de nossos próprios olhos, o que não significa desaparecer, mas tornar-se maleável, manuseável, vulnerável. Somos obrigados a indagar a imagem. Quem a produziu? Por que? Com qual intenção? Não existem mais certezas, a realidade se (re)apresenta diante de nós como uma dúvida, “o que

¹² “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.” (LE GOFF, 2013, p. 545)

¹³ Sobre o artista, conferir: < <https://tiagogualberto.wordpress.com/sobre-mim/> >

acontece quando um enquadramento rompe consigo mesmo é que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque” (BUTLER, 2019, p. 28).

Imagem 6: Aquarela da série “Magia Negra” de Tiago Gualberto. Reproduzida com a autorização do artista.



Fonte: Site do Artista. Disponível em: <<https://tiagogualberto.wordpress.com/>>

No entanto, o artista parece querer, ao mesmo tempo, direcionar nossa interpretação, não basta desfazer o enquadramento, é necessário investir contra ele, explicitar sua violência, tornar evidente a operatividade do olhar. Em primeiro lugar a escolha pelo azul cobalto - utilizado em toda a série de aquarelas - remete ainda mais ao imaginário colonial, ao retomar a cor fundamental da azulejaria portuguesa, marca de um passado anterior ao próprio Debret, do

tráfego mercantil - e humano - entre metrópole e colônia e da introdução de certa visualidade *luso* em território brasileiro¹⁴. Em segundo, a introdução das linhas e números “explicativos”, elementos que não estavam presentes na fotografia de Ferrez, nem - pelo menos não de maneira tão evidente¹⁵ - nas aquarelas de Debret, fazem ressoar sobre a imagem outros sentidos. Reconhecemos neles as legendas dos livros didáticos tão comuns em nossa juventude, índices de um certo tipo de discurso científico que visa tudo explicar, classificar o mundo para torná-lo inteligível e que, no extremo do domínio etnográfico, acaba reduzindo seres humanos a objetos de análise, esvaziando-os de sua individualidade, de sua humanidade. Na aquarela de Gualberto o excesso desses elementos - quarenta e oito no total - funciona como um comentário irônico a respeito deste domínio discursivo, hipérbole reveladora de uma determinada orientação do olhar sobre essas imagens e sobre os esses corpos, que já estava ali, nas fotografias, mas que éramos “incapazes” de perceber. Reduzidos a um tipo - “a vendedora de bananas com seu filho” - os indivíduos retratados nas fotografias de Ferrez e Lindemann se convertem em simples produtos de um interesse específico do espectador - seja um colecionador de *souvenires* no século XIX, ou um historiador em busca de um documento nos arquivos -, resíduos do olhar alheio, congelados na imagem não pelo instante captado através do aparelho, mas pela imposição de determinado enquadramento sobre a realidade e sobre os corpos.

Num mesmo golpe o artista desestabiliza o enquadramento e o revela, não é mais possível olhar para as fotografias - seja de Marc Ferrez, seja de Rodolfo Lindemann - reduzindo-as à reprodução de um mero tipo social, entretanto, não podemos deixar de considerar os sentidos históricos que pesam sobre a imagem, as violências ocultadas pelo enquadramento. Diante disso, a pressuposição de que observamos aquelas fotografias - seja no século XIX, XX ou XXI - buscando identificar, antes de tudo, seu significado, “aquilo que ela[s] representa[m]”, ou que “não sabemos reagir a uma fotografia [...] até que saibamos que pedaço do mundo ela representa” (SONTAG, 1981, p. 90) só faz sentido se considerarmos que esses “pedaços de mundo” não são simplesmente os referentes “reais” da imagem, dados *a priori*, mas são, eles mesmos, produtos de

¹⁴ Agradeço ao próprio artista, Tiago Gualberto, pela indicação das relações que o azul cobalto estabelece com o passado colonial que haviam passado despercebidas numa primeira análise da obra.

¹⁵ Apesar de Debret não empregar números para identificar os elementos de suas aquarelas, no livro *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* essas imagens são acompanhadas de trechos explicativos que visam a construção de um sentido histórico para a totalidade da obra.

determinado sistema de inteligibilidade que se inscreve sobre a fotografia e através dela. A identificação do “significado” de uma fotografia não precede a apreensão dos sentidos que nela reverberam, cristalizados pelas escolhas formais do fotógrafo ou sugeridos pelo contexto de produção e circulação da imagem, esses processos são concomitantes e se influenciam mutuamente, pois, como nos lembra Ariella Azoulay, os sentidos de uma fotografia são sempre múltiplos:

A fotografia excede qualquer pressuposição de propriedade ou monopólio e qualquer tentativa de ser exaustiva. Mesmo quando parece possível nomear corretamente, na forma de um enunciado, o que ela mostra - “Isto é X” -, sempre será possível que alguma outra coisa seja lida na imagem, algum outro evento seja reconstituído, a presença de algum outro sujeito possa ser discernido através dela, construindo as relações sociais que permitiram sua produção¹⁶ (AZOULAY, 2013, p. 12).

O “visível” de uma imagem é sempre o produto de um jogo de poderes, “um elemento num dispositivo que cria certo senso de realidade, certo senso comum” (RANCIÈRE, 2012 B, p. 99), substrato dos esquemas de leitura, circulação e produção aos quais as imagens estão sujeitas. Este dispositivo é constitutivo de um agenciamento histórico específico que institui determinada relação entre o dizível e o visível e que, no âmbito da modernidade¹⁷, Jacques Rancière denomina “regime estético”. Segundo o pensador, o regime estético das artes caracteriza-se por certo embaralhamento nas relações entre as funções da frase e da imagem colocadas pelo esquema representativo e, apesar de acarretar na “perda da medida comum entre os meios da arte” (RANCIÈRE, 2012 A, p. 52), não implica uma compartimentalização ou uma separação total dos diferentes formas de arte, mas antes, a produção de uma nova medida comum, denominada “frase-imagem” e caracterizada pela subversão da ideia de que “no esquema representativo, a parte que cabia ao texto era o encadeamento ideal das ações, a parte da imagem, a de um suplemento de presença que lhe conferia carne e consistência”(RANCIÈRE, 2012 A, p. 56). A

¹⁶ Tradução livre de: “The photograph exceeds any presumption of ownership or monopoly and any attempt at being exhaustive. Even when it seems possible to name correctly in the form of a statement what it shows — “This is X” — it will always turn out that something else can be read in it, some other event can be reconstructed from it, some other player’s presence can be discerned through it, constructing the social relations that allowed its production”

¹⁷ O uso da expressão “modernidade” visa, aqui, uma contextualização mais ampla num debate já minimamente estabelecido em torno da noção de “moderno”, no entanto se faz necessário reconhecer as ressalvas que o próprio autor direciona ao conceito visando evitar: “[...] as teleologias inerentes aos indicadores temporais” (RANCIÈRE, 2012 A, p. 49). Exatamente por isso que ele afirma preferir a expressão ‘regime estético das artes’.

frase-imagem confunde essa ordem, propondo a união da função-frase que “encadeia somente enquanto aquilo que dá carne” e da função-imagem que “tornou-se a potência ativa e disruptiva do salto, da transformação do regime entre duas ordens sensoriais” (RANCIÈRE, 2012 A, p. 56).

Neste sentido, a aproximação analítica entre imagens de diferentes suportes - aquarelas e fotografia, por exemplo -, mas também entre diferentes meios de produção artística - literatura, música, fotografia, pintura, etc. - possibilita o reconhecimento do espaço que separa o dito e o não dito, o perceptível e o não perceptível e engendra outros esquemas de inteligibilidade e outros modos de interpretação possíveis. Rancière (2012 B, p. 97) vai dizer que “uma imagem nunca está sozinha”, já que ela “pertence a um dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem”, e talvez exatamente graças a esta “solidão impossível” das imagens é que possamos reconhecer nelas mesmas as potencialidades de ruptura do dispositivo que as regula e da história que as encadeia.

Imagem e frase, presença e sentido, o olhar indiferente da criança amarrada às costas a da mulher e os esquemas de inteligibilidade histórica e cultural que dão sentido ao *enquadramento* nos mais diferentes contextos. É necessário, enfim, olhar para estas imagens buscando observar não apenas aquilo que elas mostram, mas revelar aquilo que elas escondem, desfazer continuamente os *enquadramentos*, produzir outros esquemas de interpretação. É preciso mergulhar as imagens na complexidade de sua história, atentos à potência da presença pulsante que nos aflige aqui e agora, explicá-las, permitindo implicar por elas. Talvez assim seja possível, enxergar nesta mulher e nesta criança negra, não somente o peso da história, das violências veladas e explícitas, mas também a densidade de um olhar que encara a câmera, o fotógrafo e a nós mesmos e que desfaz os fios da memória, recusando-se a deixar-se reduzir a um mero tipo.

Referência Bibliográficas:

- AZOULAY, Ariela. **The Civil Contract of Photography**. Nova Iorque: Zone Books, 2013
- BARTHES, Roland. **A câmara clara: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

COSTA, Thiago. **Representações do negro na obra de Jean-Baptiste Debret**. Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem - UEL, p. 221-228. Londrina: 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Costa_Thiago.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2020.

DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Paris : Firmin Didot Frères, 1835, 2v.. Disponível em <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3802>>. Acesso em: 15 jul. 2021

FABRIS, Annateresa. **Identidades Virtuais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

KOUTSOUKOS, Sandra S. M. **No estúdio do fotógrafo: representação e auto-representação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX**. 2006. Tese (doutorado) - UNICAMP, IA, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285033>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

LATOUR, Bruno. **O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagens?** *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n° 29, jan./jun. 2008, p. 111-150.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, ed. 7.

LIMA, Valéria. **J. B. Debret Historiador e Pintor**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MATTOS, Cláudia Valadão de. **Artistas Viajantes na Fronteira da História da Arte**. Atas do III Encontro de História da Arte - IFCH/UNICAMP. Campinas: 2007.

PICCOLI, Valéria. **O Brasil na viagem histórica e pitoresca de Debret**. Atas do I Encontro de História da Arte - IFCH/UNICAMP. Campinas: 2005. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/cha/atas/2004/PICCOLI,%20Valeria%20-%20IEHA.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das Imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012 A.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012 B.

ROUILLÉ, André. **A fotografia entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: SENAC, 2009.

WEST, Shearer. **Portraiture**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Fragmentação de riqueza da elite rural mineira entre a crise da escravidão e o pós-abolição: o caso da família Pinto (distrito da Lage, 1871 – 1912)

Fragmentation of the wealth of the rural elite in Minas Gerais between the slavery crisis and the post-abolition period: the case of the Pinto family (Lage district, 1871 - 1912)

João Carlos Resende

Mestre em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

jcrsde@gmail.com

Recebido: 28/09/2021

Aprovado: 21/11/2021

Resumo: O presente artigo expõe uma análise acerca da transformação da riqueza dos inventariados do distrito da Lage entre 1871 e 1912, período do ocaso e desaparecimento institucional da escravidão. A região, detentora de um dos maiores índices de população cativa de toda a Comarca do Rio das Mortes nos séculos XVIII e XIX, foi palco de acúmulo de riqueza em função da produção para o abastecimento do mercado interno mineiro. A partir de meados do oitocentos teve início um processo de fragmentação das maiores fortunas do lugar, como poderá ser melhor compreendido através da visualização do caso da família Pinto, que no início do recorte temporal era uma das maiores detentoras de terras e cativos do local.

Palavras-chave: Riqueza, distrito da Lage, elite mineira.

Abstract: This article presents an analysis of the transformation of the wealth inventoried in the Lage district between 1871 and 1912, period of the decline and institutional disappearance of slavery. The region, which had one of the highest rates of captive population in the entire Comarca of Rio das Mortes in the 18th and 19th centuries, was the stage for the accumulation of wealth due to production to supply the Minas Gerais internal market. From the mid-nineteenth century onwards, a process of fragmentation of the great fortunes of the region began, as can be better understood by

the case of the Pinto family, which at the beginning of the period studied was one of the largest landowners and slaves in the place.

Keywords: Wealth. district of Lage. Minas elite.

Introdução

Se noutras regiões os Laras e Resendes mantiveram sua evidência social, na Lage e arredores, inúmeros são os que foram atingidos por uma decadência chocante. O fato de terem famílias geralmente numerosas, e a preferências pelas atividades rurais, que em Minas tanto se arruinaram a partir da Lei Áurea, devem predominar entre as causas e motivos dessa decadência, que nos põe hoje ante os olhos grande número de pobres sitiantes e até de enxadeiros, cujos avós foram poderosos senhores de terras e de escravos. (LARA RESENDE, 1970, p. 109)

As palavras acima foram escritas por Antônio de Lara Resende, fundador do Instituto Padre Machado, no final da década de 1960 na tentativa de narrar as memórias de sua juventude. Neste esforço, o famoso professor procurou em vários momentos evidenciar o processo de empobrecimento de seu pai e diversos outros parentes, membros de um dos grupos familiares mais abastados do antigo distrito da Lage, hoje município de Resende Costa/MG. Ainda que possam ser discutidos eventuais saudosismo e tentativa de valorização familiar, o que não é a intenção deste trabalho, a essência da análise do autor parece ser verídica, como será demonstrado.

Um dos períodos mais marcante e decisivo para a definição da configuração atual da sociedade brasileira foi a segunda metade do século XIX e início do século XX, já que várias transformações foram notadas em diversos âmbitos, como o social, o econômico, o político, o cultural e o religioso, entre outros. O interior mineiro não esteve ileso às muitas mudanças da época.

Em 1850 a proibição do tráfico internacional de escravos apresentou ao sistema escravista o desafio de se manter apenas com os cativos já existentes no país. No mesmo ano, outro pilar importante para as atividades econômicas dos mineiros antes da chegada do capitalismo também foi afetado, afinal a Lei de Terras foi decisiva para preservação da estrutura fundiária. Anos depois, em

1871, a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de mães cativas nascidas a partir de então colocou no horizonte um fim para a escravidão, ocorrido em 1888 com a Lei Áurea. No ano seguinte a República substituiu a Monarquia e uma série de desafios se impôs ao novo regime, cujo início foi marcado e dificultado por convulsões sociais e crises econômicas.

Nesse contexto de transformações as famílias abastadas residentes no antigo distrito da Lage, atual município de Resende Costa/MG, passaram por significativas mudanças econômicas. O mundo agrário via quase inerte as reconfigurações de riquezas chegarem com os novos tempos. Muitos, no entanto, não conseguiram lidar com a nova realidade trazida pelo crescimento demográfico da região que dificultava o acesso à terra e à abolição que provocou a perda de mão de obra.

No presente trabalho, o qual é resultado de dissertação de mestrado em História pela UFSJ defendido em 2020 (RESENDE, 2020), será avaliada a riqueza do distrito da Lage nesse período importante para a história do Brasil. Como balizas foram adotados os anos de 1871, quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre, e 1912, ocasião em que o distrito conseguiu sua emancipação política. Trata-se, portanto, de um recorte temporal caracterizado por ter início em uma época em que a escravidão começava a sua marcha derradeira rumo à abolição, porém ainda eram colhidos os frutos do sistema, sobretudo no local estudado, e ser finalizado quando a República já era uma realidade consistente, embora não sem alguma contestação.

Para que o processo de fragmentação das fortunas familiares da elite rural mineira nesse período possa ser melhor compreendido será feita uma análise sobre o caso de uma das famílias mais abastadas do local em meados do século XX, mas que posteriormente vivenciou a partilha de sua riqueza, o que levou muitos descendentes do grupo familiar a uma situação econômica bastante desfavorável, sobretudo se considerada a condição dos seus antepassados.

Para o estudo apresentado foram consultados, na sua maioria de forma inédita, os 150 *inventários post mortem* encontrados para as pessoas que viveram no distrito da Lage e faleceram entre

1871 e 1912.¹ Esta documentação permitiu compreender qual a composição da riqueza local naquela época, quando o sistema escravista entrou num caminho irreversível de declínio até desaparecer e o trabalho livre passou a ser a única opção legal. Além disso, outros fatores também foram primordiais para determinar os rumos daquela sociedade, já que o romantismo e o discurso médico e higienista ajudaram a reconfigurar o critério de escolha de cônjuges, antes praticamente pautado pela formação de alianças matrimoniais que permitissem o aumento do patrimônio ou prestígio familiar. Em âmbito local também teve papel considerável na compreensão das práticas dos indivíduos da elite rural o fechamento da fronteira agrícola em meados do oitocentos, que dificultou em vários sentidos a prática de determinadas atividades agrícolas num período em que o capitalismo já começava a dar sinais de que causaria grandes mudanças econômicas em todo o mundo.

O distrito da Lage: formação histórica e demografia

No século XVIII, em Minas, muitas povoações tiveram seu surgimento não diretamente relacionado à mineração, mas buscando atender outras necessidades, como os serviços de ferreiros e sapateiros, ou ainda para abrigar comerciantes. Tal dinâmica permitiu a formação da povoação conhecida como arraial da Lage.² Desde o início de sua ocupação o lugar participou do comércio regional, impulsionado pela proximidade com São João del-Rei, importante entreposto comercial (TEIXEIRA, 2006, p. 41). Um dos primeiros marcos da ocupação da região foi a construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Penha de França, cuja provisão para a sua edificação foi expedida aos 12 de dezembro de 1749 pelo bispo de Mariana (CHAVES, 2014, p. 33), atendendo pedido de João Francisco Malta, à época proprietário da Fazenda da Lage (TEIXEIRA, 2006, p. 50).

¹ Os inventários consultados encontram-se sob a guarda do Arquivo do IPHAN de São João del-Rei.

² Desde a ocupação do território até sua emancipação política, em 1912, a região do distrito da Lage esteve administrativa e politicamente ligada a São José del-Rei, município com nome mudado para Tiradentes no início da República. Aos 7 de janeiro de 1875 foi criado o município de Brumado do Suaçuí, depois chamado Entre Rios de Minas, para o qual foi transferido o distrito estudado. Porém, aos 20 de novembro de 1875 o distrito foi novamente anexado a São José del-Rei.

A região do antigo distrito da Lage começou a ser ocupada por europeus em fins da primeira metade do século XVIII. Os estudos existentes demonstraram que desde o início da povoação, por ocasião da expansão da fronteira agrícola, os primeiros habitantes não foram mineradores, mas fazendeiros que desenvolviam atividades bem diversificadas, sustentadas, sobretudo pela agricultura e pecuária (TEIXEIRA, 2006, p. 39-40). A mineração foi exercida apenas em alguns recantos do que seria mais tarde território do distrito como demonstram algumas evidências, como a posse de datas minerais de moradores do lugar. No entanto, a atividade não foi decisiva para a formação da riqueza local, uma vez que os inventários do período apenas apresentam pequenos sinais de sua existência.

Desde o começo da ocupação da região do distrito até pelo menos o início do século XX a economia local esteve ligada ao abastecimento do mercado interno de Minas e até de outros lugares, como a praça carioca, como demonstrado pelos trabalhos historiográficos existentes. Importantes estradas da época passavam pelo local, o que ajudou a dinamizar o mercado de víveres ali existente, já que muitas fazendas existiam às margens das mesmas. No cruzamento de dois destes caminhos, aliás, é que foi formado o antigo arraial, onde vários pequenos comerciantes se estabeleceram com pequenos estabelecimentos, como os de pouso, de acordo com os relatos da época.

Consultando listas nominativas, mapas de população e rol dos confessados, Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira conseguiu delinear as características dos moradores do lugar.

Tabela 1: População livre e escrava do distrito da Lage

	Livres	%	Escravos	%	Total
1795	354	42,15	486	57,85	840
1831	583	46,90	660	53,10	1243
1835	682	41,59	958	58,41	1640
1838	890	46,52	1023	53,48	1913

Fonte: TEIXEIRA, 2006, p. 38.

Segundo a autora, o distrito apresentou uma das maiores porcentagens de escravos da Comarca do Rio das Mortes no período. No termo de São José del-Rei, inclusive, este foi o maior

índice. No ano de 1835 apenas cinco distritos de São João del-Rei apresentaram maiores porcentagens de cativos que o distrito da Lage (TEIXEIRA, 2006, p. 37). Os dados revelam que nos quatro levantamentos o número de escravos foi superior ao de livres.

Ao consultar os inventários dos moradores da região, Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira notou que os documentos datados do século XVIII eram de pessoas nascidas em outras vilas. Mas, nem todos os filhos dos inventariados foram localizados, o que indica que deveriam estar vivendo em outras localidades. A historiadora explica que se no século XVIII a região recebera pessoas de outros locais, sendo “fronteira agrícola, na primeira metade do século seguinte, ela forneceu homens para ocupar terras noutras regiões”, o que pode ser entendido como um “movimento característico da história da ocupação mineira, empurrando sempre as fronteiras agrícolas” (TEIXEIRA, 2006, 71).

Em 1857 o vigário da freguesia da Lage, Pe. Joaquim Carlos de Rezende Alvim apresentou o primeiro mapa populacional da segunda metade do oitocentos que se tem notícia, publicado no órgão de imprensa oficial da província mineira àquela ocasião, o *Correio Oficial de Minas*. Junto aos dados foi exposta a seguinte declaração:

Declara o revd.º vigário que a incerteza dos limites de sua freguesia, e o não ter ele mencionado a condições e idades depois que cessou a obrigação da remessa oficial dos mapas de nascimentos, casamentos e óbitos, faz com que este seu trabalho não possa ter o cunho de perfeita exatidão: julga entretanto provável que o número dos nascidos suba anualmente de 80 a 100, e o dos falecidos a um terço. (COM, 1857)

Mesmo tendo em vista as ressalvas apontadas pelo sacerdote responsável pelo levantamento o mapa não pode ser desconsiderado, pois em todo o século XIX vários foram os percalços que prejudicaram maior fidedignidade na realização da coleta de informações. Assim, em 1857 a situação populacional do distrito da Lage era a seguinte:

Tabela 2: Índice de livres e escravos do distrito da Lage em 1857

Livres	1.066	51,60%
Escravos	1.000	48,40%
TOTAL	2.066	100%

Fonte: COM, 1857.

Este foi o primeiro levantamento em que o índice de livres no distrito foi superior ao de cativos. Em 1857, assim, 48,4% dos moradores do lugar eram escravos e 51,6% eram livres, de acordo com os dados divulgados pelo vigário da freguesia.

O levantamento posterior conhecido para o local foi realizado por ocasião do primeiro censo nacional, em 1872, embora, em Minas a contagem ocorreu em 1873 (PAIVA; RODARTE, 2013, p. 277). Em 1851 foram tomadas duas resoluções: a obrigação do registro civil de nascimentos e óbitos e a realização de um censo que contemplasse todo o Império. As duas medidas estavam interligadas, pois a ideia era que o censo fosse feito pouco depois de ter início o registro civil, para o governo acompanhar o desenvolvimento da população. Mas, em 1852 as medidas foram suspensas, já que poderiam ser polêmicas para a época, como pelo fato de que os párocos só poderiam ministrar o batismo aos recém-nascidos, exceto em caso de risco de morte, após terem acesso ao registro de nascimento, o que significava, na prática, que a experiência religiosa passaria pela burocracia estatal. Inflamações populares chegaram a ocorrer contra os registros (CHALHOUB, 2012, p. 38-39).

Em 1872 teve início a realização do único censo do Império que contemplou todo o Brasil. Seus resultados, entretanto, apenas foram conhecidos anos mais tarde. À época estava em pauta a Guerra do Paraguai, que tivera seu desfecho em 1870, e a abolição gradual dos escravos. Há que se lembrar de que em 1850 o tráfico internacional de cativos havia sido proibido, e em 1871 a Lei do Ventre Livre deixava libertos todos os filhos de escravas nascidos a partir de então. Sendo o cativo considerado propriedade privada, para que fosse liberto era preciso que seu senhor fosse indenizado,

o que fazia haver a necessidade de estimar o custo das alforrias (CHALHOUB, 2012, p. 41). Naquela ocasião foi possível perceber uma maior diferenciação no índice de livres e cativos.

Tabela 3: População do distrito da Lage em 1872

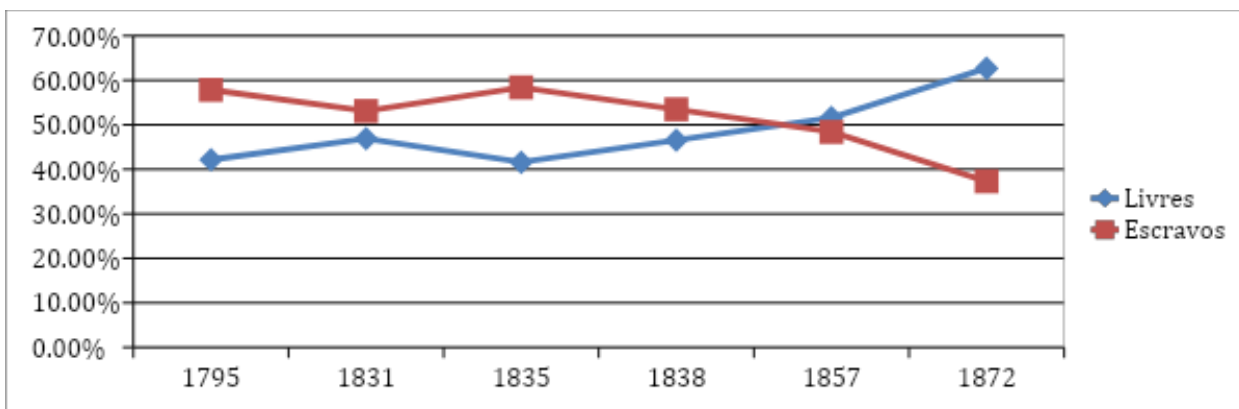
	Homens	Mulheres	TOTAL	%
Livres	965	851	1.756	62,69%
Escravos	579	466	1.045	37,31%
TOTAL	1.544	1.317	2.801	100%

Fonte: Censo de 1872. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento do Brasil 1872/Imperio%20do%20Brasil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento%20do%20Brasil%201872.pdf). Acesso em: 25/7/2019.

O censo de 1872 foi o último levantamento conhecido que tenha contemplado o número de cativos no distrito. Por ele é possível perceber uma diminuição na porcentagem de escravos entre a população (37,31%). Àquela altura, o distrito possuía 2.801 habitantes, dos quais 1.045 mancípios, o que representava 38,2% de todos os escravos do termo da vila de São José del-Rei, conforme o censo de 1872 (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 228). Naquele mesmo momento o Brasil possuía 9.930.478 habitantes, dos quais 15,3% eram cativos, sendo que Minas possuía o maior número total de escravos do Império, pouco mais de 370.000 (CHALHOUB, 2012, p. 41-46). Na década de 1870, naquela província, 20,6% da população era cativa e nesta época 24,6% da população escrava do Brasil estava em Minas (PAIVA; RODARTE, 2013, p. 278). Os números mostram que, embora tenha havido uma redução no percentual da população escrava do distrito da Lage na segunda metade do século XIX, a região ainda assim apresentava uma proporção de mancípios (37,31%) em relação aos homens livres maior que Minas e o Brasil, o que demonstra que o trabalho escravo possuía importância significativa para a produção local, embora o percentual da população cativa estivesse declinando desde 1835. Tal diminuição da proporção de escravos pode ser mais facilmente percebida através de uma comparação dos números obtidos conforme os levantamentos populacionais iam sendo realizados.

Gráfico 1: Relação de livres e escravos do distrito da Lage ao longo dos levantamentos populacionais



Fontes: Rol dos confessados de 1795, Lista nominativa de 1831, Mapas de População de 1835, Lista nominativa de 1838, Mapa populacional de 1857 e Censo de 1872.

Em 1890 foi realizado o primeiro censo da República. Embora a escravidão já tinha sido abolida, o levantamento permite notar aumento no número de habitantes do distrito. Na ocasião o registro populacional continuou captando o processo de crescimento demográfico do distrito.

Tabela 4: População do distrito da Lage em 1890

Homens	Mulheres
1.522 (50,11%)	1.515 (49,89%)
Total: 3.037 (100%)	

Fonte: BRASIL, 1898, p. 70.

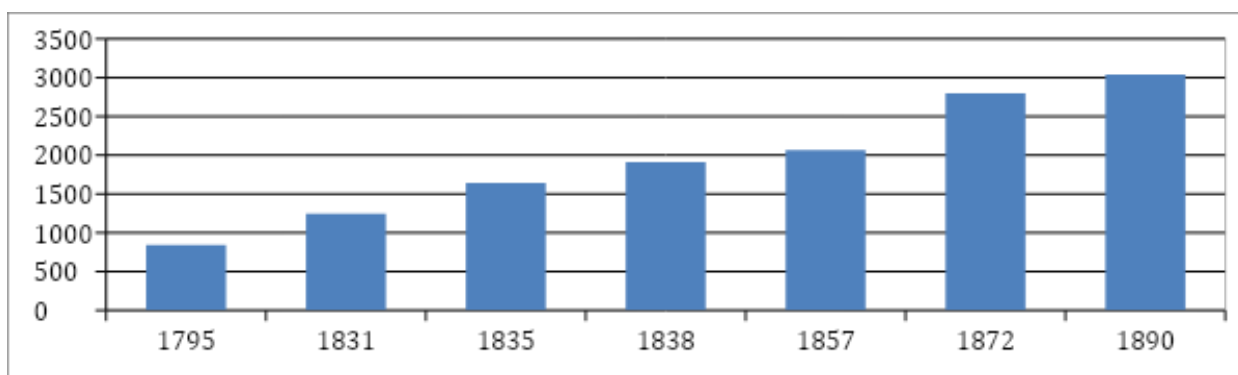
Em 1900 uma publicação da Revista do Archivo Público Mineiro, em matéria sobre o distrito, ao discorrer sobre as atividades econômicas do lugar afirmara que

quando há abundância de café nos municípios da mata, a lavoura fica desfalcada de trabalhadores porque então muitos destes procuram aqueles pontos na ocasião da colheita. (APM, 1900, p. 104)

Os dados obtidos pelos levantamentos censitários realizados em 1872 (Tabela 3) e em 1890 (Tabela 4) parecem confirmar o exposto naquela publicação. Entre 1872 e 1890 o crescimento populacional no distrito foi provocado exclusivamente pelo aumento do número de mulheres. Em

1872 eram 1.317 mulheres ao passo que em 1890 eram 1.515, ou seja, verificou-se um aumento de 198 pessoas. Já a quantidade de homens sofreu decréscimo. Enquanto na primeira ocasião eles eram 1.544 na segunda diminuíram para 1.522, uma redução de 22 pessoas. Estes números parecem sugerir que as atividades econômicas foram incapazes de conter uma migração para aquela região onde era praticado o cultivo do produto mais importante do país naquele momento. Pode ter sido um dos motivos que motivou a diminuição da policultura mercantil ao passo em que houve aumento da pecuária na região ao longo do recorte analisado, como será demonstrado. O aumento da razão entre as pessoas do sexo feminino e masculino pode ainda ter sido causado pela venda de cativos do lugar para o setor exportador, o que ainda precisa ser melhor investigado. O processo de aumento no número de habitantes do distrito pode ser mais bem compreendido pelo gráfico a seguir:³

Gráfico 2: Evolução demográfica do distrito da Lage



Fontes: Rol dos confessados de 1795, Lista nominativa de 1831, Mapas de População de 1835, Lista nominativa de 1838, Mapa populacional de 1857 e Censo de 1872.

A avaliação dos índices demográficos do distrito da Lage demonstra dois pontos importantes para a compreensão do local na transição do oitocentos para o novecentos. O primeiro diz respeito ao número de cativos do lugar. Como visto, até a metade do século XIX o número de mancípios foi

³ Em 1900 foi realizado o terceiro censo que contemplou todo o território nacional. Porém, naquele levantamento os dados não foram dispostos separadamente por distrito, mas de forma única para o município de São José del-Rei, ao qual pertencia o distrito da Lage, não sendo possível obter a informação de quantas pessoas havia naquele momento na região.

superior ao de livres, o que sugere a importância da escravidão para a economia local bem como o acúmulo de riquezas ocasionado pelas atividades desenvolvidas ali. Embora na segunda metade do oitocentos o percentual cativo da população entrou em declínio a força do trabalho escravo não pode ser desconsiderada. Com o advento das leis emancipatórias, entre as quais a proibição do tráfico internacional de escravos em 1850 e a alforria dos filhos de mulheres escravas em 1871, o sistema escravista perdeu força em quase todo o país, já que seu fim era uma questão de tempo. Ainda assim, no entanto, os índices percentuais de escravos no distrito eram altos, se considerados os números de Minas Gerais e do Brasil, por exemplo, o que confirma o apego ao trabalho escravo mesmo às vésperas da abolição.

Outro ponto importante para a pesquisa a ser salientado pela análise das fontes demográficas é o aumento populacional da região. Em menos de um século o número de pessoas residentes no local mais que triplicou. Assim, é possível inferir, a região que no final do século XVIII era uma zona de fronteira agrícola na época da abolição já estava bem povoada, o que certamente foi um percalço para os fazendeiros tão acostumados a uma lógica pré-capitalista que, entre outras práticas, estavam apegados à anexação de mais terras para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, como bem ressaltou Paula Chaves Teixeira Pinto em seu estudo (TEIXEIRA PINTO, 2014).

A economia do distrito da Lage da sua formação até sua emancipação política

Anteriormente foi demonstrado que desde o início de sua ocupação a região do distrito esteve envolvida com a produção agropastoril e que o fato de haver, até meados do século XIX, mais cativos que livres no local deve ser visto como um indício de que as atividades desenvolvidas visando a produção para o abastecimento do mercado interno foram capazes de promover um acúmulo de riquezas no lugar. Alguns aspectos que já foram anteriormente apontados pela historiografia acerca da economia mineira foram verificados também em estudos anteriores sobre o distrito da Lage, como a necessidade das fazendas precisarem evitar, ao máximo, a recorrência ao mercado e a maior

parte das fortunas inventariadas serem normalmente compostas pela escravaria e, em seguida, pela posse da terra. A riqueza esteve concentrada nas fazendas, enquanto o arraial era habitado pela parcela mais pobre da sociedade, que tirava sua subsistência dos trabalhos desenvolvidos nas propriedades rurais ou ainda por meio do modesto mercado desenvolvido às margens das estradas no centro do arraial (TEIXEIRA, 2006).

Nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX o quadro no distrito não era muito diferente daquele descrito anteriormente, estando a riqueza ainda concentrada nas mãos dos fazendeiros enquanto a sede do arraial era basicamente habitada pelos mais pobres. Os fazendeiros da região eram portadores de uma mentalidade pré-capitalista, que baseavam a produção de suas riquezas no trabalho escravo e na constante aquisição de terras para reprodução de suas práticas. Analisando a fortuna existente no distrito entre 1850 e 1870, Paula Chaves Teixeira Pinto catalogou 23 inventários, dos quais 21 pertenciam a donos de terras, o que demonstra que esta ainda era uma região de fazendas àquela altura. Embora na década de 1870 o número de cativos já não era mais superior ao de livres no distrito, ainda era considerável a concentração de escravos, sinais de que os contornos sociais, políticos e econômicos do lugar não estavam alterados. Importante lembrar que em 1850 houve a proibição do tráfico atlântico, o que provocou mudanças nas formas de produção. A década de 70 do oitocentos viu entrar em pauta a discussão da lei do ventre livre e uma expansão do capitalismo, que trouxe a tona novas relações sociais de trabalho (TEIXEIRA PINTO, 2014).

Ainda sobre os inventários analisados pela historiadora é importante frisar que em todos eles haviam mancípios arrolados, o que demonstra o apego ao escravismo ainda neste período. No terceiro quartel do século XIX a riqueza local estava concentrada em 4 principais categorias: escravos, terras e imóveis, com valor mais expressivo, e animais e dívidas ativas, mais abaixo.⁴

⁴ Riqueza total arrolada entre 1850 e 1870 no distrito da Lage: 757:981\$222. Os bens inventariados foram os seguintes, conforme o maior valor investido: Escravos (365:379\$050/ 48,2%), Terras e imóveis (277:241\$230/ 36,58%), Animais (47:065\$000/ 6,21%), Dívidas ativas (40:125\$672/ 5,29%), Produção agrícola (12:272\$400/ 1,62%), Ferramentas (7:910\$470/ 1,04%), Móveis, utensílios domésticos e roupas (4:997\$940/ 0,66%) e Ouro e prata (2:989\$460/ 0,39%). As dívidas passivas somaram 45:753\$720. (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 263)

A partir de 1850 em diversas regiões do Brasil uma transformação lenta da riqueza era notada, em função das transformações socioeconômicas que ocorriam na sociedade visível, sobretudo, na introdução de novos elementos na composição das fortunas pessoais, como demonstram, por exemplo, as apólices, imóveis urbanos, depósitos bancários, ações e títulos da dívida pública, redução de investimentos em escravos e maior participação da propriedade fundiária nas fortunas. Paula Chaves Teixeira Pinto, entretanto, chama a atenção para o fato de que nesse mesmo período os moradores do distrito da Lage ainda continuavam com seus investimentos em elementos tradicionais. A historiadora afirma que esse quadro deve ter sido ocasionado pelo forte apego ao mundo agrário, de modo que seria surpreendente “a presença de algum desses novos elementos característicos do espaço urbano e com caráter mais financista”, sinais “do processo de modernização da economia através da expansão do capitalismo” (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 263).

Para o período entre 1871 e 1912 foram encontrados 150 inventários realizados no distrito da Lage, dos quais em 123 foi possível constatar a posse fundiária, desde sortes de terras até fazendas. O número equivale a 82% do total dos documentos. Para as duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX 91,30% dos inventários localizados por Paula Chaves Teixeira Pinto pertenciam a proprietários de terras (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 232). Embora se esteja olhando para um período que contemple o dobro de anos e o número de fontes cartoriais aqui utilizadas seja quase 7 vezes maior que aquele utilizado pela historiadora mencionada, os dados indicam uma leve diminuição da concentração de riqueza na área rural do distrito. O quadro existente pode ser mais bem compreendido se o recorte da pesquisa for dividido em duas partes, tendo como base o ano de 1888, quando houve a abolição. Entre 1871 e 1888 foram realizados 56 inventários, dos quais 44 (78,57%) pertenciam a proprietários de terra. De 1889 a 1912 houve 94 documentos, sendo que em 79 (84,04%) a posse de terra estava presente.

Contudo, mesmo havendo no recorte proposto um aumento percentual de inventariados sem posse fundiária no período (1871-1912) a riqueza ainda continuava concentrada nas, conforme

análise dos 150 inventários e arrolamentos pesquisados. Há indícios de que 121 inventariados (80,67%) viviam em fazendas ou sítios, o que não significa que muitos destes não possuíam casa na sede do distrito, entretanto. Levando em conta todo o período do recorte temporal cada um possuía uma riqueza média de 21:744\$715 (vinte e um contos, setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quinze réis). Os montantes registrados em cada década demonstram redução média dos valores por inventariado ao longo do período analisado, cuja queda foi acentuada a partir de 1900.

No mesmo período foram identificados 30 documentos (19, 87%) pertencentes a pessoas que tinham o arraial como lugar de morada, mesmo havendo aqueles que possuíam alguma posse de terra na área rural do distrito. Este foi, por exemplo, o caso de Maria Querobina de Jesus, cujo inventário foi realizado em 1911. Os bens arrolados somam 820\$000 (oitocentos e vinte mil réis). O inventariante, seu esposo José Mamede da Silva, declarou que ao casal pertencia “1 morada de casas cobertas de telhas, na Rua do Rosário do Arraial da Lage”, além de “4 alqueires de terras de cultura na mata do Jacarandá”, “3 alqueires de campos e gordura no Marisco”⁵ e nada mais.⁶ Assim, como Maria Querobina, portanto, outros residentes no arraial ainda estavam ligados ao mundo rural e aparentemente dele dependiam para sua sobrevivência.

O número de inventariados moradores na sede do distrito é percentualmente superior em relação ao período estudado por Paula Chaves Teixeira Pinto (1850-1870). Entre os 23 inventariados pesquisados pela historiadora apenas 1 (4,35%) não vivia na área rural (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 232). Embora tenha sido notado um aumento percentual de inventariados residentes no arraial no recorte deste estudo, ainda assim a maior parte da riqueza estava no meio agrário. Levando-se em conta todos os documentos encontrados para os 41 anos que abrangem o período investigado a riqueza média destes inventariados foi de 4:201\$100 (quatro contos, duzentos e um mil e cem réis).

⁵ Inventário de Maria Querobina de Jesus, 1911, cx. 543, fls. 3.

⁶ O hectare corresponde a 10.000m². Do período napoleônico, tal medida do sistema métrico decimal não foi adotada no Brasil pelos portugueses e teve pouca adesão no período imperial. O alqueire, no entanto, varia de tamanho conforme a região, havendo diferenças entre o alqueire mineiro, o alqueire paulista, o alqueire goiano e outros. No entorno de São João del-Rei, segundo Francisco Eduardo Pinto, 1 alqueire equivale a 2,42 hectares. (PINTO, 2014, p. 72)

Tabela 5: Média de riqueza dos inventariados residentes na área rural e as sede do distrito por década (1871-1912)

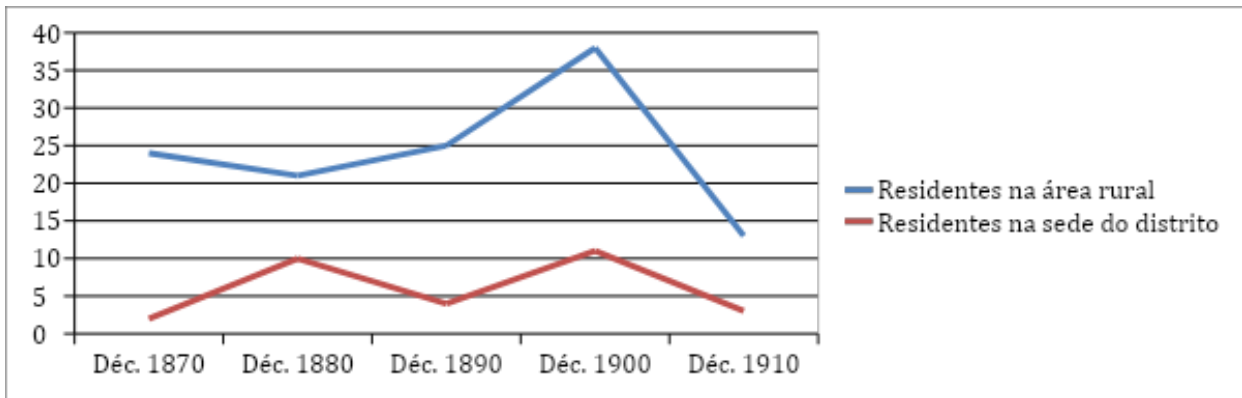
Década	Inventários		Monte mor total		Média por inventário	
	Rural	Sede	Rural	Arraial	Rural	Arraial
1870	24	2	836:064\$786	12:012\$308	34:836\$033	6:006\$154
1880	21	10	480:446\$010	66:253\$409	22:878\$381	6:625\$341
1890	25	4	761:618\$203	3:166\$500	30:464\$728	791\$625
1900	38	11	399:200\$447	42:535\$786	10:505\$275	3:866\$889
1910	13	3	153:781\$047	2:065\$000	11:829\$311	688\$333
Total	121	30	2.631:110\$493	126:033,003	21:744\$715	4:201\$100

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: Inventários *post mortem*.

No período em questão, é possível notar, a maior parte da riqueza no distrito estava concentrada nas mãos daqueles que tinham residência na área rural. Percentualmente isso significa que 95,43% da riqueza total arrolada nas fontes cartorárias no período estudado estava concentrada em mãos daqueles que não moravam na sede do distrito. A tabela acima ainda aponta alguns movimentos que chamam atenção. O primeiro diz respeito ao número de inventariados. Como já demonstrado, a região do distrito da Lage passou por um aumento demográfico desde o início de sua ocupação. Contudo, como já havia sido constatado por Paula Chaves Teixeira Pinto ao perceber a fragmentação de algumas fazendas em função do crescimento demográfico no lugar, a região do distrito da Lage não era mais local de fronteira agrícola na segunda metade do século XIX, com uma população que não mais era flutuante, apresentando crescimento demográfico e sem muitas terras ao seu redor para serem anexadas (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 256). Assim, os inventários consultados na pesquisa aqui apresentada já evidenciam esta nova realidade do distrito, o que ajuda a compreender o processo de fragmentação das propriedades rurais do local. O movimento de aumento dos inventariados⁷ pode ser mais bem visualizado através de um gráfico.

⁷ Vale lembrar que a década de 1910 compreende apenas os anos de 1910, 1911 e 1912.

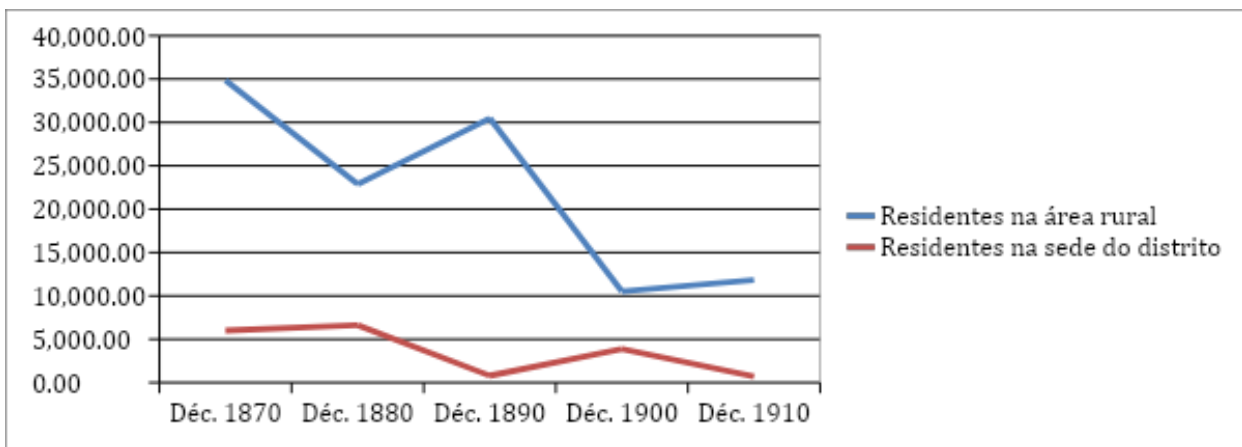
Gráfico 3: Inventariados residentes no arraial e na sede do distrito da Lage (1871-1912)



Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: Inventários *post mortem*.

O movimento de aumento de inventariados, sobretudo visível na área rural deve ser visto acompanhado da diminuição da média de riqueza existente nos documentos, mesmo não levando em consideração a inflação. Se esta fosse considerada, poderia ser observada queda ainda mais abrupta.

Gráfico 4: Média de riqueza dos inventariados no distrito da Lage (1871-1912)



Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: Inventários *post mortem*.

Contudo, é importante ressaltar que apenas o crescimento populacional e a conseqüente fragmentação das fortunas familiares não explicam sozinhos os movimentos de diminuição da média de riquezas, afinal, com a abolição dos escravos, patrimônio considerável deixou de ser arrolado. E

não apenas isso; a crise do sistema escravista deve ter posto em cheque a capacidade de produção de muitos proprietários rurais, já que o cativo se tornou um bem caro e cada vez mais raro, até desaparecer do mercado em 1888. Mas a abolição não pode ser tida como a única responsável por perda de fortunas. Outro patrimônio arrolado em boa parte dos inventários teve um papel importante no processo de diminuição das riquezas: a terra. Antes, no entanto, de compreender seu papel é preciso entender a composição da riqueza inventariada entre 1871 e 1912 no distrito da Lage.

Como já realçado, a análise da riqueza do distrito no período foi realizada a partir da consulta de 150 inventários. A pesquisa a partir desta documentação, porém, não abrange toda a população do local. Kátia Mattoso, por exemplo, em seu trabalho sobre Salvador, ao fazer uma comparação entre os dados de óbitos obtidos em registros paroquiais e o número de inventários disponíveis, percebeu que entre 1855 e 1881 apenas 5% da população soteropolitana teve seus bens arrolados (MATTOSO, 1992, p. 150). Embora não se tenha feito igual levantamento para o distrito da Lage, a porcentagem da população cujos bens foram inventariados não deve ter sido muito diferente, o que evidencia que apenas pequena parcela da população teve seu patrimônio arrolado. Tomando por base o censo de 1890, realizado praticamente na metade do recorte temporal desta pesquisa, o número de inventariados do distrito equivale a 5% da população registrada (3037) naquela ocasião (BRASIL, 1898, p. 70). Além disso, pode também ter contribuído para a baixa representatividade da população com bens inventariados o fato de que os documentos consultados foram aqueles que resistiram ao tempo e foram conservados até a realização da pesquisa. Vários fatores, entre os quais saques, ação de agentes naturais como animais e intempéries e outros podem ter contribuído para reduzir o já pequeno número de inventários identificados como pertencentes aos moradores do distrito da Lage.

Feitas tais considerações e ressalvas, os resultados da análise⁸ demonstram que no recorte temporal selecionado as terras eram responsáveis por 46,06% do valor das fortunas arroladas. Em seguida aparecem os escravos (15,15%), animais (14,1%) e benfeitorias (9,73%), enquanto os demais itens não superam a casa de 6% na composição da riqueza local. Assim, é possível compreender que os moradores do distrito da Lage ainda continuavam apegados a uma tradição pré-capitalista, o que é evidenciado pela falta de valores expressivos investidos em novos elementos tais quais apólices, depósitos bancários, ações e títulos da dívida pública. O alto índice de participação dos cativos na composição da fortuna inventariada, aliás, reforça tal argumento, já que a economia local continuava necessitando do trabalho escravo em considerável medida.

Como visto na Tabela 5, houve um movimento de diminuição da riqueza média dos inventariados do distrito da Lage ao longo do recorte, sentido sobretudo entre aqueles residentes na área rural. Entretanto, um outro movimento pode ainda ser percebido, se as fortunas forem divididas por grupos. Para tal análise, faz-se necessário dividir o recorte analisado em três subperíodos, tendo como base transformações ocorridas na sociedade brasileira. O primeiro subperíodo compreende os anos que vão de 1871 a 1888 e caracteriza-se por abrigar os anos finais da escravidão, sendo que em 1871 houve a promulgação da Lei do Ventre Livre e em 1888 a Lei Áurea garantiu a liberdade aos cativos. Os anos de 1889 a 1897 formam o segundo período, que foi marcado por instabilidade política e econômica. A crise destes anos pode ser considerada como própria de uma época cujas mudanças enfatizavam a transição para uma nova ordem trazida a termo pela República, com o fim do modelo aristocrático, por exemplo. Por fim, o terceiro e último subperíodo vai de 1898 a 1912, cujos anos foram de certa estabilidade com a consolidação do regime republicano.

⁸ Vários trabalhos historiográficos tem apresentado análises acerca do patrimônio inventariado em determinadas sociedades. O conceito de riqueza empregado neste estudo é o mesmo utilizado por Zélia Cardoso de Mello, que considerou cada inventariado “um proprietário de ativos cuja riqueza total consiste na soma de bens dados a inventariar”, de modo que o que se chama de “riqueza total equivale ao Monte Mor na linguagem do documento” (MELLO, 1900, p. 27). Outros historiadores, além dos que já foram ou serão citados no texto, também empregaram o termo com o mesmo sentido, os quais servirão de base metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa. Entre eles podem ser citados, por exemplo, Rita de Cássia Almico (ALMICO, 2001) e Marcos Ferreira de Andrade (ANDRADE, 2014).

Tabela 6: Número de inventários por faixa de riqueza e sua representatividade no subperíodo

Subperíodo	Inventários	Grupo A (> 10:000\$000)		Grupo B (5:000\$000 a 9:999\$999)		Grupo C (< 5:000\$000)	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1871-1888	56	31	55,36%	11	19,64%	14	25%
1889-1897	25	13	52%	0	0%	12	48%
1898-1912	69	16	23,19%	9	13,04%	44	63,77%
1871-1912	150	60	40%	20	13,33%	70	46,66%

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: *Inventários post mortem*.

De acordo com os dados expostos é possível observar que ao longo dos anos houve um processo de diminuição de inventariados no chamado Grupo A, formado pelas pessoas mais ricas do distrito, cujas fortunas eram superiores a 10:000\$000 e um constante aumento de inventários com montantes inferiores a 5:000\$000. Diante de tudo o que foi exposto acerca das médias de riquezas existentes no distrito, portanto, é possível constatar que houve um processo de fragmentação das fortunas familiares acumuladas em função do desenvolvimento de atividades produtoras para abastecimento do mercado interno regional e interprovincial. Em tal perspectiva é preciso lançar o olhar sobre as propriedades fundiárias para melhor compreender o processo em questão.

Responsável por quase metade da riqueza arrolada no distrito da Lage entre 1871 e 1912, as terras tiveram ainda mais importante papel nas composições das fortunas familiares após a abolição, já que os escravos eram o outro grande ativo arrolado no lugar. Analisando as propriedades rurais do distrito entre 1850 e 1870, Paula Chaves Teixeira Pinto elencou as seis fazendas mais extensas do local, entre as quais apenas três reaparecem entre as dezesseis maiores dos anos entre 1871 e 1912 e mesmo assim com tamanhos reduzidos e em alguns casos estando presentes em inventários de duas ou mais pessoas da família. Foi o caso, por exemplo, da Fazenda do Pombal, que em 1860 foi descrita com 331 alqueires, trinta e cinco anos depois teve a parte de Maria Cândida Rodrigues da Silva constando de 202,5 alqueires. Entretanto, em seu inventário é dito que esta era a parte da inventariada em relação aos 331 alqueires de campos e culturas da propriedade. A fonte ainda diz que

Pelo inventariante foi declarado que no resto destes 331 alqueires de terras sua filha Dona Maria Gabriella, casada com Francisco Ribeiro da Silva Sobrinho e os filhos

dela do primeiro matrimônio tem 83 alqueires, e seu filho Gabriel José Rodrigues Júnior tem 46 alqueires, estando os ditos 331 alqueires em comum entre ele e os outros proprietários supra declarados.⁹

Ao longo de todo o recorte diversos inventariados tiveram arrolados entre seus bens partes da referida fazenda. Mais de cem anos depois, no século XXI, apenas alguns paredões de pedra lembram o lugar onde esteve edificada a sua sede no século XIX. As terras que compunham uma das maiores propriedades da região abrigam diversos sítios, muitos pertencentes a pessoas que não descenderam dos proprietários da Fazenda do Pombal. As razões precisam ser certificadas por meio de estudo de caso, mas a hipótese mais plausível para explicar a fragmentação de extensa propriedade é a sucessiva partilha de heranças entre herdeiros, que não apenas obrigava a divisão das terras, mas também dos animais e dos instrumentos necessários para as atividades da fazenda, como era o caso do engenho, que gerava a produção, ou do carro-de-boi, que ajudava no seu escoamento. Sem meios materiais para continuar o desenvolvimento das atividades agropastoris que outrora garantiram o sustento da família, muitos devem ter vendido suas posses, que nem de longe lembravam a abundância dos antepassados naquelas mesmas terras, e procurado outras ocupações laborais. Aqueles que continuaram vivendo nos limites da fazenda já fragmentada já não tinham condições de desenvolver atividades agropastoris rentáveis como o fizeram seus ascendentes, de modo que o menor faturamento acabou levando a uma diminuição das riquezas. Tal cenário não se desenhou apenas na Fazenda do Pombal, mas deve ter sido bastante recorrente.

Ajuda a visualizar a fragmentação e até a extinção de algumas propriedades rurais, como é o caso da Fazenda do Pombal, acima mencionada, o número médio de alqueires por proprietário entre 1871 e 1912 no distrito da Lage. Enquanto no primeiro biênio a posse média era de 579,1 alqueires por proprietário, nos últimos dois anos do recorte a mesma era de 100.591 (RESENDE, 2020, p. 84). Processo semelhante, aliás, foi notado na região do Vale do Paraopeba, cuja economia possuía semelhantes características com aquela do distrito da Lage, por Cláudia Eliane Parreiras Marques

⁹ Inventário de Maria Cândida Rodrigues da Silva, 1895, cx. 423.

Martinez, que indica que o fracionamento das propriedades da elite pode ter possibilitado que membros das classes econômicas mais desfavorecidas, como agregados, roceiros e até libertos, tenham tido acesso à pequenas posses de terra, seja por compra, doação ou concessão temporária (MARTINEZ, 2006, p. 191-192).

Ainda em São João del-Rei, importante entreposto comercial mineiro que, entretanto, também se destacava por outra característica, a produção agrícola de suas fazendas que servia não apenas para o abastecimento comercial do mercado regional mas também da Corte, assim como ocorria no distrito da Lage, Afonso de Alencastro Graça Filho também notou a fragmentação de propriedades rurais. Segundo o autor foi recorrente a existência de propriedades em comum com vários herdeiros, o que preservava as fazendas em suas dimensões e tornava mais difícil a sua venda, quadro que até ocasionava conflitos entre proprietários (GRAÇA FILHO, 2003, p. 118). O historiador chega a denominar a situação como “crise que atingira a organização familiar”, tendo em vista as inúmeras partilhas e divisões das propriedades rurais ao mesmo tempo em que a fronteira agrícola se estreitava em Minas na segunda metade do século XIX (GRAÇA FILHO, 2003, p. 134).

O fracionamento das propriedades rurais é peça fundamental na compreensão da fragmentação das riquezas da elite rural mineira já que vários de seus membros ainda estavam apegados às atividades agrícolas, em muitos casos dependendo exclusivamente delas para o seu sustento. Entretanto, além da impossibilidade de contar com propriedades com grandes quantidades de terras, como a de seus antepassados, também já podiam se valer da força escrava, o que deve ter representado mais um empecilho, haja visto os consideráveis índices de cativos no lugar. A consulta aos inventários ainda demonstrou ser muito insignificante, mesmo na virada do século XIX para o século XX, a posse de bens típicos do incipiente capitalismo, como as ações, por exemplo.

O caso da fragmentação da fortuna da família Pinto

O fracionamento das riquezas familiares pode ser exemplificado pelo caso da família do Capitão Antônio Pinto de Góes e Lara, bisavô de Antônio de Lara Resende, autor da citação que abre este texto. Falecido em 1871, o Capitão Pinto, como era conhecido, foi um dos maiores proprietários de terras e escravos identificados para o distrito da Lage no recorte analisado, bem como o possuidor de uma das maiores fortunas arroladas. Para compreender o processo em questão faz-se necessário conhecer a origem da riqueza familiar.

Batizado aos 2/6/1879, Antônio Pinto de Góes e Lara era filho do Major Joaquim Pinto de Góes e Lara e Anna de Almeida e Silva. Segundo Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira, o casal em questão era possuidor das maiores fortunas encontradas por ela na década de 1830 na região do que mais tarde seria o distrito da Lage, termo de São José del-Rei, sendo os seus patrimônios equivalentes aos montantes médios da Corte. A historiadora explica que em 1830 foi realizado o inventário de Anna, no qual o monte mor era de 102:020\$109, tendo metade ficado para seu esposo, cujos bens foram arrolados por ocasião de seu falecimento em 1835. Àquela altura seu patrimônio esteve avaliado em 74:449\$425, ou seja, em questão de cinco anos teve um aumento de quase 50%, sinalizando “o grande potencial de acumulação de riquezas da região” (TEIXEIRA, 2006, p. 90). Tanto Anna quanto Joaquim eram descendentes de portugueses, proprietários de algumas das principais fazendas da Comarca do Rio das Mortes, como a Mato Dentro e Rio Acima.

Aos 19/2/1921 Antônio Pinto de Góes e Lara contraiu núpcias com Mafalda Cândida de Rezende, filha do português Capitão Gervásio Pereira Alvim e Francisca Cândida de Rezende, por sua vez filha do inconfidente José Rezende Costa, o pai. Assim, o casamento de Antônio deve ser visto como uma forma de aliança entre membros da elite rural no início do século XIX, como já tão demonstrado pela historiografia (BRÜGGER, 2007). Do ponto de vista econômico uma união com Mafalda seria interessante já que se tratava de uma família de posses e apesar do envolvimento no movimento sedicioso do pai de Francisca e de seu filho homônimo, o patrimônio dos conjurados

não foi totalmente confiscado pela Coroa Portuguesa, já que a união dos pais de Mafalda foi uma manobra da família visando à preservação de seus bens, garantindo um vantajoso casamento para Antônio (RODRIGUES, 2010). O mesmo se aplica ao lado de Mafalda, afinal os pais de Antônio mais tarde possuíram as maiores fortunas da região. Já considerando o prestígio social a união deve ter sido vantajosa para a família do Capitão Pinto, uma vez que o tio de Mafalda, o inconfidente José Rezende Costa, o filho, após a volta do degredo conseguiu se eleger deputado às Cortes de Lisboa por Minas, e para os familiares de Mafalda o matrimônio com Antônio poderia ajudar a limpar a imagem da família possivelmente ainda marcada por algum desgaste causado pelo envolvimento de dois de seus membros na conspiração, já que a família Pinto não deve ter se envolvido e era detentora de grande prestígio social naquela sociedade como indicam alguns fatos.

Em 1823 Raimundo José da Cunha Matos esteve de passagem pela região do distrito da Lage quando se dirigia do Rio até Goiás para assumir o cargo de governador daquela província do recém-criado Império, como documentou em seu diário de viagem. Aos 7 de maio almoçou na casa do pai de Mafalda, Gervásio Pereira Alvim, na Fazenda dos Campos Gerais. Seguindo viagem atravessou o arraial da Lage e jantou e pernitoou na Fazenda Ribeirão de Santo Antônio, propriedade do Capitão Joaquim Pinto de Góes e Lara que passou a pertencer a Antônio após a morte de seu pai (MATOS, 2004, p. 35-37). A escolha do influente político justamente pelas casas dos pais de Antônio e Mafalda para as refeições e pernoite é significativa e indicativa do prestígio que possuíam.

Como visto, Antônio Pinto de Góes e Lara detinha a patente militar de Capitão, o que garante sua posição destacada no mandonismo regional. Sua influência pode ser percebida em um pequeno episódio da Guerra do Paraguai. Segundo José Maria da Conceição Chaves, no tempo do conflito duas expedições partiram de Ouro Preto, então capital mineira, em direção ao Mato Grosso, havendo a necessidade de pernitoarem duas noites consecutivas na região do distrito, havendo alguns moradores ajudado na recepção aos combatentes, sobretudo o Capitão Pinto, que fez questão de dirigir para os locais de pouso mesmo aos 70 anos e arcar com os custos do provisionamento das

tropas (CHAVES, 2014, p. 57). Ora, o episódio demonstra a busca do fazendeiro para reforçar seu prestígio social em âmbito provincial, já que localmente parecia ser evidente.

O supramencionado memorialista menciona que por ocasião da construção da Capela do Rosário, o segundo templo religioso a ser edificado no arraial da Lage, Antônio foi o mais destacado benfeitor da obra (CHAVES, 2014, p. 89). Por fim, ainda é digno de menção que assim como vários fazendeiros do distrito o Capitão Pinto possuía uma casa na sede do arraial, a qual era usada para hospedar sua família em dias de festa religiosa. O sobrado, ainda existente, era ligado a Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha de França por um elevado passadiço de madeira, que permitia a família se transportar do interior da sua residência para as tribunas do templo sem a necessidade de pisar a rua (LARA RESENDE, 1970, p. 115). Guardadas as devidas proporções – e não são poucas – a construção do passadiço é uma estratégia semelhante àquela levada a cabo pela família imperial no Rio no oitocentos, como afirma Isaac Casemiro Ribeiro, que ainda destaca o papel dos sobrados para simbolizarem o poder e reafirmar a estratificação social vigente (RIBEIRO, 2012, p. 215).

O evidenciado prestígio social do Capitão Antônio Pinto de Góes e Lara não apenas em nível local, mas também provincial, permite classificar o fazendeiro como membro da elite rural mineira. Infelizmente não foram ainda encontradas fontes que permitam investigar mais detalhadamente a sua trajetória econômica. Mas, em seu inventário foram arrolados 32 cativos, um número considerado expressivo na segunda metade do século XIX. Além de vários animais foram também inventariados instrumentos como ferramentas agrícolas, um engenho de cana e 16 carros de milhos e 20 alqueires de feijão. Por fim, cabe ressaltar que a presença de um rancho em sua fazenda pode indicar que ali se hospedavam viajantes que poderiam comprar gêneros alimentícios na propriedade.¹⁰

O inventário do Capitão Antônio Pinto de Góes e Lara, realizado em 1871, primeiro ano do recorte, possuía um monte mor de 95:386\$485.¹¹ De seus 13 filhos constantes como herdeiros, foram

¹⁰ Inventário de Antônio Pinto de Góes e Lara, 1871, cx. 133.

¹¹ Inventário de Antônio Pinto de Góes e Lara, 1871, cx. 133, fls. 36.

localizados os inventários de 7. As riquezas encontradas variaram entre 69:223\$547 e 7:401\$000 e somaram 205:017\$546. O valor médio de cada montante foi de 29:281\$707. Dos netos ou dos seus cônjuges foram encontrados 11 documentos, com fortuna total de 115:953\$516 e média de 10:541\$229. Já em um primeiro olhar pode ser percebido que houve um movimento de diminuição da riqueza pessoal em cada geração, o que fica mais nítido na tabela a seguir.

Tabela 7: Riqueza total e média do Capitão Pinto, de seus filhos e netos

	Inventários localizados	Riqueza total	Riqueza média
Antônio Pinto de Góes e Lara	1	95:386\$485	95:386\$485
Filhos de Antônio	7	205:017\$546	29:281\$707
Netos de Antônio	11	115:953\$516	10:541\$229

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: *Inventários post mortem*.

Como visto acima, a média de riqueza dos descendentes do Capitão Pinto seguiu a mesma dinâmica daquela apresentada na Tabela 6. Os inventários deste grupo demonstram que a maioria dos descendentes seguiu dependente das atividades agrárias para conseguirem seu sustento, como pode ser visto na tabela abaixo, que pretende demonstrar a posse de bens indicativos das atividades econômicas desenvolvidas.

Tabela 8: Alqueires de terras, escravos e rebanho bovino do Capitão Pinto e de seus descendentes

Bens	Antônio Pinto de Góes e Lara	Filhos de Antônio		Netos de Antônio	
		Total	Média	Total	Média
Alqueires de terras	1.171	905,5	129,4	613	55,7
Escravos	32	56	8	0	0
Gado bovino	122	425	60,7	319	29

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: *Inventários post mortem*.

A tabela acima é bastante reveladora quanto à trajetória econômica dos descendentes do Capitão Pinto. Como visto, a posse média de alqueires de terras, escravos e animais bovinos diminuiu de geração para geração. Sobre os números totais é preciso ter em mente um ponto para sua

compreensão real. Antônio possuía 13 filhos, mas apenas 7 tiveram seus bens incluídos no levantamento e mesmo assim os alqueires por eles possuídos quase superam os de seu pai. Isto se explica pelo fato de que contraíram casamentos com pessoas que também eram provenientes de famílias com posse fundiária, de modo o casal recebeu duas heranças de terras. O mesmo se aplica ao caso dos escravos e aos animais. Assim, pelos dados apresentados fica claro que os filhos de Antônio, de um modo geral, seguiam a lógica de seu pai: casaram com pessoas ligadas ao campo e continuavam desenvolvendo atividades agrárias. Entretanto, já não tinham mais as mesmas posses que seus pais, o que dificultava uma produção de riqueza como a de seus antepassados. Além disso, em nenhum dos inventários foi possível notar a existência dos novos bens típicos do capitalismo, como apólices e ações. Apenas um dos filhos, Dr. Gervásio Pinto Cândido, havia abraçado outra ocupação profissional, já que estudara e se tornara o médico atuante no distrito, mas ainda assim desenvolvendo atividades econômicas agropastoris.

Esta ligação dos filhos de Antônio com o mundo rural fica ainda mais evidente se observada a produção agrícola arrolada em seus inventários. O Capitão Pinto, detentor de um engenho em sua fazenda, teve inventariado 16 carros de milho e 20 alqueires de feijão, além de várias peças de madeira, que na verdade podiam visar não a comercialização mas a reforma da sede de sua propriedade, que depois veio a ruir.¹² Entre os seus filhos foram arrolados diversos outros itens, como açúcar, aguardente, canaviais e milho. Já entre seus netos, os quais detinham propriedades rurais ainda menores que a de seus pais, em apenas um caso apareceu tal bem. Maria Senhorinha de Resende teve entre seus bens 2,5 carros de milho e 1 alqueire e 8 quartas de café.¹³

Entre os netos do Capitão Antônio Pinto de Góes e Lara, entretanto, alguns sinais de mudança de mentalidade começaram a surgir. Entre os onze inventariados dois possuíam itens típicos de comércio urbano arrolados entre suas posses. Sabendo que tal ocupação não era vista com bons olhos como as atividades agrárias no mundo oitocentista, o que deve ajudar a justificar a

¹² Inventário de Antônio Pinto de Góes e Lara, 1871, cx. 133.

¹³ Inventário de Maria Senhorinha de Resende, 1874, cx. 211.

persistência dos filhos de Antônio e dos seus outros nove netos em continuar dependentes do campo, o emprego de dois de membros da família no comércio urbano pode indicar que, com propriedades menores que a de seus pais e incapacitados de anexarem mais terras como seus antepassados em função do fechamento da fronteira agrícola na região, se viram como que obrigados e tentar novos rumos para tentarem melhor rentabilidade.

Assim, o fracionamento das propriedades rurais deve ser compreendido como fruto de um apego às atividades agropastoris, as quais em muitos casos eram praticadas por várias gerações de uma mesma família até mesmo desde a chegada dos primeiros povoadores europeus à região do distrito da Lage. Entretanto, o mesmo apego, que fazia com que vários destes herdeiros desejassem se manter nas terras de seus antepassados e praticar as mesmas atividades que já não podiam garantir a mesma produção de riqueza por variados motivos, sobretudo pela diminuição do tamanho médio do número de alqueires possuídos em função das partilhas causadas pelas heranças, se chocou com o fechamento da fronteira agrícola, que dificultava a compra e até a anexação de mais terras na região. Ao não abandonarem as atividades agrícolas e conseqüentemente não abraçarem novos elementos do sistema capitalista, os membros da antiga elite escravista do distrito da Lage viram como que inertes o fracionamento das riquezas de suas famílias.

Referências bibliográficas:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Belo Horizonte, 1900.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/ 1870-1914**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço; 2014.

- BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade** (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. A construção nacional. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CHAVES, José Maria da Conceição. **Memórias do antigo Arraial de Nossa Senhora da Penha de França da Lage, atual cidade de Resende Costa**: desde os proêmios de sua existência até os dias presentes. Resende Costa: AMIRCO, 2014. GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *Op. Cit.* 2003.
- Correio Oficial de Minas, 3 de fevereiro de 1857
- LARA RESENDE, Antônio de. **Memórias - Do Belo Vale ao Caraça**. Sem local: Edição do autor, 1970.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.
- MATOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Cinzas do passado: riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba/MG (1840/1914)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2006.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1990.
- PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **A Província de Minas, 1**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do tempo, 2013.
- PINTO, Francisco Eduardo. **A hidra de sete bocas: sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento de Minas Gerais**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.
- RESENDE, João Carlos. **Fragmentação de riqueza em Minas Gerais (distrito da Lage, 1871-1912)**. Dissertação (Mestrado em História). São João del-Rei: UFSJ, 2020.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. **Família e povoamento na Comarca do Rio das Mortes:** os "Ribeiro da Silva", fronteira, fortuna e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX). Dissertação de mestrado. São João Del-Rei: UFSJ, 2014.

RODRIGUES, André Figueiredo. **A fortuna dos inconfidentes:** caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes:** o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito. São Paulo: Annablume, 2006.

TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. **De Minas para a Corte. Da Corte para Minas:** Movimentações familiares e trocas mercantis (c. 1790 - c. 1880). Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2014.

Patriarcado e sexismo na formação econômica do Brasil: uma análise da inserção feminina nas políticas desenvolvimentistas da Era Vargas

Patriarchy and sexism in the economic formation of Brazil: an analysis of the female insertion in the developmental policies of the Vargas' Era

Ilda Renata Andreatta Sesquim

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

ildasesquim@gmail.com

Recebido em: 06/08/21

Aprovado em: 31/10/21

Resumo: Ao longo da formação econômica do Brasil, a discriminação em função de uma natureza biológica do sexo feminino implicou em determinações de papéis sociais adequados aos homens e às mulheres. Apesar da inserção dos projetos desenvolvimentistas de Vargas, o fim da hegemonia política não solucionaria os conflitos sociais vigentes e nem romperia com as estruturas patriarcais e sexistas que subjugavam as mulheres. Nesse sentido, o presente artigo tem objetivo traçar uma análise da inserção feminina nas políticas desenvolvimentistas da Era Vargas. Em um primeiro momento, faremos uma breve contextualização sobre as políticas adotadas por Vargas, a fim de compreender as dimensões econômicas e políticas de seu regime. Posteriormente, por meio da leitura documental, o trabalho irá se debruçar sobre uma análise da inserção feminina nas políticas da Era Vargas, buscando entender como o cenário político, inserido no contexto patriarcal e machista da sociedade e reprodutor desta condição, tratou a questão feminina e determinou os papéis sociais associados à mulher.

Palavras-chave: Era Vargas; Desenvolvimentismo; Mulheres.

Abstract: Throughout Brazil's economic formation, discrimination due to a biological nature of the female sex implied in determinations of social roles appropriate to men and women. Despite the insertion of Vargas' developmental projects, the end of political hegemony would not solve the prevailing social conflicts and it would not break with the patriarchal and sexist structures that subjugated women. In this sense, this article aims to outline an analysis of the female insertion in the developmental policies of the Vargas' Era. At first, we will make a brief contextualization on the policies adopted by Vargas in order to understand the economic and political dimensions of his regime. Later, through documentary reading, the work will focus on an analysis of the female insertion in the policies of the Vargas' Era, seeking to understand how the political scenario, inserted in the patriarchal and macho context of society and reproducer of this condition, treated the female issue formulated the image of the woman.

Keywords: Vargas' Era; Developmentalism; Women.

Introdução

É ineludível que as distinções pautadas sobre o sexo se assinalaram como políticas característica das sociedades classistas e patriarcais. Desde os primórdios da colonização portuguesa no território que hoje compreendemos como Brasil podemos observar a implantação de um projeto de exploração e organização baseado em uma estrutura patriarcal de dominação que institucionalizava a discriminação em função de uma natureza biológica do sexo feminino. Através das hierarquias de poder, que organizavam a divisão do território e do trabalho, originou-se um tipo de dominação patriarcal que se fundiria aos projetos colonizadores da Coroa Portuguesa. Essa dominação designaria assim uma formação social moldada pelo poder do homem, onde o sexo masculino, detentor do poder, por meio da opressão do sexo feminino, determinaria as delimitações dos papéis sociais e simbólicos associados à mulher.

Nos países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, desenvolveu-se uma espécie de heterogeneidade estrutural em que se articula as relações sociais e de produção arcaicas com as relações modernas. Como uma das consequências dessa heterogeneidade, conforme destacado por Sampaio Jr. (1999), não ocorre uma ruptura significativa com as estruturas pré-capitalistas que organizavam a sociedade, as quais tinham como polo organizador a família patriarcal e o âmbito

privado. A partir da manutenção dessas bases de organização, a formação do Estado nacional se constitui imbricada em uma perspectiva de poder privado, que se faz presente do âmbito público por meio de uma lógica de dominação política, social e econômica. Em certo sentido, o patriarcalismo, estruturado por um sistema escravagista e colonial, estabeleceu-se como um elemento correlato da formação do capitalismo no Brasil.

É importante ressaltar que nas últimas décadas o conceito de patriarcado tem despertado uma série de debates quanto a sua significação. De modo geral, o patriarcado é um conceito que surge para designar, nas palavras de Almeida (2010), um regime de organização familiar no qual o pai, enquanto chefe da família, exercia poder irrestrito sobre os membros. No caso brasileiro, autores como Gilberto Freyre adotaram o conceito para classificar um sistema de relações no qual as bases dessa dominação eram o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. Para o autor, o poder patriarcal “consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas” (AGUIAR, 2000, p. 208). Em relação a teoria feminista, o conceito de patriarcado tem sido mobilizado para significar as relações de poder existente na esfera privada, apontando o notável desequilíbrio de poder que se estabelece entre homens e mulheres. Nesse sentido, o patriarcado seria um sistema de poder constituído por critérios desiguais no qual as mulheres são subordinadas aos homens, correspondendo a atribuição de tarefas, espaços e atividades específicas para o sexo feminino.

Como as formas de dominação patriarcal e as significações do conceito se alteram no decorrer da história, é necessário evidenciar essas múltiplas dimensões do fenômeno. De acordo com Pateman (1989) o patriarcado se organiza em duas configurações distintas. A primeira dessas configurações é o patriarcado paterno, ou patriarcado tradicional, que denomina um regime de organização familiar no qual a figura do pai domina o poder. A segunda configuração, que será adotada neste trabalho, é o patriarcado masculino, também denominado como patriarcado moderno. O conceito de patriarcado moderno estaria relacionado, portanto, a uma forma de legitimação de poder que os homens exercem sobre as mulheres. Esta significação ocorreria tanto na esfera pública

quanto na privada e corresponderia a um sistema de dominação em que as mulheres são submetidas aos homens. Neste cenário, “a família patriarcal e a prevalência da lógica privada no âmbito público implicariam em determinações de papéis sociais para as mulheres” (SILVA, 2018, p. 8) que estariam presentes nas esferas privadas, políticas e econômicas. O patriarcado moderno não seria, por esse viés, apenas um sistema de dominação, mas também um sistema de exploração dominado pelo homem, no qual a inserção da mulher se dá de forma subalterna, independentemente de sua condição econômico-social. Para Saffioti (1987), enquanto a dominação situa-se essencialmente nos campos políticos e ideológicos, a exploração estaria associada diretamente ao campo econômico, que se materializa na divisão sexual do trabalho.

O capitalismo brasileiro nasce assim alimentado por uma dominação oligárquica que carregava em seu seio as raízes de um sistema escravista e colonial. Como aponta Leite (2019), após as últimas décadas do século XIX, a economia era absolutamente dependente da exportação do café, desenvolvendo-se uma receita cambial que girava em torno da exportação agrícola. Com uma economia pautada na ortodoxia, que realocava o capital para os países do eixo capitalista central, a superprodução de café e a flutuação dos preços do mercado, decorrentes das crises internacionais ocorridas após a Primeira Guerra Mundial, exigiam novas medidas de valorização dos produtos agrícolas nacionais. Foi nesse contexto de instabilidades, intensificadas pela grande crise de 1929, que se abriram novas perspectivas para a economia do país, onde passou-se a estimular o crescimento urbano e industrial para suprir as dificuldades de exportação dos produtos agrícolas. A partir da implantação da mão de obra assalariada e da intensificação da urbanização, o capitalismo no Brasil começa a se desenvolver efetivamente e passa a minar as bases da dominação oligárquica, começando a surgir as primeiras delimitações de uma burguesia emergente e dos núcleos proletários.

A fim de prosseguir com o desenvolvimento desse capitalismo e romper com a ortodoxia sustentada pelas oligarquias cafeeiras, era necessário estabelecer uma integração no mercado e promover a soberania nacional. Esse era o cenário que se colocava quando Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930. Ao depositar seu interesse no desenvolvimento da indústria, as políticas

desenvolvimentistas de Vargas foram construtoras do Estado moderno brasileiro. Entretanto, suas políticas durante o Governo Provisório não solucionariam os conflitos sociais vigentes e nem romperiam com as estruturas patriarcais que subjugavam as mulheres. Após o Golpe de 1937, a positivação dos direitos sociais passou a ser encarada por Vargas como um elemento necessário a consecução de seu projeto de desenvolvimento nacional, onde as normas e diretrizes sobre o sexo feminino foram pautadas por uma estrutura sexista e excludente.

A política desenvolvimentista da Era Vargas

Voltada a uma política que propiciava a manutenção das práticas agroexportadoras, a economia brasileira na Primeira República, de acordo com Garcia (2019), foi drasticamente afetada pela crise na importação das *commodities*, gerada pela Grande Depressão em 1929. É nesse cenário que Vargas encontra as condições necessárias para instituir as matrizes do chamado desenvolvimentismo, que seria definido posteriormente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como um modelo correspondente à construção do pensamento econômico latino-americano. Entretanto, antecedendo os debates sobre o desenvolvimentismo latino-americano na CEPAL após os anos de 1945, o conceito será aqui compreendido de acordo com as definições de Fonseca (2012). Neste sentido, o termo “desenvolvimentista” é usado para caracterizar um governo que comporta um núcleo composto por três eixos: a industrialização, o intervencionismo em defesa do crescimento e o nacionalismo. Em um governo desenvolvimentista, portanto, esses elementos estariam conscientemente integrados e fariam parte das estratégias e das ações governamentais. Ao passo em que implementava políticas econômicas heterodoxas, a gestão de Vargas desenvolvia assim fortes traços nacionalistas que serão fundamentais para a compreensão de sua política desenvolvimentista.

Podemos dizer que as raízes do nacionalismo brasileiro remontam a um complexo e heterogêneo sistema de relações que se estabeleciam desde o período colonial. Influenciado pelos ideais liberais do século XIX e drasticamente reformulado pelas intempéries de formação do Estado

Nacional, o nacionalismo da primeira metade do século XX pairava sobre um forte ideal de desenvolvimento da indústria nacional. Esse nacionalismo, que foi posteriormente adotado por Vargas, de acordo com os apontamentos de Leite (2019), preconizavam o desenvolvimento de uma indústria nacional voltada às demandas do mercado brasileiro. Ao mesmo tempo, estava em vigência um projeto nacionalista essencialmente agrário, herdeiro da tradição oligárquica, que considerava o modelo agroexportador como a orientação econômica a ser seguida pelo país. Esse movimento enaltecia o setor primário e defendia a diminuição dos tributos e impostos sobre os produtos agrícolas.

Embora a expansão do sistema capitalista de produção se inicie mais efetivamente após a abolição da escravatura e a adesão ao emprego da mão-de-obra assalariada, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ainda aconteceu de forma imbricada às elites oligárquicas, que detinham a posse das terras e determinavam o ritmo do mercado nacional. Pela manutenção desse viés essencialmente agrário, é importante ressaltar que até as primeiras décadas do século XX, a economia brasileira esteve voltada basicamente à exportação de produtos primários, organizando-se de forma dependente ao mercado externo. No contexto interno, a organização social e política da nação se estruturava em função das oligarquias agrárias ligadas à produção, de modo que o eixo econômico se centrava nas regiões de São Paulo e Minas Gerais, detentoras do comércio da produção cafeeira.

A economia brasileira correspondia, portanto, a um sistema essencialmente agrário alimentado pela monocultura, carecendo de um setor industrial destinado às demandas de bens de consumo. Esse sistema funcionava através da adesão do governo às políticas econômicas e às necessidades das oligarquias cafeeiras produtoras das *commodities* para a exportação. Como mostra Leite (2019), essas medidas levavam o Estado a se endividar cada vez mais no sistema financeiro internacional, abrindo mão das finanças estatais para favorecer e enriquecer as elites. Com a crise 1929 e a vertiginosa queda dos recursos obtidos com a exportação do café, foi possível criar incentivos para atender a demanda dos produtos que eram tradicionalmente importados. A partir dessas instabilidades enfrentadas pela economia brasileira, em 1930 Getúlio Vargas pôde encontrar

o cenário ideal para reinventar a política econômica e propulsionar o processo de industrialização nacional. O contexto em que se insere A Era Vargas consiste assim em um momento político no qual a sociedade brasileira passava por um processo de transformação, onde começava-se a ampliar paulatinamente as bases da economia nacional essencialmente agrária.

De certa forma, a “Revolução de 30” buscou estabelecer um equilíbrio de forças através da atuação do Estado. Nesse sentido, em nome de um Estado forte e autoritário, as políticas empenhadas por Vargas, em 1930, promoveram “uma aliança de diversas facções contra a oligarquia cafeeira” (GÁRCIA, 2005, p. 53) e permitiram que se estabelecessem condições favoráveis para a diversificação de novas forças produtivas. O movimento de 30 foi assim acompanhado pelo apoio de parte do proletariado e de uma classe média emergente que buscava derrubar a hegemonia das oligarquias cafeeiras. Alavancado pelas políticas econômicas de Vargas e impulsionadas pelo crescimento industrial, começou-se a desenhar um novo segmento social que passaria a representar a uma burguesia industrial brasileira. Como resultado dessas medidas tomadas após 1930, a hegemonia política dos cafeicultores passou a ser colocada em questão, gerando um cenário de tensão entre a oligarquia paulista e o Governo Vargas, que culminaria na Revolução Constitucionalista de 1932. De acordo com Rocha e Barreira (2002), Vargas reprimiu a revolução paulista e nomeou um novo interventor para o estado, publicando um novo código eleitoral e convocando as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Essa Assembleia promulgou uma nova constituição em julho de 1934 e elegeu, pelo voto indireto, Getúlio Vargas à presidência da república.

A fim de diversificar a produção agrícola e intensificar o crescimento da indústria nacional, o Estado adotou uma política econômica intervencionista que colocava em curso uma nova orientação do capitalismo brasileiro. Ao conduzir essa burguesia ao centro dos processos de exploração econômica e dominação política, esse extrato médio da sociedade passava a assumir uma posição ativa na organização política do país. Entretanto, a proposta de organização das classes médias e operárias começaria a avançar sobre interesses das classes dominantes, dando margem para que o Estado assumisse cada vez mais uma postura autoritária e intervencionista.

No campo econômico, o intervencionismo estatal evoluía assim gradativamente, centralizando o processo decisório e deixando a cargo do Estado a coordenação e o controle das atividades econômicas. Nesse contexto, a indústria nacional assumiria uma nova configuração frente ao projeto nacional-estatista de Vargas, que se desenvolveria ancorado no financiamento da industrialização interna. Por meio dos aparatos do Estado que visavam a modernização econômica e a construção de uma identidade nacional, com a criação de empresas estatais, de acordo com Leite (2019), o Estado aumentou o controle das atividades econômicas e incrementou a racionalização dos recursos e investimentos públicos. Além de fomentar o desenvolvimento de indústrias como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o Estado varguista custeou o desenvolvimento do capital produtivo privado e incentivou o funcionalismo público.

Alimentada pela crise da agroexportação, a expansão da indústria deixou explícito as limitações econômicas do país e estimulou um processo de ampliação do mercado interno. A indústria de base adquiria assim um novo papel nesse contexto. Ela fazia parte de um projeto de modernização do Brasil que mobilizava diversos nichos produtivos através da implementação de um vasto parque industrial. A partir de então, foi possível que o Estado adotasse medidas intervencionistas com o objetivo de transferir recursos para o desenvolvimento industrial e investir massivamente em projetos de infraestrutura, que implicariam consequentemente em novas formas de organização das forças produtivas.

Entretanto, ao tentar reverter uma política econômica ortodoxa e projetar um capitalismo independente no Brasil, Vargas criou um cenário de tensão entre os interesses políticos ortodoxos das oligarquias cafeeiras e as demandas das camadas médias populares. Essas instabilidades e os conflitos gerados entre a classe dominante e os extratos sociais emergentes, abriram caminho para a formulação de interesses a partir do meio social que questionariam o projeto de governo. Para desmobilizar essas medidas e eliminar as instituições políticas que traçavam planos divergentes ao seu projeto, Getúlio Vargas reforçou o autoritarismo e o intervencionismo com o Golpe de 37. Fechando

o poder Legislativo e dissolvendo os partidos políticos, ficavam desmobilizadas as classes dominantes e assegurava-se a unidade e a realização de seus interesses econômicos e políticos. Por esse viés, a manutenção dessa unidade, nas palavras de Garcia (2005), exigia o sacrifício da antiga autonomia regional, sustentada pelo federalismo e destinada a conservar os interesses da elite ligada à cafeicultura. Assim, através da nova Carta Constitucional, que entrou em vigor após o Golpe, o Estado Novo marcou definitivamente o fim da autonomia federativa e conferiu ao presidente da república o poder de nomear os interventores dos estados.

Ao restringir as influências das oligarquias ortodoxas e controlar a mobilização das classes médias e operárias, por meio da censura e repressão que se exercia através de um Estado forte e autoritário, Vargas oportunizou as condições necessárias a seu projeto de desenvolvimentismo. Com a instauração do Estado Novo, essa visão desenvolvimentista se torna a doutrina oficial do governo e a “industrialização passa a ser associada à autonomia nacional, principalmente, pelo contexto da guerra que se aproxima” (FONSECA; HAINES, 2012, p. 1049). Para reverter a dependência econômica brasileira, o governo adotou ao mesmo tempo políticas de incentivo à diversificação da produção agrícola e fomentou o desenvolvimento da indústria de base. Assim, alterando as relações que o Estado mantinha com a economia, através da ruptura com os moldes de uma monocultura cafeeira e do desenvolvimento de um parque industrial ainda não existente no país, o projeto econômico e político de Vargas fortaleceu o mercado interno e atribuiu novos rumos ao desenvolvimento capitalista do país.

Não há dúvidas de que esse desenvolvimento econômico pautado pela integração nacional e pela constituição de uma sociedade urbana “dever-se-ia fazer acompanhar pela valorização ufanista de nossas riquezas naturais e pela cultura brasileira” (LEITE, 2019, p. 311). Nesse sentido, o projeto desenvolvimentista de Vargas ganhava também uma vinculação nacionalista, alimentada por uma política de valorização da arte, da música e dos símbolos nacionais. Era com esse apelo emocional e ideológico, nas palavras de Fonseca (2004), que a defesa da industrialização encontrava no nacionalismo um de seus melhores argumentos. Além desses fatores, para equiparar o cenário

nacional aos patamares dos países desenvolvidos, como índice de desenvolvimento do capital produtivo, havia uma preocupação com as condições e direitos trabalhistas da classe operária.

É nesse contexto, imbricado pelo autoritarismo e pelo sindicalismo estatal, que a positividade dos direitos sociais e trabalhistas aparecerão como elementos necessários ao projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas. Para além das pressões exercidas pelos movimentos operários e pela luta de classes, os direitos trabalhistas serão estruturados a partir de um ideal de nação que cumpria com este projeto desenvolvimentista. Assim, ao mesmo tempo em que essa regulamentação dos direitos sociais via a mulher trabalhadora como uma cidadã, ela ainda carregava em seu seio elementos de uma estrutura patriarcal e sexista vinculada à positividade dos direitos políticos e sociais das mulheres.

A inserção feminina nas políticas desenvolvimentistas

Os limites legais impostos à liberdade eram uma realidade vivenciada pelas mulheres brasileiras nas primeiras décadas do século XX que se expressavam de diferentes formas de acordo com sua condição econômico-social. Sobretudo nas famílias de classe média e alta, a organização do lar se estabelecia em torno do poderio patriarcal, legitimando o poder que os homens exerciam sobre as mulheres. Responsável por administrar os bens, exercer os atos legais e prover o sustento do lar, o marido era considerado o chefe da família e a inserção da mulher se dava de forma subalterna. Nesse contexto, a mulher casada, de acordo com as imposições do Código Civil de 1916, era considerada incapaz “não podendo trabalhar fora de casa sem autorização prévia do marido, exercer papel de tutora ou curadora, litigar em juízo cível ou criminal e contrair obrigações” (OSTOS, 2012, p. 316).

Mesmo que estes limites legais atingissem todo o contingente do sexo feminino, cerceando a vida de uma significativa parcela de mulheres, é necessário salientar a existência de realidades nas quais o sexo feminino desempenhava uma participação ativa no sustento da casa e na direção da família. Ao contrário das mulheres de camadas mais abastadas, as mulheres pobres e operárias, apesar

de serem insuficientemente remuneradas, exerciam um papel fundamental na economia familiar. A fim de prover o sustento do lar, além da sobrecarga das atividades domésticas e familiares, essas mulheres vendiam sua força de trabalho e atuavam em tarefas extensivas como “atividade doméstica de lavadeira, engomadeira, doceira; algumas eram cartomantes e muitas prostitutas” (SOIHET, 1989, p. 9). Como estas mulheres não eram desincumbidas de suas tarefas domésticas, evidentemente o exercício dessas atividades as condenavam a dupla jornada de trabalho, o que tornava ainda mais crítico os quadros de violência a que eram submetidas.

Para Soihet (1989), portanto, o estereótipo do marido dominador e da submissão feminina não pode ser projetado em sua totalidade para as mulheres das classes subalternas. Muitas destas mulheres, embora tivessem sua condição de gênero agravada pela de classe, conseguiam apresentar uma capacidade de expressão pública e privada consideravelmente maior do que as mulheres das camadas dominantes. De modo geral, as mulheres subalternas não se adaptavam a uma postura vitoriana de comportamento feminino, escapando a elas características como a submissão, o recato e a fragilidade. Na maior parte das vezes estas mulheres pobres não eram formalmente casadas, de forma que as instituições do casamento e da família assumiam para elas expressões distintas das que eram absorvidas pelas mulheres de classes dominantes. Ainda segundo Soihet (1989), é necessário enfatizar que ambas realidades sobre o comportamento feminino teriam coexistido, fazendo parte de um duplo processo de moralidade e socialização.

No caso das mulheres das camadas altas e médias da sociedade, a busca pela emancipação econômica, intelectual e política se dava majoritariamente pela reivindicação dos mecanismos legais de aquisição de direitos. Foi no início de 1920 que este movimento, conduzido por mulheres letradas e com abastada condição econômica, começou a dar seus primeiros passos em direção a luta pela emancipação feminina. As grandes transformações que aconteciam no início do século, nos campos econômicos, políticos e sociais, permitiram o início de graduais transformações na condição feminina. Com o avanço dos meios de comunicação em massa e o crescimento da industrialização, a participação das mulheres no mundo público passou a ser almejada e demandada por uma série de

organizações femininas que lutavam em defesa da emancipação das mulheres. Embora estes movimentos não alcançassem de modo efetivo as mulheres de classe subalterna, em decorrência dessas mudanças, conforme mostra Rocha e Barreira (2002), as mulheres das camadas médias começaram a conquistar paulatinamente o espaço público. Essas reivindicações aconteceram inicialmente através de atividades de caráter doméstico e caminharam para a defesa do exercício pleno de todas as suas funções, públicas e domésticas.

Como vimos anteriormente, o Estado após a “Revolução de 1930” passou a agir como o principal operador das reivindicações sociais a fim de desmobilizar e controlar as demandas dos grupos emergentes. Nesse sentido, o governo de Vargas procurou mobilizar os segmentos dos planos políticos, intelectuais e ideológicos brasileiros para traçar um desenho de nação condizente com o seu projeto nacional-desenvolvimentista. Em meio a essa permeabilidade mobilizada por diferentes segmentos sociais, de acordo com Ostos (2012), o Estado operou também como regulador das propostas e discussões em torno da questão feminina, sobretudo em relação à regulamentação de sua mão-de-obra. Embora já existissem instrumentos destinados a estabelecer normas e regulamentações quanto ao comportamento e ao trabalho feminino, nas palavras de Pena (1981), foi a partir de 1932 que o Estado interveio diretamente nessa questão. Baseada nos ideais de pátria e família, a Era Vargas preparou às mulheres para um projeto que reforçava a imagem da mulher no lar, dotada pelo simbolismo das funções de mãe e esposa, onde não lhe era permitido aproximação com as funções ditas masculinas ou públicas.

Apesar das transformações econômicas, políticas e culturais do início do século XX permitirem uma maior participação do contingente feminino no espaço público, o cerceamento das liberdades se anunciava cada vez mais iminente. O autoritarismo e o controle ideológico levado por Vargas alimentavam uma visão da dicotomia feminina que valorizava o trabalhado do lar e o cuidado com a família em detrimento de liberdade econômica e social da mulher. Influenciado pelo cenário das lutas internacionais em favor do sufrágio feminino, o direito ao voto, promulgado pelo novo Código Eleitoral de 1932, e a possibilidade de profissionalizar-se como professora de primeiras letras,

foram uma das únicas conquistas de emancipação feminina adquirida durante a Era Vargas. De maneira geral, os projetos em torno dos direitos e dos deveres que deveriam ser destinados às mulheres, ainda seguiam uma estrutura sexista que reservava a elas o papel de mãe.

É importante ressaltar que essas restrições à participação feminina na esfera pública e a defesa desse modelo de mulher voltada à função de mãe e esposa, acontecia de modo simbiótico com a pressão exercida pelos movimentos sociais e com a necessidade de adequação e equiparação aos projetos de governo aos países do eixo norte, que envolviam assim a concessão de determinados direitos trabalhistas e sociais. No caso das leis que regulamentavam o trabalho feminino, a exemplo do Decreto 21.417 promulgado em 1932, era notória uma preocupação especial com a proteção do trabalho das mulheres fora do lar. Concedendo direitos que protegiam a mãe trabalhadora, o decreto estabelecia no Artigo 1º que todo trabalho de igual valor correspondesse a um salário igual, sem distinção de sexo. No artigo seguinte, o decreto regulamentava o trabalho feminino noturno, proibindo o trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares durante o período compreendido entre as 22 horas da noite e as 5 horas da manhã. Conforme indica o decreto, o trabalho feminino era permitido apenas nas seguintes diretrizes:

- a) as mulheres empregadas em estabelecimentos onde só trabalhem pessoas da família a que pertencerem;
- b) as mulheres cujo trabalho for indispensável para evitar a interrupção do funcionamento normal do estabelecimento, em caso de força maior imprevisível que não apresente caráter periódico, ou para evitar a perda de matérias primas ou substâncias perecíveis;
- c) as mulheres que pertencerem ao serviço dos hospitais, clínicas, sanatórios e manicômios e estiverem diretamente incumbidas de tratamento de enfermos;
- d) as mulheres, maiores de 18 anos, empregadas em serviços de telefonia e radiofonia;
- e) as mulheres que, não participando de trabalho normal e contínuo, ocupam posto de direção responsável. (BRASIL, 1932).

O Decreto 21.417 buscou também regulamentar o trabalho feminino em situações consideradas insalubres e perigosas à saúde da mulher. Conforme expresso no Art. 4º, ficava vedada

às mulheres empregadas em estabelecimentos comerciais e industriais a remoção de materiais de peso superior ao estabelecido nos regulamentos das autoridades públicas. No Art. 5º, proibia-se o trabalho da mulher nos subterrâneos, nas minerações, em subsolo, nas pedreiras, em obras de construção pública ou particular e em serviços considerados insalubres e perigosos pelo quadro anexo da legislação. Além destes elementos, o Decreto estabelecia diretrizes quanto ao trabalho de mulheres grávidas, onde instituía medidas como: a proibição do trabalho das mulheres grávidas durante um período de quatro semanas, antes do parto, e quatro semanas depois; o direito a um auxílio correspondente à metade dos seus salários, de acordo com a média dos seis últimos meses, e o retorno, após as quatro semanas do parto, ao cargo ocupado antes de seu afastamento. No caso de abortos espontâneos, comprovados por laudo médico, a mulher trabalhadora teria o direito de receber o auxílio nos mesmos termos anteriores e lhe seria concedido um repouso de duas semanas. Em relação as responsabilidades dos empregadores e dos estabelecimentos, a legislação instituía que:

Art. 11. A mulher que amamentar o próprio filho terá direito dois descansos diários especiais, de meia hora cada um, durante os primeiros seis meses que se seguirem ao parto.

Art. 12. Os estabelecimentos em que trabalharem, pelo menos, trinta mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos em período de amamentação.

Art. 13. Aos empregadores não é permitido despedir a mulher grávida pelo simples fato de gravidez e sem outro motivo que justifique a dispensa. (BRASIL, 1932).

Mesmo que estas regulamentações tivessem sido aprovadas por parte das lideranças femininas da época, posteriormente, somadas com as demais medidas protecionistas em relação ao trabalho feminino, elas passariam a serem usadas como justificativas pela preferência dos empregadores à mão-de-obra masculina, agravando ainda mais a segregação de gênero no campo trabalhista. Em certo sentido, o Decreto de 1932 acompanhava a lógica estabelecida pelo Código Civil de 1916. Partindo do princípio de que sua força de trabalho era diferente da masculina, a mulher era considerada um ser incapaz, que deveria ser protegida pelo Estado. Para Pena (1981), a legislação de 1932 consolidava o patriarcalismo no domínio público, negando às mulheres o direito à cidadania e a

igualdade. Podemos dizer que a força de trabalho feminina era considerada propriedade do chefe de família, o marido, e que a mulher deveria submeter-se em nome dos interesses do lar e da família.

Embora o ambiente criado pela chamada “Revolução de 1930” tenha intensificado a efervescência política no país, em que vários setores sociais se organizaram em ações que visavam discutir o caminho do progresso e da democracia, o período pós-1937, segundo Capelato (2007), se caracterizou pela introdução de um regime autoritário, orientado por um conjunto de restrições legais, tanto civis quanto políticas. Como aponta Velloso (1982), apesar dos muitos estudos que analisam o Estado Novo (1937-1945) em bases políticas, sociais, econômicas e culturais, podemos dizer que este continua sendo um período enigmático da História do Brasil. No percurso de formação do Estado nacional, o nacionalismo e o autoritarismo se constituíram de forma complementar, com ângulos por vezes distintos, no projeto unificador de criar a nacionalidade por meio de um estado forte e centralizador. Longe de um pleno exercício democrático, o governo de Vargas pós-golpe de 1937, tratava de um “projeto de Estado autoritário, que reconhecia o capital, a propriedade privada e a importância da livre iniciativa empresarial” (GOMES, 2005, p. 205).

Caracterizado como um período de alta centralização do poder político e acompanhado também pela centralização do poder simbólico, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Estado Novo exerceu um intenso controle no campo ideológico. Além disso, na situação de resistência ao autoritarismo do Governo Vargas, a luta das mulheres difundiu-se entre as demais lutas sociais de resistência à ditadura e pela defesa da democracia. Nesse período, em meio a política tradicionalista e autoritária, interessava a ditadura do Estado Novo manter as mulheres restritas às funções do lar, de modo que as lutas femininas enfrentaram um período de retrocesso que cessaria apenas após a redemocratização.

Durante os anos de vigência do Estado Novo, algumas medidas de proteção às mulheres, “revelavam uma intencionalidade que ultrapassava o mero desejo de consolidar a presença da população feminina no mundo do trabalho” (OSTOS, 2012, p. 329). A proibição do trabalho noturno, que já vinha em curso no Brasil desde Decreto 21.417 de 1932, foi uma das primeiras medidas a serem

levadas a cabo pelo governo. É importante destacar que estas medidas não aconteceram de forma isolada e acompanhavam, portanto, um movimento internacional em torno da regulamentação sobre o trabalho feminino. No ano de 1934, a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em ocasião de sua 8ª Sessão da Conferência Geral, publicou em Genebra a quarta convenção relativa ao trabalho noturno das mulheres. Como mostra Leite (2019), esta regulamentação do trabalho noturno estabelecida pela OIT foi ratificada por Vargas posteriormente pelo Decreto n.º 1.396, de janeiro de 1937, ainda durante a fase constitucional de seu governo. Seguindo as diretrizes da Convenção e em termos semelhantes aos decretados em 1932, o Decreto n.º 1.396 proibia às mulheres, sem distinção de idade, o emprego durante a noite em estabelecimentos industriais, públicos ou privados, com exceção dos estabelecimentos que somente empregassem os membros de uma mesma família. Por estabelecimento industrial, compreendia-se:

- a) as minas, canteiras e indústrias extrativas de qualquer natureza;
- b) as indústrias nas quais os artigos são faturados alterados, limpo, reformados, adornados, acabados, preparados para a venda, ou nas quais os materiais sofrem alguma transformação; incluindo a construção de navios, as indústrias de demolição de material, assim como a produção, transformação e transmissão de força motriz em geral e de eletricidade;
- c) a construção, reconstrução, conservação, reparação, modificação ou demolição de quaisquer obras, edifícios, vias férreas, “tramways”, portos, docas, cais, canais, instalações para navegação interna, estradas de rodagem, túneis, pontes, viadutos, esgotos coletores ou ordinários, poços, instalações telegráficas ou telefônicas, instalações elétricas, usinas de gás, distribuição d’água ou outros trabalhos de construção, assim como os trabalhos preparatórios e de fundamento que precedam os trabalhos acima enumerados. (BRASIL, 1937).

Após a instauração do Estado Novo, esta regulamentação foi utilizada como plano de fundo para controlar de modo mais incisivo o trabalho feminino noturno realizado no intervalo entre as 22 horas e 5 horas da manhã. Essas medidas proibicionistas eram justificadas pelo Estado como um meio para conservar a constituição física da mulher, a fim de que ela pudesse permanecer mais tempo no lar e desempenhar as funções maternas e familiares. No campo prático, era evidente que a

proibição do trabalho noturno e o protecionismo ao trabalho feminino faziam parte de uma medida moralizante que visava restringir a presença das mulheres no espaço público. Pelo mesmo viés, essas políticas reforçavam a preferência pela mão de obra masculina e estabeleciam um cenário ainda mais inóspito para a inserção feminina no mercado de trabalho.

Baseado na visão patriarcal tradicional de divisão dos papéis e responsabilidades que a mulher deveria ter dentro do casamento e do lar, segundo Bragança (2018), o Estado adotava assim formas de restringir gradativamente a admissão das mulheres a empregos nos setores públicos e privados. Como era inviável proibir de forma direta o trabalho feminino fora do lar, essas restrições e medidas de proteção garantiam que esse trânsito fosse regulado por traços moralizantes que asseguravam em segundo plano as funções domésticas e maternas da mulher. Enraizado em um discurso profundamente machista, a positivação dos direitos femininos encabeçada por Vargas e presente nos discursos oficiais, reforçava a ideologia de que “a mulher ideal era a mulher do lar: mãe quase beatificada, esposa dócil, filha obediente” (NAHES, 2007, p. 41).

Esse projeto de mulher que adentra o Estado Novo não se limitaria, contudo, aos campos dos direitos trabalhistas. Penetrando nas esferas de cunho ideológico, o governo empenharia uma intensiva campanha pelo Ministério da Educação a fim de criar uma imagem da mulher como aliada do desenvolvimento nacional. Como mostra Besse (1999), à medida que eram articuladas as novas políticas educacionais, tornava-se cada vez mais claro que o propósito da educação seria garantir o preparo das mulheres para o casamento e a maternidade. Assim, além de oferecer uma educação que fornecesse uma instrução minimamente necessária para atuarem enquanto trabalhadoras e cidadãs, as escolas procuravam ofertar às jovens moças uma educação prática que tinha como objetivo prepará-las para a vida doméstica. O ensino da educação intelectual e abstrata, ainda de acordo com Besse (1999), era considerado não só irrelevante para as mulheres, como também oferecia o risco de “masculinizar” as moças e afastá-las de suas funções maternas e domésticas. Para o projeto de nação de que se desenvolvia, a educação deveria voltar-se às supostas aptidões específicas de cada sexo, de

modo que a educação da mulher era vista como um instrumento para garantir a educação dos filhos, a orientação do marido e o governo do lar.

No Plano Nacional de Educação, o governo desenvolveu uma proposta principal que projetava a existência de um ensino doméstico para as adolescentes com idade entre 12 e 18 anos. Esse plano cumpria uma função pragmática e profissionalizante com a intenção de promover uma conscientização das mulheres sobre o papel desempenhado pelo sexo feminino baseado nos princípios morais e religiosos. Destinado às mulheres de classes sociais menos favorecidas, o conteúdo dessas medidas adotadas pelo plano de educação cumpria um caráter pragmático e profissionalizante. O ensino era dividido em dois ciclos, o primeiro voltado ao ensino feminino doméstico e o segundo destinado a preparar as mulheres para a vida “fora do lar”, formando-as como professoras desse mesmo sistema educacional. De acordo com o ministro da Educação responsável pela elaboração do PNE, Gustavo Capanema, a função social da mulher deveria estar associada à fundação e cuidados com a família, sendo necessário uma educação que preparasse a mulher para a vida no lar. Ao encontro do projeto de nação que se pretendia realizar, reservava-se, dessa forma, um tratamento às mulheres que perpetuaria durante todo Estado Novo: a figura feminina como coadjuvante no sucesso masculino e no processo de desenvolvimento da nação.

Em 1941, em decorrência da outorga da Lei Organizada do Ensino Técnico, permitiu-se que as mulheres fossem aceitas nas escolas profissionais para o treinamento em atividades que foram consideradas pelo Decreto de 1932 como inapropriadas e perigosas à sua saúde do sexo feminino. Entretanto, como aponta Pena (1981), exigiu-se que as escolas ministrassem em contraponto matérias que ajudassem essas mulheres a desempenhar a função de dona de casa, como costura, bordado, etc., assegurando assim o preparo dessas mulheres para vida no lar.

Embora a equidade salarial entre homens e mulheres, resguardada pelo Decreto de 1932, estabelecesse o pagamento igual para trabalhos iguais, por meio do decreto-lei nº 2.548 de 1940, onde se estabelecia o salário-mínimo, foi permitida uma redução salarial de 10% sobre o trabalho feminino. Devido ao questionamento sobre o caráter inconstitucional da medida, a Consolidação de

1943, por meio do decreto-lei nº 5.452, retirou a redução salarial para o trabalho feminino. Com a intenção de tutelar essas trabalhadoras, optou-se por medidas de regulamentação da mão de obra feminina ainda mais minuciosas. Uma das mudanças trazidas, por esta consolidação, como apontado por Pena (1981), foi a restrição do trabalho noturno feminino, ainda nas mesmas funções pelo descritas pelo Decreto n.º 1.396, de janeiro de 1937, apenas às mulheres que apresentassem um atestado de bons antecedentes e de capacidade física e mental. Nestes casos, conforme indica o parágrafo único do Art. 379 do decreto-lei nº 5.452, era exigida também a concordância prévia da empregada, não constituindo sua recusa justa causa para despedida, e a comunicação à autoridade regional do trabalho no prazo quarenta e oito horas do início do período de trabalho noturno. Além dessa medida, a prorrogação da jornada de trabalho feminina passava a ser permitida apenas se autorizada por atestado médico de modo que mulher nenhuma poderia ter o seu horário de trabalho prorrogado, sem que estivesse para isso “autorizada por atestado médico oficial, constante de sua carteira profissional” (BRASIL, 1943). Nessas mesmas diretrizes, exigia-se também o pagamento adicional de 20% por cada hora excedida, assegurando que, quando permitido, o trabalho noturno feminino deveria ter remuneração vinte por cento superior à remuneração do trabalho diurno. Em caso de licença maternidade, o período de afastamento foi ampliado para 12 semanas.

Em meio as essas imbricações políticas e ideológicas, de acordo com Leite (2019), podemos observar que o reconhecimento dos direitos femininos se constituía como uma etapa necessária ao projeto desenvolvimentista empenhado por Vargas. Seja pela necessidade de exploração da mão-de-obra ou pelas exigências da modernização desenvolvimentista, a regulamentação do trabalho feminino tornava-se realidade porque não seria possível desenvolver o capitalismo brasileiro almejado por Vargas sem a constituição de determinados direitos para as mulheres. De certa forma, essa ordenação jurídica e a regulamentação do trabalho feminino implicavam na defesa de um tipo de família patriarcalmente constituída. Ao exaltar estes valores tradicionais da família, “o regime buscou tornar naturais as estruturas hierárquicas de autoridade e assegurar a ordem social enquanto promovia a modernização econômica” (CAULFIELD, 2000, p. 42). Através da aproximação de um

projeto patriótico e da defesa da instituição familiar, a inserção feminina nas políticas desenvolvimentistas de Vargas atuou, portanto, como instrumento necessário à solidificação de uma organização social e econômica estruturada pelo machismo patriarcal e sexista que buscava relegar às mulheres o papel de mãe e preservar a figura do homem como chefe e provedor da família.

Considerações finais

De acordo com a bibliografia consultada, notamos que se estabelecem algumas inquietações em relação a conquista e a existência dos direitos políticos e sociais das mulheres durante a Era Vargas. Além de o período pós “Revolução de 1930” ter se constituído como um momento caracteristicamente marcado pelo autoritarismo do governo e pela repressão das manifestações sociais, ao analisar a história do feminismo no Brasil, observa-se que o cenário do Estado-Novo também foi caracterizado enquanto um momento de significativa recessão dos movimentos de mulheres. Esses elementos apontam, dessa forma, para a existência de fatores que expliquem a relação entre a positividade dos direitos femininos e a política econômica desenvolvimentista empreendida por Getúlio Vargas.

Com a finalidade de limitar seu trabalho fora da família, a legislação restringia o acesso das mulheres às atividades remuneradas fora do lar e a mão de obra feminina tornava-se cada vez mais cara. De certa forma, a regulamentação sobre o trabalho feminino servia como um instrumento de manutenção das mulheres na esfera privada da família e nas funções maternas. Nessa esfera, a mulher trabalhadora vestia a roupagem de mãe e o discurso sobre suas condições de trabalho, era um discurso sobre a família. Família que cumpria uma função no projeto unificador de construir uma nação e determinava à mulher um lugar reservado à dependência econômica e submissão moral ao homem e marido. O feminino, deveria se constituir para servir o homem e a família e a mulher deveria ser destinada ao trabalho doméstico e reprodutivo.

Seja pela necessidade de modernização e equiparação aos parâmetros sociais desenvolvidos nos países do eixo norte, que envolviam o movimento pelo sufrágio e a conquista dos direitos trabalhistas, ou pela necessidade econômica de participação e exploração da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, tem-se que a inserção das mulheres na Era Vargas se dá através de uma função instrumental para a realização de um projeto maior. Nesse sentido, nota-se que a posituação desses direitos no cenário político, inserido no contexto patriarcal e machista da sociedade e reprodutor desta condição, estabelece uma série de relações com heranças de um projeto de exploração e organização baseado em uma estrutura patriarcal de dominação que se estabelecia desde os primórdios da colonização portuguesa. Molda-se assim uma imagem da mulher por meio da opressão do sexo feminino, determinando as delimitações dos papéis sociais e simbólicos associados à mulher. O patriarcado e o sexismo, constituem-se, portanto, como elementos correlatos da formação do capitalismo no Brasil, que se materializam na divisão sexual do trabalho e nas funções atribuídas a cada gênero no projeto de construção da nação.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Janaiky Pereira de **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2010.

BRAGANÇA, Yasmin Vianna. “A senhora do lar proletário”: Discursos e Políticas em Relação às Mulheres no Estado Novo (1937-1945). **Revista Cantareira**, Niterói, ed. 29, p. 218-229, jul/dez, 2018.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 05 jan. 1916, Seção 1, p. 133.

BRASIL. Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932. Coleção de Leis do Brasil - 1932, Página 260 Vol. 2 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-17-maio-1932-559563-publicacaooriginal-81852-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.396, de 19 de janeiro de 1937. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, jan. 1937. Seção 1, p. 2139.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.548, de 31 de Agosto de 1940. Faculta a redução do salário mínimo nos casos e nas condições que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 03 nov. 1940. Secção 1, p. 16911.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 9 ago. 1943. Secção 1, p. 11937-11985.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Plano Nacional de Educação. In: CONSELHO Nacional de Educação: Sessões da 1ª Reunião de 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937, v.1, p. 902-83.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. - Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social e da cultura, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In: O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo / organização de Joge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil republicano; v. 2).*

FONSECA, Pedro C. D. Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, Pedro Paulo Z; FONSECA, Pedro Cezar D. (org.). **Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Unesp, 2012. p. 21-50.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; HAINES, Andrés Ferrari. Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1043-1074, dez. 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 15, n. 2(26), pp. 225-256, 2004.

GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Vargas e as raízes do projeto desenvolvimentista no Brasil. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 8, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2019. e-ISSN 2358-4238.

GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. RocketEdition, 1 ed., 2005. *E-book*.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. O desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a posituação de direitos das mulheres no Brasil. **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 310-338, jan./jun. 2019.

NAHES, Semiramis. **Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007, 168 p.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos pagu**, Campinas, v. 39, p. 313-343, jul./dez. 2012.

PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.

PENA, Maria Valéria Junho. A revolução de 30, a família e o trabalho feminino. **Cad. Pesq.**, São Paulo, (37): 78-83, mai. 1981.

ROCHA, Luana Bezerra da; BARREIRA, Ieda de Alencar. A enfermagem e a condição feminina: figuras-tipo de mulheres no Estado Novo. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, vol. 6, núm. 2, agosto, 2002, pp. 195-210.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 129-166.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SILVA, Amanda Oliveira da. Formação sócio histórica econômica brasileira e patriarcado. In: Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, 2018, Vitória, ES. **Anais [...]**, Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. p. 1-13.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: Uma Configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lúci Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade).

A Estrada Real e a relação entre patrimônio cultural e a maior rota turística do Brasil

The Estrada Real (Royal Road) and the relation between historical heritage and the biggest tourist route in Brazil

Gabriela Scheffel

Graduada em História

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

gabrielascheffel@hotmail.com

Recebido em: 20/09/2021

Aprovado em: 07/01/2022

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre turismo e o patrimônio cultural das cidades pertencentes à Estrada Real. Nesse sentido, avaliamos o contexto histórico da Estrada Real, desde sua criação até a atualidade, sendo feita uma observação das ações de preservação patrimonial, com vistas à sua valorização como produto turístico e cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; turismo; Estrada Real.

Abstract: The present article has the general objective of analyzing the relationship between tourism and the cultural heritage of the cities belonging to the Estrada Real (Royal Road). In this sense, we evaluate the historical context of the Estrada Real, since its creation, until the present time, being made an observation of the actions of heritage preservation, with a view to its valorization as a tourist and cultural product.

Keywords: Cultural heritage; tourism; Estrada Real.

Introdução

A história da Estrada Real inicia em meados do século XVII, quando a Coroa Portuguesa oficializou os caminhos para o transporte de ouro e diamantes de Minas Gerais para o porto do Rio de Janeiro. Hoje, a Estrada Real tornou-se um eixo histórico-cultural, que abrange cidades, monumentos e caminhos que atraem milhares de visitantes, incentivando o turismo cultural, religioso, histórico e gastronômico, visando também o ecoturismo e o turismo de aventura em seu entorno. A Estrada Real é um dos maiores projetos turísticos em desenvolvimento no Brasil, abrangendo 177 municípios, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, distribuídos em quatro caminhos oficiais: o Caminho Velho, Caminho Novo, o Caminho dos Diamantes e o Caminho de Sabarabuçu.

Observando pelo viés patrimonial, a Estrada Real engloba muito do patrimônio brasileiro, como por exemplo, a cidade de Ouro Preto, declarada Monumento Nacional em 1933, tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1938, e declarada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como patrimônio mundial em 1980, sendo o primeiro bem cultural brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. Visando, portanto, uma análise da Estrada Real como produto turístico, apresentamos a perspectiva histórica da descoberta de ouro em Minas Gerais, e de que forma os antigos caminhos do ouro transformaram-se na maior rota turística do país.

O embasamento teórico-metodológico desta pesquisa está direcionado ao objetivo de estabelecer uma relação entre a Estrada Real e o patrimônio cultural. Para esse fim, serão utilizados autores de referência da História Cultural, como Roger Chartier e Peter Burke. A História Cultural trata da representação de uma determinada cultura em um dado período e lugar, e através de múltiplos campos, e permite analisar o objeto de estudo com enfoques diferentes, na medida em que entendemos a Estrada Real como um produto cultural. Para a fundamentação das discussões sobre Patrimônio e Memória, serão utilizados autores como Pierre Nora e Françoise Choay. Ao estudar a materialidade de uma cidade (monumentos, espaços de circulação, construções, entre outros), o

historiador busca analisar o modo de vida da sociedade que ali habita. Conforme Carlos Lemos (1981, p. 29), “devemos, então, de qualquer maneira garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes de patrimônio cultural”.

Assim sendo, o artigo está dividido em dois momentos principais: no primeiro, descrevemos a formação da Estrada Real, desde o século XVII até os dias de hoje; e no segundo, conceituamos e identificamos a patrimonialização das cidades pertencentes à Estrada Real, explorando seu potencial turístico. Sendo assim, este artigo visa, sobretudo, identificar e analisar as representações sobre a Estrada Real e sua constituição enquanto lugar de memória e de patrimônio.

Os caminhos do ouro

Para reconstituir historicamente o período em que se deu a descoberta do ouro em Minas Gerais é necessário retomar alguns aspectos da história de Portugal e, por extensão, da América portuguesa. Cabe lembrar que, apesar de os portugueses chegaram oficialmente no Brasil em 1500, o povoamento da América portuguesa aconteceu somente no reinado de Dom João III, quando, em 1529, Martim Afonso de Souza partiu para explorar o litoral entre Pernambuco e o rio Amazonas. No final do século XVII, a economia portuguesa dependia basicamente dos produtos vindos das colônias, e como a Europa passou a comprar açúcar holandês, a Coroa portuguesa entrou em crise. De forma a reverter o colapso econômico, Portugal resolveu estimular as expedições autônomas que procuravam por metais preciosos no Brasil, e oferecer recompensas aos bandeirantes que, porventura, descobrissem alguma riqueza. Estimulados pelas Cartas Régias que prometiam prêmios, os bandeirantes organizaram expedições para ir em busca das riquezas, utilizando os antigos caminhos indígenas para adentrar no território ainda desconhecido pelos portugueses.

Notícias e relatos dão conta de que a partir do início do século XVII, para alcançar o interior ou os chamados sertões, foram seguidos inúmeros caminhos ou veredas abertas pelos índios, que em grande parte não passavam de picadas. Desta forma, fazendo quando possível, proveito de antigas trilhas indígenas, os caminhos foram

sendo construídos mostrando estreita relação com a localização dos fabulosos depósitos de ouro e de diamantes, guardados nos sertões do Brasil, a leste ou a oeste da Linha de Tordesilhas (CALAES e FERREIRA, 2009, p. 8).

De qualquer forma, a descoberta de ouro no Brasil acontece somente no século XVII, e apesar de todos os estudos da temática do descobrimento do ouro na América portuguesa, ainda não é possível dizer quem, ao certo, descobriu os minérios preciosos no Brasil. Boxer (1973) cita que, analisando os diversos relatos da descoberta do ouro, se entendia que quase simultaneamente, o ouro foi encontrado em diversas regiões das Gerais, por diferentes pessoas, entre os anos de 1693 e 1695.

É interessante perceber o que viria depois do descobrimento do ouro. Se o Estado Português cobiçava o ouro mineiro, isso também acontecia no próprio Brasil. Muitos administradores locais acabaram trabalhando em negócios ilícitos, principalmente no Distrito Diamantino, o que levou a Coroa portuguesa a criar mecanismos para evitar as pilhagens. A administração de Minas ficava dividida entre a devoção ao governo e a autonomia:

A importância da exploração aurífera no contexto do mercantilista da época fazia de Minas o centro das atenções metropolitanas, que durante um século não se desviaram daquela região central, perdida no coração da América e atravessada pela Serra do Espinhaço. Mais do que em qualquer ponto de seus domínios, o Estrado – sol no seu zênite – esteve presente em Minas, como acusa a correspondência meticulosa estabelecida entre os ministros portugueses, o próprio rei e os administradores locais (SOUZA, 1986, p. 96).

Com a descoberta do ouro, foram se formando as estradas que conduziam o ouro das minas até o porto, de onde seria enviado a Portugal. Para evitar o descaminho do ouro nos percursos, o governo da metrópole determinou que as riquezas passassem apenas por determinados caminhos, que, em seu conjunto, receberam o nome de Estrada Real. Destes caminhos do ouro, ficaram mais conhecidos o Caminho Velho e o Caminho Novo. O Caminho Velho, no início da descoberta do ouro, foi a principal rota por onde o ouro passava e os mantimentos chegavam na zona de mineração. Por ali, circulavam os exploradores, os forasteiros, os mercadores e os escravos. Além dos

produtos de subsistência, passavam os bois, cavalos e muares que vinham do Sul para servir de transporte nas Gerais.

Mapa 1: Mapa do Caminho Velho e do Caminho Novo



Fonte: Instituto Estrada Real. Disponível em:

<http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real#mapa-estrada-real> Acessado em: 15/11/2

Até o final do século XVII, ir pelo Caminho Velho era sinônimo de perigo. A Coroa portuguesa, mesmo sabendo das dificuldades no percalço, estava atormentada com o desvio do ouro e a cobrança dos impostos, instalou registros no Caminho Velho. À medida que o tempo foi passando, o Caminho Velho se tornou inviável, seja pelos perigos ou pela demora da viagem. Era

necessário um caminho mais rápido e mais direto das minas para o Rio de Janeiro; e para isso, foi construído o Caminho Novo, o único caminho construído a partir de uma ordem real.

O Caminho Novo era habitado, contando com vendas, pousos e estalagens, que o tornava a principal via de passagem do ouro e do comércio exterior entre os portos da colônia. Na parte central da Capitania, em meio ao Espinhaço, e cercada das minas mais ricas de ouro, estava Vila Rica. Indo para o norte, encontrava-se a Vila do Tijuco, no meio do Distrito Diamantino. Dali em diante, era possível pegar a Estrada de Minas Novas do Araçuí, e chegar à Bahia. Dessa forma, os caminhos do ouro eram a base dos eixos políticos, sociais, econômicos culturais e de infraestrutura do Brasil no período:

Construída em fins do século XVII (Caminho Velho) e início do século XVIII (Caminho Novo), a Estrada Real estabeleceu a ligação entre o Rio de Janeiro e as províncias auríferas e diamantíferas de Minas Gerais, com destaque para os distritos de Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila do Príncipe/Arraial do Tijuco (atuais Serro/Diamantina). (CALAES e FERREIRA, 2009, p. 21).

Os diamantes em Minas Gerais foram descobertos no rio Jequitinhonha, nas localidades de Serro Fino e Tijuco, em meados de 1714. A descoberta, porém, não foi anunciada naquela época por dois motivos: porque a população não sabia o valor das pedras; e pelo fato de o governador da capitania Dom Lourenço de Almeida ter escondido os diamantes até 1729, fazendo uma grande reserva e só comunicando à Coroa quando viajantes começaram a espalhar a notícia. Posteriormente, os diamantes seriam explorados cuidadosamente, sendo utilizados diversos métodos para evitar o furto das pedras preciosas. O Caminho dos Diamantes, portanto, ligava as atuais cidades de Diamantina a Ouro Preto e era o único acesso para os diamantes. Ao contrário das outras regiões, a ocupação do arraial foi desencorajada, pois o controle da Coroa era o mais rígido da colônia, mas o Caminho dos Diamantes se manteve como um dos mais importantes do período.

Outro caminho que se tornou famoso foi o Caminho do Sabarabuçu, sendo que desde a colonização já havia histórias circulando sobre as riquezas de Sabarabuçu ou da Serra Resplandecente. Reza a lenda que havia um brilho no topo da Serra da Piedade, de que viajantes

imaginavam ser ouro o que resplandecia. Entretanto, ao chegarem lá, o que refletia, na verdade, era apenas minério de ferro. Sobre as lendas, Santos (2001, p. 36), diz que: “Numa região mágica, denominada Sabarabuçu pela população da época, de uma serra resplandecente desceriam, por um grande rio, pedras que eram como que pedaços de ouro, além de esmeraldas e outras pedras finas.” Apesar de ser mais longo, era mais largo - ótimo para passarem as boiadas. De acordo com Calaes e Ferreira, (2009, p. 82) a principal vantagem era ser esse o caminho do contrabando, já que possuía vários atalhos e descaminhos inviabilizando a cobrança do quinto e de outros tributos.

Mapa 2: Mapa do Caminho dos Diamantes e do Caminho do Sabarabuçu



Fonte: Instituto Estrada Real. Disponível em:

<http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real#mapa-estrada-real> Acessado em: 15/11/21

Com a abertura destes quatro caminhos, estava criada, portanto, a Estrada Real, um conjunto de estradas e caminhos por onde passavam as riquezas das minas para o porto do Rio de Janeiro, e por onde também passavam viajantes e comerciantes. Era expressamente proibido, sob norma real, abrir ou passar por outros caminhos. Para o governo metropolitano, era importante manter o controle fiscal e controlar as rotas de comunicação entre as minas e o porto. Assim, de acordo com Santos (2001), havia Registros do ouro, que fiscalizavam o ouro e cobravam o quinto, Registros de entrada e Registros de tributos pelo trânsito de animais. O autor ainda cita que:

Evoluindo a partir dos primeiros caminhos autorizados pela Coroa, as estradas mantiveram o caráter de vias oficiais ainda por muitas décadas. Reforçaram o caráter legal, de caminho obrigatório para pessoas e mercadorias, agregando o adjetivo “real” ao nome – tornaram-se estradas reais. (SANTOS, 2001, p. 155).

Os primeiros a ocuparem a região das jazidas de ouro foram os bandeirantes. As bandeiras, aprovadas pelo rei, tinham sacerdotes em seus integrantes, mas a Igreja e o Estado, como instituições, só chegaram em Minas Gerais bem mais tarde. Os bandeirantes, enquanto entravam pelo território desconhecido, iam erguendo cruzeiros pelo caminho. Dessa forma, as primeiras vilas foram se formando espontaneamente, acompanhando a mineração. As povoações nasciam junto aos cursos d’água, perto de onde havia mais ouro, mas eram de caráter provisório, construídas como local de passagem. À medida que a mineração crescia, as vilas também cresceram; e os comerciantes aproveitaram-se disso, fixando-se nos cruzamentos de estradas, nos pontos de cobrança de impostos e nos pontos de paradas entre duas áreas de mineração.

Com um rápido crescimento populacional, nasceu a necessidade de abastecer as vilas com os mais diversos produtos, trocados por ouro. Chegavam de Portugal, através do Porto do Rio de Janeiro vinhos, tecidos e utensílios diversos, e principalmente, escravos. De outras regiões do Brasil, vinham feijão, milho, marmelada, gado, bestas, mulas, charque e demais produtos de subsistência. Com o incremento do comércio, milhares de estrangeiros começaram a ir para as Minas Gerais. Dentre os que estavam chegando à região, encontravam-se brancos, pretos, pardos, homens, mulheres, moços, velhos, ricos, pobres, padres, advogados, artesãos e militares. O ouro, entretanto,

não enriquecia as Minas Gerais, pois a maior parte dos metais preciosos iram para a metrópole e os produtos importados e escravos eram caríssimos.

À medida que mais jazidas eram descobertas, iam se formando os arraiais em torno delas. Os primeiros foram os de Ouro Preto, Caquende e Antônio Dias. Em seguida, formaram-se o Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Inficionado e Ribeirão do Campo. Os arraiais iam se transformando em povoados, e com isso surgiam as capelas, igrejas, pelourinhos, ranchos, vendas, armazéns, e assim por diante. Os povoados, por sua vez, iam se transformando em vilas: em 1711 surge, além de Vila Rica, a Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana e a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Em 1713, surge a Vila de São João Del-Rei; em 1714, passa a existir a Vila Nova da Rainha, atual Caeté, a Vila do Príncipe, atual Serro, em 1715, surge a Vila do Infante de Nossa Senhora do Pitangui e no ano seguinte a Vila de São José Del-Rei, atual Tiradentes. E em 1720, cria-se a capitania das Minas Gerais. A sociedade em Minas Gerais é criada a partir de pessoas que se instalaram no local em busca do sonho de riquezas, uma sociedade hierarquizada, com uma opulência exteriorizada e que se torna rapidamente devota e comandada pela Igreja Católica. Sendo assim, como afirma Simone Costa (2017), a urbanização em Minas Gerais se deu pelo ouro, igreja, e comércio, ligados através das Estradas Reais.

A relação entre preservação histórica e turismo na Estrada Real

Andar pelas ruas das antigas cidades coloniais como Ouro Preto, Mariana e Tiradentes, por si só, é visitar um museu a céu aberto. Em cada esquina, há um prédio histórico, uma galeria de arte, uma igreja do século XVIII com riquezas do teto ao chão. Uma grande parte da renda de moradores e das próprias cidades em Minas Gerais advém do turismo cultural. Entretanto, para compreender a importância do turismo cultural, precisamos antes compreender o conceito de turismo e de cultura. Peter Burke (2010) nos mostra que a cultura, atualmente, pode ser usada para se referir a uma gama de ações da sociedade:

Hoje, contudo, seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e outros usam o termo “cultura” muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser aprendido em uma dada sociedade — como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante. Em outras palavras, a história da cultura inclui agora a história das ações ou noções subjacentes à vida cotidiana. (BURKE, 2010, p. 16).

Entendemos que é preciso compreender também que a prática cultural não surge apenas no momento de produção de algum objeto cultural, mas também no momento em que se dá sua recepção. Segundo Barros (2005, p. 128) “passou-se a avaliar a cultura também como processo comunicativo, e não como a totalidade dos bens culturais produzidos pelo homem.” Segundo Burke, devemos pensar na ideia de tradição, quando conhecimentos e habilidades de uma geração são passados para a próxima. O admirável é pensar em como, nas cidades mineiras, a cultura da época do Ciclo do Ouro manteve-se presente até os dias de hoje e de que forma continua sendo preservada.

A ideia de cultura, normalmente, é associada a práticas de linguagens, comunicação, representações e práticas, que podem estar agindo juntas ou não. Barros explica que as agências de produção e difusão da cultura também estão presentes em sistemas educativos, imprensa e turismo. Ao compreender o conceito de cultura, percebe-se que o Brasil possui um patrimônio cultural diversificado, o que permite a estruturação de produtos turísticos, que, conseqüentemente, promovem e preservam a cultura brasileira. As diferentes expressões da cultura de um determinado povo são uma das principais motivações para o ser humano viajar, seja para conhecer conjuntos arquitetônicos, conhecer museus ou lugares onde viviam culturas já extintas. Todavia, da mesma forma com que ocorreu em todo mundo, em Minas Gerais a cultura popular das pequenas vilas vem sendo apagada pelo crescimento das cidades e melhoria das estradas, por exemplo.

Neste ponto, para que haja a preservação dessa cultura, destaca-se a atuação de entidades governamentais e particulares. Neste sentido, o turismo cultural pode ajudar – e muito – a conservar as cidades mineiras pertencentes ao itinerário cultural da Estrada Real. De acordo com o *Plano Nacional de Turismo 2018-2022*, que estabelece diretrizes e estratégias sobre o turismo nacional:

O Brasil exibe uma impressionante diversidade biológica, paisagística, histórica e cultural que, frequentemente, é utilizada como atrativo pelos turistas nacionais e

internacionais interessados em conhecer os destinos brasileiros. A valorização desse patrimônio, bem como seu aproveitamento como atrativo turístico, perpassa pela capacitação dos membros da comunidade, onde os bens culturais e naturais estão assentados, para capacitá-los a perceber o ambiente que os cerca e criar uma relação de pertencimento (BRASIL, 2018).

O *Plano Nacional de Turismo 2018-2022* propõe um estreitamento de parcerias entre os órgãos ambientais e culturais com os órgãos oficiais de turismo, para que, em conjunto, possam estudar a atividade turística respeitando e preservando os locais turísticos. Essas parcerias devem também ter, de acordo com o documento, o envolvimento de entidades privadas e das comunidades locais. Ao falarmos de turismo cultural, é preciso recorrer a alguns documentos do Ministério do Turismo para compreender a noção de turismo cultural válida especificamente para o Brasil. De acordo com o *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*, de 2007, a definição de turismo cultural está relacionada com a motivação do turista, especificamente de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a preservar a integridade desses bens. O mesmo documento nos diz que:

Considera-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais, de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de atração turística: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas; museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais; manifestações, como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e outras (BRASIL, 2007).

Sendo assim, pressupõe-se a valorização e preservação desses locais, de forma que o conhecimento sobre eles seja divulgado, facilitando o acesso dos turistas e respeitando a memória e cultura local. Da mesma forma, Meneses nos lembra que antes de existir o turismo cultural, os lugares hoje patrimonializados já eram preservados pela população local:

Ouro Preto, Serro, Sabará, São João d'El Rei, Tiradentes, Diamantina, lugares patrimonializados legalmente a partir de uma legislação dos anos 30 do século XX, foram guardados por sua população antes do reconhecimento interpretativo dos modernistas e da lei de tombamento dos bens artísticos e históricos de nossa cultura (MENESES, 2013, p.03).

Melo e Cardozo, por sua vez, nos explicam que:

O Turismo cultural pautado pela ação de visitação e conhecimento do patrimônio cultural possui um sentido educativo, pois é uma mediadora no processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios, que são os atrativos das cidades turísticas (MELO e CARDOZO, 2015, p. 1060).

No projeto Vivências Brasil: Aprendendo com o turismo nacional, com o subtítulo de Turismo cultural: Estrada Real, fica evidenciado que o potencial da Estrada Real para incentivar o turismo cultural, religioso, histórico e gastronômico para o Brasil é muito grande. A ideia de criar um roteiro turístico com base na antiga Estrada Real baseia-se na afinidade existente entre os municípios que fazem parte da rota, no seu traçado urbano, cotidiano e história, mesmo que, apesar de semelhantes, cada um tenha a sua peculiaridade. A cidade mais conhecida do roteiro da Estrada Real é, sem dúvida, Ouro Preto. A cidade possui inúmeros museus, dos quais destacam-se o Museu da Inconfidência, o Museu de Arte Sacra, o Museu Aleijadinho, e também o Museu Aberto-Cidade Viva, um projeto dedicado às edificações da cidade. Além dos museus, há as construções histórico-religiosas, como a Igreja de São Francisco de Assis (1766) e a Matriz do Pilar (1733), além de mais dez igrejas do século XVIII.

O projeto Turismo cultural: Estrada Real cita ainda os parques no entorno da cidade, como o Parque Estadual do Itacolomi, a Universidade Federal de Ouro Preto, o Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG, a infraestrutura hoteleira (em sua maioria, casas coloniais que se transformaram em pousada) e a diversidade da culinária local. Algumas estratégias são adotadas para que os turistas pratiquem turismo cultural, como por exemplo, a criação de produtos tematizados que ressaltam a história do lugar, para que o patrimônio visitado fique na memória do visitante e ele lembre da viagem mesmo após seu término. Outro exemplo é a hospedagem domiciliar, através da qual o visitante experimenta a vivência da perspectiva de um morador local, conhecendo seu modo de vida. O projeto prevê ainda visitas aos sítios arqueológicos, as edificações históricas e o patrimônio imaterial dos lugares. É preciso lembrar que o Brasil é hoje um destino de turismo cultural, seja pela mistura de raças e culturas ou por condições geográficas e climáticas. Apesar disso, ele ainda é pouco

explorado no país, seja por falta de pesquisas, de planejamento ou de desenvolvimento de estratégias de marketing sobre um determinado destino.

O turismo cultural requer um cuidado maior dos órgãos que lidam com o turismo, pelo fato de as cidades consideradas Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO receberem um grande fluxo de visitantes. O problema é que nem sempre os visitantes respeitam as normas de tombamento e proteção do patrimônio histórico e cultural, gerando impactos negativos para esses locais. Nesse sentido, é necessária uma ampla conscientização dos turistas brasileiros e estrangeiros através de atividades que busquem evitar a destruição da cultura local. Isto porque o turismo cultural auxilia muito na valorização e revitalização do patrimônio, na retomada das tradições e bens materiais e imateriais de um lugar. Sobre isso, o projeto Turismo cultural: Estrada Real, nos diz que:

Assim pensando, a atividade turística passa necessariamente pela questão da cultura local e regional. Reforça a necessidade em compreender as suas peculiaridades, admirar a complexidade e estimular a participação da comunidade. Surgem os circuitos culturais e roteiros temáticos, diversificando e ampliando atrativos, com inclusão de espetáculos e mostras, interpretações históricas e artísticas, agregando valor aos monumentos edificados. O patrimônio imaterial ganha expressão e presença, inclusive na legislação de preservação e tombamento e amplia a oferta dos atrativos (BRASIL, 2006, p. 29).

Vale lembrar que, até ser lançado o Programa Estrada Real em 2003, todo o planejamento turístico de Minas Gerais estava baseado em circuitos turísticos, como por exemplo, o Circuito Turístico Trilhas dos Inconfidentes. Para um resgate da Estrada Real, foi sancionada a Lei Estadual de nº 13.173/99, sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real, com o objetivo de nortear a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR/MG. Oliveira e Queiroz nos lembram que:

O Programa Estrada Real possui, como tantos outros de cunho turístico, uma série de potencialidades a serem desenvolvidas em torno de patrimônio, história, cultura, religiosidade ou recursos naturais. Por outro lado, existem diversas dificuldades em sua estruturação e implantação, que possuem ações de curto, médio e longo prazo. O que se percebe é que todos esses projetos turísticos, em qualquer país que estejam sendo desenvolvidos, além do alto investimento em pesquisa, qualificação

de mão-de-obra ou infraestrutura, necessitam também da realização de diversas parcerias para se concretizarem (OLIVEIRA e QUEIROZ, 2008, p. 76).

O turismo cultural, para funcionar, necessita do apoio de uma gama de serviços, seja de hospedaria, alimentação, deslocamento e de atrações turísticas. À vista disso, o turismo, como o primeiro setor econômico da era da globalização, traz alterações de toda ordem, não apenas no âmbito individual ou organizacional, mas também nos níveis local e regional. O Programa Estrada Real, por sua vez, foi o primeiro plano turístico do Brasil que se direcionou para uma rota, mas focando em diferentes segmentos do turismo.

Percebemos, assim, a Estrada Real como um ótimo exemplo de preservação histórica vinculada ao turismo cultural, por sua história, arquitetura e tradições, fazendo um elo perfeito entre o passado e o presente. A grande dificuldade é conseguir abranger de forma harmônica 170 cidades de três estados diferentes (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro). Melo e Cardozo sintetizam bem a ideia de turismo cultural e sua importância:

A ampliação do horizonte cultural dos sujeitos por meio da atividade turística pode significar, em termos das referências aqui utilizadas, uma aproximação entre a vida individual, cotidiana, com a vida genérica do ser humano, superando a distância que aparta, de forma até mesmo violenta, cada ser humano de sua vinculação genética com a humanidade. Neste sentido, a atividade turística pode realmente ser um veículo de aproximação dos povos e, logo, promotora de uma cultura da paz e do respeito à diversidade cultural (MELO e CARDOZO, 2015, p. 1064).

Pensando na atividade turística, os eventos culturais são extremamente importantes para promover aspectos singulares de uma cultura, consolidam a imagem de uma cidade no turismo cultural, envolvem a comunidade e trazem parcerias para sua realização. Choay (2001) nos relembra que uma cidade considerada patrimônio histórico deve ser conservada, tanto para resguardar o patrimônio, quanto para atrair mais turistas. O que acontece na maioria dos casos é que uma cidade muito antiga e sem recursos, não consegue manter a manutenção em seus prédios, por exemplo, e conseqüentemente, não atrai turistas o suficiente para promover festas e espetáculos.

Nestes casos, é necessário que sejam feitos restauros em obras e prédios antigos. O restauro, conforme o autor, não deve ser praticado senão como último recurso, quando todos os outros meios (manutenção e mínimos reparos) falharem. O restauro deve ter legitimidade, devem ser utilizados múltiplos artifícios para que não seja perceptível ao olhar, como diferentes tipos de materiais, cores, sobreposições e afins. Entretanto, o restauro deve sempre ser documentado, com inscrições, datas, fases das operações e quais partes o restauro substituiu.

O autor explica também sobre os artifícios utilizados nos monumentos históricos para transformá-los em espetáculos. Em meados do século XX, passou-se a empregar a iluminação noturna, através da qual o monumento, rompendo a escuridão da noite, aparece quase como uma divindade, resplandecendo em eternidade. O jogo de luz e sombras fazem as formas parecerem ainda mais realísticas, quase transcendentas. A iluminação por si só passa a ser quase que um ritual, tendo horas e dias fixos para acontecer. Da mesma forma, o som auxilia em uma encenação, nos espetáculos de som e luz. Músicas, discursos, misturados com os monumentos iluminados tratam de entreter os turistas em busca de um mergulho ao passado. As animações tornam-se cada vez mais presentes, tirando o monumento da inércia, deixando-o mais fácil de ser compreendido para o público. A cada dia torna-se mais difícil observar um monumento por si só, sem interferências externas de luz e som. Choay (2001, p. 232) diz que modernizar os monumentos não é dar a eles aspecto de novo, mas sim colocar no corpo das velhas construções um implante regenerador.

Dessa forma, há também a rentabilização de um monumento enquanto suporte publicitário. Afinal, são cobrados ingressos para entrar em museus ou conhecer sítios arqueológicos, da mesma forma que o patrimônio histórico aparece associado à venda de produtos de consumo em lojas, nas quais são vendidos camisetas, livros, postais ou objetos. Assim, proporcional ao número de visitantes é a receita das entradas e produtos relacionados ao monumento. Segundo o mesmo autor, uma cidade patrimonial é convertida em uma cena. Além da iluminação arranjada para embelezar a cidade, ela também é palco de festivais, celebrações e acontecimentos que multiplicam o número de visitantes. Os bairros antigos são preparados para o consumo cultural: praças, ruas, casas, fontes,

caminhos públicos, tudo remete ao estilo da época retratada. De acordo com o autor, o turismo em cima do patrimônio histórico e cultural hoje representa uma parte crescente do orçamento e lucro de nações. Para muitos países, estados e municípios, ele representa a sobrevivência econômica do lugar, e, por isso, o patrimônio passa a ser um empreendimento considerável.

Ainda, o autor afirma que, para historiadores, arqueólogos, e arquitetos, o patrimônio continua sendo um vasto campo de pesquisas. O problema é o grande público, que deseja ser entretido pelo monumento histórico. Sendo assim, muitas cidades resolvem vender ilusões para conseguir conquistar os turistas com seu passado histórico.

Com efeito, qual pode ser o valor histórico de um edifício ou de um conjunto de edifícios na falta da bela linearidade temporal, edificada tão pacientemente pela história, tão pacientemente apreendida e conservada pela memória orgânica e, pouco a pouco, reduzida a uma abstração pelas memórias artificiais? (CHOAY, 2001, p. 244).

Pierre Nora (1993) também aborda o tema, explanando sobre comemorações e festas em torno do passado histórico dos lugares. De acordo com o autor, as comemorações ganham uma projeção midiática, onde o ato de se comemorar tornou-se mais importante do que a comemoração em si. A história nacional baseada nos patrimônios históricos é, em suma, forjada a partir dos lugares de memória, sendo essa memória vista como o que retorna ao passado no próprio presente.

No caso da Estrada Real, por exemplo, as festas regionais de Minas Gerais atraem turistas para a região, conciliando a história, o patrimônio, a gastronomia, a religiosidade e tantas outras formas de turismo em torno dessas celebrações. Cavenaghi, Bueno e Corrêa afirmam que as festas populares:

Muitas festas populares brasileiras vêm se tornando um produto cada vez mais atraente sob o ponto de vista do turismo, gerando um mercado crescente de empregos, produtos e serviços. É possível afirmar que, em muitos casos, o fenômeno turístico tem contribuído para revitalização e dado condições de manutenção dessas expressões culturais que, como já referenciado, são ameaçadas ante as condições corrosivas da Modernidade. Além disso, apesar da mercantilização e espetacularização, as festas continuam fazendo a interpretação dos mitos, lendas e histórias locais através da elaboração e da expressão de um

imaginário simbólico que desempenha papel revelador e crítico (CAVENAGHI, BUENO; CORRÊA, 2012, p. 597).

Atualmente, quem gerencia a Estrada Real como produto turístico é o Instituto Estrada Real, sendo fundamental para o desenvolvimento econômico e social das regiões ligadas pela Estrada Real, tanto em questão de geração de emprego e renda, quanto no sentido de preservar os patrimônios históricos associados ao turismo local. O Instituto Estrada Real foi criado em cinco de outubro de 1999, pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), como uma sociedade civil e sem fins lucrativos, para organizar e gerenciar a Estrada Real como produto turístico. Em 2003, foi elevado a programa estruturante do governo do Estado de Minas Gerais, sendo implantado em cento e sessenta e dois municípios de Minas Gerais, oito no Rio de Janeiro e sete em São Paulo.

Um dos alvos do Instituto Estrada Real é criar uma rede de pequenas e médias empresas, que possam qualificar e treinar seus funcionários a fim de elaborar produtos turísticos e comercializá-los. Em 2006, a Organização das Nações Unidas assinou um convênio de cooperação técnica com o Instituto Estrada Real, para o auxílio tecnológico em projetos já em desenvolvimento. O Instituto Estrada Real criou o Comitê Técnico do Organismo de Certificação, onde há representantes dos circuitos turísticos, agências receptivas e secretarias de turismo. O Comitê serve para identificar e atualizar permanentemente as competências profissionais dos trabalhadores da área de turismo e hospedagem. Também foram montadas três unidades móveis em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que aplicam cursos e qualificam os profissionais dos municípios ligados a Estrada Real; além do Projeto Produção Associada ao Turismo, cujo objetivo é incentivar o emprego nos setores de produção de cachaça, joias, artesanato e queijos.

Atualmente, o maior problema do Instituto Estrada Real, é que ele já considera a Estrada Real como um produto turístico, o que ainda não foi aceito pelo governo, fato esse que tem gerado atritos com alguns órgãos públicos e privados que questionam a legitimidade do Instituto. Por isso, o Instituto conta com recursos do licenciamento da marca e de parcerias, sem apoio do governo. Tentando solucionar o problema, o Instituto Estrada Real pretende reunir todas as entidades que

apoiam o projeto para buscar recursos, além da FIEMG, a SEBRAE, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMinas), associações comerciais e governanças.

Ainda, pensando em como o Instituto Estrada Real tem um papel importante na preservação da Estrada Real, em setembro de 2021, o Instituto lançou um programa de revitalização dos marcos de sinalização da Estrada Real. Os marcos de sinalização estão normalmente em postos de bifurcação da estrada, contendo uma placa com informações sobre o local, coordenadas geográficas e cidades mais próximas. Os marcos sinalizadores são construídos em concreto, trazendo o mapa da Estrada Real e indicando onde o viajante está com a frase “você está aqui” e sua informação geográfica. Com esse projeto, os marcos serão recolocados, reposicionados e também acionados novos para facilitar a localização dos viajantes. Em 2014, o Instituto Estrada Real apresentou o Passaporte da Estrada Real, muito parecido com um passaporte internacional de viagem, onde o turista carimba os locais por onde passa. Em novembro de 2021, foi adicionado um novo ponto de carimbo - Cachoeira do Campo - demonstrando como o Instituto está em constante aprimoramento e atualização.

Isto posto, percebemos a importância do Instituto Estrada Real para o Brasil, especialmente nas regiões por onde a Estrada Real passa. O Instituto tem diversos pontos a serem desenvolvidos em torno da preservação patrimonial, histórica, cultural e de recursos naturais. Certamente, o Instituto Estrada Real tem dificuldades em sua execução, implantação e manutenção. As empresas privadas e outras parcerias não-governamentais têm ajudado muito o Instituto a se manter, embora o próprio governo brasileiro não tenha se interessado no projeto nos últimos anos.

Por muito tempo, o turismo em Minas Gerais ficou focado somente nas cidades históricas que se destacam por seus conjuntos arquitetônicos, como é o caso de Ouro Preto. Ao buscar um alcance maior do turismo mineiro, o Instituto Estrada Real vem se mostrando extremamente importante para divulgar as outras atrações da região, ligados à natureza, gastronomia e religião, por exemplo. Em razão disso, o Instituto Estrada real tem tido uma avaliação positiva em relação à melhoria do turismo de forma geral, — especialmente em Minas Gerais, mas, também, em São Paulo

e Rio de Janeiro —, tanto para os viajantes, quanto para a comunidade local que se beneficia deste avivamento do turismo.

Cabe lembrar que, em 2016, Minas Gerais foi escolhido como Melhor Destino Histórico e Melhor Destino para Férias em Família por uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, e, em 2019, foi eleita como o Melhor Destino Histórico e Melhor Destino de Natureza do país. A cidade de Monte Verde, distrito de Camanducaia, no sul de Minas Gerais, foi eleita como um dos dez lugares mais acolhedores do mundo, ficando em nono lugar no Traveller Review Awards 2020, prêmio anual da Booking.com. Todos esses fatores demonstram o grande potencial turístico da Estrada Real, lembrando sempre que o turismo nas cidades históricas ou de aventura esteve presente nos três estados bem antes do Instituto Estrada Real tomar para si a responsabilidade de tornar a Estrada Real um produto turístico e gerenciá-lo a fim de divulgá-lo para o Brasil e para o mundo.

Em meados do século XX, percebendo a função econômica do patrimônio, os governos resolveram revitalizar bairros antigos, até então abandonados, fazendo com que se tornassem interessantes aos olhos do capital imobiliário. Sant’Anna (2017, p. 6) diz que “No final do século XX não havia, como houve antes, cidade sem patrimônio. Originalmente seletiva e excepcional, a preservação do patrimônio urbano se tornou regra.” Com a industrialização dos anos 1950, o patrimônio arquitetônico nas grandes cidades entrou em risco. O IPHAN, por sua vez, desenvolvia uma política para proteger os monumentos e conjuntos arquitetônicos, na tentativa de não modernizar esses locais. Esses lugares, então, começaram a ser selecionados, no que viriam a se tornar centros históricos. Nos anos de 1970, surgiu o Programa de Cidades Históricas, que ligava toda a América Latina, buscando promover o patrimônio cultural através do turismo.

A ideia, na época (e que continua vigente), era buscar uma preservação permanente e rentável do patrimônio histórico e cultural. O potencial turístico dos centros históricos aumentou o número de tombamentos de cidades coloniais brasileiras. No final dos anos 70, pela primeira vez, foram utilizadas campanhas publicitárias e de divulgação dos lugares históricos em novelas, livros e revistas.

Como esclareceu Barroso (2017, p. 16), a cidade-monumento surgia, então, como um produto turístico.

O Brasil conta, atualmente, com vinte e duas localidades consideradas Patrimônio Mundial da Humanidade, culturais ou naturais. Em 2008, o IPHAN manifestou-se para transformar a Estrada Real em Patrimônio Mundial da UNESCO, na categoria de Itinerário Cultural, sendo que irá fazer o dossiê sobre a rota e sua importância para o Brasil. Além da Estrada Real ser única rota, no século XVIII, de ligação entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, ela conta com trechos preservados do período colonial, tal qual foram construídos, passa por 198 municípios, além de passar pelas cidades que já são Patrimônio Mundial da UNESCO, como Ouro Preto, Diamantina e o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos. Além da própria estrada em si, a rota é marcada pela história, gastronomia, arquitetura, festas populares, danças, religiosidade, passeios nas cachoeiras, trekking e outras belezas naturais. Se a UNESCO aceitar, a Estrada Real desfrutará da mesma condição que o Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha, e a Rota do Incenso e das Especiarias, no Oriente Médio.

O fato de a Estrada Real ter se tornado uma rota turística, passando por cidades que são Patrimônio Mundial da UNESCO, e a própria rota estar pleiteando se tornar Itinerário Cultural, nos mostra como os grupos sociais inseridos na rota da Estrada Real, os herdeiros de todo o patrimônio que o Ciclo do Ouro proporcionou ao Brasil, estão empenhados para que isso aconteça. Há muitos elementos que tornam a Estrada Real tão importante, tais como suas fazendas, postos alfandegários, igrejas, capelas, mercados, minas, jazidas, museus, reservas ecológicas, culinária típica, e os próprios centros históricos. Todas as cidades que fazem parte da Estrada Real têm muito a nos contar, tanto para os turistas, quanto para os pesquisadores de diversas áreas. Altino Barbosa Caldeira e João Francisco de Abreu nos dizem que:

Estrada Real reúne, resulta e reflete movimentos interativos de pessoas e de intercâmbios multidimensionais, contínuos e recíprocos. Bens, idéias [sic], conhecimentos e valores entre povos, países, regiões ou continentes ao longo de consideráveis períodos de tempo. Gera uma fecundação múltipla e recíproca, no espaço e no tempo, das culturas afetadas que se manifestam tanto em seu

patrimônio tangível quanto intangível. Integra as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência em um sistema dinâmico (CALDEIRA E ABREU, 2009, p. 8).

Nos últimos anos, a Estrada Real tem passado por vários programas de recuperação de bens tombados pelo patrimônio histórico, trazendo uma recuperação dos lugares de memória e sua difusão mesclada com o turismo. Deve-se, contudo, ressaltar que um lugar patrimonial não funciona sozinho, precisando estar inserido em um local de memória que lhe dê sentido e potencialize seu significado. Entendemos, assim, que o patrimônio cultural está diretamente ligado à prática de preservar lugares, construções e objetos da degradação e desaparecimento dos mesmos, e o turismo, por sua vez, está ligado ao patrimônio cultural como um elemento que fundamenta seu valor econômico.

No mundo contemporâneo, as pessoas têm desejado cada vez mais vivenciar experiências in loco, conhecendo desde sítios arqueológicos até museus e cidades patrimonializadas, o que contribui tanto para o turismo, quanto para a valorização da história local. Isabel Guillen nos explica que:

Emergem com essa noção de patrimônio novas formas de se valorizar e “conservar” memórias do passado antes desvalorizadas, e até mesmo encobertas por uma noção elitista e excludente de história e cultura. Temos a oportunidade de constatar que estamos diante de novas políticas da memória e de novas formas de administração institucional do passado. É fundamental destacar o fato de que novas políticas da cultura têm nos dado a oportunidade de criar novas culturas políticas para a construção da identidade, memória e história nacional (GUILLEN, 2014, p. 648).

Outrossim, não podemos esquecer de uma educação histórica e patrimonial como mediadora da atividade turística. Ela serve para aproximar o turista do patrimônio cultural, planejada para produzir um trabalho interdisciplinar, que consiga valorizar o patrimônio em questão. É o caso, por exemplo, dos guias turísticos, que cumprem um papel importante não só para o turismo da região, mas na formação de conhecimento sobre a própria história nacional. Através deles, os turistas conhecem mais da história, dos bens culturais do passado, e aprendem a preservar o patrimônio que é de todos. Quando falamos em preservação do patrimônio cultural, automaticamente pensamos em

um conceito de identidade cultural, artística ou religiosa. Para tanto, a ideia de memória estabelece vínculos entre gerações, tornando-se uma memória afetiva, onde a população se torna parte da História. Por outro lado, quando pensamos em cidades históricas, devemos perceber que as cidades, e, no caso estudado, a própria Estrada Real, são um processo de memorização coletiva, onde a arquitetura urbana representa as experiências vividas naquele local. Por fim, lembramos também que o próprio patrimônio está em constante mudança:

O patrimônio não pode ser visto exclusivamente como memória e passado, uma vez que a sua importância se mantém, na medida em que, o patrimônio está constantemente a (re)construir-se. Atualmente, no futuro dos territórios, o patrimônio cultural é um recurso a partir do qual ainda muito se pode trabalhar e explorar. Ao nível dos lugares, todos podem beneficiar do seu patrimônio local através de uma cuidada gestão e programação cultural (MARTINS, 2015, p. 9).

Considerações finais

Como vimos neste artigo, a Estrada Real foi a primeira estrada construída oficialmente por Portugal no Brasil, sendo utilizada para levar o ouro até o porto e mantimentos até as populações mineradoras. Apesar da sua importância para o Brasil, foram anos de tentativas de patrimonialização das cidades pertencentes à Estrada Real, e somente em 1938, seis cidades de Minas Gerais foram declaradas patrimônio nacional. Através da pesquisa para este artigo, percebemos que o Brasil possui um patrimônio cultural bastante diversificado, o que permite a estruturação de produtos turísticos, que, conseqüentemente, promovem e preservam a cultura brasileira. Por conta de iniciativas governamentais, do Instituto Estrada Real e mesmo através da economia turística local, a Estrada Real tem passado por vários programas de recuperação de bens tombados, trazendo uma recuperação dos lugares de memória e sua difusão mesclada com o turismo. É importante entender que, sob essa perspectiva, o turismo deve ser tido como um aliado da preservação patrimonial e não contribuir para sua degradação.

O patrimônio cultural é um elo de ligação entre indivíduos, produzido por uma coletividade, possibilitando a criação de um mundo vindo do imaginário das manifestações culturais do passado. Os fragmentos do passado, hoje possibilitam que o presente consiga produzir uma experiência do passado. Barroso (2018, p. 165) diz que acessar o patrimônio é também acessar, por meio da memória, como os indivíduos atribuem sentidos, símbolos, imagens, significados ao mundo social.

Dessa forma, o turismo no Brasil deve ter uma visão de longo prazo, para que haja uma melhoria e inovação na oferta turística; atuação de modo articulado entre setores públicos e privados; e buscar obter maior efetividade nas ações de promoção e comercialização. O Ministério do Turismo, portanto, deve encarregar-se da definição e disseminação de critérios sobre o turismo nacional, além de apoiar projetos com investimentos. As Unidades Federativas devem disseminar informações, estabelecer critérios locais de apoio, além de executar os investimentos. Os Municípios Turísticos, por sua vez, devem identificar as prioridades, elaborar propostas e projetos, e executar os investimentos. Da mesma forma, é dever dos gestores públicos e privados desenvolver e ampliar uma cultura de inovação no turismo brasileiro, proporcionando programas de capacitação e qualificação, além do estudo da cultura, artes e história e inovação tecnológica. Para isso, é necessário estabelecer parcerias com instituições nacionais de desenvolvimento empresarial, desenvolver programas de formação de gestores com foco no turismo e na inovação de destinos e produtos turísticos.

De forma alguma devemos esquecer que a Estrada Real foi construída, bem como as vilas mineiras, sobre o sangue de indígenas e escravos, forçados a trabalhar para que Portugal enriquecesse. Neste sentido, a visitação às antigas minas de ouro é extremamente necessária para que esta história não seja apagada e esquecida. Detivemo-nos, portanto, nas relações entre turismo e patrimonialização, com o propósito de mostrar que o turismo pode (e deve) ser um grande aliado na conservação do patrimônio cultural brasileiro, tanto para o restauro de lugares e construções, quanto para uma necessária educação patrimonial.

Para a História do Brasil, é muito importante que a Estrada Real se torne conhecida dentro e fora dos limites territoriais do país, pois através do turismo na região, uma parte da história do país

será contada e valorizada. Em torno da Estrada Real, tomamos contato com uma história que nos fala sobre os indígenas que ocupavam a região e que foram alvo dos bandeirantes, sobre os escravos e os donos de minas, sobre a religião católica e as religiões africanas, a arquitetura barroca que se mistura com a arquitetura moderna, sobre a culinária carregada de heranças de diferentes culturas, sobre as trilhas de pequenos seixos e as trilhas na mata, sobre o ouro brasileiro que encheu os cofres da Coroa Portuguesa, e, também sobre Aleijadinho e Tiradentes. Uma história que faz com que Minas Gerais seja um museu a céu aberto, esperando ser melhor conhecida e preservada.

Referências Bibliográficas

- BARROSO, Eloísa Pereira. **Patrimônio e performance cultural: experiência e territorialidade na conquista do espaço.** Anos 90, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 151-180, dez. 2018.
- BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686.** São Paulo: Editora Nacional / Editora da Universidade de São Paulo, 1973a. Gabriela Scheffel
- BRASIL. **Lei nº 13.173, de 20 de janeiro de 1999.** Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=797>>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo - 2018-2022:** “Mais emprego e renda para o Brasil”. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação, 2018.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Vivências Brasil:** Aprendendo com o turismo nacional. – Turismo Cultural: Estrada Real. ago./set. 2006.
- BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.** Cadernos de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna:** Europa 1500-1800. Tradução Denise Bottmann. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.
- CALAES, Gilberto Dias; e FERREIRA, Gilson Ezequiel. **A Estrada Real e a transferência da corte portuguesa:** Programa Rumys – Projeto Estrada Real /- Rio de Janeiro, 2009.

- CALDEIRA, Altino Barbosa; ABREU, João Francisco. **Cultura e desenvolvimento na Estrada Real**. I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, 2009.
- CAVENAGHI, Airton José; BUENO, Marielys Siqueira; CORRÊA, Renê Nascimento. **Festa e Turismo**: Por uma relação possível. Revista Rosa dos Ventos, 4(IV), p.587-598, out-dez, 2012.
- CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.
- COSTA, Simone. **Economia, sociedade e urbanização em Minas Gerais (séculos XVIII-XIX)**. Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em História. Lisboa, 2017.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Patrimônio e história**: reflexões sobre o papel do historiador. Maringá, Diálogos. v. 18, n.2, p. 637-660, mai.-ago./2014.
- INSTITUTO ESTRADA REAL. **Site oficial do Instituto Estrada Real**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.institutoestrada-real.com.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- MARTINS, Xavier Cameijo. **O patrimônio cultural no marketing dos lugares e no desenvolvimento dos territórios rurais: o concelho do Sabugal**. Dissertação de Mestrado em Gestão e Programação do Patrimônio Cultural. Universidade de Coimbra: 2015.
- MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. **Patrimônio, Turismo cultural e Educação Patrimonial**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out./dez., 2015.
- MENESES, José Newton Coelho. **A vivência e a musealização da vida**. Experiências, memória social, interpretação do patrimônio cultural e museu. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal/RN, 2013.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- OLIVEIRA, Silvana Toledo de; QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado. **Políticas de turismo**: uma análise do Programa Estrada Real em São João Del Rei – Minas Gerais. Revista Hospitalidade. São Paulo, ano V, n. 2, p. 65-83, jul.- dez. 2008.
- SANT'ANNA, Marcia. **A cidade- atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA-PPGAU FAUFBA, 2017.
- SANTOS, Márcio. **Estradas reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro.** A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2^o edição, 1986.

A revolução africana: uma teoria do Imperialismo em Frantz Fanon

The African Revolution: A Theory of Imperialism in Frantz Fanon

Cristian de Paula Sales Moreira Junior

Mestre em História

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Cristian.knd@gmail.com

Recebido em: 08/04/2021

Aprovado em: 07/10/2021

Resumo: O presente artigo caminha no sentido de interpretar, à luz de algumas obras do psiquiatra e filósofo político Frantz Fanon, um dos cânones da chamada perspectiva decolonial, sua teoria do Imperialismo, vinculada a ideia de uma revolução africana. Este trabalho tem como foco principalmente no livro “Em defesa da Revolução Africana”, obra que foi menos destacada pela academia do que as outras. Com sua perspectiva intelectual revolucionária, inédita se levada em consideração com as correntes que mais se manifestavam até então tanto em Argélia quanto em França, conseguiu pôr em pauta a questão da exploração e do colonizado e a resolveu: libertação total do território nacional a partir da luta imediata pela morte absoluta (não verbal, mas concreta) do colonialismo. Entendendo o colonialismo como um conjunto lógico, coerente e racional de guerra e tortura, e não como um “erro de percurso” ou uma “mutação” indesejada do sistema internacional ocidental, bastando que exista uma opinião pública que o reprove, acredita na Argélia como vanguarda da Revolução africana.

Palavras-chave: Frantz Fanon; Imperialismo; Revolução Africana.

Abstract: This article moves towards interpreting, in the light of some works by psychiatrist and political philosopher Frantz Fanon, one of the canons of the so-called decolonial perspective, his theory of Imperialism, linked to the idea of an African revolution. This work focuses mainly on the book “In Defense of the African Revolution”, a work that was less highlighted by the academy than the others. With his revolutionary intellectual perspective, unprecedented if taken into account with the currents that were most manifested until then both in Algeria and in France, he managed to bring up the question of exploitation and the colonized and resolved it: total liberation of the national

territory from the immediate struggle for the absolute (non-verbal, but concrete) death of colonialism. Understanding colonialism as a logical, coherent and rational set of war and torture, and not as an "error of course" or an unwanted "mutation" of the Western international system, as long as there is a public opinion that disapproves of it, he believes in Algeria as vanguard of the African Revolution.

Keywords: Frantz Fanon; Imperialism; African Revolution.

Situando a teoria na cadeia de pensamentos do autor

Em nosso presente, se faz extremamente pertinente uma releitura de Frantz Fanon sob a luz do que postulou como teoria e práxis acerca do imperialismo e do colonialismo, tendo em vista ser um autor fundamental para pensarmos o fenômeno colonial em sua amplitude, articulando as dimensões materiais e culturais; mas também para pensarmos as resistências à colonização e ao racismo, não só da forma como os acontecimentos se desenvolveram no século XX, mas por serem questões ainda hoje fundamentais para a compreensão do presente neocolonial e neoliberal em que nos encontramos¹.

Segundo Lippold (2014, p. 2), Fanon, além de outros autores como Aimé Cesáire, Albert Memmi, Kwame N’Krumah e Leopold Sedar Senghor, construiu um pensamento africano anti-colonial. Este movimento se caracterizava por uma valorização da cultura africana, bem como suas sociedades e civilizações, sua História, e defendia certo “comunitarismo inerente” aos povos da África, resgatado por estes autores como base para a construção de um socialismo africano. Uma forma de pensar a África pelo africano:

Ao contrário das teses eurocêntricas que afirmam não haver reflexão interna sobre os problemas africanos e dos negros na América, existiram pensadores que se dedicaram a análise de seu continente de origem e do movimento dos povos

¹Lippold (2014, p.1) destaca que: “Há poucas décadas, os estudos da história e do pensamento africanos eram fortemente marginalizados, quase inexistentes na historiografia brasileira. Recentemente estes estudos começam a florescer no Brasil, incentivados pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, mas ainda temos que avançar principalmente na crítica ao conteúdo e a forma eurocêntrica de muitas pesquisas que buscam compreender o nosso País”.

africanos pelo continente americano, o que chamamos de Diáspora Africana. (LIPPOLD, 2014, p. 1)

Buscavam resgatar uma sociedade africana tradicional que, por essência, era coletivista, apontando, a partir disto, o capitalismo como um “elemento estranho” que aportou em África junto com os europeus (Lippold, 2014, p. 2). E isto tem a ver com a biografia do próprio Fanon². Nascido na Martinica, Fanon foi para a França lutar contra o nazismo, onde se destacou como combatente. Em Lyon, onde se tornou psiquiatra, estudou filosofia aprofundando-se em Hegel, Marx, Lênin, Kierkegaard, Husserl, Heidegger e Sartre. Já em Argélia, após sua entrada na Frente de Libertação Nacional, tornou-se representante do governo provisório em encontros entre países africanos (Lippold, 2014, p. 4). Fanon atuou contra duas catástrofes: o nazismo, quando foi para França lutar na Segunda Guerra Mundial; e o imperialismo. Sobre isto, destaca-se que:

Frantz Fanon pertence a uma geração que passou, por duas ou três vezes, pela provação do desastre e, através da experiência de fim do mundo que toda a catástrofe consigo acarretar, indivisamente, pela provação do mundo. Poderia ter facilmente podido contar-se entre as inúmeras vítimas da Segunda Guerra mundial em que participou com dezanove anos de idade; e nunca teria sido questão de Pele negra, máscaras brancas, nem d’Os Condenados da terra. Conheceu a colonização, a sua atmosfera sangrenta, a sua estrutura de asilo, o seu quinhão de feridas, os seus modos de arruinar a relação com o corpo, a linguagem e a lei, os seus estados inauditos, a guerra da Argélia. (MBEMBE, 2011, p. 1)

Para o autor, a partir disto, o trabalho de Fanon se destaca em três dimensões:

Visa antes de mais destruir o que destrói, amputa, desmembra, cega e provoca medo e cólera – o tornar-se-coisa. Depois, tem por função acolher o lamento e o grito do homem mutilado, daqueles e daquelas que, destituídos, foram condenados à abjecção; cuidar, e eventualmente, curar aqueles e aquelas que o poder feriu, violou ou torturou ou, simplesmente, enlouqueceu. Tem como finalidade fazer irromper um sujeito humano inédito, capaz de habitar o mundo e de o partilhar de modo a que as possibilidades de comunicação e de reciprocidade, sem as quais não poderiam existir nem a dialéctica do reconhecimento, nem a linguagem humana, sejam restauradas. (MBEMBE, 2011, p. 2)

²Para uma biografia de Frantz Fanon, consultar: MACEY, David. **Frantz Fanon, une vie**. Paris: La Découverte, 2011 e CHERKI, Alice. **Frantz Fanon. Portrait**. Paris: Seuil, 2000.

Segundo Bernardino-Costa (2016, p. 2), foi o compromisso político de Fanon com a luta pela descolonização da África, destacando seu envolvimento pessoal com a luta pela libertação e independência da Argélia, que fizeram com que seu nome se atrelasse fortemente à defesa de processos revolucionários em países do chamado “terceiro mundo” de modo geral. Assim, estas ideias, articuladas a uma defesa por uma revolução africana, não foram expressas em um livro de maneira com que se promovesse uma tese única e integralmente sistematizada em prol de uma determinada conclusão à que se pretenderia chegar, ao contrário de outras obras de Fanon. O presente artigo tem como foco principal esta obra, talvez menos destacada pela academia do que seus outros livros clássicos, embora eles apareçam para fomentar a discussão: “Em defesa da Revolução Africana”. Ela é, na verdade, um conjunto de textos e artigos publicados em revistas e jornais de grande circulação no contexto argelino ou francês de 1952 a 1961, como, por exemplo, *El Moudjabid*. Estes textos foram reunidos e organizados em ordem cronológica, como um livro, após a morte de Fanon, com o título original de *Pour la révolution africaine* (publicado pela editora François Maspero, em 1969). Isto nos permite mapear e acompanhar a construção do pensamento do autor, ao invés de já recebermos um pensamento de todo cristalizado, como é mais comum.

Percebe-se, então, o objetivo final de um grande público leitor, pois os veículos que transmitiam estes textos são de grande imprensa, utilizados por Fanon como arma na luta revolucionária. A primeira versão em português só surgiu em 1980, em Portugal³, o que demonstra a pouca rapidez com que estes textos poderiam circular entre maior quantidade de leitores brasileiros⁴. O livro representa o período mais ativo da vida de Fanon, quando ele se encontra no ápice de sua produção intelectual e engajamento político, isto por que a Guerra pela Independência da Argélia, segundo ele o país por excelência do colonialismo, havia eclodido já em 1954. Com sua perspectiva intelectual revolucionária, inédita se levada em consideração com as correntes que mais se manifestavam até então tanto em Argélia quanto em França, conseguiu pôr em pauta a questão da

³FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa EDITORA, 1980.

⁴Em relação à recepção do autor ver: FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

exploração e do colonizado e a resolveu: libertação total do território nacional a partir da luta imediata pela morte absoluta (não verbal, mas concreta) do colonialismo.

A respeito do impacto do pensamento de Frantz Fanon na cultura revolucionária argelina e africana, em obra intitulada *A Revolução Argelina* (2010), Mustafa Yazbek, nos salienta que:

[...] o impacto maior seria provocado pela obra do negro Frantz Fanon, martinicano de nascimento e de ascendência africana. Jean-Paul Sartre, também prefaciou um livro de Fanon, *Os condenados da terra*, enfatizando que, desde Friederich Engels, Fanon era o primeiro a submeter a uma nova luz a parteira da história: a violência. Assim, Fanon passaria a ser visto como uma espécie de profeta da violência anticolonialista. [...] Para Frantz Fanon, a violência se justificava como a única forma de alterar radicalmente toda essa situação [colonial]. Considerava inevitável a libertação dos povos colonizados e que o processo argelino, por sua característica e pela violência, teria peso decisivo no processo de libertação africana. Entendia a independência como ponto final de uma imposição que não era somente política, mas também cultural (YAZBEK, 2010, p. 104).

Além de ter sido militante da FLN (Frente de Libertação Nacional) na Argélia, o que o torna conhecido pelos políticos franceses, Fanon traz em seu trabalho clínico como psiquiatra uma inovação um tanto polêmica para a época, e que se faz muito presente em toda a sua obra: mais próximo e com maior contato com seus pacientes, enxerga-os como vítimas do sistema que se propõe a combater, o colonialismo, e procura explicar os seus problemas de saúde física e mental à partir dessa relação traumática que envolve a sociedade argelina, e, em última instância, africana, em todos os seus âmbitos culturais e materiais. Fanon se propõe a compreender certos fenômenos da alienação colonialista através das doenças mentais de seus pacientes. Como levanta Bernardino-Costa (2016, p. 3): “como psiquiatra, Fanon pretende liberar o homem negro do seu complexo de inferioridade e trazê-lo de volta à humanidade”.

Entendendo o colonialismo como um conjunto lógico, coerente e racional de guerra e tortura, e não como um “erro de percurso” ou uma “mutação” indesejada do sistema internacional ocidental, bastando que exista uma opinião pública que o reprove, acredita na Argélia como

vanguarda da Revolução africana. Mas não em um sentido utópico ou impossível, e sim como um objetivo concreto a ser planejado e alcançado. Fanon acreditava em uma África em marcha⁵.

Colonização é desvalorização humana

Para Fanon, as principais problemáticas do homem para com o homem podem ser resumidas e generalizadas na seguinte questão: As minhas ações no mundo contribuem para a valorização ou para a desvalorização da realidade humana? Para responder a isto, recorre ao exemplo do norte-africano que se encontra vivendo em França, onde os apelidos racistas dissimulam a realidade social, e para o conflito complexo existente entre africanos e antilhanos. Para os negros, o que existia era uma teoria da inumanidade⁶.

Bernardino-Costa (2016) demonstra que o colonialismo, mediante o racismo, produz uma divisão maniqueísta do mundo entre a zona do ser e a zona do não-ser. Neste quadro, os sujeitos coloniais, em geral, e os negros, em particular, habitam a zona do não-ser⁷ e, por isso, são invisibilizados pelo olhar imperial.

A primeira tese de Fanon, apresentada sob a forma de artigo à revista *Esprit* em fevereiro de 1952, é que os profissionais da medicina franceses desvalorizam e agem com desconfiança quando se deparam com os problemas físicos e mentais dos norte-africanos. Existia entre aqueles médicos o pensamento comum e generalizado de que, por motivos diversos, incluindo aí até mesmo a preguiça

⁵“O Congresso adopta a palavra de ordem de independência imediata e decide tomar todas as medidas necessárias para mobilizar as massas africanas em torno desta palavra de ordem e traduzir nos factos essa vontade de independência” (FANON, 1980, p. 114).

⁶Este termo se refere a divisão maniqueísta do mundo entre a zona do ser e a zona do não-ser, promovida pelo colonialismo mediante o racismo. Sobre isso ver: BERNARDINO-COSTA, Joaze. A Prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, v. 16, p. 504-521, 2016.

⁷“Zona do ser e zona do não-ser é uma divisão maniqueísta imposta pelo colonialismo. Embora o olhar imperial queira produzir cada uma dessas zonas como homogêneas, para Fanon nenhuma delas é homogênea. Entre os não-seres, inferiorizados pela cultura imperial, há uma outra divisão: entre sub-humanos e não-humanos. O antilhano é um sub-humano, que luta por ser reconhecido pelo ser superior, habitante da zona do ser. Mas o antilhano também produz um não-ser inferior a ele, o africano. O primeiro ficará envergonhado quando confundido com senegaleses, por exemplo” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 5).

de trabalhar, os negros africanos fingiam ou exageravam ao procurar ajuda profissional⁸. Não eram levados a sério, seus tratamentos eram feitos de qualquer jeito e eram, na maioria das vezes, tratados pela probabilidade. Diziam que lhe doíam tudo e não algo em específico. E, talvez por não compartilharem da mesma cultura e linguagem ocidental que pensa e define todas as coisas a partir de conceitos e categorias — em última estância, palavras —, não conseguiam expressar seus problemas e sintomas.

Havia, de fato, uma dificuldade de comunicação. Algumas vezes era necessário um tradutor, embora este não conseguisse transmitir todos os sentimentos (e nem mesmo todas as palavras) envolvidos na explicação da dor do negro, o que gerava novamente diagnósticos e terapêuticas aproximativas. Para Fanon, os médicos não enxergavam a verdadeira realidade: os negros não estão fingindo ou sendo exagerados. Realmente lhes doem tudo. E doem por causa da colonização. O negro, na perspectiva que se defende na teoria do autor, é a sua própria dor, e consegue muito bem entender que não é corretamente tratado pelo fato de ser negro.

Dizia-se que a dor do norte-africano era vaga, não possuindo realidade consistente ou objetiva, porque não se encontrava nela uma “base lesional”. Para o pensamento médico da época, em alguma medida presente até os dias de hoje, toda e qualquer dor se manifesta porque existe uma lesão⁹. Como não conseguiam encontrá-la fisicamente, achavam que a dor do negro era irreal. Isto além do fato de que os médicos já enxergavam os negros preconceituosamente como aqueles que

⁸“TESE I – O comportamento do Norte-Africano provoca muitas vezes, no pessoal médico uma atitude de desconfiança quanto à realidade de sua doença. À exceção dos casos de urgência: oclusão intestinal, ferimentos, acidentes, o Norte-Africano apresenta-se mergulhado no vago. Doem-lhe a barriga, a cabeça, as costas, doi-lhe tudo. Sofre atrozmente, o seu rosto é eloquente, é um sofrimento que se impõe” (FANON, 1980, p 116).

⁹“O pensamento médico vai do sintoma à lesão. Nas assembleias ilustres, nos congressos internacionais de medicina, todos concordam com a importância dos sistemas neurovegetativos, no diencéfalo, das glândulas endócrinas, das relações psicossomáticas, mas continua-se a ensinar aos médicos que todo sintoma reclama sua lesão. Doente é todo aquele que queixando-se de cefaleias, de zumbidos nos ouvidos, de vertigens, apresenta ao mesmo tempo uma hipertensão arterial. Contudo, como por ocasião destes mesmos sintomas não se encontre nem hipertensão, nem tumor intracraniano, nem seja o que for de positivo, o médico então surpreenderá o pensamento médico em falta; e como todo o pensamento é pensamento de alguma coisa, verá o doente em falta - um doente insubmisso, indisciplinado, que ignora as regras do jogo. Essa regra, embora tão rigorosa, enuncia-se assim: todo sintoma supõe uma lesão” (FANON, 1980, p. 119).

não afeitos ao trabalho, que vão à clínica para conseguir dispensa ou para arrumar subterfúgios que lhes possibilitem faltar ao trabalho ou mesmo não trabalhar.

Neste sentido, os médicos os tinham como mentirosos, vadios, preguiçosos e ladrões. É como se o Norte-africano, simplesmente mesmo por o ser, se encaixasse categoricamente dentro de um quadro já preexistente e definido. Era uma natureza estabelecida pelo europeu. Tendo esta ideia à priori, antes da experiência, o seu exame e trabalho clínico ficavam comprometidos. Para Fanon, a base dessa dor, porém, existia e era real, mesmo que não fosse lesional: é a colonização. Os médicos são levados, segundo Fanon, a desconfiar dos sintomas por que essa nova base, apresentada por ele, era, até então, irreconhecível. Os médicos franceses resumiram todo este problema complexo em “Síndrome do Norte-Africano”. Como estes possuíam os sintomas, mas aqueles não encontravam a lesão, tratava-os como pseudodoentes com pseudopatologias. Que “todo árabe é um doente imaginário” e que “eles são farsantes” (FANON, 1980, p. 12) era quase como senso comum.

Essa tal “Síndrome” não era experimentada empiricamente pelos jovens médicos ou estudantes de medicina da época de Fanon, mas estes já a conheciam como uma tradição oral. Os Norte-africanos, porém, possuíam todas as condições que tornam um homem doente: “sem família, sem amor, sem relações humanas, sem comunhão com a coletividade” (FANON, 1980, p. 17), esgotando-se, assim, sem vida, corpo a corpo com a morte.

Grande problema, também, era o fato de que este tipo de preconceito exercido contra os Norte-africanos não era exclusividade dos franceses ou brancos. Muitas vezes, o inimigo do negro era seu próprio *congénere*. Expressões como “negro” ou “povo negro”, segundo o pensamento do autor, não podem ser encaradas como uma unidade integralmente organizada, mas como uma entidade, isto é, muitos grupos e movimentos diferentes¹⁰. Havia, neste sentido, uma oposição, que

¹⁰ “[...] Há uma diferença tão grande entre um antilhano e um dakariano como entre um brasileiro e um madrileno. O que se procura ao englobar todos os negros no termo ‘povo negro’ é arrebatá-los toda a possibilidade de expressão individual. O que se procura assim é obrigá-los a corresponder à ideia que já se faz deles. Que seria o ‘povo branco’? Não é, pois, evidente que só pode haver uma raça branca? Será preciso que eu explique a diferença que existe entre nação, povo, pátria, comunidade? Quando se diz ‘povo negro’, supõe-se sistematicamente que todos os negros estão de acordo sobre certas coisas; que existe entre eles um princípio de comunhão. A verdade é que não existe nada, a priori, que

Fanon tenta, através de sua ideologia, dissolver, entre Antilhanos e Africanos. Por estarem mais próximos, geograficamente e culturalmente (tendo em vista que eram, neste momento, muito assimilados e alienados à cultura europeia) da Europa, os Antilhanos se consideravam superiores, em todos os sentidos, essencial e materialmente, aos Africanos. Eram “afrancesados”, nas palavras do autor para referir-se à condição de “assimilado ao metropolitano”.

Fanon chega a demonstrar como em Martinica não existia, até aquele momento, cor, mas sim classe, como diferenciação social. O negro operário estará ao lado do mulato e do branco operários contra o negro burguês. Isso para mostrar que as histórias raciais são apenas uma superestrutura, uma invenção ideológica, que nega uma realidade econômica¹¹. Ou seja, existia com os negros das Antilhas uma falta de tomada de consciência da sua negritude até, mais ou menos, o final de Segunda Guerra Mundial. Antes da guerra, falava-se comumente entre os antilhanos de ir-se à França para “turistar”, e à África para trabalhar (FANON, 1980, p. 50).

Os próprios negros antilhanos assumiam o discurso que caracterizava os africanos como “selvagens” e “bárbaros”, ou seja, se apropriavam deste irredutível sentimento de superioridade. Na concepção deles, assimilados, o africano é negro, e o antilhano é um quase-europeu, quase-metropolitano. Ser negro não significava a cor, mas a condição. Em suma, negro era só quem habitava a África. A “negritude” só era assumida diante de um branco. Essa posição do Antilhano era confirmada pelos europeus quando, por exemplo, os antilhanos voluntários ao exército serviam em unidades europeias e os africanos em unidades indígenas. Bernardino-Costa (2016, p. 3) levanta que “ao se deparar com o racismo, o negro introjeta um complexo de inferioridade e inicia um processo

permita supor a existência de um povo negro. Que haja um povo africano, acredito; que haja um povo antilhano, acredito. Mas quando me falam de ‘este povo negro’, esforço-me por compreender. Então, infelizmente, compreendo que há nisso uma fonte de conflitos. Então, tento destruir essa fonte” (FANON, 1980, p. 135).

¹¹“Na Martinica, é raro verificar posições raciais tenazes. O problema racial está recoberto por uma discriminação econômica e, numa determinada classe social, é sobretudo produtor de anedotas. As relações não se alteram com as acentuações epidérmicas. Apesar da maior ou menor carga de melanina, existe um acordo tácito que permite a uns e a outros reconhecerem-se como médicos, comerciantes, operários. Um negro operário estará do lado do mulato operário contra o negro burguês. Temos aqui a prova de que as histórias raciais são apenas uma superestrutura, um manto, uma surda emanção ideológica que se despe de uma realidade econômica” (FANON, 1980, p. 127).

de auto-ilusão, buscando falar, pensar e agir como branco, até o dia em que se depara novamente com o olhar fixador do branco. Neste momento, as máscaras brancas caem”¹².

A própria linguagem surge como um dos instrumentos marcados pela tentativa de passagem do negro de não-ser a ser, dentro do quadro geral do colonialismo. À medida que adota a língua francesa para se aproximar dos brancos e se afastar dos negros, o martinicano se sente mais próximo da existência (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 4). Isto porque a “Linguagem não se refere somente à língua enquanto mero instrumento de comunicação, senão a uma instituição social permeada pelos valores de uma cultura” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 4). Fanon, como antilhano, sofreu também, em sua experiência pessoal, esta imposição cultural. Foi devolvido à zona do não-ser após sua participação na segunda guerra mundial, quando estudou psiquiatria em Lyon.

Neste contexto de conflito existencial entre antilhanos e africanos surge Aimé Césaire, poeta, intelectual e político da negritude na Martinica. Este personagem histórico surge após dois séculos em que esta perspectiva cultural europeia, ou seja, a chamada “verdade branca”, era a única possível, estabelecida nas mentalidades de maneira objetiva e concreta, e se propõe a combatê-la. Esperava-se, ainda mais de um professor diplomado, que compreendesse que ser negro era uma infelicidade. Ele, porém, foi o primeiro a dizer ser belo o negro, o que gerou muito escândalo.

Com a derrota francesa para a ocupação alemã, “o antilhano vê o assassinio do pai” (FANON, 1980, p. 26). Esta derrota histórica ocasiona uma migração em massa de franceses para as Antilhas, gerando uma superpopulação de brancos onde anteriormente existia apenas dois mil, e uma crise econômica e de alojamento como nunca vista. Este fenômeno permitiu com que o europeu impusesse mais ferozmente seu racismo, e com que os martinicanos tornassem os próprios europeus culpados pela crise. Esta foi, segundo Fanon, a primeira experiência metafísica em que o negro das Antilhas assume uma oposição de rejeição ao branco europeu. Essa experiência, porém, toma novos rumos quando De Gaulle, até então general do exército francês com muita influência, acusa os militares franceses de terem-se entregado ou vendido. Os antilhanos passam a acreditar que a França

¹²Aqui o autor faz referência ao livro “Pele negra, máscaras Brancas”, de Frantz Fanon.

só perdeu a guerra por causa desses traidores, que agora se encontram escondidos nas Antilhas. Esses racistas, com quem tem muito contato agora os antilhanos, foram tidos como a França “má”, e não a verdadeira França. Caíram no erro de achar que a “verdadeira França” não era racista.

Depois da Segunda Guerra o Antilhano muda, então, seus valores. Descobre-se como negro, lança seus olhares para a África e faz lembrar a todo momento que é realmente negro, ao contrário de antes de 1939 quando fazia lembrar a todo momento que não o era. Sentiram-se, quando em África, agora, infelizes por não serem “suficientemente pretos”. Cesáire, neste novo contexto, passa a ter apoio na luta contra esses europeus racistas que passaram a ocupar as Antilhas. O antilhano passa, perante estes, e sob a assistência teórica de Cesáire, a defender sua cor, a do negro real, no negro absoluto e a sua cultura e tradições passam a ser valorizadas, o que significa uma mudança de postura radical. Essa primeira experiência metafísica, mencionada aqui anteriormente, foi acompanhada de sua primeira manifestação de consciência política, devido à sistematização de manifestações proletárias nas Antilhas. Enquanto isso, na África, tudo continuava igual: os africanos viam os europeus e os antilhanos como a mesma coisa: exploradores e causadores de fome. Isto gera, segundo Fanon, a segunda experiência metafísica dos antilhanos: o drama de não serem brancos (reconhecidos pelos europeus) nem negros (reconhecidos pelos africanos). Estavam entre o “erro branco” e a “miragem negra”. Nas palavras de Fanon, o africano se vingava, e o antilhano pagava o preço. Isto porque o que foi enfrentado pelos negros africanos foi muito mais forte do que o enfrentado pelos negros antilhanos: era desumanizante e não havia brechas. Mesmo assim, Fanon defendia que os negros se identificassem como unidade.

O racismo é um elemento do todo

Colonização, segundo a interpretação de Fanon, é o assalto direto e brutal de culturas com desenvolvimento técnico mais elevado a culturas com desenvolvimento técnico menos elevado; este desenvolvimento técnico permite a dominação organizada. Neste sentido, o racismo não é o todo: é apenas o elemento mais visível de uma estrutura dada: a colonização, a opressão sistematizada de um

povo. E se pensarmos que a cultura é um conjunto de relações organizadas e racionalmente sistematizadas entre o homem e a natureza, e entre o homem e seu semelhante, então o racismo pode ser considerado também um elemento cultural. Logo, há culturas com e sem racismo.

Existiu, neste sentido, um racismo “primitivo” (FANON, 1980, p.36), que tenta encontrar no fator biológico a base da sua “doutrina” (a forma comparada do crânio, por exemplo, era um dos fatores mais argumentados). Esta lógica, na época, tendia a desaparecer e a dar lugar à um tipo de argumentação mais fina: o racismo cultural¹³. Com esta constatação, entre muitas outras, Fanon dá sentido à sua perspectiva marxista: “Na realidade, as nações que empreendem uma guerra colonial não se preocupam com o confronto das culturas. A guerra é um negócio comercial gigantesco e toda a perspectiva deve ter isto em conta” (FANON, 1980, p. 37). Ou seja, a guerra é por motivos econômicos e, então, a primeira necessidade básica é a escravização. Para isto é preciso destruir as referências de mundo dos homens a serem escravizados, e nisto entra a cultura. Nenhuma nação vai em direção a dominar outra simplesmente por “missão civilizatória”. O primeiro motivo é sempre de ordem econômica, e a origem do racismo seria, então, material. É uma definição original de colonialismo¹⁴.

A partir disto, entende-se que a colonização não traz a morte da cultura autóctone. Havia, no caso, mais o interesse de uma “agonia continuada” (exploração econômica mesmo) do que um desaparecimento da cultura ou população. Fanon coloca a questão em termos dialéticos: se a cultura ou a população desaparecem, a quem iriam explorar? Isto não quer dizer que a colonização não destrua os negros africanos no mais profundo de sua existência. Sim, ela os deixa sem meios de existir, sem razão de ser. Como diz Fanon: “O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao

¹³“Vimos numa primeira fase o ocupante legitimar a sua dominação com argumentos científicos, vimos a ‘raça inferior’ negar-se como raça. Porque nenhuma outra solução lhe é permitida, o grupo social racializado tenta imitar o opressor e com isso ‘desracializar-se’. A ‘raça inferior’ nega-se como raça diferente. Partilha com a ‘raça superior’ as convicções, as doutrinas, e tudo o que lhe diz respeito” (FANON, 1980, p. 117).

¹⁴“Semelhantes tentativas ignoram voluntariamente o carácter incomparável da situação colonial. Na realidade, as nações que empreendem uma guerra colonial não se preocupam com o confronto das culturas. A guerra é um negócio comercial gigantesco e toda a perspectiva deve ter isto em conta. A primeira necessidade é a escravização, no sentido mais rigoroso, da população autóctone” (FANON, 1980, p. 118).

período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo das formas de racismo” (FANON, 1980, p. 107). O próprio sistema de exploração, por si só, cria a noção cultural de “superioridade”. E o próprio sistema gera manifestações culturais de resistência a ele: o blues por exemplo, é o estilo musical de lamento dos escravos negros. Sem opressão e sem racismo, não haveria blues. O blues é uma resposta do escravo ao vazio causado pela opressão (FANON, 1980, p. 104).

O racismo também não é acidental. Faz parte da História e dos processos e conjunturas que levarem a ele conforme foram acontecendo: exploração desencadeada por um grupo de homens a outros que acabou chegando à um estágio superior de formas e técnicas cada vez mais complexas. E a luta do inferiorizado corresponde, ao mesmo tempo, ao seu processo de humanização. Para Fanon, este é o único caminho.

Libertação da África: luta revolucionária e unidade

Sabemos que as décadas de 50 e 60, do século XX, correspondem ao período de efervescência das lutas por independência em África. Enquanto muitos países alcançavam este objetivo, a guerra franco-argelina, que durou de 1954 a 1962, demonstrava uma tentativa francesa de preservar e manter o seu domínio agonizado. Neste contexto de plena guerra civil na Argélia, Fanon publicava uma série de artigos para *El Moudjabid*, reproduzidos neste livro “Em defesa da Revolução Africana”, o que demonstra que os textos possuíam um caráter principalmente político, com uma perspectiva revolucionária.

Neste momento crítico dos primeiros meses de guerra, ao final de 1954 e início de 1955, Fanon compreende que a França pedia colaboração, como se apelasse ao bom senso, dos próprios argelinos, ou funcionários franceses em Argélia, contra o movimento de libertação. Esse “pedido” por colaboração não é atendido. Lança-se, então, a segunda operação: cooptar a população

considerada “sã” do movimento revolucionário. Incapaz de compreender a problemática da libertação, a França reconhece, pelo menos, um problema econômico e social, comprometendo-se a combater a miséria e a resolver os problemas de habitação já mencionados aqui anteriormente, na esperança de abafar o clamor da revolução. Agiam, desta forma, por mistificação ou preconceito: demonstravam não existir consciência nacional argelina, e achavam que as promessas de aumento do nível de vida deveriam ser suficientes para reestabelecer a ordem e a paz, uma espécie de dissimulação da metrópole. As autoridades acabaram descobrindo, porém, que o movimento era sólido e enraizado nas massas. Tentam, a partir disto, criar contradição entre as correntes internas, explorando as hostilidades locais criadas pelo colonialismo e tentando transformá-las em lutas de clãs, ou mesmo raças. Na prática, chegaram a criar operações com o objetivo de tentar “rachar” ou sectarizar o movimento, esquecendo que, para Fanon, na verdade, a FLN se identificava com o povo.

Esta Revolução Argelina, para Fanon, foi, além de um testemunho da vontade do povo, pautada por uma inspiração humana e culto à liberdade, o que já destrói algumas mistificações. Ela tinha como objetivo a morte do colonialismo e a elaboração de uma nova sociedade, inaugurando um “reino incondicional da justiça” (FANON, 1980, p. 79). Ou seja, as guerras de libertação nacional foram a expressão nítida das contradições internas dos países colonialistas, embora geralmente não fossem apresentadas assim. E entre essas contradições, a Argélia possuía algumas particularidades próprias, como uma maior dominação policial e militar do colonialismo em geral, por exemplo. Fanon atribui uma maior importância para a Argélia no contexto da colonização, inclusive. Para ele, era no país o colonialismo se manifestava de maneira mais cruel, e nele as lutas revolucionárias em toda a África deveriam se inspirar; ou seja, era o exemplo máximo das contradições do sistema colonial. Argélia foi muito importante para o aparato colonial francês, e sem ela, o sistema desmoronaria. O que acontecia em Argélia era, em sua essência, a própria antítese da Revolução Francesa. E a França, ainda assim insistiu e se esforçou, embora outras nações europeias vissem com

hostilidade a França manter as guerras coloniais (por motivos econômicos, claro), para não permitir a sua independência¹⁵.

A respeito da História da colonização nas Antilhas, e, em alguns aspectos, na Argélia, ela poderia ser perfeitamente aplicada a outras situações coloniais, como no Brasil por exemplo, principalmente nisto: a abolição da escravização não foi suficiente para provocar uma melhoria real da situação dos trabalhadores negros. Permaneciam, muitas das vezes, como trabalhadores agrícolas, agora na condição de operários, e sem muitas alternativas de vida. Fanon enxergava que, assim como no Brasil, as Antilhas tinham todo o potencial para crescer e se desenvolver assim como as potências tradicionais, se não fossem as condições de exploração que lhes tornaram subdesenvolvidos.

Enquanto essas coisas aconteciam na Argélia, na França os intelectuais e políticos democratas adotavam, em relação à guerra, posições paradoxais¹⁶. Para Fanon, o dever desses políticos e intelectuais deveria ser apoiar sem reservas as reivindicações nacionais dos povos colonizados e prestar solidariedade, pois as suas condutas defendiam a valorização do homem/ da humanidade. Porém, existia uma falta de preparação da opinião pública, do “povo real”, sendo eles camponeses e trabalhadores, para os movimentos revolucionários. Essa falta de informação fazia com que fossem assimilados à uma espécie de “cumplicidade” pela omissão, no momento da

¹⁵“Colônia de povoamento, declarado território metropolitano, a Argélia viveu sob uma dominação policial e militar jamais igualada em país colonial. Em primeiro lugar, isto explica-se pelo facto de a Argélia não ter praticamente nunca deposto as armas a partir de 1830. Mas, sobretudo, a França não ignora a importância da Argélia no seu dispositivo colonial, e nada pode explicar a sua obstinação e os seus incalculáveis esforços, a não ser a certeza de que a independência da Argélia provocará a curto prazo o desmoronar do seu império” (FANON, 1980, p. 158).

¹⁶“É aqui que se situa um duplo fenómeno. Em primeiro lugar, uma propaganda ultra chauvinista, nacionalista, patriótica, que mobiliza os elementos racistas implícitos da consciência colectiva do povo colonialista, traz um novo elemento. A partir de então torna-se evidente que já não é possível apoiar o colonizado sem se opor à via nacional. A luta contra o colonialismo torna-se luta contra a nação. A guerra de reconquista é assumida pelo conjunto do país colonialista, e os argumentos anticolonialistas perdem a sua eficácia, tornam-se teorias abstractas e chegam mesmo a desaparecer da literatura democrática. No caso da Argélia, foi a partir de março de 1956, com a chamada do contingente, que a nação francesa tomou nas suas mãos a guerra de reconquista colonial. As manifestações de incorporados foram nessa altura os últimos sintomas de uma guerra considerada impopular à nível doutrinário. A partir de 1956, a guerra da Argélia é aceita pela nação. [...] Os liberais abandonam a luta nesta fase. A acusação de traição que ameaça os adversários da guerra da Argélia torna-se uma arma poderosa nas mãos do Governo Francês. Assim, pudemos ver no princípio do ano de 1957 muitos democratas calarem-se ou ser ceifado pela vaga ‘vingadora’ e elaborar um patriotismo elementar mal estruturado, dominado pelo racismo, violento, totalitário, em suma, fascista” (FANON, 1980, p. 157).

exploração. Os intelectuais, principalmente, conheciam os problemas da Argélia por terem o estudado muito, mas foi um saber vazio na dinâmica dos processos revolucionários. Às vezes, assumiam uma cumplicidade aparente, uma pseudo-solidariedade. Não conseguiam compreender que a única saída para os argelinos era responder tão energeticamente quanto possível à empresa de genocídio conduzida contra eles. Ou seja, a violência como a única forma de libertação, tese defendida neste livro de Fanon. E aqueles, sejam intelectuais ou políticos, se posicionavam contra a violência nacional. Para Bernardino-Costa (2016, p. 2), “seu ativismo político em prol do panafricanismo juntamente com outros líderes africanos, fizeram com que o seu nome estivesse fortemente associado à violência”.

Para além disto, o colonialismo se diferenciava do conflito capitalista tradicional entre burgueses e proletários, sendo um tipo particular de exploração do homem pelo homem, o que levava a esquerda à algumas confusões quanto à sua dinâmica. Era, para Fanon, uma fraqueza ideológica, posto que não se tomava nenhuma medida efetiva e esperava que a direita caísse em suas próprias contradições, já que a libertação dos povos em África poderia significar uma perda de benefícios econômicos para trabalhadores europeus. O Estado de bem-estar social era, nesta época, mantido pela exploração do terceiro mundo, então parecia haver um choque entre os interesses desses personagens históricos.

Já em 1958, o colonialismo se mostrava, não só para Fanon, mas para o mundo, insustentável e em vias de desmoronamento, e os sindicalistas organizavam suas ações a partir de uma perspectiva nacional, enquanto certas elites políticas africanas vinham traíndo o povo ao se posicionar a favor da França não só desde 1947, como desde o início da colonização. Além de Fanon, Yazbek, mais recentemente, chega à mesma conclusão:

No começo, a administração colonial parecia tender a uma conciliação entre muçulmanos argelinos e franceses, ou pelo menos entre os muçulmanos que pertenciam à uma elite e que desde os primeiros contatos foram favorecidos pelos privilégios trazidos pela colonização. O preço dessa aliança seria a desestruturação irreversível da sociedade argelina (YAZBEK, 2010, p. 54).

Enquanto a França despendia um esforço colossal para manter o domínio sobre a Argélia, a FLN se opunha sempre e dirigia a luta. Neste contexto, Fanon escreve a “Carta à Juventude Africana” (1980, p. 136), um dos textos compilados em “Em defesa da Revolução Africana”. Nela, em tom de apelo, Fanon explica que as contradições capitalistas, em oposição à vontade dos povos oprimidos, deveriam resultar no aparecimento de Estados independentes, e convocava-os para uma luta que não é particular, mas de todos, onde a existência nacional da Argélia era negada em favor da ordem Francesa, país que criava inclusive a legislação e os códigos que regiam a sociedade. Entendia que a colonização significa um sistema complexo e integrado de ocupação militar, exploração econômica e culturas silenciadas. Conclamava como um político profissional, convocando a todos para a militância:

Juventude dos países coloniais! Deveis saber que o futuro da vossa existência nacional, que a causa da vossa liberdade e da vossa independência, estão atualmente em jogo na Argélia [...].

[...] Juventude dos países coloniais! Há quatro anos que não nos cansamos de repetir aos que se sentam nas assembleias francesas que o colonialismo francês não será objeto de nenhuma operação mágica e que é vão esperar por seu progressivo desaparecimento. (FANON, 1980 [1958], p. 159).

Como o governo francês utilizava o argumento e a propaganda do terrorismo, os democratas franceses se viram diante de novos problemas, ao se deparar com crianças inocentes feridas ou mortas, por exemplo, o que não correspondia à imagem do “feroz colonialista” contra os “justos argelinos”. Passaram, mesmo que por omissão, a se posicionar a favor da França, ao defender que, na verdade, a solução para os problemas seria adotar-se comportamentos menos racistas, mais abertos e mais liberais. Para a esquerda francesa, a metrópole parecia combater a barbárie na Argélia, e confundem-se os motivos pelos quais a guerra deveria acabar: às vezes defendiam que porque ela ficava cara e esgotava as finanças desequilibrando a economia francesa, ou porque isolava a França, ou porque permitirá a sua substituição pelos anglo-saxões ou russos no contexto das zonas de influência. Esqueceu-se que a guerra na Argélia acontece porque a França impôs a si própria a soberania que deveria ser o direito de todos os povos, porque assassina milhares de homens,

mulheres e crianças de todas as formas em seu sistema, mesmo que não de maneira direta. Ou seja, essa esquerda francesa diminuiu o problema, reduzindo-o à uma instabilidade política, uma atividade anormal ou não habitual.

Já entre os povos africanos, haveria uma “solidariedade biológica”, pois que deveria ser ideologia comum de todas as organizações políticas e sindicais em África a vontade nacional contra a dominação estrangeira. Essa solidariedade era fundamentada numa identidade de objetivos, que expunha a natureza do colonialismo, e era, também, uma condição para a libertação africana. Como destaca Lippold (2014, p. 5):

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (FANON, 1967) é analisado o mundo da alienação cultural em que se encontra o colonizado, que negando sua própria identidade, absorve os ideais europeus de cultura, vivendo um verdadeiro processo de embranquecimento. O colonizado é obrigado a aprender a língua do opressor e desse modo, segundo Fanon, nasce um verdadeiro complexo de inferioridade cultural, já que “falar uma língua é apropriar-se de um mundo, uma cultura. O negro antilhano que deseja ser branco vai ser mais branco quanto mais ele ganha maestria no instrumento cultural que a língua é.

Existia, também, como ferramenta ideológica, um processo objetivo de descolonização que contava com a “boa vontade” dos colonizadores, não entendendo, porém, que este caminho não levaria à libertação completa da colônia¹⁷. A não violência seria uma forma de colaboração com a potência dominadora, visto que para manter o domínio sobre as colônias utilizava-se da força e da guerra. Fanon, inclusive, estabelece comparação do colonialismo com o fascismo (e nazismo), apontando que, se na Europa ele foi liquidado, em África também deveria ser¹⁸.

¹⁷Segundo Bernardino-Costa (2016, p. 3), o livro “Pele negra, máscaras Brancas” deveria ter sido a tese de doutorado de Fanon em psiquiatria pela Universidade de Lyon, todavia foi recusada pela comissão julgadora, sob o argumento de que a tese deveria ter uma abordagem mais positivista.

¹⁸“Antes de serem vítimas [do nazismo], [os europeus] foram seus cúmplices; o toleraram antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no [...] [Devemos] revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que [ele] traz em si um Hitler que se ignora, que vive nele [...] O que no fundo não se perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, [mas] é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até então só os árabes da Argélia, os coolies da Índia e os negros de África estavam subordinados”. (CÉSAIRE, 2006, p. 15). Tradução livre.

A luta pela libertação e descolonização teria que ser uma concretização das ideais de solidariedade e interdependência entre os povos oprimidos. Nesta luta, a Argélia teria um papel muito importante por ser a vanguarda dos movimentos revolucionários e onde o colonialismo se manifestava de maneira mais acirrada: lá o domínio era mais intenso e radical, além de que em outros lugares, como na Tunísia e Marrocos, se alcançou a independência antes, mas sem colocar em questão o império francês e o colonialismo como um todo. O estrangeiro colonizador, na verdade, é um conquistador e opressor; é o limite mesmo da dignidade do autóctone, e define-se como contestação irredutível da existência nacional. Todo francês na Argélia, enquanto não houver libertação, é um colonizador. Fanon leva à compreensão radical do termo colonialismo ao entendê-lo em sua totalidade.

Uma teoria do colonialismo

Frantz Fanon aponta no livro “Em defesa da Revolução Africana”, uma contribuição teórica original ao termo colonialismo. Entende, ironicamente, em primeiro lugar que este próprio termo, etimologicamente, é criado pelo opressor e possui um pouco de afeto e valor “emocional”. Este opressor chama de colonialismo o que nunca deixou de ser conquista e ocupação militar. Em outros termos: o colonialismo é uma organização da dominação de uma nação após a sua conquista militar. Isto nos permite compreender, então, que a guerra de libertação não poderia manifestar-se na forma de um pedido por reformas, mas em uma revolução propriamente dita, que conduziria o povo argelino à sua própria soberania.

A segunda metade do século XX, para o autor, resumir-se-ia na conquista pelos povos das próprias terras que lhes pertencem. Ou seja, pelo fenômeno da libertação, pelo triunfo das independências nacionais, pelo recuo do colonialismo. Não se apresentaria, porém, de maneira única: cada colônia teria sua maneira determinada de atingir este objetivo, de “tirar as máscaras” dos horrores da colonização que se escondiam sob a forma de “missão civilizatória”, ou seja, de que os europeus se faziam presentes em suas colônias para ajudar os povos a alcançar a civilização, à se

modernizar, à sair de um estado de natureza menos desenvolvido, à fazê-los deixarem de ser bárbaros¹⁹. Num segundo momento, quando as guerras de reconquista alcançam seu auge, não se falava mais dessa missão civilizatória, e a preocupação central eram as negociações de independência, e às metrópoles interessava resguardar interesses econômicos. Surge, então, o neocolonialismo: reconhece-se tudo à antiga colônia, menos a independência econômica. O neocolonialismo se caracteriza pelo subdesenvolvimento das antigas colônias, isto é, se mantém, de certa forma, o domínio colonizador, e nada de fundamental muda. As necessidades continuaram a ser as mesmas: pão, vestuário, abrigo... Em um primeiro momento, deixa este fenômeno deixa os povos alegres, excitados com as novas formalidades, mas logo eles percebem que nada mudou e promovem novamente guerras para questionar os acordos que foram estabelecidos no momento de suas independências.

Para essa descolonização, então, seria necessária uma desocupação militar. E não se poderia esperar que os ocupantes abandonassem gentilmente suas ocupações. Os colonizados deveriam saber que era necessário “empurrá-los” pelas armas. Neste sentido, a Argélia tinha o exemplo do que acontecera na Tunísia como exemplo. O colonialismo era (e é) uma força de guerra, e só seria possível abatê-los pela força, pela violência²⁰. Democracia e discussões políticas não eram suficientes para superá-lo.

A discussão em pauta, pelo menos em um primeiro momento, não seria uma dicotomia entre comunismo ou capitalismo, mas sobre libertação e anticolonialismo. Porém, os países comunistas foram os únicos que assumiram, de certa forma, a defesa dos povos colonizados. Por isso

¹⁹“Há algumas décadas, os governantes colonialistas podiam indefinidamente expor as preocupações altamente civilizadoras dos seus países. As concessões, as expropriações, a exploração dos trabalhadores e a grande miséria dos povos eram tradicionalmente escamoteadas e negadas. Depois, no momento de se retirarem desse território, os colonialistas viram-se na obrigação de tirar a máscara. Nas negociações sobre a independência, tratava-se em primeiro lugar dos interesses econômicos: bancos, zona monetária, autorização de pesquisas, concessões de exploração, inviolabilidade das propriedades roubadas aos camponeses aquando da conquista, etc. De obra civilizadora, evangélica ou cultural ninguém falava já. A hora era de coisas sérias e não de futilidades. Tais atitudes deviam servir para esclarecer a consciência dos homens em luta noutras regiões do mundo” (FANON, 1980, p. 177).

²⁰Ver o capítulo 4, “Sobre a cultura Nacional”, onde se trata dos “Fundamentos recíprocos da cultura nacional e das lutas de libertação” em: FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

houve uma aproximação das colônias ou ex-colônias com estes países: porque os últimos, em alguma medida, apoiavam seus interesses de libertação. Fanon concorda, então, com a perspectiva adotada pela FLN: não se apelava para generosidade ou súplicas. Faziam-se reivindicações diretas e objetivas, qualidade elaborada no e pelo combate revolucionário: uma libertação que permitisse ao povo Argelino tomar seu destino em suas próprias mãos, não permitindo nenhum desvio ou concessão. Assim, seu propósito final não era um abrandamento das estruturas opressivas, mas a libertação total da Argélia, ou seja, uma restituição (no sentido de não criar uma nação nova, mas de restituir/recuperar a que já existia e foi escravizada). Devido a isto, o povo argelino foi diferente de todos os outros povos que reivindicavam o fim do colonialismo, desprezando soluções gradativas ou amenizadoras ao exigir o “todo” da libertação, e introduzindo um novo estilo nas lutas de libertação nacional. Ao contrário deste posicionamento estavam os democratas franceses, que apelavam para a “bondade com o oprimido”.

A libertação nacional deveria existir junto à libertação do indivíduo, numa revolução de consciência nacional e individual, significando, ao mesmo tempo, uma obra do povo oprimido (luta de classes) e a morte do sistema colonial (não por suicídio, mas por assassinato, nas palavras de Fanon). E a própria vontade de libertação argelina contestava a ficção da Argélia Francesa, aquela que interpretava a Argélia como uma espécie de segunda parte da França, onde os argelinos também eram considerados cidadãos (desde que não fossem na Metrópole, sic.). Na verdade, nos alerta Mustafa Yazbek, que essa cidadania também deve ser colocada em questão:

Em 1865 a Argélia foi anexada oficialmente pela França, a qual decretou que todos que renegassem o estatuto civil muçulmano receberiam a cidadania francesa. O decreto de anexação determinava que quem aceitasse a cidadania deveria abrir mão também do código religioso islâmico (sharia), o que significava uma renúncia ao próprio islamismo. Consta que apenas duzentos argelinos aceitaram tal mudança (YAZBEK, 2008, p. 77).

Fanon, então, compreende o imperialismo em duas partes, ou em dois momentos: o colonialismo, movimento mais ligado ao conservadorismo, e o neocolonialismo, que é essencialmente burguês. Em paralelo, existia as zonas de influência, que começaram quando à

doutrina Monroe (“América para os americanos”) entra em decadência: as Américas não eram mais suficientes para o escoamento das mercadorias dos EUA, que voltam, então, sua atenção para outros lugares do mundo dominados pelos colonizadores europeus. Os EUA passam a defender, então, os movimentos de independência, mas apenas como uma estratégia competitiva entre as nações ocidentais. Também porque, em outra perspectiva, cada contestação do colonialismo ocidental poderia ser vista como uma ameaça comunista.

Sobre esse conflito da época, que em corresponde também à chamada “Guerra Fria”, Fanon dizia ser necessária uma confrontação pacífica entre as duas concepções de mundo. Caso contrário, a própria existência na Terra estaria comprometida, devido à ameaça nuclear. A África assumiria, então, certa neutralidade neste conflito, pois a única questão que os preocupava, até o momento, era o combate ao colonialismo, com solidariedade e unidade total e completa.

Referências Bibliográficas

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A Prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 504-521, 2016.

CÉSAIRE, Aimé (2006). **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Ediciones Akal.

CHERKI, Alice. **Frantz Fanon. Portrait**. Paris: Seuil, 2000.

FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1980.

_____. **Os condenados da Terra**. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

LIPPOLD, Walter. **Pensadores Africanos e da Diáspora: negritude, panafricanismo e pós-colonialismo**. In: XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS, 2014, São Leopoldo. Caderno de Resumos História Verdade e Ética. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda., 2014.

MACEY, David. **Frantz Fanon, une vie**. Paris: La Découverte, 2011.

MBEMBE, Achille. **A universalidade de Frantz Fanon.** Cidade do Cabo (África do Sul), 2 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.epedagogia.com.br/materialbibliotecaonline/2894A-universalidade-de-Frantz-Fanon.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

YAZBEK, Mustafa. **A revolução argelina.** São Paulo: Editora UNESP, 2010

Porvir, atualidade e ter sido no horizonte temporal da verdade do ser no âmbito da interpretação judicial

Future, current and having been in the temporal horizon of the truth of being within the scope of judicial interpretation

Antônio Lucio Túlio de Oliveira Barbosa

Mestre em Direito

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

antoniolucio@gmail.com

Recebido em: 28/09/2021

Aprovado em: 06/12/2021

Resumo: As reflexões trazidas no presente trabalho têm o escopo de acompanhar, de maneira filosófica, a descrição fenomenológico-existencial de Martin Heidegger e também os fundamentos constantes na hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer, a fim de testar sua aplicabilidade no campo da interpretação do direito e na decisão judicial. Acompanhando sempre a perspectiva fenomenológica da hermenêutica, pretendemos principalmente contemplar as possibilidades dos modos de ser e caminhos existenciais na temporalidade do existir para o ser-aí do julgador-intérprete do direito. Diante da própria mobilização histórica de mundo, torna-se evidente que passado, presente e futuro, unificados numa mesma base temporal, constituem para o *Dasein* o campo histórico de manifestação fundamental do respectivo poder-ser em suas possibilidades originárias. Retornando sempre do porvir (futuro), o ser-aí e seus modos de ser no instante interpretativo de seu mundo perpassam, na atualização da norma aplicável, pela desobstrução, no presente, das camadas sedimentadas de discursos impensados do passado.

Palavras-chave: decisão, linguagem, temporalidade.

Abstract: The reflections presented in this work have the scope to follow, in a philosophical way, the existential-phenomenological description of Martin Heidegger and also the constant foundations in the philosophical hermeneutics of Hans-Georg Gadamer, in order to test its applicability in the field of the interpretation of law and in the court decision. Always following the phenomenological perspective of hermeneutics, we intend mainly to contemplate the possibilities of the ways of being and existential paths in the temporality of existing for the being-there of the judge-interpreter of law.

Given the historical mobilization of the world itself, it becomes evident that past, present and future, unified on the same temporal basis, constitute for *Dasein* the historical field of fundamental manifestation of the respective power-to-be in its original possibilities. Always returning from the future (future), the being-there and its ways of being in the interpretive moment of its world permeate, in the updating of the applicable norm, by the unblocking, in the present, of the sedimented layers of unthought speeches from the past.

Keywords: decision, language, temporality.

Introdução

O presente estudo têm como objeto discutir o tema da decisão judicial no âmbito contemporâneo do Estado Democrático, bem como a perspectiva da temporalidade e universalidade de uma linguagem comum, mediante os modos de ser do ser-aí em seu mundo. Nesse trajeto abrangente, o dimensionamento da hermenêutica da faticidade de Martin Heidegger apresenta importante instrumental teórico de investigação em relação à existencialidade do ser do intérprete (ser-aí), sujeito que compreende os fenômenos, de acordo o campo de abertura dos entes na totalidade, e movimenta-se existencialmente no descerramento de mundo na esfera de suas possibilidades fáticas. Levando em consideração que o ser-aí como ser jogado no mundo constitui-se também como ente, porém desprovido de natureza originária ou de qualquer caráter a priori dotado de propriedades substanciais, ele lida com seu mundo fático, historicamente desvelado por sedimentações formadoras de campos de sentido.

Nossas reflexões contam com a ótica fenomenológico-existencial, inspirada na obra do filósofo alemão Heidegger, de sorte a discutir a multiplicidade de caminhos existenciais do porvir (futuro) para o intérprete. No âmbito prospectivo dessa modulação temporal, embora momentaneamente as possibilidades pareçam permanentemente obscurecidas ou inviáveis, encontram, como se verá, resposta na temporalidade originária de ser do homem.

Certamente, os afazeres urgentes, as tarefas multiplicadas indefinidamente a cada instante; a compatibilização possível do nosso modo de ser no trabalho, casa, estudo, lazer, convívio social

(expandido pelas infinitas opções de redes); e a própria conexão imediata com o outro carregam em si, nesse horizonte cotidiano, uma estrutura superficial contínua e sem quebras. Nesse ponto, sobressai terreno fértil para a reflexão sobre as características mais marcantes do nosso tempo, maximamente quanto à investigação acerca das possibilidades existenciais de ser no porvir, como acento fundamental da atualização no instante, no âmbito da aplicação da norma jurídica.

Aquelas possibilidades ou modos de ser do homem, conforme veremos, destacam-se pela a negatividade ou nadidade do nosso existir, no horizonte contemporâneo tecnicista da rapidez e produtividade capitalista. Nada obstante, como teremos oportunidade de investigar, acaso realizado um incessante diálogo com a temporalidade do *Dasein*, na contemporaneidade, elementos justamente ligados à historicidade do seu aí sobressaem na dinâmica circular hermenêutica. Com efeito, uma vez que interpretamos “sempre a partir do nosso próprio horizonte, fazendo este parte do círculo hermenêutico, nada pode ser compreendido de um modo não posicional” (GADAMER, 2012, p. 126).

Mediante a retomada temporal do homem, marcada pelo horizonte da historicidade para os modos de ser, surge para o instante da atualidade a reconquista do que ficou perdido ou obscurecido para o homem na história. Tudo isso nos convida a um reencontro incessante com nós mesmos, a partir de nosso tempo. Passado, presente e futuro unificam-se na temporalidade dos nossos modos de ser, a cada atualização no presente, para enlevar as máximas potencialidades de sermos o que podemos ser e o que somos, sempre antecipando o olhar para o porvir, em virtude da própria condição finita de ser do homem.

Todavia, relevante frisar que, segundo as investigações heideggerianas, nós como seres humanos finitos e destituídos de natureza originária, esquecemo-nos, no mais das vezes, do nosso poder-ser, conforme as próprias possibilidades, a cada vez em que se somos, pois absorvemos, de forma meio que automática, a lida cotidiana de acordo com o horizonte sedimentado, articulado por sentidos dados por tradição. Justamente, nesta linha fenomenológico-hermenêutica, vem à tona o fio condutor da investigação, para revelar que, uma vez obscurecido o primado ôntico-ontológico do

ser-aí, o intérprete é carregado por uma restrita circunvisão mediana, por meio da qual esse ser cotidianamente não pode vislumbrar, de início e na maioria das vezes, a temporalização do si, como poder-ser finito mais próprio que é o dele, recaindo na mediania da absorção do campo de sentidos previamente dados pela tradição de horizonte encurtado.

Agindo a cada experiência com a noção de tradição e historicidade, o intérprete do direito deve almejar, no entanto, o objetivo propriamente dito de revelação dos fenômenos e entes por si subsistentes que lhe vem ao encontro, numa linguagem compartilhada com os demais seres-aí, quebrando dogmas encrostados repetidamente argumentados, desde-sempre, tanto na cotidianidade do ofício forense como no aprendizado técnico-teórico. Consoante o tema discutido, o modo de ser cotidiano impróprio da mecanicidade acadêmica e forense de atividades essencialmente repetitivas, desde-sempre, revelam-se desprovidos de um caráter mais radical do pensar a diferença ontológica de ser do direito. De certo, esse modo de atuação mostra-se ainda despreparado para a assunção mais expressiva das possibilidades de leitura do texto constitucional democrático, orientado por uma virada efetivamente concretizadora de direitos fundamentais, programas e planos radicais de exaurimento das distorções sociais chocantes, ainda mantidos pelos mesmos mecanismos de dominação deduzidos pelo senso comum dos juristas, obscurecidos pelo véu do discurso tradicional impensado do direito.

Para tanto, este ensaio deseja saber se realmente surge como viável, na temporalidade, algum modo de transformação pela interpretação do mundo cotidiano que circunda o intérprete, do desvelamento significativo daqueles componentes (entes) que, historicamente, apresentam suas determinações sedimentadas no campo mediano de manifestação do direito, isto é, aquilo que vem ao encontro no horizonte jurídico de sentido, a cada vez que se é no tempo.

Por fim, ao ressignificar a constituição existencial dos entes, o trabalho procura mostrar igualmente que o modo de ser da linguagem, comum e compartilhada, enquanto componente mediador fundamental, por onde transita a compreensão do intérprete, no que toca aos fenômenos jurídicos e entes que lhe vêm ao encontro, compondo o campo de sentido formador de mundo.

A constituição existencial de ser-no-mundo

De acordo com a radicalidade da leitura fenomenológico-hermenêutica de Martin Heidegger, descrita em sua obra fundamental, *Ser e tempo*, empreende-se uma autêntica viragem nos passos dados pela filosofia em pleno século XX, no que particularmente respeita à estruturação da condição existencial do homem como ser-no-mundo. Para apontar o caráter projetado e intencional do homem na abertura no campo existencial, o filósofo cunhou, para aquele, a designação *Dasein*, de acordo com a expressão proveniente da língua alemã, traduzida por alguns autores, para o português, mais especificamente como “presença” ou “ser-aí”, terminologia esta que, por questões adequação e rigidez, será adotada em todo este ensaio.¹

Para Grodin, seguindo o pensamento de Heidegger, a hermenêutica “também passará a ter uma função mais fenomenológica, mais ‘destruidora’ no sentido libertador do termo, que decorre de sua mudança de *estatuto*” (2012, p. 39). Isto é, para o que interessa neste texto, a busca de uma imersão filosófica radical é colocada em jogo, independente de pressupostos ontológicos preconcebidos para definição do homem, bem assim concernentemente aos demais entes ou objetos com os quais o homem, em seus finitos modos de ser, tem contato em sua experiência.

Diante da filosofia fenomenológica sem pressupostos, Heidegger pretende suprimir, portanto, toda e qualquer explicação positivada pelas ciências tradicionais, e até então pela filosofia ocidental, cujas categorizações oferecidas estabeleçam uma condição originária destinada a reduzir o homem em seu ser. Antes ao contrário, tais reduções explicativas do ser humano apresentam o papel de normatizá-lo e normalizá-lo, para conferir-lhe, a priori, certos elementos essenciais e substanciais, eminentemente ligados à noção determinante de possuidor de meras representações da consciência, mostrando uma necessariedade de ser algo específico a cada momento na existência.

¹ Segundo o próprio Heidegger explicou, nos Seminários de Zollikon, “a palavra ‘Dasein (ser-aí)’ significa comumente estar presente, existência [...] Em *Ser e tempo*, o aí [Da] não significa uma definição de lugar para um ente, mas indica a abertura na qual o ente pode estar presente para o homem, inclusive ele mesmo para si (HEIDEGGER, 2009, p. 159).” (Weyh *apud* Heidegger, 2015, p. 2). Já na tradutora pela Editora Vozes da obra *Ser e tempo*, opta-se pela designação “presença” como ideal correspondência da expressão alemã *Dasein*.

Entretanto, o homem, como ser imediatamente lançado no campo de manifestabilidade do seu mundo, experimenta e conquista paulatinamente o descerramento do horizonte de sentido dos entes na totalidade. E por se mostrar desprovido de quaisquer quididades, determinações prévias ou naturais anteriores, impulso, faculdade mental ou física, ou mesmo categorias puras do entendimento preestabelecidas, a abertura de mundo a qual mencionamos, de início, descerra sua significância para o ser-aí, quem dela se apropria. Carregando consigo uma amplitude de possibilidades compreensivo-discursivas por meio do campo de sentidos formados historicamente, o *Dasein* simplesmente herda seu aí, ante a sedimentação de preconceitos marcados por tradição. Logo, em razão dessa indeterminação ontológica originária, o ser-aí do homem, projetado radicalmente no mundo, vai sendo, a cada instante, aquilo que ele pode ser. Colocando em jogo seu ser e decidindo, incessantemente, o modo de ser, a cada vez que se é, o ser-aí se depara, sempre, diante de seu poder mobilizador de ser suas próprias possibilidades.

Nesse contexto de historicidade, vale notar que, a cada vez, as implicações conquistadas na abertura da existência reintroduzem as possibilidades de ser ao ser-aí humano. De plano, adiantamos que, invariavelmente, a unidade da dinâmica temporal entre o passado, presente e futuro, empresta ao *Dasein* a reconquista da possibilidade mais original do seu existir. Significa afirmar que o ser-aí, em virtude de seu caráter histórico e sua indeterminação ontológica originária, encontra-se, a todo instante, reformulando o passado, atualizando-se no presente, e antecipando o porvir, de onde sempre retorna, de acordo com os limites existenciais finitos, próprios de ser em seu tempo.

Em razão desse eterno retorno ao passado, com vistas à constante atualização existencial no presente, podemos adiantar, desde já, que, ao falarmos do aspecto unitário das ekstases² (passado, presente e futuro), resgatamos, ao mesmo passo, invariavelmente, a antecipação de sentido em relação ao porvir (futuro). Fato é que as narrativas do passado, o ter sido, direcionam, em certa

² Valendo-nos das lições de Robson Reis, destacamos um direcionamento orientador para o significado da heideggeriana da expressão “ekstase”, partindo da negatividade ontológica do *Dasein*: “A temporalidade originária não forma uma série, mas sim uma multiplicidade unificada de momentos estruturais que Heidegger denomina ekstases. Estes momentos são identificados por termos tempo-raís usuais (presente, passado e futuro), apesar da advertência em relação ao significado próprio que eles adquirem na temporalidade originária.” (2005, p. 109).

medida, a antecipação de sentido do que está prestes a vir (porvir), conduzindo justamente o ser-aí à decisão, mais primordial ante seus modos de ser a cada instante, nos limites das possibilidades de ser que o se é, em virtude de nosso horizonte temporal.

Por ora, deixemos, em suspenso, a questão específica das possibilidades que apontam para o enfoque ético, universal e transcendente da alteridade (do outro) na concepção hermenêutico-fenomenológica da decisão judicial, a fim de primeiramente desdobrar a continuação do fio condutor do pensamento do ponto de vista da linguagem. Mais à frente, teremos a condição de perceber, com exatidão, as implicações temporais das antecipações de sentido da decisão no âmbito da interpretação judicial, diante das prospecções que podemos resgatar a partir de um horizonte transcendental da linguagem compartilhada no direito.

Sob esta luz, temos que no horizonte histórico dos modos de ser do *Dasein* a questão da linguagem aparece no contexto universal, comunitário e transcendente, no qual os fenômenos que vem à fala manifestam-se, por si mesmos, independentemente de qualquer ação subjugadora do ser-aí sobre eles. “Mas essa neutralidade não pressupõe nem uma ‘neutralidade’ com relação à coisa nem tampouco um anulamento de si mesma” (GADAMER, 2016, p. 358). Assim, é preciso, antes de tudo, que o ser-aí do intérprete ouça a voz silenciosa da consciência, e abandone seu campo de referência mediano calcado na indecisão decaída no horizonte hermenêutico estagnado, a fim de que todos os sentidos formados pela tradição nesse terreno sejam articulados pela interpretação mais originária cuja responsabilidade lhe caiba a cada instante.

As possibilidades do ser-aí de ser o seu poder-ser, a cada instante, implicam primeiramente em apontar para assunção da responsabilidade de ser o que ele é, colocando sempre em jogo os seus modos de ser, de acordo com sua finitude existencial. Nesse sentido, Heidegger pretende mostrar que o caráter de ser um ente finito significa, antes de tudo, não poder transferir para outrem a responsabilidade de ser sua própria existência em cada momento que se é, de maneira a desonerar-se do peso da dinâmica intencional do existir. Não obstante, a descrição dos traços primordiais que

descrevem a finitude existencial do ser-aí carrega, paralelamente, a apreciação sobre os modos como o *Dasein*, de início e na maioria das vezes, realiza o seu poder-ser.

Jogado ou projetado abruptamente no mundo – como normalmente se expressa a filosofia heideggeriana –, o homem expõe-se, de plano, à cotidianidade vigente no mundo fático marcado por tradição histórica sedimentada. O horizonte de sentidos, narrativo e modulador, coloca-se disponível ao ser humano, quem, de saída e na maioria das vezes, tende a nele imergir e deixar-se absorver pela manifestação significativa dos entes em sua circunvisão, orientando-se, portanto, pela conexão de sentidos decorrentes da disposição desses entes em sua totalidade. Determinados historicamente, de forma enrijecida, esses sentidos harmônicos compõem um horizonte determinante para o presente, pela decisão antecipada, atualizando nossos modos de ser no instante, sempre a partir antecipadamente do porvir.

Em outros dizeres, o ser-aí impessoal, alienado do exercício de suas faculdades mais originárias – imerso nas urgências, afazeres, rotinas, técnicas, ou mesmo na indecisão que, no mais das vezes, acompanha o falatório mediano –, lida com o substrato sedimentado de informações não criativas estagnadas hermeneuticamente. Todos esses campos sedimentados de significâncias encurtam o horizonte de sentido do ser-aí e mantêm-no na “interpretidade” reduzida da linguagem, de acordo com essas possibilidades já sidas e positivadas em seu mundo fático impessoal:

A vida social é o império do a gente, a ditadura do impessoal, o âmbito em que se confunde o todos nós e o ninguém, na medida em que se age de acordo com o que se pensa em geral. A concepção básica de Heidegger acerca da vida em sociedade é que ela é regida por uma noção obscura de convivência, em que não há sujeitos e sim domina o império do impessoal, de uma sociabilidade truncada, em que nem o eu nem o nós se distinguem. Este impessoal é ele mesmo sem rosto, uma espécie de ninguém que comanda a vida individual e não pode ser identificado com este ou aquele ser humano (WERLE, 2003, p. 103).

Ademais, a mobilidade estrutural originária induz o ser-aí para a dinâmica da absorção nesse denominado mundo fático sedimentado, o qual internaliza, de saída e na maioria das vezes, uma

notável desconexão do ser-aí humano, em relação àquela responsabilidade de assumir seu caráter mais efetivo de poder-ser e as possibilidades que se é a cada instante.

Dado nos encontrarmos decaídos na articulação tranquilizadora e orientada por sentidos dados, preestabelecidos, na placidez equilibrada da faticidade cotidiana do mundo circundante, surge, inexoravelmente, em meio à ocupação automatizada das tarefas diárias, a incisiva tendência de desoneração daquela responsabilidade. Imersos no automatismo cotidiano, temos retirada a percepção fundamental de assumir aquilo que mais propriamente somos em nossas possibilidades finitas de ser, segundo nossos modos de ser em nosso aí. As execuções das tarefas guiadas pelos sentidos “atenuam a responsabilidade que todo ser aí precisa ser por si mesmo. Em meio a tal perda, o ser-aí se deixa levar pela ilusão de que sendo, ele não se relaciona com seu ser, de que ele é um ente dotado do modo de ser dos outros entes” (CASANOVA, 2017, p. 228).

Trazendo o contexto da temporalização dos modos de ser para o âmbito da interpretação judicial, Streck expõe, por exemplo, que um texto jurídico da qualidade normativa ápice da Constituição apenas é compreensível, ante o acontecimento apropriador, em concreto, isto é, no exato momento de sua aplicação. Melhor expressando, o sentido daquilo que na temporalidade se vê escrito na Constituição da República de 1988 manifesta-se em seu modo de ser-no-mundo, antecipadamente, precisamente porquanto “não se percebe o texto primeiramente enquanto ‘ser-objeto’. Há um mundo circundante no qual acontece esta manifestação. Ao vislumbrar o texto, já há um ter-prévio, um ver-prévio e um pré-conceito acerca da Constituição” (2009, p. 296). Devido ao influxo da tradição, o problema jurídico instaurado para o acesso às coisas mesmas retoma o ter sido (passado) aos preconceitos herdados pela tradição e à consciência histórica do julgador, por uma antecipação de sentido, na temporalidade. De conseguinte, podemos concluir que o texto aparece como fenômeno fático em sua historicidade no instante (presente), a partir da antecipação de sentido, em relação à qual o intérprete retoma o horizonte inicial (passado) ou mínimo do texto (ter-prévio), mediado pela linguagem na qual nos movimentamos.

Enfim, sempre que entramos no círculo hermenêutico, chegamos com algo antecipado: o sujeito do conhecimento é posterior ao sujeito do existente, de modo que invariavelmente, na esfera da compreensão, constata-se a antecipação de sentido, já que somos aquilo que nos tornamos pela tradição. (STRECK, 2017, p. 28). Representada na circularidade hermenêutica de um porvir incessante, a compreensão – a exemplo de um jogo do qual participamos, profunda e emocionalmente envolvidos – dá forma à antecipação de sentido; e esta, existencialmente, impulsiona a produção do pensar da pergunta, à medida que compreendemos. A propósito, confirma Gadamer (2016, p. 388) que a antecipação de sentido espelha um ato compreensivo, independente da subjetividade do intérprete, uma vez que aquela se determina “a partir da comunhão que nos une com a tradição.”

Sem embargo dessa absorção imprópria no diálogo descerrado com a alteridade do outro, ou seja, na via de uma abertura do querer sinceramente saber, da escuta atenta, aquilo que o ser de um ente interpretado constitui permite clarear o velamento de sua essencialidade mais propriamente dita. Eis como se posiciona, em caráter situacional, o ser-aí do intérprete, cuja atividade dialogal comporta o atributo a assunção da responsabilidade de ser, a cada vez que se é. Nesse enfoque do peso existencial de ser, conforme dissemos, Heidegger pretende mostrar que a constituição de um ente finito significa, antes de tudo, a impossibilidade de transferir para outrem a responsabilidade de ser suas próprias possibilidades, em cada momento que se é, de maneira a desonerar-se da responsabilidade na dinâmica intencional do existir.

A nosso sentir, essa perspectiva promove o modo mais originário de empregar todo o poder-ser do intérprete, suas possibilidades mais decisivas e essenciais, a cada momento na existência, para a reconstrução hermenêutica do texto criado em seu sentido original, ao traduzir, de modo adequado, sincero e fiel, a pertença à tradição. Essa leitura histórica perpassa pelo entendimento da temporalidade e atrai a própria abertura – proporcionada conscientemente pelo leitor em relação ao fenômeno manifestado. Evidentemente, desse modo, tal experiência fiel e originária de assunção do poder-ser do julgador no processo judicial nos reconduz, inevitavelmente, ao tema da temporalidade,

entendida como determinação fenomenológica que mais apropriadamente põe em jogo o panorama da historicidade.

Vencida essa etapa, veremos, a seguir, que, realizado o incessante diálogo da historicidade do homem na contemporaneidade, o trânsito temporal do ser-aí, marcado no horizonte dos modos de ser, vem à tona, no presente, como reconquista do que ficou perdido ou obscurecido para o homem ao longo da história, na tradição, filosofia e ciência.

Giro ontológico da linguagem na perspectiva da fenomenologia hermenêutica

Apresentada a constituição temporal finita de ser do *Dasein*, mais especificamente no caso da proposta aqui estudada – sobre o ser-aí do julgador no processo judicial –, sobreveio, como vimos atrás, a inferência de que as formas finitas de ser no tempo carregam consigo o horizonte hermenêutico do intérprete na unidade temporal ekstática. Tudo isso nos convida a um reencontro incessante com nós mesmos, a partir de nosso tempo. Unificando-se na temporalidade dos nossos modos de ser, passado, presente e futuro, a cada instante, conduzem-nos à elevação das máximas potencialidades de sermos o que podemos ser e o que somos, sempre antecipando o olhar para o porvir, em virtude da própria condição temporal e finita de ser do homem.

Com a leitura ontológica e inovadora de Heidegger no terreno da fenomenologia hermenêutica, a filosofia da linguagem no século XX transformou a visão das ciências humanas e do direito, principalmente em razão de três fatores distintos, conforme Georges Abboud, Henrique Carnio e Rafael Oliveira. O primeiro deles é “o *linguistic turn* (giro linguístico) que marca definitivamente a superação do esquema sujeito-objeto”. O segundo, “o declínio de um modelo matemático de fundamentação do pensamento e a ascensão de um modelo histórico que dê conta da fundamentação nas chamadas *ciências do espírito*”. Por último, temos “o giro ontológico que supera a ontologia da coisa pela *ontologia da compreensão* a partir do deslocamento do ser humano (*Dasein*) para o interior da problemática ontológica [Grifo dos autores]” (2019, p. 515).

Na verdade, o inovador giro ontológico radicaliza e afeta a perspectiva de como a linguagem e a história são tratadas no âmbito da filosofia, pois o modo de colocar o sujeito no contexto narrativo e modulador depende certamente de uma dimensão pragmática, a partir de uma virada acerca da visão puramente teórica. Gadamer destaca que aquelas (linguagem e história) versam sobre espaços nos quais, desde-sempre nos movimentamos, sem qualquer perspectiva de controle científico ou método específico em relação a elas. Constituem mundos que não conquistamos. São âmbitos de sentidos dos quais, entretanto, não podemos fugir; ambos os quadrantes expõem um conteúdo inesgotável de sentidos. Tudo o que se compreende está na história e se desdobra na linguagem (FLICKINGER, 2003, p. 174).

Conforme fora asseverado acima, a hermenêutica de Heidegger exatamente propõe fundamentos ancorados na faticidade, enquanto aspecto primordial histórico para a concepção da própria hermenêutica filosófica de Gadamer; quem, por sua vez, contribuiu com a inserção elementos e conceitos filosóficos mediados essencialmente pela linguagem, atualmente pensados nas mais relevantes fontes pesquisas pertinentes à teoria da decisão judicial, hermenêutica e interpretação do direito (ABBOUD *et al.*, 2019, p. 525).

Diante de um processo não metódico das ciências tradicionais, portanto, crucial atentar à leitura hermenêutica efetuada por Gadamer, especificamente em relação à ontologia fenomenológica de Heidegger, quem, por sinal, emprestou àquele autor sólidos ensinamentos filosóficos na cidade de Marburgo, Alemanha. Conforme assinala Palmer (2015, p. 168), “é essencial percebermos, logo desde o início, a distinção entre a hermenêutica filosófica de Gadamer e o tipo de hermenêutica que se orienta para os métodos e para a metodologia.” Decerto, a tese articulada a todo tempo por Gadamer gravita basicamente em torno da existência de uma tradição histórica, herdada pelo sujeito e carregada por pré-concepções na formação dos fenômenos compreensivos para o homem. Associadas ao horizonte histórico dessa visão da tradição, portanto, sobressaem rechaçadas, para a ciência jurídica, quaisquer espécies cânones ou princípios a serem utilizados como ferramentas instrumentais ao intérprete.

O movimento temporal do homem, representado pela historicidade, linguagem, existência e experiência vem a lume, dentre outros atributos inter-relacionados com a tradição, como condição de possibilidade carregada pelo modo de ser do homem, indispensavelmente, na qualidade de formação da pré-compreensão – conceito fundamental da hermenêutica filosófica gadameriana e fenomenologia hermenêutica de Heidegger. Certamente, a verdade, sob essa concepção, é alcançada por via da dialética – mais aproximada da filosofia grega e distanciada do método científico rígido ou encarado como estrutura isomórfica cartesiana aplicável às ciências da natureza, o qual visa apenas a confirmar teses, por via de experimentação e controle.

Embora a investigação hermenêutico-filosófica não contemple a perspectiva da indicação de métodos propriamente destinados ao estudo dos fenômenos, revela-se esclarecedor que, em Gadamer, a compreensão depende muito mais de uma parte constitutiva diferenciadora definida na linguagem, visando alcançar o sentido das coisas nelas mesmas. No processo hermenêutico utilizado pelo autor, a linguagem transparece como componente dialético de mediação na relação sujeito e objeto, numa ótica distinta do subjetivismo presente na metafísica transcendente da tradição filosófica anterior a Heidegger, franqueando ao intérprete a perspectiva do entendimento e do consenso, tão imprescindível quanto o ar que respiramos (ROHDEN, 2005, p. 226).

Relacionado à ideia de verdade não definitiva ou absoluta, o critério experiencial oferece ao homem limites finitos de sua existencialidade, bem assim lhe concede habilidade de autoconsciência. De fato, é impossível banhar por mais de uma vez as águas do mesmo rio. Ou seja, por essa dinâmica, ressurge o fator temporal de realização da experiência humana, marcado pela finitude da existencial e o poder-ser do homem (*Dasein*). Entrelaçando o critério histórico às possibilidades mesmas da compreensão, Gadamer, enfim, almeja com isso mostrar que a experiência do sujeito guarda tanto um caráter subjetivo como também objetivo.

A pré-compreensão, o ter-prévio, a concepção prévia da perfeição e antecipações de sentido

Decerto, as opiniões e visões anteriores, concepções de vida e a própria projeção prévia de sentido interconectam-se à experiência, e articuladas a outro primado fundamental aprofundado no estudo da hermenêutica de Gadamer, qual seja, a ideia de pré-compreensão, aparecem, nesse contexto, como componentes herdados pela tradição. O filósofo, ao apresentar uma hermenêutica filosófica de horizonte total, propõe que a definição de pré-conceito ou pré-compreensão, antes de tudo, merece passar por uma reabilitação teórica radical, a fim de conferir adequação correta de sua função mais originária na hermenêutica, afastando-se, com isso, qualquer cogitação de descrédito. De modo que assim realça a ideia de subjetivismo e arbitrariedade, levantados epistemologicamente pelas ciências durante o Iluminismo, época na qual vigorava o império cartesiano do método e da razão, expressamente com o propósito de superar o erro.

Aliado ao processo existencial da compreensão, indispensável ter em mente que a pré-compreensão, os preconceitos ou conceitos prévios não se confundem com leituras relativistas ou subjetivistas atinentes à vontade subjetiva do *Dasein*. Outros termos similares que, por ventura, denotem caráter pejorativo ou que possam dar azo à homogeneidade de conceitos completamente dissociados, como visão de mundo, preconceitos³, etc., encerram termos invalidados por Gadamer, concernentemente à hermenêutica filosófica.

Lenio Streck (2015, p. 227), por exemplo, explana que “compreender, e, portanto, interpretar (que é explicitar o que se compreendeu) não depende de um método ou processo consciente do sujeito”. Aliás, relevante afirmar que as questões prévias de sentido, presentes no horizonte histórico do ser-aí, colocam em relevo o poder da tradição histórica, a qual intermedeia constantemente a relação entre passado e presente no processo compreensivo. Enfim, para Gadamer, “são os

³ Deixe-se bem claro que a expressão “pré-conceito” reveste-se duma experiência de conteúdo bem mais profunda do que uma simples experiência anterior, na medida em que, enquanto ser humano, o homem vive inserido na linguagem e tradição, as quais oferecem vetores intersubjetivos completamente afastados do controle individual daquele que interpreta.

preconceitos não percebidos os que, com seu domínio, nos tornam surdos para a coisa de que nos fala a tradição” (2016, p. 359).

De imediato, releva consignar, portanto, que, no âmbito da hermenêutica filosófica, a designação preconceito não é vista como algo pejorativo, relacionado a uma experiência subjetiva negativa. Ao inverso, articulados como condição de possibilidade da própria compreensão, Gadamer sustenta ser imperioso proporcionar, evidentemente, uma distinção entre preconceitos legítimos e aqueles que promovem prejuízo à correta interpretação dos fenômenos, os quais são chamados de falsos preconceitos, por produzirem mal-entendidos. Para essa finalidade, a consciência histórica do intérprete deverá permitir que, diante dos efeitos da tradição, seja possível empreender uma filtragem no que concerne à validade efetiva de uma opinião, suspendendo e colocando em evidência aquilo que se dissocia e difere do objeto interpretado, e nele não envolve o contexto histórico, pois, pela explicação de Gadamer, a “compreensão começa onde algo nos interpela” (IDEM, p. 359). Mais especificamente, equivale dizer que o preconceito, para se revelar num determinado momento e ser destacado, exige ser provocado, na atualidade, em cotejo com o acervo cultural e histórico de um horizonte histórico de determinado tempo, a fim de promover a suspensão dos próprios preconceitos imprestáveis, estes sim, capazes de influir negativamente na compreensão.

A propósito, tudo está por vir na questionabilidade sobre a verdade ontológica, desde que contemplada “na preponderância de tudo aquilo que já é capturado nele como algo por vir e se vê entregue à responsabilidade de sua força determinante” (HEIDEGGER, 2015, p. 402). É dizer, “interpretar significa justamente colocar em jogo os próprios conceitos prévios, para com isso trazer realmente à fala a opinião do texto” (GADAMER 2016, p. 514). Consequentemente, o que se almeja evidenciar nessa explanação diz respeito exatamente à indevida atitude do intérprete em relutar contra seus próprios conceitos, herdados pela tradição frente ao fato histórico, e expressar-se de encontro à perspectiva hermenêutica mais original, cuja proposta prioritária cinge-se à correta funcionalização de toda pertença à tradição, que conosco carregamos.

No mesmo passo em que sucede no terreno da interpretação a vinculação à abertura de mundo do ser-aí em seu campo histórico, o fenômeno da pré-compreensão, por sua vez, envolve a antecipação prévia de sentido sobre a aparição dos entes na totalidade. Ao conjunto do todo e suas partes, conseqüentemente, nenhum momento se desvanece, não se interrompe sequer, pelo alcance do entendimento sobre o objeto em sua realização mais autêntica (IDEM, p. 388). Essa apreensão prévia feita sobre o texto – que assume expectativas e preenchimentos de sentido – constitui exatamente o porvir (futuro) de forma transcendente, diante de um conceito *a priori* do entendimento, pois “nós compreendemos os textos transmitidos sobre a base de expectativas de sentido que extraímos de nossa própria relação precedente com o assunto”, assim como

o destinatário de uma carta compreende as notícias que esta contém e vê as coisas, de imediato, com os olhos de quem escreveu, dando como certo o que este escreve, e não procura, por exemplo, compreender as opiniões particulares do escritor, também nós compreendemos os textos transmitidos sobre a base de expectativas de sentido que extraímos de nossa própria relação precedente com o assunto (IBIDEM, p. 389).

Trata-se da hipótese na qual o intérprete reconhece saber menos do que o seu parceiro de diálogo, tal qual o texto ou a obra de arte transmitida, de sorte a supor que houve malogro em torno do processo compreensivo por parte dele. Eis então a conhecida “concepção prévia da perfeição”, exposta na teoria hermenêutica de Gadamer. Segundo tal pressuposto teórico, seria recomendável que o intérprete – conhecedor em alguma medida da questão perquirida – enfocasse seu projeto de aplicação hermenêutico, justamente na manifestação da coisa mesma, e não, inversamente, almejasse, em primeiro plano, a elucidação definitiva sobre a opinião pessoal do interlocutor, embora, evidentemente, esta também integre o processo unitário compreensivo:

Também aqui se confirma que compreender significa em primeiro lugar ser versado na coisa em questão, e somente secundariamente destacar e compreender a opinião do outro como tal. Assim, a primeira de todas as condições hermenêuticas é a pré-compreensão que surge do ter de se haver com essa mesma coisa. A partir daí determina-se o que pode ser realizado como sentido unitário e, com isso, a aplicação da concepção prévia da perfeição (IBIDEM, p. 390).

Com efeito, a expectativa de sentido guarda relação com o resultado estrutural da concepção tripartida de horizonte hermenêutico, consoante a fenomenologia de Heidegger e Gadamer: ter prévio ou posição prévia, o ver prévio ou visão prévia e o conceito ou concepção prévia.

O que Gadamer descreve é o jogo mútuo entre expectativa de sentido e preenchimento de sentido, de tal modo que o preenchimento parcial de sentido libera uma expectativa de sentido que atravessa todo o texto e que, inversamente, o preenchimento de sentido nunca se torna possível senão do contexto de uma expectativa de sentido. A expectativa de sentido remonta neste caso ao próprio leitor; ela é, dito com o conceito assumido por Heidegger, um “projeto”, isto é, a fixação de um âmbito de possibilidades, que pode ser resgatado pela ação concreta tal como o projeto de um arquiteto por meio da construção de uma casa. No entanto, aquilo que no caso do arquiteto se mostra antes como uma exceção, mostra-se aqui como a regra: o projeto sempre precisa ser corrigido uma vez mais no curso de seu resgate. Assim, ele se ajusta às experiências feitas a cada vez na leitura e leva, então, por fim, a uma compreensão daquilo “que se encontra aí”. A “tarefa constante” do leitor é, como Gadamer o diz, “a elaboração dos projetos corretos, substancialmente adequados, que, enquanto projetos, são antecipações que não se confirmam senão ‘junto às coisas mesmas’” (FIGAL *apud* P. OLIVEIRA, 2017, p. 213).

Daquilo que se mostrou mais expresso neste tópico, temos que o porvir, configura na fenomenologia hermenêutica o próprio futuro de onde sempre vimos, pois o ser-aí contempla os sentidos dos fenômenos, no presente, com o olhar para o que está por vir, antecipadamente. Destarte, podemos extrair que a compreensão consiste na força motora produtiva da interpretidade, que assegura o movimento orientador da pergunta (ter prévio), a qual se lança sobre o objeto (fenômeno, ente, coisa), justamente de acordo com a antecipação de sentidos conferida pelo intérprete na decisão.

Interpretação e movimento da norma jurídica na verdade: direito como prática interpretativa (agir interpretativo)

Preponderantemente na prática hodierna do campo jurídico, observa-se que o intérprete do direito, como ser-aí que é, de início e na maioria das vezes, operacionaliza a interpretação de forma

notadamente “subsuntiva” ou silogística, nos idênticos moldes desenvolvidos ainda pela técnica ou cânones tradicionais explicados por Friedrich Savigny e Emilio Betti (métodos sistemático, teleológico, histórico, gramatical, lógico).

Desta sorte, temos que, ao decidir sobre um caso concreto ou mesmo hipotético posto em julgamento, o intérprete, imerso na cotidianidade rotineira das atividades repetitivas, opera uma perfeita equação, entre premissa maior (lei) e fatos em análise (premissa menor), advindo, de plano e logicamente, a solução jurídica para a situação posta em juízo. Com esta visão mecânica e epistemológica, resulta que, na atualidade, o profissional do direito, com vistas a proceder a mais pura objetividade técnica, comporta-se superficialmente, concernentemente ao indispensável senso de análise crítica do sistema, culminando, portanto, na mínima movimentação sobre a organização interna do direito, e causando nenhuma perturbação estrutural em sua estrutura, particularmente no que concerne a seu status de domínio lógico-científico, ao contribuir na manutenção petrificada da ordem estabelecida.

Nada obstante a dogmática jurídica preconize que o procedimento de interpretação e aplicação do direito comporte as características operacionais de precisão e objetividade, torna-se imprescindível identificar e aperceber, todavia, a constituição de um horizonte de linguagem, na funcionalidade mais específica da ordem jurídica, a qual, de fato, encobre, veladamente, uma série de ligações, efeitos, causas, definições e classificações categorizadas diante de métodos destinados a resultados esperados. Em larga medida, a tecnocracia jurídica contemporânea revive as essencialidades superficiais científicas, conduzindo e manipulando o veio da linguagem humana em mero instrumental guiado pelo fim último de transmissão incessante de informações.

A rigor, nesta instância dedutivista do direito, constituída pela cópula de sujeito e predicado, dever e ser, fato e lei, texto e norma, sobressai como ponto de chegada o direito aplicável, a fim de compatibilizar os fatos tal como sucedidos no mundo real, ao texto legal. Não obstante, tal procedimento igualmente experimentado na esfera do direito, consoante se aventou acima, pode traduzir a reprodução de mera capa de sentidos, acobertada por sobre a existência fática dos seres

representados por entes, tal como sucede nas ciências epistemológicas de nossa cultura ocidental, capaz de proporcionar, irretocavelmente, o domínio e a manipulação sobre a existencialidade fática dos primeiros.

Contemporaneamente no transcorrer da mediania cotidiana, a funcionalidade da linguagem reduz relevância à difusão expansiva da informação sem limites. De acordo com Manfredo de Oliveira, a informação “é o modo como a natureza se revela por meio da técnica. Não a natureza como ela é em si mesma, mas a natureza enquanto submetida às perguntas do homem” (2015, p. 203). Como a linguagem dogmática jurídica que toca apenas à superfície mesma dos fenômenos e dos entes, a formalização categorial do direito posto, por assim dizer, toma por experimental subsuntivo todo aparato normativo destinado ao usufruto dominador da subjetividade do homem. No mundo da essencialidade técnica, onde a velocidade das relações empreende intensamente a dinâmica sobre o cotidiano, tal estrutura propende a que o ser-áí acabe

[...] por perder quase totalmente a possibilidade de experimentar o acontecimento do desvelamento e não se aproprie, por conseguinte de si mesmo como o ente aberto para um tal acontecimento; em meio a essa perda ocorre, em segundo lugar, uma absorção radical do ser-áí na medida do mundo técnico e uma transformação final de si mesmo também em fundo de reserva; essa absorção e essa transformação acabam por provocar um acirramento do modo impessoal de constituição da existência e por colocar em risco a própria ligação essencial do ser-áí com a verdade do ser (CASANOVA, 2006, p. 164).

Evidentemente, a função primordial da doutrina, nesse contexto, resume-se a construir uma série de critérios e sugestões de procedimentos, separando as proposições, prescrições jurídicas e classificação das normas, objetivando auxiliar o intérprete a extrair, do direito aplicável, cada espécie de fato natural ou social relevante captado pelo legislador que interesse à resolução dos conflitos sociais.

Visando alcançar a correta conceituação da norma jurídica no paradigma científico instaurado após a Segunda Guerra, reconciliar os horizontes de ruptura decorrentes da viragem filosófica na linguagem constitui numa saída de imperiosa efetivação: uma quebra radical acerca do consenso

metafísico tradicional – o qual até então operacionalizava o discurso das ciências, inclusive, com a articulação de dominação, no âmbito do direito. A rigor, lograram sucesso até então a redução e sumarização temática do direito ao modelo cartesiano de subsunção para o funcionamento técnico-científico, via manuseio da linguagem, vista como mero instrumental lógico procedimental. Ao reduzir, epistemologicamente, o universo delimitado daquilo que traduz o direito – em função da utilidade à previsibilidade dos seus meios assegurada pelo manuseio do método experimental –, a tradição metafísica ocidental imprimiu força ao desaparecimento velado da coisa em si. Reintroduzindo incessantemente uma espécie de conforto e sensação de trabalho cumprido, o operador do direito, experimentando superficialmente a mostraçõ dos fenômenos jurídicos linearmente entificados, na mediania da cotidianidade rotineira, articula de acordo com a observância do dever do cuidado, analiticamente, a atribuição de sentido dos entes decalcada abstratamente.

Essencial discorrer que, sob a ótica da metafísica cartesiana, o positivismo jurídico manifesta, em toda sua inteireza, seu viés linear de simples reprodução obcecada pela atmosfera do discurso vazio em relação ao horizonte de mostraçõ fático da norma. Reduzido à margem de maiores questionamentos, o ser do ente do direito, na seara forense cotidiana, apenas repete e renova intermitentemente a cisão analítica de elementos essenciais dos entes, relegando ao esquecimento o questionamento sobre modo construtivo de ser, mais propriamente ditado na constituição da linguagem, como elemento mediador fundamental entre fatos e direito.

Naturalmente, a partir da imersão profunda em estudos produzidos por Heidegger e Wittgenstein, o dimensionamento das ideias coerentes com expressão na abertura do ser do ente na totalidade avulta de modo radical, com as razões do desvelamento da verdade pela linguagem hermenêutica compartilhada transcendentemente. Ambos os pensadores enfatizam um enfrentamento fervoroso e crítico correspondentemente às filosofias da representação e da subjetividade ou consciência, responsáveis, no campo jurídico, por carimbar a verdade essencial e imutável, vistas as consequências eminentemente discricionárias em termos de teoria da decisão.

Sob o aspecto mediador entre o mundo e o ser, a linguagem, nesse contexto, manifesta justamente a condição de possibilidade, abrindo portas para articulação de sentido da compreensão, no mais fundo potencial expressado pelo ser dos entes em geral. Trata-se de explicar, segundo Manfredo de Oliveira, o encontro entre o mundo e a subjetividade frente à pergunta sobre a possibilidade de qualquer dar-se (2015, p. 207).

Consoante o ponto de vista Lenio Streck, entretanto, o mundo da linguagem engloba, não somente o percurso da semântica instrumental e da técnica. Antes, encerra a corporificação da condição de conhecimento pela experiência, já que “as coisas e as entidades se manifestam em seu ser precisamente na linguagem”, de modo que esta “deixa de ser um instrumento de comunicação do conhecimento e passa a ser condição de possibilidade para a própria constituição do conhecimento”. Por conseguinte, “não há essências. Não há relação entre os nomes e as coisas. [...] Abandona-se o ideal da exatidão da linguagem, porque a linguagem é indeterminada. O ideal da exatidão é um mito filosófico” (2014, p. 243-244).

Aquilo que remanesce velado na obviedade do falatório cotidiano do mundo, na sua mais superficial revelação experimental da técnica sobre a linguagem instrumental, proscreve o fenômeno total da experiência – talvez a mais profunda fonte de saber sobre os seres – do texto e eventos linguísticos em geral. Esse esquecimento subtrai imediatamente o campo existencial de possibilidades do próprio sujeito (*Dasein*), desde-sempre, dotado de caráter compreensivo, em sua temporalidade como horizonte de sentidos articulado por sedimentação histórica.

Decerto, para que se tenha por concebida a norma jurídica, primeiramente ressoa indispensável aperceber-se de que ela não se iguala simplesmente ao texto dado em sua imediatez, na exata medida em que aquela consiste em produto justamente da pré-compreensão, interpretação e aplicação conferida ao próprio texto, diante dos fatos em sua manifestabilidade existencial. Efetivamente, quando pensamos ou falamos de aspectos atinentes à norma jurídica expressamos, na verdade, a ideia prática de interpretação, qual seja, “[...] fruto de um processo compreensivo que não se reduz à compreensão sintático-semântica do texto, mas envolve um contexto pragmático que é

muito mais amplo” (ABBOUD *et al.*, 2019, p. 455). Conseqüentemente, a norma espelha-se pelo resultado da própria aplicação do direito, abarcada temporalmente, aos incindíveis momentos da compreensão e interpretação ao receber um sentido pelo intérprete, numa operação unívoca, diante do evento textual.

A partir do viés da hermenêutica da faticidade e a questão da temporalidade trabalhadas em Heidegger, remansam ancoradas fortes razões para que se confirme a quebra radical do movimento científico delimitado na necessidade de aplicação de paradigmas metafísicos metodológicos, cuja experimentação repetitiva obstaculiza a realização do modo de ser próprio da compreensão. Para tanto, aquele filósofo vai se valer da descrição da linguagem fenomenológico-hermenêutica, ao invés de empregar, isoladamente, qualquer método científico preestabelecido, no propósito de desvelar o ser “sem sujeição à técnica metódica que conduz ao seu ocultamento na busca de um fundamento último” (SALGADO, 2000, p. 90). Enfim, em virtude do fato de a metafísica sempre interrogar apenas pelo ente – incorrendo inexoravelmente no esquecimento do ser que vibrantemente nele estremece –, Heidegger veementemente infirma a epistemologia científica decorrente do conhecimento individualista e categórico do sujeito cognoscente. Exatamente com essa luminosidade sobre a questão ontológica do ser, atingiu-se a conclusão de que “este somente pode ser pensado quando se parte da transcendentalidade do *Dasein*, isto é, quando se leva em consideração aquela dimensão que se abre em que misteriosamente o ser se revela no *Dasein*” (STRECK, 2014, p. 188).

Diante das obras de Heidegger publicadas após a primeira metade do Século XX, a perspectiva da linguagem hermenêutica surge como verdadeira condição de possibilidade, tornando presente o acontecer de uma radical transformação da própria hermenêutica no campo do conhecimento da filosofia considerada fenomenologicamente. Isso viabilizou o decaimento de, ao menos, três pontos fundamentais da hermenêutica clássica, a exemplo do uso restrito aos textos; prioridade da interpretação sobre a compreensão; e estrutura metodológica formal no processo interpretativo (IDEM, p. 263).

Graças a esta ruptura paradigmática da linguagem, Streck, evocando Stein, chama ainda atenção para as hipóteses aplicáveis da hermenêutica no terreno do direito, mormente sobre o papel dessa transformação existencial, pois “nós não temos mais um significante primeiro, que se buscava tanto em Aristóteles como na Idade Média, como ainda em Kant; significante primeiro que nos daria a garantia de que os conceitos em geral remetem a um único significado” (STEIN *apud* 2014, p. 259). Nesse aspecto, a quebra da articulação metafísica incessantemente revelada nas ciências em geral reflete imediatamente perante o modo de ser da técnica e prática forense, as quais sempre dependeram da pergunta acerca das condições de validade das expressões e significados legais no direito. Associando à figura de um sujeito operador (o intérprete) que saiba a tradução da essência fechada dos constructos, imagens e conceitos transmitidos ao longo da tradição forense, admite-se correntemente a captação de um conhecimento do sujeito racional deduzindo seu raciocínio, pela exegese, para se alcançar, todavia, a verdadeira essência hermeneuticamente total o sentido do direito posto.

Em resumo, significa dizer que, por meio da linguagem, o homem experimenta faticamente seu mundo e com ele se comunica existencialmente em seu descerramento imediato. A transcendentalidade da linguagem, de conseguinte, reporta-se a esta transmissão do passado herdado, culturalmente, historicamente, religiosamente, etc. adicionada a seus atributos, símbolos, imagens, sons e principalmente à fala escrita constante nos textos. Destarte, a compreensão, mediada pela linguagem, contempla algo que transcende a razão do homem; mas, todavia, compõe uma objetividade dissociada daquela manifestada nas ciências naturais. Ao inverso destas, a linguagem da experiência de mundo fornece acesso às coisas mesmas, e não transpõe o conhecimento por um processo linear e infalível. Por certo, o mundo que se revela e estrutura linguisticamente – visto não consistir unicamente em um objeto, mas na totalidade da experiência de mundo – reintroduz a percepção de que “em cada linguagem há uma relação imediata com a infinitude dos entes, que nela se desvelam” (M. OLIVEIRA, 2015, p. 240).

Diferença e similitude hermenêutica entre os papéis do historiador do direito e o jurista

Refletindo finalmente acerca da experiência da verdade circunstancial ou situacional, Gadamer, na obra *Verdade e método*, enfatiza o papel da história, constantemente contemplada no horizonte hermenêutico do direito. Acentuando o caráter constitutivo dos papéis exercidos por duas figuras – o historiador do direito e o jurista –, o autor antevê, primeiramente, a marca da atualização no instante realizada pelo jurista, por não lhe parecer

Não me pareceria suficiente limitar a tarefa do historiador do direito à “reconstrução do sentido original do conteúdo da fórmula legal”, e ao contrário, dizer do jurista, que “ele deve, além disso, pôr aquele conteúdo em concordância com a atualidade do presente da vida”. Uma tal delimitação implicaria afirmar que a competência do jurista é mais ampla, incluindo em si também a tarefa do historiador. [...] Como o historiador ele se movimenta numa contínua confrontação com a objetividade histórica para compreendê-la em seu valor posicional na história, enquanto que o jurista, além disso, procura reconduzir essa compreensão para a sua adaptação ao presente jurídico (2016, p. 428).

Desse modo, a diferença ontológica entre os dois papéis, diante do acontecer de um sentido jurídico e a reconstrução da sua objetividade histórica, exprime a crucial questão relativa ao instante da *applicatio* (aplicação do direito) para o jurista, momento atualizador e concretizador da lei. Na medida em que somente se atinge o sentido total do texto jurídico procedendo à sua intermediação com o presente, decorre como decisivo reavaliar a ideia ordinária difundida, na práxis forense, de que o sentido jurídico do texto legal conteria uma orientação unívoca e imutável. “É verdade que o jurista sempre tem em mente a lei em si mesma. Mas seu conteúdo normativo deve ser determinado em relação ao caso em que deve ser aplicado” (IDEM, p. 428).

Inarredavelmente, o conhecer a legislação envolve o fenômeno da pré-compreensão em todas suas direções, os conceitos prévios do jurista e à vinculação inexorável deste à tradição histórica. Porém, a linguagem meramente lógico-conceitual espelhada na lei revela o nível semântico mais superficial daquilo que é pré-compreendido, permanecendo aí um espectro ainda bem distante do

âmbito total de profundidade hermenêutico, emergente da própria ideia de justiça universal, invariavelmente carente de atualização histórica com o presente. A propósito, não se dispensa, peremptoriamente, a perquirição sobre o conteúdo histórico originário e tampouco a norma captada pelo legislador na etapa de criação da lei. Com efeito, a fase de elaboração legislativa traz ao sistema jurídico contornos delimitadores dos valores sociais de uma época, pinçados e elevados a seu critério, a partir dos fatos de ocorrência cotidiana tomados, então, como particularmente relevantes para o legislador.

Mas o que mais radicalmente interessa ao tema proposto neste breve ensaio está em perceber que, no cotejamento do exercício hermenêutico do jurista e a tarefa normalmente desencadeada pelo historiador do direito, repousa o caráter de ingenuidade correspondente ao trabalho meramente técnico-científico do historiador, quem, nada obstante detenha alguma consciência das premissas hermenêuticas do passado, vivencia sua pesquisa em sua delimitação metodológica e temporal específica. Todavia, segundo preconiza Gadamer, “na compreensão histórica é preciso deixar de lado os próprios conceitos e pensar unicamente como os da época que se trata de compreender” (IBIDEM, p. 513).

A propósito, o próprio Gadamer reafirma que a consciência histórica comumente conduzida pelas ciências traduz, equivocadamente, a edificação de sua compreensão de sentido sobre os fatos, ao desvencilhar o pensar historicamente, a partir da mera conversão dos conceitos do passado quando procuramos sobre eles raciocinar. Na realidade, a compreensão não parte arbitrariamente de um ponto de vista subjetivo do intérprete nem do historiador, pois “não há acesso imediato ao objeto histórico capaz de nos proporcionar objetivamente seu valor posicional. O Historiador tem que realizar a mesma reflexão que deve orientar o jurista” (IBIDEM, p. 430).

Em outras palavras, o que a hermenêutica propõe tanto para o historiador do direito quanto para o jurista, consiste na percepção de que os conceitos prévios, as expectativas e antecipações de sentido compõem a herança da tradição, da qual jamais nos desoneramos. Logo, em ambos os casos, em toda tentativa de conhecer o sentido originário do direito, as informações e dados históricos de

elaboração da lei, as mudanças circunstanciais havidas após sua publicação legislativa e os efeitos decorrentes ao longo do decurso temporal de vigência legislativa, sem dúvida, são relevantes. Não obstante, interessa notar que nunca nos desvencilhamos do horizonte histórico ao qual nos deparamos, de sorte que inexoravelmente a tradição empreende a força compreensiva no presente aparecendo como condição de possibilidade da própria compreensão.

Portanto, a busca pelo afastamento subjetivo do historiador, metodologicamente proposta pela ciência em relação aos fenômenos que vêm à fala, elimina a própria condição hermenêutica de conhecimento sobre aquilo que aparece em seu modo de ser mais originário, já que a perspectiva metafísica e científica visa controlar e preencher lacunas históricas sem deixar a interpretação realizar sua tarefa. Bem por isso, a mera constatação de dados e informações históricas constitui apenas meios de reconstrução de fatos do passado (ter sido), sem cotejo com a própria historicidade, cuja condição de possibilidade implica intermitentemente na atualização, no instante (presente) e antecipação do porvir (futuro). O que interessa ao historiador consiste no “conjunto da tradição histórica que ele deve mediar com o presente de sua própria vida, se quiser compreendê-lo. Com isso, ele mantém o conjunto da tradição aberto para o futuro” (IBIDEM, p. 446). Esses elementos, contudo, somente fazem sentido ao trabalho historiador a partir de um significado histórico frente à perspectiva de aplicação hermenêutica.

Considerações finais

Para alcançarmos efetivamente uma perspectiva de justiça da decisão com foco investigativo estruturado sob aspectos da temporalidade e na linguagem fenomenológica, neste breve ensaio buscamos a tomada de consciência acerca da influência de alguns elementos fundamentais da hermenêutica filosófica, cuja projeção espalha seus efeitos imediatamente à compreensão do intérprete, como antecipação de sentido. Paralelamente, restou revelado que o provimento jurisdicional justo – idealmente marcado pela confirmação de expectativas razoáveis em determinando tempo histórico e contexto de mundo – não se prende a um roteiro

metodologicamente preestabelecido, nem tampouco um modelo doutrinário-científico específico, ou mesmo pela observância de cânones hermenêuticos e formas fixadas legalmente.

Diante da imersão detida nas obras *Verdade e método*, de Gadamer, e *Ser e tempo*, de Heidegger, confirmamos que o horizonte histórico de mundo define para o ser-aí, de antemão, toda a abertura temporal de ser no mundo, a partir da qual se movimenta a compreensão dos sentidos fenomênicos, proporcionada pelo campo hermenêutico normalizante e normatizante de tradição encurtada, em vista da disposição conjuntural dos entes na totalidade. Conforme se percorre junto ao caráter hermenêutico expresso por ambos, denota-se que a compreensão constitui nada menos que o traço produtivo de ser no mundo, inexoravelmente de acordo com o horizonte histórico da tradição e com a temporalização dos modos de ser do intérprete.

Independentemente da observância quanto a cânones científicos categoriais, preestabelecidos com objetivo de efetuar a atualização e aplicação da lei, notamos a relevante marca segundo a qual o horizonte compreensivo já se dá antes mesmo do efetivo encontro com os eventos os quais interpretamos. Assim, a própria teoria heideggeriana contribui imensuravelmente nesse envolvimento compreensivo do projetar abrupto do *Dasein* em seu mundo, e coloca em jogo o pensar questionador mais radical acerca das aparências científicas pré-dadas, especialmente no contexto teórico da tradição metafísica e da epistemologia científica.

Levando às últimas consequências a temporalização dos modos de ser do homem, jamais se admite que a essência do seu ser seja concebida historiológica ou antropologicamente, de sorte a ser desconsiderado o fator temporal a cada vez que se é. Logo, a conquista mais originária do ser-aí acontece em meio à veemente interligação da sua constituição existencial segundo seu caráter histórico fundamental, superando-se o esquema cartesiano de sujeito-objeto, expresso por cisões analíticas de elementos teóricos. Possibilitando a reconstrução do pensamento jurídico científico e positivista, numa perspectiva filosoficamente produtiva, a diferença ontológica (entre ser e ente) nos possibilita a imediata compreensão sobre os entes na totalidade, independente de dualismos

metafísicos analíticos ou divisões jurídicas abstratas, a exemplo de fato e direito, texto e norma, vigência e eficácia.

Repensar a teoria da decisão judicial, de sorte a compatibilizar seus pressupostos teóricos de maneira filosófica, implica na mudança radical relativamente ao pensamento sobre os modos de ser do direito – diante do influxo reflexivo da filosofia hermenêutica e da fenomenologia ontológico-existencial. Portanto, de início, ficam rejeitadas delimitações mecânicas do positivismo jurídico, bem assim os demais teoremas dele originários, e até então aplicados, tanto na prática forense como na seara acadêmico-científica. Por isso, intentamos neste ensaio colocar em jogo o indispensável debate acerca da releitura sobre velhos conceitos e padrões argumentativos de sentido pré-dados e encrostados historicamente, os quais, desde sempre, reencontramos impensados, no seio significativo da linguagem marcada no cotidiano forense.

De outro vértice, a temporalidade, historicidade e finitude do homem quando articuladas no campo compreensivo do ente na totalidade, diversamente, impõe limites à multiplicidade de respostas discricionárias de acordo com o simples critério volitivo do julgador. Tal equívoco provocado, cotidianamente, todavia, por paradigmas solipsistas ainda presos a enunciados e argumentos prescritivos de controle científicos, bem como regras e cânones diretivos, os quais velam, por trás de seu discurso, a vontade de poder e arbitrariedade reproduzida pelo sujeito cognoscente. Nesse horizonte de absorção normatizante e normalizante do ser-aí, sobreleva escondido o ser do ente, até então, impedido de afinar a vibração de seu ser diante da faticidade: aquilo que se encontra pré-compreendido na experiência do fenômeno jurídico. Para Gadamer, o que realmente importa à hermenêutica jurídica habita, mais detidamente, na reflexão sobre a distinção entre hermenêutica do direito e o papel comumente realizado pelo jurista: “Querer renovar no plano da ciência moderna a velha verdade e a velha unidade das disciplinas hermenêuticas seria defender uma tese paradoxal” (GADAMER, 2016, p. 427).

Correspondendo a norma jurídica produto da interpretação e aplicação, releva notar que ela apenas surge, posteriormente, com o fato concreto, ou ainda a partir da hipótese imaginária

solucionada, momento no qual o horizonte de sentido histórico do intérprete funde-se com o do texto. Levando em consideração o processo unitário da aplicação, essa fusão de horizontes sucede em um só ato, acordo com aquilo que revela Gadamer (IDEM, p. 406): “a interpretação não é um ato posterior e ocasionalmente complementar à compreensão. Antes, compreender é sempre interpretar, e, por conseguinte, a interpretação é a forma explícita da compreensão.”

De fato, ao intérprete do direito recai a responsabilidade mais fundamental de recompor a equalização, na temporalidade do presente, dos conceitos, imagens, significados e fórmulas tradicionais afirmados e cristalizados repetidamente no cotidiano jurídico, ensinadas na e praticadas irrefletidamente no automatismo mediano do cotidiano forense. De certo, a reprodução superficial e impensada daquele conjunto de sentidos sedimentados no tempo imprime um ciclo de dominação do saber, por controle de métodos rígidos, cuja funcionalidade epistemológica obscurece a verdade mais originária dos fenômenos expressivos do direito.

Vista a incompatibilidade do panorama científico de enclausuramento sobre as normas jurídicas por via de esquematizações mecânicas, cálculos e métodos matemáticos, ou mesmo o esconder o real sentido de ser do texto em sua existência fática, entram em cena – como possibilidade fenomenológica no plano da filosofia do direito – os aportes descritivos da hermenêutica da faticidade. Trazendo à luz a percepção de que não há coisas em geral, a hermenêutica da faticidade exprime o modo de se dar a singularidade dos fenômenos e sentidos, em oposição a universalidades preconcebidas, que contêm todos os sentidos antecipadamente definidos, ocasionando, por certo, cisões indevidas, tal qual construídas no seio do positivismo jurídico entre texto e norma.

Mediante tal crítica junto à reiteração de digressões, argumentos e discursos preestabelecidos, procuramos desvelar o próprio desenho estruturado na retórica predominantemente empregada na cotidianidade da cultura jurídica. Afinando a compreensão junto à entrega e à escuta pelo diálogo, libera-se o aparecer mais originário do sentido dos seres que vêm ao encontro, oportunizando ao intérprete o pensar pela faticidade, cuja verdade repousa na vibração do caráter fático inerente ao

mundo concreto. Pensar o impensado, ouvir o falado, desobstruir camadas de sentido cristalizadas no tempo, tudo isso torna possível, pela primeira vez, reescrever hermeneuticamente o direito, retomando o acento da temporalidade entre passado, presente e futuro. Aliás, o elemento unitário dessa temporalidade coloca sempre em questão o próprio contexto situacional do Estado Democrático de Direito, cujo modo de ser é matizado existencialmente no contexto de solidariedade igualitária da Constituição da República de 1988, cuja resignificação de sentidos entrelaça a experiência fenomenológica de ruptura com o velamento da verdade marcado no positivismo em suas mais variadas formas.

Portanto, a discussão envolve temporalmente tanto o sido, a atualidade e o porvir do fenômeno do direito na contemporaneidade, como elementos unificados do modo de ser no tempo para o intérprete. Os projetos de sentido enlevados na compreensão do hermeneuta vão encontrar guarida exatamente nesse horizonte temporal, no qual, irredutivelmente, já pré-compreendemos os eventos jurídicos de acordo com a herança histórica do passado; no mesmo passo, ao interpretar, estamos atualizando, no instante, o significado de mundo junto à conformação do ter sido; e, assim, imediatamente projetamos essa mesma interpretação ao futuro, numa antecipação de sentido do porvir.

Referências bibliográficas

ABBOUD, Georges; GARBELLINI, Henrique; OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. **Introdução ao Direito**. Teoria filosofia e sociologia do direito. 4. ed, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

CASANOVA, Marco Antonio. **Compreender Heidegger**. 5. ed., 1. reimp. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Nada a caminho**. Impessoalidade, nulismo e técnica na obra de Martin Heidegger. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Mundo e Historicidade**. Leituras Fenomenológicas de Ser e Tempo. Existência e mundaneidade. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Via Verita, 2017.

FLICKINGER, H.-G. O fundamento ético da hermenêutica contemporânea. **Veritas**. Porto Alegre, v. 48, n. 2, 2003, p. 169-179.

GADAMER, Hans-Georg. A universalidade do problema hermenêutico. In: GRODIN, Jean (Org.). **O pensamento de Gadamer**. São Paulo: Paulus, 2012.

_____. **Verdade e Método**, traços fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução revisada e apresentação de Márcia Sá Cavalcante. 10. ed., 7. reimp. Petrópolis: Vozes, 2020; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

_____. **Contribuições à filosofia: do acontecimento apropriador**. Tradução de Marco Antônio Casanova. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Vérita, 2015.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

OLIVEIRA, Paulo C. **Filosofia do direito e hermenêutica filosófica**. Do caráter hermenêutico da filosofia do direito. Tese de Doutorado. UFMG (Faculdade de Direito), Belo Horizonte, 2017.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 2015.

REIS, Róbson Ramos dos. Heidegger: origem e finitude do tempo. **Dois pontos**. Ago. 2005, v. 1, n. 1, p. 99-126.

_____. Heidegger: a transcendência como jogo. **Praxis Filosófica**. jan. 1999, v. 10, n. 11, pp. 341-353.

ROHDEN, Luiz. **Hermenêutica**. Entre a linguagem da experiência e a experiência da linguagem. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

SALGADO, Joaquim Carlos. Semiótica estrutural e transcendentalidade do discurso sobre a justiça. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**: Belo Horizonte, n. 37, 2000.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

_____; LEPPER, Adriano Obach; TASSINARI, Clarissa. O problema do ativismo judicial: uma análise do caso MS3326. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. UniCeub, Brasília, v. 5, 2015, p. 52-61,

_____. **Verdade e consenso.** Constituição, hermenêutica e teorias discursivas: da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

WERLE, Marco Aurélio. A angústia, o nada e a morte em Heidegger. **Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia.** Marília/SP, 2003. v. 26, n. 1.

A internacionalização das notícias e o periódico *O Correio Paulistano* na cobertura da Revolução Russa

The internationalization of news and the periodical *O Correio Paulistano* covering the Russian Revolution

Iamara Andrade Sampaio

Doutoranda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

iamarandrade53@gmail.com

Recebido em: 31/10/2021

Aprovado em: 05/12/2021

Resumo: O objetivo desse artigo é apresentar como a imprensa empresarial brasileira divulgou os principais acontecimentos da Revolução Russa entre setembro e outubro de 1917, marcados pela ascensão dos bolcheviques numa conjuntura brasileira de intensa agitação social, grandes ações grevistas e realinhamento republicano dos grupos dominantes. Para tanto, foi realizada uma análise temática de conteúdo por meio do Software NVivo das notícias sobre a Revolução Russa publicadas pelo jornal *O Correio Paulistano* no contexto da modernização da imprensa de “grande tiragem” cujo marco é a cobertura internacional da Primeira Guerra Mundial. A hipótese inicial é que os jornais brasileiros construíram representações que atuaram na elaboração das análises e perspectivas sobre a experiência histórica da Revolução Russa cujos elementos contribuíram na formação de uma ideologia anticomunista que permeia a visão social sobre a Rússia e seu processo histórico revolucionário.

Palavras-chave: Notícias Internacionais; Revolução Russa; Jornal *O Correio Paulistano*.

Abstract: The purpose of this article is to present how the Brazilian business press reported the main events of the Russian Revolution between September and October 1917, marked by the rise of the Bolsheviks in a Brazilian situation of intense social unrest, major strike actions, of republican realignment of the dominant groups. To this end, a thematic content analysis was carried out using the NVivo Software of news about the Russian Revolution published by the newspaper *O Correio*

Paulistano in the context of the modernization of the “large circulation” press whose landmark is the international coverage of the First World War. The initial hypothesis is that Brazilian newspapers built representations that acted in the elaboration of analyzes and perspectives on the historical experience of the Russian Revolution, whose elements contributed to the formation of an anti-communist ideology that permeates the social vision of Russia and its historical revolutionary process.

Keywords: International News; Russian Revolution; *O Correio Paulistano* Newspaper.

Introdução

O jornal pertence à rede de informações que começou a tecer-se em torno de nosso globo no século passado e o envolve num fluxo imaterial em perpétua modificação. Uma rede que não impõe ao mundo apenas uma interpretação hegemônica dos acontecimentos, mas a própria forma do acontecimento (MOUILLAUD, 2002, p.32).

A utilização do telégrafo desde a década de 70 do século XIX permitiu a atualização constante e rápida das notícias de um mundo antes longínquo e desconhecido que se tornou próximo e visível. Depois desse equipamento, as agências de notícias atuavam para tornar o mundo mais compacto numa rede de jornais desde a fundação em 1835 da pioneira francesa *Havas*, seguida pela nova-iorquina *Associated Press* (AP) de 1846 e depois, pela concorrente londrina, *Reuters* (1851)¹.

Pedro Aguiar (2015, p.22) compreende que a gênese histórico-espacial das agências de notícias está relacionada com o caráter de nascimento dessas últimas enquanto um “setor empresarial da comunicação”. Pois, visava atender uma “demanda específica do capital por informação de origem internacional”, produzida no processo inicial da industrialização no qual se destacavam a França, Reino Unido, Prússia e Estados Unidos.

¹O Brasil entrou em 1874 nessa malha dos serviços telegráficos das agências europeias com jornais publicando em primeira página os telegramas internacionais. Na América Latina foi estabelecido o controle da *Havas* e *Reuters* em 1874, logo em seguida a agência francesa garantiu o monopólio até a década de 1930. As três grandes agências do século XIX – *Havas*, *Reuters* e *Wolff* – para reduzir os custos de instalação das redes telegráficas e preservar os respectivos monopólios informacionais iniciaram em 1856 uma série de acordos que resultaram na formação de um cartel europeu das agências com combinação de tarifas, normas de operação e territórios de exclusividade. (MOLINA, 2015; AGUIAR, 2015).

A imprensa brasileira, no período entre 1917 e 1918 estava inserida num contexto de ajustes do regime republicano para adequação aos interesses das facções oligárquicas regionais, a pressão social do movimento operário e uma economia vulnerável às crises cíclicas da exportação do café, apesar do crescimento da industrialização, agora suscetível aos problemas provocados pela substituição de importação decorrentes da Primeira Guerra Mundial².

Luiz Alberto Moniz Bandeira (2017) demonstrou em sua obra “*O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*” como a Revolução Russa ocupou um espaço destacado na imprensa brasileira através de reportagens, análises e controvérsias com fortes impactos no movimento de elaboração do protoanticomunismo no Brasil³.

O Brasil acompanhou a queda do czar e a derrocada de Alexander Kerensky pelas retinas de agências internacionais de notícias, como a Havas, United Press, entre outras. A imagem que elas projetavam da Revolução Russa era a imagem negativa que as altas de finanças de New York, Londres e Paris tinham da tomada do poder por Lenin e Trotsky, em Petrogrado (BANDEIRA, 2017, p. 221).

As distintas recepções do processo revolucionário russo nas Revistas Ilustradas brasileiras (*Careta*, *Fon-Fon*, *O Malho*, *Eu Sei Tudo*, *A Leitura para Todos* e *Revista da Semana*) foram analisadas em capítulos do livro “*Russos em Revista*” onde é possível verificar a produção e circulação do imaginário sobre a Revolução Russa com personagens associados a “desordem, banditagem, deserção das

²A intensificação das exportações brasileiras para os países beligerantes entre 1915 e 1917 promoveu graves problemas de desabastecimento e o aumento vertiginoso dos preços dos alimentos que resultaram no avanço da fome. Esse quadro acirra-se ainda mais com a orientação da diplomacia brasileira de aproximação com Washington em outubro de 1917 e a declaração de guerra à Alemanha. Aldrin Castelucci (2019, p.265-266) comparou as greves gerais em Salvador, Recife, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro entre 1917 e 1919 e percebeu que elas possuíam em comum as condições dos trabalhadores vivendo em “profunda deterioração das condições de trabalho e de vida em função da Primeira Guerra Mundial”.

³Rodrigo Patto Sá Mota (2000, p.4-7) considera que foi após a ascensão dos bolcheviques e a formação do Estado soviético que o “anticomunismo tomou formas definitivas e consistentes”. E foi a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. Na interpretação de Rodrigo Patto (2016), o anticomunismo em sua essência é um fenômeno de direita, constituído por alguns valores básicos como: a moralidade cristã, propriedade sagrada e a pátria “una e indivisa”. Além disso, também se caracteriza por uma heterogeneidade ideológica que possibilitou a unificação de grupos e líderes políticos de diferentes tradições de direita (liberais, conservadores, fascistas, nacionalistas) e o que foi mais decisivo para o golpe civil-militar de 1964: unificou as corporações militares. Portanto, o anticomunismo foi uma bandeira que alinhou grupos sociais e instituições de diferentes valores e projetos para derrotar os projetos de esquerda que surgiam como ameaças ao status quo.

trincheiras de guerra e as defensoras heroicas do novo regime” com ressalvas aos perigos das “mulheres liberadas” tendentes à “infidelidade e ao adultério”. Assim, a atuação dessas revistas é considerada como parte do circuito produtor e retroalimentador de estereótipos partilhados por uma rede de jornalismo internacional anticomunista.

Como os cangaceiros, também considerados bandidos violentos, os bolchevistas eram caracterizados como sanguinários, pois nenhuma violência perpetrada pelo cangaceiro seria suficiente para torná-lo um representante da causa soviética. Percebe-se o nascimento do imaginário anticomunista nas páginas das revistas ilustradas do Brasil republicano.

Ao fim e ao cabo, são os comunistas russos assassinos de crianças, mulheres e padres. Eis aí o protoanticomunismo e o que será construído em termos de imaginário nas cartilhas anticomunistas produzidas pelo Brasil afora ao longo de todo o século XX, divulgando a ideia de que eram “comedores de criancinhas” (MAIA; CARDOSO e SANTOS, 2018, p.65).

A possibilidade de transformar as notícias sobre a Revolução Russa nos impressos em fontes para analisar as representações como uma força social criadora de visões de mundo está referendado no conceito de Roger Chartier (1991) sobre representações enquanto formas de percepção e classificação da organização social, assim como práticas construtoras de um mundo social próprio. Diante disso, o “texto” corresponderia a uma representação produzida por um setor social capaz de persuadir seus leitores da correspondência entre o que representam e o real.

A metodologia utilizada no estudo das notícias sobre a Revolução Russa no *Correio Paulistano* entre setembro e outubro de 1917 desenvolve os princípios da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2009) como um conjunto de instrumentos metodológicos sutis em aperfeiçoamento constante, interligados por um fator: a dedução pela inferência.

Na explicação de Laurence Bardin (2009), a inferência é o procedimento intermediário que permite a passagem entre a descrição (enumeração e resumo das características do texto) e a interpretação (significação concedida a estas características). A autora elenca algumas inferências importantes: concepções ideológicas de uma sociedade, imagens, clichês e arquétipos culturais,

sistema de crenças, estereótipos sociais, representação de tipos e papéis sociais (homem, mulher, rico, pobre, negro, branco, jovem, idoso, etc.).

Bardin (2009) em seu mencionado método propõe cinco etapas, nas quais delineamos o tratamento das notícias na pesquisa aqui desenvolvida, são elas: organização da análise, codificação, categorização, inferência e tratamento informático. Na primeira etapa estaria o contato inicial com os documentos, momento da “leitura flutuante” das notícias sobre a Revolução Russa que permitiu inventariar os textos jornalísticos realizando um levantamento dos elementos do conteúdo e em seguida classificá-los por grupos temáticos mais gerais, de acordo com a relevância da sua presença e frequência nas páginas do jornal *O Correio Paulistano*⁴.

Proponho a análise temática como método para identificar as tendências dos textos das notícias da Revolução Russa e assim identificar o conteúdo jornalístico para investigar a forma como a imprensa brasileira acompanhou esse acontecimento entre setembro e outubro de 1917.

O software NVivo foi utilizado como recurso para realização da análise temática devido a sua capacidade de fornecer instrumentos diversificados a pesquisa qualitativa, e principalmente por otimizar e enriquecer os procedimentos necessários na visualização dos resultados em um banco de dados virtual⁵.

A modernização dos periódicos empresariais brasileiros no início do século XX

De acordo com Tânia de Luca (2008, p.149), a expressão “grande imprensa” é uma “forma genérica e imprecisa para designar títulos” que, num contexto histórico, se caracterizam por serem os mais significativos nos aspectos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.

⁴O jornal *O Correio Paulistano*, fundado em 1854, na cidade de São Paulo, é caracterizado por Werneck Sodré (1999, p.187-189) como um jornal inovador em suas mudanças e escolhas que apesar de seus intervalos liberais se enquadra no grupo conservador do jornalismo brasileiro.

⁵O NVivo oferece uma estrutura de codificação que possibilita análises e explorações cruzadas em temas e subtemas, permitindo “sobreposições e interseções” entre elas e proporcionando consultas comparativas no material codificado para apresentar “tipos específicos de associações entre itens de pesquisa” (MOZZATO; GRZYBOVSKI; TEIXEIRA, 2016).

Marialva Barbosa (2013, p.194-195) denomina de “imprensa de grande tiragem” aquela cujo desenvolvimento promoveu “transformações nas práticas e processos comunicacionais no alvorecer do século XX”, os jornais popularizados a preços baixos apresentavam informação e diversão, riqueza de ilustrações, publicações de marchinhas e músicas de carnaval, palpites de jogo do bicho, dentre outras estratégias para conquistar o grande público⁶.

Na primeira década do século XX, os novos métodos de impressão e os avanços fotoquímicos já produziam mudanças nas primeiras páginas dos jornais. Tornavam-se lugares privilegiados de profissionalização para os “artífices da palavra e iconografia”, bem como para a vida intelectual. Tânia de Luca (2011) na análise da “grande imprensa” brasileira na primeira metade do século XX, ressalta que a mudança fundamental foi o “declínio da doutrinação em prol da informação, aspecto facilitado pelas agências internacionais e redes de sucursais dos principais diários no país e exterior”.

Consagrou-se a ideia de que o jornal cumpria a nobre função de informar ao leitor o que se passou, com rigoroso respeito “à verdade dos fatos”. Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico, cultural e educacional, ademais da estreita vinculação que os diários continuaram a manter com o mundo da política (LUCA, 2011, p.153).

Os jornais diários criaram “fábricas de notícias” para conquistar além do público, a publicidade e o poder, a partir da modernização de diversas cidades, inovações tecnológicas,

⁶O conceito de “imprensa de grande tiragem” corresponde às características de modernização dos jornais diários na busca da ampliação e realização dos seus objetivos financeiros. A proposta historiográfica de Marialva Barbosa (2013, p.194-196) caracterizando como construção de “fábricas de notícias” as mudanças na conquista de “público, publicidade e poder” explica um período de transição da estrutura desses jornais nos grandes centros urbanos, chamado de território midiático comum devido aos novos modos comunicação, principalmente durante as duas primeiras décadas do século XX. A pesquisadora associa o surgimento das novas tecnologias comunicacionais (telégrafos, telefones, máquinas linotipos, máquinas impressoras, máquinas fotográficas e máquinas de escrever) com as mudanças na forma de “fazer jornal”. No cenário geral da imprensa brasileira estava inserido também os periódicos operários com seus aspectos diferenciados de uma imprensa colaborativa cuja finalidade não era o consumo lucrativo da informação. Dessa forma, as notícias produzidas sobre a Revolução Russa possuem formatos distintos entre os periódicos da “imprensa de grande tiragem” e aqueles produzidos por grupos operários. Nesse artigo a proposta é compreender a abordagem inicial do *Correio Paulistano*, entre os meses de setembro e outubro de 1917, periódico cujas especificidades estão dentre aquelas descritas por Marialva Barbosa como “imprensa de grande tiragem”. Esse último conceito proporciona uma abordagem histórica específica das transformações do jornalismo nesse âmbito da fabricação das notícias. Mas, ele pode ser utilizado de forma intercambiável com as ressalvas apresentadas por Tânia de Luca ao conceito de “grande imprensa”.

editoriais e gráficas. Os jornais ainda não possuíam a concepção de editorial, mas mudaram o teor das notícias e a forma de distribuição nas páginas com colunas fixas para informação que não mais se confundiam com o editorial. Na busca pela ampliação do número e diversificação do segmento de leitores, eram valorizadas as notícias policiais e o folhetim⁷.

Tânia de Luca (2008, p.157) identifica que a “grande imprensa” disputava um círculo diminuto de leitores, mas eram esses uma fonte de recursos, prestígio e legitimidade para as ideias defendidas nos seus exemplares. Portanto, as mercadorias especiais vendidas pelos jornais poderiam mobilizar e levar à ação política, por isso “deveria infundir confiança nos que percorriam suas páginas”. Conquanto que os jornais da “grande imprensa” se constituíam no “mundo dos negócios”, Luca esclarece que ainda eram um “espaço privilegiado de luta simbólica”, onde “diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo”⁸.

O periódico *Correio Paulistano (CP)* publicado entre 1854 e 1963 foi fundado por Azevedo Marques, ex-gestor da tipografia do órgão oficial do Partido Liberal, no início da sua administração priorizava a divulgação de atos oficiais, notícias do interior e de outras Províncias, não se vinculava a partido político, mas também não apresentava grandes discussões nas suas páginas.

De acordo com Ângela Thalassa (2007) na segunda metade do século XIX, o jornal *CP* se dividia entre os grupos liberais e conservadores, chegando a ser contratado para publicar atos da Assembleia Provincial. O fim desse período levou a uma crise financeira, aprofundada pela redução

⁷No final do século XIX, o folhetim designava o espaço geográfico no jornal no qual se publicava principalmente romances literários. Nelson Werneck Sodré (2011) caracteriza o período vivenciado pela “grande imprensa” entre o século XIX e XX como a transição da fase artesanal para industrial num contexto internacional de mudanças no que se refere à estrutura tecnológica (linotipo, prensas elétricas, máquina de datilografar) e no que tange ao caráter jornalístico, que se voltava para a publicidade e ao discurso da “imparcialidade” que substituiu gradativamente o formato anterior panfletário de projetos políticos (partidários ou não) na busca do aumento do público leitor e do número de anunciantes.

⁸Nas primeiras décadas do século XX, o jornalismo brasileiro possuía dois modelos, o londrino, representado pelo jornal *The Times* e o parisiense, exemplificado pelo *Temps*. Dúnya Azevedo (2007) identifica que nesse jornalismo internacional se inspiraram os periódicos brasileiros para utilizar o avanço das técnicas, como fundição mecânica de tipos metálicos e o surgimento das tituleiras, na renovação do design gráfico com produção de letras maiores e variáveis, proporcionando o destaque nos títulos, o aumento do número de chamadas de matérias desenvolvidas em uma página do miolo do jornal. O *CP* apresentava um dos mais sofisticados designs gráficos entre o final dos anos 10 e início dos anos 20. Isso pode ser verificado no título em caixa alta com estilo moderno, negrito, linhas com espaçamentos variados, títulos e subtítulos identificados, presença de imagens e coluna estilisticamente separadas.

do consumo de jornal. Diante desses problemas, o *CP* aderiu ao Partido Conservador e voltou a receber subvenção do governo, com o que pode retomar a impressão diária.

Assim, entre 1858 e 1882, houve uma reorganização do *CP*, contratação de uma equipe para o trabalho tipográfico e administrativo com abertura de escritório permanente para recebimento de anúncios. Em 1863 substituiu o prelo de pau movido à mão escrava pela Alauzet, primeira máquina de aço da imprensa paulista, uma impressora plana que imprimia ambos os lados das folhas automaticamente com a qual o *CP* sobe inicialmente sua tiragem anual de 450 para 850 exemplares.

Logo após a proclamação da República, o *CP* foi adquirido por um grupo de republicanos que o tornou órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP) até 1955.

A redação viveu talvez seus melhores momentos: Wenceslau de Queiroz era o primeiro secretário, auxiliado pelo cronista Paulo Prado, o folhetinista Ezequiel Freire e Américo de Campos Sobrinho. A presença de Paulo Prado no jornal, 32 anos antes da Semana de Arte Moderna, nos dá as primeiras pistas da ligação entre o *Correio Paulistano* e os artistas modernistas. A tiragem que permanecia em 850 exemplares, subiu para 1.800 até rapidamente chegar a 8.500 (THALASSA, 2007, p.38)⁹.

O *Correio Paulistano* foi exemplo das mudanças em curso na caminhada para o século XX e estava no pioneirismo da publicação diária em São Paulo com instalação de oficinas a vapor, edição das segundas-feiras, impressão em máquina rotativa, lançamento em grande formato, uso de clichês e contratação de fotógrafos. Além disso, foi o segundo a usar linotipos e o terceiro a completar um século em circulação no Brasil (THALASSA, 2007).

Em 1917 apresentava os seguintes preços convertidos em real: R\$5 para o número do dia, R\$10 ao número atrasado, assinatura anual era R\$1.20, semestral de R\$0.70, anual para o exterior de R\$3 e semestral de R\$1.75. A publicação possuía dez páginas, oito colunas, a última página era

⁹A autora analisa em sua pesquisa que a presença de Paulo Prado, representante da oligarquia paulista dos anos de 1920-1930, filho de Antonio da Silva Prado, “grande mecenas que possibilitou o evento modernista de 22”, foi um dos elos importantes que explica o desempenho do *CP* na cobertura jornalística da Semana de Arte Moderna, além da presença de Menotti del Picchia na redação do jornal desde os primeiros anos da década de 10. O *CP* foi o único jornal da grande imprensa paulista que acolheu o movimento modernista que mesmo sendo considerado posteriormente como um traço artístico da ascensão burguesa foi alvo de fortes críticas em jornais como *O Estado de São Paulo*, *A Gazeta*, *Jornal do Comércio* e *Folha da Noite*.

dedicada exclusivamente à publicidade (lojas, importadoras, costureiras, alfaiates, assinatura de revistas, remédios, fotógrafos, loterias e programação teatral). As primeiras páginas e suas respectivas colunas eram divididas entre os seguintes temas: Conjuntura Internacional (Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa), Política Nacional e Cultura¹⁰.

Os relatos da Revolução Russa na cobertura internacional do jornal *O Correio Paulistano* entre setembro e outubro de 1917

Todd Chretien (2017, p.5) considera os seguintes os fatores que colocavam o Império Russo muito à frente de qualquer outro lugar do mundo no inverno de 1916-17: “a profundidade da crise social, econômica e militar na Rússia, somada à consciência política e organização da classe trabalhadora (em conjunto com as crescentes revoltas entre os soldados, camponeses, estudantes, e nacionalidades oprimidas)”.

Lars Lih (2017), historiador canadense, explica como a dissolução da dinastia Romanov deixou a Rússia sem uma autoridade soberana geral reconhecida, ou seja, sem um “*vlast*” que no sentido pleno em russo significa “controle pleno das forças armadas e possuidor de legitimidade, missão e base social”¹¹.

As linhas de forças fundamentais de 1917 foram estabelecidas durante os eventos de 27 de fevereiro (calendário russo) porque neste dia houve o colapso do “*vlast* czarista histórico” e em seguida o Soviete de Petrogrado formado por intelectuais socialistas, representantes de fábricas e soldados lançou a Ordem Número Um. E esse ato atribuiu ao Soviete o controle sobre as Forças

¹⁰As conversões dos valores em moedas da época foram realizadas por calculadora disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 02/05/2021.

¹¹As pesquisas de Lars Lih sempre trazem ricas e importantes notas de tradução e explicação histórica de termos e conceitos russos. Neste, explica que não podemos fazer uma tradução literal de “*vlast*” como “power” em inglês porque não atende completamente ao sentido de autoridade soberana caracterizada por ser possuidora do direito à decisão final, da capacidade de tomar decisões e verificações das suas implementações.

Armadas, a lealdade e confiança dos soldados pela defesa da democratização e formação de comitês de soldados¹².

O Governo Provisório formado por uma elite de políticos liberais tentou exigir para si um “tipo de legitimidade para continuidade e transmissão legal do poder”, mas era uma “reação à criação do soviete”. Outra dificuldade era o desequilíbrio entre as classes da elite, o que as enfraquecia ainda mais quando confrontadas com o Soviete de Petrogrado na forma de um “ativo *vlast* soviético”. Contudo, o Governo Provisório recebeu apoio das lideranças socialistas moderadas do Soviete, cuja visão era de “manter os elementos mais progressistas da elite ao lado da revolução”¹³.

Na compreensão da dinâmica institucional urbana do novo governo russo, Lars Lih (2017) argumentou ter sido o conflito político de 1917 conduzido por uma “constituição tácita” onde a maioria dos sovietes possuíam a “palavra final” em termos de programa e pessoal. Nesta perspectiva, as variadas crises políticas de 1917 (março, abril, julho, agosto e outubro) foram superadas quando a autoridade do Soviete publicizava sua vontade porque ela possuía o verdadeiro controle da força coercitiva. Dessa forma, identificar como “poder dual” significa “múltiplo poder” equivalente a nenhum *vlast*, mas ele estava ativo e com os sovietes.

Dadas as circunstâncias, a verdadeira questão era: poderia o programa soviético ser realizado através de uma parceria sincera com os reformistas da elite; ou a distância

¹²O Soviete de Petrogrado implementou suas primeiras medidas em 1917 com a chamada “Ordem nº1” para ser executada pelos homens nas guardas, exército, artilharia e marinha e ao conhecimento dos operários de Petrogrado. Esse decreto estabelece que os representantes dos departamentos militares e das comitativas navais seriam eleitos a partir dos membros das unidades, subordina as ações políticas das unidades militares e das ordens da Comissão Militar da Duma do Estado ao Soviete, entrega a distribuição e o controle das armas aos comitês das companhias e batalhões. E garante aos soldados os direitos comuns aos cidadãos fora de serviço e de formação, com o cancelamento do cumprimento e das saudações obrigatórias. A Ordem nº1 subverte a hierarquia militar ao estabelecer o Soviete formado por uma representação eleita como a autoridade de comando e de controle dos armamentos, retirando a força militar do Governo Provisório e os privilégios dos oficiais. Além de romper com a imposição da disciplina militar na vida pública e privada dos soldados (FERRO, 1971).

¹³Lars Lih (2017) identifica que um “*vlast* efetivo” precisaria ao menos de: 1. Um senso de missão – que poderíamos chamar de legitimidade; 2. Uma exigência plausível de legitimidade e indutora de lealdade, uma legitimidade; 3. Um monopólio dos meios legítimos de coerção; 4. Habilidade para eliminar rivais; 5. Um programa de longo alcance para captar os problemas nacionais essenciais da ordem do dia; 6. Uma classe política ampla para cumprir o papel que a *dvorianstvo* (nobreza) cumpria no czarismo. 7. Um aparato administrativo capaz de transmitir a vontade do *vlast* central por todo o país. O “*vlast* soviético embrionário” estabelecido em fevereiro foi progressivamente adquirindo essas características, primeiro em 1917 e em seguida durante a guerra civil. Por outro lado, o Governo Provisório foi se tornando um “*vlast* fantasma” cujo momento final foi a perda do apoio dos líderes moderados dos sovietes.

entre elite e naród em questões tão fundamentais como a guerra, a questão agrária e a regulação econômica era grande demais para ser superada? Os Bolcheviques rotularam essa tentativa de parceria entre classes de *soglachátelstvo* – um termo, em geral, equivocadamente traduzido como “conciliação” ou (pior) “compromisso”, mas que pode ser traduzido de uma maneira muito mais direta como “acordismo”. Então, a questão anterior ao eleitorado soviético era: seria viável o acordismo? Sim, poderia ser melhor trabalhar com a elite do que contra ela, mas isso significa que deveríamos abrir mão dos objetivos da revolução? (LIH, 2017, p.7).

As respostas vindas do povo estavam em dois grandes grupos: os ni-nis (nem-nem), “nem Lênin, nem Kornilov” e sim o trabalho conjunto de “pessoas sensatas de ambos os lados” contra os ili-ílis (ou-ou): é preciso escolher entre representantes da elite e da constituinte dos sovietes, caso contrário haveria um *vlast* falido. E para evitar essa crise do *vlast* as alternativas eram: ou um governo apenas com os partidos dos sovietes, ou se elimina o sistema dos sovietes como uma força nos assuntos nacionais.

Para a segunda opção, duas estratégias foram experimentadas: o golpe duro e o golpe brando. A tentativa de golpe duro realizada pelo General Kornilov no final de agosto pode ser considerado como uma “aventura despropositada”, já que, a lealdade das forças armadas estavam com os sovietes. O golpe brando com estratégia diferenciada: criar outro *vlast* de força nacional, enquanto pedia aos sovietes para se retirarem voluntariamente, a exemplo dos experimentos à Conferência Democrática e o Pré-Parlamento, durante o outono. Enquanto isso, a Assembleia Constituinte tornava-se a prioridade da busca pelo golpe brando, isto é, de “induzir o poder soviético a se curvar com graça” (LIH, 2017, p.6).

O eleitorado soviético realizou sua decisão em setembro ao proporcionar novas maiorias nos sovietes de Moscou e Petersburgo legitimando seu apoio por um “governo totalmente soviético e antiacordista”, evidenciando ser esse a indicação do Segundo Congresso dos Sovietes. O dilema passou a se voltar para a capacidade de sustentação da constituição tácita e se a nova maioria soviética possuía capacidade de controle das políticas governamentais e seu pessoal. Lih (2017, p.6-7) concluiu que embora seja comum identificar a Revolução de Outubro com a época em que os sovietes derrubaram o Governo Provisório, sua compreensão desse momento é o inverso, o

Governo Provisório foi incapaz de derrubar os soviets. Enquanto isso os soviets também atribuíram a liderança política ao partido bolchevique, a única força política organizada disposta e capaz de garantir o poder soviético.

O *Correio Paulistano* em setembro começou com um telégrafo de Londres relatando uma entrevista de Kerensky em defesa do retorno da pena de morte para “restabelecimento da disciplina no exército”. E se justifica dizendo que “essa resolução muito me entristece e repugna minha consciência, porém desde que assim o exige a salvação da pátria, mandarei matar, sem hesitação, conservando o coração tranquilo”¹⁴.

“As mulheres ganham uma vitória na Rússia”, título de um dos cinco telégrafos do dia primeiro de setembro anuncia que o governo havia autorizado a “admissão de mulheres a todos os postos do funcionalismo público, nas mesmas condições em que neles se achavam os homens”.

O impacto da Primeira Guerra Mundial foi decisivo para aumentar o peso econômico e político das mulheres em todo o mundo. Na Rússia a guerra destruiu famílias e modificou a vida das mulheres, com ausência de milhões de homens pelo deslocamento ao front, ou mesmo feridos e mortos. As mulheres russas, por sua vez, passaram a trabalhar a terra sozinhas, chefiar os lares e

¹⁴A análise jornalística sobre os impactos da Revolução Russa no mundo demonstrou que a maior inquietação era a ameaça aos objetivos dos aliados na Primeira Guerra Mundial. Por isso, o Governo Provisório é apresentado como “responsável” e o Conselho de Operários e Soldados como promotores da “anarquia” no sentido de “desordem social”. Além dos rumores sobre conspirações golpistas, a reivindicação por independência em várias regiões era crescente e passava de “grave para desesperadora” a situação alimentar em Petrogrado diante do crescimento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Também se enfrentava o avanço da ocupação de terras pelos camponeses de forma “violenta e contundente” num processo de ruptura com os zemstvos, as organizações locais dos governos provisórios. As deserções nas fileiras do exército cresciam e se fortalecia a aproximação dos soldados aos bolcheviques. No mês de setembro, a guerra camponesa permanecia em ascensão, aldeãos saqueavam propriedades ao lado de soldados e desertores e cresciam destruições e roubos. Nas cidades, greves mobilizaram nas ruas, trabalhadores qualificados, os não qualificados, os de hospitais e os de escritórios. A Guarda Vermelha enfrentava as milícias governamentais, bandos famintos invadiam as casas em busca de comida, lojas de bebidas eram saqueadas, cresciam os assaltos e assassinatos. A Conferência Democrática foi aberta no dia 14 de setembro em Petrogrado e mesmo com uma maioria de moderados entre Socialistas Revolucionários e Mencheviques, a resolução dos Bolcheviques era de pressionar para um governo socialista consensual até o segundo dia da Conferência quando receberam duas cartas de Lênin, nas quais rompia com suas orientações conciliatórias. O líder exilado em terras finlandesas avaliava que após a conquista da maioria nos soviets de Petrogrado e Moscou, os bolcheviques poderiam e deveriam tomar o poder estatal. Lênin também acreditava que a agitação no exército e na sociedade alemã era uma demonstração de que as condições amadureciam na Europa para a revolução e a revolução na Rússia seria um grande impulso, além de que a possível ocupação alemã de Petrogrado ameaçava retirar a chance única dos bolcheviques (MIÉVILLE, 2017, p.240-242).

integrar a força de trabalho urbana. Elas eram 26,6% da força de trabalho em 1914 e quase metade (43,4%) em 1917, sendo que estavam empregadas na produção de linho, seda, algodão, lã, cerâmica, papel, além da metalurgia onde representavam 18% (TRUDELL, 2007)¹⁵.

Jane Mcdermid e Anna Hillyar (1999) ressaltaram como os processos da crise de subsistências associada ao fracasso militares impulsionaram as trabalhadoras russas à ultrapassarem as demandas econômicas e exigirem a queda do Czar. Os autores destacam a importância da organização e atuação das mulheres ao criticarem a versão da espontaneidade da greve iniciada por elas em 23 de fevereiro. E afirmam que as ações do Dia internacional das Mulheres foram planejadas com prévia organização e mobilização pela II Internacional. Acrescentam ainda o argumento de que a prioridade das operárias têxteis, líderes da greve, era conquistar o apoio e adesão dos demais trabalhadores com os slogans de “pão e paz” e não fazer saques em mercados, ou seja, as operárias agiam com objetivos definidos.

Após a Revolução de Fevereiro, os protestos das mulheres não desapareceram, passaram a fazer parte do processo político onde o apoio dos trabalhadores no interior do Soviete mudou da liderança socialista moderada da coalizão Mencheviques-Socialistas Revolucionários para os Bolcheviques em setembro.

As expectativas de trabalhadoras e trabalhadores de que suas vidas melhorariam com a queda do czar foram frustradas pelo governo e pela continuidade da guerra por parte da liderança do Soviete. Em maio, os protestos contra a guerra haviam forçado a dissolução do primeiro governo provisório e os líderes Mencheviques-SR haviam formado um governo de coalizão com os liberais – que ainda estavam dedicados à guerra. A desilusão dos trabalhadores levou a novas greves, novamente lideradas por mulheres. Cerca de quarenta mil trabalhadoras de serviços de lavanderia, membras de um sindicato liderado pela bolchevique Sofia Goncharaskaia, entraram em greve por melhor pagamento, jornada de oito horas e melhorias nas condições de trabalho: melhores condições de higiene no trabalho, benefícios de maternidade (era comum que as trabalhadoras escondessem a gravidez até darem à luz no chão da fábrica) e fim ao assédio sexual (TRUDELL, 2007, p.4).

¹⁵“As mulheres foram parte integrante da Revolução de 1917, participantes corajosas, cujo engajamento foi ainda mais significativo se considerarmos a opressão arraigada que essas mulheres rejeitaram. Ver a revolução através dos seus olhos dá uma leitura mais rica daquele que permanece sendo o momento histórico mais transformador para a vida das mulheres” (TRUDELL, 2017, p.3).

O Governo Provisório retribuiu o apoio do movimento feminista burguês e implantou medidas favoráveis: em junho as mulheres graduadas em Direito receberam o direito de advogar e em agosto os salários, títulos e benefícios dos cargos no serviço civil são equiparados entre homens e mulheres cuja presença no magistério cresceu bastante. A Conferência Especial sobre a Lei para a Assembleia Constituinte delegou o sufrágio para todos os cidadãos maiores de 20 anos, incluindo as mulheres (SILVA, 2018).

É evidenciado a atuação dos bolcheviques como o grupo político no pós-fevereiro de 1917 quem primeiro reconheceu o potencial revolucionário das mulheres trabalhadoras e esposas de soldados, buscou compreender suas necessidades e liderou as alianças com elas para realizar os acontecimentos revolucionários posteriores. Dessa forma, as mulheres bolcheviques se destacaram na organização e propaganda ao lado das trabalhadoras urbanas (STITES, 1978)¹⁶.

O *CP* no mês de setembro do ano de 1917 apresenta na sua primeira quinzena temáticas que enquadram um cenário de reorganização do governo, com a retomada do controle do exército a partir de medidas mais rigorosas e a rendição de Kornilov. Num outro telégrafo, Keresnky declarava que não havia negociação com Kornilov e que organizava um novo ministério com maioria socialista.

Tem-se dado, nestes últimos dias, numerosas deserções entre as tropas do general Kornilov. O movimento vai se detendo, pela própria desunião que se manifesta, cada vez mais grave, entre os conjurados. Alguns dos inculcados chefes da conspiração tem chegado a esta capital, pedindo autorização para prender os líderes

¹⁶Os bolcheviques argumentavam que somente o socialismo poderia resolver a contradição entre trabalho e família. Sob o socialismo, o trabalho doméstico seria transferido para a esfera pública: as tarefas realizadas individualmente por milhões de mulheres não pagas em suas casas seriam assumidas por trabalhadores assalariados em refeitórios, lavanderias e creches comunitários. Só assim as mulheres se veriam livres para ingressar na esfera pública em condições de igualdade com os homens, desvincilhadas das tarefas de casa. As mulheres seriam educadas e pagas igualitariamente, e seriam capazes de buscar seu próprio desenvolvimento e seus objetivos pessoais. Sob tais circunstâncias, o casamento se tornaria supérfluo. Homens e mulheres se uniriam e se separariam como quisessem, desassociados das pressões deformadoras da dependência econômica e da necessidade. A união livre substituiria gradualmente o casamento à medida que o Estado deixasse de interferir na união entre os sexos. Os pais, independentemente de seu estado civil, tomariam conta de seus filhos com a ajuda do Estado; o próprio conceito de ilegitimidade se tornaria obsoleto. A família, arrancada de suas funções sociais prévias, definharia gradualmente, deixando em seu lugar indivíduos completamente autônomos e iguais, livres para escolher seus parceiros com base no amor e no respeito mútuos (GOLDMAN, 2017, p.18). Nesse pensamento estava a base na qual foram elaboradas as medidas de carácter democrático destinadas a impulsionar a libertação da mulher trabalhadora dentre elas: os Decretos sobre o matrimônio civil e o divórcio (dezembro de 1917), o Código de Leis sobre o estado civil e as relações domésticas, o matrimônio, a família e a tutela (setembro de 1918) e o Decreto sobre a legalização do aborto (10 de novembro de 1920).

militares que atraçoaram o governo. Este continua a tomar enérgicas medidas para a defesa da cidade, e espera evitar o derramamento de sangue. De todas as províncias chegam notícias afirmando a sua fidelidade. O sr. Skobiev publicou uma proclamação aos operários, lacerando-os a apoiar o governo e declarando que o ministério já iniciou o processo legal contra o general Kornilov. A população mantém-se calma (CORREIO PAULISTANO, 14 set. 1917, p. 1, Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital).

No quinto dia de setembro há um telégrafo intitulado “Os Maximalistas são pagos pela Alemanha”, esclarece que o “partido maximalista é instrumento da Alemanha, da qual recebe o dinheiro” e “Lenine, um dos seus chefes e principais culpados da decomposição da Rússia e debacle de seu exército”. É possível identificar que o enquadramento dos bolcheviques como aliados alemães é uma forma de desqualificação das suas ações políticas.

Os sete primeiros telégrafos de 14 de setembro destacavam a liderança e resoluções de Kerensky, como primeiro-ministro e comandante em chefe do exército, e suas declarações de unidade política em torno do governo provisório, “exprimindo a sua fé completa no exército e na marinha, que saberão defender as liberdades já conquistadas e expulsar o inimigo do território nacional”. Nesse processo de reorganização é anunciado que os “Estados Unidos vão auxiliar a Rússia na reconstrução das suas estradas de ferro”, por ser uma das “principais dificuldades”, para o prosseguimento da guerra (CORREIO PAULISTANO, 14 set. 1917, p. 1, Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital).

Logo após a divulgação do apoio dos Estados Unidos é anunciado no *Correio Paulistano* de 14 de setembro de 1917 que “o batalhão feminino apoiará o governo russo, apesar de “simpatias pelo general Kornilov”, porque havia uma “convicção geral de que a Rússia necessita de uma forte e audaciosa personalidade para governar”. É possível identificar como estava em disputa o apoio dos grupos femininos, alguns deles inicialmente se alistaram para participação na Primeira Guerra Mundial ainda no governo czarista e seguiram nas frentes militares no governo provisório e permaneceram ao lado de Kerensky quando da Revolução de Outubro.

A segunda metade do mês começa no dia 15 de setembro com telégrafos cujos títulos demonstravam que o governo provisório estava no esforço de controlar a situação de crise política:

“O governo russo quer dominar o espírito da anarquia”, “O Sr. Kerensky lança uma proclamação”, “O Batalhão Feminino e a Revolução” e “A Revolução Russa não alterará as operações na linha de frente”.

O sr. Kerensky concedeu ao jornalista Shepherd, correspondente da United Press nesta capital, uma entrevista na qual declarou o seguinte: “Posso felizmente informá-lo que o general Kornilov se está preparando para entregar-se às forças do general Alexiev e do coronel Verchovski, que formando uma brilhante combinação estratégica, cercaram quase por completo as tropas do general rebelde, e, ao mesmo tempo, asseguraram ao governo a solidariedade do exército. Quanto à ação do comitê dos soldados, ficou resolvido, em sessão do conselho de ministros, que doravante eles terão somente interferência nos negócios internos dos regimentos a que pertençam, para manter a sua organização com caráter acentuadamente democrático, como convém ao exército de um país livre. Ficarão, porém, absolutamente estranhos às questões da estratégia e do alto comando (CORREIO PAULISTANO, 15 set. 1917, p. 1, Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital).

As declarações de Kerensky à agência norte-americana procuram garantir o controle sob o exército e sua sobreposição militar à ação do Comitê dos Soldados com objetivo de centralizar as decisões e fortalecer a autoridade do governo. Pois, segundo as afirmações do ministro Terestchenko, “todas as energias nacionais devem concentrar-se no prosseguimento da guerra, sem tréguas e sem vacilações, contra os impérios centrais”. E “somente uma mão de ferro como de Kerensky poderá levar a bom cabo semelhante empresa”. Segue o ministro ressaltando o desejo dos russos de que “os Estados Unidos compreendam a nossa crise e reconheçam que todo o governo daqui considera os pruridos da propaganda da política radical conservadora”.

Estamos dispostos a usar da mais inflexível severidade para com todos os que tentarem distrair o país dessa missão sagrada. Aplicaremos a pena de morte a toda e qualquer pessoa que se atreva a erguer o dedo sequer contra o governo e discutir as ordens superiores. Agora nada mais se desfaz senão lutar. Demais, os problemas da revolução ficarão adiados para mais tarde, depois da vitória (CORREIO PAULISTANO, 15 set. 1917, p. 1, Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital).

A prioridade política do governo é o fortalecimento político com a retomada do controle do exército priorizando a permanência na guerra ao lado dos interesses dos aliados, especialmente o apoio dos Estados Unidos nesse cenário internacional. Nesse momento, enquanto os chamados

“problemas da revolução” aguardam o fim vitorioso da guerra, Kerensky permanece divulgando proclamações ao exército no esforço de fortalecimento do seu poder e ameaçando “qualquer desobediência, por menor que seja, que parte de um general ou soldado, será castigada inflexivelmente” (CORREIO PAULISTANO, 15 set. 1917, p. 1, Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital).

O terceiro telégrafo da primeira página de 15 de setembro de 1917 destaca a participação do batalhão feminino ao lado do governo com “inestimáveis serviços”, comunicando que “a senhorita Michaelov, segunda comandante do batalhão, desmentiu, indignada, os boatos de que elas e suas companheiras fossem partidárias do general Kornilov”, sendo um dos “batalhões mais leais e patrióticos com um efetivo de mil e cem mulheres”. Conforme já observamos, há grupos de mulheres que participavam das fileiras do exército e apoiaram Kerensky até sua queda em outubro.

Os demais nove telégrafos ainda no dia 15 de setembro apresentam títulos que indicam a retomada de controle da situação militar e o caminho da normalização tentando garantir a permanência na guerra, como se verifica em: “Os soldados do general Kornilov desertam”, informando que “conhecendo eles agora os verdadeiros intuítos do seu comandante, estão desertando em grande número” e generais haviam sido “presos pelos seus próprios soldados ou a mando do governo”.

Após comunicar o restabelecimento das comunicações das estradas de ferro e a prisão de um dos membros do Conselho dos Operários e Soldados, o general Kaledine, retoma-se as declarações de garantia que a Revolução Russa não alterará as operações na linha de frente. O general Savinkov declarou que “o governo provisório está solidamente apoiado pela opinião pública” e o “movimento dirigido pelo general Kornilov fracassou e só serviu para fortalecer o governo”, o qual afasta “aos maus elementos, e, entre eles os generais desleais e suspeitos de revolucionários”.

É transmitida uma linha de perigo que associa o Conselho dos Operários e Soldados com a liderança de Kornilov, logo, ambos podem ser uma ameaça aos interesses políticos e militares do governo, autor de declarações divulgadas como em nome de “nós russos” e enquadradas em títulos cuja moldura caracteriza como “anarquia” as “ameaças” ao comando de Kerensky.

A terceira página, ainda em 15 de setembro, publicou uma matéria do jornalista húngaro, Max Nordau, com o título “A Rússia e a Alemanha” onde qualifica a Revolução Russa como um dos “maiores acontecimentos da história universal, o único fruto positivo, até agora, da guerra mundial e significa um progresso imenso da humanidade”, apesar de exercer sobre a guerra uma “imprevista influência desorganizadora”. O autor ao comparar a Revolução Francesa com a situação russa, avalia que nessa última não havia um ideal, “mas um propósito concreto, prático; não lutam por abstrações, como a liberdade dos direitos dos homens, a soberania nacional, mas pela posse da terra dos grandes proprietários e das fábricas”. Assim, os russos têm interesse material imediato enquanto a “guerra é-lhes indiferente”, “reclamam a paz em alta grita e mascaram o seu egoísmo com grandes frases de humanitarismo”.

Dessa forma, os aliados compreendiam que “a tendência que tem o movimento democrático russo” é de uma “degeneração em anarquia e espoliação dos proprietários”, “golpe terrível” que precisava ser contido.

Se homens probos, intrépidos e inteligentes não chegam a deter os sonhadores e os loucos moscovitas no declive em que resvalam para o abismo, no futuro os aliados não poderão contar senão com as suas próprias forças e terão que preparar-se para aguentar sozinhos o choque esmagador de todos os exércitos alemães e austríacos. (CORREIO PAULISTANO, 15 set. 1917, p. 1, Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital).

Nordau responsabiliza a Rússia pela entrada da França na guerra, cobrando a sua posição ao lado dos aliados, caso contrário, seria uma “ingratidão tão monstruosa que a França vacila em crer que possa ser vítima de sua própria lealdade” e “afasta dos seus olhos a visão terrível e evoca uma ilusão consoladora de uma revolução na Alemanha, que desarmaria esta, como desarmou a Rússia”.

O jornalista húngaro avalia que mesmo o apelo dos socialistas russos e do governo dos Estados Unidos nem a classe operária ou a nação atenderia a esses convites aos alemães para desencadear uma Revolução porque “para um movimento desta ordem seria necessária uma transformação total da mentalidade alemã e não vejo que influência espiritual e moral poderia determiná-la”.

Mais uma vez o enquadramento da Revolução é de que deve garantir a lealdade da Rússia na guerra ao lado dos países aliados. Acrescenta-se aqui que a comparação com os franceses serve para desqualificar os movimentos sociais russos como desprovidos de ideais e grandes líderes inspiradores, segundo Nordau “não se vê surgir nenhum Danton, nenhum Robespierre que domine a multidão apaixonada, mas amorfa, que lhe imponha uma vontade, uma ideia, um plano”.

O *Correio Paulistano* de 16 de setembro de 1917 apresenta nove telégrafos sobre a Rússia com títulos que apresentam um enquadramento de uma situação já mais difícil da posição de Kerensky com o acirramento da instabilidade, já que os “anarquistas ganham terreno na Rússia” com “os anarquistas do Bolchevique conseguiram ganhar maioria no Conselho dos Deputados de Petrogrado”, aprovando “por 270 votos contra 150, uma resolução pedindo a proclamação da república democrática, e declarando a abolição da propriedade particular”.

No dia 17 de setembro se destaca entre os subtítulos o seguinte: “Foi proclamada a República na Rússia”, informando que o governo provisório havia publicado um manifesto para instalação do novo regime. No segundo telégrafo transmitia a disponibilidade de Kerensky em “prosseguir na guerra, de acordo com os aliados”, “empenhado para não se fazer a paz separada com os impérios centrais”. Os telégrafos terminam salientando que o novo ministério ainda estava em processo de formação.

Na metade de setembro foram crescentes os conflitos dos soldados com seus superiores com “tiroteios e granadas jogadas pelas janelas durante as reuniões dos oficiais”, havia “animosidade e hostilidade aberta” e o “fato mais insignificante poderia provocar tumultos”. O problema central era que o “exército recebeu instruções do governo para continuar a executar as ordens operacionais dadas por Kornilov”. E essa foi a fase de decadência do governo de Kerensky.

Nas últimas semanas de setembro, a unidade política contra Kornilov já se mostrava desgastada, o primeiro telégrafo de 20 de setembro estampava no título: “Vão ser presos os agitadores Lênin e Zinoviev” que, segundo se acredita, estão refugiados na Finlândia. Segue nas últimas linhas informando que “o comitê do Soviete em Kronstadt, pediu a liberdade sem

formalidades do julgamento, dos soldados presos em consequência das revoltas ocorridas em julho último”.

Após informar que os marujos do Báltico queriam apoiar o governo moscovita em troca de autonomia na sua organização militar, um terceiro telégrafo ainda no dia 20 de setembro colocava em destaque “As impaciências das democracias”, dizendo que “o comitê executivo do Soviete apelou para os soldados, a fim de que estes se contenham na prática dos linchamentos, admitindo, no entanto, que as democracias, no seu início, têm sempre impaciências que ultrapassam os limites legais”.

Verifica-se que a contestação ao governo de Kerensky começa a ser enquadrada com grupos que buscam apenas a instabilidade, daí a caracterização de “agitadores” para Lênin e Zinoviev, ao mesmo tempo em que não há clareza ainda da posição do Soviete, na medida em que se justifica os conflitos como “impaciência das democracias” nos seus processos iniciais.

Seguem os telégrafos num clima de diversos grupos de contestação ao governo. Por exemplo, em outro telégrafo, “sabe-se que o general Kaledine continua agitando as tropas que se encontram a caminho de Petrogrado” e “os agentes agitadores germanófilos espalham boatos alarmantes relativos à situação”. E “foram presos vários marujos assassinos”, marinheiros que “tomaram parte no recente massacre de oficiais, a bordo do couraçado Petropawlosk”.

E as notícias no dia 20 de setembro terminam informando que “o embaixador dos Estados Unidos nesta capital prometeu ao governo a execução imediata do programa idealizado pelo Sr. Stevens para a reorganização dos transportes”, cuja eficiência da linha transiberiana aumentará 30 por cento. A parceria político-militar com os Estados Unidos permanece com proximidade e investimentos financeiros.

A primeira página do *CP* em 22 de setembro anuncia “Os russos estão agitados”, em Odessa, “a comissão local do Soviete autorizou a realização de uma imponente demonstração revolucionária, feita pelas tropas e associações operárias” e “desfilaram, durante três horas, desfraldando bandeiras e dando vivas ao governo e à república, e morras ao general Kornilov”.

O mesmo telégrafo garante que “a situação militar russa é atualmente mais favorável”, “toda a Rússia está firmemente resolvida a não negociar a paz separadamente dos aliados”. Havia agitação política, muitas em função das “intrigas dos alemães, perturbadoras e desviantes do critério do povo russo”, mas o importante era que a situação militar era favorável à posição na guerra com os aliados, isso se devia a “abnegação dos oficiais russos” em manter o “exército suficiente para reter as divisões alemães que se acham na frente moscovita”.

Em 28 de setembro de 1917 “continua a anarquia militar na Rússia” com “os comitês militares da frente russo-romãica junto ao Soviete de Kiev negaram-se a entregar os generais Danikin, Markov e outros à comissão investigativa da rebelião do general Kornilov, alegando que os mesmos devem ser julgados pelos tribunais militares revolucionários”.

O tema “anarquia” caracteriza qualquer forma de acontecimentos em oposição ao Governo de Kerensky, seja por parte dos bolcheviques, sovietes ou grupos pró-Kornilov.

As denúncias de espionagem alemã continuam em 29 de setembro, “foram presos 17 suecos, que faziam parte de uma grande corporação de espiões”, o segundo telégrafo diz ser “gravíssima a situação da Rússia”, afirmação do sr. Tchidze, ao abrir o Congresso Democrático com “1.300 delegados, de todos os membros do governo e do corpo diplomático”, em defesa de um “governo revolucionário responsável”.

O discurso de Kerensky no Congresso Democrático foi “aplaudido pelos diversos grupos políticos, menos pelos radicais” e “quando aludia ao fato dos delegados dos soldados e operários de Helsingfors se terem recusado opor-se à reabertura da Dieta, apesar da defesa do governo, os bolcheviquistas aplaudiram tal recusa, rugindo de raiva contra o sr. Kerensky”. Então este disse: ‘Aplaudam, meus amigos, mas lembrai-vos que a frota alemã se dirige para o Báltico!’. E os delegados da direita “perguntaram então ironicamente aos bolcheviquistas porque não aplaudiam as últimas palavras do sr. Kerensky, uma vez que os alemães eram seus amigos”. Os bolcheviques enquadrados como “raivosos”, opositores do Parlamento, logo da Democracia e mais uma vez de “espiões”, próximo ao sentido de “traidores” (CORREIO PAULISTANO, 29 set. 1917, p. 1, Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital).

No mês de setembro foi publicado durante 10 dias o total de 42 telégrafos, todos na primeira página, a exceção de um artigo, “A Rússia e a Alemanha”, que estava na terceira página. O enquadramento desse mês era da capacidade do governo russo “dominar o espírito da anarquia”, apesar da “situação gravíssima”, os “agitadores” e o grupo de Kornilov eram presos enquanto Kerensky recorria ao exército para “defender o regime republicano”.

O *Correio Paulistano* em sua primeira edição de outubro transcreve uma declaração de Kerensky na “Assembleia Democrática” explicando a sua posição perante a “rebelião chefiada pelo general Kornilov”: “fiz tudo quanto foi possível para evitar esse triste fato”, mas a “ousadia do general Kornilov chegou a ponto de enviar um, atrás de outro, ultimato, ao governo, intimando-o a pôr em prática, para reorganizar o exército, medidas diferentes daquelas que havia combinado”.

Também em primeiro de outubro, há o subtítulo “Os maximalistas protegem Lênin” esclarecendo que o governo provisório respondeu a respeito da reivindicação maximalista sobre a inviolabilidade do “agitador Lênin”, que “não mandaria prendê-lo dentro do recinto do Congresso, porém estava decidido a detê-lo onde fosse encontrado fora dali”. Por isso, “os maximalistas resolveram então não fazer sair Lênin do lugar onde se encontra oculto”¹⁷.

As lideranças bolcheviques aparecem novamente num telégrafo com o título “Vão ser presos espões na Rússia”: “o sr. Alexandre Kerensky, chefe do governo, ordenou a prisão dos espões Lênin e Zinoviev, que se sabe acharem-se na Rússia”.

No mês de outubro, as páginas do *CP* começaram evidenciando o acirramento das perseguições aos bolcheviques, desde julho acusados de membros da espionagem alemã, sendo Lênin já identificado como grande alvo do governo, reconhecido por sua proeminência política dentre as lideranças do seu partido.

¹⁷Frederico Bartz (2016, p.236) indica o surgimento do termo “maximalista” em novembro de 1917 na imprensa operária e considera sua presença constante até os primeiros anos da década de 1920 enquanto uma tradução portuguesa do termo bolchevismo. Nessa análise, o surgimento do maximalismo possibilitou o debate em torno de um novo tipo de Revolução Social e o desenvolvimento de interpretações particulares pelos militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários baseadas nas informações que vinham da Europa. No que tange ao uso do termo nos jornais de “grande tiragem” também está associado a uma tentativa de tradução para bolchevismo que em muitos usos destinava-se inclusive a qualificar atitudes políticas mais radicais para o início do século XX como a defesa ou “concordância” dos direitos trabalhistas como a jornada de oito horas e a semana de seis dias (BANDEIRA, 2017, p.378-379).

Os primeiros telégrafos de outubro no *CP* concluem afirmando que “A conferência democrática não terá resultado” e uma avaliação resultante de notícias de jornais russos, “a imprensa mostra-se acentuadamente pessimista”: o *Volya Naroda* é de “opinião que a conferência dará ocasião a violentas disputas entre os dois campos opostos da democracia, não havendo esperanças de acordo”, o *Recht* diz que “nenhum espírito razoável pode acreditar seriamente que a conferência seja capaz de melhorar a terrível situação do país” e a *Gazeta da Bolsa* “prevê que a luta será calorosa entre os grupos adversários, esperando, porém, que por mim prevaleçam as tendências conciliadoras”.

A “onda” de crimes em Petrogrado permanecia crescendo em outubro, o *CP* de primeiro de outubro noticiava: “um homem e seus três filhos foram encontrados brutalmente assassinados no apartamento em que moravam no mesmo edifício do escritório de uma patrulha de segurança criada pela Duma Municipal”. A imprensa liberal russa e as autoridades tentavam identificar os bolcheviques como responsáveis pela violência.

No quarto dia de outubro é informado pelo *CP* que uma agência oficial, autorizada pelos governos aliados, esclarecia não haver entre eles o interesse de fazer a paz com os Impérios Centrais à custa da Rússia, apesar da “situação anárquica que atravessa a Rússia”. Posteriormente, os últimos telégrafos informam que “os empregados das principais estradas de ferro do país ameaçam declarar-se em greve amanhã”, “na última sessão do Congresso Democrático, a assembleia aprovou a resolução contrária à formação de um governo de coligação e recusou a introdução no governo de elementos burgueses, particularmente as pessoas implicadas na revolta do general Kornilov e os cadetes”.

Os conflitos internos no governo provisório se acirraram desde julho, e nesse contexto, os grupos de esquerda começam a definir suas posições em relação ao governo de Kerensky e suas estratégias de lutas políticas.

Na edição de oito de outubro, o primeiro telégrafo aborda notícias sobre a deserção no exército e destaca “a indisciplina russa não tem limites” com “oito mil soldados que se recusaram a partir para a linha de frente”, mas foram rendidos pelos cossacos. Logo em seguida, o título, “Os

traidores da Rússia”, identifica possíveis agentes alemães nos “palácios, quartéis e estado-maior” desde antes da guerra e quando “rebentou a revolução, a Alemanha encheu a Rússia de agentes, que se diziam revolucionários, os quais são em grande parte responsáveis pela anarquia, que invadiu o país”. Mas, o sr. Kerensky esforça-se “heroicamente para reparar os erros cometidos nos primeiros tempos do regime atual e para libertar a Rússia dos espões alemães”. A liderança de Kerensky é qualificada como detentora da capacidade de controlar as deserções militares, corrigir rumos políticos e proteger os russos dos alemães.

A realização de uma conferência entre os membros do governo russo foi noticiada em 9 de outubro numa nuance de conciliação política, “uma delegação do congresso democrático e representantes da burguesia chegaram a um acordo completo a respeito de todas as questões”. Kerensky declarou que “tenciona formar imediatamente, em completo acordo com os seus colegas, o gabinete de ministros”.

No prosseguimento de informações sobre a espionagem alemã assegura-se que há documentos vindos dos Estados Unidos como provas de que “alguns membros da missão russa serviam aos espões austríacos e alemães, até para os seus serviços particulares”. Porém, “o sr. Kerensky, conhece minuciosamente todo esse capítulo de alta espionagem, que custou à Rússia centenas e milhares de vidas e combate ardentemente a hidra germânica, disposto a ir até o fim”. O antigermanismo cresceu e se fortaleceu ao longo do segundo semestre como instrumento de acusação de adversários ou de valorização da atuação do governo de Kerensky.

As notícias do dia 10 de outubro destacam a ocorrência de greves: “Agrava-se a greve dos ferroviários russos”, “Os salários dos ferroviários russos” e “Greve em Baku”. Os grevistas ferroviários de Petrogrado após pararem os trens, ameaçavam interromper o deslocamento dos soldados à linha de frente, receberam moção de solidariedade do congresso geral dos ferroviários de Moscou, e pelo telégrafo seguinte, “o governo concedeu o aumento do salário que pediram”. A onda de greves chegou em Baku “a conferência dos delegados dos operários dos poços de petróleo decidiu que a classe se declare amanhã em greve geral”.

Kornilov volta ao conteúdo dos telégrafos como que “inocentado como traidor” porque a “comissão investigadora da rebelião está inclinada a acreditar em que o antigo generalíssimo dos exércitos russos não agiu com intuito de trair a pátria, ou causar prejuízos, devendo ser assim abandonada a denominação de alta traição que se deu ao delito”.

No dezoito de outubro, na primeira página do *Correio Paulistano*, um texto sobre “Alemães e russos” ressalta que a “anarquia em Rússia se debate e parece incurável”, somado a indisciplina num exército desequipado, “promete aos alemães o êxito no oriente” e se “a guerra localiza-se definitivamente no ocidente promoverá desvantagens aos aliados”.

Logo em seguida, um telégrafo já traz outro enquadramento, “O exército russo é capaz de deter o avanço alemão” segundo uma declaração do general Dukhain, chefe do estado-maior geral que enviou uma nota aos jornais, “protestando energicamente contra a afirmação de que o exército russo é incapaz de deter os alemães que se aproximam do coração da Rússia”. O governo de Kerensky investe em constantes declarações à imprensa para transmitir um clima de confiabilidade e capacidade de resistência.

Também é divulgada a greve de mais uma categoria: os farmacêuticos e práticos de farmácia declararam-se em greve, por terem os respectivos patrões negado a atender as suas pretensões quanto ao aumento do ordenado e diminuições das horas de trabalho. E seguidamente retoma-se o tema da “anarquia” reinante na Rússia, “telegramas de Petrogrado anunciam que em diversas localidades da Rússia, especialmente em Kharkov e Tambov, ocorreram sérias desordens, tendo a população atacado os bairros israelitas, massacrando inúmeras mulheres, crianças e anciãos”. E anunciam que, “nas províncias do centro da Rússia, ocorreram graves distúrbios, em virtude da escassez de víveres, tendo os camponeses atacado e saqueado os bancos e estabelecimentos comerciais”. A garantia do governo é de que “foram enviadas tropas, a fim de dominar a anarquia”.

“A Rússia não entra no bom caminho” é o título do primeiro telégrafo de 19 de outubro de 1917, “noticiam os jornais de Petrogrado que ocorreram novas desordens em outras localidades e a população assaltou e saqueou várias casas de negócios e particulares, praticando depredações e selvagerias”. Ao final, “as autoridades militares conseguiram sufocar o movimento”.

Verifica-se dessa abordagem da notícia que as greves seriam um “mau caminho” para os russos, pois promovedoras de “desordens” resultam em atos destrutivos e selvagens exigindo uma reação forte do governo. Essa é a moldura do enquadramento se delineando no processo de acirramento dos conflitos que resultaram nas rupturas profundas com a insurreição armada liderada pelos bolcheviques.

Os dois últimos telégrafos de 19 de outubro informam que os grevistas de Baku voltaram ao trabalho, enquanto os boticários e práticos de farmácia de Petrogrado declararam-se em greve. Na página seis de 20 de outubro, os telégrafos estão entre dar garantias das condições de reação do exército russo e do decréscimo da “anarquia”, como se verifica em “o Sr. Alexandre Kerensky, chefe do governo provisório, declara que a situação militar e também a moral do exército russo estão melhorando” e “o ministro Nikita, disse que as informações recebidas nos últimos dias permitiram afirmar que a anarquia está decrescendo”.

No Brasil, os jornais estavam informando sobre a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte, “vão muito animados os preparativos de todos os partidos para a campanha eleitoral”, inclusive o conselho dos camponeses resolveu aliar-se ao núcleo socialista revolucionário, embora os seus delegados “mostram tendências de cindirem-se, indo uns até ao extremo de criticar as decisões e providências da comissão diretora”.

No final de outubro ainda havia a esperança na convocação de uma Assembleia Constituinte que desde a queda da Dinastia Romanov se apresentava como uma alternativa para a saída da instabilidade política. O “grande desastre na Rússia” em vinte de outubro era uma “terrível colisão de trem na estrada de ferro de Moscou a Petrogrado, entre o expresso de Sebastopol e um comboio militar com 16 mortos e 30 feridos”.

E mais dois telégrafos eram positivos quanto às posições russas na guerra informando que “os russos avançam na estrada de ferro de Riga sem encontrar o inimigo” e no “Cáucaso, depois de viva caça aos turcos, ao vale de Marivan, os nossos reconhecimentos avançaram até a margem do lado Zerihar”.

Devido à diferença de 13 dias entre o calendário russo e brasileiro, a veiculação dessas notícias dos últimos acontecimentos da segunda quinzena de outubro virá nas páginas dos jornais do mês de novembro.

No mês de outubro foram publicados em dez dias o total de 43 telégrafos mais dois artigos jornalísticos, dentre eles apenas 10 não estavam localizados na primeira página. O enquadramento das notícias criava um cenário onde a crise política na Rússia era resultante das constantes ações grevistas lideradas pelos “maximalistas” que protegiam Lênin e incentivavam a indisciplina no exército e as desordens nas ruas enquanto Kerensky era o “herói” que tentava libertar a Rússia dos espiões alemães.

Murphy (2007, p.60-61) sublinha o apoio da “esmagadora maioria dos trabalhadores e soldados” à tomada soviética do poder, sendo um processo intensamente defendido pelos bolcheviques entre setembro e outubro de 1917 o que os levaram a ganhar este argumento com 507 dos 670 votos no Congresso dos Sovietes. De acordo com o historiador norte-americano há duas características diferenciadoras da Revolução Russa de 1917 de rebeliões de outros trabalhadores do século XX: primeiro, o nível de ódio de classe na Rússia foi mais pronunciado do que em nenhuma outra sociedade. Isto significa que a crise no final do verão russo foi muito além de um simples resultado das decisões incompetentes do governo provisório. De outro modo, a “escalada do conflito de classe” foi a culminância de anos de confronto, lucros de guerra, repressão brutal e rebelião operária que só poderia ter terminado em uma regra forte de uma classe sobre a outra. A segunda característica distintiva de 1917 foi a existência, em momento decisivo do movimento, de um partido político com influência significativa na classe trabalhadora propondo um governo operário e intransigência contra o capitalismo. Os socialistas eram a força política dominante nas fábricas na década anterior a 1917 e através dessa influência definiu os parâmetros do debate. Mas, a distinção entre os diferentes programas socialistas pelos trabalhadores apenas começou na “atmosfera politicamente carregada do final de setembro” quando a defesa dos bolcheviques do governo soviético ofereceu uma solução que parecia mais sensata à realidade de uma “guerra de classes sem precedentes”.

Conclusão

Nas páginas analisadas das edições do Correio Paulistano entre setembro e outubro de 1917, após uma leitura flutuante das notícias foram identificadas 13 categorias temáticas através dos recursos utilizados pelo software NVivo¹⁸. O conteúdo jornalístico sobre a Revolução Russa estava localizado geralmente na primeira página numa coluna intitulada “Teatro Oriental da Guerra”, em sua maioria num formato de “prototwitter” nos padrões dos telégrafos enviados pela *Havas*, agência fornecedora de notícia ao mercado brasileiro.

Também é possível identificar algumas matérias jornalísticas na coluna acima citada ou na lateral esquerda introduzindo a leitura do jornal. A presença desse tipo de texto acompanha o crescimento da instabilidade política na Rússia e os riscos de derrota para os alemães, sempre numa perspectiva favorável aos países aliados na guerra.

No ano de 1917 ainda não era recorrente a publicação do nome das agências de notícias ao lado dos telégrafos. O tema da “anarquia” surgiu com o intuito de apontar para a necessidade de evitá-la ao defender a sociedades daqueles que seguiam pelo caminho da “desordem”, afirmando que “os anarquistas exaltados estão em minoria”, identificando-os como aqueles participantes de greves, rebeliões, associados aos bolcheviques e maximalistas.

As organizações políticas que envolvem os soldados, camponeses e operários foram identificadas por alguns nomes como: Comitês de Operários e Soldados, Conselho de Operários e Soldados e Sovietes, que foram escolhidas como subtemas. As notícias demonstravam desconfiança e necessidade de controle quanto à atuação das citadas organizações, pois elas estavam associadas aos soviets e seu fortalecimento poderia enfraquecer o governo provisório.

Lênin começa a surgir de forma mais intensa nas notícias no contexto do aprofundamento das crises sociais e da disputa política e passa a ser qualificado como “espião alemão”, “agitador”,

¹⁸Os temas categorizados na análise de conteúdo foram: Anarquia, Antigermanismo, Bolcheviques, Governo Provisório, Greves, Jornais, Kerensky, Lênin, Maximalismo, Mulheres, Organizações Políticas de Soldados e Camponeses, Primeira Guerra Mundial, Revolução.

“maximalista”, a frequência do seu nome é mais constante em outubro dentre os meses analisados, provavelmente pela proximidade com a Revolução Bolchevique.

O tema “mulheres” foi registrado por questões relativas à conquista de novos direitos, como o acesso ao trabalho no serviço público, principalmente pela participação no exército. Há uma presença maior nas páginas do mês de setembro quando o governo provisório buscava fortalecer no exército sua base de apoio após a tentativa de golpe liderada por Kornilov.

A “Primeira Guerra Mundial” foi um tema subdividido entre os seguintes subtemas: aliados, diplomacia, justiça, patriotismo e paz. Eles surgem com mais frequência no mês setembro no período mais crítico da crise política do governo provisório. As notícias tratavam da necessidade de permanência na guerra ao lado dos aliados como único caminho de defesa da pátria, sendo a paz em separado considerada uma traição à nação.

Na temática “Revolução” foram selecionadas os seguintes subtemas: democracia, direitos, ditadura do proletariado, golpe, guarda vermelha, liberais, terra, violência e socialistas. Foram conteúdos temáticos presentes com equilíbrio nos dois meses devido às mudanças políticas e aos processos de disputas relativos aos rumos do governo provisório. As notícias indicavam um temor de que a Revolução fosse pelo “mau caminho” dos grevistas, representados pela presença dos bolcheviques vistos como ameaça à democracia por sua postura de “oposição raivosa” e “traidores da pátria” em defesa da paz.

Portanto, na investigação do conteúdo jornalístico do *Correio Paulistano* sobre a Revolução Russa entre setembro e outubro de 1917 é possível observar as formas como a imprensa de “grande tiragem” construiu sua abordagem, consolidando valores, opiniões e ideias políticas que perpassam pela história social do Brasil desde o século XX até o tempo presente. E se configuram nas chaves de leituras iniciais para compreendermos como se formou a base do anticomunismo elaborada e divulgada pela “grande imprensa” brasileira.

Fontes e Bibliografia

1. Fonte

Correio Paulistano, set. a out. 1917, Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

2. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Pedro. “O Império das Agências: territórios, cartel e circulação da informação internacional (1859-1934)”. IN: **Revista Eptic**, vol.17, n. 2, maio-agosto 2015.

AZEVEDO, Dúnya. **A reinvenção de um jornal: o design gráfico nas capas do Correio Braziliense**. Dissertação (Mestrado em Design). Escola Superior de Desenho Industrial, UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, V.5, n.11, p.173-191, 1991.

CHRETIEN, Todd. “Antes de Fevereiro”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/03/20/antes-de-fevereiro/> . Tradução de Rafael Bonavina. Acesso: 5 de agosto de 2021.

FERRO, Marc. The Russian soldier in 1917. Undisciplined, patriotic, and revolutionary. **Slavic Review**. Cambridge: Association for Slavic, East European, and Eurasian Studies / Cambridge University Press, V. 30, Nº 3, pp. 483-512, september.1971.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2014.

LIH, Lars. A Revolução Democrática Antiburguesa: uma leitura da Revolução Russa. **RUS – Revista de Literatura e Cultura Russa**. São Paulo, V. 8, Nº 10, p. 81-99, dezembro.2017.

LUCA, Tania Regina de. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. IN: LUCA, Tania Regina de e MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MAIA, Andréa Casa Nova; CARDOSO, Luciene Carris e SANTOS, Vicente Saul Moreira (Org.). **Russos em Revista: a Revolução Russa nas revistas ilustradas brasileiras**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MCDERMID, Jane e HILLYAR, Anna. **Midwives of Revolution: Female Bolsheviks and Women Workers in 1917**. London: UCL Press, 1999.

MIÉVILLE, China. **Outubro: História da Revolução Russa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOLINA, Matías. **História dos Jornais no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

_____. “O anticomunismo nas pesquisas de opinião: Brasil, 1955-1964”. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/68817?lang=es>. Acesso: 10 de setembro de 2021.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize e TEIXEIRA, Alex Niche. “Análises qualitativas nos estudos organizacionais: as vantagens no uso do software NVIVO®”. IN: **Revista Alcance**, vol.23, n.4, out/dez.2016.

MOUILLAUD, Maurice. “A crítica do acontecimento ou o fato em questão”. IN: PORTO, Sérgio (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora UnB, 2002.

MURPHY, Kevin. **Revolution and Counterrevolution Class Struggle in a Moscow Metal Factory**. Chicago: HaymarketBooks, 2007.

SILVA, Danielle Jardim da. **Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

STITTES, Richard. **The Women’s Libetarian Movement in Russia: Feminism, Nihilism and Bolchevism: 1860-1930**. New Jersey: Princeton University Press, 1978.

THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). PUC: São Paulo, 2007.

TRUDELL, Megan. **As mulheres de 1917**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/14/as-mulheres-de-1917-especial-revolucao-russa/>. Acessado em: 12/02/2018.

“Women weare the breeches”: disputas de gênero na literatura de rua inglesa (Século XVII)

“Women weare the breeches”: gender disputes in English street literature (17th century)

Gabrielle Pacheco Noacco

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

gabriellenoacco@gmail.com

Recebido em: 23/08/2021

Aprovado em: 25/10/2021

Resumo: Com a difusão da prensa, durante o período moderno, suscitou na Inglaterra diversos impressos de fácil circulação e acesso, que, entre inúmeros temas, abordavam as disputas em torno do gênero. Dessa forma, é sobre esse corpo documental que se debruça o presente artigo, fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica, que buscou catalogar as representações literárias sobre mulheres “desreguladas”. Percebe-se que esses impressos foram importantes elementos simbólicos na atribuição de papéis femininos e masculinos. Como resultado, foi possível observar que tais textos associavam as representações femininas como propícias de realizarem pecados de natureza carnal e sexual, como o adultério, a prostituição e a sedução. Ademais, ao abordar sobre as mulheres pecadoras, tais impressos também criavam representações masculinas falhas, que não conseguiam estabelecer o controle sobre essas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; História Moderna; Vícios Femininos.

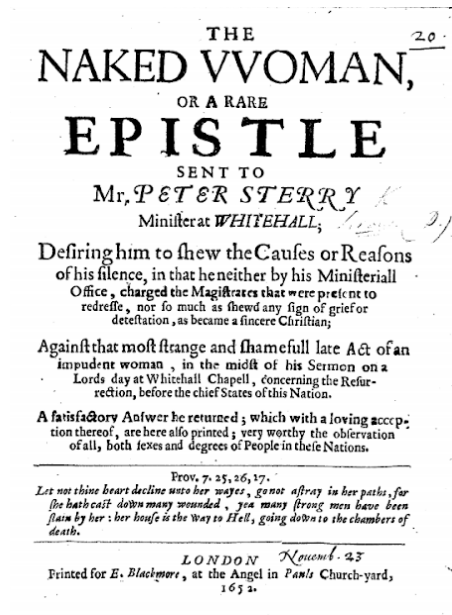
Abstract: With the spread of the press, during the early modern, access to printed materials in England was facilitated, and among countless topics, they addressed the disputes surrounding gender. Thus, this article focuses on this documental body (printed materials of the time), and from scientific research, it sought to catalogue the literary representations of “disorderly” women. It is noticed that these printed materials were important symbolic elements in the attribution of female and male roles. As a result, it is possible to observe that such texts attributed female representations as conducive to performing sins of carnal and sexual nature, such as adultery, prostitution, and seduction.

Furthermore, in addressing sinful women such prints also created faulty male representations, which failed to establish control over these women.

Keywords: Women; Early English Modern; Female Vices.

Introdução

Figura 01 – “*The Naked Woman...*” (1652)



Fonte: Early English Books Online.

Em 1652, foi impressa uma carta intitulada “The Naked Woman, or a Rare Epistle sent to Mr. Peter Sterry, desiring him to shew the causes of his silence, against that most shamefull late act of an impudent woman in the midst of his Sermon at Whitehall Chapell”¹, que sublinha o caso de uma mulher que aparece nua dentro de uma capela. Essa mulher foi alvo de intensa discussão entre o Sr. Peter Sterry e David Brown, em que Brown destaca o fato de Sterry não tê-la julgado

¹ Em português: “A mulher nua, ou uma rara epístola enviada ao Sr. Peter Sterry, desejando que ele mostrasse as causas de seu silêncio, contra aquele ato vergonhoso e tardio de uma mulher imprudente no meio de seu Sermão em Whitehall Chapell”.

adequadamente, o acusando de ser complacente com essa categoria de pecado. A própria insistência de Brown em argumentar que tal ato deveria ter sido responsabilizado, revela, conforme a historiadora Sharon Achinstein (1994), o reconhecimento de um ato consciente em que ele clama um julgamento público, em que a mulher “estava fazendo um gesto sincero e coerente de protesto”² (ACHINSTEIN, 1994, p.150). Assim, a aparição dessa mulher em espaços públicos foi relacionada com o desvio da ordem e com a degeneração.

Como fica evidente nesse panfleto, a invenção da prensa possibilitou a difusão de representações femininas, sobretudo por meio da “literatura de rua”. Esses impressos possuíam uma variada quantidade de temas, como narrativas sobre desastres naturais, monstros, entre outros. Para tanto, os temas eram produzidos conforme as necessidades dos impressores, desenvolvidos para uma massa de pessoas, em que a rua era o local primordial de circulação desses tipos textuais (LIEBEL, 2017, n.p.). Dessa forma, a prensa levou ao rompimento do monopólio do saber e ao surgimento de novos tipos textuais por toda Europa Moderna, em que as disputas de gênero aparecem como um tema comum nas obras literárias. As representações femininas no impresso, assim como expresso na carta “The Naked Woman...” (título resumido)³, associam constantemente a aparição da mulher em espaços públicos como algo que subverte a ordem e a autoridade vigente, vinculando, muitas vezes, a comportamentos sexuais desviantes.

Para tanto, o presente artigo expõe os resultados da pesquisa desenvolvida sob coordenação da professora doutora Silvia Liebel, em que foram reunidos panfletos referentes às mulheres desviantes, produzidos na Inglaterra Moderna (século XVII). Dessa forma, ao analisar os impressos, busca-se compreender como as mulheres eram abordadas na literatura de rua, observando os vícios associados a elas, e como esses impressos auxiliaram na construção e imposição de certos papéis de feminilidade. Nesse sentido, é possível perceber que assim como em “The Naked Woman...”, muitos outros panfletos demonstram uma preocupação com os comportamentos sexuais femininos e a

² No original: “was making a sincere and coherent gesture of protest” (ACHINSTEIN, 1994, p. 150).

³ Normalmente, os impressos efêmeros, como os panfletos, apresentavam longos títulos que resumiam toda a história abordada no impresso. (SHEPARD, 1973, p.23).

forma como a mulher se comporta em público. Conforme o historiador Stuart Clark, há duas categorias de comportamentos atribuídas às mulheres durante a modernidade: viciosas e virtuosas (CLARK, 2020, p.155-188). Percebe-se, então, que os impressos produzidos durante esse período, também trabalham com essa construção binária da imagem da mulher, e o foco do presente trabalho está justamente na construção das mulheres desvirtuadas. Para tanto, tais signos são reforçados e endossados durante o período moderno, sobretudo em um contexto crescente de moralização da ordem (MUCHEMBLED, 2007). Embora, seja importante sublinhar que essas imagens têm origem em uma longa tradição de hostilidade cristã contrária as mulheres (DELUMEAU, 2020).

Gênero como categoria de análise

Conforme estabelecido por Joan Scott, em seu famoso artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, ao trabalhar com o gênero, é importante se debruçar sobre a relação entre os sexos, compreendendo os inúmeros simbolismos sexuais presentes nas fontes. Em que perceber “o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos” permite “encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la” (DAVIS *apud* SCOTT, 1995, p. 72). Destaca-se que nos impressos, produzidos durante o período moderno, há inúmeros instrumentos simbólicos que criam uma oposição entre o masculino e o feminino. Essas representações binárias são associadas enquanto esquemas universais, que parecem

estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2010, p.17).

Nos impressos trabalhados, por serem personagens falhos, muitas vezes “às avessas”, há um caráter moralizador, que busca o “reforço da figura masculina, tanto como pai quanto marido, modelo em escala doméstica do rei que governa” (LIEBEL, 2015, p. 252). Assim, Susan Amussen e David Underdown (2018) demonstram que, durante o período moderno, há duas representações

comuns: as mulheres indisciplinadas e os maridos que não obtêm sucesso em manter a ordem patriarcal. Dessa forma, as mulheres, ao serem demonstradas na literatura de rua, não apenas desafiavam a ordem, mas constantemente seus maridos também eram citados como incapazes de controlar suas esposas e de cumprirem seu papel social.

Os panfletos se inserem, portanto, em um quadro geral de preocupação e conflitos com o gênero, sobretudo no que tange as possibilidades de atos sexuais desregulados. Por meio da literatura é possível perceber uma grande ansiedade masculina em torno de um potencial desordem feminina, já que os impressos analisados possuem grande preocupação moralizante. Aspectos que se inserem em uma situação pós-reforma, em que muitas vivências são entendidas em torno de um “esforço de aculturação em tornar os indivíduos mais fiéis, tanto a lei de deus quanto a lei do rei” (LIEBEL, 2020, p.427). A questão do gênero também aparece dentro desse esforço, em que buscam delimitar o que é pertencente ao feminino e ao masculino. Desafiar essa regra, então, seria um ponto de ansiedades e de questionamentos das próprias estruturas, já que as mulheres, ao não aceitarem a ordem patriarcal, desafiavam as próprias autoridades e se tornavam difíceis de controlar (CLARK, 2020).

Achinstein sublinha que esses ataques não eram meramente alegorias, mas também eram ataques literais às mulheres, já que elas adentram cada vez mais nos espaços públicos, sobretudo após as Guerras Cívicas. O panfleto “The Naked Women...” é um dos muitos panfletos produzidos durante esse período, e assim como ele houve muitas outras publicações impressas, que elencam a necessidade de regular o sexo feminino. De uma forma geral, percebemos, de acordo com Joad Raymond (2003, p.164), que há uma expansão do volume de produção literária impressa durante as décadas de 1640 a 1660. Aspecto que ocorre, sobretudo, pelo período da guerra civil ser um momento em que a censura e os mecanismos de controle do que era publicado diminuem (LIMA *apud* ROBERGE, 2017, p.70). Assim, podemos perceber que diversos materiais foram produzidos durante esse período, desde comédias, peças teatrais, sermões.

Tais questões também foram percebidas no levantamento de impressos sobre as mulheres desvirtuadas, em que foram catalogados 69 folhetos, durante o século XVII, do qual 61 foram impressos após o início dos anos de 1640. Para tanto, na presente pesquisa, foram catalogados impressos digitalizados pela plataforma Early English Books Online, que eram divididos em três tipos textuais: chapbooks, panfletos ou baladas limitados em até 32 páginas⁴. Os primeiros, de acordo com Leslie Shepard (1973), eram livretos que tinham um custo de produção mais baixo. Enquanto os panfletos, normalmente, eram impressos in-folio e as baladas, por outro lado, eram cantigas impressas em uma única página, que poderiam ser coladas nos muros das Igrejas e cantadas para as multidões pelos seus vendedores. Nesse viés, é sobre esse corpo documental que se debruça a pesquisa, percebendo como tais fontes revelam facetas importantes para compreender importantes debates em torno do gênero no período moderno.

Ainda sobre esse aspecto, de acordo com Sharon Achinstein, as mulheres ocupavam instâncias de autonomia durante a Guerra Civil, especialmente no exercício de sua racionalidade, o que induziu ao aumento dos discursos contrários às mulheres. Dessa forma, muitos estudos feministas abordam sobre a atuação feminina, como é o caso de Phyllis Mack (1982) que, ao estudar as mulheres profetas, demonstra como as mulheres tiveram uma certa liberdade nas seitas radicais durante a Guerra Civil. Essa autonomia também é percebida nos próprios impressos publicados pelas mulheres, já que houve um crescimento de petições e textos de autoria feminina e um aumento também das mulheres como signo nos panfletos, reconhecidas mesmo como público leitor, ao

⁴ A limitação em até 32 páginas foi estabelecida, pois, embora haja outros formatos, a maioria dos impressos trabalhados são *chapbooks*, no formato de *in-octavo*, em que a materialidade, como o número de páginas ou formato, permite perceber aspectos importantes no que tange o acesso a esses impressos e a sua circulação. Dessa forma, é possível perceber que algumas autoras, que trabalham com impressos, o limite de páginas é bastante variado, por exemplo, Wiltenburg(1992) define em até 10 páginas, que justifica que os impressos mais longos poderiam ter preços mais elevados (WILTENBURG, 1992, p. 30). Por outro lado, Carla Suhr(2011) expande esse número para 48 páginas, entretanto dificilmente tal número seria vendido sem encadernação. Já para Leslie Shepard(1973), os impressos, classificados como literatura de rua, seriam pequenos livretos “não cortado de oito, dezesseis, vinte e quatro ou trinta e duas páginas” (SHEPARD, 1973, p. 26). Sendo assim, a limitação em até 32 páginas seria uma média entre as autoras citadas.

apresentarem dedicatórias às leitoras femininas (BELL, 2008)⁵. Ademais, os panfletos, impressos durante esse período, demonstram preocupações e ansiedades sobre os papéis que as mulheres estavam assumindo em público (ACHINSTEIN, 1994, p.134).

Quadro 01 – Vícios e pecados atribuídos as mulheres nos panfletos impressos durante o século XVII

Tipo	Número de Impressos
Gula	-
Ira/ Scold/ Inversão de autoridade	12
Luxúria / Adulterio / Sedução	30
Preguiça	-
Avareza / Ganância	6
Soberba/ Orgulho	10
Inveja	1
Natureza das mulheres ⁶	10
Prostituição	14
Indefinido	2
Total de panfletos	69

Produzida pela autora com base nos impressos presentes no arquivo “*Early English Books Online*”.

⁵ A autora destaca como o período da guerra civil permitiu também a atuação das mulheres em diversas atividades do “mercado” livreiro, como livreiras ou editoras, embora dificilmente elas adentravam nas altas hierarquias da Stationers’ Company (BELL, 2008, p. 440).

⁶ O termo “natureza das mulheres” diz respeito a impressos que consideravam a natureza feminina como algo por si só pecador e desvirtuado. Esses textos estabeleciam, muitas vezes, as mulheres enquanto contrária aos homens, sendo elas associadas com imagens simbólicas disponíveis que evocam representações negativas, como Eva e o pecado original, ou ainda com mitos de luz e escuridão.

Para tanto, é importante considerar que a análise realizada não engloba todos os impressos produzidos durante o período, sobretudo por inúmeras variáveis, como as perdas documentais ou mesmo limitações do próprio acesso aos arquivos. Dessa forma, por serem impressos efêmeros e produzidos com materiais baratos, sua durabilidade não era tão alta quando se comparada com outras categorias de impressos, o que pode ter gerado perdas. Apesar disso, mesmo com as limitações, é possível perceber que os impressos trabalhados refletem argumentações e expectativas sobre os espaços que as mulheres deveriam ocupar. Nesse viés, pela catalogação dos impressos, percebemos uma atribuição maior das mulheres a pecados de cunho sexual. Podemos perceber que dos 69 panfletos identificados no século XVII, dentro de um universo de cerca de 150 panfletos⁷ que abordam sobre gênero, mais da metade dos vícios relacionados as mulheres eram de natureza sexual, como a prostituição, a luxúria ou a sedução. Assim, os próprios temas tratados pelos impressos podem demonstrar uma redução das mulheres às funções reprodutivas, já que elas eram associadas a vícios e pecados sexuais. Então, muitos dos panfletos construíam as representações femininas como prostitutas e adúlteras, que desafiavam a ordem masculina ao não se submeter à autoridade patriarcal.

Tal aspecto é também observado pela historiografia produzida sobre o tema, que destaca como a sexualidade se torna um anseio central durante esse período. O historiador Robert Muchembled, por exemplo, destaca como o período moderno se caracterizou por tentativas de cercear o desejo sexual e o corpo, principalmente feminino, através de diversas legislações. Ou ainda, a obra “Carnal knowledge: regulating sex in England, 1470-1600” que analisa como o comportamento sexual foi concebido como uma má conduta através de procedimentos legais em tribunais de justiça (INGRAM, 2017, p.02). Assim, as representações literárias, em geral, não diferem dessas representações judiciais e colocam o corpo feminino como algo que “empurra [as mulheres] naturalmente para o Inferno” (MUCHEMBLED, 2007, p. 91). Dessa forma, as mulheres, muitas

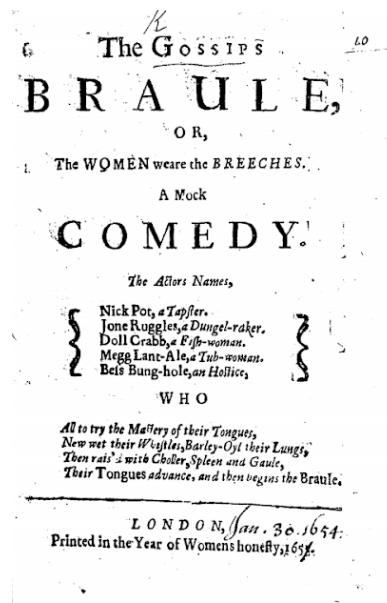
⁷ Para chegar a tal número, foram feitas pesquisas por palavras-chave, como “Women” ou “Woman”, e selecionados os panfletos que tratavam sobre mulheres. Dentre o levantamento, foram encontrados impressos sobre variadas questões que não abordaram necessariamente sobre vícios ou pecados, como crimes femininos, casamento, mulheres virtuosas, etc.

vezes, carregavam toda a culpa de Eva, em que a própria dominação masculina era, muitas vezes, explicada pelo pecado da primeira mulher. Não obstante, as mulheres eram associadas com um insaciável desejo sexual, justificado por serem mais ligadas a medos e interditos do que o corpo masculino, com excesso de fluidos e humores (MUCHEMBLED, 2007, p.96). Assim, em muitas obras catalogadas, representavam mulheres que usavam do

seu encanto sexual para tentar e, em última análise, destruir o homem. A vitimização real da mulher era conveniente esquecida, ou antes, era vista como surgida por culpa delas próprias, que aprenderam, na qualidade de filhas de Eva, a despertar o desejo masculino (GREENBLATT, 2018, p.124).

As mulheres que usam calças: as representações femininas nos impressos

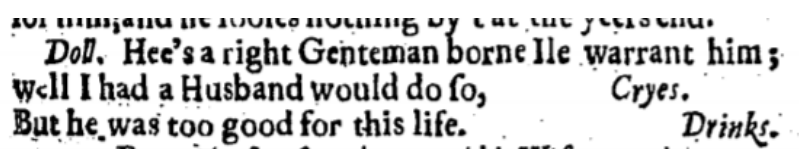
Figura 02 – Peça teatral “*The gossip’s Braule...*”. (1653)



Fonte: Early English Books Online.

Em 1653 é publicado em formato impresso a peça de teatro intitulada “The gossip's Braule, or, the Women weare the breeches. A mock comedy”⁸, cuja autoria é desconhecida. É interessante pensar no contexto em que esse panfleto está inscrito, pois, embora o teatro tenha tido grande destaque durante o período elisabetano, ele não permaneceu inerte frente aos acontecimentos que suscitaram a guerra civil. Em 1642, os teatros públicos que existiam na Inglaterra são fechados e permanecem até o período conhecido como “Restauração”. Entretanto, a existência do texto teatral não é de todo proibido durante o período, em que houve encenações ilegais ou ainda a possibilidade de que “peças didáticas ou de moral elevada fossem montadas em escolas ou casas particulares, para públicos selecionados” (HELIODORA, 2013, p.195). Nesse sentido, essa fonte demonstra uma certa persistência do texto teatral em formato impresso. Embora seja difícil estabelecer se a peça foi ou não encenada, alguns indícios da materialidade do texto são interessantes destacar, como a presença de rubricas em itálico que indicam as ações, como sentimentos ou a entrada de um personagem (figura 03). Dessa forma, há diversas tentativas em diminuir, por parte dos impressores, a distância entre o texto impresso e o texto representado em um palco (CHARTIER, 2018, p.14)⁹. Tal ponto não retira na totalidade a dimensão performativa do texto e permite ao leitor a percepção da entonação ou dos sentimentos dos personagens.

Figura 03 – Itálicos e rubricas presentes na fonte



Doll. Hee's a right Genteman borne he warrant him;
well I had a Husband would do so, *Cryes.*
But he was too good for this life. *Drink.*

Fonte: Early English Books Online.

⁸ É importante destacar que esse panfleto pertence a coleção “Thomason Tracts”, coleção conjunto de quase 22 mil panfletos coletados por George Thomason, um colecionador que possuiu diversos textos produzidos durante os anos de 1640 a 1660 (LIMA, 2013, p. 103).

⁹ Nesse sentido, é importante destacar a diferença existente entre um texto teatral encenado e o mesmo texto impresso. Durante esse período, muitos impressores e editores destacavam que o impresso não possui a mesma relação com o público que a performance teatral, em que características como o tom de voz, a oralidade, o cenário, a relação entre os atores e o público não poderia ser transmitida da mesma maneira pelos impressos. Apesar disso, muitas peças foram publicadas com certas tentativas editoriais, como as rubricas, para diminuir tal distância (CHARTIER, 2018).

Outro ponto é que o panfleto possui poucas páginas e não possui ilustração, isso permite perceber que se tratou de um impresso mais barato do que os outros, o que possibilita que uma maior quantidade de leitores tivesse acesso (SUHR, 2011, p.64). Esses aspectos materiais são de fundamental importância, pois demonstram indícios de quem poderiam ser os leitores e/ou ouvintes de tais fontes, sobretudo pelo preço de tais impressos estarem diretamente relacionados com as escolhas tipográficas, o número de páginas e outras escolhas editoriais. Além disso, as técnicas de leitura durante esse período eram bastante marcadas pela oralidade, sobretudo pelas práticas de leitura serem feitas em voz alta e, muitas vezes, em espaços públicos (CHARTIER, 2002). Percebe-se que historicizar os hábitos de leitura, permite perceber como os próprios impressos trazem certas continuidades das práticas orais. Essas fontes, portanto, circulam mesmo entre grupos iletrados, justamente devido à oralidade e a facilidade de circulação, rompendo com o monopólio do conhecimento.

A peça de teatro “The gossip's Braule...” (título resumido), constituída enquanto uma sátira, expõe o diálogo entre Doll, Megg e Jane em uma taberna, que entre bebidas e tabaco, abordam questões relativas à vida pessoal de cada uma. A peça é marcada por dois grandes momentos, em que inicia com as mulheres bebendo, falando sobre as suas vidas domésticas e as suas relações com seus maridos. O grande ponto de virada da peça de teatro é quando Bess entra na taberna e encontra o seu marido praticando adultério com Jane. Ela, então, inicia a atitude de repreender o seu marido e as mulheres que estavam no local, o que faz com que a desordem saia dos limites da taberna e incomode também a vizinhança. É importante destacar que a própria repreensão, ou *scold*, não era bem-vista, sendo associada como uma manifestação da natureza desordenada e como uma forma de perturbar a paz da comunidade, por meio do abuso verbal (AMUSSEN; UNDERDOWN, 2018, P. 27). Assim, o ato de repreender “era, no entanto, também uma ofensa criminal e as mulheres

consideradas culpadas podiam ser incriminadas judicialmente, multadas, presas ou sujeitas a várias sanções informais” (KERMODE; WALKER, 1994, p.08)¹⁰.

Nesse sentido, a narrativa aborda, sobretudo, sobre os desvios sexuais e comportamentais que essas mulheres cometem, seja o adultério ou ainda reclamações que colocam os seus maridos como pessoas incapazes de suprir seus desejos sexuais, abordando diversas vezes sobre como isso era um infortúnio, em que “o mundo sabe pouco o que nós, mulheres pobres, suportamos” (*The gossip's Braule*, 1653, n.p.)¹¹. O próprio título da obra é significativo para a análise, pois por ele é possível perceber o tema das disputas pelos culotes, que se constitui enquanto uma temática comum na literatura do período moderno. Assim, as calças, elemento do universo masculino, são símbolos “da dominação masculina que, mais do que estruturante do pacto marital, é parâmetro para todas as formas de dominação, como salienta Bourdieu” (LIEBEL, 2015, p.228). A peça sugere, logo de início, uma alteração dos referenciais sociais dos papéis de gênero, ou ainda, como expresso na obra de Christopher Hill, um mundo de ponta a cabeça. Há, assim, uma ideia geral de que o mundo poderia ser virado de cabeça para baixo e que o fim dos tempos estaria próximo, aspecto compartilhado mesmo por grupos letrados.

A peça, enquanto uma sátira, apresenta todas as personagens femininas de forma desvirtuadas e pecadoras, que cometem excessos, seja o adultério ou o uso de bebidas. Por exemplo, Doll revela sobre suas práticas adúlteras realizada com seu vizinho e também sobre o fato que seu marido não a deixava fumar no ambiente doméstico, onde o “[...] marido resmungo para mim” (*The gossip's Braule*, 1653, n.p.)¹². A taberna, então, assume-se como um local em que a mulher rompe com as regras domésticas, seja pelo uso de tabaco, como no caso de Doll, ou pelas próprias práticas adúlteras comentadas e praticadas no espaço público. As mulheres, dessa forma, são retratadas enquanto desvirtuadas, adúlteras e sedutoras, que possuem impulsos sexuais que as tornam difíceis

¹⁰ No original: “was, however, also a criminal offence, and women found guilty could be judicially ducked, fined, bound over by recognizance, or subject to numerous informal sanctions” (KERMODE; WALKER, 1994, p. 08).

¹¹ No original: “the world little knows what we poor women endure” (1653, n.p.)

¹² No original: “husband grumbles at me” (1653, n.p.).

de controlar e compartilham da inconstância e da luxúria com os demônios, o que as fazem serem tão pecadoras (CLARK, 2020, p. 163).

Entretanto, as figuras masculinas também não são excluídas dessas representações falhas. Para tanto, os panfletos, assim como essa peça apresentada, reafirmam, de uma forma bastante negativa, a incapacidade do homem em controlar esses impulsos femininos e garantir o seu papel dentro de uma ordem estabelecida. O próprio dono da taberna na peça, chamado Nick, não consegue controlar as mulheres quando elas arrumam conflitos dentro do seu estabelecimento, mesmo ficando muito insatisfeito com as atitudes desordenadas dessas mulheres. Ou ainda, a forma que são retratados os maridos de cada uma das personagens femininas encaixa dentro dessa noção de “patriarcas falhos”, que ressalta a incapacidade dos homens de frear os impulsos pecadores ou mesmo de suprir seus desejos sexuais das mulheres.

Às avessas, assim, poderiam ser um instrumento de humor, conforme demonstrado pela própria peça teatral. Entretanto, o humor da inversão só acontece por existirem normas estabelecidas, já que não se virá o mundo de cabeça para baixo sem saber como ele é voltado para cima (AMUSSEN; UNDERDOWN, 2018, p.24). Dessa forma, a própria representação do avesso nessa peça de teatro, também, atesta o que era esperado para o comportamento feminino e masculino. Destaca, então, que ao estudar as imagens às avessas na literatura, Liebel sublinha que o

[...] mundo às avessas caracteriza a mulher como responsável pela segurança e sustento familiar, colocando-a fora do âmbito doméstico e dos afazeres que lhe são comumente atribuídos: o cuidado do lar e da prole, que passam ao encargo do homem (LIEBEL, 2015, p.230).

Aspecto semelhante pode ser percebido na peça, as mulheres ocupam os espaços públicos e possuem atitudes que são comumente atribuídas ao campo masculino, expresso pelo próprio uso de calças. Os personagens na peça, portanto, servem de exemplo para demonstrar o que aconteceria se as mulheres não tivessem os estímulos controlados, em que acabariam perturbando a paz local e inverteriam os papéis, desafiando a ordem patriarcal. Nesse sentido, a narrativa aborda, sobretudo, sobre os vícios e

pecados que essas mulheres cometem, seja o adultério, a sedução, a luxúria, o uso de bebidas, e colocam os seus maridos como pessoas incapazes de suprir os desejos sexuais femininos.

Ademais, tanto em “The Naked Woman...” quanto na peça de teatro “The gossip's Braule...” as representações femininas se entrecruzam em alguns pontos. Dessa forma, não é à toa que Brown escreve a Mr. Peter Sterry, na primeira fonte, o acusando de ter sido complacente com a mulher que aparece nua dentro de uma Igreja. Por meio deste impresso, é possível perceber mais uma vez os riscos de deixarem que as mulheres cometam atos pecadores, sobretudo, por Brown destacar como a ausência de uma punição pode ter incentivado outros comportamentos semelhantes. Podemos perceber que Brown solicita que essa mulher seja investigada e julgada, salientando que ela não deveria ser disciplinada ou excluída como louca (ACHINSTEIN, 1994, p.151). Tal aspecto se difere das outras fontes catalogadas, pois aproxima a atitude feminina como algo racional e não meramente corporal, mas como um sinal de “protesto”. Além disso, ambas as fontes representam as mulheres enquanto seres maléficis que quando ocupam espaços públicos, seja a Igreja ou a taverna, e corrompem a ordem tradicional, sobretudo na ausência de um controle masculino sobre os corpos femininos — expressos pelos personagens masculinos cômicos da peça de teatro ou por um legislador que hesita ao aplicar punição correta.

Junto a isso, a ansiedade masculina sobre atitudes femininas desreguladas não era percebida somente nas obras literárias, mas era um ponto de discussão também na legislação do período. O historiador Muchembled destaca como o período moderno é marcado por uma repressão muito forte dos apetites carnis, que contribuem “para impor um modelo de sexualidade puramente procriador, admissível unicamente no contexto do casamento” (MUCHEMBLED, 2007, p. 07). Na Inglaterra há, por exemplo, uma série de atos que buscam criminalizar o desvio sexual, como é o caso do ato de 1650 que prevê a pena de morte para adultério e ao incesto (MUCHEMBLED, 2007, p. 113). Em que muitos impressos faziam menções diretas a tais atos, traduzindo uma linguagem jurídica e pouco acessível para públicos amplos, ou mesmo destacar a importância da punição para esses desvios femininos, como é o caso de “The naked Woman...”. Dessa forma, é possível perceber

como a literatura e a legislação estabelecem padrões aos comportamentos femininos e masculinos, reafirmando a dominação masculina.

Conclusão

Percebe-se que o campo do simbólico – como a literatura – é tão estruturante da sociedade, quanto as próprias relações sociais. As representações femininas produzidas durante o período moderno também são significativas para compreender as inúmeras facetas que as sociedades estão inscritas. Dessa forma, as percepções

do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 2002, p. 17)

As escolhas, portanto, na forma de representar o feminino e o masculino demonstram um medo e uma ansiedade masculina com as possibilidades de inversão da ordem tradicional. Dessa forma, essas representações auxiliam a confirmar a própria ordem patriarcal como o neutro e natural, em que o contrário seria percebido como motivo de riso ou de preocupação.

Assim, percebemos, ao analisar a fonte, que durante esse período, se impõe certos comportamentos ao corpo feminino e ao masculino, delimitando papéis de gênero a ambos os sexos. As representações dos desvios ou da resistência a dominação serviriam de confirmações da necessidade da ordem patriarcal, em que as mulheres sedutoras ou adúlteras, por exemplo, eram utilizadas pela literatura como confirmações das mulheres como seres maléficos que necessitam do domínio patriarcal para não gerar conflitos com a vizinhança (BOURDIEU, 2010, p. 43). Assim como na fonte e no mapeamento, percebemos que as mulheres, como citado por Stuart Clark, podiam infringir as regras sociais por meio das que eram dominadoras (como as megeras), das que se apossavam do controle masculino (como as que praticam a repreensão), ou das que buscavam superioridade sexual (como as prostitutas, sedutoras e adúlteras) (CLARK, 2020, p.185). Por isso, o

controle masculino seria associado como fundamental, para que as mulheres não se corrompam mais e para que se mantenha a ordem.

Fontes e bibliografia

1. Fontes impressas

LONDRES. **The gossip's Braule, or, the Women weare the breeches. A mock comedy.** 1653. Early English Books Online, n.p.

BROWN, David. **The Naked Woman, or a Rare Epistle sent to Mr. Peter Sterry, desiring him to shew the causes of his silence, against that most shamefull late act of an impudent woman in the midst of his Sermon at Whitehall Chapell.** Londres, 1652. Early English Books Online, n.p.

2. Referências bibliográficas

ACHINSTEIN, Sharon. Women on top in the pamphlet literature of the English revolution. **Women's Studies**, 1994, v. 24, p.150

AMUSSEN, Susan. UNDERDOWN, David. **Gender, Culture and Politics in England, 1560–1640.** Bloomsbury Academic, 2018.

BELL, Maureen. Women writing and women written. In: BARNARD, John; MCKENZIE, D. F. (eds.). **The Cambridge History of the Book in Britain.** Vol. IV, 1557-1595. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 431-451.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Algés: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **Do palco à página:** publicar teatro e ler romances na Época Moderna (Séculos XVI-XVIII). São Carlos: EdUFSCar, 2018.

CLARK, Stuart. Mulheres e Bruxaria. In: **Pensando com Demônios:** A Idéia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna. São Paulo: EdUSP, 2020, p. 155-188.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente.** São Paulo: Companhia de Bolso. 2020.

GREENBLATT, Stephen. **Ascensão e queda de Adão e Eva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HELIODORA, Barbara. **Caminhos do Teatro Ocidental**. Editora Perspectiva, 2013.

INGRAM, Martin. **Carnal Knowledge: Regulating Sex in England, 1470–1600**. Cambridge University Press: London. 2017

KERMODE, Jenny; WALKER, Garthine. **Women, Crime and the Courts in Early Modern England**. UCL Press Limited University College: London. 1994

LIEBEL, Silvia. Abrir janelas nas almas dos homens: notas historiográficas nos 500 anos da Reforma Protestante. **História Unisinos**. v. 24 n. 3, 2020, p. 418-431.

_____. 17th-century French street literature. **The Literary Encyclopedia**, 2017. Disponível em: <<https://www.litencyc.com/php/stopics.php?rec=true&UID=19450/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

_____. A disputa pelos culotes: gênero e o mundo às avessas na Europa moderna. **Projeto História**, v. 53, 2015, p. 227-256.

LIMA, Veronica Calsoni. Uma narrativa da Revolução Inglesa por meio de seus impressos: George Thomason e sua coleção (1640-1660). In: **Anais da XIX Semana de História da UNESP**, 2015, p. 110-124.

MACK, Phyllis. Women as Prophets during the English Civil War. **Feminist Studies**, 1982, v.8, n. 1, pp. 18-45.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

MUCHEMBLED, Robert. **O Orgasmo e o Ocidente**: Uma história do prazer do século XVI a nossos dias. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RAYMOND, Joad. **Pamphlets and Pamphleteering in Early Modern Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ROBERGE, Livia. **Stand up now, diggers all**: a experiência digger na Inglaterra Revolucionária Seiscentista (1648-1652). Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2017

SHEPARD, Leslie. **The History of Street Literature: The story of Broadside Ballads, Chapbooks, Proclamations, News-Sheets, Election Bills, Tracts, Pamphlets, Cocks, Catchpennies, and other Ephemera**. Newton Abbot: David & Charles Holdings, 1973.

SUHR, Carla. **Publishing for the Masses**: Early Modern English Witchcraft Pamphlets. Société Néophilologique, 2011.

WILTENBURG, Joy. **Disorderly Women and Female Power in the Street Literature of Early Modern.** Charlottesville: The University Press of Virginia, 1992.

Educação histórica, pensamento decolonial e teoria pós-colonial: consonâncias, novos olhares e perspectivas

Historical education, decolonial thought and post-colonial theory: consonances, new propositions and perspectives

Kelvin Oliveira do Prado

Mestrando em História
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
kelvinprado17@gmail.com

Recebido em: 11/05/2021

Aprovado em: 10/07/2021

Resumo: Este trabalho tem por objetivo observar as possibilidades de fomentar as perspectivas do diálogo entre o pensamento/perspectiva decolonial, e da teoria pós-colonial, com o campo da Educação Histórica, em ampliações e abordagens. Nesse sentido, pensar uma ótica de cunho dialógico. Em tal propósito, conceitos do campo da Educação Histórica são visionados, coadunados com as insurgências dos sujeitos para acesso aos espaços hegemônicos e de poder. Intenta-se refletir sobre a possibilidade de ampliação de experiências emancipatórias na reflexão histórica. Tais perspectivas são vistas frente ao que se denomina de óticas de uma “História única”, que se afirmara universalista. Em suma, pensando historicamente e adotando um diálogo que preze não pelo solipsismo, mas pela relação plural entre epistemes.

Palavras-chave: História; Historiografia; Dialogismo.

Abstract: This paper intends to observe possibilities of fostering the perspectives of dialogue between decolonial thought and post-colonial theory with the area of Historical Education, in extensions and approaches. In this sense, to think from a dialogical perspective. In this regard, concepts from the spectrum of Historical Education are envisioned, in line with the insurgencies of the individual for access to hegemonic and power spaces. It is intended to reflect on the possibility of expanding emancipatory experiences in historical reflection. Such perspectives are seen in the face of what is called the “hegemonic history” optics, which had claimed to be universalist. In short,

thinking historically and adopting a dialogue that values not solipsism, but the plural relationship between epistemes.

Keywords: History; Historiography; Dialogism.

História, perspectiva decolonial e pós-colonial

As interpretações da história não são estáveis e imutáveis, elas respondem às mudanças no equilíbrio geopolítico de poder e das relações entre sujeitos e nações, respondem também aos novos contextos e realidades insurgentes, cada vez mais presentes. Sendo assim, é possível observar que as instituições de ensino, enquanto espaços de poder e de hegemonia, podem preservar, ou não, narrativas de cunho inclusivo ou exclusivo. Notando-se, certamente, as disputas de narrativa presentes nos espaços que, em si, já são disputados, os locais de produção e troca de conhecimento não são alijados disso, bem como as áreas do saber e os conhecimentos que daí insurgem.

Pensando nas diferentes correntes interpretativas sobre o papel da educação, da superação ou manutenção da marginalidade, de teorias não-críticas ou crítico-reprodutivistas, da “teoria do sistema de ensino como violência simbólica” de Bourdieu e Passeron ou da “teoria da escola como aparelho ideológico de Estado (AIE)” do Althusser, enfim, das óticas dos intelectuais em suas perspectivas, é possível notar as variáveis na captação das possibilidades ou impedimentos dos espaços educacionais, enveredando outros aparelhamentos, diríamos, que estão entrecruzados no âmbito das estruturas de saber-poder, lembrando Michel Foucault (2007).

No entanto, como revelara Dermeval Saviani, é preciso uma “[...] tarefa de superar tanto o poder ilusório (que caracteriza as teorias não-críticas) como a impotência (decorrente das teorias crítico-reprodutivistas), colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado” (2008, p. 25).

Pensando nisso, intenta-se pensar como insurgências presentes na sociedade, em requerimentos epistêmicos, de inclusão ou consideração de subjetividades outras, não hegemônicas, a legitimação de modos de existência, em estudos e perspectivas que trazem preceitos que intentam

transformar as idiossincrasias, etc., o campo da História não se furta dessa disputa. Isto posto, pensando em professores também como intelectuais, como pontuou Henry Giroux (1987), abre um locus de possibilidades para além do espaço acadêmico.

O papel social do intelectual é precisamente tornar-se integrado àqueles movimentos equipados de conhecimento emancipatório — teórico e prático [...] concepções de verdade, razão objetiva etc. são, elas próprias, parte de discursos parciais de atores históricos, situados em um tempo e lugar específicos. É suficiente salientar que a própria ciência deve tornar-se consciente dos limites de sua aspiração à totalização (1987, p. 36-37).

Nesse sentido, pensar toda uma rede de sujeitos na prática educativa, do discente ao docente, entrevê esses debates pungentes e de disputa de narrativas e de histórias. Sendo assim, é interessante adotar uma teorização que procure fugir do internalismo e eurocentrismo presentes na escrita da História, daí surgem essas novas perspectivas advindos do Sul global, em apelos às histórias locais e globais, sem sobreposições, mas em diálogo, em trocas.

Surgem como apelos à inclusão e visões mais amplas, evidenciando que outros passados também eram história. Autores como o historiador indiano Dipesh Chakrabarty falam em “provincializar a Europa”, ou seja “[...] descobrir como e em que sentido as ideias europeias eram universais e também eram, ao mesmo tempo, extraídas de tradições intelectuais e históricas particulares que não podiam reivindicar nenhuma validade universal [...]” (2000, p. 13, tradução nossa).

Não é rejeitar ou descartar o pensamento europeu, é não silenciar outros saberes e sujeitos, logo, trazê-los à tona, já que como alertam expoentes dos estudos no campo da Educação Histórica: “[...] todas as escolhas ‘canônicas’ são muito complicadas e basicamente controversas [...]” (BORRIES apud SCHMIDT, 2014, 42).

Linda Alcoff (2016, p. 131) pontua que as reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social. Os pensadores pós-modernos já haviam criticado a noção moderna de totalidade; contudo, tal crítica se limita ao

interno da história da Europa e das suas ideias (MIGNOLO, 2010). É esse deslocamento teórico que os autores no âmbito pós-colonial, inspirados pelos teóricos europeus, sobretudo do pós-estruturalismo francês, fizeram.

Partindo dessa crítica à racionalidade moderna que desde as críticas de Friedrich Nietzsche impactara autores como Michel Foucault, Jacques Derrida e outros do período da segunda metade do século XX, autores como Edward Said, Homi Bhabha, Gayatri Spivak e vários outros teceram visões que deslocaram raciocínios críticos para pensar as realidades das ex-colônias inglesas em África e Ásia.

Segundo Chakrabarty “O projeto de provincializar a “Europa” se refere a uma história que ainda não existe [...] Para começar, não exige uma rejeição simplista e imediata da modernidade [...] grandes narrativas, explicações totalizadoras, etc. [...]” (CHAKRABARTY, 2000, p. 42, tradução nossa).

É pensar que outras formas de mundo são possíveis, como expõem autores latino-americanos no âmbito da perspectiva decolonial. Nesse aspecto, a “colonialidade do poder” – um conceito desenvolvido por Aníbal Quijano, em 1989 (BALLESTRIN, 2016), (no cerne dos estudos decoloniais) – é um “dispositivo de controle” que abarca elementos como o saber e a subjetividade, por exemplo, que paralisa e impede transgressões de visões de mundo. Portanto, impede-se que sejam discutidas as questões que estruturam as relações sociais. Quijano constata, no significado do conceito, o fato de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a “destruição” do colonialismo (BALLESTRIN, 2016).

Contudo, “[...] o desprendimento que promove o pensamento decolonial traz a confiança em que outros mundos são possíveis (não um novo e único que cremos que pode ser o melhor, mas outros, diversos) e que estão em processo de desconstrução planetariamente” (WALSH, 2006, p. 10, tradução nossa). É importante mencionar que o pensamento decolonial e a teoria pós-colonial não são sinônimos, o que não impede o diálogo e troca de experiências e dialogismos.

Em certo ponto é possível a convergência de que a própria historiografia esteve e pode estar alicerçada em bases colonialistas, em raízes que se entrepõem entre a idiossincrasia dos sujeitos partícipes dos processos históricos e de seu próprio entendimento, processo que não está alijado da nossa formação de bases coloniais, como em toda a América.

Ou seja, uma crítica epistêmica é uma das bases de reflexão, por isso esse diálogo com pressupostos pós-coloniais e decoloniais, em suas diversidades e divergências, pode ser positiva para a História nesse processo prático da Educação Histórica em contato com o pensamento de alunos da educação básica e em formação na área da História.

“[...] Ainda que assuma a influência do pós-colonialismo, o Grupo Modernidade/Colonialidade recusa o pertencimento e a filiação a essa corrente [...]” (BALLESTRIN, 2016, p. 108), isto é, os estudiosos da corrente decolonial possuem divergências com os intelectuais tidos como pós-coloniais. Ao fim, é difícil se imaginar fora dessa linha de raciocínio afetada pela ótica colonial, de que outras visões não são possíveis, pois somos produtos dela.

O colonialismo tem, em alguns casos, criado identidades, mas também para mostrar como têm sido silenciadas e desautorizadas epistemicamente algumas formas de identidade enquanto outras têm sido fortalecidas. Assim, o projeto de decolonização epistemológica presume a importância epistêmica da identidade porque entende que experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento (ALCOFF, 2016, p. 136).

Por outro lado, é preciso estar atento, pois:

o “colonial” do termo “alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais”. Sobre esse ponto, nota-se que nem todas as situações de opressão são consequências do colonialismo – veja-se a história do patriarcado e da escravidão –, ainda que possam ser reforçadas ou ser indiretamente reproduzidas por ele. Em suma, ainda que não haja colonialismo sem exploração ou opressão, o inverso nem sempre é verdadeiro (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

A teoria pós-colonial se conecta com a teoria crítica europeia (WALSH, 2006, p. 83). Já o pensamento decolonial emergiu desde a própria modernidade que trouxe, em si, a colonialidade, a decolonialidade é sua contrapartida nessa modernidade. Ademais, parte dos primeiros trabalhos da

Teoria Pós-colonial foram estimulados pelo coletivo de “Estudos Subalternos” e se concentraram no sul da Ásia, mas começaram a ser aplicados na América Latina e África (CORAD, 2016, p. 53, tradução nossa); não se propõem grandes narrativas da história mundial, pelo contrário, muitos evitam narrativas mestras que culminam no Ocidente moderno.

A Educação História e a consonância com as perspectivas insurgentes

Essas novas perspectivas da história que se insurgem, desde a história dos sujeitos invisibilizados pelas narrativas hegemônicas, partindo já na Escola dos Annales, mas que é pulverizada em ex-colônias na Ásia, América e África, visam efetuar uma mudança na organização e na ordem institucional do conhecimento. Assim, observando contribuições do campo da Educação Histórica, por exemplo, são postos conceitos importantes ao pensamento histórico e na forma de se lidar com a História.

É possível trazer estas novas abordagens somando suas metas inclusivas, afinal, como afirma Bodo Von Borries (2016, p. 179), a história é escrita pelos vencedores. Observa-se que periodizações, o que lembrar e o que esquecer, são também formas de poder, de seleção daquilo que é conveniente de ser lembrado e esquecido, ou silenciado. De tal modo que a narrativa da história dita “oficial” também é uma construção política, seleciona-se um “passado significativo” para os grupos dominantes.

O surgimento de uma produção histórica que se pautava por críticas às formas então consideradas tradicionais e pela introdução de conceitos e categorias explicativas que até então eram desconsideradas forneceram o embasamento necessário para que os novos currículos e propostas se orientassem pela negação ao etnocentrismo, pela valorização do cotidiano como categoria explicativa e pela rejeição ao quadripartismo da História (ABUD, 2005, p. 30).

A negação deste etnocentrismo referenciado por Kátia Abud é uma das proposições das novas categorias de análise, que se pretendem mais complexas e dialógicas frente aos outros campos do saber, fugindo do solipsismo. Nesse sentido, volta-se aos pressupostos de Marc Bloch, (2001), isto

é, de que os especialistas precisam estar atentos ao fato de que as investigações históricas não sofrem de autarquia.

Ou seja, isolado, as coisas são compreendidas apenas pela metade. Portanto, munir-se com saberes diversos é importante, poder-se-ia pressupor transpor enquadramentos em que as áreas do saber são “enclausuradas”. De antemão, é importante ter em mente que não se pretende afirmar que há a possibilidade de tudo explicar, levando em conta que são simplesmente formas de análise e de pensar as realidades entre outras maneiras possíveis.

A noção de “empatia histórica”, por exemplo, no espectro dos estudos da educação histórica, pode auxiliar no ensino-aprendizagem, porque “[...] o conceito de empatia facilita a compreensão histórica, ao aproximar as pessoas do passado às do presente [...]” (ABUD, 2005, p. 27). Nessa perspectiva, pensar através de uma ótica que observe essas relações de poder na própria escrita da história, nos discursos que, inclusive, utilizamos para julgar e subjugar o “real” de ontem e de hoje, partem, ao fim, dessas mesmas relações.

Com isso, aproximar-se aos sujeitos do passado pode ser frutífero com a ótica da empatia histórica em que notemos sujeitos diversos, não apenas no locus do contexto de uma região, mas também no global, partindo do holismo e reducionismo em suas convergências e entrecruzamentos.

A formação histórica revela e define fundamentalmente os procedimentos da consciência histórica ou conhecimento histórico [...]. O conhecimento histórico é a principal ferramenta na construção dessa consciência histórica, que articula o passado com as orientações do presente e com as determinações do sentido com as quais o agir humano organiza suas intenções e expectativas no fluxo do tempo (ABUD, 2005, p. 28).

Expectativas essas que são engendradas nas referidas relações, mas que as teorias e pensamentos insurgentes podem contribuir para trocas e transformações na perspectiva com que são encarados as realidades e os processos de mudança ou permanência. A referida consciência histórica ocorre quando “[...] a informação inerte, progressivamente interiorizada, se torna parte da ferramenta

mental do sujeito e é utilizada, com alguma consistência, como orientação no cotidiano pessoal e social [...]” (BARCA, 2012, p. 400).

Isabel Barca (2011), uma das referências no campo da educação histórica, reflete sobre a mudança em História, num quadro de reconhecimento de multiperspectivas, que é concebida de forma complexa e problemática, sem um sentido fixo ou uma direção determinada. Assim, “[...] a área de investigação em Educação Histórica reivindica um estatuto científico específico, que tem como objeto as concepções dos vários tipos de sujeitos que desenvolvem o seu pensamento histórico em vários níveis [...]”, sendo uma área que se constitui na confluência de vários saberes, como no “conhecimento histórico contextualizado, problematizado e aberto a múltiplas perspectivas” (BARCA, 2012, p. 38-39).

A História não trata de certezas sobre um passado considerado fixo até que novos factos sejam descobertos; existem construções historiográficas diferentes, por vezes a responder a perguntas muito próximas, mas com enfoques diferentes. Numa sociedade aberta, torna-se cada vez mais óbvia esta característica da História – a de que não se aceita apenas “uma grande narrativa” acerca do passado – já que os historiadores podem produzir narrativas divergentes, fruto de perspectivas diferenciadas sobre as mesmas fontes ou situações (BARCA, 2006, p. 95).

Nesse sentido, um outro pensador importante do campo, como Peter Lee (2011, p. 29), alerta para as problemáticas das leis e generalizações. Lee chama a atenção para o fato de que “[...] o conhecimento histórico pode excluir certas concepções de passado e então mudar nossas concepções do futuro [...]” (2011, p. 36). Esses pressupostos podem seguir em consonância ao que trazem as perspectivas de desestruturação eurocêntrica trazidas pelo âmbito pós-colonial e decolonial, desmistificando as ideias construídas pela suposta universalidade.

As grandes narrativas do historicismo do século dezenove, em que se baseiam suas pretensões ao universalismo - evolucionismo, utilitarismo, evangelismo - também foram, em um outro espaço/tempo textual e territorial, as tecnologias da governança colonial e imperialista. É o “racionalismo” dessas ideologias do progresso que vai sendo crescentemente erodido no encontro com a contingência da diferença cultural (BHABHA, 1998, p. 270-271).

Como pusera Barca (2011, p. 60) “[...] as tendências positivistas que culminaram no século XIX e primórdios do século XX, traduziram-se, também em História, em concepções de progresso social sob formas mais ou menos lineares [...]”. O conceito de “cultura histórica”, por exemplo, aborda um fenômeno que caracteriza o papel da memória histórica no espaço público, memória mais que disputada, em tempos de conflitos simbólicos permanentes em espaços públicos diversos.

“[...] Da consciência histórica há somente um pequeno passo para a cultura histórica [...] se pode definir a cultura histórica como a articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade [...]” (RÜSEN, 2016, p. 57), ou seja, a memória histórica que dá ao sujeito uma orientação temporal em sua práxis e oferece uma direcionalidade para a ação e uma autocompreensão de si mesmo (RÜSEN, 2016, p. 64).

A aprendizagem histórica, em Rüsen (2016, p. 11), é um processo fundamental e que tem como referência a ciência da história, assim, “[...] isso leva à mudança da didática da história para a consciência histórica como base de todo o ensino e aprendizado da história [...]”, podendo-se explicar a consciência histórica como teoria da aprendizagem histórica. Essa:

mudança de eixo do referencial da Didática da História encontra guarida também, no principal ponto de convergência entre autores como Jörn Rüsen, Bodo Von Borries, Peter Lee, Isabel Barca [...] a aprendizagem histórica só é aprendizagem quando ela muda os padrões de interpretação do passado, o que pressupõe um processo de internalização dialógica e não passiva do conhecimento histórico, além de uma exteriorização para fora, no sentido de mudar a relação com a vida prática e com o outro (LEE apud SCHMIDT, 2014, 48).

Essas argumentações postas anteriormente demonstram convergências conceituais e de perspectivas que vão ao encontro de demandas sociopolíticas dos estudiosos dos campos decoloniais, sobretudo na América Latina, bem como de intelectuais tidos como pós-coloniais. Essa esperança de mundos e epistemologias “outras”, no sentido inclusivo.

Pensadores têm feito críticas e refletido sobre as metanarrativas eurocêntricas que impõem discursos que procuram abarcar todas as nuances da vida dos sujeitos, “[...] a própria noção de “ocidente” (oeste) é algo que os educadores críticos compreendem como altamente problemático

[...]” (MCLAREN, 1997, p. 145), como lembrara Antonio Gramsci ou Edward Said, “Oriente” e “Ocidente” foram abstrações superficiais.

Samir Amin (1989, p. 34) afirma que O Oriente, por exemplo, é uma construção artificial e posterior do eurocentrismo, e este eurocentrismo é muito prejudicial porque implica uma teoria da história universal e um projeto político mundial (AMIN, 1989, p. 75), é prejudicial, ainda, porque fundamenta mitos, tais como o da “pureza ariana” da Grécia” (AMIN, 1989, p. 89). O que Foucault não teria conseguido capturar em sua denúncia foi o eurocentrismo e o colonialismo, que seriam duas faces da mesma moeda, dado que o eurocentrismo é uma lógica para a reprodução da colonialidade do saber (BALLESTRIN, 2016, p. 103).

Ademais, o problema é que o eurocentrismo está presente em todos os domínios do pensamento social, nas relações cotidianas, nas informações e opiniões políticas ou gerais e, conseqüentemente, nas línguas acadêmicas que são os meios legitimados e de grande confiabilidade de alguns setores da sociedade civil.

Os enquadramentos e enraizamentos discursivos de pertencimento de teorias, métodos ou visões de mundo também recebem críticas no contexto das reflexões de autores como Homi Bhabha, ao perguntar:

o que está em jogo quando se chama a teoria crítica de “ocidental”? Essa é, obviamente, uma designação de poder institucional e eurocentrismo ideológico [...] esta é uma manobra familiar do conhecimento teórico, onde, tendo-se aberto o abismo da diferença cultural, um mediador ou metáfora da alteridade deverá conter os efeitos da diferença. Para que seja institucionalmente eficiente como disciplina, deve-se garantir que o conhecimento da diferença cultural exclua o Outro (CHAKRABARTY p. 59).

Assim, o “Outro” é citado, encaixado em segmentos, “estudado” e posto em esclarecimentos seriais, perdendo o seu poder de significar, de negar e de iniciar o seu desejo histórico. Com isso, torna-se invisível, não estabelecendo seu próprio discurso institucional (enquanto espaço de poder e legitimação) e oposicional.

Dito isso, modificar a realidade revela que não se trata apenas identificar os valores comuns manifestos na memória pública, bem como no currículo, em parâmetros dos espaços de poder, pois também é necessário analisar e transformar os processos por meio dos quais tais valores são gerados e disseminados, isto é, estruturados e mantidos.

Cada vez mais autores, educadores de diversos segmentos e intelectuais gerais têm discutido esta necessidade de desenvolver uma epistemologia decolonial revolucionária, como o caso de Linda Alcoff (2016), para quem o problema epistemológico deva ser central “[...] cientificismo, positivismo, autoridade masculina, elitismo e eurocentrismo devem ser desembaraçados do processo pelo qual um conhecimento libertador é desenvolvido [...]” (p. ALCOFF, 2016, 130).

No âmbito das discussões decoloniais, surge o que é denominado de “Giro decolonial”, um termo cunhado por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2016, p. 105). Essas reflexões, coadunadas com as perspectivas em renovação ou mesmo já consolidadas na tradição historiográfica, podem permitir tentativas de insurgência epistêmica na escrita da história, nas práticas didático-pedagógicas e na própria forma de nos entendermos no mundo.

Nessas disputas epistemológicas, em “guerras” do poder de narrar e de legitimar, de adentrar espaços, etc., surgem as movimentações para o (re)descobrimento e a revalorização das teorias, práticas, subjetividades e epistemologias do Sul, enveredando-se em diversas áreas, como aqui é refletido, no âmbito das Ciências Sociais, das Humanidades, bem como da Psicologia, etc.

Fato é que críticos falam de perspectivas utópicas e da falta de diálogos, sobretudo com outros espectros latino-americanos, bem como alerta Ballestrin (2016), dos diagnósticos romanceados e reprodutores de maniqueísmos, o que não invalida a produção. Pois, como ainda aponta Ballestrin, trata-se de um trabalho reflexivo coletivo, transdisciplinar e engajado, que oferece

novas leituras analíticas, mas no qual o Brasil ainda apareceria como “apartado da realidade latino-americana” analisada pelas perspectivas dos grupos referenciados.

No entanto, mesmo com esse tal “apartamento”, observa-se que os debates sobre a Educação Intercultural e os intelectuais e ativistas como Sônia Guajajara, Davi Kopenawa Yanomami, Ailton Krenak ou Daniel Munduruku, apenas para citar alguns, como no âmbito das discussões quanto aos povos originários, por exemplo, passaram a ser vistos como referências intelectuais decoloniais e de defesa dos direitos dos povos historicamente subjugados. Os direitos das comunidades quilombolas e indígenas de terem uma educação específica para as suas realidades é fruto das lutas políticas e também partem como propulsoras ou mesmo são impulsionadas por esses debates.

Quanto aos pontos tidos como utópicos, Paulo Freire (1996) já trazia uma perspectiva ao sonho e à utopia, seu ponto de vista é o dos “condenados da terra”, lembrando Frantz Fanon. Lembrando ainda Freire, questionara-se quanto ao não estabelecimento de relações entre o currículo e a experiência social dos sujeitos. Portanto, quando a reflexão não é levantada é mais difícil de entender que existe um problema.

Paulo Freire pode ser visto como portador de premissas a serem coadunadas ao pensamento decolonial em suas reivindicações, no qual o educador postulava o objetivo de um novo sujeito, uma educação não colonial. Por meio da análise genealógica das didáticas decoloniais no Brasil, observa-se a tendência a apontar caminhos com potencial para reintroduzir memórias, incluindo-se pedagogias, considerando a alteridade de grupos e culturas negadas pela colonialidade.

Situa-se elementos desta pedagogia em que Orlando Fals Borda e Paulo Freire são antecedentes críticos da decolonialidade (ABREU; DIAS, 2020). Evidencia-se, assim, que Freire é referência em concepções políticas, antropológicas (conceito de cultura) e epistemológicas, ao fazer do oprimido uma de suas bases.

Os estudos educacionais no Brasil têm trazido à luz as discussões que advogam perspectivas decoloniais no campo didático-pedagógico, curricular, de práticas e saberes em suas multiplicidades. Vera Maria Candau tem tratado da temática no Brasil há mais de uma década, no que a autora denomina de educação intercultural em consonância com a decolonialidade, tidos como temas insurgentes.

Em um dos seus novos artigos lançados recentemente, Candau (2000) apresenta os retrocessos vistos nos últimos anos em relação aos temas pungentes, bem como fala da interculturalidade, que vem adquirindo maior presença no campo educacional brasileiro, processo intercultural que é discutido de longa data nos referidos grupos latino-americanos, o que significaria uma crítica relacionada à perspectiva decolonial e que deve ser compreendida como um processo/projeto intelectual e político orientado à construção de modos outros de poder, saber e ser.

Nessa trajetória, surgem especialistas em filosofia, ciências sociais, semiótica, linguística e educação, trata-se de um movimento epistemológico e político-social complexo que se distribui de modo muito heterogêneo por diferentes países americanos (CANDAUI, 2020, 679).

A interculturalidade crítica também questiona fortemente o eurocentrismo. Afirma a pluralidade epistêmica presente nos diversos grupos humanos. Desenvolve uma visão da história multifacetada e plural, que não pode ser reduzida a uma linearidade. Reconhece as contribuições do eurocentrismo, mas nega sua universalidade. Afirma que se trata de uma produção particular que foi/é universalizada e que deve entrar em diálogo com outras epistemologias que foram negadas, inferiorizadas ou mesmo destruídas. Reconhecer esta realidade e promover processos de (re)construção de conhecimentos outros é uma preocupação fundamental da educação intercultural crítica e decolonial que deve mobilizar uma nova perspectiva para se conceber e desenvolver os currículos escolares (CANDAUI, 2020, p. 681).

Para atender ao que foi exposto, é importante fornecer instrumentos contra-hegemônicos, pois são passos que podem ser pensados, munindo-se com os saberes consolidados, dado que não se reflete e se cria um contradiscurso em contraposição ao que não se tem conhecimento. Para Candau (2020), trata-se de uma dinâmica para que sejamos capazes de desenvolver currículos que incorporem

referentes de diferentes universos culturais. O próprio contexto da História da Educação tem sido atingido por pressupostos vindos de locus não hegemônicos.

Não há como negar o “legado” da modernidade que chegou como imposição na América Latina e em especial na área da Educação com a colonialidade pedagógica, mas é necessário reconhecê-la e contextualizá-la histórica e epistemologicamente por meio da História da Educação (DIAS; NERY; NERY, 2020, p. 14).

Ao fim, pode ser possível trazer as narrativas outras. É assim que Borries defende uma visão de multiperspectivas, com uma designação aberta (2016, p. 187), “[...] porque nós não precisamos de uma “visão global”, mas várias delas (uma feminista, uma liberal, uma ecológica, etc., versões da história global) e uma comparação crítica entre elas” (BORRIES, 2016, p. 184). Com isso, infere-se que a história pode ser pensada como um “modelo de pensamento” e não só como uma narrativa cronológica ou cânone histórico, pois esses processos simplificam o passado e promovem sua manutenção como ele está posto.

Considerações finais

Não é a afirmação de alguns sujeitos enquanto outros são negados, pelo contrário, é colocá-los em diálogo. As novas problemáticas postas pela realidade enfrentada em um contexto de várias crises, sanitárias, ambientais, políticas, econômicas, sociais e, portanto, educacionais, afligem e trazem novas reflexões postas ao nosso tempo, gerando mais perguntas do que respostas ao manancial de acontecimentos e irrupções presentes na sociedade e no mundo.

Dada a tecnologia, a globalização cultural e o alto impacto das transformações apontadas, sobretudo com o contexto pandêmico, engendram percalços na forma de ensinar e de aprender, munidos de aparelhos tecnológicos as formas de relacionamento mudaram de forma abrupta e trazem novas problemáticas.

Os estudos advindos da perspectivas pós-coloniais (dos grupos subalternos engendrados) e decoloniais podem ser pressupostos em diálogo com aspectos educativos em suas diversas nuances,

além do espaço formal, escolas e universidades (formação de professores, currículos, bibliografias, grupos de estudos, etc.), mas também em movimentos sociais, coletivos, instituições outras, enquanto espaços educativos.

Torna-se evidente que as perspectivas decoloniais e pós-coloniais, em consonância com as abordagens da Educação Histórica e alguns dos conceitos aí vistos, podem promover mudanças na forma de encararmos o passado e lidarmos com as relações cotidianas e políticas no presente, transgredindo formas de pensar a própria História e a Educação, assim como com o “Outro” e consigo mesmo, nas práticas didático-pedagógicas e críticas frente ao currículo (em seus diversos aspectos, prescrito/real/oculto), bem como dos livros didáticos e das experiências práticas, bem como do auxílio que podem trazer aos problemas postos à educação e aos pressupostos da História no contexto educacional e da cultura histórica, isto é, da memória pública, tão disputada.

Referências bibliográficas

- ABREU, Waldir F. de; DIAS, Alder. **Por uma didática decolonial: aproximações teóricas e elementos categoriais.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 19, n. 62, p. 1216-1233, jul./set. 2019.
- ABUD, Kátia Maria. **Processos de construção do saber histórico escolar.** História & Ensino. Londrina, v. 11, jul. 2005.
- ALCOFF, Linda Martín. **Uma epistemologia para a próxima revolução.** Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.
- AMIN, Samir. **El eurocentrismo: crítica de una ideología.** Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1989.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BARCA, Isabel. **Literacia e consciência histórica.** Educar, Curitiba, Especial, Editora UFPR, p. 93-112, 2006.
- BARCA, Isabel. **Educação Histórica: vontades de mudança.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 59-71, out./dez. 2011.

BARCA, Isabel. **Ideias chave para a educação histórica:** uma busca de (inter)identidades. *Hist. R.*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2012.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves; Belo Horizonte, Editora: UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. L. B. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador.** Prefácio, Jacques le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução: André Telles. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORRIES, Bodo von. **Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico ou conhecimento do cânone histórico?** *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 171-196, abr./jun. 2016.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças, educação intercultural e decolonialidade:** temas insurgentes. *Rev. Espaço do Currículo* (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe:** postcolonial thought and historical difference / Dipesh Chakrabarty; Published by Princeton University Press, 41 William Street, Princeton, New Jersey, 2000.

CONRAD, Sebastian. **What Is Global History?** Published by Princeton University Press, 41 William Street, Princeton, New Jersey, 2016.

DIAS, Alder. S.; NERY; Cristiane do S. NERY, Vitor S. **Decolonizar a História da Educação:** contribuições teóricas dos estudos subalternos e do pensamento decolonial. *History of Education in Latin America – HistELA*, v. 3, e21799, 2020, p. 3 de 17.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GIROUX, Henry. **A escola crítica e a política cultural.** Tradução: Dagmar M. L. Zibas, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

LEE, Peter. **Por que aprender História?** *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 42, p. 19-42, out./dez. 2011.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico.** Tradução: Bedel Orofino Schaefer, 3. ed, São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1997.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires, Argentina, Colección razón política, Ediciones del signo, Center for Global Studies and the Humanities, Duke University. 2010.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen**: contribuições para uma teoria da didática da história. Organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Estevão de Resende Martins – Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Cultura histórica e aprendizagem histórica**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2014.

WALSH, Catherine, **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**/ Catherine Walsh: García Linera: Walter Mignolo - In ed. Buenos Aires: Del Signo. 2006.

O feminismo pós-estruturalista e a teoria *queer* na *Teologia Indecente* de Marcella Althaus-Reid

The post-structuralist feminism and queer theory in Marcella
Althaus-Reid's *Indecent Theology*

Luanna Fernanda da Cruz Bach

Doutoranda em História
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
lfcbach@gmail.com

Recebido em: 18/03/21

Aprovado em: 18/06/21

Resumo: O presente artigo tem por objetivo fazer uma reflexão teórica que aponte as aproximações e influências do feminismo pós-estruturalista e da teoria *queer* na obra de Marcella Althaus-Reid, teóloga argentina que se propõe a fazer uma “teologia indecente”. Vinculada à Teologia da Libertação e à Teologia Feminista, Althaus-Reid busca ir além, expondo problemas dessas correntes teológicas e articulando discussões acerca de gênero, sexualidade e exclusão de uma forma desconstrutivista com relação às identidades, aos papéis de gênero e à moralidade cristã em torno da sexualidade. Reconhecendo suas influências nos estudos pós-coloniais, no pós-estruturalismo e na teoria *queer*, sua teologia “sin ropa interior” tem como principais objetivos propor uma reflexão que abdique de uma suposta neutralidade sexual, reconheça a normativa heterossexual dentro da narrativa cristã e que enfatize o papel ético da/o teóloga/o em analisar criticamente o papel da heteronormatividade na marginalização e exclusão de determinados sujeitos dentro da lógica religiosa.

Palavras-chave: teologia indecente; feminismo pós-estruturalista; Marcella Althaus-Reid.

Abstract: This article aims to make a theoretical reflection that point approaches and influences of post-structuralist feminism and queer theory in the work of Marcella Althaus-Reid, Argentine theologian who sets out to make a "indecent theology". Linked to Liberation Theology and Feminist Theology, Althaus-Reid seeks to go further, exposing problems of these theological currents and articulating discussions about gender, sexuality and exclusion in a deconstructivism way in relation to

identities, gender roles and Christian morality in around sexuality. Recognizing its influences in post-colonial studies, in post-structuralism and queer theory, its “sin ropa interior” theology has as main objectives to propose a reflection that abdicates a supposed sexual neutrality, recognizes the heterosexual normative within the Christian narrative and that emphasizes the ethical role of the theologian in review the heteronormativity role in the marginalization and exclusion of certain subjects within the religious logic.

Keywords: indecent theology; post-structuralist feminism; Marcella Althaus-Reid.

Introdução

Marcella Althaus-Reid foi uma teóloga argentina e um dos principais nomes da teologia *queer*. Nascida em 1952 em Rosário, na Argentina, viveu sua juventude no contexto de incertezas no cenário econômico e político aos qual o país estava inserido, marcado pelos consecutivos golpes de Estado promovidos pelos militares ao longo da segunda metade do século XX. Cresceu em Buenos Aires, cidade na qual se formou em Teologia pelo Instituto Superior Evangélico de Estudos Teológicos (ISETED) e atuou em diversos projetos sociais educacionais de inspiração freireana promovidos em áreas pobres da capital argentina. A partir de 1986, muda-se para Escócia para realizar projetos sociais semelhantes àqueles desenvolvidos em Buenos Aires em comunidades pobres do país. Na década de 1990, conclui seu doutorado na Universidade de St. Andrews e é nomeada professora da Escola de Teologia da Universidade de Edimburgo, sendo a primeira mulher a ocupar um cargo docente na instituição, localizada na capital escocesa, trabalhando com temas em torno da Teologia Contextual, Teologia Sistemática e Ética Cristã. Foi também Diretora da Associação Internacional de Teologia *Queer*. Faleceu em 2009, aos 56 anos, por razões desconhecidas do grande público.

Destaca-se ainda na trajetória de Althaus-Reid sua atuação na fundação e participação na Igreja da Comunidade Metropolitana de Buenos Aires, denominação conhecida pelo pensamento progressista em torno das pautas sexuais e de gênero. Para o teólogo Ivan Petrella, com quem Althaus-Reid manteve um franco diálogo até o final de sua vida, a obra dela “é tão criativa porque

combina as teologias latino-americana, feminista e *queer* de tal maneira que faz com que cada uma delas tenha que pensar mais além de suas capacidades” (PETRELLA, 2009), motivando essas três correntes teológicas a pensarem conjuntamente. Outro destaque dado por ele à obra de Marcella é o refinamento ou o desenvolvimento mais preciso do pensar o corpo dentro da Teologia da Libertação. Isso por que a corporalidade em si sempre foi um tema presente na TdL – o corpo do pobre –, contudo, pouco desenvolvido no período “pré-Marcella”, como o próprio Petrella nomeia.

Se olharmos para o movimento gay – base inicial para o que hoje se constitui o movimento LGBTQIA+ – e seus sujeitos, vemos que uma característica em comum compartilhada em diversos países latino-americanos é sua sistemática perseguição e marginalização. De acordo com o sociólogo Santiago Joaquin Insausti (2019), a Argentina foi o primeiro país na América Latina a organizar um grupo de ativismo político em torno da pauta homossexual, o “Nuestro Mundo” em 1967. Em 1971, unindo-se a outros grupos ativistas e intelectuais, fundam a Frente de Liberación Homosexual (FLH)¹, na busca por maior reconhecimento e conquista de direitos civis. Como mostra Insausti, os homossexuais foram historicamente reprimidos no contexto argentino desde o período colonial. A partir da década de 1940, o Estado intensificou a perseguição a todo e qualquer “dissidente sexual”, fazendo com que, segundo o autor, a experiência *marica* no século XX argentino refletisse a extrema vulnerabilidade desses sujeitos. Foi na década de 1970, especialmente sob o contexto da “Revolução Argentina” a partir de 1976, que esses “dissidentes sexuais” viram a repressão policial e estatal direcionada a outros sujeitos, num contexto mais amplo de perseguições e violências. Ainda assim, semelhante ao que ocorreu no Brasil, ainda que estivesse próxima aos movimentos de esquerda, a pauta homossexual era tratada com certo ceticismo, em detrimento de pautas consideradas de maior urgência, como o enfrentamento do regime militar e a questão de classe. Com o processo de redemocratização na década de 1980, o movimento gay argentino se fortalece e passa a conquistar

¹ Seguindo a tendência, observa-se no Brasil a emergência do Movimento de Libertação Homossexual a partir de meados da década de 1970, contexto marcado, também, pela repressão ditatorial.

direitos, a refinar suas reflexões e a agregar novas pautas, discutindo-as de modo mais aberto à sociedade.

No que tange à teoria *queer*, ela surge nos anos 1990 por conta, dentre outros motivos, da emergência do movimento lésbico e da renovação do discurso homofóbico relacionada à epidemia de aids nos anos 1980, considerada o “câncer gay”, uma resposta divina aos anos de liberação sexual. Nesse cenário, intensifica-se a imagem do homossexual como o Outro – o “dissidente sexual” – marcadamente *diferente* e fora da normalidade sexual². Recusando-se a adotar as categorias naturalizadas de “feminino”, “masculino”, “homossexual”, “heterossexual”, entre outras, a teoria *queer* consolida-se como um refinamento ou desdobramento da teoria sexual, repensando o discurso sobre o sexo e a sexualidade, bem como questionando os papéis de gênero e práticas sexuais, chamando a atenção, assim, para àquelas práticas e sujeitos fora da lógica hetero-cis-normativa. O “queer”, termo adotado a partir da resignificação de uma expressão antes pejorativa, é aquele que se coloca contra toda e qualquer normalização. Como aponta Guacira Lopes Louro, “seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante” (LOURO, 2001, p. 546). Sendo assim, o sujeito *queer* representa o diferente que não é e nem pretende ser assimilado ou tolerado. É, por isso, transgressor.

Tendo em vista a trajetória e o legado de Marcella Althaus-Reid, bem como a relevância e atualidade de suas proposições em diálogo com teorias que repensam o sexo e a sexualidade dentro do contexto religioso, o presente texto tem por objetivo fazer uma reflexão teórica que aponte as aproximações e influências do feminismo pós-estruturalista e da teoria *queer* na obra da teóloga. Também procuramos reforçar a importância das reflexões teológicas contra-hegemônicas e fora da lógica hetero-cis-normativa, que encontram não somente na obra de Althaus-Reid, mas também de

² Em termos teóricos e metodológicos, de acordo com Richard Miskolci, a teoria *queer* surge a partir das reflexões dos Estudos Culturais estadunidenses em conjunto com o pós-estruturalismo francês, que vinha a algumas décadas colocando em análise e problematizando “concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação” (MISKOLCI, 2007, p. 02). Destacam-se no campo da teoria *queer* atualmente nomes como o de Paul B. Preciado, Eve Kosofsky Sedgwick, Judith Butler, Teresa de Lauretis, entre outros.

Elizabeth Stuart, Lisa Isherwood, entre outras, uma grande fonte de inspiração, ainda que pouco conhecidas no contexto brasileiro.

Ao longo do artigo, reconhecemos ainda a importância do pensamento de Michel Foucault para o feminismo pós-estruturalista, tendo em vista que o corpo tem um papel central na discussão tanto dessa corrente feminista em específico, como também no pensamento do filósofo francês. Como apontado por Margaret McLaren, a noção de corpo para Foucault tem pelo menos três pontos de convergência com a teoria feminista: 1) “tanto ele quanto o feminismo rejeitam o dualismo e o pensamento binário que o acompanha” (McLAREN, 2016, p. 109), criticando correntes filosóficas que identificam a subjetividade como consciência; 2) ambos politizam o corpo, local no qual o poder opera, reconhecendo que “suas noções de práticas disciplinares e micropoder são ferramentas úteis para a análise feminista do corpo, especialmente para esclarecer o poder patriarcal das normas culturais femininas” (idem, p. 109-110); e 3) defendem que “um dos efeitos do poder sobre o corpo é a subjetividade” (idem, p. 110). Como veremos, na obra de Marcella Althaus-Reid todas essas questões não passam despercebidas, evidenciando assim a influência do feminismo pós-estruturalista na formação do pensamento crítico da autora.

Longe de querer esgotar as discussões a respeito, tendo em vista que a obra de Althaus-Reid ainda é, infelizmente, pouco conhecida e pouco traduzida no Brasil³, optamos por esboçar os caminhos percorridos por ela até chegar em sua “teologia indecente” (ALTHAUS-REID, 2005). Num primeiro momento fazemos uma breve apresentação dos caminhos da homossexualidade como objeto dos estudos teológicos – enquanto teologia sobre a homossexualidade e, posteriormente, como teologia gay – e a fundação de uma teologia *queer*. Em seguida, falamos sobre Teologia da Libertação e Feminista como pontos de partida e de questionamento de Althaus-Reid, que fomentaram sua resposta “despida”. Com isso, buscamos evidenciar as influências da teoria *queer* e do feminismo pós-estruturalista na sua proposta de “indecentização” da teologia, que faz o exercício

³ Ainda que alguns de seus textos tenham sido publicados na revista Concilium, as obras de Marcella Althaus-Reid que tiveram maior impacto e relevância a nível mundial (cito: *Indecent theology* e *The queer God*) ainda não estão disponíveis em língua portuguesa, dificultando o acesso do público brasileiro à sua obra e seu pensamento como um todo.

de sempre voltar o olhar para as especificidades do contexto latino-americano na interface entre gênero, sexualidade e exclusão.

Teologia sobre a homossexualidade e teologia *queer*

Conforme mostrado por Michel Foucault (1999), nos últimos três séculos se observa uma preocupação crescente com relação à sexualidade por parte da medicina e da psiquiatria. O discurso produzido em torno do sexo ao longo do século XIX foi absorvido e reproduzido pelos campos pedagógico, social e familiar. Entre seus focos de análise estava a figura do homossexual, que nesse contexto tornava-se uma “espécie”: tinha “um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também uma morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa” (FOUCAULT, 1999, p. 43-44). Ou seja, procuravam-se justificativas nos seus comportamentos e no seu corpo desde a infância para compreender sua homossexualidade. Nesse exercício de colocar o sexo em discurso, evidencia-se um processo de patologização e medicalização da homossexualidade⁴.

No campo da teologia, a homossexualidade sempre foi um tema de intenso debate. André Musskopf (2019) afirma que desde a década de 1950 já haviam sido publicados⁵ alguns estudos que tinham como interfaces teologia e homossexualidade. Para o autor, tendo por base as reflexões de Robert Goss, esses estudos configuraram uma “teologia da homossexualidade”, que se caracterizava por fazer um discurso apologético, buscando reconciliar a oposição das igrejas com relação à homossexualidade, oferecendo uma interpretação teológica da homossexualidade e focando a inclusão de gays e lésbicas nas igrejas a partir de narrativas que enfatizam a “normalidade” da homossexualidade (idem, p. 120). Foi a partir da década de 1970, com a emergência do Movimento de Libertação Homossexual iniciado nos Estados Unidos, que surge como um campo de estudos a

⁴ Assim como da sexualidade feminina e da masturbação.

⁵ Pautando-se pelo levantamento feito por Robert Goss no seu livro “Queering Christ – Beyond Jesus acted up” (2002), ele cita as obras de Derek Bailey – Homosexuality and the Western Christian Tradition (1955) e Robert Wood – Christ and the Homosexual (1959) como “precursoras e inspiradoras de futuros teólogos gays” (MUSSKOPF, 2019, p. 119).

teologia gay, focando na experiência dos sujeitos e sua situação de opressão. Nesse contexto e levando em consideração o cenário latino-americano sob influência da Teologia da Libertação, diversas autobiografias são publicadas por teólogos e militantes gays “que fazem a relação entre seu engajamento político e experiência cristã” (idem, p. 123-124).

Musskopf aponta a epidemia de aids como um dos fatores que contribuíram tanto para uma mudança na organização do movimento homossexual como um todo, como também na produção da teologia gay, abrindo caminho para a teologia *queer*. Influenciada pelo surgimento dos Estudos Gays e Lésbicos das décadas de 1970 e 1980, a teoria *queer* emerge nos anos 1990 propondo uma renovação teórica e metodológica nos estudos sobre sexualidade e gênero e buscando “subverter as categorias construídas através da medicalização ressignificando termos e adjetivos usados como forma de estigmatização e inferiorização” (idem, p. 130). Desse modo, a teoria *queer* coloca para a teologia o desafio de se romper com noções binárias de identidade sexual e de gênero que ainda hoje são fortemente sustentadas dentro do discurso religioso cristão.

Enfocando não a igualdade, mas sim a diferença, as “igrejas gays” ou “igrejas *queer*” surgem com o objetivo de articular espiritualidade e vivências *queer* – fora da chave hetero-cis-normativa. Como exemplo desse tipo de organização comunitária, podemos citar as Igrejas da Comunidade Metropolitana⁶, denominação fundada em 1968 por Troy Perry (idem, p. 134). Para essas organizações, “o heteropatriarcado e a homofobia experimentada e mantida nas igrejas não permite uma vivência integradora da sexualidade que transformasse estas instituições” (MUSSKOPF, 2019, p. 135). Como estratégia, fundam seus próprios espaços de integração, “alternativo e marginal de experiência religiosa gay/*queer*” (idem).

Para Musskopf, o ponto de convergência entre a teologia com a teoria *queer* não se dá somente “no abandono de práticas liberacionistas que insiram gays e lésbicas no contexto social e eclesial, mas na libertação de todas as pessoas de papéis e identidades sexuais e de gênero fixas e, por

⁶ Marcella Althaus-Reid ajudou a fundar ainda no período da ditadura militar argentina a Igreja da Comunidade Metropolitana de Buenos Aires (ALTHAUS-REID, 2008, p. 57).

isso, opressoras, nas igrejas e na sociedade como um todo” (idem, p. 138). Exemplo disso pode ser encontrado na obra de Marcella Althaus-Reid, que bebe das influências – autodeclaradas pela própria autora – da teoria sexual, da crítica pós-colonial, dos estudos e teologias *gay/queer*, dos estudos pós-marxistas, dos filósofos da diferença e da teologia sistemática (ALTHAUS-REID, 2005, p. 19). Althaus-Reid procura mostrar que não são apenas os gays, lésbicas, bissexuais que são empurrados para o armário, mas também os heterossexuais. Segundo Higué, ela “parte do pressuposto de que toda teologia implica numa prática sexual e/ou política consciente ou inconsciente e que práticas políticas e atitudes sexuais estão simetricamente correlacionadas” (HIGUET, 2003, p. 176). Contudo, muitos teólogos fazem uma teologia pública diferente da privada, são “teólogos de gabinete”, camuflando ou escondendo práticas e comportamentos que não estariam de acordo com a norma sexual religiosa, como o adultério ou práticas consideradas promíscuas.

Da Teologia da Libertação e Feminista à Teologia *indecente*

A Teologia da Libertação surge na América Latina como uma corrente teológica cristã multi-denominacional, tendo suas principais preocupações relacionadas às camadas populares, em situação de pobreza e fome. Influenciada pelo marxismo, seu objetivo centra-se na libertação do oprimido daquilo que o explora e o mantém em sua situação de exclusão e vulnerabilidade. Entre seus marcos impulsionadores, podemos citar o Concílio Vaticano II⁷, a Conferência de Medellín⁸ e, de forma local em cada país, as crescentes tensões políticas que culminaram em golpes civis-militares

⁷ Ocorrido entre 1962 e 1965 (dividido em 4 reuniões), o *Concílio Vaticano II* teve a tarefa de discutir e regulamentar os temas e objetivos da Igreja Católica para o período porvir. Num texto publicado em função do marco de 40 anos da Teologia da Libertação, Leonardo Boff afirma que “muitas Igrejas traduziram os apelos do Concílio Vaticano II de abertura ao mundo, para o contexto latino-americano, como abertura para o submundo e uma entrada no mundo dos pobres-oprimidos. Deste impulso, surgiram figuras proféticas, nasceram as CEBs, as pastorais sociais e o engajamento direto de grupos cristãos em movimentos políticos de libertação”. (Consultado em: <https://leonardoboff.org/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>. Acesso em: 08/09/2020).

⁸ A II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, mais referenciada como *Conferência de Medellín*, foi uma conferência realizada entre agosto e setembro de 1968 na cidade colombiana. Tinha por objetivos refletir sobre as proposições feitas pelo Concílio Vaticano II e pensar em estratégias para colocá-las em prática no contexto latino americano. (Consultado em: <https://www.cnbb.org.br/50-anos-de-medellin/>. Acesso em: 08/09/2020).

(como no Brasil em 1964, no Uruguai em 1973 e na Argentina em 1976). Sua corrente feminista⁹ surge da emergência das implicações do gênero dentro das discussões propostas pela Teologia da Libertação.

Ao passo que Marcella Althaus-Reid filia-se a essas duas correntes, ela também faz questão de se distanciar com o intuito de mostrar que as mesmas perderam sua “indecência inicial” – sua ação de enfrentamento ao modelo de vida “decente” proposto pelos regimes militares e pelas igrejas. São heterocêntricas e limitadas, subservientes ao discurso normativo patriarcal, machista e heterossexual. Idealizando a/o pobre na chave da heterossexualidade compulsória (emprestando o conceito de Judith Butler), esses/as teólogas deixaram de lado qualquer abordagem relativa ao sexo e à sexualidade em suas teorias. Porém, como diz Marcella, “las mujeres pobres e ignorantes (como yo misma he sido) también abrigan deseos”¹⁰ (ALTHAUS-REID, 2005, p. 55), e o modelo de “mulheres pobres” sustentado pela Teologia da Libertação “excluía nuestras rebeliones, nuestras vocaciones y nuestra lucha por llegar a ser lo que deseábamos: mujeres pobres, pero intelectuales, activas en la praxis teológica, informadas por estudios y reflexión serios” (idem). Desse modo, a alternativa da autora é uma teologia e um estudo da Bíblia com mediações da semiótica, do pós-estruturalismo e das perspectivas pós-coloniais (ALTHAUS-REID, 2008, p. 60).

Em matéria para a *Revista Senso*, André Musskopf e Ana Ester Freire enfatizam que “as teologias feministas e ecofeministas, as teologias negras, indígenas e campesinas apenas passaram no crivo da Teologia da Libertação uma vez que se adequaram às normas da ordem e da decência – acadêmica, religiosa, política e moral de modo geral” (MUSSKOPF; FREIRE, 2020). O ponto de

⁹ Optamos por focar a Teologia da Libertação Feminista por que é a ela que Marcella Althaus-Reid se referencia de modo mais pontual, atentando para o fato de que essas críticas foram apontadas na época de produção da autora – entre as décadas de 1990 e 2000. De modo mais amplo, algumas correntes da Teologia Feminista têm investido em uma reavaliação de seus pontos de vista, buscando ampliar sua análise e abdicando de uma perspectiva hetero-cis-normativa; e, desse modo, aproximando-se das discussões propostas pela teoria *queer* (ver ROSADO, 2006).

¹⁰ Optamos por manter as citações dos textos de Marcella Althaus-Reid em sua língua original de escrita por entender que a tradução comprometeria algumas das ideias, reflexões e terminologias adotadas pela autora.

distanciamento entre a Teologia Feminista e a Teologia Indecente de Althaus-Reid é o que ela chama de honestidade sexual; abdicando das divisões binárias e naturalizadas do gênero e da sexualidade:

Sin embargo, como teólogos de la liberación no somos inmunes al idealismo y a las visiones románticas de la feminidad de acuerdo con las consideraciones muy discutidas pero aún teológicamente normativas sobre el género y la sexualidad. En Latinoamérica, el machismo crea una sólida base de supuestos y asunciones en diferentes aspectos de la realidad por la penetración de sus creencias sexuales reforzadas por el universo lingüístico del español y el portugués sexualmente mediatizados. **En muchas ocasiones, las teologías de liberación feminista han dado por cierta la identidad sexual macho/hembra y las construcciones genéricas en la teología, que no pugnan por la disrupción y la diferencia sexual a fin de producir un cambio en el paradigma epistemológico, sino por la complementariedad [...].** La sexualidad es una conceptualización no natural de identidades en pugna. La distancia entre la teología de la liberación y la teología poscolonial es de identidad y de consciencia. **La separación que existe entre una teología de la liberación feminista y una teología indecente es de honestidad sexual.** (ALTHAUS-REID, 2005, p. 18-19, grifos meus).

Desse modo, o projeto de uma Teologia Indecente de Marcella Althaus-Reid representa, em suas palavras, “tanto una continuación de la teología de la liberación como una disrupción de la misma” (idem, p. 16). Força tanto a Teologia da Libertação quanto a Teologia Feminista a pensar fora de seus conceitos preestabelecidos.

Em seu livro *La Teología Indecente*¹¹ Althaus-Reid utiliza-se da metáfora das vendedoras de limões sem calcinha pelas ruas de Buenos Aires para explicar sua teologia indecente, ou também chamada *sin ropa interior*. Para ela, é mais do que nítido que essas mulheres representam a indecência no que diz respeito tanto à condição (pobreza e exclusão) quanto à sexualidade, indo contra todos os valores morais estabelecidos desde a Conquista. Evidenciam também essa condição como marginalizadas em diversos níveis sociais, teológicos e sexuais. Ainda que a Teologia da Libertação tenha se atentado para os setores mais pobres, tudo aquilo que tangencia o sexo e a sexualidade teve como resposta um longo silêncio. Longo porque, na ótica de Althaus-Reid, nem a Teologia da Libertação Feminista deu conta de lidar com essas questões incômodas para a TdL. Para ela, o que as

¹¹ Publicado pela primeira vez em 2000. A edição aqui utilizada é a de 2005.

vendedoras de limões e a teóloga argentina compartilham em comum são “siglos de opresión patriarcal en esa mixtura latinoamericana de clericalismo, militarismo y autoritarismo de la decencia, es decir, la organización de los espacios públicos y privados de la sociedad en lo tocante al sexo” (ALTHAUS-REID, 2005, p. 11-12). Portanto, decente é aquilo que a sociedade e a religião estabelecem como norma para os múltiplos aspectos da vida, incluindo aqui as relações de gênero e a sexualidade. Ser indecente é, acima de tudo, questionar essas normas, essa organização “decentizada”.

Como já mencionado, o indecente para Marcella não é apenas o gay ou a lésbica excluída da igreja (esta que “cria” essas identidades e depois as marginaliza), mas pode ser até mesmo o heterossexual. São também todos os comportamentos que abarcam a sexualidade e não estão em conformidade com aquilo que se tem como norma nas múltiplas estruturas sociais. O termo indecência é, portanto, uma forma de aproximar a teoria *queer* do contexto latino-americano, historicamente valorizador da decência.

La sexualidad es un tema complejo; la teología también. El continuo intercambio y diálogo que las teorías sexuales, la sociología de los relatos sexuales, el nuevo pensamiento político y el posmodernismo nos ofrecen, junto con el círculo hermenéutico de la sospecha, son elementos cruciales necesarios en toda reflexión teológica que busca separar liberación de colonialismo, y teorías de calidad de género de otras metas (o la búsqueda del *Otro*) relacionadas con la pluralidad y la diferencia en las identidades sexuales. Está claro que, finalmente, es nuestra experiencia histórica como teólogos, forjadas en la lucha con las hegemonías políticas, sexuales y teológicas, la que determina los términos de este diálogo en curso. En este caso, **el diálogo multidisciplinario de este libro se engarza profundamente con mi propia vida, nutrida en la pugna contra los regímenes dictatoriales de mi país y con los retos intelectuales y cristianos que me aportó como mujer latinoamericana crecida en la pobreza de Buenos Aires** (idem, p. 22, grifo meu).

Em sua obra, Marcella Althaus-Reid trabalha com histórias sexuais de pessoas pobres e marginalizadas, nas quais procura rastros de “homosolidariedade” e “per-versão”; com o que ela chama de “formas indecentes de mariologia popular”; faz reflexões sobre a performatividade tendo em vista as *drag queens* vestidas de Virgem Maria; propõe um Cristo Bissexual. Levando em conta diversos aspectos da escrita de Marcella, é impossível não considerá-la (assim como “A aventura de

contar-se...”, de Margareth Rago) uma heteroautobiografia, no sentido proposto por Márcio Seligmann-Silva: “uma escrita de si que se dá através da reinscrição das vidas de outras mulheres” (RAGO, 2013, p. 17). Isso porque Althaus-Reid constantemente inscreve-se na realidade dos próprios sujeitos de sua obra. Ela faz questão de frisar de onde vem e de onde fala, de colocar sua própria vida como indecente, propondo novos modos de (r)existir.

La Teología Indecente foi escrito no final dos anos 1990, inicialmente apenas para si e alguns amigos e amigas de Marcella Althaus-Reid. Ela não pretendia publicá-lo. Longe de ser um testemunho confessional nos moldes cristãos, é um desabafo e a sistematização de suas reflexões e proposições (indecentes) em relação aos caminhos da Teologia da Libertação e Feminista. Como veremos mais adiante, a autora frisa a necessidade de uma honestidade sexual, de uma ética na escrita teológica e de se colocar no texto enquanto sujeito. Podemos ver que o exercício de uma escrita de si foi feita não só nesta, mas em toda a obra de Marcella. Há em seu trabalho aquilo que Rago aponta como uma “abertura para o outro, como trabalho sobre o próprio eu num contexto relacional, tendo em vista reconstituir uma ética do eu” (idem, p. 50). Longe de fazer um *mea culpa* ou confessar-se, de ser “busca introspectiva de si, pela escrita, tendo em vista reencontrar sua verdade essencial supostamente alojada no fundo da alma” (idem, p. 52), Marcella é potente e criativa em sua teologia; sua escrita é uma prática feminista da liberdade.

Podemos, assim, entender a *indecentização* da teologia proposta por Marcella como uma contraconduta dentro da teologia tradicional, um modo de subjetivação e não de sujeição. Em sua Teologia Indecente, vemos as “possibilidades de invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo” (RAGO, 2013, p. 43). Tendo por base as reflexões de Foucault, Margareth Rago chama a atenção para a “existência de modos diferenciados de formação do indivíduo, tanto na relação com os códigos morais quanto na relação consigo mesmo, ao longo da história” (RAGO, 2013, p. 49). Esses processos de subjetivação que questionam a moral e a decência, para usar um termo de Althaus-Reid, permitem “problematizar e desnaturalizar

as práticas modernas de produção de si, evidenciando sua dimensão normativa, despotencializadora e sedentarizante” (idem).

A teoria *queer* e o feminismo pós-estruturalista na *indecentização* da teologia de Marcella Althaus-Reid

Em entrevista para Eliane Brum em 2004 Marcella declara que sua crítica à teologia feminista é por que esta é uma teologia da igualdade. Já ela, busca fazer uma teologia da diferença. Em seguida, diz: “Deus não é mãe. Botar a mãe no lugar do pai é só uma troca de roupagem. Não me interessam as metáforas de maternidade e de paternidade. São coloniais.” (ALTHAUS-REID, 2004). Desse modo, sua crítica mostra-se como fortemente influenciada pelos estudos pós-coloniais, mas também se aproxima bastante da chave argumentativa proposta pelo feminismo pós-estruturalista, atentando-se à naturalização por diversas correntes feministas de categorias como “mulher” e todos os seus “atributos”, bem como “sexo”, sexualidade, práticas sexuais e desejos. A própria Teologia Feminista, criticada por Althaus-Reid, tem considerado as identidades sexuais – masculino e feminino – como categorias *a priori*. Para ela, analisar os construtos sexuais é uma tarefa importante para qualquer teologia comprometida com uma honestidade sexual. Em suas palavras, a Teologia Indecente evidencia a produção de “un cambio en la estructura del sentir sexual que le quita la ropa interior a la teología heterosexual. Una especie de proceso de exposición, de ‘salida’, en el que ya no somos teólogos (hetero)sexualmente neutros” (ALTHAUS-REID, 2005, p. 34).

Sua teologia *sin ropa interior* tem duas implicações principais: 1) é uma teologia sem uma suposta neutralidade sexual – afinal, essa dita “neutralidade” não existe e nem nunca existiu nem nas igrejas e nem na teologia. Portanto, é uma teologia que declara abertamente seus interesses sexuais e que denuncia a formação ideológica sexual no cristianismo e nas reflexões teológicas; 2) é uma teologia que se propõe a questionar o papel da/o teóloga/o em relação ao seu próprio contexto e sexualidade. É uma teologia que amplia e radicaliza o campo da suspeita no círculo da hermenêutica da Teologia da Libertação (ALTHAUS-REID, 2008, p. 50). Sobre isso, Althaus-Reid faz questão de

ênfatizar a necessidade de se fazer uma teologia comprometida com a postura ética, de revelar perspectivas sexuais, e se pergunta: “¿Porqué a la hora de hacer teología las teólogas se declaran o neutrales o toman una posición idealista? ¿Porqué las teólogas no salen del armario? Y no me refiero solamente a los armarios gay, lesbianos, bisexuales o travestis que existen aunque están ocultos, sino también al armario heterosexual” (idem, p. 62).

Para Marcella (2005, p. 25), “el régimen patriarcal tiene en su origen cierta comprensión de la heterosexualidad, un conocimiento basado en la jerarquía y la submisión por procesos de afirmación mediante sustracción” (idem), ou seja, ao passo que você é classificada em uma determinada categoria (tendo por referência a heteronormatividade), outras são negadas. Entre seus exemplos está: sou mulher, não homem; sou bissexual, e não “mulher”. Isso pode ser entendido na chave proposta por Butler, sobre os corpos que “ao se materializar a norma, qualificam-se como corpos que pesam”, corpos que importam (BUTLER, 2018, p. 219). Afinal, como apontado pela autora, a formação dos sujeitos e seu reconhecimento implica uma identificação com o “fantasma normativo” do “sexo”. Os limites da norma, segundo Butler, “ficam expostos naquelas fronteiras da vida corporal onde corpos abjetos ou deslegitimados deixam de contar como ‘corpos’” (idem, p. 218), produzindo “um domínio do “sexo” excluído e deslegitimado (idem). Nesse sentido, como enfatizado por Althaus-Reid, “la heterosexualidad no es una ciencia neutra, y la lógica interna del sistema opera con sus conceptos disyuntivos "y/o" artificialmente creados. Unifica la ambivalencia de la vida en una versión oficial. Las per-versiones (versiones diferente del camino) son silenciadas” (ALTHAUS-REID, 2005, p. 25).

Essas per-versões apontadas por Marcella são aqueles aspectos que apresentam descontinuidade e incoerência para a moral sexual religiosa, tudo aquilo que foge aos chamados “gêneros inteligíveis”, ou seja, aqueles que “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2019, p. 43). Se a regulação sexual produzida pela igreja, especialmente no caso das mulheres, “ha sido el elemento que confirió coherencia a la teología, si consideramos cuán penetrante y persistente ha sido esta reflexión a lo largo de los siglos”

(ALTHAUS-REID, 2005, p. 68), podemos entender que essa “insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’”. (BUTLER, 2019, p. 39).

Pautando-se pelas reflexões de Judith Butler, Marcella chama a atenção para o fato de que ninguém nasce com um gênero ou uma sexualidade – essas categorias não podem ser definidas biologicamente e nem a biologia deve estabelecer nosso destino sexual. Quando isso ocorre, é quando a heterossexualidade se comporta como ideologia (a heterossexualidade compulsória), a saber: “una ideología en un conjunto de ideas y creencias, a veces en conflicto pero que tiene la fuerza suficiente como para proveer la base de alguna clase de acción social organizada” (idem, p. 61). Como mostrado por Butler (2018, p. 194),

a categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir - demarcar, fazer, circular, diferenciar - os corpos que ela controla.

Nesse sentido, Marcella se propõe a refletir também sobre esse poder produtivo quando fala sobre os impactos da teoria *queer* na teologia, que abala toda a estabilidade ideológica fundante, desmantela-a e mostra sua dependência conceitual em relação à heterossexualidade (ALTHAUS-REID, 2008, p. 66). Essa mudança é, para a autora, uma mudança positiva e criativa. Segundo Althaus-Reid, a apropriação da teoria *queer* pela teologia (a Teologia *Queer*) possibilita novas perspectivas afetivas e novas maneiras de ser de comunidade e grupos excluídos na igreja. Isso “escandaliza (en el sentido bíblico también de ‘escándalo’) y enriquece la reflexión doctrinal, la liturgia y la pastoral de la iglesia, así como la eclesiología” (idem). Ainda assim, uma das críticas feitas por Marcella acerca das Teologias *queer*, e que diferencia esta de sua teologia indecente, é que elas acabaram por fixar alguns conceitos sexuais, como ser gay ou lésbica. No entanto, ela declara pertencer “a un movimiento de personas que no quieren fijar las identidades sexuales, ni heterosexual ni gay. Yo pertenezco a un grupo de gente que en la jerga se llaman *Queer* y que construye identidades

sexuales fluidas, y hasta cambiantes” (ALTHAUS-REID, 2008, p. 65). Vemos aqui, novamente, um diálogo próximo com as propostas de Butler, para a qual ainda que “discursos políticos que mobilizam as categorias de identidade tendam a cultivar identificações a serviço de um objetivo político, pode ocorrer que a persistência da desidentificação seja igualmente crucial para a rearticulação da contestação democrática” (BUTLER, 2018, p. 198-199). A mobilização de práticas que enfatizam essa “desidentificação” por parte da política feminista e da política *queer*, segundo Butler, “podem facilitar uma recontextualização da questão de se saber quais corpos pesam [/importam] e quais corpos ainda devem emergir como preocupações que possam ter um peso crítico” (idem, p. 199).

Acreditamos que esse processo seja uma das propostas centrais levantadas também por Marcella, movimentações em prol de processos de subjetivações, em detrimento dos processos de sujeição estabelecidos no âmbito da moral cristã e ainda sustentado pela Teologia da Libertação e algumas correntes da Teologia Feminista. Seu objetivo é “colocar a consolidação das normas do “sexo” em uma crise potencialmente produtiva” (BUTLER, 2018, p. 209).

Considerações finais

Se a teoria foucaultiana sugere que “práticas de liberdade não acontecem fora do discurso normalizador ou práticas sociais, mas podem revelar seu caráter contingente e, em troca, permitir novas possibilidades” (McLAREN, 2016, p. 215), o trabalho e vida de Marcella Althaus-Reid é exemplo disso. Ao longo deste artigo, procuramos evidenciar os pontos de aproximação entre a teologia *indecente*, a teoria *queer* e o feminismo pós-estruturalista. Nesse exercício, o que pudemos perceber é que muitas das noções mobilizadas pelas autoras foram contribuições feitas pela Teoria *Queer* e por Michel Foucault – e posteriormente adotadas pelas feministas – em relação às normas, ao poder produtivo e sua crítica ao universalismo.

Como reforçado por Margareth McLaren, as reflexões de Michel Foucault sobre as normas e o poder foram muito úteis às feministas – e especialmente caras às pós-estruturalistas. Por meio de seus estudos, ele demonstrou como que as normas “são impostas e assumidas por sujeitos através de uma variedade de práticas e instituições sociais, sendo introjetadas corporalmente e que é através de normas que a subjetividade se constitui” (McLAREN, 2016, p. 213). Em relação ao poder, como mostrado em *Vigiar e Punir*, ele não se trata de uma dimensão apenas repressora e controladora, mas também produtiva, instigando a emergência de contracondutas. Esse efeito do poder é mostrado por Butler em seu clássico já citado, *Problemas de Gênero*. Ao passo que as normas estabelecem um ideal regulatório acerca do sexo, gênero, prática sexual e desejo – a heterossexualidade compulsória – outras formas de existência se manifestam. Sendo assim, nossa tarefa enquanto feministas “é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (BUTLER, 2019, p. 24).

Como enfatizado por Michelle Perrot, Foucault deixou a nós feministas uma *faustosa caixa de ferramentas*, com “um grande número de conceitos fundamentais, de instrumentos operatórios e de incitações originais” (PERROT, 2005, p. 501). Com sua crítica ao essencialismo e ao universalismo, Foucault oferece ao feminismo e à História das Mulheres uma base conceitual para o “trabalho de desconstrução das palavras e das coisas”. Afinal, como nos lembra não só Perrot, mas também teóricas feministas como Donna Haraway, “não há objetos naturais, não há sexo fundado na natureza. O Homem está morto? A Mulher também” (idem). Aproveitando-se disso, a “escandalosa” Marcella Althaus-Reid busca romper com todas normativas em relação ao gênero e à sexualidade preestabelecidas pela religião, anunciando esse fim da forma mais *indecente* e em meio à teologia cristã. Ao ser indagada sobre “como você se define?”, Marcella Althaus-Reid (2004) é direta na resposta: “Eu não me defino nunca. Sou *Queer*”.

Referências bibliográficas:

ALTHAUS-REID, Marcella. Teologia indecente. [Entrevista concedida a] Eliane Brum. **Revista Época** (on-line), 2004. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI46282-15228,00-MARCELLA+ALTHAUSR EID+TEOLOGIA+INDECENTE.html>. Acesso em: 09/09/2020.

_____. **La Teología Indecente**. Perversiones teológicas en sexo, género y política. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

_____. “Let Them Talk...!” Doing Liberation Theology from Latin American Closets. In: ALTHAUS-REID, Marcella. (Org.). **Liberation Theology and Sexuality**. Ashgate Publishing Limited, 2006, p. 05-17.

_____. “Living la vida loca”: Reflexiones sobre los amores ilegales de Dios y la defensa de la vida. **Ribla - Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana**, Quito/Ecuador, n. 57, 65-69, 2007.

_____. Marx en un bar gay: La Teología Indecente como una Reflexión sobre la Teología de la Liberación y la Sexualidad. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 55-69, 2008.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 191-219.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade (vol. 1). A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

HIGUET, Etienne Alfred. Resenha: Marcella Althaus-Reid, *Indecent Theology – Theological Perversions in Sex, Gender and Politics*. **Revista Eletrônica Correlatio**, São Bernardo do Campo-SP, n. 3, p. 176-182, abril de 2003.

INSAUSTI, Santiago Joaquin. Una historia del Frente de Liberación Homosexual y la izquierda en Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e554280, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer* - Uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MCLAREN, Margaret. **Foucault, Feminismo e subjetividade**. São Paulo: Editora Intermeios, 2016.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Questão das Diferenças. **Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil (COLE)**, Campinas: ALB Associação de Leitura do Brasil, v. 1, p. 1-19, 2007.

MUSSKOPF, André S.. Teologias Gay/**Queer**. In: JURKEWICZ, Regina Soares (Org.). **Teologias Fora do Armário: teologia, gênero e diversidade sexual**. 1. ed, São Paulo: Max Editora/Católicas Pelo Direito de Decidir, 2019, p. 114-146.

MUSSKOPF, André S.; FREIRE, Ana Ester. Teologia *queer* – O necessário indecentamento da teologia. **Revista Senso**, n. 17, jul/ago. 2020. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/zrs-edicao-17/teologia-queer-o-necessario-indecentamento-da-teologia/>. Acesso em: 07/09/2020.

PERROT, Michelle. Michel Foucault e a história das mulheres. In: _____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru-SP: EDUSC, 2005, p. 489-503.

PETRELLA, Ivan. Depois de Marcella Althaus-Reid, a Teologia da Libertação não pode continuar sendo a mesma. [Entrevista concedida a] Moisés Sbardelotto. **Revista IHU On-line**, 2009. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/20442-depois-de-marcella-althaus-reid-a-teologia-da-libertacao-nao-pode-continuar-sendo-a-mesma-entrevista-especial-com-ivan-petrella>>. Acesso em: 23/06/2021.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013.

ROSADO, Maria José. Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1), p. 294-304, 2006.

O catolicismo popular brasileiro: notas em torno da sua invenção historiográfica

Brazilian popular Catholicism: comments on its historiographic invention

Emerson José Ferreira de Sousa

Mestrando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

gino.pinori@gmail.com

Recebido em: 26/02/21

Aprovado em: 28/06/21

Resumo: Esta proposta consiste em demonstrar que o catolicismo brasileiro denominado de popular tem se constituído enquanto invenção da vasta literatura histórica, sociológica e antropológica que tem se debruçado sobre os fenômenos católicos, buscando defini-los conceitualmente. No campo teórico, nos inspiramos em Albuquerque Júnior (2007), por afirmar que a historiografia também inventa os fatos que narra, e em Chartier (1995) e Certeau (2008), por elucidarem que o conceito de cultura popular tem sido delineado especialmente a partir das posições e dos fazeres intelectuais constituintes das arenas disciplinares que a ele se dedicam. Como metodologia, realizamos uma discussão bibliográfica a partir das principais obras e autores do campo da história, sociologia antropologia debruçados sobre a religiosidade católica do Brasil. O texto evidencia que a análise das realidades sociais do Brasil e do hibridismo cultural que as perpassam foram determinantes para se classificar como popular a religiosidade católica brasileira que transcende os espaços institucionais.

Palavras-chave: Catolicismo popular; Historiografia; Brasil.

Abstract: This proposal consists in demonstrating that Brazilian popular Catholicism has been constituted as an invention of the vast historical, sociological and anthropological literature that discuss Catholic phenomena, seeking to define them conceptually. In the theoretical field, we were inspired by Albuquerque Júnior (2007), for stating that historiography also invents the facts it narrates, and by Chartier (1995) and Certeau (2008), for elucidating that the concept of popular culture has been defined especially from the intellectual positions and actions that constitute the

disciplinary arenas dedicated to it. As a methodology, we conducted a bibliographic discussion using the main works and authors from the field of history, sociology and anthropology that deal with Catholic religiosity of the Brazil. The text shows that the analysis of the social realities of Brazil and the cultural hybridism that characterize them were decisive to classify themselves as popular the Brazilian Catholic religiosity that transcends institutional spaces.

Keywords: Popular Catholicism; Historiography; Brazil.

Introdução

Há algum tempo nos dedicamos a estudar ressignificações da religiosidade católica no Sertão da Paraíba. Durante este processo, ao buscar leituras que permitissem pensar historiograficamente nosso objeto, o roubo de imagens de santos¹, fomos ao encontro de reflexões – do campo da sociologia, antropologia e história² – que, no Brasil, abordam esta religiosidade a partir do que é entendido, grosso modo, como o conjunto de práticas não institucionais genuínas do povo.³ Atentos a tais leituras, as colocamos em diálogo com outras abordagens, sobretudo teóricas, ampliando nosso horizonte de reflexão em relação às definições conceituais sobre práticas desta natureza. Passamos, assim, a refletir com mais vagar sobre o que seria e o que definia, de fato, as dimensões sagradas atribuídas ao povo diante das manifestações que constituem historicamente um catolicismo dito brasileiro.

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, abordagens das Ciências Humanas e Sociais propuseram-se a classificar a prática católica do Brasil. No campo historiográfico, Hoornaert (1991) denominou de popular o catolicismo que se constituiu a partir das demandas socioculturais próprias do povo. Também se situa neste raciocínio o estudo antropológico de Mott

¹ Rito característico da religiosidade católica no Nordeste, na qual os devotos costumam furar imagens de santos da casa de vizinhos para rogarem pelas chuvas durante o inverno, devolvendo-as com festejos após as colheitas.

² Estaremos tratando aqui as análises antropológicas e sociológicas também como historiográficas, uma vez que elas têm contribuído para interpretações na perspectiva histórica da cultura e da sociedade brasileira.

³ É importante ressaltar que nos dedicamos a discutir percepções em torno da prática católica brasileira e, por isto, não intencionamos evidenciar a invenção de um conceito geral sobre o catolicismo popular, que é também investigado a partir da experiência religiosa de diferentes lugares e culturas.

(1997), que reproduz a ideia de um catolicismo popular originado a partir das particularidades presentes na vivência religiosa da Colônia.

Já nos domínios sociológicos, a ideia de um catolicismo popular brasileiro adentrou em outras searas do campo social, ganhando novas denominações. Operando a partir das clivagens sociais que têm marcado a trajetória do Brasil, Queiroz (1968) chamou de rústico o catolicismo que considerou característico dos espaços interioranos, notadamente rurais, oposto àquele desenvolvido nos centros urbanos. Ainda no campo sociológico, este “padrão” católico foi cunhado como diferenciado, por tratar-se de expressões religiosas que, à revelia da *Igreja*, reelaboram o que é emanado por seus quadros institucionais (CARVALHO, 2007, p. 62).

Com estas leituras, foi possível perceber a existência de múltiplas definições para a religiosidade tida como espontânea e originária do povo, das camadas ditas populares, em diferentes períodos da História do Brasil. Instituíram-se tipologias⁴ para os modos brasileiros de ser católico, distanciando-os das delimitações clericais, o que os consolidou como experiências de fé outras, presentes nas exuberantes festas católicas de rua, nas irreverentes práticas das irmandades religiosas, notadamente as dos negros, e nas peculiares formas de crença presentes na vida privada (ABREU, 1994). Práticas cujo sentido, assim consta em tais definições, irrompem os padrões tradicionais da fé católica.

Nomeada como religiosidade rústica, diferenciada ou ainda, conforme aponta Abreu (1994, p. 183) em relação a diferentes períodos históricos, como colonial e barroca – noções integradas à categoria do popular –, assim definiram-se as tipologias para a prática católica que tomou forma junto à sociedade que se desenvolvera nos trópicos. Elas são oriundas de estudos que há muito tempo investigam sua caracterização religiosa, que, a seus olhos, é pretensamente peculiar ao mundo devocional do praticante. São análises que buscam tipificar estas crenças de acordo com seus esquemas teóricos, para melhor analisá-las e torná-las inteligíveis. Em relação às manifestações do

⁴ Sobre a definição destas tipologias, ver também a análise de Lemos Filho (2007).

sagrado no Brasil, a noção de catolicismo popular emerge, portanto, como forma de explicar a experiência religiosa local.

Perscrutando essa multiplicidade conceitual, fomos levados à inquietações relativas a sua generalização como chave explicativa desse pretense caráter religioso, por meios das quais foi possível compreender que a ideia de um catolicismo popular brasileiro, como todo conceito, é uma construção. Passamos, desta forma, a refletir sobre a possibilidade dessa carga conceitual, em parte, distanciar a experiência sagrada do que ela, de fato, é para quem a realiza: a religiosidade católica. Nos pomos a questionar se tais tipologias não se mostram deslocadas das significações emanadas pela própria cotidianidade devota.

Mas estas inquietações não surgiram apenas de reflexões pessoais e historiográficas. Concepções teóricas ancoradas na nova História Cultural foram as principais responsáveis por nos instigar a pensar o catolicismo popular brasileiro como fruto de percepções eruditas que constituem os lugares da produção historiográfica debruçada sobre esse tipo de análise cultural. Assim, acepções como as de Certeau (2008) indicam que uma cultura nomeadamente popular tem sido elaborada à distância, em oposição à cultura de elite, razão pela qual ela é censurada, folclorizada, remetida ao que é “exótico”, ao que é outro. Pensando de forma similar, Chartier (1995) complementa tal percepção ao afirmar que,

Produzido como uma categoria erudita destinada a circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular tem traduzido, nas suas múltiplas e contraditórias acepções, as relações mantidas pelos intelectuais ocidentais [...] com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que a dos mundos “exóticos” (CHARTIER, 1995, p. 179).

As contribuições de Certeau (2008) e Chartier (1995) levam-nos a um maior interesse pelos significados incutidos nas práticas e nas representações da cultura do que pelas enunciações que as remodelam em discursos. Somos então conduzidos a pensar que, de um ponto de vista teórico-metodológico, o catolicismo popular brasileiro surge mais como invenção de quem o tomou para análise e menos como construção e significação da prática devota.

A ideia de invenção íntegra, desta forma, a seara teórica que nos permite refletir sobre os dizeres historiográficos em torno do catolicismo popular no Brasil. Para Albuquerque Júnior (2007), que notou que este termo tem sido cada vez mais frequente nas Ciências Humanas e Sociais, a noção de invenção surgiu como forma de apreender a construção das realidades sociais quando ela vem à tona. Com efeito, “esta expressão remete a uma temporalização dos eventos, dos objetos e dos sujeitos, podendo se referir tanto à busca de um dado momento de fundação ou de origem, como a um momento de emergência, fabricação ou instituição de algo que surge como novo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 19-20).

É fato que a prática católica brasileira não surge, no caso, como algo novo, mas o interesse historiográfico sobre ela desde a segunda metade do século XX a fez emergir no campo das Ciências Humanas e Sociais. Assim sendo, como pontua Albuquerque Júnior (2007), é importante refletir sobre o papel dos próprios historiadores na invenção dos eventos que narram, eventos para os quais eles também produzem uma visão. Nos caberá, neste momento, refletir acerca do fazer historiográfico enquanto partícipe da invenção dos fatos aos quais se dedicam a ver, investigar e dizer (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 24-25).

Esta análise não implica, no entanto, negar a existência das reelaborações que marcam historicamente o culto católico brasileiro. Penso que trabalhar na perspectiva de sua invenção historiográfica não significa desconsiderar que esta crença seja vivida e experienciada de múltiplas maneiras, mas sim admitir que nossa atividade de historiador se envolve com as práticas e as vivências então documentadas, que “[...] se passa entre elas, no ponto de encontro e na mediação entre elas, no lugar onde estas divisões ainda são indiscerníveis, onde estes elementos e varáveis se misturam” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 28).

A religiosidade católica é vivida e praticada mas também, como todo processo histórico, é projetada por quem a investiga. Assim, a problemática em questão não se reduzirá a saber se esse catolicismo popular brasileiro é ou não uma realidade. Ela opta, no caso, por compreender de onde surgiu sua definição como popular a partir de suas abordagens historiográficas, saber como ele foi

historicamente pensado e inventado, identificar quais suas contradições diante dos estudos que o tomaram como objeto e quais os caminhos que nos permitem pensá-lo em outros moldes, os quais nos oferecem pressupostos para rediscuti-lo.

Questionamos, afinal, o que seria a religião do e no povo brasileiro para a historiografia analisada? Quais características da vida cotidiana no Brasil são elencadas para se definir sua religiosidade católica como popular? De quais conceitos parte esta historiografia e por quê? Quais enfoques nos possibilitam repensar o uso da categoria de popular diante desta religiosidade? Trata-se de uma problemática que se mostra demasiadamente complexa e para resolvê-la de fato seriam necessários estudos muitos mais densos e robustos do que este. Entretanto, interessa-nos aqui oferecer pressupostos iniciais para um debate que parece ainda carente de discussão no campo historiográfico brasileiro.

A investigação almejada baseia-se na análise historiográfica de estudos que, em diferentes momentos e a partir de diferentes esquemas teórico-metodológicos e lugares de produção⁵, se dedicaram a desvelar uma religiosidade à brasileira. Tendo em vista a vastidão bibliográfica do tema proposto torna-se descabido analisar um número significativamente elevado de abordagens, sendo mais coerente procedermos com recortes que se alinhem às pretensões deste texto. Assim, optamos por elucidar os autores e as obras cujas percepções construíram formas notadamente consagradas em relação ao ver e ao dizer as manifestações católicas do Brasil.

A escolha dos estudos condiciona-se, também, pela recorrência em suas análises das duas categorias aqui elencadas para problematizar a ideia de catolicismo então apresentada. São elas: o isolamento interiorano desta prática e sua composição junto a formação híbrida da sociedade brasileira. O texto constitui-se em torno dessas linhas de pensamento, que nos chamaram atenção por se fazerem presentes e por se entrecruzarem na maior parte das acepções históricas da temática a ser descortinada. Assim, dão especial enfoque à questão do isolamento interiorano análises como as

⁵ O interesse pela política e pelas relações de poder integram algumas das análises aqui expostas, a exemplo das de Queiroz (1968) e Facó (1976), que materializam suas ideias a partir das noções de camadas e estruturas sociais enquanto condicionantes de experiências socioculturais brasileiras.

de Queiroz (1968), Azevedo (2002), Mott (1997), Teixeira (2005) e Facó (1976). Já o hibridismo, ou sincretismo, como preferem alguns autores, é recorrente nas abordagens de Freyre (2003), Souza (1986), Abreu (1994), Hoornaert (1991) e também em Mott (1997).

Optamos também por não trabalhar com uma definição temporal rígida, haja vista lidarmos com estudos que situam a religiosidade na Colônia, no Império e também na República. Estaremos, portanto, por conta da bibliografia selecionada, pelo fato dela operar com essas múltiplas temporalidades que constituíram a trajetória social, política e cultural do Brasil. Ainda assim, pode-se dizer que, temporalmente falando, estaremos remetendo a análise ao espaço de tempo transcorrido principalmente entre os séculos XVII e XIX, período de constituição da sociedade e do catolicismo no Brasil.

“Muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre”: o isolamento interiorano e o catolicismo nas mãos de “leigos”

Em um primeiro olhar sobre as abordagens historiográficas em pauta, temos a impressão de que o espaço territorial, especialmente na Colônia e no Império, foi tomado como fator determinante para se pensar as dinâmicas que revestiram de popular a prática católica do Brasil. Pode-se dizer que esta historiografia elaborou quadros explicativos para uma religiosidade cujo exercício ela considerou significativamente incutido nas dimensões socioespaciais da vida do praticante. Preocupou-se, assim, em refletir a respeito de como o catolicismo adaptou-se às regiões interioranas e, durante muito tempo, isoladas dos centros urbanos e culturais do Brasil.

A dificuldade de acesso e de circulação nos vastos territórios locais, ao menos até o início do século XX, fazem-se explícita ou implicitamente presentes nas análises sociorreligiosas como fatores que explicam a rara presença do clero católico durante muito tempo nessas regiões interioranas (CHAHON, 2014). A fé católica teria sido deixada à sorte das populações que construíram, por exemplo, os espaços rurais. Argumentos do tipo foram evidenciados na sociologia que, a partir dos

anos de 1950 e 1960, preocupou-se em explicar a ordem e os dilemas que caracterizam historicamente nosso tecido social. O fator religioso atrelado a tais questões foi convidado a ser campo para a pesquisa social, conforme salientou Azevedo (2002) em *O catolicismo no Brasil*, publicado originalmente nos Estados Unidos em 1954.

Antropólogo dedicado às implicações sociais da experiência católica brasileira, Azevedo, cuja obra inspirou autores como Maria Isaura de Queiroz e Eduardo Hoornaert, chama atenção para as dificuldades encontradas pela *Igreja* para alcançar e estabelecer-se ao longo do tempo nos vastos e longínquos espaços interioranos do Brasil. O autor suscita estatísticas históricas que indicam a pouca presença e assistência religiosa do clero nos setores mais afastados das cidades e regiões mais povoadas (AZEVEDO, 2002). Destarte, o antropólogo refere-se a um catolicismo que fora então reelaborado “[...] por sua própria dinâmica interior, como sucedeu por efeito do relativo isolamento, às subculturas das regiões em apreço [...]” (AZEVEDO, 2002, p. 21).

Exposta, pois, à experiências de vida outras, opostas às do mundo urbano, a manifestação religiosa dita do povo, especialmente o interiorano, pôde resumir-se a um clássico dizer recorrente na historiografia, mencionado por Teixeira (2005, p. 17), que, reproduzindo tais percepções, afirma que “o catolicismo brasileiro foi durante muito tempo um catolicismo de ‘muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre’”. Frequentar missas teria sido algo raro nesse cotidiano “isolado”, o que teria possibilitado a ampliação dos ofícios da preferência de cada fiel e, conseqüentemente, da esfera devocional em torno dos santos da devoção pessoal. Analisando durante décadas temas capazes de explicar a sociedade rural no Brasil, Queiroz (1968), na década de 1960, inscreveu o catolicismo que chamou de rústico dentro da perspectiva desse mesmo distanciamento socioespacial suscitado por Azevedo (2002), ao dizer que

Os sacerdotes, em sua maioria, permanecem nas cidades ou nas zonas mais populosas; nos sertões e nas zonas rurais em geral são sempre escassos. As paróquias do interior, muito vastas, raramente dispõem de um vigário ali residindo em permanência, e muitas vezes um só cura tem a seu cargo mais de uma paróquia; a extensão a percorrer é de tal ordem que a maioria das localidades recebe a visita de um vigário apenas uma vez por ano (QUEIROZ, 1968, p. 105).

A socióloga elenca aspectos das estruturas sociais que considerou influentes para o delineamento de uma esfera católica caracteristicamente brasileira, arraigada aos espaços do rústico, representados, por exemplo, pelos sertões. Distante da tutela institucional, durante quatro séculos, essa prática religiosa foi dita e vista sob os auspícios daqueles considerados leigos em relação aos desígnios católicos. O estudo de Abreu (1994) nos leva a entender que, sobretudo em relação aos séculos XVIII e XIX, a *Igreja* considerou leigo indivíduos sem a devida formação católica que incumbiam a si a liderança frente às irmandades, às festas e outras práticas religiosas, sobretudo nos espaços carentes da atuação dos agentes institucionais católicos. Neste período, estas pessoas teriam sido, então, os principais responsáveis por promover um catolicismo popular no Brasil, tido como não-oficial (ABREU, 1994).

Nesta percepção, o catolicismo popular brasileiro é marcado por situar-se à margem dos limites institucionais, condicionando-se historicamente a costumes e modos de vida locais. Crescendo sob mãos leigas, como as do rezador e as do festeiro, acredita-se que este catolicismo foi exposto a múltiplas concepções de fé, direcionando-se, pois, a reinterpretar a mensagem provinda de Roma (QUEIROZ, 1968). De acordo com este ponto de vista, ele esteve por séculos sujeito à falta de instrução e orientação religiosa daqueles que, a título de exemplo, estavam incumbidos da tarefa da catequese das crianças, da coordenação de encontros religiosos nas comunidades rurais e ainda da organização das festas em louvor aos santos e santas da proteção local. Considera-se, com efeito, que a prática católica do Brasil desenvolveu uma dimensão popular por submeter-se às demandas do povo e não da *Igreja*, por traduzir e converter a fé ao mundo do fiel, um mundo próprio, que se fazia outro.

Esse recôndito portador de práticas católicas situadas fora do sistema doutrinário foi também evidenciado na análise de Facó (1976), que dedicou sua obra aos problemas sociais presentes no interior do Brasil na passagem do século XIX para o XX. Para este intelectual, os movimentos sociais rebeldes de Canudos, Contestado e Caldeirão, que despertaram os pobres do campo contra a exclusão social que marcava o país durante o período, tinham como fundamento ideológico uma

religiosidade própria, a partir da qual seus praticantes receberam a alcunha de fanáticos (FACÓ, 1976, p. 42). Nesta percepção, o catolicismo popular ultrapassa o campo da crença e surge como resposta aos impasses sociais e políticos de um período específico da História do Brasil. Ele emerge, pois, como instrumento de luta, como concepção de mundo e como apelo moral das camadas ditas populares lançadas aos flagelos de uma vivência primitiva, que nada lhes oferecia além do misticismo e do fanatismo exacerbado (FACÓ, 1976).

As percepções do isolamento das regiões interioranas contribuíram, também, para que autores como Mott (1997, p. 163) e Souza (1986, p. 87), a fim de justificarem certa libertinagem em relação às práticas mágicas e aos *calundus*⁶ que abordaram na Colônia, apontassem para a fluidez do sistema eclesiástico durante este período. Neste cenário, se a assistência dos agentes institucionais católicos no interior foi, em números, descrita como insuficiente à época, quando existiu na Colônia ela foi percebida como maleável, displicente e perpassada por múltiplos interesses que transcendiam a esfera religiosa.

Vislumbrando, assim, as estruturas socioespaciais no Brasil, análises presentes na coleção historiográfica organizada por Laura de Mello e Souza, dedicada a vida privada na América portuguesa, atrelam a religiosidade popular às nuances de uma vivência característica dos espaços domésticos desta sociedade. Para Algranti (1997, p. 88), em virtude do baixo povoamento fruto do distanciamento social entre os espaços de convívio, “é efetivamente no domicílio que encontraremos os colonos interagindo com o meio natural, inovando nas formas de subsistência e vivenciando seus laços afetivos.” Já para Mott (1997), foi justamente esse meio natural que impulsionou a desatenção do sistema eclesiástico em relação aos ritos de fé que, assim, não encontravam muitos obstáculos para transcender a ordem doutrinária. Em virtude destas prerrogativas, o antropólogo afirma que,

Aqui, muitos e muitos dos moradores passavam anos sem ver um sacerdote, sem participar de rituais nos templos ou frequentar os sacramentos. Tal carência estrutural levou de um lado à maior indiferença e apatia de nossos antepassados

⁶ De acordo com Mott (1997), na Colônia, os *calundus* correspondiam aos espaços de atuação daqueles que eram entendidos como feiticeiros, mandingueiros, rezadores, adivinhos, dentre outros, cujas práticas tinham por base a religiosidade de matriz africana, sendo, por isto, perseguidas pela *Igreja Católica*.

ante as práticas religiosas comunitárias, de outro, ao incremento da vida religiosa privada, que, na falta do controle dos párocos, abria maior espaço para desvios e heterodoxias (MOTT, 1997, p. 163).

É dentro dessa perspectiva analítica que, em seu clássico estudo sobre a feitiçaria no Brasil colonial, Souza (1986, p. 87) defende a existência de um catolicismo colonial que, em detrimento da pouca atenção recebida por parte da *Igreja*, foi regido especialmente pela família, núcleo estruturador das vivências nos primeiros séculos de nossa formação social. Neste cenário, entende-se que nos domínios familiares dos espaços rurais a religiosidade esteve sob a tutela de um sistema social desenvolvido em torno da Casa-Grande, onde arquitetou-se, de fato, sua reelaboração. As práticas então articuladas dentro desses espaços sociais carregavam a marca do familismo, eivado de inúmeras possibilidades de experiências da fé, conforme expõe a historiadora supracitada:

A religiosidade *subordinava-se*, dessa forma, à *força* aglutinadora e organizatória dos engenhos de açúcar, integrando o triângulo Casa-grande – Senzala – Capela; sua especificidade maior seria o familismo, explicador do acentuado caráter afetivo e da maior intimidade com a simbologia católica tão caracteristicamente nossos (SOUZA, 1986, p. 87). [Grifos nossos].

Talvez Souza (1986) tenha sido a autora que mais se preocupou em evidenciar o caráter específico da prática religiosa que considerou característica da Colônia. Isto significa reforçar a existência no Brasil português de um catolicismo que buscava cada vez mais se distanciar ou romper com aquele então trazido pela colonização, ou seja, o catolicismo oficial. Sob tal perspectiva, a originalidade dessa manifestação do sagrado reside na sua pretensão ao popular, enquanto inventada e divulgada pelo povo, notadamente o subalterno, como forma, também, de resistência ao sistema socioreligioso a ele imposto. A autora optou, assim, por desvelar uma religiosidade própria de um mundo próprio, um mundo novo, cujas práticas sagradas se constituíam como bricolagens de fé e heresia (SOUZA, 1986).

Põe-se em evidência, portanto, que, se olhado enquanto fruto de uma sociedade interiorana e da maleabilidade eclesiástica, o catolicismo popular brasileiro torna-se uma questão de estrutura social. Nela, a prática religiosa tende a afigurar-se como produto de uma ordem socioeconômica e

especial específica, na qual a perspectiva prevaiente elenca uma incidência contextual sobre a experiência humana e não a experiência humana sobre o contexto. Cremos, no entanto, que existam outras complexidades para este debate. É possível explicar a religiosidade popular no Brasil a partir dessa ênfase estruturalista? Existem, no caso, aberturas nesse modelo analítico que nos permitem vislumbrar a discussão de outra maneira.

Percebe-se a complexidade da discussão quando se sabe que manifestações católicas taxadas de populares existem também para além dos espaços interioranos. Estudos como os de Martha Abreu (1994), ao abordar as chamadas tocatas de pretos nas festas católicas da Rio de Janeiro oitocentista, e de Reis (1991), que analisa o imaginário popular da morte em Salvador em período similar, apontam para ritos igualmente popularizados nestas cidades. Conduzida na maioria das vezes pelas irmandades e confrarias religiosas, também de formação leiga, essa religiosidade marcadamente festiva e suntuosa foi uma herança da Colônia e caracteriza profundamente o sagrado em muitas cidades do país até os dias de hoje (ABREU, 1994; JURKEVICS, 2005).

De igual modo, quando Queiroz (1968, p. 107) diz que “[...] o catolicismo popular urbano foi se distanciando de seu irmão rural”, além de indicar uma não ruptura entre sua prática nos meios urbano e rural, ela reforça a ideia de que o caráter dinâmico e ressignificado do catolicismo brasileiro transcende as pretensas delimitações espaciais, por existir também nas cidades. Com isto, temos pressupostos para se superar essa carência estrutural no Brasil, a qual se referiu Mott (1997), como fator explicativo da emergência de uma prática católica do povo. O que define, em especial, a experiência religiosa é a subjetividade e não exatamente os contextos sociais.

Sob este ponto de vista é questionável também a percepção de que a distância em relação ao quadros institucionais católicos levou a essa autonomia devocional brasileira. Agrupamentos religiosos como irmandades e confrarias, que praticam e veiculam uma religiosidade própria, estão historicamente estabelecidos nas cidades, em torno das igrejas, organizando ritos ou festas católicas sob a chancela das autoridades eclesiásticas (REIS, 1991). Outros exemplos notáveis de que as reinvenções do sagrado nem sempre condizem com o distanciamento situam-se no próprio texto de

Mott (1997, p. 208), pois ele comenta que, na Colônia, calundus eram praticados ocasionalmente à porta de igrejas, quando não eram impulsionados pelos próprios párocos locais. Ao se relegar as reelaborações do saber católico a uma carência estrutural pode-se perder de vista a capacidade criativa e os significados que são pertinentes, sobretudo, aos indivíduos.

É justamente o foco nas ações do indivíduo, enquanto consciente e não subordinado, que nos possibilita questionar essa percepção estrutural como fator explicativo de um catolicismo popular brasileiro. Quando Certeau (1998) chama atenção para o que define um cotidiano, isto é, a tática, a astúcia, a maneira de fazer, ele demonstra e defende que o campo da norma – simbolizado por sistemas de dominação e produção sociocultural, a exemplo da religião –, não seria central nesta percepção. Isto porque tais sistemas pouco ou nada indicam em relação aos modos por meio dos quais os praticantes o reinventam.

Esta perspectiva deve recair, portanto, sobre as práticas, sobre o comportamento humano que, para Rosental (1998), não pode ser devidamente apreendido se condicionado a delimitações estruturais. Rompendo com este paradigma, o autor defende a racionalidade da ação do indivíduo, direcionando-nos a captar práticas sociais e culturais enquanto desvinculadas de determinações mecanicistas da sociedade. Em outras palavras, Rosental (1998) busca dizer que nossas ações nem sempre são susceptíveis à normas e tampouco necessitamos nos distanciar delas para nos guiarmos no mundo. Pode-se, assim, fugir daquilo que Andrade (2010, p. 132-133) entende como reducionismo, que pode vir a ocorrer junto à tentativa do campo historiográfico de tipificar a religiosidade católica brasileira de popular.

Para suplantar esse risco de se reduzir o significado que a crença possui para quem a vivencia, Andrade (2010) adota a ideia de religiosidade católica, portanto, um termo mais abrangente. Quando defende este conceito a autora não nos conduz a negar as diversas expressões que compõem o catolicismo brasileiro, ela não busca homogeneizá-las. O que intenciona é nos fazer enxergar tal diversidade a partir do momento em que ela é, também, percebida, significada e expressada pelo próprio praticante.

Fruto de encontros: o catolicismo do povo pensado a partir de uma sociedade híbrida

É ideia recorrente nas diversas abordagens historiográficas dedicadas à compreensão social e cultural do Brasil o fato de que nos constituímos ao longo do tempo enquanto sociedade híbrida. Nestas percepções, seja em relação à Colônia, ao Império ou mesmo à República, as identidades, as tradições e os costumes são explicados a partir da existência de múltiplos encontros culturais que existiram nesta sociedade, consolidando um espaço social que escolheu tomá-los como necessidade impreterível (FREYRE, 2003). Tem-se, então, refletido sobre como práticas da cultura brasileira têm sido oriundas de formações socioculturais híbridas, o que as conduziram a se fazerem plurais e multifacetadas.

Por hibridismo cultural Burke (2010, p. 16) entende as práticas, os processos e os sistemas de encontro, contato, interação e troca entre sociedades e culturas distintas ao longo do tempo. Não se reduzindo à situações e culturas específicas, as hibridizações são processos amplos, plurais e dinâmicos que têm acompanhado a trajetória “civilizacional” da humanidade. Portanto, para Burke (2010, p. 31), “[...] devemos ver as formas híbridas como o resultado de encontros múltiplos e não como o resultado de um único encontro, quer encontros sucessivos adicionem novos elementos à mistura, quer reforcem os antigos elementos [...]”

A religiosidade católica do Brasil, por ser híbrida ou sincrética, conforme consta em alguns estudos⁷, é tida como suscetível às ressignificações que traduzem a mensagem ortodoxa para o mundo do devoto, que, em tese, não a compreende em termos canônicos. As formas sincréticas são a base de interpretação de Hoornaert (1991, p. 22), para quem “[...] o tema ‘sincretismo’ nos será um instrumento de interpretação do catolicismo brasileiro”. Instrumento que, nesta concepção, permite

⁷ Para Burke (2010), o sincretismo corresponde a uma variedade terminológica relativa às hibridizações religiosas. Nos últimos anos, no entanto, mesmo no campo religioso, os autores têm optado pelo termo hibridismo.

compreender conexões entre uma prática católica dita ortodoxa e as complexas realidades socioculturais que emergiram no Brasil.

Hoornaert (1991, p. 30) aponta três formas sincréticas que considera centrais na formação do catolicismo que chama de brasileiro: o catolicismo guerreiro, sincretismo entre a prática católica do colonizador e o contexto criado pela guerra santa contra o gentio; o catolicismo patriarcal, sincretismo entre a prática católica ibérica e o mundo escravocrata da Colônia; e, mais especificamente, o catolicismo popular, sincretismo entre a religião católica tradicional e as práticas nativas e de matriz africana. Essa última forma representa a ideia de hibridismo a qual nos dedicamos em especial, por ser considerada propriamente das massas e ter cristalizado o modelo Colonial do culto católico, como já especificado.

Mas como a dimensão popular do catolicismo brasileiro teria se elaborado a partir do hibridismo? Em suas teses sociológicas e antropológicas, Freyre (2003, p. 168), defensor dos encontros raciais em nossa formação sociocultural, afirma, por exemplo, que as práticas da cultura nativa possibilitaram a quebra do padrão católico europeu na Colônia. Em busca de interpretar tal quebra de padrão, outros intelectuais, como os próprios Hoornaert (1991) e Souza (1986), dedicaram-se a analisar o que entenderam como a influência do sincretismo/hibridismo na construção de um catolicismo à brasileira. Catolicismo maleável, plástico e dinâmico, conectado à culturas das quais não pôde ou não quis se esquivar.

Por estudar a feitiçaria, Souza (1986, p. 155-156) afirma que o catolicismo na Terra de Santa Cruz viu-se envolto, primeiro, pela magia e a mística ameríndia e posteriormente, após a intensificação do tráfico de escravos, pelas práticas culturais originárias da África. Com efeito, a autora defende que a religiosidade católica na Colônia seguiu o caminho inverso daquele que era desejado pela *Igreja*, pois ao contrário de se distanciar das práticas tidas como pagãs, ela foi conduzida a abraçá-las e a ser abraçada por elas. Ganharia ela características que, na realidade, a distanciaram dos preceitos clericais e a aproximaram das peculiaridades de uma vida cotidiana que necessitou reelaborá-la.

Ao analisar o cotidiano e a vivência religiosa da Colônia, Mott (1997) busca explicitar a situação dos praticantes católicos no período, sobretudo dos que habitavam no interior, situados entre os raros espaços institucionais e aqueles destinados às práticas de “mandiga” e outras do gênero. Para o antropólogo, a capela, símbolo cristão principalmente nos povoamentos interioranos, era visitada por praticantes católicos que a compartilhavam com calundzeiros. Já o calundu, espaço geralmente associado ao paganismo de curandeiros e feiticeiros, em Mott (1997), é entendido como uma oportuna extensão da capela. Extensão que foi o espaço de manutenção do catolicismo tido como popular, por fazer parte do jogo que instituía a cotidianidade para os modos de ser católico na América portuguesa.

Teria sido, também, desse tipo de encontro, ocorrido especialmente na Colônia em virtude das estruturas da sua vida social, que emergiram no Brasil figuras como as do leigo, do rezador e do curador que, justamente com as práticas de culto aos santos oficiais e oficiosos, simbolizam o catolicismo regido pelo povo, notadamente, o pobre, como também assinala Hoornaert (1991, p. 98). Estas pessoas e estas práticas foram perseguidas pelo Santo Ofício quando conveniente. No Agreste pernambucano, nos idos de 1762, este tribunal registrou denúncia contra os ditos calundzeiros, episódio registrado por Mott (1997), que assim descreve o hibridismo religioso presente nas ações dos denunciados:

Branco, pardos, negros livres e escravos sucedem-se nessa denúncia usando a oração da estrela para sujeitar vontades, benzendo para abrandar o coração dos brancos, rezando a Santo Antônio para achar coisas perdidas, e, para tal, medindo com um cordão a porta por onde um escravo fugira; ou ainda orando para estancar sangue; havia os que recitavam mandinga para ser valente, e as que curavam a ‘madre’ ou o sapinho de boca com benzeduras (MOTT, 1997, p. 195).

Nesta descrição, a prática religiosa popularizada é atribuída especialmente àqueles considerados socialmente desvalidos. O hibridismo, enquanto elemento de compreensão do catolicismo brasileiro, é fortemente direcionado às práticas da população pobre que, por sua condição, fazia e faz uso peculiar de um quadro devocional próprio. Percebe-se, pois, que a construção do popular na esfera religiosa, sobretudo da Colônia e do Império, se encontra conectada

a usos políticos do conceito. Aqui, conforme alerta Chartier (1995), a noção é usada na descrição das práticas subversivas, condicionada a indivíduos que, nesta interpretação, necessitam de tutela, o que leva a se classificar diferenciadamente o que produz em termos culturais aqueles que fazem parte das chamadas classes subalternas.

Seria este catolicismo popular porque é híbrido? A posição aqui defendida não busca uma resposta objetiva e imediata para esse tipo de questionamento. Intencionamos demonstrar, no entanto, que esta problemática é também complexa, pois as hibridizações, como demonstrado por Burke (2010), generalizam-se por toda nossa experiência social e cultural. Cremos, com isto, que a pretensão de definir qualquer manifestação cultural, especialmente aquelas direcionadas à classes específicas, a partir dos encontros que as constituem pode deparar-se com barreiras geralmente erigidas por contradições e reificações.

Estudos em Ciências e Antropologia da Religião afirmam que não existe religião ou prática religiosa que não seja híbrida ou sincrética. Ao analisar a relação entre cultos católicos e ritos de matriz africana, Soares (2002, p. 45) é instigante e provocador ao apontar que “[...] um catolicismo não-popular inexistente; e o que conhecemos é, inevitavelmente, sincrético”.⁸ Entende-se, assim, que o sincretismo se faz presente em toda e qualquer forma de religião e de religiosidade e, portanto, não caberia enfatizar que ele constitua popularizações apenas nas práticas ditas espontâneas, atribuídas ao povo.

Questionamos, pois, o fato de que se a religiosidade é híbrida, se só existe enquanto manifestação do povo, como reforçar sua dimensão popular, opondo-a a uma prática institucional, não menos popular, no sentido de que é também híbrida e destinada ao público? Afirmar ou reforçar a existência de um catolicismo popular brasileiro, em grande medida, por ser híbrido pode vir a ser uma tese redundante, um discurso que seria mais do mesmo por querer popularizar uma prática que em sua pretensa natureza já traz esta conotação. Pode-se, no entanto, demonstrar a caracterização de algumas hibridizações para fins de compreensão da prática católica do Brasil, para uma análise mais

⁸ Sobre o tema, ver também o estudo de Ferretti (2007).

densa das experiências devotas e não para uma clivagem ou para reificá-la com o que já faz parte de sua simbologia.

Pode-se ainda refletir se as dinâmicas e hibridizações são elementos que destaquem tanto assim um catolicismo popular brasileiro. Em Mott (1997, p. 163) e Reis (1991, p. 59-60) é dito que as exuberantes, exageradas e teatrais práticas do cotidiano católico, sobretudo na Colônia e no Império, causavam espanto nos viajantes estrangeiros que se aventuravam nos trópicos. São práticas descritas como excêntricas e como invenções absolutamente originárias do Brasil. No entanto, manifestações de características e significados similares, com formas diferentes mas não menos do povo ou fetichizadas, constam, por exemplo, em inúmeros registros inquisitoriais na Europa dos séculos XVI e XVII, analisados por Ginzburg (1988).

Dentro desta perspectiva, é dito pela própria Queiroz (1968) que as dualidades e as reinvenções são características universais da prática católica. Embora reconheçamos que aqui esta religiosidade ganhou outras conotações, não é tão simples evocar sua originalidade, creditando ao meio sociocultural brasileiro seu forte impulso popular e as hibridizações que a teriam atingido. Até porque, vale salientar, essa própria historiografia indica que estivemos longe de receber como herança cultural um catolicismo puro, ortodoxo e tampouco ortodoxador, pois ele nunca existiu.

Atentando-se para a trajetória da *Igreja Católica* no Brasil, pelo menos até ao final do século XIX, percebe-se que não foram poucas as vezes em que o sistema eclesiástico se apropriou das práticas ditas transgressoras de sua doutrina (MOTT, 1997; ABREU, 1994). O âmbito institucional entendia que necessitava das manifestações populares no processo de sacralização dos imensos espaços onde buscou atuar, mas que nem sempre conseguia alcançar ou controlar. Não negamos, porém, os conflitos aqui existentes entre a *Igreja* e o que ela considerou heresia, ainda assim, em muitas situações, houveram interações entre essas duas esferas dos modos de ser católico (SOUZA, 2008). Tais interações não só eram possíveis como recorrentes, pois, para Abreu (1994, p. 197), “afinal, o catolicismo leigo era também o oficial...”

Como, então, popularizar e fetichizar as manifestações que basicamente fundaram o que se entende como o catolicismo brasileiro? As discussões são complexas e dão margem para reflexões e visões outras. Hoornaert (1991, p. 135-136) ocupou-se em apontar a evangelização do pobre pelo pobre no Brasil, o que reforça o que acabamos de elucidar. Parece, no entanto, caro a esta historiografia a intenção de reforçar a pretensa clivagem nesta prática católica, afirmando e reforçando sem tanta preocupação a existência de uma dimensão oficial e outra popular, como se fossem sempre nítidas e separadas.

Considerações finais

De acordo com a literatura aqui exposta e discutida, a existência e a prática de um catolicismo popular brasileiro encontram-se condicionadas, em especial, a contextos socioculturais específicos. De um lado, preocupou-se em delinear esta religiosidade a partir de uma perspectiva estruturalista a partir do momento em que ela é tomada como o produto das realidades espaciais e socioeconômicas vigentes nos diversos períodos da História do Brasil. De outro, abordam-se os múltiplos encontros sociais e culturais que permeiam nossa sociedade, os hibridismos/sincretismos, como fatores explicativos para uma experiência católica notadamente popular e intransigente nos trópicos.

Nosso debate não reduz e homogeneiza a dinamicidade presente no catolicismo historicamente praticado no Brasil. Ao contrário, nos motiva a elucidar as argumentações expostas o evidenciar dos sentidos e dos modos de ser católico para seu praticante. Propomos, assim, que se ponha em dúvida um conceito consolidado e pouco questionado nos domínios historiográficos. Neste desafio, nos inclinamos à antropologia interpretativa de Geertz (2008, p. 4), na qual a cultura transcende o que homem produz para afigurar-se como a própria ação interpretativa de si. Como prática de e sobre si, a cultura pressupõe o conjunto de significados socialmente produzidos e a percepção que temos deles (GEERTZ, 2008).

Nos inspira, portanto, a busca por perceber como os católicos do Brasil enxergam e descrevem aquilo que praticam ou aquilo que acham que praticam. Supomos ser complicado e pretensioso pensar que eles se descrevam como praticantes de um catolicismo popular, um catolicismo outro, situado supostamente à margem da ortodoxia católica. Comprendemos, por exemplo, que aqueles que cultuam os chamados milagreiros, ou santos sem altares, de modo algum minimizam sua crença e tampouco a inserem no campo de uma religiosidade pretensamente não-oficial e, por isso, menos legítima. Na realidade, estas pessoas acabam reforçando a fé, os laços e o lugares enquanto católicos a partir de tais cultos.

A religiosidade, como toda manifestação cultural, é plural, o que a afasta da possibilidade ser estática, homogênea e de matriz única. Porém, ao se apropriar deliberadamente deste pressuposto incorremos no risco de simplificá-la, reduzindo-a a essa dimensão popular. A vivência religiosa representa a forma como os indivíduos experienciam o que entendem como transcendental, na qual reside a pretensão a uma cotidianidade da fé, isto é, a um caráter comum do sagrado. A religiosidade implica a religião vivida, vivida em práticas, em corpos, vivida pessoal ou socialmente, o que a torna, pois, uma invenção do povo e é aí que sua reificação de popular, a nosso ver, perde sentido.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 183-203, 1994.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.

ALGRANTI, Leila Menzan. Famílias e vida doméstica. *In*: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

ANDRADE, Solange Ramos de. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões - ANPUH**, Maringá, ano 3, n. 7, p. 131-145, maio. 2010.

AZEVEDO, Thales de. **O catolicismo no Brasil**: um campo para a pesquisa social. Salvador: Edufba, 2002.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

CARVALHO, Anna Cristina F. de. Fé e tradição oral: práticas mágico-religiosas presentes nos rituais das irmandades de penitentes do Cariri cearense. **Oraldades**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 61-82, jul./dez. 2007.

CHAHON, Sergio. Visões da religiosidade católica no Brasil colonial. **Revista Digital Simonsen**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 85-99, dez. 2014.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A beleza do morto. In: CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2008. p. 55-82.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

FERRETTI, Sérgio F. Sincretismo e religião na festa do Divino. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Recife, v. 18, n. 2, p. 105-122, jul./ago. 2007.

FREYRE, Gilberto: **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro - 1550-1800**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

JURKEVICS, Vera Irene. Festas religiosas: a materialidade da fé: **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 43, n. 2, p. 73-86, 2005.

LEMOS FILHO, Arnaldo. **Os catolicismos brasileiros**. Campinas: Editora Alínea, 1996.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. *In*: SOUZA, Laura de Mello e (org). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 155-220.

QUEIROZ, Maria Isaura de. O catolicismo rústico no Brasil. **RIEB - Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 5, p. 104-123, 1968.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. *In*: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 151-172.

SOARES, Afonso M. L. Sincretismo afro-católico no Brasil: lições de um povo em exílio. **Revista de Estudos da Religião - REVER**, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 45-75, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Ricardo Luiz de. O catolicismo popular e a Igreja: conflitos e interações. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 2, n. 12, p. 127-139, maio/ago. 2008.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 67, p. 14-23, set./nov. 2005.

A humanidade inglesa possuía paradoxos? Edward Long e a vindicação de império (1778)

Did English humanity possess paradoxes? Edward Long and the vindication of empire (1778)

Gino de Castro Pinori

Mestrando em História

Universidade de Brasília (UnB)

emersons933@gmail.com

Recebido em: 21/10/21

Aprovado em: 31/12/21

Resumo: este artigo trata da vindicação da ideia de império inglês em *English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages*, panfleto escrito por Edward Long e publicado por Thomas Lawndes no ano de 1778. Argumento que o panfleto, pouco explorado pela historiografia, para além de uma resposta aos *philosophes* franceses Jean-Jacques Rousseau e François Marie Arouet, também teve como propósito a defesa e exaltação da ideia de império inglês, assim como o resgate de discussões muito caras a Long, dentre elas a hierarquia de raças humanas e a competição imperial entre França e Inglaterra.

Palavras-chave: Edward Long; Império Inglês;

Abstract: this article deals with the vindication of the idea of English empire in *English Humanity No Paradox, or, An Attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages*, a pamphlet written by Edward Long and published by Thomas Lawndes in the year 1778. I argue that the pamphlet, little explored by historiography, in addition to a response to the French *philosophes* Jean-Jacques Rousseau and François Marie Arouet, also had as its purpose the defense and exaltation of the idea of English empire, as well as the rescue of very esteemed discussions to Long, among them the hierarchy of human races and the imperial competition between France and England.

Keywords: Edward Long; English Empire;

Introdução ao problema

Edward Long, embora seja mais conhecido pela historiografia em virtude de sua monumental história da Jamaica, dividida em três volumes publicados em 1774, também escreveu sátiras e panfletos ao longo de sua estadia na ilha caribenha e após seu retorno à Inglaterra. Dentre essas produções, pouco analisadas pelos historiadores, muito interessados em exumar as afirmações de Long acerca da humanidade incompleta dos escravizados africanos, se encontra um breve e instigante panfleto publicado em 1778, *English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages* (LONG, 1788). Nessas pouco mais de setenta páginas, Long contra-argumentou afirmações de Rousseau e Voltaire, que, no decorrer de alguns de seus escritos, associaram a Inglaterra à selvageria. Mas, para além de defender a humanidade de seus compatriotas, pretendo argumentar, no decorrer do presente artigo, que Long também buscou vindicar a ideia de império britânico, ao estabelecer sua superioridade perante todas as outras nações, em especial sua maior concorrente, a França.

Dois historiadores norte-americanos se destacam na leitura dos escritos de Long como falas direcionadas às ideias de império: Elsa Gouveia e Trevor Burnard. Gouveia, no ano de 1956, publicou uma síntese da historiografia das Índias Ocidentais, *A Study on the historiography of the British West Indies to the end of the nineteenth century*. Gouveia limitou-se aos arquivos das universidades estadunidenses da década de 50, e manteve sua análise em *History of Jamaica* (1774). Dessa leitura, descreveu Long enquanto alguém com maior experiência de mundo em relação aos habitantes da Jamaica, e, conseqüentemente, com consciência mais elevada. Isso explicaria o tom mais crítico encontrado em *History*, e serviria de fundamento para sua explicação da visão anti-imperialista de Long. Por ser “um *whig* convicto”, Long não confiava no poder executivo do governo. Logo, como o governo era imperial, o próprio império não seria digno de confiança (GOUVEIA, 1980, p.56).

Burnard, que publicou em 2020 um livro dedicado a tratar da Jamaica na assim chamada “Era das Revoluções”, discorda. Dedicou um capítulo inteiro de *Jamaica in the Age of Revolution* a explicar como Long percebia o império britânico em sua perspectiva caribenha. Identificou, em *The History of Jamaica*, não apenas a tentativa de narrar a história da ilha ou negar a humanidade de escravizados, mas uma extensa crítica do estado do Império Britânico por meio de acontecimentos locais. Long, para Burnard, teria encontrado sua motivação na obsessão em “emular o sucesso da colonização francesa em Saint-Domingue” e garantir que a colônia jamaicana alcançasse seu potencial total. Long seria parte de uma Grã-Bretanha que “via a si própria como a nova Roma, e, como sua famosa predecessora, imaginou seu controle estendido ao redor do mundo” (BURNARD, 2020, p.48)¹. Se Gouveia não tratou de *English Humanity No Paradox* por prováveis questões de acesso, Burnard justificou sua limitação a *History* por ver no panfleto “uma *curiosa e ligeiramente estranha* exposição em 1778 que tentou defender os ingleses da zombaria feita por Voltaire e Rousseau, que afirmavam que os ingleses eram selvagens” (BURNARD, 2020, p.47)².

Assim, da historiografia conhecida, a presença do panfleto de 1778 em seu *corpus documental* é mínima, e compreendida ou como apenas mais uma produção de Long ou pelos moldes de Burnard. Tal como exposto anteriormente, o presente artigo trata *English Humanity No Paradox* como uma vindicação de império arguida por meio de dois pontos centrais: a discussão sobre educação, dedicada à Voltaire, e o debate entre hábitos selvagens e “cultura humana”, realizado em resposta a Rousseau. Tal possibilidade de leitura se torna possível, em primeira instância, ao lembrarmos o que era, para os ingleses e seus colonos do século XVIII, um panfleto.

De modo simples, um panfleto nada mais era que livretos formados por folhas impressas e dobradas de vários modos que permitiam tamanhos e número de páginas diferenciadas. George Orwell definiu o panfleto como “uma manifestação única”, e afirmou que “tudo que se exige dele é

¹ Tradução própria de “(...) was failing to emulate the success of French colonization in Saint-Domingue” e “Britain saw itself as the new Rome and like its famous predecessor imagined its rule extending throughout the world”.

² Tradução própria de: “a curious and slightly strange exposition in 1778 attempting to defend the English from the jibes of Voltaire and Rousseau that the English were a savage people”.

que seja tópico, polêmico e curto”. Esse tipo de manifestação era comum porque a população europeia não era composta por uma alta taxa de pessoas alfabetizadas, então os capazes de ler realizavam a leitura desses panfletos e outros documentos perante o público” (ORWELL; REYNOLDS, 1948-1951, p.15). Bernard Bailyn, por sua vez, ao tratar dos panfletos da época da independência das Treze Colônias, recorda que os escritores de panfletos

foram, com frequência, (...) subestimados como meros divulgadores. Se seus conceitos chave — direitos naturais, a base contratual da sociedade e do governo, a singularidade da constituição mista e preservadora da liberdade da Inglaterra — eram lugares-comuns do pensamento liberal da época, a ênfase neles colocada e o seu uso não o eram (BAILYN, 2003, p.24).

Portanto, o que Long objetivava ao escrever um panfleto? Pode-se argumentar que ele pretendia de fato responder às acusações feitas por Voltaire, e a resposta era curta o suficiente para ser impressa como panfleto. Mas podemos extrair ainda mais dessa escolha. Assim como *History of Jamaica* não era de fato uma tentativa de narrar a história da ilha desde sua colonização, mas sim uma crítica imperial — caso aceitemos a tese de Burnard —, *English Humanity no paradox: Or, an attempt to prove, that the English are not a nation of savages* [1778] não é somente um panfleto que busca provar que os ingleses tinham humanidade. Ao responder os *philosophes*, Long, para além de rebater as acusações, pretendia ridicularizá-los, e, assim, demonstrar a superioridade do pensamento inglês, superioridade essa que justificaria a existência do Império Britânico enquanto tal e sua predominância perante o resto do mundo.

Voltaire, Shakespeare, Educação e Religião

A imagem de uma Inglaterra violenta é presente em uma das obras mais famosas de Voltaire: *Candide ou l'optimisme*. No capítulo XXIII, Candide chega à Inglaterra, onde assiste à execução de um almirante acusado de ter poupado a vida de um almirante francês. A execução fria e violenta do acusado, assim como o contentamento da população aglomerada que assistiu ao ato, foi motivo do espanto de Candide, que, ao argumentar que o oficial acusado era inocente, recebeu como

resposta “Isso é incontestável; mas nesse país é bom matar um almirante de tempos em tempos para encorajar os outros” (AROUET, 1759, p.171-172)³.

Esta não foi a única vez que Voltaire criticou a violência na Inglaterra e dos ingleses, tendo escrito um ensaio sobre o teatro inglês, retomado por Long, que, no rodapé da página 14 de *English humanity no paradox*, cita um fragmento do discurso de Voltaire sobre a tragédia: "The Tragedy of Hamlet is a gross and barbarous piece, and would never be borne by the lowest of the rabble in France or Italy" [A Tragédia de Hamlet é uma bruta e bárbara peça, e nunca teria nascido da mais baixa ralé da França ou Itália] (RITCHIE; SABOR, 2004). Uma das mais longas tragédias escritas por Shakespeare, Hamlet conta a história do príncipe homônimo que decide se vingar de seu tio pelo assassinato de seu pai, o rei, e o consecutivo casamento do regicida com sua mãe. Voltaire, nas notas de Long, concluiu suas considerações sobre a peça ao associar Shakespeare a um selvagem bêbado: “One. Would think the *whole* of it was the product of the imagination of a *drunken Savage*” [Poderiam pensar que o todo foi produto da imaginação de um selvagem bêbado] (LONG, 1778, p.14). Long defende os ingleses com um interessante argumento: a empatia.

Lynn Hunt dedicou um livro a pensar a relação da literatura e o surgimento dos direitos humanos. Ao analisar os romances dos grandes *philosophes* da segunda metade do século XVIII, como *Émile* [1762] de Rousseau, ela compreendeu que um dos motivos para a ascensão dos direitos humanos foi a empatia provocada por esses romances epistolares. O formato de cartas levava o leitor a se identificar e simpatizar com o personagem que narrava os acontecimentos, e essa identificação teria sido essencial para a percepção da necessidade de se pensar os direitos humanos e o apoio a estes. Long parece argumentar de modo semelhante à Hunt: o teatro teria possibilitado aos “rudes ancestrais” ingleses a experiência de sentimentos mais nobres e empáticos. Assistir ao assassinato ou mutilação de um terceiro despertaria emoções com uma eficácia inalcançável pela mais dramática das narrativas. As almas dos espectadores estariam carregadas de sentimentos que variavam da

³ Tradução livre de “– Cela est incontestable, lui répliqua-t-on ; mais dans ce pays-ci il est bon de tuer de temps en temps un amiral pour encourager les autres”.

barbaridade pela violência testemunhada à piedade pelo personagem e a satisfação de presenciar a virtude (HUNT, 2007; LONG, 1778, p.15).

Desse modo, o teatro, possuiria um caráter educativo e moral. A exposição de cenas violentas não era, como teria defendido Voltaire, uma prova da existência da selvageria na nação inglesa, por dois motivos. O primeiro diz respeito ao tempo: Long compreendia que os “rudes” antepassados se interessavam pelas tragédias apresentadas nos palcos graças à realidade na qual estavam inseridos. Os gostos e moralidade evoluiriam conforme o passar dos anos e séculos, o que tornaria acusações como a de Voltaire errôneas e injustas em sua essência. O segundo motivo se concentra no papel educativo do teatro. A violência não seria apenas para o divertimento e ou aversão do público. Ao escrever sobre um livro dedicado aos comentadores de Horácio (LONG, 1778, p.17; FRANCIS, 1778, p.235), Long aproveitou para questionar a relação entre prazer e violência. Horácio, ao exemplificar uma cena na qual uma mãe mata seu filho, teria objetivado deixar claro sua repulsa pelo acontecimento, que seria “muito excruciante para os olhos humanos suportarem”, e utiliza Sanadon para ir além: os esportes também seriam violentos, e assistir aos mesmos “seria prazeroso apenas aos selvagens, que perderam todo senso de humanidade” (LONG, 1778, p.17)⁴. Mas assim como o prazer não seria o objetivo de Horácio com as cenas de violência extrema, o mesmo valeria para o esporte e para o teatro como um todo. Não havia evidência que comprovasse o deleite da violência por parte de pessoas que eram amantes da liberdade e virtude, detestadoras da tirania e vício, e tão simpáticas ao sofrimento humano, fruto de suas misérias. Desse modo, Long parece ter seu argumento composto por um caráter aristotélico, já que suas observações se aproximam da ideia de catarse do filósofo antigo (BRITANNICA, 2018; ARISTÓTELES, 2018, p.89; GILBERT, 1926, p.311; MYERS, 1949, pp.121-124)⁵.

⁴ Os trechos entre parênteses são traduções livres de “as are too excruciating for human eyes to endure” e “can be pleasing only to a *Savage*, (...), who have *lost all sense of humanity*” (sic).

⁵ A catarse foi explicada por Aristóteles como a purificação e a purgação das emoções. Foi utilizada por ele na *Poética* como uma metáfora para descrever os efeitos da tragédia na audiência. O propósito da tragédia era o de despertar “terror e piedade” e, assim, afetar a catarse dessas emoções.

Um dos exemplos mais marcantes para Long, e que comprovaria seu argumento, se encontra na encenação do arquétipo da traição do pensamento político ocidental: o assassinato de César por Brutus e outros senadores romanos. A exposição do cadáver mutilado de César teria sido um “majestoso golpe” de Shakespeare justamente por despertar no espectador emoções fortes e positivas: a sordidez presente na descrição dos acontecimentos, a empatia pela traição e pelo potencial perdido com aquela morte, a satisfação pela queda de um tirano. Voltaire teria pensado na tragédia de Brutus enquanto uma peça que só era justificável por ter sido escrita em uma “Era de Ignorância” e por um “homem que sequer compreendia o latim” (LONG, 1778, p.19)⁶. Seria uma peça baixa demais para ser idealizada e produzida por franceses. Como visto anteriormente, pouco importava para Long que Shakespeare compreendesse ou não o latim. Seu gênio para o teatro e a oratória, e sua capacidade de despertar emoções tão profundas, fariam das peças de Shakespeare mais positivas que negativas e, em maior escala, tornaria a seguinte proposição uma verdade: o erro do inglês é apenas uma forma diferente de acerto.

Antoine Lilti escreveu um livro dedicado a explorar a construção da celebridade no século que vai de 1750 a 1850. O primeiro capítulo é dedicado a explorar a fama de Voltaire, que, em 1778, ano de sua morte e da publicação do panfleto aqui analisado, já estava estabelecida. Conhecê-lo era um componente obrigatório nos roteiros de viagens para a França (fosse destino principal, fosse parada de trajeto), e sua presença era sempre fruto de empolgação e reverência. Mas, assim como na atualidade, a fama tinha seu lado negativo. Lilti narra como Voltaire se sentia exausto com tanta atenção: alvo de falsários e outros indivíduos que viam na imagem dele um excelente exercício de alpinismo social, ele frequentemente comentava sobre sua fama de modo negativo, como quando fala que se sentia um monstro em exposição, ou quando afirma que desejavam sua morte (LILTI, 2017). Para Long, as desventuras vividas pelo idoso Voltaire eram de baixíssima relevância. Um dos maiores gênios da “República das Letras”, Voltaire e suas opiniões errôneas sobre os ingleses seriam fruto da

⁶Tradução livre de “in an *Age of Ignorance*” e “by a man that did not *even understand Latin*”. Os destaques foram feitos pelo próprio autor.

vida sedentária, “hábitos femininos” e elevado senso e importância própria que caracterizaria os “homens de letras” (LONG, 1778, p.13 e p.67). A adulação nas viagens realizadas na Europa e a preferência deles por monarquias absolutas teria cegado os *philosophes* ao real caráter do “povo inglês” e a algo muito mais elementar: a diferença entre os gostos.

Long relembra ao leitor que os gostos não são iguais, o que não é um problema. As tragédias escritas na França poderiam não ser tão palatáveis para o público inglês, e prazerosas como “os rangidos e grunhidos de um porco boquiaberto”, mas isso não os levaria a acusar os franceses de possuírem gostos selvagens. Long propõe uma solução que, em primeira vista, parece simples, e se limita ao respeito às diferenças, aos gostos individuais. É nessa simplicidade que a real ironia se encontra. As soluções óbvias são outro modo de diminuir a validade das críticas realizadas pelo “maior dos *philosophes*” para seus conterrâneos. Mas as obviedades genéricas relacionadas a diferenças culturais não são a única forma encontrada por Long para menosprezar os *philosophes*. Ele se utiliza da religião.

Voltaire era deísta, ou seja, defendia a existência de um Deus racional, que não intervém nas relações humanas e que se encontra oposto às hierarquias criadas pelas instituições religiosas. Era, portanto, crítico da Igreja Católica. Long, entretanto, não se utiliza de seus postulados sobre a religião, mas sim a sociedade na qual estava inserido. Diferentemente da Inglaterra, a França e outros países do oeste europeu eram fortemente influenciados pelas determinações papais da Igreja Católica, resumidas por Long em um único termo, papismo, o grande antagonista dos ideais ingleses pós-ruptura religiosa. Assim como Voltaire e Rousseau se utilizaram de argumentos específicos para generalizar a sociedade inglesa, Long se apropriou da ideia de papismo e as críticas feitas ao catolicismo para contrapor as afirmações feitas pelos dois *philosophes*.

Nas primeiras páginas de *English humanity no paradox*, nomeadas como *Advertisement to the reader*, Long relata um suposto engano ocorrido durante a segunda metade do reinado de James II (r.1685-1688). O engano consistiu na má-interpretação do significado da sigla *S.P.Q.R.*, escrita por

um “inofensivo cavalheiro” denunciado por um “zeloso informante” que, ao ter acesso a um pedaço de papel com essa sigla escrita, pensou ter em suas mãos evidência de uma odiosa traição. A interpretação desse informante, *Salus Populus Quærenda Rebellione* [“A Segurança da População deve ser obtida pela Resistência, alcunha de Rebelião, alcunha de Revolução, a saber, contra a paz de nosso Soberano, sua Coroa e Dignidade”] foi levada a um lorde jacobita, que teria convocado uma junta de padres romanos para um entendimento definitivo. As interpretações absurdas desses padres levaram a calorosos debates, e a situação chegou a seu fim com a explicação do acusado, que jogou uma antiga medalha romana na mesa. “O original deveria falar por si mesmo”, teria afirmado, e o original era, como sabemos, *Senatus Populus Que Romanus*(LONG, 1778, pp. iii-viii)⁷.

Com esse relato, Long pretendeu fundamentar dois argumentos que servem como base argumentativa de todo o panfleto. O primeiro é que a falta de conhecimento do real significado de algum assunto ou evento leva a interpretações errôneas defendidas de modo voraz. A falta de conhecimento do significado de *S.P.Q.R* teria levado a uma pequena querela argumentativa encerrada com o mais simples e objetivo dos argumentos. O segundo argumento, mais voraz, se direciona à tirania católica e suas consequências. A ignorância apresentada pelas personagens do relato e as afirmações errôneas de *philosophes* como Voltaire e Rousseau teriam, nas limitações geradas pela tirania papal, uma raiz comum.

Entre os séculos XVI – XIX, o antipapismo foi parte vital do discurso político no Império Britânico e nos Estados Unidos — quando da Independência — no que se referia à ideia de liberdade. Representava as ânsias políticas e religiosas provocadas pelos acontecimentos do século XVI, em especial a Reforma, e ia contra as leis e ordenações católicas por enxergar nessas corrupções, atitudes pecaminosas, tirania, enfim, o que, desde sua concepção, seria marcado pelo signo do mal. Os eventos da Reforma levaram a acusações contra a Igreja Católica como um todo, representada pelo papa e hierarquias internas, e, principalmente, contra a representação da Igreja na

⁷ O original da tradução de *Salus Populus Quærenda Rebellione*, é “(...) The Safety of the People (...) must be obtained by a Resistance, *alias* Rebellion, *alias* a Revolution; to wit, against the peace of our Liege Sovereign, his Crown and Dignity”.

Inglaterra, reconhecida como inimiga do “Estado”, da propriedade e da liberdade. O antipapismo era, portanto, inimigo da Igreja no exterior e no interior dos domínios ingleses — posteriormente britânicos (HAEFELI, 2020, p. 2-3).

Introduzido o antipapismo, podemos compreender melhor o significado de suas aparições em *English Humanity no paradox*, a começar pelo *advertisement* descrito anteriormente. A ignorância dos padres, afoitos em discutir interpretações que prejudicariam o inglês acusado de traição; o fato do lorde que os convocou ser jacobita; e a ignorância por parte do acusador em uma era na qual as palavras perderiam seu sentido; são fatores que, unidos, demonstram o poder prejudicial de ideias, pessoas e movimentos de alguma forma ligados à hierarquia católica. Ele retoma as críticas a esses grupos na parte final do panfleto, dedicada a vindicar a justiça e liberdade inglesas.

Vimos que, para Long, o erro dos ingleses era, no fim, outra forma de acerto. Agora entenderemos o porquê. Os diferentes costumes e as diferentes maneiras de educar estão no centro da justificativa por serem os reais fatores de diferenciação entre as nações. Os hábitos educacionais que requerem uso da violência não seriam tão frequentes na Inglaterra como no resto da Europa, e a busca por justiça teria normas consideradas por Long mais justas do que as existentes nas nações vizinhas. Em linhas gerais, a Inglaterra não seria uma nação de tiranos pela estrutura jurídica ser menos suscetível a injustiças. Em um breve resumo da história europeia que foi do final do Império Romano do Ocidente ao surgimento das sociedades cavaleirescas, Long percebeu nas práticas culturais uma exaltação da violência e a inadequação de julgamentos por combate, assim como uma tirania com raízes no catolicismo que tornava o processo menos aferível. A veiculação de notícias inglesa é o grande trunfo desse argumento, já que a liberdade de imprensa cultivada pelos ingleses e a acessibilidade desses jornais tornava ao cidadão possível acompanhar e opinar sobre os acontecimentos de sua comunidade. Eles, em síntese, prestavam contas de suas ações e reações. Assim, todos os eventuais atos de torturas, perdões reais e tirania eram vistos de modo negativo

pelos compatriotas, e fortemente desincentivados (LONG, 1778, p. 51-54). Apenas a justiça traria satisfação aos ingleses, fosse no teatro, fosse na vida.

Todas as características negativas, nessa linha argumentativa, seriam importações ou imposições estrangeiras ocorridas em determinados momentos da história inglesa. Os julgamentos cruéis e degradantes seriam característicos de reinos católicos, assim como padres que não possuíam a moralidade em grande estima, juízes suscetíveis a subornos, soberanos alheios aos ideais de justiça que usariam de suas prerrogativas para perdoar acusados... todos os fatores que não seriam parte de um caráter nacional inglês. A superioridade inglesa, portanto, não é explicável pela ausência de erros, mas sim por não renunciar a sua real natureza ao se deixar ser escravizado pelo soberano (LONG, 1778, p. 54-57). Como os *philosophes* faziam parte desse sistema (o apoio ou falta de apoio destes não era relevante), não cabia a eles a crítica de um sistema tão dedicado aos ideais de justiça, liberdade e propriedade quanto o inglês, senão enquanto manifestação de sua ignorância. Foi assim, por fim, que Long vindica a ideia e supremacia do Império Inglês ao responder Voltaire. Veremos adiante como contra-argumentou Rousseau.

Rousseau, cultura e legitimidade imperial

Se Voltaire atacou a ideia de humanidade entre os ingleses por meio do teatro, Rousseau teve como motor a relação entre o consumo de carne e a selvageria. Ele teria afirmado, em uma passagem de *Émile* (1762), que os ingleses seriam bárbaros por serem grandes consumidores de carne. Essa característica os tornaria, na visão do *philosophe*, mais ferozes e cruéis que outros homens, “uma observação que seria verdadeira em todos os tempos e locais” (LONG, 1778, p. 23). Para entendermos melhor a acusação, faz-se necessário entender o consumo de animais como alimento na Inglaterra do século XVIII.

Em *O homem e o mundo natural*, Keith Thomas (2010) abordou as mudanças nas relações entre humanos e animais na Inglaterra durante os três séculos entre 1500 a 1800, e nos traz um dado interessante: a Inglaterra, dentre outros países europeus, era a que mais possuía animais para uso doméstico em plantações e fazendas. O uso do cavalo enquanto animal de tração teria liberado os bois para servir de alimento, e já na metade do século XVIII a dieta inglesa tinha como elemento preponderante a carne – ao menos nas grandes cidades (THOMAS, 2010, p. 32). O rosbife, por fim, virara símbolo nacional. As ligações entre cultura, natureza e alimentação são mais profundas, como explicou Massimo Montanari

De fato, na experiência humana, os valores fundamentais do sistema alimentar não são definidos em termos de «naturalidade», mas como resultado e representação de processos culturais que proporcionam domesticação, transformação e reinterpretação da Natureza⁸ (MONTANARI, 2004, p. IX).

Podemos afirmar, portanto, que a acusação de Rousseau atingira o orgulho nacional inglês, mesmo que grande parte da população inglesa não consumisse carne diariamente, mas não por chamá-los de selvagens. Para além de uma ácida ironia, Rousseau teria atacado com sua acusação as fundações da ideia de império inglês, tendo sido esse o real motivo da resposta de Long, que, ao defender e exaltar tais fundações, aproveita para contrapor suas afirmações sobre a formação da humanidade às do *philosophe* e, assim, demonstrar sua superioridade.

Long dedicou parte do segundo volume de sua *History of Jamaica* a discutir a humanidade dos escravizados africanos. Mas sua preocupação com tais discussões remete à sua juventude, quando de sua chegada na ilha da Jamaica, aos 23 anos, no ano de 1757. Embora tenha partido para a ilha por razões de herança, encontrou na “joia da coroa” um período de grandes oportunidades e de estabilidade. Long criou laços econômicos e políticos com a elite da ilha que possibilitaram sua indicação à posição de chefe de justiça da Vice Admiralty Court em 1760. Mas a realidade próspera

⁸ Tradução livre de “Nell’esperienza umana, infatti, i valori portanti del sistema alimentare non si definiscono in termini di «naturalità» bensì come esito e rappresentazione di processi culturali che prevedono l’addomesticamento, la trasformazione, la reinterpretação della Natura”.

se amarga com a eclosão de revolta liderada por um escravizado nomeado Tacky na segunda de Páscoa de 1760. Essa “guerra local” — tal como denominada por Vincent Brown (2020, p. 11-13) — foi acompanhada simultaneamente por Long em decorrência de seus contatos, e marcou profundamente sua visão sobre os escravizados e sobre a política imperial (LEIGH, 2019, p. 300-302).

Nos anos seguintes à supressão insurreição escrava, Long se dedicou a criar projetos de leis e a defender a escravidão e os plantadores jamaicanos. Ao fazer parte das comissões que investigaram as razões para a revolta, entendeu que o problema estaria não na condição do sujeito enquanto escravizado, mas na sua proveniência. A Costa de Ouro, local de proveniência dos escravizados adquiridos na Jamaica, seria lar dos mais bestiais seres humanos existentes, os *Coromantee*⁹ (LEIGH, 2019, p. 299), considerados por Long enquanto frutos da mais absoluta selvageria e bestialidade. Para ele, a humanidade era um conjunto de raças humanas, que variavam dos brancos europeus aos orangotangos, sendo os primeiros muito mais humanos que os últimos.

Silvia Sebastiani explica que Long resgatou e validou as descrições e teorias de Buffon ao mesmo tempo que se contrapôs a suas conclusões. Buffon teria percebido o orangotango como fisicamente muito similar aos outros seres humanos, e por isso não era a aparência ou forma física que os diferenciariam, mas sim suas *capacidades mentais e intelecto superior* (LONG, 1774, p. 371). A partir dessa linha de raciocínio, Long argumentou que os escravizados não possuíam as qualidades que fazem do indivíduo um humano, em especial a capacidade de criar, de inventar. Eles seriam capazes de imitar algo que lhes foi ensinado, mas não de produzir algo novo e original. Para embasar ainda mais seu argumento, retomou Hume, que teria observado que os habitantes de Quaqua, Angola e Whidah eram inferiores ao resto da humanidade devido a sua incapacidade mental de alcançar grandes realizações (LONG, 1774, p. 369-376). Assim, era a mente, e não o ato, que

⁹Coromantee era um termo guarda-chuva utilizado para escravizados nascidos na África que estivessem na América, e utilizado por Long para definir um “grupo étnico” fruto da criação colonial — ou seja, irreconhecível para as populações que o termo supostamente referenciava.

determinava a humanidade. Long se volta contra os argumentos de Buffon, por fim, ao discutir a validade de suas considerações sobre a aparência física. O naturalista se utilizou da similaridade física enquanto impedimento, argumento inválido para Long: as características físicas não eram exclusividade dos seres humanos, portanto, se é possível encontrar homens incapazes de exercer a fala, seria possível encontrar animais capazes de falar. A característica física deixava de ser impedimento para se tornar parte do debate (SEBASTIANI, 2015, p. 124-127).

Rousseau, entretanto, percebia a humanidade de um modo muito distinto ao de Long. Para o *philosophe* iluminista, o estudo das diversidades humanas levaria à compreensão do que era a humanidade. Para esse fim, defendia a existência de filósofos viajantes, que visitariam essas populações e localidades distantes e produziriam relatos esclarecedores, o que considerava em falta com o excesso de relatos de viagens repletos de mentiras escritos a partir de relatos exagerados de marinheiros, ou da visão enviesada de letrados que direcionariam a escrita dos acontecimentos para fins pessoais, como os missionários. Essa busca para compreender a multiplicidade humana, relacionada às conclusões que chegou em seu discurso sobre a origem da desigualdade, demonstra, de acordo com Sankar Muthu, a posição contra a ideia de império em que se encontrava Rousseau (MUTHU, 2003, p. 31-33; PAGDEN, 2013).

Quando escreveu sobre a existência “pré-cultural” dos seres humanos, Rousseau teria tornado clara sua visão sobre o que fazia do indivíduo um humano. A cultura, costumes e práticas sociais seriam roupagens posteriores que cobririam o núcleo composto pela autopreservação, capacidade de empatia, de piedade, e de outros sentimentos. A civilização, as ciências, artes e tecnologia seriam a corrupção desse homem natural, o nobre selvagem cuja reminiscências eram encontradas nas colônias americanas. Portanto, os orangotangos seriam tão humanos quanto os brancos europeus, sendo a distinção o estado de natureza no qual se encontravam (MUTHU, 2003, p. 33-40).

E é isso que nos leva, enfim, a entender a posição contrária de Rousseau à ideia de Império. Sendo os homens, em última instância, iguais, e com características culturais diferentes em virtude das circunstâncias as quais foram expostos, a ideia de uma população estabelecer domínio sob as outras se tornava inválida. Todos eram iguais, possuidores de qualidades e defeitos, semelhantes e distintos. Logo, imperfeitos. A acusação dos hábitos alimentares ingleses seria, para além de uma ironia em cima de uma prática reconhecida como ligada à selvageria pelos letrados europeus, um lembrete de sua contradição. Como uma população que se orgulhava tanto de possuir uma civilidade superior era tão afetada por práticas tão selvagens?

Long parece levar a acusação a sério enquanto um fato corriqueiro, e realiza algumas considerações. Ao reconhecer que o excesso de consumo de carne é ligado à bestialidade, aproveitou para recordar que parte considerável da população da Inglaterra — não da Grã-Bretanha — não consumia carne, mas sim grãos. No começo do presente tópico foi exposto que a população das grandes cidades consumia mais carne em comparação aos núcleos populacionais interioranos. Keith Thomas retoma a fala de 1608 de um teólogo inglês que expôs uma realidade fundamental ao argumento de Long: “os pobres camponeses” tinham como alimento “queijo duro, leite e raízes” (THOMAS, 2010, p. 34). Que, entre os séculos XVII e XVIII, o rosbife tenha sido o símbolo nacional inglês, não aparece aqui a não ser de uma única maneira, a culpabilização da oposição (LONG, 1778, p. 24-25).

Essa oposição, nunca diretamente esclarecida por Long, seria responsável pelo elevado consumo de carne e pelas práticas selvagens. Dois amigos, um, da dita oposição, e outro, participante de um clube de fazendeiros, do clero e da aristocracia chamado *Antediluvian*, teriam revelado a Long que seus membros consumiram a maior quantidade de carne vista pelo reino nos últimos 100 anos (LONG, 1778, p. 24-25). A população de Londres também não escapava do consumo excessivo de carne e peixe, embora não se pudesse determinar as quantidades exatas. A real questão da carne, para Long, não se encontra em seu simples consumo, mas no modo de preparo. Por ser um país frio e de

culinária refinada, a população era capaz de preparar a carne de diversas maneiras, que, recorda Long a Rousseau, seriam capazes de alterar os efeitos desse alimento no corpo humano (LONG, 1778, p. 26-27).

Para Long, os reais selvagens seriam os africanos, que, devido a seu ínfimo conhecimento culinário, consumiriam a carne crua. O consumo de carne não seria de todo prejudicial, pois evitaria que os ingleses se transformassem em “indivíduos fracos e efeminados”, os “mais simples escravos na Europa”, os Gaures, população asiática — provavelmente indiana — citada por Long ao ironizar os efeitos dos “poderes mágicos dos vegetais” (LONG, 1778, p. 29-30). O problema estaria, como dito anteriormente, no preparo, mas não apenas nele. Como argumentamos na seção anterior, a selvageria para Long era parte dos indivíduos bestiais, e por isso não era o consumo alimentar que definiria a selvageria de uma população.

Ele recorda que algumas populações asiáticas indianas, os hotentotes na África, e os indígenas americanos, eram consumidores de grãos e vegetais, e mesmo assim teriam sido responsáveis por grandes demonstrações da mais absurda crueldade. Locais sem consumo de carne eram mais conhecidos por suas barbaridades que a Inglaterra setecentista e seu rosbife. Assim, Rousseau teria falhado ao argumentar que a selvageria e o consumo de carne eram ligados em todos os lugares e tempos, e, de modo mais elementar, na pesquisa conduzida para realizar a afirmação. Sua incompetência foi, em última instância, sua ruína (LONG, 1778, p. 31-33).

Ao retomar a questão do preparo, Long exalta a terra inglesa e sua capacidade de produzir alimentos da melhor qualidade, e isso, junto de outras características, exigiriam do observador externo análises e conclusões feitas com “sentimentos mais compreensivos”. Long, assim, teria deslegitimado todas as críticas feitas pelo *philosophe* e estabelecer uma ordem de hierarquia para classificadas diversas populações humanas: os costumes, a educação, as leis, a história, e várias outras particularidades serviriam para colocar os ingleses no topo. Os ingleses se tornam um exemplo para o resto da Europa e as outras regiões do globo. As falhas alimentares dos ingleses existiam, mas não

se encontravam no consumo de alimentos sólidos, e nem eram o bastante para deslegitimar a superioridade inglesa. Essas falhas, reconhece Long, estariam traduzidas no consumo de bebidas alcoólicas, e mesmo assim não eram responsabilidade coletiva, mas sim da administração. E a administração poderia, com justiça, ser criticada. A população inglesa, não.

Long finaliza o trecho dedicado a responder Rousseau com mais exaltações às características inglesas. Para ele, diferente das outras nações e reinos, a disciplina teria nascido junto a Inglaterra, quando a Natureza teria plantado na ilha a bétula, gênero de árvores características do hemisfério norte, e reforçada quando da Reforma, com as ferramentas protestantes (LONG, 1778, p. 36-38). A disciplina, a recusa a qualquer ação que pudesse levar à perda de liberdade e à tirania, a educação nacional, a cultura e os modos demonstrariam sozinhos as qualidades superiores dos ingleses, e justificariam seus desejos de expansão imperial e o merecimento da predominância conquistada por eles. Assim como quando contra-argumentou Voltaire, os argumentos de Long contra a afirmação de Rousseau tinham como objetivo argumentar a favor da superioridade do pensamento inglês e a validade de seu império. Mas porque escolher os dois *philosophes*? Em razão de sua celebridade. Voltaire e Rousseau eram portadores, na década de 1770, de uma fama que ia além das fronteiras europeias, de modo positivo e negativo. Respondê-los e, subsequentemente, humilhá-los e inferiorizá-los, era um grande meio que, para Long, serviria para propagar a síntese de sua ideia: era a Inglaterra, e não a França dos *philosophes*, que possuía as qualidades necessárias para um mundo melhor.

Conclusão: o poder de um bom título

Argumentei, no decorrer destas páginas, que Long escreveu *English Humanity No Paradox* para vindicar a ideia de império inglês enquanto retomava ideias caras como a hierarquização das raças humanas e a disputa imperial entre França e Inglaterra. Nos resta, entretanto, um elemento a ser

discutido, que encadeia todos os outros, e que se encontra na síntese do corpo do panfleto, o título. Um título é considerado bom, no meio acadêmico, quando revela a ambição do trabalho em seu corpo. A delimitação temática, espacial e temporal aliada à uma descrição objetiva é útil tanto para o leitor desavisado, que se interessa pela potência do trabalho em suas mãos, quanto para o crítico consciente, que percebe logo na capa que seu imediato objeto de análise foi escrito por alguém que tinha uma ideia clara do que se propôs a publicar. Essa é uma qualidade presente no panfleto de Long.

English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages possui várias camadas. Num primeiro momento, informa ao interessado que o objetivo do texto em suas mãos é contrapor-se à ideia dos ingleses enquanto selvagens. Em uma análise mais atenta, revela a exclusão de outros reinos que compunham o Reino Unido para dar ênfase aos súditos da coroa inglesa. E, por fim, *English Humanity No Paradox* é compreendido enquanto um argumento dupla-face. Antes de dedicar seu tempo à análise, o leitor compreenderia que existe um paradoxo com a ideia de humanidade inglesa, que provavelmente será explicada no decorrer do panfleto. Somente após a leitura que se entende o “*no paradox*” como a afirmação da falta de paradoxo entre práticas culturais inglesas e a posse de humanidade por parte destes, e, mais especificamente, a negação de uma visão estrangeira sobre assuntos nacionais e imperiais.

Do título a última página, Long tratou das qualidades inglesas, e exclusivamente dos ingleses, para se posicionar a favor da predominância de seus compatriotas, contra as percepções negativas do poderio imperial rival, e para propor a sua visão de império, com valores estabelecidos e hábitos louváveis e condenáveis. Não se sabe da recepção desse panfleto, mas é possível afirmar que, em sua lógica própria, é um escrito que possui coerência argumentativa desde a primeira palavra, com o fim último de negar um paradoxo que poderia se metamorfosear em uma barreira que se faria presente na divisa de duas realidades: a que os ingleses, na visão de Long, se encontravam, e a que eles visavam a chegar.

Fontes e bibliografia

1. Fontes

1.1. Fonte documental primária

LONG, Edward. **English Humanity No Paradox**, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages. London : T. Lowndes, 1778.

1.2. Fontes documentais secundárias

AROUNET, François-Marie (VOLTAIRE). **Candide ou l'optimisme**. Genève: Cramer, 1759.

FRANCIS, Philip. **The Epistles and Art of Poetry of Horace**, in Latin and English, with Critical Notes collected from his best Latin and French Commentators. Vol. 4, 8ª ed. London: diverse editors, 1778.

LONG, Edward. **The History of Jamaica or general survey of the Antient State of that island with Reflections of its Situations, Settlements, Inhabitants, Climate, Products, Commerce, Laws, and Government, in three volumes**. London: T. Lowndes, 1774.

2. Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Sobre a arte poética**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

BAILYN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. São Paulo: EDUSC, 2003.

BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Catharsis. **Encyclopedia Britannica**, 26 Sep. 2018, <https://www.britannica.com/art/catharsis-criticism>. Acessado em 01 maio 2021;

BROWN, Vincent. **Tacky's Revolt: The Story of an Atlantic Slave War**. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020.

GILBERT, Allan H. The Aristotelian Catharsis. **The Philosophical Review**, v. 35, n. 4, jul. 1926, pp. 301-314.

GOVEIA, Elsa V. **A Study on the historiography of the British West Indies to the end of the nineteenth century.** Washington, D.C.: Howard University Press, 1980 [1956].

HAEFELI, Evan (ed.). **Against Popery: Britain, Empire, and Anti-Catholicism.** Charlottesville: University of Virginia Press, 2020.

HUND, Wulf D., MILLS, Charles W., SEBASTIANI, Silvia (Eds.) **Simianization: Apes, Gender, Class, and Race.** Zürich: LIT Verlag Fresnoth, 2015.

LEIGH, Devin. The origins of a source: Edward Long, Coromantee Slave Revolts and The History of Jamaica. **Slavery & Abolition**, v. 40, n. 2, 2019, pp. 295-320.

LILTI, Antoine. **The invention of celebrity.** Trad. Lynn Jeffres. Cambridge: Polity Press, 2017.

MONTANARI, Massimo. **Il cibo come cultura.** Roma, Editori Laterza, 2004.

MUTHU, Sankar. **Enlightenment Against Empire.** New Jersey: Princeton University Press, 2003.

MYERS, H. A. Aristotle's Study of Tragedy. **Educational Theatre Journal**, v. 1, n. 2, dec. 1949, pp. 115-127.

ORWELL, George e REYNOLDS, Reginald. **British Pamphleteers.** London: Allam Wingate, 1948-1951.

PAGDEN, Anthony. **The Enlightenment and why it still matters.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

RITCHIE, Fiona; SABOR, Peter (eds.). **Shakespeare in the Eighteenth Century.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Um olhar sobre a confissão moderna: *Confissão pessoal, corrigir e não castigar*

A look at modern confession: *Personal confession*, correct and not punish

Bruno Ribeiro da Silva

Graduado em História

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

brunorribeiro.silva@gmail.com

Recebido em: 04/06/2021

Aceito em: 29/09/2021

Resumo: O presente artigo tem como fonte de análise a obra *Manual de confessores e penitentes* de Martín de Azpilcueta Navarro (1556). Buscamos entender em que medida podemos pensar a confissão auricular moderna a partir de dois conceitos filosóficos. O primeiro é o conceito de *Pessoa* presente na obra do filósofo espanhol Julián Marías em que está implícito o fator narrativo, argumental e dramático da vida; e, segundo, a *Parrhesia*, isto é, o dizer franco e verdadeiro: a palavra que transforma. O conceito foi abordado e estudado por Michel Foucault no curso *Hermenêutica do Sujeito*. Esses elementos juntos caracterizam o que chamamos *Confissão pessoal*.

Palavras chaves: Parrhesía; Autodisciplina; Confissão pessoal.

Abstract: This article has as source of analysis the work *Manual de Confessores e Penitentes* de Martín de Azpilcueta Navarro. We seek to understand to what extent we can think of modern auricular confession, based on two philosophical concepts. The first is the concept of *Pessoa* developed by the Spanish philosopher Julián Marías, where the narrative, argumentative and dramatic factor of life is implicit; and, second, *Parrhesia*, that is, the frankness and true saying: the word that transforms. The concept was abroaded and studied by Michel Foucault in his course *Hermeneutics course*. These elements together characterize what we call Personal Confession.

Keys-words: Parrhesía; Self-discipline; Personal Confession.

Introdução

O presente artigo se insere nos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa CEPPRO (Centro de Pesquisa em Probabilismo e Retórica Jurídica) e possui financiamento da FAPESP¹. Com orientação e coordenação do professor doutor Rafael Ruiz, investigamos as fontes jurídicas (em sua esfera normativo-doutrinária e práticas processuais) que abrangem o período da Primeira Modernidade Ibérica (séc. XVI – XVIII). Entendemos que para uma boa compreensão de tais fontes é indispensável atentar-se aos trabalhos morais; mais ainda, à lógica de um contexto em que os teólogos tinham autoridade para refletir sobre os problemas do mundo e o faziam sob o olhar da Teologia Moral².

Apresento uma reflexão acerca da obra *Manual de Confessores e Penitentes* de Martin de Azpilcueta Navarro (1557). Uma das obras morais de maior alcance e importância do século XVI, o *Manual* foi traduzido para vários idiomas e teve mais de 80 edições³. A obra se insere no contexto das ações e reações da Igreja Católica frente à crise causada pelas teses de Martinho Lutero; ao desenvolvimento das Ciências Naturais e também à chegada do europeu à América. Neste contexto de incertezas morais, os teólogos se viram frente ao desafio de refletir sobre os problemas coetâneos e apresentar respostas que pudessem confortar os fiéis. Os autores e suas obras constituíam argumento com maior ou menor segurança para as perguntas de um mundo onde as respostas dadas pela tradição católica oriunda do período medieval já não correspondiam à realidade. Foi nesse contexto que a Teologia Moral se tornou uma ciência independente da dogmática cristã. Conforme Nicole Reinhardt (2015, p 413), ainda que herdeira do Tomismo, a Teologia Moral foi aos poucos se distanciando do Aquinate. Ela não seguia mais a estrutura *quaestiones* da *Suma Teológica* e começava com uma definição sobre a consciência⁴.

¹ Projeto 2019/05702-0. “Manual de confessores e Penitentes de Martin de Azpilcueta Navarro: o amor como conceito jurídico e o império da consciência durante a Primeira Modernidade Ibérica”.

² Ver: RUIZ (2019)

³ Ver: O'BANION (2005).

⁴ “Moral theology was not a method but an ‘academic development and foundation of Christian ethical teaching’ [...] and it belonged to a higher, deductive genre destined to the training of theologians. For the teaching of moral theology as a science, Dominicans continued to follow Aquina’s Summa, whereas the Jesuits proposed new textbooks, which continued to rely on Aquinas, (...) but adopted a new structure and style. Characteristically they opted for titles that openly claimed moral theology as a new and independent academic field (...). Their structure no longer followed Aquinas’s *quaestiones*; instead they started with a foundational definition of ‘conscience’, before they

Martin de Azpilcueta Navarro fez ampla defesa da consciência como espaço da confissão⁵. O autor foi contra o tuciorismo⁶, pois acreditava que essa teoria forçava a consciência de forma desnecessária. Primeiro, porque não era possível saber com certeza qual seria a opinião mais rigorosa; segundo, porque era preferível seguir uma opinião menos provável, mas sob a qual se tenha refletido, do que uma mais rigorosa sem nenhuma ponderação. O autor também foi contra a judicialização da consciência. Ele acreditava que a consciência não era um tribunal e que para isso já existiam as leis. Judicializar a consciência podia criar um policiamento e pressão desnecessários sobre os fiéis. Enfim, para Navarro, a consciência era o espaço do arrependimento, confissão e conforto. Segundo o Autor, a contrição é um arrependimento voluntário, dado por Deus. O homem que pecou passa a sofrer porque sabe que ofendeu a Deus. Essa clareza de seu ato faz ele sofrer; desejar confessar e satisfazer.

contrición, cogiendo la mente, y tuetano de lo mejor que dicen los antiguos y modernos, que em outra parte alegamos, es arrepentimiento voluntario, doloroso, y grandissimo, actual, o virtual, de haber pecado, por ser esso ofensa de Dios sobre todo lo al amado, com proposito (a lo menos virtual, de no pecar mas mortalmente, y de confessar, y satisfazer. Dizimos (arrepentimiento) porque, aunque unos digam, que la contrición es dolor, outros que verguença, outros que outra cosa. Pero propriamente es arrepentimiento, que es no querer haber pecado [...].⁷

Em um primeiro momento, apresento algumas reflexões metodológicas consequentes da análise bibliográfica sobre o tema da confissão. Apresento a historiografia clássica e suas principais conclusões e, em seguida, proponho uma abordagem que tenha como chave de leitura a Teologia Moral. Posto isso, argumento sobre a possibilidade de pensarmos em uma Confissão Pessoal e abordo a ideia do “cuidado de si” estudado por Michael Foucault em suas aulas sobre *Parrhesia* e, sobretudo, o conceito de Pessoa presente na obra de Julián Marías. Em seguida, discorro sobre o contexto do século XVI, quando a Igreja Católica intensificou a prática

went on to examine moral problems following a ‘system’ based on the sacraments, the virtues, the Ten Commandments, or a combination of these”. REINHARDT, Nicole. (2015). p 413.

⁵ Para maior aprofundamento no tema, Ver: LAVENIA (2001); TUTINO (2019)

⁶ O tuciorismo defendia que frente a diversas possibilidades, devia-se seguir aquela que fosse mais rigorosa. Para maior entendimento acerca das questões relacionadas ao tuciorismo, probabiorismo e probabilismo, ver: LLAMOSAS, Esteban. (2011)

⁷ NAVARRO, Martín de Azpilcueta. **Manual de confesores y penitentes**. 1557. ed 1570; Valladolid. Cap I de la contrición. Primera parte del sacramento de la penitencia y su definición declarada de que se inseren. (Sem página).

confessional, com foco nas reflexões feitas pelo Probabilismo, pensamento que fez parte da Teologia Moral Moderna. Desenvolvo o argumento de que a confissão moderna estava atrelada a um contexto de dúvida e reformulação, onde os teólogos, aos poucos, se afastaram do rigorismo medieval e começaram a criar uma teologia da incerteza, o Probabilismo, cujo paradigma não era mais o medo do castigo e o rigor das leis, mas sim o elemento volitivo do amor na intenção das obras dos sujeitos e a readequação das leis às circunstâncias. Com isso, articulo Probabilismo e Confissão Pessoal e pretendo apresentar uma outra abordagem no estudo da confissão em que ela não estava atrelada a disciplinamento, medo e punição, mas ao conhecimento de si e a possibilidade de ressignificar a própria vida através da narrativa confessional. A confissão era, a um só tempo, o reconhecimento do erro e o caminho para correção.

Considerações metodológicas

Pensar a obra de Martín de Azpilcueta⁸ e seu contexto intelectual sob o olhar da Teologia Moral implicou em um problema metodológico. Existem muitos trabalhos consagrados sobre o tema e que formam o paradigma da confessionalização. Sob essa perspectiva está o debate sobre Reforma e Reforma Católica⁹, cuja confissão teria feito parte de um grande esforço da Igreja Católica para responder à crise causada pelas teses de Lutero. Conforme essa concepção, invariavelmente, a confissão se torna um mecanismo de caça aos hereges, sobretudo com o Tribunal da Inquisição.

Também faz parte desse debate a relação da Igreja com a ascensão do Estado. Na historiografia alemã¹⁰, a confissão teria feito parte de um processo de disciplinamento social, o que permitiu o advento do Estado e das leis. Na historiografia italiana, por outro lado, esse foi um período de disputa pela consciência que criou uma dicotomia fundante do Ocidente moderno: a consciência e a lei (PRODI, 2005). Com distintos matizes, essas linhas

⁸ Para conhecer a biografia e obra de Martín de Azpilcueta, ver: LAVENIA (2001); DECOCK (2012); MUGURUZA (2018). FERNANDEZ-BOLLO (2013).

⁹ Esse é um tema amplamente discutido, uma vez que muitos autores argumentam que a Igreja Católica já apresentava mudanças internas antes das teses de Lutero. Ver: MELQUIADES (1975)

¹⁰ Para conhecer um excelente balance historiográfico, Ver: PALOMO (1997); RODRIGUES (2017).

historiográficas recaem sobre a autoridade da Igreja e seu esforço para fortalecer seu poder como organizadora da sociedade e de controle das consciências.

Esses trabalhos são essenciais e indispensáveis para compreender o contexto em que está inserida a obra de Martin de Azpilcueta e o fenômeno confessional. Porém, tais interpretações apresentam o contexto moderno como um momento de imposição, controle e castigo¹¹. Por outro lado, tendo a Teologia Moral como chave de leitura, nos deparamos com questões como conhecimento de si e perdão. Nessa chave, entendemos que a confissão dava a possibilidade de redefinir a própria vida através da narrativa confessional, isto é, ao elaborar a própria confissão o penitente podia entender o seu erro e buscar a correção, mas este era um processo que não era individual e solitário, mas que se dava em relação. Meu objetivo, portanto, é entender a confissão auricular (livre e voluntária) feita pelos fiéis comuns como um processo narrativo de entendimento dos próprios erros que podia-se recorrer para confortar as angústias.

Como sugere o título do artigo, apresento o conceito de Confissão Pessoal, onde está implícito seu caráter narrativo, argumentativo e dramático. Para desenvolver essa reflexão, utilizarei o conceito de Pessoa presente na obra do filósofo espanhol Julián Marías. Discípulo de Ortega y Gasset, toda a obra de Julián Marías tem como fio condutor a máxima Gassetiana: “eu sou eu e minhas circunstâncias e se não salvo a elas, não me salvo a mim”. Em todo o seu trabalho¹², Marías refletiu não sobre o “humano”, mas sobre o caráter pessoal da vida.

Porém, antes de abordar as características do conceito Pessoa e como elas implicam em uma concepção distinta da confissão moderna, parece-me necessário algumas considerações acerca da origem do termo. O conceito de Pessoa tem íntima relação com a teoria trinitária do pensamento cristão. O conceito foi desenvolvido durante o século III e IV, em um esforço de adequação da ideia de um Deus único com a concepção de Jesus como Deus.

Se necesitaba un concepto que permitiera compatibilizar la divinidad de Jesucristo y la cabal identidad del Espíritu Santo como distinto del Padre y del Hijo sin romper la unidad de Dios que el cristianismo afirmaba junto a sus antecedentes judíos. (GARCIA, 2019, p 9)

¹¹ Para conhecer o debate acerca do conceito de disciplinamento social, ver PROSPERI (2010).

¹² Julián Marías escreveu diversas obras onde o tema *Pessoa* era o centro de suas reflexões. Para conhecer como o autor trabalha o conceito, ver: *mapa del mundo personal* (2010); *Persona* (1997)

Com isso, o conceito de Pessoa permitia ao pensamento cristão estabelecer uma unidade e uma distinção.

No mundo grego, a tradução possível para o termo Pessoa era *prosopón*, isto é, *máscara*. *Prosopón* faz referência aquilo que está externo, que aparece. No contexto da patrística, porém, Pessoa se aproximou de outro termo de origem grega, a saber, *hypóstasis*. O termo foi traduzido para o latim como substância. Passava-se, portanto, a existir um “fundamento” por trás da aparência. (ZULUAGA, 2014, p 473). Conforme Luis María Salazar García:

Hypóstasis es un término más cercano al de sustancia queriendo expresar la subsistencia concreta de una realidad, mientras que prósopon se refiere a su aspecto externo, a su modo de aparecer. Literalmente hypóstasis significa el fundamento que está debajo sosteniendo una realidad para que sea esa y no otra; prósopon, compuesta de la preposición prós, que significa “hacia”, y opón, que significa “aquello que es visto” de donde se derivaría después el significado de aspecto externo, rostro y máscara. (GARCIA, 2019, p 20).

Para entender a apropriação cristã do termo é necessário voltar-se a Santo Agostinho. Para o Bispo de Hipona, é próprio da Pessoa seu fator relativo, que une o Pai ao Filho e ao Espírito Santo. Deus, portanto, era uma e única essência, mas que possuía três entes.

[...] Deus é uno e trino: uno por essência (a divindade), trino em substância (Pai, Filho e Espírito Santo); quer dizer, Deus é o que ele é (sua divindade), de modo que sua essência é una, mas realizada em três entes ou três suportes (Pai, Filho e Espírito Santo), o que não multiplica a divindade, fazendo surgir três deuses, mas garante a unidade pela raiz da indistinção essencial. (SAVIAN FILHO, 2016, p 5).

Outro ponto importante da concepção Agostiniana de Pessoa é, para além do relativo, o relacional. Para o mundo cristão Deus não é uma ideia, mas sim uma presença. Essa concepção se dá pela realidade da encarnação de Deus em Jesus Cristo. Em outras palavras, Jesus Cristo é o rosto de Deus. Na visão pessoal de Deus no pensamento cristão, Deus é alguém que estabelece um diálogo com os homens.

el Dios cristiano no puede ser concebido ya como un ‘ente impersonal’, como ‘un algo’ (...), sino como alguien con quien es posible encontrarse y dialogar. Alguién que nos ama y que reclama de nosotros una respuesta de amor. (GARCIA, 2019, p 18).

Em suma, a relação com deus é um encontro pelo qual o sujeito pode amá-Lo e ser amado. E, não obstante, ser Pessoa era também o mesmo que ser *filho*. Porém, um *filho* (os sujeitos) que não o é por natureza, como é Cristo, mas sim pela Graça divina.

A reflexão acerca do mistério da Trindade não teve efeito apenas enquanto dogma teológico, como também ordenou a forma de estar no mundo e estabeleceu uma ética relacional entre os homens. Segundo Diego Zuluaga:

Para la antropología cristiana, la capacidad del hombre de ser compañero de Dios hace parte de su esencia. La palabra revelada habla del hombre como compañero libre, capaz de entrar en diálogo con Dios y desde el cual descubre el sentido de su existencia. Pero el drama de la existencia humana se hace evidente en la capacidad para rechazar esa comunicación con Dios, por eso es compañero libre. Aun así, en medio de la posibilidad de rechazar este diálogo abierto con su creador, la grandeza de su existencia radica en esa capacidad de establecer un diálogo con Dios como con su otro. El hombre, finalmente, reconoce su ser por la presencia de un “otro”, un interlocutor para dialogar. La revelación cristiana confiere al hombre, la capacidad de encuentro con el “otro”, la alteridad, como condición necesaria para la radical comprensión de sí mismo. (ZULUAGA, 2014, p 487).

Essa breve explicação sobre o conceito Pessoa nos ajuda a entender melhor o que escreveu Julián Marías. Segundo o autor (2010, p 11), toda vida humana tem uma condição circunstancial: o sujeito está no mundo, convive com as coisas e com os outros. Essa condição se dá em três níveis: social, psíquico e pessoal. Ao vir ao mundo, o homem o encontra de uma determinada forma, o que faz dele herdeiro de um mundo anterior (MARÍAS, 2010, p. 14). Esse é o nível social, onde o homem se relaciona com o mundo que encontrou pronto.

O nível psíquico é onde encontramos as interpretações:

las acciones suponen percepción, imaginación, fundada en la memoria, placer o desagrado, estimaciones, juicios, actos de voluntad, todo el tejido complejísimo de la vida psíquica [...] ¹³ (MARÍAS, 2010, p 16).

Conforme Marías, o nível psíquico é primordial para a convivência; é quando “entablamos relaciones con innumerables personas, tratamos con ellas de diversos asuntos, les

¹³ “As ações implicam percepção, imaginação, fundada na memória, prazer ou desagrado, estimação, juízos, atos de vontade, todo o tecido de complexidades da vida psíquica”. (livre tradução).

hablamos y oímos y comprendemos lo que nos dicen [...]”¹⁴. (MARIAS, 2010, p 16). Porém, podemos estabelecer relações sociais e psíquicas sem com isso ser pessoal¹⁵. O nível pessoal da vida humana é a sua condição argumentativa e dramática. Este nível possui duas características importantes. A primeira é que a vida humana é projetada para o futuro, uma imaginação de algo que não existe, mas que pode vir a acontecer.¹⁶ A segunda é que toda relação pessoal requer um corpo, mais ainda: um rosto.

O elemento mais importante desta segunda característica é que o rosto expressa a interioridade e a expressão representa o mais íntimo da pessoa. Todas as pessoas possuem um rosto, mas em seu sentido social e psíquico apenas o reconhecemos ao vê-lo e podemos chegar a algumas conclusões acerca de certas mudanças ou estado psicológico. Mas em seu aspecto pessoal, o rosto é de alguém com quem compartilhamos a mesma condição de Pessoa: O “outro” se torna um “eu” diferente, com história e possibilidade de futuro¹⁷. Essa característica leva ao caráter dramático da vida. O dramático está em que todo ato foi feito por alguém: uma pessoa agiu por determinados motivos e sob certas circunstâncias. Este elemento instaura uma condição de constante argumentação, de justificação sobre o “haver feito”. A vida pessoal, portanto, implica em um cruzamento de outras trajetórias pessoais, com rosto, argumentativa e dramática. Em outras palavras, a dimensão dramática da vida está na responsabilidade pessoal de haver feito.

Justamente por ser argumentativa e dramática, a vida pessoal não pode ser analisada ou resumida a categorias: ela precisa ser narrada. Essa é a narrativa da *minha* própria vida. Entende-se que a pessoa não é uma obra pronta, senão uma obra de si que está sempre por fazer. Ela está no

¹⁴ “[quando] estabelecemos relações com inúmeras pessoas, tratamos com elas diversos assuntos, conversamos e escutamos e compreendemos o que dizem [...]” (livre tradução)

¹⁵ Como apontou Marias, esses três níveis são indispensáveis e inseparáveis, mas radicalmente distintos. Eles “[...] condicionan las formas de convivencia y son los que determinan el mundo humano para cada uno de nosotros, su extensión, su contenido, el entrecruzamiento de las relaciones, su importancia y alcance”. (MARIAS, 2010, p 17).

¹⁶ Marias apresenta essa característica como *futuriza*. “la percepción se refiere a lo que es actualmente existente; la imaginación, en su sentido rigurosamente proyectivo, versa sobre lo que no existe, y ni siquiera tendrá con seguridad existencia. Desde el punto de vista habitual, esto descalificaría sus contenidos; en todo caso, sería una forma secundaria y deficiente de realidad. Pero resulta que *mi realidad* está constituida por esa condición futuriza como ingrediente intrínseco. Esto quiere decir que la ‘posibilidad’ - entendida tradicionalmente como ‘mera’ posibilidad - está *dentro de mi realidad* y como constitutivo suyo”. (MARIAS, 2010, p 18).

¹⁷ “[...] en las relaciones sociales o simplemente psíquicas, la cara significa solo lo humano con alguno atributos genéricos - sexo, edad, condición - o la mera identificación individual, que no llega a ser personal. En estos casos, la cara queda ‘vista’ y a lo sumo puede ser reconocida, pero falta la impleción que la hace única e insustituible”. (MARIAS, 2010, p 20).

mundo e, enquanto estiver, estará em relação com ele e com as outras pessoas. Entendemos que a confissão auricular do século XVI se dava neste nível, motivo pelo qual chamamos de Confissão Pessoal.

O conceito de Confissão Pessoal, portanto, significa uma narrativa argumentativa e dramática, ou seja, uma justificativa contada por alguém para alguém sobre a própria vida. Pensar a confissão como uma prática Pessoal, revela que o penitente possuía relativa autonomia. Ao criar uma narrativa da própria vida, ele se colocava em uma condição de autor de si e era capaz de ressignificar a sua realidade. O penitente buscava entender o seu erro, que se dava pelo próprio ato da confissão, e se colocar à prova. Ele devia ser capaz de se reconhecer na confissão; perceber a sua própria biografia e, por fim, corrigir seus erros. O confessor, por outro lado, tinha a função de diretor de consciência, um tutor que conduz o penitente à busca desta verdade. Para conduzir o penitente a se reconhecer na própria verdade, o confessor também precisava dizer a verdade. Em suma, a Confissão Pessoal era também um exercício de *Parrhesia*.

O conceito de *Parrhesia* foi abordado por Michel Foucault durante as suas últimas aulas no Colégio de France, quando ele abordou o tema do “cuidado de si” no curso *Hermenêutica do Sujeito (1982/1983)*¹⁸. Neste curso, o autor tentou entender a capacidade da verdade para constituir um sujeito ético e como a verdade podia estabelecer uma relação do sujeito consigo mesmo. Segundo Foucault, essa relação é mais do que um “conhece-te a ti mesmo”: é um “cuidado de si” (FOUCAULT, 2010). Para entender a construção e transformação da relação entre verdade e sujeito, Foucault fez uma ampla abordagem histórica e filosófica do conceito de *Parrhesia* e se voltou para o período Helenístico, Greco-Romano e os primeiros séculos Cristãos.

Nessa relação do sujeito com a verdade é indispensável a *Parrhesia*, que significa “dizer franco”. Dizer a verdade é fundamental para o cuidado de si. E do que se cuida quando se cuida de si? Da própria alma. No caso da confissão, quando um sujeito entrava no confessionário, ele tinha algo a dizer. O quê? A verdade. Mas qual verdade estava em jogo? A verdade de si. Isso significa que a confissão transformava o penitente em um “sujeito de verdade”, ou seja, que possuía uma verdade que só ele era capaz de reconhecê-la e tinha o poder de dizê-la, ou não. Essa

¹⁸ Foucault abordou o tema ainda no curso *Governo de si e governo dos outros (1982/1983)* e, em seu último curso, *A coragem da verdade (1983/1984)*.

não é uma verdade das coisas, mas de si; é uma espécie de epifania, uma revelação que significa a verdade e a realidade sobre si mesmo. Esse é um conhecimento que se dá em relação, não sozinho. Do outro lado dessa relação, o confessor devia exercer o papel de um *parrhesista*, cuja função era guiar o penitente para se reconhecer naquilo que confessava, na verdade das próprias palavras¹⁹. Com a confissão, o penitente podia compreender a si mesmo, confortar sua consciência, e tentar viver uma vida correta. Tendo conhecimento de si, de quem era e onde estavam seus pontos fracos, o penitente podia ter cuidado consigo mesmo.

Como apontou Foucault (2010, p 15) a sociedade moderna separou o “cuidado de si” do “conhece-te a ti mesmo”. Depois de Descartes, o elemento espiritual do conhecimento foi aos poucos desaparecendo e o sujeito tornou-se capaz de alcançar a verdade sozinho, sem a necessidade de um mestre, tutor, ou diretor de consciência. (FOUCAULT, 2010) Mas essa é uma verdade sobre as coisas, não sobre o Ser. Descartes, não há muita dúvida sobre isso, mudou a direção da filosofia Ocidental ao buscar um conhecimento que fosse indubitável: válido em todas as circunstâncias. Para Descartes, apenas o conhecimento que fosse claro e distinto podia evitar o erro, mas para alcançá-lo seria necessário um método. A verdade do método podia ser alcançada através da evidência, análise, síntese, verificação e tinha a dúvida como motor do conhecimento. Essa dúvida quer chegar à verdade, o que a transforma em uma dúvida metódica. Em resposta ao Ceticismo, Descartes colocou tudo em dúvida e concluiu que uma coisa existia e era indubitável: ele mesmo. Por que? Porque ele pensava. Com Descartes, a existência tornou-se, pois, em uma existência pensante.

Com efeito, procurando definir a natureza de sua própria existência, Descartes afirma que ela é uma *res cogitans*, uma realidade pensante, sem qualquer corte entre pensamento e ser. A substância pensante é o pensamento em ato e o pensamento em ato é uma realidade pensante (REALE, 2004, p 367).

¹⁹ Para Foucault, a confissão foi um momento fundamental na história da relação entre verdade e sujeito no Ocidente e foi na obrigação de dizer a verdade que a confissão transformou o sujeito em sujeito que possui uma verdade. (mas Foucault está falando da confissão dos primeiros séculos cristãos. Ele não aborda a confissão moderna. Esse é o objetivo ao qual me proponho aqui).

Dessa forma, o que houve com Descartes foi um deslocamento da filosofia. Ela não é mais uma ciência do Ser, mas uma doutrina do conhecimento: o pensamento é a verdade, a extensão das coisas materiais. Portanto,

A atividade cognoscitiva, mais do que se preocupar em fundamentar suas conquistas em sentido metafísico, deve procurar a clareza e a distinção. [...] Em todos os ramos do conhecimento [...], o homem deve proceder das verdades claras e distintas ou dos princípios auto evidentes (REALE, 2004, p 368, 369).

Nada mais distante do cartesianismo do que os homens que recorriam à confissão, que a entendiam como forma de compreender a própria realidade. Com a confissão, temos uma verdade que se dá em si, não com as coisas; que se dá de forma narrativa e não analítica. Portanto, para melhor entender a nossa proposta de interpretação da confissão é necessário pensar também o Probabilismo, uma linha de pensamento dentro da Teologia Moral que ganhou força entre os teólogos católicos durante os séculos XVI e XVIII.

Probabilismo: hermenêutica da incerteza

O Probabilismo²⁰ foi uma linha de pensamento dentro da Teologia Moral cujos teólogos católicos entendiam que os homens tinham acesso apenas a opiniões prováveis e, dentro de uma complexidade de opiniões, estavam autorizados a seguir uma que fosse menos provável. Mas não era seguir qualquer opinião, senão aquela que possuía argumentos fundamentados por doutores, isto é, que fosse verossímil. (Ruiz, 2012) Foi com o Probabilismo, também, que se reforçou a *casuística*. Com o método casuístico, não há uma verdade para todos os casos, como na verdade matemática de Descartes, mas uma verdade “em” cada caso. O Probabilismo, portanto, se afirmava como uma ciência autônoma e moderna, mas não cartesiana e ao mesmo tempo se afastava do rigorismo medieval. (MARYKS, 2008, 2015).

Acreditamos que o Probabilismo é fundamental para entender a lógica de pensamento dessa Primeira Modernidade Católica, uma vez que as profundas mudanças na forma de ver e, por consequência, de estar no mundo colocavam em *xequê* muitas das certezas que haviam sido

²⁰ Para um aprofundamento na discussão acerca do Probabilismo ver: TUTINO (2018); AGNOLIN (2007); BALLÓN (2008); GONZALES (2014); PAREDES (2007); MAYER CELIS (2013); RUIZ (2012).

construídas durante séculos e obrigou seus agentes de época a um esforço de readequação. A tradição católica medieval já não conseguia responder aos problemas coetâneos; a palavra que por anos fora entendida como a relação sagrada do homem com o divino, passou a ser motivo de incerteza e o enunciado carregava em si a possibilidade do erro. (TUTINO, 2014, 2018).

O Probabilismo moderno se desenvolveu nesse momento e foi, a um só tempo, consequência e antídoto. (REINHARDT, 2015, p 417). A força e o impacto do Probabilismo estava em abordar a incerteza e a dúvida como um componente não apenas do conhecimento, mas sobretudo da condição humana. A abordagem proposta pelos teólogos probabilista se transformou em uma ferramenta epistemológica utilizada para interpretar as mudanças do mundo e ao invés de corrigir a direção optou por criar um novo caminho. Essa saída revolucionou as questões epistemológicas do próprio tempo e teve impacto não apenas na teologia como também na política, economia, cultura e no universo jurídico da Primeira Modernidade Católica e Ibérica. (TUTINO, 2018).

A enorme produção de tratados morais²¹ desse período buscou orientar os homens em um momento de incertezas, por isso o esforço em manejar conceitos como consciência, responsabilidade e até o desenvolvimento da própria *casuística*. O que se buscava era uma forma de ordenamento interno. Ao fazer esse movimento, começou a ser investigado a intenção dos atos. Segundo a autora italiana Stefania Tutino (2014, p 24), esse esforço hermenêutico de entendimento do mundo, no entanto, não foi uma relativização moral: a verdade continuava inalterável, mas as formas de entendê-la haviam mudado.

Pelo menos até o advento daquilo que chamamos de Modernidade, a linguagem seguiu uma concepção agostiniana que representava o mistério da unidade entre o Pai e Filho, e era através dessa expressão externa (a linguagem) que se buscava uma nova conexão interna (TUTINO, 2014, p 12). Falar era uma forma de devoção. Deus havia dado aos homens essa ferramenta de comunicação para recebê-la de volta em forma de adoração. A relação estava entre o pensamento e a palavra²².

²¹ Ver: POLVILLO (2009)

²² Vale reforçar que no pensamento Cristão, Cristo, que é Filho, é a palavra de Deus; é o Logos do Pai.

Foi apenas durante o século XVI que essa relação entre verdade e linguagem elaborada por Santo Agostinho precisou ser revisada. Segundo Stefania Tutino (2014), a Inquisição espanhola teve lugar central nesse processo. O esforço do Tribunal da Inquisição para descobrir as heresias implicou em uma tentativa de saber o que era confessado aos padres. Os confessores se viram diante de um dilema moral: mentir ou revelar o segredo da confissão. (TUTINO, 2014, p 14). A mentira não era uma possibilidade, uma vez que a linguagem tinha um caráter sagrado; por outro lado, revelar os segredos do sacramento da confissão era igualmente difícil.²³

Segundo Tutino (2014), na obra *Comentario em cap. Humanae Aures (1583)*, Martin de Azpilcueta se perguntou: pode o homem mentir diante de Deus? Ainda que esteja legalmente autorizado, comete-se perjúrio? Mesmo que não seja mentira, nem perjúrio, pode haver ainda outro pecado? Com isso, Navarro se questionou sobre o que realmente significava falar. A sua conclusão foi que o discurso compreende diversas formas de falar, podendo ser falado, escrito ou pensado, mas essencialmente: interno e externo. E essas distintas formas de discurso podiam estar juntas. (TUTINO, 2014, p 20). Por exemplo, caso perguntado pela Inquisição sobre o segredo da confissão, o padre podia responder uma parte de forma falada e outra de forma pensada. Ele não pecava com a mentira, nem revelava os segredos do sacramento. O mesmo caminho que solucionava a questão da perseguição inquisitorial, porém, implicava em dois problemas: essa “reserva mental”, o discurso não dito, podia comprometer os aspectos interpretativos da comunicação; e criava-se a dúvida de como poderia julgar a moralidade de seu uso.

Martin de Azpilcueta se voltou a Santo Agostinho para responder a questão. O autor utilizou a distinção entre *mendatio* e *dolus*. (TUTINO, 2014). O primeiro é quando alguém profere

²³ Stefania Tutino dedicou um capítulo inteiro de seu livro a esse tema. Segundo a autora, Martin de Azpilcueta e Domingo de Soto tentaram responder o problema e elaboraram uma teoria que envolvia a possibilidade da “reserva mental”, justificável em determinadas circunstâncias. Esses autores transformaram a linguagem no que entendemos como comunicação no mundo moderno: a palavra e o entendimento. Domingo de Soto abordou o tema em sua obra *De ratione tegendi et degendi secretum (1557)*. Esse trabalho está dividido em três partes: as duas primeiras tratam da necessidade de manter em segredo a relação entre o preceito da correção fraterna e o espaço legal da Inquisição; a terceira aborda os dilemas morais, no caso de que a Inquisição se aproxime do confessor. A conclusão do autor foi que a ninguém está permitido mentir, nem obrigado a revelar os segredos do coração. Como apontou Tutino, aí está o fator moderno da concepção de linguagem desenvolvida por Soto: a linguagem como forma de comunicação entre duas pessoas. Foi isso que permitiu aos padres confessores resolverem o dilema causado pela Inquisição. O ponto central é: mesmo sem dizer a verdade, eles não estariam mentindo. TUTINO, Stefania. (2014).

um discurso que é diferente daquilo que pensa; o segundo é a investigação das intenções. Para Azpilcueta, a solução estava na real intenção do discurso (ou ato); se ele visava algo bom ou mau. Sendo assim, Navarro não estava relativizando a moral, mas criando uma hermenêutica da incerteza. Segundo Stefania Tutino (2014), Martín de Azpilcueta buscava explorar a limitação e potência da linguagem. Com isso, a autora reforça a necessidade de compreender essa mudança da hermenêutica para entender a proposta teórica e teológica dos jesuítas, “quando eles mudaram o debate sobre a natureza da linguagem para o do valor moral da intenção humana” (TUTINO, 2014, p. 11).

Ao buscar entender a real intenção dos atos, o impacto revolucionário do Probabilismo, como apontou Robert Maryks (2015), se deu em confortar as consciências perante a dúvida. Por consequência, reforçava-se a consciência como um espaço interno inviolável dos homens e estabelecia-se uma relação subjetiva do sujeito com a verdade. A verdade se tornava a verdade-de-si. Ela estava em si e apenas em si se reconhecia. Azpilcueta, em seu *Manual de Confessores*, recomenda que em caso de dúvida, quando o padre não conseguisse convencer o penitente, ele devia deixá-lo com a própria opinião, pois seria melhor que forçar a consciência do penitente.

se el confesor no tiene tan clara & insoluble razón, y solamente la cree por razones probable, o dubda, o vee que el penitente com alguna razón se allega a la opinión de algún doctor notable,develo dexar a su consciencia y absolverlo [...]. NAVARRO, Martín de Azpilcueta. (1557 ed 1570). (sem página).

A confissão, para Azpilcueta, era uma forma de confortar a consciência do sujeito que não tinha certeza do próprio erro e confessar era uma forma de seguir vivendo (Lavenia, 2003). Daí a importância da metáfora que abre seu manual: a confissão é uma tábua no mar depois do dilúvio; se agarrar a ela é necessário para não virar um naufrago de si mesmo.

Quien no renaciere por agua, y espiritu sancto, no puede entrar en el reyno de Dios. Esta via después que una vez se pierde, no se puede hallar, porque no se puede reiterar este medio. La outra es la del sacramento de la penitencia en la ley nueva, y de la virtud della en la anciana y natural, segun aquello de S. Matth. Arrepentios de la vida passada: porque cerca esta el reyno de los cielos. A esta llama S. Hieron segunda tabla despues del naufragio. Porque como el primer medio, de los que navegan, es la nave entera para se selvar: y el remedio después della quebrada, es algun barco, o alguna tabla della, a que se apegan: así el primer medio de los que navegamos espiritualmente, para llegar al puerto de la

salvacion, es la pureza de la innocencia baptismal: a la qual perdida por el peccado mortal succede el remedio de la penitencia, a que nos hemos de apegar: Para que castigando nosotros con ella, y su pena temporal, nuestros pecados en este mundo, los dexé (deje) de castigar Dios en el outro con la eternal [...]. NAVARRO, Martín de Apilcueta. (1557 ed 1570). **(prologo introductorio, sem página)**.

O sacramento da confissão, para além de confortar, era também uma forma de compreender a real intenção das ações humanas tendo em conta as suas circunstâncias, mas com o objetivo de tornar o sujeito da ação responsável tanto pela meditação sobre os motivos que o levaram a agir, quanto do próprio ato. Esse aprofundamento no conhecimento de si devia ser feito de forma a desenvolver a capacidade de caminhar sozinho do penitente, de poder avaliar os próprios erros e corrigi-los²⁴. Com isso, junto a confissão ao Probabilismo cuja verdade, diferente da ciência moderna e cartesiana, estava em si e para alcançá-la era necessário não um método analítico, mas uma narrativa casuística. Foi nesse contexto que os teólogos católicos se voltaram para a retórica como ferramenta epistemológica de entendimento do mundo e foram buscar no mundo clássico essa referência, sobretudo com Cícero. (MARYKS, 2008)

Essa reinterpretação moderna da retórica não visava apenas o dizer bem para levar à adesão, mas, sobretudo, dizer o verdadeiro para persuadir. (TUTINO, 2018; MARYKS, 2008) A retórica não era compreendida como um ornamento do discurso, mas como uma ferramenta linguística capaz de articular a frágil relação entre linguagem, realidade humana e incertezas teológicas, isto é, era a um só tempo, técnica e moral. (TUTINO, 2014, p. 9) Essa reinterpretação católica da retórica teve impacto direto na confissão. Conforme Patrick O'Banion (2005) o confessional moderno era um ambiente de negociação entre o padre e o penitente, onde o confessor devia ser conhecido por ser um homem bom para conseguir convencer o seu penitente da segurança da confissão, tanto do segredo, quanto do julgamento. Azpilcueta, por exemplo, escreveu que o confessor devia ser um homem prudente, caso contrário, o penitente estava autorizado a confessar com outro padre ou, até mesmo, a fazer uma confissão parcial, o que nos

²⁴ Jean Delumeau faz um interessante comentário sobre o aprofundamento dos casos de consciência e como, ao mesmo tempo, isso desenvolveu uma inquietante dúvida. “A confissão quis confortar; mas isso após ter inquietado o pecador. [...] Ela refinou a consciência, fez progredir a interiorização e o sentido das responsabilidades; mas também suscitou doenças do escrúpulo e, por outro lado, impôs um jugo muito pesado sobre milhões e milhões de fiéis. [...]”. (DELUMEAU, 1991 p 10)

leva a crer que o confessor era uma figura conhecida, mais ou menos pública.²⁵ O fiel que frequentava a missa e ouvia o sermão do padre sabia se ele era um homem mais rigoroso ou mais amoroso. Essa exigência técnica e moral pode ser chamado de *Parrhesía*²⁶.

A prática confessional, portanto, exigia um comportamento moral de ambas as partes porque disso dependia a *Parrhesía* da confissão. O confessor, como mestre que guia seu discípulo ao caminho da verdade, precisava dizer a verdade, a palavra fundamental, a da Revelação. (FOUCAULT, 2010, p 325). O penitente, por outro lado, encontrava-se perdido e para se encontrar precisava dizer algo: a verdade. Mas a verdade de si mesmo, a que transforma o sujeito e o salva (FOUCAULT, 2010, p 325). Segundo Michel Foucault (2010)

A confissão é um ato verbal pelo qual o sujeito, em uma afirmação sobre o que ele é, liga-se a essa verdade, coloca-se em uma relação de dependência para com o outro e ao mesmo tempo modifica a relação que tem consigo mesmo²⁷. (FOUCAULT, 2010, p 331).

A *Parrhesía* da confissão visava tornar o penitente dono de si mesmo. Essa é uma relação de tutoria que tem o objetivo de tornar os sujeitos seres autônomos. Segundo Foucault:

[...] na *Parrhesía*, há alguém que fala e que fala a outro, mas fala de tal modo que o outro [...], constitui consigo mesmo uma relação que é autônoma, independente, plena e satisfatória. [...] O objetivo da *Parrhesía* é fazer com que, em um dado momento, aquele a quem se endereça a fala se encontre em uma situação tal que não necessite mais do discurso do outro. (FOUCAULT, 2010, p 340)

A Confissão Pessoal não estava no distanciamento, mas na relação estabelecida entre confessor e penitente. Isso implica que o mesmo tipo de pecado podia ser julgado de forma

²⁵ Sobre os conhecimentos do confessor, Azpilcueta escreveu: “el saber del confessor para ser perfecto, y por si solo determinar todo, ha de ser tanto, que incluía Theologia, Canones, y leyes, y aun las constituciones synodales dela tierra de oye, como em outra parte lo provamos. *Pero para ser suficiente, basta, y es menester que sepa por latim, o por romance, alomenos mirando sus libros, y recogiendo em si, quales de los peccados que comunmente cometen los que el ha de oír, son mortales, y quales veniales, y quales las circunstancias que se han de confesar, y quales tienen annexa descomunion, y quales son reservados, y quales requieren restitucion [...]*”. NAVARRO, Martín de Azpilcueta. **Manual de confesores y penitentes**. 1557. ed 1570; Valladolid. (sem páginas). [grifos meu].

²⁶ Nesse ponto, me baseio no trabalho sobre a verdade e a subjetividade desenvolvido por Michel de Foucault, em seu curso A Hermenêutica do sujeito. (2010).

²⁷Essa definição de confissão dada por Foucault está no curso de 1981, “Mal faire, dire vrai. Fonctions de l’aveu”. *apud* **Hermenêutica do sujeito**, nota 22.

completamente diferente a depender de quem entrava no claro-escuro do confessionalário. Assim, a confissão tornava-se um exercício de *Parrhesia* que devia seguir

[...] as regras da prudência, habilidade, as condições que fazem com que se deva dizer a verdade em tal momento, sob tal forma, em tais condições, a tal indivíduo, na medida e somente na medida em que ele for capaz de recebê-la, da melhor forma no momento em que estiver. (FOUCAULT, 2010, p 344).

Como escreveu Foucault, o que define essencialmente a *Parrhesia* é o *Kairós*, a ocasião, a situação dos indivíduos. Não à toa, Azpilcueta dedicou todo o capítulo VI do seu manual às circunstâncias; de onde também entendemos o método casuístico: cada situação exige uma forma distinta de dizer o verdadeiro. Segundo Azpilcueta, as perguntas para entender as circunstâncias são: quando, onde, como, porque, com quem e sob que circunstâncias a pessoa agiu²⁸. Aqui, mais uma vez, podemos recordar a máxima de Ortega y Gasset utilizada por Julián Marías para desenvolver sua interpretação do conceito de Pessoa: “eu sou eu e minhas circunstâncias e se não salvo a elas, não me salvo a mim”.

Ao seguir por esse caminho, o penitente não apenas descrevia, mas “contava” sua história. A diferença está em que era uma história narrada por *alguém*. Por outro lado, *alguém* ouvia. O confessor tinha diante de si uma Pessoa; uma biografia que estava se fazendo, sob suas contingências e circunstâncias. Não era um fiel abstrato. Por outro lado, o penitente também tinha um conhecimento mais ou menos seguro do rigor de seu confessor: Confissão Pessoal, portanto. Ao meditar sobre a própria vida, o sujeito fazia um exercício de si; se apropriava de um pensamento de tal forma que o tornava verdadeiro, pois ficava gravado na sua alma. O que a confissão buscava era essa meditação capaz de se tornar ação, mas uma ação consciente, onde os penitentes sozinhos conseguissem perceber o erro e corrigir a direção.

Considerações finais

Como escreveu Jean Delumeau (1991), durante o século XVI a Igreja foi aos poucos mudando o status do padre confessor. Ele deixou de ter o papel de juiz e se tornou um pai que

²⁸ A reflexão de Azpilcueta sobre esse tema se encontra em todo o capítulo VI. **Manual de confesores y penitentes, cap VI. De las circunstancias del pecado.** NAVARRO, Martín de Azpilcueta. (1557. ed 1570). Valladolid.

orienta seus filhos. A metáfora recorrente era a do Filho pródigo (DELUMEAU, 1991). Nesse caso, o confessor - como um pai - não apenas devia orientar seus filhos como esperava por seu retorno, sua conversão²⁹. No processo da confissão, o padre podia ter uma postura amorosa, isto é, acreditar na possibilidade de conversão do seu filho pecador, ou duvidar. Essa postura mostrava o próprio caráter da pessoa, se ela era amorosa ou desconfiada, pois julgar o outro revela a si mesmo³⁰. Azpilcueta reforçou a necessidade de o padre ser um homem reconhecidamente prudente; caso contrário, o penitente estaria autorizado a uma confissão parcial. A recomendação do *Manual de confesores* era que o padre fosse amoroso³¹.

Com uma postura amorosa, o confessor jamais poderia abandonar o seu filho e devia guiar o penitente no caminho de entendimento da real intenção dos seus atos. Mas era o penitente que precisava trilhar seu próprio caminho, compreender sua vida pelo exercício da confissão e conhecer a si mesmo. Esse percurso era transformador da sua subjetividade. Um penitente, por exemplo, que ao confessar se entendia como um homem irascível e que devido a essa característica havia agido mal podia buscar se corrigir. Não era um conhecimento apenas do ato, mas da pessoa enquanto *alguém* que havia feito uma determinada ação e em certas circunstâncias.

O confessional era, portanto, o espaço da justificação que se dava na forma de uma narrativa pessoal: a confissão. *Alguém* foi livre para agir, mas o fez sob circunstâncias específicas e concretas. Por exemplo, o sujeito da ação era um homem sabidamente prudente ou temerário? O ato foi resultado de uma ação consciente do equívoco, ou que ignorava seu real significado? Estamos falando de uma liberdade muito específica: ela é uma *qualidade* e é *experimentada*. A Pessoa é livre para agir, mas não significa que ela pode ou deve fazer tudo o que quiser e na confissão ela narra exatamente a liberdade de *haver feito*. Essa liberdade implica na responsabilidade de ter sido livre para fazer e o *haver feito* recai sobre a própria biografia, a sua

²⁹ “Em sua quase unanimidade, com efeito, eles pedem (os documentos direcionados aos confessores e penitentes) que os confessores sejam ‘pais’, nesse tipo de discurso, está associado a ternura e perdão. Não se trata do *pater familias* que governa com autoridade no seio da família, mas da personagem evangélica que corre ao encontro do filho pródigo, abraça-o afetuosamente e reintegra-o na casa comum.” (DELUMEAU, 1991 p 10)

³⁰ Para maior entendimento acerca dessa questão, ver KIERKEGAARD, Soren. (2013).

³¹ “[...] recibir al pecador con alegre gravedad, y mostrar se le em todo, qual ha de ser dulce y affable, suave, prudente, discreto, manso, piadoso, y benigno, y animelo a descubrir sus llagas, y a esperar salud dellas”. **Manual de confesores y penitentes. (1557 ed 1570); Valladolid.**

vida.³² No mundo católico, o pecado não acabou com o livre arbítrio dos homens. Eles seguem livres para agir, mas não isentos da responsabilidade, daí a necessidade de confessar. A confissão é a narrativa que reconhece a verdade do livre arbítrio e, ao mesmo tempo, estabelece a responsabilidade pessoal e inalienável de *haver feito*. Ela tem efeito sobre o próprio ser. Uma vez reconhecido o erro, deve-se buscar a correção, voltar para o caminho correto, isto é, converter.

Enquanto com Descartes se concluiu a formação do indivíduo, que sozinho é capaz de alcançar um conhecimento de si; no contexto católico do século XVI, o que houve foi a formação de um sujeito que é “um” mas que está em relação: não era *indivíduo*, senão Pessoa³³. Para a Pessoa, o outro é uma exigência do conhecimento: em diálogo, descubro junto uma verdade que é minha³⁴. Nessa lógica, a confissão tinha o papel de ascese, de ligar o sujeito à verdade reveladora capaz de transformar o próprio ser. A Confissão Pessoal, portanto, buscava levar o penitente a reconhecer a própria verdade e ressignificar a sua vida, cuja narrativa da confissão era fundamental para esse entendimento. No confessorário, os fiéis se escutavam, confortavam a consciência e buscavam se corrigir. Em suma, os penitentes confessavam para si mesmos e Deus - que já sabia de tudo - era testemunha das suas reais intenções. Com isso, os homens tinham a liberdade e o fardo de serem juízes de si mesmos³⁵.

Por fim, era sobre o elemento pessoal da vida que a confissão se estabelecia como guia de consciência. Esse espaço argumentativo e dramático (pessoal) não se alcança por coerção, senão pelo convencimento e persuasão. Diferentemente da abordagem dada ao tema da confissão pela historiografia consagrada, apresento a possibilidade de pensar a confissão como uma prática que visava desenvolver a autonomia dos fiéis para que fosse possível reconhecer o próprio erro e se auto corrigir. A confissão auricular, aquela dada a qualquer fiel, estava na vida comum das pessoas; quando elas erravam e precisavam confessar para seguir com a própria vida, o que lhe

³² Segundo Martín de Azpilcueta, o pecado recai sobre toda a vida, porque o homem é falho e deve sempre se cuidar para não voltar a cair em pecado. “Ca aún que el arrepentimiento no se estienda a los peccados venideros, pero el proposito de no pecar ha de se estender a todos los passados, presentes, y por venir, como lo declara Palud, y Adri”. **Manual de confesores y penitentes.** (1557 ed 1571)

³³ O que os teólogos insistiam era que em Deus havia três pessoas e o que se podia conhecer de Deus era o seu ser pessoal. A relação é entre três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. O homem é uma pessoa parte dessa tríade divina.

³⁴ Sob a perspectiva cartesiana, por outro lado, há uma verdade sobre as coisas e que eu descubro em mim e sozinho, mas não é a *minha* verdade.

³⁵ Ver nota 26.

dava um caráter terapêutico. Essa parece ser uma sociedade onde se buscava corrigir e não castigar. Como a pessoa que havia errado podia se corrigir? Confessando. O caminho era o do cuidado de si em que a pessoa errava mas podia se corrigir; muito diferente de um caminho de coerção, controle e punição.

Os pontos apresentados nesse artigo dão ao fenômeno confessional características muito diferentes daqueles presentes nas obras clássicas sobre o tema. Stefania Tutino (2018) argumenta que os autores que estudaram o fenômeno da confissão e o Probabilismo do século XVI e XVII, em sua maioria, estavam preocupados em entender o papel da autoridade desenvolvido tanto pela Igreja quanto pelo Estado numa disputa sobre a verdade³⁶. A consciência foi o espaço onde se deu essa batalha e, ao mesmo tempo, era o prêmio desejado. Stefania Tutino (2018), por outro lado, busca entender como o Probabilismo contribuiu para redefinir o papel da autoridade como um princípio epistemológico. Tutino sugere que a relação que o sujeito tem com a verdade influencia profundamente como se pensa a própria verdade, como chegar a ela e o que fazer com isso (TUTINO, 2018).

O que tenho argumentado é que nesse contexto, os teólogos ibéricos optaram por fortalecer o espaço íntimo dos homens e a consciência elaborava um juízo sobre a própria vida. Isso foi capaz de transformar a relação com a verdade no espaço católico da Primeira Modernidade Ibérica. Estamos falando, portanto, de uma forma de ser. A confissão levou o sujeito a fazer uma meditação sobre si e era feita na forma de uma narrativa marcada por pessoalidades. Nesse esforço narrativo, buscava-se entender as circunstâncias da sua ação; interpretá-las e encontrar a intenção dos seus atos. Essa narrativa podia transformar o íntimo da pessoa. A verdade era um ponto presente no íntimo dos homens; não no externo: apenas mergulhando sobre si seria possível encontrá-la. A consequência é que o homem católico da Primeira Modernidade Ibérica estava autorizado a seguir a própria consciência porque ele, e apenas ele em sua relação com Deus, podia saber a real intenção dos seus atos, a verdade de sua vida.

³⁶ A autora está se referindo às obras de Paolo Prodi, Miriam Turrini e Adriano Prospero.

Como escreveu Richard Morse (1988), no limiar da Idade Média o mundo Ibérico optou pela consciência e enquanto Galileu e Descartes buscavam o conhecimento em bases demonstráveis, os teólogos ibéricos refutaram a possibilidade de alcançar um conhecimento demonstrável e optaram pela consciência³⁷. Ao contrário do espaço Anglo-saxão, que seguiu o caminho da objetividade da *scientia*, o Ibérico optou pela subjetividade da *con-scientia*. Estamos diante de duas possibilidades epistemológicas distintas de apreensão da verdade. Porém, não se trata de uma concepção *obscura* e outra *moderna*. (MORSE, 1988, p 35, 36)

Parece-me que os conceitos para compreender a Primeira Modernidade Ibérica são outros. Nesse período, o ordenamento se dava na interioridade das pessoas, na sua relação com as coisas e com o outro. A Confissão Pessoal, como argumentei aqui, organizava as relações dos sujeitos tanto consigo mesmo, quanto com os outros. Confessar fazia a pessoa voltar para o caminho correto. A confissão iluminava o horizonte do penitente, pois, ao entrar no confessionário, era a possibilidade (incerta) de perdão que estava em jogo. Ainda que a pessoa tivesse errado, ela podia se corrigir e não existia correção sem confissão. Ao mesmo tempo, confessar bastava: não era necessário castigo e punição. Com a confissão, o penitente inaugurava um projeto no futuro. Porém, nesse futuro, ele promete ser aquilo que *devia-ter-sido*: é um retorno. A confissão, em si, era o reconhecimento do erro e arrependimento, que podia ajudar o penitente a ressignificar a própria vida.

Fontes e Bibliografia

1) Fonte

NAVARRO, Martín de Azpilcueta. **Manual de Confessores y Penitentes, que clara y brevemente contiene, la universal y particular decisión de Quase todas las dudas, que en las confesiones suelen ocurrir de los pecados, absoluciones, restituciones, censuras & irregularidades**. Compuesto por el Dr. Martín de Azpilcueta Navarro. 1557 ed 1570. Valladolid. Disponível em: <<<https://www.salamanca.school/en/works.html>>>

2) Referências Bibliográficas:

³⁷ Segundo Richard Morse, A distinção entre *scientia* e *con-scientia* seguia a definição de Pedro Abelardo, onde a ciência aplica os princípios do intelecto na ordem teórica e a consciência na ordem prática. Ainda, que de um lado estavam os cientistas revolucionários que combatiam o sentido pluralista e não concludente dos teólogos, e estes, por sua vez, combatia a pretensão de objetividade demonstrável dos primeiros. (MORSE, 1988, p 35, 36)

AGNOLIN, Adone. **Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)**. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.

BALLÓN, José Carlos. Diego de Avendaño y el probabilismo peruano del siglo XVII. **Revista de filosofía**, n 60, 2008.

DECOCK, Wim. **Theologians and Contract Law**. The moral transformations of the ius commune (ca.1500-1650), Leiden: Brill 2012.

DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII**. São Paulo: companhia das Letras, 1991.

FERNANDEZ-BOLLO, Eduardo. **Conciencia y valor en Martín de Azpilcueta**. ¿Un agustinismo práctico en la España del siglo XVI?. Criticón, ISSN 0247-381X, n 118. 2013. p 57-69.

FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. Editora WMF Martins Fontes. 2010

GARCÍA, Luis María Salazar. **El concepto persona: de la teología a la antropología**. Un viaje de ida y vuelta con algunas consecuencias. Facultad de Teología de Granada, 2018-2019.

GONZALEZ, Francisco Orrego. **La administración de la conciencia**. Cultura escrita, confesión e ilustración en el mundo católico hispano a fines del Antiguo Régimen. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2014.

KIERKEGAARD, Soren. **As obras do amor**. Algumas considerações cristãs em forma de discursos. Editora Vozes, 2013. Cap II. O amor tudo crê - e no entanto jamais é iludido.

LAVENIA, Vincenzo. **Martín Azpilcueta: un profilo**, «Archivio Italiano per la Storia della Pietà», 16, 2003, pp. 15-144;

LLAMOSAS, Esteban F. Probabilismo, probabiliorismo y rigorismo: La Teología Moral en la enseñanza universitaria y en la praxis judicial de la Córdoba tardocolonial. **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija**, 14/2 (2011), 281-294.

PALOMO, Federico. Disciplina christiana. Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. **Cuadernos de Historia Moderna**, 18 (1997), p. 119-136.

MARÍAS, Julián. **Mapa del Mundo Personal**. 2010 Alianza Editorial, 2010

_____. **Persona**. Alianza Editorial. 1997

MARYKS, ROBERT A. **Saint Cicero and the jesuits. the influence of the liberal arts on the adoption of moral probabilism**. ashgate, institutum societatis iesu, hampshire-rome, 2008

_____. **Rhetorical veri-similitudo: Ciero, Probabilism, and Jesuit Casuistry.** Fordham University Press, 2015.

MAYER CELIS, Laura Leticia. **Visualizando lo invisible.** Las redes de misiones y probabilistas en el siglo XVI y primeros años del XVII. Universidad Nacional Autónoma de México. México, 2013.

MELQUIADES, Andres Martin. **Reforma española y Reforma luterana.** Afinidades y diferencias a la luz de los místicos españoles (1517-1536). Conferencia pronunciada en la Fundación Universitaria española. 1975.

MORSE, Richard Mcgee. **O Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas;** tradução Paulo Neves – São Paulo: companhia das Letras, 1988.

MUGURUZA ROCA, Isabel. Del confesionario Ibérico de la contrarreforma a los manuales para confesores en la América colonial: el manual de confesores y penitentes de Martín de Azpilcueta Navarro como texto referencial. **INDIANA** 35.2 (2018): 29-53 ISSN 0341-8642, DOI 10.18441/ind.v35i2. 29-53. 2018

O'BANION, Patrick. A priest who appears good: manuals of confession and the construction of clerical identity in Early modern Spain. *in*: Dutch Review of Church History. **The formation of clerical confessional Identities in Early Modern Europe.** Edited by Wim Janse and Barbara Pitkin. Volume 85. 2005, p 333-348.

PAREDES, Victor Hugo Martel. El lugar del probabilismo en la historia de las ideas en el Perú. **Solar**, n 3, ano 3, Lima 2007; pp 11-22.

POLVILLO, Antonio Gonzáles. **Análisis y repertorio de los Tratados y manuales para la confesión en el mundo hispánico (ss. XV-XVIII).** Universidad de Huelva. 2009.

PRODI, Paolo. **História da justiça,** 2005. Editora Martins Fontes.

PROSPERI, Adriano. **Tribunais da consciência:** Inquisidores, confesores, missionários. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2013.

_____. Disciplinamiento: la construcción de un concepto. (San Marino: AIEP, 2010), 73-88. Traducción del italiano al español de Rafael Gaune y revisión de Verónica Undurraga.

_____. Uma discussão com Paolo Prodi. Resenha crítica do livro de PRODI, Paolo. **Una storia della giustizia.** Dal pluralismo dei fori al moderno dualismo tra coscienza e diritto. Bolonha: Il Mulino, 2000. (trad. port. **Uma história da justiça.** Do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito. São Paulo: Martins Fontes, 2005), publicado em **Storica**, 17, ano, 2000, p 85-100.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia:** do humanismo a Descartes, v. 3. [tradução Ivo Storniolo]. São Paulo: Paulus, 2004.

REINHARDT, Nicole. How individual was conscience in the early-modern period? observations on the development of Catholic moral theology. **Religion**, Vol. 45. No 3. 2015. 409-428.

RODRIGUES, Rui Luis. Os processos de confessionalização e sua importância para a compreensão da história do Ocidente na primeira modernidade (1530-1650). **Revista Tempo**, Vol. 23 n. 1, Jan./Abr., 2017. p 5

RUIZ, Rafael. A Teologia Moral como chave de leitura dos processos judiciais na América Espanhola. In: **Espaços Coloniais: domínios, poderes e representações**. Organização: Carmen Alveal, Thiago Dias. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2019. p 313, 349.

_____. Probabilismo e Teologia moral na prática judiciária na América espanhola do século XVII. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol. 4 No 8, Dezembro de 2012.

SAVIAN FILHO, Juvenal. “A antropologia filosófico-teológica de Edith Stein na história do conceito de pessoa”. **Anais do Seminário Internacional de Antropologia Teológica**, Porto Alegre, 1-27. (2016).

TUTINO, Stefania. **Shadows of doubt, language and truth in post-reformation catholic culture**. Oxford University press, 2014.

_____. **Uncertainty in Post-Reformation Catholicism**. A history of Probabilism. Oxford University Press. 2018.

ZULUAGA, Diego A. Buriticá. “El concepto de persona humana en la tradición cristiana y su progresión hasta el personalismo”. **Cuestiones teológicas**, Vol. 41, No. 96. (julio - diciembre, 2014); pp 467-493. Medellín-Colombia.

Os coretos contam histórias sobre Belo Horizonte

The bandstands tell stories about Belo Horizonte

Savilly Buttros

Mestranda em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
sbuttros@gmail.com

Recebido em: 02/09/2021

Aceito em: 13/12/2021

Resumo: Os coretos, instalados nas praças e parques de maior visibilidade da cidade, podem portar informações sobre as formas de apropriação urbana pela sociedade. Surgiram no século XVIII como arquiteturas efêmeras para música e eventos cíclicos e, no século XIX, foram remodelados para a tipologia fixa. Belo Horizonte foi projetada para ser a nova capital de Minas Gerais e inaugurada em 1897, justamente no período em que os coretos fixos se difundiam nos projetos urbanos, porém a instalação dos primeiros coretos desse tipo ocorreu de maneira relativamente tardia, cerca de doze anos depois. Esse fato gerou questionamentos sobre o lazer urbano nos anos iniciais de uma capital planejada. O objetivo deste artigo é analisar a rotina cultural dos primeiros anos de Belo Horizonte e o papel dos coretos nesse contexto. A pesquisa evidenciou que no período sem coretos fixos, os coretos móveis foram relevantes no calendário festivo belorizontino, que mesmo em uma cidade incipiente, se mostrava diversificado, com frequentes eventos de cunho social e cívico. Nesse sentido, os coretos se afirmaram como chaves importantes de pesquisa sobre os hábitos coletivos e eventos urbanos.

Palavras-chave: coretos; história urbana; Belo Horizonte.

Abstract: The bandstands, installed in the city's most visible squares and parks, can carry information about the forms of urban appropriation by society. They appeared in the 18th century as ephemeral architectures for music and cyclical events, and in the 19th century, they were remodeled to the fixed typology. Belo Horizonte was designed to be the new capital of Minas Gerais and inaugurated in 1897, precisely at the time when fixed bandstands were widespread in urban projects, but the installation of the first bandstands of this type occurred relatively late, about twelve years later. This fact raised questions about urban leisure in the early years of a planned capital. The

objective of this article is to analyze the cultural routine of the first years of Belo Horizonte and the role of bandstands in this context. The research showed that in the period without fixed bandstands, mobile bandstands were relevant in the festive calendar, which, even in an incipient city, was diversified, with frequent social and civic events. In this sense, bandstands asserted themselves as important research keys about collective habits and urban events.

Keywords:bandstands; urban history; Belo Horizonte.

Introdução

A presente pesquisa teve seu foco nas paisagens urbanas de Belo Horizonte e foi guiada através de um objeto: o coreto. A escolha por essa perspectiva de pesquisa se deu pelo fato de que os coretos, instalados nas praças e parques de maior visibilidade no espaço da cidade, podem portar informações sobre as formas de uso e apropriação do ambiente urbano por parte da sociedade.

Por definição, os coretos são peças arquitetônicas que compõem o mobiliário urbano¹, instalados em praças, largos, parques e jardins, e são conhecidos por terem servido de palco para atividades de entretenimento no espaço público, principalmente entre os séculos XVIII e XX, em grande parte do Ocidente (RACABULTO, 2005, p. 5-6). Através de suas características estruturais, como base elevada e vistas vazadas, a função de abrigar apresentações musicais com bandas civis e militares foi a mais comum para os coretos, além da contemplação do entorno e ornamentação do ambiente.

Apesar da frequência na qual os coretos aparecem, sendo um elemento visualmente comum nas cidades, seus significados são complexos. Nesse sentido, o estudo dos coretos evoca diferentes temas, como a construção dos locais públicos, a história do urbanismo e das paisagens, as formas de apreciação musical coletiva e o cotidiano cultural. Ao longo do tempo, as transformações nas praças e nos aspectos funcionais dos coretos, que serviam como palcos, abrigos e mirantes, ou mesmo a sua mais recente inutilização em algumas localidades, indicam a incorporação de diferentes hábitos da sociedade e formas de interação com este objeto público. Os

¹ Mobiliário urbano: conjunto de elementos instalados no espaço público para complementar as funções urbanas, como postes, bancos, bebedouros, entre outros.

coretos, constituídos como um fenômeno de caráter cultural, podem ser compreendidos como um espelho das percepções sobre a cidade e as formas de sociabilidade no espaço urbano.

Belo Horizonte foi projetada no final do século XIX para substituir Ouro Preto e se tornar a nova capital do estado de Minas Gerais, sendo inaugurada em 1897. Nesse contexto, justamente, os coretos estavam sendo difundidos em projetos urbanísticos de construção ou revitalização dos espaços públicos. Na tendência de industrialização vivenciada no período, o ideário da “capital moderna”, além de preconizar um fluxo dinâmico de pessoas e de recursos, enaltecia determinados valores estéticos e comportamentais para a vida pública. O planejamento urbano passou a influenciar as formas de apropriação do espaço e também os locais destinados à permanência e sociabilidade, neste caso, as praças e parques, locais onde os coretos são comumente instalados.

Os prováveis primeiros coretos fixos de Belo Horizonte foram construídos em espaços privilegiados na configuração territorial, na Praça da Liberdade e na Praça Rio Branco, porém, provavelmente doze anos após a inauguração da capital (IEPHA, 2014, p. 52). A partir dessa informação, foi questionado se os coretos estariam ou não incluídos no projeto inicial da cidade e quais seriam os motivos para a sua concretização relativamente tardia. De que maneira se davam as relações sociais no espaço público em uma cidade planejada? Os eventos coletivos teriam ocorrido de maneira espontânea? Qual foi o papel dos coretos nesse contexto? Iniciou-se, portanto, uma investigação sobre a rotina cultural de Belo Horizonte, utilizando os coretos como palavra-chave, a fim de coletar informações sobre eventos públicos e as relações sociais que envolviam esse elemento do mobiliário urbano. O recorte temporal da pesquisa compreendeu os anos de 1890 a 1930, que se referem ao início do planejamento da cidade e os primeiros anos após sua inauguração. Nesse contexto, buscou-se compreender as implicações do planejamento urbano sobre a formação da rotina cultural de uma nova cidade, bem como o papel dos coretos nesse ambiente moderno.

Ao iniciar a pesquisa, foi percebida a importância de uma outra tipologia de coreto, que esteve presente em eventos desde as obras de construção da capital e perdurou mesmo após a instalação de coretos fixos: o coreto móvel e desmontável. Esse fato fez emergir novos

questionamentos sobre a possível existência de paisagens efêmeras com a presença de coretos, erguidos de acordo com a demanda de uma rotina cultural diversificada.

Sobre a metodologia de desenvolvimento deste trabalho, em princípio, foi realizada uma revisão bibliográfica para criar bases de análise. Nessa revisão foram incluídos conteúdos sobre a construção de Belo Horizonte, o percurso histórico dos coretos e as noções sobre as paisagens que eles compõem. Em seguida, foram realizadas pesquisas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro e acervo da Biblioteca Nacional, com coleta de fotos e documentos, e fragmentos de jornais, para aprofundar a investigação sobre os coretos e suas funções no cotidiano urbano.

Apesar recorrência de coretos nas paisagens urbanas brasileiras, tanto nos grandes centros quanto no interior, os estudos nacionais sobre o assunto são escassos. Essa escassez ocorre no âmbito material dos coretos, acerca da arquitetura, e também sobre as relações culturais e sociais relacionados a esse objeto público. Nas bibliografias levantadas para a presente pesquisa, os coretos são mencionados em estudos ramificados sobre as praças e jardins públicos, corporações musicais ou em dossiês específicos, quando o coreto está localizado em área de interesse patrimonial. Para a compreensão da origem dos coretos como objeto, foi necessário recorrer a publicações internacionais, principalmente europeias. No caso de Belo Horizonte, os jornais e documentos da época, entre os anos de 1897 e 1915, foram as fontes que mais apresentaram menções aos coretos e, portanto, foram fundamentais para detalhar sua importância social.

Cada menção aos coretos foi analisada de acordo com o contexto, privilegiando a busca por três aspectos: relação com eventos coletivos e apresentação de bandas, enquadramento na tipologia móvel ou fixa e, por fim, grupos sociais relacionados à construção e ocupação do referido coreto. A análise resultou em uma síntese textual, que se desdobrou no presente artigo.

Diante das transformações do significado que os coretos tiveram ao longo do tempo e por suas alterações funcionais, a pesquisa se iniciou com uma retomada do percurso de origem desse

objeto, características e funções iniciais, as quais podem não ser as mesmas desempenhadas na atualidade, mas são importantes para o entendimento de sua existência e difusão no espaço público.

Breve percurso de origem dos coretos

Sobre as origens do coreto, pode-se dizer que diversas estruturas arquitetônicas de temporalidades diferentes exerceram influência. Esse percurso estético e formal se iniciou nas civilizações antigas, como no Egito, Grécia e Roma, onde foram encontrados indícios da existência de pavilhões abertos voltados para atividades religiosas ou festivas.

Outro local de referência em termos estéticos é a China, onde pavilhões abertos eram peças importantes no planejamento do jardim, pois possuíam a função de abrigar momentos de meditação e ornamentar o espaço. Esses pavilhões existiam antes do século XIII, uma vez que, durante a expansão do Império Otomano e fortalecimento das rotas comerciais com a China, as construções turcas começaram a absorver tais tendências. Por volta do século XV, existiam quiosques de jardim com base elevada em zonas às margens do Estreito de Bósforo (atual Turquia) e também na costa leste do Mar Mediterrâneo (NUNES, 2012, p. 50).

A estética oriental passou a fazer parte do gosto europeu para o paisagismo por volta do século XVIII. Nesse contexto, os jardins ingleses buscavam exotismo através de pavilhões de madeira ou pedra, ao gosto chinês, podendo estar bem próximos dos originais ou não. A moda do jardim anglo-chinês se inseriu em um cenário de pré-romantismo, no qual os pavilhões eram concebidos para uma ambientação pitoresca, destinados à contemplação do entorno (NUNES, 2012, p. 50).

Nesse período, costumavam ocorrer eventos e atividades de lazer de caráter restrito, localizados em jardins com edificações de destaque, similares a pavilhões. Sob o ponto de vista construtivo, esses pavilhões podem ser considerados os primórdios dos coretos fixos, mas com funcionalidade e acessibilidade ainda limitadas. Os *pleasuregardens* ingleses surgiram pouco antes de 1700 e ficaram em voga por mais de um século, consistindo em parques de grandes dimensões,

acessados após pagamento de uma taxa de entrada. Havia espetáculos instrumentais, vocais e de dança, mas a música era o componente principal, fazendo com que o espaço fosse utilizado para os eventos mais aclamados, como apresentações dos compositores Haendel, Haydn, Pergolesi e Mozart (NUNES, 2012, p. 51-52).

Em Londres, ainda no século XVIII, surgiram os *vauxhallgarden*, construções autônomas com grandes salões, onde haviam jantares acompanhados por música. Na França, os *vauxhall* eram construídos nos jardins públicos e acessados por meio de pagamento de uma taxa de entrada, como acontecia no *pleasuregarden*. A dança era a atração principal, mas também ocorriam jogos equestres, jantares e espetáculos acompanhados por música (NUNES, 2012, p. 53).

A partir da 1ª República Francesa (1795-1815), surgiram os jardins-espetáculo parisienses. Esses locais destinados ao lazer carregavam os ideais de liberdade marcados na época, quando foi conquistada a possibilidade de remodelar espaços retirados da nobreza deposta. Mediante o pagamento de uma tarifa de entrada, os jardins-espetáculo ofereciam as atividades de entretenimento mais modernas, como espetáculos pirotécnicos, experimentos científicos e jogos. Entretanto, esses jardins saíram de moda devido às dificuldades financeiras para mantê-los (RACABULTO, 2005, p.8).

Em meados do século XVIII surgiram os coretos móveis, também conhecidos como coretos armados ou volantes, de caráter efêmero, os quais serviam de palco para manifestações vocais e apresentações musicais. Os coretos móveis eram montados no espaço público e proporcionavam lazer e divertimento a todas as classes sociais gratuitamente (RACABULTO, 2005, p. 19). Nesse sentido, observa-se que as correntes filosóficas iluministas, que culminaram na Revolução Francesa (1789-1799) foram essenciais para que as concepções acerca das cidades fossem mudadas. A apropriação do espaço público e as noções de cidadania produziram encorajamento para que acontecessem mais eventos coletivos, fator que contribuiu para tornar a apreciação musical coletiva indispensável e acessível a diversos públicos. O uso de coretos móveis se estendeu aos séculos XIX e XX, mesmo após o surgimento dos coretos fixos. Em um período em que os aparelhos radiofônicos ainda não haviam sido difundidos, as formas de apreciação musical se davam em salas de concerto ou ao ar livre, de maneira coletiva.

Já na década de 1830, empreendedores parisienses se interessaram por desenvolver a música em jardins públicos. Um dos primeiros casos que se tem notícia foi encabeçado por Philippe Musard, que após estudar os *pleasuregardens* ingleses, planejou a revitalização do pavilhão do *JardinTurc*, localizado em um bulevar no distrito Marais, em Paris, pois o local já era comumente utilizado pela burguesia devido a sua ambiência agradável. Essa iniciativa contribuiu para fortalecer o uso de edificações fixas para apresentações musicais ao ar livre, entretanto, o acesso aos concertos era cercado e ainda limitado pelo pagamento de taxas de entrada.

No ano de 1848, em um contexto de presença contínua de coretos móveis e bandas musicais em eventos de Paris, foi cedida uma autorização para construção de coretos fixos no espaço público sem restrições de acesso. Entretanto, existiam regras de fechamento do local pela guarda da cidade em casos de desacato (RACABULTO, 2005, p. 8-9). A partir do caráter público e acessível, as novas edificações fixas para música passaram a ter a mesma aplicação funcional dos coretos móveis. O coreto em sua tipologia fixa foi uma ressignificação de um elemento urbano já existente – o coreto móvel – acompanhando as mudanças sociais e as formas de conceber a cidade.

As grandes reformas urbanas empreendidas em Paris, pelo prefeito Georges Eugène Haussmann entre as décadas de 1850 e 1870, ocorreram no contexto em que as apresentações musicais no espaço público se tornavam cada vez mais difundidas na agenda cultural da população, tornando a instalação de coretos uma parte importante para a realização dos principais eventos coletivos. Os locais de implantação de coretos eram pensados de acordo com as especificidades de cada parte da cidade, havendo a avaliação do potencial de acolhimento de público. Eram preferidas as áreas amplas e sem obstruções para que o coreto fosse posicionado com centralidade, garantindo a visibilidade do entorno do ponto de vista do público. Portanto, os coretos passaram a fazer parte dos projetos de revitalização urbana do século XIX e, sobre o isto, Relvas considera:

Os parques urbanos públicos franceses, de inspiração inglesa, vão ter um enorme desenvolvimento sob a vontade de Georges-Eugène Haussmann, Prefeito de Paris, e a direção do engenheiro paisagista Jean-Charle-Adolphe Alphand fazendo escola e influenciando os planos urbanísticos da segunda metade de oitocentos na Europa. O programa Haussmann/Alphand não esqueceu o coreto entre muitas outras

construções – restaurantes, cafés-concertos, fontes, quiosques, urinóis, etc. – para animar estas zonas lúdicas de lazer (RELVAS, 1991, p. 10).

Em meados do século XIX, Paris era considerada uma potência internacional em termos científicos, econômicos, tecnológicos e culturais. A capital francesa era um dos centros das discussões urbanísticas e inspiravam tendências para o planejamento de diversas cidades por todo o Ocidente. Isto contribuiu, portanto, para a difusão dos coretos da tipologia fixa como objeto de destaque nas praças, onde ocorriam os principais acontecimentos das cidades, como comemorações de datas importantes e retretas musicais.

Nessa perspectiva, o coreto fixo que se difundiu no século XIX foi o resultado de diversas influências estéticas e culturais. Os pavilhões de jardins e as estruturas fixas presentes no *pleasuregarden*, no *vauxhall* e no *jardim espetáculo*, ainda que restritos a determinados grupos sociais, foram uma fonte de inspiração para os coretos fixos no âmbito formal e pelo caráter permanente. O coreto móvel é similar ao coreto fixo por sua funcionalidade e por ser acessível gratuitamente, além de possuírem características morfológicas semelhantes, como base elevada, pilares e, por vezes, cobertura.

Um aspecto técnico que demonstra importância crucial para a difusão dos coretos fixos pela Europa e América foi o desenvolvimento da arquitetura em ferro. Diversos objetos que compõem o mobiliário urbano das cidades, como bancos, chafarizes, postes e coretos, passaram a ser comercializados por catálogos, o que facilitava o processo de escolha e de encomenda. Os catálogos dinamizaram o comércio e contribuíram para o lançamento de tendências estéticas no espaço urbano. No entanto, esse tipo de compra, em alguns casos, apresentou uma característica não desejada para os gestores das cidades, que era a falta de exclusividade de modelos. Como saída para essa questão, alguns coretos eram projetados por arquitetos e engenheiros contratados ou vencedores de concursos (RACABULTO, 2005, p. 13).

No contexto de Minas Gerais, os coretos surgiram inicialmente na tipologia móvel, assim como ocorreu na Europa. O Arquivo Público Mineiro possui documentos da antiga sede da Capitania de Minas Gerais, Vila Rica (atual Ouro Preto), que fazem referência à montagem de

coretos em meados do século XVIII. Não foi possível averiguar se o caso de Vila Rica foi pioneiro no Brasil, mas isso indica que o uso desse tipo de coreto ocorreu em ao menos uma parte do território brasileiro de maneira coetânea a Europa, antes mesmo da eclosão da Revolução Francesa.

Entre os documentos citados, o primeiro deles é datado de 1756 e trata-se de uma solicitação de pagamento à Câmara de Vila Rica, feita por Leandro Teixeira, “pela armação de coretos na Igreja Matriz para a execução da música *Te deum laudamus* no dia de São Silvestre”. Outro documento, de 1775, também de solicitação de pagamento, feita por Manuel da Conceição à Câmara de Vila Rica, refere-se às “madeiras que foram fornecidas para a reforma do encanamento de água do chafariz de São José e para a construção dos coretos que serão usados na posse do governador”. Em 1780, Antônio Moreira Duarte solicitou à Câmara de Vila Rica pagamento pela ornamentação da Matriz e armação do coreto. Em outro registro, de 1788, o mestre carpinteiro Manuel Rodrigues Graça requereu pagamento pelas obras de reforma dos quartéis e edificação de um coreto. Já em 1793, novamente Antônio Moreira Duarte, fez solicitação de pagamento “pela reforma do mausoléu e coretos, para o funeral de Dom José, Príncipe de Brasil”.

Portanto, pode-se concluir que os coretos estiveram presentes em solenidades e festividades no Brasil, ao menos no contexto de Minas Gerais, desde o século XVIII, sobretudo em ocasiões de cunho religioso ou político. Nesse contexto, os coretos eram executados por mestres carpinteiros e financiados pelos governantes, tendo como principal objetivo as apresentações musicais e vocais.

A montagem de coretos móveis continuou integrando as festas populares e eventos religiosos mineiros durante todo o século XIX. Por volta dos anos 1880, desde a intensificação das discussões urbanísticas no Brasil, os coretos passaram a ser construídos também como estruturas fixas. Durante, sobretudo, a primeira metade do século XX, a difusão das bandas de música também foi um fator importante para estimular a construção de coretos fixos para apresentações musicais. Apesar disso, a montagem de coretos efêmeros não parou decorrer em diversas localidades, a exemplo da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, durante seu contexto de formação e primeiros anos.

A construção de Belo Horizonte e a rotina cultural através dos coretos

A construção de uma nova capital para Minas Gerais representou um dos anseios da República recém proclamada, em 1889. Almejava-se uma cidade moderna no sentido de abrigar estruturas políticas e industriais, seguindo um modelo de ocupação territorial racional, visando romper com as heranças coloniais através da construção de um novo cenário urbano. Belo Horizonte foi projetada e construída para substituir Ouro Preto, abrigar as funções administrativas do estado e transmitir centralidade econômica, caracterizando uma cidade-modelo (MONTE-MOR, 1997, p. 473).

A situação de insalubridade de diversas cidades europeias no século XIX, relacionada a aglomerações populacionais, falta de saneamento, pragas e epidemias, impulsionou discussões sobre o planejamento urbano, contribuindo para a consolidação do urbanismo enquanto ciência, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e abordagens acadêmicas. O urbanismo científico gerou diversos modelos de urbanização que propunham reformas nas cidades, pois buscava-se atender aos interesses sociais fomentando serviços estruturais básicos, como saneamento de água e infraestrutura para mobilidade e, além disso, dinamizar o espaço e torná-lo mais eficiente para atividades políticas, econômicas e industriais (MONTE-MOR, 1997, p. 473). Belo Horizonte foi uma dessas cidades planejadas, inspiradas nas experiências urbanas franco-americanas de referência no mercado capitalista internacional, como Paris, capital francesa (remodelada na gestão do prefeito Georges-Eugène Haussmann entre 1853 e 1870) e Washington, capital planejada dos Estados Unidos da América (MONTE-MOR, 1997, p. 474).

Diversas questões consideradas como problemáticas urbanas acometiam Ouro Preto, antiga capital mineira, que havia vivido seu auge econômico ao longo do século XVIII com a exploração mineral, mas ao final do século XIX, já se encontrava economicamente enfraquecida e com função quase limitada à administração do estado. O relevo acidentado implicava na dificuldade de se construir sistemas de esgotos e o solo não era ideal para o plantio de acordo com as tecnologias e condições da época (SALGUEIRO, 2011, p. 147). Após a estudos de terrenos e a escolha do local,

no ano 1894, o então presidente de Minas Gerais, Afonso Pena, nomeou a Comissão Construtora para realizar estudos sobre o terreno de Belo Horizonte (antigo arraial Curral del Rei), bem como planejar seu traçado e seus edifícios, a qual apresentou uma planta ortogonal, com traçado da zona urbana estruturado em um sistema retangular e avenidas diagonais que o interceptam em ângulos de 45°. Havia uma preocupação com a arborização das ruas da cidade, o que refletia o anseio de moldar a natureza e também de inserir beleza e higiene no ambiente urbano.

A organização do terreno do centro de Belo Horizonte apresentou um sentido de hierarquia na distribuição dos serviços urbanos pelo território, como a concentração comercial na Avenida Afonso Pena ou na posição privilegiada do Parque Municipal, visto como o “pulmão” da cidade. Os funcionários públicos se instalaram próximos à Praça da Liberdade e Secretarias do Estado, no bairro dos Funcionários. A Avenida do Contorno foi pensada com o intuito de demarcar o centro, a área considerada a mais importante para convergências econômicas e políticas (ANDRADE, 1998, p. 48).

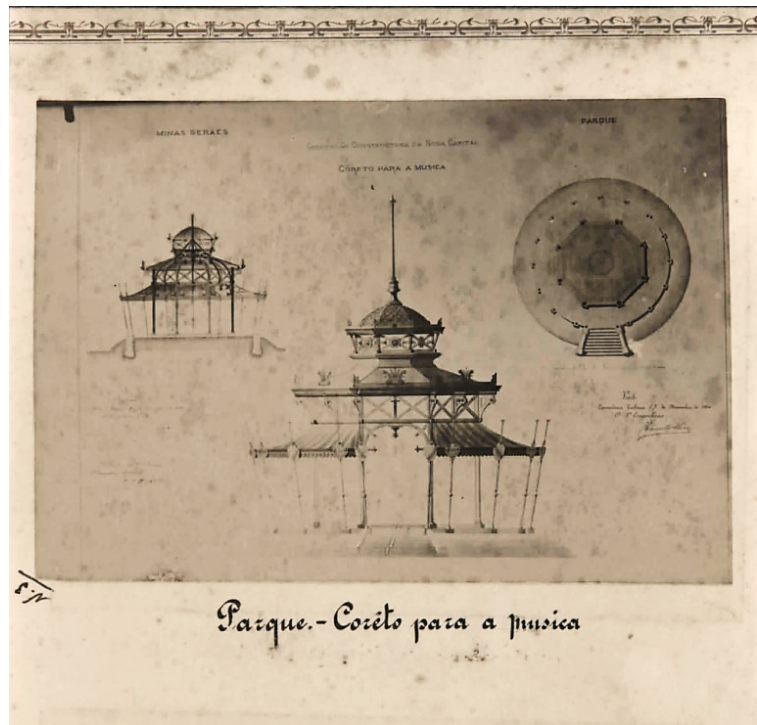
As obras da nova capital atraíram um fluxo significativo de operários, o que fez emergir a questão habitacional. Os trabalhadores habitavam, majoritariamente, as zonas suburbana e rural da cidade, entretanto, uma parcela deles se estabeleceu no centro. Além da dificuldade de locomoção das áreas periféricas até o centro, ocorreu uma proliferação de moradias improvisadas, chamadas de *cafua*s, feitas de barro e cobertas com capim. Profissionais liberais de variadas áreas de atuação também foram para Belo Horizonte em busca de oportunidades de emprego. Esse aspecto contrariou o plano de desenvolvimento da cidade, que ao invés de se desenvolver a partir do centro, teve inicialmente a maior parte da população localizada na periferia. (ANDRADE, 1998, p. 47).

Pensava-se que os operários eram uma mão de obra flutuante e que deixariam Belo Horizonte no final das obras, que durariam quatro anos. No entanto, mesmo contrariando os anseios das elites e dos gestores políticos, as camadas populares permaneceram e criaram expressões relevantes para a cultura da nascente cidade. Esses grupos encontraram, por vezes, inserção social através da participação em bandas de música, à exemplo a Sociedade Musical Carlos Gomes, composta por homens, alguns deles negros e habitantes das periferias, fundada em 1896, em um *cafua* (TEIXEIRA, 2007, p. 41).

Os coretos faziam parte desse novo conceito de cidade, no qual as sociabilidades urbanas eram pensadas através do espaço e de sua estrutura. Ao mesmo tempo, a vida pública contribuía para as transformações dos ambientes coletivos, influenciando a atribuição de significados ao mobiliário urbano, fosse este efêmero ou permanente. A incorporação dos coretos às praças refletia um conjunto de hábitos e posturas desempenhados pela sociedade, a qual compreendia esses ambientes como pontos de referência e espaço de lazer.

A construção de Belo Horizonte ocorreu justamente no período em que os coretos fixos se tornaram parte das tendências do planejamento urbano, demarcando lugares de sociabilidade e ressaltando a importância social de eventos no espaço público. Durante o planejamento da cidade já havia a intenção de se construir coretos. No Arquivo Público Mineiro há um documento de 23 de outubro de 1897, de Hélio Gravatá, referente aos planos de infraestrutura para o Parque Municipal, o qual deveria incluir “um casino com teatro, restaurante, coretos, ruínas |? | labirintos, cascatas, fontes naturais e artificiais, grutas jatos luminosos, construindo efeitos admiráveis de sombra e luz” (O PARQUE, 1897, p.5). No mesmo arquivo, foi encontrado um projeto de coreto para o Parque Municipal com referências estilísticas orientais, mas sem evidências de que tenha sido construído (Figura 1).

Figura 1- Projeto de coreto para o Parque Municipal de 1897.



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Nesse período, a população da cidade era composta por moradores advindos das regiões do interior do estado ou que já habitavam o arraial antes da construção da capital e, em ambos os casos, a música já estava presente nos costumes e tradições. Sobre esse momento, Clotildes Avelar Teixeira descreve:

Podemos dizer que até 1916, quando no teatro da nova capital foi apresentado um concerto com a primeira orquestra formada na cidade, o contato dos habitantes de Belo Horizonte com a música instrumental erudita e popular se resumiu às retretas realizadas aos domingos pelas bandas civis e militares nos coretos das praças. E nos seus primeiros anos, a capital mineira, como a maioria das cidades do interior do estado, mantinha o costume de realizar retretas aos domingos. (TEIXEIRA, 2007, p. 35)

No caso de Belo Horizonte, antes da construção de coretos fixos, os coretos móveis já tinham sido erguidos em diversas ocasiões públicas, como retretas dominicais, eventos religiosos e

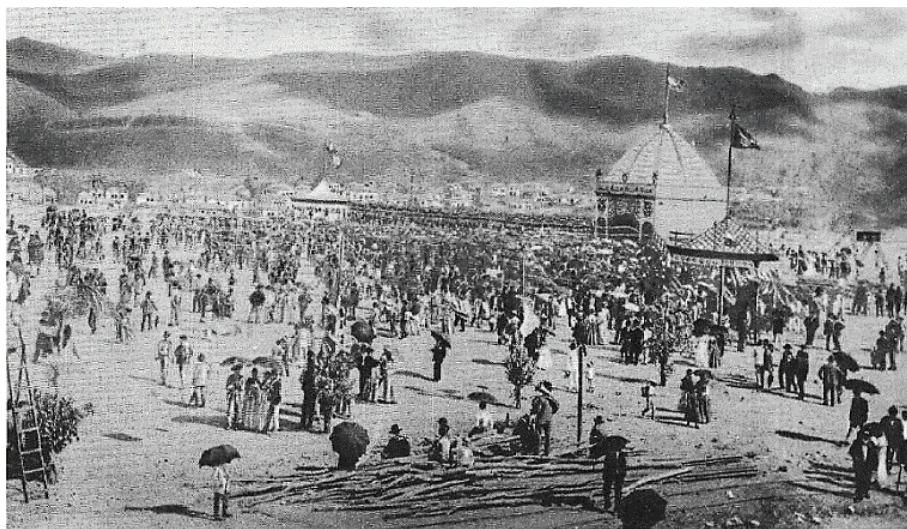
celebrações cívicas. À exemplo teve-se a cerimônia de inauguração da cidade de Belo Horizonte, que ocorreu na Praça da Liberdade, local que ainda não havia passado por obras paisagísticas. Abílio Barreto retrata em sua crônica os festejos do dia 12 de dezembro de 1897, onde o coreto aparecia em destaque na paisagem:

O pavilhão central, cuja cobertura afetava forma de um zimbório, estava elegantemente ornado de sanefas de cetim, bandeiras, galhardetes e escudos com inscrições alegóricas, tendo um altar improvisado para a celebração do *Te Deum*. Ao lado da mesa, onde S. Ex^a ia assinar o decreto de instalação da cidade, repousava sobre um pedestal a estátua da Liberdade. Os dois outros pavilhões que, como duas alas, acompanhavam o pavilhão central, terminando em dois lindos coretos, estavam destinados às senhoras, convidados, orquestra e banda de música. A multidão que cercava os pavilhões era computada em mais de 10 mil pessoas. (BARRETO, 1995/96, p. 745-746)

Os coretos mencionados por Barreto eram da tipologia móvel, armados na praça para a ocasião da cerimônia de inauguração. Na foto do evento (Figura 2), encontrada no mesmo livro, é possível notar uma grande tenda, que é provavelmente a referida como o pavilhão central com cobertura em forma de zimbório. Localizadas à frente e ao fundo do pavilhão principal, é possível notar outras estruturas similares, tratando-se possivelmente dos outros coretos descritos pelo autor.

No periódico Minas Gerais: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, publicado em Ouro Preto em 13 de dezembro de 1897, dia seguinte ao da inauguração da cidade, um trecho também faz referência ao pavilhão principal armado para o evento, citado como um “vasto coreto”: “Chega amanhã o dr. Presidente do Estado. As ruas estão illuminadas e algumas embandeiradas. No largo da Liberdade, todo ornamentado, existe vasto coreto, onde o Presidente, ás vistas do povo, assignará o decreto da instalação do governo em BelloHorizonte.”. Tanto nas menções de Barreto quanto no jornal, é possível notar que o coreto foi um local simbólico na inauguração de Belo Horizonte, pois nele foi assinado o decreto pelo então Presidente do Estado, Crispim Jacques Bias Fortes, para a inauguração da nova capital mineira (BELLO..., 1897, p. 4)

Figura 2 - Pavilhões na cerimônia de Inauguração de Belo Horizonte em 12/12/1897.



Fonte: BARRETO, 1996.

As frequentes solenidades de cunho cívico ocorridas na cidade desde a sua inauguração contaram com a presença de coretos. É citada, em 1899, a visita presidencial de Campos Sales no periódico *Diário de Minas: Propriedade de uma Associação Anonyma*. Na publicação consta que era necessário que a prefeitura cedesse por empréstimo o material necessário para o coreto e outras ornamentações, “material que existe abundantemente em depósito e que pouco perderá na passageira utilização”. Sobre atuação de bandas, é referida a possível vinda da Banda do Internato do Gymnasio de Barbacena, especialmente para a ocasião (*VISITA...*, 1899, p.1). O trecho mostra um importante aspecto sobre a montagem de coretos nessa fase, pois menciona que a prefeitura de Belo Horizonte, provavelmente, já possuía materiais para a construção de coretos, ou mesmo os possuía desmontados em depósito, prontos para serem montados de acordo com a demanda de eventos na cidade.

Sobre as festas populares nos primeiros anos da capital, segundo matérias encontrados nos periódicos *Diário de Minas: Propriedade de uma Associação Anonyma* e *Minas Gerais: Órgão Oficial dos Poderes do Estado*, o carnaval se apresentava como uma festividade crescente. Sociedades carnavalescas foram formadas e contavam com o apoio financeiro de negociantes,

provavelmente de classe média e alta, e da prefeitura de Belo Horizonte. Nesse contexto, os coretos móveis foram frequentemente utilizados durante as festividades, sobretudo para apresentações musicais.

Para o carnaval de 1899, em matéria do Diário de Minas: P. A. A., de 1 de fevereiro de 1899, são citados donativos feitos à sociedade carnavalesca Diabos de Luneta: “(...) srs. Antonino &Comp, importantes negociantes desta praça resolveram fazer a sua custa um bello coreto que será garridamente armado na rua da Bahia” (NOTAS, 1899, p.1). Nesse trecho é possível atestar que, além do poder público, civis de classe média e alta também poderiam financiar a construção de coretos para apresentação das bandas populares.

No dia 16 de fevereiro de 1899, o grande sucesso do carnaval foi relatado em matéria no Diário de Minas, pois segundo este, até então, nenhuma festa de caráter popular da cidade teria atraído tantas pessoas. Moradores de bairros afastados seguiram em direção ao centro para a ocasião. A Avenida da Liberdade e a Rua da Bahia foram os pontos centrais de jogos de confetes e serpentinas, contando com iluminação especial, carros alegóricos e apresentação de bandas de música. Sobre a caracterização do público, são mencionadas “phantasias lindíssimas e espirituosos dominós e mascarados”. Alguns clubes carnavalescos são citados, como os Diabos de Luneta, Rose, e Violetas (BAILES, 1899, p.1).

Já no carnaval de 1900, de acordo com matéria do periódico Minas Gerais: O. O. P. E., de 22 de fevereiro, a prefeitura de Belo Horizonte, atendendo a pedidos dos clubes carnavalescos Diabos de Casaca e Diabos de Luneta, fez determinações sobre a iluminação da Avenida da Liberdade e ruas da Bahia, Pernambuco, Santa Rita Durão, Claudio Manoel e outras do Bairro Funcionários. O clube Diabos de Casaca, além de ornamentar as ruas, ergueu um “artístico e belíssimo coreto” na esquina da rua Claudio Manoel com a Pernambuco. Ainda na mesma nota, ressalta-se o trabalho da Polícia para a manutenção da ordem pública nos períodos diurno e noturno (CARNAVAL, 1900, p. 3). No mesmo jornal, dois dias depois, mais detalhes dos preparativos da festa foram descritos. Ressaltou-se que os Diabos de Luneta apresentaram “riquíssimos carros allegoricos” no ano anterior, ostentando troféus de uma provável disputa entre sociedades carnavalescas. Os Diabos de Casaca iriam se

apresentar pela primeira vez naquele ano e prepararam também um Zé Pereira para percorrer as ruas da cidade. Outros coretos foram montados para a ocasião, um deles na rua da Bahia, contando com apresentações da “excelente banda de musica” Lyra Mineira durante todos os dias de festejo. Em outro coreto, montado na Avenida da Liberdade, esquina com a rua dos Timbiras, tocou a banda do 1º Batalhão da Brigada Policial de Minas Gerais. Já no TheatroSoucasseeux, preparava-se a ornamentação para três bailes à fantasia. Citou-se também que algumas famílias seguiram para Ouro Preto para as festividades de carnaval, referido como uma celebração de grande entusiasmo na antiga capital(CARNAVAL, 1900, p. 4).

Com base nas informações descritas, observou-se que o carnaval crescente em Belo Horizonte era um evento de caráter popular, realizado no espaço público e com a participação de pessoas de diversas classes sociais. Esse caráter acessível também era manifestado através da inclusão de coretos na festa, pois o papel dessa peça urbana foi, neste caso, promover apresentações musicais acessíveis. Além disso, os coretos faziam parte da composição visual do carnaval, sendo, possivelmente, enfeitados de acordo com a profusão decorativa típica do evento.

Para além da música presente em festas e solenidades, a apreciação musical, por si só, se mostrava como razão suficiente para a montagem de coretos no espaço público. Diversas bandas se formaram em Belo Horizonte nesse contexto. A Banda do 1º Batalhão da Brigada Policial de Minas Gerais, de caráter militar e uma das primeiras atuantes na cidade, se apresentava inicialmente no Parque Municipal e no jardim do Teatro Soucasseeux, mas passaram a se apresentar na Praça da Liberdade em 1904. Em 1906 foi construído um coreto na Praça da Estação para a realização de retretas dominicais da banda militar (TEIXEIRA, 2007, p. 35). O coreto mencionado não mais existe no local, mas pela periodicidade de apresentações, pressupõe-se que permaneceu ali por tempo considerável.

Sobre uma das primeiras bandas civis da cidade, a Lyra Mineira, não foram encontradas referências além de fragmentos em jornais da época. Sabe-se que entre 1899 e 1900, a banda se apresentou na ocasião do aniversário do falecimento do ex-presidente Floriano Peixoto e nos carnavais. A provável primeira banda civil de Belo Horizonte, sobre a qual existem mais referências

publicadas, é Sociedade Musical Carlos Gomes, que ainda se encontra em atividade. A banda foi fundada em 1896, em um cafua sem localização exata, composta por homens das classes populares, alguns deles negros. A iniciativa foi do arquiteto e músico Alfredo Camarate, tendo a primeira apresentação em uma missa solene na antiga Capela do Rosário, encomendada pelos próprios membros fundadores da banda, em homenagem a Carlos Gomes, na ocasião de seu falecimento (TEIXEIRA, 2007, p. 38). A banda tocou nos eventos de inauguração do Parque Municipal, em 26 de setembro de 1897, da iluminação elétrica em 11 de dezembro de 1897 e, no dia seguinte, 12 de dezembro, na festa de inauguração da cidade de Belo Horizonte, na Praça da Liberdade.

Em outra região da capital mineira, a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, conhecida como Banda da Lagoinha, foi criada em 1915, por membros da comunidade católica do bairro, entre eles Francisco Caetano de Carvalho e Manuel Augusto de Araújo, que ainda lutavam em prol da construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. O início da construção da capela se deu no mesmo ano de fundação da banda. A partir de então, as atividades religiosas, como procissões e coroações, contaram com a participação desse grupo.

A partir de 1909, mesmo havendo coretos fixos construídos na cidade, como na Praça da Liberdade e na Praça Rio Branco (coreto que foi transferido para o Parque Municipal em 1922), o uso de coretos móveis continuou ocorrendo. Um dos exemplos foi observado em uma foto de 1 de janeiro de 1915, na ocasião de uma retreta realizada no Bairro Floresta, quando uma banda (não identificada) se apresentou em um coreto aparentemente executado em madeira, com escada removível, provavelmente da tipologia móvel (Figura 3). Nos anos seguintes, Belo Horizonte passou por diversas transformações urbanas que incluíram a construção de novos bairros e coretos fixos, além do surgimento de várias bandas musicais entre as décadas de 1930 e 1950.

Figura 3- Retreta musical no Bairro Floresta, 1 de janeiro de 1915. Autor: J. Garcia



Fonte: Periódico *Vida de Minas*, 1915. Acervo do Arquivo Público Mineiro.

O provável primeiro coreto fixo de Belo Horizonte foi construído na Praça da Liberdade, um local que concentrava o Palácio do Governador e as Secretarias do Estado, como símbolo cívico da República. Diversos eventos públicos ocorriam na Praça da Liberdade desde o início de sua construção e contaram com coretos móveis, como a cerimônia de inauguração da cidade, carnavais e retretas. Um episódio que se refere não exatamente à montagem, mas à existência de um coreto no local, foi encontrado no periódico Minas Gerais: O. O. P. E., em 29 de junho de 1899. É citado que a banda Lyra Mineira, regida por Octavio Barreto, executaria “diversas peças do seu repertório no “corêto fronteiro a Secretaria do Interior”, em decorrência do aniversário de quatro anos de falecimento do ex-presidente Floriano Peixoto. No trecho não foi mencionada a montagem de um coreto, sendo possível supor que essa peça já estivesse por tempo indeterminado no local (FLORIANO, 1899, p. 5).

Outra referência sobre a existência de um coreto nessa praça foi encontrada em um pequeno trecho do Diário de Minas de em maio de 1899, provavelmente uma sátira, que relata a chegada de

uma banda, a “charanga dos marinheiros do encouraçado Arrebenta-raio, ancorado em Mar de Hespanha”. É dito que uma banda “fará retreta hoje no coreto pechisbeque da Praça da Liberdade, tocando a polka: “Suspiros de padre-mestre e a walsa Comadre catuca aqui!”(BISCATES, 1899, p.1). A palavra ‘pechisbeque’ faz referência a coisa de pouco valor ou falsa. Provavelmente o trecho se referiu à qualidade dos coretos que eram comumente montados na praça, à estranha permanência de um coreto móvel na praça, desempenhando papel de coreto fixo, ou mesmo à existência de um coreto fixo, mas executado com materiais inferiores para a época.

Eventos solenes e festivos eram recorrentes no local, além das apresentações frequentes da Banda do 1º Batalhão da Brigada Policial de Minas Gerais. Pode-se dizer que essas tenham sido as razões fundamentais para a construção de um coreto fixo na Praça da Liberdade, pois a demanda funcional já existia. O coreto fixo construído para o local, e que permanece até a atualidade, teve projeto assinado por de Edgar Nascentes Coelho em 1904 e por Francisco Izidoro Monteiro em 1909, ano em que provavelmente foi finalizado (IEPHA, 2014, p. 52).

O coreto da Praça da Liberdade foi construído a partir de uma demanda musical já existente naquele espaço. Além da recorrência de eventos cívicos, outros tipos de eventos eram frequentes no local, como retretas dominicais. A edificação do coreto representou a materialização de um costume, evidenciando o impacto dos eventos sociais no planejamento urbano. Tratava-se de um ícone estético, mas era também um elemento útil e significativo na paisagem urbana belo-horizontina nos primeiros anos da capital.

Outro coreto foi implantado no ano de 1910, primeiramente, na Praça Rio Branco (atual região da Rodoviária), segundo nota de 12 de outubro daquele ano, encontrada no Arquivo Público Mineiro: “nota sobre um coreto a ser colocado na Praça do mercado, no início da Avenida Afonso Pena, onde foi o Mercado Municipal, hoje Praça Rio Branco”(BELO..., 1910, p.6). No ano de 1922, esse coreto foi transferido para o Parque Municipal Américo Renné Gianetti, onde permanece até os dias atuais, em um canteiro reformado especialmente para sua recepção em estilo geométrico, típico dos jardins franceses. Esse coreto é uma estrutura importada da Bélgica, de ferro, provavelmente adquirido por catálogo. Isso atesta que Belo Horizonte seguiu, em determinado momento, a

tendência de importação de elementos urbanos de ferro. Não foram encontradas as razões específicas para a transferência de local, mas já existiam intenções de se implantar um coreto no parque desde seu projeto inicial.

O Parque Municipal consistia em um local importante no arranjo territorial de Belo Horizonte, enfatizando a ideia de aeração, arborização e higienismo em voga no urbanismo da época. Com o arquiteto-jardineiro Paul Villon à frente do projeto, o parque apresentava a estética do paisagismo romântico, também chamado de jardim inglês, com traçado orgânico e uso de algumas características próprias do terreno, como espécies de plantas e topografia em alguns trechos, formando uma ambiência pitoresca (CRVD, 2012, p. 19). A inauguração do parque ocorreu em 26 de setembro de 1897, com a presença da Sociedade Musical Carlos Gomes. A partir de então, o parque passou a ser um local de lazer e entretenimento no cotidiano dos belo-horizontinos. No local costumavam ocorrer comemorações oficiais, festas de carnaval, missas campais e quermesses. Esportes como corridas, corridas de bicicleta e natação eram disputados no local e, a partir dos primeiros anos do século XX, também se jogava futebol.

Por fim, pode-se dizer que o coreto, ao ser transferido para o Parque Municipal, concretizou uma antiga concepção proposta pela comissão construtora, mas com uma nova roupagem. O jardim romântico inglês recebeu um coreto, mas em um canteiro reformado, ao estilo francês. Desde então, o coreto recebeu apresentações de bandas, estabelecimentos comerciais, foi usado como mirante para contemplação do parque, entre outras funções. O objeto pode ser considerado, portanto, peça importante na história do Parque Municipal nos anos iniciais de Belo Horizonte, acompanhando as formas de sociabilidade de seus frequentadores e, ao mesmo tempo, figurando um ícone estético da capital mineira.

Considerações finais

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se que os coretos tiveram um importante papel para as formas de sociabilidade nos primeiros anos de Belo Horizonte. Nesse

contexto, os coretos foram objetos frequentes na rotina cultural e se expressavam de maneira significativa no espaço urbano ao abrigar atividades cívicas, sociais e culturais. Por meio do estudo sobre os coretos, foram revelados aspectos sobre a variedade de eventos realizados no contexto de formação de Belo Horizonte, fator que evidenciou esse objeto de como um portador de discursos e informações sobre a vida pública.

Nos anos iniciais de Belo Horizonte, os coretos da tipologia móvel marcaram uma cultura de visibilidade em eventos coletivos. Mesmo que os coretos fixos fizessem parte das aspirações urbanísticas no período, as relações sociais que se estabeleceram desde o contexto de construção da cidade produziram uma rotina cultural diversificada, a qual demandou o uso de coretos móveis antes que os fixos fossem construídos. Nesse sentido, ressalta-se que, para além das tendências do urbanismo, os principais fatores motivadores para a construção de coretos foram as formas de sociabilidade urbana e o calendário festivo que se formava na cidade.

Por meio das pesquisas em jornais da época, notou-se que os coretos móveis eram peças urbanas valorizadas por suas características estéticas, sendo frequentemente citados como belos, elegantes e artísticos. Tal aspecto demonstra que os coretos se tornaram ícones visuais que compunham a paisagem de Belo Horizonte. Nessa perspectiva, a presença de coretos contribuía para enfatizar a noção de beleza urbana, considerada necessária para que as pessoas fossem atraídas ao cenário do espaço público. A notoriedade alcançada pelas paisagens efêmeras compostas pelos coretos móveis pode ter contribuído para a aceitação dos coretos fixos que foram instalados a na primeira década do século XX.

Observou-se que os coretos foram componentes de uma paisagem sonora permeada pela presença de bandas musicais. Por meio da expressão das bandas, foram identificadas as formas de organização musical, bem como os meios de apreciação da música no período. A apresentação musical realizada através dos coretos se constituía como um componente das vivências urbanas, o qual se mostrou, para os grupos praticantes, uma forma inserção social. Seguindo essa perspectiva, pode-se dizer que a atuação das bandas em Belo Horizonte foi um fator decisivo para a construção de coretos móveis e fixos, pois esse objeto se afirmou como palco para eventos e espaço de

expressão cultural.

Nos dias atuais, os coretos não possuem os mesmos significados que tiveram outros períodos. As formas de socialização e o lazer no espaço público são variáveis em cada localidade e passam por constantes transformações. Entretanto, a permanência dos coretos na paisagem urbana faz com que esses bens sejam capazes de evocar memórias do passado e estejam sempre sujeitos a receber novos sentidos e funções.

O desejo de tornar a capital de Minas Gerais um espaço moderno fez com que a cidade de Belo Horizonte passasse por diversas transformações urbanas desde a sua construção, no final do século XIX, até a atualidade. Ao longo desse percurso, foram construídos novos bairros e coretos, evidenciando dois aspectos centrais: a importância desses bens para a esfera cultural da cidade e o nascimento de uma sensibilidade urbana, na qual a questão do espaço de interação se torna central. Nessa medida, a construção de coretos em diferentes bairros revela que, mesmo em cenas sociais distintas, o lazer coletivo e a demarcação de um espaço de visibilidade foram relevantes em muitos momentos.

No período posterior ao recorte temporal da pesquisa, após 1930, foram construídos os outros seguintes coretos: Quiosque do Galo do Parque Municipal Américo Renné Gianetti no centro, Coreto da Praça Carlos Chagas no bairro Santo Agostinho, Coreto da Praça São Francisco das Chagas no bairro Carlos Prates, Coreto da Praça Doutor Carlos Marques no bairro Calafate, Caramanchões (três) da Praça Floriano Peixoto no bairro Santa Efigênia, Caramanchão da Praça Comendador Negrão de Lima no bairro Floresta, Coreto da Praça Duque de Caxias no bairro Santa Tereza, Coreto da Praça Chê Guevara no bairro Taquaril, Coreto da Praça do Coreto no bairro Alíplio de Melo, Coreto do Parque Ecológico da Pampulha e uma estrutura de coreto com entorno obstruído na Praça Padre Lage no Bairro Heliópolis. Esses coretos ainda carecem de pesquisas e apresentam as mais variadas características estéticas, percorrendo as diversas técnicas construtivas que se desenvolveram entre os séculos XX e XXI.

A imagem dos coretos de Belo Horizonte na atualidade, para muitos, pode não remeter imediatamente aos significados que esses bens já tiveram no passado. Ademais, seus significados

atuais podem não ser associados diretamente à história do coreto como objeto. Possivelmente, muitas pessoas podem não saber o quão representativos os coretos foram no passado em relação às formas de interação e expressão no espaço público, porém, os coretos ainda traduzem a apropriação popular que os caracterizaram desde a origem. Mesmo que, por vezes, distantes da frequência de eventos públicos do início do século XX, os coretos, em sua maioria, estão longe de serem vistos como objetos inacessíveis. Mesmo sem o prestígio outrora desfrutado, o coreto ainda é um bem público e é percebido como tal por ser utilizado como abrigo, mirante, local de descanso, palco de eventos culturais, ou simplesmente por ser acessível em praças públicas.

A diminuição da frequência de eventos no espaço público e as mudanças nas formas de lazer urbano acarretaram no enfraquecimento das funções dos coretos a partir da década de 1960. Apesar disso, os coretos existentes ainda são marcos importantes na paisagem e evidenciam aspectos sobre história das cidades. Por essa razão, conclui-se que os coretos são objetos que materializaram noções sobre o espaço e a vida pública, constituindo importantes evidências para análise das relações sociais que compuseram as paisagens urbanas ao longo do tempo.

Referências

- ANDRADE, R. F. et al. **A formação da cidade**. In: CASTRIOTA, L. (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Projeto de Coreto para o Parque**. Plataforma Hélio Gravatá, 23 de outubro de 1897.
- BARRETO, A. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva - história antiga e história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995/1996. p.745-746.
- BAILES. **Diário de Minas**: Propriedade de uma Associação Anonyma, Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 1899, edição 00038A.
- BISCATES **Diário de Minas**: Propriedade de uma Associação Anonyma, Belo Horizonte, 5 de maio de 1899, edição 00101.

BELLO HORIZONTE, II. **Minas Gerais**: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, Ouro Preto, 11 de dezembro de 1897, edição 00103.

BELO HORIZONTE. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, p. 6, 12 de outubro de 1910, s/e.

CARNAVAL. **Minas Gerais**: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 1900, edição 00052.

CARNAVAL. **Minas Gerais**: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 1900, edição 00053.

CORETO. **Diário de Minas**: Propriedade de uma Associação Anonyma, Belo Horizonte 1899, edição 00150.

CARVALHO, D. D. de. **Origem etimológica de Coreto e denominações noutros idiomas**. Meloteca, 2010. Disponível em: <<https://www.meloteca.com/pdfartigos/delmar-domingos-de-carvalho-origem-etimologica-de-coreto.pdf>> acesso em 22 de abril de 2018.

COSTA, A. C. S. da; ARGUELHES, D. de O. **A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX**. Univ. Hum. Brasília, v. 5, n. ½, p. 109-137, 2008.

CVRD. Companhia Vale do Rio Doce: **Parque Municipal – Crônica de um século**. Belo Horizonte: CVRD, 1992.

FLORIANO Peixoto. **Minas Gerais**: Órgão Oficial dos Poderes do Estado, Belo Horizonte. 29 de junho de 1899, p. 5, edição 00168.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Guia de Bens Tombados IEPHA/MG**. 2ª ed. 2v. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014.

JULIÃO, L. **Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais**. História (São Paulo), vol. 30, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 114-147

MONTE-MÓR, R. L. **Belo Horizonte, capital de minas, século XXI**. Varia História. n.18, p. 467-486, 1997.

NOTAS. **Diário de Minas**: Propriedade de uma Associação Anonyma, Belo Horizonte 1899, edição 00026A.

NUNES, J. S. **O coreto na cidade de Lisboa**: reintegração do equipamento no espaço público urbano. 2012. 215f. Dissertação (Mestrado em Design de Equipamento) – Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa.

O PARQUE. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, p. 5, 23 de outubro de 1897, s/e.

RACABULTO, B. **Leskiosques à musique de la Ville de Geneve**: Étude historique et architecturale. Genebra: Ville de Geneve, 2005.

PASSOS, D. O. R. dos. **A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte**: hierarquização e estratificação do espaço na nova capital mineira. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol.1, n. 2, 2009.

RELVAS, E.; BRAGA, P. B. **Coretos em Lisboa, 1790-1990**. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1991.

SALGUEIRO, H. A. **O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte**: das representações às práticas. In.: SALGUEIRO, H. A. (Org.). **Cidades capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: Edusp, 2001. pp. 135-181.

TEIXEIRA, C. A. **Marchinhas e Retretas**: história das corporações musicais civis de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VISITA PRESIDENCIAL. **Diário de Minas**: Propriedade de uma Associação Anonyma, Belo Horizonte, 4 de março de 1899, edição 00073.

Resenha

ARAÚJO, Valdei Lopes de; KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: Milfontes, 2020.

Mariana Cunha Fontes

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

mariana.fontes1@aluno.ufop.edu.br

Recebido em: 06/09/2021

Aprovado em: 22/09/2021

“Do fake ao fato: Des(atualizando) Bolsonaro” foi pensado e organizado pelos professores doutores Valdei Lopes de Araujo, Mateus Henrique de Faria Pereira – ambos vinculados à Universidade Federal de Ouro Preto – e por Bruna Stutz Klem, mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

Escrito para aqueles que desejam entender a política brasileira contemporânea, bem como até onde essa onda¹ bolsonarista pode nos levar, “Do fake ao fato: Des(atualizando) Bolsonaro” é um livro instigante e esclarecedor. Composto por artigos bem fundamentados e de leitura leve, a obra traz à tona importantes debates políticos e sociais.

O livro surge em meio ao cenário das eleições de 2018 no Brasil com o choque causado pela vitória de Jair Bolsonaro e por tudo aquilo que ele representava ao país. “Como foi possível

¹ Metáfora utilizada pelos organizadores do livro para descrever as nuances deste movimento que ganhou força e se espalhou em grande quantidade pela política brasileira. Onda refere-se aqui como uma agitação que movimenta as massas.

Bolsonaro ganhar as eleições? Seu projeto destrutivo será duradouro? Quais as alianças e bases sociais do Bolsonarismo? O Bolsonarismo é produto de qual experiência sócio-histórico-temporal?” – como o próprio resumo da obra já aborda, são algumas das questões que percorrem os textos, em uma tentativa de esclarecer as principais estruturas envolvidas neste fenômeno, como, por exemplo, a ascensão da extrema-direita, o movimento de pós-verdade e a recorrente utilização dos discursos de ódio.

O livro é embasado na ideia de atualismo, elaborada pelos autores Mateus Pereira e Valdeci Araújo no livro “Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI”, a qual se refere ao processo de se estar sempre bem informado e modernizado, em que temos acesso e a capacidade de reagir aos acontecimentos históricos enquanto estes estão ocorrendo. Noção a qual se relaciona com a perspectiva histórico-temporal trabalhada por Koselleck (2006) de simultaneidade entre acontecimento e relato, pela qual o tempo é pensado como a relação entre passados e futuros, em que o homem não apenas está inserido, mas está experienciando, modificando e através do qual dá sentido às suas relações.

Nesse sentido, o que seria então essa (des)atualização do Bolsonaro? A ideia de atualizar e desatualizar Jair Bolsonaro é utilizada justamente pela hipótese dos organizadores de que Bolsonaro vive imerso no atualismo, em uma contínua atualização de suas redes sociais com notícias falsas e narrativas tendenciosas que só respeitam seus interesses políticos. Bolsonaro é colocado como, possivelmente, o primeiro grande fenômeno desse atualismo na política brasileira.

No livro é evidenciada a estratégia bolsonarista de produção incessante de notícias que não deixam qualquer margem para reflexões mais profundas, além de investigar a trajetória de Bolsonaro através da cortina de fumaça recorrente que ele produz para se amparar. A estrutura atualista se mostra presente também em seus discursos, em que, muitas vezes, ele retoma o passado como forma de se pensar o futuro, de acordo com as suas concepções. O livro nos mostra ainda como a direita

brasileira explorou essa relação passado-presente-futuro de forma mais simples e direta², o que ganhou a simpatia de milhares de adeptos, fazendo com que o bolsonarismo se beneficiasse então deste atualismo.

Com artigos de diversos autores, a obra perpassa vários cenários da sociedade brasileira atual, tais como: as *fake news*, o espectro da ditadura militar, o negacionismo científico, a influência religiosa na política, em especial dos evangélicos; e até mesmo o “*Olavismo*”³ e a ascensão do conservadorismo. Ao longo da obra conseguimos compreender como a propagação de *fake news* foi um dos propulsores da popularidade de Bolsonaro na política brasileira, a qual é abordada como um fato basilar da vida contemporânea.

As *fake news* são entendidas no livro como um problema ao historiador, uma vez que embora estas não condigam com os acontecimentos históricos, elas atingiram grande camada da população e foram usadas como ferramenta de ascensão do bolsonarismo. Tática que foi novamente empregada pela direita brasileira para disseminar a ideia de que o Brasil atravessava uma hegemonia política da esquerda e que, deste modo, o país precisava ser “salvo”. Segundo os organizadores, para que tal discurso fosse aceito pela população, foi necessário gerar uma nuvem de desconfiança em torno da História e dos historiadores.

De modo geral, no livro é trazida a ideia de que o Brasil se encontra em uma “Fake História”, a qual é base do bolsonarismo e em que o historiador é colocado como alvo constante de ataques. Tal hipótese se mostra presente, sobretudo, na ideia difundida de que no Brasil não houve uma ditadura ou que esta não fora tão dura quanto afirmam os especialistas, apesar das inúmeras provas documentais. Esse negacionismo disseminado na sociedade brasileira é algo comum entre os grupos bolsonaristas, os quais atacam e geram um descrédito em torno da História para que assim possam

² Em que lê-se em tais narrativas, o passado retratado como uma “ditadura” comunista que assombrava o Brasil, o presente como uma luta contra a corrupção e o futuro como a construção – autoritária – de uma nação livre do comunismo e que defenderia os valores da família tradicional brasileira

³ Que se relaciona às ideias de Olavo de Carvalho. Teoria política que mistura elementos do conservadorismo com o liberalismo.

disseminar todo tipo de discurso que, mesmo não condizentes com a veracidade dos fatos, com o apoio popular, ganham força e continuam a servir de apoio a Bolsonaro.

Assim como descrito pelos autores, o bolsonarismo é um fenômeno que perdurará além do mandato de Jair Messias Bolsonaro na política brasileira. Tal fenômeno foi um propulsor de um conservadorismo que, atualmente, se enraizou na sociedade e na política do país e, de tal modo, não se erradicará a curto prazo. Por conseguinte, para que possamos “desatualizar” Bolsonaro é necessário que analisemos minuciosamente suas ações e discursos para então desmistificar sua ideia de passado, a qual baseia seu pensamento e que ele utiliza para projetar suas ações futuras. É necessário, desse modo, romper com sua técnica de interpretação tendenciosa e indevida de determinados passados através de *fake news* e de sua recorrente invocação de inimigos inexistentes.

Em última instância, o livro mostra como o bolsonarismo deve ser levado a sério, uma vez que demonstrou possuir grande influência sobre grande parte da camada social brasileira e, conseqüentemente, sob o modo de se fazer política no Brasil. “Do Fake ao Fato” se mostra, nessa conjuntura, uma importante obra para se pensar os principais aspectos da ascensão do bolsonarismo, além de mostrar o longo caminho a ser percorrido no combate às *fake news* e seus desdobramentos.

Assim, o atualismo nos oferece boas ferramentas para que possamos analisar os acontecimentos recentes da nossa sociedade, pois, ao fazer uma história do tempo presente do Brasil, nos possibilita aprofundar e compreender os principais aspectos da política brasileira, bem como da nossa relação com o tempo histórico.

Referências Bibliográficas:

ARAUJO, Valdei Lopes de, PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Actualismo y presente amplio: breve análisis de las temporalidades contemporáneas. **Desacatos [online]**. 2017, n.55, pp.12-27. ISSN 2448-5144.

ARAUJO, Valdei Lopes de, PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Atualismo 1.0 - Como a ideia de atualização mudou o século XXI**. 1. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2018.

ARAUJO, Valdei Lopes de; KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Milfontes, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006.

Resenha

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; SOUTO, Paulo Heimar. (org.). Memórias de professores nordestinos de História: docência no contexto da pandemia de Covid-19. Recife: EDUPE, 2021.

Vyctor José da Silva Nogueira

Graduado em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

delgadonogueira1@gmail.com

Recebido em: 25/10/2021

Aprovado em: 13/12/2021

O livro dos professores Joaquim Tavares da Conceição e Paulo Heimar Souto é uma reunião de textos acadêmicos resultantes de trabalhos finais da disciplina “Tópico Especial em Ensino de História. História, memória, identidade e a aprendizagem histórica”, ministrada no Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. Seus capítulos, em forma de artigos, são redigidos pelos mestrandos do programa, sobre orientação dos referidos professores.

A obra é estruturada em cinco capítulos que debatem as dificuldades e desafios enfrentados pelos professores de História durante o período de isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19. Amparados pela metodologia da História Oral, os autores discutem o ensino remoto e o uso das tecnologias digitais pelos professores entrevistados, chamados de colaboradores. Algumas das experiências dos professores que serviram de base amostral são relacionadas e interpretadas junto aos conceitos de memória do teórico Michael Pollak e aos conceitos da história oral de José Meihy e Leandro Seawright.

Partindo do reconhecimento de que a educação brasileira sofre inúmeros desafios e que a pandemia agravou a situação do trabalho educacional, os autores levantaram questões importantíssimas para compreender como as aulas estão sendo ministradas remotamente e as diversas implicações disso a partir do ponto de vista de docentes entrevistados. O capítulo *Desafios do professor de História em tempos de pandemia*, das mestrandas Jussara Simões e Lídia do Nascimento, abre a discussão evidenciando elementos perturbadores enfrentados pela professora entrevistada colaboradora Maria Antônia, tais como estresse, falta de internet e as incertezas quanto à vida e à morte. Para ela, a maioria das dificuldades já existia antes da pandemia, o que houve foi uma intensificação (CONCEIÇÃO; SOUTO, 2021, p.16).

A paralisação das aulas presenciais desencadeou uma série de incertezas e tentativas de retomadas dos vínculos entre alunos e professores. As medidas tomadas pela Prefeitura de Salvador, cidade da colaboradora, são debatidas nessa entrevista rica em detalhes. A falta de acesso à internet pelos alunos dificulta a realização das aulas, assim o poder público passa a incentivar a produção de vídeo-aulas e reproduzi-las na televisão visando a um maior alcance de público. Contudo, é no segundo capítulo que encontramos uma percepção diferente: o entrave ao ensino remoto se dá pela falta de preparo dos professores em produção de materiais digitais (CONCEIÇÃO; SOUTO, 2021, p.36).

Para o colaborador Gustavo Dantas, em sua opinião e no depoimento aos autores Fabiana Moufarreg, Francisco de Brito e Paulo Souto, no segundo capítulo intitulado *Mais perto e mais longe: relato de um professor de história sobre sua experiência em meio ao ensino a distância*, muitos professores da rede pública não têm preparo satisfatório para ensinar remotamente (MOUFARREG; BRITO; SOUTO, 2021, p.30). As críticas recaem também aos cursos de formação em Licenciatura em História que, para um entrevistado, não formam seus alunos para a sala de aula, isto é, dão ênfase a uma formação de bacharéis (p.35). Há um rico debate entre tecnologias digitais e tecnologias pedagógicas que é enlaçado junto a falta de preparo e de condições técnicas dos docentes para o ensino remoto, o que acentua a precarização do trabalho dos professores.

Já no terceiro capítulo, *Reflexões sobre o ensino de história na Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante a pandemia de covid-19: a sala de aula não é digital (Arapiraca/AL, 2020)* os autores Rafael de Oliveira e Robson Silva se dedicam a analisar os desafios do currículo escolar juntamente à evasão dos alunos da EJA. Entretanto, a trajetória do ensino de História e o surgimento da EJA ganham maior espaço na discussão, sobrando pouca atenção para os problemas enfrentados durante o ensino com o isolamento social.

Na EJA, as dificuldades se acentuaram de tal forma, que, segundo a professora entrevistada, Rosirene Silva, as aulas remotas não deram conta de suprir os encontros presenciais e nem facilitaram o acesso os estudos (p. 58). Contudo, os autores pouco dialogam com o depoimento da colaboradora. O que se sabe é que as aulas foram gravadas por meio do *YouTube* e divulgadas por meio de aplicativos de mensagens, mas nem todos os alunos fazem uso desses instrumentos. A solução que se encontrou foi do corpo discente ir até a escola buscar as apostilas e atividades, e dessa forma, teriam algum aprendizado. Transformando, assim, em uma discussão sobre um ciclo de problemas e o ensino de História deixou de ser debatidos pelos autores.

No quarto capítulo, *Ensino remoto de história durante a pandemia da covid-19: experiências e desafios de um professor do agreste alagoano*, as autoras Lhara Oliveira e Lidiane Metodio destacam que a educação está sofrendo transformações “para a inserção de diversos programas, aplicativos de comunicação social e outras ferramentas (...), antes vistas como distrações dos estudantes em sala de aula” (p. 63). Para as autoras, o ensino remoto que se estabeleceu no Brasil devido à pandemia se misturou aos conceitos de Educação a Distância, entretanto, muitos dos professores não possuem capacitação para o desenvolvimento das suas aulas nos ambientes virtuais que as escolas fizeram uso. Elas ressaltam, também, que a maioria dos estudantes da rede pública de ensino não possui acesso à internet e às mídias digitais. Da mesma forma que o capítulo anterior, o ensino de história foi pouco discutido.

No quinto e último capítulo, *Ensino remoto no contexto da pandemia de covid-19: experiência de uma professora de História*, os autores Silvio Cezar Batista Vieira e Marivaldo de Jesus Rodrigues destacam que a pandemia expôs as deficiências dos sistemas públicos de ensino e que emergiram as

dificuldades para a efetivação de uma educação pública para as classes sociais mais populares. Os mestrandos dão muita ênfase na discussão sobre o uso de tecnologias digitais como ferramentas para a prática de aulas remotas e sua relação com a Educação a Distância. E os relatos da colaboradora evidenciam os estímulos que os professores sentiram em busca de familiarização com as tecnologias digitais, sem deixar de discutir as dificuldades sentidas por ela em ministrar suas aulas, como o sinal da internet e as despesas extras que não foram recompensadas pelo poder público, por exemplo.

Em todo o conjunto da obra, a pandemia é pensada como um agravante da precarização do trabalho. E à primeira vista, considerando a opinião dos autores, os professores parecem ser os que mais padecem com essa precarização e os que mais se desdobram para darem conta do trabalho. Os relatos de experiência dos entrevistados foram pouco trabalhados. Os autores dedicaram muito espaço do livro a discorrer decretos que regulamentam a educação no Brasil. Também dedicaram muitas páginas a discorrer sobre os decretos estaduais e municipais que abordaram os agravos da pandemia e sobre o isolamento social. Demonstraram muito empenho em produzir um material que registrasse esse período difícil da humanidade, mas por meio de decretos oficiais da esfera pública. Uma saída para esse problema seria um maior diálogo com as pesquisas publicadas na coletânea *Fraturas expostas pela pandemia* (INSFRAN, 2020). Nas palavras de uma das autoras “um livro que coloca no centro do debate a educação em tempos de pandemia. Um livro sobre a pandemia, ainda em tempos de pandemia” (INSFRAN, 2020, p. 17).

A obra apresenta e discute as iniciativas que foram tomadas pela esfera pública no sentido de amenizar os problemas ocasionados pela Pandemia de COVID-19 ou revertê-los. Os professores são apresentados como figuras que ficaram apenas na linha de frente mediando o conteúdo a ser ministrado aos alunos. Situação mais agravante é descrita no terceiro capítulo, em que os autores apontam que a escola não sabe resolver o problema dos alunos da EJA e espera uma “resposta da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) para avaliar como proceder” (p. 57). As considerações finais apontam as falhas dos poderes públicos no compromisso de fornecer uma educação pública, gratuita e de boa qualidade. Os autores denunciam a falta de capacitação dos professores em

desenvolver suas aulas nos ambientes virtuais e isso, para os mesmos autores, é uma falha do poder público.

Ou seja, para os autores, a situação caótica no ensino durante a pandemia é culpa do poder público. Dá a entender que os professores pouco fizeram para apresentar soluções. A singularidade do texto reside na importância de se debater as relações entre docentes e discentes durante o período de pandemia de COVID-19, mas se distanciou um pouco indicando um culpado para todos os problemas apresentados. Ou seja, pouco dialogaram e pouco refletiram sobre os problemas, e muito menos sobre o ensino de história.

Com efeito, observa-se o interesse das pesquisas atuais sobre a temática do ensino em períodos de pandemia. É possível identificar um frágil diálogo desta obra com produções muito recentes sobre o período em questão. A obra de Fernanda Fochi Nogueira *Fraturas expostas pela pandemia* poderia ser usada como uma referência de peso no trabalho em questão, mas é citada apenas em um dos capítulos, e muito superficialmente. Para José d'Assunção Barros criar um diálogo com outras obras que tangenciam o tema em estudo constitui parte da riqueza do trabalho, pois evita o constrangimento de repetições de propostas já realizadas ou de acrescentar pouco ao conhecimento científico (BARROS, 2012, p. 55)

Obra coletiva que pensa o ensino de História, mas em pouco diálogo com esse campo tão vasto, *Memórias de professores nordestinos de História* evidencia, através de relatos orais de docentes que vivenciaram de perto os efeitos dramáticos do isolamento social sobre as aulas do ensino básico, os esforços dos professores da nossa tão frágil e precária rede de ensino público e se consolida como uma obra que olha o presente, registra turbulências causadas pela pandemia e expõe depoimentos pessoais de professores que ainda hoje constroem o ensino remoto. Uma obra que vale a pena ser lida e estudada.

Referências Bibliográficas:

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; SOUTO, Paulo Heimar. (org.). **Memórias de professores nordestinos de história:** docência no contexto da pandemia de Covid-19. Recife: EDUPE, 2021.

INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira *et al.* (org.). **Fraturas expostas pela pandemia:** Escritos e experiências em educação. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2020.

Entrevista com o Prof. Dr. Ronei Clécio Mocellin

Os repertórios da Ciência

Ronei Clécio Mocellin possui graduação em Química pela Universidade Federal do Paraná (1997), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutorado em Filosofia pela Universidade de Paris X (2009 - Bolsa CAPES). Fez pós-doutoramento no departamento de filosofia da Universidade de São Paulo no quadro do Projeto Temático Gênese e significado da tecnociência (2012-2014, Bolsa FAPESP). Professor da cadeira Filosofia da ciência na Universidade Federal do Paraná nos níveis de Graduação e Pós-Graduação em Filosofia desde 2014. Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do ABC desde 2019. Professor visitante no Centre François Viète da Universidade de Nantes (2019/20 - Bolsa CAPES/PRINT). Líder do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Estudos da Cultura Técnica e Científica” (NECTeC), cadastrado no CNPq e certificado na UFPR. Tem experiência na área de filosofia das ciências e das técnicas, com ênfase em filosofia e história da química.

Entrevista concedida via correio eletrônico a Bárbara Braga Penido doutoranda em Ciência e Cultura na História no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membro do Conselho Editorial da *Temporalidades*, gestão 2021/2022.

[Revista Temporalidades]: Professor Ronei, agradecemos a sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Qual a sua percepção sobre a produção científica no cenário político e social atual?

[Ronei Clécio Mocellin]: A produção científica brasileira teve um crescimento considerável nas últimas cinco décadas. Todavia, parece-me que esse crescimento é marcado por sobressaltos, tanto em relação ao financiamento para a pesquisa quanto em relação à absorção pela sociedade brasileira de profissionais qualificados. A minha percepção é a de que mesmo com um aumento de mestres e de doutores em todas as áreas, o tipo de capitalismo hegemônico no Brasil não tem nem interesse e,

talvez, nem capacidade de absorvê-los. Tome-se o caso das áreas de pesquisa básica, como a química, a física ou a biologia, mas também nas ciências humanas, como a filosofia, a história ou a sociologia, cujo magistério resta como uma das poucas opções de trabalho aos pesquisadores. Embora continue otimista em relação ao avanço da pesquisa realizada por brasileiros (aqui e no exterior), sou um pouco pessimista em relação a qualquer mudança de objetivos da classe dominante brasileira, que parecem não ter nenhum projeto para o desenvolvimento social, humano e intelectual da totalidade do povo brasileiro.

[R.T.]: Pensando por meio da perspectiva histórica, qual a sua visão sobre a divulgação da produção científica para a sociedade?

[R.C.M.]: A disseminação do conhecimento para além dos círculos eruditos passou a ser valorizada a partir da Modernidade. A chegada da imprensa na Europa e seu aperfeiçoamento com a introdução de caracteres móveis por Gutenberg possibilitou a difusão em massa de textos e gravuras. Isso fez nascer um prospero mercado livreiro, que envolvia o trabalho de autores, de tradutores, de desenhistas, de fabricantes de papel e de tinta que também viram na cultura uma nova atividade econômica. Quantos compradores haveria para uma edição de Galeno, dos *Elementos* de Euclides, ou de um livro de viagem, de um herbário, ou ainda de um manual de alquimia? Como apontou o historiador Robert Darnton, a grande *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert foi uma máquina de guerra contra os diversos conservadorismos da sociedade francesa do século dezoito, mas ela foi também uma grande empreitada financeira. Assim, a divulgação da produção científica serve a diversos interesses, desde a promoção da cultura geral até escolhas mercadológicas. Mas a popularização da ciência passou a ser considerada a partir do século XIX como a chave do progresso humano, social e econômico. É interessante notar que nesse período utilizava-se o termo “popularização” e não “vulgarização” do conhecimento, sobretudo o científico, pois o objetivo não era simplesmente transmitir conhecimentos, mas o de transformar os homens e mulheres em pessoas mais autônomas e conscientes de si mesmas e de suas relações sociais. Enfim, se na atualidade há um fosso crescente entre “especialistas” e “público” me parece que uma das razões consiste no fato de

que os programas de ensino de ciências têm focado mais na simples transmissão de informações do que na integração da ciência na formação cultural e intelectual desse mesmo público.

[R.T.]: Como você observa a questão do negacionismo científico face a atual conjuntura e qual impacto que esse negacionismo acarreta na produção científica?

[R.C.M.]: Os meus interesses de pesquisa se orientam em torno da história e da filosofia da química e dos materiais. Quando comecei minha formação acadêmica em filosofia das ciências, o objetivo era de investigar essas áreas sem a redução a esquemas epistemológicos *abistóricos*, como, por exemplo, aquele dos positivistas lógicos. Nesse sentido, adotei com referência de trabalho a tradição francesa de se fazer uma epistemologia-histórica da ciência química e dos materiais. Minhas primeiras referências foram autores com Gaston Bachelard e Hélène Metzger, que apesar de terem pontos de vista historiográficos diferentes, partilhavam o interesse de se fazer uma história do pensamento científico. Todavia, esses autores também delimitaram suas análises aos aspectos mais intelectuais do conhecimento químico e dos materiais. Assim, ao longo de meu trabalho de tese meus interesses se ampliaram no sentido de investigar também os processos de produção das substâncias químicas e dos materiais, de seus diferentes usos e aplicações, de seu comércio, enfim, da maneira como os produtos da química e de sua indústria se capilarizavam nas sociedades que os traziam à uma existência física e social. Esse trabalho foi organizado em torno das diversas atuações (acadêmica, pedagógica, industrial, política...) de um dos principais químicos franceses do século XVIII, o dijônês Louis-Bernard Guyton de Morveau.

[R.T.]: Na sua concepção, para qual público se destina a produção científica? Isto posto, como a linguagem; isto é, o discurso científico deve ser interpretado considerando seu alcance público?

[R.C.M.]: A produção científica se destina a múltiplos interesses, com relações causais entre meios e fins, mas também com resultados e efeitos imprevisíveis. Ao longo do século XX se intensificou o controle da produção científica por Estados nacionais e por suas corporações industriais. Isto é, nos

afastamos do ideal iluminista de uma ciência que deveria estar a serviço da emancipação humana, tanto dos preconceitos das tradições populares e religiosas, quanto das limitações que a natureza impõe às nossas ações. Certamente, o conhecimento científico tem sido fundamental para algumas dessas emancipações, todavia, uma produção científica a serviço dos interesses dos estados e do mercado só atinge tais objetivos de forma secundária. Mas além dessa forma de organizar a produção científica, a linguagem das diversas disciplinas científicas também oferece grandes dificuldades para uma apropriação coletiva das teorias e das práticas das ciências e da tecnologia. Um exemplo bastante evidente é a linguagem da ciência química, cujos produtos fazem parte de nossas vidas diárias. Trata-se do aprendizado de um novo idioma, de um novo vocabulário, de novas regras gramaticais, mas também da identificação dos produtos que denotam essa linguagem. Todos podemos notar essa barreira linguística ao entrarmos em um supermercado e lermos o rótulo dos produtos expostos, pois em geral nos sentiremos analfabetos na identificação de seus principais componentes. Enfim, parece-me que tanto a produção científica deve preservar alguns dos ideais do iluminismo quanto as sociedades devem promover a alfabetização científica.

[R.T.]: Quais os nexos que podem ser elencados entre a História e a Filosofia da Ciência para pensar a produção epistemológica no progresso do conhecimento científico?

[R.C.M.]: Considero que as teorias e as práticas científicas devem ser interpretadas dentro de seu contexto histórico. O ambiente científico, filosófico, cultural, social e econômico nos ajudam a localizar a produção de um conhecimento, embora eu não considere que haja um determinismo histórico, pois também existem motivações pessoais que podem transcender o ambiente no qual o/a cientista viveu. Quer dizer, parece-me que mesmo que conectadas, as investigações históricas e filosóficas acerca da ciência podem ter objetivos distintos que dependem dos interesses do pesquisador. Tome-se o caso da famosa experiência da síntese da água realizada por Lavoisier em 1783. Enquanto um filósofo da química pode estar mais interessado nas transformações conceituais que tal experimentação implicava, um historiador pode estar mais preocupado com a descrição do

experimento, na fabricação dos instrumentos utilizados, no local, nos personagens que estavam presentes, etc.

[R.T.]: Como pensar a organização e a interrelação entre as comunidades científicas no atual contexto: negacionista e pandêmico?

[R.C.M.]: Creio que o negacionismo é um dos resultados do “esquecimento” de um dos ideais iluministas que considero ainda importante de ser preservado: o de popularizar a ciência para que ela contribua para uma emancipação intelectual dos indivíduos. Emancipação essa que passa pelo desafio lançado por Kant, o de *sapere aude*, pois sem essa ousadia de se querer conhecer, nos tornamos presas fáceis para os promotores do obscurantismo negacionista. Contudo, a promoção societária para que as pessoas tenham essa ousadia, passa também por uma relação dialogal mais equânime entre as comunidades científicas e não-científicas, de modo que esses dois polos possam aproximar-se, a fim de criar pontes para que se estabeleçam frutíferas colaborações.

Entrevista com a Prof^a. Dr^a. Andrea Mara Ribeiro da Silva Vieira

Os Desafios da Educação Científica

Andrea Mara Ribeiro da Silva Vieira é doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduada em Direito pela UNIFEMM e em História pela UFMG. Atualmente, está fazendo Pós-doutorado na UFMG. É pesquisadora no Projeto de Pesquisa Historiografia da Ciência e Epistemologia, membro do Grupo *Scientia* (UFMG), membro e cofundadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Teóricos (NIET/UFMG) e membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD). Suas pesquisas e produções concentram-se nas áreas de História e Historiografia da Ciência, Educação Científica, Políticas Públicas Educacionais e Justiça Social.

Entrevista concedida via correio eletrônico a Elizabeth Valéria Rouwe de Souza, mestranda em Ciência e Cultura na História no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membro da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2021/2022.

[Revista Temporalidades]: Professora Andrea, a *Temporalidades* agradece a sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Qual a sua percepção sobre a produção científica no cenário político e social atual?

[Andrea Mara Ribeiro da Silva Vieira]: Destacando o papel da ciência na sociedade contemporânea, o historiador britânico Eric Hobsbawm (1995) no capítulo denominado “Feiticeiros e aprendizes”, afirma que o historiador do século XX precisa enfrentar o paradoxo de que “nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais nem mais dependente delas do que o século XX”, porém, nenhum período desde a retratação de Galileu se sentiu menos à vontade com a

ciência. Percebo que ingressamos o século XXI enfrentando esse paradoxo potencializado pela “revolução tecnológica” que modificou nossos hábitos, modo de viver e nos relacionar, mediados pela tecnologia. O que eu quero dizer com isso é que seja para a guerra ou para a paz (refiro-me à Era dos extremos de que trata Hobsbawm), a ciência passou a ocupar a centralidade na vida em sociedade e na relação desta com a natureza, como uma espécie de “cultura científica”, não apenas numa perspectiva sociológica identificada por seus símbolos e sinais, mas de uma perspectiva histórica, forjada no cotidiano. A ciência tornou-se “indispensável e onipresente”, a exemplo da presença do rádio nos lugares mais remotos, nossos hábitos de higiene pessoal e sanitários das cidades, a eletricidade, a industrialização de alimentos, os meios de comunicação e transporte ou a simples concepção de que o sol é o centro do universo confirmam o fato de que a ciência está arraigada na nossa cultura material e imaterial sem antes mesmo nos darmos conta. No atual paradigma civilizatório podemos afirmar que não há sociedade sem ciência. Não quero dizer com isso, que tudo seja ciência, mas que ela está presente e é fundamental para as nossas vidas e do planeta, bem como para o desenvolvimento ou involução, dependendo dos seus usos e/ou excessos.

Faço essa breve digressão para reafirmar a relevância da produção científica (das ciências da natureza e ciências humanas) para o país, assertiva esta que a atual política brasileira parece desconhecer face aos reiterados discursos e ações com o objetivo de desestabilizar, desqualificar e por que não destruir a produção científica brasileira com ações mais explícitas como corte de investimento em ciência ou de forma implícita como as mudanças aprovadas no Decreto 9.283/18 que regulamenta o Marco Legal de ciência e tecnologia que na minha visão (estou preparando um artigo a respeito) representa uma forma indireta de privatização e explícita mercantilização da ciência ante o investimento público na iniciativa privada (não apenas em instituições sem fins lucrativos, mas em também empresas privadas) em que o objeto do Contrato é “encomenda tecnológica” (art. 4º. par. 5º.) que significa investimento público em pesquisas científicas e/ou de inovação realizadas por empresas privadas, em que o Estado assume o “risco tecnológico” (leia-se financeiro) pela ausência de resultado ou produto. Além do financiamento público, propõe o uso de laboratórios públicos e

cientistas das Universidades públicas, e mais, com a possibilidade de transferência de tecnologia (arts. 11 e 14 inc. I). Com o Decreto que regulamenta o novo Marco Legal de C&TI estamos diante da possibilidade de um caminho indireto de privatização da ciência que pode causar diversos prejuízos se a gestão pública não for transparente, e pode impactar no deslocamento de demandas sociais da ciência para demandas mercadológicas.

Mesmo diante dos cortes financeiros nas áreas de educação, ciência e tecnologia e, claro, diante do óbvio projeto de precarização da ciência e das Universidades, vejo que nós cientistas brasileiros somos como o Mandacaru que possui enorme resistência às condições áridas, ao mesmo tempo, que é indispensável ao bioma da Caatinga na restauração de solos degradados e alimento dos animais, tal qual o cientista (e a ciência), especialmente na esfera pública, que mesmo diante de tantas adversidades somos indispensáveis ao atual modelo civilizatório de vida e ao desenvolvimento com justiça social.

[R.T.]: Pensando por meio da perspectiva histórica, qual a sua visão sobre a divulgação da produção científica para a sociedade?

[A.M.R.S.V.]: Se as ciências humanas e da natureza ocupam posição de centralidade para a sociedade, incorporadas às nossas vidas, nossos hábitos e relações sociais, talvez seja justamente dessa naturalização automática e inconsciente do cotidiano que surge a necessidade de divulgação das realizações científicas para reafirmação do papel da ciência para o desenvolvimento do país nos seus mais variados aspectos, conscientes dos limites e dos riscos da tecnocracia, bem como, para informar e contribuir para a formação humana que em sua complexidade inclui a formação científica também fora dos espaços escolares formais.

Visto desse modo, divulgar ou não a ciência não se trata de escolha, mas de um direito da sociedade e de uma atribuição e responsabilidade de quem produz a ciência, que além de disseminar o seu conteúdo, deveria utilizar recursos técnicos inovadores e dinâmicos para realizar a transposição

da linguagem especializada sem comprometer o conteúdo. A divulgação científica é fundamental para a circulação do conhecimento fora dos espaços acadêmicos e espaços de conhecimento formais, atingindo o grande público e tencionando cumprir variadas funções: informativa, educacional, de formação, de garantia do acesso à ciência e de democratização da ciência. Nesta perspectiva, a divulgação científica está inserida no pressuposto de que a ciência é um bem público em que a veiculação da informação científica ao público não-especializado cumpre a sua função social.

Em relação às ciências da natureza que têm sido alvo de debates por causa da pandemia do Coronavírus, vemos que a tradicional divulgação científica voltada para os resultados reforçando a “imagem de ciência” de verdades absolutas mostrou-se fragilizada diante da complexidade da ciência. Essa história do tempo presente tem nos ensinado que a ciência de resultados gera descrença, pois ao testar em tempo real as várias metodologias para as vacinas (vírus inativado, RNA etc.) traz à tona o processo natural de tentativas, erros e acertos eclipsados pelo imaginário de boa parte da população, de ciência de êxitos, resultados e verdades absolutas. Os novos rumos para a educação científica (formal e não-formal), parte essencial da divulgação científica, deve ter como referência a ciência como tentativa e erro, como processo, de forma a transmitir imagem de ciência pautada na realidade, portadora de processos e evidências dinâmicas das quais a história é constitutiva, portadora de verdades relativas e provisórias, o que deve refletir na divulgação científica de modo a convidar os estudantes-cidadãos a participarem do processo científico, desafiando-os a compreendê-lo e a sentirem-se parte desse processo, como produtores ou beneficiários desse conhecimento. Investir em educação científica com o objetivo de compreender a complexidade da ciência é parte importante para os bons resultados da divulgação científica, em especial, porque prepara a sociedade para esse contato por ser uma forma de aproximação com a realidade.

A aceleração do tempo, a simultaneidade dos acontecimentos e a multiplicação dos espaços de divulgação requerem análises mais complexas e estruturais, porque promovem interconexão generalizada que comportam diversidade de sentidos. O surgimento das redes sociais (*Facebook* e *Orkut* surgiram em 2004), potencializadas pelo *WhatsApp* (2009) e a possibilidade de ter o “mundo na

palma da mão” com o advento dos *Smartphones* conectados à rede móvel e wi-fi (2007) que integra “todas as mídias anteriores, como a escrita, o alfabeto, a imprensa, o telefone, o cinema, o rádio, a televisão” e representam o conjunto de tecnologias digitais que consolida o que Pierre Lévy (2000) denominou de “ciberespaço”, que além de revolucionar o espaço de comunicação e sociabilidade, surge como o novo espaço da informação e do conhecimento, onde se desenvolve, armazena e veicula hipertextos, notícias e bancos de dados que contribuem para produzir e divulgar o conhecimento científico afetando diretamente o comportamento social e as relações de comunicação e também de ensino-aprendizagem nos diversos níveis e instituições. Com o ciberespaço desenvolveu-se uma “cibercultura” (LEVY, 2009), cujo “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores” que têm gerado novas formas de relações com códigos e estruturas próprias que impactam historicamente no modo de vida, de produção e desenvolvimento científico, inclusive ampliando as fontes primárias da história para incluir conteúdos digitais e também o uso do ciberespaço como meio de circulação da história.

Contudo, essa veiculação no ciberespaço é uma comunicação sem fronteiras ou mediação, sendo no nosso caso, o divulgador da ciência responsável pelo material que divulga e compartilha, porém, está sujeito a não cumprir o seu objetivo informativo e formativo se o material, por exemplo, for alvo de divulgação de *fake news* ou de resultados científicos minoritários (ou até mesmo não-científicos) não legitimados pelos pares que por acaso venham a viralizar, transformando-se em um fato real que afeta a divulgação do conhecimento científico. Por isso, destaco a relevância do aprofundamento das humanidades nos estudos desse novo tipo de relações sociais que a pandemia nos mostrou empiricamente que está interconectada à produção científica e sua divulgação. É necessário que ocupemos o ciberespaço se quisermos utilizá-lo na sua máxima potência de promoção e divulgação do conhecimento científico.

Uma possível consequência de pensar possibilidades para se discutir a ciência, produção e divulgação do conhecimento científico dentro do escopo da História Digital, nos conecta diretamente a outro campo também recente e em expansão, que é a História Pública. Porquê? Em

que aspecto História Digital e História Pública se conectam quando nos referimos à divulgação científica? Simplesmente porque o objeto da História Pública, muitas vezes, é também os sujeitos da História Digital. Segundo o professor e historiador Jurandir Malerba (2017) a “história pública” “surgiu no contexto dessa amplificação dos públicos: não como exclusivamente ‘audiências’, consumidores de história, mas, em alguma medida, como [...] público gerador de história”.

A complexidade envolvendo demandas sociais e tecnológicas para se pensar o conhecimento acadêmico na *ágora* contemporânea, em que o conhecimento científico, especialmente, histórico-científico são provenientes de diversos públicos (não apenas da academia) por meio de diversas mídias digital ou não para variados públicos, estimula reflexões sobre a atuação do profissional (nesse caso, do historiador e historiador da ciência), partindo do pressuposto que a produção de saberes históricos talvez não seja exclusividade dos historiadores e, é justamente nesse ponto que temos a responsabilidade de ocupar os espaços da *ágora* criando canais de *Youtube*, *Twitter*, *Facebook*, participando de programas de TV e rádio, produzindo documentários, curtas, filmes, *Tik-toks*, *podcats*, blogs, livros e *e-books* de divulgação, participação em entrevistas para *medias* de grande circulação. E, ainda como bem destacou o professor e presidente da ANPUH, Valdeci Araújo: “numa sociedade onde todos falam, o restabelecimento da autoridade quase que sacramental do especialista não funciona mais, simplesmente porque essa autoridade dependia de outro sistema de comunicação, que não está mais disponível” por isso, “precisamos melhorar nossa comunicação”¹.

Um bom resultado para a divulgação científica está diretamente ligado a uma boa formação científica, dentro das escolas e de espaços não-formais e extracurriculares como museus, cinema, etc., assim a comunicação não precisa ser popularizada de modo a comprometer o conteúdo, mas democraticamente circularizada inclusive se utilizando de termos técnicos e conceitos que

¹ “Precisamos melhorar nossa comunicação”. (Bruno Leal entrevista Valdeci Lopes de Araújo). In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-valdei-lobes-de-araujo/>. Publicado em: 25 out. 2021. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 26 out 2021.

gradativamente serão cada vez mais compreendidos pela população, mas o diferencial está no fato de fazer sentido ou não dentro do seu universo.

[R.T]: Como você observa a questão do negacionismo científica em face da atual conjuntura e qual impacto que esse negacionismo acarreta na produção científica?

[A.M.R.S.V.]: A negação da realidade baseada em evidências não é um comportamento surgido com a pandemia e tão pouco restrito a ela, além do negacionismo científico em momentos distintos da história, como no início da Era Moderna em decorrência de crenças religiosas e do poder da Igreja negou-se a ciência condenando à morte Giordano Bruno e levando Galileu Galilei à Santa Inquisição, lidamos com negacionismos históricos como do Holocausto e da Ditadura no Brasil e negacionismos climáticos, por exemplo.

O que vejo em comum entre as diversas formas de negacionismos, claro, além da negação da realidade cientificamente comprovada é uma disputa pelo poder envolvendo dimensões político-institucionais, crenças religiosas e ideológicas. O caso do negacionismo científico brasileiro é uma evidência histórica facilmente comprovada por meio de farta fonte documental produzida ao longo da pandemia em que o governo federal na esfera política e institucional apoiado por alguns líderes evangélicos sob o rótulo de conservadores, porém pautados em ideologia de extrema-direita, fizeram do negacionismo uma bandeira, iniciando pela negação da existência do Golpe de 1964 até a exaltação de torturadores, passando pela defesa do terraplanismo até a negação da pandemia rotulada como uma “gripezinha” e das vacinas, até o ápice do negacionismo científico com o boicote às vacinas.

De modo geral, as posturas negacionistas parecem ser ampliadas pelas fissuras causadas pelos discursos de pós-modernidade (ou conceito equivalente) em que a ausência das grandes narrativas transformou as regras do jogo da ciência, agora parte de um “mundo fluido” e fragmentado, permite

dar lugar às múltiplas narrativas potencializadas pelo ciberespaço, possibilitando a consolidação da “pós-verdade” pelo compartilhamento de opinião desprovida de evidências ou lastro na realidade, criando em parte da população a sensação de acessar informações verídicas, uma vez que “fatos objetivos têm menos poder de influência na formação da opinião pública do que apelos por emoções ou crenças pessoais”.

Todavia, a questão é muito mais complexa do que negação e o descrédito em relação à ciência. O que vimos ao longo da pandemia do Coronavírus uma epidemia de notícias falsas com uma estrutura de persuasão muito bem montada integrada por alguns médicos e cientistas e até mesmo o Conselho Federal de Medicina, fazendo uso dos instrumentos científicos e termos técnicos utilizados na área da saúde com o objetivo de validação do discurso para que inverdades fossem legitimadas. Essa técnica de persuasão demonstra o outro lado da moeda, pois não reside na negação da ciência, mas exatamente na sua crença, que pode ter a sua origem naquele que cria e sustenta a pós-verdade, a crença no autor ou naqueles tecnicamente habilitados (médicos e cientistas) que validam apenas opiniões e não evidências e não só, finalizam os seus discursos apelando para a emoção, visto que possuem o objetivo genuíno e “humanitário” de salvar vidas. Esses atos impactaram em tomadas de decisões equivocadas com base em crenças pessoais estimuladas por terceiros ou pela confusão da desinformação e desserviços prestados sem qualquer lastro em evidências científicas.

A questão é complexa e os impactos são profundos. Num primeiro momento o maior impacto é social, seguido do impacto na produção científica gerado pela desconfiança na ciência ou na crença da pseudociência com o verniz científico a ela conferido por alguns “cientistas” e instituições, visto que, a expansão do negacionismo científico e da desinformação fortalecem a anticiência, o descrédito em relação aos cientistas e universidades, acelerando o projeto de desmonte das universidades públicas e da ciência como bem público, abrindo caminho para consolidação de privatização da ciência.

Outro impacto a ser considerado, é que o descrédito em relação à ciência pode fortalecer e ampliar o “movimento antivacina”, considerado em 2019 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como um dos dez maiores riscos à saúde global. O Brasil de Oswaldo Cruz, referência em vacinação com o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e com previsão legal de prevista no art. 14, § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe sobre a obrigatoriedade da vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, desde a Revolta da Vacina de 1904, não registrava tantas baixas vacinais como nos últimos cinco anos.

Os negacionismos precisam ser combatidos de todas as formas possíveis, e mesmo sabendo que as correntes historiográficas atuais não concebem a histórica como eventos cíclicos, repetíveis ou como *magistra vitae* da qual tiraremos lições ou pela qual seremos guiados, é indiscutível o papel da história no resgate da memória individual e coletiva para trazer à tona e compartilhar com a sociedade evidências históricas capazes de combater as falsas narrativas, a desinformação e a tendência ao fortalecimento da anti-ciência. A historiografia também assume centralidade no combate às reiteradas tentativas de desqualificação do conhecimento histórico realizadas pela manipulação das narrativas resultando em tentativas revisionistas desprovidas de evidências históricas com forte viés ideológico transformando algo que é intrínseco à própria dinâmica historiográfica, quando, por exemplo, decorre do surgimento de novas fontes ou da necessidade de revisão das fontes existentes antes analisadas a partir da voz dos vencedores, para conferir visibilidade aos “lugares de fala” de que trata Djamila Ribeiro (2019) e dar voz aos historicamente excluídos.

Paradoxalmente, o negacionismo pode ser o momento mais adequado para a reafirmação da ciência, cujo desafio deve ser incorporado pela educação. É importante elucidar as formas de saberes, em que no paradigma da epistemologia contemporânea a *doxa* e a opinião não são ciência, que esta se reveste nas palavras de Foucault de uma relação entre saber e poder e, este saber é classificado pelos estudos decoloniais como hegemônico norte eurocêntrico, e, mesmo que todas as visões e discussões sejam igualmente legítimas, é preciso ter diferenciá-las e ter clareza de que não se destinam ao mesmo

fim. Os produtores da ciência tendo consciência dos limites e potencialidades da própria ciência possibilitam a construção de pontes conscientes e críticas acerca da epistemologia, do peso da hegemonia, dos perigos da tecnocracia e da ênfase na função social da ciência, para então estreitar o fosso cada vez mais ampliado entre ciência e sociedade com o objetivo de realizar educação para a formação humana contribuindo para a tomada de decisões e exercício pleno da cidadania, bem como, preparar para o enfrentamento dos discursos negacionistas e da disseminação das notícias falsas e pós-verdades.

[Revista Temporalidades]: Na sua concepção, para qual público se destina a produção científica? Isto posto, como a linguagem; isto é, o discurso científico deve ser interpretado considerando seu alcance público?

[A.M.R.S.V]: A produção científica deve se destinar a todos os públicos. Eu defendo a democratização do conhecimento e o acesso universal, uma vez que é a base da educação que por sua vez é um direito humano fundamental social e, como tal, a previsão constitucional é de que deve ser pública, obrigatória e gratuita, portanto, trata-se de direito público subjetivo de TODOS e dever do Estado (arts. 205 e 208 § 1º da Constituição Federal), competindo a todos os entes federados proporcionar os meios de acesso à educação e também à ciência (at. 23, V CRFB). Entretanto, a realidade não corresponde ao direito, nem todos têm acesso ao conhecimento e os que têm como nos alerta o professor José Libâneo (2012), estão expostas a um “dualismo perverso” “existente entre a — escola do acolhimento social para os pobres *versus* — escola do conhecimento para os ricos”, ou seja, de um lado está a “escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais assistência e apoio às crianças”, ressaltando que o ideal são o equilíbrio.

O Brasil, país de dimensão continental, rico em diversidade, é também portador de desigualdade social, econômica, de gênero, submetido ao patriarcado e ao “racismo estrutural” (ALMEIDA, 2019) provocado pelo apagamento do acesso dessas minorias (maioria quantitativa) a muitos espaços, inclusive ao espaço da ciência que continua majoritariamente ocupado por “homens hetero brancos”, o que não representaria um problema não fosse o modelo escravocrata, o patriarcado e o patrimonialismo oligárquico brasileiro que ainda perduram.

Na dimensão do real em relação à educação (formal e não-formal) concebo a presença de algo semelhante a um *apartheid científico* que muito se aproxima do seu conceito originário de viés racial, ao constatar que na “escola para pobres” concentra-se o maior número de negros, que também é em maioria pobre. Esses estudantes são expurgados pelo próprio sistema que não vê neles aprendizes em potencial, muitos deles se sentem incapazes e outros, em relação às *hard sciences*, sequer as têm em seu horizonte, visto lhes parece inalcançável, pois cultural e historicamente esse é um campo restrito a “gênios” ou integrantes de um capital hegemônico ao qual não tiveram acesso por meio da família, nas relações sociais, por meio de viagens, cinema, livros, arte etc., que lhes propiciassem familiaridade com os códigos e signos do universo científico, o que infelizmente, está sintetizado pela frase do filósofo Franz Fanon (2008): “Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse”.

Esse *apartheid* não é externo à produção científica, ele está presente em algumas das múltiplas dimensões da ciência interferindo inclusive na epistemologia, tanto numa perspectiva global/local (hegemônica/colonial) em que poucos países da Europa e os Estados Unidos alcançaram privilégio epistêmico e o monopólio da autoridade epistemológica sobre o resto do mundo, construído às “custas do genocídio/epistemicídios dos sujeitos coloniais” (GROSGOUEL, 2016), e também na esfera interna local que reproduz a mesma dinâmica de privilégio e monopólio do conhecimento em que o processo de banimento social encontra-se aliado à exclusão das oportunidades educacionais, visto que “nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para

os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual.”.

Concordo com a filósofa panamenha, Linda Alcoff (2016) quando ratifica a concepção de que os problemas sociais, históricos, econômicos e culturais são também internos às questões epistemológicas, quando diz que “o problema epistemológico [deve] ser central para a próxima fase da luta revolucionária. Cientificismo, positivismo, autoridade masculina, elitismo e eurocentrismo devem ser desembaraçados do processo pelo qual um conhecimento libertador é desenvolvido”, sendo necessário que as “reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social”.

A democratização da ciência e da educação científica abriga em seu plano de imanência a inclusão e garantia de igualdade social, econômica, racial e de gênero no acesso ao conhecimento, aplicando essa mesma igualdade também na relação hegemonia *versus* outros saberes, tendo a linguagem como núcleo comum a todas as formas de democratização da ciência, na minha perspectiva, não apenas no momento da divulgação científica, mas, essencialmente na fase da educação científica.

Assim, não basta ocupar os espaços de divulgação científica dominando inclusive os modos virtuais de comunicação e linguagem e nem mesmo, é suficiente que esse ambiente seja democrático se não investir no aspecto fundante que é a educação por meio do letramento/alfabetização científica, a fim de viabilizar a interlocução sujeito-conhecimento-sociedade de modo mais consciente, crítico e preparado para compreender as divulgações e informações sobre ciência.

Em artigo publicado em Dossiê sobre o PISA (*Programme for International Student Assessment*, 2017) realizei análise teórico-comparativa entre o conceito de letramento científico concebido pelos especialistas e aquele previsto na base avaliativa do PISA 2015 na qual a métrica avaliativa além de desconsiderar as diferenças sociais e educacionais para priorizar resultados com objetivos meramente

econômicos nos moldes impostos pela OCDE, chegou-se ao resultado da existência de dissonância entre o conceito de letramento/alfabetização desenvolvido na Academia e aquele norteador de políticas públicas extraído dos resultados avaliativos quantificados no PISA.

Diante da polissemia do conceito de letramento científico destaco aquele que se alia à proposta educacional de Paulo Freire que ser letrado cientificamente não se limite a saber ler e escrever, mas que extrapole a “consciência ingênua” passando ao estágio da “consciência crítica”, a fim de que domine as técnicas científicas, seus usos e práticas sociais. Os professores pesquisadores Magda Soares (UFMG) e Wildson Santos (UnB), ressalvadas algumas divergências conceituais, defendem que a compreensão dos conteúdos deveria ser indissociável da compreensão da função social da ciência e para Santos, também o uso para as práticas sociais.

Divulgação científica que tenha em sua base a concepção do letramento como prática social implica na democratização da participação ativa do indivíduo numa perspectiva de igualdade social sendo necessário o “desenvolvimento de valores vinculados a interesses coletivos, como solidariedade, fraternidade, consciência do compromisso social, reciprocidade, respeito ao próximo e generosidade” (SANTOS, 2007), para tanto, é imprescindível o diálogo em que as humanidades desempenham papel fundamental na compreensão da natureza da ciência, dos conteúdos, da função social, limites e potencialidades da ciência, propiciando aos estudantes e à sociedade a possibilidade de reflexão sobre a ciência relacionada à nossa própria condição no mundo.

Letramento científico, base da educação científica e da avaliação, é também essencial à divulgação científica, pois se a sociedade está preparada para identificar que ter uma educação científica não se restringe a decifrar ou decodificar as palavras, mas que vai além e possibilita uma leitura crítica do mundo e de intervenção consciente com o objetivo de transformação da realidade, uma vez que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra (FREIRE; MACEDO, 2013), estará preparada para compreender as informações veiculadas sobre a ciência, numa perspectiva crítica e com consciência política, sobretudo, utilizando-a como importante ferramenta de transformação na

construção de uma formação cidadã despertando no sujeito autonomia para participação político-social e para a tomada de decisões de forma crítica. À primeira vista essa fala soa como mera divagação ou utopia, mas torna-se factível no momento em que começarmos contribuir para colocá-la em prática.

Na minha visão, há mais um elemento importante tanto para a educação científica quanto para a divulgação científica, especialmente, em decorrência dos problemas brasileiros com a elitização da ciência e a desigualdade educacional, que a meu ver, é o fato do “sentido” que o conhecimento deve ter para as pessoas tornando-o mais interessante e mais próximo da realidade vivida, tal como a metodologia das “palavras geradoras” de Paulo Freire. A “imagem de ciência” distante da realidade mostra-se por vezes inalcançável, pairando sobre as questões científicas que são de ordem prática, sem que possamos criar conexões, o que provoca distanciamentos, confusões, interpretações distorcidas da ciência, sendo esta inclusive objeto de discussão entre especialistas em ensino de ciências que destacam o papel das humanidades, sobretudo da história da ciência como ferramenta pedagógica de aproximação da ciência com o mundo social.

Por fim, a transposição do discurso científico para o público em geral deve fazer uso de uma linguagem acessível, de fácil compreensão e que faça sentido, que não comprometa o conteúdo e tão pouco infantilize ou banalize os conceitos científicos. Eu defendo uma divulgação da ciência sem a supressão de conceitos e termos técnicos, devendo a divulgação, além do viés informativo, ter como escopo a formação, educação e expansão da capacidade cognitiva e autonomia crítica para a tomada de decisões, como por exemplo, acerca dos benefícios da vacinação e o bem-estar social e saúde coletiva como direitos de todos e dever individual. A utilização de termos técnicos e conceitos de forma reiterada, aliado ao investimento em educação e letramento científico, gradativamente, serão cada vez mais compreendidos pela população, contendo o diferencial de fazer sentido ou não dentro do seu universo. Por certo, a popularização também é fundamental com circulação democrática por

variados meios respeitando a diversidade dos variados públicos, como idosos e alguns tipos de deficiência, por exemplo, desprovidos de amplo acesso aos meios digitais.

[R.T.]: Quais os nexos que podem ser elencados entre a História e a Filosofia da Ciência para pensar a produção epistemológica no progresso do conhecimento científico?

[A.M.R.S.V.]: Antes de abordar os “nexos” entre história da ciência e filosofia da ciência, gostaria de colocar luz uma inquietação que me acompanha desde a graduação em história aqui na UFMG sobre os poucos discutidos “nexos” entre *história e história da ciência*. À primeira vista parece algo sem sentido, porque afinal quem colocaria em questão que uma disciplina sob a inscrição de história poderia não ser vista como história? O professor e historiador da ciência Carlos Alvarez Maia e o professor e historiador José Carlos Reis, a partir do olhar de suas respectivas áreas de pesquisa convergiam para os mesmos resultados: sim, a “história da ciência é história” e possui uma historiografia, porém, trata-se de uma “tautologia que precisa ser explicada”, visto tratar-se de uma história da ciência de “historiadores ausentes”.

Falando sobre nexos, Maia (2010) denuncia a ausência deles, visto que, “originariamente essa área de trabalho (história das ciências) foi ocupada por filósofos e cientistas” e “não são produzidas por historiadores” e, segundo Reis, sem diálogo com as fontes históricas e dá um exemplo interessante que ilustra bem a ausência do escopo teórico e metodológico da história na história da ciência, ele pergunta: “quem foi Thomas Kuhn? Ele não inventou o conceito de ‘estrutura’ e nem o de ‘revolução’ em 1962. O conceito de estrutura remonta a Marx, Saussure, Durkheim, à história estrutural de Febvre, Bloch e Braudel”(REIS, 2010), porém, não há diálogo de Kuhn com as fontes. Eu não poderia deixar de falar a esse respeito nessa Revista e nesse momento rumo ao final da pandemia em que nossos modos de vida, a nossa relação com a natureza e com a ciência deverão ser ressignificadas, uma vez que as humanidades são, na minha visão, o pilar mais adequado para a realização dessas análises e reconfigurações.

Quanto aos nexos entre história da ciência e filosofia da ciência, talvez a assertiva de Lakatos de que a “Filosofia da ciência sem a história da ciência é vazia; a História da ciência sem a filosofia da ciência é cega” (LAKATOS, 1998) tenha sido apenas a “ponta do novelo” para demonstrar que a inter-relação e conexão entre as disciplinas é orgânica e que as separações disciplinares artificiais que levaram à hiperfragmentação do conhecimento e hiperespecialização das pesquisas dentro da área das ciências humanas e entre essas e as ciências da natureza são apenas metodológica e administrativa, uma vez que a realidade é complexa não sendo possível explicá-la apenas a partir de uma perspectiva.

Dessa forma, não vejo como elencar nexos, visto que, além de múltiplos, e complexos são dinâmicos, portanto, se modificam, a depender das conexões, dos recortes de análise ou da temporalidade. Com base no conceito de rizoma ressignificado pelos autores dentro do campo filosófico e das ciências sociais de Deleuze e Guattari, utilizado por mim como ferramenta para compreensão da Natureza da Ciência, atividade humana e histórica a ela imanente que ratifica a condição de detentora de historicidade (ontológico-existencial heideggeriana em que “ser é tempo”)², a ciência comporta-se de maneira semelhante ao rizoma (porém mais complexa) “não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças” que constituem multiplicidades e não variam suas “dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear”, sendo “oposto a uma estrutura”, é composto por linhas “se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre demonstrável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saída” (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Assim, sob o olhar rizomático que expõe a complexidade, aliado à historicidade que insere a ciência numa temporalidade histórico-humana complexa, na qual a ciência além da dimensão histórica se vê constituída por múltiplas dimensões: da natureza, econômica, institucional, política etc. cuja intensidade de uma ou outra varia conforme o enfoque dado e nas suas interações

² Para ler mais: VIEIRA, Andrea Mara Ribeiro da Silva. **Natureza da ciência e a educação científica**: compreendendo a dimensão histórica e o papel da historicidade. 2020. 316 f., il. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

intrincadas. A ciência se constitui por dimensões heterogêneas que se entrecruzam, interpenetram, justapõem ou sobrepõem, de modo a formar um emaranhado de linhas conectadas, em que a separação disciplinar é metodológica e administrativa, inclusive para viabilizar políticas públicas e distribuição de recursos. Elencar os nexos cede lugar à compreensão da complexidade da ciência que sob o manto da historicidade³ se torna ampliada e, apesar da aparentemente encastelada nas universidades e laboratórios, na verdade, a ciência é diariamente forjada no rio “ensanguentado e lamacento da história” (ROSSI, 2001), não é externa a ela, mas intrínseca, impactando inclusive nos seus rumos e resultados..

[R.T.]: Como pensar a organização e a interrelação entre as comunidades científicas no atual contexto: negacionista e pandêmico?

[A.M.R.S.V.]: A pandemia vem demonstrando empiricamente vários aspectos da ciência muito discutidos em pesquisas acadêmicas, como por exemplo, que é detentora de verdades relativas e temporárias, é dinâmica, complexa, depende de financiamento e de políticas públicas, é uma atividade humana e colaborativa, possui multiplicidade metodológica, que suas diversas dimensões, social, econômica, política..., estão interconectadas, além de outros aspectos que iremos descobrir com os avanços dos estudos sobre a ciência e o seu desenvolvimento no contexto pós-pandemia.

A meu ver, além de pensar a ciência à luz dos ensinamentos e experiências advindos com a pandemia, é necessário reorganizar a relação entre as comunidades científicas, não mais numa perspectiva pedagógica ou mesmo teórica interdisciplinar, transdisciplinar ou multidisciplinar, visto que a fluidez das fronteiras disciplinares é um pressuposto, um ponto de partida da para avançarmos em direção ao próximo passo que é nos prepararmos para lidar com a realidade complexa. Para atender às novas demandas da pesquisa científica, para o combate ao negacionismo e, vou mais longe, contra o revisionismo histórico ideológico disseminado por alguns grupos de extrema-direita,

³ CONDÉ, Mauro L.L. **Um papel para a história:** o problema da historicidade da ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

será necessário o fortalecimento das instituições, extrapolando o diálogo e a interação voluntária entre as comunidades científicas, para, ao contrário, inscrever essas interações no interior de um Projeto institucionalizado, com a previsão do desenvolvimento de estratégias coordenadas e sistematizadas, com metas e objetivos claros de contornos bem definidos acerca do Projeto de Universidade, de Educação e de Ciência que pretendemos para o país.

Fortalecer as instituições, como o caso das Universidades, não significa retomar o encastelamento e seguir pairando sobre a sociedade como se fosse o templo do conhecimento, lembrando que em tempo de decolonialidades, os saberes não hegemônicos estão sendo protagonizados em outros espaços. Defendo um “diálogo vivo” e aberto com a sociedade que permita o intercâmbio dos saberes e a possibilidade de esclarecer à população vulnerável e exposta aos negacionistas que a ciência não se sobrepõe a outros saberes, mas que ocupa lugar diferente e tem amparo em evidências científicas, é passível de verificação e é compartilhada pelos pares por meio de análises metodológicas e sistematizadas. Assim, fortalecer as instituições não significa retomar as estruturas esvaziadas em que a voz de uma minoria hegemônica silencia as demais homogeneizando e anulando a heterogeneidade.

A pandemia nos mostrou que Universidades públicas e órgãos públicos em geral há indivíduos que ferem o princípio constitucional da impessoalidade e em nome da vaidade, do poder e de crenças ideológicas (nem sempre envolve fator financeiro) de alguns que ocupam cargos de comando, não representando a maioria, mas aos olhos da sociedade são representativos da categoria, a exemplo do Conselho Federal de Medicina que adotou posturas que contrariam a própria natureza científica. O fortalecimento das instituições, da democracia e da liberdade individual precisa considerar os direitos da coletividade e meio ambiente. Nesses casos, é preciso que a reorganização amplie o processo participativo e democrático (implementando o preceito constitucional da Gestão Democrática no Ensino—art. 206, VI da Constituição Federal) ao maior número possível de vozes, incluindo a comunidade local e a sociedade em geral.

O rearranjo das comunidades científicas como parte da reorganização institucional nos dois níveis, educação básica e ensino superior, nesse contexto pandêmico e negacionista demandam autorreflexão rumo à ressignificação da função social, sob pena de perderem os seus espaços, haja vista o aumento da evasão de estudantes. Há algum tempo uma parcela dos estudantes não se identifica com a estrutura escolar, que lhes parece lenta e obsoleta diante da fluidez do tempo e multiplicidade de acontecimentos e informações, o que requer muitas vezes, tomada de decisões e soluções de problemas que sequer são discutidos na escola ou na Universidade que, por vezes, continua seguindo um currículo descolado da realidade. Portanto, esse precisa ser um movimento endógeno, coordenado e sistematizado entre as Universidades e Departamentos (respeitada a autonomia), que talvez pudesse começar pela reformulação dos Projetos político-pedagógicos (PPP) viabilizando proposta curricular interdisciplinar efetiva de modo a despertar nos estudantes a consciência sobre questões econômicas, culturais e sociopolíticas que dizem respeito às relações humanas, com o meio ambiente e as relações de poder.

Paralelo a isso, a passagem do modelo de gestão burocrática à gerencial no serviço público e a saída desse para a gestão democrática demanda tempo e empenho coletivo. A ampliação participativa não somente da comunidade acadêmica, mas da comunidade local em Conselhos e Órgãos Colegiados, bem como, a abertura de canais de comunicação da sociedade para a Universidade e o incentivo da participação direta dos alunos na formulação de políticas institucionais, que usualmente são norteadas pelas avaliações realizadas via resposta dos questionários que são negligenciados, são necessários e podem se tornar muito mais eficazes se buscar outras vias. Como dito em outro momento, para que a ciência e a academia sejam acessíveis é fundamental a aproximação com a realidade para que o conhecimento faça sentido para as pessoas e nesse diálogo vivo de interesse da comunidade em geral, a circulação do conhecimento será apenas uma consequência.

Concebo como ponto fundamental da relação entre as comunidades científicas, o aprofundamento do olhar das humanidades sobre as ciências duras, nesse momento de crise sanitária

global e de crise da ciência alvo de negacionismos e *fake news*, como a história e a historiografia da ciência, ocupantes de um lugar central na reflexão acerca da epistemologia e da ciência enquanto atividade humana e histórica, em que a Natureza da Ciência é complexa e constituída por variadas dimensões. Cabe às comunidades científicas aceitarem o que a realidade já demanda, isto é, uma forma de conhecimento profunda interdisciplinar que prepare alunos e futuros professores para análise complexa da realidade, visto que a hiperspecialização, sobretudo no campo da história, torna mais difícil o diálogo com outros campos. Nas palavras de Lyotard (1993) é preciso uma “adaptação ao complexo” refreando o que tende ao simplista “tornando as pessoas mais sensíveis às diferenças, fazê-las sair do pensamento massificante”, sendo necessário formar o espírito para a complexidade na contemporaneidade.

Referências bibliográficas:

- ALCOFF, Linda. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Sociedade e Estado. Brasília, n. 1, v. 31, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100007>. Acesso em: 20abr2020.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. (Feminismos Plurais). eBook. São Paulo: Pólen livros, 2019.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil Platôs. **Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. 6. ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GROSGOUEL, R. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Soc. estado. [online]. 2016.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAKATOS, Imre. **História da ciência e suas reconstruções racionais e outros ensaios**. Lisboa: Edições 70, 1998.

LÉVY, P. **O ciberepaço como um passo metaevolutivo**. Revista FAMECOS, 7(13), 59-67, dez. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2000.13.3081>. Acesso em: 14 out 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa. [online]. 2012, vol.38, n.1, pp.13-28. Epub Oct 21, 2011. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>.

Lyotard, Jean-François. Entrevista. In: KECHIKIAN, A. **Os filósofos e a educação**. Lisboa: Edições Colibri, 1993, p. 47-53.

MAIA, Carlos Alvarez. **A “História das Ciências” é História? Explicando essa tautologia**. Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores em História das Ciências - ENAPEHC. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

MALERBA, Jurandir. **Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 74, n. 37, p. 135- 154, abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-06>. Acesso em: 16 out. 2021.

REIS, J. C. **A “História das Ciências” é História: porque é preciso explicar esta tautologia?** Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores em História das Ciências - ENAPEHC. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. (Feminismos Plurais). eBook. São Paulo: Pólen livros, 2019.

ROSSI, Paolo. **O Nascimento da Ciência Moderna na Europa**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

SANTOS, W. L. P. **Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 474-492, set./dez. 2007.

VIEIRA, Andrea Mara R.S. **Acordes e dissonâncias do letramento científico proposto pelo PISA 2015**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 28, p. 478-510, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18222/ae.v28i68.4410>.

Entrevista com o Prof. Dr. Thiago Costa

A Imagem da Ciência

Thiago Costa é graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Faz doutorado em Estética e História da Arte pela Universidade de São Paulo, com estágio sanduíche em História da Ciência pela Universidade Federal de Minas Gerais. Autor da obra, “O Brasil pitoresco de Jean-Baptiste Debret ou Debret, artista-viajante” (Rio de Janeiro, 2015); ao lado de Hamilton Junior organizou a obra “Ciência na Fronteira: Ensino, Pesquisa e Extensão no IFMT - *campus* Pontes e Lacerda (Goiânia, 2019); e, com Ariadne Marinho, a obra “O jardineiro de Napoleão. Alexander von Humboldt e as imagens de um Brasil/América” (Curitiba, 2019). É docente do IFMT - *campus* Fronteira Oeste/Pontes e Lacerda. Participa dos grupos de pesquisa “História, Arte, Ciência e Poder - HISARCIPO”, da UFMT, “Historiografia da Ciência e Epistemologia”, da UFMG, e “Dimensões do Pensamento”, do IFMT. Seus temas de interesse abrangem a Teoria da Imagem, História da Arte, História Cultural, História da Ciência, Filosofia da Física. Tem contos em livros e antologias literárias publicados no Brasil, foi vencedor do 1º Prêmio Pixé de Literatura (2019), na categoria prosa, e finalista do Prêmio Off Flip de Literatura 2021 na categoria Contos.

Entrevista concedida via correio eletrônico a Elizabeth Valéria Rouwe de Souza, mestranda em Ciência e Cultura na História no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membro do Conselho Editorial da *Temporalidades*, gestão 2021/2022.

[Revista Temporalidades]: Qual a sua percepção sobre a produção científica no cenário político e social atual?

[Thiago Costa]: Eu não sei se tenho condições de responder a sua questão. Mas parece-me, de modo geral, que as ciências e os cientistas no Brasil precisam dispor de uma grande capacidade de resiliência. A economia brasileira é essencialmente colonial, ou seja, extrativista e exportadora. Nesse sentido é importante que os investimentos em educação, ciência e tecnologia simplesmente inexistam. Neste momento de pandemia, os recursos destinados à educação diminuirão. Não apenas

pela diminuição dramática de investimentos públicos, mas os exemplos abundam. A privatização do pré-sal, que se seguiu ao golpe de 2016, é emblemático. Também a prisão do Almirante Othon, em 2015, o mais importante físico nuclear brasileiro e o desmonte do seu projeto de geração de energia. Não por acaso, estamos novamente em outro momento de crise do setor elétrico. Não é por acaso, nem ingenuidade dos diferentes governos. É um projeto, como advertia Darcy Ribeiro. Os ataques ao INPE, à Fiocruz e ao Instituto Butantan, para mencionar apenas alguns, fazem parte dessa proposta de esfoliação do país e dos seus trabalhadores. De qualquer maneira, os cientistas continuam o seu labor, ainda que em condições precárias. São sobreviventes, na realidade. Em sua maior parte, servidores públicos. A produção da vacina pelo Butantan e pela Fiocruz demonstram o desprezo pela ciência no Brasil medieval atual. Por isso o grande êxodo de cérebros brasileiros para outros países. Enfim. Gostaria de ser otimista, mas não tenho perspectiva.

[R.T.]: Pensando por meio da perspectiva histórica, qual a sua visão sobre a divulgação da produção científica para a sociedade?

[T.C.]: A imagem pública da ciência, em certa medida, depende da natureza da divulgação. Uma boa obra de divulgação é fundamental para atrair futuros profissionais, a simpatia dos curiosos, o interesse dos leigos. Por outro lado, alterar ou omitir certos aspectos normais em todo processo de produção de conhecimento, em toda pesquisa sistemática, implica em entendimentos equivocados da dinâmica científica. Por exemplo, a concepção de um saber infalível empreendido por gênios individuais, tal como presente no imaginário iluminista, em um progresso linear retilíneo, não é bem verdade. Existe um tipo de literatura técnica feita por cientistas, normalmente consumida por outros pesquisadores, e existe as obras de divulgação, responsáveis pela tradução e mediação dos conteúdos técnicos complexos com um público mais amplo, composto predominantemente por não especialistas, amadores, curiosos, pessoas de vários perfis. Por sua natureza inquieta e questionadora, crianças costumam ser um ótimo público. Meus filhos adoram certos temas da geologia, da biologia, da astronomia, por exemplo, rochas, insetos e planetas. Mas, enquanto crianças, tudo é diversão. O tratamento mais sério desses assuntos ocorre com o tempo, com estímulo constante fornecido pelos

país, pelos professores, e com o apoio do trabalho dedicado e delicado da divulgação científica. O desenvolvimento e o crescimento de unidades museais no país nesses últimos anos contribui significativamente nesse sentido. O museu de ciência situa-se precisamente nessa intersecção entre a pesquisa de campo ou aplicada e uma função pedagógica, de apresentação lúdica dos resultados especializados. É algo formidável. De fato, com a sofisticação tecnológica as informações circulam e alcançam um público maior. Foi assim após a invenção da prensa de Gutemberg, em meados do século XV, por exemplo. E é assim agora. No entanto, em uma conjuntura em que parcela considerável do que é veiculado apresenta um conteúdo deliberadamente falso e enganoso, sem indicação de origem ou de origem não confiável, o trabalho da divulgação séria ganha contornos ainda mais relevantes, acentuadamente políticos. Torna-se parte imprescindível da própria atividade científica, inclusive como forma de publicidade e resposta aos ataques contra as instituições de ensino e de pesquisa, contra os cientistas e professores, tão comuns nos últimos anos.

[R.T.]: Como você observa a questão do negacionismo científico face à atual conjuntura e qual impacto que esse negacionismo acarreta na produção científica?

[T.C.]: É uma boa questão, mas eu vou tentar ser breve (risos). Desde o final da graduação, entre 2007 e 2008, tenho trabalhado com imagens em contexto científico. Mas na época eu não tinha consciência disso, claro. Dediquei-me inicialmente ao estudo dos artistas-viajantes e de explorações naturalistas, em particular aqueles que estiveram no Brasil entre os séculos XVIII e XIX. Pesquisei as convenções pictóricas e as categorias estéticas, bem como os projetos científicos, que subsidiavam a formulação das imagens que eram elaboradas ao longo da viagem e, posteriormente, retrabalhadas e publicadas em ambiente europeu. Dei maior atenção ao pintor francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848), que viveu no Rio de Janeiro entre 1816 e 1831. Enquanto esteve por aqui, embora não fosse realmente um artista ao serviço de uma empresa científica, Debret reuniu uma bonita coleção de notas, desenhos e aquarelas que publicou com o nome de *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*,

logo nos primeiros anos após seu retorno à Paris¹. Nesse período, o papel dos registros pictóricos no reconhecimento do mundo e, de maneira geral, o auxílio prestado pela arte na produção do saber científico, assumiram uma renovada importância. Entre os séculos XVIII e XIX, os símbolos gráficos e os desenhos mais ou menos realistas eram empregados de modo a permitir a visualização de dados empíricos, tratados como informações reais, não como representações simbólicas. De fato, foi a partir de meados do setecentos que se tornaram mais frequentes as expedições naturalistas e viagens de circunavegação. Mais que reproduzir os esquemas da arte visual com os quais foram educados, os artistas e ilustradores deviam inventar expedientes plásticos de registro com o propósito de garantir a verossimilhança e o realismo de acordo com as sensibilidades do período e os projetos da expedição. Nesse sentido, a categoria estética do “pitoresco” – não por acaso, título do álbum de Debret – tornou-se muito importante. Assim, o interesse pela imagem e os discursos visuais acompanhou o desenvolvimento de certas disciplinas científicas e eram importantes, como mencionei, não apenas enquanto instrumentos mediadores senão como realizações genuínas, enquanto discursos de verdade. Desde a Antiguidade campos como a geografia, a botânica, a astronomia e, na modernidade, a medicina, com os desenhos de anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica, a paleontologia, a geologia e a antropologia física foram beneficiados pela formulação e o uso de inscrições visuais. Ao lado de tecnologias que permitiam a impressão e a reprodução de pinturas e gravuras, e com a invenção da fotografia, ampliou-se a circulação de conhecimentos e o escopo das ciências naturais, bem como o acesso à públicos mais variados, de curiosos e de leigos. No meu último livro, “O jardineiro de Napoleão: Alexander von Humboldt e as imagens de um Brasil/América (sécs. XVIII e XIX)”², Ariadne Marinho e eu reunimos pesquisadores de diversos lugares da América e da Europa que escreveram sobre a importância de Humboldt, um dos mais respeitados naturalistas e um dos primeiros americanistas do século XIX, e a relevância do conteúdo

¹ DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil** [...]. 3 vols. Paris: Firmin Didot Frères, 1834, 1835 et 1839. Para a obra de Debrer, consultar: COSTA, Thiago. **O Brasil pitoresco de J.B-Debret ou Debret, artista-viajante**. Rio de Janeiro: editora Multifoco, 2015.

² COSTA, Thiago; MARINHO, Ariadne. **O jardineiro de Napoleão: Alexander von Humboldt e as imagens de um Brasil/América (sécs. XVIII e XIX)**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

cognitivo das imagens no estudo de diferentes aspectos do território americano. No doutorado continuo acompanhando a experiência da imagem e da linguagem visual na história das ciências naturais, mas agora estendo a reflexão para a história da filosofia da ciência, que é uma disciplina relativamente recente e que no século XX desenvolveu-se grandemente. Percebo uma assimetria no entendimento da inscrição visual na construção do conhecimento: a análise dos dados do passado revela que sua elaboração e emprego no âmbito das ciências empíricas coincidem com a própria reflexão filosófica sobre o mundo natural; autores das ciências aplicadas e/ou da filosofia, como Galileu Galilei, René Descartes, Leibniz, Robert Hooke, Goethe, Humboldt e Charles Darwin, cada um à sua maneira, e por meio de laboriosas investigações filosófico-naturalistas, demonstraram o potencial cognitivo da iconografia, seja em desenhos e/ou em pinturas, seja em diagramas, revelando assim sua toda dimensão epistemológica. Já na história da filosofia da ciência, existem posições bastante contrárias: na atualidade, verifica-se uma série de excelentes publicações e análises que concordam com sua relevância para os cientistas e, em alguns casos, sua imprescindibilidade. Um posicionamento que se acentua notadamente a partir das implicações poderosas da obra de Thomas Kuhn, no começo da década de 1960. O próprio Kuhn, no entanto, considerava as imagens como produtos colaterais, um “subproduto”, sem maior importância, para a ciência (2011 [1969], pp. 361-373). Porém, antes de Kuhn, na primeira metade do século XX, o médico e filósofo teuto-polonês, Ludwick Fleck, publicou artigos em que empregou o expediente visual com um apelo pedagógico, como meio para expressar um pensamento. Fleck entendia a imagem em um sentido abrangente, seja como metáfora literária, seja como objeto real, cuja materialidade intervinha positivamente no ofício científico. Mas não há dúvidas de que apenas na década de 1970 as representações visuais adquirem maior importância para filósofos e historiadores da ciência, na esteira de investigações preocupadas com os instrumentos e as práticas científicas cotidianas.

Em realidade, em uma imagem científica incidem práticas de visualização e valores epistêmicos. As imagens expressam padrões de pensamento. Por isso, mais que realidades ideais – simbólicas ou físicas – as imagens materializam formas do tempo. Daí suas duas dimensões

epistêmicas: como visualização de realidades possíveis/plausíveis e como evidência material da dinâmica da história, isto é, da variação das concepções de mundo, dos olhares. Nestas duas dimensões epistêmicas, interagem tanto seu conteúdo teórico-conceitual quanto os processos físico e intelectuais que formam e delimitam a inscrição visual. Sem dúvida, o aperfeiçoamento tecnológico mudou o perfil das imagens, bem como a compreensão de suas funções nas ciências da natureza. Mas uma imagem não é reflexo de parcela do mundo físico. Trata-se, pois, de um artefato cultural e, por isso, sujeito a todo tipo de intervenção, de manipulação, sujeito a interesses e a ação do tempo, como no caso da deterioração das cores e do papel em pinturas antigas. É igualmente relevante a distinção entre uma imagem científica e outra artística. Nas imagens digitais, a visualização e os aparatos tecnológicos adquirem certa inseparabilidade. Não revelamos mais as fotografias, no máximo usa-se a impressão. As grandes proporções de um quadro, por exemplo, *Batalha do Avaí*, de Pedro Américo, ou *Batalha dos Guararapes*, de Victor Meirelles, já não importam; ora, as visitas aos museus ocorrem por intermédio das 16 polegadas do meu *notebook*. Um exemplo notável e recente refere-se à ilustração do Buraco Negro da galáxia Messier 87 (M87), na constelação de Virgem, divulgada em 2019. Sem dúvida uma realização extraordinária e, claro, recebeu uma ampla repercussão, inclusive com o prêmio Nobel em 2020 para os principais estudiosos da matéria, como o físico-matemático Roger Penrose. No entanto, a imagem apresentada consiste não em um instantâneo fotográfico senão em uma tradução pictórica de dados estatísticos, ou seja, uma construção artificial feita por dezenas de pessoas com base em dados matemáticos. Nas ciências exatas e/ou naturais, elaboram-se a inscrição visual com o propósito de tornar visível um dado específico ou certo fenômeno. Assim, serve como evidência que auxilia na assimilação da informação, no processo de construção do conhecimento. Assume, pois, uma atribuição cognitiva. Em nanoescala, uma grandeza oposta àquela pesquisada pelos astrônomos e astrofísicos, a imagem não consiste na representação de entidades ou fenômenos, mas constitui o produto mesmo da atividade científica. Existe aí, nas ciências empíricas, uma interdependência entre a visualidade e a compreensão, ou seja, entre o olhar, a percepção e o entendimento.

Logo, suas contribuições para o conhecimento, para o aperfeiçoamento do saber, tornam-se absolutamente incontornáveis. A possibilidade da circulação mais ampla das imagens, tanto das de arte e de ciência quanto de outros tipos, produziu uma interação de informações realmente inédita, não agora, mas desde Gutemberg. Para o historiador, o uso de fontes visuais torna-se ainda mais significativa para a compreensão de recortes temporais sobre os quais inexitem ou não sobreviveram descrições textuais ou outros materiais de pesquisa. É o caso, por exemplo, da história da paleontologia e da geologia, bem como no acesso as condições de vida, das populações florística e faunística do Neolítico ou em sociedades mais antigas. As imagens constituem evidências de práticas culturais, sociais, políticas, estados de ânimo e da cultura material das sociedades, e possibilita deste modo a sua determinação geográfica e temporal. Mais que o mundo em si, a inscrição visual revela critérios de comportamento, modelos de pensamento. A imagem forma um mundo, não consiste, pois, em um espelhamento.

[R.T.]: Na sua concepção, para qual público se destina a produção científica? Isto posto, como a linguagem; isto é, o discurso científico deve ser interpretado considerando seu alcance público?

[T.C.]: No final da década de 1960, Thomas Kuhn dizia que o público normal da ciência eram os próprios cientistas (IDEM). Kuhn estava consciente do enorme desnível entre os interesses populares e a extrema sofisticação das disciplinas da natureza. Mas, historicamente, nem sempre foi assim. Havia, de fato, um controle sobre a circulação de informação e conhecimento durante o medievo, o que não significa que não houvesse uma produção de saberes entre setores da sociedade tradicionalmente marginalizados. No começo do século XX, a ciência não era exclusividade das universidades e/ou de um círculo reduzido de especialistas. As obras de Alexander von Humboldt, na primeira metade do século XIX, eram lidas por várias instâncias da sociedade média europeia e americana. Entre outros, os trabalhos de Benjamin Franklin, Charles Darwin, Sigmund Freud, Wilhelm Röntgen, Albert Einstein, para mencionar apenas alguns, despertaram um enorme interesse

e tiveram uma extraordinária repercussão nos meios culturais. As artes visuais e a literatura foram contagiadas pelas suas descobertas e realizações. Sem dúvida, a difusão maior dos resultados científicos depende igualmente da formação do leitor e/ou do público, do preparo para o entendimento adequado dos seus conteúdos, e do financiamento em estrutura educacional de qualidade. Nos últimos cem anos, um pouco mais, as ciências empíricas ou da natureza – como a física, a química e a biologia molecular, entre outras – adquiriram características cada vez mais abstratas, quase esotéricas, distante das experiências do leitor comum. Nesse contexto aqueles que atuam na área de divulgação científica assumem uma importância inequívoca, de enorme responsabilidade. Na medida em que os meios de comunicação se aperfeiçoam, seus expedientes também se diversificam, mediando a relação do especialista com o leigo e o curioso. Na contemporaneidade a divulgação torna-se muito mais complexa, nuançada. O que quero dizer é que a divulgação científica é parte da cultura científica. Parte importante. E o discurso científico não deve ser dirigido apenas aos especialistas. Lembro-me daquela advertência de Marc Bloch – que eu gosto muito e que todo historiador, sobretudo o docente de história, deveria refletir seriamente –, em *Apologie pour l'histoire*, de que o pesquisador precisa “saber *falar*, no mesmo tom, aos *doutos* e aos *estudantes*”. Penso que isso seja válido também para outros campos disciplinares.

[R.T.]: Quais os nexos que podem ser elencados entre a História e a Filosofia da Ciência para pensar a produção epistemológica no progresso do conhecimento científico?

[T.C.]: É uma questão importante. Parece-me que embora sejam de fato disciplinas distintas – ambas como domínios particulares de suas respectivas disciplinas gerais, a história e a filosofia –, existem interações e convergências não apenas no aspecto temático, isto é, com a ciência como objeto de escrutínio e análise. Foi Lakatos quem disse que “a filosofia da ciência sem a história da ciência é vazia e a história da ciência sem a filosofia da ciência é cega” (1983, pp.). Mas, antes de estudar a historiografia e filosofia da ciência – portanto, antes de conhecer Lakatos –, eu pensava a relação da história e da filosofia com base em uma afirmação de Hayden White – que havia me

impressionado muito –, qual seja, a de que toda história, de certo modo, era filosofia da história (1973). Eu tenho compreendido aos poucos, e apenas parcialmente, toda a complexidade da alegação de White. Veja bem: eu sou historiador – não um historiador da ciência –, fui treinado com as ferramentas da História Cultural, de modo que as minhas incursões na filosofia e na história da filosofia partem daí. Ao analisar o contexto intelectual estadunidense entre as décadas de 1950 e 1960, marcado pela filosofia analítica e os estudos da linguagem, a declaração de Hayden White adquiriu gradualmente maior sentido para mim. E, de fato, a abordagem analítica foi fundamental tanto para a teoria da história quanto para a reorientação da filosofia da ciência na primeira metade do século XX. Não por acaso, White elogiou o trabalho de Thomas Kuhn em um artigo de 1969 (1969, pp. 603-630). Como você sabe, a obra de Kuhn foi um marco decisivo nos estudos sobre a ciência, seja para a filosofia, seja para a história. O ex-físico esforçava-se em resgatar a dimensão epistemológica da investigação histórica com o propósito de reformular a imagem então corrente da ciência e, deste modo, a própria filosofia da ciência. Foi, pois, um dos mais conhecidos e quiçá o mais influente – embora não o primeiro – na articulação da história e da filosofia no exame das práticas científicas. No entanto, tenho a impressão que após a superação ou a suspensão dos problemas postos por Kuhn, a filosofia e a história da ciência orientaram-se por rumos opostos, em um processo acentuado de distanciamento. O próprio Kuhn, em um artigo de 1968, defendeu a manutenção da isonomia entre os campos, ainda que advogasse por um diálogo mais frequente entre as áreas.

De fato, em um primeiro momento, destacam-se as diferenças. A filosofia da ciência dedica-se ao estudo da natureza do conhecimento obtido pelas ciências. Está preocupada com os critérios de sua obtenção, a estrutura conceitual que fundamenta a atividade científica e a validade dos seus postulados ou conteúdo. Ou seja, interessa-se pelo aspecto epistemológico propriamente. Talvez seja por isso que desde o final do século passado a filosofia da ciência tenha se fragmentado em várias filosofias particulares, isto é, em filosofias de ciências particulares, como a filosofia da biologia, da medicina, da física. Surgiram, inclusive, filosofias de temas específicos dentro de cada

campo científico. É caso da filosofia da teoria da relatividade, a filosofia da teoria quântica, filosofia da teoria da evolução, para mencionar algumas. Isso não significa que a filosofia da ciência como tal tenha perdido a vitalidade. É precisamente o contrário: seu nível de sofisticação teórico-metodológico, bem como o refinamento e especialização dos próprios estudos naturais, demandou novas abordagens, mais especializadas. Já história da ciência é um domínio ecumênico, portanto, não apenas do campo historiográfico. Sua origem é antiga, vinculada à reflexão sobre a natureza empreendida por cientistas e/ou filósofos naturais. Era comum autores antigos incluírem notas e/ou ensaios de história em suas obras técnicas, como fizeram, por exemplo, Joseph Priestley, em *The History and Present State of Electricity*, de 1767, e George Cuvier, em *Rapport historique sur les progrès des sciences naturelles depuis 1789*, publicado em 1808. Charles Darwin, a partir da segunda edição de seu *On the Origin of Species* (1859/60), incluiu uma “notícia histórica” em que descrevia os antecedentes da teoria da evolução. A história assumia uma função introdutória aos temas e, ao mesmo tempo, como uma ilustração da originalidade e importância do trabalho do cientista. Assim, por seu caráter instrumental a história da ciência estava mais próxima da filosofia e das ciências empíricas que da história. É sintomático, nesse sentido, que a coletânea de Peter Burke, *New Perspectives on Historical Writing* (Cambridge, 1991), não apresente um capítulo dedicado à matéria³.

Mais recentemente, no entanto, a história da ciência incorporou algumas questões que superam o entendimento restrito do que seja a ciência. A preocupação, por exemplo, com os processos de produção de conhecimento em sociedades ameríndias ou em nações africanas antigas; os saberes etnográficos de comunidades minoritárias, como os ribeirinhos, caiçaras, quilombolas; as habilidades técnicas de sertanejos e/ou mestiços em contexto colonial; a distinção de gênero e raça na elaboração do saber. Aproxima-se assim de um campo cada vez mais em evidência, qual seja, o da história do conhecimento, que apresenta uma perspectiva mais vasta e variada que o conceito ocidental moderno de “ciência”. Parece-me que tanto em sua proposta teórica quanto em seu recorte

³ Mas está presente em uma coletânea anterior organizada por Juliete Gardiner. **What is History Today?** (Londres, 1988). O capítulo “What is the History of Science ... ?” é assinado por Roy Porter, Steven Shapin, Simon Schaffer, Robert M. Young, Roger Cooter, Maurice Crosland.

temático, a história do conhecimento não está muito distante do que dispõe Boaventura de Souza Santos em sua defesa das “Epistemologias do Sul” (2009), bem como do manifesto por um “epistemologia política”, de Linda Alcoff (2011, pp. 67-78). Trata-se, no caso de Alcoff, não de uma relativização, mas de uma atualização dos critérios de produção, de análise e da validade do conhecimento a partir de uma perspectiva política plural, que considere as diferenças culturais de minorias historicamente excluídas e subalternizadas pelas grandes narrativas eurocentradas. Aqui, a história interage não apenas com a filosofia, mas com a sociologia, a antropologia, a geografia, com as ideias políticas. Enfim. Abre-se ao diálogo tanto para uma nova história da ciência quanto para uma história cultural da ciência, ampliando seus domínios, suas possibilidades.

Especificamente sobre a história e filosofia da ciência, penso que ambas apresentam contribuições importantes. Seja individualmente, seja em conjunto, como defendia Thomas Kuhn. Cada qual a seu modo, com suas concepções e perspectivas distintas, oferecem análises relevantes, proporcionando uma compreensão cada vez mais ampla acerca dos diversos aspectos que constituem e partem do conhecimento científico.

[R.T.]: Como pensar a organização e a interrelação entre as comunidades científicas no atual contexto: negacionista e pandêmico?

[T.C.]: Ao lado do aspecto epistemológico, existe um aspecto político, de interesse público, que é incontornável na dinâmica da ciência. Aí, mais uma vez, vê-se a importância das análises conjuntas da história da ciência e da filosofia da ciência. Nem pura, nem impura, tal como a filosofia e a história da ciência nos revela, os conteúdos científicos derivam de uma série de interações e cruzamentos, às vezes de sobreposições. Assim como qualquer empreendimento humano, é igualmente passível de instrumentalização e apropriação para os mais variados fins. Em contexto pandêmico, a ciência desnudou-se. Tornou patente suas idiosincrasias, potências e fragilidades, por exemplo, de financiamento, de pessoal, de estrutura física, e de sua interdependência com setores ou assuntos extracientíficos. Enquanto países e indivíduos adotavam o isolamento, medida mais do que

apropriada, operou-se em contraste uma maior interação e integração entre diferentes comunidades científicas, em nível global. Um maior e mais acelerado fluxo de ideias, informações, insumos e soluções. Ainda que os países ricos hesitem em contribuir de forma mais enfática com a vacinação em regiões historicamente exploradas, como a Índia e os países africanos. Ocorre, na verdade, uma politização tão forte da ciência cuja proporção quiçá seja realmente ainda sem precedentes.

De qualquer modo, com a pandemia a ciência e os cientistas tornaram-se de repente o centro de todas as atenções. A ciência já era protagonista antes, em função dos derivados tecnológicos – entre armas nucleares e todo tipo de utensílios domésticos – e das constantes advertências das comunidades científicas e movimentos sociais sobre os usos arbitrários do mundo natural. De fato, os negacionismos e as notícias falsas não constituem uma novidade para o historiador. O que foi a Contrarreforma senão um amplo processo de manipulação, controle e difusão de contrainformações de base ideológica? Em meados do século passado, notadamente com a maior visibilidade dos movimentos ambientalistas, víamos com assombro o crescimento daqueles que desmentiam os dados sobre a depredação da natureza e sua incidência sobre as mudanças climáticas. Mais recentemente, surgiram correntes que rejeitam vacinas e duvidam de sua eficácia. Logo, doenças que supúnhamos controladas então retornaram, como o sarampo. O retrocesso, científico e social, é um dos impactos desses negacionismos. Mas negacionistas e propagadores de notícias patentemente inverídicas atuam com base em credos políticos e ideológicos e, por isso mesmo, revestem-se com um caráter muito perverso, pois, fundamentam-se pelo fantasioso, pelo delirante, pelo “achismo”. É uma forma de escapismo. Embora possa-se identificar eventos similares ao longo da história, parece-me que a singularidade do tempo presente reside naquilo que alguns estudiosos chamam de fenômeno da “pós-verdade”. Trata-se não somente da manipulação senão da distorção das informações de modo a atender propósitos opostos aos indicados pelos dados. Como se a crise hídrica e do setor elétrico não fosse decorrente dos desmatamentos. É assustador, não? Esse alinhamento cínico ao negacionismo não deriva da ingenuidade ou de uma debilidade cognitiva ou de uma formação intelectual deficiente. É, ao contrário, uma mistura nociva entre o mau caráter, a manutenção de um sentimento de

pertencimento e a defesa de interesses de determinados grupos sociais. Existe toda uma estrutura bem elaborada, bem pensada e muito bem financiada que sustenta os negacionismos e a difusão de notícias falsas, cooptando sujeitos em posições estratégicas e, portanto, não deveria ser subestimada. Nesse contexto, penso que as comunidades científicas devem agir com as ferramentas disponíveis, isto é, com uma divulgação mais cuidada e articulada; e, além disso, assumir mais enfaticamente sua dimensão política, inerente à dinâmica de toda comunidade. Os espaços de pesquisa e educação científica – ao menos no Brasil e acredito que não seja tão diferente em outros países – mantêm uma relação conflituosa com os grupos estabelecidos no poder. Ora, a ciência contraria interesses e assim os resultados científicos tornam-se ferramentas políticas. A pandemia deixou isso ainda mais evidente. É normal, no entanto, que também haja uma heterogeneidade dentro das próprias comunidades de pesquisa. A postura absurda do Conselho Federal de Medicina, ao defender o famigerado tratamento precoce contra a Covid, e a comportamento claudicante da Associação Médica Brasileira, entre o acatar e o banir, demonstram que a relação de confiança e/ou desprezo pelos conteúdos científicos não depende unicamente da formação intelectual individual. Tenho a impressão, meio difusa, no entanto, que esse quadro começa a tomar outros rumos. Não apenas pelas estatísticas, mas pela própria experiência, na medida em que parentes e amigos próximos adoecem e morrem, a confiança em medicamentos e prognósticos científicos tende a assumir outro aspecto. Afinal, são muitos mortos, muitos ossos para se ocultar debaixo do tapete.

Referências bibliográficas

ALCOFF, Linda Martin. “An epistemology for the next revolution”. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, v. 1, n. 2, 2011; pp. 67-78.

COSTA, Thiago. **O Brasil pitoresco de J.B-Debret ou Debret, artista-viajante**. Rio de Janeiro: editora Multifoco, 2015.

_____; MARINHO, Ariadne. **O jardineiro de Napoleão: Alexander von Humboldt e as imagens de um Brasil/América (sécs. XVIII e XIX)**. Curitiba: Editora *Appris*, 2019.

DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil** [...]. 3 vols. Paris: Firmin Didot Frères, 1834, 1835 et 1839.

GARDNER, Juliete (org.). **What is History Today?**. Londres: Bloomsbury Publishing PLC, 1988.

KUHN, Thomas. **A tensão essencial**. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1969].

LAKATOS, Imre. “History of science and its rational reconstructions”. In: HACKING, I. (org.) **Scientific revolutions**. Hong-Kong: Oxford University, 1983.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

WHITE, Hayden. “The tasks of Intellectual History”. **The Monist**, v. 53, Issue 4, 1 October 1969; pp. 606-630.

_____. **Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe**. The Johns Hopkins University Press, 1973.

Entrevista com o Prof. Dr. Bráulio Silva Chaves

A divulgação da Ciência

Bráulio Silva Chaves é Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015), com tema sobre a história do campo da educação sanitária e seu processo de mutação em educação em saúde, entre os anos 1940-1970. Realizou doutorado sanduíche em Paris/França, no CERMES 3 (Centre de recherche médecine, sciences, santé, santé mentale, société). Possui mestrado em História (2007), também pela UFMG, com trabalho sobre a história do Instituto Ezequiel Dias, entre 1907-1936. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Instituto René Rachou/FIOCRUZ Minas, trabalhando com a (re) produção de negligências dentro de um “regime vetorial” de doenças como a malária, a dengue e a esquistossomose. É líder do GEPTT (Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Tecnologias do CEFET-MG), onde desenvolve e orienta pesquisas sobre a relação entre saúde e ambiente e sobre as relações entre o trabalho, as tecnologias e a educação profissional. É tutor do PET-ConectTE-CEFET-MG, Conexão Interdisciplinar: Trabalho, Tecnologias e Educação (dentro do Programa Institucional de Educação Tutorial do CEFET-MG), onde orienta trabalhos e projetos que versam sobre os estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), divulgação e popularização da ciência, história da Química e temáticas da Saúde Coletiva. É um dos coordenadores do Programa Sofia de Extensão Popular e Divulgação Científica, que atua em territórios periféricos de Belo Horizonte.

Entrevista concedida via correio eletrônico a Bárbara Braga Penido doutoranda em Ciência e Cultura na História no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membro do Conselho Editorial da *Temporalidades*, gestão 2021/2022.

[Revista Temporalidades]: Qual a sua percepção sobre a produção científica no cenário político e social atual?

[Bráulio Silva Chaves]: O momento é de ameaças concretas à produção científica e tecnológica. Considero importante localizar algumas situações históricas específicas. A primeira se refere à nossa

própria agenda da produção e da implementação e incremento de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, no contexto das periferias, o que traz componentes difíceis e dentro de diversos momentos políticos, sobretudo quando se considera como balizador temporal o pós-Segunda Guerra Mundial e as novas configurações do fazer científico, com a chamada *Big Science* e a tecnociência. Assim, no caso brasileiro, há um processo de construção de estruturas institucionais e redes que esbarrou na nossa condição periférica, marcada por autoritarismos, como foi o caso dos impactos da ditadura civil-militar de 1964. Digamos que, a partir dos anos 1990, esse processo também teve outros elementos com governos neoliberais e ações de subfinanciamento que impactaram sensivelmente a produção de conhecimento em universidades, centros de pesquisas, institutos e centros de ensino. Nos últimos anos, houve um ponto de inflexão importante, com a aprovação da Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016, dito Novo Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação, e do que veio nos anos subsequentes com o seu desdobramento, em 2018, representando modificações profundas e privatistas, embebidas no caldo de negacionismos científicos. O dito “novo marco” sintetiza um movimento perigoso, ao institucionalizar mecanismos controversos de elo com o privado, parcerias unilaterais e ao legitimar um *ethos* para cientistas que está sobredeterminado por valores pragmáticos e vinculados aos interesses do mercado. Legitima-se uma espécie de “empreendedorismo científico” que, muitas vezes, está distanciando de um compromisso da produção científica, tecnológica e de inovação com o interesse público, com a função social das instituições públicas. A tecnociência encontrou nos últimos cinco anos um terreno fértil para se expandir como um modelo de pensamento, um traço racionalizador da produção científica, que passa a ser vista por critérios gerencialistas e, por suposto, quantitativos.

Apesar desse quadro macrossocial, é preciso dizer que há resistências e contraposições, que tais referenciais não são unidirecionais e a compreensão da ciência dentro da sociedade é um motivador importante de questionamentos de um discurso que se coloca como inevitável, sobretudo para as instituições públicas.

[R.T.]: Pensando por meio da perspectiva histórica, qual a sua visão sobre a divulgação da produção científica para a sociedade?

[B.S.C]: A divulgação científica é um ponto fundamental do fazer científico. Os estudos envolvendo a sociologia, história, filosofia, antropologia e demais áreas, notadamente das ciências humanas e sociais, sobre a ciência, agrupados por alguns teóricos e analistas como “estudos científicos”, tiveram uma contribuição importante ao trazer à tona uma complexa engrenagem que envolve a produção científica e sua circulação. Nos anos 1930, foi publicado um livro que considero essencial, ao localizar esse trânsito da ciência, que é o *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (com uma publicação no Brasil em 2010, pela Fabrefactum), de Ludwik Fleck, médico e epistemólogo polonês. Na obra, Fleck consegue abordar de forma muito precisa como o tráfego entre especialistas e não especialistas é fundamental para os fatos científicos, ao considerar especificamente o caso da reação de Wassermann para diagnóstico da sífilis e a doença ao longo do tempo. Mesmo que outros pontos da obra de Fleck tenham ganhado muito destaque a partir de suas influências, sua análise ajuda a pensar, também, no lugar da divulgação científica e nela com uma importância epistemológica. O que quero dizer é que o ato da divulgação, que pode ter diversas variáveis e definições – disseminar, difundir, comunicar, popularizar, vulgarizar, dentre outros – passa a fazer parte de um circuito, um fluxo que é inerente ao fazer científico, e não uma mera ação voluntariosa de cientistas. A divulgação científica se constituiu, de forma mais sólida nos últimos vinte anos, em um campo também de estudos, o que implicou em formação de grupos de pesquisa, observatórios, grupos de trabalho em associações científicas e em eventos científico-tecnológicos no campo da história, ciências sociais, comunicação social e educação, além de programas de pós-graduação específicos e diversos cursos de formação na área, muitos deles contemplando perspectivas interdisciplinares, transdisciplinares e transversais. Um dado importante e que mostra como a atividade entrou no um rol de prioridades dos coletivos da ciência é a inserção e enquadramento no currículo lattes, em campo específico sobre a “popularização de C&T”.

É possível dizer que houve uma mobilização que envolveu tanto uma demarcação teórica sobre o lugar da divulgação científica, na emergência e sedimentação das ideias científicas na

sociedade, como também a compreensão dos coletivos, grau a grau, da importância das práticas de divulgação como parte da produção do conhecimento, sua incorporação pelas políticas públicas e pelos cientistas – de forma deliberada – dentro dos seus fazeres. O que não quer dizer que o significado epistemológico que destaque esteja compreendido da mesma forma. Ainda há uma ideia persistente de que os eventos científicos e que a exclusiva divulgação de resultados de pesquisas seja a divulgação científica.

A partir desses cenários, e para além deles, é importante delimitar a importância desse destaque para a divulgação científica, pois ela se constitui, sobretudo em um contexto de produção de conhecimento em um país periférico, num importante mecanismo de democratização das instituições e do próprio conhecimento científico e tecnológico. Pela divulgação científica, muitos canais de articulação estão postos junto aos diversos campos da sociedade, possibilitando, inclusive, diálogos com outras formas de saber.

[R.T.]: Como você observa a questão do negacionismo científico face a atual conjuntura e qual impacto que esse negacionismo acarreta na produção científica?

[B.S.C.]: Sobre os meus objetos de pesquisa, farei três referências que acredito possam contribuir para a forma com que lido com a divulgação científica e a circulação do conhecimento. O primeiro deles se refere à educação sanitária/educação em saúde. No meu trabalho de tese, *Conhecimento, linguagem e ensino: a educação em saúde na história ciência*, defendido em 2015 e em fase de finalização para publicação em livro, busquei investigar as mutações que caracterizam o campo, entre 1940-1971, o que me fez deparar com questões epistemológicas, como a visão ampliada do conceito de saúde emanada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e alterações na identidade profissional, da educação sanitária para a educação em saúde. Um ponto importante foi reconhecer tal campo dentro das práticas de divulgação científica, o que me possibilitou analisar como as transformações que buscava identificar envolveram diversas estratégias de aproximação com o público, via cartilhas, almanaques, filmes médico-sanitários, programas de rádio, produção de material gráfico etc. Tal

contato produziu movimentos de mão-dupla, em que a educação em saúde buscou legitimidade e foi legitimada, ao se aproximar, por exemplo, da parasitologia e contribuir para que doenças como a esquistossomose fossem consideradas problemas de saúde pública, a partir dos anos 1950-60.

Na minha atual pesquisa de pós-doutorado, sob a supervisão da profa. Denise Nacif Pimenta, no Instituto René Rachou/FIOCRUZ Minas, tenho observado, a partir de três doenças enquadradas pela OMS como “vector-borne diseases”, como diversas negligências são (re)produzidas a partir de uma centralidade histórica em torno dos vetores. Doenças como a malária, dengue e mesmo a esquistossomose, que tecnicamente tem um hospedeiro intermediário, o molusco, passam a ser decodificadas por um “vetor”, daí chamarmos tal processo, na pesquisa, de um “regime vetorial”. Mesmo que a divulgação científica não seja o foco, ao confrontar as fontes que envolvem arquivos institucionais, as mobilizações da OMS em torno delas via seu Boletim, dentre outras, é notável o quanto as estratégias de divulgação são parte desse repertório que constitui um “regime” na forma de tratar as doenças. Tal engrenagem, que envolve aparatos tecnocientíficos e ações de saúde pública, tem na divulgação científica um importante combustível para que a centralidade do vetor seja naturalizada socialmente e, assim, situações estruturais e as contradições do próprio capitalismo estejam também negligenciadas.

Por último, tenho tentado, a partir de projetos de extensão popular, contribuir para formação de espaços de divulgação científica. Um é o Programa SoFiA (sofia.cefetmg.br), surgido em 2015, e coordenado pela profa. Cláudia França e por mim, no âmbito do CEFET-MG. Por ele, temos tentado instigar outros lugares para divulgação científica, buscando sair da autorreferência acadêmica e nos colocarmos em consonância com outros territórios e saberes, populares, ancestrais e tradicionais. O SoFiA atua nas comunidades Cabana do Pai Tomás e Aglomerado da Serra, envolvendo grupos de apoio, associações de moradores, centros culturais e espaços escolares. A história da ciência se tornou um mote importante de muitas atividades de aproximação que buscaram problematizar o saber científico, percebê-lo dentro da sociedade, e, ao mesmo tempo, observar a

formação de estereótipos, clivagens de gênero, dentre outros assuntos. Nesses seis anos, temos, a partir de uma equipe multidisciplinar, buscado aproximar a ciência em movimento na sociedade.

[R.T.]: Na sua concepção, para qual público se destina a produção científica? Isto posto, como a linguagem; isto é, o discurso científico deve ser interpretado considerando seu alcance público?

[B.S.C.]: No capítulo dois do trabalho de tese que citei, tento me colocar diante dessa pergunta. Fui muito instigado pelo livro do professor Carlos Alvarez Maia, intitulado *História, ciência e linguagem: o dilema relativismo-realismo* (Maud X, 2015). Primeiro, busquei questionar uma visão que foi muito difundida, de uma ciência que se retroalimentaria, de uma produção científica ensimesmada. Obviamente, eu tinha um objeto que tem na sua razão de ser a necessidade de estabelecer diálogos, mas pude perceber como diversas ramificações da biomedicina utilizaram (e utilizam) da educação sanitária e educação da saúde como canal de aproximação com o público leigo. Desse modo, foi possível compreender que é na – e para – a sociedade que a ciência se constrói. Nesse percurso, a linguagem foi um elemento fundamental. Primeiro, porque é por ela que se tem uma “gramática” dos vários campos da ciência, com seus enquadramentos, decodificações que se materializam em fórmulas, pressupostos, teoremas. A linguagem também define sociabilidades, redes interdependência, de apoio entre os especialistas e certa “unidade” epistêmica em relação aos objetos de estudos que são abraçados por cientistas, sobretudo a partir de uma especialização da ciência no pós-1945. Enfim, é na linguagem que encontramos diversos meandros da história da ciência e onde residem sedimentos importantes que marcam os entrelaçamentos políticos, econômicos e morais da ciência, além das controvérsias paradigmáticas.

Por meio do trabalho de pesquisa, pude perceber como o discurso científico rompe com diversos contratos comunicacionais prévios e transita por diversos gêneros textuais para atingir o grande público. Certa transposição do discurso científico é composta por diversas operações linguageiras que envolvem os cientistas e que, ao longo do tempo, incluem outros(as) profissionais,

dispositivos tecnológicos, audiovisuais, do design, dentre outros. Tais movimentos acontecem de forma contingenciada. Isso explica o fato de um almanaque de saúde usar também do discurso religioso, via festividades e ritos católicos, como forma de aproximação, uma fonte que encontrei nos anos 1940-50 (o *Almanaque Saúde*, do Serviço Nacional de Educação Sanitária). Por meio da linguagem, outras situações comunicacionais são estabelecidas e que envolvem os modelos de pensamento de uma dada sociedade. Hoje, tais situações são objeto de investigação e ganharam outro status, inclusive com o incremento da tecnologia e de instrumentos massificadores, como a televisão, internet e redes sociais digitais.

[R.T.]: Quais os nexos que podem ser elencados entre a História e a Filosofia da Ciência para pensar a produção epistemológica no progresso do conhecimento científico?

[B.S.C.]: A História e a Filosofia da Ciência trazem contribuições fundamentais para que possamos perceber as teias sociais que envolvem a produção do conhecimento científico. A ciência é uma atividade que acontece na tessitura histórica, não há ciência ou fato científico sem história, sem construto social, sem processos sociais, movimentos coletivos e que estão postos no tempo e em espaços sociais contingenciados, com suas materialidades específicas, valores e noções próprios sobre o trabalho manual e intelectual. A Filosofia da Ciência e da Tecnologia nos ajuda a perceber mudanças, desde o papel de Aristóteles, do aristotelismo e dos antigos numa noção de prudência com a natureza, até a chamada reviravolta da Modernidade, em que os seres humanos são colocados numa condição de domínio do espaço natural, base para outras compreensões do conceito de tecnologia e para a sedimentação da tecnociência, em que uma figura como o filósofo inglês Francis Bacon é referência fundamental no século XVI, por exemplo. Há um cruzamento salutar e necessário ao longo do tempo em que a filosofia foi fundamental para modificar o próprio lugar da história da ciência. Se hoje há um refino sobre as concepções de ciência e tecnologia, percebendo suas amplitudes, ultrapassando dimensões exclusivamente objetais ou determinadas por um inovacionismo que pode ser estéril, há um lastro que envolve um esforço filosófico importante.

Outro ponto é que o campo da história foi tomado por alguns dilemas que pareceram insolúveis ao longo do tempo, como entre uma história das ideias científicas ou uma história do contexto, uma ênfase no realismo científico ou um relativismo, a dicotomia entre uma perspectiva construtivista ou uma percepção essencialista da ciência, da técnica e da tecnologia. O lugar da contingência como terreno de superação, atribuindo à História a condição de campo privilegiado para a compreensão epistemológica, é resultado dessa interface em que a Filosofia pôde contribuir com novos protocolos compreensivos sobre a verdade, realidade, objetividade, o humano, não-humano, a relação humano-natureza, o papel da linguagem e como todos eles se entrelaçam na teia histórica.

[R.T.]: Como pensar a organização e a interrelação entre as comunidades científicas no atual contexto: negacionista e pandêmico?

[B.S.C.]: Desde as décadas de 1970 e 1980, com o impacto de noções como pós-modernidade, a influência da chamada “virada linguística”, dos estudos culturalistas e de perspectivas que agrupo, mesmo que de forma arbitrária, como “construtivistas”, foi feito um esforço que, em alguma medida, se centrou na perspectiva de retirar da ciência certa auréola de neutralidade, da objetividade absoluta, demonstrando como a própria noção de validade científica e um certo estatuto de verdade são contingenciados. Os anos seguintes aprofundam um projeto político neoliberal que exacerba uma racionalidade que atravessa os diversos campos sociais e influi na forma com que certas demandas, sobretudo as de base mercadológicas, passam a balizar a produção de CT&I. O cenário é complexo, pois ele coincide também, ao meu olhar, com nítidos processos de distanciamento da produção de conhecimento e de cientistas de projetos nacionais comprometidos, por exemplo, no caso brasileiro, com a superação da desigualdade. O que quero dizer é que certa dimensão do(a) cientista como um(a) “intelectual público”, na sua capacidade de criar e se inserir em um projeto de transformação ou mesmo visibilizar questões agudas da sociedade foi apagado ou secundarizado. Nesse processo de instrumentalização, em que a gestão da vida é também a gestão da ciência, há uma fragilização desse fluxo contínuo do conhecimento na sociedade, que intensifica a separação humano e natureza, numa

tecnolatria que se tornou parte do um colapso ambiental do nosso tempo. O que desejo afirmar é que o esforço de compreensão da ciência e da tecnologia na história está nessa engrenagem dos últimos quarenta anos e acrescento: a divulgação científica fornece caminhos importantes para um trânsito entre outros grupos sociais e que traga novas agendas do conhecimento. A própria consolidação do campo da divulgação científica, como abordei, é ponto fundamental. Por outro lado, é preciso dizer que o contexto não impediu que certas resistências acontecessem e para que os movimentos sociais fossem importantes em trazer à tona outros problemas e motivadores. É o que se vê, por exemplo, nas circulações que aconteceram em pautas como as dos transgênicos, agrotóxicos, nas atuações nocivas da mineração, em que avalio que houve um nítido trânsito entre grupos mobilizados e especialistas que, não sem dissensos e tensões, foi capaz de propor e modificar algumas agendas, tanto de discussão pública como da própria pesquisa científica e tecnológica.

Nos últimos anos, a noção de verdade científica tem sido mais intensamente colocada em xeque, mas de uma forma muito diferente de todo esses fenômenos que buscam localizar outros lugares para a ciência e tecnologia. O diferencial é que a arena não está no terreno de controvérsias no campo epistemológico, mas no uso deliberado e militante do questionamento da autoridade científica – que é importante dizer, existe e é fundamental – como arsenal de projetos políticos, sobretudo de viés autoritário, neofascista. Assim, nessa deslegitimação, não há, como nos “science studies”, um discurso responsável em torno de métodos de análises que buscariam, por exemplo, perceber as contingências de um paradigma científico. Por outras motivações, há um mercado em que a dúvida, desprovida de lastro empírico, é insidiosa e busca canais disseminação. Mesmo que o negacionismo não seja um fenômeno de agora, pois o próprio termo emerge na historiografia francesa ao retratar as correntes de negação do holocausto, ele tem novos combustíveis no capitalismo de face neoliberal, em que está aberta a oferta de um “mercado de dúvidas” a serviço de grupos de poder, como é o caso do agronegócio e seus elos com a negação do aquecimento global.

No contexto da pandemia de COVID-19, os negacionismos ganharam contornos de uma enorme perversidade política, pois redundaram no aprofundamento de um percurso do vírus dentro

de marcadores sociais de raça, gênero e classe, na medida em que se verificam efeitos muito mais deletérios dentro de uma realidade de precarização e no acesso aos serviços de saúde.

Por outro lado, foi importante ver, ao longo de 2020, a força que os espaços de produção de conhecimento tiveram em contrapor tais discursos que negligenciavam esse percurso diferente da morte nas periferias. A quantidade de projetos e ações que envolveram também a prática extensionista em instituições públicas é algo de importância a ser ressaltada no contexto pandêmico.

Por último, o cenário avassalador também possibilitou, e exigiu, que muitas redes fossem tecidas ou incrementadas, mostrando o papel da interdisciplinaridade como mais um elemento para que a divulgação científica aconteça. Um exemplo específico que trago foi a experiência que participei, em que lideranças comunitárias e movimentos de luta em ocupações urbanas se juntaram para propor ações de comunicação popular em saúde, o que se transformou no Projeto TamoJunto (<https://tamojuntocefetmg.org/>). As ações do projeto partiram das demandas das comunidades e de um diagnóstico, sobretudo no primeiro semestre de 2020, do peso das notícias falsas e do negacionismo (primeiro dos protocolos, como o uso de máscaras, e, posteriormente, da validade vacina) e de como uma instituição tecnológica, como CEFET-MG, poderia contribuir para mitigar os efeitos dessa circulação. Assim, a partir das demandas, uma equipe multidisciplinar envolvendo as ciências sociais, a filosofia, computação, dentre outros campos, articulou ações nos territórios, como distribuição de material gráfico, de álcool em gel (produzido na própria instituição), o uso de carro de som (forma de comunicação popular importante nos territórios), uma rádio *tamojunto* informa via *WhatsApp*, um BOT informativo desenvolvido pela computação e outras estratégias em espaços como a Cabana do Pai Tomás e as ocupações urbanas Eliana Silva, Paulo Freire e Vila Esperança, na cidade de Belo Horizonte.

Mesmo que motivado por um contexto pandêmico, o projeto pode demonstrar o que resaltei acima, a possibilidade de interlocuções entre movimentos sociais e especialistas na composição de agendas comuns em que a divulgação científica é um lugar de encontros.